REGULAMENTO DO ICMS DO ESTADO DA BAHIA 1997

Última atualização: 21/09/2005
Alteração nº 66, Decreto nº 9.547/05

Nota: Os textos desta base de dados têm caráter unicamente informativo. Somente os textos originais e suas alterações, publicados no Diário Oficial do Estado, possuem validade legal.

DECRETO Nº 6.284 DE 14 DE MARÇO DE 1997

(Publicado no Diário Oficial de 15 e 16/03/1997)

Aprova o Regulamento do ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Lei nº 7014, de 04 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), anexo a este Decreto.

Art. 2º Ficam recepcionadas por este Decreto as normas dos convênios, ajustes e protocolos firmados entre o Estado da Bahia e as demais unidades da Federação, acerca de benefícios fiscais e obrigações tributárias, inclusive substituição tributária, naquilo em que forem compatíveis com o Regulamento ora aprovado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor em 1º de abril de 1997.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5444, de 30 de maio de 1996, e alterações posteriores.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 14 de março de 1997.

PAULO SOUTO
Governador

Rodolpho Tourinho Neto
Secretário da Fazenda

REGULAMENTO DO ICMS DO ESTADO DA BAHIA

TÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO E DO FATO GERADOR

Art. 1º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), de que tratam o art. 155, inciso II, §§ 2º e 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Complementar nº 87, de 13 de

setembro de 1996, tem como fatos geradores:

I - as operações relativas à circulação de mercadorias;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal;

III - as prestações de serviços de comunicação.

§ 1º Ocorre a incidência do ICMS inclusive nos casos em que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

§ 2º O ICMS incide sobre:

I - as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares, incluídos os serviços prestados;

II - o fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;

III - a entrada, no território deste Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outra unidade da federação, quando não destinados à comercialização, industrialização, produção, geração ou extração (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00);

Nota: A redação atual do inciso III, do § 2º do art. 1º foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*III - a entrada, no território deste Estado, decorrente de operação interestadual, de energia elétrica, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, inclusive na hipótese de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo adquiridos por prestador de serviços de transporte para emprego na prestação de seus serviços;*".

IV - a entrada ou a utilização, conforme o caso, efetuada por contribuinte do imposto, de mercadoria, bem ou serviço, em decorrência de operação interestadual ou de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subseqüentes;

V - a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, bem como a aquisição ou arrematação em licitação promovida pelo poder público de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

Nota: A redação atual do inciso V, do § 2º do art. 1º foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"V - a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior por pessoa física ou jurídica, mesmo quando se tratar de bem destinado ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento,

bem como a aquisição ou arrematação em licitação promovida pelo poder público de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;"

VI - a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via ou meio, inclusive gasoduto, oleoduto e aqueduto, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

VII - a prestação onerosa de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - a prestação de serviço efetuada ou iniciada no exterior.

§ 3º São irrelevantes para a caracterização do fato gerador:

I - a natureza jurídica da operação mercantil ou da prestação de serviço de que resultem quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior;

II - o título jurídico pelo qual a mercadoria ou bem esteja ou tenha estado na posse do respectivo titular;

III - a validade jurídica da propriedade ou da posse do veículo ou instrumento utilizado na prestação do serviço;

IV - a validade jurídica do ato praticado;

V - os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;

VI - o cumprimento de exigências legais, regulamentares ou administrativas, referentes às operações ou prestações;

VII - o resultado financeiro obtido com a operação ou com a prestação do serviço, exceto o de comunicação.

§ 4º Considera-se mercadoria, para efeitos de aplicação da legislação do ICMS, qualquer bem móvel, novo ou usado, suscetível de circulação econômica, inclusive semoventes e energia elétrica, mesmo quando importado do exterior para uso ou consumo do importador ou para incorporação ao ativo permanente do estabelecimento.

§ 5º A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 6º O imposto é seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

§ 7º Fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto incidente nas prestações internas de serviços de transporte de carga.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 1º pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos a partir de 01/01/03.

CAPÍTULO II
DO MOMENTO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

SEÇÃO I
Da Ocorrência do Fato Gerador nas Operações Internas, Interestaduais e de Importação

Art. 2º Nas operações internas, interestaduais e de importação, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, inclusive em caso de transferência, assim entendida a remessa de mercadoria de um estabelecimento para outro do mesmo titular;

II - da saída de ouro, na operação em que este deixar de ser ativo financeiro ou instrumento cambial;

III - da transmissão a terceiro da propriedade de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, na unidade da Federação do transmitente;

IV - da transmissão da propriedade de mercadoria ou bem adquiridos no País ou de título que os represente, quando a mercadoria ou o bem não transitarem pelo estabelecimento do transmitente;

V - da saída decorrente da desincorporação de bem do ativo permanente, ressalvadas as disposições expressas em contrário;

VI - da saída, de estabelecimento industrializador ou prestador de serviço, em retorno ao do encomendante ou com destino a pessoa diversa por ordem do encomendante, de mercadoria submetida a processo de industrialização ou serviço que não implique prestação de serviço compreendido na competência tributária municipal, relativamente ao valor acrescido, ainda que a industrialização não envolva aplicação ou fornecimento de qualquer insumo, tratando-se de (Anexo 1):

a) objetos destinados a industrialização ou comercialização, que tenham sido submetidos a recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres;

b) produtos recebidos de terceiros para industrialização, com ou sem aplicação de mercadorias;

c) bens móveis que tenham sido submetidos a lustração, quando o serviço não for prestado ao usuário final do objeto lustrado;

d) pneus submetidos a recauchutagem ou regeneração, quando o serviço não for prestado ao usuário final;

Nota: A redação atual da alínea "d" foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para substituir a expressão "pneus recebidos para" por "pneus submetidos a".

VII - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, cantinas, hotéis e estabelecimentos similares, incluídos os serviços prestados;

VIII - do fornecimento de mercadoria, pelo prestador do serviço, nos casos de prestações de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, como definida em lei complementar, inclusive nos casos em que, embora o serviço conste na Lista de Serviços, a natureza do serviço ou a forma como for contratado ou prestado não corresponda à descrição legal do fato gerador do tributo municipal, tais como (Anexo 1):

a) fornecimento de material, pelo prestador do serviço, na instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos;

b) fornecimento de material, pelo prestador do serviço, na montagem industrial, inclusive de conjuntos industriais;

c) fornecimento de tapetes e cortinas, pelo prestador do serviço de colocação;

d) fornecimento de material, exceto o de aviamento, por alfaiates, modistas e costureiros, ainda que a

prestação do serviço seja feita diretamente ao usuário final, na confecção de artigos de vestuário e outros produtos de alfaiataria e costura;

e) demais hipóteses de prestações de serviços não especificados por lei complementar como sendo da competência tributária dos Municípios, sempre que houver fornecimento de mercadoria pelo prestador;

IX - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, em que, por indicação expressa de lei complementar, o fornecimento de materiais se sujeitar à incidência do ICMS, a saber (Anexo 1):

a) fornecimento, pelo prestador do serviço, de mercadoria por ele produzida fora do local da prestação do serviço:

1 - nos casos de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, de obras hidráulicas e de outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços ou obras auxiliares ou complementares;

2 - nos casos de conservação, reparação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres;

b) fornecimento de material, pelo prestador do serviço, nos casos de paisagismo, jardinagem e decoração;

c) fornecimento de peças e partes, pelo prestador do serviço, nos casos de lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos;

d) fornecimento de peças e partes, pelo prestador do serviço, no conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos;

e) fornecimento de peças, pelo prestador do serviço, no recondicionamento de motores;

f) fornecimento de alimentação e bebidas, nos serviços de organização de festas e recepções ("buffet");

g) fornecimento de alimentação em hotéis, motéis, pensões e congêneres, sempre que o respectivo valor não estiver incluído no preço da diária ou mensalidade;

X - da entrada, no território deste Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo e de energia elétrica oriundos de outra unidade da federação, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração(LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00);

Nota: A redação atual do inciso X foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*X - da entrada, no território deste Estado, de energia elétrica, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando oriundos de outra unidade da Federação e não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, inclusive na hipótese de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo adquiridos por prestador de serviços de transporte para emprego na prestação de seus serviços;*".

XI - do desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior;

XII - da aquisição ou arrematação em licitação pública de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados.

§ 1º Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

I - saída do estabelecimento a mercadoria constante no estoque final na data do encerramento de suas atividades, a menos que se trate de sucessão;

II - saída do estabelecimento de quem efetuar o abate a carne e todos os produtos resultantes do abate de gado em matadouros públicos ou particulares, não pertencentes ao abatedor;

III - saída do estabelecimento do depositante situado em território baiano a mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, no momento:

a) da saída da mercadoria do armazém geral ou do depósito fechado para estabelecimento diverso daquele que a tiver remetido para depósito, ainda que a mercadoria não tenha transitado pelo estabelecimento;

b) da transmissão da propriedade da mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado;

IV - como tendo entrado e saído do estabelecimento do importador, do arrematante ou do adquirente em licitação promovida pelo poder público, neste Estado, a mercadoria estrangeira saída de repartição aduaneira ou fazendária com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado, arrematado ou adquirido;

V - saída do estabelecimento do autor da encomenda a mercadoria que for remetida pelo executor da industrialização diretamente a terceiro adquirente ou a estabelecimento diverso daquele que a tiver mandado industrializar;

VI - como tendo entrado e saído do estabelecimento do contribuinte que transmitir a propriedade de mercadoria ou bem adquiridos no País ou de título que os represente, nas vendas à ordem, quando a mercadoria ou bem não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º Na hipótese do inciso XI, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, o que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente sobre a operação, no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar:

Nota: A redação atual do § 3º foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), para excluir o termo "*contábil*".

I - saldo credor de caixa;

II - suprimento a caixa de origem não comprovada;

III - manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes;

IV - entradas de mercadorias ou bens não registradas;

Nota: A redação atual do inciso IV foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), para substituir a expressão "*não contabilizadas*" por "*não registradas*".

V - pagamentos não registrados.

Nota: A redação atual do inciso V foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE

de 31/12/98), para substituir a expressão "*não contabilizados*" por "*não registrados*".

VI - valores de vendas inferiores aos informados por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito;

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao § 3º do art. 2º pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

§ 4º Na falta de comprovação da saída de mercadoria do território estadual, quando esta transitar neste Estado acompanhada de Passe Fiscal de Mercadorias, observar-se-á o disposto no art. 960.

§ 5º Para os efeitos deste regulamento, consideram-se produtos industrializados aqueles relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) (Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002), decorrentes de operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para o consumo, tais como:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 5º do art. 2º foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação originária:
"§ 5º Para os efeitos deste Regulamento, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para o consumo, tais como:".

I - transformação, assim entendida a que, executada sobre matéria-prima ou produto intermediário, resulte na obtenção de espécie nova;

II - beneficiamento, a que importe modificação, aperfeiçoamento ou, de qualquer forma, alteração do funcionamento, da utilização, do acabamento ou da aparência do produto;

III - montagem, a que consista na reunião de peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma;

IV - acondicionamento ou reacondicionamento, a que importe alteração da apresentação do produto pela colocação de embalagem, ainda que em substituição à originária, salvo quando se tratar de simples embalagem de apresentação de produto primário ou de embalagem destinada apenas ao transporte da mercadoria;

V - renovação ou recondicionamento, a que, executada sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.

§ 6º Não se considera industrializado o produto relacionado na TIPI com notação “NT” (não-tributado).

Nota: A redação atual do § 6º do art. 2º foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação originária:
"§ 6º Não se considera industrializado o produto agropecuário ou extrativo que apenas tiver sido submetido:
I - a qualquer dos seguintes processos:

a) abate de animais e preparação de carnes;
b) resfriamento e congelamento;
c) secagem ou desidratação, esterilização e prensagem;
d) desfibramento;
e) abate de árvores e desdobramento de toras;
f) descaroçamento, descascamento, lavagem, secagem e polimento;
g) salga ou secagem de produtos animais;
II - a beneficiamento;
III - a acondicionamento ou reacondicionamento, sendo irrelevante a forma como os produtos resultantes dos processos referidos nos incisos anteriores tenham sido acondicionados ou reacondicionados.".

§ 7º Não se considera industrialização a atividade que, embora exercida por estabelecimento industrial, esteja conceituada por lei complementar como prestação de serviço tributada pelos Municípios, observadas as ressalvas nela contidas quanto à incidência do ICMS.

§ 8º Entende-se por operação ou prestação:

I - interna aquela em que o remetente ou prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estejam situados na mesma unidade da Federação;

II - interestadual aquela em que o remetente ou prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estejam situados em unidades da Federação diferentes.

§ 9º Na hipótese de entrega de mercadorias ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto.

Nota: O § 9º foi acrescentado ao art. 2º pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

SEÇÃO II
Da Ocorrência do Fato Gerador nas Prestações de Serviços de Transporte

Art. 3º Nas prestações de serviços de transporte de pessoas, passageiros, bens, mercadorias ou valores, executadas por pessoas físicas ou jurídicas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento:

I - do início da prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via ou meio, inclusive gasoduto, oleoduto ou aqueduto, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

II - do ato final da prestação de serviço de transporte iniciada no exterior.

§ 1º Considera-se serviço de transporte iniciado no exterior aquele vinculado a contrato de transporte internacional, ainda que haja transbordo, subcontratação ou redespacho, inclusive em se tratando de transporte intermodal.

§ 2º No caso de prestações de serviços de transporte de mercadorias com o fim específico de exportação destinadas às pessoas relacionadas no art. 582, observar-se-á o disposto em seu § 4º.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 2º foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), em virtude da qual a regra antes aqui estipulada, passar a ser objeto do § 4º do art. 582, com nova redação (passa a dar tratamento especial às remessas a armazéns alfandegados

e entrepostos aduaneiros).

SEÇÃO III
Da Ocorrência do Fato Gerador nas Prestações de Serviços de Comunicação

Art. 4º Nas prestações de serviços de comunicação de qualquer natureza, por qualquer processo, ocorre o fato gerador do ICMS no momento:

I - da prestação onerosa de serviço de comunicação de qualquer natureza, inclusive na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação ou recepção de comunicação, por qualquer meio ou processo, ainda que iniciada ou prestada no exterior;

II - do recebimento, pelo destinatário, neste Estado, de serviço de comunicação prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

III - do recebimento no estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço prestado por meio de satélite (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00).

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 4º pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 31/10/00.

§ 1º Entende-se por comunicação, para os efeitos deste Regulamento, o ato ou efeito de gerar, emitir, transmitir, retransmitir, repetir, ampliar e receber mensagens acerca de determinado ato ou fato mediante métodos ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, quer através de outros sinais, sons, figuras, imagens, signos ou símbolos, quer através de aparelhamento técnico sonoro ou visual, a exemplo dos serviços de telefonia, telex, telegrafia, fax, radiodifusão sonora ou de imagens e televisão por assinatura, quando de caráter oneroso, isto é, sempre que a prestação consistir, por parte do prestador, numa obrigação de fazer, e, por parte do usuário do serviço, numa obrigação de dar.

§ 2º Sendo o serviço de comunicação prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador no momento do fornecimento dos instrumentos necessários à sua prestação.

§ 3º Nas prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações, inclusive por empresas de Serviço Limitado Especializado - SLE, Serviço Móvel Especializado - SME e Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, a outras empresas relacionadas no Anexo único do Convênio ICMS 126/98, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do art. 569.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 4º foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 4º pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 01/08/01 a 24/09/02:
*"§ 3º as prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações, inclusive por empresas de Serviço Limitado Especializado – SLE, a outras empresas relacionadas no Anexo único do Convênio ICMS 126/98, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do art. 569 (*Conv. ICMS *31/01)."*

Redação anterior dada ao § 3º do art. 4º pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/03/99 até 31/07/01:
"*§ 3º Nas prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras, nos casos em que a cessionária não se*

constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do art. 569."

Redação originária, efeitos até 28/02/99:
"§ 3º Nas prestações de serviços de telecomunicações, observar-se-á, ainda, o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 569, conforme se trate de:
I - cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras;
II - serviços internacionais tarifados e cobrados no Brasil;
III - serviços móveis de telecomunicações;
IV - serviços não medidos, cobrados por período, envolvendo mais de uma unidade da Federação.".

§ 4º Estão compreendidos no campo de incidência do ICMS os serviços cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, bem como os serviços suplementares e facilidades adicionais que otimizem ou agilizem o processo de comunicação, independentemente da denominação que lhes seja dada (Conv. ICMS 69/98).

Nota: A redação atual do § 4º do art. 4º foi pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98.

Redação originária, efeitos até 28/06/98:
"§ 4º Estão compreendidos no campo de incidência do ICMS os serviços classificados sob as seguintes denominações (Conv. ICMS 02/96):
I - assinatura de telefonia celular;
II - 'salto';
III -'atendimento simultâneo';
IV - 'siga-me';
V - 'telefone virtual'.".

SEÇÃO IV
Da Ocorrência do Fato Gerador para Fins de Pagamento da Diferença de Alíquotas

Art. 5º Para efeitos de pagamento da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento:

I - da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento;

II - da utilização ou recepção, por contribuinte, de serviço de transporte ou de comunicação cuja prestação tiver sido iniciada em outra unidade da Federação, quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subseqüentes.

Parágrafo único. Não são considerados materiais de uso ou consumo as mercadorias ou materiais adquiridos por prestador de serviços para emprego ou aplicação na prestação de serviços de qualquer natureza (Anexo 1).

CAPÍTULO III
DA NÃO-INCIDÊNCIA DO IMPOSTO

SEÇÃO I
Das Situações Relativas a Circulação de Mercadorias em Que Não Incide o ICMS

Art. 6º O ICMS não incide nas seguintes situações:

I - operação com livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão, inclusive o serviço de transporte dos mesmos;

II - operação que destine mercadorias ao exterior, observado o disposto nos arts. 581, 582 e 583;

III - operação interestadual com as seguintes mercadorias, quando destinadas a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, em outra unidade da Federação (art. 1º, § 2º, III):

a) energia elétrica;

b) petróleo;

c) lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo;

IV - operação com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operação ou prestação efetuada pelas pessoas ou entidades adiante indicadas, inclusive a remessa e o correspondente retorno de equipamentos ou materiais:

a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo que esse tratamento:

1 - é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere às mercadorias e aos serviços vinculados exclusivamente a suas finalidades essenciais;

2 - não se aplica às mercadorias e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou quando houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;

b) os templos de qualquer culto, os partidos políticos e suas fundações, as entidades sindicais de trabalhadores e as instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, ressalvando-se que esse tratamento compreenderá somente as mercadorias, bens e serviços relacionados exclusivamente com as finalidades essenciais das entidades mencionadas nesta alínea;

VI - saída de mercadoria ou bem:

a) com destino a armazém geral ou frigorífico situados neste Estado, para depósito em nome do remetente;

b) com destino a depósito fechado do próprio contribuinte, situado neste Estado;

c) dos estabelecimentos referidos nas alíneas anteriores, em retorno ao estabelecimento depositante;

VII - saída de mercadoria ou bem pertencente a terceiro, de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem desta, ressalvada a incidência do imposto relativo à prestação do serviço;

VIII - saída de bem integrado ao ativo permanente, desde que tenha sido objeto de uso, no próprio estabelecimento, por mais de um ano, antes da desincorporação;

IX - circulação física de mercadoria em virtude de mudança de endereço do estabelecimento, neste Estado;

X - aquisição de mercadoria decorrente de arrematação em leilão fiscal promovido pela Secretaria da Fazenda;

XI - operação interna de qualquer natureza decorrente da transmissão da propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie, havendo a continuidade das atividades do estabelecimento pelo novo titular, inclusive nas hipóteses de transferência:

a) a herdeiro ou legatário, em razão de sucessão "causa mortis", nos legados ou processos de inventário ou

arrolamento;

b) em caso de sucessão "inter vivos", tais como venda de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

XII - operação decorrente de alienação fiduciária em garantia, inclusive na:

a) transmissão do domínio, feita pelo devedor fiduciante em favor do credor fiduciário;

b) transferência da posse, em favor do credor fiduciário, em virtude de inadimplemento do devedor fiduciante;

c) transmissão do domínio, do credor em favor do devedor, em virtude da extinção da garantia pelo pagamento;

XIII - operação de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras;

XIV - saída ou fornecimento:

a) de bem de uso em decorrência de contrato de comodato (empréstimo), locação ou arrendamento mercantil ("leasing"), bem como o respectivo retorno (art. 563);

b) decorrente da gravação de filmes e "video-tapes", bem como de sua distribuição para fins de exibição, desde que esta distribuição não implique comercialização daqueles materiais;

c) de programa para computador (“software”) elaborado sob encomenda para uso específico do encomendante, sendo a operação realizada pelo estabelecimento que o tiver desenvolvido, quando houver entre o vendedor ou fornecedor e o adquirente contrato de assessoria ou consultoria técnica na área de processamento de dados, excluindo-se, contudo, do tratamento fiscal aqui previsto o fornecimento dos periféricos e suportes informáticos, tais como “mouse”, “eproms”, placas e similares;

Nota: A redação atual da alínea "c" foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para excluir a referência ao Conv. ICMS 89/96.

d) efetuada por prestador de serviços gráficos:

1 - de materiais que tenham sido submetidos em seu estabelecimento a processos de composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exclusivamente;

2 - de mercadoria produzida em seu estabelecimento sob encomenda direta do consumidor final, assim entendidos os impressos que não se destinem à participação, de alguma forma, de etapas seguintes de comercialização ou industrialização;

e) de bens e materiais, efetuada por empresa funerária, para prestação de seus serviços, não prevalecendo, porém, este tratamento, no caso de operações comerciais com aqueles bens ou materiais não vinculadas a uma prestação de serviços funerários pela própria empresa;

f) de bens ou mercadorias de estabelecimento de empresa de construção civil, ou seu fornecimento, nos termos do art. 542;

g) decorrente de operação relativa a mercadoria, de estabelecimento prestador de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como da competência tributária dos Municípios, além dos casos especificados nas alíneas anteriores, tratando-se de material a ser ou que tenha sido utilizado na prestação de tal serviço pelo próprio autor da saída ou do fornecimento, ressalvadas as hipóteses de incidência do

ICMS indicadas por lei complementar (Anexo 1);

XV - operação de arrendamento mercantil;

XVI - demais situações em que não se configure o fato gerador do imposto.

§ 1º A imunidade de que cuida o inciso I deste artigo não se aplica:

Nota: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

I - a papel:

a) encontrado em estabelecimento que não exerça atividade de empresa jornalística, editora ou gráfica impressora de livro ou periódico;

b) encontrado na posse de pessoa que não seja o importador, o licitante, o fabricante ou estabelecimento distribuidor do fabricante ou importador do produto;

c) consumido ou utilizado em finalidade diversa da edição de livros, jornais ou periódicos;

d) encontrado desacobertado de documento fiscal;

II - a livros em branco, pautados ou destinados a escrituração ou preenchimento.

§ 2º A não-incidência do ICMS na operação com papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos dependerá, ainda, de que os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas, as editoras e as gráficas, envolvidos na operação, possuam registro especial na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e que, na nota fiscal que acobertar o transporte da mercadoria, haja referência ao Ato Declaratório Executivo da Receita Federal que concedeu o referido registro especial.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 6º pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Art. 7º Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas:

I - nas aquisições de mercadorias ou materiais efetuadas por prestador de serviço para emprego ou aplicação, como insumos, na prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive quando se tratar de estabelecimento que desenvolva atividades mistas;

II - nas aquisições de bens ou materiais pela arrendadora ou pela arrendatária, tratando-se de arrendamento mercantil, nas hipóteses do § 6º do art. 563;

III - se a operação de remessa for realizada com:

a) não-incidência do imposto; ou

b) isenção decorrente de convênio;

IV - nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/07, efetuadas por (Lei Complementar nº 87/96):

Nota: A redação atual da parte inicial inciso IV do art. 7º foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a parte inicial do inciso IV do art. 7º pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 30/12/99 a 31/12/02:
"IV - nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/03, efetuadas por (Lei Complementar nº 87/96 e 99/99):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso IV do art. 7º pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos de 04/03/98 até 29/12/99:
"*IV - nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/00, efetuadas por:*"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso IV, tendo sido acrescentado ao art. 7º pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 17/10/97 até 03/03/98:
"*IV - nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/1/98, efetuadas por:"*

Nota: Ver o art. 3º do Decreto nº 7244/98 (Alteração nº 5), que dispensa de multa, acréscimos moratórios e atualização monetária.

a) produtores ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais;

Nota : A alínea "a" do inciso IV foi acrescentada ao art. 7º, pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 17/10/97.

b) contribuintes enquadrados no regime de apuração em função da receita bruta;

Nota : A redação atual da alínea "b", do inciso IV do art. 7º foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso IV do art. 7º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 17/10/97 até 31/12/98:
"b) microempresas;"

c) transportadores que tenham optado pelo crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionado ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas;

Nota : A redação atual da alínea "c", do inciso IV do art. 7º foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso IV do art. 7º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 17/10/97 até 31/12/98:
"*c) contribuintes enquadrados no regime de apuração em função da receita bruta;"*

d) contribuintes dispensados de escrituração fiscal;

Nota : A redação atual da alínea "d", do inciso IV do art. 7º foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto

nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:

Redação anterior dada a alínea "d", do inciso IV do art. 7º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 17/10/97 até 31/12/98:
"d) transportadores que tenham optado pelo crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionado ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas;"

e) revogada

Nota : A alínea "e", do inciso IV do art. 7º foi revogada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:

Redação anterior dada a alínea "e", do inciso IV do art. 7º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 17/10/97 até 31/12/98:
"e) contribuintes dispensados de escrituração fiscal."

V - por parte das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos ambulantes devidamente inscritos como tais no cadastro estadual, a partir de 01/01/99;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 7º foi dada Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao art. 7º pela Alteração nº 07 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"V - na hipótese do inciso II do § 1º do art. 541."

VI - na hipótese do inciso II do § 1º do art. 541.

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 7º pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

SEÇÃO II
Das Situações Relativas a Transportes em Que Não Incide o ICMS

Art. 8º O ICMS não incide na ocorrência de transporte:

I - de carga própria ou referente a transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular, em veículo do próprio contribuinte (art. 644);

II - de pessoas, não remunerado, efetuado por particular;

III - de pessoas, no caso de serviço prestado por empresa de turismo, na execução de programas de turismo, passeios ou excursões, desde que contratados nos termos do item 9.02 da Lista de Serviços (Anexo 1);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 8º foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação originária:
"III - de pessoas, no caso de serviço prestado por empresa de turismo, na execução de programas de turismo, passeios ou excursões, desde que contratado nos termos do item 49 da Lista de Serviços (Anexo 1);"

IV - revogado;

Nota: O inciso IV do art. 8º foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 8º pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para acrescentar a expressão *"sendo o transporte efetuado em veículo próprio desta empresa, ou por ela locado ou arrendado".*
"IV - de valores, encomendas, correspondências, cartas, cartões postais, impressos, cecogramas e outros objetos de correspondência ou inerentes aos serviços postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo o transporte efetuado em veículo próprio desta empresa, ou por ela locado ou arrendado;"

V - destinado ao exterior, inclusive nas prestações de serviços de transporte do estabelecimento exportador ou remetente até o porto, aeroporto ou zona de fronteira situados fora da unidade federada exportadora, relacionadas com mercadorias destinadas a exportação direta;

VI - nas demais situações em que a execução do transporte não configure o fato gerador do imposto.

Parágrafo único. Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas tratando-se da prestação de serviço de transporte relativo à aquisição de mercadorias ou bens:

I - a preço CIF;

II - a preço FOB, se o transporte for efetuado em veículo do vendedor ou remetente, quando a parcela do frete estiver incluída no valor da operação.

SEÇÃO III
Das Situações Relativas a Comunicações em Que Não Incide o ICMS

Art. 9º O ICMS não incide sobre a ocorrência de comunicação:

I - destinada ao exterior;

II - em concertos, recitais, festivais, "shows", cinemas e congêneres;

III - decorrente da produção, para terceiro, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;

IV - relativa aos serviços de radiodifusão sonora ou de imagens e de televisão:

a) no tocante à geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição ou recepção de notícias, documentários e programas recreativos, desportivos, culturais ou educacionais, quando dirigidos ao público, em que não haja, da parte deste, qualquer remuneração ou contraprestação;

b) concernente à inserção de anúncios ou à veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade;

V - mediante livro, jornal, folheto ou periódico;

VI - efetuada mediante placas, cartazes, "outdoors" ou luminosos comerciais;

VII - realizada internamente no estabelecimento do próprio contribuinte;

VIII - nas demais situações em que a comunicação não configure o fato gerador do imposto.

CAPÍTULO IV
DA SUSPENSÃO DA INCIDÊNCIA

Art. 10. Observar-se-á o disposto no art. 341, quanto às hipóteses em que ocorre a suspensão da incidência do imposto.

CAPÍTULO V
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

SEÇÃO I
Das Disposições Preliminares

Art. 11. Quando a fruição ou o reconhecimento do benefício fiscal depender de condição, não sendo esta satisfeita, o tributo será considerado devido no momento em que houver ocorrido a operação ou prestação sob condição.

Parágrafo único. O pagamento do imposto, na hipótese deste artigo, será feito com os acréscimos moratórios cabíveis e, se for o caso, multa, os quais serão devidos a partir do vencimento do prazo em que o tributo deveria ter sido pago caso a operação ou prestação não tivesse sido efetuada com o benefício fiscal, observadas, quanto ao termo inicial da incidência, as normas reguladoras da matéria.

Art. 12. Aplicam-se às operações de importação de mercadorias do exterior os benefícios fiscais previstos para as operações realizadas no mercado interno com as mesmas mercadorias, em idênticas condições, sempre que tratado celebrado entre o Brasil e o país de origem dispuser nesse sentido.

Parágrafo único. Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 12 foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 12 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509, de 20/01/99:
"Parágrafo único.Para fruição do tratamento de que cuida este artigo, o interessado formulará requerimento ao Diretor de Tributação, fazendo comprovação do preenchimento das condições para gozo do benefício, podendo o reconhecimento do direito ser feito de forma genérica ou caso a caso, conforme dispuser o ato expedido por aquela autoridade."

Art. 13. A outorga de benefício fiscal, salvo disposição em contrário:

I - não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias;

II - para operação com determinada mercadoria não alcança a prestação de serviço de transporte com ela relacionada, e vice-versa.

SEÇÃO II
Da Isenção

SUBSEÇÃO I

Da Isenção das Operações com Produtos Hortifrutigranjeiros,
Agropecuários e Extrativos Animais e Vegetais

Art. 14. São isentas do ICMS as operações com hortaliças, frutas, animais, produtos agropecuários e produtos extrativos animais e vegetais:

I - nas saídas internas e interestaduais efetuadas por quaisquer estabelecimentos, exceto se destinados a industrialização, dos seguintes produtos hortícolas e frutícolas em estado natural, resfriados ou congelados (Convs. ICM 44/75, 20/76, 7/80, 36/84, 24/85 e 30/87, e Convs. ICMS 68/90, 09/91, 28/91, 78/91 e 124/93):

a) produtos hortícolas:

1 - abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfazema, almeirão, aneto, anis, araruta, arruda, aspargo e azedim;

2 - batata, batata-doce, berinjela, bertalha, beterraba, brócolos e brotos de bambu, de feijão, de samambaia e de outros vegetais (Conv. ICMS 17/93);

3 - cacateira, cambuquira, camomila, cará, cardo, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, couve e couve-flor;

4 - endívia, erva-cidreira, erva-de-santa-maria, erva-doce, ervilha, escarola e espinafre;

5 - folhas usadas na alimentação humana, e funcho;

Nota: A redação atual do item 5, da alínea "a", do inciso I do art. 14 foi dada pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, no DOE de 02/11/00).

Redação originária, efeitos até 01/11/00:
"*5 - folhas usadas na alimentação humana, e funcho (*Conv. ICM *36/87);"*

6 - gengibre e gobo (Conv. ICMS 17/93);

7 - hortelã;

8 - inhame;

9 - jiló;

10 - losna;

11 - macaxeira, mandioca, manjericão, manjerona, maxixe, milho verde, moranga e mostarda;

12 - nabiça e nabo;

13 - palmito, pepino, pimenta-de-cheiro, pimenta-malagueta e pimentão;

14 - quiabo;

15 - rabanete, repolho, repolho-chinês, raiz-forte, rúcula e ruibarbo;

16 - salsa, salsão e segurelha;

17 - taioba, tampala, tomate e tomilho;

18 - vagem;

b) flores e frutas, exceto amêndoas, nozes, pêras e maçãs:

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 14 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Redação originária, efeitos até 28/12/99:
"*b) frutas, exceto amêndoas, nozes, peras e maçãs (*Conv. ICM *36/87):*"

1 - nacionais; ou

2 - provenientes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela;

c) mudas de plantas e plantas ornamentais;

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso I do art. 14 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

II - de 01/10/91 até 31/10/07, nas saídas de bulbos de cebola, desde que (Conv. ICMS 58/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 14 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Nota: Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do 14 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).
"II - de 01/10/91 até 30/04/05, nas saídas de bulbos de cebola, desde que (Conv. ICMS 58/91):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 14 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
*"II - de 01/10/91 até 30/4/2003, nas saídas de bulbos de cebola, desde que (*Conv. ICMS *58/91, 148/92, 151/94, 121/97, 23/98, 5/99 e 10/01):"*

A redação da parte inicial do inciso II foi modificada pelas Alterações nºs 5, 7 e 12 (Decretos nºs 7244/98, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) as saídas sejam efetuadas pelo produtor;

b) os bulbos sejam certificados ou fiscalizados nos termos da legislação aplicável, e destinados à produção de sementes;

III - de 27/08/91 até 30/04/07, nas saídas internas e interestaduais de polpa de cacau (Convs. ICMS 39/91);

Nota: A redação atual do inciso III do 14 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04, DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 14 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 03/04/02,

DOE de 04/04/02):
"III - de 27/08/91 até 30/04/04, nas saídas internas e interestaduais de polpa de cacau (Convs. ICMS 39/91, 148/92, 124/93, 22/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 07/00 e 21/02);"

A redação do III do art. 14 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12, 17 e 33 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7824/00 e 8250/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

IV - de 24/04/92 até 30/04/99, nas saídas de algaroba e seus derivados, nas operações internas e interestaduais (Conv. ICM 18/89 e Convs. ICMS 53/90, 3/92, 129/93, 121/95 e 23/98);

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 14 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98) para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

V - de 04/10/93 até 30/04/04, nas saídas de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dentro do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos no Nordeste Semi-Árido (PRODEA), quando doados à SUDENE para serem distribuídos às populações alistadas em frentes de emergência constituídas no âmbito do Programa de Combate à Fome no Nordeste (Convs. ICMS 108/93, 124/93, 68/94, 22/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 07/00 e 21/02);

Nota: A redação do inciso V do art. 14 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12, 17 e 33 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7824/00 e 8250/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

VI - nas saídas:

a) revogada

Nota: A alínea "a", do inciso VI do art. 14 foi revogada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*a) de aves e produtos de sua matança, em estado natural, congelados ou simplesmente temperados, nas operações internas, exceto se destinados a industrialização (Convs. ICM 44/75, 14/78, 20/81, 36/84 e 28/87, e* Conv. ICMS *68/90, 09/91, 28/91, 78/91 e 124/93);*".

b) de ovos, nas operações internas, exceto se destinados a industrialização (Convs. ICM 44/75, 14/78, 20/78, 36/84 e 30/87, e Convs. ICMS 68/90, 09/91, 28/91, 78/91 e 124/93);

c) de pintos-de-um-dia (Convs. ICM 44/75, 14/78 e 21/89, e Convs. ICMS 25/89, 48/89, 60/89, 68/90, 09/91, 28/91, 78/91 e 124/93);

VII - nas saídas de caprinos e dos produtos comestíveis resultantes de sua matança (Conv. ICM 44/75 e Convs. ICMS 78/91 e 124/93);

VIII - a partir de 24/05/95, nas saídas de ovinos e dos produtos comestíveis resultantes do seu abate (Conv. ICMS 24/95);

IX - nas seguintes operações com reprodutores e matrizes de animais vacuns, ovinos, suínos e bufalinos, puros de origem, puros por cruza ou de livro aberto de vacuns, observado o disposto no parágrafo único (Convs. ICM 35/77):

Nota: A redação atual da parte incial do inciso IX do *caput* do art. 14 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

Redação anterior dada à parte incial do inciso IX do art. 14 pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos até 04/11/2004:
"IX - nas seguintes operações com reprodutores ou matrizes de bovinos, suínos, ovinos e bufalinos, puros de origem ou puros por cruza, observado o disposto no parágrafo único (Convs. ICM 35/77):"

Redação originária, efeitos até 04/05/04:
"IX - nas seguintes operações com reprodutores ou matrizes de bovinos, suínos, ovinos e bufalinos, puros de origem ou puros por cruza (Convs. ICM 35/77 e 9/78, e Convs. ICMS 46/90, 78/91 e 124/93):"

a) entrada, no estabelecimento comercial ou produtor, de animais importados do exterior pelo titular do estabelecimento, desde que tenham condição de obter o registro genealógico oficial no País;

b) saídas, nas operações internas e interestaduais:

1 - dos animais a que se refere o *caput* deste inciso, desde que possuam registro genealógico oficial e sejam destinados a estabelecimento agropecuário inscrito no cadastro de contribuintes da unidade federada de sua circunscrição ou, quando não exigido, inscrito no cadastro de contribuintes do Ministério da Fazenda, no Cadastro do Imposto Territorial Rural - ITR admitindo-se outro meio que comprove o exercício de atividade pecuária (Conv. ICMS 86/98).

Nota: A redação atual do item 1, da alínea "b", do inciso IV do art. 14 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*1 - dos animais a que se refere o caput deste inciso, desde que possuam registro genealógico oficial e sejam destinados a estabelecimento agropecuário devidamente inscrito na repartição fiscal a que estiver subordinado, nesta ou noutra unidade da Federação;*".

2 - de fêmeas de gado girolando, desde que devidamente registradas na associação própria;

X - de 24/04/92 até 31/10/07, nas entradas, do exterior, de reprodutores ou matrizes de caprinos de comprovada superioridade genética, quando a importação for efetuada diretamente por produtores (Conv. ICMS 20/92);

Nota: A redação atual do inciso X do art. 14 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso X do 14 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"X - de 24/04/92 até 30/04/05, nas entradas, do exterior, de reprodutores ou matrizes de caprinos de comprovada superioridade genética, quando a importação for efetuada diretamente por produtores (Convs. ICMS 20/92 e 121/95);"

Redação anterior dada ao inciso X do art. 14 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):

"X - de 24/04/92 até 30/04/03, nas entradas, do exterior, de reprodutores ou matrizes de caprinos de comprovada superioridade genética, quando a importação for efetuada diretamente por produtores (Convs. ICMS 20/92, 121/95, 5/99 e 10/01);"

A redação do inciso X do art. 14 foi modificada pela Alteração nº 12 (Decretos nºs 7675//99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

XI - nas operações internas e interestaduais com embrião ou sêmen congelado ou resfriado de bovino, de ovino, de caprino ou de suíno (Convs. ICMS 70/92, 36/99 e 27/02);

Nota: A redação atual do inciso XI do art. 14 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao inciso XI do art. 14 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 17/08/99 a 08/04/02:
"XI - nas operações internas e interestaduais com embrião ou sêmen congelado ou resfriado de bovino, de ovino ou caprino (Conv. ICMS 70/92 e 36/99);"

Redação originária:
"*XI - a partir de 16/07/92, nas operações internas e interestaduais com embrião ou sêmen congelados ou resfriados de bovino (Conv. ICMS 70/92);*".

XII - nas saídas internas de leite pasteurizado tipo especial, com 3,2% de gordura, de leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com 2,0% de gordura e de leite pasteurizado tipos A e B (Conv. ICM 25/83 e Conv. ICMS 121/89);

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 14 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"XII - nas saídas internas de leite, observado o disposto no art. 465;"

XIII - de 01/10/91 até 30/04/99, nas saídas internas de pescados, exceto em se tratando de (Convs. ICMS 60/91, 148/92, 121/95 e 23/98):

Nota: A redação atual do inciso XIII do art. 14 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98) para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) crustáceos, moluscos, adoque, bacalhau, merluza, pirarucu, salmão e rã;

b) operação que destine o pescado à industrialização;

c) pescado enlatado ou cozido;

XIV - de 19/12/92 até 31/10/07, nas saídas internas e interestaduais de pós-larvas de camarão (Conv. ICMS 123/92);

Nota: A redação atual do inciso XIV do art. 14 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de

17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso XIV do 14 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XIV - de 19/12/92 até 30/04/05, nas saídas internas e interestaduais de pós-larvas de camarão (Conv. ICMS 123/92);"

Redação anterior dada ao inciso XIV do art. 14 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"X - de 19/12/92 até 30/4/2003, nas saídas internas e interestaduais de pós-larvas de camarão (Convs. ICMS 123/92, 148/92, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 5/99 e 10/01);"

A redação do inciso XIV do art. 14 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98 e 7675/99) respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

XV - revogado

Nota: O inciso XV do art. 14 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"XV - nas saídas internas e interestaduais de cana-de-açúcar, de melaço e de mel rico destinados à fabricação de álcool etílico hidratado combustível por usina ou destinaria, nos termos do § 1º do art. 515, no período e atendidas as condições do seu § 2º;"

XVI - até 31 de dezembro de 2007, nas remessas de animais para a EMBRAPA para fins de inseminação e inovulação com animais de raça, e respectivo retorno, observado o seguinte (Conv. ICMS 47/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVI do art. 14 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVI pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos de 01/08/03 a 21/12/04:
"XVI - até 31 de dezembro de 2004, nas remessas de animais para a EMBRAPA para fins de inseminação e inovulação com animais de raça, e respectivo retorno, observado o seguinte (Conv. ICMS 47/98):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVI pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 25/06/01 até 31/07/03.
"XVI - até 31 de julho de 2003, nas remessas de animais para a EMBRAPA para fins de inseminação e inovulação com animais de raça, e respectivo retorno, observado o seguinte (Convs. ICMS 47/98 e 51/01):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVI, tendo sido acrescentado ao art. 14 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 14/07/98 até 24/06/01:
"XVI - até 31 de julho de 2001, nas remessas de animais para a EMBRAPA para fins de inseminação e inovulação com animais de raça, e respectivo retorno, observado o seguinte (Conv. ICMS 47/98):"

a) nas operações internas:

1 - tratando-se de produtor inscrito na condição de contribuinte normal, a Nota Fiscal indicará, como

natureza da operação, "Remessa a EMBRAPA para fins de inseminação ou inovulação" ou expressão equivalente, tendo o contribuinte o prazo de 90 (noventa) dias para efetuar o retorno dos animais ao estabelecimento de origem;

2 - tratando-se de produtor rural não equiparado a comerciante ou a industrial, a circulação dos animais será feita livremente;

b) nas operações interestaduais:

1 - a remessa de que trata este inciso será por prazo não superior a 90 (noventa) dias;

2 - será reconhecida exclusivamente no caso de serem os animais pertencentes a:

2.1 - produtor inscrito no cadastro estadual;

2.2 - produtor não inscrito autorizado pela repartição fazendária do seu domicílio fiscal;

3 - para efetuar remessa dos animais:

3.1 - tratando-se de produtor inscrito na condição de contribuinte normal, deverá ser emitida Nota Fiscal nos termos do item 1 da alínea anterior;

3.2 - nas operações realizadas por produtor rural não equiparado a comerciante ou a industrial, este, além de solicitar a emissão de Nota Fiscal Avulsa, firmará "Termo de Compromisso", em 2 vias, com a seguinte destinação:

3.2.1 - a 1ª via será retida pelo órgão fiscal da circunscrição do produtor remetente;

3.2.2 - a 2ª via será entregue ao produtor remetente para fins de controle e arquivamento;

4 - ocorrendo a venda dos animais no Estado destinatário:

4.1 - caberá a exigência do imposto correspondente à aplicação da alíquota interestadual;

4.2 - a base de cálculo do imposto será o valor da pauta fiscal prevista para a operação, ou, na falta desta, o valor da operação;

5 - o produtor rural não equiparado a comerciante ou a industrial apresentará, à repartição fiscal onde foi protocolizado o "Termo de Compromisso", o comprovante de quitação do imposto, quando o gado não retornar no prazo de 90 (noventa) dias, ou a 1ª via da Nota Fiscal de que trata a alínea seguinte;

c) para retorno dos animais, a Nota Fiscal que acobertar a operação conterá a seguinte observação: "Animais em retorno, recebido para inseminação ou inovulação, conforme Nota Fiscal nº ....., de ...../...../..... ";

d) ultrapassado o prazo máximo para retorno dos animais, estabelecido no item 1 das alíneas "b" e "c", sem que tenha havido o retorno, caberá a exigência do imposto, com base na pauta fiscal vigente na data da remessa inicial dos animais, ou, na falta desta, o valor da operação;

XVII - a partir de 01/08/98, nas saídas internas de farinha de mandioca (Conv. ICMS 59/98).

Nota: O inciso XVII foi acrescentado ao art. 14 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

XVIII - de 25/10/00 até 30/04/07, nas operações com leite de cabra (Conv. ICMS 63/00).

Nota: A redação do XVIII do art. 14 foi modificada pelas Alterações nºs 33, 41 e 56 (Decretos nºs 8250/02, 8511 e 9092/04), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso XVIII, tendo sido acrescentado ao art. 14 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867/00):
"XVIII - de 25/10/00 até 30/04/02, nas operações com leite de cabra (Conv. ICMS 63/00)."

Parágrafo único. A isenção prevista no inciso IX alcança também os animais que ainda não atingiram a maturidade para reproduzir.

Nota: O Parágrafo único foi acrescentado ao art. 14 pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

SUBSEÇÃO II
Da Isenção das Operações com Obras de Arte e Produtos de Artesanato

Art. 15. São isentas do ICMS as operações com obras de arte e produtos de artesanato:

I - nas saídas de obras de arte, de quaisquer estabelecimentos, quando decorrentes de operações realizadas pelo próprio autor (Convs. ICMS 59/91, 148/92 e 151/94);

II - nas saídas, efetuadas por artesãos ou por entidade de que este faça parte ou seja assistido, de produtos de artesanato, desde que (Convs. ICM 32/75 e Convs. ICMS 40/90, 103/90, 80/91 e 151/94):

Nota: **A redação atual do inciso II do art. 15 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso II do art. 15 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98):
"II - nas saídas, efetuadas por artesãos ou por intermédio de entidade de que este faça parte ou seja assistido, de produtos típicos de artesanato regional, desde que (Conv. ICMS 32/75 e Conv. ICMS 40/90, 103/90, 80/91 e 151/94):
a) sejam confeccionados ou preparados na residência do artesão;
b) não haja na sua produção a utilização de trabalho assalariado;
c) seja atendida a legislação do IPI."

Redação originária:
"II - nas saídas, efetuadas por artesãos ou por quaisquer estabelecimentos, de produtos típicos de artesanato regional, desde que (Conv. ICM 32/75 e Convs. ICMS 40/90, 103/90, 80/91 e 151/94):"

a) sejam provenientes de trabalho manual e, quando houver uso de máquinas, o resultado final continue individualizado;

Nota: **A redação atual da alínea "a" do inciso II do art. 15 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"a) sejam provenientes de trabalho manual;"

b) não haja na sua produção a utilização de trabalho assalariado;

c) revogada.

Nota: **A alínea "c" do inciso II do art. 15 foi revogado pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária, efeitos até 12/04/04:
"c) o produto seja vendido a consumidor final, pessoa física ou jurídica."

Parágrafo único. A isenção de que trata o inciso II alcança, também, as saídas efetuadas por artesão com destino a entidade de que este faça parte ou seja assistido.

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 15 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).

SUBSEÇÃO III
Da Isenção das Remessas de Amostras Grátis

Art. 16. São isentas do ICMS as remessas e os recebimentos de amostras grátis:

I - nas saídas e nos recebimentos de amostras grátis de produto de diminuto ou nenhum valor comercial, assim considerados os fragmentos ou partes de qualquer mercadoria, desde que em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer a sua natureza, espécie e qualidade (Conv. de Fortaleza e Conv. ICMS 29/90);

II - nas hipóteses do art. 28, VIII, "c".

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, somente serão consideradas amostras grátis as que satisfizerem às seguintes exigências:

I - as saídas deverão ser feitas a título de distribuição gratuita, com indicação da gratuidade do produto em caracteres impressos com destaque;

II - as quantidades não poderão exceder de 20% do conteúdo ou do número de unidades da menor embalagem de apresentação comercial do mesmo produto, para venda ao consumidor;

III - em se tratando de amostras de tecidos, não há restrições quanto à largura, mas seu comprimento só será admissível até 0,45m para os de algodão estampado, e até 0,30m para os demais, desde que contenham, em qualquer caso, impressa tipograficamente ou a carimbo, a expressão "Sem valor comercial", dispensadas desta exigência as amostras cujo comprimento não exceda de 0,25m e 0,15m, nas hipóteses supra, respectivamente;

IV - tratando-se de amostras de calçados, estas deverão consistir em pés isolados daquelas mercadorias, conduzidas por viajante de estabelecimento industrial, devendo constar gravada no solado dos calçados a expressão "Amostra para viajante";

V - na hipótese de amostras grátis de produtos da indústria farmacêutica, a distribuição deverá ser feita exclusivamente a médicos, veterinários e dentistas, bem como a estabelecimentos hospitalares.

SUBSEÇÃO IV
Da Isenção das Operações com Produtos Farmacêuticos

Art. 17. São isentas do ICMS as operações com medicamentos e outros produtos farmacêuticos de uso humano:

I - nas saídas de produtos farmacêuticos realizadas por órgãos ou entidades, inclusive fundações, da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, com destino (Conv. ICM 40/75 e Convs. ICMS 41/90, 80/91 e 151/94):

a) a outros órgãos ou entidades da mesma natureza;

b) a consumidor final, desde que efetuadas por preço não superior ao custo dos produtos;

II - nas seguintes saídas e entradas de mercadorias, desde que as operações estejam beneficiadas com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI (Conv. ICMS 10/02):

Nota: A redação atual do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 17 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 27/07/01 a 08/04/02:
"II - nas seguintes saídas e entradas de mercadorias, desde que as operações estejam beneficiadas com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI (Convs. ICMS 130/92, 23/93, 51/94, 164/94, 46/96, 88/96 e 24/97):"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955, de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 17/05/01:
"*II - nas seguintes saídas e entradas de mercadorias, desde que as operações estejam beneficiadas com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI (Convs. ICMS 130/92, 23/93, 51/94, 164/94, 46/96, 88/96, 24/97 e 21/01):*".

Redação anterior dada ao inciso II do art. 17 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"II - nas seguintes saídas e entradas de mercadorias, desde que as operações estejam beneficiadas com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI (Convs. ICMS 130/92, 23/93, 51/94, 164/94, 46/96, 88/96 e 24/97):"

Redação originária:
"II - nas seguintes saídas e entradas de mercadorias, desde que as operações estejam beneficiadas com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI (Convs. ICMS 130/92, 23/93, 51/94, 164/94, 46/96 e 88/96):

a) recebimento pelo importador de:

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), para acrescentar a indicação do convênio e alterar os itens 1.9, 1.15, 1.17 e 2.1, efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"a) recebimento pelo importador (Conv. ICMS 21/01):"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"*a) recebimento pelo importador:*".

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 09/01/01:
"*a) recebimento pelo importador dos fármacos Sulfato de Indinavir, código NBM/SH 2924.29.99, Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Timidina, código NBM/SH 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29, Mentiloxatiolano e 1,4-Ditiano 2,5 Diol, ambos classificados no código NBM/SH 2930.90.39, Glioxilato de L-Mentila, código NBM/SH 2930.90.39, Citosina, código NBM/SH 2933.59.99 e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69, 3004.90.99 e o medicamento classificado no código NBM/SH 3004.90.79, que tenha como princípio ativo a substância Efavirenz (Convs. ICMS 42/98, 114/98, 66/99, 96/99, 59/00 e 95/00);*"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), efeitos a partir de 25/10/00:
a) recebimento pelo importador dos fármacos Sulfato de Indinavir, código NBM/SH 2924.29.99, Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Timidina, código NBM/SH 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69, 3004.90.99 e o medicamento classificado no código NBM/SH 3004.90.79, que tenha como princípio ativo a substância Efavirenz (Convs. ICMS 42/98, 114/98, 66/99, 96/99 e 59/00);

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 06/01/00:
"a) recebimento pelo importador dos fármacos Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Timidina, código NBM/SH 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69, 3004.90.99 e o medicamento classificado no código NBM/SH 3004.90.79, que tenha como princípio ativo a substância Efavirenz (Convs. ICMS 42/98, 114/98, 66/99 e 96/99);"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99:
"*a) recebimento pelo importador dos fármacos Timidina, código NBM 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69, 3004.90.99 e o medicamento classificado no código NBM/SH 3004.90.79, que tenha como princípio ativo a substância Efavirenz (Convs. ICMS 42/98, 114/98 e 66/99);".*

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99:
"*a) recebimento pelo importador dos fármacos Timidina, código NBM/SH 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina e Delavirdina, todos classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69 e 3004.90.99(Convs. ICMS 42/98 e 114/98);*".

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98:
"a) recebimento pelo importador dos fármacos Timidina, código NBM 2934.90.23, Zidovudina - AZT, código NBM 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina e

Lamivudina, todos classificados nos códigos NBM 3003.90.99 e 3004.90.99 (Conv. ICMS 42/98);"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"a) entradas, no estabelecimento do importador, procedentes do exterior, do produto Thimidina (NCM 2934.90.23) e do fármaco Zidovudina-AZT (NCM 2934.90.22), dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina e Lamivudina (NCM 3003.90.99 e 3004.90.99);"

Redação originária:
"a) entradas, no estabelecimento do importador, procedentes do exterior, do produto Thimidina (NBM/SH 2933.59.9900), Zidovudina fármaco AZT (NBM/SH 3003.90.0301), Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir e Lamivudina (NBM/SH 3003.90.0399 e 3004.90.0399);"

1. produtos intermediários a seguir indicados, destinados à produção de medicamento de uso humano para o tratamento de portadores do vírus da AIDS:

Nota: A redação atual do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1. dos fármacos a seguir indicados, destinados à produção de medicamentos de uso humano, para o tratamento de portadores do vírus da AIDS, classificados nos respectivos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH:"

1.1. Ácido3-hidroxi-2-metilbenzoico, 2918.19.90;

Nota: A redação atual do subitem 1.1, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.1, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.1. Ácido3-hidroxi-2-metilbenzóico, 2918.19.90;"

1.2. Glioxilato de L-Mentila, e 1,4-Ditiano 2,5 Diol, Mentiloxatiolano, 2930.90.39;

Nota: A redação atual do subitem 1.2, item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.2, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.2. Sulfato de Indinavir, 2924.29.99;"

1.3. Cloridrato de 3-cloro-metilpiridina, 2-Cloro-3-(2-clorometil-4-piridilcarboxamido)-4-metilpiridina, 2-Cloro-3-(2-ciclopropilamino-3-piridilcarboxamido)-4-metilpiridina, 2933.39.29;

Nota: A redação atual do subitem 1.3, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela

Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.3, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.3. Mentiloxatiolano, Glioxilato de L-Mentila, e 1,4-Ditiano 2,5 Diol, todos classificados no código 2930.90.39;"

1.4. Benzoato de [3S-(2(2S*3S*)2alfa,4aBeta,8aBeta)]-N-(1,1-dimetiletil) decahidro-2-(2-hidroxi-3-amino-4-(feniltiobutil)-3-isoquinolina carboxamida, 2933.49.90;

Nota: A redação atual do subitem 1.4, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.4, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.4. Cloridrato de 3-cloro-metilpiridina, 2933.39.29;"

1.5. N-terc-butil-1-(2(S)-hidroxi-4-(R)-[N-[(2)-hidroxiindan-1(S)-il]carbamoil]-5-fenilpentil) piperazina-2(S)-carboxamida, 2933.59.19;

Nota: A redação atual do subitem 1.5, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.5, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.5. 2-Cloro-3-(2-Clorometil-4-piridilcarboxamido)-4-metilpiridina, 2933.39.29;"

1.6. Indinavir Base: [1(1S,2R),5(S)]-2,3,5-trideoxi-N-(2,3-dihidro-2-hidroxi-1H-inden-1-il)-5-[2-[[(1,1-dimetiletil)-amino]carbonil]-4-(3-piridinilmetil)-1-piperazinil]-2-(fenilmetil)-D-eritro-pentonamida, 2933.59.19;

Nota: A redação atual do subitem 1.6, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.6, item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.6. 2-Cloro-3-(2-Ciclopropilamino-3-piridilcarboxamido)-4-metilpiridina, 2933.39.29;"

1.7. Citosina, 2933.59.99;

Nota: A redação atual do subitem 1.7, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.7, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
*"1.7. Benzoato de [3S-(2(2*3S*) 2alfa,4aBeta,8aBeta)]-N-(1,1dimetiletil) decahidro-2- (2-hidroxi-3-amino-4 - (feniltiobutil)-3-isoquinolina carboxamida, 2933.40.90;"*

1.8. Timidina, 2934.99.23;

Nota: A redação atual do subitem 1.8, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.8, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.8. Nelfinavir Base: 3S-[2(2S,3S*),3alfa,4aBeta,8aBeta] [-N-(1,1-dimetiletil)decahidro-2-[2-hidroxi-3-[(3-hidroxi-2-metilbenzoil)amino]-4-(feniltio)butil]-3-isoquinolina carboxamida, 2933.40.90;"*

1.9. Hidroxibenzoato de (2R-cis)-4-amino-1-[2-hidroxi-metil)-1,3-oxatiolan-5-il]-2(1H)-pirimidinona, 2934.99.39

Nota: A redação atual do subitem 1.9, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.9, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 25 Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.9. N-terc-butil-1-(2(S)-hidroxi-4-(R)-[N[(2)-hidroxiindan-1(S)-il]carbamoil]-5-fenilpentil) piperazina-2 (S)-carboxamida, 2933.59.19;"

Redação anterior dada ao item 1.9, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"*1.9. N-terc-butil-1-(2(S)-hidroxi-4-(R)-[N[(2)-hidroxiindan-1(S)-il]carbamoil]-5-fenilpentil) piperazina-2(S)-carboxamida, 2939.59.19;*".

1.10. (2R,5R)-5-(4-amino-2-oxo-2H-pirimidin-1-il)-[1,3]-oxatiolan-2-carboxilato de 2S-isopropil-5R-metil-1R-ciclohexila, 2934.99.99;

Nota: A redação atual do subitem 1.9, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.10, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.10. Indinavir Base : [1(1S,2R),5(S)]-2,3,5-trideoxi-N-(2,3-dihidro-2-hidroxi-1H-inden-1-il)-5- [2-[[1,1-dimetiletil) -amino]carbonil]-4- (3-piridinilmetil)-1-piperazinil]-2- (fenilmetil)-D-eritropentonamida, 2933.59.19;"

1.11. revogado;

Nota: O subitem 1.11, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.11, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.11. Citosina, código NBM/SH 2933.59.99;"

1.12. revogado;

Nota: O subitem 1.12, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.12, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.12. Zidovudina - AZT, código NBM/SH 2934.90.22;"

1.13. revogado;

Nota: O subitem 1.13, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.13, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.13. Timidina, 2934.90.23;"

1.14. revogado;

Nota: O subitem 1.14, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.14, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.14. Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no código NBM/SH 2934.90.29;"

1.15. revogado;

Nota: O subitem 1.15, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.15, do item 1, da alínea "a" pela Alteração nº 25 Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.15. Hidroxibenzoato de (2R-cis)-4-amino-1-[2-hidroxi-metil)-1,3-oxatiolan-5-il]-2(1H)-pirimidinona, 2934.90.39;"

Redação anterior dada ao subitem 1.15, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"*1.15. Hidroxibenzoato de (2R-cis)-4-amino-1-[2-hidroxi-metil)-1,3-oxatiolan-5-il]-2(1H)-pirimidinona, 2934.90.99*;".

1.16. revogado;

Nota: O subitem 1.16, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.16, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"1.16. Nevirapina, 2934.90.99;"

1.17. revogado;

Nota: O subitem 1.17, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.17, do item 1, da alínea "a" pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 03/05/01 a 08/05/02:
"1.17. (2R,5R)-5-(4-amina-2-oxo-2H-pirimidin-1-il)-[1,3]-oxatiolan-2 carboxilato de 2S-isopropil-5R-metil-1R-ciclohexila, 2934.90.99;8"

Redação anterior dada ao subitem 1.17, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"*1.17. (2R,5R)-5-(4-amina-2-oxo-2H-pirimidin-1-il)-[1,3]-oxatiolan-2-carboxilato de 2S-isopropil-5R-metil-1R-ciclohexila, 2934.90.99;*"

1.18. revogado.

Nota: O subitem 1.18, do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi revogado pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.18, tendo sido acrescentado ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 08/05/02:
"1.18. Medicamento resultante da associação de Lopinavir e Ritonavir, 3003.90.99 e 3004.90.99;"

1.19. Ciclopropil-Acetileno, 2902.90.90;

Nota: O subitem 1.19 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.20. Cloreto de Tritila, 2903.69.19;

Nota: O subitem 1.20 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.21. Tiofenol, 2908.20.90;

Nota: O subitem 1.21 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.22. 4-Cloro-2-(trifluoroacetil)-anilina, 2921.42.29;

Nota: O subitem 1.22 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.23. N-tritil-4-cloro-2-(trifluoroacetil)-anilina, 2921.42.29;

Nota: O subitem 1.23 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.24. (S)-4-cloro-alfa-ciclopropiletinil-alfa-trifluorometil-anilina, 2921.42.29;

Nota: O subitem 1.24 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.25. N-metil-2-pirrolidinona, 2924.21.90;

Nota: O subitem 1.25 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.26. Cloreto de terc-butil-dimetil-silano, 2931.00.29;

Nota: O subitem 1.26 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.27. (3S,4aS,8aS)-2-{(2R)-2-[(4S)-2-(3-hidroxi-2-metil-fenil)-4,5-dihidro-1,3-oxazol-4-il] -2-hidroxietil}-N-(1,1-dimetil-etil)-decahidroisoquinolina-3-carboxamida, 2933.49.90;

Nota: O subitem 1.27 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.28. Oxetano (ou : 3′,5′-Anidro-timidina), 2934.99.29;

Nota: O subitem 1.28 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.29. 5-metil-uridina, 2934.99.29;

Nota: O subitem 1.29 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.30. Tritil-azido-timidina, 2334.99.29;

Nota: O subitem 1.30 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.31. 2,3-Dideidro-2,3-dideoxi-inosina, 2934.99.39;

Nota: O subitem 1.31 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.32. Inosina, 2934.99.39;

Nota: O subitem 1.32 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.33. 3-(2-cloro-3-piridil-carbonil)-amino-2-cloro-4-metilpiridina, 2933.39.29;

Nota: O subitem 1.33 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.34. N-(2-cloro-4-metil-3-piridil-2-ciclopropilamino)-3-pridinocarboxamida. 2933.39.29;

Nota: O subitem 1.34 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

1.35. 5’ – Benzoil – 2’ – 3’ – dideidro – 3’ – deoxi-timidina;”;

Nota: O subitem 1.35 foi acrescentado ao item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.

2. dos fármacos a seguir indicados, destinados à produção de medicamentos de uso humano para o tratamento de portadores do vírus da AIDS:

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 08/05/02:
"2. dos medicamentos de uso humano, para o tratamento de portadores do vírus da AIDS, a seguir indicados, classificados nos respectivos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema

Harmonizado - NBM/SH:"

2.1. Nelfinavir Base: 3S-[2(2S*,3S*),3alfa,4aBeta,8aBeta]]-N-(1,1-dimetiletil)decahidro-2-[2-hidroxi-3-[(3-hidroxi-2-etilbenzoil)amino]-4-(feniltio)butil]-3-isoquinolina carboxamida, 2933.49.90;

Nota: A redação atual do subitem 2.1, do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 2.1, do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 03/05/01 a 08/04/02:
"2.1. Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69 e 3004.90.99;"

Redação anterior dada ao subitem 2.1, tendo sido acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"*2.1. Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina, Delavirdina e Ziagenavir, todos classificados nos códigos 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69 e 30.04.90.99;*".

2.2. Zidovudina - AZT, 2934.99.22;

Nota: A redação atual do subitem 2.2, do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 2.2, tendo sido acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01:
"2.2. O que tenha como princípio ativo a substância Efavirenz, 304.90.79;".

2.3. Sulfato de Indinavir, 2924.29.99;

Nota: A redação atual do subitem 2.3, do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao subitem 2.3, tendo sido acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 31 ((Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 08/04/02:
"2.3. Medicamento resultante da associação de Lopinavir e Ritonavir, 3003.90.99 e 3004.90.99;"

2.4. Lamivudina, 2934.99.93;

Nota: O subitem 2.4, foi acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

2.5. Didanosina, 2934.99.29;

Nota: O subitem 2.5, foi acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

2.6. Nevirapina, 2934.99.99;

Nota: O subitem 2.6, foi acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

2.7. Mesilato de nelfinavir, 2933.49.90;

Nota: O subitem 2.7, foi acrescentado ao item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3. dos medicamentos de uso humano para o tratamento de portadores do vírus da AIDS, à base de:

Nota: O item 3, foi acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.1. Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Delavirdina, Lamivudina, medicamento resultante da associação de Lopinavir e Ritonavir; 3003.90.99, 3004.90.99, 3003.90.69, 3004.90.59;

Nota: O subitem 3.1, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.2. Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Sulfato de Abacavir, 3003.90.78, 3004.90.68;

Nota: O subitem 3.2, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.3. Ziagenavir, 3003.90.79, 3004.90.69;

Nota: O subitem 3.3, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.4. Efavirenz, Ritonavir; 3003.90.88 ; 3004.90.78;

Nota: O subitem 3.4, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.5. Mesilato de nelfinavir, 3004.90.68 e 3003.90.78;

Nota: O subitem 3.5, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

3.6. Zidovudina – AZT e Nevirapina, 3004.90.79 e 3004.90.99.

Nota: O subitem 3.6, foi acrescentado ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), ficando convalidadas as operações ocorridas no período de 08/04/02 até 11/08/05, ressaltando que, a convalidação não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

b) saídas internas e interestaduais:

1 - dos fármacos destinados a produção de medicamentos de uso humano para o tratamento dos portadores do vírus da AIDS:

Nota: A redação atual do item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao do item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), efeitos de 25/10/00 a 08/05/02:
"1. dos fármacos Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Zidovudina, código NBM/SH 2934.90.22, Ganciclovir, código NBM/SH 2933.59.49, Estavudina, Lamivudina e Didanosina, classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e Sulfato de Indinavir, código NBM/SH 2924.29.99, todos destinados a produção de medicamentos de uso humano para o tratamento dos portadores do vírus da AIDS (Conv. ICMS 42/98, 96/99, 13/00 e 59/00);"

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 24/07/00:
"1 - dos fármacos Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Zidovudina, código NBM/SH 2934.90.22, Ganciclovir, código NBM/SH 2933.59.49, Estavudina, Lamivudina e Didanosina, classificados no código NBM/SH 2934.90.29, e Sulfato de Indinavir, código NBM/SH 3004.90.68, todos destinados a produção de medicamentos de uso humano para o tratamento dos portadores do vírus da AIDS (Conv. ICMS 42/98, 96/99 e 13/00);"

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 06/01/00:
"1- *dos fármacos Nevirapina, código NBM/SH 2934.90.99, Zidovudina, código NBM 2934.90.22, Ganciclovir, código NBM 2933.59.49, Estavudina, Lamivudina e Didanosina, classificados no código NBM 2934.90.29, todos destinados a produção de medicamentos de uso humano para o tratamento dos portadores do vírus da AIDS (Conv. ICMS 42/98 e 96/99)"*;

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 8º (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98:
"*1 - dos fármacos Zidovudina, código NBM 2934.90.22, Ganciclovir, código NBM 2933.59.49, Estavudina, Lamivudina e Didanosina, os três classificados no código NBM 2934.90.29, todos destinados a produção de medicamentos de uso humano para o tratamento dos portadores do vírus da AIDS(Conv. ICMS 42/98);*".

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"1 - dos fármacos Zidovudina (NCM 2934.90.22), Ganciclovir (NCM 2933.59.99) e Estavudina (NCM 2933.90.99), destinados à produção de medicamentos de uso humano para o tratamento da AIDS;"

Redação originária:
"1 - dos fármacos Zidovudina (NBM/SH 3003.90.0301), Ganciclovir (NBM/SH 2933.59.9900) e Stavudina (NBM/SH 2933.90.9900), destinados à produção de medicamento de uso humano para o tratamento da AIDS;"

1.1. Sulfato de Indinavir, 2924.29.99;

Nota: O subitem 1.1, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.2. Ganciclovir, 2933.59.49;

Nota: O subitem 1.2, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.3. Zidovudina, 2934.99.22;

Nota: O subitem 1.3, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.4. Didanosina, 2934.99.29;

Nota: O subitem 1.4, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.5. Estavudina, 2934.99.27;

Nota: O subitem 1.5, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.6. Lamivudina, 2934.99.93;

Nota: O subitem 1.6, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

1.7. Nevirapina, 2934.99.99;

Nota: O subitem 1.7, foi acrescentado ao item 1, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

2 - dos medicamentos de uso humano, destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS, à base

de:

Nota: A redação atual do item 2, com os subitens 2.1 a 2.5, da alínea "b", do inciso II do art. 17 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação anterior dada ao item 2, da alíena "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 08/05/02:
"2. dos medicamentos de uso humano, destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS: os classificados nos códigos NBM/SH 2934.90.99, 3003.90.99, 3003.90.78, 3004.90.69, 3004.90.99 e 3004.90.79, que tenham como princípio ativo os fármacos Nevirapina, Zidovudina-AZT, Ganciclovir, Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Sulfato de Abacavir, Ritonavir, Lamivudina, Delavirdina ou Efavirenz, e o medicamento resultante da associação de Lopinavir e Ritonavir, classificados nos códigos da NBM/SH 3003.90.99 e 3004.90.99;"

Redação anterior dada ao item 2, da alíena "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos de 06/01/00 atéa 14/01/02:
"2. dos medicamentos de uso humano, destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS: os classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69, 3004.90.99 e 3004.90.79, que tenham como princípio ativo os fármacos Zidovudina-AZT, Ganciclovir, Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Sulfato de Abacavir, Ritonavir, Lamivudina, Delavirdina ou Efavirenz (Conv. ICMS 114/98 e 66/99);"

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos de 17/11/99 a 05/01/00:"
"2 - dos medicamentos de uso humano, destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS: os classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69, 3004.90.99 e 3004.90.79, que tenham como princípio ativo os fármacos Zidovudina-AZT, Ganciclovir, Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Sulfato de Abacavir, Ritonavir, Lamivudina, Delavirdina ou Efavirenz (Conv. ICMS 114/98 e 66/99);".

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99:
"2 - dos seguintes medicamentos de uso humano destinados ao tratamento da AIDS: os classificados nos códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69 e 3004.90.99, que tenham como princípio ativo os fármacos Zidovudina-AZT, Ganciclovir, Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Lamivudina ou Delavirdina (Conv. ICMS 114/98);".

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso II do art. 17 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"2 - dos seguintes medicamentos de uso humano destinados ao tratamento da AIDS: os classificados nos códigos 3003.90.99 e 3004.90.99 da NCM, que tenham Zidovudina-AZT fármaco como princípio ativo, que tenham como princípio ativo o fármaco Ganciclovir, assim como aqueles que tenham como princípio ativo o Zalcitabina, a Didanosina, a Estavudina, o Saquinavir, o Sulfato de Indinavir, o Ritonavir e a Lamivudina;".

Redação originária:
"2 - dos seguintes medicamentos de uso humano destinados ao tratamento da AIDS:
2.1 - o classificado no código 3004.90.0301 da NBM/SH, que tenha Zidovudina fármaco AZT como princípio ativo básico:
2.2 - o classificado no código 3003.90.9999 da NBM/SH, que tenha como princípio básico ativo o Ganciclovir;
2.3 - o Zalcitabina, a Didanosina, o Saquinavir, o Sulfato de Indinavir, a Lamivudina e a Stavudina, classificados no código 3004.90.0399 da NBM/SH;

2.4 - o classificado no código 3004.90.9999 da NBM/SH, que tenha como princíio ativo o Ritonavir."

2.1. Ritonavir, 3003.90.88, 3004.90.78;

2.2. Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Delavirdina, Lamivudina, medicamento resultante da associação de Lopinavir e Ritonavir; 3003.90.99, 3004.90.99, 3003.90.69, 3004.90.59;

2.3. Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Sulfato de Abacavir, 3003.90.78, 3004.90.68;

2.4. Ziagenavir, 3003.90.79, 3004.90.69;

2.5. Mesilato de nelfinavir, 3004.90.68 e 3003.90.78;

III - de 01/01/91 até 30/04/08, nas entradas dos remédios abaixo relacionados, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Conv. ICMS 41/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso III do art. 17 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso III do 17 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"III - de 01/01/91 até 30/04/05, nas entradas dos remédios abaixo relacionados, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Conv. ICMS 41/91):"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 17 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"III - de 01/01/91 até 30/04/03, nas entradas dos remédios abaixo relacionados, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Convs. ICMS 41/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 05/99 e 10/01):"

A redação do inciso III do art. 17 foi modificada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99) para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) Milupa PKU 1 (código 2106.90.90 da NCM);

b) Milupa PKU 2 (código 2106.90.90 da NCM);

c) Kit de Radioimunoensaio;

d) Leite Especial sem Fenillalanina (código 2106.90.90 da NCM);

e) Farinha Hammermuhle;

IV - nas saídas internas de medicamentos quimioterápicos usados no tratamento do câncer (Conv. ICMS 34/96);

V - nas hipóteses:

a) do art. 28, VII, "d", 3;

b) do art. 28, VIII, "e";

VI - até 30/04/07, nas entradas, do exterior, realizadas pela Fundação Nacional de Saúde, dos produtos

imunobiológicos, medicamentos e inseticidas, abaixo relacionados, destinados às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela, promovidas pelo Governo Federal (Conv. ICMS 95/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VI do *caput* do art. 17 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do *caput* do art. 17 pela Alteração nº 31, (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 01/01/02 a 20/01/04:
"VI - até 31/12/03, nas entradas, do exterior, realizadas pela Fundação Nacional de Saúde, dos produtos imunobiológicos, medicamentos e inseticidas, abaixo relacionados, destinados às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela, promovidas pelo Governo Federal (Convs. ICMS 95/98, 78/00, 97/01 e 127/01):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do *caput* do art. 17 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/10/01 até 31/12/01:
"VI - até 31/12/01, nas entradas, do exterior, realizadas pela Fundação Nacional de Saúde, dos produtos imunobiológicos, medicamentos e inseticidas, abaixo relacionados, destinados às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela, promovidas pelo Governo Federal (Convs. ICMS 95/98, 78/00 e 97/01):"

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 17 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 09/01/01 até 21/10/01:
"VI - até 31/12/01, nas entradas, do exterior, realizadas pela Fundação Nacional de Saúde, dos produtos imunobiológicos, medicamentos e inseticidas, abaixo relacionados, destinados às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela, promovidas pelo Governo Federal (Convs. ICMS 95/98 e 78/00):"

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Vacina Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola)	*3002.20.26*
Vacina Tríplice DPT (tétano, difteria e coqueluche)	*3002.20.27*
Vacina contra Sarampo	*3002.20.24*
Vacina c/ Haemóphilus Influenza "B"	*3002.20.29*
Vacina contra Hepatite "B"	*3002.20.23*
Vacina Inativa contra Polio	*3002.20.29*
Vacina Liofilizada contra Raiva	*3002.30.10*
Vacina contra Pneumococo	*3002.20.29*
Vacina contra Febre Tifóide	*3002.20.29*
Vacina oral contra Poliomielite	*3002.20.22*
Vacina contra Meningite "B" + " C"	*3002.20.25*
Vacina Dupla Adulto DT (difteria e tétano)	*3002.20.29*
Vacina contra Meningite "A" + "C"	*3002.20.25*
Vacina contra Rubéola	*3002.20.29*
Vacina Dupla Infantil (sarampo e coqueluche)	*3002.20.29*
Vacina Dupla Viral (sarampo e rubéola)	*3002.20.29*
Vacina contra Hepatite A	*3002.20.29*
Vacina Tríplece Acelular (DTPa)	*3002.20.29*
Vacina contra Varicela	*3002.20.29*
Vacina contra Influenza	*3002.20.29*

IMUNOGLOBULINAS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Anti-Hepatite "B"	*3002.10.39*
Anti Varicella Zóster	*3002.10.39*
Anti-Tetânica	*3002.10.39*
Anti-Rábica	*3002.10.39*

SOROS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Anti Rábico	*3002.10.19*
Toxóide Tetânico	*3002.10.19*
Anti-tetânico	*3002.10.12*

MEDICAMENTOS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Antimonial Pentavalente	*3003.90.39*
Clindamicina 300 mg	*3004.20.99*
Doxiciclina 100 mg	*3004.20.99*
Mefloquina	*3004.90.99*
Cloroquina	*3004.90.99*
Praziquantel	*3004.90.63*

Mectizam	*3004.90.59*
Primaquina	*3004.90.99*
Oximiniquina	*3004.90.69*
Cypemetrina	*3003.90.56*
Artemeter	*3003.90.99*
Artezunato	*3003.90.99*
Benzonidazol	*3003.90.99*
Clindamicina	*3003.90.99*
Mansil	*3003.20.99*
Quinina	*2939.21.00*
Rifampicina	*3003.20.32*
Sulfadiazina	*3003.20.99*
Sulfametoxazol + Trimetropina	*3003.90.82*
Tetraciclina	*2941.30.99*

INSETICIDAS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Piretróide Deltrametrina	*3808.10.29*
Fenitrothion	*3808.10.29*
Cythion	*3808.10.29*
Etofenprox	*3808.10.29*
Bendiocarb	*3808.10.29*
Temefós Granulado 1%	*3808.10.29*
Bromadiolone (raticida)	*3808.90.26*
Bacillus Thuringiensis subsp. Israelensis (BTI)	*3808.10.21*
Carbamato	*3808.90.29*
Malathion	*3808.90.29*
Moluscocida	*3808.90.29*
Piretróides	*2926.90.29*
Rodenticida	*3808.90.29*
S-metoprene	*3808.90.29*

OUTROS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Artesunato	*3004.90.99*
Vitamina "A"	*3004.50.40*
Kits para diagnóstico de Malária	*3006.30.29*
Kits para diagnóstico de Sarampo	*3006.30.29*
Kits para diagnóstico de Rubeóla	*3006.30.29*

Redação anterior dada ao inciso VI, tendo sido acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):

"VI - nas entradas, do exterior, realizadas pela Fundação Nacional de Saúde, dos produtos imunobiológicos, medicamentos e inseticidas, abaixo relacionados, destinados às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela, promovidas pelo Governo Federal (Conv. ICMS 95/98):

VACINAS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Vacina Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola)	*3002.20.26*
Vacina Tríplice DPT (tétano, difteria e coqueluche)	*3002.20.27*
Vacina contra Sarampo	*3002.20.24*
Vacina c/ Haemóphilus Influenza "B"	*3002.20.29*
Vacina contra Hepatite "B"	*3002.20.23*
Vacina Inativa contra Polio	*3002.20.29*
Vacina Liofilizada contra Raiva	*3002.30.10*
Vacina contra Pneumococo	*3002.20.29*
Vacina contra Febre Tifóide	*3002.20.29*
Vacina oral contra Poliomielite	*3002.20.22*
Vacina contra Meningite "B" + " C"	*3002.20.25*
Vacina Dupla Adulto DT (difteria e tétano)	*3002.20.29*
Vacina contra Meningite "A" + "C"	*3002.20.25*
Vacina contra Rubéola	*3002.20.29*

IMUNOGLOBULINAS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Anti-Hepatite "B"	*3002.10.29*
Anti Varicella Zóster	*3002.10.29*
Anti-Tetânica	*3002.10.29*
Anti-Rábica	*3002.10.29*

SOROS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Anti Rábico	*3002.10.29*
Toxóide Tetânico	*3002.90.99*

MEDICAMENTOS

DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Antimonial Pentavalente	*3003.90.39*
Clindamicina 300 mg	*3004.20.99*
Doxiciclina 100 mg	*3004.20.99*
Mefloquina	*3004.90.99*
Cloroquina	*3004.90.99*

Praziquantel	*3004.90.63*
Mectizam	*3004.90.59*
Primaquina	*3004.90.99*
Oximiniquina	*3004.90.69*
Cypemetrina	*3003.90.56*

INSETICIDAS	
DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Piretróide Deltrametrina	*3808.10.29*
Fenitrothion	*3808.10.29*
Cythion	*3808.10.29*
Etofenprox	*3808.10.29*
Bendiocarb	*3808.10.29*
Temefós Granulado 1%	*3808.10.29*
Bromadiolone (raticida)	*3808.90.26*

OUTROS	
DESCRIÇÃO	*CLASSIFICAÇÃO NBM/SH*
Artesunato	*3004.90.99*
Vitamina "A"	*3004.50.40*
Kits para diagnóstico de Malária	*3006.30.29".*

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	**CLASSIFICAÇÃO NBM/SH**
VACINAS	
Vacina Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola)	3002.20.26
Vacina Tríplice DPT (tétano, difteria e coqueluche)	3002.20.27
Vacina contra Sarampo	3002.20.24
Vacina c/ Haemóphilus Influenza "B"	3002.20.29
Vacina contra Hepatite "B"	3002.20.23
Vacina Inativa contra Polio	3002.20.29
Vacina Liofilizada contra Raiva	3002.30.10
Vacina contra Pneumococo	3002.20.29
Vacina contra Febre Tifóide	3002.20.29
Vacina oral contra Poliomielite	3002.20.22
Vacina contra Meningite B + C	3002.20.25
Vacina Dupla Adulto DT (difteria e tétano)	3002.20.29
Vacina contra Meningite A + C	3002.20.25
Vacina contra Rubéola	3002.20.29
Vacina Dupla Infantil (sarampo e coqueluche)	3002.20.29
Vacina Dupla Viral (sarampo e rubéola)	3002.20.29
Vacina contra Hepatite A	3002.20.29
Vacina Tríplice Acelular (DTPa)	3002.20.29
Vacina contra Varicela	3002.20.29
Vacina contra Influenza	3002.20.29
IMUNOGLOBULINAS	
Anti-Hepatite "B"	3002.10.39
Anti Varicella Zóster	3002.10.39
Anti-Tetânica	3002.10.39
Anti-rábica	3002.10.39
SOROS	
Anti Rábico	3002.10.19
Toxóide Tetânico	3002.10.19
Anti-tetânico	3002.10.12
Anti-botulínico	3002.10.19
Outros anti-soros específicos de animais/pessoas imunizadas	3002.10.19
MEDICAMENTOS	
Antimonial Pentavalente	3003.90.39
Clindamicina 300 mg	3004.20.99
Doxiciclina 100 mg	3004.20.99
Mefloquina	3004.90.99
Cloroquina	3004.90.99
Praziquantel	3004.90.63
Mectizam	3004.90.59
Primaquina	3004.90.99
Oximiniquina	3004.90.69
Cypemetrina	3003.90.56
Artemeter	3003.90.99
Artezunato	3003.90.99
Benzonidazol	3003.90.99
Clindamicina	3003.20.99

Mansil	3003.20.99
Quinina	2939.21.00
Rifampicina	3003.20.32
Sulfadiazina	3003.90.82

Nota: A redação atual do código do medicamento sulfadiazina foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 23/07/02.	
Sulfametoxazol + Trimetropina	3003.90.82
Tetraciclina	2941.30.99
Interferon Gama	3004.20.99
Terizidona	3004.90.99
INSETICIDAS	
Piretróide Deltrametrina	3808.10.29
Fenitrothion	3808.10.29
Cythion	3808.10.29
Etofenprox	3808.10.29
Bendiocarb	3808.10.29
Temefós Granulado 1%	3808.10.29
DDT 4.0% apresentado em forma de papel impregnado	3808.10.29
Nota: O item de código nº 3808.10.29 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.	
MALATHION 0,8% apresentado em forma de papel impregnado	3808.10.29
Nota: O item de código nº 3808.10.29 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.	
CIPERMETRINA 0.1% apresentado em forma de papel impregnado	3808.10.22
Nota: O item de código nº 3808.10.29 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02),, efeitos a partir de 14/10/02.	
Bromadiolone (raticida)	3808.90.26
Bacillus Thuringiensis subsp. Israelensis (BTI)	3808.10.21
Carbamato	3808.90.29
Malathion	3808.90.29
Moluscocida	3808.90.29
Piretróides	2926.90.29
Rodenticida	3808.90.29
S-metoprene	3808.90.29
Bacillus Sphaericus (biolarvicida)	3808.90.20
Piriproxifen	3808.10.29
Nota: O item Piriproxifen de código 3808.10.29 foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.	
Diflerbenzuron	3808.10.29
Nota: O item Diflerbenzuron de código 3808.10.29 foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.	
OUTROS	
Artesunato	3004.90.99
Vitamina “A”	3004.50.40
Kits para diagnóstico de Malária	3006.30.29
Kits para diagnóstico de Sarampo	3006.30.29
Kits para diagnóstico de Hepatite e Hepatite Viral	3006.30.29

Kits para diagnóstico de Influenza A e B, Parainfluenza 1, 2 e 3, Adenovirus e Vírus Respiratório Sincicial	3006.30.29
Kits para diagnóstico de Vírus Respiratórios	3006.30.29
Outros Kits de Diagnósticos para administração em pacientes	3006.30.29
Kits para diagnóstico de Rubéola	3006.30.29
Papel para controle de piretróide (silicone)	4811.90.90
Nota: O item de código nº 4.811.9090 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitoa a partir de 14/10/02.	
Papel para controle de organofosforado (óleo)	4811.90.90
Nota: O item de código nº 4811.9090 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.	
Cones plásticos para prova de parede (mosquitos)	3917.29.00
Nota: O item de código nº 3917.2900 foi acrescentado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.	
Armadilhas luminosas tipo CDC	3919.33.00
Nota: O item de código nº 3919.33.00 foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 29/07/04.	

VII - de 15/01/02 até 31/12/02 e de 21/02/03 até 30/04/08, nas operações realizadas com os medicamentos relacionados a seguir (Conv. ICMS 140/01):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VII do art. 17 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VII do 17 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos retroativos a 20/02/03:
"VII - de 15/01/02 até 31/12/02 e de 21/02/03 até 30/04/05, nas operações realizadas com os medicamentos relacionados a seguir (Conv. ICMS 140/01):"

O art. 3º da Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03) determina que:
"Ficam convalidadas as operações realizadas de acordo com as disposições de que trata o inciso VII do art. 17 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, no período de 01/01/03 até 20/02/03 (Conv. ICMS 04/03)."

O art. 4º da Alteração nº 36 (Decreto nº 8375 de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02) determina que:
"*Não se fará a exigência do imposto incidente sobre as operações com os produtos a que se refere o inciso VII do art. 17 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, em que a parcela relativa à receita bruta esteja onerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, realizadas no período de 1º de setembro de 2002 até 14 de outubro de 2002 (Conv. 119/02)."*

O art. 6º da Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02) determina que:
"Não se fará a exigência do imposto incidente sobre as operações com os produtos a que se refere o inciso VII do art. 17 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6284, de 14 de março de 1997, realizadas no período de 1º de maio de 2002 até a data de início de vigência deste decreto, nem se fará a restituição ou compensação das importâncias já pagas."

Redação anterior dada a parte inicial do inciso VII, tendo sido acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 19/02/03:
"VII - até 31/12/02, nas operações realizadas com os medicamentos relacionados a seguir (Conv. ICMS

140/01):"

a) à base de mesilato de imatinib - NBM/SH 3003.90.78 e NBM/SH 3004.90.68;

Nota: A redação atual da alínea "a" do inciso VII do art. 17 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "a", tendo sido acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/01/02 a 17/05/05:
"a) à base de mesilato de imatinib – NBM/SH 3003.90.99 e NBM/SH 3004.90.99;"

b) interferon alfa-2A – NBM/SH 3002.10.39;

c) interferon alfa-2B – NBM/SH 3002.10.39;

d) peg interferon alfa-2A - NBM/SH 3002.10.39; e

e) peg interferon alfa-2B - NBM/SH 3002.10.39.

VIII - de 23/07/02 até 30/04/08, as operações realizadas com os fármacos e medicamentos a seguir relacionados destinados a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal e às suas fundações públicas, observado o disposto no § 2º (Conv. ICMS 87/02):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VIII do art. 17 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VIII do art. 17 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos retroativos a 14/10/02:
"VIII - de 23/07/02 até 31/07/05, as operações realizadas com os fármacos e medicamentos a seguir relacionados destinados a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal e às suas fundações públicas, observado o disposto no § 2º (Conv. ICMS 87/02):"

O inciso VIII foi acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02). (sem efeito).

ITENS	FÁRMACOS	NBM/SH FÁRMACOS	MEDICAMENTOS	NBM/SH MEDICAMENTOS
1	Acetato de Ciproterona	2937.29.31	Acetato de Ciproterona 50 mg – (por comprimido)	3003.39.39 / 3004.39.39
2	Acetato de Desmopressina	2937.99.90	Acetato de Desmopressina 0,1 mg/ml -aplic. nasal – (por frasco 2,5 ml)	3003.39.29 / 3004.39.29
3	Acetato de Fludrocortisona	2937.22.90	Fludrocortisona 0,1 mg - por comprimido	3003.39.99 / 3004.39.99
4	Acetato de Glatiramer	2922.49.90	Acetato de Glatiramer - 20 mg – por frasco/ampola para injeção subcutânea + diluente + seringa/agulha	3003.90.49 / 3004.90.39
5	Acetato de Goserelina	2937.90.90	Goserelina 3,60 mg – injetável – (por frasco ampola)	3003.39.26 / 3004.39.27

Goserelina 10,80 mg - injetável – (por seringa pronta para administração)				
6	Acetato de Lanreotida	2934.99.99	Acetato de Lanreotida 30 mg - por frasco/ampola	3003.90.89 / 3004.90.79
7	Acetato de Leuprolida	2937.90.90	Acetato de Leuprolida 3,75 mg - injetável – (por frasco)	3003.39.19 / 3004.39.19
8	Acitretina	2918.90.99	Acitretina 10 mg – (por cápsula)	3003.90.39 / 3004.90.29
Acitretina 25 mg – (por cápsula)				
9	Alendronado Monossódico	2931.00.39	Bifosfonato 10 mg – (por comprimido)	3003.90.69 / 3004.90.59
10	Alfacalcidol	2936.10.00	Alfacalcidol 0,25 mcg (comprimidos)	3003.90.19 / 3004.50.90
Alfacalcidol 1,0 mcg – (comprimidos)				
11	Atorvastatina Cálcica	2933.99.49	Atorvastatina 10 mg - por comprimido Atorvastatina 20 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
12	Azatioprina	2933.59.34	Azatioprina 50 mg – (comprimidos)	3003.90.76 / 3004.90.66
13	Bromidrato de Fenoterol	2922.50.99	Bromidrato de Fenoterol 0,2 mg - dose - aerosol 200 doses - 15 ml - c/ adaptador Bromidrato de Fenoterol 2 mg/ml - aerosol - 10 ml + bocal	3003.90.49 / 3004.90.39

14	Budesonida	2937.29.90	Budesonida 32 mcg - suspensão nasal - 120 doses Budesonida 50 mcg - suspensão nasal - 200 doses Budesonida 64 mcg - Suspensão Nasal - 120 doses Budesonida 100 mcg - suspensão nasal - 200 doses Budesonida 0,050 mg - aerosol nasal - com 10 ml Budesonida 0,050 mg - aerosol bucal - com 5 ml - 100 doses Budesonida 0,200 mg - aerosol bucal - com 5 ml - 100 doses Budesonida 100 mcg - pó inalante - 200 doses Budesonida 200 mcg - pó inalante - 100 doses Budesonida 200 mcg - cápsula - pó inalante - 60 cápsulas, com inalador Budesonida 200 mcg - cápsula - pó inalante - 60 cápsulas, sem inalador	3003.39.99 / 3004.39.99
15	Cabergolina	2939.69.90	Cabergolina 0,5 mg - (por comprimido)	3003.90.99 / 3004.90.99
16	Calcitonina Sintética de Salmão	2937.90.90	Calcitonina Sintética de Salmão - 200 UI – spray nasal – (por frasco)	3003.39.29 / 3004.39.25
Calcitonina Sintética de Salmão – 100 UI – spray nasal – (por frasco)				
Calcitonina Sintética de Salmão 50 UI – injetável – (por ampola)				
Calcitonina Sintética de Salmão 100 UI – injetável – (por ampola)				
17	Calcitriol	2936.29.29	Calcitriol 0,25 mcg – (por cápsula)	3003.90.19 / 3004.50.90
Calcitriol 1,0 g – injetável – (por ampola)				
18	Ciclosporina	2941.90.99	Ciclosporina 100 mg – Solução oral 100 mg/ml – (por frasco com 50 ml)	3003.90.78 / 3004.90.68
Ciclosporina 25 mg – (por cápsula)				

Ciclosporina 50 mg – (por cápsula)				
Ciclosporina 100 mg – (por cápsula)				
Ciclosporina 10 mg – (por cápsula)				
19	Cloridrato de Biperideno	2933.39.32	Cloridrato de Biperideno 4 mg - por comprimido Cloridrato de Biperideno 2 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
20	Cloridrato de Ciprofloxacina	2933.59.19	Cloridrato de Ciprofloxacina 250 mg - por comprimido Cloridrato de Ciprofloxacina 500 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
21	Cloridrato de Donepezil	2933.39.99	Donepezil - 5 mg - por comprimido Donepezil - 10 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
22	Cloridrato de Metadona	2922.31.20	Cloridrato de Metadona 5 mg - por comprimido Cloridrato de Metadona 10 mg - por comprimido Cloridrato de Metadona 10 mg/ml - injetável - por ampola com 1 ml	3003.90.49 / 3004.90.39
23	Cloridrato de Raloxifeno	2934.99.99	Cloridrato de Raloxifeno 60 mg - (por comprimido)	3003.90.89 / 3004.90.79
24	Cloridrato de Selegilina	2921.49.90	Selegilina 10 mg - por comprimido Selegilina 5 mg - por comprimido	3003.90.49 / 3004.90.39
25	Cloridrato de Sevelamer	2934.99.99	Cloridrato de Sevelamer 800 mg - por comprimido Cloridrato de Sevelamer 400 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
26	Cloridrato de Triexifenidila	2933.39.99	Triexifenidila 5 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
27	Cloridrato de Ziprasidona	2933.59.19	Ziprasidona 80 mg - por comprimido Ziprasidona 40 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
28	Cloroquina	2933.49.90	Cloroquina 150 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69
29	Clozapina	2933.90.39	Clozapina 100 mg – (por comprimido)	3003.90.79 / 3004.90.69

Clozapina 25 mg – (por comprimido)				
30	Danazol	2937.19.90	Danazol 100 mg – (por cápsula)	3003.39.39 / 3004.39.39
31	Deferoxamina	2928.00.90	Deferoxamina 500 mg – injetável – (por frasco)	3003.90.58 / 3004.90.48
32	Dicloridrato de Pramipexol	2934.20.90	Pramipexol 1 mg - por comprimido Pramipexol 0,125 mg - por comprimido Pramipexol 0,25 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
33	Dipropionato de Beclometasona	2937.22.90	Dipropionato de Beclometasona 400 mcg - pó inalante - com dispositivo inalador - 100 doses Dipropionato de Beclometasona 50 mcg - lata/frasco - nasal - 200 doses Dipropionato de Beclometasona 50 mcg - lata/frasco - oral (aerosol) - 200 doses Dipropionato de Beclometasona 250 mcg - spray - 200 doses Dipropionato de Beclometasona 100 mcg - pó inalante - com dispositivo inalador - 100 doses Dipropionato de Beclometasona 200 mcg - pó inalante - com dispositivo inalador - 100 doses	3003.39.99 / 3004.39.99
34	Dornase alfa	3002.10.39	Dornase alfa 2,5 mg – (por ampola)	3003.90.23 / 3004.90.13
35	Entacapone	2926.90.99	Entacapone 200 mg - por comprimido	3003.90.59 / 3004.90.49
36	Eritropoetina Humana Recombinante	3001.20.90	Eritropoetina Humana Recombinante - 1.000 U – por injetável – (por frasco/ampola)	3001.20.90
Eritropoetina Humana Recombinante 2.000 U – Injetável – (por frasco/ampola)				
Eritropoetina Humana Recombinante - 3.000 U – injetável – (por frasco/ampola)				
Eritropoetina Humana Recombinante - 4.000 U – injetável – (por frasco/ampola)				

Eritropoetina Humana Recombinante - 10.000U – injetável – (por frasco/ampola)				
37	Filgrastima	3002.10.39	Filgrastima 300 mcg – injetável – (por frasco)	3002.10.39
38	Flutamida	2924.29.62	Flutamida 250 mg - por comprimido	3003.90.53 / 3004.90.43
39	Fosfato de Codeína	2939.11.22	Fosfato de Codeína 30 mg/ml - por ampola com 2 ml Fosfato de Codeína 30 mg - por comprimido Fosfato de Codeína 60 mg - por comprimido Fosfato de Codeína 30 mg/ml - solução oral - por frasco com 120 ml	3003.40.40 / 3004.40.40
40	Fumarato de Formoterol	2924.29.99	Fumarato de Formoterol 6 mcg - pó inalante - 60 doses Fumarato de Formoterol 12 mcg - pó inalante - 60 doses Fumarato de Formoterol 12 mcg - aerosol - 5 ml - 50 doses Fumarato de Formoterol 12 mcg - cápsula - com 30 cápsulas pó inalante, com inalador Fumarato de Formoterol 12 mcg - cápsula - com 60 cápsulas pó inalante, com inalador Fumarato de Formoterol 12 mcg - cápsula - com 30 cápsulas pó inalante, sem inalador Fumarato de Formoterol 12 mcg - cápsula - com 60 cápsulas pó inalante, sem inalador	3003.90.59 / 3004.90.49
41	Fumarato de Formoterol + Budesonida	2924.29.99/ 2937.29.90	Fumarato de Formoterol 6 mcg + Budesonida 200 mcg - pó inalatorio - 60 doses Fumarato de Formoterol 6 mcg + Budesonida 100 mcg - pó inalatorio - 60 doses	3003.90.99 / 3004.90.99
42	Fumarato de Quetiapina	2934.99.69	Fumarato de Quetiapina 200 mg - por comprimido Fumarato de Quetiapina 25 mg - por comprimido Fumarato de Quetiapina 100 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
43	Gabapentina	2922.49.90	Gabapentina 300 mg - por comprimido Gabapentina 400 mg - por comprimido	3003.90.49 / 3004.90.39
44	Hidróxido de Ferro Endovenoso	2821.10.30	Hidróxido de Ferro Endovenoso – injetável – (por frasco)	3003.90.99 / 3004.90.99
45	Hidroxiuréia	2928.00.90	Hidroxiuréia 500 mg - por cápsula	3003.90.99 / 3004.90.99

46	Imiglucerase	3002.90.99	Imiglucerase 200 U.I. – injetável – (por frasco/ampola)	3003.90.29 / 3004.90.19
47	Imunoglobulina da Hepatite B	3002.10.23	Imunoglobulina da Hepatite B 1000 mg - injetável - por frasco Imunoglobulina da Hepatite B 100 mg - injetável - por frasco Imunoglobulina da Hepatite B 200 mg - injetável - por frasco Imunoglobulina da Hepatite B 500 mg - injetável - por frasco	3002.10.23
48	Imunoglobulina Humana	3002.10.35	Imunoglobulina Humana Intravenosa 500 mg- injetável – (por frasco)	3002.10.35
Imunoglobulina Humana Intravenosa 2,5 g – injetável – (por frasco)				
Imunoglobulina Humana Intravenosa 5,0 g – injetável – (por frasco)				
Imunoglobulina Humana Intravenosa 1,0 g – injetável – (por frasco)				
Imunoglobulina Humana Intravenosa 3,0 g – Injetável – (por frasco)				
Imunoglobulina Humana Intravenosa 6,0 g – Injetável – (por frasco)				
49	Infliximab	3002.10.29	Infliximab 10 mg - injetável - por ampola de 1 ml	3002.10.29
50	Interferon Beta 1a	3002.10.36	Interferon Beta 1a - 3.000.000 UI – injetável – (por frasco/ampola)	3002.10.36
Interferon Beta 1a - 6.000.000 UI (22 mcg) – Injetável – (por seginga pré-preenchida)				
Interferon Beta 1a – 12.000.000 UI (44 mcg) - Injetável – (por seringa pré-preenchida)				

Interferon Beta 1a – 6.000.000 UI (30 mcg) – Frasco/ampola para injeção intramuscular + diluente + mais seringa/agulha por frasco/ampola.				
51	Interferon Beta 1b	3002.10.36	Interferon Beta 1b - 9.600.000 UI - Injetável – (por frasco/ampola)	3002.10.36
52	Isotretinoína	2936.21.19	Isotretinoína 20 mg – uso oral – por cápsula	3003.90.19 / 3004.50.90
Isotretinoína 10 mg – uso oral – por cápsula				
53	Lamotrigina	2933.69.19	Lamotrigina 100 mg – (por comprimido)	3003.90.79 / 3004.90.69
54	Leflunomide	2934.99.99	Leflunomide 100 mg - por comprimido Leflunomide 20 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
55	Lenograstima	3002.10.39	Lenograstima - 33,6 mUI – injetável – (por frasco)	3002.10.39
56	Levodopa + Carbidopa	2937.39.11/ 2928.00.20	Levodopa 200 mg + Carbidopa 50 mg - Liberação lenta ou dispersível - por cápsula ou comprimido Levodopa 250 mg + Carbidopa 25 mg - por comprimido	3003.39.93 / 3004.39.93
57	Levodopa + Cloridrato de Benserazida	2937.39.11/ 2928.00.90	Levodopa 200 mg + Benserazida 50 mg - por comprimido Levodopa 100 mg + Benserazida 25 mg - Liberação Lenta ou Dispersível - por cápsula ou comprimido	3003.39.93 / 3004.39.93
58	Levotiroxina Sódica	2937.40.10	Levotiroxina Sódica 150 mcg - por comprimido Levotiroxina Sódica 25 mcg - por comprimido Levotiroxina Sódica 50 mcg - por comprimido Levotiroxina Sódica 100 mcg - por comprimido	3003.39.81 / 3004.39.81
59	Lipase Pancreática + Protease Pancreática + Amilase Pancreática	3001.20.90	Enzimas Pancreáticas– 4.000 UI – microg. c/ lib. entérica (lipase, amilase., prot.) com 4.000 UI de lípase – (por cápsula)	3003.90.29 / 3004.90.19

Enzimas Pancreáticas – 4.500 UI – microg. c/ lib. Entérica (lipase, amilase., prot.) com 4.500 UI de lípase – (por cápsula)				
Enzimas Pancreáticas – 8.000 UI – microg. c/ lib. Entérica (lipase, amilase., prot.) com 8.000 UI de lípase – (por cápsula)				
Enzimas Pancreáticas – 12.000 UI – microg. c/ lib. Entérica (lipase, amilase., prot.) com 12.000 UI de lípase – (por cápsula)				
Enzimas Pancreáticas – 18.000 UI – microg. c/ lib. Entérica (lipase, amilase., prot.) com 18.000 UI de lípase – (por cápsula)				
Enzimas Pancreáticas – 20.000 UI – microg. c/ lib. Entérica (lipase, amilase., prot.) com 20.000 UI de lípase – (por cápsula)				
60	Mesalazina	2922.50.99	Mesalazina 1000 mg - supositório - por supositório Mesalazina 400 mg - por comprimido Mesalazina 500 mg - por comprimido Mesalazina 3 g + diluente 100 ml (enema) - por dose Mesalazina 250 mg - supositório - por supositório	3003.90.49 / 3004.90.39
61	Mesilato de Bromocriptina	2939.69.90	Bromocriptina 2,5 mg – (por comprimido)	3003.40.90 / 3004.40.90

62	Mesilato de Pergolida	2939.69.90	Mesilato de Pergolida 0,25 mg - por comprimido Mesilato de Pergolida 1 mg - por comprimido	3003.90.99 / 3004.90.99
63	Metotrexato	2933.59.99	Metotrexato 25 mg/ml - injetável - por ampola de 2 ml Metotrexato 25 mg/ml - injetável - por ampola de 20 ml	3003.90.79 / 3004.90.69
64	Micofenolato Mofetil	2934.99.19	Micofenolato Mofetil 500 mg – (por comprimido)	3003.90.89 / 3004.90.79
65	Molgramostima	3002.10.39	Molgramostima 300 mg – injetável – (por frasco)	3002.10.39
66	Octreotida	2936.21.90	Octreotida 0,1 mg/ml – injetável – (por frasco/ampola)	3003.39.25 / 3004.39.26
Octreotida LAR 20 mg - injetável - (por frasco/ampola) + diluentes – Tratamento Mensal				
Octreotida LAR 30 mg - injetável - (por frasco/ampola) + diluentes – Tratamento Mensal				
Octreotida LAR 10 mg - injetável - (por frasco/ampola) + diluentes – Tratamento Mensal				
67	Olanzapina	2933.99.69	Olanzapina 5 mg – (por comprimido)	3003.90.79 / 3004.90.69
			Olanzapina 10 mg – (por comprimido)	
68	Penicilamina	2930.90.19	Penicilamina 250 mg - por cápsula	3003.90.69 / 3004.90.59
69	Pravastatina Sódica	2918.19.90	Pravastatina 40 mg - por comprimido Pravastatina 10 mg - por comprimido Pravastatina 20 mg - por comprimido	3003.90.39 / 3004.90.29
70	Ribavirina	2934.99.99	Ribavirina 250 mg – (por cápsula)	3003.90.89 / 3004.90.79

71	Riluzol	2934.20.90	Riluzol 50 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
72	Risperidona	2933.59.99	Risperidona 1 mg – (por comprimido)	3003.90.79 / 3004.90.69
Risperidona 2 mg – (por comprimidos)				
73	Rivastigmina	2933.49.90	Rivastigmina Solução oral com 2,0 mg/ml - por frasco 120 ml Rivastigmina 1,5 mg - por cápsula gel dura Rivastigmina 3 mg - por cápsula gel dura Rivastigmina 4,5 mg - por cápsula gel dura Rivastigmina 6 mg - por cápsula gel dura	3003.90.79 / 3004.90.69
74	Sinvastatina	2932.29.90	Sinvastatina 80 mg - por comprimido Sinvastatina 5 mg - por comprimido Sinvastatina 10 mg - por comprimido Sinvastatina 20 mg - por comprimido Sinvastatina 40 mg - por comprimido	3003.90.69 / 3004.90.59
75	Sirolimus	2933.39.99	Sirolimus – Solução oral 1mg/mg por ml e Drágeas 1 e 2 mg	3003.90.69 / 3004.90.59

Nota: A redação atual do item 75, do inciso VIII do "caput" do art. 17 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 11/08/05.

Redação anterior dada ao item 75, do inciso VIII do "caput" do art. 17 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 14/10/02 a 10/08/05:
"75 - Sirolimus - 2933.39.99 - SIROLIMUS – Solução oral 1mg/mg por ml - 3003.90.69 / 3004.90.59."

76	Somatotrofina Recombinante Humana	2937.11.00	Somatotrofina Recombinante Humana – 4 UI – injetável – (por frasco/ampola)	3003.39.11 / 3004.39.11
Somatotrofina Recombinante Humana – 12 UI – Injetável – (por frasco/ampola)				
77	Succinato Sódico de Metilprednisolona	2937.29.20	Metilprednisolona 500 mg – injetável – (por ampola)	3003.39.99 / 3004.39.99
78	Sulfassalazina	2935.00.19	Sulfassalazina 500 mg – (por comprimido)	3003.90.89 / 3004.90.79
79	Sulfato de Hidroxicloroquina	2933.49.90	Sulfato de Hidroxicloroquina 400 mg - por comprimido	3003.90.79 / 3004.90.69

80	Sulfato de Morfina	2939.11.62	Sulfato de Morfina 10 mg/ml - solução oral - por frasco com 60 ml Sulfato de Morfina 10 mg/ml - por ampola com 1 ml Sulfato de Morfina 10 mg - por comprimido Sulfato de Morfina 30 mg - por comprimido Sulfato de Morfina LC 30 mg - por cápsula Sulfato de Morfina LC 60 mg - por cápsula Sulfato de Morfina LC 100 mg - por cápsula	3003.90.99 / 3004.90.99
81	Sulfato de Salbutamol	2922.50.99	Sulfato de Salbutamol 100 mcg - dose - aerosol 200 doses	3003.90.49 / 3004.90.39
82	Tacrolimus	2933.39.99	Tacrolimus 1 mg – (por cápsula)	3003.90.79 / 3004.90.69
Tacrolimus 5 mg – (por cápsula)				
83	Tolcapone	2914.70.90	Tolcapone 200 mg - por comprimido Tolcapone 100 mg - por comprimido	3003.90.99 / 3004.90.99
84	Topiramato	2935.00.99	Topiramato 100 mg - por comprimido Topiramato 25 mg - por comprimido Topiramato 50 mg - por comprimido	3003.90.89 / 3004.90.79
85	Toxina Tipo A de Clostridium Botulinum	3002.90.92	Toxina Tipo A de Clostridium Botulinum – 100 UI – Injetável (por frasco/ampola)	3002.90.92
Toxina Tipo A de Clostridium Botulinum – 500 UI – injetável - (por frasco/ampola)				
86	Trientina	2921.29.90	Trientina 250 mg - por comprimido	3003.90.49 / 3004.90.39
87	Triptorelina	2937.90.90	Triptorelina 3,75 mg – injetável – (por frasco/ampola)	3003.39.18 / 3004.39.18
88	Vigabatrina	2922.49.90	Vigabatrina 500 mg – (por comprimido)	3003.90.49 / 3004.90.39
89	Xinafoato de Salmeterol	2922.50.99	Xinafoato de Salmeterol 50 mcg - pó inalante - 60 doses	3003.90.49 / 3004.90.39

IX - produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, destinados às farmácias que façam parte do "Programa Farmácia Popular do Brasil", instituído pelo Regulamento da Lei nº 10.585, de 13 de abril de 2004, observado o disposto no § 3º;

Nota: O inciso IX foi acrescentado ao *caput* do art. 17 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

X - realizadas por Farmácias que façam parte do "Programa Farmácia Popular do Brasil", instituído pela Lei nº 10.585, de 13 de abril de 2004, com destino a pessoa física, consumidor final, observado o disposto no § 3º.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao *caput* do art. 17 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

§ 1º A partir de 1º de outubro de 2002, a aplicação do beneficio previsto no inciso VII fica condicionada a que a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas no referido inciso esteja desonerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS (Conv. ICMS 140/01).

Nota: A redação atual do § 1º do art. 17 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao do parágrafo único do art. 17 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02), tendo sido renumerado para § 1º pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02):
"§ 1º A partir de 01 de setembro de 2002, a aplicação do beneficio previsto no inciso VII fica condicionada a que o produto esteja beneficiado com isenção ou alíquota zero das contribuições para PIS/PASEP e COFINS (Conv. ICMS 140/01)."

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 17, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02):
"*Parágrafo único. A partir de 01 de maio de 2002, a aplicação do beneficio previsto no inciso VII fica condicionada a que o produto esteja beneficiado com isenção ou alíquota zero das contribuições para PIS/PASEP e COFINS (Conv. ICMS 140/01)."*

§ 2º A isenção prevista no inciso VIII deste artigo fica condicionada a que:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

I - os fármacos e medicamentos estejam beneficiados com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

II - a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas no referido inciso esteja desonerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS;

III - o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal

IV - não haja redução no montante de recursos destinados ao co-financiamento dos Medicamentos Excepcionais constantes da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS, repassados pelo Ministério da Saúde às unidades federadas e aos municípios.

§ 3º Os benefícios previstos nos incisos IX e X deste artigo condicionam-se:

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 17 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

I - à entrega do produto ao consumidor pelo valor de ressarcimento à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, correspondente ao custo de produção ou aquisição, distribuição e dispensação;

II - a que a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas nos referidos incisos estejam desoneradas das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do Decreto Federal nº 3.803, de 24 de abril de 2001.

SUBSEÇÃO V
Da Isenção das Remessas Decorrentes de Doação, Dação ou Cessão

Art. 18. São isentas do ICMS as remessas de mercadorias e, quando houver indicação expressa, as prestações de serviços de transporte das mercadorias decorrentes de doação, dação ou cessão:

I - nas saídas de mercadorias para fins de assistência a vítimas de calamidade pública, bem como nas prestações de serviços de transporte daquelas mercadorias, desde que o estado de calamidade tenha sido declarado por ato expresso do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal, sendo as saídas decorrentes de doações a entidades governamentais ou a entidades assistenciais reconhecidas de utilidade pública e que atendam aos seguintes requisitos (Conv. ICM 26/75 e Convs. ICMS 39/90, 80/91, 58/92 e 151/94):

a) não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou de participação em seus resultados;

b) apliquem integralmente, no País, os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais;

c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas, em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

II - até 31/12/97, nas saídas internas e interestaduais efetuadas gratuitamente pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), em atendimento ao Programa de Complementação Alimentar, dos seguintes produtos (Convs. ICM 34/77, 37/77 e 51/85, e Conv. ICMS 45/90, 80/91 e 151/94):

a) mistura enriquecida para sopa - SoO^3;

b) mistura láctea enriquecida para mamadeira - GH^3;

c) mistura láctea enriquecida com minerais e vitaminas - MO^2;

d) leite em pó adicionado de gordura vegetal hidrogenada enriquecido com vitaminas A e D;

III - a partir de 16/07/92, nas saídas internas e interestaduais das mercadorias constantes nas posições 8444 a 8453 da NCM, em razão de doação ou cessão em regime de comodato, efetuadas pelas indústrias de máquinas e equipamentos, para os Centros de Formação de Recursos Humanos do Sistema SENAI, visando ao reequipamento desses Centros nos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e São

Paulo (Conv. ICMS 60/92);

IV - de 21/08/92 até 30/04/08, nas saídas internas e interestaduais decorrentes de doações de mercadorias efetuadas por contribuintes do imposto às Secretarias de Educação, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino (Conv. ICMS 78/92);

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 18 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 18 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"IV - de 21/08/92 até 30/04/05, nas saídas internas e interestaduais decorrentes de doações de mercadorias efetuadas por contribuintes do imposto às Secretarias de Educação, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino (Conv. ICMS 78/92);"

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 18 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955/01):
"IV - de 21/08/92 até 30/04/03, nas saídas internas e interestaduais decorrentes de doações de mercadorias efetuadas por contribuintes do imposto às Secretarias de Educação, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino (Convs. ICMS 78/92, 124/93, 22/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso IV do art. 18 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

V - nas saídas (Conv. ICMS 136/94 e 99/01):

a) de produtos alimentícios considerados "perdas", com destino a estabelecimento do Banco de Alimentos ("Food Bank") e do Instituto de Integração e de Promoção da Cidadania (INTEGRA), sociedades civis sem fins lucrativos, em razão de doação que lhes são feitas, com a finalidade, após a necessária industrialização ou reacondicionamento, de distribuição a entidades, associações e fundações que os entreguem a pessoas carentes, sendo consideradas "perdas", para os efeitos desta alínea, os produtos que estiverem:

Nota: A redação atual do *caput* da alínea "a", do inciso V do art. 18 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"a) de produtos alimentícios considerados "perdas", com destino a estabelecimento do Banco de Alimentos ("Food Bank"), sociedade civil sem fins lucrativos, em razão de doação que lhe seja feita, com a finalidade, após a necessária industrialização e/ou reacondicionamento, de distribuição a entidades, associações e fundações que os entreguem a pessoas carentes, sendo consideradas "perdas", para os efeitos desta alínea, os produtos que estiverem:"

1 - com a data de validade vencida;

2 - impróprios para comercialização;

3 - com a embalagem danificada ou estragada;

b) dos produtos recuperados de que trata a alínea anterior, nas remessas efetuadas:

1 - pelos estabelecimentos do Banco de Alimentos ("Food Bank") e do Instituto de Integração e de Promoção da Cidadania (INTEGRA), com destino a entidades, associações e fundações, para distribuição a pessoas carentes;

Nota: A redação atual do item 1, da alínea "b", do inciso V do art. 18 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"1. por estabelecimento do Banco de Alimentos ("Food Bank") com destino a entidades, associações e fundações, para distribuição a pessoas carentes;"

2 - pelas entidades, associações e fundações em razão de distribuição a pessoas carentes, a título gratuito;

c) decorrentes de doações de produtos alimentícios em perfeitas condições de comercialização, inclusive por outros estabelecimentos, a entidades, associações e fundações que os entreguem a pesssoas carentes (Conv. ICMS 37/02).

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso V do art. 18 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

VI - até 30/04/08, nas saídas decorrentes de doações de mercadorias efetuadas ao Governo do Estado para distribuição gratuita a pessoas necessitadas ou vítimas de catástrofes, em decorrência de programa instituído para esse fim, bem como nas prestações de serviços de transporte daquelas mercadorias (Conv. ICMS 82/95);

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 18 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso VI do 18 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"VI - até 30/04/05, nas saídas decorrentes de doações de mercadorias efetuadas ao Governo do Estado para distribuição gratuita a pessoas necessitadas ou vítimas de catástrofes, em decorrência de programa instituído para esse fim, bem como nas prestações de serviços de transporte daquelas mercadorias (Conv. ICMS 82/95);"

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 18 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"VI - até 30/04/03, nas saídas decorrentes de doações de mercadorias efetuadas ao Governo do Estado para distribuição gratuita a pessoas necessitadas ou vítimas de catástrofes, em decorrência de programa instituído para esse fim, bem como nas prestações de serviços de transporte daquelas mercadorias (Convs. ICMS 82/95, 117/98, 90/99 e 10/01);"

A redação do inciso VI do art. 18 foi modificada pelas Alterações nºs 11 e 16 (Decretos nºs 7533/99 e 7759/00), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

VII - nas hipóteses:

a) do art. 14, V;

b) do art. 28, VII, “b”;

c) do art. 28, XI, "a";

d) do art. 30, VI;

Nota: A alínea "d" do inciso VI foi acrescentada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

VIII - de 01/07/98 até 30/04/08, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doação a órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios ou às entidades assistenciais reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE, não sendo aplicável o benefício às saídas promovidas pela CONAB (Conv. ICMS 57/98);

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 18 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso VIII do 18 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"VIII - de 01/07/98 até 30/04/05, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doação a órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios ou às entidades assistenciais reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE, não sendo aplicável o benefício às saídas promovidas pela CONAB (Convs. ICMS 57/98 e 117/98);"

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 18 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"VIII - de 01/07/98 até 30/04/03, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doação a órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios ou às entidades assistências reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE, não sendo aplicável, o benefício, às saídas promovidas pela CONAB (Convs. ICMS 57/98, 117/98, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso VIII do art. 18 foi modificada pelas Alterações nºs 11 e 12 (Decretos nºs 7533/99 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O inciso VIII foi acrescentado ao art. 18 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

IX - nas saídas internas e interestaduais efetuadas diretamente pelos fabricantes ou suas filiais decorrentes de doação de microcomputadores usados (semi-novos) para escolas públicas especiais e profissionalizantes, associações destinadas a portadores de deficiência e comunidades carentes (Conv. ICMS 43/99).

Nota: O inciso IX foi acrescentado ao art. 18 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir 17/08/99.

SUBSEÇÃO VI
Da Isenção das Remessas de Vasilhames, Recipientes e Embalagens

Art. 19. São isentas do ICMS as remessas e os retornos de materiais de acondicionamento ou embalagem:

I - nas saídas de:

a) vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionarem, e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular (Lei Complementar nº 4/69, Conv. ICM 15/89 e Convs. ICMS 25/89, 48/89, 113/89, 93/90 e 88/91);

b) vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome, devendo o trânsito ser acobertado por via adicional da Nota Fiscal relativa à operação de que trata a alínea anterior (Lei complementar nº 4/69, e Convs. ICMS 25/89, 48/89, 113/89, 93/90 e 88/91);

II - nas saídas relacionadas com a destroca de botijões vazios (vasilhames) destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive derivado de gás natural, quando efetuadas por distribuidor de gás, como tal definido pela legislação federal específica, seus revendedores credenciados e pelos estabelecimentos responsáveis pela destroca dos botijões (art. 514) (Convs. ICMS 10/92 e Protocolo 33/03).

Nota: A redação atual do inciso II do *caput* do art. 19 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/03:
"II - nas saídas relacionadas com a destroca de botijões vazios (vasilhames) destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP), quando efetuadas por distribuidor de gás, como tal definido pela legislação federal específica, seus revendedores credenciados e pelos estabelecimentos responsáveis pela destroca dos botijões (art. 514) (Convs. ICMS 10/92 e 103/96)."

§ 1º A movimentação de "paletes" e “contentores” de propriedade de empresa indicada no Anexo do Convênio ICMS 4/99, por mais de um estabelecimento, ainda que efetuada por terceira empresa, antes de retornar ao estabelecimento do qual tenham originalmente saído, terá o mesmo tratamento previsto no *caput*deste artigo, desde que (Conv. ICMS 4/99):

Nota: A redação atual do § 1º foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao § 1º pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.
"§ 1º A movimentação de "paletes" e “contentores” de propriedade de empresa indicada no Anexo do Convênio 44/98, por mais de um estabelecimento, ainda que efetuada por terceira empresa, antes de retornar ao estabelecimento do qual tenham originalmente saído, terá o mesmo tratamento previsto no caput deste artigo, desde que (Convs. ICMS 44/98 e 4/99):"

Redação anterior dada ao § 1º do art. 19, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"*§ 1º A movimentação de "paletes" de propriedade de empresa indicada no Anexo do Convênio 44/98, por mais de um estabelecimento, ainda que efetuada por terceira empresa, antes de retornar ao estabelecimento do qual tenham originalmente saído, terá o mesmo tratamento previsto no caput deste artigo, desde que (Conv ICMS 44/98):*"

I - os “paletes” e “contentores” contenham o logotipo da empresa à qual pertençam e estejam pintados na cor escolhida pela empresa, conforme Anexo do Convênio, excetuando-se, quanto à exigência da cor, os “contentores” utilizados no setor hortifrutigranjeiro;

Nota: A redação atual do inciso I foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao § 1º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98.
"*I - os "paletes" contenham o logotipo da empresa à qual pertençam e estejam pintados na cor escolhida pela empresa, conforme Anexo do Convênio;*".

II - a remessa, efetuada pela proprietária dos "paletes" e "contentores", esteja amparada pela isenção prevista neste artigo;

Nota: A redação atual do inciso II foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98.
"*II - a remessa, efetuada pela proprietária dos "paletes", esteja amparada pela isenção prevista neste artigo;*".

III - a movimentação esteja relacionada com a locação dos "paletes" e "contentores", inclusive o seu retorno ao local de origem ou a outro estabelecimento da empresa proprietária.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 19 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 19, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"*III - a movimentação esteja relacionada com a locação dos "paletes", inclusive o seu retorno ao local de origem.*".

§ 2º As Notas Fiscais, emitidas para a movimentação dos "paletes" e "contentores" a que se refere o parágrafo anterior, serão lançadas nos livros próprios de entrada e de saída de mercadorias com utilização apenas das colunas "Documento Fiscal" e "Observações", indicando-se nesta a expressão "Paletes" da empresa ... (a proprietária)" e, além dos requisitos exigidos, deverão conter (Convs. ICMS 44/98 e 4/99):

Nota: A redação atual do § 2º do art. 19 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 19, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"*§ 2º As Notas Fiscais, emitidas para a movimentação dos "paletes" a que se refere o parágrafo anterior, serão lançadas nos livros próprios de entrada e de saída de mercadorias com utilização apenas das colunas "Documento Fiscal" e "Observações", indicando-se nesta a expressão "Paletes" da empresa ... (a proprietária)" e, além dos requisitos exigidos, deverão conter:*"

I - a expressão "Regime Especial - Convênio ICMS 4/99";

Nota: A redação atual do inciso I do § 2º foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao inciso I do § 2º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"I - a expressão "Regime Especial - Convênio ICMS 44/98";

II - a expressão "Paletes ou Contentores de Propriedade da Empresa ....(nome)".

Nota: A redação atual do inciso II do § 2º foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao inciso II do § 2º, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"*II - os dados identificativos da Nota Fiscal que documentou a saída do estabelecimento da proprietária dos "paletes" e da sua emitente.*"

§ 3º Para os fins do disposto no § 1º, considera-se como (Convs. ICMS 44/98 e 4/99):

Nota: A redação atual do § 3º do art. 19 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 19, tendo sido crescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:
"*§ 3º Para os fins do disposto no § 1º, considera-se "palete" o estrado de madeira, plástico ou metal destinado a facilitar a movimentação, armazenagem e transporte de mercadorias ou bens.*".

I - "palete", o estrado de madeira, plástico ou metal destinado a facilitar a movimentação, armazenagem e transporte de mercadorias ou bens;

II - "contentor", o recipiente de madeira, plástico ou metal destinado ao acondicionamento de mercadorias ou bens, para efeito de armazenagem e transporte, que se apresenta nas formas a seguir:

a) caixa plástica ou metálica, desmontável ou não, de vários tamanhos, para o setor automotivo, de produtos químicos, alimentícios e outros;

b) caixa plástica ou metálica, desmontável ou não, de vários tamanhos, específica para o setor hortifrutigranjeiro;

c) caixa "bin" (de madeira, com ou sem "palete" base específica para frutas, hortaliças, legumes e outros.

§ 4º A empresa proprietária manterá controle da movimentação dos "paletes" e "contentores" com indicação mínima da quantidade, tipo e do documento fiscal correspondente, bem como do estoque existente em seus estabelecimentos e de terceiros e fornecerá, ao fisco estadual, quando solicitado, o demonstrativo de controle previsto neste parágrafo, em meio magnético ou em outra forma que lhe for exigida (Conv. ICMS 4/99).

Nota: O § 4º do art. 19 foi acrescentado Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 26/04/99.

SUBSEÇÃO VII
Da Isenção das Operações com Insumos Agropecuários

Art. 20. De 24/06/92 até 30/09/97 e de 06/11/97 até 30/04/08, são isentas do ICMS as operações internas com os seguintes insumos agropecuários (Conv. ICMS 100/97):

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 20 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do *caput* do art. 20 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250/02), sendo que as Alterações nºs 13, 24 e 23 (Decretos nºs 7691//99, 7955/01 e 8023/01, respectivamente, a alteraram para prorrogação do prazo de vigência do benefício:
"Art. 20. De 24/06/92 até 30/09/97 e de 06/11/97 até 30/04/05, são isentas do ICMS as operações internas com insumos agropecuários (Convs. ICMS 100/97, 05/99, 10/01, 58/01 e 21/02):"

Redação anterior dada ao *caput* do art. 20 pela Alteração nº 05 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*a) introdução das regras dos §§ 1º e 2º;*
b) exclusão da obrigação de concessão de desconto na Nota Fiscal equivalente ao benefício."

A redação do *caput* do art. 20 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, e 4 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97 e 6903/97), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Observação:
De 01/10/97 até 05/11/97 foi previsto o diferimento do lançamento do imposto: art. 343, XLIII.

I - nas saídas de inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematicidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura, pecuária, apicultura, aqüicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura, inclusive inoculantes, vedada a aplicação do benefício quando dada ao produto destinação diversa;

Nota: A redação atual do inciso I do caput do art. 20 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

Redação original:
"I - nas saídas de inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematicidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura, pecuária, apicultura, aqüicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura, vedada a aplicação do benefício quando dada ao produto destinação diversa;"

II - nas saídas de ácido nítrico, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato natural bruto e enxofre, nos seguintes casos:

a) saídas efetuadas por estabelecimentos extratores, fabricantes ou importadores, com destino a:

1 -estabelecimento onde sejam industrializados adubos simples ou compostos, fertilizantes e fosfato bi-cálcio destinado à alimentação animal;

2 - estabelecimento produtor agropecuário;

3 - quaisquer estabelecimentos com fins exclusivos de armazenagem;

4 - outro estabelecimento da mesma empresa daquele onde se tiver processado a industrialização;

b) saídas efetuadas, entre si, pelos estabelecimentos referidos nos itens da alínea anterior;

c) saídas, a título de retorno, real ou simbólico, da mercadoria remetida para fins de armazenagem;

III - nas saídas de rações para animais, concentrados e suplementos, fabricados por indústria de ração animal, concentrado ou suplemento, devidamente registrada no Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, observado o seguinte:

a) a fruição do benefício condiciona-se a que:

1 - os produtos estejam registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, e o número do registro seja indicado no documento fiscal;

2 - haja o respectivo rótulo ou etiqueta identificando o produto;

3 - os produtos se destinem exclusivamente ao uso na pecuária, apicultura, aqüicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura;

b) entende-se por:

1 - ração animal, qualquer mistura de ingredientes capaz de suprir as necessidades nutritivas para manutenção, desenvolvimento e produtividade dos animais a que se destine;

2 - concentrado, a mistura de ingredientes que, adicionada a um ou mais elementos em proporções adequadas e devidamente especificadas pelo seu fabricante, constitua uma ração animal;

3 - suplemento, o ingrediente ou a mistura de ingredientes capaz de suprir a ração ou concentrado, em vitaminas, aminoácidos ou minerais, permitida a inclusão de aditivos (Conv. ICMS 20/02);

Nota: A redação atual do item 3, da alínea "b", do inciso III do art. 20 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

Redação originária, efeitos até 08/04/02:
"3 - suplemento, a mistura de ingredientes capaz de suprir a ração ou concentrado, em vitaminas, aminoácidos ou minerais, permitida a inclusão de aditivos;".

c) o benefício aplica-se, ainda, à ração animal preparada em estabelecimento produtor, na transferência a estabelecimento produtor do mesmo titular ou na remessa a outro estabelecimento produtor em relação ao qual o titular remetente mantenha contrato de produção integrada;

IV - nas saídas de calcário e gesso destinados ao uso exclusivo na agricultura, como corretivo ou recuperador do solo;

V - nas saídas de semente genética, semente básica, semente certificada de primeira geração - C1, semente certificada de segunda geração - C2, semente não certificada de primeira geração – S1 e semente não certificada de segunda geração – S2, destinadas à semeadura, desde que produzidas sob controle de

entidades certificadoras ou fiscalizadoras, bem como as importadas, atendidas as disposições da Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, e as exigências estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou por outros órgãos e entidades da Administração Federal, dos Estados e do Distrito Federal, que mantiverem convênio com aquele Ministério, sendo que:

Nota: A redação atual do inciso V do art. 20 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso V do *caput* do art. 20 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04):
"V - nas saídas de semente genética, semente básica, semente certificada de primeira geração – C1, semente certificada de segunda geração – C2, destinadas à semeadura, desde que produzidas sob controle de entidades certificadoras ou fiscalizadoras, bem como as importadas, atendidas as disposições da Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, e as exigências estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou por outros órgãos e entidades da administração Federal, dos Estados e do Distrito Federal, que mantiverem convênio com aquele Ministério, sendo que:"

Redação original:
"V - nas saídas de sementes certificadas ou fiscalizadas destinadas à semeadura, desde que produzidas sob controle de entidades certificadoras ou fiscalizadoras, bem como as importadas, atendidas as disposições da Lei nº 6.507, de 19 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 81.771, de 07 de junho de 1978, e as exigências estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária ou por outros órgãos e entidades da administração federal ou estadual que mantiverem convênio com aquele Ministério, sendo que o benefício não se aplicará se a semente não satisfizer aos padrões estabelecidos para a unidade federada de destino pelo órgão competente, ou, ainda que atendendo àqueles padrões, se tiver a semente outro destino que não seja a semeadura;"

a) as sementes poderão ser comercializadas com a denominação “fiscalizadas” pelo período de dois anos, contado de 06 de agosto de 2003, data da publicação da Lei nº 10.711, de 2003;

b) o beneficio fiscal estende-se à saída interna do campo de produção de sementes cujo destinatário seja beneficiador inscrito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em órgão por ele delegado, desde que:

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso V do *caput* do art. 20 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do *caput* do art. 20 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05):
"b) o beneficio fiscal estende-se à saída interna do campo de produção de sementes destinadas a beneficiamento em usina de beneficiamento de sementes do próprio produtor ou usina inscrita na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desde que:
1 - o campo de produção seja registrado na Secretaria de Agricultura dos Estados ou do Distrito Federal, ou órgão equivalente;
2 - a produção de cada campo não exceda à quantidade estimada pela Secretaria de Agricultura, devendo esta manter a estimativa à disposição do Fisco pelo prazo de cinco anos;
3 - a semente satisfaça o padrão estabelecido no Estado da Bahia pelo órgão competente;"

Redação original:

"b) o beneficio fiscal estende-se à saída interna do campo de produção de sementes destinadas a beneficiamento em Usina de Beneficiamento de Sementes, registrada na Secretaria de Agricultura ou órgão equivalente dos Estados e do Distrito Federal e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desde que:"

1 - o campo de produção seja inscrito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou por órgão por ele delegado;

2 - a produção de cada campo não exceda à quantidade estimada, por ocasião da aprovação de sua inscrição, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou por órgão por ele delegado, devendo este manter a estimativa à disposição do Fisco pelo prazo de cinco anos;

3 - a semente satisfaça o padrão estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI - nas saídas dos seguintes produtos, quando destinados à alimentação animal ou ao emprego na fabricação de ração animal:

a) sorgo;

b) sal mineralizado;

c) farinhas de peixe, de ostra, de carne, de osso, de pena, de sangue e de vísceras;

d) calcário calcítico;

e) caroço de algodão;

f) farelos e tortas de algodão, de babaçu, de cacau, de amendoim, de linhaça, de mamona, de milho e de trigo;

g) farelos de arroz, de girassol, de glúten de milho, de gérmen de milho desengordurado, de quirera de milho, de casca e de semente de uva, e de polpa cítrica;

Nota: A redação atual da alínea "g", do inciso VI do art. 20 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "g", do inciso VI do art. 20 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos de 01/01/00 a 31/12/02:
"g) farelos de arroz, de girassol, de glúten de milho, de casca e de semente de uva, e de polpa cítrica (Conv. ICMS 97/99);"

Redação originária:
"g) farelos de arroz, de glúten de milho, de casca e de semente de uva, e de polpa cítrica;"

h) glúten de milho;

i) feno;

j) outros resíduos industriais;

l) alho em pó (Conv. ICMS 40/98);

Nota: A alínea "l" foi acrescentada ao inciso VI do art. 20 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de

03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98.

VII - nas saídas de esterco animal;

VIII - nas saídas de mudas de plantas;

IX - nas saídas de embriões, sêmen congelado ou resfriado, exceto os de bovino, ovos férteis, aves de um dia, exceto as ornamentais, girinos e alevinos (Convs. ICMS 100/97, 08/00 e 89/01);

Nota: A redação atual do inciso IX do art. 20 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação anterior dada ao inciso IX do art. 20 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 24/04/00.
"IX - nas saídas de embriões, sêmen congelado ou resfriado, exceto os de bovino, ovos férteis, pintos e marrecos de um dia, gerinos e alevinos (Conv. ICMS 100/97 e 08/00);"

Redação originária:
"IX - nas saídas de embriões, sêmen congelado ou resfriado, ovos férteis, girinos, alevinos e pintos-de-um-dia";

X - nas saídas de enzimas preparadas para decomposição de matéria orgânica animal - NBM/SH 3507.90.4;

XI - nas saídas dos seguintes produtos:

a) milho e milheto, quando destinados a produtor, a cooperativa de produtores, a indústria de ração animal ou a órgão oficial de fomento e desenvolvimento agropecuário vinculado ao Estado;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso XI do art. 20 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação originária, efeitos até 13/08/03:
"a) milho, quando destinado a produtor, cooperativa de produtores, indústria de ração animal ou órgão oficial de fomento e desenvolvimento agropecuário vinculado ao Estado;"

b) farelos e tortas de soja e de canola e farelos de suas cascas, quando destinados à alimentação animal ou ao emprego na fabricação de ração animal (Conv. ICMS 89/01);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso XI do art. 20 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/10/01.

Redação originária, efeitos até 21/10/01:
"b) farelos e tortas de soja e de canola, quando destinados à alimentação animal ou ao emprego na fabricação de ração animal;"

c) amônia, uréia, sulfato de amônio, nitrato de amônio, nitrocálcio, MAP (mono-amônio fostato), DAP (di-amônio fosfato), cloreto de potássio, adubos simples ou compostos, fertilizantes e DL metionina e seus análogos, quando produzidos para uso na agricultura e na pecuária, vedada a aplicação do benefício

quando dada ao produto destinação diversa.

XII - gipsita britada destinada ao uso na agropecuária ou à fabricação de sal mineralizado.

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 20 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.

XIII - casca de coco triturada para uso na agricultura.

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 20 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 01/05/03.

XIV - vermiculita para uso como condicionador e ativador de solo (Conv. ICMS 93/03).

Nota: O incixo XIV foi acrescentado ao art. 20 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

§ 1º Salvo disposição em contrário, o benefício fiscal de que cuida este artigo alcançará toda a etapa de circulação da mercadoria, desde a sua produção até a destinação final.

Nota: **A redação atual do § 1º do art. 20 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"*§ 1º Para efeito de fruição do benefício fiscal previsto neste artigo, o estabelecimento vendedor obriga-se a deduzir do preço da mercadoria o valor correspondente ao imposto dispensado, demonstrando-se expressamente na Nota Fiscal a respectiva dedução (Conv. ICMS 144/92).*"

§ 2º Não se aplica o benefício fiscal no caso de operação que não preencha os requisitos previstos ou que dê ao produto destinação diversa da prevista como condição para gozo do benefício, caso em que o pagamento do imposto caberá ao contribuinte em cujo estabelecimento se verificar a saída.

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 20 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"*§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica nas operações com milho, quando o imposto for pago com base em pauta fiscal ou em preço fixado pela autoridade federal competente em atendimento à política de preços mínimos.*"

SUBSEÇÃO VIII
Da Isenção das Operações com Combustíveis e Lubrificantes

Art. 21. São isentas do ICMS as operações com combustíveis e lubrificantes:

I - nas saídas de combustíveis e lubrificantes para o abastecimento de embarcações e aeronaves nacionais

com destino ao exterior (Conv. ICM 37/89 e Convs. ICMS 06/89, 25/89, 84/90, 80/91, 148/92 e 151/94);

II - até 31/10/07, nas saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, coletados por estabelecimento coletor cadastrado e autorizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com destino a estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor, devendo o trânsito dessas mercadorias até o estabelecimento destinatário ser acompanhado (Convs. ICMS 03/90 e 38/00):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 21 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do 21 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"II - até 30/04/05, nas saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, coletados por estabelecimento coletor cadastrado e autorizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com destino a estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor, devendo o trânsito dessas mercadorias até o estabelecimento destinatário ser acompanhado (Conv. ICMS 03/90 e 38/00):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso II do art. 21 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"II - até 30/04/03, nas saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, coletados por estabelecimento coletor cadastrado e autorizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com destino a estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor, devendo o trânsito dessas mercadorias até o estabelecimento destinatário ser acompanhado (Conv. ICM 37/89 e Convs. ICMS 25/89, 29/89, 118/89, 3/90, 96/90, 80/91, 151/94, 76/95, 121/97, 23/98, 05/99, 38/00 e 10/01):"

A redação do *caput* do inciso II do art. 21 foi modificada pelas Alterações nºs 5, 7, 12 e 19 (Decretos nºs 7244, 7365/98, 7675/99 e 7955/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação originária:
"II - até 31/12/97, nas saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado, para estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor autorizado pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), sendo que o trânsito destas mercadorias até o estabelecimento destinatário deverá ser acompanhado por Nota Fiscal emitida por este, como operação de entrada, dispensando o estabelecimento remetente da emissão de documento fiscal (Conv. ICM 37/89 e Convs. ICMS 25/89, 29/89, 118/89, 3/90, 96/90, 80/91, 151/94, 76/95);"

a) por Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, relativa à entrada, dispensado o estabelecimento remetente da emissão de documento fiscal; ou

b) por Certificado de Coleta de Óleo Usado emitido pelo coletor, observadas as disposições do Convênio ICMS 38/00;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 21 foi dada pela alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

Redação originária:
"b) por Certificado de Coleta de Óleo emitido pelo coletor, observadas as disposições do Convênio ICMS 38/00;"

III - revogado

Nota: O inciso III do art. 21 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"III - nas entradas de álcool etílico hidratado combustível importado do exterior e nas saídas internas e interestaduais do referido produto efetuadas por usina, destinaria ou importador com destino a distribuidora de combustíveis, nos termos do § 1º do art. 515, no período e atendidas as condições do seu § 2º;".

IV - nas saídas efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), e desde que devidamente credenciada por ato do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, para o fornecimento de óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras nacionais que estejam registradas no órgão controlador ou responsável pelo setor, sendo que a fruição deste benefício fica condicionada a que (Conv. ICMS 58/96 e Protoc. ICMS 08/96):

Nota: A redação atual do *caput* do inciso IV do art. 21 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao *caput* do inciso IV do art. 21 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*IV - nas saídas efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), e desde que devidamente credenciada por ato do Diretor do Departamento de Administração Tributária (DAT) da Secretaria da Fazenda, para o fornecimento de óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras nacionais que estejam registradas no órgão controlador ou responsável pelo setor, sendo que a fruição deste benefício fica condicionada a que (Conv. ICMS 58/96 e Protoc. ICMS 8/96):"*

Redação originária:
"IV - nas saídas efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), e desde que devidamente credenciada por ato do Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, para o fornecimento de óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras nacionais que estejam registradas no órgão controlador ou responsável pelo setor, sendo que a fruição deste benefício fica condicionada a que (Conv. ICMS 58/96 e Protoc. ICMS 08/96):"

a) a empresa distribuidora de combustível:

1 - possua registro no DNC, como distribuidora;

2 - tenha acesso direto ao suprimento efetuado pela refinaria, exclusivamente em base própria (Ponto "A");

3 - esteja devidamente credenciada na repartição fazendária do seu domicílio fiscal;

b) a embarcação pesqueira:

1 - possua os seguintes documentos, de emissão da Capitania dos Portos:

1.1 - Provisão de Registro ou Título de Inscrição;

1.2 - Certificado Anual de Regularização de Embarcação ou Termo de Vistoria Anual;

1.3 - Passe de Saída, com prazo de validade não superior a 90 dias, emitido com base no Pedido de Despacho;

2 - possua o seu registro, bem como o do seu proprietário ou armador, atualizados no IBAMA;

3 - comprove a sua regularidade referente ao IPVA;

c) o adquirente comprove junto à distribuidora o cumprimento dos requisitos previstos na alínea anterior, por intermédio das entidades representativas do setor pesqueiro.

Parágrafo único. Relativamente ao benefício de que trata o inciso IV deste artigo:

I - as empresas envolvidas no fornecimento do óleo diesel deverão elaborar, mensalmente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações, mantendo-o à disposição do fisco:

a) a identificação do destinatário;

b) o número e a data da Nota Fiscal;

II - a eficácia desta isenção dependerá, no mínimo, da observância de uma das seguintes condições:

Nota: A redação atual do inciso II do parágrafo único do art. 21 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*II - a eficácia desta isenção dependerá do recebimento, pela Bahia, dos dados requeridos na cláusula terceira do Protocolo ICMS, a serem fornecidos pela COTEPE/ICMS, anualmente, até o dia 30 de novembro.*".

a) do recebimento, pela Bahia, dos dados requeridos na cláusula terceira do Protocolo ICMS 8/96, a serem fornecidos pela COTEPE/ ICMS, anualmente, até o dia 30 de novembro;

b) da publicação no Diário Oficial da União pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, anualmente, até 15 de dezembro, da cota de óleo diesel que couber ao beneficiário, na forma disposta no Decreto Federal n.º 2.302, de 14 de agosto de 1997 e na Portaria n.º 457, de 12 de novembro de 1997, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento.

SUBSEÇÃO IX
Da Isenção das Operações Realizadas por Concessionárias de Energia Elétrica

Art. 22. São isentas do ICMS as operações com energia elétrica, bem como as movimentações de bens do ativo de concessionárias de energia elétrica:

I - nos fornecimentos de energia elétrica para consumo residencial, até a faixa de consumo que não ultrapasse a 200 quilowatts/hora mensais, quando gerada por fonte termoelétrica em sistema isolado (Convs. ICMS 20/89, 122/93 e 151/94);

II - nos fornecimentos de energia elétrica para consumo em estabelecimento de produtor rural (Conv. ICM 13/89 e Convs. ICMS 19/89 e 76/91):

a) sobre o consumo total da energia destinada a irrigação, com a condição de que os produtores rurais que utilizarem energia elétrica para irrigação se recadastrem junto à empresa fornecedora de eletricidade, declarando a destinação da energia elétrica a ser consumida como sendo para fins de irrigação;

Nota: A redação atual da alínea "a" foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), para deixar de referir-se à COELBA, passando a mencionar "empresa fornecedora de eletricidade".

b) até 100 kwh, quando destinada a outros fins;

III - a partir de 01/01/96, nos fornecimentos, no território estadual, de energia elétrica destinada a consumo por órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias mantidas pelo poder público e regidas por normas de Direito Público, devendo o benefício ser transferido aos beneficiários, mediante a redução do valor da operação, na quantia correspondente ao imposto dispensado (Convs. ICMS 23/92, 42/94 e 107/95);

IV - nas saídas de bens destinados a utilização ou a guarda em outro estabelecimento da mesma empresa, quando efetuadas por estabelecimento de empresa concessionária de serviço público de energia elétrica (Conv. AE 5/72 e Convs. ICMS 33/90, 100/90, 80/91 e 151/94).

V - nos fornecimentos de energia elétrica a consumidores enquadrados na "subclasse Residencial Baixa Renda" de acordo com as condições fixadas em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativos à parcela da subvenção de tarifa de energia elétrica, estabelecida pela Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002;

Nota: O inciso V foi acrescetado ao art. 22 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Parágrafo único. A isenção prevista no inciso II deste artigo fica condicionada a que a empresa fornecedora de energia elétrica repasse ao produtor rural o respectivo benefício, mediante redução do valor da operação (Conv. ICMS 08/98).

Nota: O parágrafo único do art. 22 foi acrescentado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 14/04/98.

SUBSEÇÃO X
Da Isenção das Operações com Automóveis Destinados
ao Transporte de Passageiros (Táxis)

Art. 23. São isentas do ICMS as operações de saídas internas e interestaduais de automóveis novos destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), realizadas pelos estabelecimentos fabricantes ou por seus revendedores autorizados (Convs. ICMS 38/01):

Nota: **O art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), tendo sido acrescentados ao seu *caput* os incisos I e II, efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada ao art. 23 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*Art. 23. De 16/06/97 até 30/04/99, são isentas do ICMS as operações de saídas internas de automóveis destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), realizadas pelo estabelecimento concessionário (Convs. ICMS 83/97 e 23/98).*"

Redação anterior dada ao art. 23 pela *Alteração nº 5 (*Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98*):*
"Art. 23. De 16/06/97 até 31/05/98, são isentas do ICMS as operações de saídas internas de automóveis destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), realizadas pelo estabelecimento concessionário (Conv. ICMS 83/97)."

Redação anterior dada ao art. 23 pela *Alteração nº 3 (*Decreto nº 6523/97*):*
"Art. 23. De 16/06/97 até 31/05/98, são isentas do ICMS as operações de saídas internas de automóveis destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), realizadas pela respectiva indústria e pelo estabelecimento concessionário (Conv. ICMS 35/97)."

Redação originária:
"Art. 23. São isentas do ICMS as operações com automóveis destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), realizadas pela respectiva indústria ou pelo estabelecimento concessionário (Conv. ICMS 40/95)."
a) de 19/07/95 até 30/04/96, nas saídas de veículos afetuadas pelos estabelecimentos industriais (Conv. ICMS 116/95);
b) de 19/07/95 até 31/05/96, nas saídas efetuadas pelos estabelecimentos revendedores dos veículos recebidos com isenção de que cuida o inciso anterior (Conv. ICMS 116/95)."

I - até 30/11/2006, nas saídas efetuadas pelas montadoras;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 23 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 23 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 14/10/02 a 02/11/03:
"I - de 09/08/01 até 30/11/03, nas saídas efetuadas pelas montadoras;"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 23, tendo sido foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 13/10/02:
"I - de 09/08/01 até 30/11/02, nas saídas efetuadas pelas montadoras;"

II - até 31/12/2006, nas saídas efetuadas pelas concessionárias.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 23 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

Redação anterior dada do inciso II do art. 23 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 14/10/02 a 02/11/03:
"II - de 09/08/01 até 31/12/03, nas saídas efetuadas pelas concessionárias."

Redação anterior dada ao inciso II do art. 23, tendo sido foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 13/10/02:
"II - de 09/08/01 até 31/12/02, nas saídas efetuadas pelas concessionárias."

§ 1º Só serão admissíveis os benefícios se os automóveis forem destinados a motoristas profissionais, desde que, cumulativa e comprovadamente.

Nota: **O § 1º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada a alínea "a", do § 1º do art. 23 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 14/07/98 a 08/08/01:
"a*) exercesse, na data de 19/06/98, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade (Conv. ICMS 39/98);".*

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I, do § 1º, do art. 23 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"c) não tenha adquirido, nos últimos 3 anos, veículo com isenção ou redução da base de cálculo do ICMS outorgada à categoria;".

Anteriormente a alínea "a", do inciso I, do § 1º, do art. 23 foi modificada pelas:
- Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97), para estabelecer a data de vigência até 23/05/97;
- Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98), para estabelecer a data de vigência até 26/09/97;
- Alteração nº 8 (Decreto nº 7395/98), para estabelecer a data de vigência até 19/6/98.

Redação anterior dada a alínea "c" do inciso I e ao inciso III, ambos do §1º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97):
"(...) c) não tenha adquirido, nos últimos 3 anos, veículo com isenção do ICMS outorgada à categoria;
(...) *III - o veículo seja novo e esteja beneficiado com isenção ou alíquota do IPI reduzida a zero."*

Redação originária:
"§ 1º Só serão admissíveis os benefícios se os automóveis forem destinados a motoristas profissionais, desde que, cumulativa e comprovadamente, a critério da Secretaria da Fazenda:
I - o adquirente:
a) exercesse, na data de 23/06/95, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade;
b) deva utilizar o veículo na atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi);
c) não tenha adquirido, nos últimos 3 anos, veículo com isenção do ICMS;
II - o benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no seu preço;
III - o veículo seja novo e esteja beneficiado com isenção ou alíquota reduzida a zero do IPI."

I - o adquirente:

a) exerça, há pelo menos 1 (ano), a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso I, do § 1º do art. 23 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso I, do § 1º do art. 23 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 02/11/03:
"a) exercesse, na data de 31/12/00, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade (Conv. ICMS 39/98);"

b) deva utilizar o veículo na atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi);

c) não tenha adquirido, nos últimos três anos, veículo com isenção ou redução da base de cálculo do ICMS outorgada à categoria;

II - o benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no seu preço;

§ 2º A condição prevista na alínea "c" do inciso I não se aplica nas hipóteses em que ocorra a destruição completa do veículo ou seu desaparecimento.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 23 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 23, tendo sido revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 02/11/03:
"§ 2º Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, o benefício previsto neste artigo somente poderá ser utilizado uma única vez."

Redação anterior dada aos § 2º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87, DOE de 12/07/97):
"§ 2º Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, o benefício previsto neste artigo somente poderá ser utilizado uma única vez."

Redação originária:
"§ 2º Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, o benefício somente poderá ser utilizado uma única vez."

§ 3º O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Nota: **O § 3º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada aos § 3º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87, DOE de 12/07/97):
"§ 3º O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido."

Redação originária:
"§ 3º O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido."

§ 4º A alienação do veículo adquirido com a isenção, quando efetuada a pessoa que não satisfaça aos requisitos e às condições estabelecidas no § 1º, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, corrigido monetariamente.

Nota: **O § 4º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada aos § 4º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87, DOE de 12/07/97):
"§ 4º A alienação do veículo adquirido com a isenção, quando efetuada a pessoa que não satisfaça aos

requisitos e às condições estabelecidos no § 1º, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, corrigido monetariamente."

Redação originária:
"§ 4º A alienação do veículo adquirido com a isenção, quando efetuada a pessoa que não satisfaça aos requisitos e às condições estabelecidos no § 1º, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, corrigido monetariamente."

§ 5º Na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não-observância do disposto no inciso I do § 1º, o tributo, corrigido monetariamente, será exigido com multa e acréscimos moratórios.

Nota: **O § 5º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada aos § 5º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87, DOE de 12/07/97):
"*§ 5º Na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não-observância do disposto no inciso I do § 1º, o tributo será exigido integralmente, com multa e acréscimos tributários."*

Redação originária:
"§ 5º Na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não-observância do disposto no inciso I do § 1º, o tributo será exigido integralmente, com multa e acréscimos tributários."

§ 6º Para aquisição de veículo com a isenção prevista neste artigo, deverá, ainda, o interessado:

Nota: **O § 6º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada ao inciso I do § 6º pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*I - obter declaração, em 3 vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data de 26/09/97, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);"*

Redação anterior dada aos § 6º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87, DOE de 12/07/97):
"*§ 6º Para aquisição de veículo com a isenção prevista neste artigo, deverá, ainda, o interessado:*
I - obter declaração, em 3 vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data de 23/05/97, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);
II - entregar as 3 vias da declaração referida no inciso anterior ao concessionário autorizado, juntamente com o pedido do veículo."

Redação originária:
"§ 6º Para aquisição de veículo com a isenção prevista neste artigo, deverá, ainda, o interessado:"
I - obter declaração, em 3 vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data de 28/06/95, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);
II - entregar as 3 vias da declaração referida no inciso anterior ao concessionário autorizado, juntamente com o pedido do veículo."

I - obter declaração, em três vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data prevista na alínea "*a*" do inciso I do § 1º deste artigo, na

categoria de automóvel de aluguel (táxi);

Nota: A redação atual do inciso I, do § 6º do art. 23 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 6º do art. 23 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01:
"I - obter declaração, em três vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data de 31/12/01, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);".

II - entregar as três vias da declaração referida no inciso anterior ao revendedor autorizado, juntamente com o pedido do veículo.

§ 7º Os revendedores autorizados, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:

Nota: **A redação atual do § 7º do art. 23 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação anterior dada ao inciso I, do § 7º do art. 23 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*I - mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com isenção do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 83/97, e que, nos primeiros 3 anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;"*

Redação anterior dada ao § 7º do art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97, de 11/07/87):
"§ 7º As concessionárias autorizadas, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:
I - mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com a isenção do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 35/97, e que, nos primeiros 3 anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;
II - encaminhar, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, juntamente com a 1ª via da declaração referida no inciso I do parágrafo anterior, informações relativas a:
a) domicílio do adquirente e seu número de inscrição no CPF/MF;
b) número, série e data da Nota Fiscal emitida, e os dados identificadores do veículo vendido;
III - conservar em seu poder a 2ª via da declaração, e encaminhar a 3ª via ao Departamento Estadual de Trânsito, para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação própria."

Redação originária:
"§ 7º As concessionárias autorizadas, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:
I - mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com a isenção do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 40/95, e que, nos primeiros 3 anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;
II - encaminhar, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, juntamente com a 1ª via da declaração referida no inciso I do parágrafo anterior, informações relativas a:
a) domicílio do adquirente e seu número de inscrição no CPF/MF;
b) número, série e data da Nota Fiscal emitida, e os dados identificadores do veículo vendido;
III - conservar em seu poder a 2ª via da declaração, e encaminhar a 3ª via ao Departamento Estadual de Trânsito, para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação própria."

I - mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com isenção do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 38/01, e que, nos primeiros três anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;

II - encaminhar, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, juntamente com a primeira via da declaração referida no inciso I do parágrafo anterior, informações relativas a:

a) endereço do adquirente e seu número de inscrição no CPF/MF;

b) número, série e data da nota fiscal emitida, e os dados identificadores do veículo vendido;

III - conservar em seu poder, a segunda via da declaração, e encaminhar a terceira via ao Departamento Estadual de Trânsito, para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação própria.

§ 8º Os estabelecimentos fabricantes ficam autorizados a promover as saídas dos veículos com o benefício previsto neste artigo, mediante encomenda dos revendedores autorizados, desde que, em 120 (cento e vinte) dias, contados da data daquela saída, possam demonstrar perante o fisco o cumprimento do disposto no inciso II do parágrafo anterior, por parte daqueles revendedores.

Nota: **O § 8º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

O § 8º foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"§ 8º Os estabelecimentos fabricantes ficam autorizados a efetuar as saídas dos veículos com os benefícios previstos no Convênio ICMS 35/97 mediante encomenda dos revendedores autorizados, desde que, em 120 dias, contados da data daquela saída, possam demonstrar, perante o fisco, o cumprimento do disposto no inciso II do parágrafo anterior, por parte daqueles revendedores."

§ 9º Os estabelecimentos fabricantes deverão:

Nota: **O § 9º do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

O § 9º foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"§ 9º Os estabelecimentos fabricantes deverão:
I - quando da saída de veículo amparada pelo benefício instituído no Convênio ICMS 35/97, especificar o valor a ele correspondente;
II - até o último dia de cada mês, elaborar relação das Notas Fiscais emitidas no mês anterior, nas condições do parágrafo anterior, indicando a quantidade de veículos e respectivos destinatários revendedores, separadamente, por unidade da Federação;
III - anotar na relação referida no inciso anterior, no prazo de 120 dias, as informações recebidas dos revendedores, mencionando:
a) o nome, o domicílio e o número de inscrição no CPF/MF do adquirente final do veículo;
b) o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo revendedor;
IV - conservar à disposição dos fiscos das unidades federadas, pelo prazo de que cuida o art. 144, os elementos referidos nos incisos anteriores."

I - quando da saída de veículos amparada pelo benefício instituído neste artigo, especificar o valor a ele correspondente;

II - até o último dia de cada mês, elaborar relação das notas fiscais emitidas no mês anterior, nas condições do parágrafo anterior, indicando a quantidade de veículos e respectivos destinatários revendedores, separadamente por unidade da Federação;

III - anotar na relação referida no inciso anterior, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as informações recebidas dos revendedores, mencionando:

a) o nome, o domicílio e o número de inscrição no CPF/MF do adquirente final do veículo;

b) o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo revendedor;

IV - conservar à disposição dos fiscos das unidades federadas, pelo prazo de que cuida o art. 144, os elementos referidos nos incisos anteriores.

§ 10. Quando o faturamento for efetuado diretamente pelo fabricante, deverá este cumprir, no que couber, as obrigações atribuídas aos revendedores.

Nota: **O § 10 do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

O § 10 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"§ 10. Quando o faturamento for efetuado diretamente pelo fabricante, deverá este cumprir, no que couber, as obrigações atribuídas aos revendedores."

§ 11. A obrigação aludida no inciso III do § 9º poderá ser suprida por relação elaborada no prazo ali previsto e contendo os elementos indicados no referido inciso, separadamente, por unidade da Federação.

Nota: **O § 11 do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

O § 11 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"§ 11. A obrigação aludida no inciso III do § 9º poderá ser suprida por relação elaborada no prazo ali previsto e contendo os elementos indicados no referido inciso, separadamente, por unidade da Federação."

§ 12. Poderá o fisco arrecadar as relações referidas nos §§ 9º e 11 e os elementos que lhes serviram de suporte, para as verificações que se fizerem necessárias.

Nota: **O § 12 do art. 23 foi revigorado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

O § 12 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:

"§ 12. Poderá o fisco arrecadar as relações referidas nos §§ 9º e 11 e os elementos que lhes serviram de suporte, para as verificações que se fizerem necessárias."

§ 13. Aplicam-se as disposições deste artigo às operações com veículos fabricados nos países integrantes do tratado do Mercosul.

Nota: **A redação atual do § 13 do art. 23 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.**

Redação originária:
"§ 13. Aplicam-se as disposições deste artigo às operações com veículos fabricados nos países integrantes do tratado do Mercosul."

§ 14. A isenção é condicionada ao reconhecimento prévio, por parte do Inspetor Fazendário, mediante requerimento do adquirente, acompanhado das informações e documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas, sendo que do indeferimento do pedido caberá recurso voluntário para o Diretor de Tributação da Secretaria da Fazenda.

Nota: **A redação atual do § 14 do art. 23 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação anterior dada ao § 14 do art. 23 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 31/12/02:
"§ 14. A isenção é condicionada ao reconhecimento prévio, por parte do Inspetor Fazendário, mediante requerimento do adquirente, acompanhado das informações e documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas, sendo que do indeferimento do pedido caberá recurso voluntário para o Conselho de Fazenda Estadual – CONSEF."

Redação anterior dada ao § 14 do art. 23 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"§ 14. A isenção é condicionada ao reconhecimento prévio, por parte do Inspetor Fazendário, mediante requerimento do adquirente, acompanhado das informações e documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas, sendo que do indeferimento do pedido caberá recurso voluntário para o Conselho de Fazenda Estadual - CONSEF."

Redação anterior dada ao § 14, tendo sido acrescentado ao art. 23 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"§ 14. A isenção é condicionada ao reconhecimento prévio, por parte do Delegado Regional da Fazenda, mediante requerimento do adquirente, acompanhado das informações e documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas, sendo que do indeferimento do pedido caberá recurso voluntário para o Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda."

SUBSEÇÃO XI
Da Isenção das Operações com Veículos, Equipamentos, Acessórios e Outros Bens para Uso ou Atendimento de Deficientes Físicos

Art. 24. São isentas do ICMS as operações com bens para uso ou atendimento de deficientes físicos:

I - a partir de 16/6/97, nas saídas dos produtos a seguir indicados (Conv. ICMS 47/97):

Nota: A redação atual do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

O inciso I do art. 24 foi modificado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97) para fixação do prazo de vigência do benefício.

Redação originária:
"I - de 24/10/94 até 30/6/97, nas saídas dos produtos a seguir indicados (Convs. ICMS 98/94, 137/94, 121/95 e 20/97):
a) cadeira de rodas e outros veículos para deficientes físicos - NCM 8713;
b) prótese femural e outras próteses articulares - NCM 9021.11;
c) braços, antebraços, mãos, pernas, pés e articulações artificiais para quadris ou joelhos - NCM 9021.30.80;"

a) cadeira de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou o mecanismo de propulsão:

1 - sem mecanismo de propulsão - NCM 8713.10.00;

2 - outros - NCM 8713.90.00;

b) partes e acessórios destinados exclusivamente a aplicação em cadeiras de rodas ou em outros veículos para inválidos - NCM 8714.20.00;

c) próteses articulares e outros aparelhos de ortopedia ou para fraturas:

1 - próteses articulares:

Nota: A redação atual do item 1 da alínea "c" do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 1 da alínea "c" do inc. I do art. 24, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"1 - próteses articulares:
1.1 - femurais - NCM 9021.11.10;
1.2 - mioelétricas - NCM 9021.11.20;
1.3 - outras - NCM 9021.11.90;"

1.1 - femurais - NCM 9021.31.10;

1.2 - mioelétricas - NCM 9021.31.20;

1.3 - outras - NCM 9021.31.90;

2 - outros:

Nota: A redação atual do item 2 da alínea "c" do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 2 da alínea "c" do inc. I do art. 24, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"2 - outros:

2.1 - artigos e aparelhos ortopédicos - NCM 9021.19.10;
2.2 - artigos e aparelhos para fraturas - NCM 9021.19.20;"

2.1 - artigos e aparelhos ortopédicos - NCM 9021.10.10;

2.2 - artigos e aparelhos para fraturas - NCM 9021.10.20;

3 - partes e acessórios:

Nota: A redação atual do item 3 da alínea "c" do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 3 da alínea "c" do inc. I do art. 24, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"3 - partes e acessórios:
3.1 - de artigos e aparelhos de ortopedia, articulados - NCM 9021.19.91;
3.2 - outros - NCM 9021.19.99;"

3.1 - de artigos e aparelhos de ortopedia, articulados - NCM 9021.10.91;

3.2 - outros - NCM 9021.10.99;

4 - partes de próteses modulares que substituem membros superiores ou inferiores - NCM 9021.39.91;

Nota: A redação atual do item 4 da alínea "c" do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 4 da alínea "c" do inc. I do art. 24, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"4 - partes de próteses modulares que substituem membros superiores ou inferiores - NCM 9021.30.91;"

5 - outros - NCM 9021.39.99;

Nota: A redação atual do item 5 da alínea "c" do inciso I do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 5 da alínea "c" do inc. I do art. 24, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"5 - outros - NCM 9021.30.99;"

6 - aparelhos para facilitar a audição dos surdos, exceto as partes e acessórios - NCM 9021.40.00;

7 - partes e acessórios de aparelhos para facilitar a audição dos surdos - NCM 9021.90.92;

8 - barra de apoio para portador de deficiência física - NCM - 7615.20.00.

Nota: O item 8 foi acrescentado à alínea "c", do inciso I do art. 24 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03.

II - de 20/09/91 até 31/10/07, nas saídas internas e interestaduais e nas entradas, do exterior, dos equipamentos e acessórios a seguir especificados, desde que atendidas as disposições previstas neste inciso (Conv. ICMS 38/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 24 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 24 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"II - de 20/09/91 até 30/04/05, nas saídas internas e interestaduais e nas entradas, do exterior, dos equipamentos e acessórios a seguir especificados, desde que atendidas as disposições previstas neste inciso (Conv. ICMS 38/91):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso II do art. 24 pela Alteração 24 (Decreto nº 7955/01):
"II - de 20/09/91 até 30/04/03, nas saídas internas e interestaduais e nas entradas, do exterior, dos equipamentos e acessórios a seguir especificados, desde que atendidas as disposições previstas neste inciso (Convs. ICMS 38/91, 80/91, 124/93, 121/95, 05/99 e 10/01):"

A redação da parte inicial do inciso II do art. 24 foi modificada pela Alteraçâo nº 12 (Decretos nºs 7675/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) equipamentos e acessórios favorecidos com a isenção:

Nota: A redação atual da alínea "a" foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"a) equipamentos e acessórios favorecidos com a isenção:
9018 Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluídos os aparelhos para cintilografia e outros aparelhos eletromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais
9018.1 Aparelhos de eletrodiagnóstico (incluídos os aparelhos de exploração funcional e os de verificação de parâmetros fisiológicos)
9018.11 00 Eletrocardiógrafos
9018.19 Outros
80 Eletroencefalógrafos
90
10 Outros
20
30
80
90
9018.20
00 Aparelhos de raios ultravioleta ou infravermelhos
9021 Artigos e aparelhos ortopédicos, incluídas as cintas e fundas médico-cirúrgicas e as muletas; talas, goteiras e outros artigos e aparelhos para fraturas; artigos e aparelhos de prótese; aparelhos para facilitar a audição dos surdos, e outros aparelhos para compensar deficiências ou enfermidades, que se destinem a ser transportados a mão ou sobre as pessoas ou a serem implantados no organismo
9021.1Próteses articulares e outros aparelhos de ortopedia ou para fraturas, exceto as classificadas nos códigos 9021.11.10, 9021.11.20 e 9021.11.90 (Conv. ICMS 100/96)
9021.19 00 Outros
9021.30 Outros artigos e aparelhos de prótese

9021.40 00 Aparelhos para facilitar a audição dos surdos, exceto as partes e acessórios
9022 Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem radiações alfa, beta ou gama, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluídos os aparelhos de radiofotografia ou de radioterapia, os tubos de raios X e outros dispositivos geradores de raios X, os geradores de tensão, as mesas de comando, as telas de visualização, as mesas, poltronas e suportes semelhantes para exame ou tratamento
9022.12 00 Tomógrafo computadorizado
9022.13 90 Aparelhos de raios X, móveis, não compreendidos nas subposições anteriores
9022.14 13
19
90
9022.21 10 Aparelho de radiocobalto (bomba de cobalto)
20 Aparelhos de gamaterapia
90 Aparelho de crioterapia
90 Outros
9025 Densímetros, areômetros, pesa-líquidos e instrumentos flutuantes semelhantes, termômetros, pirômetros, barômetros, higrômetros e psicômetros, registradores ou não, mesmo combinados entre si."

CÓDIGO DA NCM

POSIÇÃO e SUBPOSIÇÃO	ITEM e SUBITEM	MERCADORIA
9018		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluídos os aparelhos para cintilografia e outros aparelhos eletromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais
9018.1		Aparelhos de eletrodiagnóstico (incluídos os aparelhos de exploração funcional e os de verificação de parâmetros fisiológicos)
9018.11	00	Eletrocardiógrafos
9018.19		Outros
	80	Eletroencefalógrafos
	90	
	10	Outros
	20	
	30	
	80	
	90	
9018.20	00	Aparelhos de raios ultravioleta ou infravermelhos
9021		Artigos e aparelhos ortopédicos, incluídas as cintas e fundas médico-cirúrgicas e as muletas; talas, goteiras e outros artigos e aparelhos para fraturas; artigos e aparelhos de prótese; aparelhos para facilitar a audição dos surdos, e outros aparelhos para compensar deficiências ou enfermidades, que se destinem a ser transportados a mão ou sobre as pessoas ou a serem implantados no organismo
9021.19	00	Outros
9021.30		Outros artigos e aparelhos de prótese, exceto os produtos classificados nos códigos 9021.30.91 e 9021.30.99
9022		Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem radiações alfa, beta ou gama, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluídos os aparelhos de radiofotografia ou de radioterapia, os tubos de raios X e outros dispositivos geradores de raios X, os geradores de tensão, as mesas de comando, as telas de visualização, as mesas, poltronas e suportes semelhantes para exame ou tratamento
9022.12	00	Tomógrafo computadorizado
9022.13	90	Aparelhos de raios X, móveis, não compreendidos nas subposições anteriores
9022.14	13	
	19	

	90	
9022.21	10	Aparelho de radiocobalto (bomba de cobalto)
	20	Aparelho de gamaterapia
	90	Aparelhos de crioterapia
	90	Outros
9025		Densímetros, areômetros, pesa-líquidos e instrumentos flutuantes semelhantes, termômetros, pirômetros, barômetros, higrômetros e psicômetros, registradores ou não, mesmo combinados entre si

b) condições para fruição da desoneração fiscal prevista neste inciso:

1 - os referidos equipamentos e acessórios devem destinar-se, exclusivamente, ao atendimento a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, mental, visual e múltipla, cuja aplicação seja indispensável ao tratamento ou locomoção das mesmas;

2 - as aquisições devem ser efetuadas por instituições públicas estaduais ou por entidades assistenciais sem fins lucrativos e que estejam vinculadas a programas de recuperação de portadores de deficiência;

3 - o benefício fiscal estende-se às entradas decorrentes de importações do exterior, desde que não exista equipamento ou acessório similar de fabricação nacional;

III - de 17/08/99 até 31/12/04, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta (SAE), que se destinar a uso exclusivo do adquirente paraplégico ou portador de deficiência física impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos sejam protocolados até 31/10/04, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99):

Nota: A redação atual da parte incial do inciso III do art. 24 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada à parte incial do inciso III do art. 24 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).
"III - de 17/08/99 até 30/09/04, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta (SAE), que se destinar a uso exclusivo do adquirente paraplégico ou portador de deficiência física impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos sejam protocolados até 30/07/04, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso III do art. 24 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02).
"III - de 17/08/99 até 30/06/04, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta (SAE), que se destinar a uso exclusivo do adquirente paraplégico ou portador de deficiência física impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos sejam protocolados até 30/04/04, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99, 71/99, 93/99, 29/00, 84/00, 85/00 e 21/02):"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 08/02/01 a 08/05/02:
"III - de 17/08/99 até 31/07/02, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta (SAE), que se destinar a uso exclusivo do adquirente paraplégico ou portador de deficiência física impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos tenham sido protocolados até 31/05/02, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99, 71/99, 93/99, 29/00, 84/00 e 85/00):"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), para fazer remissão ao Convênio nº 29/00:
"*III - de 17/08/99 até 28/02/01, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, com até*

1.600 cilindradas de potência, que se destinar a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de deficiência física, impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos tenham sido protocolados até 31/12/00, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99, 71/99, 93/99 e 29/00):"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 06/01/00:
"*III - de 17/08/99 até 28/02/01, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, com até 1.600 cilindradas de potência, que se destinar a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de deficiência física, impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos tenham sido protocolados até 31/12/00, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99, 71/99 e 93/99):"*

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99):
"*III - de 17/08/99 até 28/02/01, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, com até 1.000 cilindradas de potência, que se destinar a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de deficiência física, impossibilitado de utilizar o modelo comum, desde que os pedidos tenham sido protocolados até 31/12/00, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99 e 71/99):*".

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*III - de 17/08/99 até 31/10/99, nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, com até 1000 cilindradas de potência, que se destinar a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de deficiência física, impossibilitado de utilizar o modelo comum, nos termos estabelecidos na legislação estadual, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 35/99):*"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 24 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*III - de 19/07/95 até 30/04/99, nas saídas de veículos automotores que se destinem a uso exclusivo do adquirente, sendo este paraplégico ou portador de deficiência física impossibilitado de utilizar os modelos comuns, observadas as seguintes disposições (Convs. ICMS 40/91, 80/91, 44/92, 148/92, 43/94, 83/94, 16/95, 46/95, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97 e 23/98):*".

Anteriormente este dispositivo foi modificado pelas Alterações nºs 1, 3, 4 e 5 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) a isenção será previamente reconhecida pelo Inspetor Fazendário da circunscrição fiscal do domicílio do adquirente, mediante requerimento, instruído de:

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso III do art. 24 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso III do art. 24 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 24/02/99 a 31/12/02:
"a) a isenção será previamente reconhecida pelo Diretor de Tributação, mediante requerimento formulado pelo adquirente, instruído de:"

Redação originária:
"a) a isenção será previamente reconhecida pelo Diretor de Tributação do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, mediante requerimento formulado pelo adquirente, instruído de:"

1 - declaração expedida pelo vendedor, na qual conste o CPF/MF do interessado, estipulando que o benefício será repassado ao adquirente, e que o veículo se destina a uso de adquirente paraplégico ou deficiente físico impossibilitado de fazer uso de modelo comum;

2 - laudo de perícia médica fornecido pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou pelo órgão correspondente, neste caso se o interessado residir em caráter permanente em outra unidade da Federação, atestando sua completa incapacidade para dirigir automóveis comuns e sua habilitação para fazê-lo em veículos especialmente adaptados, devendo, ainda, especificar o tipo de defeito físico e as adaptações necessárias;

3 - comprovação de sua capacidade econômico-financeira (Conv. ICMS 35/99);

Nota: O item 3 foi acrescentado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 16/08/99.

b) o adquirente do veículo deverá recolher o imposto com atualização monetária e acréscimos moratórios, a contar da aquisição, na hipótese de:

1 - transmiti-lo a qualquer título, dentro do prazo de 3 anos da data da aquisição, a pessoa que não fizer jus ao mesmo tratamento fiscal;

2 - modificação das características do veículo, para retirar-lhe o caráter de especial;

3 - emprego do veículo em finalidade que não seja a que tiver justificado a isenção;

c) o estabelecimento que efetuar a operação isenta, nos termos deste inciso, deverá:

1 - acrescentar no documento fiscal o número do CPF/MF do adquirente;

2 - entregar à repartição fiscal a que estiver vinculado, até o 15º dia útil, contado da data da operação, cópia reprográfica da 1ª via do respectivo documento fiscal;

d) ressalvados os casos excepcionais em que ocorrer a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, a isenção somente será reconhecida se o beneficiário não tiver adquirido, nos últimos 3 (três) anos, veículo com o tratamento fiscal previsto neste inciso ou no Decreto nº 7612, de 18 de junho de 1999;

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso III do art. 24 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada a alínea d", do inciso III do art. 24 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*d) ressalvados os casos excepcionais em que ocorrer a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, a isenção prevista neste inciso somente será reconhecida se o beneficiário não tiver adquirido, nos últimos 3 (três) anos, veículo com o mesmo tratamento fiscal;*".

Redação originária:
"d) ressalvados os casos excepcionais em que ocorrer a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento,o benefício previsto neste inciso só poderá ser utilizado uma única vez;"

e) o disposto neste inciso não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

f) não será acolhido, para efeito deste inciso, o laudo previsto no item 2, da alínea "a", que não contiver

detalhadamente todos os requisitos exigidos pelo mencionado dispositivo (Conv. ICMS 35/99).

Nota: A alínea "f" foi acrescentada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

IV - até 31/12/06, nas saídas de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta (SAE), especialmente adaptado para ser dirigido por motorista portador de deficiência física incapacitado de dirigir veículo convencional (normal), desde que as respectivas operações de saída sejam amparadas por isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e que os pedidos sejam protocolados a partir de 1º de novembro de 2004, observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 77/04):

Nota: O inciso IV foi acrescentado pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

a) o benefício correspondente deverá ser transferido ao adquirente do veículo, mediante redução no seu preço;

b) a isenção será previamente reconhecida pelo Inspetor Fazendário do domicílio fiscal do interessado, mediante requerimento instruído com:

1 - laudo de perícia médica fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado – DETRAN, onde estiver domiciliado o interessado, que:

1.1 - ateste sua completa incapacidade para dirigir veículos convencionais e sua aptidão para fazê-lo naqueles especialmente adaptados;

1.2 - especifique o tipo de deficiência física;

1.3 - especifique as adaptações necessárias;

2 - declaração de Disponibilidade Financeira ou Patrimonial do portador de deficiência, compatível com o valor do veículo a ser adquirido, apresentada diretamente ou por intermédio de representante legal, na forma do Anexo II do Conv. ICMS 77/04;

3 - cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, na qual conste as restrições referentes ao condutor e as adaptações necessárias ao veículo;

4 - cópia autenticada da autorização expedida pela Secretaria da Receita Federal para aquisição do veículo com isenção do IPI;

5 - revogado

Nota: O item 5 da alínea "b" do inciso IV do art. 24 foi revogado pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 5 da alínea "b" do inciso IV do art. 24, tendo sido acrescentada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04):
"5 - certidão negativa de débitos emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, ou declaração de isenção;"

6 - comprovante de residência;

c) quando o interessado necessitar do veículo com adaptação ou característica especial para obter a Carteira Nacional de Habilitação, poderá adquiri-lo com isenção sem a apresentação da respectiva cópia autenticada, hipótese em que, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da aquisição do veículo, constante no documento fiscal de venda, o adquirente deverá, sob pena de recolher o imposto dispensado com atualização monetária e acréscimos legais, nos termos da legislação vigente e sem prejuízo das sanções penais cabíveis**,** apresentar à repartição fiscal junto à qual foi reconhecida a isenção cópia autenticada do respectivo documento;

d) se deferido o pedido, o Inspetor Fazendário emitirá autorização para que o interessado adquira o veículo com isenção do ICMS em formulário próprio, constante no Anexo I do Convênio ICMS 77/04, que terão a seguinte destinação:

1 - a primeira via deverá permanecer com o interessado;

2 - a segunda via será entregue à concessionária, que deverá remetê-la ao fabricante;

3 - a terceira via deverá ser arquivada pela concessionária que efetuou a venda ou intermediou a sua realização;

4 - a quarta via ficará em poder do fisco que reconheceu a isenção;

e) o benefício previsto neste inciso somente se aplica se o adquirente não tiver débitos para com a Fazenda Pública Estadual;

f) o adquirente deverá recolher o imposto, com atualização monetária e acréscimos legais, a contar da data da aquisição constante no documento fiscal de venda, nos termos da legislação vigente e sem prejuízo das sanções penais cabíveis**,** na hipótese de:

1 - transmissão do veículo, a qualquer título, dentro do prazo de 3 (três) anos da data da aquisição, a pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;

2 - modificação das características do veículo, para retirar-lhe o caráter de especialmente adaptado;

3 - emprego do veículo em finalidade que não seja a que justificou a isenção;

g) o estabelecimento que efetuar a operação isenta deverá fazer constar no documento fiscal de venda do veículo:

1 - o número de inscrição do adquirente no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF;

2 - o valor correspondente ao imposto não recolhido;

3 - as declarações de que:

3.1 - a operação é isenta de ICMS nos termos do Convênio ICMS 77/04;

3.2 - nos primeiros 3 (três) anos, contados da data da aquisição, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;

h) ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou seu desaparecimento, o benefício somente poderá ser utilizado uma única vez, no período previsto no item I da alínea “f”;

i) o adquirente do veículo deverá entregar à repartição fiscal a que estiver vinculado, até o décimo quinto dia útil contado da data da aquisição, cópia reprográfica da primeira via do respectivo documento fiscal.

SUBSEÇÃO XII

Da Isenção das Operações com Água Natural

Art. 25. São isentas do ICMS as operações internas efetuadas por concessionário de serviço público de abastecimento de água (Convs. ICMS 98/89, 67/92 e 151/94):

I - nos fornecimentos de água natural canalizada:

a) em ligações com consumo medido de até $30m^3$ mensais, por economia;

b) em ligações não medidas, para consumo residencial;

c) em ligações para consumo de órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

II - nos fornecimentos de água natural através de carro-pipa.

SUBSEÇÃO XIII
Da Isenção das Operações com Mercadorias Destinadas à Itaipu Binacional

Art. 26. São isentas do ICMS as operações de venda de que decorram saídas de mercadorias destinadas à Itaipu Binacional, observadas as seguintes disposições (Convs. ICM 10/75 e 23/77, e Convs. ICMS 36/90, 80/91 e 5/94):

I - o contribuinte deverá indicar na Nota Fiscal:

a) que a operação está isenta do ICMS, por força do artigo XII do Tratado promulgado pelo Decreto Federal nº 72.707, de 28 de agosto de 1973;

b) o número da "Ordem de Compra" emitida pela Itaipu Binacional;

II - o reconhecimento definitivo da isenção ficará condicionado à comprovação da efetiva entrega da mercadoria à Itaipu Binacional, comprovação essa a ser feita por meio de "Certificado de Recebimento" emitido pela Itaipu Binacional ou por outro documento por ela instituído, contendo, no mínimo, número, data e valor da Nota Fiscal, sendo que, dentro de 180 dias contados da data da saída da mercadoria, o contribuinte deverá dispor do supramencionado "Certificado de Recebimento";

III - a movimentação de mercadorias entre os estabelecimentos da Itaipu Binacional será acompanhada por documento da própria empresa, denominado "Guia de Transferência", confeccionado mediante Autorização para Impressão de Documentos Fiscais e contendo numeração tipograficamente impressa, sendo igualmente admitido o uso da referida Guia nas remessas de mercadorias a terceiros, para fins de industrialização, acabamento e conserto, desde que a mercadoria retorne à empresa remetente.

SUBSEÇÃO XIV
Da Isenção das Remessas Internas de Bens de Uso e Materiais de Consumo,
e da Isenção do Pagamento da Diferença de Alíquotas

Art. 27. São isentas do ICMS as operações ou movimentações de mercadorias, bens ou materiais:

I - nas seguintes movimentações, no território deste Estado, de bens do ativo permanente, material de consumo e outros bens (Convs. ICMS 70/90, 80/91 e 151/94):

a) remessas entre estabelecimentos de uma mesma empresa:

1 - de bens integrados ao ativo permanente;

2 - de materiais de uso ou consumo, assim entendidos, para os efeitos deste item, os produtos que tenham sido adquiridos de terceiros e não sejam utilizados para comercialização ou para integrar um novo produto ou, ainda, de produtos que não sejam consumidos no respectivo processo de industrialização;

b) remessas de bens integrados ao ativo permanente, bem como de moldes, matrizes, gabaritos, padrões, chapelonas, modelos e estampas:

1 - para prestação de serviços fora do estabelecimento, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem; ou

2 - com destino a outro estabelecimento inscrito como contribuinte, para serem utilizados na elaboração de produtos encomendados pelo remetente, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem;

c) retornos, ao estabelecimento de origem, dos bens a que se refere a alínea anterior;

II - nas entradas de bens e de materiais de consumo procedentes de outras unidades da Federação, relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas, nas seguintes hipóteses:

a) a partir de 26/07/94, aquisição de produtos destinados à implantação de indústria produtora de celulose solúvel (Conv. ICMS 61/94);

b) de 02/12/94 até 30/04/03, aquisição de máquinas, aparelhos, equipamentos, implementos e bens destinados ao uso ou ativo imobilizado de estabelecimentos industriais ou agropecuários, inclusive de empresas geradoras de energia elétrica, para serem empregados na implantação ou ampliação da planta de produção, devendo o benefício, contudo, ser reconhecido, caso a caso, por ato do Inspetor Fazendário do domicílio fiscal do contribuinte, em face de análise técnica dos motivos apresentados pelo interessado (Convs. ICMS 55/93, 96/94, 151/94, 102/96, 121/97, 23/98, 05/99 e 10/01);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 27 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

A redação da alínea "b", do inciso II do art. 27 foi modificada pelas Alterações nºs 12 e 24 (7675/99 e 7955/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II do art. 27 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"b) de 02/12/94 até 30/04/99, aquisição de máquinas, aparelhos, equipamentos, implementos e bens destinados ao uso ou ativo imobilizado de estabelecimentos industriais ou agropecuários, para serem empregados na implantação ou ampliação da planta de produção, devendo o benefício, contudo, ser reconhecido, caso a caso, por ato do Diretor de Tributação, em face de análise técnica dos motivos apresentados pelo interessado (Convs. ICMS 55/93, 96/94, 151/94, 102/96, 121/97 e 23/98);"

Anteriormente a alínea b, do inciso II do art. 27 foi modificado pelas Alterações nºs 5 e 7 (Decretos nºs 7244/98 e 736598), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

c) revogada

Nota: A alínea "c" foi revogada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), sendo que a matéria nela contida passou a ser tratada como não-incidência, nos termos do inciso IV do art. 7º

Redação originária:
"c) aquisições de bens do ativo permanente por:
1 - microempresas industrias, microempresas comerciais varejistas e microempresas ambulantes;
2 - produtores e extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 442)."

d) de 23/07/02 até 30/06/06, aquisição de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças e materiais discriminados no inciso XXXI do art. 32, quando destinados à construção do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador – Bahia (Metrô), objeto do contrato de empréstimo 4494-BR celebrado com o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Conv. ICMS 74/02);

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso II do art. 27 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

III - até 31 de dezembro de 2007, realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nas (Conv. ICMS 47/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso III do art. 27 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada a parte inicial do inciso III do art. 27 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 01/08/03.
"III - até 31 de dezembro de 2004, realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nas (Conv. ICMS 47/98):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso III do art. 27 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 15/07/98 a 31/07/03:
"III - até 31 de julho de 2003, realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nas (Conv. ICMS 47/98 e 51/01):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso III do art. 27 pela Alteração nº 08 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos até 14/07/98:
"III - até 31 de julho de 2001, realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nas (Conv. ICMS 47/98):"

a) saídas de bens do ativo imobilizado e de uso ou consumo para outro estabelecimento da mesma empresa ou para estabelecimento de empresa estadual integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária;

b) aquisições interestaduais de bens do ativo imobilizado e de uso ou consumo, relativamente ao diferencial de alíquotas.

§ 1º Nas aquisições interestaduais de bens do ativo permanente e de bens de uso e materiais de consumo efetuadas por produtores ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais, por microempresas, por empresas de pequeno porte, por ambulantes, por contribuintes enquadrados no regime de apuração em função da receita bruta, por transportadores e por contribuintes dispensados de escrituração fiscal, observar-se-á o disposto nos incisos IV e V do art. 7º.

Nota: A redação atual do § 1º foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para acrescentar a expressão "por empresas de pequeno porte, por ambulantes", efeitos a partir de 01/01/99

O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), tendo sido acrescentado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

§ 2º Nas transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos do mesmo titular, situados neste Estado, observar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 98.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 27 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

§ 3º Será dispensado o reconhecimento de que trata a alínea "b" do inciso II deste artigo quando o contribuinte tiver obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, desde que esta aprovação esteja vinculada a projeto de implantação ou ampliação da planta de produção.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 27 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 27 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 3º Será dispensado o reconhecimento de que trata a alínea "b", do inciso II, deste artigo quando o contribuinte tiver obtido aprovação técnica para fruição de benefício fiscal concedido por este Estado, através de programa especial, desde que esta aprovação esteja vinculada a projeto de implantação ou ampliação da empresa."

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o contribuinte deverá manter cópia do Diário Oficial do Estado em que foi publicada a resolução de aprovação do projeto, para apresentação ao fisco, quando solicitado.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 27 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

§ 5° A isenção de que trata a alínea “b” do inciso II se aplica inclusive às empresas geradoras de energia elétrica.

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 27 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).

SUBSEÇÃO XV
Da Isenção das Operações e Prestações Relativas ao Comércio Exterior, Inclusive com Lojas Francas, Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Organismos Internacionais

Art. 28. São isentas do ICMS as operações e prestações relativas à importação e às remessas ou vendas relacionadas com lojas francas, missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais:

I - nas hipóteses previstas:

a) no art. 17, II, "a";

b) no art. 24, II, "b", 3;

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso I do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"c) no art. 515, § 1º, I, "b";".

d) no inciso VI do art. 17 (Conv. ICMS 95/98);

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso I do art. 28 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

II - nas saídas de produtos manufaturados, de fabricação nacional, efetuadas pelos respectivos fabricantes, quando destinados às empresas nacionais exportadoras de serviços relacionadas na forma do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.633, de 9 de agosto de 1978, observado o seguinte (Conv. ICM 04/79 e Convs. ICMS 47/90, 80/91 e 124/93):

a) a isenção do ICMS diz respeito unicamente aos produtos a serem exportados em decorrência de contratos de prestação de serviços no exterior e que constem na relação a que alude o art. 10, inciso II, do Decreto-Lei nº 1.633, de 9 de agosto de 1978;

b) para outorga do estímulo fiscal, consideram-se empresas nacionais exportadoras de serviços as registradas, a esse título, no cadastro de contribuintes da respectiva unidade da Federação, e que comprovem o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:

1 - registro no Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e na Secretaria da Receita Federal, quando previstos;

2 - capital dividido em ações, sendo nominativas as com direito a voto, das quais dois terços, no mínimo, pertençam, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no País;

3 - capital cuja participação majoritária pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no País;

c) dentro de 60 dias, a contar do término do ano civil em que hajam ocorrido as respectivas operações, os fabricantes de produtos manufaturados que tenham feito uso do benefício de que cuida a alínea "a" deste inciso comunicarão à repartição fiscal do seu domicílio o total das saídas de produtos com isenção do ICMS;

III - revogado.

Nota: O inciso III do art. 28 foi revogado pela alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04)

Redação anterior dada ao inciso III do art. 28 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99.
"III - nas seguintes saídas e entradas de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos ou material, ou respectivos acessórios, sobressalentes ou ferramentas, desde que as operações estejam amparadas por programa especial de exportação (Programa BEFIEX) aprovado até 31/12/89, o adquirente das mercadorias seja empresa industrial e as mercadorias se destinem a integrar o ativo imobilizado da empresa industrial, para uso exclusivo na atividade produtiva realizada pelo estabelecimento importador. (Convs. ICMS 130/94 e 130/98):

a) entradas, no estabelecimento do importador, das supramencionadas mercadorias, quando procedentes do exterior, com a condição de que haja, neste caso, isenção do Imposto sobre a Importação;
b) saídas, no mercado interno, das supramencionadas mercadorias, sendo que:
1 - não prevalecerá a isenção, quando o adquirente puder importar a mercadoria com a redução da base de cálculo de que cuida o art. 84, caso em que a base de cálculo será reduzida de acordo com o percentual ali estipulado;
2 - o fornecedor deverá manter comprovação, relativamente ao adquirente, de que as operações deste estejam amparadas por programa especial de exportação (Programa BEFIEX) aprovado até a data mencionada no caput deste inciso;"

Redação originária:
"III - nas seguintes saídas e entradas de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos ou material, ou respectivos acessórios, sobressalentes ou ferramentas, desde que as operações estejam amparadas por programa especial de exportação (Programa BEFIEX) aprovado até 31/12/89, que o adquirente das mercadorias seja empresa industrial e que as mercadorias se destinem a integrar o ativo imobilizado da empresa industrial adquirente (Conv. ICMS 130/94):".

IV - nas entradas, no estabelecimento do importador, de mercadorias estrangeiras importadas do exterior sob o regime de "drawback", bem como nas saídas e nos retornos dos produtos importados com destino a industrialização por conta e ordem do importador, observado o disposto nos arts. 575 a 579;

V - até 30/04/08, nas entradas, no estabelecimento do importador, de mercadorias importadas do exterior a serem utilizadas no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados de sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou recondicionamento, desde que as importações sejam realizadas por órgãos ou entidades de hematologia e hemoterapia dos governos federal, estadual ou municipal, sem fins lucrativos, e desde que tais importações sejam feitas com isenção ou com alíquota zero do Imposto de Importação (Conv. ICMS 24/89);

Nota: A redação atual do inciso V do art. 28 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso V do art. 28 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"V - até 30/04/05, nas entradas, no estabelecimento do importador, de mercadorias importadas do exterior a serem utilizadas no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados de sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou recondicionamento, desde que as importações sejam realizadas por órgãos ou entidades de hematologia e hemoterapia dos governos federal, estadual ou municipal, sem fins lucrativos, e desde que tais importações sejam feitas com isenção ou com alíquota zero do Imposto de Importação (Conv. ICMS 24/89);"

Redação anterior dada ao inciso V do art. 28 pela Alteração 24 (Decreto nº 7955/01):
"V - até 30/04/03, nas entradas, no estabelecimento do importador, de mercadorias importadas do exterior a serem utilizadas no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados de sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou recondicionamento, desde que as importações sejam realizadas por órgãos ou entidades de hematologia e hemoterapia dos governos federal, estadual ou municipal, sem fins lucrativos, e desde que tais importações sejam feitas com isenção ou com alíquota zero do Imposto sobre a Importação (Convs. ICMS 24/89, 110/89, 90/90, 80/91, 124/93, 121/95, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso V do art. 28 foi modificada pela Alteração nºs 12 (Decretos nºs 7675/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

VI - nas entradas, no estabelecimento do importador, de equipamentos gráficos importados do exterior, destinados à impressão de livros, jornais e periódicos vinculados a projetos aprovados até 31/3/89 pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial (Conv. ICMS 16/89);

VII - de 27/12/89 até 30/04/07, nas entradas, no estabelecimento do importador, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social observado o seguinte (Convs. ICMS 104/89):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VII do art. 28 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

A redação do inciso VII do art. 28 foi modificada pelas Alterações nºs 12, 17 e 33 (Decretos nºs 7675/99, 7824/00 e 8250/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada pela alteração nº 33:
"VII de 27/12/89 até 30/04/04, nas entradas, no estabelecimento do importador, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social observado o seguinte (Convs. ICMS 104/89, 08/91, 80/91, 124/93, 68/94, 121/95, 20/99, 07/00 e 21/02):"

Redação originária:
"*VII - de 27/12/89 até 30/04/99, nas entradas, no estabelecimento do importador, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social que preencham os requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, observado o seguinte (Convs. ICMS 104/89, 8/91, 80/91, 124/93, 68/94 e 121/95):*".

a) o disposto neste inciso somente se aplica na hipótese de as mercadorias se destinarem a atividades de ensino, pesquisa ou prestação de serviços médico-hospitalares;

b) o benefício estende-se aos casos de doação, ainda que exista similar nacional do bem importado;

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso VII do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"c) a isenção será concedida, individualmente, mediante despacho do Diretor de Tributação do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda;"

d) o disposto neste inciso aplica-se, também, sob as mesmas condições, e desde que contemplados com isenção ou com alíquota reduzida a zero do IPI ou do Imposto sobre a Importação (Conv. ICMS 95/95):

1 - a partes e peças para aplicação em máquinas, aparelhos, equipamentos e instrumentos;

2 - a reagentes químicos destinados à pesquisa médico-hospitalar;

3 - aos seguintes medicamentos: Acetato de Ciproterona, Acetato de Megestrol, Ácido Folínico, Albumina, Aldesleukina, Amicacina, Bleomicina, Carboplatina, Cefalotina, Ceftazidima, Cefoxitina, Ciclofosfamida, 5 Fluoro Uracil, Cisplatina, Citarabina, Cladribina, Clindamicina, Cloridrato de Dobutamina, Dacarbazina, Domatostatina Cíclica Sintética, Doxorrubicina, Enflurano, Etoposide, Filgrastima, Fludarabina, Granisetrona, Idarrubicina, Imipenem, Interferon Alfa 2º, Iodamida Meglumínica, Isoflurano, Isosfamida, Lopamidol, Mesna (2 Mercaptoetano-Sulfonato Sódico), Methotrexate, Midazolam, Mitomicina, Molgramostima, Ondansetron, Paclitaxel, Pamidronato Dissódico, Propofol, Ramitidina, Tamoxifeno, Teixoplanin, Teniposide, Tramadol, Vancomicina, Vimblastina, Vincristina, Vinorelbine;

e) a inexistência de produto similar produzido no país será atestada por órgão:

Nota: A redação atual da alínea "e" do inciso III do art. 27 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada à alínea "e", tendo sido acrescentada ao inciso VII pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 01/05/99 a 21/12/04:
"e) a inexistência de produto similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território nacional. (Conv. ICMS 20/99);"

1 - federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território nacional;

2 - legitimado pela Secretaria da Fazenda, quando, tratando-se de partes, peças e reagentes químicos, for inaplicável o disposto no item anterior;

f) fica dispensada a apresentação do atestado de inexistência de similaridade de que trata a alínea anterior nas importações beneficiadas pela Lei Federal nº 8.010, de 29 de março de 1990, realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por entidades sem fins lucrativos por ele credenciadas para fomento, coordenação e execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino (Conv. ICMS 24/00);

Nota: A alínea "f" foi acrescentada ao inciso VII do art. 28 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 24/04/00.

g) o certificado, emitido nos termos da alínea "*e*' deste inciso, terá validade máxima de 6 (seis) meses;

Nota: A alínea "g" foi acrescetada ao inciso VII do art. 28 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

VII-A - nas entradas do exterior, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, suas partes e peças de reposição e acessórios, e de matérias-primas e produtos intermediários, em que a importação seja beneficiada com as isenções previstas na Lei Federal n° 8.010, de 29 de março de 1990, observado o seguinte (Conv. ICMS 93/98, 77/99, 96/01 e 43/02):

Nota: A redação atual do inciso VII-A do art. 28 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de

08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 17/04/02.

Redação anterior dada ao inciso VII-A, tendo sido acrescentado ao ao art. 28 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/10/01 a 16/04/02:
"VII- A - nas entradas do exterior, realizadas pelas Universidades Federais ou Estaduais, ou por fundações de apoio ao ensino e pesquisa, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, suas partes e peças de reposição e acessórios, e de matérias-primas e produtos intermediários, em que a importação seja beneficiada com as isenções previstas na Lei Federal n° 8.010, de 29 de março de 1990, observado o seguinte (Convs 93/98, 77/99 e 96/01):
a) o disposto neste inciso somente se aplica na hipótese das mercadorias se destinarem a atividades de ensino e pesquisa científica ou tecnológica, estendendo-se, também, às importações de artigos de laboratórios, desde que não possuam similar produzido no país (Conv. ICMS 96/01);
b) o benefício será concedido mediante despacho do Diretor de Tributação da Superintendência da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda;
c) a isenção prevista neste inciso somente será aplicada se a importação estiver amparada por isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;
d) a inexistência de produto similar produzido no país a que se refere a alínea a será atestada por órgão federal competente (Conv. ICMS 96/01)."

a) a isenção só se aplica às importações realizadas por:

1. institutos de pesquisa federais ou estaduais;

2. institutos de pesquisa sem fins lucrativos instituídos por leis federais ou estaduais;

3. universidades federais ou estaduais;

4. organizações sociais com contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia;

4.1. Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);

4.2. Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA);

4.3. Associação Brasileira de Tecnologia Luz Síncrotron - ABTLus (LNLS);

4.4. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE;

4.5. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;

5. Fundações sem fins lucrativos das instituições referidas nesta alínea, que atendam aos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional, para o estrito atendimento de suas finalidades estatutárias de apoio às entidades beneficiadas com a isenção prevista neste inciso;

Nota: A redação atual do item 5, da alínea "a", inciso VII-A do art. 28 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada ao item 5, da alínea "a", inciso VII-A do art. 28 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 08/01/03 a 21/12/04:
" 5. Fundações ou Associações sem fins lucrativos das instituições referidas nesta alínea;"

Redação anterior dada ao item 5, da alínea "a", do inciso VII-A do art. 28 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 17/04/02 a 07/01/03:
"5. fundações sem fins lucrativos das instituições referidas nos incisos anteriores;"

6. pesquisadores e cientistas credenciados e no âmbito de projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

Nota: O item 6 foi acrescentado à alínea "a", do inciso VII-A do art. 28 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

b) o disposto neste inciso somente se aplica na hipótese dos bens se destinarem a atividades de ensino e pesquisa científica ou tecnológica, estendendo-se, também, às importações de artigos de laboratórios, desde que não possuam similar produzido no país;

c) revogada.

Nota: A alínea "c" do inciso VII-A do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso VII-A do art. 28 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 17/04/02 a 31/12/02:
"c) o benefício será concedido mediante despacho do Diretor de Tributação da Superintendência da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda;"

d) a isenção prevista neste inciso somente será aplicada se a importação estiver amparada por isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

e) a inexistência de produto similar produzido no país será atestada por órgão:

Nota: A redação atual da alínea "e" do inciso VII-A do art. 28 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada à alinea "e" pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 17/04/02
"e) a inexistência de produto similar produzido no país a que se refere a alínea "b" deste inciso será atestada por órgão federal competente;"

1 - federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território nacional;

2 - legitimado pela Secretaria da Fazenda, quando, tratando-se de partes, peças e reagentes químicos, for inaplicável o disposto no item anterior;

f) a fruição do benefício previsto neste inciso fica condicionado ao credenciamento prévio das instituições pela fundação estadual de amparo à pesquisa ou entidade equivalente;

g) o certificado, emitido nos termos da alínea "*e*' deste inciso, terá validade máxima de 6 (seis) meses;

Nota: A alínea "g" foi acrescetada ao inciso VII-A do art. 28 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

VII-B - de 09/04/02 até 31/12/07, nas entradas do exterior, realizadas pelas universidades públicas ou por

fundações educacionais de ensino superior instituídas e mantidas pelo poder público, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, destinados à utilização em atividades de ensino ou pesquisa, sem similar produzido no país, observado o seguinte (Conv. ICMS 31/02):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VII-B do art. 28 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos a partir de 22/12/04.

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VII-B, tendo sido acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 09/04/02 a 21/12/04:
"VII-B - de 09/04/02 até 31/12/04, nas entradas do exterior, realizadas pelas universidades públicas ou por fundações educacionais de ensino superior instituídas e mantidas pelo poder público, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, destinados à utilização em atividades de ensino ou pesquisa, sem similar produzido no país, observado o seguinte (Conv. ICMS 31/02):"

a) revogada

Nota: A alínea "a", do inciso VII-B do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso VII-B do art. 28 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 09/04/02 a 31/12/02:
"a) a isenção será concedida individualmente, mediante despacho do Diretor de Tributação da Superintendência da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda;"

b) o disposto neste inciso aplica-se também, sob as mesmas condições, desde que contemplados com isenção ou com alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados:

1. a partes e peças para aplicação nas máquinas, aparelhos, equipamentos e instrumentos;

2. a reagentes químicos.

c) a inexistência de produto similar produzido no país será atestada por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo território nacional ou por órgão federal competente.

d) fica dispensada a apresentação do atestado de inexistência de similaridade, nos casos de importação de bens doados.

VIII - nas seguintes operações de comércio exterior, desde que não tenha havido contratação de câmbio (Convs. ICMS 89/91, 132/94 e 18/95):

a) entradas, no estabelecimento do respectivo exportador, em retorno, sem cobrança do Imposto sobre a Importação, de mercadoria exportada que:

1 - não tenha sido recebida pelo importador situado no exterior;

2 - tenha sido recebida pelo importador situado no exterior, contendo defeito impeditivo de sua utilização;

3 - tenha sido remetida para o exterior, a título de consignação mercantil, mas não comercializada;

b) entradas, pelo respectivo importador, em decorrência de saídas anteriores para o exterior efetuadas pelo mesmo estabelecimento em devolução de mercadoria importada que tenha sido recebida com defeito impeditivo de sua utilização, desde que tais entradas correspondam a mercadorias remetidas pelo

exportador situado no exterior, para fins de substituição, e que tenha sido pago o imposto no recebimento da mercadoria substituída, se devido;

c) entradas de amostras, sem valor comercial e sem cobrança do Imposto sobre a Importação, procedentes do exterior, como tais definidas pela legislação federal que outorga a isenção do Imposto sobre a Importação (Conv. ICMS 60/95);

d) entradas de bens contidos em encomendas aéreas internacionais ou remessas postais, sem cobrança do Imposto sobre a Importação, destinados a pessoas físicas, de valor FOB não superior a US$ 50 (cinqüenta dólares dos EUA) ou equivalente em outra moeda, ficando dispensada a apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A) (Conv. ICMS 132/98);

Nota: A redação atual da alínea "d" foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"d) entradas de bens contidos em encomendas aéreas internacionais ou remessas postais, sem cobrança do Imposto sobre a Importação, destinados a pessoas físicas, de valor FOB não superior a US$ 50 (cinqüenta dólares dos EUA) ou equivalente em outra moeda, ficando dispensada a apresentação da Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira (Anexo 87);".

e) entradas de medicamentos importados do exterior por pessoas físicas, sem cobrança do Imposto sobre a Importação;

f) ingressos de bens procedentes do exterior, integrantes de bagagem de viajantes, sem cobrança do Imposto sobre a Importação;

g) diferenças existentes entre o valor do imposto apurado com base na taxa cambial vigente no momento da ocorrência do fato gerador e o valor do imposto apurado com base na taxa cambial utilizada pela Secretaria da Receita Federal para cálculo do imposto federal nas importações de mercadorias ou bens sujeitos ao regime de tributação simplificada;

h) entradas de mercadorias ou bens importados do exterior, que estejam isentos do Imposto sobre a Importação e também sujeitos ao Regime de Tributação Simplificada, ficando dispensada a apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS(Anexo 87-A) (Convs. ICMS 106/95 e 132/98);

Nota: A redação atual da alínea "h" foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"h) entradas de mercadorias ou bens importados do exterior, que estejam isentos do Imposto sobre a Importação e também sujeitos ao Regime de Tributação Simplificada, ficando dispensada a apresentação da Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira (Anexo 87) (Conv. ICMS 106/95);".

i) entradas de mercadorias do exterior remetidas, anteriormente, com destino a exposição ou feira para fins de exposição ao público em geral, desde que o retorno ocorra dentro de 60 (sessenta) dias contados da sua saída (Conv. ICMS 56/98);

Nota: A alínea "i" foi acrescentada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98.

IX - nas entradas, no estabelecimento do importador, de máquinas para limpar e selecionar frutas, classificadas no código 8433.60 da NBM/SH, sem similar nacional, quando importadas diretamente do exterior e destinados a integrar o ativo imobilizado do contribuinte, para uso exclusivo na atividade realizada pelo estabelecimento importador, sendo que a ausência de similaridade será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional (Convs. ICMS 93/91 e 128/98);

Nota: A redação atual do inciso IX foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99.

Redação originária:
"IX - nas entradas, no estabelecimento do importador, de máquinas para limpar e selecionar frutas, classificadas no código 8433.60 da NCM, sem similar nacional, quando importadas diretamente do exterior para integrar o ativo imobilizado do contribuinte (Conv. ICMS 93/91);".

X - de 24/06/92 até 31/07/00, no desembaraço aduaneiro decorrente da importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, todos sem similar nacional, efetuada por empresa jornalística ou editora de livros, destinados a emprego exclusivo no processo de industrialização de livros, jornal ou periódico ou efetuada por empresa de radiodifusão, para emprego exclusivo na geração, emissão, recepção, transmissão, repetição, ou ampliação de sinais de comunicação, desde que (Convs. ICMS 53/91, 19/92, 21/95, 26/98, 131/98, 44/99, 90/99 e 07/00):

Nota: A Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), determina a não exigência do ICMS entre o período de 01/08/00 a 24/10/00, do desembaraço aduaneiro das mercadorias relacionadas neste inciso, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 8023/01 (Conv. ICMS nº 32/01).

A redação do inciso X do art. 28 foi modificada pelas Alterações nºs 16 e 17 (Decretos nºs 7759/00 e 7824/00), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso X do art. 28 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99):
"*X - de 24/06/92 até 31/12/99, no desembaraço aduaneiro decorrente da importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, todos sem similar nacional, efetuada por empresa jornalística ou editora de livros destinados a emprego exclusivo no processo de industrialização de livros, jornal ou periódico ou efetuada por empresa de radiodifusão, para emprego exclusivo na geração, emissão, recepção, transmissão, repetição, ou ampliação de sinais de comunicação, desde que (Convs. ICMS 53/91, 19/92, 21/95, 26/98, 131/98 e 44/99):".*

Redação anterior dada ao inciso X do art. 28 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 16/08/99:
"*X - de 24/06/92 até 02/01/98 e de 01/05/98 até 31/12/99, no desembaraço aduaneiro decorrente da importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, todos sem similar nacional, efetuada por empresa jornalística ou editora de livros destinados a emprego exclusivo no processo de industrialização de livros, jornal ou periódico ou efetuada por empresa de radiodifusão, para emprego exclusivo na geração, emissão, recepção, transmissão, repetição, ou ampliação de sinais de comunicação, desde que (Convs. ICMS 53/91, 19/92, 21/95, 26/98,*

131/98 e 44/99):";

Redação anterior dada ao inciso X do art. 28 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99:
"X - de 24/6/92 até 31/12/99, nas entradas, no estabelecimento de empresas jornalística, de radiodifusão e editoras de livros, de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e seus respectivos acessórios, procedentes do exterior, sem similar nacional, destinados a emprego no processo de industrialização de livros, jornais ou periódicos ou na operação de emissora de radiodifusão, desde que (Convs. ICMS 53/91, 21/95, 26/98 e 131/98):";

Redação anterior dada ao inciso X do art. 28 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 02/01/98:
"X - de 24/06/92 até 31/12/99, nas entradas, no estabelecimento de empresas jornalística, de radiodifusão e editoras de livros, de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e seus respectivos acessórios, procedentes do exterior, sem similar nacional, destinados a emprego no processo de industrialização de livros, jornais ou periódicos ou na operação de emissora de radiodifusão, desde que a empresa importadora tenha como atividade preponderante a prestação de serviço de radiodifusão ou a industrialização de livros, jornal ou periódico (Convs. ICMS 53/91, 19/92, 21/95 e 26/98);".

O inciso X do art. 28 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), com base no Conv. ICMS 121/97.

Redação originária, efeitos até 02/01/98:
"X - nas entradas, no estabelecimento de empresas jornalística, de radiodifusão e editoras de livros, de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e seus respectivos acessórios, procedentes do exterior, sem similar nacional, destinados a emprego no processo de industrialização de livros, jornais ou periódicos ou na operação de emissora de radiodifusão (Convs. ICMS 53/91 e 19/92);"

a) a empresa importadora tenha como atividade preponderante a prestação de serviço de radiodifusão ou a industrialização de livros, jornal ou periódico;

Nota: A alínea "a" foi acrescentada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

b) a ausência de similaridade com o produto nacional seja atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional;

Nota: A alínea "b" foi acrescentada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

XI - nas entradas, no estabelecimento do importador, em decorrência de (Convs. ICMS 20/95, 38/95 e 80/95):

a) doação, de produtos importados diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social que preencham os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, ficando a fruição do benefício condicionada a que:

1 - não haja contratação de câmbio;

2 - a operação de importação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao IPI e ao Imposto sobre a Importação;

3 - os produtos recebidos sejam utilizados na consecução dos objetivos-fins do importador;

4 - revogado

Nota: O item 4, da alínea "a", do inciso XI do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"4 - o benefício seja reconhecido, caso a caso, mediante despacho do Diretor de Tributação, em petição do interessado;"

b) aquisição, a qualquer título, obedecidas as mesmas condições da alínea anterior, exceto a do item 1, efetuados por órgãos da administração pública direta ou indireta, de equipamentos científicos e de informática, suas partes, peças de reposição e acessórios, bem como de reagentes químicos, desde que os produtos adquiridos não possuam similar nacional, sendo que a ausência da similaridade referida nesta alínea deverá ser comprovada por laudo emitido por órgão especializado do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, ou por este credenciado;

XII - nas entradas efetuadas por órgãos estaduais da administração pública direta, suas autarquias ou fundações, de mercadorias procedentes do exterior, destinadas a integrar o seu ativo imobilizado ou para seu uso ou consumo (Conv. ICMS 48/93);

Nota: **A redação atual do inciso XII do art. 28foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para excluir a expressão "sem similar nacional".**

XIII - até 30/04/07, nas entradas, no estabelecimento do importador, de bens procedentes do exterior e destinados à implantação de projetos de saneamento básico pelas companhias estaduais de saneamento, importados como resultado de concorrência internacional com participação de indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de contrato de financiamento a longo prazo celebrado com entidades financeiras internacionais, desde que isentos do Imposto sobre a Importação ou do IPI ou tributados com alíquota zero desses tributos (Convs. ICMS 42/95);

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XIII do art. 28 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 01/05/04.

A redação do inciso XIII do art. 28 foi modificada pelas Alterações nºs 22 e 33 (Decretos nºs 7902/01 e 8250/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

A redação anterior dada pela Alteração nº 33:
"XIII - até 30/04/04, nas entradas, no estabelecimento do importador, de bens procedentes do exterior e destinados à implantação de projetos de saneamento básico pelas companhias estaduais de saneamento, importados como resultado de concorrência internacional com participação de indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de contrato de financiamento a longo prazo celebrado com entidades financeiras internacionais, desde que isentos do Imposto sobre a Importação ou do IPI ou tributados com alíquota zero desses tributos (Convs. ICMS 42/95, 61/98, 34/99, 84/00 e 21/02);"

Redação anterior dada ao inciso XIII do art. 28 pela alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98,

DOE de 04/08/98):
"XIII - até 31/12/00, nas entradas, no estabelecimento do importador, de bens procedentes do exterior e destinados à implantação de projetos de saneamento básico pelas companhias estaduais de saneamento, importados como resultado de concorrência internacional com participação de indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de contrato de financiamento a longo prazo celebrado com entidades financeiras internacionais, desde que isentos do Imposto sobre a Importação ou do IPI ou tributados com alíquota zero desses tributos (Convs. ICMS 42/95, 61/98 e 34/99);"

Anteriormente o inciso XIII do art. 28 foi modificado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

XIV - nas seguintes hipóteses:

a) de 10/11/93 até 30/04/97, as entradas, no estabelecimento do importador, de máquinas e equipamentos sem similar fabricado no País, quando importados diretamente do exterior por empresa industrial para integrar o seu ativo imobilizado, desde que (Convs. ICMS 60/93, 33/94, 152/94 e 122/95):

Nota: A redação atual do alínea "a", do inciso XIV do art. 28 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), para prrogação do prazo de vigência do benefício.

1 - a importação seja beneficiada com isenção ou com alíquota reduzida a zero do Imposto sobre a Importação ou do IPI;

2 - a comprovação da ausência de similar fabricado no País seja feita por laudo emitido por entidade representativa do setor, de abrangência nacional, ou por órgão federal especializado;

3 - revogado

Nota: O item 3, da alínea "a", do inciso XIV do art. 28 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao item 3, da alínea "a", do inciso XIV do art. 28 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99, efeitos até 31/12/02:
"3 - a isenção seja reconhecida, em cada caso, por despacho do Diretor de Tributação, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento dos requisitos previstos nesta alínea;"

b) de 22/06/94 até 30/04/97, as entradas decorrentes da importação, por empresa industrial, de máquina ou equipamento, em razão de arrendamento mercantil celebrado com empresa industrial, para utilização na sua produção, sob as mesmas condições estipuladas na alínea anterior, exceto no tocante à exigência de integração ao ativo imobilizado (Convs. ICMS 60/93, 02/94, 152/94 e 122/95);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso XIV do art. 28 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

c) de 22/06/94 até 30/04/97, as entradas decorrentes da importação de máquina ou equipamento efetuada por empresa arrendante, em razão de contrato de arrendamento mercantil celebrado com empresa industrial, para utilização na sua produção, sob as mesmas condições estipuladas na alínea "a", exceto no

tocante à exigência de integração ao ativo imobilizado (Convs. ICMS 60/93, 02/94, 152/94 e 122/95);

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso XIV do art. 28 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

XV - nas entradas, no estabelecimento do importador, de tratores agrícolas de quatro rodas e de colheitadeiras mecânicas de algodão, classificados, respectivamente, nos códigos 8701.90 e 8433.59 da NBM/SH, procedentes do exterior, sem similar nacional, desde que (Convs. ICMS 77/93 e 129/98):

Nota: A redação atual do inciso XV foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99.

Redação originária:
"XV - nas entradas, no estabelecimento do importador, de tratores agrícolas de quatro rodas e de colheitadeiras mecânicas de algodão, classificados, respectivamente, nos códigos 8701.90 e 8433.59 da NCM, procedentes do exterior, sem similar nacional, adquiridos para integrar o ativo imobilizado do importador, desde que contemplados com isenção ou com alíquota reduzida a zero do Imposto sobre a Importação e do IPI (Conv. ICMS 77/93);".

a) destinem-se a integrar o ativo imobilizado, para uso exclusivo na atividade agrícola realizada pelo estabelecimento importador;

b) sejam contemplados com isenção ou com alíquota reduzida a zero do Imposto sobre a Importação e do IPI ;

c) a inexistência de similaridade com o produto nacional seja atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional;

XVI - nas seguintes saídas e entradas de produtos industrializados (Conv. ICM 9/79 e Convs. ICMS 48/90 e 91/91):

a) saídas efetuadas por lojas francas ("free-shops") instaladas nas zonas primárias dos aeroportos de categoria internacional, e autorizadas pelo órgão competente do Governo Federal;

b) saídas destinadas aos estabelecimentos referidos na alínea anterior, para fins de comercialização, devendo o remetente comprovar ao fisco, quando solicitado, que as mercadorias foram efetivamente entregues ao destinatário, mediante o visto do fisco federal em via adicional da Nota Fiscal de remessa ou mediante qualquer outra prova inequívoca;

c) entradas de mercadorias importadas do exterior pelos estabelecimentos referidos na alínea "a", destinadas a comercialização;

XVII - nas seguintes hipóteses, sob a condição de que haja reciprocidade de tratamento tributário, declarada, anualmente, pelo Ministério das Relações Exteriores (Conv. AE 4/70 e Convs. ICMS 32/90, 80/91, 158/94 e 90/97):

Nota: **A redação atual do *caput do* inciso XVII do art. 28 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para acrescentar a expressão "sob a condição de que haja reciprocidade de tratamento tributário, declarada, anualmente, pelo Ministério das Relações Exteriores".**

a) fornecimentos de energia elétrica e prestações de serviços de telecomunicação a missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores (Conv. ICMS 90/97);

Nota: **A redação atual da alínea "a", do inciso XVII do art. 28 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"a) fornecimentos de energia elétrica e prestações de serviços de telecomunicação a missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais de caráter permanente, condicionando-se, contudo, a concessão do benefício à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada, anualmente, pelo Ministério das Relações Exteriores;"

b) saídas de veículos nacionais, desde que isentos do IPI ou contemplados com a redução a zero da alíquota desse imposto, adquiridos por:

1 - missões diplomáticas, repartições consulares de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros;

2 - representações de organismos internacionais de caráter permanente e seus funcionários estrangeiros;

c) entradas de mercadorias adquiridas diretamente do exterior, desde que isentas do Imposto sobre a Importação e do IPI ou contempladas com a redução a zero das alíquotas desses impostos, nas importações efetuadas por missões diplomáticas, repartições consulares de caráter permanente, representações de organismos internacionais de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros, sendo que, na importação de veículos por funcionários estrangeiros de missões diplomáticas, repartições consulares ou organismos internacionais, a isenção condiciona-se à observância do disposto na legislação federal aplicável;

d) saídas de mercadoria destinada à ampliação ou reforma de imóveis de uso das entidades mencionadas na alínea *a* deste inciso, desde que a mercadoria seja isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados ou contemplada com redução a zero da alíquota desse imposto (Conv. ICMS 34/01).

Nota: O alínea "d" do inciso XVII do art. 28 foi acrescentada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

A Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), determina a não exigência de ICMS entre o período de 01/05/01 até 08/08/01 referente às operações descritas na alínea "d" deste inciso, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 8023/01 (Conv. ICMS nº 34/01).

XVIII - a partir de 19/07/95, nas entradas, no estabelecimento do importador, de aparelhos, máquinas e equipamentos, instrumentos técnico-científicos laboratoriais, partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica, nas importações do exterior realizadas diretamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com

financiamento de empréstimos internacionais firmados pelo governo federal, ficando essas importações dispensadas do exame de similaridade (Conv. ICMS 64/95);

XIX - de 01/09/98 até 31/10/07, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado por laudo emitido por entidade nacional representativa do setor ou órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria de Saúde ou pela Secretaria de Administração, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta com o Secretário da Fazenda (Conv. ICMS 05/98);

Nota: A redação atual do inciso XIX do art. 28 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 28 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 03/11/03:
"XIX - de 01/09/98 até 30/04/05, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado por laudo emitido por entidade nacional representativa do setor ou órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria de Saúde ou pela Secretaria de Administração, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta com o Secretário da Fazenda (Conv. ICMS 05/98);"

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 28 pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03), efeitos até 02/11/03:
"XIX - de 01/09/98 até 30/04/05, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado através de laudo emitido por órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Administração, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta com o Secretário da Fazenda (Conv. ICMS 05/98);"

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 28 pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03):
"XIX - de 01/09/98 até 30/04/05, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado através de laudo emitido por órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria Estadual de Saúde e de Administração, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta dos Secretários da Fazenda (Conv. ICMS 05/98);"

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 28 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XIX - *de 01/09/98 até 30/04/05, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado através de laudo emitido por órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria Estadual de Saúde, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta dos Secretários da Fazenda e da Saúde (Conv. ICMS 05/98);"*

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 28 pela Alteração 24 (Decreto nº 7955/01):
"XIX - de 01/09/98 até 30/04/03, nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar nacional, devidamente comprovado através de laudo emitido por órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a

prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria Estadual de Saúde, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta dos Secretários da Fazenda e da Saúde (Convs. ICMS 05/98, 78/98, 90/99 e 10/01);"

A redação do inciso V do art. 28 foi modificada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7755/00), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso XIX, tendo sido acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*XIX - a partir de 1/9/98 nas entradas de equipamento médico-hospitalar, sem similar com o produzido no País, devidamente comprovado através de laudo emitido por órgão federal, realizadas por clínica ou hospital que se comprometa a compensar este benefício, em valor igual ou superior à desoneração, com a prestação de serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais, programados pela Secretaria Estadual de Saúde, nos termos e condições estabelecidos em portaria conjunta dos Secretários da Fazenda e da Saúde(Convs. ICMS 05/98 e 78/98).*"

XX - no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importado sob o amparo do Regime Especial Aduaneiro de Admissão Temporária previsto na legislação federal específica, desde que (Conv. ICMS 58/99):

Nota: O inciso XX foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99.

a) ocorra a suspensão da cobrança dos tributos Federais;

b) sejam observadas as condições previstas na legislação federal relativas ao regime de admissão temporária.

XXI - nas operações de importação de 2 (dois) guindastes portuários código 8426.30.0, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, por empresas portuárias, para aparelhamento dos portos de Salvador e Aratu (Conv. ICMS 98/00).

Nota: O inciso XXI foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 09/01/01.

XXII - na operação de importação de 2 (duas) empilhadeiras (reach-stackers), classificadas no código 8427.20.10, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado – NBM/SH, sem similar produzido no país, por empresa portuária para aparelhamento dos portos de Salvador e Aratu, sendo que a comprovação da ausência de similaridade deverá ser feita por laudo emitido por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência nacional ou por órgão federal especializado (Conv. ICMS 56/03).

Nota: O inciso XXII foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

XXIII - nas entradas decorrentes de importação do exterior de obras de arte, realizadas pela Empresa de Turismo da Bahia S/A – Bahiatursa, destinadas a compor o acervo público do Museu Rodin – Bahia.

Nota: O inciso XXIII foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

XXIV – até 31/12/07, as operações de importação de bens relacionados no Anexo Único do Conv. ICMS 28/05, destinados a integrar o ativo imobilizado de empresas beneficiadas pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO - instituído pela Lei Federal n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, desde que:

Nota: O inciso XXIV foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

a) haja integral desoneração dos tributos federais, em razão de suspensão, isenção ou alíquota zero, nos termos e condições da Lei n° 11.033/04;

b) os bens sejam utilizados exclusivamente, em portos localizados neste Estado, na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

c) o desembaraço aduaneiro seja efetuado diretamente pelas empresas beneficiárias do REPORTO, para seu uso exclusivo;

d) a inexistência de similar produzido no país, seja comprovada por laudo emitido por entidade representativa do setor produtivo com abrangência em todo território nacional ou por órgão federal especializado.

Parágrafo único. A inobservância das condições previstas no inciso XXIV acarretará a obrigação do recolhimento do imposto com acréscimos moratórios.

Art. 28-A. São isentas de 09/08/01 a 31/12/07, as saídas de bolas de aço forjadas e fundidas, classificadas no código 7326.11.00 e 7325.91.00 da NBM/SH, de estabelecimentos industriais com destino a empresas exportadoras de minérios que importem as citadas bolas de aço pelo regime de “drawback”, desde que (Conv. ICMS 33/01):

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 28-A foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada à parte inicial do art. 28-A foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).
"Art. 28-A. São isentas de 09/08/01 a 31/12/04, as saídas de bolas de aço forjadas e fundidas, classificadas no código 7326.11.00 e 7325.91.00 da NBM/SH, de estabelecimentos industriais com destino a empresas exportadoras de minérios que importem as citadas bolas de aço pelo regime de “drawback”, desde que (Conv. ICMS 33/01):"

Redação anterior dada ao art. 28-A pela Alteração 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 10/01/02 a 03/02/03:
"Art. 28-A. São isentas de 09/08/01 a 30/04/03, as saídas de bolas de aço forjadas e fundidas, classificadas no código 7326.11.00 e 7325.91.00 da NBM/SH, de estabelecimentos industriais localizados no Estado, com destino a empresas exportadoras de minérios que importam as citadas bolas de aço pelo regime de “drawback”, desde que (Convs. ICMS 33/01 e 110/01):"

Redação anterior dada ao art. 28-A tendo sido acrescentado pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 até 09/01/02:

"Art. 28-A. São isentas de 09/08/01 a 31/12/01, as saídas de bolas de aço forjadas classificadas no código 7326.1100 da NBM/SH, de estabelecimentos industriais localizados no Estado com destino a empresas exportadoras de minérios que importam as citadas bolas de aço pelo regime de "draw back", desde que (Conv. ICMS 33/01):
a) os estabelecimentos beneficiados enviem à repartição fiscal de sua circunscrição cópia do contrato de fornecimento à empresa exportadora, no qual deverá constar o número do ato concessório do "draw back", expedido pela SECEX, enquanto houver importação por esse regime;
b) o estabelecimento fornecedor deverá fazer constar na nota fiscal de venda, o número do contrato ou do pedido de fornecimento e o número do "draw back" concedido pela SECEX à empresa exportadora, enquanto houver importação por esse regime."

I - os estabelecimentos beneficiados enviem à repartição fiscal de sua circunscrição cópia do contrato de fornecimento à empresa exportadora, no qual deverá constar o número do ato concessório do "draw back", expedido pela SECEX, enquanto houver importação por esse regime;

II - o estabelecimento fornecedor deverá fazer constar na nota fiscal de venda, o número do contrato ou do pedido de fornecimento e o número do "draw back" concedido pela SECEX à empresa exportadora, enquanto houver importação por esse regime.

SUBSEÇÃO XVI
Da Isenção das Operações com Produtos Industrializados Destinados
à Zona Franca de Manaus e a Outras Áreas da Amazônia

Art. 29. São isentas do ICMS as operações com produtos industrializados de origem nacional, nas saídas para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, exceto armas, munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e açúcar de cana, observado o seguinte (Convs. ICM 65/88 e 45/89, e Convs. ICMS 25/89, 48/89, 62/89, 80/89, 1/90, 2/90 e 6/90):

I - salvo disposição em contrário, o benefício é condicionado a que o estabelecimento destinatário esteja situado no Município de Manaus;

II - o estabelecimento remetente deverá abater do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicado expressamente na Nota Fiscal;

III - a isenção é condicionada à comprovação da entrada efetiva dos produtos no estabelecimento destinatário;

IV - as mercadorias cujas operações sejam favorecidas pela isenção, quando saírem do Município de Manaus e de outras áreas em relação às quais seja estendido o benefício, perderão o direito àquela isenção, hipótese em que o imposto devido será cobrado por este Estado, com os acréscimos legais cabíveis, salvo se o produto tiver sido objeto de industrialização naquela zona (Conv. ICMS 84/94);

V - o benefício e as condições contidos no *caput* deste artigo e nos incisos anteriores ficam estendidos às operações de saídas dos referidos produtos para comercialização ou industrialização:

a) de 21/08/92 até 30/04/08, nas Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá (Convs. ICMS 52/92, 74/92 e 37/97);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso V do art. 29 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"a) de 21/08/92 até 30/04/05, nas Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá

(Convs. ICMS 52/92, 74/92 e 37/97);"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983/01):
"a) de 21/08/92 até 30/04/03, nas Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá (Convs. ICMS 52/92, 74/92, 127/92, 124/93, 63/94, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação da alínea "a", do inciso V do art. 29 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

b) de 01/10/92 até 30/04/08, nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso V do art. 29 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"b) de 01/10/92 até 30/04/05, nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);"

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983/01):
"b) de 01/10/92 até 30/04/03, nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 63/94, 124/93, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98, 05/99, e 10/01);"

A redação da alínea "a", do inciso V do art. 29 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

c) de 04/01/94 até 30/04/08, na Área de Livre Comércio de Guajaramirim, no Estado de Rondônia (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso V do art. 29 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "c", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"c) de 04/01/94 até 30/04/05, na Área de Livre Comércio de Guajaramirim, no Estado de Rondônia (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983/01):
"c) de 04/01/94 até 30/04/03, na Área de Livre Comércio de Guajará Mirim, no Estado de Rondônia (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 146/93, 63/94, 22/95, 45/95, 20/97, 37/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação da alínea "c", do inciso V do art. 29 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

d) de 22/04/94 até 30/04/08, na Área de Livre Comércio de Tabatinga, no Estado do Amazonas (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso V do art. 29 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "d", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"d) de 22/04/94 até 30/04/05, na Área de Livre Comércio de Tabatinga, no Estado do Amazonas (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);"

Redação anterior dada a alínea "d", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983/01):
"d) de 22/04/94 até 30/04/03, na Área de Livre Comércio de Tabatinga, no Estado do Amazonas (Convs. ICMS 127/92, 9/94, 63/94, 22/95, 20/97, 37/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação da alínea "d", do inciso V do art. 29 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

e) a partir de 26/07/94, nos Municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas (Convs. ICMS 45/94, 49/94, 63/94 e 36/97);

Nota: **A redação da alínea "e", do inciso V do art. 29 foi modificada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.**

f) de 08/01/97 até 30/04/08, nas Áreas de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o Município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 52/92 e 37/97);

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso V do art. 29 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à alínea "f", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"f) de 08/01/97 até 30/04/05, nas Áreas de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o Município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 52/92 e 37/97)."

Redação anterior dada a alínea "f", do inciso V do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983/01):
"f) de 08/01/97 até 30/04/03, nas Áreas de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o Município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 52/92, 127/92, 63/94, 22/95, 116/96, 20/97, 37/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação da alínea "f", do inciso V do art. 29 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

VI - prevalecerá a isenção nas saídas dos referidos produtos com a destinação prevista neste artigo por intermédio de estabelecimentos que operarem exclusivamente no comércio exterior, bem como de

armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros, desde que situados na Bahia, sendo que se tornará exigível o imposto nos casos em que as mercadorias não forem entregues no destino mencionado neste artigo, quando ocorrer a perda das mercadorias ou quando estas forem reintroduzidas no mercado interno, salvo em caso de retorno ao estabelecimento de origem, sujeitando-se o recolhimento, mesmo espontâneo, aos acréscimos legais, para cujo cálculo tomar-se-á por base a data prevista para o recolhimento correspondente ao mês em que tiver sido realizada a operação;

VII - o contribuinte que pretender efetuar remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus ou outras áreas da Amazônia com o benefício de que cuida este artigo deverá observar as regras contidas nos arts. 597 e 598;

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 29 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 29 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 27/06/01 a 31/12/02:
"VII - o contribuinte que pretender efetuar remessas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus ou outras áreas da Amazônia com o benefício de que cuida este artigo deverá fazer prévia comunicação nesse sentido à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, exceto quando dispensado através de Regime Especial (art. 597, § 1º)."

Redação originária:
"*VII - o contribuinte que pretender efetuar remessas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus ou outras áreas da Amazônia com o benefício de que cuida este artigo deverá fazer prévia comunicação nesse sentido à repartição fazendária do seu domicílio fiscal."*

Parágrafo único. Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 29 foi revogado pela Alteração Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação originária, efeitos até 22/11/02:
"Parágrafo único. Nas saídas de produtos industrializados destinados à Zona Franca de Manaus e a outras áreas da Amazônia com o benefício fiscal de que cuida este artigo, a emissão dos documentos fiscais e a comprovação da entrega das mercadorias na SUFRAMA serão feitas nos termos dos arts. 597 e 598."

SUBSEÇÃO XVII
Da Isenção das Prestações de Serviços de Transporte

Art. 30. São isentas do ICMS:

I - as prestações de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, desde que com características de transporte urbano ou metropolitano, conforme estabelecido em ato do Secretário da Fazenda (Conv. ICM 24/89 e Convs. ICMS 25/89, 37/89, 113/89, 93/90, 80/91 e 151/94);

II - as prestações de serviço de transporte rodoviário de passageiros realizadas por veículos registrados na categoria de aluguel (Conv. ICMS 99/89);

III - de 07/07/93 até 31/10/07, as prestações internas de serviços de transporte de calcário, desde que vinculados a programas estaduais de preservação ambiental (Conv. ICMS 29/93);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 30 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 30 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"III - de 07/07/93 até 30/04/05, as prestações internas de serviços de transporte de calcário, desde que vinculados a programas estaduais de preservação ambiental (Conv. ICMS 29/93);"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 30 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955/01):
"III - de 07/07/93 até 30/04/03, as prestações internas de serviços de transporte de calcário, desde que vinculados a programas estaduais de preservação ambiental (Convs. ICMS 29/93, 151/94, 102/96, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso III do art. 30 foi modificada pelas Alterações nºs 7 e 12 (Decretos nºs 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

IV - as prestações de serviços de transporte ferroviário de carga vinculadas a operações de exportação e importação de países signatários do "Acordo sobre o Transporte Internacional", desde que ocorram, cumulativamente, as seguintes situações (Conv. ICMS 30/96):

a) a emissão do Conhecimento-Carta de Porte Internacional - TIF/Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA, conforme previsto no Decreto Federal nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, e na Instrução Normativa nº 12, de 25 de janeiro de 1993, da Secretaria da Receita Federal;

b) o transporte internacional de carga por ferrovia seja efetuado na forma prevista no Decreto federal nº 99.704, de 20 de novembro de 1990;

c) a inexistência de mudança no modal de transporte, exceto a transferência da carga de vagão nacional para vagão de ferrovia de outro país e vice-versa;

d) a empresa transportadora contratada esteja impedida de efetuar, diretamente, o transporte ao destinatário, em razão da inexistência de bitolas diferentes nas linhas ferroviárias dos países de origem e destino;

V - as prestações de serviços de transporte das mercadorias de que cuida o inciso IX do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício.

VI - as prestações de serviços de transporte das mercadorias de que cuida o inciso VIII do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 57/98).

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 30 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

SUBSEÇÃO XVIII
Da Isenção das Prestações de Serviços de Comunicação e da Circulação
de Bens de Empresas de Comunicação

Art. 31. São isentas do ICMS:

I - as prestações de serviços de comunicação, pelos serviços locais de difusão sonora, ficando a fruição do benefício condicionada a que seja feita a divulgação, pela empresa de televisão ou de radiodifusão sonora, de matéria aprovada pelo Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), relativa ao ICMS, para informar e conscientizar a população, visando ao combate à sonegação desse imposto, sem ônus para o erário (Conv.

ICM 51/89 e Convs. ICMS 08/89, 113/89, 93/90, 80/91, 151/94 e 102/96);

II - até 28/02/99, as prestações de serviços e as saídas de bens de empresas de telecomunicações, nas seguintes hipóteses e condições (Conv. ICM 04/89 e Conv. ICMS 126/98):

Nota: A redação atual do inciso II do art. 31 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"II - as prestações de serviços e as saídas de bens de empresas de telecomunicações, nas seguintes hipóteses e condições (Conv. ICM 04/89):".

a) prestações de serviços de telecomunicações efetuadas a partir de equipamentos terminais instalados em dependências de operadora, inclusive a Telecomunicações Brasileiras S. A. (TELEBRÁS), na condição de usuária final;

b) saídas, de estabelecimento de operadora:

1 - de bens destinados a utilização em suas próprias instalações ou a guarda em outro estabelecimento da mesma empresa;

2 - de bens destinados a utilização por outra operadora, desde que esses bens ou outros de natureza idêntica devam retornar a estabelecimento da remetente;

3 - dos bens referidos no item anterior, em retorno ao estabelecimento de origem;

III - as operações de saídas interestaduais de equipamentos de propriedade da Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A. (EMBRATEL) (Conv. ICMS 105/95):

a) destinados à prestação de seus serviços junto a seus usuários, desde que esses bens devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro da mesma empresa;

b) dos equipamentos referidos na alínea anterior, em retorno ao estabelecimento de origem ou a outro da mesma empresa;

IV - a partir de 01/01/96, as prestações de serviços de telecomunicações utilizados por órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias mantidas pelo poder público estadual e regidas por normas de Direito Público, devendo o benefício ser transferido aos beneficiários, mediante a redução do valor da prestação, na quantia correspondente ao imposto dispensado (Convs. ICMS 107/95 e 44/96).

SUBSEÇÃO XIX
Das Demais Hipóteses de Isenção

Art. 32. São isentas do ICMS as operações relativas à circulação de mercadorias:

I - nas saídas de embarcações construídas no País, efetuadas por quaisquer estabelecimentos, bem como nos fornecimentos, pela indústria naval, de peças, partes e componentes aplicados nos serviços de reparo, conserto e reconstrução das mesmas, excetuadas as embarcações (Convs. ICM 33/77, 43/87, 59/87 e 18/88, e Convs. ICMS 18/89, 44/90, 80/91, 1/92, 148/92, 151/94 e 102/96):

a) com menos de 3 toneladas brutas de registro, salvo as de madeira utilizadas na pesca artesanal;

b) recreativas e esportivas de qualquer porte;

c) classificadas na posição 8905.10 da NCM (dragas);

II - nas saídas de mercadorias de produção própria, efetuadas por instituições de assistência social ou de educação, sem finalidade lucrativa, cujas vendas líquidas sejam integralmente aplicadas na manutenção de suas finalidades assistenciais ou educacionais, no País, sem distribuição de qualquer parcela a título de lucro ou participação (Convs. ICM 38/82 e 47/89, e Convs. ICMS 52/90, 80/91, 124/93 e 121/95);

III - até 30/04/05, nas saídas internas com veículos e equipamentos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros Militar (Conv. ICMS 62/96);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 32 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955/01):
"III - até 30/04/03, nas saídas internas com veículos e equipamentos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros Militar (Convs. ICMS 62/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso III do art. 32 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

IV - de 24/05/95 até 30/04/07, nas saídas internas de veículos automotores, máquinas e equipamentos, quando adquiridos pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, devidamente constituídos e reconhecidos de utilidade pública através de lei municipal, para utilização nas suas atividades específicas, sendo que (Convs. ICMS 32/95):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso IV do art. 32 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

A redação do *caput* do inciso IV do art. 32 foi modificado pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12, 17 e 33 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7824/00 e 8250/02, respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada pela alteração nº 33:
"IV - de 24/05/95 até 30/04/04, nas saídas internas de veículos automotores, máquinas e equipamentos, quando adquiridos pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, devidamente constituídos e reconhecidos de utilidade pública através de lei municipal, para utilização nas suas atividades específicas, sendo que (Convs. ICMS 32/95, 21/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 07/00 e 21/02):"

a) a fruição do benefício é condicionada a que a operação esteja isenta do IPI;

b) o benefício será reconhecido, caso a caso, mediante despacho do Inspetor Fazendário da circunscrição fiscal do domicílio do adquirente, mediante requerimento deste;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso IV do art. 32 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso IV do art. 32 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 24/02/99 a 31/12/02:
"b) o benefício será reconhecido, caso a caso, mediante despacho do Diretor de Tributação, em petição

do interessado;"

Redação originária:
"b) o benefício será reconhecido, caso a caso, mediante despacho do Diretor de Tributação do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, em petição do interessado;"

V - revogado

Nota: O inciso V foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 13/05/99.

Redação originária:
"V - nas saídas de veículos de bombeiros destinados a equipar os aeroportos nacionais, adquiridos pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), através de licitação, na modalidade de Concorrência Internacional nº 011/DADL/SEDE/96, estendendo-se este tratamento às operações de saídas e aos recebimentos decorrentes de importação do exterior de chassis e componentes de superestrutura, quando destinados a integrar os veículos referidos neste inciso (Conv. ICMS 96/96);"

VI - a partir de 21/02/91, nas saídas de papel-moeda, moeda metálica e cupons de distribuição de leite, efetuadas pela Casa da Moeda do Brasil (Conv. ICMS 01/91);

VI-A - nas saídas de selos destinados ao controle fiscal federal, efetuadas pela Casa da Moeda do Brasil, observado o disposto no § 8º (Conv. ICMS 80/05);

Nota: O inciso VI-A foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

VII - nas saídas internas de veículos, quando adquiridos pela Secretaria de Segurança Pública, vinculados ao "Programa de Reequipamento Policial" da Polícia Militar, e pela Secretaria da Fazenda, para reequipamento da fiscalização estadual (Conv. ICMS 34/92);

VIII - até 30/04/08, nas saídas efetuadas pela Fundação Pró-TAMAR com produtos que objetivem a divulgação das atividades preservacionistas vinculadas ao Programa Nacional de Proteção às Tartarugas Marinhas (Conv. ICMS 55/92);

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 32 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"VIII - até 30/04/05, nas saídas efetuadas pela Fundação Pró-TAMAR com produtos que objetivem a divulgação das atividades preservacionistas vinculadas ao Programa Nacional de Proteção às Tartarugas Marinhas (Conv. ICMS 55/92);"

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955/01):
"VIII - até 30/04/03, nas saídas efetuadas pela Fundação Pró-TAMAR com produtos que objetivem a divulgação das atividades preservacionistas vinculadas ao Programa Nacional de Proteção às Tartarugas Marinhas (Convs. ICMS 55/92, 25/93, 151/94, 102/96, 05/99 e 10/01);"

A redação do inciso VIII do art. 32 foi modificada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99),

respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

IX - de 08/01/97 até 31/12/05, nas operações, bem como nas prestações de serviços de transporte, relativas a mercadorias destinadas ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal Estadual, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Conv. ICMS 94/96);

Nota: A redação do inciso IX do art. 32 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12, 24, 33, 51 e 60 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7955/01, 8250/02 , 8882/04 e 9281/04), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada pela alteração nº 33, Decreto nº 8250/02:
"IX - de 08/01/97 até 31/12/03, nas operações, bem como nas prestações de serviços de transporte, relativas a mercadorias destinadas ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal Estadual, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Convs. ICMS 94/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 10/01 e 21/02);"

X - nos fornecimentos de refeições sem fins lucrativos, em refeitório próprio, feitos por estabelecimentos industriais, comerciais ou produtores, diretamente a seus empregados, bem como por agremiações estudantis, instituições de educação ou de assistência social, sindicatos ou associações de classe, diretamente a seus empregados, associados, professores, alunos ou beneficiários, conforme o caso (Conv. ICM 1/75 e Convs. ICMS 35/90, 101/90, 80/91 e 151/94);

XI - nos fornecimentos de alimentação oriunda de aulas práticas efetuados pelo Restaurante-Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Conselho Regional deste Estado, sem fins lucrativos, embora com cobrança do serviço (Conv. ICMS 05/93);

XII - a partir de 01/03/97, relativamente ao Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia, compreendendo as operações relacionadas com o executor do Projeto, diretamente ou por intermédio de empresas contratadas para esse fim, nos termos e condições de contratos específicos, observado o seguinte (Conv. ICMS s/n, de 13/2/97, e Conv. ICMS 68/97):

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 6903/97 (Alteração nº 4), foram dispensados os débitos fiscais decorrentes da importação e da prestação de serviços previstas nos incisos II e III da cláusula primeira do Conv. ICMS 68/97 realizadas no período de 01/03/97 a 21/08/97.

Redação originária:
"XII - a partir de 01/03/97, nas saídas de mercadorias em decorrência de aquisições efetuadas pelo executor do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia, diretamente ou por intermédio de empresas contratadas para este fim, nos termos e condições de contratos específicos, sendo que (Conv. ICMS 121/97):
a) deve constar na Nota Fiscal:
1 - que a operação está isenta do ICMS por força do art. 1º do Acordo celebrado entre o Brasil e a Bolívia em 5 de agosto de 1996, devidamente promulgado pelo Poder Executivo Federal;
2 - o número e a data do contrato celebrado com o executor do Projeto ou com empresa contratada;
b) o reconhecimento definitivo da isenção ficará condicionado à comprovação da efetiva entrega da mercadoria ao executor do supramencionado Gasoduto, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para tal fim, nos termos e condições de contratos específicos;

c) a comprovação prevista na alínea anterior será feita por meio de Certificado de Recebimento emitido pelo executor do Gasoduto, diretamente ou por intermédio de empresa contratada, contendo, no mínimo, o número, a data e o valor da Nota Fiscal;
d) dentro de 180 dias contados da data da saída da mercadoria, o contribuinte deverá dispor do Certificado de Recebimento, para os fins da alínea "b";
e) o atendimento das exigências contidas neste inciso não dispensa os fornecedores do cumprimento das demais obrigações acessórias previstas na legislação;
f) a isenção de que cuida este inciso aplica-se exclusivamente na fase de construção do Gasoduto, até que este alcance a capacidade de transporte de trinta milhões de metros cúbicos por dia;"

a) será concedida a isenção:

1 - nas saídas de mercadorias decorrentes de aquisições destinadas à execução do Projeto;

2 - nas entradas decorrentes de importação do exterior de mercadorias ou bens destinados à execução do Projeto;

3 - nas correspondentes prestações de serviços de transporte das mercadorias ou bens beneficiados com a isenção de que cuida este inciso;

b) para a aplicação do benefício, o contribuinte deverá indicar no correspondente documento fiscal:

1 - que a operação ou prestação está isenta do ICMS por força do art. 1º do Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em 5 de agosto de 1996, promulgado pelo Decreto Federal nº 2.142, de 5 de fevereiro de 1997, e regulamentado pelo Convênio ICMS 68/97;

2 - o número e a data do contrato celebrado com o executor do Projeto ou com a empresa contratada;

c) o reconhecimento definitivo da isenção ficará condicionado à comprovação da efetiva entrega da mercadoria ou bem e da prestação do serviço de transporte ao executor do supramencionado Gasoduto, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para tal fim, nos termos e condições de contratos específicos;

d) a comprovação prevista na alínea anterior será feita por meio de Certificado de Recebimento emitido pelo executor do Gasoduto Brasil-Bolívia, diretamente ou por intermédio de empresa contratada, nos termos e condições de contratos específicos, contendo, no mínimo, o número, a data e o valor do documento fiscal;

e) dentro de 180 dias contados da data da operação ou da prestação do serviço, o contribuinte deverá dispor do Certificado de Recebimento, para os fins previstos na alínea "c";

f) no caso de importação de mercadorias ou bens, o reconhecimento da isenção fica condicionado:

1 - à informação prévia, pelo executor do Projeto, à Secretaria da Fazenda, Finanças ou Tributação da unidade federada onde se processará o despacho aduaneiro com a isenção de que trata este inciso (Conv. ICMS 68/97);

2 - ao fornecimento, pela empresa importadora, no prazo de 30 dias, contados da data do desembaraço aduaneiro, à Secretaria da Fazenda, Finanças ou Tributação da unidade federada onde se processar o desembaraço aduaneiro, da lista das mercadorias ou bens importados, acompanhada do atestado do executor do Projeto de que se destinam ao Gasoduto Brasil-Bolívia;

g) a movimentação de bens entre os estabelecimentos do executor do Projeto, situados no local da obra, poderá ser acompanhada por documento próprio deste, denominado Nota de Movimentação de Materiais e Equipamentos, conforme modelo anexo ao Convênio ICMS 68/97, confeccionado mediante Autorização para Impressão de Documentos Fiscais e contendo numeração tipograficamente impressa;

h) o atendimento das exigências contidas neste inciso não dispensa os fornecedores de mercadorias e os prestadores de serviços de transporte do cumprimento das demais obrigações acessórias previstas na legislação tributária;

i) a isenção de que cuida este inciso aplica-se exclusivamente na fase de construção do Gasoduto, até que este alcance a capacidade de transporte de trinta milhões de metros cúbicos por dia;

j) atingido o limite previsto na alínea anterior, o executor do Projeto ficará obrigado a comunicar essa ocorrência às unidades federadas, por intermédio da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS;

XIII - a partir de 25/3/97, nas transferências interestaduais de bens do ativo imobilizado e de bens de consumo realizadas pelas empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo (Conv. ICMS 18/97);

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

XIV - nas entradas decorrentes de importação e nas saídas internas de mercadorias destinadas à ampliação do sistema de informática da Secretaria da Fazenda, sendo que a presente isenção será reconhecida mediante apresentação, pelo contribuinte, de planilha de custos na qual comprove a eficácia da desoneração do ICMS no preço final do produto (Conv. ICMS 61/97);

Nota: O inciso XIV foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

XV - até 31/12/06, nas saídas, nas entradas decorrentes de importação e nas remessas ou transferências de Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que o benefício fica condicionado a que (Conv. ICMS 75/97):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XV do art. 32 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XV do art. 32 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 01/01/03 a 21/12/04:
"XV - até 31/12/04, nas saídas, nas entradas decorrentes de importação e nas remessas ou transferências de Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que o benefício fica condicionado a que (Conv. ICMS 75/97):"

Redação anterior dada ao inciso XV do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 25/08/01 a 31/12/02:
"XV - até 31/12/02, nas saídas, nas entradas decorrentes de importação e nas remessas ou transferências de Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que o benefício fica condicionado a que (Conv. ICMS 75/97, 05/99, 10/01 e 55/01):"

Redação anterior dada ao incixo XV do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 01/03/99 a 24/08/01:
"XV - até 30/10/01, nas saídas, nas entradas decorrentes de importação e nas remessas ou transferências de Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos

diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que o benefício fica condicionado à concessão de isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados, de competência da União (Conv. ICMS 75/97, 05/99 e 10/01);"

A redação do incixo XV do art. 32 foi modificada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O inciso XV foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 04 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

a) o produto esteja beneficiado com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

Nota: A alíena "a", foi acrescentada ao inciso XV do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

b) a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas nesta cláusula esteja desonerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS;

Nota: A alíena "b", foi acrescentada ao inciso XV do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 01/01/02.

XVI - de 21/10/97 até 30/04/08, nas operações com os produtos e equipamentos abaixo relacionados, utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação, quando destinados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como a suas autarquias e fundações (Conv. ICMS 84/97):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVI do art. 32 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XVI - de 21/10/97 até 30/04/05, nas operações com os produtos e equipamentos abaixo relacionados, utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação, quando destinados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como a suas autarquias e fundações (Conv. ICMS 84/97):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955/01):
"XVI - até 30/04/03, nas operações com os produtos e equipamentos abaixo relacionados, utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação, quando destinados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como a suas autarquias e fundações (Conv. ICMS 84/97, 05/99 e 14/01):"

A redação da parte inicial do inciso XVI do art. 32 foi modificada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O inciso XVI foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

a) produtos da linha de imunohematologia: reagentes, painéis de hemácias e diluentes destinados à determinação dos grupos ou dos fatores sangüíneos pela técnica de Gel-Teste - NBM/SH 3006.20.00;

b) produtos da linha de sorologia:

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso XVI do art. 32 foi dada pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01.

Redação anterior dada a alínea b, tendo sido acrescentada ao inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*b) produtos da linha de sorologia: reagentes para diagnósticos de enfermidades transmissíveis pela técnica de ID-PaGIA - NBM/SH 3822.00.00;*"

1. reagentes para diagnósticos de enfermidades transmissíveis pela técnica de ID-PaGIA - NBM/SH 3822.00.00;

Nota: O item 1, foi acrescentado a alínea "b", do inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos a partir de 03/05/01.

2. reagentes para diagnóstico de malária e leishmaniose pelas técnicas de Elisa, Imunocromatografia ou em qualquer suporte - NCM/SH 3822.00.90;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "b", do inciso XVI do art. 32 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 29/07/03.

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 25

(Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 03/05/01 a 28/07/03:
"2. reagentes para diagnósticos de malária, em qualquer suporte - NBM/SH 3822.00.90 (Conv. ICMS 14/01);"

Redação anterior dada ao item 2, tendo sido acrescentado a alínea b, do inciso XVI do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos de 01/03/99 a 02/05/01:
"*2. reagentes para diagnósticos de malária - NBM/SH 3822.00.90 (Conv. ICMS 14/01);"*

c) produtos da linha de coagulação: reagentes para diagnósticos de coagulação pelas técnicas de Gel-Teste e ID-PaGIA - NBM/SH 3006.20.00;

d) equipamentos:

1 - centrífugas para diagnósticos em imunohematologia, sorologia e coagulação, pelas técnicas de Gel-Teste e ID-PaGIA - NBM/SH 8421.19.10;

2 - incubadoras para diagnósticos em imunohematologia, sorologia e coagulação, pelas técnicas de Gel-Teste e ID-PaGIA - NBM/SH 8419.89.99;

3 - "readers" (leitores automáticos) para diagnósticos em imunohematologia, sorologia e coagulação, pelas técnicas de Gel-Teste e ID-PaGIA - NBM/SH 8471.90.12;

4 - "samplers" (pipetadores automáticos) para diagnósticos em imunohematologia, sorologia e coagulação, pelas técnicas de Gel-Teste e ID-PaGIA - NBM/SH 8479.89.12;

XVII - de 07/01/99 até 30/04/07, nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98);

Nota: A redação atual da do inciso XVII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 01/01/02 a 20/01/04:
"XVII - de 07/01/99 até 31/12/03, nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98, 90/99, 10/01, 51/01 e 127/01);"

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos até 31/12/01:
"XVII - até 31/12/01 nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98, 90/99, 10/01 e 51/01);"

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 32 dada pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01):
"XVII - até 30/10/01 nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98, 90/99 e 10/01);"

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"XVII - até 30/04/01 nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98 e 90/99);"

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"XVII - até 31/12/99 nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Conv. ICMS 116/98);"

Redação anterior dada ao *caput* do inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99, e, revogam-se as alíneas "a" e "b" deste inciso, efeitos a partir de
07/01/99.
"*XVII - nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Conv. ICMS 116/98);" ;*

Redação anterior dada ao *caput* do inciso XVII e da alínea b, do art. 32 pela *Alteração* nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"XVII - de 21/10/97 até 31/12/98, nas operações com preservativos - NBM/SH 4014.10.00, observado o seguinte (Convs. ICMS 89/97, 23/98, 60/98 e 85/98), efeitos a partir de 01/10/98:
(...)
b) as indústrias fabricantes e os importadores dos produtos objeto desta isenção entregarão à repartição fiscal a que estiverem vinculados, no prazo de 60 (sessenta) dias contados, retroativamente, do termo final dos efeitos deste benefício, demonstrativo que contenha, no mínimo, as seguintes indicações (Conv. ICMS 85/98), efeitos a partir de 15/10/98:
(...)";

Redação anterior dada ao *caput* do inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98):
"XVII - de 21/10/97 até 30/09/98, nas operações com preservativos - NBM/SH 4014.10.00 -, observado o seguinte (Convs. ICMS 89/97, 23/98 e 60/98):"

Redação anterior dada *caput d*o inciso XVII do art. 32 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*XVII - de 21/10/97 até 31/07/98, nas operações com preservativos - NBM/SH 4014.10.00 -, observado o seguinte (Convs. ICMS 89/97 e 23/98):"*

Redação anterior do incixo XVII do art. 32, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*XVII - de 21/10/97 até 30/04/98, nas operações com preservativos - NBM/SH 4014.10.00 -, observado o seguinte (Conv. ICMS 89/97):*
a) a isenção de que cuida este inciso fica condicionado a que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse o benefício, devendo o abatimento ser indicado expressamente no documento fiscal;
b) as indústrias fabricantes e os importadores dos produtos objeto desta isenção entregarão à repartição fiscal a que estiverem vinculados, até 28/2/98, demonstrativo que contenha, no mínimo, as seguintes indicações:

1 - a quantidade de preservativos vendidos por mês e o seu valor unitário na data da vigência do Convênio ICMS 89/97;
2 - a quantidade de preservativos vendidos por mês após 21/10/97 (termo inicial da vigência do aludido convênio) e o seu valor unitário;"

XVIII - de 02/01/98 até 30/04/07, nas operações com os equipamentos e acessórios para aproveitamento das energias solar e eólica a seguir indicados, desde que beneficiadas com isenção ou tributadas com alíquota zero do IPI (Convs. ICMS 101/97):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVIII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

A redação do *caput* do inciso XVIII do art. 32 foi modificada pelas Alterações nºs 7, 8, 12, 17 e 33 (Decretos nº 7365/98, 7395/98, 7675/99 e 7824/00 e 8250/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada pela alteração nº 33:
"XVIII - de 02/01/98 até 30/04/04, nas operações com os equipamentos e acessórios para aproveitamento das energias solar e eólica a seguir indicados, desde que beneficiadas com isenção ou tributadas com alíquota zero do IPI (Convs. ICMS 101/97, 23/98, 46/98, 05/99, 07/00 e 21/02):"

O inciso XVIII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98)

a) aquecedores solares de água - NBM/SH 8419.19.10;

b) gerador fotovoltaico (Conv. ICMS 93/01):

1. de potência não superior a 750W-NBM/SH 8501.31.20;

2. de potência superior a 750W mas não superior a 75kW-NBM/SH 8501.32.20;

3. de potência superior a 75kW mas não superior a 375kW-NBM/SH 8501.33.20;

4. de potência superior a 375kW-NBM/SH 8501.34.20;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso XVIII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos partir de 22/10/01.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso XVIII do art. 32 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 14/07/98 a 21/10/01.
"b) gerador fotovoltaico de potência não superior a 750W - NBM/SH 8501.31.20;

Redação anterior dada a alínea "b", tendo sido acrescentado ao inciso XVIII do art. 32 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"b) módulos fotovoltaicos, aerogeradores para conversão da energia dos ventos em energia elétrica e seus respectivos acessórios, incluindo reguladores, controladores, inversores e retificadores, motores fotovoltaicos e geradores elétricos fotovoltaicos - NBM/SH 8501;"

c) aerogeradores para conversão de energia dos ventos em energia mecânica para fins de bombeamento de água e/ou moagem de grãos - NBM/SH 8412.80.00;

d) bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua, com potência não superior a 2 HP- NBM/SH 8413.81.00;

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso XVIII do art. 32 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98.

e) aerogeradores de energia eólica - NBM/SH 8502.31.00;

Nota: A alínea "e" foi acrescentada ao inciso XVIII do art. 32 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98.

f) células solares (Convs. ICMS 61/00 e 93/01):

1. não montadas-NBM/SH 8541.40.16;

2. em módulos ou painéis-NBM/SH 8541.40.32;

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso XVIII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/10/01.

Redação anterior dada a alínea "f", tendo sido acrescentada ao inciso XVIII do art. 32 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), efeitos de 25/10/00 a 21/10/01:
"f) células solares não montadas - NBM/SH 8541.40.16 (Conv. ICMS 61/00);"

XIX - de 02/01/98 até 31/12/02 e de 28/04/03 até 31/10/07, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Conv. ICMS 123/97):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XIX do art. 32 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XIX do art. 32 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XIX - de 02/01/98 até 31/12/02 e de 28/04/03 até 30/04/05, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Conv. ICMS 123/97):"

O art. 4º da Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03) determina que:
"Ficam convalidadas as operações realizadas de acordo com as disposições de que trata o inciso XIX do art. 32 do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, no período de 01/01/03 até 28/04/03 (Conv. 31/03).
Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas."

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XIX do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01):
"XIX - de 02/01/98 até 31/12/02, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Convs. ICMS 123/97, 23/98, 05/99, 10/01 e 56/01):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XIX do art. 32 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01):
"XIX - de 02/01/98 até 30/10/01, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Convs. ICMS 123/97, 23/98, 05/99 e 10/01):"

A redação da parte inicial do inciso XIX do art. 32 foi modificada pelas Alterações nºs 7 e 12 (Decretos nºs 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XIX, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 05 (Decreto nº 7244, de 03/03/98):
"XIX - de 02/01/98 até 30/06/98, nas operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469/97 do MEC, observado o seguinte (Conv. ICMS 123/97):"

a) a isenção alcança, também, as distribuições das mercadorias pelo MEC a cada uma das instituições beneficiadas;

b) o benefício será reconhecido pela unidade federada onde estiver estabelecido o fornecedor ou importador da mercadoria, sendo competente para fazê-lo, na Bahia, o Inspetor Fazendário da circunscrição fiscal do domicílio do adquirente;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso XIX do art. 32 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "b", tendo sido acrescentada ao inciso XIX do art. 32 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 31/12/02:
"b) o benefício será reconhecido pela unidade federada onde estiver estabelecido o fornecedor ou importador da mercadoria, sendo competente para fazê-lo, na Bahia, o Diretor de Tributação da Secretaria da Fazenda;"

c) o reconhecimento da isenção fica condicionado a que os produtos estejam contemplados com isenção ou com redução a zero das alíquotas dos impostos federais;

d) a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas no *caput* esteja desonerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS (Conv. ICMS 56/01).

Nota: O alínea "d" do inciso XIX do art. 32 foi acrescentada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 01/01/02.

XX - de 26/03/99 até 30/04/07, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde, indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao imposto sobre produtos industrializados e ao imposto de importação (Conv. ICMS 01/99);

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVIII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 01/05/04.

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).
"XX - *de 26/03/99 até 30/04/04, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde, indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Conv. ICMS 01/99);*"

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 01/01/02 a 06/05/03:
"XX - de 26/03/99 até 30/04/03, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde, indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 01/99, 05/99, 55/99, 90/99, 84/00, 65/01 e 127/01);"

O art. 4º da Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), determina que:
"Fica dispensada a exigência do imposto incidente sobre as operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde a que se refere o inciso XX do art. 32 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, realizadas no período de 26 de dezembro de 2001 até 22 de julho de 2002, com os equipamentos e insumos relacionados no Anexo 93 do Regulamento do ICMS, com a redação ora conferida por este decreto. (Conv. ICMS 80/02)."

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01):
"XX - de 26/03/99 até 31/12/01, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99, 05/99, 55/99, 90/99, 84/00 e 65/01);"

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01):
"XX - de 26/03/99 até 31/12/01, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99, 05/99, 55/99, 90/99 e 84/00);"

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):

"XX - de 26/03/99 até 31/12/00, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99, 05/99, 55/99 e 90/99)."

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 32 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99:
"XX - de 26/03/99 até 31/12/99, nas entradas decorrentes de importação e saídas de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no Anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados ou Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99, 5/99 e 55/99)."

Redação anterior dada ao inciso XX, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99):
"*XX - de 26/03/99 até 31/12/99, nas entradas decorrentes de importação e saídas, de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto de Importação (Convs. ICMS 1/99 e 05/99)*".

XXI - a partir de 25/10/00, nas aquisições, pelo Estado da Bahia, por adjudicação, de mercadorias que tenham sido oferecidas à penhora (Conv. ICMS 57/00).

Nota: A redação atual do inciso XXI do art. 32 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso XXI, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00):
"*XXI - a partir de 25/10/00, nas aquisições, que efetuar por adjudicação, de mercadorias que tenham sido oferecidas à penhora (Conv. ICMS 57/00).*"

XXII - a partir de 07/11/00, nas operações com veículos adquiridos pelo Departamento de Polícia Federal, no âmbito do Fundo para aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal, instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18.02.1997 e regulamentado pelo Decreto nº 2.381, de 12.11.1997, observado o seguinte (Conv. ICMS 75/00):

Nota: O inciso XXII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

a) o benefício somente se aplica aos veículos que, cumulativamente, estiverem contemplados:

1 - no processo de licitação nº 05/2000-CPL/CCA/DPF;

2 - com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

b) o valor correspondente à presente desoneração do ICMS deverá ser deduzido do preço de aquisição dos respectivos veículos;

XXIII - a partir de 07/11/00, nas operações de saída de veículos de bombeiros, destinados a equipar os aeroportos nacionais, adquiridos pelo Ministério da Defesa, representado pelo Comando da Aeronáutica,

através da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, por meio de licitação na modalidade da Concorrência nº 006/DIRENG/2000 observado o seguinte (Conv. ICMS 76/00):

Nota: O inciso XXIII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

a) o disposto no *caput* estende-se às operações de saída e aos recebimentos decorrentes de importação do exterior de chassis e componentes de superestrutura, sem similar produzido no país, quando destinados a integrar os veículos referidos neste inciso;

b) o benefício somente se aplica aos produtos contemplados com isenção ou alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

c) na inexistência de produto similar produzido no país será atestada por órgão federal competente;

d) o valor correspondente à presente desoneração do ICMS deverá ser demonstrado, pelo proponente, na composição do preço.

XXIV - nas operações de saídas dos equipamentos médico-hospitalares relacionados no anexo único do Conv. ICMS 77/00, destinadas ao Ministério da Saúde para atender ao "Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar", instituído pela Portaria nº 2432, de 23 de março de 1998, do Ministério da Saúde (Conv. ICMS 77/00).

Nota: O inciso XXIV foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 09/01/01.

XXV - a partir de 09/08/01, nas operações de devolução impositiva de embalagens vazias de agrotóxicos e respectivas tampas, realizadas sem ônus, nos termos da legislação federal aplicável (Conv. ICMS 42/01);

Nota: O inciso XXV foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

XXVI - a partir de 09/08/01, nas operações com veículos adquiridos pela Polícia Rodoviária Federal, de acordo com o previsto no Plano Anual de Reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (Conv. ICMS 69/01):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XXVI do art. 32 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada ao inciso XXVI, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01):
"XXVI - a partir de 09/08/01, nas com veículos adquiridos pela Polícia Rodoviária Federal, de acordo com o previsto no Plano Anual de Reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (Conv. ICMS 69/01):"

a) o benefício somente se aplica aos veículos que, cumulativamente, estiverem contemplados:

1. no processo de licitação nº 05/2000-CPL/DPRF;

2. com isenção ou alíquota zero dos impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados – IPI;

3. com desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrentes das operações previstas no *caput* do presente inciso;

b) o valor correspondente à presente desoneração do ICMS deverá ser deduzido do preço dos respectivos veículos, contidos nas propostas vencedoras do processo licitatório indicado no inciso anterior;";

XXVII - de 19/06/01 a 31/10/01, nas operações com lâmpadas fluorescentes de descarga em baixa pressão, de base única, com ou sem reator eletrônico incorporado, com eficiência superior a 40 lúmens por W, classificadas no código 8539.31.00 da NBM/ - SH Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado, e lâmpadas de vapor de sódio, de alta pressão, classificadas no código 8539.32.00 da NBM/SH – Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado, exceto nas operações interestaduais que destinem lâmpadas (Convx. ICMS 27/01 e 70/01):

Nota: O inciso XXVII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

a) no período de 19/06/01 a 31/07/01, aos Estados do Paraná e Roraima (Conv. ICMS 27/01;

b) no período de 09/08/01 a 31/10/01, aos Estados de Roraima e Amazonas (Conv. ICMS 70/01);";

XXVIII - a partir de 19/06/01, nas saídas internas, a título de doação, de lâmpadas fluorescentes compactas de 15 Watts, classificação fiscal 8539.31.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado – NBM/SH, promovidas por empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, para as unidades consumidoras residenciais de baixa renda (Conv. ICMS 29/01):

Nota: O inciso XXVIII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

a) são considerados consumidores residenciais de baixa renda para fins do disposto no presente inciso, os que atendam cumulativamente as seguintes condições:

1. ligação monofásica;

2. consumo de até 140 kWh/mês, nos últimos doze meses;

3. atendam as características de construção e localização objeto de norma específica da concessionária.

b) será emitida nota fiscal global mensal para acobertar as operações a que se refere o presente inciso.

XXIX - de 09/04/02 até 31/12/02, nas operações com motocicletas, caminhões, helicópteros e outros veículos automotores adquiridos pelo Departamento de Polícia Federal e pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, instituída pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, observado o seguinte (Conv. ICMS 25/02):

Nota: O inciso XXIX foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

a) o benefício se aplica, apenas, às operações que, cumulativamente, estejam contempladas:

1. com isenção ou tributadas a alíquota zero pelos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados - IPI;

2. com desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrentes das operações previstas neste inciso;

b) a isenção somente se aplica às aquisições realizadas:

1. com recursos oriundos das transferências voluntárias da União a partir do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP;

2. no âmbito do Fundo de Reaparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal, instituída pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997;

3. no âmbito do Programa Segurança das Rodovias Federais, constante do Plano Plurianual 2000/2003;

c) o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço dos respectivos produtos, contido nas propostas vencedoras do processo licitatório.

XXX - de 23/07/02 até 31/12/06, as saídas de blocos catódicos de grafite, código 8545.19.10 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, promovidas por estabelecimentos industriais localizados em seu território, desde que (Conv. ICMS 72/02):

Nota: A redação atual do inciso XXX do art. 32 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso XXX, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 22/11/02:
"XXX - de 23/07/2002 até 31/12/06, as saídas de blocos catódicos de grafite, código 8545.90.90 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, promovidas por estabelecimentos industriais, desde que (Conv. ICMS 72/02):"

a) os blocos catódicos de grafite sejam destinados a empresas exclusivamente exportadoras de alumínio em forma bruta não ligado e/ou ligas de alumínio, códigos 7601.10.00 e 7601.20.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;

b) as empresas a que se refere a alínea anterior venham importando os citados blocos catódicos de grafite pelo regime de drawback, cujos atos concessórios sejam expedidos até 31 de dezembro de 2005;

Nota: A redação atual da alínea "b" do inciso XXX do art. 32 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 28/04/04.

Redação anterior dada à alínea "b" do inciso XXX, tendo sido acrescentada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 27/04/04:
"b) as empresas a que se refere a alínea anterior venham importando os citados blocos catódicos de

grafite pelo regime de drawback, cujos atos concessórios tenham sido expedidos até 28 de junho de 2002 pela SECEX;"

c) o estabelecimento fornecedor conste o número do contrato ou do pedido de fornecimento e o número do ato concessório do *drawback* concedido à empresa exportadora na nota fiscal de venda;

d) os estabelecimentos beneficiados mantenham à disposição do fisco:

1 - cópia do contrato de fornecimento à empresa exportadora, no qual deverá constar o número do ato concessório do *drawback;*

2 - planilha relacionando as notas fiscais emitidas nos termos deste inciso aos respectivos atos concessórios do *drawback*, observado as quantidades neles previstos;

XXXI - de 23/07/02 até 30/06/06, na entrada decorrente de importação do exterior e nas saídas internas de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças e materiais a seguir discriminados, quando adquiridos para construção do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador – Bahia (Metrô), objeto do contrato de empréstimo 4494-BR celebrado com o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, observado o disposto no § 1º (Conv. ICMS 74/02):

Nota: O inciso XXXI foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

a) MATERIAL RODANTE:

1 - trens destinados ao transporte de passageiros;

2 - sistema de comunicação;

3 - sistema de sinalização;

b) VIA PERMANENTE:

1 - trilhos;

2 - AMV'S – aparelho de mudança de vias;

c) SISTEMAS FIXOS:

1 - sub-estação retificadora;

2 - cabine de paralelismo e seccionamento;

3 - rede aérea de tração.

XXXII - até 31/12/07, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doações, em operações internas ou interestaduais, destinadas ao atendimento do Programa intitulado Fome Zero, bem como nas prestações de serviços de transporte para distribuição de mercadorias recebidas por estabelecimentos credenciados pelo programa, excluída a aplicação de qualquer outro benefício fiscal e observado o disposto nos §§ 2º a 7º.

Nota: A redação atual do inciso XXXII do art. 32 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação anterior dada ao inciso XXXII, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos de 27/05/03 a 12/11/03:
"XXXII - até 31/12/07, nas saídas de mercadorias, em decorrência de doações, em operações internas ou interestaduais, destinadas ao atendimento do Programa intitulado Fome Zero, bem como nas prestações de serviços de transporte para distribuição de mercadorias recebidas por estabelecimentos credenciados pelo programa, excluída a aplicação de qualquer outro benefício fiscal e observado o disposto nos §§ 2º a 5º."

XXXIII - nas operações de aquisição de veículos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, durante a vigência do convênio de cooperação mútua entre as Secretarias da Fazenda, Tributação, Economia, Finanças ou Gerências de Receitas dos Estados e do Distrito Federal e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, desde que (Conv. ICMS 122/03):

Nota: O inciso XXXIII foi acrescentado ao *caput* do art. 32 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 06/01/04.

a) essas operações estejam, cumulativamente, contempladas:

1. nos processos de licitação nº 08650.001237/2003-16 (aquisição de veículos caracterizados), nº 08650.001894/2003-63 (aquisição de veículos caracterizados tipo caminhonete 4x4), nº 08650.001895/2003-16 (aquisição de veículos caracterizados tipo camioneta), nº 08650.001896/2003-52 (aquisição de motocicletas caracterizadas) e nº 08650.001982/2003-65 (aquisição de veículos caracterizados tipo micro-ônibus);

2. com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados - IPI;

3. revogado

Nota: O item 3, da alínea "a", do inciso XXXIII do art. 32 foi revogado pela Alteração 53 (Decreto nº 18990, de 27/02/04, DOE de 28 e 29/02/04, efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anteriior dada ao item 3, da alínea "a", do inciso XXXIII do art. 32 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 06/01/04 a 29/02/04:
"3. com a desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Sociais (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente das operações previstas nesta cláusula."

b) o valor correspondente à presente desoneração seja deduzido do preço dos respectivos veículos, contidos nas propostas vencedoras dos processos licitatórios indicados no item 1 da alínea anterior;

XXXIV – desde que sejam atendidas as normas relativas à política de preservação ambiental, nas saídas e nas respectivas prestações de transportes:

Nota: O inciso XXXIV foi acrescentado ao *caput* do art. 32 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), , efeitos a partir de 06/01/04..

a) internas do estabelecimento produtor agropecuário com destino às Centrais ou Postos de Coletas e Recebimento de embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas;

b) interestaduais promovidas pelas Centrais ou Postos de Coletas e Recebimento de embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas, prensadas, com destino a estabelecimentos recicladores.

XXXV - nas operações internas com produtos vegetais destinados à produção de biodiesel, ficando a isenção condicionada a utilização dos produtos na finalidade a que se destinam (Conv. ICMS 105/03);

Nota: O inciso XXXV foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

XXXVI - nas saídas de pilhas e baterias usadas, após o esgotamento energético, que contenham em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos e que tenham como objetivo sua reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, observado o disposto no § 10 do art. 201 (Conv. ICMS 27/05);

XXXVII - nas operações com mercadorias, bem como as prestações de serviços de transporte a elas relativas, destinadas aos Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, Planejamento e de Controle Externo, dos Estados e do Distrito Federal, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Conv. ICMS 79/05).

Nota: O inciso XXXVII foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

§ 1º Para fruição do benefício previsto no inciso XXXI, em relação aos produtos a que se refere o item 2 da alínea“a”, deverá ser comprovada a ausência de similar produzido no país, atestada por laudo emitido por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional (Conv. ICMS 74/02).

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02, tendo sido renumerado para § 1º pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 27/05/03.

§ 2º Para fruição do benefício previsto no inciso XXXII, a entidade assistencial, reconhecida como de utilidade pública, nos termos do art. 14 do Código Tributário Nacional e cadastrada junto ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, ou o município partícipe do Programa, deverão confirmar o recebimento da mercadoria ou do serviço prestado, mediante a emissão e a entrega ao doador, da "Declaração de Confirmação de Recebimento da Mercadoria Destinada ao Programa Fome Zero", conforme modelo anexo ao Ajuste SINIEF nº 02/03, mantendo segunda via da referida declaração, ao passo que ao contribuinte doador da mercadoria caberá:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 27/05/03.

I - obter previamente certificado de participante do Programa, expedido pelo MESA;

II - emitir documento fiscal correspondente à operação contendo, além dos requisitos exigidos pela legislação, no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, o número do certificado referido no inciso anterior e no campo NATUREZA DA OPERAÇÃO, a expressão “Doação destinada ao Programa

Fome Zero";

III - revogado.

Nota: O inciso III do § 2º do art. 32 foi revogado pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 32, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos de 27/05/03 a 17/05/05:
"III - elaborar e entregar à repartição fiscal de sua circunscrição, em meio magnético ou por transmissão eletrônica de dados, até o dia 15 do mês subseqüente ao da realização das doações, as informações correspondentes às operações e prestações destinadas ao Programa intitulado "Fome Zero", contendo, no mínimo:
a) identificação fiscal do emitente e do destinatário (CNPJ, inscrição estadual, endereço);
b) descrição, quantidade e valor da mercadoria;
c) identificação do documento fiscal;
d) identificação do transportador (CNPJ ou CPF, inscrição estadual, endereço)."

§ 3º Decorridos 120 (cento e vinte) dias da emissão do documento fiscal sem que tenha sido comprovado o recebimento da mercadoria destinada ao atendimento do Programa Fome Zero de que trata o inciso XXXII deste artigo, o imposto deverá ser recolhido com os acréscimos legais incidentes a partir da ocorrência do fato gerador.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 27/05/03.

§ 4º Verificado, a qualquer tempo, que a mercadoria destinada ao atendimento do Programa Fome Zero foi objeto de posterior comercialização, o imposto será exigido daquele que desvirtuou a finalidade, com os acréscimos legais devidos desde a data da saída da mercadoria sem o pagamento do imposto e sem prejuízo das demais penalidades.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 27/05/03.

§ 5° Revogado.

Nota: O § 5º do art. 32 foi revogado pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos de 27/05/03 a 17/05/05:
"§ 5º O contribuinte usuário do sistema eletrônico de processamento de dados prestará as informações previstas no inciso III do § 2º deste artigo, em separado, de acordo com o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995."

§ 6º Em relação às operações internas exclusivamente relacionadas com o Programa intitulado Fome Zero, realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, fica permitido:

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 15/10/03.

I - que, nas aquisições de mercadoria efetuadas pela CONAB com a finalidade especifica de doação relacionada com o citado Programa, por sua conta e ordem, poderá o fornecedor efetuar a entrega diretamente às entidades assistenciais indicadas no § 2º deste artigo, com o documento fiscal relativo à venda efetuada, observado o que segue:

a) sem prejuízo das demais exigências, no citado documento, no campo "Informações Complementares", deverão ser indicados o local de entrega da mercadoria e o fato de que ela está sendo efetuada nos termos do Ajuste SINIEF 10/03;

b) a entidade recebedora da mercadoria deverá guardar, para exibição ao fisco, uma via, admitida cópia reprográfica, do documento fiscal por meio do qual foi entregue a mercadoria, remetendo as demais vias à CONAB, no prazo de três dias;

II - à CONAB, relativamente à doação efetuada, emitir a correspondente Nota Fiscal, para envio à entidade assistencial no prazo de três dias, anotando, no campo "Informações Complementares", a identificação detalhada do documento fiscal de venda, por meio do qual foi entregue a mercadoria.

§ 7º Em substituição à Nota Fiscal indicada no inciso II do parágrafo anterior, poderá a CONAB emitir, no último dia do mês, uma única Nota Fiscal, em relação a cada entidade destinatária, englobando todas as doações efetuadas, observado o que segue:

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 15/10/03.

I - em substituição à discriminação das mercadorias, serão indicados os dados identificativos dos documentos fiscais relativos às aquisições das mercadorias, a que se refere o inciso I do parágrafo anterior;

II - a Nota Fiscal prevista neste parágrafo:

a) conterá a seguinte anotação, no campo "Informações Complementares": "Emissão nos termos do Ajuste SINIEF 10/03";

b) será remetida à entidade assistencial destinatária da mercadoria no prazo de três dias;

c) terá a sua via destinada a exibição ao fisco guardada juntamente com cópias de todos os documentos fiscais nela discriminados, relativos às aquisições das mercadorias.

§ 8º O benefício previsto no inciso VI-A fica condicionado à desoneração dos impostos e contribuições federais.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 32 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Art. 32-A. De 29/07/03 até 31/12/06, nas operações que destinem aos contribuintes abrangidos pelo Projeto Integrado de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima, por meio da Cooperativa de Produção Agropecuária do Extremo Norte Brasileiro, os produtos arrolados no Convênio ICMS 100/97, de 4 de novembro de 1997, e máquinas e equipamentos para o uso exclusivo na agricultura e na pecuária, desde que haja (Conv. ICMS 62/03):

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 32-A foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial art. 32-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03):
"Art. 32-A. De 29/07/03 até 30/04/05, nas operações que destinem aos contribuintes abrangidos pelo Projeto Integrado de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima, por meio da Cooperativa de Produção Agropecuária do Extremo Norte Brasileiro, os produtos arrolados no Convênio ICMS 100/97, de 4 de novembro de 1997, e máquinas e equipamentos para o uso exclusivo na agricultura e na pecuária, desde que haja (Conv. ICMS 62/03):"

I - redução do preço da mercadoria do valor correspondente ao imposto dispensado, demonstrando-se expressamente na Nota Fiscal a respectiva dedução;

II - efetiva comprovação da entrada do produto no estabelecimento do destinatário;

III - comunicação, por meio eletrônico, pelo remetente ao fisco do Estado de Roraima e da unidade federada de sua localização, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) nome ou razão social, números da inscrição estadual e no CNPJ e endereço do remetente;

b) nome ou razão social, números da inscrição estadual, no CNPJ, no Programa de Desenvolvimento Rural do Estado de Roraima e endereço do destinatário;

c) número, série, valor total e data da emissão da nota fiscal;

d) descrição, quantidade e valor da mercadoria;

e) números da inscrição estadual e no CNPJ ou CPF, endereço do transportador.

§ 1º Os benefícios previstos neste artigo, no que tange à pecuária, estendem-se às operações relacionadas com a:

I - apicultura;

II - avicultura;

III - aquicultura;

IV - cunicultura;

V - ranicultura;

VI - sericultura.

§ 2º A comunicação prevista no inciso III deverá ser efetuada:

I - pelo remetente até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da efetiva saída do produto;

II - pelo contribuinte usuário do sistema eletrônico de processamento de dados, em separado, de acordo com o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, sem prejuízo das informações a serem prestadas nos termos do mencionado Convênio ICMS 57/95.

§ 3º A Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima divulgará, até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente ao do recebimento da comunicação prevista no inciso III, por meio de declaração disponível na “Internet”,

a confirmação do ingresso do produto no estabelecimento do destinatário.

§ 4º O remetente, quando verificar que a remessa por ele efetuada ao abrigo da isenção não consta da lista divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima, nos termos do parágrafo antecedente, poderá, desde que o imposto não tenha sido reclamado mediante lançamento de ofício, solicitar à referida Secretaria a instauração de procedimento para o fim de comprovar o ingresso da mercadoria no estabelecimento do destinatário.

§ 5º Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data da remessa da mercadorias sem que tenha havido a comprovação de seu ingresso no estabelecimento do destinatário, será o remetente notificado a, no prazo de 60 (sessenta) dias:

I - apresentar prova da constatação do ingresso do produto no destinatário;

II - comprovar, na falta dos documentos comprobatórios do ingresso da mercadoria no destinatário, o recolhimento do imposto e dos devidos acréscimos legais.

§ 6º Na hipótese de o remetente apresentar os documentos comprobatórios do ingresso da mercadoria no destinatário, a SEFAZ/BA deverá encaminhá-los à Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima que, no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento, prestará as informações relativas à entrada da mercadoria no estabelecimento do destinatário e à autenticidade dos documentos.

§ 7º Verificando-se, a qualquer tempo, que a mercadoria não tenha chegado ao destino ou que tenha sido comercializada pelo destinatário, antes de decorridos 5 (cinco) anos de sua remessa, fica o contribuinte que tiver dado causa a tais eventos, ainda que situado no Estado de Roraima, obrigado a recolher ao tesouro deste Estado o imposto relativo à saída no prazo de 15(quinze) dias da data da ocorrência do fato, através de DAE, caso se localize neste Estado, ou por guia nacional de recolhimentos especiais, caso se localize naquele Estado

§ 8º Não recolhido o imposto no prazo previsto no parágrafo anterior o fisco poderá exigi-lo de imediato, com multa e demais acréscimos legais devidos a partir do vencimento do prazo em que o tributo deveria ter sido pago, caso a operação não fosse efetuada com o benefício fiscal.

§ 9º Os contribuintes fornecedores deverão exigir dos contribuintes participantes do programa referido no *caput* a apresentação de inscrição distinta que será concedida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima, com vista de facilitar o controle de entrada dos produtos no Estado.

Art. 32-B. São isentas do ICMS as operações internas relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, observadas as condições fixadas em ato conjunto dos secretários da Fazenda e da Administração e desde que: (Conv. ICMS 26/03).

Nota: O art. 32-B foi acrescentado pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03), tendo sido renumerado para art. 32-B pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03).

I - o valor de oferta do produto apresente desconto no preço equivalente ao imposto dispensado e o valor líquido para pagamento, a ser indicado na nota fiscal, corresponda ao de oferta sem imposto, salvo alterações relativas a reajustes de preço autorizados pela legislação pertinente e previstos em contratos;

II - haja indicação, no respectivo documento fiscal, do valor do desconto;

III - inexista similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme atestado fornecido por órgão federal competente ou por entidade representativa do

setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

SEÇÃO III
Da Redução da Base de Cálculo, Do Crédito Presumido, Da Manutenção do Crédito,
do Diferimento e dos Demais Benefícios Fiscais

Nota: **A denominação atual da Seção III foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para acrescenta a expressão "e dos Demais Benefícios Fiscais".**

Art. 33. No tocante aos demais benefícios fiscais, observar-se-ão as disposições regulamentares pertinentes, e especialmente:

Nota: **A redação atual do art. 33 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), aperfeiçoando a redação.**

I - redução da base de cálculo: arts. 75 a 87;

II - crédito presumido: art. 96;

III - manutenção do crédito: arts. 103 a 106 (hipóteses de manutenção); arts. 107 a 110 (formas de utilização dos créditos acumulados);

IV - diferimento: arts. 342 a 351;

V - abatimento do valor do imposto a recolher à empresa que apoiar financeiramente projetos culturais aprovados pela Secretaria da Cultura e Turismo, nos termos do Decreto nº 6.152, de 2 de janeiro de 1997 (Lei nº 7.015/96 - FazCultura).

Nota: **O inciso V foi acrescentado ao art. 33 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Parágrafo único. Além dos benefícios fiscais mencionados neste artigo, cumpre observar, ainda, as hipóteses de:

I - não-incidência: arts. 6º a 9º; arts. 581 a 583;

II - suspensão da incidência: art. 341.

Art. 34. O contribuinte fará jus a todo e qualquer incentivo, estímulo, favor ou benefício fiscal que venha a ser concedido mediante convênio celebrado e ratificado na forma prevista em lei complementar.

Art. 35. O benefício fiscal previsto em convênio celebrado e ratificado na forma prevista em lei complementar tem aplicação:

I - tratando-se de convênio impositivo:

a) a partir da data prevista no próprio convênio, quando for o caso, geralmente a data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, embora possa o convênio atribuir ao benefício efeitos retroativos, ou determinar que sua aplicação se dê a partir de data futura, por ele fixada;

b) no trigésimo dia após a publicação da ratificação nacional do convênio, se este for omisso quanto à

data de sua vigência;

II - tratando-se de convênio autorizativo, a partir da vigência do ato jurídico pelo qual vier a ser introduzido na legislação interna pela unidade Federada autorizada pelo convênio a instituir o benefício.

Parágrafo único. No caso de convênio destinado a prorrogar o prazo de vigência de benefício fiscal já concedido, uma vez publicada a sua ratificação no Diário Oficial da União, sua aplicação será automática, mesmo em se tratando de benefício fiscal contemplado em convênio autorizativo.

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 35 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Art. 35-A. A fruição do benefício de redução de base de cálculo fica condicionada:

Nota: A redação atual do art. 35-A foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

Redação anterior dada ao art. 35-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos até 04/11/04:
"35-A. A fruição do benefício de redução de base de cálculo fica condicionada a que se proceda ao estorno proporcional dos créditos fiscais decorrentes da entrada da mercadoria e dos serviços tomados cuja saída ou prestação subseqüente seja beneficiada (Conv. ICMS 53/04), observado, ainda, o limite de carga tributária quando estabelecido."

I - a não-apropriação proporcional dos créditos fiscais relativos a mercadoria entrada no estabelecimento de contribuinte ou a prestação de serviços a ele feita para:

a) comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou prestação subsequente for beneficiada com a redução;

b) integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for beneficiada com a redução;

II - ao estorno proporcional dos créditos referidos no inciso anterior, se por ocasião da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço for imprevisível que a saída ou a prestação subseqüente se dará ao abrigo da redução de base de cálculo.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, deverá ser observado, quando estabelecido, o limite de carga tributária e as disposições expressas de manutenção de crédito.

CAPÍTULO VI
DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I
Dos Contribuintes

Art. 36. Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa física ou jurídica que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

§ 1º É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

Nota: A redação atual da parte inicial, do § 1º do art. 36 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 1º É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:"

I - importe mercadoria ou bem do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 36 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"I - importe mercadoria ou bem do exterior, ainda que os destine ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente do seu estabelecimento;".

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - adquira ou arremate em licitação mercadoria ou bem apreendidos ou abandonados;

IV - adquira de outra unidade da Federação lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo e energia elétrica, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00).

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 36 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*IV - adquira de outra unidade da Federação energia elétrica e petróleo, bem como lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração.*".

§ 2º Incluem-se entre os contribuintes:

I - o industrial, o comerciante, o produtor rural, o gerador de energia e o extrator de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis;

II - o prestador de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal, inclusive tratando-se de empresa concessionária ou permissionária de serviço público de transporte;

III - o prestador de serviços de comunicação, inclusive tratando-se de concessionário ou permissionário de serviço público de comunicação;

IV - a concessionária ou permissionária de serviço público de energia elétrica;

V - a cooperativa;

VI - a sociedade civil de fim econômico;

VII - a sociedade civil de fim não econômico que explore estabelecimento de extração de substância mineral ou fóssil, de produção agropecuária ou industrial, ou que comercialize mercadorias que para esse

fim adquira ou produza;

VIII - os órgãos da administração pública, as entidades da administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público que pratiquem operações ou prestações de serviços relacionadas com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas a que estejam sujeitos os empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas;

IX - a instituição financeira e a seguradora;

X - o prestador de serviço não compreendido na competência tributária dos Municípios, que envolva fornecimento de mercadoria;

XI - o prestador de serviço compreendido na competência tributária dos Municípios, que envolva fornecimento de mercadoria com incidência do ICMS indicada em lei complementar;

XII - o restaurante, bar, café, lanchonete, cantina, hotel e estabelecimentos similares que efetuem o fornecimento de alimentação, bebidas ou outras mercadorias;

XIII - os partidos políticos e suas fundações, os templos de qualquer culto, as entidades sindicais de trabalhadores, as instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, que realizem operações ou prestações não relacionadas com suas finalidades essenciais;

XIV - qualquer pessoa ou entidade mencionada nos incisos anteriores que, na condição de consumidor ou usuário final, adquira bens ou serviços em operação ou prestação interestadual.

Art. 37. Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento comercial, industrial, extrator, importador, produtor, gerador de energia ou prestador de serviço de transporte ou de comunicação, do mesmo titular, ainda que as atividades sejam integradas ou desenvolvidas no mesmo local.

Parágrafo único. Tratando-se de veículo, observar-se-á o disposto no art. 43.

Art. 38. O produtor rural e o extrator equiparam-se:

I - a comerciante ou a industrial, sendo constituído como pessoa jurídica;

II - a industrial, se industrializa a própria produção agropecuária ou extrativa;

III - a comerciante, se comercializa seus produtos fora do estabelecimento produtor ou extrator.

SEÇÃO II
Dos Responsáveis por Solidariedade

Art. 39. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:

I - os transportadores em relação às mercadorias:

a) que entregarem a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal correspondente;

b) procedentes de outra unidade da Federação sem destinatário certo no território baiano;

c) que forem negociadas no território baiano durante o transporte;

d) que aceitarem para transporte ou que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea;

e) que entregarem ao destinatário sem a comprovação do pagamento do imposto devido por antecipação tributária, quando assumirem a condição de fiel depositário;

Nota: A alínea "e" foi acrescentada ao inciso I do art. 39 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

II - os armazéns gerais e os depositários a qualquer título:

a) nas saídas de mercadorias depositadas neste Estado por contribuinte de outra unidade da Federação;

b) nas transmissões da propriedade de mercadorias depositadas neste Estado por contribuinte de outra unidade da Federação;

c) quando receberem para depósito ou quando derem saída de mercadorias sem a documentação fiscal exigível ou com documentação fiscal inidônea;

III - o entreposto aduaneiro, o armazém alfandegado ou, conforme o caso, a empresa comercial exportadora, inclusive "trading", o consórcio de exportadores ou de fabricantes formado para fins de exportação ou qualquer outro estabelecimento, ainda que da mesma empresa, que tenham efetuado:

a) saída de mercadoria para o exterior sem a documentação fiscal correspondente;

b) saída de mercadoria estrangeira com destino ao mercado interno sem a documentação fiscal correspondente, ou com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou adquirido, ou destinada a contribuinte não localizado;

c) reintrodução no mercado interno de mercadoria recebida com o fim específico de exportação;

IV - o leiloeiro, o comissário, o síndico, o liquidante e o inventariante, em relação às operações sujeitas ao pagamento do imposto, realizadas por seu intermédio em leilões, concordatas, falências, liquidações, inventários e arrolamentos;

V - qualquer pessoa física ou jurídica, em relação às mercadorias que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega desacompanhadas da documentação fiscal exigível ou com documentação fiscal inidônea;

VI - o representante, o mandatário e o gestor de negócios, em relação às operações feitas por seu intermédio;

VII - os estabelecimentos beneficiadores ou industrializadores, nas saídas de mercadorias recebidas para beneficiamento ou industrialização, quando destinadas a pessoa ou a estabelecimento que não sejam os de origem;

VIII - o adquirente em relação às mercadorias saídas de estabelecimento de produtor ou extrator não inscrito no cadastro estadual;

IX - as empresas interdependentes, nos casos de falta de pagamento do imposto pelo contribuinte, em relação às operações ou prestações em que intervierem ou em decorrência de omissão de que forem responsáveis;

X - os condomínios e os incorporadores em relação às mercadorias ou bens neles encontrados desacompanhados da documentação fiscal exigível ou com documentação fiscal inidônea;

XI - a empresa de transporte e a de comunicação cobradora do serviço, mediante convênio entre este Estado e as demais unidades da Federação, em relação à prestação efetivada por mais de uma empresa.

XII - o fabricante de equipamentos de controle fiscal, o credenciado pela Secretaria da Fazenda a neles intervir, ou qualquer pessoa ou empresa que disponibilizar equipamentos de controle fiscal que

possibilitem ao usuário a alteração indevida de valores neles registrados (Lei nº 7.667/00);

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 39 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

XIII - qualquer pessoa ou empresa que forneça, divulgue ou utilize programa de processamento de dados que permita ao contribuinte a alteração indevida de valores registrados em equipamentos de controle fiscal (Lei nº 7.667/00);

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 39 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

XIV - O contribuinte substituído que realizar operação interestadual com combustíveis derivados do petróleo e com álcool etílico anidro combustível - AEAC, será responsável solidário pelo recolhimento do imposto devido à unidade federada de destino, inclusive seus acréscimos legais, se este não tiver sido objeto de retenção e recolhimento, por qualquer motivo, ou se a operação não tiver sido informada ao responsável pelo repasse, conforme determinado nos Capítulos III e IV do Conv. ICMS 03/99.

Nota: O inciso XIV foi acrescentado ao art. 39 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

§ 1º Para os efeitos do inciso IX, consideram-se interdependentes duas ou mais empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, conjunta ou isoladamente, for titular de mais de 50% do capital da outra;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III - uma delas locar ou transferir à outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

§ 2º Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 3º A responsabilidade prevista neste artigo não exclui a do contribuinte, facultando-se ao fisco exigir o crédito tributário de qualquer um ou de ambos os sujeitos passivos.

§ 4º O responsável por solidariedade sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvado, quanto ao síndico e ao comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

SEÇÃO III
Dos Responsáveis por Substituição

Art. 40. São sujeitos passivos por substituição as pessoas que se enquadrarem nas situações:

I - do art. 349, nos casos de substituição tributária por diferimento;

II - dos arts. 353 e 380, nos casos de substituição tributária por antecipação.

SEÇÃO IV

Do Estabelecimento

Art. 41. Para os efeitos deste Regulamento, estabelecimento é o local público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoa física ou jurídica exerça toda ou parte de sua atividade geradora de obrigação tributária, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenamento de mercadorias ou bens relacionados com o exercício daquela atividade.

Parágrafo único. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local onde for ou onde tiver sido efetuada a operação ou prestação, onde for encontrada a mercadoria ou onde for constatada a prestação.

Art. 42. Considera-se autônomo cada estabelecimento produtor, extrator, beneficiador, gerador, industrial, comercial, importador ou prestador de serviços de transporte ou de comunicação do mesmo titular.

Art. 43. Considera-se também estabelecimento autônomo o veículo de qualquer espécie utilizado:

I - nas operações de comércio ambulante, salvo quando o comércio ambulante for exercido em conexão com o estabelecimento fixo de contribuinte deste Estado, caso em que o veículo transportador será considerado uma extensão ou dependência daquele estabelecimento, nas operações internas;

II - na circulação de mercadorias sem destinatário certo, neste Estado, feita por contribuinte de outra unidade da Federação;

III - na captura de pescados;

IV - na prestação de serviço de transporte, não sendo o proprietário inscrito no cadastro estadual.

Art. 44. Quando a área de um imóvel rural:

I - abranger o território de mais de um Município deste Estado, considerar-se-á o contribuinte circunscrito no Município em que estiver situada a maior área da propriedade;

II - abranger parte do território baiano e parte do território de outra unidade da Federação, considerar-se-á estabelecimento autônomo a parte localizada na Bahia.

Art. 45. É de responsabilidade do respectivo titular a obrigação tributária atribuída pela legislação ao estabelecimento.

Art. 46. Todos os estabelecimentos pertencentes a uma mesma pessoa física ou jurídica serão considerados em conjunto, para efeito de responsabilidade por débitos do imposto, acréscimos e multas de qualquer natureza.

CAPÍTULO VII
DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

SEÇÃO I
Do Local da Operação

Art. 47. O local da operação relativa à circulação de mercadorias ou bens, para efeito de cobrança do ICMS e da definição do estabelecimento responsável, é:

I - o do estabelecimento onde se encontre a mercadoria ou bem no momento da ocorrência do fato gerador;

II - o do lugar onde se encontre a mercadoria ou bem:

a) quando em situação fiscal irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhados de

documentação inidônea;

b) quando procedente de outra unidade da Federação sem destinatário certo;

III - o do estabelecimento, neste Estado, que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País, quando esta não tiver transitado pelo estabelecimento e se achar em poder de terceiro, considerando-se irrelevante o local onde se encontrar, sendo que o disposto neste inciso não se aplica no caso de mercadoria recebida de contribuinte de unidade da Federação diversa daquela do depositário, mantida em regime de depósito;

IV - o da situação do estabelecimento transmitente, no caso de ulterior transmissão da propriedade de mercadoria que tenha saído do estabelecimento em operação não tributada;

V - o da situação do estabelecimento depositante, no caso de posterior saída de armazém geral ou de depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, com destino a terceiro;

VI - o do armazém geral ou do depósito fechado, tratando-se de operação com mercadoria cujo depositante esteja situado fora do Estado;

VII - o da unidade da Federação onde estiver localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo e com energia elétrica, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração;

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 47 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*VII - o da unidade da Federação onde esteja localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica, com petróleo e com lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração;*".

VIII - o do estabelecimento que houver feito a extração do ouro, neste Estado, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial, ou na operação em que vier a perder tal condição, mesmo que esta operação ocorra em outra unidade da Federação, observado o seguinte:

a) o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deverá ter sua origem identificada, considerando-se, na sua ausência, como local da operação o do estabelecimento onde se encontrar no momento da ocorrência do fato gerador (Conv. ICM 66/88);

b) quando a operação em que o ouro deixar de ser considerado ativo financeiro ou instrumento cambial ocorrer em unidade da Federação diversa daquela onde o ouro tiver sido extraído, o imposto devido à unidade da Federação de origem será recolhido mediante Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso VIII do art. 47 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"b) quando a operação em que o ouro deixar de ser considerado ativo financeiro ou instrumento cambial ocorrer em unidade da Federação diversa daquela onde o ouro tiver sido extraído, o imposto devido à unidade da Federação de origem será recolhido mediante a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos

Estaduais (GNR);"

IX - o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos ou moluscos;

X - o do estabelecimento onde ocorra a entrada física da mercadoria ou bem importados do exterior;

XI - o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido, no caso de mercadoria ou bem importados do exterior;

XII - aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

XIII - o deste Estado, em relação às operações realizadas em sua plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva;

XIV - o do estabelecimento que adquira, em operação interestadual, mercadoria ou bem para uso, consumo ou ativo permanente, relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas;

XV - nas hipóteses do § 1º do art. 2º, o do estabelecimento ali indicado.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso V, quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, na mesma unidade da Federação, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

SEÇÃO II
Do Local da Prestação do Serviço de Transporte

Art. 48. O local da prestação do serviço de transporte, para efeito de cobrança do ICMS e da definição do estabelecimento responsável, é:

I - o do lugar onde tenha início a prestação de serviço interna ou interestadual, observadas as seguintes situações especiais:

a) no caso de transporte de passageiros, sendo a venda dos Bilhetes de Passagem efetuada em outra unidade da Federação, considera-se local da prestação o da unidade federada onde se inicie a prestação do serviço (Conv. ICMS 25/90);

b) considera-se local de início da prestação de serviço de transporte de passageiros aquele onde se inicie trecho de viagem indicado no Bilhete de Passagem, exceto, no transporte aéreo, nos casos de escalas ou conexões (Conv. ICMS 25/90);

c) não caracterizam o início de nova prestação de serviço de transporte os casos de transbordos de carga, de turistas, de pessoas ou de passageiros, realizados por empresa transportadora, nos termos do art. 641;

d) se o serviço de transporte iniciado no exterior for efetuado por etapas, a que tiver origem em território baiano constituir-se-á como início de nova prestação, desde que tenha natureza interestadual ou intermunicipal, com início e fim no território nacional, salvo em se tratando de transporte intermodal ou de mero transbordo;

e) na prestação de serviço de transporte sujeita a retenção do imposto pelo responsável, considera-se local da prestação o do estabelecimento do sujeito passivo por substituição;

f) na remessa de vasilhame, recipiente ou embalagem, inclusive sacaria e assemelhados, para acondicionamento de mercadoria, quando sujeita a retorno com a mercadoria que acondicionou ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome, considera-se local de início da prestação do serviço de transporte, na remessa e no retorno, aquele onde for iniciada cada uma

dessas prestações (Conv. ICMS 120/89);

II - onde se encontre o veículo transportador, quando em situação fiscal irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal inidônea;

III - o deste Estado, em relação às prestações iniciadas em sua plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva;

IV - o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário, tratando-se de serviço iniciado no exterior;

V - o do estabelecimento destinatário do serviço, neste Estado, no caso de utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüente, relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas.

SEÇÃO III
Do Local da Prestação do Serviço de Comunicação

Art. 49. O local da prestação interna, interestadual ou internacional de serviço de comunicação, para efeito de cobrança do ICMS e da definição do estabelecimento responsável, é:

I - o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação e recepção do serviço;

II - o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão ou assemelhados com que o serviço seja pago;

III - o do estabelecimento destinatário ou receptor do serviço, neste Estado, no caso de utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüente, relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas;

IV - o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário, tratando-se de serviço prestado ou iniciado no exterior;

IV-A - o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00);

Nota: O inciso IV-A foi acrescentado ao art. 49 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

V - onde seja cobrado o serviço, nos demais casos.

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 47 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*VII - o da unidade da Federação onde esteja localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica, com petróleo e com lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração;*".

§ 1º Nas prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações a outras operadoras relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do

art. 569 (Conv. ICMS 31/01).”

Nota: A redação atual do § 1º do art. 49 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 01/08/01.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 49, tendo sido renumerado para § 1º pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/07/01:
"§ 1º Nas prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do art. 569."

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 49 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.
"Parágrafo único. Nas prestações de serviços de telecomunicações realizadas mediante cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, observar-se-á, ainda, o disposto no § 1º do art. 569."

Redação originária:
"Parágrafo único. Nas prestações de serviços de telecomunicações, observar-se-á o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 569, conforme se trate de:
I - cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras;
II - serviços internacionais tarifados e cobrados no Brasil;
III - serviços móveis de telecomunicações;
IV - serviços não medidos, cobrados por período, envolvendo mais de uma unidade da Federação.".

§ 2º Tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizadas o prestador e o tomador (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00).

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 49 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 31/10/00.

CAPÍTULO VIII
DAS ALÍQUOTAS

SEÇÃO I
Das Alíquotas Comuns Aplicáveis às Operações e Prestações

Art. 50. As alíquotas do ICMS são as seguintes:

I - 17%, exceto nas hipóteses de que cuida o artigo subseqüente:

a) nas operações e prestações internas, em que os remetentes ou prestadores e os destinatários das mercadorias, bens ou serviços estejam situados neste Estado;

b) nas operações e prestações em que os destinatários das mercadorias ou os tomadores dos serviços estejam localizados em outra unidade da Federação e não sejam contribuintes do imposto;

c) nas entradas, no território deste Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo de outra unidade da Federação, quando não destinados à comercialização, industrialização, produção, geração ou extração (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00);

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso I, do art. 49 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"c*) nas entradas, no território deste Estado, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo oriundos de outra unidade da Federação, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração;*".

d) nas operações de importação de mercadorias ou bens do exterior;

e) nas operações de arrematação de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

f) nas prestações de serviços de transporte iniciadas no exterior, vinculadas a contrato de transporte internacional;

g) nas prestações de serviços de comunicação iniciadas ou prestadas no exterior;

II - 12%, nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias, bens ou serviços de transporte ou de comunicação a contribuintes do imposto;

III - para as prestações de serviço de transporte aéreo:

a) revogada

Nota: A alínea "a" foi revogada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 11/12/97.

Redação originária:
"a) 12% (Conv. 120/96):
1 - nas prestações internas;
2 - nas prestações interestaduais de pessoa, carga e mala postal, quando tomadas por não contribuintes do ICMS ou a estes destinadas;".

b) 4%, nas prestações interestaduais de transporte aéreo de passageiro, carga e mala postal, quando tomadas por contribuintes ou a estes destinadas, a partir de 01/1/97 (Resolução nº 95/96 do Senado Federal).

§ 1º No retorno de mercadoria depositada por estabelecimento de outra unidade da Federação, a alíquota aplicável será a mesma adotada quando da remessa para depósito neste Estado.

§ 2º Para efeito de aplicação da alíquota, consideram-se operações internas o abastecimento de combustíveis, o fornecimento de lubrificantes, a venda de componentes e o emprego de partes, peças e outras mercadorias no conserto ou reparo de veículo de fora do Estado em trânsito pelo território baiano, quando pertencente a transportador autônomo.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 50 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para aperfeiçoar o texto e acrescentar a expressão "quando pertencente a transportador autônomo".

§ 3º Tratando-se de mercadoria ou serviço de transporte em situação fiscal irregular, a aplicação da alíquota interna ou da interestadual atenderá aos critérios do inciso VII do art. 632.

§ 4º Prevalecerão sobre as alíquotas estipuladas neste artigo aquelas que vierem a ser estabelecidas em resolução do Senado Federal.

§ 5º Somente será aplicada a alíquota de 12% nas operações e prestações interestaduais destinadas a empresa de construção civil contribuinte do ICMS se esta fornecer ao remetente cópia reprográfica devidamente autenticada do "Atestado de Condição de Contribuinte do ICMS", conforme modelo anexo ao Convênio ICMS 137/02, que terá validade de até 1 (um) ano (Conv. ICMS 137/02).

Nota: **O § 5º foi acrescentado ao art. 50 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/11/02.**

SEÇÃO II
Das Alíquotas Especiais Aplicáveis às Operações com Produtos da Cesta Básica, às Operações com Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Ambulantes, e às Operações e Prestações Relativas a Mercadorias e Serviços Considerados Supérfluos

Nota: A redação atual do Título desta Seção foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"SEÇÃO II
Das Alíquotas Especiais Aplicáveis às Operações com Produtos da Cesta Básica, às Operações com Microempresas e às Operações e Prestações Relativas a Mercadorias e Serviços Considerados Supérfluos".

Art. 51. Não se aplicará o disposto no inciso I do artigo anterior, quando se tratar das mercadorias e dos serviços a seguir designados, cujas alíquotas são as seguintes:

I - 7% nas operações com:

a) arroz, feijão, milho, macarrão, sal de cozinha, farinha e fubá de milho e farinha de mandioca;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso I do art. 51 foi dada pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação originária, efeitos até 31/12/01:
"a) arroz, feijão, milho, café torrado ou moído, macarrão, sal de cozinha, farinha e fubá de milho e farinha de mandioca;"

b) revogada;

Nota: A alínea "b", do inciso I, do art. 51 foi revogada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*b) gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino, inclusive os produtos comestíveis resultantes do seu*

abate, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos ou salgados, inclusive charque;".

c) mercadorias saídas de quaisquer estabelecimentos industriais situados neste Estado cujo imposto seja calculado pelo regime normal de apuração, destinadas a microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, quando inscritas como tais no cadastro estadual, exceto em se tratando de mercadorias efetivamente enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353, II e IV) e de mercadorias consideradas supérfluas (alíneas "a" a "j" do inciso II do presente artigo);

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso I do art. 51 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I do art. 51 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"c) mercadorias saídas de quaisquer estabelecimentos industriais situados neste Estado cujo imposto seja calculado pelo regime normal de apuração, destinadas a microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, quando inscritas como tais no cadastro estadual, exceto em se tratando de mercadorias efetivamente enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353, II, III e IV) e de mercadorias consideradas supérfluas (alíneas "a" a "j" do inciso II do presente artigo);"

Redação originária:
"*c) mercadorias saídas de quaisquer estabelecimentos industriais situados neste Estado e destinadas a microempresas industriais, microempresas comerciais varejistas ou microempresas ambulantes, quando inscritas no cadastro estadual, bem como nas operações subseqüentes com as mesmas mercadorias realizadas por microempresas comerciais varejistas ou por microempresas ambulantes, exceto em se tratando das mercadorias efetivamente enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353, II, III e IV) e das mercadorias consideradas supérfluas (alíneas "a" a "j" do inciso II do presente artigo);".*

II - 25% nas operações e prestações relativas a:

a) fumo (tabaco) e seus derivados manufaturados:

1 - cigarros - NCM 2402.20.00 -, exceto cigarros feitos a mão (produção caseira) e cigarros não contendo fumo (NCM 2402.90.00);

2 - cigarrilhas - NCM 2402.10.00;

3 - charutos - NCM 2402.10.00;

4 - fumos industrializados, compreendendo fumo picado, desfiado, migado ou em pó, aromatizados ou não - NCM 2403.10.00 - exceto: fumo total ou parcialmente destalado (NCM 2401.20) ou não destalado (NCM 2401.10), fumo curado (NCM 2401.10 e 2401.20), fumo em corda ou em rolo (NCM 2403.10. 00), fumo homogeneizado ou reconstituído (NCM 2403.91.00), extratos e molhos de fumo (NCM 2403.99.10), rapé (NCM 2403.99.90) e desperdícios de fumo (NCM 2401.30.00);

b) bebidas alcoólicas (exceto cervejas, chopes, aguardentes de cana ou de melaço e outras aguardentes simples), a saber:

1 - vinhos enriquecidos com álcool, inclusive champanha, mostos de uvas com adição de álcool, mistelas - NCM 2204;

2 - vermutes e outros vinhos de uvas frescas aromatizados por plantas ou por substâncias aromáticas (quinados, gemados, mistelas) - NCM 2205;

3 - aguardentes de vinho ou de bagaço de uvas (conhaque, pisco, bagaceira ou graspa) - NCM 2208.20.00;

4 - uísque - NCM 2208.30;

5 - rum e tafiá - NCM 2208.40.00 -, exceto aguardente de cana (caninha), aguardente de melaço (cachaça), aguardente simples de agave ou de outras plantas (tequila e semelhantes), aguardente simples de frutas (de cidra, de ameixa, de cereja, etc.) e outras aguardentes simples;

6 - aguardentes compostas de alcatrão, de gengibre, de cascas, de folhas, de polpas, de raízes ou de óleos ou essências naturais ou artificiais, e aperitivos amargos - NCM 2208.90.00;

7 - gim e genebra - NCM 2208.50.00;

8 - vodca - NCM 2208.60.00;

9 - licores e batidas - NCM 2208.70.00;

c) ultraleves e suas partes e peças:

1 - planadores e asas voadoras (asas-delta) - NCM 8801.10.00;

2 - balões e dirigíveis - NCM 8801.90.00;

3 - partes e peças dos veículos e aparelhos indicados nos itens anteriores - NCM 8803;

d) embarcações de esporte e recreio, e artigos ou equipamentos aquáticos para divertimento ou esporte:

1 - barcos infláveis - NCM 8903.10.00;

2 - barcos a remos e canoas - NCM 8903.99.00;

3 - barcos a vela, mesmo com motor auxiliar - NCM 8903.91.00;

4 - barcos a motor - NCM 8903.92.00 e 8903.99.00;

5 - iates - NCM 8903.9;

6 - esquis aquáticos ou jet-esquis - NCM 9506.29.00;

7 - pranchas de surfe - NCM 9506.29.00;

8 - pranchas a vela - NCM 9506.21.00;

e) óleo diesel, gasolina automotiva (NCM 2710.11.59) e álcool etílico anidro combustível (AEAC);

Nota: **A redação atual da alínea "e", do inciso II do art. 51 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.**

Redação anterior dada à alínea "e", do inciso II do art. 51 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos de 13/04/04 a 30/09/05:
"e) óleo diesel, gasolina automotiva (NCM 2710.11.59) e álcool;"

Redação anterior dada à alínea "e", do inciso II do art. 51 pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04):
"e) óleo diesel, gasolina e álcool;"

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "e", do inciso II do art. 51 pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03), efeitos de 16/09/03 a 05/01/04
"1 - gasolina automotiva - NCM 2710.11.59;"

Redação anterior dada a parte inicial da alínea "e", do inciso II do art. 51 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos de 01/01/03 a 05/01/04:
"e) óleo diesel, gasolina e álcool, para fins carburantes (uso automotivo):"

Redação originária:
"e) gasolina e álcool, para fins carburantes (uso automotivo): (efeitos até 31/12/02)
1 - gasolina automotiva - NCM 2710.00.29; ((efeitos até 15/09/03)
2 - álcool etílico (etanol) anidro ou hidratado - NCM 2207.10.00 e 2207.20.10;" (efeitos até 05/01/04)

f) revogada

Nota: A alínea "f", do inciso II do art. 51 foi revogada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"f) armas e munições, exceto as destinadas às Polícias Civil e Militar e às Forças Armadas:
1 - armas de fogo (por deflagração da pólvora) e armas de ar comprimido, de mola ou de gás para defesa pessoal, de tiro-ao-alvo ou de caça, inclusive revólveres, pistolas, espingardas e carabinas, ainda que destinados a tiro de festim (sem bala) ou com êmbolo cativo para abater animais - NCM 9301 a 9304;
2 - munições para as armas do item anterior - NCM 9306;"

g) jóias (exceto artigos de bijuteria ou “michelin”):

1 - de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos - NCM 7113 e 7114;

2 - de pérolas naturais ou cultivadas, de pedras preciosas ou semipreciosas, de pedras sintéticas ou reconstituídas - NCM 7116;

h) perfumes (extratos) e águas-de-colônia, inclusive colônia e deocolônia - NBM/SH 3303.00.10 e 3303.00.20 -, exceto: lavanda (NBM/SH 3303), seiva-de-alfazema (NBM/SH 3303), óleos essenciais (NBM/SH 3301), substâncias odoríferas e suas preparações (NBM/SH 3302), preparações para barbear (NBM/SH 3307.10.00), desodorantes corporais simples e antiperspirantes (NBM/SH 3307.20.0100), sais perfumados para banhos (NBM/SH 3307.30.00), preparações para perfumar ou desodorizar ambientes (NBM/SH 3307.4), sachês, depilatórios e papéis perfumados (NBM/SH 3307.90.00), produtos de beleza, cosméticos e artigos de maquilagem, inclusive bronzeadores, anti-solares e produtos para manicuros e pedicuros (NBM/SH 3304), xampus, laquês e outras preparações capilares (NBM/SH 3305);

Nota: A redação atual da alínea "h", do inciso II do art. 51 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98) para aperfeiçoamento do texto.

i) energia elétrica - NCM 2716;

j) pólvoras, explosivos, artigos de pirotecnia e outros materiais inflamáveis (exceto dinamite e explosivos para emprego na extração mineral ou na construção civil, foguetes de sinalização, foguetes e cartuchos

contra granizo e semelhantes, fogos de artifício e fósforos), a saber:

1 - pólvoras propulsivas - NCM 3601;

2 - explosivos preparados - NCM 3602;

3 - estopins ou rastilhos, cordéis detonantes, cápsulas fulminantes, escorvas, espoletas, detonadores elétricos - NCM 3603;

4 - bombas, petardos, busca-pés, estalos de salão e outros fogos semelhantes, foguetes, cartuchos - NCM 3604.90.90;

l) serviços de radiodifusão sonora e de som e imagem, telefonia, telex, fax e outros serviços de telecomunicações, inclusive serviço especial de televisão por assinatura.

III - 12% (doze por cento):

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 51 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos a partir de 01/04/02.

a) nas operações com caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões e para veículos da posição 8702, para ônibus e para microônibus compreendidos nas seguintes posições da NBM/SH: 8701.20.00, 8702.10.00, 8704.21 (exceto caminhão de peso em carga máxima igual ou inferior a 3,9 ton), 8704.22, 8704.23, 8704.31 (exceto caminhão de peso em carga máxima igual ou inferior a 3,9 ton), 8704.32, 8706.00.10 e 8706.00.90;

b) nas operações com veículos novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos) relacionados no item 18, do inciso II, do art. 353.

c) nas operações com veículos novos motorizados classificados na posição 8711 da NBM/SH.

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso III do art. 51 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos a partir de 01/01/03.

IV - 38% (trinta e oito por cento) nas operações com armas e munições, exceto as destinadas às Polícias Civil e Militar e às Forças Armadas.

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 51 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

§ 1º Para efeito e como condição de aplicação da alíquota de 7%, em função do previsto na alínea "c" do inciso I deste artigo:

I - equipara-se a estabelecimento industrial a filial atacadista que exerça o comércio de produtos industrializados por outro estabelecimento da mesma empresa;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 51 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:

"I - considera-se microempresa industrial, microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante aquela que corresponder às especificações contidas, respectivamente, no art. 383 e nos incisos I e II do art. 393;

II - o estabelecimento industrial ou a este equiparado na forma do inciso anterior obriga-se a repassar para o adquirente, sob a forma de desconto, o valor aproximadamente correspondente ao benefício resultante da adoção da alíquota de 7% em vez da de 17%, devendo a redução constar expressamente no respectivo documento fiscal.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 51 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"II - o estabelecimento industrial remetente obriga-se a repassar para a microempresa adquirente, sob a forma de desconto, o valor aproximadamente correspondente ao benefício resultante da adoção da alíquota de 7% em vez da de 17%, devendo a redução constar expressamente no respectivo documento fiscal.".

§ 2º Revogado

Nota: O § 2º do art. 51 foi revogado pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada à parte inicial do incisos I e ao inciso II, do § 2º do art. 51 pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 20/01/4:
"I - não se aplicará a alíquota de 27% (vinte e sete por cento), e sim de 17% (dezessete por cento), quando o álcool for destinado:
II - a adoção da alíquota de 17% (dezessete por cento) em vez de 27% (vinte e sete por cento), relativamente às hipóteses elencadas nas alíneas "a" e "b" do inciso anterior, é condicionada a que o adquirente obtenha, previamente, autorização do Inspetor Fazendário de sua circunscrição, mediante requerimento em que declare o preenchimento dos requisitos previstos no inciso precedente, devendo o número do respectivo processo ser informado no documento fiscal que acobertar a operação;"

Redação originária:
"§ 2º Relativamente às operações com álcool etílico (etanol) anidro ou hidratado, observar-se-á o seguinte: (efeitos até 20/01/04)
I - não se aplicará a alíquota de 25%, e sim de 17%, quando o álcool for destinado: (efeitos até 31/12/01)
a) a estabelecimento industrial, para utilização como matéria-prima ou produto intermediário; (efeitos até 20/01/04)
b) a empresa que apenas adquira álcool para engarrafamento ou envasilhamento; (efeitos até 20/01/04)
c) a uso doméstico, laboratorial, farmacêutico ou hospitalar, inclusive para fins de limpeza ou assepsia, em embalagens não superiores a 50 litros; (efeitos até 20/01/04)
II - a adoção da alíquota de 17% em vez de 25%, relativamente às hipóteses elencadas nas alíneas "a" e "b" do inciso anterior, é condicionada a que o adquirente obtenha, previamente, autorização do Inspetor Fazendário de sua circunscrição, mediante requerimento em que declare o preenchimento dos requisitos previstos no inciso precedente, devendo o número do respectivo processo ser informado no documento fiscal que acobertar a operação; (efeitos até 31/12/01)
III - para os casos das alíneas "a" e "b" do inciso I deste parágrafo, a fiscalização do trânsito deverá fazer a substituição da Nota Fiscal de origem por Nota Fiscal Avulsa, remetendo aquela à repartição do domicílio do destinatário, para verificação futura." (efeitos até 20/01/04)

§ 3º Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso I deste artigo, considera-se, desde que não se apresente sob a forma de massa fresca ou com preparo, tempero ou cozimento de qualquer espécie:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 51 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada a alínea "b", do § 3º do art. 51 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), para adequar entendimento estabelecido pela Instrução Normativa nº 71/94 de 12/04/1994:
"*b) fubá de milho: fubá de milho propriamente dito, fubá ou flocos de milho pré-cozido, creme de milho e flor de milho."*

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 51 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), cujo entendimento já havia sido estabelecido através da Instrução Normativa nº 05/94 de 06/01/94:
"*§ 3º Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso I deste artigo, considera-se, desde que não se apresente sob a forma de massa fresca ou com preparo, tempero ou cozimento de qualquer espécie:*
a) macarrão: macarrão propriamente dito, massas para sopa, espaguete, talharim e massas para lasanha, todos de farinha de trigo;
b) fubá de milho: fubá de milho propriamente dito, creme de milho e flor de milho".

I - macarrão, (preparado com farinha de trigo):

a) macarrão propriamente dito;

b) massas para sopa;

c) espaguete;

d) talharim;

e) massas para lasanha;

II - fubá de milho:

a) fubá de milho propriamente dito;

b) fubá ou flocos de milho pré-cozido;

c) creme de milho;

d) flor de milho.

§ 4º Revogado

Nota: O § 4º do art. 51 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02)

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 51 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos de 01/04/02 a 31/12/02.
"§ 4º Para a aplicação da alíquota de 12%, nas operações previstas na alínea "b" do inciso III deste artigo, quando as aquisições se destinarem para revenda, deverão ser observadas as seguintes condições:
I - o contribuinte substituído deverá manifestar-se expressamente pela adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, mediante celebração de Termo de Acordo com o fisco estadual, que estabelecerá as condições para operacionalização dessa sistemática de tributação, especialmente quanto

à fixação da base de cálculo do ICMS;
II - o contribuinte substituído, não poderá utilizar qualquer crédito fiscal para compensação de imposto, sob alegação de diferença entre o preço fixado como base de cálculo e o preço efetivamente praticado."

Art. 51-A. Durante o período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2010, as alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 50, com as mercadorias e serviços a seguir indicados, serão acrescidas de dois pontos percentuais, passando a ser:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 51-A foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação anterior dada ao art. 51-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"Art. 51-A. Durante o período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2010, as alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 50 serão acrescidas de dois pontos percentuais, passando a ser:"

I - 19% (dezenove por cento), nas operações com cerveja e chope;

Nota: **A redação atual do inciso I do *caput* do art. 51-A foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.**

Redação anterior dada ao inciso I do *caput* do art. 51-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"I - 19% (dezenove por cento), nas operações com cerveja e chope;"

II - 27% (vinte e sete por cento) nas operações e prestações com os produtos e serviços relacionados no inciso II do artigo anterior.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 51-A foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 51-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos até 31/12/01:
"II - 27% (vinte e sete por cento) nas operações e prestações com os produtos e serviços relacionados no inciso II deste artigo."

III - 40% (quarenta por cento) nas operações com os produtos relacionados no inciso IV do artigo anterior.

Nota: **O inciso III foi acrescentado ao art. 51-A pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo nas operações com óleo diesel, cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II e III pela legislação federal do IPI, no fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo residencial inferior a 150 kwh mensais e nas prestações de serviços de telefonia prestados mediante ficha ou cartão.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 51-A foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 1º do art. 51-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos até 30/12/02:
"§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo nas operações com cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II e III pela legislação federal do IPI, no fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo residencial inferior a 150 kwh mensais e nas prestações de serviços de telefonia prestados mediante ficha ou cartão.".

§ 2º O recolhimento do imposto correspondente aos dois pontos percentuais adicionais a que se refere este artigo será efetuado em conta corrente específica vinculada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista em ato do Secretário da Fazenda.

Nota: A Portaria nº 133, de 07/02/02, DOE de 08/02/01, dispõe sobre o recolhimento, em separado, do ICMS Vinculado ao *Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.*

CAPÍTULO IX
DA BASE DE CÁLCULO

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 52. O montante do ICMS integra a sua própria base de cálculo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica, também, na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 52 pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Art. 53. Sendo o valor da operação ou prestação fixado em moeda estrangeira, observar-se-á, no que couber, o disposto no § 1º do art. 58 e no § 3º do art. 66.

Art. 54. No tocante aos acréscimos e aos descontos relativos ao valor das operações ou prestações, observar-se-á o seguinte:

I - incluem-se na base de cálculo do ICMS:

a) nas operações e prestações internas e interestaduais, todas as importâncias que representarem despesas acessórias, seguros, juros e quaisquer outros acréscimos ou vantagens pagos, recebidos ou debitados pelo contribuinte ao destinatário das mercadorias ou ao tomador dos serviços, inclusive o valor das mercadorias fornecidas ou dos serviços prestados a título de bonificação;

b) o valor do frete relativo a transporte intramunicipal, intermunicipal ou interestadual, caso o transporte seja efetuado pelo próprio vendedor ou remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado;

c) o valor do IPI:

1 - nas saídas efetuadas por contribuinte do imposto federal com destino a consumidor ou usuário final, a

estabelecimento prestador de serviço de qualquer natureza não considerado contribuinte do ICMS, ou para uso, consumo ou ativo imobilizado de estabelecimento de contribuinte;

2 - nas devoluções de mercadorias, caso na aquisição ou recebimento tiver o imposto federal integrado a base de cálculo do ICMS;

d) o montante dos tributos federais e das despesas aduaneiras, nas operações de importação (art. 58);

e) a importância cobrada a título de serviço, nas operações de fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviço não compreendido na competência tributária dos Municípios (art. 59, II);

II - serão deduzidos da base de cálculo os descontos constantes no documento fiscal, desde que não concedidos sob condição, assim entendidos os que estiverem sujeitos a eventos futuros e incertos;

III - ocorrendo reajustamento do preço da operação ou prestação, a exigência da diferença do imposto atenderá ao disposto no art. 134.

Art. 55. Não integram a base de cálculo do ICMS:

I - o valor do IPI, quando a operação de saída:

a) for realizada entre contribuintes do ICMS e relativa a produto destinado a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, bem como destinado a prestador de serviço de transporte, de comunicação ou de serviços de qualquer natureza sujeitos ao ICMS; e

b) configurar fato gerador de ambos os impostos;

II - o valor correspondente a juros, multas e atualização monetária recebidos pelo contribuinte a título de mora, por inadimplência de seu cliente, desde que calculados sobre o valor da saída da mercadoria ou do serviço prestado, e auferidos após a ocorrência do fato gerador do tributo.

SEÇÃO II
Da Base de Cálculo das Operações Internas e Interestaduais

Art. 56. A base de cálculo do ICMS, nas operações internas e interestaduais realizadas por comerciantes, industriais, produtores, extratores e geradores, quando não prevista expressamente de forma diversa em outro dispositivo regulamentar, é:

I - na saída de mercadoria e na transmissão de sua propriedade (art. 2º, I, II, III e IV), o valor da operação;

II - na entrada, no território deste Estado, de energia elétrica, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando oriundos de outra unidade da Federação e não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração (art. 2º, X), o valor da operação de que decorrer a entrada;

III - na falta do valor a que se referem os incisos anteriores:

a) o preço corrente da mercadoria ou de sua similar no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

b) o preço FOB de estabelecimento industrial a vista, caso o remetente seja industrial (§ 1º);

c) o preço FOB de estabelecimento comercial a vista, nas vendas a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante (§§ 1º e 2º);

IV - na saída de mercadoria em transferência para estabelecimento situado neste Estado, pertencente ao

mesmo titular:

a) o preço de aquisição ou o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; ou

b) o custo da mercadoria, quando produzida, gerada, extraída ou fabricada pelo próprio estabelecimento;

V - na saída de mercadoria em transferência para estabelecimento situado em outra unidade da Federação, pertencente ao mesmo titular:

a) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

b) o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, acondicionamento e mão-de-obra; ou

c) tratando-se de mercadoria não industrializada, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente;

VI - na saída de mercadoria efetuada pelo industrial ou pelo prestador do serviço, em retorno ao estabelecimento que a tiver remetido para industrialização ou beneficiamento, a prevista na alínea "a" do inciso II do art. 59;

VII - na saída de mercadoria decorrente de operação de venda aos encarregados da execução da política de preços mínimos (CONAB/PGPM), o fixado pela autoridade federal competente, considerando-se nele já incluído o valor do ICMS;

VIII - na hipótese de contrato mercantil de venda para entrega futura de mercadoria:

a) o valor constante no contrato, quando celebrado concomitantemente com o documento fiscal emitido para fins de faturamento, devidamente atualizado a partir do vencimento da obrigação comercial até a data da efetiva saída da mercadoria;

b) a prevista no inciso III deste artigo, em função do preço vigente na data da efetiva saída da mercadoria, na falta do contrato referido na alínea anterior;

IX - revogado;

Nota: O inciso IX do art. 56 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"IX - em se tratando do imposto a ser recolhido por empresa geradora ou distribuidora de energia elétrica, relativo às operações anteriores e posteriores, desde a produção ou importação até a última operação, compreendendo tanto o tributo correspondente às operações próprias como o devido na condição de sujeito passivo por substituição, o preço praticado na operação final da qual decorra o fornecimento do produto ao consumidor, incluindo-se as importâncias cobradas a título de ligação ou religação, e excluindo-se os valores relativos a posteamento, rede, fiação e multas de mora (art. 80; art. 370, §§ 2º e 3º);".

X - nas saídas internas de programas para computador (“software”), personalizados ou não, a equivalente ao dobro do valor de mercado dos suportes físicos ou óticos de qualquer natureza em que os programas estejam fixados ou gravados.

§ 1º Para aplicação do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso III deste artigo, adotar-se-á, sucessivamente:

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de sua similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese da alínea "c" do inciso III deste artigo, se o estabelecimento remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industriais, ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a 75% do preço de venda corrente no varejo.

§ 3º Na operação de arrendamento mercantil, ao ser exercida a opção de compra pelo arrendatário antes do final do contrato, bem como na hipótese de contrato celebrado em desacordo com a legislação federal, a base de cálculo será a prevista no § 4º do art. 563.

Art. 57. Observar-se-á o disposto:

I - no art. 59, tratando-se de fornecimento de mercadorias por prestador de serviços;

II - no art. 60, nos casos de presunção de omissão de saídas ou de prestações;

III - nos arts. 61 a 65, para efeitos de antecipação ou substituição tributária, inclusive diferimento;

IV - nos arts. 69 a 72, para cálculo da diferença de alíquotas;

V - no art. 73, na aplicação da pauta fiscal;

VI - nos arts. 75 a 87, nas hipóteses de reduções da base de cálculo;

VII - nos arts. 937 a 939, na apuração do imposto por arbitramento.

SEÇÃO III
Da Base de Cálculo nas Entradas ou Aquisições de Mercadorias
ou Bens Procedentes do Exterior

Art. 58. Observado o disposto no art. 52, a base de cálculo do ICMS nas entradas ou aquisições de mercadorias ou bens procedentes do exterior é:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 58 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

Redação originária, efeitos até 08/05/02:
"Art. 58. A base de cálculo do ICMS, nas entradas ou aquisições de mercadorias ou bens procedentes do exterior, quando não prevista expressamente de forma diversa em outro dispositivo regulamentar, é:"

I - no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante nos documentos de importação;

b) o Imposto sobre a Importação;

c) o Imposto sobre Produtos Industrializados;

d) o Imposto sobre Operações de Câmbio;

e) quaisquer outros impostos, taxas e contribuições, além de despesas aduaneiras cobradas ou debitadas ao

adquirente, relativas ao adicional ao frete para renovação da marinha mercante, armazenagem, capatazia, estiva, arqueação e multas por infração;

Nota: **A redação atual da alínea "e", do inciso I do art. 58 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação anterior dada da a alínea "e", do inciso I do art. 58 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02) - sem efeito.
"e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras;"

Redação anterior dada a alínea "e", do inciso I do art. 58 foi dada pela Alteração nº 2 (Decreto nº 6421, de 14/5/97, DOE de 15/5/97), efeitos de 15/05/97 até 31/12/02:
"e) quaisquer despesas aduaneiras cobradas ou debitadas ao adquirente, relativas ao adicional ao frete para renovação da marinha mercante, adicional de tarifa portuária, armazenagem, capatazia, estiva, arqueação e multas por infração;"

Redação originária, efeitos até 14/05/97:
"e) quaisquer despesas aduaneiras cobradas ou debitadas ao adquirente."

II - na aquisição ou arrematação em licitação pública de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados, o valor da arrematação ou da aquisição, acrescido dos valores do Imposto sobre a Importação, do IPI e de todas as despesas cobradas do adquirente ou a ele debitadas.

§ 1º Sempre que o valor da operação estiver expresso em moeda estrangeira:

I - será feita sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador;

II - na hipótese de importação, o preço expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto sobre a importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação cambial até o pagamento efetivo do preço.

§ 2º O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do Imposto sobre a Importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

SEÇÃO IV
Da Base de Cálculo dos Fornecimentos de Mercadorias
por Prestadores de Serviços

Art. 59. A base de cálculo do ICMS, nos fornecimentos de mercadorias por prestadores de serviços de qualquer natureza, quando não prevista expressamente de forma diversa em outro dispositivo regulamentar, é:

I - no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento (art. 2º, VII), o valor total da operação, compreendendo as mercadorias fornecidas e os serviços prestados;

II - no fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviço não compreendido na competência tributária dos Municípios, como definida em lei complementar, a saber:

a) saída de mercadoria efetuada pelo industrial ou pelo prestador do serviço, em retorno ao estabelecimento que a tiver remetido para industrialização, beneficiamento ou processos similares, o valor acrescido relativo à industrialização ou serviço, assim entendido o valor total cobrado pelo executor da industrialização ou serviço, abrangendo o preço das mercadorias ou insumos empregados, mão-de-obra e demais importâncias cobradas do encomendante ou a ele debitadas (art. 2º, VI);

b) fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviço não indicado por lei complementar como sendo da competência tributária dos Municípios, inclusive nos casos em que, embora o serviço conste na Lista de Serviços, a natureza do serviço ou a forma como for contratado ou prestado não corresponda à descrição legal do fato gerador do tributo municipal, o valor total da operação, abrangendo o valor dos serviços prestados e o das mercadorias fornecidas (art. 2º, VIII);

III - no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, em que, por indicação expressa de lei complementar, houver a incidência do ICMS sobre o valor das mercadorias fornecidas, o preço corrente das mercadorias fornecidas ou empregadas pelo prestador (art. 2º, IX).

SEÇÃO V
Da Base de Cálculo nos Casos de Presunção de Omissão de Saídas
ou de Prestações

Art. 60. A base de cálculo do ICMS, nos casos de presunção de omissão de saídas ou de prestações, é:

I - nas hipóteses de saldo credor de caixa, de suprimento de caixa de origem não comprovada, de passivo fictício ou inexistente e de entradas ou pagamentos não registrados na escrituração, o valor do saldo credor de caixa ou do suprimento de origem não comprovada, ou do exigível inexistente, ou dos pagamentos ou do custo das entradas não registrados, conforme o caso, que corresponderá ao valor da receita não declarada (art. 2º, § 3º);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 60 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*I - nas hipóteses de saldo credor de caixa, de suprimento de caixa de origem não comprovada, de passivo fictício ou inexistente e de entradas ou pagamentos não contabilizados, o valor do saldo credor de caixa ou do suprimento de origem não comprovada, ou do exigível inexistente, ou dos pagamentos ou do custo das entradas não contabilizados, conforme o caso, que corresponderá ao valor da receita não declarada (art. 2º, § 3º);*".

II - tratando-se de diferença apurada pelo fisco por meio de levantamento quantitativo de estoque, para efeitos de definição do valor unitário da mercadoria:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 60 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"*II - tratando-se de diferença apurada pelo fisco por meio de levantamento quantitativo de estoque, para efeitos de definição do valor unitário da mercadoria:*
a) apurando-se omissão de saídas, o preço médio das saídas praticado pelo contribuinte no último mês em que a mercadoria houver sido comercializada no período fiscalizado, ou, quando o preço não for conhecido ou não merecer fé, o preço médio praticado por outro estabelecimento da mesma praça, que explorar idêntica atividade econômica, em relação ao último mês do período objeto do levantamento;
b) apurando-se omissão de entradas, e ficando caracterizada a existência de receita oculta empregada no pagamento de tais entradas, o valor do custo das entradas omitidas, que corresponderá ao preço médio das compras do último mês de aquisição da mesma espécie de mercadoria."

a) apurando-se omissão de saídas:

1 - o preço médio das saídas praticado pelo contribuinte no último mês em que a mercadoria houver sido comercializada no período fiscalizado;

2 - inexistindo comercialização da mercadoria no período fiscalizado, o custo médio unitário constante do inventário final do período considerado, acrescido da margem de valor adicionado constante do Anexo 88, na hipótese de ser enquadrada no regime de substituição tributária ou do Anexo 89 nos demais casos;

3 - inexistindo estoque final da mercadoria no período fiscalizado, o custo médio unitário constante do inventário inicial do período considerado, atualizado monetariamente na forma prevista no artigo 137 e acrescido da margem de valor adicionado constante do Anexo 88, na hipótese da mercadoria ser enquadrada no regime de substituição tributária ou do Anexo 89 nos demais casos;

4 - inexistindo estoque inicial da mercadoria no período fiscalizado, o custo médio das entradas praticado pelo contribuinte no último mês em que a mercadoria houver sido adquirida no período fiscalizado, acrescido da margem de valor adicionado constante do Anexo 88, na hipótese da mercadoria ser enquadrada no regime de substituição tributária ou do Anexo 89 nos demais casos;

5 - quando o preço não for conhecido ou não merecer fé, o preço médio praticado por outro estabelecimento da mesma praça, em relação ao último mês do período objeto do levantamento;

b) apurando-se omissão de entradas e ficando caracterizada a existência de receita oculta empregada no pagamento de tais entradas:

1 - o custo médio das compras no último mês de aquisição da mesma espécie de mercadoria no período considerado;

2 - inexistindo aquisição da mercadoria no período fiscalizado, o custo médio unitário constante do inventário final do período considerado;

3 - inexistindo estoque final da mercadoria no período fiscalizado, o custo médio unitário constante do inventário inicial do período considerado, atualizado monetariamente na forma prevista no artigo 137;

4 - inexistindo estoque inicial da mercadoria no período fiscalizado, o preço médio das saídas praticado pelo contribuinte no último mês em que a mercadoria houver sido comercializada no período fiscalizado, deduzido da margem de valor adicionado constante do Anexo 88, na hipótese da mercadoria ser enquadrada no regime de substituição tributária ou do Anexo 89 nos demais casos;

5 - quando o custo unitário não for conhecido ou não merecer fé, o custo médio praticado por outro estabelecimento da mesma praça, em relação ao último mês do período objeto do levantamento.

§ 1º Na apuração da base de cálculo em função dos critérios previstos neste artigo, quando forem constatadas, simultaneamente, irregularidades no disponível e no exigível, bem como entradas ou pagamentos não registrados ou quaisquer outras omissões de receitas tributáveis, levar-se-á em conta, apenas, a ocorrência ou diferença de maior valor monetário, se se configurar a presunção de que as demais nela estejam compreendidas.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 60 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), para substitur a expressão "*não contabilizados*" por "*não registrados*".

§ 2º Na hipótese de falta de comprovação da saída de mercadoria do território estadual, quando esta transitar neste Estado acompanhada de Passe Fiscal de Mercadorias, observar-se-á o disposto no art. 960.

SEÇÃO VI
Da Base de Cálculo para Fins de Antecipação ou Substituição Tributária, Inclusive para Pagamento do Imposto Sobre o Estoque Final, e do Imposto Cujo Lançamento Seja Diferido

Art. 61. A base de cálculo do ICMS para fins de retenção do imposto pelo responsável por substituição, nas operações internas, relativamente às operações subseqüentes, bem como para fins de antecipação do pagamento na entrada de mercadoria no estabelecimento e nas demais hipóteses regulamentares, é:

I - o preço único ou máximo de venda adotado pelo contribuinte substituído ou adquirente, fixado ou sugerido pelo fabricante ou pelo importador ou fixado pela autoridade competente;

II - na falta da fixação de preço referida no inciso anterior, o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) relativa às operações subseqüentes, de acordo com o percentual previsto:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 61 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"*II - na falta da fixação de preço referida no inciso anterior, o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA), inclusive lucro, relativa às operações subseqüentes, de acordo com o percentual previsto:*".

a) no Anexo 88, a ser determinado em função de ser industrial, atacadista ou importador o estabelecimento fornecedor ou remetente, tratando-se das mercadorias de que cuidam os incisos II e IV do art. 353;

b) no Anexo 89, em se tratando de quaisquer outras mercadorias não contempladas no Anexo 88:

1 - sendo o adquirente pessoa não inscrita no cadastro estadual;

Nota: A redação atual do item 1, do inciso II do art. 61 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para excluir a expressão "*ou inscrita na condição de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante*", efeitos a partir de 01/01/99,"

2 - nos demais casos que a legislação preveja o pagamento do imposto por antecipação, nos termos do § 2º do art. 352;

Nota: O item 2 foi acrescentado ao inciso II do art. 61 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

III - nas operações com refrigerantes e bebidas energéticas, o valor fixado pela Secretaria da Fazenda, ou, na falta deste, o preço praticado pelo fabricante, mais IPI, acrescido da margem de valor adicionado fixada no Anexo 88;

Nota: A redação atual do inciso III do *caput* do art. 61 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).

Redação anterior dada ao inciso III do *caput* do art. 61 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04):

"III - nas operações efetuadas por estabelecimento fabricante de cervejas, chopes, refrigerantes e bebidas energéticas, o preço indicado em pauta fiscal estabelecida pela Secretaria da Fazenda, ou, na falta deste, o preço praticado pelo fabricante, mais IPI, acrescido da margem de valor adicionado fixada no Anexo 88;"

Redação originária:
"III - nas operações efetuadas por estabelecimento fabricante de cervejas, chopes e refrigerantes, o preço indicado em pauta fiscal estabelecida pela Secretaria da Fazenda, ou, na falta deste, o preço praticado pelo fabricante, mais IPI, acrescido da margem de valor adicionado fixada no Anexo 88;"

IV - nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, o valor correspondente ao preço de venda a consumidor constante em tabela estabelecida por órgão competente para venda a consumidor, acrescido do valor do frete, ou, em sua falta, o preço praticado pelo remetente, constante no documento fiscal, incluídos o IPI, seguros, carreto, frete e demais despesas cobradas do adquirente ou a ele debitadas, acrescido da margem de valor adicionado fixada no Anexo 88 (Convs. ICMS 85/93 e 110/96);

V - nas aquisições de produtos não alcançados pela substituição tributária, efetuadas por farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, o valor da aquisição, constante na Nota Fiscal emitida pelo fornecedor, incluídos IPI, frete e demais despesas debitadas ao adquirente, acrescentando-se ao montante a margem de valor adicionado:

Nota: **A redação atual do inciso V do art. 61 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 01/01/05:**

Redação anterior dada ao inciso V do art. 61 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 31/12/04:
"V - nas aquisições de produtos não alcançados pela substituição tributária, efetuadas por farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, o valor da aquisição, constante na Nota Fiscal emitida pelo fornecedor, incluídos IPI, frete e demais despesas debitadas ao adquirente, acrescentando-se ao montante a margem de valor adicionado estipulada no Anexo 89."

Redação originária, efeitos até 03/03/98:
"*V - nas aquisições de produtos não alcançados pela substituição tributária, efetuadas por farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, o valor da aquisição, constante na Nota Fiscal emitida pelo fornecedor, incluídos IPI, frete e demais despesas cobradas do adquirente ou a ele debitadas, acrsecido da margem de valor adicionado fixada no Anexo 88 (Conv. ICMS 85/93 e 110/96);"*

a) de 100% (cem por cento), tratando-se de aquisições de produtos destinados às farmácias de manipulação para serem utilizados na elaboração de medicamentos;

b) estipulada no Anexo 89, nos demais casos.

VI - revogado

Nota: **O inciso VI do art. 61 foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).**

Redação anterior dada ao inciso VI, tendo sido acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01:
"VI - nas operações com produtos resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino, e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados, inclusive charque,

o valor fixado em pauta fiscal estabelecida pela Secretaria da Fazenda, ou, na falta deste, a base de cálculo prevista no inciso II deste artigo."

VII - nas operações com blocos, tijolos, telhas e combogós, produtos cerâmicos de uso em construção civil em cuja fabricação é utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido, o valor fixado em pauta fiscal estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

VIII - nas operações com os produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino e suíno:

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

a) tratando-se de antecipação tributária exigida no momento da remessa de aves vivas ou do gado em pé para o abate:

1 - o valor fixado em pauta fiscal, que será definido com base na média do preço de venda a consumidor final dos produtos comestíveis resultantes do abate, considerando-se a quantidade média desses produtos, por animal em idade de abate;

2 - se não houver pauta fiscal, o valor da operação própria de remessa para o abate, realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) prevista no Anexo 88;

b) tratando-se de antecipação tributária exigida no momento da saída interna ou da entrada no território deste Estado dos produtos resultantes do abate:

1 - o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) prevista no Anexo 88;

2 - o valor determinado em pauta fiscal, se este for maior que a base de cálculo prevista no item anterior.

IX - em relação à antecipação parcial do imposto, estabelecida no art. 352-A, o valor da operação interestadual constante no documento fiscal de aquisição, observado o disposto no § 8º.

Nota: A redação atual do inciso IX do art. 61 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso IX, tendo sido acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos de 01/03/04 a 28/07/04:
"IX - em relação à antecipação parcial do imposto, estabelecida no art. 352-A, o valor da operação interestadual constante no documento fiscal de aquisição."

X - nas operações com álcool a granel não destinado ao uso automotivo, o estabelecido em pauta fiscal ou,

na falta deste, o valor da operação acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos no Anexo I do Convênio ICMS 03/99;

Nota: O inciso X foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

XI – nas operações com mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, para serem comercializadas em feiras ou exposições no território deste Estado, o preço de venda declarado pelo contribuinte.

Nota: O inciso XI foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

XII - nas operações com cervejas e chopes:

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 21/09/05.

a) o valor da operação própria realizada pelo remetente, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) prevista no Anexo 88; ou

b) o valor fixado pela Secretaria da Fazenda, se este for maior que a base de cálculo prevista na alínea anterior.

§ 1º Na impossibilidade de inclusão dos valores referentes a frete ou seguro na base de cálculo de que trata este artigo, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, o recolhimento do imposto sobre as referidas parcelas será efetuado pelo destinatário, na forma prevista no parágrafo único do art. 357.

§ 2º Para efeitos de substituição ou antecipação tributária, nas operações com os produtos a seguir indicados, a determinação da base de cálculo será feita segundo os seguintes critérios:

I - produtos farmacêuticos e demais mercadorias especificados no item 13 do inciso II do art. 353, em consonância com o Convênio ICMS 76/94 e suas alterações posteriores, especialmente a introduzida pelo Convênio ICMS 04/95, inclusive quanto à redução da base de cálculo para fins de substituição tributária, em 10%, não podendo resultar em carga de ICMS inferior a 7%;

II - veículos automotores novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos) a que se refere o item 18 do inciso II do art. 353, em consonância com o Convênio ICMS 132/92 e suas alterações posteriores;

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 61 foi dada pela Alteração nº 34, (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02), efeitos a partir de 01/04/02.

Redação anterior dada ao inciso II, § 2º do art. 61 pela Alteração nº 28 (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/10/01 até 31/03/02:
"II - veículos automotores novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos) a que se refere o item 18 do inciso II do art. 353, em consonância com o

Convênio ICMS 132/92 e suas alterações posteriores, inclusive quanto à redução da base de cálculo prevista no § 2º do art. 76 deste Regulamento (Convs. ICMS 132/92, ICMS 143/92, 148/92, 1/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 83/96 e 81/01);"

Redação originária, efeitos até 21/10/01:
"II - veículos automotores novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups", "trolebus" e outros veículos) a que se refere o item 18 do inciso II do art. 353, em consonância com o Convênio ICMS 132/92 e suas alterações posteriores, inclusive quanto à redução da base de cálculo prevista no § 2º do art. 76 deste Regulamento (Convs. ICMS 132/92, ICMS 143/92, 148/92, 01/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95 e 83/96);"

III - veículos novos motorizados de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, de acordo com o Convênio ICMS 52/93 e suas alterações posteriores, inclusive quanto à redução da base de cálculo prevista no § 3º do art. 76 deste Regulamento (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94 e 09/01).

Nota: A redação atual do inciso III, do § 2º do art. 61 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), para correção de citação de convênio, passando de 08/94 para 88/94.

Redação anterior dada ao inciso III, § 2º do art. 61 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 16/04/01:
"*III - veículos novos motorizados de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, de acordo com o Convênio ICMS 52/93 e suas alterações posteriores, inclusive quanto à redução da base de cálculo prevista no § 3º do art. 76 deste Regulamento (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 08/94 e 09/01).*".

Redação originária:
"*III - veículos novos de duas rodas motorizados (motocicletas e ciclomotores) de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, de acordo com o Convênio ICMS 52/93 e suas alterações posteriores, inclusive quanto à redução da base de cálculo prevista no § 3º do art. 76 deste Regulamento (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94 e 88/94).*".

§ 3º Revogado.

Nota: O § 3º do art. 61 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"§ 3º Nas operações com energia elétrica, a base de cálculo do imposto a ser recolhido pelo sujeito passivo por substituição é a prevista no inciso IX do art. 56, sem prejuízo do benefício de redução de que cuida o art. 80.".

§ 4º Nas operações interestaduais, a base de cálculo para fins de substituição ou antecipação tributária é a prevista em convênios firmados entre a Bahia e as demais unidades da Federação (arts. 370 a 379, e Anexo 86).

§ 5º Nas operações realizadas pelos fabricantes de cervejas, refrigerantes e outras bebidas acondicionadas em embalagens de vidro, é admitido o abatimento de 1% do valor da base de cálculo do imposto devido por substituição tributária, a título de quebra (perecimento), independentemente de comprovação, devendo o valor ser especificado na Nota Fiscal emitida pelo substituto tributário para acobertar a operação.

§ 6º O cálculo do imposto a ser retido ou antecipado será feito segundo o regime sumário de apuração.

§ 7º nas operações com os produtos especificados no inciso VII, o imposto correspondente às operações subseqüentes de que trata este artigo será pago englobadamente com o ICMS relativo à operação própria.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

§ 8º Para efeitos da antecipação tributária parcial nas aquisições de AEHC e álcool não destinado a uso automotivo, transportado a granel, a base de cálculo será o valor da operação ou o valor estabelecido em pauta fiscal, prevalecendo o que for maior.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 61 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Art. 62. Nas prestações de serviços de transporte em que seja atribuída a terceiro a responsabilidade pelo pagamento do imposto, nas hipóteses do art. 380, a base de cálculo do imposto a ser retido pelo responsável por substituição é o valor efetivamente contratado, consignado no documento fiscal, que prevalecerá inclusive em relação ao constante em pauta fiscal, sem prejuízo da dedução do crédito presumido, quando prevista.

Parágrafo único. Sendo o preço do serviço fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

Art. 63. Para apuração do imposto a ser pago por antecipação, nas hipóteses do § 2º do art. 352, a base de cálculo será determinada:

I - de acordo com os critérios previstos no art. 61, relativamente ao valor acrescido, estando as mercadorias acompanhadas de documento fiscal, desde que a base de cálculo resultante não seja inferior ao preço de pauta, se houver;

II - em função dos preços a seguir indicados, se as mercadorias estiverem desacompanhadas de documento fiscal idôneo (art. 632, VII):

a) preço de pauta fiscal no atacado, se houver, ou o preço corrente das mercadorias ou de sua similar no mercado atacadista do local da ocorrência, aquele ou este acrescido da margem de valor adicionado correspondente, de acordo com as alíneas “a” a “g” do inciso I do art. 938; ou

b) preço de pauta fiscal no varejo, se houver, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência;

III - tratando-se de serviço de transporte, na ausência ou em caso de inidoneidade do documento fiscal, com base:

a) na tarifa de frete corrente na praça, no caso de transportadora inscrita neste Estado; ou

b) no valor de pauta fiscal do serviço, sendo transportador autônomo ou transportadora não inscrita.

Parágrafo único. A base de cálculo do ICMS, em caso de encerramento das atividades do estabelecimento, excetuada a hipótese de sucessão, é o valor das mercadorias inventariadas, acrescido dos percentuais previstos nos Anexos 88 e 89, a menos que se trate de mercadorias cujas operações sejam isentas ou não tributadas ou cujo imposto já tenha sido recolhido por antecipação.

Art. 64. O disposto nos arts. 61 a 63 não se aplica às operações com combustíveis, lubrificantes e demais produtos derivados ou não de petróleo relacionados no art. 512-A, cujas bases de cálculo, para fins de antecipação tributária ou substituição tributária, são as previstas no art. 512-B.

Nota: **A redação atual do art. 64 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).**

Redação originária:
*"*Art. 64. *O disposto nos arts. 61 a 63 não se aplica às operações com combustíveis, lubrificantes e demais produtos derivados ou não de petróleo relacionados no art. 512, cuja base de cálculo, para fins de antecipação ou substituição tributária, é a prevista no § 4º do referido artigo.".*

Art. 65. Nas operações realizadas com diferimento do lançamento do imposto, a base de cálculo relativa às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes é:

I - o valor da operação, sendo esta tributada, quando o termo final do diferimento for a saída, do estabelecimento do responsável, da mercadoria ou do produto dela resultante, desde que não inferior ao valor de que cuida o inciso seguinte;

II - nas demais hipóteses, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído, acrescido das despesas de transporte e das demais despesas que a tenham onerado até o ingresso no estabelecimento do responsável por substituição.

Parágrafo único. Nas transferências de mercadorias enquadradas no regime de diferimento, será observada, também, a regra do inciso IV do art. 56.

SEÇÃO VII
Da Base de Cálculo das Prestações de Serviços de Transporte e de Comunicação

Art. 66. A base de cálculo do ICMS, nas prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de serviços de comunicação, quando não prevista expressamente de forma diversa em outro dispositivo regulamentar, é:

I - o preço do serviço ou, na falta deste, o preço corrente do serviço no local da prestação:

a) no início da prestação do serviço de transporte interestadual ou intermunicipal (art. 3º, I);

b) na prestação onerosa de serviço de comunicação (art. 4º, I);

II - o preço do serviço, excluída a parcela integrante do valor da operação constante no documento de importação, na prestação de serviço de transporte iniciada no exterior (art. 3º, II);

III - o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização, no recebimento de serviço de comunicação prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior (art. 4º, II).

§ 1º Nas prestações de serviços de transporte em que seja atribuída a terceiro a responsabilidade pelo pagamento do imposto, a base de cálculo do imposto a ser retido pelo responsável por substituição é a prevista no art. 62.

§ 2º Sendo o serviço prestado por transportador autônomo ou por empresa transportadora não inscrita neste Estado, observar-se-á o disposto:

I - no art. 73, no tocante à adoção da pauta fiscal;

Nota: **A redação atual do inciso I, do § 2º do art. 66 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"I - no art. 73, no tocante à adoção da pauta fiscal, quando o imposto for pago na repartição fiscal ou com a intervenção desta;

II - nos arts. 307 a 313, quanto à emissão da Nota Fiscal Avulsa.

Nota: **A redação atual do inciso II, do §2º do art. 66 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"II - nos arts. 307 a 313, quanto à emissão da Nota Fiscal Avulsa e à forma de pagamento do imposto na repartição fazendária ou com a sua intervenção."

§ 3º Tratando-se de serviços contratados em moeda estrangeira, a base de cálculo é o valor do serviço, convertido em moeda corrente nacional à taxa cambial vigente na data da ocorrência do fato gerador.

§ 4º Incluem-se na base de cálculo do ICMS os valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais que otimizem ou agilizem o processo de comunicação, independentemente da denominação que lhes seja dada (Conv. ICMS 69/98).

Nota: A redação atual do § 4º do art. 66 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98.

Redação originária:
"§ 4º Inclui-se na base de cálculo do imposto o valor correspondente ao preço dos serviços classificados sob as seguintes denominações (Conv. ICMS 02/96):
I - assinatura de telefonia celular;
II - 'salto';
III - 'atendimento simultâneo';
IV - 'siga-me';
V - 'telefone virtual'."

§ 5º Quando houver reajustamento do valor da prestação, depois de iniciado ou de prestado o serviço, observar-se-á o disposto no art. 134 e na alínea "b" do inciso III do art. 381.

Art. 67. Quando o serviço de transporte for prestado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria alienada ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantiver relação de interdependência, se o valor do frete cobrado exceder os níveis normais de preços em vigor no mercado local para serviço semelhante, constantes em tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será considerado como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Entendem-se como empresas interdependentes aquelas que corresponderem à descrição contida no § 1º do art. 39.

Art. 68. Na prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de serviço de comunicação, inclusive quando iniciados no exterior, cujo preço não se possa determinar, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço no local da prestação (arts. 48 e 49).

Art. 68-A. Na prestação de serviços não medidos de televisão por assinatura, via satélite, ou de serviços de provimento de acesso à internet, cujo preço do serviço seja cobrado por períodos definidos, na hipótese

de apenas o tomador ou o prestador estiver localizado no Estado da Bahia, a base de cálculo do ICMS devido a este Estado corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do preço cobrado do assinante, observado o art. 569-C (Conv. ICMS 52/05 e 53/05).

Nota: A redação atual do art. 68-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/08/05.

Redação anterior dada ao art. 68-A tendo sido acrescentado pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04), efeitos de 05/11/04 a 31/07/05:
"Art. 68-A. Na prestação de serviços não medidos de televisão por assinatura, via satélite, cujo preço do serviço seja cobrado por períodos definidos, efetuada por prestador localizado em outro Estado, a tomador localizado neste Estado, a base de cálculo do ICMS devido a cada Estado corresponde a 50% (cinqüenta por cento) do preço cobrado do assinante."

§ 1º Serviço de televisão por assinatura via satélite é aquele em que os sinais televisivos são distribuídos ao assinante sem passarem por equipamento terrestre de recepção e distribuição.

§ 2º O disposto no *caput* não prejudica o beneficio disciplinado no inciso II do art. 86.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos Estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e ao Distrito Federal.

SEÇÃO VIII
Da Base de Cálculo para Fins de Pagamento da Diferença de Alíquotas

Art. 69. A base de cálculo do ICMS, para efeito do pagamento da diferença de alíquotas, é o valor da operação ou prestação na unidade federada de origem, constante no documento fiscal, e o imposto a ser pago será o valor resultante da aplicação, sobre essa base de cálculo, do percentual equivalente à diferença entre a alíquota prevista para as operações ou prestações internas neste Estado, segundo a espécie de mercadoria, e a alíquota interestadual prevista na legislação da unidade da Federação de origem.

Parágrafo único. Para fins de pagamento da diferença de alíquotas, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - é devido o pagamento:

a) se, no documento fiscal de origem, não houver o destaque do imposto por erro ou omissão, bem como em virtude de não-incidência ou de isenção reconhecidas ou concedidas sem amparo constitucional pela unidade federada de origem, sendo que, para o cálculo da diferença a ser paga, será cotejada a alíquota interna deste Estado com a alíquota prevista na legislação da unidade federada de origem para as operações ou prestações interestaduais;

b) se houver destaque do ICMS a mais ou a menos no documento fiscal, em razão de erro na aplicação da alíquota ou na determinação da base de cálculo, caso em que será levado em conta o valor corretamente calculado pela legislação da unidade federada de origem para as operações ou prestações interestaduais;

Nota: **A redação atual da alínea "b", do inciso I, do parágrafo único do art. 69 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).**

Redação originária:
"b) se houver destaque do ICMS a mais no documento fiscal, inclusive em razão de ter sido adotada indevidamente a alíquota interna, caso em que será levado em conta o valor corretamente calculado pela alíquota prevista na legislação da unidade federada de origem para as operações ou prestações interestaduais;".

II - só é devido o pagamento da diferença de alíquotas quando a alíquota interna deste Estado for superior à alíquota da unidade federada de origem para as operações ou prestações interestaduais.

Art. 70. Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas nas hipóteses do art. 7º e do parágrafo único do art. 8º.

Art. 71. No tocante às operações isentas do pagamento da diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto nos incisos II e III, "b" do art. 27.

Nota: A redação atual do art. 71 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), para acrescentar a remissão ao inciso III, alínea "b", do art. 27

Art. 72. Para fins de pagamento da diferença de alíquotas relativo a operações ou prestações com redução da base de cálculo, observar-se-á o seguinte:

I - tendo a operação ou prestação sido tributada com redução da base de cálculo decorrente de convênio, a apuração do valor a pagar será feita em função do mesmo valor resultante daquela redução;

II - nas operações com máquinas, aparelhos, equipamentos e implementos, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 77, o destinatário dos produtos reduzirá a base de cálculo do imposto de tal forma que a carga tributária total corresponda aos percentuais estabelecidos nos referidos dispositivos, para as respectivas operações internas (Conv. ICMS 87/91);

III - o destinatário dos veículos de que trata o do § 3º do art. 76 reduzirá a base de cálculo de tal forma que a carga tributária total corresponda ao percentual estipulado no supramencionado parágrafo (Conv. ICMS 28/99).

Nota: **A redação atual do inciso III do art. 72 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02), efeitos a partir de 01/04/02.**

Redação anterior dada ao inciso III do art. 72 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos até 31/03/02:
"III - o destinatário dos veículos de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º do art. 76 reduzirá a base de cálculo de tal forma que a carga tributária total corresponda ao percentual estipulado nos supramencionados parágrafos (Convs. ICMS 39/96 e 129/97)."

SEÇÃO IX
Da Base de Cálculo Fixada Mediante Pauta Fiscal

Art. 73. A base de cálculo do ICMS poderá ser fixada mediante pauta fiscal, de acordo com a média de preços praticada no Estado, para efeito de pagamento do imposto, quando o preço declarado pelo

contribuinte for inferior ao de mercado ou quando for difícil a apuração do valor real da operação ou prestação:

I - nas operações com produtos agropecuários e com produtos extrativos animais, vegetais e minerais;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 73 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"I -nas operações com produtos agropecuários;"

II - nas operações com tábuas, barrotes, ripas, ripões, compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 73 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/11/97.

Redação originária:
"*II - nas operações com tábuas, barrotes, ripas, ripões, compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas;"*

III - nas operações com blocos, tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos e outros produtos de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido;

IV - nas operações com sucatas, fragmentos, retalhos ou resíduos de materiais;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 73 foi dada pela Alteração nº 40 (Decreto nº 8457, de 17/02/03. DOE de 18/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 73 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02). (sem efeito)
"IV - salvo o valor da pauta fiscal estabelecido como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição ou antecipação tributária, cujo custo do frete já está incluído no referido valor, ou outra disposição em contrário, os preços das mercadorias constantes em pauta fiscal serão considerados FOB."

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"IV - nas operações com sucatas, fragmentos, retalhos ou resíduos de materiais;"

V - nas operações com cervejas, chopes, refrigerantes e bebidas energéticas;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 73 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação originária:
"V - nas operações com cervejas, chopes e refrigerantes;"

VI - revogado

Nota: O inciso VI do art. 73 foi revogado pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/11/01, conforme disposto bo art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01.

Redação originária:
"VI - nas operações com gás liquefeito de petróleo;"

VII - nas prestações de serviços de transporte por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado, nas hipóteses de ausência ou inidoneidade do documento fiscal ou quando não for aplicável o regime de substituição tributária.

Nota: A redação atual do inciso VII foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"*VII - nas prestações de serviços de transporte por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado, quando o imposto for pago na repartição fazendária, espontaneamente ou não, sempre que for dispensada ou não for feita a retenção ou antecipação.*".

VIII - nas operações com produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos ou salgados, inclusive charque.

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 73 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação anterior dada ao inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 73 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:
"*VIII - produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos ou salgados, inclusive charque.*".

§ 1º A pauta fiscal será fixada mediante ato do Superintendente de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, com observância da seguinte orientação:

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

I - a listagem dos produtos será feita em módulos distintos, de acordo com o gênero das mercadorias, indicando, sempre, se o preço é por atacado ou a varejo, devendo a ordenação, em cada módulo, obedecer à ordem alfabética de cada espécie de mercadoria;

II - revogado

Nota: O inciso II, do § 1º do art. 73 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/01/04:

"II - no tocante aos preços relativos às operações com gado:
a) serão fixados de acordo com a espécie do animal;
b) poderão ser detalhados em função da raça, do sexo, da faixa de idade ou de outros critérios de mercado;
c) além da estipulação dos valores unitários (por cabeça), a pauta conterá, também, a indicação correspondente ao preço por arroba de 15kg, devendo os valores ser detalhados em função de serem os animais destinados:
1 - a cria ou recria;
2 - a abate;
3 - a saídas interestaduais;"

III - relativamente aos serviços de transporte:

a) a pauta fiscal conterá indicação expressa de que, na fixação dos preços, já esteja sendo levada em conta a dedução do crédito presumido previsto na alínea "b" do inciso XI do art. 96, se for o caso;

b) os preços fixados em pauta fiscal dirão respeito apenas aos valores dos serviços, não sendo aplicáveis quando se tratar de mercadorias vendidas a preço CIF e transportadas em veículo do próprio remetente, se o valor das mercadorias por ele declarado for superior ao preço de pauta;

IV - a pauta fiscal para as operações com cervejas, chopes, refrigerantes e bebidas energéticas será adotada, unicamente, para fins de antecipação ou substituição tributária;

Nota: **A redação atual do inciso IV do § 1º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"IV - a pauta fiscal para as operações com cervejas, chopes e refrigerantes será adotada, unicamente, para fins de antecipação ou substituição tributária;"

V - revogado

Nota: O inciso V, do § 1º do art. 73 foi revogado pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/11/01, conforme disposto do art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01.

Redação anterior dada ao inciso V, do § 1º do art. 73 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"V - a pauta fiscal para as operações com gás liquefeito de petróleo será elaborada com observância no disposto no inciso III do art. 512-B;"

Redação originária:
"V - a pauta fiscal para as operações com gás liquefeito de petróleo será elaborada com observância do disposto no item 2 da alínea "a" do inciso I do § 4º do art. 512;".

VI - a pauta fiscal será publicada, sempre que possível, na íntegra, mesmo quando houver sido objeto apenas de alteração parcial;

VII - a pauta fiscal produzirá efeitos 5 dias após a sua publicação, se prazo maior não for estipulado no ato que a aprovar, salvo nas operações com café ou quando o novo preço for inferior, hipóteses em que sua aplicação será a partir da publicação do ato.

§ 2º Na aplicação da pauta fiscal, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual do § 2º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), para acrescentar as regras relativas a produtos de serraria.

I - o imposto será lançado, sempre, pela pauta fiscal, nas operações com:

a) gado;

b) revogada

Nota: **A alínea "b", do inciso I, do § 2º do art. 73 foi revogada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98)**.

Redação originária:
"b) blocos, tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos e outros produtos de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido;"

c) sucatas, fragmentos, retalhos ou resíduos de materiais;

d) blocos, tijolos, telhas e combogós de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido;

Nota: **A redação atual da alínea "d", do inciso I, do § 2º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada a alínea "d", tendo sido acrescentada ao inciso I, do § 2º do art. 73 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos de 29/12/99 a 03/02/03:
"d) blocos, tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos e outros produtos de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido;

II - nas operações com produtos de serraria, a partir de 01/11/97:

a) somente se adotará a pauta fiscal nas operações de saída efetuadas por estabelecimentos classificados no código de atividade 2010-9/00 - desdobramento de madeira;

Nota: **A redação atual da alínea "a", do inciso II, do § 2º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).**

Redação originária:
"a) somente se adotará a pauta fiscal nas operações de saída efetuadas por estabelecimentos classificados no código de atividade 15.11-0;".

b) não se aplicará a pauta fiscal nas operações com tacos e frisos para soalhos, madeira perfilada, painéis, molduras, obras de marcenaria ou de carpintaria e outras obras ou artefatos de madeira;

III - nas operações com produtos agropecuários e extrativos somente será adotada pauta fiscal se efetuadas por produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial ou por pessoa não inscrita

no cadastro estadual, ressalvadas as operações com gado e carvão vegetal;

Nota: A redação atual do inciso III, do § 2º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01)

Redação originária:
"III - nas operações com as demais mercadorias, inclusive produots agropecuários e extrativos, só será adotada a pauta fiscal nas operações efetuadas por produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial ou por pessoa não inscrita no cdastro estadual;".

IV - salvo o valor da pauta fiscal estabelecido como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição ou antecipação tributária, cujo custo do frete já está incluído no referido valor, ou outra disposição em contrário, os preços das mercadorias constantes em pauta fiscal serão considerados FOB.

Nota: A redação atual do inciso IV, do § 2º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 40 (Decreto nº 8457, de 17/02/03. DOE de 18/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"IV - salvo disposição em contrário, os preços das mercadorias constantes em pauta fiscal serão considerados FOB."

§ 3º Havendo discordância em relação ao valor fixado em pauta fiscal, caberá ao contribuinte comprovar a exatidão do valor por ele indicado, que prevalecerá como base de cálculo, caso em que o documento fiscal deverá ser visado pela autoridade responsável pela unidade de fiscalização ou pelo Auditor Fiscal em exercício em plantão fiscal, posto fiscal ou unidade móvel de fiscalização.

§ 4º Nas operações interestaduais, a adoção de pauta fiscal dependerá da celebração de convênio ou protocolo entre a Bahia e as unidades da Federação envolvidas, para definição dos critérios de fixação dos respectivos valores.

§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária ou antecipação tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto, ressalvado o disposto no inciso I do § 2º deste artigo e nos incisos III e VII do art. 61.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 73 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 5º do art. 73 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/07/01 a 30/12/02:
"§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária ou antecipação tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto, ressalvado o disposto no inciso I do § 2º deste artigo e no inciso III do art. 61."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 73 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 08/02/01 a 30/06/01:
"*§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária ou antecipação tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto, ressalvado o disposto no inciso I do § 2º deste artigo e nos incisos III e VI do art. 61.*"

Redação anterior dada ao § 5º do art. 73 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto substituído, ressalvado o disposto no inciso I do § 2º deste artigo e no inciso III do art. 61.".

Redação anterior dada ao § 5º do art. 73 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99):
"*§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto substituído, ressalvado o disposto no inciso I do § 2º.*"

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 73 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*§ 5º Estabelecido o valor de pauta fiscal como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição tributária, será este adotado como valor mínimo para apuração do imposto substituído.*".

SEÇÃO X
Da Base de Cálculo Fixada por Meio de Arbitramento

Art. 74. A base de cálculo do ICMS poderá ser fixada mediante arbitramento, nas hipóteses e segundo os critérios e formalidades previstos nos arts. 937 a 939.

SEÇÃO XI
Da Redução da Base de Cálculo

SUBSEÇÃO I
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Aeronaves, Inclusive suas Partes, Peças e Acessórios

Art. 75. Até 30/10/05, é reduzida a base de cálculo das operações com as mercadorias abaixo listadas, de forma que a carga tributária seja equivalente a 4% (quatro por cento) (Conv. ICMS 75/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 75 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do art. 75 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"Art. 75. Até 30/04/05, é reduzida a base de cálculo das operações com as mercadorias abaixo listadas, de forma que a carga tributária seja equivalente a 4% (quatro por cento) (Conv. ICMS 75/91):"

Redação anterior dada a parte inicial do art. 75 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"Art. 75. Até 30/04/03, é reduzida a base de cálculo das operações com as mercadorias abaixo listadas, de forma que a carga tributária seja equivalente a 4% (quatro por cento) (Conv. ICM 22/89 e Convs. ICMS 25/89, 30/89, 81/89, 13/90, 98/90, 75/91, 148/92, 124/93, 121/95, 14/96, 45/96, 80/96, 121/97, 23/98, 05/99 e 10/01):"

A redação da parte inicial do art. 75 foi modificada pelas Alterações nºs 5, 7 e 12 (Decretos nºs 7244/98, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

I - aviões:

a) monomotores, com qualquer tipo de motor, de peso bruto até 1.000 kg;

b) monomotores, com qualquer tipo de motor, de peso bruto acima de 1.000 kg;

c) monomotores ou bimotores, de uso exclusivamente agrícola, independentemente de peso, com qualquer tipo de motor ou propulsão;

d) multimotores, com motor de combustão interna, de peso bruto até 3.000 kg;

e) multimotores, com motor de combustão interna, de peso bruto de mais de 3.000 kg até 6.000 kg;

f) multimotores, com motor de combustão interna, de peso bruto acima de 6.000 kg;

g) turboélices, monomotores ou multimotores, com peso bruto até 8.000 kg;

h) turboélices, monomotores ou multimotores, com peso bruto acima de 8.000 kg;

i) turbojatos, com peso bruto até 15.000 kg;

j) turbojatos, com peso bruto acima de 15.000 kg;

II - helicópteros;

III - planadores ou motoplanadores, com qualquer peso bruto;

IV - pára-quedas giratórios;

V - outras aeronaves;

VI - simuladores de vôo, bem como suas partes e peças separadas;

VII - pára-quedas e suas partes, peças e acessórios;

VIII - catapultas e outros engenhos de lançamentos semelhantes e suas partes e peças separadas;

IX - partes, peças, acessórios ou componentes separados, dos produtos de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, XI e XII;

X - equipamentos, gabaritos, ferramental e material de uso ou consumo empregados na fabricação de aeronaves e simuladores;

XI - aviões militares:

a) monomotores ou multimotores de treinamento militar, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor;

b) monomotores ou multimotores de combate com qualquer peso bruto, motor turboélice ou turbojato;

c) monomotores ou multimotores de sensoreamento, vigilância ou patrulhamento, inteligência eletrônica ou calibração de auxílio à navegação aérea, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor;

d) monomotores ou multimotores de transporte cargueiro e de uso geral, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor;

XII - helicópteros militares, monomotores ou multimotores, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor;

XIII - partes, peças, matérias-primas, acessórios e componentes separados para fabricação dos produtos

de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, XI e XII, na importação por empresas nacionais da indústria aeronáutica.

§ 1º O disposto nos incisos IX e X só se aplica às operações efetuadas pelos contribuintes a que se refere o parágrafo seguinte, e desde que os produtos se destinem a:

I - empresa nacional da indústria aeronáutica ou estabelecimento da rede de comercialização de produtos aeronáuticos;

II - empresa de transporte ou de serviço aéreo ou aeroclube, com registro no Departamento de Aviação Civil;

III - oficina reparadora ou de conserto e manutenção de aeronaves, homologada pelo Ministério da Aeronáutica;

IV - proprietário de aeronave identificado como tal pela anotação da respectiva matrícula e prefixo no documento fiscal.

§ 2º A partir de 01/07/00, o benefício previsto neste artigo será aplicado exclusivamente às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, e às importadoras de material aeronáutico, mencionadas em ato do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa no qual deverão ser indicados, obrigatoriamente (Convs. ICMS 75/91):

Nota: **A redação atual da parte inicial do § 2º do art. 75 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 06/01/04, com retificação dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04).**

Redação anterior dada à parte inicial do § 2º do art. 75 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).
"§ 2º A partir de 01/07/00, o benefício previsto neste artigo será aplicado exclusivamente às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, e às importadoras de material aeronáutico, relacionadas em portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica na qual deverão ser indicados, obrigatoriamente (Convs. ICMS 75/91, 14/96, 32/99, 65/99 e 06/00):"

Obs.: O art. 2º, do Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00 convalida os procedimentos adotados, até 24/04/00, pelas empresas relacionadas em Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica.

Redação anterior dada ao *caput* do § 2º do art. 75 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99:
"§ 2º A partir de 01/01/00, o benefício previsto neste artigo será aplicado exclusivamente às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, e às importadoras de material aeronáutico, relacionadas em portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica na qual deverão ser indicados, obrigatoriamente (Convs. ICMS 75/91, 14/96, 32/99 e 65/99):"

Obs.: O art. 3º, do Decreto nº 7725 de 28/12/99 convalida os procedimentos adotados, até 17/11/99, pelas empresas relacionadas em Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica.

Redação anterior dada ao *caput* do § 2º do art. 75 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/08/99:
"§ 2º O benefício previsto neste artigo será aplicado exclusivamente às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto de

aeronaves, e às importadoras de material aeronáutico, relacionadas em portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e da Aeronáutica na qual deverão ser indicados, obrigatoriamente (Convs. ICMS 75/91, 14/96 e 32/99):"

Redação originária:
"§ 2º As empresas nacionais da indústria aeronáutica, as da rede de comercialização, inclusive as oficinas reparadoras ou de conserto, e as importadoras de material aeronáutico, para os efeitos deste artigo, são as relacionadas em ato conjunto dos Ministérios da Aeronáutica e da Fazenda (Conv. ICMS 14/96)."

I - em relação a todas as empresas, o endereço completo e os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS);

Nota: O inciso I foi acrescentado ao § 2º do art. 75 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/08/99.

II - em relação às empresas nacionais da indústria aeronáutica, às da rede de comercialização e às importadoras, os produtos que cada uma delas está autorizada a fornecer em operações alcançadas pelo benefício fiscal;

Nota: O inciso II foi acrescentado ao § 2º do art. 75 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/08/99.

III - em relação às oficinas reparadoras ou de conserto de aeronaves, a indicação expressa do tipo de serviço que estão autorizadas a executar.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao § 2º do art. 75 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/08/99.

§ 3º A fruição do benefício em relação às empresas indicadas no ato do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa fica condicionada à publicação de Ato COTEPE, precedida de manifestação das unidades federadas envolvidas.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 75 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

SUBSEÇÃO II
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Veículos, Inclusive Motocicletas

Art. 76. Nas operações com veículos automotores, as hipóteses de redução da base de cálculo, os prazos, os critérios e as condições para fruição do benefício são os disciplinados neste artigo.

§ 1º Revogado

Nota: O § 1º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao *caput* do § 1º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"§ 1º Até 30/06/02, fica reduzida a base de cálculo do ICMS em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12% (doze por cento), nas operações internas, nas operações interestaduais destinadas a não-contribuintes do ICMS e nos recebimentos do exterior, de caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões, para ônibus e para microônibus classificados nas seguinte posições da NBM/SH:"

O *caput* do § 1º do art. 76 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 7, 12, 14, 20, 28 e 31 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7365/98, 7675/99, 7725/99, 7867/00, 8066/01 e 8149/02), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.
"§ 1º De 01/01/98 até 26/05/99 e de 17/08/99 até 31/03/02, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saída internas e nos recebimentos, do exterior, de caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões, para ônibus e para microônibus, observado o seguinte (Conv. ICMS 129/97, 23/98, 26/99, 50/99, 71/99, 72/00, 87/01 e 127/01):"

Redação anterior dada ao *caput* do § 1º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 1º De 01/01/98 até 30/06/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões, para ônibus e para microônibus, observado o seguinte (Conv. ICMS 129/97):"

Redação originária:
"§ 1º De 01/07/95 até 30/04/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de caminhões-tratores comuns, caminhões, ônibus, ônibus-leitos e chassis com motores para caminhões, para ônibus e para microônibus, não sujeitas a substituição ou antecipação tribu´taria, calculando-se a redução de 29,41% , de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12%, de acordo com a sua classificação na NBM/SH, a saber (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 37/92, 71/92, 77/92, 133/92, 148/92, 01/93, 86/92, 44/94, 88/94, 45/96 e 102/96): 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200"

I - revogado

Nota: O inciso I, do § 1º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 1º do art. 76 foi pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"I - 8701.20.00, 8702.10.00, 8704.22, 8704.23, 8704.32, 8706.00.10 e 8706.00.90;"

Redação anterior dada ao inciso I do § 1º tendo sido acrescentado ao art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"I - a base de cálculo será reduzida de 29,41%, de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12%;"

II - revogado

Nota: O inciso II, do § 1º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso II do § 1º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"II - 8704.21 e 8704.31 (exceto caminhão de peso em carga máxima igual ou inferior a 3,9 ton.)."

Redação anterior dada ao inciso II do § 1º tendo sido acrescentado ao art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"II - as operações de que trata este parágrafo não estão sujeitas a substituição ou antecipação tributária;"

III - revogado

Nota: O inciso III, do § 1º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 76 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos a partir de 10/01/02:
"III - a identificação dos veículos objeto deste benefício será feita de acordo com sua classificação na NBM/SH, a saber (Convs. ICMS 37/92, 71/92, 77/92, 133/92, 148/92, 01/93, 86/93, 44/94, 88/94, 45/96, 102/96 e 115/01): 8701.20.00, 8702.10.00, 8704.21 (exceto caminhão de peso em carga máxima igual ou inferior a 3,9 ton), 8704.22, 8704.23, 8704.31 (exceto caminhão de peso em carga máxima igual ou inferior a 3,9 ton), 8704.32, 8706.00.10 e 8706.00.90;"

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 76 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00, DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 09/01/02:
"III - a identificação dos veículos objeto deste benefício será feita de acordo com sua classificação na NBM/SH, a saber (Convs. ICMS 37/92, 71/92, 77/92, 133/92, 148/92, 01/93, 86/93, 44/94, 88/94, 45/96 e 102/96): 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200."

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*III - a entrada, no território deste Estado, decorrente de operação interestadual, de energia elétrica, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, inclusive na hipótese de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo adquiridos por prestador de serviços de transporte para emprego na prestação de seus serviços;*".

IV - revogado

Nota: O inciso IV, do § 1º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao inciso IV, tendo sido acrescentado ao art. 76 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/08/99 a 27/03/02:
"IV - a concessão do presente benefício condiciona-se também a não utilização, por parte do contribuinte substituído, de qualquer crédito fiscal sob alegação de diferença do imposto entre o "preço base de cálculo" e o preço praticado (Conv. ICMS. 50/99)."

§ 2º Revogado

Nota: O § 2º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao *caput* do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"§ 2º Até 30/06/02, fica reduzida a base de cálculo do ICMS em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12% (doze por cento), nas operações internas, nas operações interestaduais destinadas a não-contribuintes do ICMS e nos recebimentos do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, caminhonetas, furgões, "pick-ups" e demais veículos relacionados no item 18, do inciso II, do art. 353, observado o seguinte:"

Redação anterior dada ao *caput* do art. 76 pela Alteração nº 31, (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos a partir de 01/01/02.
"§ 2º De 01/01/98 até 26/05/99 e de 17/08/99 até 31/03/02, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, caminhonetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos, observado o seguinte (Convs. ICMS 129/97, 23/98, 26/99, 50/99, 71/99, 72/00, 87/01 e 127/01):"

Redação anterior dada ao *caput* do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 até 31/12/01:
"§ 2º De 01/01/98 até 26/05/99 e de 17/08/99 até 31/12/01, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, caminhonetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos, observado o seguinte (Convs. ICMS 129/97, 23/98, 26/99, 50/99, 71/99, 72/00 e 87/01):"

Redação anterior dada ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, no DOE de 02/11/00):
"§ 2º De 01/01/98 até 26/05/99 e de 17/08/99 até 31/10/01, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saída internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, caminhonetas, furgões, "pick-ups", "trolebus" e outros veículos, observado o seguinte (Conv. ICMS 129/97, 23/98, 26/99, 50/99, 71/99 e 72/00):

Anteriormente a redação do § 2º do art. 76 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 7, 12, 14 e 20 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7365/98, 7675/99, 7725/99 e 7867/00), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98:
"§ 2º De 01/01/98 até 30/06/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões,

"pick-ups", "trolebus" e outros veículos, observado o seguinte (Conv. ICMS 129/97):"

Redação originária:
"§ 2º De 01/07/95 até 30/04/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups", "trolebus" e outros veículos, calculando-se a redução em 29,41%, de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12%, condicionando-se o benefício à adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, de acordo com sua clasificação na NBM/SH, a saber (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 132/92, 143/92, 148/92, 01/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 45/96, 83/96 e 102/96): 8702.90.0000, 8703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8.703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.24.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0200 e 8704.31.0200."

I - revogado;

Nota: O inciso I, do § 2º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02), efeitos de 28/03/02 a 26/06/02:
"I - o presente benefício é opcional, ficando condicionado à manifestação expressa do contribuinte substituído pela adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, mediante celebração de Termo de Acordo com o fisco, que estabelecerá as condições para operacionalização dessa sistemática de tributação, especialmente quanto à base de cálculo do ICMS;"

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"I - a base de cálculo será reduzida de 29,41%, de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12%;"

II - revogado;

Nota: O inciso II, do § 2º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02), efeitos de 28/03/02 a 26/06/02:
"II - o Termo de Acordo referido no inciso anterior será firmado entre o representante legal do contribuinte e a Secretaria da Fazenda, esta representada pelo Diretor de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Substituição Tributária;"

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*II - o presente benefício é opcional, ficando condicionado à manifestação expressa do contribuinte substituído pela adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, mediante celebração de Termo de Acordo com o fisco, que estabelecerá as condições para operacionalização dessa sistemática de tributação, especialmente quanto à fixação da base de cálculo do ICMS;"*

III - revogado;

Nota: O inciso III, do § 2º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso III, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"III - após a celebração do Termo de Acordo a que se refere o inciso anterior, o fisco encaminhará ao sujeito passivo por substituição relação dos contribuintes substituídos optantes e a data de início da fruição do benefício;"

Redação anterior dada ao inciso III, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).
"III - o Termo de Acordo referido no inciso anterior será firmado entre o representante legal do contribuinte e a Secretaria da Fazenda, esta representada pelo Diretor de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária;"

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*III - o Termo de Acordo referido no inciso anterior será firmado entre o representante legal do contribuinte e a Secretaria da Fazenda, esta representada pelo Diretor do Departamento de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Substituição Tributária (GESUT);"*

IV - revogado;

Nota: O inciso IV, do § 2º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso IV, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02):
"IV - a concessão do presente benefício condiciona-se também a não utilização, por parte do contribuinte substituído, de qualquer crédito fiscal sob alegação de diferença do imposto entre o "preço base de cálculo" e "o preço praticado."

Redação anterior dada ao inciso IV, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"IV - após a celebração do Termo de Acordo a que se refere o inciso anterior, o fisco encaminhará ao sujeito passivo por substituição relação nominando os contribuintes substituídos optantes e a data de início da fruição do benefício;"

V - revogado;

Nota: O inciso V do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao inciso V, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"V - até 31/12/98, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II (Convs. ICMS 129/97, 29/98, 67/98 e 97/98);"

Redação anterior dada ao inciso V, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/07/98:
"V - até 30/09/98, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II (Convs. 129/97, 29/98 e 67/98);"

Redação anterior dada ao inciso V, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 07 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"V - até 30/06/98, excepcionalmente, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II (Convs. 129/97 e 29/98);"

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"V - no primeiro trimestre de 1998, excepcionalmente, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II;"

VI - revogado;

Nota: O inciso VI do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao inciso VI, do § 2º do art. 76 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/10/01 a 27/03/02:
"VI - a identificação dos veículos objeto deste benefício será feita de acordo com a classificação na NBM/SH, descrita no item 18 do inciso II do art. 353 (Convs. ICMS 132/92, 143/92, 148/92, 1/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 45/96, 83/96, 102/96 e 81/01).

Redação anterior dada ao inciso VI, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos até 21/10/01:
"VI - a identificação dos veículos objeto deste benefício será feita de acordo com sua classificação na NBM/SH, a saber (Convs. ICMS 132/92, 143/92, 148/92, 01/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 45/96, 83/96 e 102/96): 8702.90.0000, 8703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8703.23.0299, 8703.23.0301, 8703.23.0399, 8703.23.0401, 8703.23.0499, 8703.23.0500, 8703.23.0700, 8703.23.1001, 8703.23.1002, 8703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.24.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0200 e 8704.31.0200."

VII - revogado.

Nota: O inciso VII do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao inciso VII, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 76 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/08/99 a 27/03/02:
"VII - a concessão do presente benefício condiciona-se também a não utilização, por parte do contribuinte substituído, de qualquer crédito fiscal sob alegação de diferença do imposto entre o "preço base de cálculo" e o preço praticado (Conv. ICMS. 50/99)."

§ 3º Revogado

Nota: **O § 3º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso II, do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos de 27/06/02 a 28/05/03:
"*II - nas aquisições de veículos para revenda, o presente benefício fica condicionado à manifestação expressa do contribuinte substituído pela adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, mediante celebração de Termo de Acordo com o fisco, que estabelecerá as condições para operacionalização dessa sistemática de tributação, especialmente quanto à base de cálculo do ICMS;*"

Redação anterior dada ao *caput* do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149/02):
"3º § De 01/01/98 até 31/12/02, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de veículos novos motorizados de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, observado o seguinte (Convs. ICMS 28/99, 34/99, 84/00, 09/01, 61/01, 87/01 e 127/01):"

A redação da parte incial do art. 76 foi modificada pelas Alterações nºs 26 e 28 (Decretos nºs 8023/01 e 8066/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao *caput* do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 16/04/01 a 24/08/01:
"De 01/01/98 até 31/10/01, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de veículos novos motorizados de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, observado o seguinte (Convs. ICMS 28/99, 34/99, 84/00 e 09/01):"

Redação anterior dada a parte inicial do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01:
"*§ 3º De 01/01/98 até 31/10/01, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de motocicletas e ciclomotores, observado o seguinte (Convs. ICMS 28/99, 34/99 e 84/00):*"

A redação da parte inicial do § 3º foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada a parte inicial do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).
"§ 3º De 01/01/98 até 30/06/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de motocicletas e ciclomotores, observado o seguinte (Conv. ICMS 129/97):"
I - a base de cálculo será reduzida de 29,41%, de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12%;" (efeitos de 04/03/98 a 28/05/03)
II - o presente benefício é opcional, ficando condicionado à manifestação expressa do contribuinte substituído pela adoção do regime de substituição ou antecipação tributária, mediante celebração de Termo de Acordo com o fisco, que estabelecerá as condições para operacionalização dessa sistemática de tributação, especialmente quanto à fixação da base de cálculo do ICMS;" (04/03/98 a 26/06/02)

Redação originária:
"§ 3º De 01/07/95 até 30/04/98, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas e nos recebimentos, do exterior, de motocicletas e ciclomotores classificados no código 8711 da NCM, calculando--se a redução de 29,41%, de forma que resulte numa carga tributária nunca inferior a 12 %, condicionando-se o benefício à adoção do regime de substituição ou antecipação tributária (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convss. 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96 e 102/96):"

III - revogado

Nota: **O inciso III, do § 3º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso III, do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 24/02/99 a 28/05/03:
"III - o Termo de Acordo referido no inciso anterior será firmado entre o representante legal do contribuinte e a Secretaria da Fazenda, esta representada pelo Diretor de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária;"

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao § 3º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98.
"*III - o Termo de Acordo referido no inciso anterior será firmado entre o representante legal do contribuinte e a Secretaria da Fazenda, esta representada pelo Diretor do Departamento de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Substituição Tributária (GESUT);*

IV - revogado

Nota: **O inciso IV, do § 3º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso IV, tendo sido acrescentado ao § 3º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 28/05/03:
"IV - após a celebração do Termo de Acordo a que se refere o inciso anterior, o fisco encaminhará ao sujeito passivo por substituição relação nominando os contribuintes substituídos optantes e a data de início da fruição do benefício;"

V - revogado

Nota: **O inciso III, do § 3º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso V, do § 3º do art. 76 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"V - até 31/12/98, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II (Convs. ICMS 129/97, 29/98, 67/98 e 97/98);"

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao § 3º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98:
"*V - no primeiro trimestre de 1998, excepcionalmente, fica permitida a aplicação do benefício sem o exercício da opção prevista no inciso II;*".

VI - revogado

Nota: **O inciso III, do § 3º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso VI, do § 3º do art. 76 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 16/04/01 a 28/05/03:

"VI - os veículos novos motorizados de que cuida o item 19 do inciso II do art. 353, objeto deste benefício, são os classificados no código 8711 NBM/SH (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96, 102/96 e 09/01)."

Redação anterior dada ao inciso VI, do § 3º do art. 76 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 16/04/01:
"*VI - as motocicletas e os ciclomotores objeto deste benefício são os classificados no código 8711 da NBM/SH (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96, 102/96 e 09/01).*"

Redação anterior dada ao inciso VI, tendo sido acrescentado ao § 3º do art. 76 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98:
"*VI - as motocicletas e os ciclomotores objeto deste benefício são os classificados no código 8711 da NBM/SH (Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96 e 102/96).*"

§ 4º É reduzida em 100% a base de cálculo do ICMS das operações de saídas de veículos usados, observado o disposto no art. 83.

§ 5º É reduzida a base de cálculo do ICMS das operações de saídas de automóveis destinados ao transporte de passageiros na categoria de aluguel (táxi), com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), quando realizadas pela respectiva indústria, de acordo com os critérios e atendidas as condições a seguir enunciados (Conv. ICMS 15/96):

I - a redução será de:

a) 75%, no período de 01/05/96 até 31/08/96;

b) 50%, no período de 01/09/96 até 31/12/96;

c) 25%, no período de 01/01/97 até 31/03/97;

II - só se aplica o benefício se o veículo for destinado a motorista profissional, e desde que, cumulativa e comprovadamente, a critério da Secretaria da Fazenda:

a) o adquirente:

1 - exercesse, na data de 22/03/96, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade;

2 - deva utilizar o veículo na atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi);

3 - não tenha adquirido, nos últimos 3 anos, veículo com benefício do ICMS outorgado à categoria;

b) o benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no seu preço;

c) o veículo seja novo e esteja beneficiado com isenção ou alíquota reduzida a zero do IPI;

III - ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou o seu desaparecimento, o benefício de que cuida este parágrafo somente poderá ser utilizado uma única vez;

IV - até 30/04/97, a operação de saída promovida pelo revendedor autorizado gozará da mesma redução da base de cálculo prevista para a indústria;

V - o imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido;

VI - a alienação do veículo adquirido com redução da base de cálculo, quando efetuada a pessoa que não satisfaça aos requisitos e às condições estabelecidos na alínea "a" do inciso II, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, corrigido monetariamente;

VII - na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não-observância do disposto na alínea "a" do inciso II, o tributo será exigido integralmente, com multa e acréscimos tributários;

VIII - para aquisição de veículo com o benefício de que cuida este parágrafo, deverá, ainda, o interessado:

a) obter declaração, em 3 vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já a exercia na data de 22/03/96, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);

b) entregar as 3 vias da declaração referida na alínea anterior ao revendedor autorizado, juntamente com o pedido do veículo;

IX - os revendedores autorizados, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:

a) mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com redução da base de cálculo do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 15/96, e que, nos primeiros 3 anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;

b) encaminhar, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, juntamente com a 1ª via da declaração referida na alínea "a" do inciso anterior, informações relativas a:

1 - domicílio do adquirente e seu número de inscrição no CPF/MF;

2 - número, série e data da Nota Fiscal emitida, e aos dados identificadores do veículo vendido;

c) conservar em seu poder a 2ª via da declaração, e encaminhar a 3ª via ao Departamento Estadual de Trânsito, para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação própria;

X - os estabelecimentos fabricantes ficam autorizados a efetuar as saídas dos veículos com os benefícios previstos no Convênio ICMS 15/96 mediante encomenda dos revendedores autorizados, desde que, em 120 dias, contados da data daquela saída, possam demonstrar, perante o fisco, o cumprimento do disposto no inciso II da cláusula oitava do referido convênio (alínea "b" do inciso anterior deste parágrafo), por parte daqueles revendedores;

XI - os estabelecimentos fabricantes deverão:

a) quando da saída de veículo amparada pelo benefício instituído no Convênio ICMS 15/96, especificar o valor a ele correspondente;

b) até o último dia de cada mês, elaborar relação das Notas Fiscais emitidas no mês anterior, nas condições da cláusula nona do referido convênio (inciso X do presente parágrafo), indicando a quantidade de veículos e respectivos destinatários revendedores, separadamente, por unidade da Federação;

c) anotar na relação referida na alínea anterior, no prazo de 120 dias, as informações recebidas dos revendedores, mencionando:

1 - o nome, o domicílio e o número de inscrição no CPF/MF do adquirente final do veículo;

2 - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo revendedor;

d) conservar à disposição dos fiscos das unidades federadas, pelo prazo de que cuida o art. 144, os elementos referidos nas alíneas anteriores;

XII - quando o faturamento for efetuado diretamente pelo fabricante, deverá este cumprir, no que couber, as obrigações atribuídas aos revendedores;

XIII - a obrigação aludida na alínea "c" do inciso XI poderá ser suprida por relação elaborada no prazo ali previsto e contendo os elementos indicados na referida alínea, separadamente, por unidade da Federação;

XIV - poderá o fisco arrecadar as relações referidas nos incisos XI e XIII e os elementos que lhes serviram de suporte, para as verificações que se fizerem necessárias;

XV - a redução da base de cálculo é condicionada ao reconhecimento prévio, por parte do Inspetor Fazendário, mediante requerimento do adquirente, acompanhado das informações e documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas, sendo que do indeferimento do pedido caberá recurso voluntário para o Conselho de Fazenda Estadual - CONSEF.

Nota: A redação atual do inciso XV, do § 5º do art. 76 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

§ 6º Revogado

Nota: O § 6º do art. 76 foi revogado pela Alteração nº 32 (Decreto nº 8200, de 27/03/02, DOE de 28/03/02).

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 76 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/08/99 a 27/03/02:
"§ 6º A partir de 1º/09/99 nas operações interestaduais com veículos automotores destinadas a não-contribuintes, relacionadas nos §§ 1º e 2º deste artigo, será adotada o mesmo tratamento tributário previsto naqueles dispositivos (Conv. ICMS 50/99)."

SUBSEÇÃO III
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Máquinas,
Aparelhos, Equipamentos e Implementos

Art. 77. É reduzida a base de cálculo das operações com máquinas, aparelhos e equipamentos:

I - de 02/11/91 até 31/10/07, nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais arroladas no anexo 5, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso I do art. 77 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso I do art. 77 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"I - de 02/11/91 até 30/04/04, nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais arroladas no Anexo 5, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso I do art. 77 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03:
"I - de 02/11/91 até 30/04/03, nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais

arroladas no Anexo 5, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 77 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"I - de 02/11/91 até 31/12/02, nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais arroladas no Anexo 5, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Convs. ICMS 52/91, 87/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98 e 05/99 e 10/01):"

A redação da parte inicial do inciso I do art. 77 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 7 e 12 (Decretos nºs 6379/97, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) nas operações internas: carga tributária de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual da alinea "a", do inciso I do art. 77 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"a) nas operações internas: carga tributária de 11%;".

b) nas operações interestaduais com consumidor ou usuário final, não contribuintes do ICMS: carga tributária de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual da alinea "b" foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"b) nas operações interestaduais com consumidor ou usuário final, não contribuintes do ICMS: carga tributária de 11%;".

c) nas demais operações de saídas interestaduais: carga tributária de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento), observando-se, nas entradas de outras unidades da Federação, o disposto no § 1º (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual da alinea "c" foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"c) nas demais operações de saídas interestaduais: carga tributária de 11%, observando-se, nas entradas de outras unidades da Federação, o disposto no § 1º;".

II - de 02/11/91 até 31/10/07, nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no anexo 6, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 77 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 77 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"II - de 02/11/91 até 30/04/04, nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no Anexo 6, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso II do art. 77 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03:
"II - de 02/11/91 até 30/04/03, nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no Anexo 6, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Conv. ICMS 52/91):"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 77 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"II - de 02/11/91 até 31/12/02, nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no Anexo 6, de forma que a carga tributária seja equivalente aos seguintes percentuais (Convs. ICMS 52/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98, 05/99, 10/01 e 47/01):"

A redação da parte inicial do inciso II do art. 77 foi modificada pelas Alterações nºs 5, 7 e 12 (Decretos nºs 7244/98, 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) nas operações internas: carga tributária de 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual da alinea "a" foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"a) nas operações internas: carga tributária de 7%;".

b) nas operações interestaduais com consumidor ou usuário final não contribuintes do ICMS: carga tributária de 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual da alinea "b" foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"b) nas operações interestaduais com consumidor ou usuário final não contribuintes do ICMS: carga tributária de 7%;".

c) nas demais operações de saídas interestaduais: carga tributária de 7,0% (sete por cento), observando-se, nas entradas de outras unidades da Federação, o disposto no § 2º (Conv. ICMS 01/00).

Nota: A redação atual da alinea "c" foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"c) nas demais operações de saídas interestaduais: carga tributária de 8,75%, observando-se, nas entradas de outras unidades da Federação, o disposto no § 2º.".

§ 1º As aquisições interestaduais das mercadorias de que cuida o inciso I, enquanto perdurar aquele benefício, a redução da base de cálculo será feita, com base na legislação da unidade federada de origem, de forma que a carga tributária seja equivalente aos percentuais a seguir (Convs. ICMS 52/91 e 13/92):

I - nas operações de saída dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, exclusive Espírito Santo: carga tributária de 5,14% (cinco inteiros e catorze centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual do inciso I foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"I - nas operações de saída dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, exclusive Espírito Santo: carga tributária de 6,42%;".

II - nas operações de saídas interestaduais com consumidor ou usuário final, não contribuintes do ICMS: carga tributária de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual do inciso II foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"II - nas operações de saídas interestaduais com consumidor ou usuário final, não contribuintes do ICMS: carga tributária de 11%;"

III - nas demais operações interestaduais: carga tributária de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00).

Nota: A redação atual do inciso III foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"III - nas demais operações interestaduais: carga tributária de 11%.".

§ 2º Nas aquisições interestaduais das mercadorias de que cuida o inciso II, enquanto perdurar aquele benefício, a redução da base de cálculo será feita, com base na legislação da unidade federada de origem, de forma que a carga tributária seja equivalente aos percentuais a seguir (Convs. ICMS 52/91, 13/92, 148/92 e 65/93):

I - nas operações de saídas dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, exclusive Espírito Santo: carga tributária de 4,1% (quatro inteiros e um décimo por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual do inciso I foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"I - nas operações de saídas dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, exclusive Espírito Santo: carga tributária de 5,1%;".

II - nas operações de saídas interestaduais para consumidor ou usuário final não contribuintes do ICMS: carga tributária de 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento) (Conv. ICMS 01/00);

Nota: A redação atual do inciso II foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"II - nas operações de saídas interestaduais para consumidor ou usuário final não contribuintes do ICMS: carga tributária de 7%;"

III - nas demais operações interestaduais: carga tributária de 7,0% (sete por cento) (Conv. ICMS 01/00).

Nota: A redação atual do inciso III foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.

Redação originária:
"III - nas demais operações interestaduais: carga tributária de 8,75%.".

SUBSEÇÃO IV
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Produtos Agropecuários
e Produtos Extrativos Animais e Vegetais

Art. 78. Revogado.

Nota: O art. 78 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):

O inciso V do art. 78 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação anterior dada a parte incial do inciso III do art. 78 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"III - de 01/10/91 até 30/04/99, nas saídas interestaduais de pescados, calculando-se a redução de 40% (quarenta por cento), exceto em se tratando de (Convs. ICMS 60/91, 148/92,121/95 e 23/98):"

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao art. 78 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), efeitos de 26/04/97 a 31/01/99):
"V - nas saídas de cana-de-açúcar, melaço e mel rico destinados à fabricação de álcool etílico hidratado combustível, nos termos do § 4º do art. 515."

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"Art. 78. É reduzida a base de cálculo das operações com produtos agropecuários e extrativos:
I - nas saídas internas de leite, observado o disposto no art. 467:
II - a partir de 16/07/92, nas saídas internas de eqüinos puros-sangues, calculando-se a redução em

51,11%, exceto eqüino puro-sangue inglês - PSI (Conv. ICMS 50/92);
III - de 01/10/91 até 30/04/98, nas saídas interestaduais de pescados, calculando-se a redução de 40% (quarenta por cento), exceto em se tratando de (Convs. ICMS 60/91, 148/92,121/95): (efeitos até 30/04/98)
a) crustáceos, moluscos, adoque, bacalhau, merluza, pirarucu, salmão e rã;
b) operação que destine o pescado à industrialização;
c) pescado enlatado ou cozido;
IV - a partir de 01/07/94, nas saídas interestaduais de madeira em estado bruto classificada na posição 4403 da NCM, proveniente de florestas de eucalipto localizadas na área da DEREF de Alagoinhas, quando destinada a indústria de celulose, nos prazos e percentuais seguintes (Convs. ICMS 60/94 e 109/94):
a) 83,33%, nas operações ocorridas entre 01/7/94 e 30/6/95;
b) 66,66%, nas operações ocorridas entre 01/7/95 e 30/6/97;"

SUBSEÇÃO V
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Insumos Agropecuários

Art. 79. É reduzida a base de cálculo das operações com insumos agropecuários:

Nota: A redação atual do art. 79 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

A redação do art. 79 foi modificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97) para simples adaptação de seu texto.

Redação originária:
"Art. 79. É reduzida a base de cálculo das operações com insumos agropecuários:
I - nas saídas interestaduais dos produtos relacionados nos incisos I a X do art. 20, de 24/6/92 até 30/9/97, desde que atendidas as condições estabelecidas no referido artigo e em seu § 1º, calculando-se a redução em 50% (Convs. ICMS 36/92, 41/92 e 28/93);
II - nas saídas interestaduais dos produtos relacionados nos incisos XI e XII do art. 20, de 24/6/92 até 30/9/97, desde que atendido o disposto no referido artigo, inclusive em seus §§ 1º e 2º, calculando-se a redução em 25% (Convs. ICMS 36/92, 41/92, 28/93, 35/96 e 67/96)."

I - nas saídas interestaduais dos produtos a seguir indicados, enquanto perdurar o benefício ali previsto, desde que atendidas as condições estabelecidas no referido artigo, calculando-se a redução em 60% (Conv. ICMS 100/97):

Nota: A redação atual do inciso I do art. 79 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 79 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"I - nas saídas interestaduais dos produtos relacionados nos incisos I a X do art. 20, a partir de 06/11/97, enquanto perdurar o benefício ali previsto, desde que atendidas as condições estabelecidas no referido artigo, calculando-se a redução em 60% (Conv. ICMS 100/97);"

a) a partir de 06/11/97, os relacionados nos incisos I a X do art. 20;

b) a partir de 14/10/02, o relacionado no inciso XII do art. 20;

c) a partir de 01/05/03, o relacionado no inciso XIII do art. 20;

Nota: A alínea "c", foi acrescentada ao inciso I do art. 79 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).

II - nas saídas interestaduais dos produtos relacionados no inciso XI do art. 20, a partir de 06/11/97, enquanto perdurar o benefício ali previsto, desde que atendidas as condições estabelecidas no referido artigo, calculando-se a redução em 30% (Conv. ICMS 100/97).

SUBSEÇÃO VI
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Energia Elétrica

Art. 80. É reduzida a base de cálculo das operações com energia elétrica, de acordo com os seguintes percentuais:

I - 52%, quando:

Nota: A redação atual do inciso I foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*I - 52%, quando destinada às classes industrial e rural e à atividade hoteleira;*"

a) destinada às classes de consumo industrial e rural;

b) destinada à atividade hoteleira, excetuada a atividade de motel, enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5511-5/03 e 5512-3/03;

c) destinada à atividade hospitalar enquadrada na CNAE-Fiscal sob o código 8511-1/00.

II - 32%, quando:

a) destinada ao consumo pelos órgãos da administração pública federal direta e fundações mantidas pelo poder público federal;

b) destinada às demais classes de consumo, excetuadas as classes residencial e comercial;

III - 100%, quando destinada ao consumo pelos órgãos da administração pública municipal e fundações mantidas pelo poder público municipal e à iluminação pública.

SUBSEÇÃO VII
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Combustíveis

Art. 81. É reduzida a base de cálculo das operações com os combustíveis a seguir especificados, de forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária efetiva de 12%, calculando-se a redução em 29,4117%:

I - nas saídas de gás liquefeito de petróleo, a partir de 01/01/91 (Convs. ICMS 112/89, 92/90, 80/91, 148/92 e 124/93);

II - nas saídas de gás natural (Convs. ICMS 18/92, 89/94 e 151/94).

Parágrafo único. revogado

Nota: O parágrafo único do art. 81 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 81 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"*Parágrafo único. Nas operações com álcool hidratado combustível, observar-se-á o disposto no § 4º do art. 515.*"

SUBSEÇÃO VIII
Da Redução da Base de Cálculo das Operações com Minerais

Art. 82. É reduzida a base de cálculo das operações com minerais:

I - de 09/02/93 até 31/12/01, nas saídas internas de diamantes e esmeraldas classificados nos códigos 7102, 7103.10 e 7103.91 da NBM/SH, calculando-se a redução em 91,67% (noventa e um inteiros e sessenta sete centésimos por cento) (Convs. ICMS 155/92, 124/93, 22/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 10/01 e 51/01);

Nota: A redação do inciso I do art. 82 foi modificada pelas Alteração nº 1, 3, 4, 5, 7, 12, 24 e 26 (Decretos nº 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7955/01 e 8023/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

II - a partir de 01/01/91, nas saídas de ouro, desde a sua origem, calculando-se a redução em 94,1176% (art. 47, VII) (Conv. ICM 55/89).

III - de 25/10/00 até 31/10/07, nas saídas internas de pedra britada e de mão, calculando-se a redução em 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) (Convs. ICMS 13/94).

Nota: A redação atual do inciso III do art. 82 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 82 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02):
"III - de 25/10/00 até 30/04/04, nas saídas internas de pedra britada e de mão, calculando-se a redução em 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) (Convs. ICMS 13/94, 67/00 e 21/02)."

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao art. 82 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), efeitos até 08/05/02:
"III - a partir de 25/10/00, nas saídas internas de pedra britada e de mão, calculando-se a redução em 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) (Convs. ICMS 13/94 e 67/00)."

SUBSEÇÃO IX
Da Redução da Base de Cálculo na Desincorporação de Bens do Ativo
e na Comercialização de Mercadorias Usadas

Art. 83. É reduzida a base de cálculo nas saídas de máquinas, aparelhos, veículos, móveis, motores e vestuário usados, bem como nas operações decorrentes da desincorporação de bens do ativo imobilizado, calculando-se a redução em 100% do valor da operação, tratando-se de veículos, em 95%, tratando-se de máquinas e aparelhos, e de 80% nos demais casos, observando-se o seguinte (Convs. ICM 15/81):

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 83 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03. DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação originária, efeitos até 29/02/04:
"Art. 83. É reduzida a base de cálculo das operações decorrentes da desincorporação de bens do ativo imobilizado e de comercialização de mercadorias usadas, calculando-se a redução em 95% do valor da operação, tratando-se de máquinas e aparelhos, em 100%, tratando-se de veículos, e em 80%, no caso de outros bens (Convs. ICM 15/81, 27/81 e 97/89, e Convs. ICMS 50/90, 80/91, 154/92, 33/93 e 151/94):"

I - nas saídas, por desincorporação, de bens integrados ao ativo imobilizado, no caso de a desincorporação ser feita em prazo inferior ou igual a um ano de uso do bem no próprio estabelecimento;

II - nas saídas de mercadorias e objetos usados, anteriormente adquiridos ou recebidos para comercialização nesta ou noutra unidade da Federação, observado o seguinte:

a) a redução da base de cálculo só se aplicará às mercadorias adquiridas ou recebidas anteriormente na condição de usadas, e quando a operação de que houver decorrido a sua entrada não tiver sido onerada pelo imposto, ou quando sobre a referida operação o imposto tiver sido calculado também sobre base de cálculo reduzida sob o mesmo fundamento;

b) na saída de mercadoria usada, tendo esta sido objeto de revisão, conserto ou aplicação de peças, partes, acessórios ou equipamentos, a redução da base de cálculo nos termos da alínea anterior, sobre o valor da operação de saída, dispensa o contribuinte do pagamento do imposto sobre as peças, partes, acessórios e equipamentos aplicados na mercadoria, desde que não haja utilização dos créditos fiscais correspondentes às mercadorias aplicadas ou que seja estornado o respectivo valor, sendo que o disposto nesta alínea não dispensa o tributo devido por terceiro que eventualmente haja prestado o serviço de revisão ou conserto com fornecimento de mercadorias;

c) não prevalecerá a redução da base de cálculo em se tratando de mercadorias cujas entradas e saídas não se realizarem mediante a emissão de documentos fiscais próprios, ou deixarem de ser regularmente escrituradas nos livros fiscais pertinentes.

Parágrafo único. Terão o tratamento previsto neste artigo as operações com salvados de sinistro realizadas por empresas seguradoras (arts. 531 e seguintes).

SUBSEÇÃO X
Da Redução da Base de Cálculo das Operações de Importação

Art. 84. É reduzida a base de cálculo nos recebimentos, pelo importador, de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos ou material, ou seus respectivos acessórios, sobressalentes ou ferramentas, quando procedentes do exterior, devendo a redução ser proporcional à do Imposto sobre a Importação, ficando a fruição do benefício condicionada a que (Conv. ICMS 130/94):

I - revogado.

Nota: O inciso I do art. 84 foi revogado pela alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04)

Redação originária:
"I - as operações estejam amparadas por programa especial de exportação (Programa BEFIEX) aprovado até 31/12/89;"

II - o adquirente da mercadoria seja empresa industrial;

III -as mercadorias se destinem a integrar o ativo imobilizado da empresa industrial, para uso exclusivo na atividade produtiva realizada pelo estabelecimento importador (Convs. ICMS 130/94 e 130/98).

Nota: A redação atual do inciso III foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 07/01/99.

Redação originária:
"III - as mercadorias se destinem a integrar o ativo imobilizado da empresa industrial adquirente.".

Art. 85. Nas aquisições, no mercado interno, das mercadorias de que cuida o artigo anterior, quando as mesmas puderem ser importadas com a redução da base de cálculo nele prevista, a base de cálculo será reduzida em idêntico percentual, não prevalecendo, neste caso, a isenção contemplada na alínea "b" do inciso III do art. 28.

Art. 85-A. A partir de 25/10/00, é reduzida a base de cálculo do ICMS nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, todos sem similar produzido no país, efetuadas por empresa jornalística ou editora de livros, para emprego exclusivo no processo de industrialização de livros, de jornais ou de periódicos, ou efetuadas por empresa de radiodifusão, para emprego exclusivo na geração, emissão, recepção, transmissão, retransmissão, repetição ou ampliação de sinais de comunicação nos seguintes percentuais (Conv. ICMS 58/00):

Nota: O artigo 85-A foi acrescentado pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

I - 100% (cem por cento) até 31 de dezembro de 2000;

II - 80% (oitenta por cento), de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001;

III - 60% (sessenta por cento), de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002.

§ 1º O benefício previsto neste artigo somente alcança as empresas cuja atividade preponderante seja a prestação de serviço de radiodifusão ou a industrialização de livros, jornais ou periódicos.

§ 2º A inexistência de produto similar produzido no país será atestado por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo o território nacional.

§ 3º A redução de base de cálculo prevista nos incisos II e III do *caput* deste artigo será estendida para até 100% (cem por cento) na hipótese de as empresas referidas apresentarem receita bruta igual ou inferior ao triplo do limite previsto para a inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), instituído pela Lei Federal nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, observada a proporcionalidade, no caso de início de atividade.

SUBSEÇÃO XI
Da Redução da Base de Cálculo das Prestações de Serviços de Comunicação,
Inclusive Telecomunicações

Art. 86. É reduzida a base de cálculo:

I - revogado

Nota: O inciso I foi revogado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"*I - a partir de 22/06/94, das prestações de serviços públicos de telecomunicações internacionais, de forma que corresponda a uma carga tributária efetiva de 13% (Conv. ICMS 27/94);*".

II - a partir de 24/05/95, das prestações de serviços de radiodifusão sonora e/ou de imagens, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5%, sendo que (Conv. ICMS 05/95 e 56/99):

Nota: A redação atual do *caput* do inciso II foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 01/09/99.

Redação originária:
"*II - a partir de 24/05/95, das prestações de serviços de radiodifusão sonora e/ou de imagens e de televisão por assinatura, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5%, sendo que (Conv. ICMS 05/95):*".

a) a redução da base de cálculo será aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema normal de tributação;

b) o contribuinte que optar pelo benefício previsto neste inciso não poderá utilizar créditos fiscais relativos a entradas tributadas;

c) na determinação da base de cálculo dos serviços de difusão sonora e de imagens, prestados através de contratos de veiculação em rede nacional ou regional, adotar-se-á a proporcionalidade em relação à população de cada unidade da Federação, de acordo com o último recenseamento do IBGE;

III - das prestações de serviços de radiochamada com transmissão unidirecional, nos percentuais a seguir indicados, sendo que esta redução poderá ser aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema de compensação do imposto (débito/crédito), sob a condição de que, ao optar pelo presente benefício, o contribuinte renuncie à utilização de quaisquer créditos fiscais (Conv. ICMS 27/96):

a) 70%, até 31/12/96;

b) 50%, de 01/01/97 até 30/06/97;

c) 30%, de 01/07/97 até 31/12/97;

IV - das prestações de serviço de radiochamada, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5% (cinco por cento), de 01/01/00 até 30/06/00 e de 25/10/00 até 31/07/02, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), de 01/07/01 até 31/12/01 e de 01/08/02 a 31/12/02 e de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/03, sendo que (Conv. ICMS 86/99, 65/00 e 50/01):

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 86 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

Redação anterior dada ao inciso IV pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), observando o disposto no art. 3º do citado Decreto da alteração.
"IV - das prestações de serviço de radiochamada, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5% (cinco por cento), de 01/01/00 até 30/06/00 e de 25/10/00 até 30/06/01, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), de 01/07/01 até 31/12/01 e de 10% (dez por cento), a partir de

01/01/02, sendo que (Conv. ICMS 86/99 e 65/00):"

Redação anterior dada ao inciso IV pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 01/01/00:
"IV - das prestações de serviço de radiochamada, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5% (cinco por cento), de 01/01/00 até 30/06/00, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), de 01/07/00 até 31/12/00 e de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/01, sendo que (Conv. ICMS 86/99):".

Redação anterior dada ao inciso IV pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98):
"*IV - até 31/07/99, das prestações de serviços de radiochamada, de forma que a carga tributária seja equivalente a 5% (cinco por cento), sendo que esta redução poderá ser aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema de compensação do imposto (débito/crédito), sob a condição de que, ao optar pelo presente benefício, o contribuinte renuncie à utilização de quaisquer créditos ou benefícios fiscais (Convs. ICMS 115/96, 23/98 e 60/98).*".

Redação anterior dada ao inciso IV pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"IV - até 31/7/98, das prestações de serviços de radiochamada, de forma que a carga tributária seja equivalente a 5% (cinco por cento), sendo que esta redução poderá ser aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema de compensação do imposto (débito/crédito), sob a condição de que, ao optar pelo presente benefício, o contribuinte renuncie à utilização de quaisquer créditos ou benefícios fiscais (Convs. ICMS 115/96 e 23/98)."

a) a redução da base de cálculo será aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema normal de compensação do imposto (débito/crédito), hipótese em que deverá renunciar a utilização de quaisquer créditos fiscais;

b) a opção a que se refere a alínea anterior, será feita para cada ano civil;

V - das prestações de serviço de televisão por assinatura, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 5% (cinco por cento), de 01/09/99 até 31/12/99, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), de 01/01/00 até 31/12/00 e de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/01, sendo que (Conv. ICMS 57/99):

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 86 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 01/09/99.

a) a redução da base de cálculo será aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema de compensação do imposto (débito/crédito), hipótese em que deverá renunciar a utilização de quaisquer créditos fiscais, no período considerado;

b) o contribuinte ficará obrigado ao cumprimento regular da obrigação tributária principal;

c) o descumprimento da condição prevista na alínea "b" implicará na perda do benefício a partir do mês subseqüente àquele em que se verificar o inadimplemento, ficando a reabilitação à fruição do benefício condicionada ao recolhimento do débito fiscal remanescente ou ao pedido de seu parcelamento, a partir do mês subseqüente ao da regularização.

VI - das prestações onerosas de serviço de comunicação, na modalidade de provimento de acesso à internet, realizadas por provedor de acesso, de forma que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da prestação, durante os períodos de 09/08/01 a 31/12/02 e de 29/07/03

até 31/12/06 (Conv. ICMS 78/01), sendo que:

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VI do art. 86 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do art. 86 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 01/01/04 a 21/12/04:
"VI - das prestações onerosas de serviço de comunicação, na modalidade acesso à internet, de forma que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da prestação, durante os períodos de 09/08/01 a 31/12/02 e de 29/07/03 até 31/12/04 (Conv. ICMS 78/01), sendo que:"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do art. 86 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos até 31/12/03:
"VI - das prestações onerosas de serviço de comunicação, na modalidade acesso à internet, de forma que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da prestação, durante os períodos de 09/08/01 a 31/12/02 e de 29/07/03 até 31/12/03 (Conv. ICMS 78/01), sendo que:

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do art. 86 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03):
"VI - das prestações onerosas de serviço de comunicação, na modalidade acesso à internet, de forma que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor da prestação, durante os períodos de 09/08/01 a 31/12/02 e de 29/07/03 até 31/10/03 (Conv. ICMS 78/01 e 50/03):"

O art. 4º do Decreto nº 8.606, publicado no DOE de 14/08/03, determina que:
- Ficam convalidados os procedimentos adotados em relação às prestações de serviço de acesso à Internet efetuadas nos termos deste dispositivo, ocorridas no período de 01/01/03 até 28/07/03 (Conv. ICMS 50/03);
- A convalidação de que trata este artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Redação anterior dada a parte final do inciso VI do art. 86 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 09/08/01 a 13/08/03:
"VI - das prestações onerosas de serviço de comunicação, na modalidade acesso à internet de forma que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento), do valor da prestação de 09/08/01 até 31/12/02, sendo que (Conv. ICMS 78/01):"

A redação do inciso VI do art. 86 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), para determinar a não exigência do ICMS referentes a débitos fiscais, lançados ou não, inclusive juros e multa, relacionados com as operações descritans neste inciso, realizadas até 08/08/01, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 8023/01 (Conv. ICMS nº 78/01).

a) a redução será aplicada, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema normal de compensação do imposto (débito/crédito);

b) a opção pelo benefício previsto no *caput* do inciso VI, implica na renúncia a utilização de quaisquer outros créditos ou benefícios fiscais.

c) nas prestações de serviço de Internet em que o estabelecimento prestador esteja localizado em unidade federada diversa da do usuário, o pagamento do imposto deve ser efetuado na proporção de 50% (cinqüenta por cento) à unidade da Federação de localização do usuário do serviço e 50% (cinqüenta por cento) à unidade da Federação de localização da empresa prestadora (Convênio ICMS 79/03).

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso VI do art. 86 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 01/11/03.

SUBSEÇÃO XII
Das Demais Hipóteses de Redução da Base de Cálculo

Art. 87. É reduzida a base de cálculo:

I - de 18/08/94 até 31/10/07, das operações internas e interestaduais com o produto N-Dipropilamina (D.P.A.), classificado no código 2921.19.22 da NBM/SH, desde que destinado à produção de herbicidas, calculando-se a redução de 100% (cem por cento) (Conv. ICMS 59/94);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 87 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 87 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"I - de 18/08/94 até 30/04/05, das operações internas e interestaduais com o produto N-Dipropilamina (D.P.A.), classificado no código 2921.19.22 da NBM/SH, desde que destinado à produção de herbicidas, calculando-se a redução de 100% (cem por cento) (Conv. ICMS 59/94);"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 87 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):
"I - de 18/08/94 até 30/04/03, das operações internas e interestaduais com o produto N-Dipropilamina (D.P.A.), classificado no código 2921.19.22 da NBM/SH, desde que destinado à produção de herbicidas, calculando-se a redução de 100% (cem por cento) (Convs. ICMS 59/94, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 07/00 e 10/01);"

A redação do inciso I do art. 87 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12 e 17 (Decretos nº 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99 e 7824/00), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

II - das operações com minério de ferro e "pellets", nos termos do inciso II do art. 508;

III - das operações com os produtos farmacêuticos e demais mercadorias especificados no item 13 do inciso II do art. 353, relativamente à base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária, observado o disposto no inciso I do § 2º do art. 61;

IV - até 31/10/07, das operações internas com ferros e aços não planos a seguir indicados, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação (Conv. ICMS 33/96):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso IV do art. 87 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"IV - até 30/04/05, das operações internas com ferros e aços não planos a seguir indicados, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação (Conv. ICMS 33/96):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso IV do art. 87 pela Alteração nºs 24 (Decreto nº 7955/01):

"IV - até 30/04/03, das operações internas com ferros e aços não planos a seguir indicados, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação (Convs. ICMS 33/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 34/99, 07/00 e 10/01):"

A redação do inciso IV do art. 87 foi dada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12, 13 e 17 (Decretos nº 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99, 7691/99 e 7824/00), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

CLASSIFICAÇÃO NA NCM			DESCRIÇÃO
7213			FIO MÁQUINA DE FERRO OU AÇOS NÃO LIGADOS:
	10	00	Dentados, com nervuras, sulcos ou relevos, obtidos durante a laminagem
	20	00	De aços para tornear, de seção circular
7214			BARRAS DE FERRO OU AÇOS NÃO LIGADOS, SIMPLESMENTE FORJADAS, LAMINADAS, ESTIRADAS OU EXTRUDADAS, A QUENTE, INCLUÍDAS AS QUE TENHAM SIDO SUBMETIDAS A TORÇÃO APÓS A LAMINAGEM:
	20		Dentadas, com nervuras, sulcos ou relevos, obtidos durante a laminagem, ou torcidas após a laminagem:
		00	De menos de 0,25% de carbono
		00	De 0,25% ou mais, mas menos de 0,6% de carbono
	91	00	Outras, de seção transversal retangular, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono
	99	00	Outras, de seção circular, contendo, em peso, menos de 0,25% de carbono
7216			PERFIS DE FERRO OU AÇOS NÃO LIGADOS:
	21	00	Perfis em L, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura inferior a 80mm
	31		Perfis em U, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura igual ou superior a 80mm:
		00	De altura igual ou superior a 80mm, mas não superior a 200mm
		00	De altura superior a 200mm
	32		Perfis em I, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura igual ou superior a 80mm:
		00	De altura igual ou superior a 80mm, mas não superior a 200mm
		00	De altura superior a 200mm
7217			FIOS DE FERRO OU AÇOS NÃO LIGADOS
	10		Não revestidos, mesmo polidos:
		19	Outros
		90	Outros
	20		Galvanizados:
		10	Com um teor de carbono superior ou igual a 0,6%, em peso
		90	Outros
	30		Revestidos de outros metais comuns:
		90	Outros
	90	00	Outros
7313	00	00	ARAME FARPADO, DE FERRO OU AÇO; ARAMES OU TIRAS, RETORCIDOS, MESMO FARPADOS, DE FERRO OU AÇO, DOS TIPOS DOS UTILIZADOS EM CERCAS
7314			TELAS METÁLICAS (INCLUÍDAS AS TELAS CONTÍNUAS OU SEM FIM), GRADES E REDES, DE FIOS DE FERRO OU AÇO; CHAPAS E TIRAS, DISTENDIDAS, DE FERRO OU AÇO:
	31	00	Galvanizadas

Nota: O item 7217 foi acrescentado ao inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

Nota: O item 7313 foi acrescentado ao inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

Nota: O item 7314 foi acrescentado ao inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

	4		Outras telas metálicas, grades e redes:
	41	00	Galvanizadas
	42	00	Recobertas de plásticos
	49	00	Outras
7317	00		TACHAS, PREGOS, PERCEVEJOS, ESCÁPULAS, GRAMPOS ONDULADOS OU BISELADOS E ARTEFATOS SEMELHANTES, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO, MESMO COM CABEÇA DE OUTRA MATÉRIA, EXCETO COBRE:

Nota: O item 7317 foi acrescentado ao inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

		20	Grampos de fio curvado
		90	Outros
7326			OUTRAS OBRAS DE FERRO OU AÇO

Nota: O item 7326 foi acrescentado ao inciso IV do art. 87 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

	20	00	OBRAS DE FIOS DE FERRO OU AÇO

V - das operações internas com aparelhos e equipamentos de processamento de dados e seus periféricos ("hardware"), bem como com suprimentos para armazenamento de dados e outros de uso exclusivo em informática, inclusive automação, em 58,825%, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 7%;

Nota: A redação atual do inciso V foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), tendo sido retificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), para simples aperfeiçoamento do texto.

A redação originária do inciso V contemplava, apenas, "aparelhos ou equipamentos de processamento de dados e seus periféricos ('hardware')".

VI - das operações com programas para computadores, em meio magnético ou ótico (disquete ou CD Rom), de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (Conv. ICMS 84/96);

VII - das operações internas com óleo refinado de soja (NBM/SH 1507.90.10), calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento);

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 87 pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02):
"VII - de 01/01/00 até 31/12/03, das operações internas com óleo refinado de soja (NBM/SH 1507.90.10), calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributáira incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento);"

A redação do inciso VII do art. 87 foi modificada pelas Alterações nºs 15, 21 e 29 (Decretos nºs 7729/99, 7886/00 e 8087/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 87 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"*VII - de 01/07/97 até 31/12/99, das operações internas com óleo refinado de soja (NBM/SH 1507.90.10), calculando-se a redução em 58,825% (cinquenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de*

7% (sete por cento);".

A Redação anterior do inciso VII do art. 87 foi modificada pelas Alterações nºs 7 e 10 (Decretos nºs 7365/98 e 7490/98), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O inciso VII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98), sendo que, inicialmente, este benefício era tratado pelo Decreto nº 6479/97.

VIII - das operações internas com açúcar, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à fabricação, refinação e moagem de açúcar (código de atividade 1561-0/00), calculando-se a redução em 58,825% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento);

Nota: **A redação atual do inciso VIII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).**

OBS.: Ver Instrução Normativa 64/00, de 18/10/00 (DOE de 19/10/00), que trata da base de cálculo para efeito de retenção de ICMS na fonte, nas operações com açúcar.

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 87 pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02):
"VIII - de 01/01/97 até 31/12/03, das operações internas com açúcar, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à fabricação, refinação e moagem de açúcar (código de atividade 1561-0/00), calculando-se a redução em 58,825% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésinos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento);"

A redação do inciso VIII do art. 87 foi modificada pelas Alterações nºs 21 e 29 (Decretos nºs 7886/00 e 8087/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 87 pelo Decreto nº 7728/99, ratificado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"*VIII - de 01/01/97 até 31/12/00, das operações internas com açúcar, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à fabricação, refinação e moagem de açúcar (código de atividade 26.50-1), calculando-se a redução em 58,825% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento);*".

Anteriormente a redação foi modificada:
- pelo Decreto nº 7628/99, ratificado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício;
.
- pelas Alterações nºs 7, 10 e 13 (Decretos nºs 7365/98, 7490/98 e 7691/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O inciso VIII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98), sendo que, inicialmente, o benefício era tratado pelo Decreto nº 6142/96, com vigência prorrogada pelos Decretos nºs 6528/97 e 7206/97.

IX - revogado

Nota: **O inciso IX do art. 87 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao inciso IX do art. 87 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00:
"*IX - de 01/01/96 até que sejam implementadas na legislação do Estado as disposições do Protocolo ICMS 46/00, das operações internas com farinha de trigo, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à moagem de trigo (código de atividade 1552-0/00), calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento), sendo que a redução diz respeito tanto ao imposto de responsabilidade direta do industrial como ao imposto a ser por ele retido na condição de substituto tributário;*"

Redação anterior dada ao inciso IX do art. 87 pelo Decreto nº 7728/99, DOE de 29/12/99, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99,:
"*IX - de 01/01/96 até 31/12/00, das operações internas com farinha de trigo, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à moagem de trigo (código de atividade 1552-0/00), calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento), sendo que a redução diz respeito tanto ao imposto de responsabilidade direta do industrial como ao imposto a ser por ele retido na condição de substituto tributário;*"

A redação anterior do inciso IX do art. 87 foi modificada pelo Decreto nº 7628/99, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício para até 31/12/99.

Anteriormente a redação do inciso IX do art. 87 foi modificada:
- pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para transferência da atribuição prevista neste dispositivo, que anteriormente competia ao Diretor do Departamento de Administração Tributária

- pelas Alterações nºs 7 e 10 (Decretos nºs 7365/98 e 7490/98.), respectivamente, para prorrogação de vigência do benefício.

O inciso IX foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

X - revogado;

Nota: **O inciso X, do art. 87 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao inciso X, do art. 87 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00:
"*X - de 01/07/98 até que sejam implementadas na legislação do Estado as disposições do Protocolo ICMS 46/00, das operações de importação, do exterior, de trigo e farinha de trigo, calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento), estendendo-se a redução ao lançamento por substituição tributária referente às mesmas mercadorias efetuada pelo importador, sendo que a utilização do benefício previsto neste inciso fica condicionada à celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, no qual*

serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis;".

Redação anterior dada ao inciso X do art. 87 pelo Decreto nº 7728/99, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"*X - de 01/07/98 até 31/12/00, das operações de importação, do exterior, de trigo e farinha de trigo, calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento), estendendo-se a redução ao lançamento por substituição tributária referente às mesmas mercadorias efetuada pelo importador, sendo que a utilização do benefício previsto neste inciso fica condicionada à celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através do Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis;*"

Anteriormente o inciso X do art. 87 foi modificado:
- pelo Decreto nº 7628/99, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), para prorrogação do benefício até 31/12/99;
- pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para transferência da atribuição nele prevista, que anteriormente competia ao Diretor do Departamento de Administração Tributária;
- pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98); para prorrogação do prazo de vigência do benefício e aperfeiçoamento do texto, colocando-o em consonância com o entendimento previsto nas Instruções Normativas nºs 84/97 e 40/98:

Redação anterior dada ao inciso X do art. 87 dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*X - de 01/07/98 até 31/12/98, das operações de importação, do exterior, de trigo e farinha de trigo, calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento), sendo que a utilização do benefício previsto neste inciso fica condicionada à celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através do Departamento de Administração Tributária (DAT), no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis.*".

O inciso X foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), sendo anteriormente tratado, pelo Decreto nº 5080/95.

XI - para fins de substituição tributária nas operações com as mercadorias abaixo especificadas, realizadas por substituto tributário situado neste Estado inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02), calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XI do art. 87 foi dada pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03).

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XI do art. 87 pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02):
"*XI - de 01/08/97 até 31/12/03, para fins de substituição tributária nas operações com as mercadorias abaixo especificadas, realizadas por substituto tributário situado neste Estado inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02), calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento):*"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XI do art. 87 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"*XI - e 01/08/97 até 31/12/02, para fins de substituição tributária nas operações com as mercadorias*

abaixo especificadas, realizadas por substituto tributário situado neste Estado inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02), calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XI do art. 87 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 27/12/01:
"XI - de 01/08/97 até 31/12/01, para fins de substituição tributária nas operações com as mercadorias abaixo especificadas (art. 353, II, 15.7), realizadas por substituto tributário situado neste Estado inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02), calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XI do art. 87 pelo Decreto nº 7728/99, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"*XI - de 01/08/97 até 31/12/00, para fins de substituição tributária (art. 353, II, 15.7), nas operações com as mercadorias abaixo especificadas, realizadas por substituto tributário situado neste Estado inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02) , calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento):"*

Anteriormente a redação do inciso XI do art. 87 foi modificada:
- pelo **Decreto nº 7628**, posteriormente, ratificado pela Alteração nº 13 (**Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99**), para prorrogação do prazo de vigência do benefício para até 31/12/99
- pelas Alterações nºs 7 10 (**Decretos nºs 7365/98 e 7490/98**), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

O incixo XI foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), sendo anteriormente tratado pelo Decreto nº 6733/97.

a) ladrilhos, cubos e pastilhas (NBM/SH 6908.10.00);

b) placas (lajes) para pavimentação ou revestimento, vidradas ou esmaltadas (NBM/SH 6908.90.00);

c) azulejos e ladrilhos, decorados ou não (NBM/SH 6908.90.00).

XII - nos recebimentos pelo importador, de mercadorias ou bens sob o amparo do Regime Especial Aduaneiro de Admissão Temporária previsto na legislação federal específica, desde que (Conv. ICMS 58/99):

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99.

a) haja cobrança proporcional pela União dos impostos federais, de tal forma que o percentual de carga tributária seja equivalente ao referente àquela cobrança proporcional;

b) sejam observadas as condições previstas na legislação federal relativas ao regime de admissão temporária.

XIII - nas operações interestaduais com os produtos abaixo relacionados, destinados a contribuintes situados em outras unidades da federação, a base de cálculo do ICMS será deduzida do valor das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS referente às operações subseqüentes cobradas, englobadamente na respectiva operação (Conv. ICMS 24/01):

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos a partir de 01/05/01.

1 - medicamentos - NCM 3003 e 3004;

2 - perfumes e águas-de-colônia - NCM 3303;

3 - produtos de beleza ou de maquilagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele (exceto medicamentos), incluídas as preparações anti-solares e os bronzeadores; preparações para manicuros e pedicuros – NCM 3304;

4 - preparações capilares – NCM 3305;

5 - preparações para higiene bucal ou dentária, incluídos os pós e cremes para facilitar a aderência das dentaduras; fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fio dental), acondicionados para venda a particulares – NCM 3306;

6 - preparações para barbear - NCM 3307;

7 - produtos e preparações de toucador - NCM 3401.11.90 e 3401.20.10;

8 - escovas de dentes - NCM 9603.21.00.

XIV - das operações internas com café torrado ou moído, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado, desde que por ele produzido, calculando-se a redução em 58,825% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento).

Nota: O inciso XIV foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

XV - em 5,19% (cinco inteiros e dezenove centésimos por cento), nas saídas interestaduais realizadas de 28/04/03 até 30/04/07, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquele prazo, com os produtos classificados nas posições 40.11 – pneumáticos novos de borracha e 40.13 – câmaras-de-ar de borracha, da NBM/SH, promovidas por estabelecimentos fabricantes e importadores, para efeitos de dedução do valor das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS referente às operações subseqüentes, cobradas englobadamente na respectiva operação, observado o disposto nos §§ 5º, 6º e 9º (Conv. ICMS 10/03);

Nota: A redação atual do inciso XV do art. 87 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada ao inciso XV do art. 87 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XV - em 5,19% (cinco inteiros e dezenove centésimos por cento), nas saídas interestaduais realizadas de 28/04/03 até 30/04/04, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquele prazo, com os produtos classificados nas posições 40.11 – pneumáticos novos de borracha e 40.13 – câmaras-de-ar de borracha, da NBM/SH, promovidas por estabelecimentos fabricantes e importadores, para efeitos de dedução do valor das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS referente às operações subseqüentes, cobradas englobadamente na respectiva operação, observado o disposto nos §§ 5º, 6º e 9º (Conv. ICMS 10/03);"

Redação anterior dada ao inciso XV, tendo sido acrescentado ao art. 87, pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02:
"XV - em 5,19% (cinco inteiros e dezenove centésimos por cento), nas saídas interestaduais realizadas durante a vigência da Lei Federal nº 10.485/02 com os produtos classificados nas posições 40.11 – pneumáticos novos de borracha e 40.13 – câmaras-de-ar de borracha, da NBM/SH, promovidas por estabelecimentos fabricantes e importadores, para efeitos de dedução do valor das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS referente às operações subseqüentes, cobradas englobadamente na respectiva operação, observado o disposto no § 5º (Conv. ICMS 127/02);"

XVI - em 5,4653% (cinco inteiros e quatro mil, seiscentos e cinqüenta e três décimos de milésimos por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/07, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquele prazo, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimento fabricante ou importador, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observado o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. ICMS 133/02):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVI do art. 87 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XVI do art. 87 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XVI - em 5,4653% (cinco inteiros e quatro mil, seiscentos e cinquënta e três décimos de milésimos por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/04, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquele prazo, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimento fabricante ou importador, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observado o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVI, tendo sido acrescentado ao art. 87, pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 11/11/02:
"XVI - em 5,4653% (cinco inteiros e quatro mil, seiscentos e cinquënta e três décimos de milésimos por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/03, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimento fabricante ou importador, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEB) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da lei acima citada, observado o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02):"

CÓDIGO NBM	DESCRIÇÃO
8702	Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, exceto os veículos classificados pelos códigos 8702.10.00 e 8702.90.90 constantes no inciso XVIII;

8703	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, exceto os veículos classificados pelos códigos 8704.10.00 constantes do inciso XVIII e caminhão chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, constantes do inciso XVII;
8706	Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705, exceto os chasis com motor classificados no código 8706.00.10 constante do inciso XVIII.

XVII - em 2,5080% (dois inteiros e cinco mil e oitenta décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/07, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com caminhão-chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados no código 87.04 da NBM/SH, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observada a redução de 30,2% (trinta inteiros e dois décimos por cento) na base de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Convênio ICMS. 133/02);

Nota: A redação atual do inciso XVII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada ao inciso XVII do art. 87 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XVII - em 2,5080% (dois inteiros e cinco mil e oitenta décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/04, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com caminhão-chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados no código 87.04 da NBM/SH, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observada a redução de 30,2% (trinta inteiros e dois décimos por cento) na base de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02);"

Redação anterior dada ao inciso XVII, tendo sido acrescentado ao art. 87, pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 11/11/02:
"XVII - em 2,5080% (dois inteiros e cinco mil e oitenta décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/03, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com caminhão-chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados no código 87.04 da NBM/SH, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEB) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da lei acima citada, observada a redução de 30,2% (trinta inteiros e dois décimos por cento) na

bae de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02);"

XVIII - em 0,7551% (sete mil, quinhentos e cinqüenta e um décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/07, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observada a redução de 48,1% (quarenta e oito inteiros e um décimo por cento) na base de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Convênio ICMS. 133/02):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XVIII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XVIII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"XVIII - em 0,7551% (sete mil, quinhentos e cinqüenta e um décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/04, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da Lei acima citada, observada a redução de 48,1% (quarenta e oito inteiros e um décimo por cento) na base de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02):"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XVIII, tendo sido acrescentado ao art. 87, pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 11/11/02:
"XVIII - em 0,7551% (sete mil, quinhentos e cinqüenta e um décimos de milésimo por cento), nas operações interestaduais realizadas de 01/11/02 a 30/04/03, ou até a vigência da Lei Federal nº 10.485/02, caso esta seja revogada antes daquela data, com os produtos a seguir relacionados, efetuadas por estabelecimentos fabricantes ou importadores, relativa a operação própria, em que a receita bruta decorrente da venda dessas mercadorias esteja sujeita ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEB) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de cobrança monofásica, considerando as alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente, nos termos da lei acima citada, observada a redução de 48,1% (quarenta e oito inteiros e um décimo por cento) na base de cálculo destas contribuições e o disposto nos §§ 5º e 6º (Conv. 133/02):"

CÓDIGO NBM	DESCRIÇÃO
8429	"Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rodos ou cilindros compressores, autopropulsados;
8432.40.00	Espalhadores de estrume e distribuidores de adubos ou fertilizantes;
8432.80.00	Outras máquinas e aparelhos;
8433.20	Ceifeiras, incluídas as barras de corte para montagem em tratores;
8433.30.00	Outras máquinas e aparelhos para colher e dispor o feno;
8433.40.00	Enfardadeiras de palha ou de forragem, incluídas as enfardadeiras-apanhadeiras;

8433.5	Outras máquinas e aparelhos para colheita; máquinas e aparelhos para debulha;
8701	Tratores (exceto os carros-tratores da posição 8709);
8702.10.00	Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel o semidiesel) e com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, igual ou superior a 9m3.
8702.90.90	Outros veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, igual ou superior a 9m3;
8704.10.00	"Dumpers" concebidos para serem utilizados fora de rodovias;
8705	Veículos automóvies para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;
8706.00.10	Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 8702 destinados aos produtos classificados nos códigos 8702.10.00 e 8702.9090 deste inciso.

XIX - das operações internas com óleo diesel em 40% (quarenta por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 15% (quinze por cento).

Nota: A redação atual do inciso XIX do art. 87 foi dada pela Alteração nº 45 (Decreto nº 8648, de 19/09/03. DOE de 20 e 21/09/03).

Redação anterior dada inciso XIX do art. 87 pela Alteração nº 40 (Decreto nº 8457, de 17/02/03. DOE de 18/02/03), efeitos de 18/02/03 a 19/09/03:
"XIX - de 11/02/03 até 31/12/03, das operações internas com óleo diesel em 16% (dezesseis por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 21% (vinte e um por cento)."

Redação anterior dada ao inciso XIX, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03). (sem efeito)
"XIX - da data da publicação da ratificação nacional do Convênio ICMS 02/03 até 31/12/03, das operações internas com óleo diesel em 16% (dezesseis por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 21% (vinte e um por cento)."

XX - no fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como na saída promovida por empresas preparadoras de refeições coletivas, excetuando, em qualquer das hipóteses, o fornecimento ou a saída de bebidas, calculando-se a redução em 30% (trinta por cento) (Conv. ICMS 09/93).

Nota: O inciso XX foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).

XXI - das operações internas com leite em pó em 58,825% (cinquenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 7% (sete por cento).

Nota: O inciso XXI, com numeração dada pelo Decreto nº 8.676/03, foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03.

XXII - nas operações internas com álcool não destinado ao uso automotivo, calculando-se a redução em 37% (trinta e sete por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 17% (dezessete por cento), observado o disposto no § 10.

Nota: O art. 8º do Decreto nº 8969/04, determina que ficam convalidados os procedimentos adotados a partir de 01/01/04, nas operações com álcool destinado a uso não automotivo, não autorizando, contudo, a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

A redação atual do inciso XXII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04).

Redação anterior dada ao inciso XXII, com renumeração e retificação da redução da base de cálculo de 32% para 37% dada pelo Decreto nº 8882/04, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos a partir de 12/02/04:
"XXII - nas operações internas com álcool não destinado ao uso automotivo, calculando-se a redução em 37% (trinta e sete por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 17% (dezessete por cento), condicionando-se o benefício à celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis."

XXIII - nas operações internas com farelo de soja destinado a fabricantes de proteína texturizada de soja para uso humano, calculando-se a redução em 58,825% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 7% (sete por cento).

Nota: O inciso XXIII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração 53 (Decreto nº 8990, de 27/02/04,de 28 e 29/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

XXIV - das operações internas com aparelhos celulares em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 12% (doze por cento), observado o disposto no § 11;

Nota: O inciso XXIV foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

XXV - operações internas com Sim Card, destinados à utilização exclusiva em aparelhos celulares de tecnologia GSM, em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), observado o disposto no § 11;

Nota: O inciso XXV foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

XXVI - em 30% (trinta por cento), nas operações internas e nas operações de importação do exterior com bebidas alcoólicas, exceto cervejas e chopes, observado o disposto no § 12;

Nota: A redação atual do inciso XXVI do *caput* do art. 87 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.

Redação anterior dada ao inciso XXVI do do *caput* art. 87 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04), efeitos de 22/12/04 a 30/09/05:
"XXVI - em 30% (trinta por cento), nas operações internas e nas operações de importação do exterior

com bebidas alcoólicas, exceto cervejas e chopes, especificadas no item 2 do inciso II do art. 353, relativamente às operações subseqüentes, bem como para fins de antecipação do pagamento na entrada das referidas mercadorias no estabelecimento, observado o disposto no § 12;"

Redação anterior dada ao inciso XXVI, tendo sido acrescentado ao *caput* do art. 87 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04):
"XXVI - em 30% (trinta por cento), nas operações internas com bebidas alcoólicas, exceto cervejas e chopes, especificadas no item 2 do inciso II do art. 353, relativamente às operações subseqüentes, bem como para fins de antecipação do pagamento na entrada das referidas mercadorias no estabelecimento, observado o disposto no § 12;"

XXVII - até 31/10/05, das operações dos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se a redução em 58,824% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e quatro milésimos por cento), nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e em 41,666% (quarenta e um inteiros e seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento), nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, sobre o valor das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS 153/04):

Nota: A redação atual da parte incial do inciso XXVII do *caput* do art. 87 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XXVII do art. 87 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05):
"XXVII - até 31/07/05, das operações dos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se a redução em 58,824% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e quatro milésimos por cento), nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e em 41,666% (quarenta e um inteiros e seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento), nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, sobre o valor das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS 153/04):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso XXVII, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04):
" XXVII - das operações dos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se a redução em 58,824% (cinqüenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e quatro milésimos por cento), nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e 41,666% (quarenta e um inteiros e seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento), nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, sobre o valor das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS 153/04):"

a) os estabelecimentos beneficiários consignarão, normalmente, nas notas fiscais acobertadoras das operações que praticarem com os produtos por eles industrializados (farinhas, féculas, etc.), os valores da operação e da base de cálculo reduzida e o destaque do ICMS calculado pelas respectivas alíquotas;

b) revogada

Nota: A alínea "b", do inciso XXVII do *caput* do art. 87 foi revogada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 11/08/05.

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso XXVII do art. 87 pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04), efeitos de 30/12/04 a 10/08/05:

"b) fica vedada ao estabelecimento industrial a apropriação de quaisquer créditos fiscais decorrentes dos serviços recebidos e da aquisição de matérias-primas e demais insumos utilizados na fabricação dos produtos beneficiados com a redução de base de cálculo de que trata este inciso;"

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso XXVII do *caput* do art. 87 foi revogada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 11/08/05.

Redação anterior dada à alínea "c", do inciso XXVII do art. 87 pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04), efeitos de 30/12/04 a 10/08/05:
"c) quando os mesmos serviços, matérias-primas e demais insumos puderem ser utilizados tanto na industrialização de produtos beneficiados com o disposto neste inciso, quanto de produtos tributados de forma diversa, o contribuinte poderá apropriar-se do crédito fiscal destas entradas na proporção (da participação) do valor da produção tributada de forma diversa em relação ao total da produção."

XXVIII - das operações internas com os produtos derivados de leite, constantes nas posições da NCM abaixo indicadas, realizadas pelo fabricante, estabelecido neste Estado, calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento):

Nota: O inciso XXVIII foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO
0404	soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições
0405.10.00	Manteiga
0406	queijos e requeijão

XXIX – as operações de saída de algodão em pluma, adquirido com o diferimento previsto no inciso X do *caput* do art. 343, realizadas por contribuintes inscritos no CAD-ICMS com CNAE 2442-2/00, em 60% (sessenta por cento), observado o disposto no § 13 deste artigo (Conv. ICMS 106/03) e no inciso XVIII do art. 105;

Nota: A redação atual do inciso XXIX do art. 87 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso XXIX, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05):
"XIX – das operações de saída de algodão em pluma em 60% (sessenta por cento), observado o disposto no § 13 deste artigo e no inciso XIV do caput do art. 97 (Conv. ICMS 106/03);"

§ 1º A dedução a que se refere o inciso XIII corresponderá ao valor obtido pela aplicação do percentual de 10,49% (dez inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) sobre a base de cálculo de origem, em

função da alíquota interestadual referente à operação.

Nota: O § 1º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos a partir de 01/05/01.

§ 2º Não se aplica o disposto no inciso XIII:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

I - nas operações realizadas com os produtos das posições 3003 e 3004, quando as pessoas jurídicas industrializadoras ou importadoras dos mesmos tenham firmado com a União, "compromisso de ajustamento de conduta", ou preenchidos os requisitos constantes da legislação federal específica nos termos da cláusula primeira do Convênio ICMS 24/01;

II - quando os produtos forem excluídos do campo de incidência das contribuições referidas no inciso XIII;

§ 3º O documento fiscal que acobertar as operações indicadas no inciso XIII deverá, além das demais indicações previstas na legislação tributária:

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

I - conter a identificação dos produtos pelos respectivos códigos da TIPI, e em relação aos medicamentos, a indicação, também, do número do lote de fabricação (Conv. ICMS 62/01);

Nota: A redação atual do inciso I do § 3º do art. 87 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

Redação originária:
"I - conter a identificação dos produtos pelos respectivos códigos da TIPI e número do lote de fabricação;".

II - constar no campo "Informações Complementares":

a) existindo o regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos termos da legislação federal específica, conforme disposto na cláusula primeira do Convênio ICMS 24/01;

b) nos casos em que sejam preenchidos os requisitos da legislação federal específica que regulamenta o setor de medicamentos, a expressão constante da cláusula primeira do Convênio ICMS 24/01;

c) nos demais casos, a expressão "Base de Cálculo com dedução do PIS COFINS", seguida da informação: Convênio ICMS 24/01.

§ 4º Revogado

Nota: O § 4º do art. 87 foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 23/11/02.

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/05/01 a 22/11/02:
"§ 4º Nas operações de que trata o inciso XIII não haverá restrição da utilização dos créditos fiscais referentes aos insumos utilizados ou os referentes as operações anteriores."

§ 5º O documento fiscal que acobertar as operações indicadas nos incisos XV a XVIII do art. 87 deverá, além das demais indicações previstas na legislação tributária:

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.

I - conter a identificação dos produtos pelos respectivos códigos da NBM/SH;

II - constar no campo "Informações Complementares":

a) a expressão "Base de Cálculo com dedução do PIS COFINS – Conv. ICMS 10/03", para as operações indicadas no inciso XV;

Nota: **A redação atual da alínea "a", do inciso II, do § 5º do art. 87 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 28/04/03.**

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II, do § 5º do art. 87 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 14/10/02 a 27/04/03:
"a) a expressão "Base de Cálculo com dedução do PIS COFINS – Conv. ICMS 127/02", para as operações indicadas no inciso XV;"

b) a expressão "Base de Cálculo com dedução do PIS COFINS – Conv. ICMS 133/02", para as operações indicadas nos incisos XVI a XVIII:

§ 6º O disposto nos incisos XV a XVIII não se aplica (Convs. ICMS 133/02 e 10/03):

Nota: **A redação atual da parte inicial do § 6º do art. 87 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 28/04/03.**

Redação anterior dada a parte inicial do § 6º do art. 87 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 11/11/02 a 27/04/03:
"§ 6º O disposto nos incisos XVI a XVIII não se aplica:"

I - à transferência para outro estabelecimento do fabricante ou importador;

II - à saída com destino à industrialização:

III - à remessa em que a mercadoria deva retornar ao estabelecimento remetente;

IV - à operação de venda ou faturamento direto ao consumidor final.

§ 7º A redução prevista no inciso XVIII deste artigo, em relação aos produtos classificados no Capítulo 84 da NBM/SH, aplica-se, exclusivamente, aos produtos auto propulsados.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 11/11/02.

§ 8º A redução da base de cálculo do ICMS, prevista nos incisos XVI a XVIII, não deverá resultar diminuição da base de cálculo da operação subseqüente, quando esta corresponder ao preço de venda a consumidor constante de tabela estabelecida ou sugerida ao público por órgão competente ou sugerida pelo fabricante (Conv. ICMS 133/02).

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 08/01/03.

§ 9º Nas hipóteses em que a base de cálculo da substituição tributária não corresponda ao preço de venda a consumidor constante de tabela estabelecida ou sugerida ao público por órgão competente ou sugerida pelo fabricante, a margem de valor agregado deverá incidir sobre o valor resultante da aplicação da redução prevista nos incisos XV a XVIII (Convs. ICMS 133/02 e 10/03).

Nota: A redação atual do § 9º do art. 87 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 28/04/03.

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 08/01/03 a 27/04/03:
"§ 9º Nas hipóteses em que a base de cálculo da substituição tributária não corresponda ao preço de venda a consumidor constante de tabela estabelecida ou sugerida ao público por órgão competente ou sugerida pelo fabricante, a margem de valor agregado deverá incidir sobre o valor resultante da aplicação da redução prevista nos incisos XVI a XVIII (Conv. ICMS 133/02)."

§ 10. Tratando-se de álcool transportado a granel, o benefício de redução de base de cálculo previsto no inciso XXII fica condicionado à celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte destinatário da mercadoria e a Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, após parecer técnico da Gerência de Substituição Tributária, na qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis.

Nota: A redação atual do § 10 do art. 87 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao § 10 do art. 87, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04):
"§ 10. Tratando-se de álcool transportado a granel, o benefício de redução de base de cálculo previsto no inciso XXII fica condicionado à celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte destinatário da mercadoria e a Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis."

O art. 8º do Decreto nº 8969/04, determina que ficam convalidados os procedimentos adotados a partir de 01/01/04, nas operações com álcool destinado a uso não automotivo, não autorizando, contudo, a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

§ 11. A redução prevista nos incisos XXIV e XXV dependerá de autorização do diretor de administração tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte e não será concedida àqueles que se encontrem com débito inscrito em dívida ativa, salvo se a exigibilidade estiver suspensa.

Nota: A redação atual do § 11 do art. 87 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

Redação anterior dada ao § 11 do art. 87 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos de 05/05/04 a 04/11/2004:
"*§ 11. A redução prevista no inciso XXIV não se aplica às operações realizadas por contribuinte que se encontre com débito inscrito em dívida ativa, salvo se a exigibilidade estiver suspensa, e dependerá, ainda, de reconhecimento prévio, por parte do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte."*

Redação anterior dada ao § 11, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04):
"§ 11. A redução prevista no inciso XXIV não se aplica às operações realizadas por contribuinte que se encontre com débito inscrito em dívida ativa e dependerá, ainda, de reconhecimento prévio, por parte do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte."

§ 12. A redução prevista no inciso XXVI deste artigo aplica-se, exclusivamente, nas hipóteses em que as aquisições forem efetuadas diretamente do estabelecimento industrial ou de suas filiais atacadistas ou adquiridas diretamente do exterior.

Nota: **A redação atual do § 12 do art. 87 foi dada pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).**

Redação anterior dada ao § 12, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04):
"§ 12 - A redução prevista no inciso XXVI deste artigo aplica-se, exclusivamente, nas hipóteses em que os remetentes das mercadorias forem os próprios contribuintes fabricantes ou suas filiais atacadistas."

§ 13 O tratamento previsto no inciso XXIX fica condicionado a que o contribuinte tenha obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, obedecidos os critérios e

limites estabelecidos em regime especial.

Nota: A redação atual do § 13 do art. 87 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao § 13, tendo sido acrescentado ao art. 87 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05):
"§ 13 O tratamento previsto no inciso XXIX não pode ser utilizado cumulativamente com o previsto no Decreto nº 8.064, de 21 de novembro de 2001;"

CAPÍTULO X
DO LANÇAMENTO

Art. 88. O lançamento do imposto será feito nos documentos e nos livros fiscais, com a descrição das operações ou prestações, na forma prevista neste Regulamento.

Art. 89. O lançamento constitui atividade de exclusiva responsabilidade do contribuinte, ficando sujeito a posterior homologação pela autoridade fazendária.

Art. 90. Após 5 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da efetivação do lançamento pelo contribuinte, considera-se ocorrida a homologação tácita do lançamento.

CAPÍTULO XI
DO CRÉDITO FISCAL

SEÇÃO I
Das Disposições Preliminares

Art. 91. O direito ao crédito, para efeito de compensação com o débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, é condicionado a que as mercadorias recebidas pelo contribuinte ou os serviços por ele tomados tenham sido acompanhados de documento fiscal idôneo, no qual conste o destaque do imposto anteriormente cobrado, emitido por contribuinte em situação regular perante o fisco, e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Art. 92. Para os efeitos do artigo anterior, considera-se:

I - documento fiscal idôneo o que atenda a todas as exigências da legislação pertinente, seja emitido por contribuinte em situação regular perante o fisco e esteja acompanhado, quando exigido, de comprovante do recolhimento do imposto;

II - imposto anteriormente cobrado a importância calculada mediante aplicação da alíquota sobre a base de cálculo de cada operação ou prestação sujeita à cobrança do tributo;

III - situação regular perante o fisco a do contribuinte que, à data da operação ou prestação, estiver inscrito na repartição fiscal competente, se encontrar em atividade no local indicado e possibilitar a comprovação da autenticidade dos demais dados cadastrais declarados ao fisco.

SEÇÃO II
Do Direito ao Crédito

SUBSEÇÃO I
Das Hipóteses de Utilização do Crédito Fiscal

Art. 93. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em

operações ou prestações subseqüentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:

I - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo às aquisições ou recebimentos reais ou simbólicos:

a) de mercadorias para comercialização, inclusive material de embalagem;

b) de matérias-primas, produtos intermediários, catalisadores e material de embalagem, para emprego em processo de industrialização;

c) de sementes, mudas, adubos, fertilizantes, corretivos de solo, aditivos, desinfetantes, espalhantes, dessecantes, desfolhantes, inseticidas, acaricidas, fungicidas, formicidas, germicidas, herbicidas, nematicidas, parasiticidas, sarnicidas, rações, sais minerais e mineralizados, concentrados, suplementos, alimentos para animais, medicamentos, vacinas, soros, estimuladores e inibidores de crescimento, sêmen, embriões, ovos férteis, girinos, alevinos, combustíveis e demais insumos empregados na produção agrícola, na atividade extrativa vegetal ou animal, na pecuária ou na avicultura, observado o disposto no § 4º do art. 117

Nota: **A redação atual da alínea "c" do inciso I do art. 93 foi dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.**

Redação originária:
"c) de sementes, mudas, adubos, fertilizantes, corretivos de solo, aditivos, desinfetantes, espalhantes, dessecantes, desfolhantes, inseticidas, acaricidas, fungicidas, formicidas, germicidas, herbicidas, nematicidas, parasiticidas, sarnicidas, rações, sais minerais e mineralizados, concentrados, suplementos, alimentos para animais, medicamentos, vacinas, soros, estimuladores e inibidores de crescimento, sêmen, embriões, ovos férteis, girinos, alevinos, combustíveis e demais insumos empregados na produção agrícola, na atividade extrativa vegetal ou animal, na pecuária ou na avicultura;"

d) de mercadorias a serem empregadas diretamente na geração de energia;

e) de mercadorias a serem empregadas diretamente na extração de substâncias minerais ou fósseis;

f) de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos e fluidos, desde que efetivamente utilizados na prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual;

Nota: A redação atual da alínea "f" foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"f*) de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos e fluidos, desde que efetivamente utilizados na prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual iniciados neste Estado, quando estritamente necessários à prestação do serviço;*"

I-A - o valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes inscritos na condição de contribuinte normal, nos termos do art. 352-A, cabendo a sua escrituração no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS.

Nota: A redação atual do inciso I-A do *caput* do art. 93 foi dada pela Alteração 53 (Decreto nº 8990, de 27/02/04, de 28 e 29/02/04, efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada ao inciso I-A, tendo sido acrescentado ao *caput* do art. 93 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04): (sem efeito)
"I-A - o valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes inscritos na condição de contribuinte normal, nos termos do art. 352-A;"

II - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo às aquisições de energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento (Lei nº 7710/00):

Nota: **A redação atual do inciso II do art. 93 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação originária:
"*II - a partir de 01/11/96, o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo às aquisições de energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento e aos serviços de comunicação tomados, quando utilizados na comercialização, na industrialização, na produção, na extração, na geração de energia ou na prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de serviço de comunicação;*".

a) a partir de 1º de novembro de 1996:

1 - quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

2 - quando consumida no processo de industrialização;

3 - quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação de serviço destinada ao exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais;

b) nas hipóteses de entrada de energia elétrica nos estabelecimentos não indicados na alínea anterior:

1 - de 1º de novembro de 1996 a 31 de dezembro de 2000;

2 - a partir de 1º de janeiro de 2007.

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "b", do inciso II do art. 93 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso II do art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 30/12/02:
"2 - a partir de 1º de janeiro de 2003."

II-A - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo ao recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento (Lei nº 7710):

Nota: **O inciso II-A foi acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

a) a partir de 1º de novembro de 1996:

1 - quando tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

2 - quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta

sobre as saídas ou prestações totais;

b) nas hipóteses de recebimento de serviços de comunicação utilizados pelos estabelecimentos não indicados na alínea anterior:

1 - de 1º de novembro de 1996 a 31 de dezembro de 2000;

2 - a partir de 1º de janeiro de 2007.

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "b", do inciso II-A do art. 93 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso II-A do art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 3-0/12/02:
"2 - a partir de 1º de janeiro de 2003."

III - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo aos serviços de transporte interestadual e intermunicipal prestados por terceiros e destinados a emprego:

a) em prestações de serviços da mesma natureza ou em prestações de serviços de comunicação;

b) em operações de comercialização;

c) em processos de industrialização, produção agropecuária, extração ou geração de energia;

IV - o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo aos serviços da mesma natureza contratados pelos prestadores de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, independentemente do sistema de tributação adotado, nas seguintes situações:

a) no transporte por redespacho, tanto sendo este efetuado entre empresa transportadora e transportador autônomo como entre empresas transportadoras (art. 635);

b) no transporte intermodal (art. 638);

V - o valor do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada, real ou simbólica, no estabelecimento, de mercadorias, bens ou materiais, bem como do imposto relativo aos respectivos serviços de transporte, inclusive o imposto pago a título de diferença de alíquotas, sendo as mercadorias, bens ou materiais destinados:

a) a partir de 01/11/96, ao seu ativo imobilizado, assim entendidos os bens destinados à manutenção das atividades do estabelecimento, atendida a legislação federal (§§ 11 e 12);

b) a partir de 01/01/07, ao uso ou consumo do próprio estabelecimento, assim entendidas as mercadorias que não forem destinadas a comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, por não serem consumidas nem integrarem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua produção, composição ou prestação (§ 11) (Lei Complementar nº 87/96);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso V do art. 93 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do art. 93 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).
"b) a partir de 01/01/03, ao uso ou consumo do próprio estabelecimento, assim entendidas as

mercadorias que não forem destinadas a comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, por não serem consumidas nem integrarem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua produção, composição ou prestação (§ 11) (Lei Complementar nº 99/99);"

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do art. 93 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos de 01/01/98 a 29/12/99:
"*b) a partir de 01/01/00, ao uso ou consumo do próprio estabelecimento, assim entendidas as mercadorias que não forem destinadas a comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, por não serem consumidas nem integrarem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua produção, composição ou prestação (§ 11) (Lei nº 7247/97);*".

VI - o valor dos créditos presumidos e dos créditos mantidos por disposição expressa da legislação;

VII - o valor do imposto debitado por ocasião da saída da mercadoria, no período em que tiver ocorrido a sua entrada no estabelecimento, nos casos de devolução ou de retorno, no valor total ou parcial, conforme o caso;

VIII - o valor dos estornos de débitos, inclusive no caso de imposto pago indevidamente em virtude de erro de fato ocorrido na escrituração dos livros fiscais ou no preparo do documento de arrecadação, mediante lançamento, no período de sua constatação, pelo valor nominal, no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS, mencionando-se a origem do erro (arts. 112 e 113);

IX - o valor do imposto pago indevidamente, inclusive em caso de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, na esfera administrativa ou judicial, nos termos do ato expedido ou proferido pela autoridade ou órgão competente.

X - o valor do eventual saldo credor apurado no final do período quando transferido de estabelecimento da mesma empresa, observado o disposto no § 2º do art. 114-A.

Nota: A redação atual do inciso X do art. 93 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação anterior dada ao inciso X do art. 93 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"X - o valor do eventual saldo credor apurado no final do período quando transferido de estabelecimento da mesma empresa, observado o disposto no parágrafo único do art. 119-A."

Redação anterior dada ao inciso X, tendo sido acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01:
"X - o valor do eventual saldo credor apurado no final do período quando transferido de estabelecimento da mesma empresa, observado o disposto no § 18 (Lei nº 7710)."

XI - nas aquisições de produtos com diferimento junto a produtor rural ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial, desde que não haja vedação à utilização de crédito fiscal vinculado à saída subseqüente desses produtos ou dos resultantes de sua industrialização, o valor resultante da aplicação dos percentuais discriminados no Anexo 98 sobre o imposto diferido nestas aquisições, devendo, entretanto, repassar igual valor ao remetente até o nono dia do mês subseqüente;

Nota: O inciso XI foi acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04

§ 1º Salvo disposição em contrário, a utilização do crédito fiscal relativo às aquisições de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, inclusive o relativo aos serviços tomados, condiciona-se a que:

Nota: A redação do atual § 1º do art. 93 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, para simples aperfeiçoamento do texto, efeitos a partir de 01/01/97.

I - as mercadorias adquiridas e os serviços tomados:

a) estejam vinculados à comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação;

b) sejam consumidos nos processos mencionados na alínea anterior; ou

c) integrem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua industrialização, produção, geração, extração ou prestação, conforme o caso; e

II - as operações ou prestações subseqüentes sejam tributadas pelo imposto, sendo que, se algumas destas operações ou prestações forem tributadas e outras forem isentas ou não tributadas, o crédito fiscal será utilizado proporcionalmente às operações de saídas e às prestações tributadas pelo imposto, ressalvados os casos em que seja assegurada pela legislação a manutenção do crédito.

§ 2º O crédito deverá ser escriturado pelo seu valor nominal.

§ 3º O direito ao crédito extingue-se após 5 anos, contados da data da emissão do documento fiscal ou da entrada da mercadoria no estabelecimento.

Nota: A redação atual do § 3º foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para acrescentar a expressão "ou da entrada da mercadoria no estabelecimento".

§ 4º Quando o imposto não estiver destacado no documento fiscal ou o seu destaque tiver sido feito a menos, a utilização do crédito fiscal restante ou não destacado ficará condicionada à regularização mediante emissão de documento fiscal complementar, pelo remetente ou prestador, vedada a utilização, para esse fim, de "carta de correção" (art. 201, § 6º).

§ 5º Somente será admitido o crédito fiscal do valor do imposto corretamente calculado:

I - se o imposto for destacado a mais do que o devido no documento fiscal;

II - quando, em operação interestadual, a legislação da unidade federada de origem fixar base de cálculo superior à estabelecida em lei complementar ou em convênio ou protocolo, ou quando o imposto houver sido recolhido com base em pauta fiscal superior ao valor da operação.

§ 6º Na entrada de mercadorias e na utilização de serviços oriundos de outras unidades da Federação, o crédito fiscal só será admitido se calculado pelas seguintes alíquotas:

I - mercadorias ou serviços oriundos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 12%;

II - mercadorias ou serviços provenientes das Regiões Sul e Sudeste, 7%;

III - serviços de transporte aéreo, 4%.

§ 7º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, consideram-se pertencentes à:

I - Região Norte - os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins;

II - Região Nordeste - os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe;

III - Região Centro-Oeste - O Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

IV - Região Sudeste - Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;

V - Região Sul - os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

§ 8º Revogado

Nota: O § 8º do art. 93 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária::
"§ 8º Para apropriação do crédito fiscal relativo a combustíveis, lubrificantes e demais produtos especificados na alínea "f" do inciso I deste artigo, observar-se-á o seguinte:
I - não poderá utilizar-se dos créditos relativos às entradas dos referidos materiais ou insumos o contribuinte que optar pela utilização de crédito presumido em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas (art. 96, XI);
II - o prestador de serviços de transporte deverá elaborar um demonstrativo da efetiva utilização daqueles produtos em prestações de serviços tributadas, quando iniciadas no território baiano, que permanecerá à disposição do fisco;
III - o contribuinte adotará por parâmetro para apropriação ou estorno do crédito a proporção do valor das prestações iniciadas no território baiano em relação ao total da receita decorrente dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal executados pela empresa;
IV - o contribuinte estornará o crédito fiscal relativo aos insumos empregados na prestação de serviços iniciados fora do território baiano utilizando o quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos" do Registro de Apuração do ICMS."

§ 9º Quando se tratar de mercadoria importada que deva ser registrada com direito ao crédito, o imposto pago no momento do desembaraço aduaneiro poderá ser escriturado no período de apuração em que tiver ocorrido o seu recolhimento, ainda que a entrada efetiva da mercadoria se verifique em período posterior.

§ 10. Nas operações de arrendamento mercantil:

I - o estabelecimento arrendatário do bem poderá creditar-se do imposto pago quando de sua aquisição pela empresa arrendadora, conforme o § 5º do art. 563;

II - ao ser exercida a opção de compra pelo arrendatário antes do final do contrato ou na hipótese de contrato celebrado em desacordo com a legislação federal, para efeitos de aplicação do disposto no § 4º do art. 563, poderá a arrendadora utilizar como crédito fiscal o valor do imposto correspondente à aquisição anterior do bem objeto da operação de venda;

III - na hipótese de restituição do bem à empresa arrendadora, tendo o arrendatário feito uso do crédito na forma do § 5º do art. 563, deverá ser estornado o valor correspondente, nos termos do inciso IV do referido parágrafo, observado o prazo decadencial;

Nota: A redação atual do inciso III, do § 10 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"III - na hipótese do inciso anterior, tendo o arrendatário feito uso do crédito na forma do § 5º do art. 563, deverá ser estornado o valor correspondente, nos termos do inciso IV do referido parágrafo, observado o prazo decadencial;".

IV - se o contrato de arrendamento mercantil vier a ser objeto de substituição do bem arrendado ou da pessoa do arrendatário, a utilização do crédito fiscal de que cuida o § 5º do art. 563 será feita de acordo com o inciso VI do referido parágrafo.

§ 11. Nas entradas reais ou simbólicas de mercadorias, insumos, bens do ativo permanente, bens de uso e materiais de consumo, e nas utilizações de serviços de transporte e de comunicação, os documentos fiscais serão lançados:

I - no Registro de Entradas, facultada a adoção dos sistemas de lançamento global de que cuidam os §§ 5º a 8º do art. 322:

a) sob o título "ICMS - Valores Fiscais", nas colunas:

1 - "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto":

1.1 - tratando-se de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, material de embalagem e outras mercadorias adquiridas e serviços tomados, quando efetivamente destinados ou utilizados na comercialização, na industrialização, na produção, na extração, na geração de energia ou na prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de serviço de comunicação, estando as operações ou prestações subseqüentes sujeitas ao imposto (art. 116, II);

1.2 - revogado;

Nota: O subitem "1.2", da alínea "a", do inciso I, do § 11, do art. 93, foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"1.2 - a partir de 01/11/96, tratando-se de bens do ativo imobilizado, inclusive quanto aos serviços de transporte a eles correspondentes;".

1.3 - a partir de 01/01/07, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei Complementar nº 87/96);

Nota: A redação atual do subitem 1.3, da alínea "a", do inciso I, do § 11 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao subitem 1.3, da alínea "a", do inciso I, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 30/12/99 a 31/12/02:
"1.3 - a partir de 01/01/03, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei Complementar nº 99/99);

Redação anterior dada ao subitem 1.3, da alínea "a", do inciso I, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 01/01/98 a 29/12/99:

"*1.3 - a partir de 01/01/00, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei nº 7247/97);*".

2 - "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto":

2.1 - tratando-se de mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

2.2 - tratando-se de mercadorias ou serviços relacionados com operações ou prestações subseqüentes isentas ou não tributadas;

2.3 - até 31/12/06, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei Complementar nº 87/96);

Nota: **A redação atual do subitem 2.3, da alínea "a", do inciso I do § 11 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).**

Redação anterior do subitem 2.3, da alínea "a", do inciso I do § 11 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 01/01/03 a 04/11/04:
"2.3 - a partir de 01/01/07, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços correspondentes (Lei Complementar nº 87/96);

Redação anterior dada ao subitem 2.3, da alínea "a", do inciso I, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 30/12/99 a 31/12/02:
"2.3 - até 31/12/02, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços correspondentes (Lei Complementar nº 99/99);"

Redação anterior dada ao subitem 2.3, da alínea "a", do inciso I, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 01/01/98 a 29/12/99:
"*2.3 - até 31/12/99, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo, inclusive os serviços correspondentes;*".

2.4 - tratando-se de bens destinados ao ativo imobilizado, hipótese em que será consignada, na coluna "Observações", a expressão "crédito fiscal a ser apropriado nos termos do § 17 do art. 93";

Nota: O item 2.4 foi acrescentado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

b) na coluna "Observações", relativamente aos totais das diferenças de alíquotas, cujos valores serão apurados segundo a alíquota interna aplicável à respectiva espécie de mercadoria ou serviço, tratando-se de:

1 - mercadoria oriunda de outra unidade da Federação e destinada:

1.1 - ao ativo permanente:

1.1.1 - para manutenção das atividades do estabelecimento;

1.1.2 - sendo a mercadoria alheia às atividades do estabelecimento;

1.2 - a uso ou consumo do estabelecimento;

2 - utilização de serviço cuja prestação tiver sido iniciada em outra unidade da Federação e não estiver

vinculada a operações ou prestações subseqüentes;

II - no Registro de Apuração do ICMS:

a) no tocante às aquisições das mercadorias e aos serviços tomados, com base no Registro de Entradas, observado o disposto no inciso III do art. 116;

b) relativamente à diferença de alíquotas:

1 - no quadro “Débito do Imposto”, item "Outros Débitos", tratando-se de:

1.1 - bens do ativo permanente procedentes de outras unidades da Federação, quer destinados à manutenção das atividades do estabelecimento, quer alheios a tais atividades;

1.2 - bens de uso ou materiais de consumo procedentes de outras unidades da Federação;

1.3 - utilização de serviço cuja prestação tiver sido iniciada em outra unidade da Federação e não estiver vinculada a operações ou prestações subseqüentes;

2 - no quadro “Crédito do Imposto”, item "Outros Créditos":

2.1 - tratando-se de bens do ativo imobilizado procedentes de outras unidades da Federação, inclusive os serviços de transporte correspondentes, observando-se que o lançamento do crédito dar-se-á parceladamente, na forma prevista no § 17;

Nota: A redação atual do item "2.1" foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"2.1 - a partir de 01/11/96, tratando-se de bens do ativo imobilizado procedentes de outras unidades da Federação, assim entendidos aqueles destinados à manutenção das atividades do estabelecimento, inclusive os serviços de transporte correspondentes;".

2.2 - a partir de 01/01/07, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo procedentes de outras unidades da Federação, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei Complementar nº 87/96).

Nota: **A redação atual do subitem 2.2, da alínea "b", do inciso II, do § 11 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação anterior dada ao subitem 2.2, da alínea "b", do inciso II, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 30/12/99 a 31/12/02:
"2.2 - a partir de 01/01/03, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo procedentes de outras unidades da Federação, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei Complementar nº 99/99)."

Redação anterior dada ao subitem 2.2, da alínea "b", do inciso II, do § 11 do art. 93 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 01/01/98 a 29/12/99:
"*2.2 - a partir de 01/01/00, tratando-se de bens de uso ou materiais de consumo procedentes de outras unidades da Federação, inclusive os serviços de transporte correspondentes (Lei nº 7247/97).*"

§ 12. Além dos lançamentos de que cuida o parágrafo anterior, os créditos referentes a bens do ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, em documento denominado Controle de Crédito de ICMS

do Ativo Permanente (CIAP), nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 339.

Nota: **A redação atual do § 12 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao *caput* do § 12 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos a partir de 01/03/98.
"§ 12. Além dos lançamentos de que cuida o parágrafo anterior, os créditos referentes a bens do ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, em documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), nos termos do parágrafo único do art. 339."

Redação do inciso III foi modificada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
(...)
"III - os créditos lançados no livro especial de que cuida este parágrafo serão mantidos durante 5 anos, não devendo ser objeto de acréscimos ou deduções nesse período, salvo para correção de erros escriturais ou em caso de alienação dentro do prazo de 5 anos contado de sua aquisição (art. 100, § 7º); (...)"

Redação originária:
"§ 12. Além do lançamento em conjunto com os demais créditos fiscais, para efeito da compensação prevista neste artigo, os créditos resultantes de operações e prestações de que decorram entradas de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, em Registro de Apuração do ICMS destinado especialmente a esse fim, sendo que:
I - serão totalizados os créditos relativos às entradas e prestações verificadas em cada mês em que ocorrerem entradas ou aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, inclusive o imposto pago a título de diferença de alíquotas;
II - os lançamentos serão feitos na mesma forma estabelecida para o Registro de Apuração do ICMS de uso comum;
III - os créditos lançados no livro especial de que cuida este parágrafo serão mantidos durante 5 anos, não devendo ser objeto de acréscimos ou deduções nesse período, salvo para correção de erros escriturais;
IV - os créditos de que cuida este parágrafo serão estornados diretamente no Registro de Apuração do ICMS de uso normal, sempre que se verificar a hipótese do § 9º do art. 100, observados os critérios previstos nos §§ 10, 11 e 12 do referido art. 100;
V - os estornos que vierem a ser efetuados, mês a mês, por força do disposto nos §§ 9º a 12 do art. 100, serão especificados na coluna "Observações" do livro de uso especial, com indicação do valor do estorno e do mês correspondente;
VI - ao fim do 5º ano contado da data do lançamento no livro especial a que se refere este parágrafo, adotar-se-á a providência prevista no § 13 do art. 100."

§ 13. Operações tributadas posteriores às saídas isentas ou não tributadas de que trata o inciso I do art. 97 dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas, sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a:

I - produtos agropecuários;

II - outras mercadorias, sempre que nesse sentido dispuser expressamente este Regulamento.

§ 14. A utilização do crédito nos termos do parágrafo anterior, em outras situações não contempladas neste Regulamento, dependerá de prévia autorização do Diretor de Tributação, a ser requerida através da repartição fiscal do domicílio tributário do interessado, podendo o reconhecimento do direito ao crédito ser feito de forma genérica ou caso a caso, conforme dispuser o ato expedido por aquela autoridade.

Nota: A redação atual do § 14 do art. 93 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao § 14 do art. 93 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"§ 14. A utilização do crédito nos termos do parágrafo anterior, em outras situações não contempladas neste Regulamento, dependerá de prévia autorização do Diretor de Tributação do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, a ser requerida através da repartição fiscal do domicílio tributário do interessado, podendo o reconhecimento do direito ao crédito ser feito de forma genérica ou caso a caso, conforme dispuser o ato expedido por aquela autoridade."

Redação originária:
"§ 14. A utilização do crédito nos termos do parágrafo anterior, em outras situações não contempladas neste Regulamento, dependerá de prévia autorização do Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, a ser requerida através da repartição fiscal do domicílio tributário do interessado, podendo o reconhecimento do direito ao crédito ser feito de forma genérica ou caso a caso, conforme dispuser o ato expedido por aquela autoridade."

§ 15. Tratando-se de empresa com atividade mista, observar-se-á a regra do inciso III do art. 97.

§ 16. No caso de serviço de comunicação cujo documento fiscal indique como tomador o nome de terceiro que não o efetivo usuário, por se tratar de aparelho ou equipamento locado, arrendado ou cedido em comodato, a utilização do crédito fiscal pelo usuário do serviço condiciona-se a que:

Nota: O § 16 foi acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

I - haja comprovação do fato mediante documentação regular;

II - o aparelho ou equipamento:

a) seja efetivamente utilizado pelo contribuinte em suas atividades; e

b) esteja fisicamente instalado nas dependências do estabelecimento, a menos que se trate de aparelho ou equipamento de telefonia móvel (celular).

§ 17. O uso do crédito relativo às entradas de bens destinados ao ativo imobilizado e respectivo serviço de transporte, ocorridas a partir de 1º/1/2001 fica sujeito as seguintes disposições (Lei nº 7710):

Nota: O § 17 foi acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

I - a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II - em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

III - para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido

multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV - o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído*, pro rata die*, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V - na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos, contados, da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

VI - serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo, na forma prevista no § 2º do art. 339, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo;

Nota: A redação atual do inciso VI foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"VI - serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 28, em livro próprio ou de outra forma que o regulamento determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a IV deste parágrafo; e".

VII - ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

§ 18. Revogado

Nota: O § 18 do art. 93 foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso § 18, tendo sido acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00, DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01.
"§ 18. A transferência do saldo credor, se existente, será feita mediante a emissão de Nota Fiscal, observado o seguinte (Lei nº 7710/00):
I - a Nota Fiscal será emitida em nome do estabelecimento beneficiário do crédito, na qual serão indicados o valor do saldo credor a ser transferido, a data e a expressão "Transferência de Saldo Credor", nos termos do inciso X;
II - o contribuinte lançará no Registro de Apuração do ICMS de uso regular:
a) a débito, no item "Outros Débitos" o valor do saldo credor transferido com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Credor";
b) a crédito, no item "Outros Créditos" o valor do saldo credor recebido com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Credor"."

§ 19. Revogado.

Nota: O § 19 do art. 93 foi revogado pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04 .

Redação anterior dada ao inciso § 19, tendo sido acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº nº 47

(Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03), efeitos de 30/09/03 a 31/03/04.
"§ 19. Para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subseqüentes, os produtores ou extratores poderão optar pela utilização de crédito fiscal estabelecido pela aplicação de percentual sobre o valor previsto em pauta fiscal ou, em caso de inexistência de pauta, sobre o valor da operação ou prestação."

§ 20. Revogado.

Nota: **O § 20 do art. 93 foi revogado pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04 .**

Redação anterior dada ao inciso § 20, tendo sido acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03), efeitos de 30/09/03 a 31/03/04.
"§ 20. O percentual de que trata o parágrafo anterior será definido em portaria do Secretário da Fazenda, com base no crédito fiscal estimado correspondente aos insumos, bens do ativo imobilizado e serviços tomados, utilizados em cada tipo de cultura ou produto extrativo."

§ 21. Revogado.

Nota: **O § 21 do art. 93 foi revogado pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04 .**

Redação anterior dada ao inciso § 21, tendo sido acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03), efeitos de 30/09/03 a 31/03/04.
"§ 21. Consideram-se optantes pelo tratamento previsto no § 19, os produtores rurais ou extratores que não se enquadrarem na condição de contribuinte normal."

§ 22. Para apurar o crédito fiscal de que trata o inciso XI, quando não houver na legislação obrigação de apurar o imposto diferido, o adquirente deverá calculá-lo como se o encerramento ocorresse na entrada da mercadoria, não podendo utilizar como base de cálculo valor superior ao que for definido em pauta fiscal, se houver.

Nota: O § 22 foi acrescentado ao art. 93 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04

SUBSEÇÃO II
Da Utilização do Crédito Fiscal Relativo aos Serviços de Transporte nas Operações a Preço FOB

Art. 94. Nas operações efetuadas a preço FOB (art. 645), a utilização do crédito fiscal pelo estabelecimento comercial ou industrial, relativamente ao imposto anteriormente cobrado sobre o serviço de transporte, será feita com observância das seguintes regras:

I - tratando-se de operação tributada, sendo o transporte efetuado:

a) pelo próprio remetente, o crédito fiscal a ser utilizado pelo destinatário será o valor destacado na respectiva Nota Fiscal;

b) por transportador autônomo, poderão ser utilizadas pelo destinatário, como crédito fiscal, tanto o valor do imposto relativo à operação como o relativo à prestação;

c) por empresa transportadora, o crédito a ser utilizado pelo destinatário será o valor destacado no respectivo documento de transporte;

II - tratando-se de operação isenta ou não-tributada ou com mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária por antecipação, não haverá utilização de crédito fiscal, salvo disposição expressa em contrário.

SUBSEÇÃO III
Da Utilização do Crédito Fiscal Relativo aos Serviços de Transporte nas Operações a Preço CIF

Art. 95. Nas operações efetuadas a preço CIF (art. 646), a utilização do crédito fiscal pelo estabelecimento comercial ou industrial, relativamente ao imposto cobrado sobre o serviço de transporte, será feita com observância das seguintes regras:

I - tratando-se de operação tributada, sendo o transporte efetuado:

a) pelo próprio remetente, o crédito fiscal a ser utilizado pelo destinatário será o valor destacado na respectiva Nota Fiscal;

b) por transportador autônomo, o imposto retido em virtude de substituição tributária constitui crédito fiscal para o estabelecimento remetente, a ser escriturado no Registro de Apuração do ICMS como "Outros créditos", fazendo-se referência, no campo "Observações", à Nota Fiscal que o originou;

c) por empresa transportadora, o ICMS destacado no Conhecimento de Transporte constitui crédito fiscal do estabelecimento vendedor ou remetente, se for contribuinte do imposto, vedada a sua utilização, como crédito fiscal, por parte do destinatário;

II - tratando-se de operação isenta ou não-tributada ou com mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária por antecipação, não haverá utilização de crédito fiscal, salvo disposição em contrário, inclusive na hipótese da alínea "b" do inciso anterior.

SUBSEÇÃO IV
Do Crédito Presumido

Art. 96. São concedidos os seguintes créditos presumidos do ICMS, para fins de compensação com o tributo devido em operações ou prestações subseqüentes e de apuração do imposto a recolher:

I - aos fornecedores dos produtos discriminados no inciso II do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício, destinados à Legião Brasileira de Assistência, em montante igual ao imposto pago a este Estado sobre operações de saídas dos mesmos produtos, quando o crédito for transferido pela mencionada entidade como parte do pagamento de novas aquisições de mercadorias da mesma espécie (Convs. ICM 34/77, 37/77 e 51/85, e Conv. ICMS 45/90);

II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/07/09, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos, observado o seguinte (Conv. ICMS 23/90):

Nota: A redação da parte inicial do inciso II do art. 96 foi dada pelas Alterações nº 57 e 60 (Decretos nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04 e nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04, respectivamente, para prorrogação do benefício.

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.
"II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/07/04, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos,

comprovadamente pagos, observado o seguinte (Conv. ICMS 23/90):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 96 pela Alteração nº 29, Decreto nº 8087/01, efeitos até 31/12/03:
"II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/12/03, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos, observado o seguinte (Convs. ICMS 23/90, 99/90, 22/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 85/97, 30/98, 61/99, 90/99, 84/00, 51/01 e 83/01):

A redação do *caput* do inciso II do art. 96 foi dada pelas Alterações nºs 26, 28 e 29 (Decretos nºs 8023/01, 8066/01 e 8087/01), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 96 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01:
"II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/07/01, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, observado o seguinte (Convs. ICMS 23/90, 99/90, 22/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 85/97, 30/98, 61/99, 90/99 e 84/00):"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 96 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/12/00, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, observado o seguinte (Convs. ICMS 23/90, 99/90, 22/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 85/97, 30/98, 61/99 e 90/99):"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 96 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99):
"*II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/12/99, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, observado o seguinte (Convs. ICMS 23/90, 99/90, 22/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 85/97, 30/98 e 61/99):"*

Redação anterior dada ao *caput do* inciso II *do art. 96,* tendo sido revigorado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).
"*II - de 01/05/90 até 31/12/97 e de 01/05/98 até 31/12/99, às empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados, relativamente ao valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos aos autores ou artistas nacionais ou a empresas que os representem, dos quais sejam titulares ou sócios majoritários, observado o seguinte (Convs. ICMS 23/90, 99/90, 22/91, 80/91, 148/92, 124/93, 121/95, 20/97, 48/97, 67/97, 85/97 e 30/98):*".

A redação do inciso II do art. 96 foi dada pelas Alterações nºs 1, 3, 4 e 5 (Decretos nºs 6379/97, 6523/97, 6903/97 e 7244/98), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) o aproveitamento do crédito de que trata este inciso somente poderá ser efetuado (Conv. ICMS 10/94):

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/10/01.

Redação originária, efeitos até 21/10/01:
"a) o aproveitamento do crédito de que trata este inciso (Conv. ICMS 10/94):
1. somente poderá ser efetuado até o segundo mês subseqüente ao mês em que ocorreu o pagamento dos direitos autorais, artísticos e conexos, e até o limite de 70% do valor do imposto correspondente às operações efetuadas com discos fonográficos e com outros suportes com sons gravados, debitado no mês;
2. implica vedação do aproveitamento de quaisquer outros créditos relativos aos insumos, energia

elétrica e prestação de serviço com eles relacionados;"

1. até o segundo mês subseqüente ao mês em que ocorreu o pagamento dos direitos autorais, artísticos e conexos;

2. até os limites dos percentuais abaixo elencados aplicáveis sobre o valor do imposto debitado no mês correspondente às operações efetuadas com discos fonográficos e com outros suportes com sons gravados:

Nota: A redação atual do *caput* do item 2, da alínea *"a"*, do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária:
"2. até os limites dos percentuais abaixo elencados aplicáveis sobre o valor correspondente às operações efetuadas com discos fonográficos e com outros suportes com sons gravados debitados no mês:".

2.1. 70% (setenta por cento), até 31 de dezembro de 2001;

2.2. 60% (sessenta por cento), de 1° de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2002;

2.3. 50% (cinqüenta por cento), de 1° de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2003;

2.4. 40% (quarenta por cento), a partir de 1° de julho de 2003;";

b) fica vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos, bem como o aproveitamento do excedente em quaisquer estabelecimento do mesmo titular ou de terceiros ou a transferência do crédito de uma para outra empresa;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/10/01.

Redação originária, efeitos até 21/10/01:
"b) fica expressamente vedado o aproveitamento do excedente em quaisquer estabelecimentos do mesmo titular ou de terceiro, ou a transferência de crédito de uma para outra empresa;"

c) o contribuinte deverá confeccionar, mensalmente, demonstrativo que indique o valor do imposto devido nas operações realizadas com discos fonográficos e com outros suportes com sons gravados;

d) o benefício previsto neste inciso fica condicionado:

1 - à elaboração de relação dos pagamentos efetuados no mês a título de direitos autorais, artísticos e conexos, com a identificação dos beneficiários, seus domicílios e inscrição no CPF ou no CGC, em 2 vias, no mínimo, devendo uma delas ser entregue à Inspetoria Fazendária do seu domicílio, até o dia 15 do mês subseqüente, e a outra ao Departamento da Receita Federal;

Nota: A redação atual do item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

2 - à elaboração de declaração sobre o limite referido na alínea "a", contendo reprodução do demonstrativo mencionado na alínea "c", a ser entregue à Inspetoria Fazendária do seu domicílio,

juntamente com a relação mencionada no item 1 desta alínea, no prazo ali previsto;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 96 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

e) se o contribuinte objeto desta norma der saída a outras mercadorias que não somente discos fonográficos e outros suportes com sons gravados, deverá providenciar a impressão de Nota Fiscal de série distinta, exclusivamente para estas mercadorias, após a devida autorização da Inspetoria Fiscal;

f) o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, deverão ser comprovadamente pago aos autores ou artistas nacionais ou a empresas que (Conv. ICMS 61/99):

Nota: A alínea "f" foi acrescentada ao item 2, do inciso II do art. 96 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 17/11/99.

1 - os representem e das quais sejam titulares ou sócios majoritários;

2 - com eles mantenham contratos de edição, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.610/98;

3 - com eles possuam contratos de cessão ou transferência de direitos autorais, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.610/98;

III - às indústrias ceramistas, equivalente a 20% sobre o imposto incidente nas respectivas saídas internas e interestaduais de telhas, tijolos, blocos, lajotas e manilhas, sendo que o crédito presumido poderá ser utilizado opcionalmente pelo contribuinte em substituição ao sistema normal de tributação, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos bem como a cumulação de qualquer outro benefício (Convs. ICMS 73/89 e 26/94);

IV - nas transferências interestaduais entre estabelecimentos da mesma empresa, de bens de uso ou de materiais de consumo, quando ocorrer a hipótese da alínea “a” do inciso III do parágrafo único do art. 624;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 96 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para excluir a expressão "de bens integrados ao ativo imobilizado".

V - a partir de 01/10/91, ao estabelecimento que realizar saídas de obras de arte recebidas diretamente do autor com isenção do imposto, nos termos do inciso I do art. 15, calculando-se o crédito presumido em montante igual a 50% do imposto incidente na operação de saída subseqüente (Convs. ICMS 59/91, 148/92 e 151/94);

VI - até 31/12/04, aos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se o crédito presumido em 58,824%, nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e em 41,666% nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria, realizada neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS 39/93):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso VI do art. 96 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

Redação anterior da parte inicial do inciso VI do art. 96 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos de 29/07/04 a 31/10/2004:
"*VI - até 31/10/04, aos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se o crédito presumido em 58,824%, nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e em 41,666% nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria, realizada neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS* 39/93):"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso VI do art. 96 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 29/07/03.
"VI - até 31/07/04, aos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se o crédito presumido em 58,824%, nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e em 41,666% nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria, realizada neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Conv. ICMS 39/93):"

Redação anterior dada a parte final do inciso VI do art. 96 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 25/08/01 até 28/07/03:
"VI - até 30/07/03, aos estabelecimentos industrializadores de mandioca, calculando-se o crédito presumido de 58,824% nas operações internas sujeitas à alíquota de 17%, e de 41,666% nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 12%, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização daquela mercadoria, realizada neste Estado, resultando numa carga tributária de 7% em ambas as operações, observado o seguinte (Convs. ICMS 39/93, 151/94, 102/96, 05/99, 10/01 e 51/01):"

Nota: A redação da parte inicial do inciso VI do art. 96 foi modificada pelas Alterações nºs 12 e 24 (Decretos nºs 7675/99 e 7955/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

a) os estabelecimentos beneficiários consignarão, normalmente, nas Notas Fiscais acobertadoras das operações que praticarem com os produtos por eles industrializados (farinhas, féculas, etc.), os valores da operação e da base de cálculo e o destaque do ICMS calculado pelas respectivas alíquotas;

b) a fruição do crédito presumido veda ao estabelecimento industrial a apropriação de quaisquer créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e demais insumos utilizados na fabricação dos seus produtos, bem como dos serviços recebidos;

c) tratando-se de operações internas já sujeitas à alíquota de 7%, o creditamento dos valores fiscais relativos à aquisição de matérias-primas e demais insumos utilizados na fabricação dos produtos originários da mandioca, bem como dos serviços tomados, será proporcional ao volume dessas operações;

VII - revogado

Nota: O inciso VII do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"*VII - às distribuidoras de combustíveis, nas operações com álcool etílico hidratado combustível, nos termos do § 1º do art. 515, no período e atendidas as condições do seu § 2º."*

VIII - revogado

Nota: O inciso VIII do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), passando a matéria nele tratada no inciso XVI, "a".

IX - revogado.

Nota: O inciso IX do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02)

Redação anterior dada ao inciso IX do art. 96 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"IX - aos adquirentes de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF) que atenda aos requisitos definidos no Convênio ICMS 156/94, bem como de leitor ótico de código de barras e de impressora de código de barras, em importância equivalente a até 50% do valor de aquisição dos referidos equipamentos, observado o seguinte (Convs. ICMS 125/95 e 53/96):
a) entende-se por valor de aquisição o valor total despendido na aquisição do equipamento e dos acessórios fundamentais e/ou necessários ao seu funcionamento, incluída a parcela referente a frete e seguro, excluindo-se os valores pagos a título de instalação ou de preparação da base para montagem do equipamento;
c) na hipótese de venda do equipamento ou de sua transferência para outra unidade da Federação em prazo inferior a 2 anos, a contar do início de sua efetiva utilização, o crédito fiscal de que trata este inciso deverá ser anulado, integralmente, no mesmo mês em que houver sido efetuada a venda ou a transferência;
d) os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, cafés, botequins, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação, quando enquadrados no regime de apuração em função da receita bruta, poderão abater do valor a recolher em cada período mensal a parcela do crédito de que cuida este inciso, caso em que farão constar, na coluna "Observações" do Registro de Saídas, a expressão "Crédito presumido: art. 96, IX, do RICMS-BA", seguida do valor da parcela do crédito;
e) portaria do Secretário da Fazenda regulará os termos e condições para fruição do presente benefício;
f) o disposto neste inciso somente se aplica às aquisições de equipamentos em que o início da efetiva utilização, nos termos dos arts. 761 a 824, ocorra até 31/12/97."

A redação da alínea "d" foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para acrescentar a expressão "pousadas".

O prazo de vigência do benefício, previsto na alínea "f" (antiga alínea "e"), foi prorrogado pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

X - revogado

Nota: O inciso X do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), passando a matéria a ser tratada no inciso XVI, "c".

XI - a partir de 01/01/97, aos prestadores de serviços de transporte, como opção do contribuinte, em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas para apuração do imposto pelo sistema de compensação (débito/crédito), com a ressalva de que o contribuinte

que optar pela utilização do presente benefício não poderá utilizar quaisquer outros créditos fiscais, salvo exceções expressas, sendo que:

a) nas prestações internas de serviço de transporte aéreo e nas prestações interestaduais de serviço de transporte aéreo tomadas por não contribuinte do imposto, o crédito presumido será calculado de forma que a carga tributária seja correspondente a 8% (Conv. ICMS 120/96);

b) nas prestações internas ou interestaduais de serviços de transporte rodoviário, aquaviário ou ferroviário efetuadas por empresas transportadoras ou por transportadores autônomos, o crédito presumido será de 20% do valor do ICMS devido nas prestações (Conv. ICMS 106/96);

c) relativamente à opção pelo direito ao uso de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas ou pelo benefício da utilização do crédito presumido de que cuida este inciso:

1 - o contribuinte lavrará "Termo de Opção" no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, na parte destinada à transcrição de ocorrências fiscais, consignando:

Nota: A redação atual do item 1, do inciso XI do art. 96 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*1 - o contribuinte lavrará "Termo de Opção" no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, na parte destinada à transcrição de ocorrências fiscais, com indicação do nome, firma ou razão social, inscrição estadual, CGC/MF, data a partir da qual fará a opção, e declaração expressa quanto ao regime a ser adotado;*".

1.1 - o nome, a firma ou razão social, a inscrição estadual, o número no CNPJ, a data a partir da qual fará a opção, e a declaração expressa do regime a ser adotado;

Nota: O subitem 1.1 foi acrescentado ao item 1, da alínea "c", do inciso XI do art. 96 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

1.2 - que a opção pelo crédito presumido alcançará todos os estabelecimentos localizados no território nacional, na hipótese da alínea "b" (Conv. ICMS 95/99);

Nota: O subitem 1.2 foi acrescentado ao item 1, da alínea "c", do inciso XI do art. 96 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 01/01/00.

2 - tendo o contribuinte optado por um daqueles regimes, não deve a partir daí haver alternância de regime dentro do mesmo exercício;

3 - a escrituração dos documentos fiscais, no Registro de Entradas, pelo tomador do serviço, poderá ser feita com a simplificação de que cuidam:

3.1 - o § 5º do art. 322, tendo optado pela utilização dos créditos fiscais relativos às aquisições de mercadorias e serviços;

3.2 - o § 7º do art. 322, ressalvado o disposto em seu § 8º, tendo optado pela utilização do crédito presumido;

4 - o prestador de serviço não obrigado à inscrição cadastral ou à escrituração fiscal apropriar-se-á do

crédito previsto nesta cláusula no próprio documento de arrecadação.

Nota: O item 4 foi acrescentado à alínea "c", do inciso XI do art. 96 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

XII - revogado

Nota: O inciso XII do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02)

Redação anterior dada ao inciso XII, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"XII - às microempresas como tais definidas na legislação federal, equivalente a 50% do valor de aquisição de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF) que atenda aos requisitos definidos no Convênio ICMS 156/94, bem como leitor ótico de código de barras e impressora de código de barras, observado o seguinte (Conv. ICMS 33/97):
a) a apropriação do crédito fiscal de que trata este inciso será feita em 18 parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir do período de apuração imediatamente posterior àquele em que houver ocorrido o início da efetiva utilização do equipamento, na forma do Convênio ICMS 156/94;
b) na hipótese de venda do equipamento ou de sua transferência para outra unidade da Federação em prazo inferior a 2 anos, a contar do início da efetiva utilização do mesmo, o crédito fiscal de que trata este inciso deverá ser estornado ou anulado, integralmente, no mesmo período de apuração em que houver sido efetuada a venda ou a transferência;
c) o disposto neste inciso somente se aplica às aquisições de ECF em que o início da efetiva utilização, nos termos do Convênio ICMS 156/94, ocorra até 31 de dezembro de 1997."

XIII - aos arrematantes de mercadorias em leilão fiscal da Secretaria da Fazenda, quando destinadas a comercialização ou industrialização, nos termos do inciso III do § 4º do art. 952;

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

XIV - aos estabelecimentos industriais que se dediquem à preparação de especiarias e condimentos (CNAE-Fiscal 1585-7/00) e aos fabricantes de sucos de frutas, legumes e xaropes para refresco (CNAE-Fiscal 1523-7/00 e 1595-4/02), nas saídas de polpas de frutas, sucos, néctares e concentrados de frutas, em importância equivalente a até 70% (setenta por cento) do valor do imposto destacado nos documentos fiscais, nas operações internas e interestaduais, observado o seguinte:

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso XIV do art. 96 foi dada pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03).

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XIV do art. 96 pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03):
"XIV - aos estabelecimentos industriais que se dediquem à preparação de especiarias e condimentos (CNAE-Fiscal 1585-7/00) e aos fabricantes de sucos de frutas, legumes e xaropes para refresco (CNAE-Fiscal 1523-7/00 e 1595-4/02), nas saídas de polpas de frutas, sucos, néctares e concentrados de frutas, em importância equivalente a até 70% (setenta por cento) do valor do imposto destacado nos documentos fiscais, nas operações internas e interestaduais:"

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XIV do art. 96 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"XIV - de 01/04/96 até 31/12/05, aos estabelecimentos industriais que se dediquem à preparação de especiarias e condimentos (CNAE-Fiscal 1585-7/00) e aos fabricantes de sucos de frutas, legumes e xaropes para refresco (CNAE-Fiscal 1523-7/00 e 1595-4/02), nas saídas de polpas de frutas, sucos, néctares e concentrados de frutas, em importância equivalente a até 70% (setenta por cento) do valor do imposto destacado nos documentos fiscais, nas operações internas e interestaduais, observado o seguinte:"

Redação originária:
"XIV - de 01/04/96 até 31/12/05, aos estabelecimentos industriais que se dediquem à preparação de especiarias e condimentos (código de atividade 26.13-7) e aos fabricantes de sucos de frutas, legumes e xaropes para refresco (código de atividade 27.44-2), nas saídas de polpas de frutas, sucos, néctares e concentrados de frutas, em importância equivalente a 30% do valor do imposto destacado nos documentos fiscais, nas operações internas e interestaduais, observado o seguinte:
a) a utilização do crédito fiscal fica condicionada a que o contribuinte efetue o estorno correspondente a 30% do valor dos créditos relativos às entradas de matérias-primas, produtos intermediários, catalisadores e materiais de embalagem recebidos para emprego no processo de industrialização dos produtos referidos no caput;
b) para fazer jus ao crédito de que cuida este inciso, deverá o contribuinte habilitar-se junto à Secretaria da Fazenda, ouvida a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração;
c) é vedada a utilização do crédito previsto neste inciso cumulativamente com o benefício de financiamento concedido através do PROBAHIA/PROIND, instituído pela Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, modificada pela Lei nº 6.863, de 14 de junho de 1995, cabendo ao contribuinte optar por um deles;
d) os Secretários da Fazenda e da Indústria, Comércio e Mineração, no âmbito das respectivas competências, estabelecerão as condições necessárias à habilitação de contribuinte para fruição do presente benefício fiscal;"

O inciso XIV foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), sendo antes tratado, Decreto nº 5278/96.

a) o contribuinte que pretender fruir do tratamento previsto neste inciso deverá encaminhar pedido ao Conselho Deliberativo do Conselho do PROBAHIA/PROIND;

b) Compete ao Conselho Deliberativo do Conselho do PROBAHIA/PROIND a definição do percentual de crédito presumido a ser utilizado pelo contribuinte;

c) a opção pela utilização do crédito fiscal fica condicionada a que o contribuinte efetue o estorno correspondente ao valor dos créditos relativos às entradas de matérias-primas, produtos intermediários, catalisadores e materiais de embalagem recebidos para emprego no processo de industrialização dos produtos referidos neste inciso, em percentual igual ao crédito presumido concedido;

d) é vedada a utilização do crédito previsto neste inciso cumulativamente com o benefício de financiamento concedido através do PROBAHIA/PROIND, instituído pela Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, modificada pela Lei nº 6.863, de 14 de junho de 1995, cabendo ao contribuinte optar por um deles;

XV - aos fabricantes de artigos de borracha para uso médico-cirúrgico, pessoal e doméstico (código de atividade 18.51-6), nas saídas de produtos em cuja industrialização sejam aplicadas mercadorias recebidas com o tratamento fiscal previsto nos incisos XLIV e XLV do art. 343, enquanto perdurar o tratamento ali disciplinado, sendo que, na definição do valor do crédito a ser utilizado, serão observados os critérios e condições do § 7º do art. 347;

Nota: **O inciso XV foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), sendo antes tratado pelo Decreto nº 6360/97.**

XVI - revogado

Nota: O inciso XVI do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso XVI, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XVI - nas operações com gado e produtos resultantes do seu abate (arts. 444 a 464):
a) a partir de 24/5/95, aos remetentes ou aos destinatários, em importância equivalente a 50% do valor do ICMS incidente nas saídas internas de novilho precoce do estabelecimento produtor com destino ao que irá efetuar o seu abate, observando-se o seguinte (Conv. ICMS 19/95):
1 - para efeito da concessão desse benefício, consideram-se como precoces os animais que apresentem, no máximo, quatro dentes incisivos permanentes e os primeiros médios da segunda dentição, e peso de carcaça igual ou superior a 200kg para os machos e 170kg para as fêmeas, sendo que, por ocasião do abate, o animal deverá possuir de 1 a 10 milímetros de gordura na carcaça (Convs. ICMS 66/95 e 110/95);
2 - será vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos relacionados com a atividade de produção de novilho precoce;
3 - a fruição do benefício será condicionada à inspeção sanitária federal ou estadual do abate dos animais de que trata esta alínea, em que fique caracterizada a condição de novilho precoce;
b) a partir de 01/2/98, aos frigoríficos e aos remetentes de gado bovino, bufalino e suíno para abate, nas operações que ponham termo ao diferimento do imposto, em importância equivalente a 50% do tributo devido, observado o seguinte:
1 - nas saídas internas de gado bovino, bufalino e suíno para abate em estabelecimento próprio ou de terceiro, por conta e ordem do remetente, quando o frigorífico atender às condições estabelecidas pela Portaria nº 304, de 22 de abril de 1996, do Ministro da Agricultura:
1.1 - o documento fiscal conterá o destaque do imposto, calculado com base em pauta fiscal;
1.2 - para efeitos de recolhimento, abater-se-á do imposto devido o crédito presumido de 50%;"

Os subitens 1.3, 1.4 e 1.5 foram revogados pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).
"*1.3 - a repartição fazendária do percurso emitirá Passe Fiscal visando à comprovação futura do efetivo recebimento do gado pelo frigorífico aludido no caput deste item, inclusive quando a operação for acobertada por Nota Fiscal Avulsa;*
1.4 - a baixa do Passe Fiscal de que cuida o subitem anterior será feita mediante comunicação do frigorífico à repartição fazendária;
1.5 - a constatação de Passes Fiscais em aberto implica a perda do benefício por parte do remetente, devendo o fisco adotar as providências cabíveis visando à exigência da diferença do imposto, sempre que for possível localizar o contribuinte;".

Redação anterior:
"2 - no caso de entradas de gado bovino, bufalino e suíno oriundo deste Estado, em estabelecimento frigorífico ou abatedor, do próprio adquirente, que atenda às condições estabelecidas pela Portaria nº 304, de 22 de abril de 1996, do Ministro da Agricultura, sendo o crédito presumido equivalente a 50% do ICMS incidente sobre as saídas internas subseqüentes dos produtos comestíveis resultantes do abate;
3 - a utilização do crédito presumido de que cuidam os itens 1 e 2 condiciona-se:
3.1 - à não utilização de quaisquer créditos fiscais por parte do estabelecimento;
3.2 - ao prévio reconhecimento do direito ao benefício, mediante regime especial, renovável semestralmente;
4 - para a renovação do regime especial aludido no subitem 3.2, o contribuinte anexará ao pedido

declaração do órgão responsável pela inspeção, para comprovação de que venham sendo atendidas as condições estabelecidas pela portaria ministerial mencionada no item 2;
c) aos frigoríficos e abatedouros, nas operações de saídas interestaduais de produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino e bufalino originários de aquisições internas, a ser calculado em função da alíquota interestadual sobre o valor da operação, sendo que este benefício será concedido como opção do contribuinte, sob a condição de que efetue o estorno ou anulação do crédito fiscal relativo ao ICMS pago na entrada ou aquisição do gado para abate de que resultem os produtos comestíveis destinados a outras unidades da Federação;".

XVII - ao estabelecimento industrial, o equivalente à importância resultante da aplicação da alíquota cabível em função da natureza da operação com produtos cerâmicos de artesanato, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais relacionados com a produção desses bens.

Nota: O inciso XVII foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

XVIII - aos fabricantes de óleo de dendê, leite de coco e coco ralado, equivalente a 80% (oitenta por cento) do imposto incidente nas saídas desses produtos, com a ressalva de que o crédito presumido constitui opção do contribuinte em substituição à utilização de quaisquer outros créditos fiscais vinculados às saídas dos produtos mencionados;

Nota: A redação atual do inciso XVIII do art. 96 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).

Redação anterior dada ao inciso XVIII, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"XVIII - a partir de 01/07/99 aos fabricantes de leite de coco e coco ralado, equivalente a 80% (oitenta por cento) do imposto incidente nas saídas desses produtos, com a ressalva de que o crédito presumido constitui opção do contribuinte em substituição à utilização de quaisquer outros créditos fiscais vinculados às saídas dos produtos mencionados."

XIX - aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente nas operações com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que ocorrerem as saídas;

Nota: A redação atual do inciso XIX do art. 96 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 96 pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02):
"XIX - de 01/01/00 até 31/12/03, aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente nas operações com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que ocorrerem as saídas;"

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 96 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 01/01/02 a 26/12/02:
"XIX - de 01/01/00 até 31/12/02, aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do

imposto incidente nas operações com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que ocorrer as saídas;"

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 96 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/12/01:
"XIX - de 01/01/00 até 31/12/01, aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente nas operações internas com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que ocorrer as saídas;"

Redação anterior dada ao inciso XIX, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"XIX - de 01/01/00 até 31/12/00, aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente nas operações internas com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que ocorrer as saídas;"

XX - às usinas de açúcar estabelecidas neste Estado, sobre o valor do imposto destacado nas operações com mercadorias produzidas em seus estabelecimentos, em opção ao uso de outros créditos fiscais vinculados a essas operações:

Nota: A redação atual do inciso XX do art. 96 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03. DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 96 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 09/05/02 a 31/12/03:
"XX - às usinas de açúcar estabelecidas neste Estado, sobre o valor do imposto destacado nas operações internas e interestaduais com mercadorias produzidas em seus estabelecimentos, em opção ao uso de outros créditos fiscais vinculados a essas operações:
a) de 01/01/00 até 30/04/02 - 30% (trinta por cento);
b) a partir de 1º de maio de 2002 - 40% (quarenta por cento)."

Redação anterior dada ao inciso XX, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"XX - a partir de 1º de janeiro de 2000, às usinas de açúcar estabelecidas neste Estado, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto destacado nas operações internas e interestaduais com mercadorias produzidas em seus estabelecimentos, em opção ao uso de outros créditos fiscais vinculados a essas operações."

a) 40% (quarenta por cento) nas operações internas;

b) 65% (sessenta e cinco por cento) nas operações interestaduais.

XXI - aos produtores rurais e extratores não equiparados a comerciante ou a industrial, o valor correspondente à aplicação do percentual de 10% sobre o valor do crédito fiscal apurado na forma prevista no § 4º do art. 117, desde que efetuem depósito bancário identificado, em igual valor, em favor de fundo específico de modernização da agropecuária baiana, cujo programa tenha sido aprovado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI;

Nota: O inciso XXI foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

XXII - aos adquirentes de que trata o inciso XI do art. 93, o valor correspondente à aplicação do percentual de 10% sobre o valor do crédito fiscal apurado na forma prevista no referido dispositivo, desde que efetuem depósito bancário identificado, em igual valor, em favor de fundo específico de modernização da agropecuária baiana, cujo programa tenha sido aprovado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI;

Nota: O inciso XXII foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

XXIII - nas operações com álcool etílico hidratado combustível - AEHC, realizadas por contribuintes industriais, mediante autorização do Diretor de Administração Tributária da região do seu domicílio fiscal, após parecer técnico da Gerência de Substituição Tributária, calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos:

Nota: **A redação atual do inciso XXIII do *caput* do art. 96 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).**

Redação anterior dada ao *caput* do inciso XXIII, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04):
"XXIII - nas operações internas com álcool etílico hidratado combustível - AEHC, realizadas por contribuintes industriais, mediante autorização do Diretor de Administração Tributária da região do seu domicílio fiscal, após parecer técnico da Gerência de Substituição Tributária, equivalente a 48,149% (quarenta e oito inteiros e cento e quarenta e nove milésimos por cento), calculados sobre o valor do imposto incidente no momento das saídas dos produtos;"

a) de 48,149% (quarenta e oito inteiros e cento e quarenta e nove milésimos por cento), nas operações internas;

b) de 17,916% (dezessete por cento inteiros e novecentos e dezesseis milésimos por cento), nas operações interestaduais;

XXIV - aos fabricantes dos produtos derivados do leite indicados no inciso XXVIII do art. 87, o valor equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente no momento das saídas dos produtos;

Nota: O inciso XXIV foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

§ 1º Os documentos fiscais relativos às operações beneficiadas com o tratamento previsto no inciso XXI deverão conter a informação do número do depósito bancário e do credenciamento do produtor ou extrator junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI ou à entidade por ela, para este fim, autorizada.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 96 foi dada pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de

28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Redação anterior dada ao § 1º, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos de 01/04/04 a 28/09/04:
"§ 1º Os documentos fiscais relativos às operações beneficiadas com o tratamento previsto no inciso XXI deverão conter a informação do número do depósito bancário."

§ 2º A SEFAZ disponibilizará no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br a relação dos fundos de modernização da agropecuária baiana aptos a receberem os depósitos vinculados ao crédito previsto nos incisos XXI e XXII.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

§ 3º Como critério para aprovação dos fundos de que tratam os incisos XXI e XXII, observar-se-á a aplicação dos seus recursos em pesquisa, defesa fitossanitária, monitoramento ambiental e na promoção do agronegócio, bem como em fomento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do respectivo fundo.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

§ 4º Revogado

Nota: O § 4º do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004):
"§ 4º A utilização do crédito presumido previsto nos incisos XXI e XXII dependerá de que os produtores rurais ou extratores estejam credenciados junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI ou em entidades por ela, para este fim, autorizadas."

§ 5º Revogado.

Nota: O § 5º do art. 96 foi revogado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 96 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004):
"§ 5º Para utilização do crédito presumido previsto no inciso XXII o número do credenciamento do produtor rural ou extrator junto à SEAGRI ou à entidade por ela autorizada deverá ser informado na nota fiscal que acobertar a respectiva operação com diferimento."

SEÇÃO III
Da Vedação da Utilização do Crédito Fiscal

Art. 97. É vedado ao contribuinte, ressalvadas as disposições expressas de manutenção de crédito, creditar-se do imposto relativo à aquisição ou à entrada, real ou simbólica, de mercadorias no estabelecimento, bem como aos serviços tomados, qualquer que seja o regime de apuração ou de pagamento do imposto:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 97 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação originária:
"Art. 97. É vedado ao contribuinte, salvo disposição em contrário, creditar-se do imposto relativo à aquisição ou à entrada, real ou simbólica, de mercadorias no estabelecimento, bem como aos serviços tomados, qualquer que seja o regime de apuração ou de pagamento do imposto:"

I - para integração, consumo ou emprego na comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, quando a operação subseqüente de que decorrer a saída da mercadoria ou do produto resultante ou quando a prestação subseqüente do serviço:

Nota: A redação atual do inciso I do art. 97 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação originária:
"I - para integração, consumo ou emprego na comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, quando a ulterior operação de que decorrer a saída da mercadoria ou do produto resultante ou quando a ulterior prestação do serviço não forem tributadas ou forem isentas do imposto, sendo essa circunstância previamente conhecida, ressalvadas as disposições expressas de manutenção de crédito autorizadas por lei complementar ou convênio;"

a) não forem tributadas ou forem isentas do imposto, sendo essa circunstância previamente conhecida;

b) forem tributadas com redução de base de cálculo, hipótese em que o valor da vedação será proporcional à redução;

II - quando, salvo disposição em contrário, no caso de utilização de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação, o serviço não estiver vinculado:

a) a prestações seguintes da mesma natureza, tributadas pelo imposto;

b) a operações de comercialização tributadas;

c) a processos de industrialização, produção agropecuária, geração ou extração, dos quais resultem operações de saídas tributadas;

III - na aquisição de materiais, mercadorias, bens ou serviços por empresa com atividade mista, isto é, empresa que efetue venda ou que forneça mercadorias juntamente com a prestação de serviços, assegurando-se, no entanto, a recuperação do crédito quando as saídas ou os fornecimentos forem tributados pelo ICMS, atendida a devida proporcionalidade;

IV - quando a operação de aquisição ou a prestação:

a) estiver beneficiada com isenção ou amparada por não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

b) tiver sido efetuada com pagamento do imposto por antecipação ou substituição tributária, salvo exceções expressas (arts. 356 e 359);

c) se referir a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

V - quando no documento fiscal constar como destinatário da mercadoria ou como tomador do serviço outro estabelecimento, ainda que pertencente ao mesmo titular;

VI - quando o tributo houver sido devolvido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outro contribuinte, por esta ou por outra unidade da Federação;

VII - quando se tratar de documento fiscal falso ou inidôneo, nos termos do art. 209 e seu parágrafo único, admitindo-se, porém, a utilização do crédito depois de sanada a irregularidade, ou se, não obstante o vício do documento, houver comprovação de que o imposto nele destacado foi efetivamente recolhido ou lançado;

VIII - nas situações do § 5º do art. 93, relativamente à parte excedente;

IX - em face de cópia de documento fiscal ou de qualquer de suas vias que não a primeira, ressalvada a hipótese de documento perdido, extraviado ou desaparecido, caso em que a admissão do crédito é condicionada à comprovação da ocorrência, por parte do contribuinte;

X - quando o contribuinte optar:

a) pelo pagamento do imposto através do regime de apuração em função da receita bruta;

b) pela utilização de crédito presumido em substituição ao aproveitamento dos créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas, sempre que nesse sentido houver disposição expressa (art. 96);

c) pelo pagamento do imposto através do regime simplificado de apuração (SimBahia);

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso X do art. 97 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

XI - nas aquisições de mercadorias e serviços efetuadas a microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, salvo em se tratando de aquisições a microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem exclusivamente à atividade industrial.

Nota: A redação atual do inciso XI do art. 97 foi pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"XI - nas aquisições a microempresas comerciais varejistas ou a microempresas ambulantes.".

XII - quando se tratar de entradas de bens destinados ao ativo imobilizado, e respectivo serviço de transporte, ocorridas a partir de 1º/1/2001, em relação (Lei nº 7710/00):

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 97 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

a) à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas, sobre o total das operações

de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

b) à fração que corresponderia ao restante do quadriênio, na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição.

XIII - quando vinculados a operações sujeitas à dispensa do pagamento do imposto de que cuida o item 6 da alínea "a" do inciso III do art. 125, exceto em se tratando dos insumos agropecuários previstos no art. 20.

Nota: **Redação atual do inciso XIII do art. 97 dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.**

Redação anterior dada ao inciso XIII do art. 97 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02, DOE de 27/06/02), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"XIII - nas aquisições ou entradas de mercadorias e serviços vinculadas às operações sujeitas à dispensa do pagamento do imposto de que cuidam os §§ 1º e 3º do art. 446, exceto em se tratando dos insumos agropecuários previstos no art. 20."

Redação anterior dada ao inciso XIII, tendo sido acrescentado ao art. 97 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos até 31/12/00:
"XIII - nas aquisições ou entradas de mercadorias e serviços vinculadas às operações sujeitas à dispensa do pagamento do imposto de que cuida o § 1º do art. 446."

XIV - revogado.

Nota: O inciso XIV do art. 97 foi revogado pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso XXIV, tendo sido acrescentado ao art. 97 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05):
"XIV - quando vinculados a operações sujeitas à redução de base de cálculo de que cuida o inciso XXIX do art. 87;"

§ 1º Relativamente ao não creditamento a que se referem os incisos I e II, se o contribuinte vier a realizar operação ou prestação tributada tendo por objeto ou utilizando como insumo quaisquer dos bens, mercadorias ou serviços ali referidos, poderá creditar-se do imposto correspondente à aquisição, por ocasião e na proporção das operações e prestações tributadas que efetuar.

§ 2º Para os efeitos da alínea "c" do inciso IV, salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento, não conferindo ao adquirente direito a crédito, dentre outras situações:

I - os bens, materiais, mercadorias ou serviços não destinados à utilização na comercialização, na industrialização, na produção, na extração, na geração ou na prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação, a exemplo dos bens do ativo permanente adquiridos para locação a terceiros ou para fins de investimento ou especulação, ressalvados os bens do ativo imobilizado e os materiais de uso ou consumo efetivamente utilizados, empregados ou consumidos pelo contribuinte do imposto;

II - os veículos de transporte pessoal, assim entendidos os automóveis ou utilitários de uso individual dos administradores da empresa ou de terceiros;

III - os imóveis por acessão física.

§ 3º A vedação do crédito em função da destinação da mercadoria, nos termos deste artigo, estende-se ao imposto incidente sobre o serviço de transporte ou de comunicação relacionado com a mercadoria.

§ 4º Fica vedado ao produtor rural ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial, sujeito à apuração do imposto na forma prevista no § 4º do art. 117, o aproveitamento de quaisquer créditos relativos ao imposto incidente nas operações ou prestações anteriores.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 97 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

SEÇÃO IV
Da Vedação da Transferência ou da Restituição do Crédito Fiscal

Art. 98. Salvo disposição em contrário, é vedada a transferência de crédito fiscal para estabelecimento de outro contribuinte.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 98 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"Art. 98. Salvo disposição em contrário, não é permitida a transferência de crédito fiscal de um para outro estabelecimento, do mesmo ou de outro contribuinte.".

Parágrafo único. Na transferência de bem do ativo imobilizado entre estabelecimentos do mesmo titular situados neste Estado com a isenção de que cuidam os incisos I e III do art. 27, se o bem tiver de permanecer no estabelecimento destinatário por mais de 30 dias, ou se o estabelecimento destinatário realizar operações ou prestações isentas ou não tributadas, observar-se-á o seguinte (Ajuste SINIEF 08/97, cláusula sexta, II):

Nota: **A redação atual do *caput* do parágrafo único do art. 98 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), apenas para acrescentar a remissão ao inciso III do art. 27.**

O parágrafo único foi acrescentado ao art. 98 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

I - além da Nota Fiscal relativa à transferência da mercadoria, deverá ser oportunamente emitida outra Nota Fiscal destinada a documentar a transferência do crédito fiscal (Lei nº 7710/00):

Nota: **A redação atual do inciso I, do parágrafo único do art. 98 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação originária:
"*I - além da Nota Fiscal relativa à transferência da mercadoria, deverá ser oportunamente emitida outra Nota Fiscal destinada a documentar a transferência do crédito fiscal utilizado, se for o caso, por ocasião da aquisição ou recebimento do bem (art. 93, V, "a");*".

a) utilizado, se for o caso, por ocasião da aquisição ou recebimento do bem (art. 93, V, "a"), tratando-se de bens destinados, até 31/12/00, ao ativo imobilizado;

b) ainda não apropriado pelo estabelecimento, correspondente a um inteiro e quarenta e oito avos do crédito original, multiplicado pelo número de meses a transcorrer da data da transferência até o 48° mês, tratando-se de bens destinados ao ativo imobilizado a partir de 1º/1/2001;

II - a Nota Fiscal destinada à transferência do crédito:

a) terá como natureza da operação a expressão "Transferência de crédito: art. 98, parágrafo único, do RICMS-BA", devendo mencionar o documento relativo à transferência do bem;

b) conterá o destaque do crédito fiscal a ser transferido para o estabelecimento de destino, que corresponderá:

Nota: A redação atual do *caput* da alínea "b", do inciso II, do parágrafo único do art. 98, foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"b) conterá o destaque do crédito fiscal a ser transferido para o estabelecimento de destino, que corresponderá ao valor do crédito a ser estornado pelo estabelecimento de origem, atendidas as regras do parágrafo único do art. 339.".

1 - tratando-se de bem cuja entrada no estabelecimento remetente tenha ocorrido até 31/12/00, ao valor do crédito a ser estornado pelo estabelecimento de origem, atendidas as regras do § 1º do art. 339;

2 - tratando-se de bem cuja entrada no estabelecimento remetente tenha ocorrido a partir de 1/1/01, o valor dos créditos fiscais não apropriados, salvo aqueles não utilizados em decorrência de saídas isentas ou não tributadas, atendidas as regras do § 2º do art. 339.

Art. 99. O saldo credor do ICMS existente na data do encerramento da atividade de qualquer estabelecimento não é restituível nem transferível a outro estabelecimento.

SEÇÃO V
Do Estorno ou Anulação do Crédito Fiscal

Art. 100. O contribuinte estornará ou anulará o crédito fiscal relativo às entradas ou aquisições de mercadorias, inclusive o crédito relativo aos serviços a elas correspondentes, ressalvadas as disposições expressas de manutenção do crédito, quando as mercadorias ou os serviços, conforme o caso:

I - forem objeto de operação ou prestação subseqüente isenta ou não tributada, sendo essa circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço;

II - forem objeto de operação ou prestação subseqüente com redução da base de cálculo, hipótese em que o valor do estorno será proporcional à redução;

III - forem objeto de integração, consumo ou emprego em processo de industrialização, produção, geração ou extração, quando a operação subseqüente com o produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

IV - vierem a ser utilizadas em fim alheio à atividade do estabelecimento (art. 97, § 2º);

V - perecerem, forem sinistradas, deteriorarem-se ou forem objeto de quebra anormal, furto, roubo ou extravio, inclusive no caso de tais ocorrências com os produtos resultantes da industrialização, produção, extração ou geração;

VI - forem objeto de locação ou arrendamento a terceiros;

VII - entrarem no estabelecimento para fins de comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, sendo, depois, destinadas a uso ou consumo do estabelecimento adquirente, de 05/12/96 até 31/12/06 (Lei Complementar nº 87/96).

Nota: **A redação atual do inciso VII do art. 100 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 100 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).
"VII - entrarem no estabelecimento para fins de comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, sendo, depois, destinadas a uso ou consumo do estabelecimento adquirente, de 05/12/96 até 31/12/02 (Lei Complementar nº 99/99).

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos de 01/01/98 a 29/12/99:
"*VII - entrarem no estabelecimento para fins de comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, sendo, depois, destinadas a uso ou consumo do estabelecimento adquirente, de 05/12/96 até 31/12/99 (Lei nº 7247/97)."*

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 100 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).
"VII - entrarem no estabelecimento para fins de comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, sendo, depois, destinadas a uso ou consumo do estabelecimento adquirente, de 05/12/96 até 31/12/97."

Na redação originária, era previsto o estorno do crédito relativo à destinação de mercadoria ao ativo imobilizado anteriormente a 01/11/96, regra esta incompatível com o Conv. ICM 66/88, que previa incidência nesse caso, com manutenção do crédito.

VIII - estiverem vinculados a operações sujeitas à dispensa do pagamento do imposto de que cuida o item 6 da alínea "a" do inciso III do art. 125, exceto em se tratando dos insumos agropecuários previstos no art. 20.

Nota: **A redação atual do inciso VIII do art. 100 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.**

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 100 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"VIII - forem objeto de abate em frigorífico situado neste Estado, nas hipóteses de dispensa do pagamento do imposto previstas nos §§ 1º e 3º do art. 446, exceto em se tratando dos insumos agropecuários previstos no art. 20."

Redação anterior dada ao inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 100 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00) - sem efeito:
"VIII - forem objeto de abate em frigorífico situado neste Estado, nas hipóteses de dispensa do pagamento do imposto previstas no § 1º do art. 446."

§ 1º Tendo o contribuinte empregado mercadorias ou serviços na comercialização, fabricação, produção, extração, geração ou prestação, conforme o caso, de mercadorias ou serviços cujas operações de saídas ou prestações sejam algumas tributadas e outras não tributadas ou isentas, o estorno do crédito será efetuado de forma proporcional, relativamente às mercadorias, materiais de embalagem, insumos ou serviços

empregados nos produtos ou serviços não tributados.

§ 2º Na determinação do valor a ser estornado, observar-se-á o seguinte:

I - quando não for conhecido o seu valor exato, será calculado mediante a aplicação da alíquota vigente no momento da entrada ou da aquisição da mercadoria ou da utilização do serviço, sobre o preço mais recente do mesmo tipo de mercadoria ou serviço;

II - não sendo possível precisar a alíquota vigente no momento da entrada ou da aquisição da mercadoria ou da utilização do serviço, ou se as alíquotas forem diversas em razão da natureza das operações ou prestações, aplicar-se-á a alíquota das operações ou prestações preponderantes, se possível identificá-las, ou a média das alíquotas relativas às diversas operações de entrada ou às prestações contradadas, vigentes à época do estorno;

III - quando houver mais de uma aquisição ou prestação e não for possível determinar a qual delas corresponde a mercadoria ou o serviço, o crédito a ser estornado deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno, sobre o preço mais recente da aquisição do mesmo tipo de mercadoria ou do serviço tomado.

§ 3º Observar-se-á o disposto no inciso IV do § 2º do art. 508, na hipótese de operação com minério de ferro e "pellets" sob gozo da redução de base de cálculo prevista no inciso II do referido artigo.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 100 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*§ 3º Observar-se-á o disposto:*
I - no inciso IV do § 2º do art. 508, na hipótese de operação com minério de ferro e "pellets" sob gozo da redução de base de cálculo prevista no inciso II do referido artigo;
II - no inciso IV do § 8º do art. 93, na hipótese de utilização de créditos fiscais na aquisição de combustíveis, lubrificantes e outros produtos relacionados na alínea "f" do inciso I do referido artigo, por prestador de serviço de transporte.".

§ 4º Nas transferências interestaduais entre estabelecimentos da mesma empresa, de bens de uso ou de materiais de consumo, observar-se-á o disposto na alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 624, quando ocorrer a hipótese ali prevista.

Nota: **A redação atual do § 4º do art. 100 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para excluir a expressão "de bens integrados ao ativo imobilizado".**

§ 5º A obrigatoriedade do estorno do crédito estende-se ao imposto incidente sobre as prestações de serviços de transporte e de comunicação relacionados com mercadoria que vier a ter qualquer das destinações ou ocorrências mencionadas neste artigo.

§ 6º O estorno a que se refere este artigo não impede a utilização dos créditos correspondentes à aquisição, se o contribuinte vier a realizar operação ou prestação tributada tendo por objeto ou utilizando como insumo quaisquer dos bens, mercadorias ou serviços ali referidos, por ocasião e na proporção das operações e prestações tributadas que efetuar.

§ 7º Relativamente à alienação de bens do ativo imobilizado cujas entradas no estabelecimento tenham ocorrido até 31/12/00:

Nota: **A redação atual do *caput* do § 7º do art. 100 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao *caput* do § 7º do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 7º Relativamente à alienação de bens do ativo:".

I - devem ser estornados ou anulados os créditos referentes a bens do ativo imobilizado que venham a ser alienados antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua aquisição ou recebimento, caso em que o estorno ou anulação será de 20% (vinte por cento) por ano ou fração que faltar para completar o qüinqüênio (§ 1º do art. 339);

Nota: A redação atual do inciso I, do § 7º do art. 100 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso I, do § 7º do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*I - devem ser estornados ou anulados os créditos referentes a bens do ativo imobilizado que venham a ser alienados antes de decorrido o prazo de 5 anos, contado da data de sua aquisição ou recebimento, caso em que o estorno ou anulação será de 20% por ano ou fração que faltar para completar o qüinqüênio (parágrafo único do art. 339);*"

Redação originária:
"I - devem ser estornados ou anulados os créditos referentes a bens do ativo imobilizado que venham a ser alienados antes de decorrido o prazo de 5 anos, contado da data de sua aquisição ou recebimento, caso em que o estorno ou anulação será de 20% por ano ou fração que faltar para completar o qüinqüênio (parágrafo único do art. 339);".

II - para os efeitos do inciso anterior, consideram-se alienados os bens que forem objeto de:

Nota: O inciso II foi acrescentado ao § 7º do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):

a) desincorporação ou baixa, inclusive em caso de perecimento, sinistro, deterioração, extravio, furto ou roubo;

b) destinação a atividades alheias às operações ou prestações sujeitas ao imposto;

c) transferência para estabelecimento da mesma empresa situado neste Estado (art. 98, parágrafo único);

d) transferência para estabelecimento da mesma empresa situado em outra unidade da federação (art. 624, parágrafo único).

§ 8º Não se estornam os créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

§ 9º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo imobilizado, cujas entradas no estabelecimento tenham ocorrido até 31/12/00, forem utilizados na prestação de serviço ou na comercialização produção, industrialização, geração ou extração de mercadorias cujas prestações ou operações estejam isentas ou não tributadas, deverá ser feito o estorno dos créditos anteriormente escriturados na forma do § 1º do art. 339 (Lei nº 7710/00).

Nota: **A redação atual do § 9º do art. 100 foi dada pela Alteração nº 22 (DDecreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 9º do art. 100 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:
"§ 9º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo imobilizado, cujas entradas no estabelecimento tenham ocorrido até 31/12/00, forem utilizados na produção, industrialização, geração ou extração de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas, na comercialização de mercadorias cujas operações sejam isentas ou não tributadas ou em prestações de serviços isentas ou não tributadas, deverá ser feito o estorno dos créditos anteriormente escriturados na forma do parágrafo único do art. 339 (Lei nº 7710/00)."

A redação do § 9º do art. 100 foi modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), apenas para fazer remissão ao parágrafo único do art. 339.

Rdação anterior dada ao § 9º do art. 100 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*§ 9º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados na produção, industrialização, geração ou extração de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas, na comercialização de mercadorias cujas operações sejam isentas ou não tributadas ou em prestações de serviços isentas ou não tributadas, deverá ser feito o estorno dos créditos anteriormente escriturados na forma do parágrafo único do art. 339.*".

Redação originária:
"§ 9º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados para produção de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas ou para prestações de serviços isentas ou não tributadas, deverá ser feito o estorno dos créditos anteriormente escriturados na forma do § 12 do art. 93."

§ 10. Em cada período mensal, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a 1/60 (um sessenta avos) da relação entre a soma das operações de saídas e das prestações isentas e não tributadas e o total das operações de saídas e das prestações no mesmo período, sendo que, para este efeito, as saídas e as prestações com destino ao exterior equiparam-se às tributadas (§ 1º do art. 339).

Nota: **A redação atual do § 10 do art. 100 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 10 do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 10. Em cada período mensal, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a 1/60 (um sessenta avos) da relação entre a soma das operações de saídas e das prestações isentas e não tributadas e o total das operações de saídas e das prestações no mesmo período, sendo que, para este efeito, as saídas e as prestações com destino ao exterior equiparam-se às tributadas (parágrafo único do art. 339)."

Redação originária:
"§ 10. Em cada período mensal, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a 1/60 (um sessenta avos) da relação entre a soma das operações de saídas e das prestações isentas e não tributadas e o total das operações de saídas e das prestações no mesmo período, sendo que, para este efeito, as saídas e as prestações com destino ao exterior equiparam-se às tributadas."

§ 11. O quociente de 1/60 (um sessenta avos) será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata* dia, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês.

§ 12. O montante que resultar da aplicação dos §§ 9º, 10 e 11 deste artigo será lançado no Registro de Apuração do ICMS de uso normal como estorno de crédito.

§ 13. Ao fim do 5º ano da data do lançamento a que se refere o § 1º do art. 339, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos.

Nota: **A redação atual do § 13 do art. 100 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 13 do art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 13. Ao fim do 5º ano contado da data do lançamento a que se refere o caput do parágrafo único do art. 339, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos."

Redação originária:
"§ 13. Ao fim do 5º ano contado da data do lançamento a que se refere o § 12 do art. 93, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos."

§ 14. Nas transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos do mesmo titular, para os efeitos do § 7º, serão adotadas as regras do:

Nota: **O § 14 foi acrescentado ao art. 100 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

I - art. 98, parágrafo único, nas transferências internas;

II - art. 624, nas transferências interestaduais.

§ 15. Não se estornam os créditos referentes a mercadorias perecidas, deterioradas ou extraviadas,

inclusive por roubo ou furto, devido a ocorrência de atos de vandalismo no período de 12 a 16 de julho de 2001, em decorrência da suspensão do policiamento das vias públicas, por parte dos servidores estaduais encarregados dessa prestação.

Nota: O § 15º foi acrescentado ao art. 100 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

§ 16. O tratamento previsto no parágrafo anterior está condicionado a que o contribuinte tenha procedido ao inventário das mercadorias referidas e apresentado queixa policial sobre o ocorrido.

Nota: O § 16º foi acrescentado ao art. 100 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

§ 17. Fica o contribuinte que já tenha procedido ao estorno de crédito de que trata o parágrafo 15, autorizado a se creditar do valor correspondente ao mesmo.

Nota: O § 17º foi acrescentado ao art. 100 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

SEÇÃO VI
Da Escrituração do Crédito, da Escrituração do Estorno de Crédito
e da Utilização Extemporânea do Crédito Fiscal

Art. 101. A escrituração do crédito fiscal será efetuada pelo contribuinte nos livros fiscais próprios:

I - no período em que se verificar a entrada da mercadoria ou a aquisição de sua propriedade ou a prestação do serviço por ele tomado;

II - no período em que se verificar ou configurar o direito à utilização do crédito.

§ 1º A escrituração do crédito fora dos períodos de que cuida este artigo somente poderá ser efetuada com observância das seguintes regras:

I - feito o lançamento, o contribuinte fará comunicação escrita à repartição fiscal a que estiver vinculado, se o lançamento ocorrer no mesmo exercício financeiro;

II - se o lançamento ocorrer em exercício já encerrado, exigir-se-á, além da comunicação escrita e da observância do prazo de 5 anos:

a) que os serviços prestados ou as mercadorias tenham sido objeto de tributação ou que permaneçam ainda em estoque inventariado, registrando-se o crédito diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos";

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II, do § 1º do art. 101 foi dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 13/02/04.

Redação originária, efeitos até 12/02/04:
"a) que as mercadorias tenham sido objeto de saída tributada ou que permaneçam ainda em estoque inventariado, registrando-se o crédito diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos";

b) que a utilização do crédito fiscal ocorra concomitantemente com o registro da mercadoria na escrita fiscal, quando a mercadoria, embora não inventariada, encontrar-se fisicamente no estoque.

§ 2º Quando a escrituração do crédito fiscal for efetuada fora do período próprio, a causa determinante do lançamento extemporâneo será anotada na coluna "Observações" do Registro de Entradas ou, quando for o caso, na coluna "Observações" do Registro de Apuração do ICMS.

§ 3º Tratando-se de reconstituição de escrita, esta dependerá de prévia autorização da repartição fiscal.

§ 4° Tratando-se do imposto antecipado parcialmente, nos termos do art. 352-A, o direito à escrituração do crédito se configurará com o seu recolhimento.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 101 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Art. 102. A escrituração fiscal do estorno de crédito será feita mediante emissão de documento fiscal, cuja natureza da operação será "Estorno de crédito", explicitando-se, no corpo do referido documento, a origem do lançamento, bem como o cálculo do seu valor, consignando-se a respectiva importância no Registro de Apuração do ICMS, no último dia do mês, no quadro "Débito do Imposto - Estornos de Créditos".

SEÇÃO VII
Da Manutenção do Crédito Fiscal

SUBSEÇÃO I
Da Manutenção do Crédito nas Saídas Amparadas por Imunidade ou Não-Incidência

Art. 103. Não se exige o estorno do crédito fiscal relativo:

I - às entradas:

a) de matérias-primas, material secundário, produtos intermediários e material de embalagem, bem como o relativo às aquisições de energia elétrica e aos serviços prestados por terceiros, para emprego na fabricação e transporte de produtos industrializados destinados a exportação direta ou indireta, cujas operações de saídas para o exterior ocorram com não-incidência do ICMS, nos termos dos arts. 581, 582 e 583 (Lei Complementar nº 87/96);

b) de mercadorias que venham a ser exportadas para o exterior com não-incidência do ICMS, nos termos dos arts. 581, 582 e 583 (Lei Complementar nº 87/96);

II - à utilização de serviços relacionados com mercadorias ou serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior;

III - até 30/04/03, às entradas de energia elétrica, bem como de mercadorias e serviços utilizados na sua produção, quando ocorrer operação de que decorra a saída daquela mercadoria para outra unidade da

Federação, destinada a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, com não-incidência do imposto, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 6º (Conv. ICM 66/88 e Convs. ICMS 82/96, 118/96, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99 e 10/01);

Nota: A redação do inciso III do art. 103 foi modificada pelas Alterações nºs 1, 3, 4, 5, 7, 12 e 24 (Decretos nº 6379/97, 6523/97, 6903/97, 7244/98, 7365/98, 7675/99 e 7955/01), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

IV - a partir de 01/07/97, às entradas de petróleo, de lubrificantes derivados de petróleo e de combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, bem como de mercadorias e serviços utilizados na sua produção ou embalagem, quando ocorrer operação de que decorra a saída daqueles produtos para outra unidade da Federação, destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, com não-incidência do imposto, nos termos das alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 6º.

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 103 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

SUBSEÇÃO II
Da Manutenção do Crédito nas Saídas com Isenção do Imposto

Art. 104. Não se exige o estorno do crédito fiscal relativo:

I - às entradas dos insumos empregados na produção dos medicamentos de uso humano para o tratamento da AIDS, cujas saídas sejam objeto da isenção de que cuida a alínea "b" do inciso II do art. 17, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 10/02);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 104 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

Redação originária, efeitos até 08/05/02:
"I - às entradas dos insumos empregados na produção dos medicamentos de uso humano para o tratamento da AIDS, cujas saídas sejam objeto da isenção de que cuida a alínea "b" do inciso II do art. 17, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 130/92, 23/93, 51/94 e 164/94);"

II - às entradas das mercadorias ou dos respectivos insumos que venham a ser objeto de doação a vítimas de calamidade pública com a isenção prevista no inciso I do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICM 26/75 e Convs. ICMS 39/90, 80/91, 58/92, e 151/94);

III - às entradas das mercadorias cujas saídas, efetuadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), estiverem abrangidas pela isenção de que trata o inciso II do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICM 34/77, 37/77 e 51/85, e Convs. ICMS 45/90, 80/91 e 151/94);

IV - às entradas de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos objeto de doação ou cessão em regime de comodato com a isenção de que cuida o inciso III do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 60/92);

V - às entradas das mercadorias objeto de doações às Secretarias de Educação, com a isenção de que cuida o inciso IV do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 78/92 e 124/93);

VI - às entradas dos produtos de uso agropecuário objeto da isenção de que cuida o art. 20, bem como às

entradas das matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem e demais insumos utilizados na fabricação daqueles produtos, inclusive o crédito relativo aos serviços tomados, nas operações de saídas internas subseqüentes de que cuida o referido artigo, atendidas as condições nele estipuladas, enquanto perdurar aquele benefício, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 105 (Convs. ICMS 36/92, 89/92, 144/92, 148/92, 124/93, 68/94, 151/94 e 100/97);

Nota: **A redação atual do inciso VI do art. 104 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), com efeitos retroativos, para acrescentar as expressões "demais insumos" e "inclusive o crédito relativo aos serviços tomados".**

VII - à operação anterior com o veículo destinado à categoria de aluguel (táxi) contemplado com a isenção de que cuida o art. 23, bem como ao serviço de transporte relacionado com a citada mercadoria, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 38/01);

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 104 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 104 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"VII - à operação anterior com o veículo destinado à categoria de aluguel (táxi) contemplado com a isenção de que cuida o art. 23, bem como ao serviço de transporte relacionado com a citada mercadoria, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 83/97);"

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 104 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97)::
"VII - às entradas de matérias-primas, material secundário e material de embalagem empregados na fabricação dos veículos destinados à categoria de aluguel (táxi) contemplados com a isenção de que cuida o art. 23, bem como aos serviços relacionados com aquelas mercadorias, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 35/97);

Redação originária:
"VII - às entradas de matérias-primas, material secundário e material de embalagem empregados na fabricação dos veículos destinados à categoria de aluguel (táxi) contemplados com a isenção de que cuida o art. 23, bem como aos serviços relacionados com aquelas mercadorias, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 40/95)."

VIII - às entradas dos insumos e aos serviços tomados para emprego:

Nota: **A redação atual do inciso VIII do art. 104 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):**

Inovações:
a) a nova redação explicita que o benefício estende-se também aos serviços tomados;
b) foi acrescentada a alínea "b".

A redação do inciso VIII do art. 104 foi modificada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para adaptar a redação ao Conv. ICMS 47/97.

A redação originária referia-se apenas aos "insumos empregados na fabricação dos veículos destinados à locomoção de deficientes físicos".

a) na fabricação dos produtos destinados à locomoção de deficientes físicos, das próteses e dos demais produtos contemplados com a isenção de que cuida o inciso I do art. 24, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 47/97);

b) na produção de veículos automotores destinados a paraplégicos ou a portadores de deficiência física, objeto da isenção de que cuidam os incisos III e IV do art. 24, enquanto perdurarem aqueles benefícios (Convs. ICMS 102/97, 23/98 ,35/99 e 77/04);

Nota: **A redação atual da alínea "b", do inciso VIII do art. 104 foi dada pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).**

Redação anterior da alínea "b", do inciso VIII do art. 104 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 04/11/04:
"b) na produção de veículos automotores destinados a paraplégicos ou a portadores de deficiência física, objeto da isenção de que cuida o inciso III do art. 24, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 102/97, 23/98 e 35/99);"

Redação anterior dada a alínea "b" do inciso VIII do art. 104 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"b) de 02/01/98 até 30/04/99 e de 17/08/99 até 31/10/99, na produção de veículos automotores destinados a paraplégicos ou a portadores de deficiência física, objeto da isenção de que cuida o inciso III do art. 24 (Convs. ICMS 102/97, 23/98 e 35/99);"

A redação da alínea "b" do inciso VIII do art. 104 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), para prorrogação do prazo de vigência do benefício, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

IX - a partir de 27/04/95, às entradas de matérias-primas, material secundário e material de embalagem empregados na fabricação dos produtos beneficiados com a isenção de que cuida a alínea "b" do inciso III do art. 28, bem como às prestações de serviços de transporte dos supramencionados insumos, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 23/95);

X - às entradas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização de produtos destinados a lojas francas ("free-shops") instaladas nas zonas primárias dos aeroportos internacionais com a isenção de que cuida a alínea "b" do inciso XVI do art. 28, quando a operação for efetuada pelo próprio fabricante, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICM 9/79 e Convs. ICMS 48/90 e 91/91);

XI - às entradas de matérias-primas ou material secundário empregados na fabricação de veículos que venham a ser adquiridos por missões diplomáticas, repartições consulares e respectivos funcionários estrangeiros, bem como por representações de organismos internacionais e seus funcionários estrangeiros com a isenção de que cuida a alínea "b" do inciso XVII do art. 28, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. AE 4/70 e Convs. ICMS 32/90, 80/91 e 158/94);

XII - às entradas de veículos automotores, máquinas e equipamentos cujas operações subseqüentes sejam beneficiadas com a isenção prevista no inciso IV do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 32/95 e 21/96);

XIII - aos serviços tomados e às entradas de mercadorias para utilização como matéria-prima ou material secundário utilizado na fabricação ou embalagem do produto industrializado bem como às mercadorias entradas para comercialização cuja saída venha a ocorrer por doação ao Governo do Estado com a isenção de que cuida o inciso VI do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 82/95);

XIV - revogado

Nota: O inciso XIV do art. 104 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"*XIV - às entradas de mercadorias e aos serviços tomados, relativamente às operações com cana-de-açúcar, melaço, mel e álcool etílico hidratado combustível, nos termos do § 1º do art. 515, no período e atendidas as condições do seu § 2º;*"

XV - às entradas de mercadorias e aos serviços tomados, relativamente às operações ou prestações destinadas à execução do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia com a isenção de que cuida o inciso XII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício, com a condição de que as mercadorias sejam adquiridas pelo próprio executor daquele Projeto, não se aplicando a manutenção do crédito, por conseguinte, se as aquisições forem efetuadas por outras empresas contratadas para aquela obra (Conv. ICMS 68/97);

Nota: A redação atual do inciso XV do art. 104 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), para substituir a expressão "relativamente às saídas de mercadorias" por "relativamente às operações ou prestações".

XVI - às aquisições dos insumos, partes, peças e acessórios destinados à produção dos Coletores Eletrônicos de Voto (CEV) objeto da isenção de que cuida o inciso XV do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 75/97);

Nota: O inciso XVI foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

XVII - às aquisições das mercadorias e dos serviços a elas correspondentes que venham a ser objeto da isenção de que cuida o inciso XVIII do art. 32, bem como dos insumos utilizados na produção dos equipamentos e acessórios ali especificados, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 101/97).

Nota: O inciso XVII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

XVIII - às entradas de energia elétrica, de materiais e de bens e aos serviços tomados relacionados com o fornecimento de energia elétrica de que trata o inciso II do art. 22, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 8/98);

Nota: **O inciso XVIII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 14/04/98.**

XIX - às entradas de mercadorias ou dos respectivos insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas às isenções previstas no inciso VIII do art. 18 e no inciso VI do art. 30, enquanto perdurarem aqueles benefícios (Conv. ICMS 57/98).

Nota: A redação atual do inciso XIX foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao inciso XIX do art. 104, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98):
"XIX - de 01/07/98 até 31/12/98, às entradas de mercadorias ou dos respectivos insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas às isenções previstas no inciso VIII do art. 18 e no inciso VI do art. 30, enquanto perdurarem aqueles benefícios (Conv. ICMS. 57/98).".

XX - às entradas de mercadorias ou dos respectivos insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas às isenções previstas no inciso XX do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 01/99, 05/99 e 65/01).

Nota: A redação atual doinciso XX do art. 104 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

Redação anterior dada ao inciso XX do art. 104, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos até 08/08/01:
"XX - às entradas de mercadorias ou dos respectivos insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas às isenções previstas no inciso XX do art. 32 enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS. 1/99 e 05/99)."

XXI - a partir de 25/10/00, às operações beneficiadas com a isenção de que cuida o inciso VII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 34/92 e 56/00);

Nota: O inciso XXI foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

XXII - a partir de 25/10/00, às operações decorrentes das aquisições previstas no inciso XXI do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 57/00);

Nota: O inciso XXII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00):

XXIII - a partir de 25/10/00, às entradas dos produtos e equipamentos cujas saídas subseqüentes sejam

beneficiadas com a isenção de cuida o inciso XVI do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 84/97 e 66/00).

Nota: O inciso XXIII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

XXIV - a partir de 07/11/00, às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 75/00);

Nota: **A redação atual do inciso XXIV foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.**

Redação anterior dada ao inciso XXIV, tendo sido acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00:
"XXIV - a partir de 07/11/00, às operações beneficiadas com a isenção de que cuida o inciso XXII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 75/00);".

XXV - a partir de 07/11/00, às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXIII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 76/00);

Nota: **A redação atual do inciso XXV do art. 104 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.**

Redação anterior dada ao inciso XXV, tendo sido acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00:
"XXV - a partir de 07/11/00, às operações beneficiadas com a isenção de que cuida o inciso XXIII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 76/00).".

XXVI - às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção previstas na alínea "b" do inciso VI do art. 14, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 89/00);

Nota: **O inciso XXVI foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 09/01/01.**

XXVII - a partir de 09/08/01, às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXVI do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 69/01);

Nota: O inciso XXVII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

XXVIII - de 19/06/01 a 31/10/01, às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXVII do art. 32, enquanto perdurar

aquele benefício (Convs. ICMS 27/01 e 70/01);

Nota: O inciso XXVIII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

XXIX - a partir de 19/06/01, às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXVIII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 29/01).

Nota: O inciso XXIX foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01).

XXX - a partir de 09/04/02, às entradas de motocicletas, caminhões, helicópteros e outros veículso automotores, insumos, máquinas e equipamentos, bem como os serviços tomados, a elas correspondentes, vinculadas à isenção de que cuida o inciso XXIX do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 25/02).

Nota: O inciso XXX foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/04/02.

XXXI - às aquisições de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças e materiais, cujas saídas sejam objeto da isenção de que cuida o inciso XXXI do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 74/02).

Nota: O inciso XXXI foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

XXXII - às aquisições dos insumos utilizados na fabricação de blocos cotódicos de grafite, cujas saídas sejam objeto da isenção de que cuida o inciso XXX do art. 32 (Conv. ICMS 72/02).

Nota: O inciso XXXII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 14/10/02.

XXXIII - às entradas de mercadorias ou insumos ocorridas a partir de 13/06/03, vinculadas à operação subseqüente realizada diretamente pelo estabelecimento importador ou industrial com a isenção de que cuida o inciso VIII do art. 17, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 87/02);

Nota: O XXXIII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

XXXIV - às entradas de mercadorias ocorridas a partir de 13/06/03, vinculadas às operações subseqüentes com a isenção de que cuida o inciso VII do art. 17, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 140/01).

Nota: O XXXIV foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

XXXV - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, bem como dos respectivos insumos ou bens, vinculados à isenção prevista no art. 32-B (Conv. ICMS 26/03).

Nota: A redação atual do inciso XXXV do art. 104 foi dada pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03).

O inciso XXXIII do art. 104 foi renumerado para inciso XXXV pela Alteração nº 47 (Decreto nº 8666 de 29/09/03, DOE de 30/09/03).

Redação anterior dada ao inciso XXXIII, tendo sido acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03):
"XXXIII - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, bem como dos respectivos insumos ou bens, vinculados à isenção prevista no art. 32-A (Conv. ICMS 26/03)."

XXXVI - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, bem como dos respectivos insumos ou bens, vinculados à isenção prevista no inciso XVII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 116/98);

Nota: O inciso XXXVI foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

XXXVII - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, bem como dos respectivos insumos ou bens, vinculados à isenção prevista no inciso XXXIII do art. 32, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 122/03).

Nota: O inciso XXXVII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

XXXVIII - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, vinculados à isenção prevista no inciso XXIV do art. 28 (Conv. ICMS 28/05);

Nota: O inciso XXXVIII foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

XXXIX - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, vinculados à isenção prevista no inciso XXXVI do art. 32 (Conv. ICMS 27/05).

Nota: O inciso XXXIX foi acrescentado ao art. 104 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

SUBSEÇÃO III
Da Manutenção do Crédito nas Saídas com Redução da Base de Cálculo

Art. 105. Não se exige o estorno ou anulação do crédito fiscal relativo:

I - às hipóteses de concessão de redução da base de cálculo do ICMS incidente nas saídas internas de mercadorias cujas operações sejam tributadas pela alíquota de 25%, com a finalidade de uniformização da alíquota interna em 17% (Conv. ICMS 126/89);

II - revogado

Nota: O inciso II do art. 105 foi revogado pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação originária, efeitos até 13/08/03:
"II - às entradas tributadas de leite, inclusive de leite em pó usado para reidratação, cujas saídas estejam amparadas pela redução da base de cálculo de que cuida o art. 467, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICM 07/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91, 124/93 e 36/94);"

III - às entradas:

Nota: **A redação atual do inciso III do art. 105 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para explicitar que a manutenção do crédito diz respeito não apenas às entradas dos veículos, mas também ao imposto relativo aos insumos empregados na sua fabricação e aos serviços tomados.**

a) dos veículos automotores, inclusive o crédito relativo aos serviços de transporte correspondentes, que venham a ser objeto da redução de base de cálculo de que cuida o § 3º do art. 76, bem como os créditos relativos aos insumos e serviços empregados na fabricação dos aludidos veículos, relativamente à parcela do imposto que deveria ser estornada proporcionalmente àquela redução, enquanto perdurar o referido benefício (Conv. ICMS 28/99);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso III do art. 105 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos a partir de 01/04/02.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso III do art. 105 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos até 31/03/02:
"a) dos veículos automotores, inclusive o crédito relativo aos serviços de transporte correspondentes, que venham a ser objeto das reduções de base de cálculo de que cuidam os §§ 1º, 2º e 3º do art. 76, bem como os créditos relativos aos insumos e serviços empregados na fabricação dos aludidos veículos, relativamente à parcela do imposto que deveria ser estornada proporcionalmente àquela redução, enquanto perdurarem os referidos benefícios (Convs. ICMS 52/95 e 129/97);"

Redação originária:
"a) dos veículos automotores objeto das reduções de base de cálculo de que cuidam os §§ 1º, 2º e 3º do art. 76, relativamente à parcela do imposto que deveria ser estornada proporcionalmente àquela redução, enquanto perdurarem os referidos benefícios (Convs. ICMS 52/95);"

b) das mercadorias destinadas a utilização como matéria-prima, material secundário ou de embalagem, na fabricação dos veículos objeto da redução da base de cálculo de que cuida o § 5º do art. 76, bem como o crédito relativo aos serviços relacionados com aquelas mercadorias, relativamente à parcela do imposto que deveria ser estornada proporcionalmente àquela redução, enquanto perdurar o referido benefício (Conv. ICMS 15/96);

IV - às entradas de máquinas, aparelhos, equipamentos e implementos de uso na indústria ou na agricultura, bem como de matéria-prima e demais insumos utilizados na sua fabricação, cujas saídas sejam beneficiadas pelas reduções de base de cálculo de que tratam os incisos I e II do art. 77, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 52/91);

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 105 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação originária, efeitos até 20/01/04:
"IV - às entradas de máquinas, aparelhos, equipamentos e implementos para a indústria ou a agricultura cujas saídas sejam beneficiadas pelas reduções de base de cálculo de que tratam os incisos I e II do art. 77, enquanto perdurar aquele benefício (Convs. ICMS 52/91, 87/91, 13/92, 148/92, 65/93 e 124/93);

V - às entradas dos produtos de uso agropecuário objeto da redução da base de cálculo de que cuidam os incisos I e II do art. 79, bem como às entradas das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem utilizados e demais insumos utilizados na fabricação daqueles produtos, inclusive o crédito relativo aos serviços tomados, nas operações de saídas interestaduais subseqüentes de que cuidam os referidos dispositivos, atendidas as condições neles estipuladas, de 24/6/92 até 30/9/97 e a partir de 06/11/97, enquanto perdurar aquele benefício, relativamente à parcela do imposto que deveria ser estornada proporcionalmente à correspondente redução, sem prejuízo do disposto no inciso VI do art. 104 (Convs. ICMS 36/92, 89/92, 144/92, 148/92, 124/93, 68/94, 151/94 e 100/97);

Nota: A redação atual do inciso V do art. 105 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Inovações:
a) foram acrescentadas as expressões "demais insumos" e "inclusive o crédito relativo aos serviços tomados";
b) a redação anterior, modificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), previa que a fruição do benefício compreendia o período de 24/06/92 até 30/09/97, sendo que a Alteração nº 5 prevê "de 24/06/92 até 30/09/97 e a partir de 06/11/97...". Há, portanto, um hiato: de 01/10/97 até 05/11/97.

VI - a partir de 01/05/95, às entradas dos produtos farmacêuticos objeto da redução da base de cálculo de que cuida o inciso I do § 2º do art. 61, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 51/95);

VII - às entradas de ferros e aços não planos objeto da redução da base de cálculo de que cuida o inciso IV do art. 87, inclusive dos insumos empregados na sua fabricação, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 33/96);

VIII - às entradas de aparelhos e equipamentos de processamento de dados e seus periféricos ("hardware"), bem como de suprimentos para armazenamento de dados e outros de uso exclusivo em informática, inclusive automação, cujas saídas sejam beneficiadas com a redução da base de cálculo de que cuida o inciso V do art. 87;

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

IX - a partir de 01/1/97, às aquisições dos insumos e serviços utilizados na fabricação de açúcar objeto das operações com redução da base de cálculo de que cuida o inciso VIII do art. 87, enquanto perdurar aquele

benefício;

Nota: **O inciso IX foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

X - revogado;

Nota: **O inciso X do art. 105 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01**.

Redação anterior dada ao inciso X, tendo sido acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*X - a partir de 01/01/96, às aquisições dos insumos e serviços utilizados na fabricação de farinha de trigo objeto das operações com redução da base de cálculo de que cuida o inciso IX do art. 87, enquanto perdurar aquele benefício;*".

XI - às operações de que cuida o inciso XI do art. 87, no tocante ao imposto da operação própria do substituto tributário, enquanto perdurar aquele benefício.

Nota: **O inciso XI foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98). Este benefício foi tratado, anteriormente, pelo Decreto nº 6733/97.**

XII - às hipóteses de concessão de redução da base de cálculo do ICMS incidente nas saídas internas de café torrado ou moído de que cuida o inciso XIV do art. 87.

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

XIII - às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a eles correspondentes, vinculados à redução de base de cálculo prevista nos inciso XIII, XV, XVI, XVII e XVIII do art. 87 (Convs. ICMS 24/01, 133/02 e 10/03).

Nota: **A redação atual do inciso XIII do art. 105 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos a partir de 28/04/03.**

Redação anterior dada ao inciso XIII, tendo sido acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos até 27/04/03:
"XIII - às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a eles correspondentes, vinculados à redução de base de cálculo prevista nos inciso XIII, XVI, XVII e XVIII do art. 87 (Conv. ICMS 24/01 e 133/02)."

XIV - às entradas de aparelhos celulares cujas saídas sejam beneficiadas pela redução de base de cálculo de que trata o inciso XXIV do art. 87;

Nota: **O inciso XIV foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04,**

DOE de 13/04/04).

XV - às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso XXV do art. 87;

Nota: **O inciso XV foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).**

XVI - às entradas de mercadorias e insumos, bem como os serviços tomados, a eles correspondentes, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso XXVI do art. 87.

Nota: **O inciso XVI foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).**

XVII - às entradas de mercadorias e insumos, bem como aos serviços tomados, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso XXVIII do art. 87;

Nota: O inciso XVII foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

XVIII - às entradas de mercadorias, bem como aos serviços tomados, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso XXIX do art. 87;

Nota: O inciso XVIII foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

XIX - às entradas de mercadorias e insumos, bem como aos serviços tomados, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso XXVI do art. 87.

Nota: O inciso XIX foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 21/09/05.

SEÇÃO VIII
Do Crédito Fiscal Acumulado

SUBSEÇÃO I
Das Hipóteses de Acumulação do Crédito Fiscal

Art. 106. Constitui crédito acumulado o imposto anteriormente cobrado relativo às entradas ou aquisições de bens do ativo imobilizado, material de uso quando com direito a crédito, energia elétrica, matérias-primas, material secundário, produtos intermediários, mercadorias, material de embalagem e serviços de transporte e de comunicação:

I - de que resultem ou que venham a ser objeto de operações ou prestações:

a) que destinem ao exterior mercadorias e serviços com não-incidência do imposto (art. 103, I e II);

b) realizadas com isenção ou redução da base de cálculo ou amparadas por outra hipótese de não-incidência que não a da alínea anterior, sempre que houver previsão legal de manutenção do crédito (art. 103, III e IV; arts. 104 e 105);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 106 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

Redação originária, efeitos até 08/05/02:
"b) realizadas com isenção ou redução da base de cálculo ou amparadas por outra hipótese de não-incidência que não a do inciso anterior, sempre que houver previsão legal de manutenção do crédito (art. 103, III e IV; arts. 104 e 105);"

c) com diferimento do lançamento do imposto, não tendo como ser absorvido o crédito utilizado;

II - tratando-se de contribuinte que opere com mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto por antecipação ou substituição tributária, se o estabelecimento não realizar operações com outras mercadorias cujas saídas ocorram com tributação normal do ICMS, não tendo como ser absorvido o crédito utilizado;

III - Revogado.

Nota: O inciso III do art. 106 foi revogado pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação originária:
"III - sendo o adquirente ou tomador:

Redação originária da alínea "a", do inciso III a qual foi revogada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.
"*a) microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante; ou* ".

Redação originária da alínea "b":
"b) produtor ou extrator não inscrito";

IV - sempre que vierem a ser efetuadas operações ou prestações sujeitas a alíquota inferior à das operações ou prestações anteriores;

V - quando, por circunstâncias eventuais ou transitórias decorrentes da conjuntura econômica ou dos negócios do estabelecimento, o montante dos créditos fiscais relativos às entradas ou aos serviços tomados for superior aos débitos das saídas ou dos serviços prestados.

Parágrafo único. Constitui crédito fiscal acumulado, também, o valor regularmente restituído sob a forma de crédito fiscal, quando, por circunstâncias eventuais ou transitórias, não for possível sua absorção.

Nota : O parágrafo único foi acrescentado ao art. 106 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

SUBSEÇÃO II
Da Utilização do Crédito Fiscal Acumulado em Virtude da Exportação de Mercadorias e Serviços

Art. 107. Os créditos fiscais acumulados em decorrência da exportação, para o exterior, de mercadorias e serviços, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 106, a partir de 16/9/96, poderão ser, na proporção que tais operações e prestações destinadas ao exterior representarem do total das operações e prestações realizadas pelo estabelecimento:

I - utilizados na compensação prevista no regime normal de apuração do imposto a recolher, bem como para pagamento das obrigações tributárias do contribuinte decorrentes de operações internas com diferimento;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 107 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"I - utilizados na compensação prevista no regime normal de apuração do imposto a recolher, bem como para pagamento das obrigações tributárias do contribuinte decorrentes de diferimento;"

II - revogado;

Nota: O inciso II do art. 107 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*II - transferidos pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu neste Estado;*".

III - utilizados para pagamento de débitos decorrentes de:

a) entrada de mercadoria importada do exterior;

b) denúncia espontânea do contribuinte;

c) autuação fiscal;

d) antecipação tributária do imposto de responsabilidade do próprio contribuinte, nas situações elencadas no § 2º do art. 352;

IV - havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes deste Estado.

§ 1º A utilização do crédito acumulado para a compensação ou o pagamento do imposto nos termos do inciso I não depende de autorização fiscal.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 107 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"§ 1º A utilização do crédito acumulado nos termos dos incisos I e II não depende de autorização fiscal, sendo que, na hipótese do inciso II, a transferência será feita mediante emissão de Nota Fiscal."

§ 2º A utilização do crédito acumulado nas hipóteses dos incisos III e IV deste artigo dependerá de prévio reconhecimento pelo Inspetor Fazendário para expedição, pela repartição fazendária do domicílio do contribuinte, de Certificado de Crédito do ICMS, em cada caso, observando-se o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do § 2º do art. 107 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):

Redação anterior dada ao § 2º do art. 107 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"§ 2º *A utilização do crédito acumulado nas hipóteses dos incisos III e IV deste artigo dependerá de prévio reconhecimento pelo Delegado Regional da Fazenda para expedição, pela repartição fazendária do domicílio do contribuinte, de Certificado de Crédito do ICMS, em cada caso, observando-se o seguinte:"*

Redação originária:
"§ 2º A utilização do crédito acumulado nas hipóteses dos incisos III e IV deste artigo dependerá da expedição, pela repartição fazendária local, de Certificado de Crédito do ICMS, em cada caso, observando-se o seguinte:"

I - na petição do interessado deverá constar:

a) a indicação do fim a que se destina o crédito fiscal;

b) o valor a ser utilizado;

c) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do contribuinte para o qual será transferido o crédito, quando for o caso;

II - na utilização do crédito acumulado em forma de transferência a outro estabelecimento, o contribuinte, de posse do Certificado de Crédito do ICMS obtido de acordo com o inciso anterior, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento beneficiário, para efetivação da transferência, cuja natureza da operação será "Transferência de crédito fiscal do ICMS".

III - a autorização para transferência do crédito acumulado fica condicionada à informação dos respectivos saldos na Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) apresentada pelo contribuinte.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao § 2º do art. 107 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

§ 3º O Certificado de Crédito do ICMS (Anexo 79), atendidas as regras do art. 961, será emitido em 4 vias, providenciando-se uma cópia adicional, cuja destinação é a seguinte:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 107 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), para corrigir remissão feita ao número do Anexo, anteriormente citado como Anexo 90.

I - 1ª e 2ª vias, ao requerente;

II - 3ª via, ao processo;

III - 4ª via, ao arquivo da repartição emitente;

IV - cópia adicional, ao dossiê do requerente.

§ 4º Em substituição ao Certificado de Crédito do ICMS, a repartição fiscal poderá emitir Nota Fiscal

Avulsa, em 5 vias, cuja destinação será a mesma prevista no parágrafo anterior.

§ 5º A expedição de Certificado de Crédito do ICMS para atendimento às hipóteses deste artigo será precedida de exame fiscal quanto à existência e regularidade do crédito acumulado.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 107 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"§ 5º Na expedição de Certificado de Crédito, as autoridades administrativas, sem descuidar das observâncias das demias disposições, atentarão especialmente para o disposto nos incisos V, VI, VII e VIII do § 1º do art. 961."

§ 6º O Inspetor Fazendário poderá determinar que os créditos acumulados de que trata o § 2º sejam transferidos em parcelas (Lei nº 7710/00).

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 107 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

§ 7º No caso de existência de débitos tributários constituídos em caráter definitivo no âmbito administrativo, os créditos acumulados serão utilizados para quitação total ou parcial desses débitos, em preferência às demais situações indicadas nos incisos III e IV do *"caput"* deste artigo.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 107 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

SUBSEÇÃO III
Da Utilização do Crédito Fiscal Acumulado em Virtude de Diferimento, Isenção,
Redução da Base de Cálculo ou Outros Motivos

Art. 108. Os créditos fiscais acumulados a que aludem as alíneas “b” e “c” do inciso I e os incisos II a V do art. 106 poderão ser (Conv. AE 07/71):

I - utilizados na compensação prevista no regime normal de apuração do imposto a recolher, bem como para pagamento das obrigações tributárias do contribuinte decorrentes de operações internas com diferimento;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 108 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"I - utilizados na compensação prevista no regime normal de apuração do imposto a recolher, bem como para pagamento das obrigações tributárias do contribuinte decorrentes de diferimento;"

II - utilizados para pagamento de débitos decorrentes de:

a) entrada de mercadoria importada do exterior;

b) denúncia espontânea do contribuinte;

c) autuação fiscal;

d) antecipação tributária do imposto de responsabilidade do próprio contribuinte, nas situações elencadas no § 2º do art. 352;

III - havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes deste Estado, podendo, inclusive, estar vinculado à aquisições de ações de empresas novas.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 108 foi dada pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Redação originária da parte inicial:
"*III - transferidos:*"

A alínea "a", do inciso III do art. 108 foi revogada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.
"*a) revogada;*"

Redação originária da alínea "a":
"*a) para outro estabelecimento da mesma empresa, situado neste Estado;*"

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).
"b) a estabelecimento situado no território baiano, fornecedor de mercadorias, matéria-prima, material secundário ou material de embalagem, vinculados à comercialização ou industrialização de seus produtos, e de bens destinados à integração ao ativo imobilizado, a título de pagamento das respectivas aquisições, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor das operações (Convs. ICMS 07/71, 10/72 e 5/87);"

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"b) a estabelecimento situado no território baiano, fornecedor de mercadorias, matéria-prima, material secundário ou material de embalagem, vinculados à comercialização ou industrialização de seus produtos, e de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais destinados à integração ao ativo imobilizado, a título de pagamento das respectivas aquisições, até o limite de 40% do valor das operações (Convs. ICM 07/71, 10/72 e 5/87);"

Redação originária:
"*b) a estabelecimento situado no território baiano, fornecedor de matéria-prima, material secundário ou material de embalagem utilizados na industrialização de seus produtos, e de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais destinados à integração ao ativo imobilizado, a título de pagamento das respectivas aquisições, até o limite de 40% do valor das operações (Convs. ICM 07/71, 10/72 e 5/87);*".

A redação anterior dada à alínea "c", do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 18/07/00:
"c) a estabelecimento de empresa interdependente, como tal definida nos termos do § 1º do art. 39, mediante prévia autorização do Secretário da Fazenda, em processo regularmente instruído, de iniciativa do interessado (Conv. ICM 21/87);"

Redação anterior dada a alínea "c" do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"c) a estabelecimento de empresa interdependente, como tal definida nos termos do § 1º do art. 39,

mediante prévia autorização do Secretário da Fazenda, em processo regularmente instruído, de iniciativa do interessado, ouvida previamente a Diretoria de Tributação, quando houver dúvida quanto à existência e regularidade do crédito acumulado (Conv. ICM 21/87);"

Redação originária:
"c*) estabelecimento de empresa interdependente, como tal definida nos termos do § 1º do art. 39, mediante prévia autorização do Secretário da Fazenda, em processo regularmente instruído, de iniciativa do interessado, ouvida previamente a Gerência de Tributação do Departamento de Administração Tributária (Conv. ICM 21/87);*".

Redação anterior dada à alínea "d", do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).
"*d) a qualquer empresa situada neste Estado, desde que o valor transferido seja exclusiva e integralmente utilizado pela recebedora do crédito para pagamento de débito do imposto decorrente de Denúncia Espontânea, Auto de Infração ou Notificação Fiscal, incluídos, quando devidos, os valores das multas, da atualização monetária e dos acréscimos moratórios e que, também, o recolhimento seja feito de uma só vez pela empresa devedora;"*

Redação anterior dada a alínea "d", do inciso III do art. 108 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), tendo sido feita retificação de sua redação pelo (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02):
"d) a qualquer empresa situada neste Estado, desde que o valor transferido seja exclusiva e integramente utilizado pela recebedora do crédito para pagamento de débito do imposto decorrente de Denúncia Espontânea, Termo de Intimação para Pagamento de Débito, Auto de Infração ou Notificação Fiscal, incluídos, quando devidos, os valores das multas, da atualização monetária e dos acréscimos moratórios e que o recolhimento seja feito de uma só vez pela empresa devedora;"

Redação originária:
"d) a qualquer empresa situada neste Estado, desde que o valor transferido seja exclusiva e integralmente utilizado pela recebedora do crédito para pagamento de débito do imposto decorrente de autuação fiscal, incluídos os valores das multas, da atualização monetária e dos acréscimos moratórios, e que o recolhimento seja feito de uma só vez pela empresa devedora;"

Redação originária da alínea "e":
"e) a qualquer empresa situada neste Estado, desde que o valor transferido seja exclusiva e integralmente vinculado à aquisição de ações de empresas novas."

§ 1º A utilização do crédito acumulado para a compensação ou o pagamento do imposto nos termos do inciso I não depende de autorização fiscal.

§ 2º A utilização do crédito acumulado, nas hipóteses dos incisos II e III deste artigo, dependerá de ato específico do Secretário da Fazenda, em cada caso, observando-se o seguinte:

I - na petição do interessado deverá constar a indicação do fim a que se destina o crédito fiscal, bem como o valor a ser utilizado, e, tratando-se de transferência de crédito a outro estabelecimento, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do beneficiário;

II - a expedição de Certificado de Crédito do ICMS será precedida de exame fiscal quanto à existência e regularidade do crédito acumulado;

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 108 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 2º do art. 108 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"*II - uma vez deferido o pedido, o processo será encaminhado à Delegacia Regional do domicílio do contribuinte, para exame fiscal quanto à existência e regularidade do crédito acumulado e posterior expedição do Certificado de Crédito do ICMS;*"

Redação originária:
"*II - uma vez deferido o pedido, o proceso será encaminhado à Delegacia Regional do domicílio do contriuinte, para expedição do Certificao de Crédito do ICMS, nos termos do art. 961."*

III - revogado.

Nota: O inciso III, do § 2º do art. 108 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*III - na utilização do crédito acumulado em forma de transferência a outro estabelecimento, o contribuinte, de posse do Certificado de Crédito do ICMS obtido de acordo com o inciso anterior, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento beneficiário, para efetivação da transferência, cuja natureza da operação será "Transferência de crédito fiscal do ICMS", na qual serão indicados o número, a série, a data e o valor das Notas Fiscais emitidas pelo fornecedor dos bens adquiridos, quando for o caso.*"

IV - a autorização para transferência do crédito acumulado fica condicionada à informação dos respectivos saldos na Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) apresentada pelo contribuinte;

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao § 2º do art. 108 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

V - caberá a Diretoria de Tributação a análise prévia do processo e o seu encaminhamento ao Secretário da Fazenda.

Nota: O inciso V foi acrescentado ao § 2º do art. 108 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 18/07/00.

VI - tratando-se de transferência de crédito, o contribuinte, de posse do Certificado de Crédito do ICMS obtido de acordo com o inciso anterior, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento beneficiário, para efetivação da transferência, cuja natureza da operação será "Transferência de crédito fiscal do ICMS", na qual serão indicados o número, a série, a data e, quando for o caso, o valor das Notas Fiscais emitidas pelo fornecedor dos bens adquiridos.

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao § 2º do art. 108 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

§ 3º O crédito fiscal acumulado de que trata o parágrafo único do art. 106, quando da restituição sob a forma de crédito fiscal, poderá:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 108 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 108 pela Alteração nº 7(Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"§ 3º Os créditos fiscais acumulados de que trata o parágrafo único do art. 106, poderão, mediante prévia autorização do Delegado Regional da Fazenda, quando da restituição sob a forma de crédito fiscal, ser utilizados para pagamento de débitos decorrentes de:
I - denúncia espontânea do contribuinte;
II - autuação fiscal.".

Redação originária:
"§ 3º O Certificado de Crédito do ICMS (Anexo 90) será emitido em 4 vias, providenciando-se uma cópia adicional, cuja destinação é a seguinte:
I - 1ª e 2ª vias, ao requerente;
II - 3ª via, ao processo;
III - 4ª via, ao arquivo da repartição emitente;
IV - cópia adicional, ao dossiê do requerente.".

I - ser transferido, mediante autorização do Secretário da Fazenda, observado o disposto no parágrafo anterior;

II - ser utilizado para pagamento de débitos decorrentes de denúncia espontânea do contribuinte ou autuação fiscal, mediante prévia autorização do Inspetor Fazendário.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 3º do art. 108 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

§ 4º O Certificado de Crédito do ICMS (Anexo 79) será emitido em 4 vias, podendo ser substituído por Nota Fiscal Avulsa, providenciando-se uma cópia adicional, cuja destinação é a seguinte:

Nota : A redação atual do § 4º do art. 108 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"§ 4º Em substituição ao Certificado de Crédito do ICMS, a repartição fiscal poderá emitir Nota Fiscal Avulsa, em 5 vias, cuja destinação será a mesma prevista no parágrafo anterior.".

I - 1ª e 2ª vias, ao requerente;

II - 3ª via, ao processo;

III - 4ª via, ao arquivo da repartição emitente;

IV - cópia adicional, ao dossiê do requerente.

§ 5º O crédito fiscal acumulado em decorrência do disposto no inciso III do art. 104 será utilizado pela LBA, exclusivamente, em forma de transferência, a ser efetuada como parte do pagamento de novas aquisições junto aos fornecedores dos mesmos produtos ou a outros fornecedores situados na mesma unidade da Federação de origem do crédito fiscal (Convs. ICM 34/77, 37/77 e 51/85; Convs. ICMS 45/90,

80/91 e 151/94).

§ 6º Para efeito de transferência do crédito fiscal a que se refere o parágrafo anterior, observar-se-á o seguinte:

I - a transferência será feita mediante Nota Fiscal Avulsa, expedida pela repartição fazendária à vista da Nota Fiscal emitida pelo fornecedor;

II - a Nota Fiscal Avulsa conterá o valor do crédito fiscal a ser transferido, a identificação do destinatário, o número e a data da Nota Fiscal relativa ao fornecimento;

III - a Nota Fiscal Avulsa relativa à transferência do crédito será lançada:

a) pela LBA no campo "Outros Débitos" do Registro de Apuração do ICMS, com a observação "Transferência de crédito";

b) pelo destinatário, à vista da 1ª via, no campo "Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS, com a observação "Transferência de crédito - LBA".

§ 7º Além das possibilidades de utilização ou de transferência previstas neste artigo, poderão ser transferidos a outros contribuintes os créditos fiscais acumulados:

I - revogado

Nota: O inciso I, do § 7º doa rt. 108 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*I - por microempresa comercial varejista, nos termos do inciso II do art. 402;* ".

II - por produtores ou extratores, nos termos do inciso IV do art. 442.

§ 8º A expedição de Certificado de Crédito do ICMS para atendimento às hipóteses deste artigo será precedida de exame fiscal quanto à existência e regularidade do crédito acumulado.

Nota: A redação atual do § 8º do art. 108 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*§ 8º Na expedição do Certificado de Crédito, as autoridades administrativas, sem descuidar da observância das demais disposições, atentarão especialmente para o disposto nos incisos* V, VI, VII e VIII do § 1º do art. 961;".

§ 9º O Secretário da Fazenda poderá determinar que os créditos acumulados de que trata o § 2º sejam transferidos em parcelas (Lei nº 7710/00).

Nota: O § 9º foi acrescentado ao art. 108 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01 a 31/12/02.

§ 10. No caso de existência de débitos tributários constituídos em caráter definitivo no âmbito administrativo, os créditos acumulados serão utilizados para quitação total ou parcial desses débitos, em

preferência às demais situações indicadas nos incisos II e III do *"caput"* deste artigo.

Nota: O § 10 foi acrescentado ao art. 108 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

SUBSEÇÃO IV
Da Escrituração do Crédito Fiscal Acumulado

Art. 109. Os créditos acumulados relativos a cada mês serão transferidos, no final do período, do Registro de Apuração do ICMS para outro livro Registro de Apuração do ICMS especialmente destinado a este fim, com as observações cabíveis, sendo que:

I - devem ser reservadas páginas distintas do referido livro para o controle dos créditos acumulados, fazendo-se a indicação cabível no campo "Observações", conforme se trate de hipótese de manutenção relacionada com:

a) exportação de mercadorias e serviços;

b) outras hipóteses de manutenção de crédito;

II - o disposto neste artigo não se aplica aos créditos acumulados nas situações dos incisos IV e V do art. 106:

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 109 foi dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04:

Redação originária:
"II - o disposto neste artigo não se aplica aos créditos acumulados nas situações dos incisos III, IV e V do art. 106:"

a) Revogada.

Nota: A alínea "a" do inciso II do art. 109 foi revogada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso II do art. 109 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para excluir a expressão " *por microempresa comercial varejista, por microempresa ambulante",* efeitos a partir de 01/01/99.
"a) por produtor ou extrator não inscrito no cadastro estadual;"

b) em virtude de realização de operações ou prestações sujeitas a alíquota inferior à das operações ou prestações anteriores;

c) em que o montante dos créditos fiscais relativos às entradas ou aos serviços tomados seja superior aos débitos das saídas ou dos serviços prestados.

§ 1º Para efeito de utilização do crédito fiscal acumulado em forma de compensação no regime normal de apuração do imposto a recolher ou para pagamento das obrigações tributárias decorrentes de operações internas com diferimento, o contribuinte:

Nota: **A redação atual do *caput* do § 1º do art. 109 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).**

Redação anterior dada ao *caput* do § 1º do art. 109 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 1º Para efeito de utilização do crédito fiscal acumulado em forma de compensação no regime normal de apuração do imposto a recolher ou para pagamento das obrigações tributárias decorrentes de diferimento, o contribuinte:"

Redação originária:
"§ 1º Para efeito de utilização do crédito fiscal acumulado em forma de compensação ou para pagamento das obrigações tributárias normais do estabelecimento, o contribuinte deduzirá o respectivo valor do saldo existente no livro especial, reincorporando-o no Registro de Apuração do ICMS de uso regular, no item "007 - Outros Créditos", com a anotação "Crédito acumulado".

I - deduzirá o respectivo valor do saldo existente no Registro de Apuração do ICMS de uso especial, no item "Outros Débitos", com a anotação "Utilização de crédito";

II - lançará no Registro de Apuração do ICMS de uso regular:

a) a crédito, no item "Outros Créditos", o valor de que cuida o inciso anterior, com a anotação "Crédito acumulado";

b) a débito, no item "Outros Débitos", a quantia a ser compensada na apuração do imposto ou o valor a ser pago em decorrência do regime de diferimento, inclusive os acréscimos tributários incidentes, com as anotações cabíveis.

§ 2º Nos casos de utilização do crédito fiscal acumulado para os fins de pagamento de débitos decorrentes de importação, denúncia espontânea, autuação fiscal ou antecipação tributária, o respectivo valor será deduzido do saldo existente no Registro de Apuração do ICMS de uso especial, em face do Certificado de Crédito do ICMS, sendo que:

Nota: **A redação atual do *caput* do § 2º do art. 109 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para excluir a expressão "diferimento", substituindo pela expressão "substituição tributária" por "antecipação tributária".**

I - se a utilização for feita para compensação de débitos fiscais decorrentes do recebimento de mercadoria importada do exterior, será anotado, no documento de desembaraço aduaneiro e na Nota Fiscal (entrada), o número do Certificado de Crédito do ICMS, devendo a referida Nota Fiscal ser escriturada normalmente na escrita fiscal, podendo ser utilizado o crédito fiscal correspondente, quando admitido;

II - se a utilização for feita para compensação de débitos fiscais decorrentes de denúncia espontânea do contribuinte, de autuação fiscal ou de antecipação tributária, o valor do Certificado de Crédito do ICMS servirá para quitação não só do imposto, mas também dos acréscimos tributários incidentes.

Nota: **A redação atual do inciso II do § 2º do art. 109 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para acrescentar a expressão "antecipação tributária".**

§ 3º O contribuinte que transferir crédito fiscal para outro estabelecimento do mesmo titular ou de outra empresa deduzirá o valor transferido do saldo existente no Registro de Apuração do ICMS de uso especial

a que se refere o *caput* do presente artigo, com a seguinte anotação: "Crédito transferido pelo Certificado de Crédito do ICMS nº ..... (ou pela Nota Fiscal nº.....)".

§ 4º Revogado

Nota: **A § 4º do art. 109 foi revogado pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).**

Redação originária:
"§ 4º Todo estabelecimento que mantiver crédito acumulado deverá apresentar, mensalmente, à repartição fiscal a que estiver vinculado, até o dia 10 do mês subseqüente ao de referência, um demonstrativo dos lançamentos efetuados no Registro de Apuração do ICMS de uso especial mencionado no caput deste artigo, exigindo-se a apresentação de demonstrativos distintos em função dos motivos da manutenção do crédito, conforme seus incisos I e II."

§ 5º O contribuinte que receber crédito fiscal transferido de outro estabelecimento deverá efetuar o lançamento do seu valor no Registro de Apuração do ICMS, no quadro relativo à apuração dos saldos, linha “014 - Deduções”, com a expressão "Crédito transferido de terceiro pelo Certificado de Crédito do ICMS nº ..... (ou pela Nota Fiscal nº .....)", admitindo-se, na impossibilidade de absorção total, o lançamento do saldo remanescente nos meses subsequentes.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 109 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação originária:
"§ 5º O contribuinte que receber crédito fiscal transferido de outro estabelecimento efetuará o lançamento do seu valor no Registro de Apuração do ICMS, no item "007 - Outros Créditos", com a expressão "Crédito transferido de terceiro", indicando o número da Nota Fiscal ou do Certificado de Crédito do ICMS."

§ 6º O cálculo do crédito fiscal acumulado, quando, simultaneamente com as operações com direito à manutenção do crédito, o contribuinte também efetuar operações em que não faça jus ao mesmo direito, será feito em função das regras dos §§ 1º e 2º do art. 100.

Nota: **O § 6º foi acrescentado ao art. 109 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Art. 110. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) manterá em contas gráficas especiais a escrituração dos créditos fiscais de que trata o inciso III do art. 104.

CAPÍTULO XII
DO DÉBITO FISCAL

SEÇÃO I
Da Constituição do Débito Fiscal e de Sua Escrituração

Art. 111. Constitui débito fiscal, para efeito de cálculo do imposto a recolher:

I - o valor resultante da aplicação da alíquota cabível à base de cálculo prevista para a operação ou prestação tributada, obtendo-se o valor a ser lançado na escrita fiscal do contribuinte;

II - o valor dos créditos estornados;

III - o valor correspondente à diferença de alíquotas:

a) nas aquisições de mercadorias ou bens destinados a uso, consumo ou ativo imobilizado do adquirente;

b) nas utilizações de serviços de transporte ou de comunicação iniciados em outra unidade da Federação e não vinculados a operações ou prestações subseqüentes sujeitas ao imposto.

IV - o valor do eventual saldo devedor apurado no final do período quando transferido de estabelecimento da mesma empresa, observado o disposto no § 2º do art. 114-A.

Nota: A redação ao inciso IV do art. 111 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação anterior dada ao inciso IV, tendo sido acrescentado ao art. 111 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"IV - o valor do eventual saldo devedor apurado no final do período quando transferido de estabelecimento da mesma empresa, observado o dispostno no § 2º do art. 119-A."

Parágrafo único. Após a realização da operação ou prestação, ocorrendo o reajustamento do preço, observar-se-á o disposto no art. 134.

SEÇÃO II
Do Estorno ou Anulação do Débito Fiscal

Art. 112. O débito fiscal só poderá ser estornado ou anulado quando não se referir a valor constante em documento fiscal.

§ 1º Se o imposto já houver sido recolhido, far-se-á o estorno ou anulação mediante utilização de crédito fiscal, nos termos do inciso VIII do art. 93, nos casos de pagamento indevido em virtude de erro de fato ocorrido na escrituração dos livros fiscais ou no preparo do documento de arrecadação.

§ 2º É vedada a restituição ou a autorização para aproveitamento como crédito fiscal, ao estabelecimento remetente, do valor do imposto que tiver sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário, a menos que se comprove que o mesmo procedeu ao estorno do respectivo valor.

§ 3º No caso de devolução de bens adquiridos para uso, consumo ou ativo permanente, já tendo sido paga a diferença de alíquotas, o estorno do débito atenderá ao disposto no § 2º do art. 652.

§ 4º O débito fiscal lançado a mais ou indevidamente, quando não for admissível o estorno ou anulação nos termos deste artigo, poderá ser objeto de pedido de restituição, na forma prevista no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

Art. 113. A escrituração fiscal do estorno ou anulação de débito será feita mediante emissão de documento fiscal, cuja natureza da operação será "Estorno de Débito", consignando-se o respectivo valor no Registro de Apuração do ICMS, no último dia do mês, no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos".

CAPÍTULO XIII
DA APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER

SEÇÃO I
Da Não-Cumulatividade e do Regime de Compensação do Imposto

Art. 114. O ICMS é não-cumulativo, devendo-se compensar o que for devido em cada operação ou

prestação realizadas pelo contribuinte com o imposto anteriormente cobrado por este ou por outro Estado ou pelo Distrito Federal, relativamente às mercadorias entradas ou adquiridas ou aos serviços tomados, de modo que o valor a recolher resulte da diferença, a mais, entre o débito do imposto referente às saídas de mercadorias e às prestações de serviços efetuadas pelo estabelecimento e o crédito relativo às mercadorias adquiridas e aos serviços tomados, levando-se em conta o período mensal ou a apuração por espécie de mercadoria ou serviço, conforme o regime adotado.

Art. 114-A. Poderão ser compensados os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados neste Estado.

Nota: O art. 114-A foi acrescentado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

§ 1º A transferência do saldo credor ou devedor será feita mediante a emissão de Nota Fiscal em nome do estabelecimento destinatário do crédito ou débito, na qual serão indicados o valor do saldo a ser transferido, a data e uma das expressões: "Transferência de Saldo Credor" ou "Transferência de Saldo Devedor", conforme o caso.

§ 2º A Nota Fiscal será lançada no Livro Registro de Apuração do ICMS de uso normal:

I - pelo remetente:

a) a débito, no item "Outros Débitos", na hipótese de transferência de saldo credor, com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Credor";

b) a crédito, no item "Outros Créditos", na hipótese de transferência de saldo devedor, com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Devedor";

II - pelo destinatário:

a) a crédito, no item "Outros Créditos", na hipótese de recebimento de saldo credor, com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Credor";

b) a débito, no item "Outros Débitos", na hipótese de recebimento de saldo devedor, com a anotação da expressão "Transferência de Saldo Devedor".

SEÇÃO II
Dos Regimes de Apuração do Imposto

Art. 115. O valor do ICMS a recolher poderá ser calculado:

I - pelo regime normal de apuração;

II - pelo regime sumário de apuração;

III - pelo regime de apuração em função da receita bruta;

III-A - pelo regime simplificado de apuração (SimBahia);

Nota: O inciso III-A foi acrescentado ao art. 115 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

IV - pelo regime de arbitramento.

SEÇÃO III
Do Regime Normal de Apuração do Imposto

Art. 116. O regime normal de apuração do imposto será adotado pelos estabelecimentos inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, que apurarão, no último dia de cada mês, o imposto a ser recolhido em relação às operações ou prestações efetuadas no período, com base nos elementos constantes em sua escrituração fiscal, a saber:

I - no Registro de Saídas (art. 323):

a) o valor contábil total das operações ou prestações;

b) o valor total da base de cálculo das operações ou prestações com débito do imposto e o valor total do respectivo imposto debitado;

c) o valor fiscal total das operações ou prestações isentas ou não tributadas;

d) o valor fiscal total de outras operações ou prestações sem débito do imposto;

II - no Registro de Entradas (art. 322; art. 93, § 11, I):

a) o valor contábil total das operações ou prestações;

b) o valor total da base de cálculo das operações ou prestações com crédito do imposto e o valor total do respectivo imposto creditado;

c) o valor fiscal total das operações ou prestações isentas ou não tributadas;

d) o valor fiscal total de outras operações ou prestações sem crédito do imposto;

III - no Registro de Apuração do ICMS (art. 331):

a) a transcrição, em síntese, dos lançamentos de que tratam os incisos anteriores;

b) a especificação dos débitos fiscais:

1 - o valor do débito do imposto relativo às operações de saída de mercadorias ou às prestações de serviços;

2 - o valor de outros débitos;

3 - o valor dos estornos de créditos;

4 - o valor da diferença de alíquotas (art. 93, § 11, II);

5 - o valor total do débito do imposto;

c) a especificação dos créditos fiscais:

1 - o valor do crédito do imposto relativo às operações de entrada de mercadorias ou aos serviços tomados;

2 - o valor de outros créditos;

3 - o valor do saldo credor do período anterior, quando for o caso;

4 - o valor dos estornos de débitos;

5 - o valor total do crédito do imposto;

d) o valor do saldo credor a transportar para o mês seguinte, quando o total dos créditos for maior que o dos débitos; ou

e) o valor do saldo devedor, quando o total dos débitos for maior que o dos créditos;

f) o valor das deduções previstas na legislação;

g) o valor do imposto a recolher.

§ 1º Para efeitos de liquidação das obrigações por compensação ou mediante pagamento em dinheiro, observar-se-á o seguinte:

I - as obrigações consideram-se liquidadas por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período mais o saldo credor de período ou períodos anteriores, se for o caso;

II - se o montante dos débitos do período superar o dos créditos, a diferença será liquidada dentro do prazo fixado na legislação;

III - se o montante dos créditos superar o dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte.

§ 2º Os débitos e os créditos devem ser apurados em cada estabelecimento do sujeito passivo.

§ 3º Nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento, poderá ser levado em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os estabelecimentos do sujeito passivo neste Estado.

SEÇÃO IV
Do Regime Sumário de Apuração do Imposto

Art. 117. Tratando-se de contribuinte não obrigado a manter escrituração fiscal, bem como em outros casos expressamente previstos, o imposto a recolher será calculado pelo regime sumário de apuração, e resultará da diferença a mais entre o valor do ICMS relativo à operação ou prestação a tributar e o relativo a operação ou prestação anterior, efetuada com as mesmas mercadorias ou seus insumos ou com o mesmo serviço, nas seguintes hipóteses, sendo as mercadorias ou serviços destinados a futuras operações ou prestações tributadas:

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 117 foi dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04:

Redação originária:
"Art. 117. Tratando-se de contribuinte não obrigado a manter escrituração fiscal, bem como em outros casos expressamente previstos, em substituição ao regime de que trata o artigo anterior, o imposto a ser recolhido poderá ser calculado pelo regime sumário de apuração, e resultará da diferença a mais entre o valor do ICMS relativo à operação ou prestação a tributar e o relativo a operação ou prestação anterior, efetuada com as mesmas mercadorias ou seus insumos ou com o mesmo serviço, nas seguintes hipóteses, sendo as mercadorias ou serviços destinados a futuras operações ou prestações tributadas:"

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 117 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*I - saídas de mercadorias para microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante;* ".

II - saídas de mercadorias para comerciantes não inscritos, inclusive para estabelecimentos de existência transitória ou pessoas que só comercializem em períodos determinados, tais como festas natalinas, juninas ou carnavalescas;

III - operações realizadas por produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou industrial;

Nota: A redação atual do inciso III do Art. 117 foi dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04:

Redação originária:
"III - operações realizadas por produtores ou extratores não inscritos;"

IV - contratação ou subcontratação de transportador autônomo;

V - devolução de mercadoria por microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante, estabelecimento optante pelo regime de apuração em função da receita bruta ou pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Nota Fiscal;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 117 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para acrescentar a expressão "*empresa de pequeno porte, ambulante*", efeitos a partir de 01/01/99.".

VI - demais casos de retenção ou de antecipação do imposto.

§ 1º Para os efeitos da compensação ou abatimento de que cuida este artigo, levar-se-ão em conta os créditos fiscais constantes tanto na documentação fiscal da mercadoria como na documentação fiscal do respectivo transporte.

§ 2º O documento comprobatório do crédito fiscal será desdobrado pela repartição fiscal do local onde ocorrer a saída parcelada da mercadoria ou cada prestação de serviço.

§ 3º Se as mercadorias estiverem desacompanhadas de documentação fiscal ou acompanhadas de documento inidôneo (art. 209 e seu parágrafo), o imposto será exigido pelo seu total, sem qualquer dedução.

§ 4º Nas operações de saídas efetuadas por produtor rural ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial o crédito fiscal relativo às operações ou prestações anteriores será apurado mediante aplicação dos percentuais especificados no Anexo 98 sobre o valor do débito.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 117 pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

SEÇÃO V
Do Regime de Apuração do Imposto em Função da Receita Bruta

Art. 118. Em substituição ao regime normal de apuração, o imposto a ser recolhido poderá ser calculado pelo regime de apuração em função da receita bruta, com base em percentuais a serem aplicados sobre o

valor da receita bruta mensal relativa às saídas de mercadorias e as prestações de serviços de transportes tributadas, quando se tratar de:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 118 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

Redação originária:
"Art. 118. Em substituição ao regime normal de apuração, o imposto a ser recolhido poderá ser calculado pelo regime de apuração em função da receita bruta, com base em percentuais a serem aplicados sobre o valor da receita bruta mensal relativa às saídas de mercadorias cujas operações sejam tributadas, quando se tratar de:".

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 118 foi revogado pelo artigo 2º da Alteração nº 9, (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*I - microempresas industriais, observado o disposto nos arts. 383 a 392;* ".

II - operações de vendas direta a consumidor final realizadas por restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, cantinas, choperias, whiskeria, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, apart-hotéis, motéis, pousadas, pensões, albergues, fornecedores de refeições, além de outros serviços de alimentação, observado o disposto no art. 504;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 118 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

Redação anterior dada ao inciso II do art. 118 pela Alteração nº 05 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"II - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação, observado o disposto no art. 504".

Redação anterior dada ao inciso II do art. 118 pela Alteração nº 04 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"II - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação, observado o disposto nos arts. 504 e 505."

Redação originária:
"II - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação, observado o disposto nos arts. 504 e 505."

III - estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, observado o

disposto no art. 505.;

Nota: **A redação atual do inciso III do art. 118 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)**

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao art. 118 pela Alteração nº 05 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98),
"III - estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (posição 25 do código de atividades econômicas), observado o disposto no art. 505."

IV - prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de pessoas, observado o disposto no art. 505-A.

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 118 foi dada pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02).

Redação anterior dada ao inciso IV, tendo sido acrescentado ao art. 118 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos até 26/12/02:
"IV - prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, observado o disposto no art. 505-A."

§ 1º O tratamento tributário previsto neste artigo tomará como base, para fins de enquadramento no cadastro de contribuintes, as atividades constantes no Anexo 96 deste Regulamento e enquadradas nos Códigos de Classificação Nacional de Atividade Econômica - Fiscal (CNAE – Fiscal) nele referido.

Nota: O § 1º foi acrescentado ao art. 118 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

§ 2º Os estabelecimentos cuja atividade preponderante não se constitua fato gerador do ICMS, poderão optar pelo regime de pagamento previsto no *caput*, desde que exerçam quaisquer das atividades constantes no Anexo 96, observadas as disposições dos art. 504 a 505-A.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 118 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

SEÇÃO V-A
Do Regime Simplificado de Apuração do Imposto (SimBahia)

Nota: A Seção V-A foi acrescentada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Art. 118-A. Em substituição ao regime normal de apuração, o imposto poderá ser apurado e pago:

I - tratando-se de microempresa, em valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta, nos termos do art. 386-A;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 118-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/2005.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 118-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/08/05:
"I - tratando-se de microempresa, em valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta ajustada, nos termos do art. 386-A;"

II - tratando-se de empresa de pequeno porte, mediante aplicação, sobre a receita bruta mensal, de percentuais a serem determinados em função da receita bruta acumulada, nos termos do art. 387-A.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 118-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/2005.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 118-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/08/05:
"II - tratando-se de empresa de pequeno porte, mediante aplicação, sobre a receita bruta mensal, de percentuais a serem determinados em função da receita bruta ajustada acumulada, nos termos do art. 387-A."

SEÇÃO VI
Do Regime de Arbitramento

Art. 119. A apuração do imposto pelo regime de arbitramento será feita nas hipóteses e segundo os critérios e formalidades previstos nos arts. 937 a 939.

CAPÍTULO XIV
DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

SEÇÃO I
Da Forma e do Local de Recolhimento

Art. 120. Compete ao Secretário da Fazenda disciplinar a forma de recolhimento do ICMS e seus acréscimos.

Nota: A redação atual do art. 120 foi dada pela Alteração n 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao *caput* art. 120 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00:
"Art. 120. O recolhimento do ICMS e seus acréscimos será feito através da rede bancária autorizada."

Redação originária:
"*Art. 120. O recolhimento do ICMS e seus acréscimos será feito através da rede bancária autorizada ou da rede própria de arrecadação da Secretaria da Fazenda.*".

Parágrafo único. Revogado.

Nota: O parágrafo único do art. 120 foi revogado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 120 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.
"Parágrafo único. O recolhimento poderá ser feito através da rede própria de arrecadação da Secretaria da Fazenda:
I - quando não existir agência bancária autorizada a arrecadar tributos estaduais no Município de origem das operações ou prestações;
II - nas situações previstas no item 1 da alínea "c" e nas alíneas "a" e "d", do inciso II do art. 125;
III - na hipótese de que trata o art. 613.".

Art. 121. O ICMS e seus acréscimos serão recolhidos mediante:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 121 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99I.

Redação originária:
"*Art. 121. O ICMS e seus acréscimos serão recolhidos mediante o Documento de Arrecadação Estadual (DAE), Anexo 84.*"

I - Documento de Arrecadação Estadual (DAE), Anexo 84;

Nota: O inciso I foi acrescentado ao art. art. 121 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

II - carnê de pagamento ou autorização do sujeito passivo para débito em conta ou cobrança através de agente arrecadador credenciado pela Fazenda Estadual, no caso de microempresa.

Nota: O inciso II foi acrescentado ao art. art. 121 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

§ 1º O pagamento do imposto, quando feito mediante Agentes de Tributos Estaduais na função de agentes arrecadadores da rede própria da Secretaria da Fazenda, será efetuado em moeda nacional.

Nota: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

§ 2º Nas hipóteses em que o pagamento do ICMS seja exigido no momento da saída das mercadorias, deverá ser consignado no campo "Informações Complementares" do DAE o número da respectiva Nota Fiscal que acobertar a operação.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 121 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Art. 122. O contribuinte que, por dificuldades financeiras, não puder liquidar de uma só vez o débito tributário decorrente de auto de infração ou de denúncia espontânea, pertinente ao ICMS, poderá solicitar o pagamento em parcelas mensais e sucessivas, em qualquer fase do correspondente processo, na forma prevista no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, observado, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 7014, de 4 de dezembro de 1996.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 121 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Art. 123. Para recolhimento de tributos devidos a unidade da Federação diversa da do domicílio do contribuinte, será utilizada a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), conforme modelo do Anexo 85, em consonância com o art. 88 do Convênio SINIEF 06/89, com a redação dada pelo Ajuste SINIEF 06/01, em 3 vias, que terão a seguinte destinação (Ajustes SINIEF 03/93, 11/97 e 06/01):

Nota: **A redação atual do *caput* do art. 123 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 04/10/01.**

Redação anterior dada ao *caput* do art. 123 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos até 03/10/01:
"Art. 123. Para recolhimento de tributos devidos a unidade da Federação diversa da do domicílio do contribuinte, será utilizada a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), conforme modelo do Anexo 85, em consonância com o art. 88 do Convênio SINIEF 06/89, com a redação dada pelo Ajuste SINIEF 11/97, em 3 vias, que terão a seguinte destinação (Ajustes SINIEF 03/93 e 11/97):"

Redação originária:
"Art. 123. Para recolhimento de tributos devidos a unidade da Federação diversa da do domicílio do contribuinte, será utilizada a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), cujo formulário poderá ser confeccionado pelos bancos comerciais estaduais ou pela Secretaria da Fazenda, conforme modelo do Anexo 91, em consonância com o art. 88 do Convênio SINIEF 6/89, com a redação dada pelo Ajuste SINIEF 3/93, em 3 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação (Ajuste SINIEF 3/93):"

I - a 1ª via será remetida pelo agente arrecadador ao fisco da unidade federada favorecida;

II - a 2ª via ficará em poder do contribuinte;

III - a 3ª via:

a) será retida pelo fisco federal, por ocasião do despacho aduaneiro ou da liberação da mercadoria na importação;

b) será retida pelo fisco estadual da unidade da Federação destinatária, no caso da exigência do recolhimento imediato, hipótese em que acompanhará o trânsito da mercadoria.

§ 1º As vias da GNRE não se substituem nas suas respectivas destinações.

§ 2º As empresas interessadas em imprimir e comercializar a GNRE observarão o disposto no § 5º do art. 88 do Convênio SINIEF 06/89.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 123 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"§ 2º As empresas interessadas em imprimir e comercializar a GNRE observarão o disposto no § 5º do Ajuste SINIEF 11/97."

§ 3º Fica autorizada a emissão da GNRE por meio eletrônico, desde que atenda às especificações contidas no § 5º do art. 88 do Convênio SINIEF 06/89.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 123 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"§ 3º Fica autorizada a emissão da GNRE por meio eletrônico, desde que atenda às especificações contidas no § 5º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF 11/97."

SEÇÃO II
Dos Prazos de Recolhimento do Imposto

SUBSEÇÃO I
Dos Prazos de Recolhimento do ICMS pelos Estabelecimentos Sujeitos ao Regime Normal de Apuração, ao Regime de Apuração em Função da Receita Bruta e ao Regime Simplificado de Apuração

Nota: A denominação atual da "Subseção I" foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*SUBSEÇÃO I*
Dos Prazos de Recolhimento do ICMS pelos Estabelecimentos Sujeitos ao Regime Normal de Apuração e ao Regime de Apuração em Função da Receita Bruta".

Art. 124. O recolhimento do ICMS será feito (art. 980):

Nota: A redação atual do *caput* do art. 124 e seus incisos foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*Art. 124. O recolhimento do ICMS será feito até o dia 9 do mês subseqüente ao da ocorrência dos fatos geradores (art. 980):*
I - pelos estabelecimentos inscritos na condição de contribuintes normais sujeitos ao regime normal de apuração do imposto;
II - pelos contribuintes que optarem pelo regime de apuração do imposto em função da receita bruta, inclusive as microempresas industriais.".

I - até o dia 9 do mês subseqüente ao da ocorrência dos fatos geradores:

a) pelos estabelecimentos inscritos na condição de contribuintes normais sujeitos ao regime normal de apuração do imposto;

b) pelos contribuintes que optarem pelo regime de apuração do imposto em função da receita bruta;

c) pelas empresas de pequeno porte que optarem pelo regime simplificado de apuração (SimBahia);

II - pelas microempresas que optarem pelo regime simplificado de apuração (SimBahia), nas datas fixadas:

a) nos carnês de pagamento; ou

b) no convênio firmado entre a Fazenda Estadual e o agente arrecadador credenciado.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses em que estejam previstos, neste Regulamento, prazos de recolhimento especiais.

§ 2º Não obstante o prazo fixado neste artigo, as obrigações consideram-se vencidas na data em que termine o período de apuração e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro.

SUBSEÇÃO II
Dos Prazos ou Momentos de Recolhimento do ICMS por Antecipação

Art. 125. O imposto será recolhido por antecipação, pelo próprio contribuinte ou pelo responsável solidário:

I - revogado

Nota: O inciso I do *caput* do art. 125 foi revogado pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada à alínea "e", tendo sido acrescentada ao inciso I do art. 125 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos de 01/02/04 a 29/02/04:
"*e) nas aquisições interestaduais de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé destinados ao abate, relativamente a antecipação tributária dos produtos comestíveis resultantes."*

Redação anterior dada à alínea "c", do inciso I do art. 125 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 29/02/00:
"*c) tratando-se de mercadorias sujeitas a substituição tributária prevista em convênio ou protocolo com outra unidade federada, nas seguintes situações:*
1 - quando os valores referentes ao frete ou seguro não forem conhecidos pelo sujeito passivo por substituição tributária, exceto nas situações indicadas na no subitem 1.2 da alínea "c" do inc. II, hipótese em que estas parcelas comporão a base de cálculo do imposto a ser recolhido na entrada no território deste Estado;
2 - nos casos em que a MVA estabelecida pelo acordo interestadual seja inferior à prevista para as operações internas, ressalvado o disposto no subitem 1.2 da alínea "c" do inc. II;
3 - quando houver previsão de pauta fiscal, para as operações relativas à substituição tributária, se esta for superior à base de cálculo estabelecida no acordo interestadual, ressalvado o disposto no subitem 1.2 da alínea "c" do inc. II;"

Redação anterior dada ao item 3, tendo sido acrescentado à alíena "d", do inciso I do art. 125 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos de 04/11/99 a 17/07/00:
"3 - às operações com combustíveis derivados de petróleo, devendo o imposto relativo à substituição tributária ser recolhido no momento indicado no inciso II deste artigo, ressalvado o disposto no § 2º do art. 512-A;

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso I do art. 125 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 29/02/04:
"*a) nas aquisições interestaduais, tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação pela legislação estadual interna, porém não prevista a substituição tributária*

em convênio ou protocolo com a unidade federada de origem, inclusive quando aquelas mercadorias forem destinadas a microempresa e empresa de pequeno porte, quando inscritas como tais no cadastro estadual, ressalvada a hipótese da alínea "c" do inciso II, sem perder de vista as situações em que não se fará a antecipação do imposto (art. 355);"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I do art. 125 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98), efeitos de 05/05/98 a 17/07/00:
"c) quando a retenção do imposto tiver sido feita a menos, por não terem sido incluídos, na base de cálculo, os valores referentes a frete ou seguro, em virtude de não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, bem como nos casos em que a MVA prevista em acordo interestadual seja inferior às aplicadas nas operações internas com a mesma mercadoria, sendo que, nos demais casos de falta de retenção ou de retenção a menos, compete ao sujeito passivo por substituição efetuar a complementação no prazo do art. 126;"

Redação originária:
"I - até o dia 10 do mês subseqüente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado: (efeitos até 29/02/04)
a) nas aquisições interestaduais, tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação pela legislação estadual interna, porém não prevista a substituição tributária em convênio ou protocolo com a unidade federada de origem, inclusive quando destinadas a microempresa comercial varejista, ressalvada a hipótese da alínea "c" do inciso II; (efeitos até 31/12/98)
b) pelas farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, na hipótese do § 2º do art. 353;
c) quando a retenção do imposto tiver sido feita a menos, unicamente por não terem sido incluídos, na base de cálculo, os valores referentes a frete ou seguro, em virtude de não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, sendo que, nos demais casos de falta de retenção ou de retenção a menos, compete ao sujeito passivo por substituição efetuar a complementação no prazo do art. 126; (efeitos até 04/05/98)
d) nas importações do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação pela legislação estadual interna, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subseqüentes, sendo que a presente disposição não se aplica:
1 - ao imposto de responsabilidade direta do importador, relativo à entrada ou à arrematação, que será recolhido no momento e forma previstos no art. 572;
2 - às situações excepcionais a que alude a alínea "c" do inciso II;"

II - na entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 7° e 8°:

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do *caput* do art. 125 foi dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II do art. 125 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos de 01/06/00 a 29/02/04:
"II - na entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior:"

Redação originária, efeitos até 31/05/00:
"II - na entrada no território deste Estado, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação:"

a) destinadas a:

Nota: **A redação atual da parte inicial da alínea "a", do inciso II do *caput* do art. 125 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).**

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "a", do inciso II do *caput* do art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos de 01/03/04 a 20/09/05:
"a) destinadas a comercialização por:"

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso II do *caput* do art. 125 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 21/01/04 a 29/02/04:
"*a) destinadas a ambulante, no caso de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária; ou a contribuinte em situação cadastral irregular; não inscrito ou sem destinatário certo, neste caso seja qual for a mercadoria, sendo esta destinada a comercialização ou outros atos de comércio sujeitos ao ICMS, a menos que o imposto devido a este Estado tenha sido retido por responsável tributário inscrito no cadastro estadual na condição de contribuinte substituto;"*

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso II do *caput* do art. 125 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03. DOE de 24/12/03), efeitos de 24/12/03 a 20/01/04:
"a) destinadas a ambulante, no caso de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária; ou a contribuinte em situação cadastral irregular; não inscrito ou sem destinatário certo, neste caso seja qual for a mercadoria, sendo esta destinada a comercialização ou outros atos de comércio sujeitos ao ICMS, a menos que o imposto devido a este Estado tenha sido retido por responsável tributário inscrito no cadastro estadual na condição de contribuinte substituto, dando-se à exigência do imposto o tratamento de pagamento espontâneo;"

A redação anterior dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para substituir da expressão "*microempresa ambulante*" pelo termo "*ambulante*", efeitos de 01/01/99 a 23/12/03.
"a) destinadas a ambulante, no caso de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, ou a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, neste caso seja qual for a mercadoria, sendo esta destinada a comercialização ou outros atos de comércio sujeitos ao ICMS, a menos que o imposto devido a este Estado tenha sido retido por responsável tributário inscrito no cadastro estadual na condição de contribuinte substituto, dando-se à exigência do imposto o tratamento de pagamento espontâneo;"

1 - ambulante, no caso de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária ou relativamente à antecipação parcial;

2 - contribuinte em situação cadastral irregular ou não inscrito ou sem destinatário certo, nestes casos seja qual for a mercadoria.

b) tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação pela legislação estadual interna, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subseqüentes;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do *caput* do art. 125 foi dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II do *caput* do art. 125 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 29/02/04:
"b) nas aquisições de mercadorias sujeitas a substituição tributária prevista em convênio ou protocolo

com outra unidade federada, quando, indevidamente, o contribuinte substituto não fizer a retenção do imposto ou efetuá-la em valor inferior ao estabelecido no acordo, observado o disposto no § 1º;"

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II do art. 125 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98), efeitos de 05/05/98 a 17/07/00:
"b) nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente ou tendo sido feita a menos, atribuindo-se ao remetente a responsabilidade, inclusive quanto à infração (§ 1º), sendo que, tendo a retenção sido feita a menos pela falta de inclusão na base de cálculo dos valores do frete ou do seguro, bem como nos casos em que a MVA prevista em acordo interestadual seja inferior às aplicadas nas operações internas com a mesma mercadoria, caberá ao destinatário efetuar a complementação, nos termos da alínea "c" do inciso I;"

Redação originária, efeitos até 04/05/98:
"b) nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente ou tendo sido feita a menos, atribuindo-se ao remetente a responsabilidade, inclusive quanto à infração (§ 1º), sendo que, tendo a retenção sido feita a menos pela falta de inclusão na base de cálculo dos valores do frete ou do seguro, caberá ao destinatário efetuar a complementação, nos termos da alínea "c" do inciso I;

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso II do *caput* do art. 125 foi revogada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso II do *caput do* art. 125 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 29/02/04:
"c) nas operações com mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, quando eleitas em ato específico do Secretário da Fazenda, facultado ao contribuinte destinatário requerer autorização do Inspetor Fazendário do seu domicílio fiscal para recolhimento até o 9º dia do mês subseqüente ao da entrada no estabelecimento, em se tratando de comércio atacadista, supermercados, comércio varejista de motocicletas e automóveis, camionetas e utilitários novos, ou até o 5º dia da entrada no estabelecimento, para os demais contribuintes, observado o disposto no § 6º, devendo, também, ser observado o prazo previsto neste inciso:
1 - em relação à parcela do imposto devido quando a MVA prevista em acordo interestadual for inferior à estabelecida na legislação baiana, bem como nas situações em que a pauta fiscal aplicável à substituição tributária for superior à base de cálculo estabelecida no acordo interestadual;
2 - nas importações do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, relativamente ao correspondente à operação ou operações subseqüentes, sendo que o imposto de responsabilidade direta do importador, será recolhido no momento e forma previstos no art. 572;"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso II do *caput do* art. 125 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 29/09/01 a 31/12/02:
"c) nas operações com mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, quando eleitas em ato específico do Secretário da Fazenda, facultado ao contribuinte destinatário requerer regime especial para recolhimento até o 9º dia do mês subseqüente ao da entrada no estabelecimento, em se tratando de comércio atacadista, supermercados, comércio varejista de motocicletas e automóveis, camionetas e utilitários novos, ou até o 5º dia da entrada no estabelecimento, para os demais contribuintes:
1 - aquisições em outra unidade da federação:
1.1 - quando não houver acordo interestadual prevendo a substituição tributária;
1.2 - quando houver acordo interestadual prevendo a substituição tributária, se a MVA prevista no

acordo for inferior à estabelecida na legislação baiana, bem como nas situações em que a pauta fiscal aplicável à substituição tributária seja superior à base de cálculo estabelecida no acordo interestadual;
2 - nas importações do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, relativamente ao correspondente à operação ou operações subseqüentes, sendo que o imposto de responsabilidade direta do importador, será recolhido no momento e forma previstos no art. 572;"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso II do *caput do* art. 125 pela Alteração 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 08/02/01 a 28/09/01:
"c - nas operações com mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, quando eleitas em ato específico do Secretário da Fazenda, facultado ao contribuinte destinatário requerer regime especial para recolhimento até o 9º dia do mês subseqüente ao da entrada no estabelecimento, em se tratando de comércio atacadista, comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários novos ou supermercados, ou até o 5º dia da entrada no estabelecimento, para os demais contribuintes:"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso II do *caput do* art. 125 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 07/02/01:
"c) nas operações com mercadorias enquadradas pela legislação baiana no regime de substituição tributária, quando eleitas em ato específico do Secretário da Fazenda, facultado ao contribuinte destinatário requerer regime especial para recolhimento até o 9º dia do mês subsequente ao da entrada no estabelecimento, em se tratando de supermercados ou estabelecimentos atacadistas, ou até o 5º dia da entrada no estabelecimento, para os demais contribuintes:".

Redação anterior dada a alínea "c" e atual dos itens e sub itens pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"*c) nas operações com mercadorias enquadradas pela legislação baiana no regime de substituição tributária, quando eleitas em ato específico do Secretário da Fazenda, facultado ao contribuinte destinatário requerer regime especial para recolhimento até o 9º dia após a entrada no estabelecimento, tratando de supermercados ou estabelecimentos atacadistas, ou até o 5º dessa entrada, para os demais contribuintes:*".

Redação originária:
"c) em situações excepcionais, restritas a determinadas mercadorias eleitas por ato específico do Secretário da Fazenda, cujas operações sejam sujeitas a substituição tributária por antecipação pela legislação estadual interna:
1 - não havendo convênio ou protocolo para as operações interestaduais, facultado ao contribuinte requerer regime especial para pagamento do imposto até o 5º dia após a entrada da mercadoria em seu estabelecimento, ou até o 9º dia do mês subseqüente ao da entrada, tratando-se de supermercado ou estabelecimento atacadista;
2 - nas importações do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subseqüentes, facultado ao contribuinte requerer o regime especial de que cuida o item anterior, sendo que a presente disposição não se aplica ao imposto de responsabilidade direta do importador, relativo à entrada ou à arrematação, que será recolhido no momento e forma previstos no art. 572;

d) no caso de mercadorias adquiridas por contribuinte submetido a regime especial de fiscalização e pagamento, na forma dos arts. 920 e 921;

e) nas importações do exterior e arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subseqüentes, sendo que o imposto de responsabilidade direta do importador, será recolhido no momento e forma previstos no art. 572.

Nota: A redação atual da alínea "e", do inciso II do *caput* do art. 125 foi dada pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada a alínea "e", tendo sido acrescentada ao inciso II do *caput* do art. 125 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos de 04/11/99 a 29/02/04:
"e) nas importações do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, tratando-se de combustíveis derivados de petróleo, ressalvado o disposto no § 2º do art. 512-A."

f) para fins de comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS prevista no art. 352-A;

Nota: A alínea "f" foi acrescentada ao inciso II do art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04."

g) destinadas a farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, nos termos do § 2º do art. 353;

Nota: A alínea "g" foi acrescentada ao inciso II do art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04."

h) de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé destinados ao abate, relativamente a antecipação tributária dos produtos comestíveis resultantes;

Nota: A alínea "h" foi acrescentada ao inciso II do art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04."

i) tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação prevista em convênio ou protocolo com a unidade federada de origem, quando:

Nota: A alínea "i" foi acrescentada ao inciso II do art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04."

1 - o contribuinte substituto não fizer a retenção do imposto ou efetuá-la em valor inferior ao estabelecido no acordo, observado o disposto no § 1º;

2 - os valores referentes ao frete ou seguro não forem conhecidos pelo sujeito passivo por substituição tributária;

3 - nos casos em que a MVA estabelecida pelo acordo interestadual seja inferior à prevista para as operações internas;

4 - houver previsão de pauta fiscal, para as operações relativas à substituição tributária, se esta for superior à base de cálculo estabelecida no acordo interestadual.

III - no momento da saída das mercadorias, nos seguintes casos (§ 2º):

a) operação realizada por estabelecimento de produtor ou de extrator não equiparado a comerciante ou a industrial, sem prejuízo do disposto no art. 443, quando não estiver atribuída ao destinatário a

responsabilidade pelo pagamento do imposto, a saber:

1 - saída de mercadorias com destino a outra unidade da Federação ou a pessoa de direito público ou privado não inscrita no Cadastro de Contribuintes;

2 - transmissão da propriedade de mercadorias depositadas em seu nome em armazém geral ou em qualquer outro local, quando não transitarem pelo estabelecimento depositante ou deste tiverem saído sem o pagamento do imposto, salvo se o adquirente for comerciante, industrial ou cooperativa inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS na condição de contribuintes normais;

3 - saída de mercadorias sem destinatário certo;

4 - saída de mercadorias com destino a consumidor;

5 - saída de mercadorias com destino a outro produtor ou a extrator, não havendo previsão de diferimento;

6 - saída de aves ou gado bovino, bufalino ou suíno para abate, inclusive o da antecipação do ICMS relativo às operações internas subseqüentes com os produtos comestíveis resultantes do abate, ressalvado o seguinte:

Nota: **A redação atual do item 6, da alínea "a", do inciso III do art. 125 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.**

Redação anterior dada ao item 6 da alínea "a", pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"6 - saída de aves ou gado para abate por conta e ordem do remetente, ressalvado o disposto no § 1º do art. 446 (art. 348, § 2º);"

Redação originária:
"*6 - saída de gado para abate por conta e ordem do remetente (art. 348, § 2º);*"

6.1 - nas saídas para abate em estabelecimento de contribuinte localizado neste Estado que atenda a legislação sanitária estadual e federal, fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto diferido, bem como o referente à operação própria, observado o disposto no § 8º do art. 347;
6.2 - nas saídas de gado bovino dos municípios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Buritirama, Mansidão, Casa Nova e Pilão Arcado, com destino aos Estados considerados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento como infectados com a febre aftosa, quando acompanhadas da Guia de Trânsito Animal - GTA, será emitida Nota Fiscal com destaque do imposto, sem ônus tributário para o emitente, para crédito do imposto pelo destinatário;"

b) operação realizada por contribuinte não inscrito;

c) operação de saída de mercadorias decorrente de:

1 - arrematação judicial, devendo o imposto, quando devido, ser pago antes da expedição da carta de arrematação;

Nota: A redação atual do item "1", da alínea "c", do inciso III do art. 125 foi dada pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00) .

Redação originária:
"1 - arrematação judicial, devendo o imposto, quando devido, ser pago antes da expedição da carta de arrematação ou adjudicação;"

2 - arrematação ou aquisição de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados, em leilão ou licitação promovidos pelo poder público (art. 572, § 2º);

d) operação de saída de mercadorias decorrente de alienação efetuada em leilão, falência, concordata ou inventário, quando da alienação, no início da remessa das mercadorias, só sendo, porém, devido o imposto quando o alienante for contribuinte;

e) operação de saída de mercadorias de estabelecimento beneficiador de produtos agrícolas, com destino a pessoa ou estabelecimento diverso daquele que as tiver remetido para beneficiamento;

f) operação de saída:

Nota: A alínea "f" foi acrescentada ao item 2, do inciso III do art. 125 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/11/97.

1 - de madeira em estado bruto, mesmo descascada ou desalburnada, exceto no caso de produto enquadrado no regime de diferimento;

2 - de tábuas, barrotes, ripas, ripões, compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas, quando efetuada por estabelecimento classificado no código de atividade 2010-9/00 - desdobramento de madeira, mediante documento de arrecadação ou Certificado de Crédito emitido pela repartição fazendária;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "f", do inciso III do art. 125 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*2 - de tábuas, barrotes, ripas, ripões, compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas, quando efetuada por estabelecimento classificado no código de atividade 15.11-0, mediante documento de arrecadação ou Certificado de Crédito emitido pela repartição fazendária;*"

3. interestadual de lingotes e tarugos dos metais não-ferrosos classificados na sub-posição 7403.1, exceto em se tratando de operações efetuadas pelos produtores primários, assim considerados os que produzem metais a partir do minério.

Nota: O item 3 foi acrescentado à alínea "f", do inciso III do art. 125 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

IV - tratando-se de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso IV do art. 125 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"IV - tratando-se de serviço de transporte, no início da prestação do serviço, na hipótese de prestação interestadual ou intermunicipal iniciada no território baiano, realizada por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita no Cadastro de Contribuintes da Bahia, qualquer que seja o seu domicílio, no caso de (§ 2º; arts. 310 e 443):
a) transporte de pessoas ou passageiros;
b) transporte de carga, quando o imposto for pago na repartição fazendária por não ser aplicável a sujeição passiva por substituição;".

a) no início da prestação do serviço, quando iniciado no território baiano, realizado por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita no Cadastro de Contribuintes da Bahia, qualquer que seja o seu domicílio, no caso de (§ 2º):

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso IV do art. 125 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso IV do art. 125 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*a) no início da prestação do serviço, quando iniciado no território baiano, realizado por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita no Cadastro de Contribuintes da Bahia, qualquer que seja o seu domicílio, no caso de (§ 2º; arts. 310 e 443):*"

Redação originária:
"a) transporte de pessoas ou passageiros;".

1 - transporte de pessoas ou passageiros;

2 - transporte de carga, por não ser possível a aplicação da sujeição passiva por substituição nos termos do art. 380;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso IV do art. 125 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"2 - transporte de carga, quando o imposto for pago na repartição fazendária por não ser aplicável a sujeição passiva por substituição;"

b) no momento do desembaraço aduaneiro, quando iniciado no exterior e vinculado a contrato de transporte internacional (art. 1º, § 2º, VIII), cabendo ao importador, em relação à parcela da prestação ocorrida no território nacional, efetuar o recolhimento mediante Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso IV do art. 125 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"b) transporte de carga, quando o imposto for pago na repartição fazendária por não ser aplicável a

sujeição passiva por substituição;".

V - na constatação da existência de estabelecimento em situação cadastral irregular, em relação ao estoque de mercadorias nele encontrado;

VI - no ato da apresentação do requerimento de baixa de inscrição, relativamente ao imposto devido sobre o estoque final.

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 125 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação originária, efeitos até 09/09/05:
"VI - no ato da apresentação do requerimento de baixa de inscrição à repartição fiscal da situação do estabelecimento, pelo contribuinte que encerrar suas atividades, relativamente ao imposto devido sobre o estoque final;"

VII - tratando-se do recebimento de trigo em grãos:

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 125 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso VII, tendo sido acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"VII - tratando-se do recebimento de trigo em grãos, até o décimo dia do segundo mês subseqüente ao mês do recebimento;"

a) até o décimo dia do segundo mês subseqüente ao mês do recebimento, sendo o destinatário ou adquirente industrial moageiro;

b) por ocasião do desembaraço aduaneiro ou da passagem na primeira repartição fiscal de entrada no Estado, nos demais casos;

VIII - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, por ocasião do desembaraço aduaneiro ou da passagem na primeira repartição fiscal de entrada no Estado, ou ainda, nos seguintes prazos:

Nota: O *caput* do do inciso VIII foi acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

a) até o 10º dia após o término da quinzena em que se deu a entrada da mercadoria no estabelecimento, tratando-se de contribuinte industrial autorizado por Regime Especial;

Nota: A redação atual da alínea *"a"*, do inciso VIII do art. 125 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada a alínea *"a"* do inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"a) até o 10º dia após o término da quinzena em que se deu a entrada da mercadoria no estabelecimento,

mediante autorização por Regime Especial;

b) até o 10º dia do mês subseqüente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, tratando-se de fabricante dos produtos de que trata o item 11.4 do inciso II do art. 353, autorizado pelo regime especial de que cuida o art. 506-E.

Nota: A redação da alínea *"b"*, do inciso VIII do art. 125 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada a alínea *"b"* do inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"b) até o 10º dia do mês subseqüente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, quando autorizados e na forma prevista para apuração do imposto, observado o disposto no art. 506-E."

§ 1º Nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente e não sendo possível, por qualquer motivo, a sua cobrança do sujeito passivo por substituição na forma do item 1 da alínea "i" do inciso II, poderá ser emitida Notificação Fiscal em nome do destinatário, no sentido de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto, na forma, prazo e condições estabelecidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, sendo que:

Nota: **A redação atual da parte inicial do § 1º do art. 125 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação anterior dada à parte inicial do § 1º do art. 125 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).
"§ 1º Nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente e não sendo possível, por qualquer motivo, a sua cobrança do sujeito passivo por substituição na forma da alínea "b" do inciso II, poderá ser emitida Notificação Fiscal em nome do destinatário, no sentido de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto, na forma, prazo e condições estabelecidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, sendo que:"

Redação anterior dada à parte inicial do § 1º do art. 125 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 1º Nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente e não sendo possível, por qualquer motivo, a sua cobrança do sujeito passivo por substituição na forma- da alínea "b" do inciso II, poderá ser emitida Termo de Intimação para Pagamento de Débito em nome do destinatário, no sentido de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto, na forma, prazo e condições estabelecidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, sendo que:"

Redação originária:
"*§ 1º Nas aquisições, de outra unidade da Federação, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação em virtude de convênio ou protocolo, não tendo sido feita a retenção do imposto pelo remetente e não sendo possível, por qualquer motivo, a sua cobrança do sujeito passivo por substituição na forma da alínea "b" do inciso II, poderá ser emitida Notificação Fiscal em nome do destinatário, no sentido de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto, na forma, prazo e condições do inciso III do art. 963, sendo que:"*

I - só deverá ser adotado este procedimento após esgotadas todas as possibilidades de exigência do tributo do responsável por substituição, circunstância esta que deverá ser declarada ou demonstrada formalmente:

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 125 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"*I - só deverá ser adotado este procedimento após esgotadas todas as possibilidades de exigência do tributo do responsável por substituição, circunstância esta que deverá ser declarada pela Procuradoria da Fazenda no processo originário."*

a) pela Procuradoria da Fazenda, no processo originário, quando se tratar de matéria afeta ao Poder Judidiário;

b) pelo Auditor Fiscal, nos demais casos;

II - a atribuição da responsabilidade supletiva ao contribuinte substituído, de que cuida este parágrafo, implica a desistência, por parte da fazenda pública estadual, da cobrança do imposto do sujeito passivo por substituição;

III - iniciado o procedimento fiscal, o Auditor Fiscal anexará o processo originário à Notificação Fiscal, a menos que o mesmo tenha sido incorporado fisicamente ao processo judicial ou requisitado por autoridade do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo.

Nota: **A redação atual do inciso III, do § 1º do art. 125 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 125 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"III - iniciado o procedimento fiscal, o Auditor Fiscal anexará o processo originário ao Termo de Intimação para Pagamento de Débito e, se for o caso, ao subseqüente Auto de Infração, a menos que o mesmo tenha sido incorporado fisicamente ao processo judicial ou requisitado por autoridade do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo."

Redação originária:
"*III - iniciado o procedimento fiscal, o Auditor Fiscal anexará o processo originário à Notificação Fiscal e, se for o caso, ao subseqüente Auto de Infração, a menos que o mesmo tenha sido incorporado fisicamente ao processo judicial ou requisitado por autoridade do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo*."

§ 2º Nos casos em que o imposto deva ser recolhido no momento da saída da mercadoria ou do início da prestação do serviço, o documento de arrecadação:

I - conterá, além dos demais requisitos, ainda que no verso, o número, a série e a data da emissão do respectivo documento fiscal;

II - acompanhará a mercadoria ou o transporte para ser entregue ao destinatário da mercadoria ou ao tomador do serviço.

§ 3º Tratando-se de serviço de transporte iniciado em outra unidade da Federação sem documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, o imposto será recolhido na entrada no território deste Estado, observado o disposto na alínea "c" do inciso VII do art. 632.

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 125 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.
"*§ 3º Tratando-se de serviço de transporte iniciado em outra unidade da Federação sem documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, o imposto será recolhido na entrada no território deste Estado, observado o disposto na alínea "c", do inciso VII, do art. 632."*

Redação originária:
"*§ 3º Tratando-se de serviço de transporte iniciado em outra unidade da federação sem documentação fiscal ou com documentação inidônea, o imposto será exigido na entrada, no território deste Estado, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, observado o disposto na alínea "c" do inciso VII do art. 632.*"

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, também, às aquisições interestaduais de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, inclusive quando efetuadas por prestador de serviços de transporte para emprego na prestação de seus serviços.

§ 5º Nas hipóteses deste artigo, o cálculo do imposto a ser recolhido será feito pelo regime sumário de apuração.

§ 6º Revogado

Nota: O § 6º do art. 125 foi revogado pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada ao § 6º tendo sido acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 29/02/04:
"§ 6º Não será concedida a autorização para postergação do pagamento do imposto devido por antecipação na entrada no território deste Estado, previsto na alínea "c" do inciso II deste artigo, a contribuinte que se encontrar em débito com a fazenda pública estadual, quando já inscrito em Dívida Ativa, enquanto não proceder à extinção da dívida, salvo nos casos de débitos parcelados que estejam sendo pontualmente pagos."

§ 7° O recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas "b", "e", "f", "g", "h" e "i" do inciso II, poderá ser efetuado até o dia 25 do mês subseqüente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, quando o contribuinte estiver credenciado, ressalvado o disposto no § 2º do art. 512-A.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

§ 8° Para efeito do credenciamento previsto no parágrafo anterior, serão considerados os critérios estabelecidos em ato específico do Secretário da Fazenda.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 125 pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

SUBSEÇÃO III
Dos Prazos de Recolhimento do ICMS em Virtude de Substituição Tributária por Antecipação ou por Diferimento

Art. 126. O imposto a ser recolhido pelo responsável em decorrência de substituição tributária por antecipação será pago:

I - relativamente às operações com mercadorias, até o dia 15 do mês subseqüente ao das operações, quando a substituição tributária decorrer de saídas de mercadorias do estabelecimento;

II - relativamente às prestações de serviços de transporte em que seja atribuída a terceiro a responsabilidade pela retenção do imposto, até o dia 15 do mês subseqüente ao das prestações;

III - no tocante ao imposto retido, devido a outra unidade da Federação, no prazo previsto no § 1º do art. 376.

IV - nas operações de saída de álcool a granel, não destinado ao uso automotivo, no momento da saída das mercadorias.

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 126 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso IV, os contribuintes industriais poderão, mediante autorização do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, após parecer técnico da Gerência de Substituição Tributária, recolher o imposto decorrente de substituição tributária por antecipação até o dia 15 do mês subseqüente ao das operações.

Nota: O Parágrafo único foi acrescentado ao art. 126 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Art. 127. No caso de imposto cujo lançamento tiver sido diferido, o recolhimento será feito pelo responsável nos prazos previstos no art. 348.

SUBSEÇÃO IV
Dos Prazos de Recolhimento do ICMS em Virtude de Responsabilidade Solidária

Art. 128. O recolhimento do imposto pelo responsável solidário será feito no momento da caracterização da responsabilidade por solidariedade, em face da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 39.

Art. 129. Nas saídas de mercadorias efetuadas por produtores ou extratores não equiparados a comerciantes ou industriais, sendo o estabelecimento destinatário comerciante, industrial ou cooperativa inscritos na condição de contribuinte normal:

I - será emitida Nota Fiscal (entrada), com destaque do imposto, quando devido, sendo que este documento servirá para acompanhar o transporte das mercadorias até o estabelecimento do emitente nas hipóteses do § 1º do art. 229;

II - o destinatário, na condição de responsável solidário, recolherá o imposto até o dia 9 do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. O disposto neste artigo:

I - é extensivo, também, ao imposto devido pela prestação do serviço de transporte efetuado por autônomo ou em veículo de transportador não inscrito, quando o destinatário for o contratante do serviço, na condição de responsável por substituição;

II - não se aplica a operação ou prestação em que o lançamento do ICMS deva ser efetuado em momento subseqüente por depender de um evento futuro, hipótese em que se observarão as normas atinentes ao diferimento ou à suspensão, conforme o caso.

SUBSEÇÃO V
Dos Prazos de Recolhimento do ICMS pelos Importadores, Adquirentes
ou Arrematantes de Mercadorias Procedentes do Exterior

Art. 130. O pagamento do imposto pelo importador, adquirente ou arrematante de mercadoria ou bem procedentes do exterior será feito na forma e no momento previstos no art. 572.

SUBSEÇÃO VI
Dos Prazos de Recolhimento da Diferença de Alíquotas

Art. 131. O pagamento da diferença de alíquotas será feito até o dia 20 do mês seguinte ao da entrada da mercadoria no estabelecimento (art. 7º, IV):

Nota: A Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), acrescenta a expressão "*Até 20/01/98*", a qual foi depois excluída pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Ver o art. 3º do Decreto nº 7244/98 (Alteração nº 5): dispensa de multa, acréscimos moratórios e atualização monetária.

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 131 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*I - pelas microempresas industriais, microempresas comerciais varejistas e microempresas ambulantes;*".

II - pelos contribuintes que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta, tais como:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 131 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 131 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"II - pelos restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta;"

Redação originária:
"II - pelos restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias,

doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta;"

a) restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta;

Nota: O alínea "a" foi acrescentada ao inciso II do art. 131 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

b) estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos;

Nota: O alínea "b" foi acrescentada ao inciso II do art. 131 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

III - pelos produtores e extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais;

IV - pelos contribuintes dispensados de escrituração fiscal.

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 131 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação original:
"IV - pelos contribuintes não inscritos no cadastro estadual ou dispensados de escrituração fiscal."

V - pelas empresas de construção civil inscritas no cadastro estadual na condição de contribuintes especiais, na aquisição interestadual de bem do ativo imobilizado, bem de uso ou material de consumo, quando indevidamente inscritas na condição de contribuintes especiais em vez de na condição de contribuintes normais (art. 541, § 1º).

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 131 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Art. 132. Os contribuintes sujeitos ao regime normal de apuração do imposto incluirão o valor da diferença de alíquotas no cômputo dos débitos fiscais do período (art. 116, III, "b", 4).

SUBSEÇÃO VI-A
Dos Demais Prazos de Recolhimento

Nota: A Subseção VI-A foi acrescentada a Seção II pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Art. 132-A. O imposto será recolhido:

I - nas vendas de café cru em grão efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Governo Federal, nos prazos previstos na alínea "a" do inciso II do art. 487;

II - nas prestações de serviços de comunicação, referentes a recepção de som e imagem por meio de satélite, quando o tomador do serviço estiver localizado em unidade federada diferente da unidade de localização da empresa prestadora do serviço, até o dia 10 do mês subseqüente ao da prestação, observado o disposto no art. 569-A (Conv. ICMS 10/98).

Nota: A redação atual do inciso II do art. 132-A foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*II - nas prestações de serviços de comunicação, referentes a recepção de som e imagem por meio de satélite, quando o tomador do serviço estiver localizado em unidade federada diferente da unidade de localização da empresa prestadora do serviço, até dia 10 do mês subseqüente ao da prestação, observado o disposto do § 4º do art. 569 (Conv. ICMS 10/98).*".

Art. 133. Relativamente aos prazos de recolhimento de que cuidam os artigos precedentes, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - no caso de débito exigido em decorrência de ação fiscal, o pagamento será feito dentro do prazo fixado na Notificação Fiscal ou no Auto de Infração;

Nota: **A redação atual do inciso I do art. 133 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao inciso I do art. 133 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"I - no caso de débito exigido em decorrência de ação fiscal, o pagamento será feito dentro do prazo fixado no Termo de Intimação para Pagamento de Débito ou no Auto de Infração;"

Redação originária:
"*I - no caso de débito exigido em decorrência de ação fiscal, o pagamento será feito dentro do prazo fixado na Notificação Fiscal ou no Auto de Infração;*"

II - revogado

Nota: O inciso II do art. 133 foi revogado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"*II - nas vendas de café cru em grão efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Governo Federal, o recolhimento do imposto será feito nos prazos da alínea "a" do inciso II do art. 487;".*

III - no caso de operação ou prestação efetuada por contribuinte submetido a regime especial de fiscalização e pagamento, o recolhimento do imposto poderá ser exigido diariamente (arts. 920 e 921);

IV - considera-se esgotado o prazo para pagamento do imposto, relativamente à operação ou prestação, quando estiver sendo realizada:

a) sem documento fiscal ou quando este não for exibido no momento da ação fiscalizadora, exceto quando o sujeito passivo ou terceiro interessado provar, inequivocamente, que existia documento hábil antes da ação fiscal;

b) com documento fiscal que mencione valor da operação ou prestação ou do imposto devido em importância inferior à real, no tocante à diferença;

V - para cumprimento e verificação do vencimento dos prazos, adotar-se-ão os critérios do art. 980.

Art. 134. Quando ocorrer reajustamento do preço da operação ou prestação, o imposto correspondente ao acréscimo do valor será recolhido no prazo das obrigações tributárias normais do contribuinte, de acordo com o período em que se verificar o reajustamento (art. 201, II).

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao acréscimo de valor a ser cobrado do destinatário das mercadorias ou do tomador do serviço em virtude da constatação de erro na emissão do documento fiscal, caso em que, no ato da correção, o imposto se considera devido desde a data da ocorrência do fato gerador (art. 201, IV e V, e § 2º).

§ 2º Tratando-se de operação ou prestação interestadual, quando houver reajustamento de valor depois da remessa ou da prestação, a diferença ficará sujeita ao imposto:

I - no estabelecimento de origem, em relação à saída da mercadoria ou ao início da prestação do serviço;

II - no estabelecimento de destino, em relação ao pagamento:

a) da diferença de alíquotas, quando for o caso;

b) do imposto devido pela entrada nas aquisições de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo e energia elétrica, quando não destinados à comercialização, industrialização, produção, geração ou extração (LC 87/96 e 102/00) (Lei nº 7710/00).

Nota: **A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 134 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação originária:
"*b) do imposto devido pela entrada nas aquisições de energia elétrica, de petróleo e de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, quando não destinados a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração.*".

§ 3º Havendo reajustamento do valor da prestação de serviço de transporte interestadual, depois de iniciado ou de prestado o serviço, tendo o ICMS sido pago por antecipação, observar-se-á o disposto na alínea “b” inciso III do art. 381.

Art. 135. O pagamento do ICMS por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito tributário sob condição resolutória da homologação.

SEÇÃO III
Da Restituição ou Estorno de Valores Recolhidos Indevidamente

Art. 136. As quantias indevidamente recolhidas ao Estado:

I - poderão ser objeto de estorno de débito, observado o disposto nos arts. 112 e 113;

II - sendo inadmissível o estorno, serão restituídas ao contribuinte, na forma prevista no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, observado o disposto no art. 33 da Lei nº 7014, de 4 de dezembro de

1996.

CAPÍTULO XV
DOS ACRÉSCIMOS TRIBUTÁRIOS

SEÇÃO I
Da Atualização Monetária

Art. 137. Para fins de atualização monetária, os débitos do ICMS, quando pagos em atraso, serão convertidos em quantidade de UFIRs ou de outro índice que venha a ser adotado para atualização dos créditos tributários da União, tomando-se por base o seu valor:

I - no 9º dia:

a) do mês subseqüente ao da ocorrência dos fatos geradores, em se tratando de contribuinte sujeito ao regime normal de apuração ou ao regime de apuração em função da receita bruta;

b) do mês subseqüente ao da operação:

1 - nos casos de substituição tributária por antecipação decorrente de saídas de mercadorias do estabelecimento;

2 - nos casos de antecipação tributária decorrente de entradas de mercadorias no estabelecimento;

c) do mês subseqüente ao termo final do diferimento;

d) do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador, no caso de pagamento da diferença de alíquotas por contribuinte dispensado de escrituração fiscal e por contribuinte não inscrito, nas hipóteses do art. 131;

e) do mês seguinte ao da ocorrência, em se tratando de prestação de serviço de transporte de passageiros, quando o prestador estiver situado em outro Estado ou no Distrito Federal e tiver inscrição centralizada;

f) do mês subseqüente à ocorrência do lançamento de ofício, no caso de mercadorias em trânsito, exceto no tocante às infrações tipificadas no inciso IV do art. 915;

II - no dia da ocorrência, nas infrações tipificadas no inciso IV do art. 915, quando apuradas no trânsito de mercadorias;

III - no momento do desembaraço na repartição aduaneira, na importação de mercadorias do exterior;

IV - no dia da ocorrência, nas situações dos inciso II a VI do art. 125.

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 137 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

§ 1º O valor a ser recolhido, em moeda corrente nacional, será obtido mediante a multiplicação da quantidade de UFIRs pelo valor diário, na data do efetivo pagamento.

§ 2º Os débitos tributários, quando pagos sob a forma de parcelamento, serão atualizados pela variação da UFIR.

§ 3º O Superintendente de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, através de Instrução Normativa, publicará, quando houver variação do índice de correção monetária, tabela prática para efeito de cálculo da atualização referida no *caput* deste artigo.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 127 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

§ 4º A correção monetária abrangerá o período em que a exigibilidade do crédito tributário estiver suspensa, bem como o da tramitação da consulta.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 137 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

§ 5º Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Estadual expressos em moeda, constituídos ou não, vencidos até 31 de dezembro de 2000, serão convertidos em quantidades de UFIR na data do seu vencimento e reconvertidos em Reais, com base no valor da UFIR em 26 de outubro de 2000 (Lei nº 7753/00)

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 137 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

§ 6º Os débitos vencidos a partir de 1º de janeiro de 2001, não estão sujeitos à atualização monetária (Lei nº 7753/00).

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 137 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

SEÇÃO II
Dos Acréscimos Moratórios

Art. 138. Sobre os débitos tributários recolhidos fora dos prazos regulamentares, os acréscimos moratórios incidentes até 31 de dezembro 2000 serão calculados segundo os seguintes critérios:

Nota: A redação atual do art. 138 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).

Redação originária:
"Art. 138. Os débitos tributários recolhidos fora dos prazos regulamentares estão sujeitos aos seguintes acréscimos moratórios:".

I - se declarados espontaneamente:

a) atraso de até 15 dias: 2%;

b) atraso de 16 dias até 30 dias: 4%;

c) atraso de 31 dias até 60 dias: 8%;

d) atraso de 61 dias até 90 dias: 12%;

e) atraso superior a 90 dias: 1% por cada mês ou fração de mês seguinte ao atraso de 90 dias, cumulado do percentual previsto na alínea anterior;

II - se reclamados através de Auto de Infração, 1% por cada mês ou fração de mês seguinte, a partir de 30 dias de atraso.

Parágrafo único. Para cumprimento e verificação do vencimento dos prazos, adotar-se-ão os critérios do art. 980.

Art. 138-A. O disposto nos artigos 138 e 138-B não se aplica aos débitos tributários pagos fora do prazo regulamentar, porém espontaneamente, por microempresa inscrita como tal no cadastro estadual, os quais estão sujeitos a acréscimos moratórios de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, cumulado esse percentual, no atraso superior a 90 (noventa) dias, do percentual de 1% (um por cento) por cada mês ou fração de mês seguinte.

Nota: A redação atual do art. 138-A foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

Redação anterior dada ao art. 138- A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 até 08/05/02:
"Art. 138-A. O disposto no artigo anterior não se aplica aos débitos tributários pagos fora do prazo regulamentar, porém espontaneamente, por microempresa inscrita como tal no cadastro estadual, os quais estão sujeitos a acréscimos moratórios de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, cumulado esse percentual, no atraso superior a 90 (noventa) dias, do percentual de 1% (um por cento) por cada mês ou fração de mês seguinte."

Art. 138-B. Os acréscimos moratórios, incidentes a partir de janeiro de 2001, serão calculados segundo os seguintes critérios (Lei nº 7753/00):

Nota: O art. 138-B foi acrescentado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

I - sobre os débitos denunciados espontaneamente, incidirão apenas acréscimos moratórios equivalentes 0,11% (onze centésimos por cento) ao dia, limitados a 10% (dez por cento), mais a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 138-B foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao art. 138-B pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"I - sobre os débitos denunciados espontaneamente, incidirão apenas acréscimos moratórios equivalentes 0,11% (onze décimos por cento) ao dia, limitados a 10% (dez por cento), mais a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;"

II - sobre os débitos reclamados em lançamento de ofício, a partir de 30 (trinta) dias de atraso, incidirão

acréscimos equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 139. Os acréscimos moratórios serão calculados sobre o valor do tributo atualizado monetariamente:

I - na data do recolhimento;

II - na data do depósito integral do débito tributário em conta bancária que assegure atualização monetária;

III - na data de sua inscrição em Dívida Ativa.

TÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I
Da Observância da Legislação Tributária

Art. 140. São obrigações acessórias do sujeito passivo as decorrentes da legislação tributária, tendo por objeto as prestações, positivas ou negativas, impondo a prática de ato ou a abstenção de fato que não configure obrigação principal, estabelecidas no interesse da arrecadação ou da fiscalização do tributo.

Art. 141. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 142. Além das obrigações previstas na legislação, relativas à inscrição, emissão de documentos, escrituração das operações e prestações, fornecimento de informações periódicas e outras, são obrigações do contribuinte:

I - exigir de outro contribuinte, nas operações que com ele realizar, a exibição do extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE);

Nota: **A redação atual do inciso I do art. 142 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)**

Redação originária:
"I - exigir de outro contribuinte, nas operações que com ele realizar, a exibição do Cartão de Inscrição ou, em sua falta, do Documento de Informação Cadastral (DIC), sob pena de responder solidariamente pelo imposto devido, se do descumprimento desta obrigação decorrer o não-recolhimento do imposto, total ou parcialmente;"

II - exibir a outro contribuinte, quando solicitado, o extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE);

Nota: **A redação atual do inciso II do art. 142 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)**

Redação originária:
"II - exibir a outro contribuinte, quando solicitado, o Cartão de Inscrição ou o Documento de Informação Cadastral, nas operações que com ele realizar;".

III - acompanhar, pessoalmente ou por preposto, a contagem física da mercadoria efetuada pelo fisco, fazendo por escrito as observações que julgar convenientes, sob pena de ter como exata a referida contagem;

IV - exibir ou entregar ao fisco os livros e documentos fiscais previstos na legislação tributária, bem como levantamentos e elementos auxiliares relacionados com a condição de contribuinte;

V - não impedir nem embaraçar a fiscalização estadual, facilitando-lhe o acesso a livros, documentos, levantamentos, mercadorias em estoque e demais elementos solicitados;

VI - facilitar a fiscalização de mercadorias em trânsito ou depositadas em qualquer lugar;

VII - entregar ao adquirente ou ao tomador, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar ou ao serviço que prestar;

VIII - exigir do estabelecimento vendedor ou remetente das mercadorias, ou do prestador do serviço, conforme o caso, os documentos fiscais próprios, sempre que adquirir, receber ou transportar mercadorias, ou utilizar serviços sujeitos ao imposto;

IX - comunicar ao fisco estadual quaisquer irregularidades de que tiver conhecimento.

X - afixar e manter na área de atendimento, em local visível ao público, cartazes informativos, fornecidos pela Secretaria da Fazenda, sobre a obrigatoriedade da entrega de documentos fiscais aos consumidores finais, adquirentes da mercadorias e ou serviços (Lei nº 7667/00).

Nota: O inciso X foi acrescentado ao art. 142 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

XI - tratando-se de contribuintes que utilizem sistemas de processamento de dados para registrar negócios e atividades econômicas, manter à disposição do fisco estadual os arquivos magnéticos relativos aos registros de natureza contábil;

Nota: **A redação atual do inciso XI do art. 142 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao inciso XI, tendo sido acrescentado ao art. 142 pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03):
"XI - tratando-se de contribuintes que utilizem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, manter os arquivos digitais e sistemas de que trata a Lei Federal nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, à disposição do fisco estadual."

§ 1º Aplicam-se aos responsáveis, no que couberem, as disposições contidas neste artigo.

Nota: O parágrafo único do art. 142 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).

§ 2º Ficam dispensados do cumprimento da obrigação de que trata o inciso XI, os contribuintes que optarem pelo regime simplificado de apuração (SimBahia).

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 142 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 142 pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03):
"§ 2º Ficam dispensadas do cumprimento da obrigação de que trata o inciso XI, as empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei Federal nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996."

SEÇÃO II
Da Guarda e Conservação de Livros e Documentos, e de Sua Exibição ao Fisco

Art. 143. Salvo disposição em contrário, cada estabelecimento, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito ou qualquer outro, terá livros fiscais e impressos de documentos fiscais próprios, vedada sua centralização.

Art. 144. Os livros fiscais e contábeis, bem como todos os documentos relacionados aos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados, no mínimo, pelo prazo decadencial (art. 965), e, quando relativos a operações ou prestações objeto de processo pendente, até sua decisão definitiva, ainda que esta venha a ser proferida após aquele prazo.

Nota: **A redação atual do art. 144 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação anterior dada ao art. 144 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), para substituir a expressão "pelo prazo de 5 anos, contado da data da emissão do documento ou do encerramento do livro" por "pelo prazo decadencial":
"Art. 144. Os livros e documentos fiscais, bem como faturas, duplicatas, guias, documentos de arrecadação, recibos e todos os demais documentos relacionados com o imposto deverão ser conservados, no mínimo, pelo prazo decadencial (art. 965), e, quando relativos a operações ou prestações objeto de processo pendente, até sua decisão definitiva, ainda que esta venha a ser proferida após aquele prazo."

Art. 145. Os livros e documentos fiscais e contábeis não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo:

Nota: **A redação atual da parte inicial do art. 145 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"Art. 145. Os livros, documentos e impressos fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo:"

I - quando autorizados pelo fisco;

II - para serem levados à repartição fiscal;

III - para permanecerem sob guarda de profissional contabilista que, para esse fim, estiver expressamente indicado no formulário de inscrição cadastral, hipótese em que a exibição, quando exigida, será feita em local determinado pelo fisco;

IV - em caso expressamente previsto pela legislação.

§ 1º Na hipótese do inciso III, o contribuinte comunicará, por meio do formulário de inscrição cadastral, qualquer alteração relacionada com a guarda e conservação dos livros e documentos fiscais.

§ 2º O prestador de serviço de transporte fica autorizado a manter fora do estabelecimento, em seu poder ou em poder de prepostos, impressos de documentos fiscais (Conv. SINIEF 06/89).

Art. 146. Nos casos de sinistro, furto, roubo, extravio, perda ou desaparecimento de livros ou documentos fiscais, fica o contribuinte obrigado a:

I - comunicar o fato à Inspetoria Fazendária, dentro de 8 dias;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 146 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

II - comprovar o montante das operações ou prestações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas, para efeito de verificação do pagamento do imposto, no mesmo prazo.

§ 1º Se o contribuinte deixar de atender ao disposto neste artigo ou se, intimado a fazer a comprovação a que alude o inciso II, se recusar a fazê-la ou não puder efetuá-la, e, bem assim, nos casos em que a mesma for considerada insuficiente ou inidônea, o montante das operações ou prestações poderá ser arbitrado pelo fisco, pelos meios a seu alcance, deduzindo-se, para efeito de apuração da diferença do imposto, se for o caso, os créditos fiscais e os valores recolhidos, quando efetivamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição fazendária.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo, somente poderão ser autenticados novos livros depois de comprovada a ocorrência.

Art. 147. Em caso de dissolução de sociedade, serão observadas, quanto aos livros e documentos relacionados com o imposto, as normas que regulam, nas leis comerciais, a guarda e conservação dos livros e documentos relativos aos negócios sociais.

Art. 148. Aplica-se aos livros e documentos o disposto no art. 321, nos casos de aquisição de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão, bem como nos casos de transmissão a herdeiro ou legatário.

CAPÍTULO II
DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO DA BAHIA

SEÇÃO I
Da Constituição e Finalidade do Cadastro

Art. 149. O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) tem por finalidade a habilitação para o exercício dos direitos relativos ao cadastramento e o registro dos elementos de identificação, localização e classificação do sujeito passivo e respectivos titulares, sócios, responsáveis

legais, condôminos e contabilistas.

Nota: **A redação atual do Calpítulo II do Título II foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).**

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Art. 154-A.
II - revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
III - revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
IV - revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
V - revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
VI - revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
§ 1º revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
(...)
Art. 156. Compete à Inspetoria Fazendária a apreciação de pedido de inscrição, sendo que: (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
'I - na hipótese de existir mais de um contribuinte explorando economicamente uma mesma propriedade rural, para cada um deles será exigida uma inscrição, salvo quando se tratar de inscrição na condição produtor-SimBahia Rural, de cônjuges ou companheiros em união estável, hipótese em que o nome e o número do CPF-MF, de ambos, constarão nas informações cadastrais correspondentes à referida inscrição. (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
II - não será concedida mais de uma inscrição para produtores rurais inscritos na condição Produtor-SimBahia Rural ou Contribuinte Especial. (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
III - tratando-se de empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, não será concedida inscrição a requerente de cujo quadro de administradores ou sócios, participe pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos que antecederam à data do pedido de inscrição, tenha sido administrador de empresa que não tenha liquidado débitos estaduais, nem cumprido obrigações decorrentes do exercício de atividade regulamentada pela ANP. (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
Art. 156-A. A Secretaria da Fazenda poderá exigir a qualquer tempo, inclusive antes da concessão da inscrição: (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
I - o preenchimento de requisitos específicos estabelecidos em dispositivos legais federais, estaduais ou municipais, segundo a categoria, o grupo ou o setor de atividades em que se enquadrar o contribuinte;
II - a apresentação de documentos e informações necessárias à apreciação de processo referente ao cadastro;
Art. 156-B. Fica facultado ao Inspetor Fazendário: (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
I - autorizar a concessão de mais de uma inscrição no mesmo local, se isso não dificultar a fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações tributárias.
II - conceder inscrição à pessoa jurídica legalmente constituída cujas instalações físicas do estabelecimento se encontrem em fase de implantação.
III - exigir a qualquer tempo, inclusive antes da concessão da inscrição:
a) a comprovação da compatibilidade do capital social integralizado com a atividade;
b) a comprovação da compatibilidade entre as instalações físicas do estabelecimento e a atividade econômica, salvo se, pela tipicidade da natureza das operações, não devam as mercadorias por ali transitar;
c) a comprovação da capacidade econômico-financeira do titular ou sócio, em relação a sua participação no capital declarado ou à atividade exercida.
Parágrafo único. Não deverá ser feita a exigência de que trata as alíneas "a" e "c" do inciso III aos contribuintes inscritos na condição de microempresa.
(...)
159-A. Sem prejuízo de outras vistorias fiscais realizadas a qualquer tempo, deverá ser efetuada vistoria: (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
I - após a concessão de inscrição, reinclusão de inscrição anteriormente baixada ou na hipótese de

mudança de endereço, quando se referir a contribuintes inscritos no CAD-ICMS na categoria:
a) normal ou empresa de pequeno porte;
b) microempresa que desenvolvam atividades de:
1 - comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, enquadrada na CNAE-Fiscal sob o código 5050-4/00;
2 - indústria;
3 - comércio por atacado;
II - antes da decisão acerca do pedido, nos casos de reinclusão de inscrição anteriormente cancelada em decorrência das situações previstas no inciso I e na alínea b do inciso XVII do art. 171.
Art. 159-B. O contribuinte deverá manter no estabelecimento, para exibição ao fisco no momento da vistoria a que se refere o artigo anterior, fotocópia: (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
Art. 161.
§ 2º No caso de mudança de uma para outra unidade cadastradora, a do novo domicílio deverá comunicar a alteração à unidade de origem, solicitando a remessa do dossiê do contribuinte, constituído de todos os documentos a ele correspondentes. (efeitos de 18/05/05 a 09/09/05)
§ 6º Revogado (efeitos a partir de 18/05/05)
(...)
Art. 170-A. A Secretaria da fazenda procederá a baixa de inscrição que estiver cancelada ou suspensa há mais de 5 (cinco anos), contados do primeiro dia do exercício seguinte ao do cancelamento, se o contribuinte não possuir débito com a Fazenda Estadual e se não for identificada movimentação econômica relativa à aquisição ou venda de mercadorias, bens ou serviços no referido período." (efeitos de 01/07/05 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004):
"*Art. 154-A. Tratando-se de empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, ao pedido de inscrição deverão ser anexados os documentos indicados a seguir, além dos previstos nos incisos I a V do art. 159-B: (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)*
I - declaração de imposto de renda dos sócios nos 03 (três) últimos exercícios, exceto quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto; (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
II - registro e autorização pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, para o exercício da atividade específica, tratando-se de TRR ou de distribuidor de combustíveis ou de GLP; (efeitos de 01/12/04 a 17/05/05)
III - comprovação da posse de instalações com tancagem para armazenamento e equipamento medidor de combustível automotivo, caso se trate de posto revendedor de combustível;
IV - comprovação da posse neste Estado de base para armazenamento, com capacidade mínima de 45m³ (quarenta e cinco metros cúbicos) e dispor de 3 (três) caminhões-tanque, próprios, afretados ou arrendados mercantilmente, caso se trate de TRR; (efeitos de 01/12/04 a 17/05/05)
V - comprovação da posse de base para armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos com capacidade mínima de armazenamento de 750m³ (setecentos e cinqüenta metros cúbicos), caso se trate de distribuidora, exceto de GLP, observado o disposto no § 1º; (efeitos de 01/12/04 a 17/05/05)
VI - comprovação da posse de base para armazenamento, envazilhamento e distribuição de GLP, bem como posse de botijões, devidamente identificados com sua marca comercial, em quantidade compatível com o mercado que pretenda atender; (efeitos de 01/12/04 a 17/05/05)
VII - comprovação de capital social integralizado , nos termos do § 2º, de acordo com os valores exigidos em regulamentação da ANP; (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
VIII - comprovação da capacidade financeira correspondente ao montante de recursos necessários à cobertura das operações de compra e venda de produtos, inclusive tributos envolvidos, nos termos do § 3º, exceto quando se tratar de contribuinte enquadrado no código CNAE Fiscal 5050-4/00; (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
IX - documentos comprobatórios das atividades exercidas pelos sócios nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
X - certidões de cartórios de distribuição civil e criminal das justiças federal e estadual, e dos cartórios

de registros de protestos das comarcas da sede da empresa, de suas filiais e do domicílio dos sócios, em relação a estes.(efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
§ 1º O distribuidor de combustível que utilize base de armazenamento arrendada deverá, ainda, apresentar os contratos registrados em cartório, na forma de extrato, homologado pela ANP, bem como o Formulário de Comprovação de Tancagem – FCT, preenchido pela empresa locadora, em modelo próprio da ANP. (efietos de 01/12/04 a 17/05/05)
§ 2º Para cumprimento do disposto no inciso VII, a comprovação do capital social deverá ser feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social, registrado na Junta Comercial, acompanhado de Certidão Simplificada na qual conste o capital social e a composição do quadro de acionistas ou de sócios. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
§ 3º Para cumprimento do disposto no inciso VIII, a capacidade financeira exigida poderá ser comprovada por meio da apresentação de patrimônio próprio, seguro ou carta de fiança bancária, sendo que a comprovação de patrimônio próprio deverá ser feita mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda da pessoa jurídica ou de seus sócios, acompanhada da certidão de ônus reais dos bens considerados para fins de comprovação. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
§ 4º Para cumprimento do disposto nos incisos IX e X, sendo o sócio pessoa jurídica, os documentos ali previstos, serão substituídos por documento comprobatório da regularidade cadastral e fiscal. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
Art. 155.
§ 2º Nas situações indicadas neste artigo, mediante preenchimento e apresentação do DIC na inspetoria do domicílio fiscal do contribuinte, poderá ser concedida inscrição, a critério do diretor de administração tributária da circunscrição fiscal, se já tiverem sido iniciados os procedimentos para a regularização cadastral dos estabelecimentos. (efeitos de 29/09/04 a 09/09/05)
Art. 156.
§ 6º Tratando-se de empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, não será concedida inscrição a requerente de cujo quadro de administradores ou sócios, participe pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos que antecederam à data do pedido de inscrição, tenha sido administrador de empresa que não tenha liquidado débitos estaduais, nem cumprido obrigações decorrentes do exercício de atividade regulamentada pela ANP. (efeitos de 29/09/04 a 09/09/05)
(...)
Art. 159-A.
IV - antes da decisão acerca do pedido, nos seguintes casos: (efeitos de 01/12/04 a 17/05/05)
a) reinclusão de inscrição anteriormente cancelada em decorrência das situações previstas nos incisos I a V, VII, X a XII, XIV a XVII do art. 171;
b) concessão de inscrição para empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, observado o disposto na cláusula sétima do Protocolo ICMS 18/04.
(...)
Art. 161.
§ 10 As empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, sempre que houver alteração de capital social, deverão comprová-la nos termos do § 2º do art. 154-A. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
§ 11 Nos pedidos de alteração de uma atividade para outra da cadeia de comercialização de combustíveis, ou de alteração do quadro societário deverão ser anexados os documentos indicados no art. 154-A. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
Art. 171
XVI - quando os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, estiverem com o registro ou a autorização cancelados na Agência Nacional de Petróleo – ANP. (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
XVII - em caso de estabelecimento enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob o código 5050-4/00, nas seguintes hipóteses: (efeitos de 01/12/04 a 09/09/05)
a) comercialização de produto não acobertado por documento fiscal;
b) violação do dispositivo assegurador da inviolabilidade das bombas de combustível (lacre);

c) interdição total do estabelecimento pela ANP;
d) pela falta de entrega, no prazo de 90 (noventa) dias após a concessão da inscrição, do registro da Agência Nacional de Petróleo – ANP, para exercício da respectiva atividade;"

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04):
"Art. 171.
VIII-A - nas hipóteses do § 7º do art. 335; (efeitos de 29/07/04 a 09/09/05)
Art. 172.
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição de que cuidam os incisos I a VI e IX a XV do artigo anterior;" (efeitos de 29/07/04 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04:
"Art. 155.
§ 2º Nas situações indicadas neste artigo, mediante preenchimento e apresentação do DIC na Inspetoria do domicílio fiscal do contribuinte, poderá ser concedida inscrição, a critério do Diretor de Administração Tributária da circunscrição fiscal, se já tiverem sido iniciados os procedimentos para a regularização fiscal dos estabelecimentos. (efeitos de 05/05/04 a 28/09/04)
§ 3º Revogado"

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04):
"*Art. 155.*
§ 1º A vedação prevista no caput deste artigo se estende aos casos em que sócio ou titular da empresa requerente participe de outra empresa com estabelecimentos com as mesmas irregularidades cadastrais ou com débitos inscritos em dívida ativa sem suspensão de exigibilidade. (efeitos de 13/03/04 a 09/09/05)
(...)
Art. 171.
XIII - quando o contribuinte deixar de utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nas hipóteses previstas na legislação." (efeitos de 13/04/04 a 09/09/05)

O § 1º do art. 179 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).
§ 1º Revogado (efeitos a partir de 24/12/03)

Redação anterior dada aos diversos dispositivos pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"*Art. 152.*
§ 6º O contribuinte que desenvolva atividade pesqueira adotará uma única inscrição, ainda que utilize diversos veículos na referida atividade; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
Art. 154. A inscrição será requerida por meio do DIC ou do DIC-e com a apresentação das informações necessárias ao cadastramento, sendo que, no caso de realização de pedido mediante preenchimento do DIC, serão anexados ao mesmo fotocópia da carteira de identidade do signatário do DIC, croqui de localização do estabelecimento e, tratando-se de pedido de inscrição para a condição:I - Ambulante, comprovante do endereço residencial; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
II - Contribuinte especial, quando efetuado por produtor rural, fotocópia do documento que comprove a propriedade, o direito de utilização do imóvel rural ou a inscrição no cadastro de produtor rural do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou o número de inscrição do imóvel rural na Secretaria da Receita Federal – NIRF. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 1º O sujeito passivo responsabiliza-se pela veracidade das informações por ele prestadas, dando causa ao cancelamento da inscrição a constatação, a qualquer época, de erros, vícios insanáveis, adulterações ou quaisquer outras fraudes praticadas pelo mesmo, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive de

caráter pecuniário. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 2º O sujeito passivo estabelecido em outra UF efetuará o pedido de inscrição via Internet, devendo, após o pedido, remeter os documentos especificados no "caput" do art. 377, endereçados à unidade cadastradora. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 3º Em substituição ao croqui de localização do estabelecimento, será apresentado: (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
I - o da residência do solicitante, tratando-se de pedido de inscrição para a categoria Ambulante;
II - o do endereço residencial ou do domicílio do titular ou sócio principal, tratando-se de pedido de inscrição efetuado por contribuinte que se dedique à captura de pescados e não possua estabelecimento fixo.
§ 4º A autenticidade dos documentos referidos no inciso II deste artigo será comprovada pelo contribuinte, mediante exibição dos respectivos originais, para efeito de conferência, que será efetuada pelo servidor encarregado, no momento da apresentação na unidade cadastradora, dispensada essa formalidade se a fotocópia já estiver autenticada. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 5º Terá o mesmo código de atividade econômica da unidade produtiva, o estabelecimento no qual seja desenvolvida exclusivamente atividade auxiliar, entendida como tal as atividades de apoio administrativo ou técnico exercidas no âmbito da empresa, voltadas à criação das condições necessárias para o exercício de suas atividades principal e secundárias. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 6º Se os sócios ou principais acionistas tiverem domicílio em outra unidade da Federação, deverá ser constituído um procurador com domicílio neste Estado, salvo no caso de inscrição de contribuinte na condição Contribuinte Substituto. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
(...)
Art. 155.
§ 2º Nas situações indicadas neste artigo, mediante preenchimento e apresentação do DIC na Inspetoria do domicílio fiscal do contribuinte, poderá ser concedida inscrição, a critério do Diretor de Administração Tributária da circunscrição fiscal, se já tiverem sido iniciados os procedimentos para a regularização cadastral dos estabelecimentos. (efeitos de 13/11/03 a 04/05/04)
Art. 156. Compete à Inspetoria Fazendária a apreciação de pedido de inscrição. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 1º É permitida a concessão de inscrição à pessoa jurídica legalmente constituída cujas instalações físicas do estabelecimento se encontrem em fase de implantação. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 2º Mediante autorização do Inspetor Fazendário, poderá ser concedida mais de uma inscrição no mesmo local, se isso não dificultar a fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações tributárias. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 3º Na hipótese de existir mais de um contribuinte explorando economicamente uma mesma propriedade rural, para cada um deles será exigida uma inscrição, salvo quando se tratar de inscrição na condição produtor-SimBahia Rural, de cônjuges ou companheiros em união estável, hipótese em que o nome e o número do CPF-MF, de ambos, constarão nas informações cadastrais correspondentes à referida inscrição. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 4º Não será permitida a concessão de mais de uma inscrição para produtores rurais inscritos na condição Produtor-SimBahia Rural ou Contribuinte Especial. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 5º A Secretaria da Fazenda poderá exigir a qualquer tempo, inclusive antes da concessão da inscrição: (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
I - o preenchimento de requisitos específicos estabelecidos em dispositivos legais federais, estaduais ou municipais, segundo a categoria, o grupo ou o setor de atividades em que se enquadrar o contribuinte;
II - a apresentação de documentos e informações necessárias à apreciação de processo referente ao cadastro;
III - a comprovação da compatibilidade do capital social integralizado com a atividade;
IV - a comprovação da compatibilidade entre as instalações físicas do estabelecimento e a atividade econômica, salvo se, pela tipicidade da natureza das operações, não devam as mercadorias por ali transitar;
V - a comprovação da capacidade econômico-financeira do titular ou sócio, em relação a sua participação no capital declarado ou à atividade exercida.'
Art. 158. Revogado (efeitos a partir de 13/11/03)
Art. 159. Revogado (efeitos a partir de 13/11/03)

SEÇÃO IV-A
Da Vistoria.
Art. 159-A. Sem prejuízo de outras vistorias fiscais realizadas a qualquer tempo, deverá ser efetuada vistoria: (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
I - após a concessão da inscrição; (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
II - no caso de mudança de endereço; (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
III - para reinclusão de inscrição anteriormente baixada; (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
IV - previamente, para reinclusão de inscrição anteriormente cancelada em decorrência das situações previstas nos incisos I a V, VII, X a XII, XIV e XV do art. 171, casos em que a vistoria será realizada antes da decisão acerca do pedido. (efeitos de 13/11/03 a 30/11/03)
§ 1º Tratando-se de enquadramento no SimBahia deverá ser observada as disposições contidas no art. 400-A. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 2º Não será realizada vistoria em estabelecimento situado em outra unidade da Federação. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
Art. 159-B. O sujeito passivo cuja inscrição tenha sido deferida para a condição Normal, Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, bem como a pessoa jurídica inscrita na condição de Contribuinte Especial, deverá manter no estabelecimento para apresentação ao fisco, até a realização da primeira vistoria, fotocópia: (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
I - da cédula de identidade dos administradores e, conforme o caso, do titular, dos sócios ou dos principais acionistas; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
II - do contrato de locação ou documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
III - do comprovante de endereço dos administradores e, conforme o caso, do titular, dos sócios ou dos principais acionistas; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
IV - do contrato social, registro de empresário, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem arquivados no órgão de registro competente; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
V - do contrato social ou da ata de constituição da sociedade civil, com prova de estar o instrumento devidamente registrado no cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade civil não sujeita a registro na Junta Comercial do Estado da Bahia; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
VI - do título de nomeação expedido pela Junta Comercial do Estado da Bahia, quando se tratar de leiloeiro; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
VII - da publicação, no Diário Oficial, do ato de criação, tratando-se de órgão da administração pública, entidade da administração indireta ou fundação instituída e mantida pelo poder público. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 1º As microempresas também deverão manter no estabelecimento, pelo mesmo prazo, o original da Nota Fiscal/Conta de Energia elétrica e a respectiva fotocópia. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 2º Tratando-se de empresa legalmente habilitada para operar com arrendamento mercantil (“leasing”) como arrendadora, em substituição aos documentos previstos no inciso IV, será exigida a prova de sua regularidade junto ao Banco Central. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 3º As pessoas jurídicas a seguir indicadas, para atender às exigências previstas no inciso IV, poderão utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz: (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
I - as empresas prestadoras de serviços situadas em outra unidade da Federação que mantiverem contrato de prestação de serviço por tempo certo com contribuinte deste Estado, inclusive as empresas de construção civil, e que precisarem inscrever-se apenas pelo referido período, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, hipótese em que também deverão apresentar o contrato, ou outro documento comprobatório, de prestação de serviços; (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
II - a empresa regional concessionária de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros e de cargas que apenas preste seus serviços neste Estado. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 4º As empresas cujos sócios ou principais acionistas tenham domicílio em outra unidade da Federação, excetuadas as inscritas na categoria Contribuinte Substituto, também deverão manter à disposição do fisco procuração relativa à constituição de procurador com domicílio neste Estado, nos termos do § 6º do art. 154. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 5º A autenticidade das fotocópias de documentos referidas neste artigo será comprovada pelo contribuinte mediante exibição dos respectivos originais, para efeito de conferência, que será efetuada

pelo servidor encarregado, dispensada essa formalidade se a fotocópia já houver sido previamente autenticada. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
Art. 161. Sempre que ocorrer alteração de dados sujeitos ao cadastramento, o contribuinte deverá requerer a atualização cadastral, hipótese em que, além dos demais requisitos, indicará os números de inscrição estadual e no CNPJ e, se for o caso, o Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) na Junta Comercial. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 2º No caso de mudança de uma para outra unidade cadastradora, a do novo domicílio, após vistoria fiscal, comunicará a alteração à unidade de origem, solicitando a remessa do dossiê do contribuinte, constituído de todos os documentos a ele correspondentes. (efeitos deE 13/11/03 a 17/05/05)
§ 3º Revogado (efeitos a partir de 13/11/03)
§ 4º Existindo mais de um estabelecimento sob a mesma titularidade, o reenquadramento cadastral de um dos estabelecimentos implicará no reenquadramento automático dos demais para a mesma categoria cadastral. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 6º Tratando-se de alteração efetuada em decorrência de mudança de endereço, se o contribuinte permanecer no âmbito da mesma circunscrição fiscal, também será exigida a vistoria prevista no art. 159-A. (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
§ 9º Revogado (efeitos a partir de 13/11/03)
SEÇÃO VI-A
Do Reenquadramento Cadastral (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
Art. 161-A. O enquadramento do sujeito passivo em outra categoria cadastral dar-se-á:
I - por iniciativa do contribuinte, mediante preenchimento e apresentação do DIC ou do DIC-e; e
II - tratando-se de contribuinte enquadrado no Simbahia:
a) obrigatoriamente, nas hipóteses previstas no inciso II do art. 405-A;
b) de ofício, nas hipóteses previstas no art. 406-A.
Art. 161-B. O contribuinte que requerer reenquadramento deverá manter no estabelecimento, para apresentação ao fisco, os documentos de que cuida o art. 159-B, de acordo com a categoria cadastral em que esteja enquadrado. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
Art. 162.
II - durante o lapso de tempo entre a data em que o contribuinte requerer a baixa da inscrição à repartição fazendária e o término do exame de sua situação fiscal. (efeitos de 13/11/03 a 17/07/00)
Art. 167. O contribuinte que encerrar suas atividades deverá requerer a baixa da inscrição, no prazo de 10 dias, contado da data da ocorrência. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
Art. 168. Revogado (efeitos a partir de 13/11/03(
Art. 169. Preliminarmente à decisão sobre o pedido de baixa, será procedida fiscalização para exame da situação fiscal. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/03)
§ 1º O processo de baixa de inscrição deverá ser concluído no prazo de 60 dias, tratando-se de contribuinte situado no território baiano, ou em 180 dias, quando se referir a contribuinte substituto estabelecido em outra unidade da Federação.
§ 2º O contribuinte deverá entregar ao servidor responsável pelo exame da situação fiscal os documentos fiscais não utilizados ou utilizados parcialmente, com todas as suas vias devidamente canceladas e relacionados no formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (Anexo 14), para posterior recolhimento à repartição fiscal e inutilização de acordo com os métodos adotados pela Secretaria da Fazenda."

Redação anterior dada ao art. 169-A pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03), efeitos de 16/09/03 a 09/09/05)
"Art. 169-A Para requerer a baixa de inscrição, o contribuinte apresentará, conforme o caso, a DME e a CS-DME ou a DMA e a CS-DMA relativas ao período em que esteve com inscrição cancelada, se houver."

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 171 pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03), efeitos de 29/05/03 a 09/09/05:
"Art. 171.
VIII - quando o contribuinte deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício, e mesmo sendo intimado a regularizar

a sua situação, não regularizá-la, hipótese em que o cancelamento de sua inscrição estadual se dará por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, sendo que, após providenciar a atualização das informações, poderá requerer a regularização de sua situação cadastral;"

O inciso V do art. 167 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeittos a partir de 31/12/02:
"*Art. 167.*
V - Revogado (efeitos a partir de 31/12/02)
Art. 173
§ 5º Não será deferida a reinclusão de contribuinte que se encontre com sua inscrição cancelada em razão do disposto do inciso XIII, do art. 171 enquanto o contribuinte não solicitar a habilitação para o uso de ECF." (efeitos de 31/12/02 a 09/09/05)

Redação anterior dada ao § 6º do art. 156 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 12/11/03:
"*§ 6º Mediante autorização do Inspetor Fazendário, poderá ser concedida mais de uma inscrição para o mesmo local, se isso não dificultar a fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações tributárias."*

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02):
"*Art. 154.*
§ 7º Sendo os sócios ou principais acionistas domiciliados em outra unidade da Federação, exceto os enquadrados na condição de Contribuinte Substituto, ou estrangeiros sem inscrição no CPF, deverá ser constituído um procurador com domicílio neste Estado, anexando ao requerimento cópia do CPF e da procuração do representante legal. (efeitos de 27/06/02 a 09/09/05)
Art. 161.
§ 9º Caso não tenham apresentado os documentos especificados no § 7º do artigo 154, por não estarem obrigados no momento do pedido de inscrição, os sujeitos passivos cujos titulares, sócios ou responsáveis legais sejam estrangeiros sem inscrição no CPF ou estejam domiciliados em outra unidade da Federação, deverão apresentá-los ao solicitar alteração de dados cadastrais." (efeitos de 27/06/02 a 12/11/03)
Art. 171.
§ 3º Poderá ser cancelada a inscrição estadual do contribuinte que não apresentar os documentos e prestar as informações exigidas a qualquer tempo nos termos do art. 191-A. (efeitos de 27/06/02 a 09/09/05)
Art. 184.
§ 2º Os dados cadastrais relativos ao endereço do contador deverão ser informados com base na tabela de Código de Endereçamento Postal (CEP), elaborada e disponibilizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. (efeitos de 27/06/02 a 09/09/05)
§ 3º Os dados cadastrais relativos ao endereço dos contribuintes, dos titulares, dos sócios e dos responsáveis legais deverão ser informados com base na tabela de Código de Endereçamento Postal (CEP), elaborada e disponibilizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. (efeitos de 27/06/02 a 09/09/05)
Art. 191-A. Poderá a Secretaria da Fazenda exigir a qualquer tempo os documentos e informações de que trata o § 5º do art. 156." (efeitos de 27/06/02 a 09/09/05)

Redação anterior dada a alínea "e", do inciso I do art. 154 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 09/05/02 a 09/09/05:
"e) fotocópia da cédula de identidade, do CPF ou CNPJ, conforme se trate de pessoa física ou de pessoa jurídica, e do comprovante de endereço do titular ou dos sócios, diretores ou responsáveis, salvo em se tratando de sociedade anônima, hipótese em que se observará o disposto no § 1º do art. 184;"

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"Art. 154. A inscrição será requerida com apresentação das informações necessárias ao cadastramento,

mediante preenchimento do DIC-e, exceto quando requerida pelos contribuintes indicados no § 8º; ou mediante preenchimento do DIC, devendo, neste caso, ser anexados os seguintes documentos: (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 159.
V - verificar o atendimento às exigências previstas no § 5º do art. 156. (efetios de 29/09/01 a 12/11/03)
§ 1º Tratando-se de inscrição solicitada mediante apresentação do DIC será obrigatória a juntada do croqui ou mapa mencionado neste artigo, mesmo que o endereço seja do mais amplo conhecimento da fiscalização. (efetios de 29/09/01 a 12/11/03)
§ 2º Nas inscrições solicitadas por meios eletrônicos de processamento de dados, através do DIC-e, a informação de que trata o parágrafo anterior será substituída pelo preenchimento obrigatório do campo "referência." (efetios de 29/09/01 a 12/11/03)
Art. 160.
Parágrafo único. Revogado (efeitos a partir de 29/09/01)
Art. 161.
II - mediante preenchimento do DIC ou do (DIC-e). (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
§ 8º Tratando-se de alteração de sócio, deverá ser observada a compatibilidade econômico-financeira do titular ou sócio em relação a sua participação no capital declarado ou à atividade a ser exercida. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 163.
§ 1º O contribuinte deverá requerer a suspensão de sua inscrição mediante o preenchimento do DIC ou DIC-e, ao qual serão anexados: (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
I - o Documento de Identificação Eletrônico (DIE); (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
§ 3º A paralisação temporária só produzirá efeitos legais após a publicação, no Diário Oficial do Estado, pela Secretaria da Fazenda, do respectivo edital com especificação do número de inscrição, nome, razão social ou denominação do contribuinte, e prazo da paralisação temporária." (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 165.
Parágrafo único. A reativação da inscrição será precedida de preenchimento, pelo contribuinte ou pela autoridade fazendária, do DIC ou DIC-e. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 167.
I - o Documento de Identificação Eletrônico (DIE);" (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
Art. 171.
XV - quando o contribuinte tiver indeferida sua inscrição, liberada sem vistoria prévia, após a realização da vistoria para validação – "Cancelamento na Validação." (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
§ 1º O cancelamento da inscrição será precedido de intimação por edital publicado no Diário Oficial do Estado, exceto nas situações previstas no inciso VII deste artigo, identificando-se o contribuinte e fixando-se o prazo de 20 dias para a regularização. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 172.
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição de que cuidam os incisos I a VI e VIII a XV do artigo anterior; (efeitos de 29/09/01 a 28/07/04)
II - o titular da unidade cadastradora da circunscrição do contribuinte, nas hipóteses previstas no caput do art. 170. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 176.
I-A - Documento de Informação Cadastral eletrônico (DIC-e), disponível para acesso público no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br. (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
III - Documento de Identificação Eletrônico (DIE), disponível para acesso público no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br." (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
Art. 177.
Parágrafo único. Servirá também como documento de entrada de informação no Cadastro de Contribuintes, o DIC-e. (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
Art. 178. A Cédula Suplementar do Documento de Informação Cadastral - Contribuinte com Inscrição Única (CS-DIC) será impressa, em 2 vias, e servirá como documento de entrada de informações, no Cadastro, dos diversos endereços do contribuinte que optar por inscrição única no Estado (art. 152, § 5º e § 6º, II, "a"). (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
Art. 179. O Documento de Identificação Eletrônico (DIE) servirá como documento de identificação do

estabelecimento e será emitido por processamento eletrônico de dados. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
§ 1º O Documento de Identificação Eletrônico (DIE) referente à empresa de construção civil inscrita na condição de Contribuinte Especial conterá a observação de que cuida o § 6º do art. 543. (efeitos de 29/09/01 a 23/12/03)
§ 2º Revogado (efeitos a partir de 29/09/01)
Art. 180. O extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE) poderá ser emitido via Internet, mediante acesso público no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br e demonstrará a situação cadastral do contribuinte no momento da impressão. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
Art. 182. No Documento de Identificação Eletrônico (DIE) constarão, no mínimo, os campos correspondentes a: (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
I - número de registro no CNPJ (MF);
II - número de inscrição estadual;
III - nome ou razão social;
IV - logradouro, nº, complemento, bairro, município, UF, CEP e telefone;
V - atividade econômica;
VI - condição;
VII - forma de pagamento;
VIII - situação cadastral vigente;
IX - data da situação cadastral;
X - observações;
XI - data da consulta
Art. 184. O DIC e o DIC-e servirão, também, para registrar a inclusão, exclusão ou alteração dos elementos de identificação e localização dos principais responsáveis tributários - titulares, sócios, condôminos e demais responsáveis legais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, das empresas que se inscreverem no Cadastro. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
"§ 2º O pedido de exclusão de sócio ou responsável fora do prazo regulamentar será formalizado mediante apresentação do DIC, devendo constar também as informações referente ao ingresso de novo sócio para fins de inclusão, juntando a este cópia do ato modificativo, da cédula de identidade e de comprovante de endereço do interessado a ser excluído. (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
SEÇÃO XV
Dos Contabilistas ou Organizações Contábeis
Art. 186. O contribuinte informará, no DIC, ou no DIC-e, os dados de identificação do contador ou organização contábil responsável pela escrita fiscal do estabelecimento, bem como as alterações relacionadas com os referidos dados. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)
I - Revogado (efeitos a partir de 29/09/01)
II - Revogado (efeitos a partir de 29/09/01)
§ 1º As atualizações das informações a que se refere o caput deste artigo, poderão ser realizadas pelo contador ou organização contábil responsável pela escrita fiscal mediante preenchimento do DIC ou DIC-e, via Internet. (efeitos de 29/09/01 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01):
"Art. 150.
d) as empresas geradoras e distribuidoras de energia, inclusive os agentes comercializadores de energia elétrica; (efeitos de 08/02/01 a 09/09/05)
(...)
§ 5º
X - revogado" (efeitos a partir de 08/02/01)
Art. 171.
XIV - quando o contribuinte estiver com seu registro ou arquivamento cancelado ou inativo no órgão oficial de registro do comércio." (efeitos de 08/02/01 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00):
"Art. 149. O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) tem por finalidade o

registro dos elementos de identificação, localização e classificação do sujeito passivo e respectivos titulares, sócios, responsáveis legais, condôminos e contabilistas, necessários à verificação do cumprimento da obrigação tributária, além da habilitação das pessoas nele inscritas, tornando-as aptas ao exercício dos direitos relativos ao cadastramento. (efeitos de 30/12/00 a 09/09/05)
(....)
V -
(...)
Art. 150.
e) os estabelecimentos gráficos quando confeccionarem, exclusivamente, impressos mediante encomenda direta dos respectivos clientes; (efeitos de 30/12/00 a 09/09/05)
Art. 151.
Art. 152.
Art. 153.
Art. 154. A inscrição será requerida mediante apresentação das informações necessárias ao cadastramento, por meio eletrônico de transmissão de dados, exceto quando requerida pelos contribuintes indicados no § 8º; ou mediante preenchimento do formulário próprio denominado Documento de Informação Cadastral - DIC (Anexo 7), devendo, neste caso, ser anexados os seguintes documentos: (efeitos de 01/01/01 até 28/09/01)
§ 2º O sujeito passivo responsabiliza-se pela veracidade das informações por ele prestadas, dando causa à nulidade da inscrição a constatação, a qualquer época, de erros, vícios insanáveis, adulterações ou quaisquer outras fraudes praticadas pelo mesmo, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive de caráter pecuniário. (efeitos de 01/01/01 a 09/09/05)
(...)
§ 6º O contribuinte deverá informar o seu endereço o mais completo possível, não se admitindo a indicação de endereço com base em antiga denominação do logradouro ou em antiga numeração do prédio, mesmo sob o pretexto de serem aquelas as constantes em escritura ou contrato de locação, sendo que, neste caso, a denominação ou numeração antigas deverão constar no documento cadastral a título de "complemento". (efeitos de 01/01/01 a 09/09/05)
(...)
§ 8º Os contribuintes abaixo somente poderão inscrever-se mediante o preenchimento do DIC (Anexo 7): (efeitos de 01/01/01 a 09/09/05)
I - contribuinte que se dedique à captura de pescados, não tendo estabelecimento fixo, a concessão da inscrição será feita com a observância da seguinte orientação:
a) serão anexadas ao pedido de inscrição cópias reprográficas:
1 - do contrato de locação ou documento que comprove a residência ou domicílio do titular ou sócio da empresa, para suprir o documento de que cuida a alínea "a" do inciso I deste artigo;
2 - do registro ou matrícula da empresa ou da embarcação na Capitania dos Portos;
b) o croqui de que cuida a alínea "g" do inciso I deste artigo será elaborado em função do endereço residencial ou do domicílio do titular ou sócio principal, nos termos do inciso anterior;
II - pessoas físicas que devam ser enquadradas nas categorias Produtor Rural, Produtor SimBahia Rural, Ambulante ou Especial;
III - contribuintes cujos sócios ou principais acionistas sejam estrangeiros, sem inscrição no CNPJ ou CPF;
IV - contribuintes constituídos sob a forma de sociedades civis e entidades sem fins lucrativos, com atos constitutivos registrados no cartório de Registro de Títulos de Documentos de Registro das Pessoas Jurídicas.
Art. 156. Compete à Inspetoria Fazendária a apreciação de pedido de inscrição, após análise e emissão de parecer conclusivo, por preposto fiscal. (efeitos de 01/01/01 a 12/11/03)"
§ 2º Revogado (efeitos a partir de 01/01/01)
§ 3º Revogado (efeitos a partir de 01/01/01)
§ 5º Poderá, a Secretaria da Fazenda, antes da concessão da inscrição, exigir: (efeitos de 30/12/00 a 12/11/03)
I - o preenchimento de requisitos específicos estabelecidos em dispositivos legais ou regulamentares federais, estaduais ou municipais, segundo a categoria, o grupo ou o setor de atividades em que se enquadrar o contribuinte;

II - a apresentação de documentos e informações necessárias à apreciação do pedido;
III - a comprovação da compatibilidade do capital social integralizado com a atividade;
IV - a comprovação da compatibilidade entre as instalações físicas do estabelecimento e a atividade econômica a ser exercida, salvo se, pela tipicidade da natureza das operações, não devam as mercadorias por ali transitar;
V - a comprovação da capacidade econômico-financeira do titular ou sócio, em relação a sua participação no capital social declarado ou à atividade a ser exercida.
§ 6º Mediante regime especial, poderá ser concedida mais de uma inscrição para o mesmo local, se isso não dificultar a fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações tributárias." (efeitos de 30/12/00 a 31/12/02)
§ 7º É permitida a concessão de inscrição à pessoa jurídica legalmente constituída cujas instalações físicas do estabelecimento se encontrem em fase de implantação. (efeitos de 30/12/00 a 12/11/03)
§ 8º Para efeitos de concessão da inscrição solicitada por meio de transmissão eletrônica de dados, serão validadas as informações registradas ou arquivadas na Junta comercial através dos atos constitutivos do contribuinte.
§ 9º O contribuinte complementará, via INTERNET, as informações de trata o parágrafo anterior no sistema de dados da Secretaria da Fazenda instituído para este fim. (efeitos de 30/12/00 a 12/11/03)
Art. 160. Será anulada a inscrição dos estabelecimentos, cuja concessão de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais dependa de prévia vistoria, quando constatado que as instalações físicas do estabelecimento são incompatíveis com atividade a ser desenvolvida. (efeitos de 01/01/01 a 28/09/01)
Art. 161. Sempre que ocorrer alteração de dados sujeitos ao cadastramento, o contribuinte deverá requerer a atualização dos mesmos: (efeitos de 01/01/01 a 12/11/03)
§ 4º Existindo mais de um estabelecimento, sob a mesma titularidade, o enquadramento de um dos estabelecimentos na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, ou seu desenquadramento, implicará, respectivamente, na inclusão automática dos demais na mesma condição ou em sua exclusão." (efeitos de 30/12/00 a 12/11/03)
Art. 171.
VI - revogado (efeitos a partir de 30/12/00)
Art. 181. Revogado (efeitos a partir de 01/11/01)
Art. 183. Revogado. (efeitos a partir de 01/01/01)
Art. 186. O contribuinte informará, no Documento de Informação Cadastral (DIC), os dados de identificação e localização do contador ou organização contábil responsável pelas escritas fiscal e contábil do seu estabelecimento, bem como as exclusões ou alterações relacionadas com os referidos dados. (efeitos de 01/01/01 a 28/09/01)
Parágrafo único. As informações a que se refere o caput deste artigo, serão corrigidas ou atualizadas pelos contador ou organização contábil responsável pelas escritas fiscal e contábil, mediante preenchimento do DIC ou via INTERNET. (efeitos de 30/12/00 a 28/09/01)
Art. 187. Revogado (efeitos a partir de 01/01/01)
Art. 191.
Parágrafo único. O contribuinte é responsável pela verificação, via INTERNET ou nos terminais de auto atendimento da Secretaria da Fazenda, da regularidade cadastral do contribuinte que com ele promover transação comercial." (efeitos de 01/01/01 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"Art. 155. Não será deferida inscrição quando houver outro estabelecimento, da mesma empresa com inscrição cancelada ou "suspensa - processo de baixa", neste caso, se a situação cadastral imediatamente anterior corresponder à situação de inscrição cancelada. (efeitos de 12/09/00 a 09/09/05)
§ 1º A vedação prevista no caput deste artigo se estende aos casos em que sócio ou titular da empresa requerente participe de outra empresa com estabelecimentos com as mesmas irregularidades cadastrais. (efeitos de 12/09/00 a 12/04/04)
§ 2º Nas situações indicadas neste artigo, poderá ser concedida a inscrição, a critério do Diretor de Administração Tributária da circunscrição fiscal do contribuinte, se já tiverem sido iniciados os procedimentos para a regularização cadastral dos estabelecimentos. (efeitos de 12/09/00 a 12/11/03)
Art. 160.

Parágrafo único. A anulação da inscrição só produzirá efeitos legais após a publicação no Diário Oficial do Estado, pela unidade cadastradora, do respectivo edital, com especificação do número de inscrição, nome, razão social ou denominação do contribuinte. (efeitos de 12/09/00 a 28/09/01)
Art. 163.
§ 3º A paralisação temporária só produzirá efeitos legais após a publicação, no Diário Oficial do Estado, pela unidade cadastradora, do respectivo edital, com especificação do número de inscrição, nome, razão social ou denominação do contribuinte, e prazo da paralisação temporária." (efeitos de 12/09/00 a 28/09/01)
Art. 171.
V - quando o contribuinte estiver com sua inscrição extinta, baixada ou inapta no CNPJ, porém ativa no Cadastro Estadual, a menos que se trate de pessoa dispensada de inscrição no CNPJ; (efeitos de 12/09/00 a 09/09/05)
Art. 172. A exclusão de contribuinte do Cadastro só produzirá efeitos legais após a publicação do respectivo edital no Diário Oficial do Estado, com indicação do número de inscrição, do nome, razão social ou denominação do contribuinte, sendo competente para editar o referido edital:" (efeitos de 12/09/00 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 150.
VII - na condição de produtor-SimBahia Rural, os produtores ou extratores que optarem pelo Regime Simplificado de Apuração do ICMS do Produtor Rural. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inc. VII, são dispensados de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS: (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 154.
VII - para condição de PRODUTOR-SIMBAHIA RURAL, os documentos especificados no art. 443-D. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
§ 10. Os cônjuges ou companheiros em união estável poderão obter inscrição única para seu cadastramento na condição de produtor-SimBahia Rural, hipótese em que o nome e o número do CPF-MF, de ambos, constarão nas informações cadastrais correspondentes à referida inscrição. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
§ 11. Não será permitida a concessão de mais de uma inscrição ao produtor enquadrado na condição de produtor-SimBahia Rural". (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 155.
§ 3º Para a inclusão da nova inscrição no CAD-ICMS, se deferida, o processo deverá ser encaminhado à GEIEF. (efeitos até 04/05/04)"
Art. 156.
§ 1º Quando se tratar de inscrição de contribuinte na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante, contribuinte especial ou produtor-SimBahia Rural, poderá ser dispensada a realização da vistoria prevista neste artigo, a critério da autoridade fazendária local. (efeitos de 18/07/00 a 12/11/03)
Art. 158. Na hipótese de existir mais de um contribuinte explorando economicamente uma mesma propriedade rural, para cada um deles será exigida uma inscrição, ressalvado o disposto no § 10 do art. 154. (efeitos de 18/07/00 a 12/11/03)
Art. 161.
§ 3º Quando o contribuinte for desenquadrado de ofício do Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia) ou do Regime Simplificado de Apuração do ICMS do Produtor Rural (SimBahia - Rural), a unidade cadastradora processará a alteração, através do preenchimento do DIC. (efeitos de 18/07/00 a 12/11/03)
Art. 162.
II - desde a data em que for requerida a baixa da inscrição até o término do exame de sua situação fiscal; (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
III - entre o início e o término do exame da situação fiscal do contribuinte, no caso de desenquadramento de ofício de produtor optante pelo SimBahia Rural. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 164. Os contribuintes inscritos na condição de ambulante e os produtores rurais cadastrados na

condição de contribuinte especial ou de produtor-SimBahia Rural ficam dispensados do pedido de suspensão de inscrição de que trata o artigo anterior. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 166.
IV - baixa de inscrição de contribuinte inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 170. Não será baixada a inscrição de contribuinte que se encontrar em débito com a fazenda pública estadual, inscrito em dívida ativa, ou enquanto não localizado o endereço, indicado pelo contribuinte ou responsável, onde se encontrem os livros e documentos fiscais a serem examinados para o processo de baixa, passando a inscrição para a condição de cancelada (arts 162 e 185). (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 171.
VII - nas hipóteses previstas no caput do artigo anterior; (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 172.
II - o titular da unidade cadastradora da circunscrição do contribuinte, nas hipóteses previstas no caput do art. 170, devendo, na data da publicação do edital, ser preenchido e processado, de ofício, o Documento de Informação Cadastral (DIC). (efeitos de 18/07/00 a 28/09/01)
Art. 173. O contribuinte que tiver sua inscrição baixada ou cancelada poderá requerer, a qualquer tempo, a sua reinclusão, desde que cessada a causa determinante da exclusão, observado o disposto no parágrafo único do art. 443-G. (efeitos de 18/07/00 a 12/11/03)
Art. 175.
III -
g) PR - produtor-SimBahia Rural. (efeitos de 18/07/00 a 09/09/05)
Art. 179.
§ 1º O Cartão de Inscrição referente à empresa de construção civil inscrita na condição de Contribuinte Especial conterá a observação de que cuida o § 6º do art. 543. (efeitos de 18/07/00 a 28/09/01)
§ 2º Não será emitido Cartão de Inscrição para contribuintes inscritos na condição de Produtor - SimBahia Rural. (efeitos de 18/07/00 a 28/09/01))
Art. 186.
Parágrafo único. As informações a que se refere o caput deste artigo, poderão ser corrigidas ou atualizadas pelos contador ou organização contábil responsável pelas escritas fiscal e contábil, mediante preenchimento do DIC." (efeitos de 18/07/00 a 29/12/00)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).
"Art. 161.
§ 7º O contribuinte enquadrado na condição de ambulante que requerer alteração para outra condição cadastral, e vice-versa, deverá, após solicitar baixa de inscrição, efetuar pedido de nova inscrição. (efeitos de 24/02/00 a 09/09/05)
Art. 167.
"III - os documentos de informações econômico-fiscais a que se refere o art. 332;" (efeitos de 24/02/00 a 12/11/03)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
Art. 154.
I -
h) tratando-se de contribuinte obrigado ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), se a expectativa de receita bruta anual for inferior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), declaração informando essa situação. (efeitos de 30/12/99 a 09/09/05)
Art. 159.
IV - verificar, no caso de microempresa, o disposto no parágrafo único do art. 400-A. (efeitos de 30/12/99 a 12/11/03)
Art. 171.
XIII - quando o contribuinte deixar de cumprir o prazo previsto para uso obrigatório de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nos termos do Decreto nº 7636, de 21 de julho de 1999. (efeitos de

30/12/99 a 12/04/04)
Art. 172.
"I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI e VIII a XIII do artigo anterior; (efeitos de 30/12/99 a 28/09/01)
Art. 173.
"§ 5º Para requerer a reinclusão de inscrição que se encontre cancelada nos termos do inciso XIII, do art. 171, o contribuinte apresentará o DIC na repartição fazendária da atual circunscrição do estabelecimento, juntamente com o Pedido de Uso ou Cessação de Uso de Equipamento para Controle Fiscal, de que trata o art. 762. (efeitos de 30/12/99 a 30/12/02)

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 171 pela Alteração nº 13, (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos de 04/11/99 a 29/12/00):
"*VI - na hipótese do inciso III, do art. 406-A;*

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"Art. 161.
§ 2º
IV - Revogado (efeitos a partir de 16/09/99)
§ 6º Tratando-se de alteração efetuada em decorrência de mudança de endereço, se o contribuinte permanecer no âmbito da mesma circunscrição fiscal, também será exigida a vistoria prevista no art. 156. (efeitos de 16/09/99 a 12/11/03)
Art. 164. Fica dispensado a formalização da paralisação temporária nos termos do artigo anterior, em se tratando de contribuinte inscrito na condição de ambulante ou contribuinte especial inscrito com CPF. (efeitos de 16/09/99 a 17/07/00)
Art. 171.
XII - quando o contribuinte substituto estabelecido em outra unidade da Federação: (efeitos de 16/09/99 a 09/09/05)
a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária; (efeitos de 16/09/99 a 09/09/05)
b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com o registro fiscal das operações interestaduais (Convs. ICMS 78/96 e 108/98);
c) deixar de entregar, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST (Conv. ICMS 108/98);
d) deixar de informar, por dois meses consecutivos ou alternados, não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária.
Art. 172.
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI e VIII a XII do artigo anterior; (efeitos de 16/09/99 a 29/12/99)
Art. 173.
§ 2º O contribuinte com inscrição cancelada de ofício, nas hipóteses dos incisos I a XII do art. 171, que solicitar a baixa do cadastro terá sua situação alterada de "cancelada" para "suspensa - processo de baixa", permanecendo os sócios na situação de "irregular", até o despacho decisório do processo de baixa. (efeitos de 16/09/99 a 09/09/05)
§ 4º Nas hipóteses mencionadas no inciso XII do art. 171, cessadas as causas determinantes do cancelamento, caberá a reinclusão da inscrição, de ofício ou a pedido do contribuinte, podendo ser dispensada, a critério da fiscalização, a exigência da apresentação dos documentos mencionados no § 1º deste artigo. (efeitos de 16/09/99 a 09/09/05)
Art. 185.
I - "cancelada de ofício" - art. 171, I a XII;" (efeitos de 16/09/99 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"Art. 152.
§ 5º

V - operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICMS 126/98 (art. 569)(Conv. ICMS 126/98); (efeitos de 01/03/99 a 09/09/05)
VIII - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo uma inscrição para as operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e outra englobando as operações relacionadas com o Mercado de Opções, as resultantes de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF - COV), bem como as referentes a atos decorrentes da securitização prevista na Lei Federal nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, (art. 430) (Conv. ICMS 124/98); (efeitos de 01/03/99 a 09/09/05)
Art. 172.
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI e VIII do artigo anterior;" (efeitos de 24/02/99 a 15/09/99)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"Art. 154.
V -
c) a declaração prevista na alínea "b" do inciso II do § 4º do art. 543, não sendo a requerente contribuinte do ICMS; (efeitos de 31/12/98 a 28/09/01)
"Art. 170. Será indeferido o pedido de baixa de inscrição do contribuinte que se encontrar com débito inscrito em dívida ativa da fazenda pública estadual ou quando não for localizado o endereço indicado no memorando previsto no inciso VI do art. 167, passando a inscrição para a condição de cancelada (arts. 162 e 185). (efeitos de 31/12/98 a 17/07/00)
Art. 171.
XI - quando o contribuinte deixar de efetuar o recadastramento de inscrição. (efeitos de 31/12/98 a 09/09/05)
Art. 172.
§ 2º Revogado (efeitos a partir de 31/12/98)
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI e VIII do artigo anterior; (efeitos de 31/12/98 a 23/02/99)
Art. 173.
§ 1º Para requerer a reinclusão de inscrição que se encontre cancelada, o contribuinte apresentará o DIC na repartição fiscal da atual circunscrição do estabelecimento, oportunidade em que solicitará, se for o caso, a atualização dos dados cadastrais, devendo, ainda, colocar à disposição da fiscalização os talonários de documentos fiscais e demais documentos e livros fiscais e contábeis." (efeitos de 31/12/98 a 15/09/03)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*Art. 150.*
II - na condição de MICROEMPRESA, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes); (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
III - na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes); (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
IV - na condição de AMBULANTE, as pessoas físicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes); (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
Art. 151.
Art. 152.
§ 6º
I -
b) no inciso II do art. 400-A, no caso de ambulante; (efeitos de 01/01/99 a 12/11/03)
§ 8º Poderá ser concedida inscrição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante em edificações unifamiliares, desde que sua localização seja compatível com o uso residencial segundo os

critérios da legislação municipal e que não contrarie as normas de segurança, higiene, salubridade e outras de ordem pública. (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
Art. 153.
Art. 154.
(...)
II - para a condição de MICROEMPRESA, os documentos especificados no inciso I do art. 400-A; (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
III - para a condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, os documentos especificados no inciso I do art. 400-A; (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
IV - para a condição de AMBULANTE, os documentos especificados no inciso II do art. 400-A; (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
Art. 155.
Art. 156.
§ 1º Quando se tratar de inscrição de contribuinte na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante ou contribuinte especial, a realização ou não da vistoria prevista neste artigo ficará a critério da autoridade fazendária local. (efeitos de 01/01/99 a 17/07/00)
Art. 159.
IV - verificar, no caso de microempresa, se no DIC está preenchido o campo que informa o número da conta ou o número de controle junto ao agente arrecadador, quando exigido. (efeitos de 01/01/99 a 29/12/99)
Art. 161.
§ 3º A unidade cadastradora deverá processar a alteração, através do preenchimento do DIC, quando o contribuinte inscrito na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte for desenquadrado de ofício do regime do SimBahia. (efeitos de 01/01/99 a 17/07/00)
§ 4º Existindo mais de um estabelecimento, sob a mesma titularidade, inscritos na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, o desenquadramento de um deles desse regime implicará a automática alteração da condição dos demais. (efeitos de 01/01/99 a 29/12/00)
Art. 164. Não há necessidade de formalização da paralisação temporária nos termos deste artigo, em se tratando de contribuinte inscrito na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante, contribuinte especial ou contribuinte substituto. (efeitos de 18/11/98 a 15/09/99)
Art. 167.
III - a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e sua Cédula Suplementar (CS-DMA), quando for o caso, ou a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), relativamente às operações e prestações realizadas no exercício até o dia do encerramento das atividades;" (efeitos de 01/01/99 a 23/02/00)
Art. 175.
III -
b) ME - microempresa; (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
c) PP - empresa de pequeno porte; (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
d) AM - ambulante;" (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)

Redação anterior dada ao inciso VIII, do § 5º do art. 152 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98):
"Art. 152.
§ 5º
VIII - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo uma inscrição para as operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as resultantes de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF - COV), bem como as referentes a atos decorrentes da securitização prevista na Lei Federal nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e outra para as operações relacionadas com o Mercado de Opções (art. 430) (Conv. ICMS 63/98);" (efeitos 14/07/98 a 16/12/98)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
Art. 150.
I -

(...)
i) as empresas de construção civil, quando legalmente consideradas contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543); (efeitos 02/07/98 a 09/09/05)
(...)
V -
(...)
d) as empresas de construção civil, opcionalmente, quando não consideradas legalmente contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543); (efeitos de 02/07/98 a 09/09/05)
§ 5º
(...)
V - operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICMS 04/89 (art. 569, I); (efeitos de 02/07/98 a 28/02/99)
VIII - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo uma inscrição para as operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e outra para as operações relacionadas com o Mercado de Opções (art. 430); (efeitos de 02/07/98 a 13/07/98)
Art. 154.
§ 9º Relativamente às empresas de construção civil, observar-se-ão, ainda, as disposições do art. 543. (efeitos de 02/07/98 a 09/09/05)
Art. 171.
X - quando ficar constatada a prática reiterada de aquisição, por pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto mas cadastrada na condição de contribuinte especial, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação com aplicação da alíquota prevista para operações interestaduais entre contribuintes; (efeitos de 02/07/98 a 09/09/05)
Art. 179.
Parágrafo único. Tratando-se de empresa de construção civil inscrita na condição de contribuinte especial, a repartição fazendária fará constar no Cartão de Inscrição a observação de que cuida o § 6º do art. 543." (efeitos de 02/07/98 a 17/07/00)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98):
"Art. 154;
I -
f) fotocópia do Cartão de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF) ou outro documento que o substitua; (efeitos de 05/05/98 a 09/09/05)
Art. 171.
IX - quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas. (efeitos de 05/05/98 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"Art. 150.
II - na condição de MICROEMPRESA INDUSTRIAL: (efeitos de 04/03/98 a 31/12/98)
a) as pessoas jurídicas e as firmas individuais que optarem pelo tratamento previsto no art. 383;
b) os depósitos fechados mantidos por microempresa industrial;"
III - na condição de MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA: (efeitos de 04/03/98 a 31/12/98)
a) as pessoas jurídicas e as firmas individuais que se dedicarem à atividade comercial varejista ou à prestação de serviços com fornecimento de mercadorias, que mantiverem estabelecimento fixo e cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a 24.000 UPFs-BA, observados os critérios, as condições e as restrições previstos no inciso I do art. 393 e no art. 394;
b) os depósitos fechados mantidos por microempresa comercial varejista;".
Art. 154.
V - para a condição de CONTRIBUINTE ESPECIAL: (efeitos de 04/03/98 a 09/09/05)
a) os documentos previstos nas alíneas "a" a "g" do inciso I, tratando-se de:
1 - armazém geral;
2 - pessoa não obrigada a inscrever-se mas que, por opção própria, solicitar inscrição;

00000b) os documentos previstos no inciso I, tratando-se de empresa legalmente habilitada para operar com arrendamento mercantil (“leasing”) como arrendadora, sendo que, em lugar dos documentos de que cuida a alínea “b” do inciso I, será exigida a prova de sua regularidade junto ao Banco Central;"
Art. 170. Será indeferido o pedido de baixa de inscrição do contribuinte que se encontrar com débito inscrito em dívida ativa da fazenda pública estadual, passando a ser considerada a inscrição como cancelada (arts. 162 e 185). (efeitos de 04/03/98 a 30/12/98)
Parágrafo único. Nos controles administrativos, a inscrição será considerada como em processo de baixa, nas hipóteses de: (efeitos de 04/03/98 a 09/09/05)
I - débito parcelado em que não haja interrupção do pagamento;
Redação originária:
II - Auto de Infração pendente de julgamento na esfera administrativa.
Art. 171.
VIII - nas hipóteses do art. 333, § 11, e do art. 335, § 7º; (efeitos de 04/03/98 a 28/05/03)
IX - quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas mediante Portaria do Secretário da Fazenda, desde que regularmente intimado por escrito. (efeitos de 04/03/98 a 04/05/98)
§ 1º O cancelamento da inscrição, de ofício, pela autoridade competente, será precedido de intimação por edital publicado no Diário Oficial do Estado, identificando-se o contribuinte e fixando-se o prazo de 20 dias para a regularização. (efeitos de 04/03/98 a 28/09/01)
§ 2º Nos casos de que cuida o inciso VIII, a responsabilidade pela publicação do edital a que se refere o parágrafo anterior será da Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda. (efeitos de 04/03/98 a 30/12/98)
Art. 185.
I - "cancelada de ofício - art. 171, I a VI, VIII e IX"; (efeitos de 04/03/98 a 15/09/99)
III - revogado" (efeitos a partir de 04/03/98)

Redação anterior dada à parte inicial da alínea “o”, do inciso I do art. 150 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"Art. 150.
I -
o) as demais pessoas jurídicas de direito público ou privado que praticarem, com habitualidade: (efeitos de 17/10/97a 09/09/05)
(...)
§ 5º
V - Telecomunicações da Bahia S. A. (TELEBAHIA) e demais operadoras de serviços públicos de telecomunicações deste Estado, bem como empresas relacionadas no Anexo I do Convênio ICMS 4/89 (art. 569, I); (efeitos de 17/10/97 a 01/07/98)
VI - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e demais empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica deste Estado, bem como empresas relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 28/89 (art. 571, I); (efeitos de 17/10/97a 09/09/05)
Art. 159. O funcionário fiscal responsável pelo parecer conclusivo e pela vistoria para concessão de inscrição cadastral deverá:" (efeitos de 17/10/97 a 12/11/03)

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "o", do inciso I do art. 150 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), efeitos de 12/07/97 a 16/10/97:
"Art. 150.
I -
o) as demais pessoas de direito público ou privado que praticarem, com habitualidade:”

Redação anterior dada ao art. 155 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), efeitos de 26/04/97 a 11/09/00:
"Art. 155. A autoridade fazendária não poderá deferir inscrição de estabelecimento de empresa em que haja sócio ou titular que também participe de outra empresa cujo estabelecimento esteja com inscrição cancelada.

Art. 172.
Parágrafo único. Em face de solicitação do interessado, a repartição fazendária fornecerá Certidão de Baixa de Inscrição, contendo, além dos dados cadastrais do estabelecimento, o número do edital de baixa e a data de sua publicação do Diário Oficial." (efeitos de 26/04/97 a 09/09/05)

Redação originária:
"CAPÍTULO II
DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO I
Da Constituição e Finalidade do Cadastro
Art. 149. O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) tem por finalidade o registro dos elementos de identificação, localização e classificação das pessoas físicas ou jurídicas que nele se inscreverem como contribuintes, assim como dos respectivos titulares, sócios, condôminos e contabilistas. (efeitos até 29/12/00)
Art. 150. Inscrever-se-ão no Cadastro de Contribuintes, antes de iniciarem suas atividades: (efeitos até 09/09/05)
I - na condição de CONTRIBUINTE NORMAL: (efeitos até 09/09/05)
a) os comerciantes e os industriais; (efeitos até 09/09/05)
b) os agricultores e os criadores de animais, quando constituídos como pessoas jurídicas, inclusive aqueles que, em propriedade alheia, produzirem mercadorias e efetuarem saídas em seu próprio nome; (efeitos até 09/09/05)
c) os extratores e os beneficiadores de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis, quando constituídos como pessoas jurídicas; (efeitos até 09/09/05)
d) as empresas geradoras e distribuidoras de energia; (efeitos até 07/02/01)
e) as empresas de transporte interestadual ou intermunicipal de cargas, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas; (efeitos até 09/09/05)
f) as empresas concessionárias de serviços de comunicação; (efeitos até 09/09/05)
g) as cooperativas; (efeitos até 09/09/05)
h) os leiloeiros; (efeitos até 09/09/05)
i) as empresas de construção civil; (efeitos até 01/07/98)
j) as empresas prestadoras de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando os serviços envolverem fornecimento de mercadorias, com incidência do ICMS expressa na "Lista de Serviços" (Anexo 1), bem como as empresas prestadoras de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando tais serviços também envolverem fornecimento de mercadorias; (efeitos até 09/09/05)
l) os fornecedores de alimentação, bebidas e outras mercadorias; (efeitos até 09/09/05)
m) os frigoríficos; (efeitos até 09/09/05)
n) os depósitos fechados; (efeitos até 09/09/05)
o) as demais pessoas físics ou jurídicas de direito público ou privado que praticarem com habilitualidde: (efeitos até 11/07/97)
1 - operações relativas à circulação de mercadorias; (efeitos até 09/09/05)
2 - prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal; (efeitos até 09/09/05)
3 - prestações de serviços de comunicação; (efeitos até 09/09/05)
II - na condição de MICROEMPRESA INDUSTRIAL, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que optarem pelo tratamento previsto no art. 383; (efeitos até 03/03/98)
III - na condição de MICROEMEPRES COMERICAL VAREJISTA, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que se dedicarem à atividade comercial varejista ou à prestação de serviços com fornecimento de mercadorias, que mantiverem estabelecimento fixo e cuju receita bruta anual seja igual ou inferior a 24.0000 UPFs-BA, observados os critérios, as condições e as restrições previstos no inciso I do art. 393 e no art. 394; (efeitos até 03/03/98)
IV - na condição de MICROEMPRESA AMBULANTE, as microempresas constituídas por pessoas físicas que não mantiverem estabelecimento fixo e que se dedicarem às atividades especificadas no inciso II do art. 393; (efeitos até 31/12/98)
V - na condição de CONTRIBUINTE ESPECIAL: (efeitos até 09/09/05)
a) as companhias de armazéns gerais; (efeitos até 09/09/05)

b) as pessoas físicas ou jurídicas não obrigadas a inscreverem-se mas que, por opção própria, requererem inscrição; (efeitos até 09/09/05)
c) as empresas legalmente habilitadas a operar como arrendadoras nas operações de arrendamento mercantil (“leasing”); (efeitos até 09/09/05)
VI - na condição de CONTRIBUINTE SUBSTITUTO, os contribuintes de outra unidade da Federação que efetuarem remessas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária para contribuintes estabelecidos no Estado da Bahia, observado o disposto em convênios e protocolos dos quais a Bahia seja signatária (art. 377). (efeitos de 09/09/05)
Parágrafo único. São dispensados de inscrição no Cadastro de Contribuintes: (efeitos até 17/08/00)
I - os produtores rurais, assim entendidas as pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais que sejam proprietárias, usufrutuárias, arrendatárias, comodatárias ou possuidoras, a qualquer título, de imóvel rural, independentemente da sua localização, e que se dedicarem à agricultura e à criação de animais; (efeitos até 09/09/05)
II - os extratores, assim entendidas as pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais que se dedicarem à extração se substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis. (efeitos até 09/09/05)
SEÇÃO II
Das Condições e Critérios a Serem Observados para Fins de Inscrição, da Dispensa de Inscrição e das Conseqüências da Falta de Inscrição
Art. 151. O que caracteriza ser determinada pessoa contribuinte ou não do ICMS não é o fato de estar ou não inscrito no cadastro estadual, e sim o preenchimento ou não dos requisitos do art. 36. (efeitos até 09/09/05)
Art. 152. Se as pessoas mencionadas no art. 150 mantiverem mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou qualquer outro, em relação a cada um deles será exigida uma inscrição. (efeitos até 09/09/05)
§ 1º Consideram-se estabelecimentos distintos, para fins de inscrição:
I - os que, embora situados no mesmo local, pertencentes ou não à mesma pessoa física ou jurídica, exerçam atividades diferentes;
II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa e com atividades da mesma natureza, estejam situados em locais diversos, com exceção do canteiro-de-obras de empresa de construção civil (art. 543, § 4º).
§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, não são considerados locais diversos:
I - dois ou mais imóveis urbanos contíguos que tenham comunicação interna;
II - as salas contíguas de um mesmo pavimento;
III - os vários pavimentos de um mesmo imóvel, quando as atividades sejam exercidas pela mesma pessoa.
§ 3º É vedada a concessão de mais de uma inscrição em um mesmo endereço, quando houver comunicação interna entre os estabelecimentos. (efeitos até 09/09/05)
§ 4º O estabelecimento que, exercendo uma determinada atividade econômica, desenvolver diversos ramos ligados à mesma, concomitantemente, terá uma só inscrição, que ficará vinculada ao ramo preponderante. (efeitos até 09/09/05)
§ 5º Admite-se a manutenção de uma única inscrição, representando todos os estabelecimentos da mesma empresa situados neste Estado, tratando-se de: (efeitos até 09/09/05)
I - empresa transportadora de cargas, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas, prestadora de serviços de transporte rodoviário ou aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional (art. 633);
II - empresa de transporte aéreo (art. 647); (efeitos até 09/09/05)
III - empresa de transporte ferroviário (art. 648); (efeitos até 09/09/05)
IV - empresa de transporte aquaviário (art. 649); (efeitos até 09/09/05)
V - Telecomunicações da Bahia S. A. (TELEBAHIA) e demais operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICMS 04/89. (efeitos até 16/10/97)
VI - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e das demais empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 28/89. (efeitos até 16/10/97)
VII - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), na sede da sua Diretoria neste Estado; (efeitos até 09/09/05)
VIII - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/PGPM) (art. 430); (efeitos até 01/07/98)

IX - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (EMBASA); (efeitos até 09/09/05)
X - estabelecimentos extratores, produtores ou geradores de energia situados na mesma área ou em áreas contínuas, dentro do mesmo Município, mesmo que suas atividades não sejam integradas, desde que se enquadrem na hipótese de diferimento do imposto de que cuida o inciso XXXVIII do art. 343. (efeitos até 07/02/01)
§ 6º Tratando-se de veículo: (efeitos até 31/12/98)
I - pertencente a contribuinte sem estabelecimento fixo, observar-se-á o disposto:
a) no § 8º do art. 154, sendo o veículo utilizado na captura de pescados;
b) no art. 395, no caso de microempresa ambulante; (efeitos até 31/12/98).
II - pertencente a empresa pesqueira, poderá, a critério do contribuinte:
a) ser concedida uma só inscrição, a ser adotada pelos diversos veículos utilizados na captura de pescados;
b) ser concedida uma inscrição para cada veículo utilizado na captura de pescados.
§ 7º O contribuinte que mantiver mais de uma inscrição e que vier a optar pelo disposto no § 5º deverá requerer o pedido de baixa de cada uma das inscrições a serem desativadas a partir da centralização. (efeitos até 09/09/05)
Art. 153. A imunidade, a não-incidência e a isenção não exoneram as pessoas mencionadas no art. 150 da obrigação de se inscreverem no Cadastro. (efeitos até 09/09/05)
SEÇÃO III
Do Pedido de Inscrição no Cadastro
Art. 154. A inscrição será requerida pelo interessado em formulário próprio denominado Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, em duas vias, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:" (efeitos até 31/12/00).
I - para a condição de CONTRIBUINTE NORMAL:
a) fotocópia do contrato de locação ou de documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade;
b) fotocópia do contrato social, registro da firma individual, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia, ou título de nomeação expedido pelo referido órgão, quando se tratar de leiloeiro;
c) fotocópia do contrato social ou ata de constituição da sociedade civil, com prova de estar o instrumento devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
d) fotocópia do ato de criação, tratando-se de órgão da administração pública, entidade da administração indireta ou fundação instituída e mantida pelo poder público, devidamente publicado no Diário Oficial;
e) fotocópia da cédula de identidade, do CPF ou CGC, conforme se trate de pessoa física ou de pessoa jurídica, e do comprovante de endereço do titular ou dos sócios, diretores ou responsáveis, salvo em se tratando de sociedade anônima, hipótese em que se observará o disposto no parágrafo único do art. 184; (efeitos até 08/05/00)
f) fotocópia da ficha de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF); (efeitos até 04/05/98)
g) croqui ou mapa de localização do estabelecimento ou imóvel rural, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região;
II - para a condição de MICROEMPRESA INDUSTRIAL, os documentos especificados no inciso I do art. 386;" (efeitos até 31/12/98)
III - para a condição de MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA, os documentos especificados no inciso I do art. 394;" (efeitos até 31/12/98)
IV- para a condição de MICROEMPRESA AMBULANTE, os documentos previstos no art. 395;" (efeitos até 31/12/98)
V - para a condição de CONTRIBUINTE ESPECIAL, os documentos previstos nas aalíneas "a" a "g" do inciso I, tratando-se de: (efeitos até 03/03/98)
a) armazém geral:(efeitos até 03/03/98)
b) pessoa não obrigada a inscrever-se mas que, por opçao própria, requerer inscrição:" (efeitos até 03/03/98)

VI - para a condição de CONTRIBUINTE SUBSTITUTO, os documentos especificados no art. 377. (efeitos até
§ 1º A autenticidade dos documentos relacionados neste artigo será comprovada pelo contribuinte, mediante a exibição dos respectivos originais, para efeito de conferência, que será efetuada pelo servidor encarregado, no ato dso ingresso do pedido na unidade cadastradora, dispensada essa formalidade se a fotocópia já houver sido previamente autenticada.
§ 2º O interessado responsabiliza-se pela veracidade das informações constantes no DIC, dando causa ao cancelamento da inscrição a constatação, a qualquer época, de erros, vícios insanáveis, adulterações ou quaisquer outras fraudes praticadas pelo mesmo. (efeitos até 29/12/00)
§ 3º No caso de empresa de construção civil situada em outra unidade da Federação que precisar inscrever-se por um período de tempo limitado, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, observar-se-á o disposto no § 5º do art. 543.
§ 4º A empresa prestadora de serviços situada em outra unidade da Federação, com exceção de empresa de transporte ou de comunicação, que mantiver contrato de prestação de serviço por tempo certo com contribuinte deste Estado e que precisar inscrever-se apenas pelo referido período, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, poderá, para atender às exigências previstas nas alíneas "b" e "f" do inciso I do presente artigo, utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz e apresentar o contrato ou outro documento comprobatório de sua condição de prestadora de serviços, formalizando seu pedido de inscrição na condição de contribuinte especial, na unidade cadastradora do local onde ocorrer a primeira prestação.
§ 5º A empresa regional concessionária de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros e de cargas que apenas preste seus serviços neste Estado poderá, para atender às exigências previstas nas alíneas "b" e "f" do inciso I, utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz, formalizando seu pedido de inscrição na condição de contribuinte normal, na unidade cadastradora que o mesmo eleger como seu domicílio fiscal.
§ 6º No Documento de Informação Cadastral, o contribuinte deverá informar o seu endereço o mais completo possível, não se admitindo a indicação de endereço com base em antiga denominação do logradouro ou em antiga numeração do prédio, mesmo sob o pretexto de serem aquelas as constantes em escritura ou contrato de locação, sendo que, neste caso, a denominação ou numeração antigas deverão constar no documento cadastral a título de "complemento". (efeitos até 29/12/00)
§ 7º Sendo os sócios ou principais acionistas estrangeiros, sem inscrição no CPF, deverá ser anexada cópia da procuração do representante legal no Brasil e do respectivo CPF, com o objetivo de atender ao disposto na alínea "e" do inciso I deste artigo". (efeitos até 26/06/02)
§ 8º No caso de contribuinte que se dedique à captura de pescados, não tendo estabelecimento fixo, a concessão da inscrição será feita com observância da seguinte orientação: (efeitos até 29/12/00)
I - serão anexadas ao pedido de inscrição cópias reprográficas:
a) do contrato de locação ou documento que comprove a residência ou domicílio do titular ou sócios da empresa, para suprir o documento de que cuida a alínea "a" do inciso I deste artigo;
b) do registro ou matrícula da empresa ou da embarcação na Capitania dos Portos;
II - o croqui de que cuida a alínea "g" do inciso I deste artigo será elaborado em função do endereço residencial ou do domicílio do titular ou sócio principal, nos termos do inciso anterior.
Art. 155. A autoridade fazendária não poderá deferir inscrição de estabelecimento de empresa em que haja sócio ou titular que também participe de outra empresa cujo estabelecimento esteja com inscrição cancelada ou suspensa por indeferimento do pedido de baixa. (efeitos até 25/04/97)
SEÇÃO IV
Da Concessão de Inscrição
Art. 156. A inscrição será concedida pelo Inspetor Fiscal, após a vistoria efetuada pela fiscalização no local onde se estabelecerá o contribuinte, e com fundamento em parecer conclusivo, favorável ao seu deferimento, emitido por Auditor Fiscal. (efeitos até 31/12/00)
§ 1º Quando se tratar de inscrição de contribuinte na condição de microempresa comercial varejista, microempresa ambulante ou contribuinte especial, a realização ou não da vistoria prevista neste artigo ficará a critério da autoridade fazendária local." (efeitos até 31/2/98)
§ 2º Excepcionalmente, quando o estabelecimento estiver situado em local distante da unidade cadastradora, não tendo a repartição condição de efetuar a vistoria fiscal prévia, a autoridade fazendária poderá conceder inscrição condicional, ficando aquela vistoria para uma etapa posterior."

(efeitos até 29/12/00)
§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior: (efeitos até 31/12/00)
I - a vistoria fiscal deverá ser realizada dentro do prazo de 30 dias, cabendo à autoridade fazendária providenciar a anulação da inscrição se, após essa diligência, for julgada imprópria ou inconveniente a sua manutenção;
II - se a vistoria fiscal não for realizada no prazo previsto no inciso precedente, a inscrição será considerada definitiva. (efeitos até 31/12/00)
§ 4º Não se exige a realização da vistoria de que cuida este artigo para concessão de inscrição a pessoa estabelecida em outra unidade da Federação na condição de contribuinte substituto". (efeitos até 12/11/03)
Art. 157. Tratando-se de propriedade rural, será concedida apenas uma inscrição: (efeitos até 09/09/05)
I - no caso de propriedades contíguas, situadas no mesmo Município, considerando-se o local da sede para efeito de circunscrição fiscal;
II - no caso de imóvel situado em território de mais de um Município deste Estado, considerando-se o contribuinte sediado no Município em que estiver a maior área da propriedade.
Art. 158. Na hipótese de existir mais de um contribuinte explorando economicamente uma mesma propriedade rural, para cada um deles será exigida uma inscrição. (efeitos até 17/07/00)
Art. 159. O Auditor Fiscal responsável pelo parecer conclusivo e pela vistoria para concesão de inscrição cadastral deverá: (efeitos até 16/10/97)
I - conferir o croqui ou mapa de localização do estabelecimento ou do imóvel rural, referido na alínea "g" do inciso I do art. 154, devendo, inclusive, acrescentar outras informações, indicações ou pontos de referência que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel; (efeitos até 16/10/97)
II - apor, no campo próprio do Documento de Informação Cadastral (DIC), o código de atividade econômica do estabelecimento, de acordo com o Anexo 3, após conferir o ramo de atividade da empresa descrito no contrato social ou no instrumento de sua criação, conforme o caso; (efeitos até 16/10/97)
III - verificar, no DIC, se os campos correspondentes aos números de telefone e/ou fax estão preenchidos, e, em caso negativo, certificar-se se efetivamente o estabelecimento não possui aqueles equipamentos. (efeitos até 16/10/97)
Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será dispensada a anexação do croqui ou mapa mencionado neste artigo, mesmo que o endereço seja do mais amplo conhecimento da fiscalização." (efeitos até 28/09/01)
SEÇÃO V
Da Anulação de Inscrição
Art. 160. Será anulada a inscrição do contribuinte, se ocorrer indeferimento do pedido de inscrição concedida nos termos do § 2º do art. 156. (efeitos até 31/12/00)
Parágrafo único. A anulação da inscrição só produzirá efeitos legais após a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, assinado pelo titular da unidade cadastradora, com especificação do número de inscrição, nome, razão social ou denominação e endereço do contribuinte. (efeitos até 11/09/00)
SEÇÃO VI
Das Alterações dos Dados Cadastrais
Art. 161. Sempre que ocorrerem alterações dos dados cadastrais, o contribuinte deverá requerer a atualização dos mesmos, mediante o preenchimento do DIC, que deverá ser apresentado à unidade cadastradora de sua circunscrição fiscal, anexando ao mesmo o Cartão de Inscrição e os documentos comprobatórios da alteração pleiteada." (efeitos até 31/12/00)
I - por meio eletrônico de transmissão de dados, exceto quando requeridas pelos contribuintes indicados no § 8º do art. 154; (efeitos até 28/09/03)
II - mediante preenchimento do DIC (Anexo 7).(efeitos até 28/09/01)
§ 1º As alterações cadastrais deverão ser solicitadas pelo contribuinte: (efeitos até 09/09/05)
I - previamente, nos casos de mudança de endereço;
II - no prazo de 30 dias, contado da data de sua ocorrência, nos demais casos, inclusive nas hipóteses de venda do estabelecimento ou fundo de comércio, de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou de sucessão motivada pela morte do titular ou proprietário rural.
§ 2º Em se tratando de alteração efetuada em decorrência de mudança de endereço de uma para outra unidade cadastradora, observar-se-á o seguinte: (efeitos até 15/09/99)

I - o contribuinte apresentará o DIC, devidamente preenchido e acompanhado dos documentos previstos no caput deste artigo, à repartição fazendária do novo domicílio fiscal; (efeitos até 15/09/99)
II - a unidade cadastradora do novo domicílio, após vistoria fiscal no local onde o contribuinte irá estabelecer-se, comunicará a alteração à unidade cadastradora de origem, solicitando a remessa do dossiê do contribuinte; (efeitos até 15/09/99)
III - a unidade cadastradora do local de origem do contribuinte remeterá à unidade cadastradora do novo domicílio, de imediato, o dossiê constituído de todos os documentos a ele pertencentes; (efeitos até 15/09/99)
IV - a unidade cadastradora do local de destino do contribuinte procederá à fiscalização do mesmo, no prazo de 60 dias." (efeitos até 15/09/99)
§ 3º A unidade cadastradora deverá processar a alteração, através do preenchimento do DIC, quando o contribuinte inscrito na condição de microempresa for desenquadrado de ofício desse regime. (efeitos até 31/12/98)
§ 4º Existindo mais de um estabelecimento, sob a mesma titularidade, inscritos na condição de microempresas, o desenquadramento de um deles desse regime implicará a automática alteração da condição dos demais. (efeitos até 31/12/98)
§ 5º Nos casos de aquisição de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou de transmissão a herdeiro ou legatário, bem como nos casos de mudança de endereço, será mantido o mesmo número de inscrição, sempre que possível. (efeitos até 09/09/05)
SEÇÃO VII
Da Suspensão de Inscrição
Art. 162. A suspensão da inscrição do contribuinte no Cadastro ocorrerá: (efeitos até 09/09/05)
I - durante o período de paralisação temporária; (efeitos até 09/09/05)
II - durante o lapso de tempo entre a data em que o contribuinte requerer a baixa da inscrição à repartição fazendária e o término do exame de sua situação fiscal. (efeitos até 17/07/00)
SEÇÃO VIII
Da Paralisação Temporária de Inscrição
Art. 163. Dar-se-á a paralisação temporária em face da ocorrência de sinistro ou calamidade pública que impeça o contribuinte de manter aberto o seu estabelecimento. (efeitos até 09/09/05)
§ 1º O contribuinte deverá requerer a suspensão de sua inscrição mediante o preenchimento do DIC, ao qual serão anexados: (efeitos até 28/09/01)
I - o Cartão de Inscrição; (efeitos até 28/09/01)
II - o documento comprobatório da ocorrência determinante do pedido. (efeitos até 09/09/05)
§ 2º A paralisação será concedida pelo prazo de até 180 dias, prorrogável por igual período, e será precedida de verificação fiscal. (efeitos até 09/09/05)
§ 3º A paralisação temporária só produzirá efeitos legais após a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, assinado pelo titular da unidade cadastradora, com especificação do número de inscrição, nome, razão social ou denominação e endereço do contribuinte, e prazo da paralisação temporária. (efeitos até 11/09/00)
§ 4º Oito dias antes de findar-se o prazo concedido, o contribuinte requererá à repartição fazendária a prorrogação do prazo, a reativação das suas atividades ou a baixa da sua inscrição. (efeitos até 09/09/05)
§ 5º O não cumprimento da formalidade contida no parágrafo anterior determinará o cancelamento da inscrição (art. 171). (efeitos até 09/09/05)
§ 6º Se o contribuinte, ao final do prazo de paralisação temporária, solicitar a baixa de sua inscrição, serão adotados os procedimentos previstos nos arts. 167 a 170. (efeitos até 09/09/05)
Art. 164. Não há necessidade de formalização da paralisação temporária nos termos deste artigo, em se tratando de contribuinte inscrito na condição de microempresa, contribuinte especial ou contribuinte substituto. (efeitos até 18/11/98)
SEÇÃO IX
Da Reativação de Inscrição
Art. 165. A reativação da inscrição ocorrerá: (efeitos até 09/09/05)
I - por iniciativa do contribuinte:
a) no reinício das atividades, após interrupção ou extinção do prazo concedido para a paralisação temporária;

b) no caso de sustação do pedido de baixa;
II - por determinação do Inspetor Fiscal, na hipótese de suspensão indevida.
Parágrafo único. A reativação da inscrição será solicitada mediante preenchimento do DIC, seja pelo contribuinte ou pela autoridade fazendária, assinalando-se a circunstância de tratar-se de reativação. (efeitos até 28/09/01)
SEÇÃO X
Da Exclusão de Inscrição
Art. 166. Será processada a exclusão de contribuinte do Cadastro, em decorrência de: (efeitos até 09/09/05)
I - deferimento do pedido de baixa;
II - cancelamento da inscrição, de ofício, pela autoridade competente;
III - cancelamento da inscrição, por indeferimento do pedido de baixa.
Parágrafo único. A exclusão de contribuinte do Cadastro não implicará o reconhecimento de quitação dos débitos tributários acaso existentes.
Art. 167. O contribuinte que encerrar suas atividades deverá requerer a baixa da inscrição à repartição fazendária de sua circunscrição fiscal, mediante preenchimento do DIC, no prazo de 10 dias, contado da data da ocorrência, juntando ao mesmo: (efeitos até 09/09/05)
I - o Cartão de Inscrição; (efeitos até 28/09/01)
II - o Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento, se for o caso; (efeitos até 09/09/05)
III - a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e sua Cédula Suplementar (CS-DMA), quando for o caso, ou a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), esta quando se tratar de microempresa industrial ou de microempresa comercial varejista, relativamente às operações e prestações realizadas no exercício até o dia do encerramento das atividades; (efeitos até 31/08/99)
IV - os documentos fiscais não utilizados ou utilizados parcialmente, com todas as suas vias devidamente canceladas; (efeitos até 09/09/05)
V - cópia do comprovante de pedido de cessação de uso de máquina registradora, ECF ou PDV, no caso de estabelecimento usuário de tais equipamentos;" (efeitos até 30/12/02)
VI - memorando, datado e assinado, em que indique o local, neste Estado, onde se encontrem os livros e documentos fiscais a serem examinados pela fiscalização. (efeitos até 09/09/05)
Art. 168. Ao receber os documentos fiscais a que se refere o inciso IV do artigo anterior, a unidade cadastradora procederá à inutilização dos mesmos, pelos métodos adotados pela Secretaria da Fazenda. (efeitos até 12/11/03)
Art. 169. Preliminarmente, o pedido de baixa, já instruído quanto à impressão dos documentos fiscais, será remetido à fiscalização, que procederá ao exame da situação fiscal do contribuinte, no prazo máximo de 60 dias. (efeitos até 12/11/03)
Parágrafo único. Em se tratando de responsável por substituição situado em outra unidade da Federação inscrito na condição de contribuinte substituto, o prazo para o exame fiscal previsto neste artigo é de 180 dias.
Art. 170. Será indeferido o pedido de baixa de inscrição do contribuinte que se encontrar em débito com a fazenda pública estadual, passando a ser considerada a inscrição cancelada (arts. 162 a 185). (efeitos até 03/03/98)
Parágrafo único: Não se aplica o disposto neste artigo na hipótese de débito parcelado e sem interrrupção no seu pagamento. (efeitos até 03/03/98)
Art. 171. Dar-se-á o cancelamento da inscrição, por iniciativa da repartição fazendária:
I - quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado; (efeitos até 09/09/05)
II - quando o contribuinte, ao término da paralisação temporária, deixar de solicitar reativação ou baixa da inscrição;
III - após transitar em julgado a sentença declaratória de falência; (efeitos até 09/09/05)
IV - no encerramento definitivo das atividades, por motivos relacionados com a lei de economia popular; (efeitos até 09/09/05)
V - quando o contribuinte estiver com sua inscrição extinta ou baixada no CGC, porém ativa no Cadastro Estadual, a menos que se trate de pessoa dispensada de inscrição no CGC; (efeitos até 11/09/00)
VI - na hipótese do art. 406; (efeitos até 03/11/99)

VII - pelo indeferimento do pedido de baixa; (efeitos até 17/07/00)
Art. 172. A exclusão de contribuinte do Cadastro só produzirá efeitos legais após a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, com indicação do número de inscrição, do nome, razão social ou denominação e do endereço do contribuinte, sendo competente para editar o referido edital: (efeitos até 11/09/00)
I - o titular da Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, nas hipóteses de cancelamento de inscrição, de ofício, de que cuidam os incisos I a VI do artigo anterior;" (efeitos até 30/12/98)
II - o titular da unidade cadastradora da circunscrição do contribuinte, na hipótese de cancelamento de inscrição por indeferimento do processo de baixa, devendo, na data da publicação do edital, ser preenchido e processado, de ofício, o Documento de Informação Cadastral (DIC). (efeitos até 17/07/00)
Art. 173. O contribuinte que tiver sua inscrição baixada ou cancelada poderá requerer, a qualquer tempo, a sua reinclusão, desde que haja cessado a causa determinante da exclusão. (efeitos até 17/07/00)
§ 1º Para solicitar a reinclusão da inscrição que estiver cancelada, o contribuinte preencherá o DIC e colocará à disposição da fiscalização os talonários de documentos fiscais e demais documentos e livros fiscais e contábeis. (efeitos até 3012/98)
§ 2º O contribuinte com inscrição cancelada de ofício, nas hipóteses dos incisos I a VI do art. 171, que solicitar a baixa do cadastro terá sua situação alterada de "cancelada" para "suspensa - pedido de baixa", permanecendo os sócios na situação de "irregular", até o despacho decisório do processo de baixa. (efeitos até 15/09/99)
§ 3º Para solicitar a reinclusão de inscrição que esteja baixada, o contribuinte preencherá o DIC, apresentando os documentos exigidos no art. 154, conforme a sua condição no Cadastro, na repartição fiscal da atual circunscrição do estabelecimento. (efeitos até 12/11/03)
Art. 174. Tendo sido indevida a exclusão, motivada por engano, erro ou qualquer outro motivo de ordem administrativa, o DIC será preenchido pela repartição fazendária competente, para reinclusão de ofício. (efeitos até 12/11/03)
SEÇÃO XII
Do Número de Inscrição
Art. 175. O número de inscrição do contribuinte no Cadastro Estadual será constituído de: (efeitos até 31/12/98)
I - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número básico da inscrição; (efeitos até 31/12/98)
II - dois algarismos, que servirão de dígitos verificadores; (efeitos até 31/12/98)
III - duas letras, indicativas da condição de enquadramento do contribuinte, adotando-se os seguintes códigos: (efeitos até 31/12/98)
a) NO - contribuinte normal;b) MI - microempresa industrial; (efeitos até 31/12/98)
b) ME - microempresa industrial; (efeitos até 31/12/98)
c) MC - microempresa comercial varejista; (efeitos até 31/12/98)
d) MA - microempresa ambulante; (efeitos até 01/01/99)
e) EP - contribuinte especial; (efeitos até 09/09/05)
f) CS - contribuinte substituto; (efeitos até 09/09/05)
Parágrafo único. O número de inscrição do contribuinte é inalterável enquanto for julgado conveniente à administração fazendária, não devendo ser preenchido o que se vagar. (efeitos até 09//09/05)
Art. 176. Ficam instituídos os seguintes documentos de cadastro: (efeitos até 12/11/03)
I - Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7; (efeitos até 12/11/03)
II - Cédula Suplementar do Documento de Informação Cadastral - Contribuinte com Inscrição Única (CS-DIC), Anexo 8; (efeitos até 12/11/03)
III - Cartão de Inscrição, Anexo 9. (efeitos até 28/09/01)
Art. 177. O Documento de Informação Cadastral (DIC) servirá como documento de entrada de informações no Cadastro de Contribuintes, devendo ser impresso em 2 vias, com a seguinte destinação: (efeitos até 28/09/01)
I - 1ª via - processamento/dossiê;(efeitos até 28/09/01)
II - 2ª via - contribuinte. (efeitos até 28/09/01)
Art. 178. A Cédula Suplementar do Documento de Informação Cadastral - Contribuinte com Inscrição

Única (CS-DIC) será impressa, também, em 2 vias, com a mesma destinação prevista para o DIC, e servirá como documento de entrada de informações, no Cadastro, dos diversos endereços do contribuinte que optar por inscrição única no Estado (art. 152, § 5º e § 6º, II, "a"). (efeitos até 28/09/01)
Art. 179. O Cartão de Inscrição será emitido por processamento eletrônico de dados, em uma única via, para cada estabelecimento, servindo como seu documento de identificação. (efeitos até 28/09/01)
Art. 180. O Cartão de Inscrição será fornecido ao contribuinte em até 30 dias após a inscrição ou alteração de dados nele constantes, ou quando houver solicitação de 2ª via em virtude de extravio ou dilaceração. (efeitos a´te 28/09/01)
Art. 181. No caso de extravio ou dilaceração do Cartão de Inscrição, será fornecida 2ª via, a requerimento do contribuinte, mediante preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC). (efeitos até 29?12/00)
Art. 182. No Cartão de Inscrição constarão os seguintes dados: (efeitos até 28/09/01)
I - o número da inscrição estadual;
II - o nome, razão social ou denominação, e o nome de fantasia;
III - o endereço do estabelecimento;
IV - o código de atividade econômica;
V - a circunscrição fiscal;
VI - o CGC ou o CPF, conforme o caso;
VII - a condição cadastral;
VIII - a data de início das atividades;
IX - a data da emissão.
Art. 183. A impressão dos documentos previstos no art. 176 dependerá de autorização da Secretaria da Fazenda, devendo os estabelecimentos gráficos interessados requerê-la previamente à repartição fiscal de sua circunscrição, instruindo o pedido com um fac-símile do documento a ser impresso, para exame e aprovação da autoridade fiscal competente. (efeitos até 31/12/00)
Parágrafo único. deverá constar, no rodapé dos documentos referidos neste artigo, o número do processo que houver autorizado a impressão.
SEÇÃO XIV
Dos Titulares, Sócios ou Condôminos
Art. 184. O Documento de Informação Cadastral (DIC) servirá, também, para registrar a inclusão, exclusão ou alteração dos elementos de identificação e localização dos principais responsáveis tributários - titulares, sócios ou condôminos -, sejam pessoas físicas ou jurídicas, das empresas que se inscreverem no Cadastro. (efeitos até 28/09/01)
§ 1º Tratando-se de inscrição de empresa com natureza jurídica de sociedade anônima, deverão ser identificados os principais acionistas. (efeitso até 09/09/05)
Art. 185. Os nomes dos titulares, sócios ou condôminos constarão no Cadastro Estadual na situação de "sócio irregular", sempre que a empresa de que participem se encontrar na situação de: (efeitos até 09/09/05)
I - 'cancelada de ofício - art. 171, I a VI'; (efeitos até 03/03/98)
II - "suspensa - pedido de baixa", se anteriormente se encontrava na situação "cancelada de ofício" aludida no inciso anterior; (efeitos até 09/09/05)
III - 'cancelada - baixa indeferida - art. 171, VII'; (efeitos até 03/03/98)
Parágrafo único. Os titulares, sócios ou condôminos que figurarem no cadastro na situação "sócio irregular" permanecerão nessa condição até a cessação da causa determinante do cancelamento ou suspensão, ficando, nesse período, impedidos de ingressar no Cadastro em qualquer condição. (efeitos até 09/09/05)
Art. 186. O contribuinte informará, no Documento de Informação Cadastral (DIC), os dados de identificação e localização do contador ou organização contábil responsável pelas escritas fiscal e contábil do seu estabelecimento, bem como as exclusões ou alterações relacionadas com os referidos dados. (efeitos até 31/12/00)
I - por meio eletrônico de transmissão de dados, exceto quando requerida pelos contribuintes indicados no § 8º do art. 154; (efeitos até 28/09/010
II - mediante preenchimento do formulário próprio denominado Documento de Informação Cadastral - DIC (Anexo 7). (efeitos até 28/09/01)
SEÇÃO XVI

Das Demais Disposições Relativas ao Cadastro de Contribuintes
Art. 187. Poderá ser instituído número de inscrição simbólica para fins de apropriação de receitas originárias de pessoas não inscritas. (efeitos até 31/12/00)
Art. 188. A autorização para impressão de documentos fiscais por parte de contribuinte inscrito na condição de especial será considerada excepcional e precedida de autorização do Inspetor Fiscal. (efeitos até 09/09/05)
Art. 189. As unidades cadastradoras referidas neste Regulamento são as Inspetorias Fazendárias. (efeitos até 09/09/05)
Art. 190. Será considerado inidôneo o documento fiscal emitido por contribuinte que se encontrar nas situações mencionadas no inciso VII do art. 209. (efeitos até 09/09/05)
Art. 191. Será considerado clandestino qualquer estabelecimento comercial, industrial, produtor ou extrator que não estiver devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando aqueles que assim se encontrarem sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária estadual e, inclusive, à apreensão das mercadorias que detiverem em seu poder, ressalvados os casos em que seja dispensada a inscrição cadastral." (efeitos até 09/09/05)

Art. 150. Inscrever-se-ão no Cadastro de Contribuintes, antes de iniciarem suas atividades:

I - na condição de CONTRIBUINTE NORMAL:

a) os comerciantes e os industriais;

b) os agricultores e os criadores de animais, quando constituídos como pessoas jurídicas;

c) os extratores e os beneficiadores de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis, quando constituídos como pessoas jurídicas;

d) as empresas geradoras e distribuidoras de energia, inclusive os agentes comercializadores de energia elétrica;

e) as empresas de transporte interestadual ou intermunicipal de bens, de mercadorias, de valores, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas;

Nota: **A redação atual da alínea "e", do inciso I do *caput* do art. 150 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).**

Redação anterior dada à alínea "e", do inciso I do *caput* do art. 150 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05):
"e) as empresas de transporte interestadual ou intermunicipal de cargas, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas;"

f) as empresas concessionárias de serviços de comunicação;

g) as cooperativas;

h) os leiloeiros;

i) as empresas de construção civil, quando legalmente consideradas contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543);

j) as empresas prestadoras de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando os serviços envolverem fornecimento de mercadorias, com incidência do ICMS expressa na "Lista de Serviços" (Anexo 1), bem como as empresas prestadoras de serviços não compreendidos na competência

tributária dos Municípios, quando tais serviços também envolverem fornecimento de mercadorias;

l) os fornecedores de alimentação, bebidas e outras mercadorias;

m) os frigoríficos;

n) os depósitos fechados;

o) as demais pessoas jurídicas de direito público ou privado que praticarem, com habitualidade:

1 - operações relativas à circulação de mercadorias;

2 - prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

3 - prestações de serviços de comunicação.

II - na condição de MICROEMPRESA, as pessoas jurídicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

III - na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, as pessoas jurídicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

IV - na condição de AMBULANTE, as pessoas físicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

V - na condição de CONTRIBUINTE ESPECIAL:

a) as companhias de armazéns gerais;

b) as pessoas jurídicas não obrigadas a inscreverem-se mas que, por opção própria, requererem inscrição, inclusive:

1 - as empresas legalmente habilitadas a operar como arrendadoras nas operações de arrendamento mercantil (“leasing”);

2 - as empresas de construção civil, quando não consideradas legalmente contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543);

3 - os estabelecimentos gráficos quando confeccionarem, exclusivamente, impressos mediante encomenda direta dos respectivos clientes.

VI - na condição de CONTRIBUINTE SUBSTITUTO, os contribuintes de outra unidade da Federação que efetuarem remessas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária para contribuintes estabelecidos no Estado da Bahia, observado o disposto em convênios e protocolos dos quais a Bahia seja signatária (art. 377).

Parágrafo único. O estabelecimento não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS será considerado clandestino, ressalvados os casos em que seja dispensada a inscrição cadastral.

Art. 151. São dispensados de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS as pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais, que se dedicarem à agricultura, à criação de animais ou à extração de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis, sendo-lhes facultada a inscrição na condição de Produtor Rural com apuração do imposto pelo regime sumário ou pelo regime SimBahia Rural.

SEÇÃO II
Da Formalização dos Atos Cadastrais

Art. 152. A formalização dos atos cadastrais das pessoas jurídicas será requerida por meio dos formulários eletrônicos indicados abaixo, preenchidos e gerados com o uso de programa aplicativo disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal, na forma prevista na legislação federal relativa ao CNPJ:

I - Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica (FCPJ);

II - Quadro de Sócios e Administradores (QSA);

III - Ficha Complementar.

§ 1º A obtenção do programa aplicativo e o envio dos formulários referidos neste artigo serão efetuados via Internet, mediante acesso à página da SEFAZ ou da Secretaria da Receita Federal, nos endereços eletrônicos http://www.sefaz.ba.gov.br ou http://www.receita.fazenda.gov.br.

§ 2º A formalização dos atos cadastrais das pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou industriais será requerida mediante preenchimento do Documento de Informação Cadastral – DIC, em papel ou via Internet, neste caso mediante acesso ao endereço eletrônico "http://www.sefaz.ba.gov.br/"http: //www.sefaz.ba.gov.br.

SEÇÃO III
Do Pedido de Inscrição no Cadastro

Art. 153. Não será deferida inscrição quando houver outro estabelecimento, da mesma empresa com inscrição inapta ou "suspensa - processo de baixa", neste caso, se a situação cadastral imediatamente anterior corresponder à situação de inscrição inapta.

§ 1º A vedação prevista no *caput* deste artigo se estende aos casos em que sócio ou titular da empresa requerente participe de outra empresa com estabelecimentos com as mesmas irregularidades cadastrais ou com débitos inscritos em dívida ativa sem suspensão de exigibilidade.

§ 2º Nas situações indicadas neste artigo, caberá à Inspetoria fiscal decidir acerca da inscrição relativa a estabelecimentos cujos procedimentos para regularização cadastral já tiverem sido iniciados, sendo que em caso de débito caberá ao inspetor a decisão.

SEÇÃO IV
Da Concessão de Inscrição

Art. 154. Compete à Secretaria da Fazenda a apreciação de pedido de inscrição, sendo que:

I - na hipótese de existir mais de um contribuinte explorando economicamente uma mesma propriedade rural, para cada um deles será exigida uma inscrição, salvo quando se tratar de inscrição de produtor rural pessoa física ou de cônjuges ou companheiros em união estável, quando optantes do SimBahia Rural, hipótese em que o nome e o número do CPF-MF, de ambos, constarão nas informações cadastrais correspondentes à referida inscrição;

II - não será concedida mais de uma inscrição para produtores rurais inscritos na condição Produtor Rural;

III - tratando-se de empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, não será concedida inscrição a requerente de cujo quadro de administradores ou sócios, participe pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos que antecederam à data do pedido de inscrição, tenha sido administrador de empresa que não tenha liquidado débitos estaduais, nem cumprido obrigações decorrentes do exercício de atividade regulamentada pela ANP.

Art. 155. Fica facultado ao Fisco:

I - autorizar mais de uma inscrição no mesmo local, se isso não dificultar a fiscalização relativa ao

cumprimento das obrigações tributárias;

II - autorizar inscrição à pessoa jurídica legalmente constituída cujas instalações físicas do estabelecimento se encontrem em fase de implantação;

III - exigir a qualquer tempo a comprovação da compatibilidade entre a atividade econômica e:

a) o capital social integralizado;

b) as instalações físicas do estabelecimento, salvo se, pela tipicidade da natureza das operações, não devam as mercadorias por ali transitar;

c) a capacidade econômico-financeira do titular ou sócio, observada a participação do mesmo no capital declarado.

Parágrafo único. Não deverá ser feita a exigência de que trata as alíneas "a" e "c" do inciso III aos contribuintes inscritos na condição de microempresa.

Art. 156. Tratando-se de propriedade rural, será concedida apenas uma inscrição:

I - no caso de propriedades contíguas situadas no mesmo Município, considerando-se o local da sede para efeito de circunscrição fiscal;

II - no caso de imóvel situado em território de mais de um Município deste Estado, considerando-se o contribuinte sediado no Município em que estiver a maior área da propriedade.

SEÇÃO V
Da Vistoria

Art. 157. Sem prejuízo de outras vistorias fiscais realizadas a qualquer tempo, deverá ser efetuada vistoria:

I - após a concessão de inscrição, reativação de inscrição anteriormente baixada ou na hipótese de mudança de endereço, quando se referir a contribuintes inscritos no CAD-ICMS na condição:

a) normal ou empresa de pequeno porte;

b) microempresa que desenvolva atividade de:

1 - comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, enquadrada na CNAE-Fiscal sob o código 5050-4/00;

2 - indústria;

3 - comércio por atacado.

II - antes da decisão acerca do pedido, nos casos de reativação de inscrição anteriormente inapta em decorrência das situações previstas na alínea b do inciso XVII e nos incisos I, XV e XVIII do art. 171.

Nota: **A redação atual do inciso II do art. 157 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 10/09/05.**

Redação anterior dada ao inciso II do art. 157 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05), efeitos até 09/09/05:
"II - antes da decisão acerca do pedido, nos casos de reativação de inscrição anteriormente inapta em decorrência das situações previstas no inciso I e na alínea b do inciso XVII e no inciso XVIII do art.

171."

Art. 158. O contribuinte deverá manter no estabelecimento, para exibição ao fisco no momento da vistoria a que se refere o artigo anterior, fotocópia:

I - da cédula de identidade dos administradores e, conforme o caso, do titular, dos sócios ou dos principais acionistas;

II - do contrato de locação ou documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade;

III - do comprovante de endereço dos administradores e, conforme o caso, do titular, dos sócios ou dos principais acionistas;

IV - do contrato social, registro de empresário, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem arquivados no órgão de registro competente;

V - do contrato social ou da ata de constituição da sociedade civil, com prova de estar o instrumento devidamente registrado no cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade civil não sujeita a registro na Junta Comercial do Estado da Bahia;

VI - do título de nomeação expedido pela Junta Comercial do Estado da Bahia, quando se tratar de leiloeiro;

VII - da publicação, no Diário Oficial, do ato de criação, tratando-se de órgão da administração pública, entidade da administração indireta ou fundação instituída e mantida pelo poder público.

§ 1º As microempresas com receita bruta anual acima de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) também deverão manter no estabelecimento o original da Nota Fiscal/Conta de Energia elétrica e a respectiva fotocópia.

§ 2º Para atender às exigências previstas no inciso IV, poderão utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz:

Nota: **A redação atual da parte inicial, do § 2º do art. 158 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 10/09/05.**

Redação anterior dada à parte inicial, do § 2º do art. 158 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05), efeitos até 09/09/05:
"§ 2º Para atender às exigências previstas no inciso IV do § 5º, poderão utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz:"

I - as empresas prestadoras de serviços situadas em outra unidade da Federação que mantiverem contrato de prestação de serviço por tempo certo com contribuinte deste Estado, inclusive as empresas de construção civil, e que precisarem inscrever-se apenas pelo referido período, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, hipótese em que também deverão apresentar o contrato, ou outro documento comprobatório, de prestação de serviços;

II - a empresa regional concessionária de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros e de cargas que apenas preste seus serviços neste Estado.

Art. 159. Tratando-se de empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, deverão ser disponibilizados, quando da vistoria, os documentos indicados a seguir, além dos previstos no art. 158:

I - declaração de imposto de renda dos sócios nos 03 (três) últimos exercícios, exceto quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto;

II - registro e autorização pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, para o exercício da atividade específica, tratando-se de TRR ou de distribuidor de combustíveis ou de GLP;

III - comprovação da posse de instalações com tancagem para armazenamento e equipamento medidor de combustível automotivo, caso se trate de posto revendedor de combustível;

IV - comprovação da posse neste Estado de base para armazenamento, com capacidade mínima de 45m³ (quarenta e cinco metros cúbicos) e dispor de 3 (três) caminhões-tanque, próprios, afretados ou arrendados mercantilmente, caso se trate de TRR;

V - comprovação da posse de base para armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos com capacidade mínima de armazenamento de 750m³ (setecentos e cinqüenta metros cúbicos), caso se trate de distribuidora, exceto de GLP;

VI - comprovação da posse de base para armazenamento, envazilhamento e distribuição de GLP, bem como posse de botijões, devidamente identificados com sua marca comercial, em quantidade compatível com o mercado que pretenda atender;

VII - comprovação de capital social integralizado, de acordo com os valores exigidos em regulamentação da ANP;

VIII - comprovação da capacidade financeira correspondente ao montante de recursos necessários à cobertura das operações de compra e venda de produtos, inclusive tributos envolvidos, exceto quando se tratar de contribuinte enquadrado no código CNAE Fiscal 5050-4/00;

IX - documentos comprobatórios das atividades exercidas pelos sócios nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

X - certidões de cartórios de distribuição civil e criminal das justiças federal e estadual, e dos cartórios de registros de protestos das comarcas da sede da empresa, de suas filiais e do domicílio dos sócios, em relação a estes.

§ 1º Para cumprimento do disposto no inciso VII, a comprovação do capital social deverá ser feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social, registrado na Junta Comercial, acompanhado de Certidão Simplificada na qual conste o capital social e a composição do quadro de acionistas ou de sócios.

§ 2º Para cumprimento do disposto no inciso VIII, a capacidade financeira exigida poderá ser comprovada por meio da apresentação de patrimônio próprio, seguro ou carta de fiança bancária, sendo que a comprovação de patrimônio próprio deverá ser feita mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda da pessoa jurídica ou de seus sócios, acompanhada da certidão de ônus reais dos bens considerados para fins de comprovação.

§ 3º Para cumprimento do disposto nos incisos IX e X, sendo o sócio pessoa jurídica, os documentos ali previstos, serão substituídos por documento comprobatório da regularidade cadastral e fiscal.

Art. 160. A autenticidade das fotocópias de documentos referidos nesta seção será comprovada pelo contribuinte mediante exibição dos respectivos originais, para efeito de conferência, que será efetuada pelo servidor encarregado, dispensada essa formalidade se a fotocópia já houver sido previamente autenticada.

SEÇÃO VI
Das Alterações dos Dados Cadastrais

Art. 161. As alterações cadastrais deverão ser solicitadas pelo contribuinte:

I - previamente, nos casos de mudança de endereço;

II - no prazo de até o último dia útil do mês subseqüente à data do registro da alteração, nos demais casos.

§ 1º Existindo mais de um estabelecimento sob a mesma titularidade, o reenquadramento cadastral de um dos estabelecimentos implicará no reenquadramento automático dos demais para a mesma condição cadastral, exceto a condição especial.

§ 2º O contribuinte enquadrado na condição de ambulante que requerer alteração para outra condição cadastral, e vice-versa, deverá, após solicitar baixa de inscrição, efetuar pedido de nova inscrição.

SEÇÃO VII
Do Reenquadramento Cadastral

Art. 162. O enquadramento do sujeito passivo em outra condição cadastral dar-se-á por iniciativa do contribuinte.

Parágrafo único. Tratando-se de contribuinte enquadrado no Simbahia o reenquadramento será processado:

I - por iniciativa do contribuinte, obrigatoriamente, nas hipóteses previstas no inciso II do art. 405-A;

II - de ofício, nas hipóteses previstas no art. 406-A.

Art. 163. O contribuinte não inscrito em qualquer das condições cadastrais citadas nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 157 que requerer reenquadramento em alguma delas, deverá manter no estabelecimento, para apresentação ao fisco, os documentos de que cuida o art. 158, de acordo com a condição cadastral em que esteja reenquadrado.

SEÇÃO VIII
Da Reativação de Inscrição

Art. 164. A reativação da inscrição ocorrerá:

I - por iniciativa do contribuinte:

a) no reinício das atividades;

b) no caso de sustação do pedido de baixa;

c) desde que cessada a causa determinante da inaptidão.

II - de ofício, na hipótese de desabilitação indevida.

Parágrafo único. Para requerer a reativação de inscrição inapta, o contribuinte apresentará, conforme o caso, a DME e a CS-DME ou a DMA e a CS-DMA relativas ao período em que esteve com inscrição inapta.

SEÇÃO IX
Da Desabilitação Cadastral

Art. 165. Será processada a desabilitação de contribuinte do Cadastro, em decorrência de baixa, suspensão ou inaptidão da inscrição.

Parágrafo único. A desabilitação de contribuinte do Cadastro não implicará o reconhecimento de quitação dos débitos tributários acaso existentes.

SUBSEÇÃO I
Da Suspensão de Inscrição

Art. 166. A suspensão da inscrição é o ato cadastral de caráter transitório, não resultante da prática de irregularidade fiscal, que desabilita o contribuinte ao exercício de direitos referentes ao cadastramento, em razão de:

I - paralisação temporária, se previamente autorizada pelo fisco;

II - existência de processo de baixa iniciado e ainda não concluído;

III - encerramento de fiscalização referente ao processo de baixa, se existir:

a) débito parcelado sem interrupção do pagamento;

b) Auto de Infração pendente de julgamento na esfera administrativa;

c) débitos garantidos por:

1 - penhora;

2 - carta de fiança;

3 - depósito em juízo.

§ 1º O prazo de paralisação temporária de atividade não poderá exceder a 1 (um) ano, devendo o contribuinte comunicar o reinício das atividades antes do encerramento do referido prazo ou solicitar a baixa de inscrição, neste caso se houver encerrado definitivamente as atividades.

§ 2º Na hipótese de paralisação temporária, o contribuinte deverá indicar o local em que serão mantidos o estoque de mercadorias, os bens, os livros e documentos fiscais referentes ao estabelecimento.

§ 3º Os contribuintes inscritos na condição de ambulante e os produtores rurais ficam dispensados do pedido de suspensão de inscrição na hipótese de paralização temporária.

SUBSEÇÃO II
Da Baixa de Inscrição

Art. 167. A baixa de inscrição é o ato cadastral que desabilita o contribuinte ao exercício de direitos referentes ao cadastramento, em razão de:

I - encerramento das atividades do contribuinte ou de qualquer de seus estabelecimentos, ainda que não tenha havido a extinção perante o órgão de registro;

II - encerramento das atividades tributadas pelo ICMS, com manutenção de outras atividades não incluídas no campo de incidência do ICMS;

III - transferência de endereço para outra unidade da federação.

§ 1º A baixa de inscrição também ocorrerá no caso de:

I - unificação de inscrição no CAD-ICMS, situação em que deve permanecer ativa apenas a inscrição do estabelecimento unificador;

II - cessação de realização de operações interestaduais sujeitas à substituição tributária com retenção do ICMS em favor do Estado da Bahia;

III - renúncia à opção pela inscrição como Produtor Rural ou Ambulante;

IV - não-reativação de inscrição que esteja inapta ou suspensa há mais de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício subseqüente ao da desabilitação cadastral, desde que o contribuinte não possua débito para com a Fazenda Estadual.

§ 2º Quando solicitar a baixa do cadastro, o contribuinte com inscrição inapta terá sua situação alterada para "suspensa - processo de baixa", permanecendo os sócios na situação de "irregular", até o despacho decisório do processo de baixa.

§ 3º O contribuinte deverá indicar no pedido de baixa o local em que serão mantidos o estoque de mercadorias, os bens e os livros e documentos fiscais referentes ao estabelecimento.

§ 4º A baixa da inscrição deverá ser requerida até o 5º dia útil do segundo mês subseqüente ao da ocorrência que o der motivo.

Art. 168. A decisão acerca de pedido de baixa de inscrição deverá ser precedida de verificação fiscal automatizada ou de execução de ordem de serviço.

§ 1º A execução da ordem de serviço, quando houver, deverá ser concluída no prazo de 60 dias, tratando-se de contribuinte situado no território baiano, ou em 180 dias, quando se referir a contribuinte substituto estabelecido em outra unidade da Federação.

§ 2º O contribuinte deverá entregar ao servidor responsável pela execução da ordem de serviços os documentos fiscais não utilizados ou utilizados parcialmente, com todas as suas vias devidamente canceladas e relacionados no formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (Anexo 14), para posterior recolhimento à repartição fiscal e inutilização de acordo com os métodos adotados pela Secretaria da Fazenda.

Art. 169. Para requerer a baixa de inscrição, o contribuinte apresentará, conforme o caso, a DME e a CS-DME ou a DMA e a CS-DMA relativas ao período em que esteve com inscrição inapta, se houver.

Art. 170. Não será deferida a baixa, na hipótese de existência de débito, ainda que parcelado ou pendente de julgamento.

SUBSEÇÃO III
Da Inaptidão da Inscrição

Art. 171. Dar-se-á a inaptidão da inscrição, por iniciativa da repartição fazendária:

Nota: **A redação atual do art. 171 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 10/09/05.**

Redação anterior dada ao art. 171 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05), efeitos até 09/09/05:
"Art. 171. Dar-se-á a inaptidão da inscrição, por iniciativa da repartição fazendária:
I - quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado;
II - quando o contribuinte, ao término da paralisação temporária, deixar de solicitar reativação ou baixa da inscrição;
III - após transitar em julgado a sentença declaratória de falência;
IV - quando o contribuinte estiver com sua inscrição inapta no CNPJ, nas hipóteses de:
a) omissa não localizada;
b) omissa contumaz;
c) inexistente de fato;
d) não comprovação da origem, da disponibilidade ou da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

V - pelo indeferimento do pedido de baixa;
VI - quando o contribuinte deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício;
VII - nas hipóteses do § 7º do art. 335 (DME);
VIII - quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas autorizadas por ato do superintendente da SAT;
IX - quando ficar constatada a prática reiterada de aquisição de mercadorias por contribuinte cadastrado na condição de especial, procedentes de outra unidade da Federação, com aplicação da alíquota prevista para operações interestaduais entre contribuintes;
X - quando o contribuinte deixar de efetuar o recadastramento de inscrição;
XI - quando o contribuinte substituto, estabelecido em outra unidade da Federação:
a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;
b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com o registro fiscal das operações interestaduais (Convs. ICMS 78/96 e 108/98);
c) deixar de entregar, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST (Conv. ICMS 108/98);
d) deixar de informar, por dois meses consecutivos ou alternados, a não realização de operações sob o regime de substituição tributária.
XII - quando o contribuinte deixar de utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nas hipóteses previstas na legislação;
XIII - quando o contribuinte estiver com seu registro ou arquivamento cancelado no órgão oficial de registro do
comércio.
XIV - quando, após realização de vistoria, ficar constatado que o contribuinte não atende aos requisitos necessários à manutenção da inscrição;
XV - quando os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, estiverem com o registro ou a autorização cancelados na Agência Nacional de Petróleo – ANP;
XVI - em caso de estabelecimento enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob o código 5050-4/00, nas seguintes hipóteses:
a) comercialização de produto não acobertado por documento fiscal;
b) violação do dispositivo assegurador da inviolabilidade das bombas de combustível (lacre);
c) interdição total do estabelecimento pela ANP;
d) pela falta de entrega, no prazo de 90 (noventa) dias após a concessão da inscrição, do registro da Agência Nacional de Petróleo – ANP, para exercício da respectiva atividade.
XVII - quando for constatada a ocorrência de adulterações ou quaisquer outras fraudes praticadas pelo contribuinte nos procedimentos voltados para a formalização dos atos cadastrais, inclusive no caso de interposição de pessoa que não seja a efetiva sócia, acionista ou titular.
Parágrafo único. Exceto nas situações previstas no inciso V deste artigo, a inaptidão da inscrição será precedida de intimação por edital publicado no Diário Oficial do Estado, identificando-se o contribuinte e fixando-se o prazo de 20 dias para a regularização."

I - quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado;

II - quando o contribuinte, ao término da paralisação temporária, deixar de solicitar reativação ou baixa da inscrição;

III - após transitar em julgado a sentença declaratória de falência;

IV - no encerramento definitivo das atividades, por motivos relacionados com a lei de economia popular;

V - quando o contribuinte estiver com sua inscrição inapta no CNPJ, nas hipóteses de:

a) omissa não localizada;

b) omissa contumaz;

c) inexistente de fato;

d) não comprovação da origem, da disponibilidade ou da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

VI - nas hipóteses do § 7º do art. 335 (DME);

VII - pelo indeferimento do pedido de baixa;

VIII - quando o contribuinte deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício;

IX - quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas autorizadas por ato do superintendente da SAT.

X - quando ficar constatada a prática reiterada de aquisição de mercadorias por contribuinte cadastrado na condição de especial, procedentes de outra unidade da Federação, com aplicação da alíquota prevista para operações interestaduais entre contribuintes;

XI - quando o contribuinte deixar de efetuar o recadastramento de inscrição;

XII - quando o contribuinte substituto estabelecido em outra unidade da Federação:

a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;

b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com o registro fiscal das operações interestaduais (Convs. ICMS 78/96 e 108/98);

c) deixar de entregar, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético com a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST (Conv. ICMS 108/98);

d) deixar de informar, por dois meses consecutivos ou alternados, a não realização de operações sob o regime de substituição tributária.

XIII - quando o contribuinte deixar de utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nas hipóteses previstas na legislação.

XIV - quando o contribuinte estiver com seu registro ou arquivamento cancelado no órgão oficial de registro do comércio.

XV - quando, após realização de vistoria, ficar constatado que o contribuinte não atende aos requisitos necessários à manutenção da inscrição.

XVI - quando os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5050-4/00, 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03, estiverem com o registro ou a autorização cancelados na Agência Nacional de Petróleo – ANP.

XVII - em caso de estabelecimento enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob o código 5050-4/00, nas seguintes hipóteses:

a) comercialização de produto não acobertado por documento fiscal;

b) violação do dispositivo assegurador da inviolabilidade das bombas de combustível (lacre);

c) interdição total do estabelecimento pela ANP;

d) pela falta de entrega, no prazo de 90 (noventa) dias após a concessão da inscrição, do registro da Agência Nacional de Petróleo – ANP, para exercício da respectiva atividade;

XVIII - quando for constatada a ocorrência de adulterações ou quaisquer outras fraudes praticadas pelo contribuinte nos procedimentos voltados para a formalização dos atos cadastrais, inclusive no caso de interposição de pessoa que não seja a efetiva sócia, acionista ou titular.

Parágrafo único. Exceto nas situações previstas no inciso VII deste artigo, a inaptidão da inscrição será precedida de intimação por edital publicado no Diário Oficial do Estado, identificando-se o contribuinte e fixando-se o prazo de 20 dias para a regularização.

Art. 172. A inaptidão de contribuinte do Cadastro só produzirá efeitos legais após a publicação do edital no Diário Oficial do Estado.

Art. 173. Em face de solicitação do interessado, a Secretaria da Fazenda fornecerá, mediante acesso público no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br, Certidão de Baixa de Inscrição, contendo, além dos dados cadastrais do estabelecimento, o número do edital de baixa e a data de sua publicação no Diário Oficial.

SEÇÃO X
Do Número de Inscrição

Art. 174. O número de inscrição do contribuinte no Cadastro Estadual será constituído de:

I - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número básico da inscrição;

II - dois algarismos, que servirão de dígitos verificadores;

III - duas letras, indicativas da condição de enquadramento do contribuinte, adotando-se os seguintes códigos:

a) NO - contribuinte normal;

b) ME - microempresa;

c) PP - empresa de pequeno porte;

d) AM - ambulante;

e) EP - contribuinte especial;

f) CS - contribuinte substituto;

g) PR - produtor rural.

Art. 175. O número de inscrição do contribuinte é inalterável enquanto for julgado conveniente à administração fazendária, não devendo ser preenchido o que se vagar.

SEÇÃO XI
Dos Titulares, Sócios ou Condôminos

Art. 176. Os nomes dos titulares, sócios ou condôminos constarão no Cadastro Estadual na situação de "sócio irregular", sempre que a empresa de que participem se encontrar na situação de:

I - “inapta”;

II - "suspensa - pedido de baixa", se anteriormente se encontrava na situação “inapta” aludida no inciso anterior.

SEÇÃO XII
Dos Contabilistas ou Organizações Contábeis

Art. 177. O contador ou a organização contábil responsável pela escrita fiscal do contribuinte poderá solicitar a atualização de seus dados cadastrais, via Internet.

SEÇÃO XIII
Das Demais Disposições Relativas ao Cadastro de Contribuintes

Art. 178. O Documento de Identificação Eletrônico – DIE, que servirá como documento de identificação do estabelecimento, será emitido em seu inteiro teor ou na forma de extrato, mediante acesso público no endereço eletrônico "http://www.sefaz.ba.gov.br/"http://www.sefaz.ba.gov.br e conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - o número de registro no CNPJ (MF);

II - o número de inscrição estadual;

III - o nome ou razão social;

IV - o logradouro, número, complemento, bairro, município, UF, CEP e telefone;

V - código e descrição da atividade econômica;

VI - a condição cadastral;

VII - a forma de pagamento;

VIII - a situação cadastral vigente;

IX - a data da situação cadastral;

X - a data da consulta.

Art. 179. O extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE) demonstrará a situação cadastral do contribuinte no momento da impressão.

Art. 180. A autorização, levada para Documentário Fiscal, para impressão de documentos fiscais por parte de contribuinte inscrito na condição de produtor rural será considerada excepcional e precedida de autorização.

Art. 181. O contribuinte é responsável pela verificação, via INTERNET ou nos terminais de auto atendimento da Secretaria da Fazenda, da regularidade cadastral do contribuinte que com ele promover transação comercial.

Art. 182. O que caracteriza ser determinada pessoa contribuinte do ICMS não é o fato de estar ou não inscrito no cadastro estadual, e sim o preenchimento dos requisitos do art. 36.

Art. 183. O contribuinte terá que inscrever cada estabelecimento, ainda que filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou qualquer outro.

Art. 184. Admite-se a manutenção de uma única inscrição, representando todos os estabelecimentos da mesma empresa situados neste Estado, tratando-se de:

I - empresa prestadora de serviços de transporte rodoviário (art. 633), aéreo (art. 647), ferroviário (art.

648) ou aquaviário (art. 649), intermunicipal, interestadual ou internacional, de cargas, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas;

II - empresas prestadoras de serviços de telecomunicação relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 (art. 569) (Convs. ICMS 126/98 e 30/99);

III - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e demais empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica deste Estado, bem como empresas relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 28/89 (art. 571, I);

IV - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), na sede da sua Diretoria neste Estado;

V - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo uma inscrição para as operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e outra englobando as operações relacionadas com o Mercado de Opções, as resultantes de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF - COV), bem como as referentes a atos decorrentes da securitização prevista na Lei Federal nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 (art. 430) (Conv. ICMS 124/98);

VI - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (EMBASA).

Art. 185. Não são considerados estabelecimentos diversos:

I - dois ou mais imóveis urbanos contíguos que tenham comunicação interna;

II - os vários pavimentos de um mesmo imóvel ou as salas contíguas de um mesmo pavimento, quando as atividades sejam exercidas pela mesma pessoa;

III - os veículos vinculados a estabelecimento cadastrado;

IV - os canteiros de obras vinculados a estabelecimento cadastrado, desde que nos mesmos não se desenvolva atividade geradora de obrigação tributária principal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

Art. 186. É vedada a concessão de mais de uma inscrição em um mesmo endereço, quando houver comunicação interna entre os estabelecimentos.

Art. 187. O contribuinte que mantiver mais de uma inscrição e que vier a optar pelo disposto no artigo 184 deverá requerer o pedido de baixa de cada uma das inscrições a serem desativadas a partir da centralização.

Nota: **A redação atual do art. 187 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 10/09/05.**

Redação anterior dada ao art. 187 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).
"Art. 187. O contribuinte que mantiver mais de uma inscrição e que vier a optar pelo disposto no parágrafo anterior deverá requerer o pedido de baixa de cada uma das inscrições a serem desativadas a partir da centralização." (sem efeito)

Art. 188. Poderá ser concedida inscrição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante em edificações unifamiliares, desde que sua localização seja compatível com o uso residencial segundo os critérios da legislação municipal.

Art. 189. Terá o mesmo código de atividade econômica da unidade produtiva, o estabelecimento no qual

seja desenvolvida exclusivamente atividade auxiliar.

Parágrafo único. Entende-se por atividade auxiliar a atividade de apoio administrativo ou técnico exercida no âmbito da empresa, voltada à criação das condições necessárias para o exercício de suas atividades principal e secundárias.

Art. 190. A imunidade, a não-incidência e a isenção não exoneram as pessoas mencionadas no art. 150 da obrigação de se inscreverem no Cadastro.

Art. 191. A Secretaria da Fazenda poderá exigir:

I - o preenchimento de requisitos específicos estabelecidos em dispositivos legais federais, estaduais ou municipais, segundo a categoria, o grupo ou o setor de atividades em que se enquadrar o contribuinte;

II - a apresentação de documentos e informações necessárias à apreciação de processo referente ao cadastro.

CAPÍTULO III
DOS DOCUMENTOS FISCAIS

SEÇÃO I
Das Disposições Comuns a Todos os Documentos

SUBSEÇÃO I
Das Espécies de Documentos Fiscais

Art. 192. São os seguintes os documentos fiscais (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 03/78, 04/78, 01/85, 01/86, 04/86, 04/87, 02/88, 01/89, 2/89, 04/89, 06/89, 10/89, 13/89, 14/89, 15/89, 16/89, 19/89, 20/89, 28/89, 01/93, 03/94, 01/95, 02/95, 03/95 e 04/95):

I - Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A (Anexos 15 e 16);

II - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 (Anexo 17);

III - Cupom Fiscal;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 192 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"III - Cupom Fiscal de máquina registradora, Cupom Fiscal ECF e Cupom Fiscal PDV;"

IV - Nota Fiscal - Microempresa (Anexo 18);

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 192 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
" IV - Nota Fiscal - Microempresa Comercial Varejista (Anexo 18);".

IV-A - Nota Fiscal - Empresa de Pequeno Porte (Anexo 18-A);

Nota: O inciso IV-A foi acrescentado ao art. 192 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

IV-B - Nota Fiscal de Produtor Rural (Anexo 94);

Nota: O inciso IV-B foi acrescentado ao art. 192 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

V - Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6 (Anexo 19);

VI - Nota Fiscal - Operações em Bolsa (Anexo 20);

VII - Nota Fiscal Avulsa (Anexo 21);

VIII - Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21 (Anexo 22);

IX - Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22 (Anexo 23);

X - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 (Anexo 24);

XI - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8 (Anexo 25);

XII - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9 (Anexo 26);

XIII - Conhecimento Aéreo, modelo 10 (Anexo 27);

XIV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11 (Anexo 28);

XIV-A - Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas, mod. 26, Conv. SINIEF 06/89 (Anexo 28-A).

Nota: O inciso XIV-A foi acrescentado ao art. 192 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 01/09/03.

XV - Despacho de Transporte, modelo 17 (Anexo 29);

XVI - Ordem de Coleta de Cargas, modelo 20 (Anexo 30);

XVII - Manifesto de Carga, modelo 25 (Anexo 31);

XVIII - Autorização de Carregamento e Transporte, modelo 24 (Anexo 32);

XIX - Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13 (Anexo 33);

XX - Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14 (Anexo 34);

XXI - Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15 (Anexo 35);

XXII - Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16 (Anexo 36);

XXIII - Resumo de Movimento Diário, modelo 18 (Anexo 37);

XXIV - revogado

Nota: O inciso XXIV do art. 192 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"XXIV - Atestado de Intervenção em Máquina Registradora (Anexo 66);"

XXV - revogado

Nota: O inciso XXV do art. 192 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao inciso XXV pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos de 31/12/98a 30/12/02:
"XXV - Atestado de Intervenção Técnica em Equipamento para Controle Fiscal (Anexo 70);"

Redação originária, efeitos até 30/12/98:
"*XXV - Atestado de Intervenção em Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) (Anexo 70);*".

XXVI - revogado

Nota: O inciso XXVI do art. 192 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"XXVI - Atestado de Intervenção em PDV (Anexo 74);"

XXVII - Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A) (Conv. ICMS 132/98);

Nota: A redação atual do inciso XXVII do art. 192 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/99.

Redação originária:
"XXVII - Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira (Anexo 87);".

XXVII-A - Certificado de Coleta de Óleo Usado (Convênio ICMS 38/00);

Nota: O inciso XXVII-A foi acrescentado ao art. 192 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

XXVIII - outros documentos instituídos mediante regimes especiais, tais como:

a) Relatório de Emissão de Conhecimentos Aéreos (Ajuste SINIEF 10/89);

b) Relatório de Embarque de Passageiros (Ajuste SINIEF 10/89);

c) Relação de Despachos (Ajuste SINIEF 19/89);

d) Despacho de Cargas em Lotação (Ajuste SINIEF 19/89);

e) Despacho de Cargas Modelo Simplificado (Ajuste SINIEF 19/89);

f) Demonstrativo de Apuração do ICMS - DAICMS (Ajustes SINIEF 10/89, 19/89 e 28/89);

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso XXVIII do art. 192 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação originária:
"f) Demonstrativo de Apuração do ICMS - DAICMS (Ajustes SINIEF 10/89, 19/89 e 28/89; Convênio ICM 04/89);".

g) Demonstrativo de Apuração do Complemento do ICMS - DCICMS (Ajuste SINIEF 19/89);

h) Demonstrativo de Contribuinte Substituto do ICMS - DSICMS (Ajuste SINIEF 19/89);

i) Extrato de Faturamento (Ajuste SINIEF 20/89);

j) Documento de Excesso de Bagagem (Ajuste SINIEF 14/89);

l) Nota Fiscal-Ordem de Serviço;

m) Requisição de Peças;

n) Ordem de Serviço;

o) Pedido de Fornecimento de Peças;

p) Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) - (Conv. ICMS 99/96).

q) Guia de Transporte de Valores (GTV) - Ajuste SINIEF 20/89.

Nota: A alínea "q" foi acrescentada ao inciso XXVIII do art. 192 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).

Parágrafo único. São dispensados da emissão de documentos fiscais:

I - o produtor rural e o extrator, pessoas físicas, não equiparados a comerciante ou a industrial, excetuados os enquadrados no regime SimBahia Rural;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 192 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso I, do parágrafo único do art. 192 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"I - o produtor rural e o extrator, pessoas físicas, não equiparados a comerciante ou a industrial, excetuados os inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural;"

Redação anterior dada ao inciso I, do parágrafo único do art. 192 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"I - o produtor rural e o extrator, quando não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), ainda que se trate de estabelecimento eventualmente inscrito na condição de contribuinte especial;"

Redação originária:
"I - o produtor rural e o extrator, quando não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38);

II - o ambulante (art. 424).

Nota: A redação atual do inciso II, do parágrafo único do art. 192 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 192 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97);
"II - a microempresa ambulante (art. 424)."

Redação originária:
" II - a microempresa ambulante."

III - as remessas internas e interestaduais realizadas entre estabelecimentos da Associação das Pioneiras Sociais, localizados nos Estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, de bens pertencentes ao seu ativo e de materiais de uso ou consumo, devendo, em substituição, utilizar o Documento de Controle e Movimentação de Bens – DCM, observadas as disposições do Protocolo ICMS 05/02.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao parágrafo único do art. 192 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).

SUBSEÇÃO II
Da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais

Art. 193. Os documentos fiscais referidos no artigo anterior, inclusive os aprovados através de regime especial, só poderão (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 4/86):

Nota: A redação atual do art. 193 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*Art. 193. Os documentos fiscais referidos no artigo anterior, inclusive os aprovados através de regime especial, só poderão (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 4/86):*
I - ter a sua impressão autorizada mediante apresentação do formulário Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF), Anexo 10
II - ser impressos mediante prévia autorização da Inspetoria Fiscal do domicílio do contribuinte requerente, mediante o preenchimento do formulário Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), Anexo 11, ao qual será anexada, conforme o caso, a Cédula Suplementar "A" ou "B" daquele formulário, a saber:
a) Cédula Suplementar "A" - Autorização Única para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (CSA-AIDF), Anexo 12, no caso de empresa que possuir

mais de um estabelecimento neste Estado, sendo utilizado documento fiscal com numeração tipográfica única, atendidas as regras dos arts. 695 e 696;
b) Cédula Suplementar "B" - Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Regime Especial (CSB-AIDF), Anexo 13, quando se tratar de contribuinte ao qual tiver sido concedido regime especial para utilização de documentos fiscais não previstos na legislação ou que contiverem especificações diversas das previstas nos modelos convencionais
§ 1º No tocante à impressão de documentos fiscais, o disposto nos incisos I e II deste artigo aplica-se, também:
I - quando a impressão dos documentos fiscais for realizada em tipografia do próprio usuário;
II - no caso de o estabelecimento gráfico e o encomendante estarem situados em unidades da Federação diferentes, hipótese em que:
a) sendo o encomendante estabelecido neste Estado e o estabelecimento gráfico situado em outra unidade da Federação:
1 - o contribuinte encomendante deverá, previamente, obter autorização junto à Inspetoria Fiscal de sua circunscrição, mediante os formulários PAIDF e AIDF, além de atender às exigências porventura previstas na legislação da unidade federada onde deva ser impressa a documentação;
2 - cumprida a exigência do item anterior, o estabelecimento gráfico deverá requerer autorização junto à repartição fiscal da unidade da Federação onde estiver situado;
b) sendo o estabelecimento gráfico situado neste Estado, ao receber encomenda de impressão de documentos fiscais de contribuinte localizado em outra unidade da Federação, só poderá efetuar a impressão após autorização da Inspetoria Fiscal a que estiver vinculado, neste Estado, devendo ser extraída uma via adicional da referida autorização, para ser remetida à repartição do fisco da unidade federada onde estiver situado o estabelecimento encomendante.
§ 2º A repartição fazendária manterá controle dos pedidos de autorização de impressão de documentos fiscais.
§ 3º Caberá à Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda autorizar a impressão da Nota Fiscal Avulsa, de emissão exclusiva da Secretaria da Fazenda.
§ 4º O Secretário da Fazenda poderá firmar convênio com o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado da Bahia para confecção e distribuição, sem ônus para o Estado, dos formulários de pedido e de autorização para impressão de documentos fiscais e de outros formulários ou documentos de interesse da Secretaria
§ 5º Os estabelecimentos gráficos que confeccionarem para si ou para terceiros impressos de documentos fiscais:
I - além das demais disposições regulamentares, observarão, especialmente, as normas dos arts. 194 a 199;
II - são passíveis da pena de que cuida o art. 660, na hipótese ali prevista.".

I - ter a sua impressão autorizada:

Nota: A redação atual do inciso I do art. 193 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 193 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*I - ter a sua impressão autorizada mediante apresentação do formulário Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF), Anexo 10, ao qual será anexada, conforme o caso, a Cédula Suplementar "A" ou "B" daquele formulário, a saber:*
a) Cédula Suplementar "A" - Pedido de Autorização Única para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (CSA-PAIDF), Anexo 12, no caso de empresa que possuir mais de um estabelecimento neste Estado, sendo utilizado documento fiscal com numeração tipográfica única, atendidas as regras dos arts. 695 e 696;
b) Cédula Suplementar "B" - Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário

de Regime Especial (CSB-PAIDF), Anexo 13, quando se tratar de contribuinte ao qual tiver sido concedido regime especial para utilização de documentos fiscais não previstos na legislação ou que contiverem especificações diversas das previstas nos modelos convencionais;"

Redação originária:
"I - ter a sua impressão autorizada mediante apresentação do formulário Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF), Anexo 10;

a) mediante apresentação do formulário Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF), Anexo 10, ao qual será anexada, conforme o caso, a Cédula Suplementar "A" ou "B" daquele formulário, a saber:

1 - Cédula Suplementar "A" - Pedido de Autorização Única para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (CSA-PAIDF), Anexo 12, no caso de empresa que possuir mais de um estabelecimento neste Estado, sendo utilizado documento fiscal com numeração tipográfica única, atendidas as regras dos arts. 695 e 696;

2 - Cédula Suplementar “B” - Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Regime Especial (CSB-PAIDF), Anexo 13, quando se tratar de contribuinte ao qual tiver sido concedido regime especial para emissão ou impressão de documentos fiscais de modo diverso ao previsto na legislação.

Nota: A redação atual do item "2", da alínea "a", do Inciso I do art. 193 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01, tendo sido feita retificação de sua redação pelo (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação originária:
"2. Cédula Suplementar "B" - Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - Usuário de Regime Especial (CSB-PAIDF), Anexo 13, quando se tratar de contribuinte ao qual tiver sido concedido regime especial para utilização de documentos fiscais não previstos na legislação ou que contiverem especificações diversas das previstas nos modelos convencionais;".

b) quando o requerente:

1 - se encontrar com a inscrição ativa no cadastro de contribuintes;

2 - não constar como omisso da entrega da DMA, da DME ou da DMD;

3 - tratando-se de contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, apresentar arquivo magnético no formato especificado no Conv. ICMS 57/95, compreendendo todas as operações de entradas e saídas ocorridas no último período mensal apurado;

Nota: **A redação atual do item 3, da alínea "b", do inciso I do art. 193 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada ao item 3, tendo sido acrescentado à alíena "b", do inciso I, do art. 193 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"3 - tratando-se de contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, apresentar arquivo magnético no formato especificado no Anexo 64, compreendendo todas as operações de entradas e saídas ocorridas no último período mensal apurado."

4 - estando obrigado ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), possuir equipamento autorizado pela SEFAZ.

Nota: O item 4 foi acrescentado a alíena "b", do inciso I do art. 193 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

5 - apresentar:

Nota: A redação atual do item 5 da alínea "b" do inciso I do art. 193 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao item 5 tendo sido acrescentado à alíena "b", do inciso I do art. 193 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004), efeitos de 01/12/04 a 17/05/05:
"5 - apresentar o registro para o exercício da atividade fornecido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, tratando-se de contribuinte enquadrado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob o código 5050-4/00;"

5.1 - registro e autorização pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, para o exercício da atividade específica, caso se trate de posto revendedor de combustível, de TRR ou de distribuidor de combustíveis ou de GLP;

5.2 - comprovação da posse de instalações com tancagem para armazenamento e equipamento medidor de combustível automotivo, caso se trate de posto revendedor de combustível;

5.3 - comprovação da posse neste Estado de base para armazenamento, com capacidade mínima de 45m³ (quarenta e cinco metros cúbicos) e dispor de 3 (três) caminhões-tanque, próprios, afretados ou arrendados mercantilmente, caso se trate de TRR;

5.4 - comprovação da posse nesse Estado de base para armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos com capacidade mínima de armazenamento de 750m³ (setecentos e cinqüenta metros cúbicos), caso se trate de distribuidora, exceto de GLP, observado o disposto no § 12;

5.5 - comprovação da posse de base para armazenamento, envazilhamento e distribuição de GLP, bem como posse de botijões, devidamente identificados com sua marca comercial, em quantidade compatível com o mercado que pretenda atender, caso se trate de distribuidor de GLP;

6 – revogado

Nota: O item 6 da alínea "b" do inciso I do art. 193 foi revogado pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação anterior dada ao item 6, tendo sido acrescentado à alíena "b", do inciso I do art. 193 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004), efeitos de 01/12/04 até 14/02/05:
"6 - comprovar regularidade perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quando se tratar de contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) sob os códigos 5151-9/01, 5151-9/02 e 5151-9/03.".

II - ser impressos mediante prévia autorização da Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte requerente, com a geração do formulário Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), Anexo 11.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 193 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99

§ 1º No tocante à impressão de documentos fiscais, o disposto nos incisos I e II deste artigo aplica-se, também:

I - quando a impressão dos documentos fiscais for realizada em tipografia do próprio usuário;

II - no caso de o estabelecimento gráfico e o encomendante estarem situados em unidades da Federação diferentes, hipótese em que:

a) sendo o encomendante estabelecido neste Estado e o estabelecimento gráfico situado em outra unidade da Federação:

1 - o contribuinte encomendante deverá, previamente, obter autorização junto à Inspetoria Fazendária de sua circunscrição, mediante o formulário PAIDF, além de atender às exigências porventura previstas na legislação da unidade federada onde deva ser impressa a documentação;

Nota: A redação atual do item 1, do § 1º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

2 - cumprida a exigência do item anterior, o estabelecimento gráfico deverá requerer autorização junto à repartição fiscal da unidade da Federação onde estiver situado;

b) sendo o estabelecimento gráfico situado neste Estado, ao receber encomenda de impressão de documentos fiscais de contribuinte localizado em outra unidade da Federação, só poderá efetuar a impressão após autorização da Inspetoria Fazendária a que estiver vinculado, neste Estado, devendo a repartição fiscal extrair uma via adicional ou cópia reprográfica da referida autorização, para ser remetida à repartição do fisco da unidade federada onde estiver situado o estabelecimento encomendante.

Nota: A redação atual da alínea "b", do item 1, do § 1º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

§ 2º A repartição fazendária manterá controle dos pedidos de autorização de impressão de documentos fiscais.

§ 3º Caberá à Gerência de Informações Econômico-Fiscais autorizar a impressão da Nota Fiscal Avulsa, de emissão exclusiva da Secretaria da Fazenda.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 193 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 3 Caberá à Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda autorizar a impressão da Nota Fiscal Avulsa, de emissão exclusiva da Secretaria da Fazenda."

Redação originária:
"§ 3 Caberá à Gerência de Informações Econômico-Fiscais (GEIEF) do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda autorizar a impressão da Nota Fiscal Avulsa, de emissão exclusiva da Secretaria da Fazenda."

§ 4º É dispensada a autorização para impressão dos documentos especificados no inciso XXVII e nas alíneas "a" a "i" do inciso XXVIII do art. 192.

Nota: **A redação atual do § 4º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).**

Redação anterior dada ao § 4º do art. 193 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 4º É dispensada a autorização para impressão dos documentos especificados nas alíneas "a" a "j" do inciso XXVIII do art. 192."

Redação originária:
"§ 4º O Secretária da Fazenda poderá firmar convênio com o Sindicato da Indústrias Gráficas do Estado da Bahia pra confecção e distribuição, sem ônus para o Estado, dos formulários de pedido de autorização para impressão dos documentos fiscais e de outros formulários ou documentos de interesse da Secretaria."

§ 5º Os estabelecimentos gráficos que confeccionarem para si ou para terceiros impressos de documentos fiscais:

I - além das demais disposições regulamentares, observarão, especialmente, as normas dos arts. 194 a 199;

II - são passíveis da pena de que cuida o art. 660, na hipótese ali prevista.

§ 6º Tratando-se de produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial, inscrito na condição de produtor rural, a impressão de documentos fiscais dependerá de autorização do Inspetor Fazendário.

Nota: **A redação atual do § 6º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).**

Redação anterior dada ao § 6º do art. 193 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"§ 6º Tratando-se de produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial que, por opção própria, houver obtido inscrição no cadastro estadual na condição de contribuinte especial, a impressão de documentos fiscais dependerá de autorização do Inspetor Fazendário."

Obs.: **A redação abaixo, do § 6º do art. 193, que foi dada pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04), com efeitos a partir de 01/04/05, foi revogado pelo art. 4º da Alteração**

nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05), sendo revigorada a redação anterior dada pela Alteração nº 11:
"§ 6º Tratando-se de produtor ou extrator inscrito na condição de contribuinte especial, a impressão de documentos fiscais dependerá de autorização do Inspetor Fazendário e do prévio credenciamento do produtor junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI ou em entidades por ela, para este fim, autorizadas."

Redação anterior dada ao § 6º do art. 193 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).
"§ 6º Tratando-se de produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial que, por opção própria, houver obtido inscrição no cadastro estadual na condição de contribuinte especial, a impressão de documentos fiscais dependerá de autorização do Delegado Regional da Fazenda, ouvida a repartição fazendária local."

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 6º Tratando-se de produtor ou extrator não equiparado a comerciante ou a industrial que, por opção própria, houver obtido inscrição no cadastro estadual na condição de contribuinte especial, a autorização para impressão de documentos fiscais dependerá de prévia autorização mediante regime especial, ouvida a repartição fazendária local."

§ 7º A Nota Fiscal de Produtor Rural (Anexo 94) será impressa em três vias e fornecida ao contribuinte, pela Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal, em quantidade não superior a 15 (quinze) jogos a cada solicitação por escrito.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

§ 8º A entrega de novos jogos de Notas Fiscais de Produtor Rural fica condicionada à apresentação das 2as vias dos documentos fiscais anteriormente recebidos e utilizados e dos não utilizados ou cancelados.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

§ 9º Após a conferência dos documentos fiscais referidos no parágrafo anterior, o funcionário responsável pela verificação devolverá ao contribuinte as 2as. vias das Notas Fiscais utilizadas.

Nota: A redação atual do § 9º do art. 193 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 9º Após a conferência dos documentos fiscais referidos no artigo anterior, o funcionário responsável pela verificação devolverá ao contribuinte as 2as. vias das Notas Fiscais utilizadas."

§ 10. Caberá ao funcionário responsável pelo recebimento e entrega dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, a apuração do valor das vendas acumuladas no ano anterior e no exercício em curso, sendo vedada a entrega de novos jogos de Notas Fiscais ao contribuinte cujas operações ultrapassarem o

limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) no mesmo exercício.

Nota: O § 10 foi acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

§ 11. Tratando-se de contribuintes em cujo estabelecimento seja obrigatória a vistoria, nos termos do art. 159-A, a concessão de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF somente será efetuada após a vistoria;

Nota: A redação atual do § 11 do art. 193 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao § 11, tendo sido acrescentado ao art. 193 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 17/05/05:
"§ 11. A concessão de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF somente será liberada após a vistoria do estabelecimento, tratando-se de contribuintes PP e ME com atividades industriais e contribuinte inscrito na condição de normal, hipótese em que o funcionário fiscal designado para a vistoria deverá ratificar ou elaborar croqui ou mapa de localização do estabelecimento, devendo acrescentar outras informações que facilitem a localização do imóvel."

Art. 194. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será confeccionado pelo Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado da Bahia (SIGEB), conforme convênio celebrado em 20/11/97 entre a Secretaria da Fazenda e o referido Sindicato, devendo ser numerado tipograficamente em ordem crescente de 1 a 9.999.999.

Nota: **A redação atual do *caput* do art. 194 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao *caput* do art. 194 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"Art. 194. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será confeccionado pelo Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado da Bahia (SIGEB), conforme convênio celebrado em 20/11/97 entre a Secretaria da Fazenda e o referido Sindicato, devendo ser numerado tipograficamente em ordem crescente de 1 a 999.999, reiniciando-se a numeração quando atingido este limite."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 194 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"Art. 194. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será confeccionado pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado da Bahia (SIGEB), conforme convênio celebrado em 20/11/97 entre a Secretaria da Fazenda e o referido Sindicato, devendo ser numerado tipograficamente em ordem crescente de 1 a 999.999, reiniciando-se a numeração no primeiro dia de cada exercício."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 194 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97):
"Art. 194. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será confeccionado pelo próprio estabelecimento gráfico encarregado da impressão dos documentos fiscais e/ou formulários destinados à sua impressão, devendo ser numerados tipograrficamente em ordem crescente de 1 a 999.999, reiniciando-se a numeração no primeiro dia de cada exercício."

Redação originária:
"194. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será preenchido, no

mínimo, em 3 vias, que terão a seguinte destinação:
I - 1ª via - INFAZ/processo;
II - 2ª via - estabelecimento gráfico;
III - 3ª via - contribuinte usuário."

Parágrafo único. O Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF) será preenchido, no mínimo, em 3 vias, que terão a seguinte destinação:

Nota: **O parágrafo único foi acrescentado ao art. 194 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523/97).**

I - 1ª via, Inspetoria Fazendária: processo/dossiê;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 194 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequarar às alterações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

II - 2ª via, estabelecimento gráfico;

III - 3ª via, contribuinte usuário.

Art. 195. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) será emitida por sistema eletrônico de processamento de dados, devendo ser destinada uma via para o estabelecimento gráfico e outra para o contribuinte usuário.

Nota: A redação atual do art. 195 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 195 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"I - 1ª via, Inspetoria Fazendária: processo/dossiê;"

Redação anterior dada ao inciso III pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para simples correção do texto.
"*III - 3ª via, contribuinte usuário.*"

Redação anterior dada ao art. 195 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*Art. 195. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) será gerada, no mínimo, em 3 vias, as quais terão a seguinte destinação:*
I - 1ª via, INFAZ: processo/dossiê;"
II - 2ª via, estabelecimento gráfico;
III - 4a. via, contribuinte usuário"

Redação originária:
"*Art. 195. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) será preenchida, no mínimo, em 4 vias, as quais, após a concessão da autorização pela Inspetoria Fazendária do domicílio fiscal do estabelecimento usuário, terão a seguinte destinação:*
I - 1ª via - INFAZ/processo;
II - 2ª via - INFAZ/dossiê;
III - 3ª via - estabelecimento gráfico;

IV - 4ª via - contribuinte."

Art. 195-A. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) poderá ser concedida via INTERNET aos contribuintes inscritos no CAD-ICMS na condição microempresa, empresa de pequeno porte, normal e ambulante.

Nota: A redação atual do art. 195-A foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

Redação anterior dada ao art. 195-A pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos de 07/05/03 a 15/09/03:
"Art. 195-A. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) poderá ser concedida via INTERNET aos contribuintes inscritos no CAD-ICMS na condição microempresa, empresa de pequeno porte, normal, ambulante e especial."

Redação anterior dada ao art. 195-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 08/02/01 a 06/05/03:
"Art. 195-A. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) poderá ser concedida via INTERNET aos contribuintes inscritos no CAD-ICMS na condição microempresa, empresa de pequeno porte e normal."

Art. 196. O número da AIDF será constituído de:

I - dois dígitos indicativos da Diretoria de Administração Tributária;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 196 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar às modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

II - dois dígitos indicativos da Inspetoria Fazendária;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 196 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar às modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

III - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número da AIDF, por Inspetoria Fazendária;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 196 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar às modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 196 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"III - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número da AIDF por INFAZ;"

Redação originária
"III - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número da AIDF;"

IV - quatro dígitos indicativos do ano.

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 196 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*IV - dois dígitos indicativos do ano.*"

Art. 196-A. O número da AIDF de que trata o art. 195-A será constituído de:

Nota: O art. 196-A foi acrescentado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

I - dois dígitos indicativos do meio de solicitação, a saber, 99;

II - dois dígitos indicativos da Inspetoria Fazendária;

III - seis algarismos, em seqüência direta, correspondendo ao número da AIDF, por Inspetoria Fazendária;

IV - quatro dígitos indicativos do ano.

SUBSEÇÃO III
Das Indicações Impressas e das Características dos Documentos Fiscais

Art. 197. Os documentos fiscais serão numerados, por espécie, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, e enfeixados em blocos uniformes de 20 ou de 50 (Conv. SINIEF, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 2/88 e 03/94).

§ 1º Atingido o número 999.999, a numeração deverá ser recomeçada com a mesma designação de série e subsérie, quando for o caso.

§ 2º A numeração da Nota Fiscal modelos 1 e 1-A será reiniciada sempre que houver (Ajuste SINIEF 4/95):

I - adoção de séries distintas, nos termos do inciso I do art. 200 (Ajuste SINIEF 9/97);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 197 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para adaptação de seu texto.

II - troca do modelo 1 para 1-A, e vice-versa.

Art. 198. Relativamente aos documentos especificados no art. 192, é permitido:

I - o acréscimo de indicações necessárias ao controle de tributos federais e municipais, desde que atendidas as normas da legislação de cada tributo;

II - o acréscimo de indicações de interesse do emitente, desde que não lhes prejudiquem a clareza;

III - excluir os campos referentes ao controle do IPI, no caso de utilização de documentos em operações não sujeitas a esse tributo, exceto o campo "Valor Total do IPI", do quadro "Cálculo do Imposto", hipótese em que nada será anotado neste campo (Ajuste SINIEF 03/94);

IV - alterar a disposição e o tamanho dos diversos campos, desde que não lhes prejudiquem a clareza e o objetivo;

V - em substituição aos blocos, o uso de formulários contínuos ou jogos soltos, a serem emitidos por processamento de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 717, conforme o caso, bem como do § 1º, II, e do § 2º do art. 200.

Nota: **A redação atual do inciso V do art. 198 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.**

Redação anterior dada ao inciso V do art. 198 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"V - em substituição aos blocos, o uso de formulários contínuos ou jogos soltos, a serem emitidos por processamento de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 718, conforme o caso, bem como do § 1º, II, e do § 2º do art. 200."

Redação originária:
"V - em substituição aos blocos, o uso de formulários contínuos ou jogos soltos, a serem emitidos por processamento de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 718, conforme o caso, bem como dos §§ 4º e 5º do art. 200."

VI - em sua confecção ou emissão, omitir as letras integrantes do número de inscrição estadual.

Nota: **O inciso VI foi acrescentado ao art. 198 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).**

§ 1º O disposto nos incisos II e IV deste artigo não se aplica à Nota Fiscal modelos 1 e 1-A, exceto quanto (Ajuste SINIEF 03/94):

I - à inclusão do nome de fantasia, do endereço telegráfico, do número do telex e da caixa postal, no quadro "Emitente" (Ajuste SINIEF 02/95);

II - à inclusão, no quadro "Dados do Produto":

a) de colunas destinadas à indicação de descontos concedidos e outras informações correlatas que complementem as indicações previstas para o referido quadro;

b) de pauta gráfica, quando os documentos forem manuscritos;

III - à inclusão, na parte inferior da Nota Fiscal, de indicações expressas em código de barras, desde que determinadas ou autorizadas pelo fisco estadual;

IV - à alteração no tamanho dos quadros e campos, respeitados o tamanho mínimo, quando estipulado neste Regulamento, e a sua disposição gráfica;

V - à inclusão de propaganda, na margem esquerda dos modelos 1 e 1-A, desde que haja separação de, no mínimo, 0,5cm (cinco décimos de centímetro) do quadro do modelo (Ajuste SINIEF 02/95);

VI - à deslocação do comprovante de entrega, na forma de canhoto destacável, para a lateral direita ou para a extremidade superior do impresso (Ajuste SINIEF 02/95);

VII - à utilização de retícula e fundos decorativos ou personalizantes, desde que não excedentes aos seguintes valores da escala "europa" (Ajuste SINIEF 02/95):

a) 10% para as cores escuras;

b) 20% para as cores claras;

c) 30% para as cores creme, rosa, azul, verde e cinza, em tintas próprias para fundos.

§ 2º É vedada a impressão, emissão ou utilização de documento extrafiscal que se assemelhe a documento fiscal ou que se confunda com este, mediante a utilização de equipamentos ou qualquer outro meio, assim como a entrega ao consumidor de cupom de comanda, de pedido ou de conferência e outros documentos, em substituição ao documento fiscal a que o contribuinte esteja obrigado a emitir.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 198 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 2º É proibida a impressão e utilização de documentos extrafiscais com denominação ou apresentação iguais ou semelhantes às dos documentos especificados no art. 192."

Art. 199. Além das indicações a serem impressas tipograficamente segundo as normas atinentes a cada um dos modelos de documentos fiscais relacionados no art. 192, deverá constar, ainda, nos impressos dos referidos documentos:

I - a expressão, em campo próprio, em todas as vias, em corpo "10", na parte superior direita do documento fiscal: "VÁLIDA(O) PARA USO ATÉ ..../...../.....";

II - no rodapé do formulário, as seguintes indicações:

a) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do impressor do documento;

b) a data e a quantidade da impressão;

c) o número de ordem do primeiro e do último documento impresso, e respectiva série e subsérie, quando for o caso;

d) o número da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais;

e) o número do regime especial concedido para emissão de documentos fiscais, quando for o caso.

Nota: A redação atual da alínea "e", do inciso II do art. 199 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para passar a exigir a indicação do número do regime especial, em vez do número do processo do regime especial.

f) revogada

Nota: A alínea "f", do inciso II do art. 199 foi revogada pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00).

Redação anterior dada a alínea "f", tendo sido acrescentada ao inciso II do art. 199 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"f) o número da autorização de uso do sistema eletrônico de processamento de dados (AUPD), quando o documento fiscal for emitido por esse meio.".

§ 1º Em se tratando da Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, as indicações de que cuida o inciso II poderão ser feitas no rodapé ou na lateral direita do formulário.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à impressão ou confecção dos documentos relativamente aos quais a legislação dispense, expressamente, tais exigências.

§ 3º No tocante às indicações impressas e às características dos documentos a serem emitidos pelas pessoas inscritas na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, observar-se-á o disposto no art. 408-E.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 199 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

§ 4º As Notas Fiscais a serem emitidas por empresas inscritas no cadastro estadual na condição de contribuinte especial ou de produtor rural serão confeccionadas com fundo negativo nos campos destinados à base de cálculo, ao valor do ICMS, à base de cálculo para fins de substituição tributária e ao valor do ICMS devido por substituição tributária, devendo conter no quadro "Informações Complementares" a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS".

Nota: **A redação atual do § 4º do art. 19 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).**

Redação anterior dada ao § 4º do art. 199 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05):
"§ 4º As Notas Fiscais a serem emitidas por empresas inscritas no cadastro estadual na condição de contribuinte especial ou de produtor rural, enquadrado no regime SimBahia Rural, serão confeccionadas com fundo negativo nos campos destinados à base de cálculo, ao valor do ICMS, à base de cálculo para fins de substituição tributária e ao valor do ICMS devido por substituição tributária, devendo conter no quadro "Informações Complementares" a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS"."

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 199 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01):
"§ 4º As Notas Fiscais a serem emitidas por empresas inscritas no cadastro estadual na condição de contribuinte especial serão confeccionadas com fundo negativo nos campos destinados à base de cálculo, ao valor do ICMS, à base de cálculo para fins de substituição tributária e ao valor do ICMS devido por substituição tributária, devendo conter no quadro "Informações Complementares" a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS"."

SUBSEÇÃO IV
Das Séries e Subséries dos Documentos Fiscais

Art. 200. Relativamente às séries e subséries dos documentos fiscais relacionados no art. 192:

Nota: **A redação atual do *caput do* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"Art. 200. Os documentos fiscais relacionado no art. 192 serão confeccinados e utilizados com observância das seguintes séries:"

I - na adoção de séries da Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, observar-se-á o seguinte (Ajustes SINIEF 4/95 e 9/97):

Nota: **A redação atual do inciso I d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"I - série "B"";

a) será obrigatória a utilização de séries distintas, nas hipóteses de uso concomitante:

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso I do art. 200 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação anterior dada a alíena "a", do inciso I d*o* art. 200 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).
"a) será obrigatória a utilização de séries distintas, no caso de uso concomitante da Nota Fiscal e da Nota Fiscal-Fatura a que se refere o § 7º do art. 219;"

Redação originária:
"a) Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, nas saídas de energia elétrica para destinatários situados neste Estao ou no interior".

1 - de Nota Fiscal e Nota Fiscal-Fatura a que se refere o § 7º do art. 219;

Nota: O item 1 foi acrescentado a alínea "a", do inciso I do art. 200 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

2 - Nota Fiscal de modelo 1 e 1-A;

Nota: O item 2 foi acrescentado a alínea "a", do inciso I, do art. 200 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

b) sem prejuízo do disposto na alínea anterior, será permitida a utilização de séries distintas, quando houver interesse por parte do contribuinte;

Nota: **A redação atual da alínea "b", do inciso I d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"b) nas prestações de serviços a usuários situados neste Estado ou no exterior;";

c) as séries serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, a partir de 1, vedada a utilização de subsérie;

Nota: **A alínea "c", do inciso I d*o* art. 200 foi acrescentada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

II - os documentos a seguir indicados serão confeccionados e utilizados com observância das seguintes séries (Conv. ICM 06/89):

Nota: **A redação atual do inciso II d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"II - série "C":
a) Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, nas saídas de energia elétrica para destinatários situados em outras unidades da Federação;
b) nas prestações de serviços a usuários situados em outras unidades da Federação;"

a) série “B”:

1 - Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, nas saídas de energia elétrica para destinatários situados neste Estado ou no exterior;

2 - nas prestações de serviços a usuários situados neste Estado ou no exterior;

b) série “C”:

1 - Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, nas saídas de energia elétrica para destinatários situados em outras unidades da Federação;

2 - nas prestações de serviços a usuários situados em outras unidades da Federação;

c) série "D":

1 - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, nas hipóteses do art. 232, sendo que (Ajuste SINIEF 09/97):

1.1 - os documentos poderão conter subsérie com algarismo arábico, em ordem crescente, a partir de 1, impresso após a letra indicativa da série;

1.2 - poderão ser utilizadas simultaneamente duas ou mais subséries;

1.3 - deverão ser utilizados documentos de subsérie distinta, sempre que forem realizadas operações com produtos estrangeiros de importação própria ou operações com produtos estrangeiros adquiridos no mercado interno;

2 - nas prestações de serviços de transporte de passageiros;

d) série “F”: na utilização do Resumo de Movimento Diário, modelo 18.

III - série "D":

a) Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, nas operações de venda de mercadorias a consumidor não contribuinte, a vista, exclusivamente quando as mercadorias forem retiradas pelo comprador;

b) nas prestações de serviços de transporte de passageiros;

IV - série "F": na utilização do Resumo de Movimento Diário, modelo 18.

§ 1º Relativamente aos documentos fiscais de séries “B”, “C”, “D” e “F”, utilizados nas operações com energia elétrica e nas prestações de serviços de transporte (Conv. ICM 06/89):

Nota: **A redação atual do § 1º d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"§ 1º Relativamente aos documentos fiscais:
I - tratando-se da Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, poderão conter o algarismo arábico designativo da série, na hipótese do § 3º;
II - no caso dos demais documentos fiscais, deverão conter o algarismo arábico designativo da subsérie, em ordem crescente a partir de 1, que será aposto ao lado da letra indicativa da série.";

I - é permitido, em cada série, o uso simultâneo de duas ou mais subséries, devendo, nesse caso, os documentos conter o algarismo arábico designativo da subsérie, em ordem crescente a partir de 1, que será aposto ao lado da letra indicativa da série;

II - é permitido o uso (Ajuste SINIEF 01/95):

a) de documentos fiscais sem distinção por série e subsérie, englobando as operações e prestações a que se refere este parágrafo, devendo constar a designação “Série Única”;

b) das séries “B” e “C”, conforme o caso, sem distinção por subséries, englobando as operações e prestações para as quais sejam exigidas subséries especiais, devendo constar a designação “Única”, após a letra indicativa da série;

III - no exercício da faculdade a que alude o inciso anterior, será obrigatória a separação, ainda que por meio de códigos, das operações e prestações em relação às quais são exigidas subséries distintas (Ajuste SINIEF 01/95);

IV - nos fornecimentos de energia elétrica e nas prestações de serviços sujeitos a diferentes alíquotas do ICMS, é obrigatório o uso de subsérie distinta dos documentos fiscais para cada alíquota aplicável, podendo o contribuinte utilizar-se da faculdade a que se refere o inciso anterior (Ajuste SINIEF 01/95);

V - os contribuintes que possuírem inscrição centralizada poderão adotar série ou subsérie distinta para cada local de emissão do documento fiscal, qualquer que seja a série adotada.

§ 2º Ao contribuinte que emitir documentos fiscais por processo mecanizado ou por sistema eletrônico de processamento de dados é permitido, ainda, o uso de documento fiscal emitido a máquina ou manuscrito, observado o disposto neste artigo (Ajustes SINIEF 03/94 e 09/97).

Nota: **A redação atual do § 2º d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"§ 2º É permitido, em cada uma das séries dos documentos fiscais, o uso simultâneo de duas ou mais subséries, exceto em se tratando da Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A.";

§ 3º O fisco poderá restringir o número de séries e subséries (Ajustes SINIEF 03/94 e 09/97).

Nota: **A redação atual do § 3º d*o* art. 200 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"§ 3º Relativamente à utilização de séries na Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, observar-se-á o seguinte (Ajuste SINIEF 4/95):
I - será obrigatória a utilização de séries distintas, no caso de uso concomitante da Nota Fiscal e da Nota Fiscal-Fatura a que se refere o § 7º do art. 219;
II - sem prejuízo do disposto no inciso anterior, será permitida a utilização de séries distintas, quando houver interesse por parte do contribuinte;
III - as séries serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, a partir de 1, vedada a utilização de subséries.";

§ 4º Ao contribuinte que emitir documentos fiscais por processo mecanizado ou por sistema eletrônico de processamento de dados é permitido, ainda, o uso de documento fiscal emitido a máquina ou manuscrito, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º (Ajuste SINIEF 03/94).

§ 5º É permitido o uso (Ajuste SINIEF 01/95):

I - de documentos fiscais sem distinção por série e subsérie, englobando as operações e prestações a que se refere este artigo, devendo constar a designação "Série Única";

II - das séries "B" e "C", conforme o caso, sem distinção por subséries, englobando as operações e prestações para as quais sejam exigidas subséries especiais, devendo constar a designação "Única", após a letra indicativa da série.

§ 6º No exercício da faculdade a que alude o parágrafo anterior, será obrigatória a separação, ainda que por meio de códigos, das operações e prestações em relação às quais são exigidas subséries distintas (Ajuste SINIEF 01/95).

§ 7º Os contribuintes poderão utilizar documento fiscal de série distinta, sempre que realizarem (Ajuste SINIEF 03/94):

I - ao mesmo tempo, operações ou prestações sujeitas ou não ao IPI e/ou ao ICMS;

II - vendas fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículos, podendo ser adotada uma série para as operações de remessa, e outra, comum a todos os vendedores, para as operações de venda;

III - operações com produtos estrangeiros de importação própria;

IV - operações com produtos estrangeiros adquiridos no mercado interno;

V - operações de saída de mercadorias armazenadas em depósito fechado ou armazém geral, que não devam transitar pelo estabelecimento depositante;

VI - vendas a contribuintes substituídos;

VII - outras situações, a critério do contribuinte.

§ 8º O fisco poderá restringir o número de séries e subséries (Ajuste SINIEF 03/94).

§ 9º Os contribuintes que possuírem inscrição centralizada poderão adotar série ou subsérie distinta para cada local de emissão do documento fiscal, qualquer que seja a série adotada, exceto quando se tratar da Nota Fiscal modelos 1 ou 1-A, caso em que poderá ser adotada série distinta.

§ 10. Nos fornecimentos de energia elétrica e nas prestações de serviços sujeitos a diferentes alíquotas do

ICMS, será obrigatório o uso de subsérie distinta dos documentos fiscais para cada alíquota aplicável, podendo o contribuinte utilizar-se da faculdade a que se refere o § 6º (Ajuste SINIEF 01/95).

§ 11. É vedada a utilização simultânea dos modelos 1 e 1-A da Nota Fiscal, salvo quando adotadas séries distintas, nos termos do § 3º (Ajuste SINIEF 4/95).

SUBSEÇÃO V
Das Hipóteses em que Devem Ser Emitidos os Documentos Fiscais

Art. 201. Os documentos fiscais especificados no art. 192 serão emitidos pelos contribuintes do ICMS (Conv. SINIEF, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/85, 01/86 e 01/89):

I - sempre que realizarem operações ou prestações de serviços sujeitas à legislação do ICMS;

II - no reajustamento de preço, por qualquer circunstância, de que decorra aumento do valor originário da operação ou prestação, devendo o documento fiscal complementar ser emitido dentro de 48 horas da data em que se efetivou o reajustamento do preço (§ 1º);

III - na exportação, se o valor resultante do contrato de câmbio acarretar acréscimo ao valor da operação constante na Nota Fiscal (§ 1º);

IV - na regularização em virtude de diferença de preço em operação ou prestação, ou na quantidade, volume ou peso de mercadoria, quando efetuada no período de apuração do imposto em que tiver sido emitido o documento fiscal originário (§ 2º);

V - para lançamento do imposto que não tiver sido pago na época própria, em virtude de erro de cálculo para menos, por erro de classificação fiscal ou por qualquer outro motivo, quando a regularização ocorrer no período de apuração do imposto em que tiver sido emitido o documento fiscal originário (§ 2º);

VI - por ocasião da destinação a uso, consumo ou integração ao ativo imobilizado ou a emprego em objeto alheio à atividade do estabelecimento, de mercadoria adquirida para comercialização, industrialização, produção, geração ou extração;

VII - na data do encerramento das atividades do estabelecimento, relativamente às mercadorias existentes no estoque final;

VIII - no caso de diferença apurada no estoque de selos especiais de controle fornecidos ao usuário pelas repartições do fisco federal para aplicação em seus produtos, desde que a emissão do documento fiscal seja efetuada antes de qualquer procedimento do fisco (§ 4º);

IX - no caso de mercadoria cuja unidade não possa ser transportada de uma só vez, desde que o ICMS deva incidir sobre o todo, observado o disposto na alínea "c" do inciso VI do art. 632;

X - para efeito de estornos de créditos ou de débitos fiscais;

XI - nas demais hipóteses previstas na legislação.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II ou III, o documento fiscal será emitido dentro de 3 dias, contados da data em que se tiver efetivado o reajustamento do preço ou o acréscimo ao valor da operação ou prestação.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos IV ou V, se a regularização se efetuar após o período de apuração, o documento fiscal também será emitido, devendo o contribuinte:

I - indicar, no novo documento emitido, o motivo da regularização e, se for o caso, o número e a data do documento originário;

II - recolher em documento de arrecadação especial a diferença do imposto com as especificações

necessárias à regularização, indicando, na via do documento presa ao talão, essa circunstância, bem como o número e a data do documento de arrecadação;

III - mencionar, na via presa ao talonário, as especificações do documento de arrecadação respectivo;

IV - efetuar, no Registro de Saídas:

a) a escrituração do documento fiscal;

b) a indicação da ocorrência, na coluna "Observações", nas linhas correspondentes aos lançamentos do documento fiscal originário e do documento fiscal complementar;

V - lançar o valor do imposto recolhido na forma do inciso II deste parágrafo no Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos", com a expressão "Diferença do imposto".

§ 3º Não se aplicará o disposto nos incisos II e V do parágrafo anterior se, no período de apuração em que tiver sido emitido o documento fiscal originário e nos períodos subseqüentes, até o imediatamente anterior ao da emissão do documento fiscal complementar, o contribuinte tiver mantido saldo credor do imposto nunca inferior ao valor da diferença.

§ 4º Na hipótese do inciso VIII deste artigo:

I - a falta de selos caracteriza saída de produtos sem a emissão do documento fiscal e sem o pagamento do imposto;

II - o excesso de selos caracteriza saída de produtos sem a aplicação de selos e sem o pagamento do imposto.

§ 5º No documento fiscal complementar deverá constar o motivo determinante da emissão e, se for o caso, o número e a data do documento originário, bem como o destaque da diferença do imposto, se devido.

§ 6º As chamadas "cartas de correção" apenas serão admitidas quando não se relacionarem com dados que influam no cálculo do imposto ou quando não implicarem mudança completa do nome do remetente ou do estabelecimento destinatário.

§ 7º Revogado

Nota: O § 7º do art. 201 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 7º do art. 201 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos até 30/12/02:
"§ 7º O contribuinte obrigado a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) emitirá por meio deste equipamento, nas operações ou prestações destinadas a não contribuinte do ICMS, os seguintes documentos fiscais:
I - o Cupom Fiscal ou a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, exceto nas prestações indicadas no inciso II deste parágrafo;"
II - o Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem ou o Bilhete de Passagem, nas prestações de transporte rodoviário, aquaviário ou ferroviário de passageiros."

Redação anterior dada ao § 7º, tendo sido acrescentado ao 201 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99):
"§ 7º O contribuinte obrigado a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) emitirá, por meio deste equipamento, os seguintes documentos fiscais:
I - o Cupom Fiscal ou a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, nas operações ou prestações que não sejam

aquelas indicadas no inciso seguinte;
II - o Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem ou o Bilhete de Passagem, nas prestações de transporte rodoviário, aquaviário ou ferroviário de passageiros."

§ 8º Revogado

Nota: O § 8º do art. 201 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 8º, tendo sido acrescentado ao art. 201 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos até 30/12/02:
"8º Quando não for possível a emissão dos documentos na forma prevista no parágrafo anterior, em decorrência de sinistro ou razões técnicas, serão emitidos de forma manual ou datilográfica:
I - a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, em substituição aos documentos citados no inciso I do parágrafo anterior;
II - o Bilhete de Passagem, em substituição aos documentos mencionados no inciso II do parágrafo anterior."

§ 9º Revogado

Nota: O § 9º do art. 201 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 201 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"9º Nas hipóteses citadas no parágrafo anterior, o contribuinte autorizado a usar Sistema Eletrônico de Processamento de Dados emitirá os documentos especificados no caput deste artigo, exceto a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 indicada no inciso I."

§ 10. Em relação às operações previstas no inciso XXXVI do caput do art. 32, os contribuintes do ICMS deverão:

Nota: A redação atual do § 10 do art. 201 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao § 10 do art. 201 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04):
"§ 10. Os contribuintes do ICMS que estiverem obrigados a coletar, armazenar e remeter pilhas e baterias usadas, obsoletas ou imprestáveis, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, diretamente ou por meio de terceiros, aos respectivos fabricantes ou importadores, para disposição final ambientalmente adequada, deverão:
I - emitir, diariamente, nota fiscal, sem valor comercial, para documentar o recebimento de pilhas e baterias usadas, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados coletados de consumidores finais - Ajuste SINIEF 11/04";
II - emitir nota fiscal, sem valor comercial, para documentar a remessa dos produtos coletados aos respectivos fabricantes ou importadores, ou a terceiros repassadores, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados coletados de consumidores finais – Ajuste SINIEF 11/04"."

Redação anterior dada ao § 10, tendo sido acrescentado ao art. 201 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), sendo que os incisos I e II produzirão efeitos de 16/04/01 até 04/11/04:
"§ 10. Os contribuintes do ICMS que estiverem obrigados a coletar, armazenar e remeter pilhas e baterias usadas, obsoletas ou imprestáveis, que contenham em suas composições cádmio, mercúrio e seus compostos, diretamente ou por meio de terceiros, aos respectivos fabricantes ou importadores, para disposição final ambientalmente adequada, deverão:
***I -** emitir, diariamente, nota fiscal, sem valor comercial, para documentar o recebimento de pilhas e baterias usadas, que contenham em suas composições cádmio, mercúrio e seus compostos, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados coletados de consumidores finais - Ajuste SINIEF 05/00";*
***II -** emitir nota fiscal, sem valor comercial, para documentar a remessa dos produtos coletados aos respectivos fabricantes ou importadores, ou a terceiros repassadores, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados coletados de consumidores finais – Ajuste SINIEF 05/00".*

I - emitir, diariamente, nota fiscal para documentar o recebimento de pilhas e baterias, quando o remetente não for contribuinte obrigado à emissão de documento fiscal, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados isentos do ICMS, coletados de consumidores finais – Convênio ICMS 27/05";

II - emitir nota fiscal para documentar a remessa dos produtos coletados aos respectivos fabricantes ou importadores ou a terceiros repassadores, consignando no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" a seguinte expressão: "Produtos usados isentos do ICMS nos termos do Convênio ICMS 27/05";

§ 11. Fica dispensado o disposto no parágrafo anterior, quando as remessas dos lojistas para armazenagem ou para os destinatários finais, fabricantes ou importadores, forem promovidas por intermédio da SPVS - Sociedade de Pesquisa de Vida Selvagem e Educação Ambiental, sediada no município de Curitiba, na Rua Gutemberg nº 296 e inscrita no CNPJ sob o nº 78.696.242/0001-59, observando-se o seguinte (Ajustes SINIEF 12/04):"

Nota: **O § 11 foi acrescentado ao art. 201 pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).**

I - a remessa deve ser realizada com base no "Programa de Recolhimento de Baterias Usadas de Celular" da SPVS, mediante a utilização de envelope encomenda-resposta, que atenda os padrões da EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - e da ABNT NBR 7504, fornecido pela SPVS, com porte pago;

II - o envelope de que trata o inciso anterior conterá a seguinte expressão: "Procedimento Autorizado – Ajuste SINIEF 12/04";

III - a SPVS remeterá à Secretaria de Fazenda deste Estado, até o dia quinze de cada mês, relação de controle e movimentação de materiais coletados em conformidade com este parágrafo, de forma que fique demonstrada:

a) a quantidade coletada e encaminhada aos destinatários;

b) os contribuintes participantes do referido programa, atuantes na condição de coletores das baterias usadas de telefone celular.

SUBSEÇÃO VI
Das Formalidades a Serem Observadas na Emissão dos Documentos Fiscais

Art. 202. Os documentos fiscais não poderão conter emenda ou rasura, e serão emitidos por decalque a carbono ou em papel carbonado ou autocopiativo, devendo ser preenchidos a máquina ou manuscritos a tinta ou a lápis-tinta ou, ainda, por sistema eletrônico de processamento de dados, por processo mecanográfico ou datilográfico ou por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devendo os seus dizeres e indicações estar bem legíveis, em todas as vias.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 202 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"Art. 202. Os documentos fiscais não poderão conter emenda ou rasura, e serão emitidos por decalque a carbono ou em papel carbonado ou autocopiativo, devendo ser preenchidos a máquina ou manuscritos a tinta ou a lápis-tinta ou, ainda, por sistema eletrônico de processamento de dados, por processo mecanográfico ou datilográfico, por equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), por terminal ponto de venda (PDV) ou por máquina registradora, devendo os seus dizeres e indicações estar bem legíveis, em todas as vias (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 4/87 e 16/89)."

§ 1º Para a emissão de documentos fiscais, salvo disposição em contrário, é permitida ao contribuinte a utilização simultânea de quaisquer espécies ou meios previstos neste Regulamento, observada a disciplina específica de cada um.

§ 2º O contribuinte poderá emitir documentos fiscais em formulários contínuos ou jogos soltos, por processamento eletrônico de dados ou por processo mecanizado ou por Emissor de Cupom Fiscal (ECF), observadas, se for o caso, as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 717, bem como do § 1º, II, e do § 2º do art. 200.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 202 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 202 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 08/02/01 a 20/01/04:
"§ 2º O contribuinte poderá emitir documentos fiscais em formulários contínuos ou jogos soltos, por processamento eletrônico de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 717, conforme o caso, bem como do § 1º, II, e do § 2º do art. 200."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 202 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 2º O contribuinte poderá emitir documentos fiscais em formulários contínuos ou jogos soltos, por processamento eletrônico de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 718, conforme o caso, bem como do § 1º, II, e do § 2º do art. 200."

Redação originária:
"§ 2º O contribuinte poderá emitir documentos fiscais em formulários contínuos ou jogos soltos, por processamento eletrônico de dados ou por processo mecanizado, observadas as disposições dos arts. 683 a 712 ou 713 a 718, conforme o caso, bem como dos §§ 4º e 5º do art. 200."

§ 3º O contribuinte poderá ser autorizado a realizar impressão e emissão de documentos fiscais, simultaneamente, na condição de impressor autônomo, observado o disposto no art. 896.

§ 4º A discriminação da mercadoria ou do serviço no documento fiscal poderá ser feita por meio de código, desde que no próprio documento, ainda que no verso, conste a correspondente decodificação, exceto no caso de documento emitido por ECF.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 202 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação originária, efeitos até 20/01/04:
"§ 4º A discriminação das mercadorias ou dos serviços no documento fiscal poderá ser feita por meio de códigos, desde que no próprio documento, ainda que no verso, conste a correspondente decodificação."

§ 5º No tocante à guarda e conservação dos documentos fiscais, à sua exibição ao fisco e às providências a serem adotadas em caso de sinistro, furto, roubo, extravio e outras ocorrências do gênero, observar-se-á o disposto nos arts. 143 a 147.

§ 6º Aplica-se, também, aos documentos fiscais o disposto no art. 321, nos casos de aquisição de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou de transmissão a herdeiro ou legatário.

§ 7º Revogado.

Nota: O § 7º do art. 202 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação anterior dada ao § 7º, tendo sido acrescentado ao art. 202 pela Alteração nº 5 (Decreto. nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 7º É vedada a utilização simultânea dos modelos 1 e 1-A da Nota Fiscal, salvo quando adotadas séries distintas, nos termos do inciso I do art. 200 (Ajustes SINIEF 4/95 e 9/97)."

§ 8º Revogado

Nota: O § 8º do art. 202 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 8º, tendo sido acrescentado ao art. 202 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos até 30/12/02:
"§ 8º Os documentos emitidos por máquina registradora (MR), emissor de cupom fiscal (ECF) e terminal ponto de venda (PDV), observarão as normas previstas nos arts. 736 e 737, 777 a 786 e 846 a 864, respectivamente."

Art. 203. Os impressos de documentos fiscais serão usados na ordem seqüencial de sua numeração, vedada a utilização de blocos ou conjunto de formulários sem que estejam simultaneamente em uso ou já tenham sido utilizados os de numeração inferior.

Art. 204. As diversas vias dos documentos fiscais não se substituirão em suas respectivas funções, salvo em caso de extravio, hipótese em que deverá ser feita imediata comunicação à repartição fazendária (Ajuste SINIEF 03/94).

Art. 205. A disposição das vias nos blocos ou conjuntos de formulários obedecerá à ordem seqüencial que as diferencia, vedada a intercalação de vias adicionais (Ajuste SINIEF 03/94).

Parágrafo único. Serão mantidos no talonário, no formulário contínuo ou nos jogos soltos todas as suas vias, quando o documento fiscal for emitido por exigência da legislação e não tiver, relativamente às suas vias, destinação específica.

Art. 206. Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, redução da base de cálculo ou diferimento, ou quando estiver amparada por imunidade, não-incidência ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto já houver sido lançado por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, indicando-se o dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código, cuja decodificação conste no próprio documento fiscal, exceto quando se tratar de Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor emitida por Emissor de Cupom Fiscal (ECF).

Nota: **A redação atual do *caput* do artigo 206 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada ao *caput* do artigo 206 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"Art. 206. Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, redução da base de cálculo ou diferimento, ou quando estiver amparada por imunidade, não-incidência ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto já houver sido lançado por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, indicando-se o dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código, cuja decodificação conste no próprio documento fiscal, exceto quando se tratar de Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor emitidos por máquina registradora (MR), terminal ponto de venda (PDV) ou emissor de cupom fiscal (ECF)."

Redação originária, efeitos até 30/12/98:
"*Art. 206. Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, redução da base de cálculo ou diferimento, ou quando estiver amparada por imunidade, não-incidência ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto já houver sido pago por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, indicando-se o dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código, cuja decodificação conste no próprio documento fiscal.*".

Parágrafo único. É vedado o destaque do imposto no documento fiscal, quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, redução total da base de cálculo ou diferimento, ou quando estiver amparada por imunidade, não-incidência ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto já houver sido pago por antecipação.

Art. 207. Quando o valor da base de cálculo for diverso do valor da operação ou prestação, o contribuinte mencionará essa circunstância no documento fiscal, indicando o dispositivo pertinente da legislação, bem como o valor sobre o qual tiver sido calculado o imposto, exceto quando se tratar de Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor emitida Emissor de Cupom Fiscal (ECF).

Nota: **A redação atual do artigo 207 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada ao artigo 207 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"Art. 207. Quando o valor da base de cálculo for diverso do valor da operação ou prestação, o contribuinte mencionará essa circunstância no documento fiscal, indicando o dispositivo pertinente da legislação, bem como o valor sobre o qual tiver sido calculado o imposto, exceto quando se tratar de Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor emitidos por máquina registradora (MR), terminal ponto de venda (PDV) ou emissor de cupom fiscal (ECF)."

Redação originária, efeitos até 30/12/98:
"*Art. 207. Quando o valor da base de cálculo for diverso do valor da operação ou prestação, o contribuinte mencionará essa circunstância no documento fiscal, indicando o dispositivo pertinente da legislação, bem como o valor sobre o qual tiver sido calculado o imposto.*".

Parágrafo único. No caso de documento fiscal emitido em ECF, deverá ser utilizada carga tributária efetiva para a mercadoria ou serviço quando a base de cálculo for diversa do valor da operação ou prestação.

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 207 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Art. 208. É vedada a emissão de documento fiscal que não corresponda a uma efetiva saída ou entrada de mercadoria ou a uma efetiva prestação de serviço, exceto nas hipóteses expressamente previstas na legislação.

SUBSEÇÃO VII
Do Documento Inidôneo

Art. 209. Será considerado inidôneo, fazendo prova apenas em favor do fisco, o documento fiscal que:

I - omitir indicações, inclusive as necessárias à perfeita indicação da operação ou prestação;

II - não for o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação, a exemplo de "Nota de Conferência", "Orçamento", "Pedido" e outros do gênero, quando indevidamente utilizado como documentos fiscais;

III - não guardar os requisitos ou exigências regulamentares, inclusive no caso de utilização após vencido o prazo de validade nele indicado;

IV - contiver declaração inexata, estiver preenchido de forma ilegível ou contiver rasura ou emenda que lhe prejudique a clareza;

V - não se referir a uma efetiva operação ou prestação, salvo nos casos previstos neste Regulamento;

VI - embora revestido das formalidades legais, tiver sido utilizado com o intuito comprovado de fraude;

VII - for emitido por contribuinte:

a) fictício ou que não estiver mais exercendo suas atividades;

b) no período em que se encontrar com sua inscrição desabilitada no CAD-ICMS;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso VII do *caput* do art. 209 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação originária, efeitos até 09/09/05:
"b) no período em que se encontrar com sua inscrição suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada."

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I, III e IV, somente se considerará inidôneo o documento fiscal

cujas irregularidades forem de tal ordem que o tornem imprestável para os fins a que se destine.

SUBSEÇÃO VIII
Do Cancelamento de Documentos Fiscais e dos Prazos de Validade

Art. 210. Quando o documento fiscal for cancelado, conservar-se-ão no talonário, formulário contínuo ou jogos soltos todas as suas vias, com declaração do motivo que houver determinado o cancelamento, e referência, se for o caso, ao novo documento emitido.

§ 1º O motivo do cancelamento do documento fiscal será anotado, também, no livro fiscal próprio, na coluna "Observações".

§ 2º No caso de documento copiado, far-se-ão os assentamentos no livro copiador, arquivando-se todas as vias do documento cancelado.

§ 3º No caso de cancelamento de Cupom Fiscal ou Comprovante Não Fiscal no próprio equipamento que o emitiu, conservar-se-ão todas as vias dos documentos fiscais, inclusive o emitido para cancelamento.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 210 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Art. 211. Não poderá ser cancelado o documento fiscal que tiver sido escriturado no livro fiscal próprio, ou que tiver dado trânsito à mercadoria.

Art. 212. Na hipótese do artigo anterior, uma vez lançado o documento fiscal, normalmente, no Registro de Saídas, será emitida Nota Fiscal (entrada) para reposição da mercadoria no estoque e utilização do crédito fiscal, quando for o caso.

Art. 213. Os documentos fiscais perderão sua validade se não forem utilizados no prazo de 24 meses, contados da data de expedição da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

Art. 214. Para atendimento ao disposto no artigo anterior, o estabelecimento gráfico fará imprimir, em campo próprio, a expressão prevista no inciso I do art. 199, a menos que se trate de documento em relação ao qual a legislação dispense aquela indicação.

Art. 215. Encerrado o prazo de validade previsto no art. 213, os documentos fiscais ainda não utilizados serão cancelados pelo próprio contribuinte, que conservará todas as vias dos mesmos e consignará o ato na coluna "Observações" da folha específica do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

SUBSEÇÃO IX
Da Inutilização de Documentos Fiscais

Art. 216. Os documentos fiscais que não forem utilizados, seja por terem sido recolhidos à repartição fazendária por motivo de baixa ou inaptidão de inscrição, seja por haver-se esgotado o prazo de validade, seja, ainda, em razão de sinistro, furto, roubo, extravio, perda ou desaparecimento, deverão ser relacionados no formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (anexo 14), a ser fornecido pela repartição fazendária (art. 146).

Nota: A redação atual do art. 216 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação originária, efeitos até 09/09/05:
"Art. 216. Os documentos fiscais que não forem utilizados, seja por terem sido recolhidos à repartição

fazendária por motivo de baixa ou cancelamento de inscrição, seja por haver-se esgotado o prazo de validade, seja, ainda, em razão de sinistro, furto, roubo, extravio, perda ou desaparecimento, deverão ser relacionados no formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (Anexo 14), a ser fornecido pela repartição fazendária (art. 146)."

Art. 217. Tratando-se de ambulante ou contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural, o formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (anexo 14) será preenchido pelo funcionário responsável pelo seu recebimento.

Nota: A redação atual do art. 217 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 217 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 217. Tratando-se de microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante ou contribuintes inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural, o formulário Documentos Fiscais Não Utilizados (Anexo 14) será preenchido pelo funcionário responsável pelo seu recebimento."

Redação anterior dada ao art. 217 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"Art. 217. Tratando-se de microempresa, empresa de pequeno porte e ambulante, o preenchimento do formulário de que cuida o artigo anterior será feito de ofício pela própria repartição fazendária."

Redação originária:
"*Art. 217. Tratando-se de microempresa, o preenchimento do formulário de que cuida o artigo anterior será feito de ofício pela própria repartição fazendária.*".

SEÇÃO II
Dos Documentos Fiscais Relativos a Operações com Mercadorias

SUBSEÇÃO I
Da Nota Fiscal nas Operações de Saída ou de Fornecimento e Demais Hipóteses de Sua Utilização

Art. 218. Os contribuintes, excetuados os produtores rurais e os extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), emitirão Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A (Anexos 15 e 16):

I - sempre que efetuarem saída ou fornecimento de mercadorias;

II - na transmissão de propriedade de mercadorias, quando estas não devam transitar pelo estabelecimento transmitente;

III - nas vendas a consumidor:

a) a prazo;

b) a prazo ou a vista, quando as mercadorias não forem retiradas pelo comprador;

IV - sempre que, no estabelecimento, entrarem bens ou mercadorias, real ou simbolicamente, nas hipóteses do art. 229 (Ajuste SINIEF 03/94);

V - nas hipóteses do art. 201 e nas demais situações previstas na legislação.

Art. 219. A Nota Fiscal conterá, nos quadros e campos próprios, observada a disposição gráfica dos

modelos 1 e 1-A (Anexos 15 e 16), as seguintes indicações (Ajuste SINIEF 03/94):

I - no quadro "Emitente":

a) o nome, razão social ou denominação;

b) o endereço;

c) o bairro ou distrito;

d) o Município;

e) a unidade da Federação;

f) o telefone e/ou fax;

g) o Código de Endereçamento Postal (CEP);

h) o número de inscrição no CGC/MF;

i) a natureza da operação de que decorrer a saída ou a entrada, tais como: venda, compra, transferência, devolução, importação, consignação, remessa (para fins de demonstração, de industrialização ou outra);

j) o código fiscal da operação ou prestação;

l) o número da inscrição estadual do substituto tributário na unidade da Federação em favor da qual seja retido o imposto, quando for o caso;

m) o número da inscrição estadual;

n) a denominação: "NOTA FISCAL";

o) a indicação da operação, se de entrada ou de saída;

p) o número de ordem da Nota Fiscal e, imediatamente abaixo, a expressão “SÉRIE”, acompanhada do número correspondente, se adotada nos termos do inciso I do art. 200 (Ajuste SINIEF 9/97);

Nota: **A redação atual da alínea "p", do inciso I do art. 219 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para adaptar o texto.**

q) o número e a destinação da via da Nota Fiscal;

r) a data-limite para emissão da Nota Fiscal ou a indicação "00/00/00", quando a unidade da Federação da localização do emitente não fizer uso da prerrogativa prevista no § 2º do art. 16 do Convênio s/nº, de 15/12/70 (Convênio SINIEF);

s) a data da emissão da Nota Fiscal;

t) a data da efetiva saída ou entrada da mercadoria no estabelecimento;

u) a hora da efetiva saída da mercadoria do estabelecimento;

II - no quadro "Destinatário/Remetente":

a) o nome, razão social ou denominação;

b) o número de inscrição no CGC/MF ou no CPF/MF;

c) o endereço;

d) o bairro ou distrito;

e) o Código de Endereçamento Postal (CEP);

f) o Município;

g) o telefone e/ou fax;

h) a unidade da Federação;

i) o número de inscrição estadual;

III - no quadro "Fatura", se adotado pelo emitente, as indicações previstas na legislação pertinente;

IV - no quadro "Dados do Produto":

a) o código adotado pelo estabelecimento para identificação do produto;

b) a descrição dos produtos, compreendendo: o nome, a marca, o tipo, o modelo, a série, a espécie, a qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

c) a classificação fiscal dos produtos, quando exigida pela legislação do IPI;

d) o código de situação tributária;

e) a unidade de medida utilizada para a quantificação dos produtos;

f) a quantidade dos produtos;

g) o valor unitário dos produtos;

h) o valor total dos produtos;

i) a alíquota do ICMS;

j) a alíquota do IPI, quando for o caso;

l) o valor do IPI, quando for o caso;

V - no quadro "Cálculo do Imposto":

a) a base de cálculo total do ICMS;

b) o valor do ICMS incidente na operação;

c) a base de cálculo aplicada para a determinação do valor do ICMS retido por substituição tributária, quando for o caso;

d) o valor do ICMS retido por substituição tributária, quando for o caso;

e) o valor total dos produtos;

f) o valor do frete, quando cobrado pelo remetente;

g) o valor do seguro;

h) o valor de outras despesas acessórias;

i) o valor total do IPI, quando for o caso;

j) o valor total da Nota Fiscal;

VI - no quadro "Transportador/Volumes Transportados":

a) o nome, razão social ou denominação do transportador, e a expressão "Autônomo", se for o caso;

b) a condição de pagamento do frete: se por conta do emitente (CIF) ou do destinatário (FOB);

c) a placa do veículo, no caso de transporte rodoviário, ou outro elemento indicativo, nos demais casos;

d) a unidade da Federação de registro do veículo;

e) o número de inscrição do transportador no CGC/MF ou no CPF/MF;

f) o endereço do transportador;

g) o Município do transportador;

h) a unidade da Federação do domicílio do transportador;

i) o número da inscrição estadual do transportador, quando for o caso;

j) a quantidade de volumes transportados;

l) a espécie dos volumes transportados;

m) a marca dos volumes transportados;

n) a numeração dos volumes transportados;

o) o peso bruto dos volumes transportados;

p) o peso líquido dos volumes transportados;

VII - no quadro "Dados Adicionais":

a) no campo "Informações Complementares", outros dados de interesse do emitente, tais como: o número do pedido, o vendedor, o emissor da Nota Fiscal, o local de entrega, quando diverso do endereço do destinatário nas hipóteses previstas na legislação, propaganda, etc.;

b) no campo "Reservado ao Fisco", indicações estabelecidas pelo fisco da unidade da Federação do emitente;

c) o número de controle do formulário, no caso de Nota Fiscal emitida por processamento eletrônico de dados;

VIII - os dados destinados ao controle fiscal dos documentos, a saber:

a) o prazo de validade para emissão da Nota Fiscal, na forma do inciso I do art. 199;

b) as indicações relativas à confecção do documento, a serem impressas no rodapé ou na lateral direita da Nota Fiscal, nos termos do inciso II do art. 199;

IX - no comprovante de entrega dos produtos, que deverá integrar apenas a 1ª via da Nota Fiscal, na

forma de canhoto destacável:

a) a declaração de recebimento dos produtos;

b) a data do recebimento dos produtos;

c) a identificação e a assinatura do recebedor dos produtos;

d) a expressão "NOTA FISCAL";

e) o número de ordem da Nota Fiscal.

§ 1º A Nota Fiscal será de tamanho não inferior a 21,0cm x 28,0cm e 28,0cm x 21,0cm para os modelos 1 e 1-A, respectivamente, e suas vias não poderão ser impressas em papel-jornal, observado o seguinte:

I - os quadros terão largura mínima de 20,3cm, exceto os quadros:

a) "Destinatário/Remetente", que terá largura mínima de 17,2cm;

b) "Dados Adicionais", no modelo 1-A;

II - o campo "Reservado ao Fisco" terá tamanho mínimo de 8,0cm x 3,0cm, em qualquer sentido (Ajuste SINIEF 02/95);

III - os campos "CGC", "Inscrição Estadual do Substituto Tributário", "Inscrição Estadual", do quadro "Emitente", e os campos "CGC/CPF" e "Inscrição Estadual", do quadro "Destinatário/Remetente", terão largura mínima de 4,4cm.

§ 2º Serão impressas tipograficamente as indicações:

I - das alíneas "a" a "h", "m", "n", "p", "q" e "r" do inciso I, devendo as indicações das alíneas "a", "h" e "m" ser impressas, no mínimo, em corpo "8", não condensado (Ajuste SINIEF 02/95);

II - do inciso VIII, devendo ser impressas, no mínimo:

a) em corpo "10", no caso da alínea "a";

b) em corpo "5", não condensado, no caso da alínea "b" (Ajuste SINIEF 02/95);

III - das alíneas "d" e "e" do inciso IX.

§ 3º As indicações a que se referem as alíneas “a” a “h” e “m” do inciso I poderão ser dispensadas de impressão tipográfica, a juízo do fisco estadual da localização do remetente, desde que a Nota Fiscal seja fornecida e visada pela repartição fiscal, hipótese em que os dados a esta referentes serão inseridos no quadro “Emitente”, e a sua denominação será “Nota Fiscal Avulsa”, observado, ainda, o seguinte (Ajustes SINIEF 01/96 e 2/97):

Nota: A redação atual do § 3º do art. 219 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"§ 3º As indicações a que se referem as alíneas "a" a "h" e "m" do inciso I poderão ser dispensadas de impressão tipográfica, a juízo do fisco estadual da localização do remetente, desde que a Nota Fiscal seja fornecida e visada pela repartição fiscal, hipótese em que os dados a esta referentes poderão ser inseridos em quadro próprio, logo acima do quadro "Emitente", e a sua denominação será "Nota Fiscal Avulsa" (Ajuste SINIEF 01/96).".

I - o quadro "Destinatário/Remetente" será desdobrado em quadros "Remetente" e "Destinatário", com a inclusão de campos destinados a identificar os códigos dos respectivos Municípios;

II - no quadro "Informações Complementares", poderão ser incluídos o código do Município do transportador e o valor do ICMS incidente sobre o frete.

§ 4º Observados os requisitos da legislação pertinente (arts. 683 a 712), a Nota Fiscal poderá ser emitida por processamento eletrônico de dados, com (Ajuste SINIEF 02/95):

I - as indicações das alíneas "b" a "h", "m" e "p" do inciso I e da alínea "e" do inciso IX impressas por esse sistema;

II - espaço em branco de até 5,0cm na margem superior, na hipótese de uso de impressora matricial.

§ 5º As indicações a que se referem a alínea "l" do inciso I e as alíneas "c" e "d" do inciso V só serão prestadas quando o emitente da Nota Fiscal for o substituto tributário.

§ 6º Nas operações de exportação, o campo destinado ao Município, do quadro "Destinatário/Remetente", será preenchido com a cidade e o país de destino.

§ 7º A Nota Fiscal poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários no quadro "Fatura", caso em que a denominação prevista nas alíneas "n" do inciso I e "d" do inciso IX passará a ser "Nota Fiscal-Fatura".

§ 8º Nas vendas a prazo, quando não houver emissão de Nota Fiscal-Fatura ou de fatura, ou, ainda, quando esta for emitida em separado, a Nota Fiscal, além dos requisitos exigidos neste artigo, deverá conter, impressas ou mediante carimbo, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais", indicações sobre a operação, tais como: preço a vista, preço final, quantidade, valor e datas de vencimento das prestações.

§ 9º Serão dispensadas as indicações do inciso IV, se estas constarem em romaneio, o qual passará a constituir parte inseparável da Nota Fiscal, desde que obedecidos os requisitos abaixo:

I - o romaneio deverá conter, no mínimo, as indicações (Ajuste SINIEF 02/95):

a) das alíneas "a" a "e", "h", "m", "p", "q", "s" e "t" do inciso I;

b) das alíneas "a" a "d", "f", "h" e "i" do inciso II;

c) da alínea "j" do inciso V;

d) das alíneas "a" e "c" a "h" do inciso VI;

e) revogada

Nota: A alínea "e", do inciso I, do § 9º do art. 219 foi revogada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*e) do inciso VIII;*".

II - a Nota Fiscal deverá conter as indicações do número e da data do romaneio, e este, do número e da data daquela.

§ 10. Relativamente à indicação da alínea "a" do inciso IV:

I - deverá ser efetuada com os dígitos correspondentes ao código de barras, se o contribuinte utilizar o referido código para o seu controle interno;

II - poderá ser dispensada, a critério da unidade da Federação do emitente, hipótese em que a coluna "Código do Produto", no quadro "Dados do Produto", poderá ser suprimida;

III - na Bahia, a adoção ou não daquele código para identificação do produto fica a critério do contribuinte.

§ 11. Em substituição à aposição dos códigos da Tabela do IPI (TIPI), no campo "Classificação Fiscal", poderá ser indicado outro código, desde que, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais" ou no verso da Nota Fiscal, seja impressa, por meio indelével, tabela com a respectiva decodificação (Ajuste SINIEF 02/95).

§ 12. Nas operações sujeitas a mais de uma alíquota e/ou situação tributária, os dados do quadro "Dados do Produto" deverão ser subtotalizados por alíquota e/ou situação tributária.

§ 13. Os dados relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) serão inseridos, quando for o caso, entre os quadros "Dados do Produto" e "Cálculo do Imposto", conforme a legislação municipal, observado o disposto no item 4 do § 4º do art. 7º do Convênio s/nº, de 15/12/70 (Convênio SINIEF).

§ 14. Caso o transportador seja o próprio remetente ou o destinatário, esta circunstância será indicada no campo "Nome/Razão Social" do quadro "Transportador/Volumes Transportados", com a expressão "Remetente" ou "Destinatário", dispensadas as indicações das alíneas "b" e "e" a "i" do inciso VI.

§ 15. Na Nota Fiscal emitida relativamente à saída de mercadorias em retorno ou em devolução, deverão ser indicados, ainda, no campo "Informações Complementares", o número, a data da emissão e o valor da operação do documento originário.

§ 16. No campo "Placa do Veículo" do quadro "Transportador/Volumes Transportados", deverá ser indicada a placa do veículo tracionado, quando se tratar de reboque ou semi-reboque deste tipo de veículo, devendo a placa dos demais veículos tracionados, quando houver, ser indicada no campo "Informações Complementares".

§ 17. A aposição de carimbos nas Notas Fiscais, pelo fisco, no trânsito da mercadoria, deverá ser feita no verso das mesmas, salvo quando forem carbonadas.

§ 18. Caso o campo "Informações Complementares" não seja suficiente para conter as indicações exigidas, poderá ser utilizado, excepcionalmente, o quadro "Dados do Produto", desde que não prejudique a clareza.

§ 19. É permitida a inclusão de operações enquadradas em diferentes códigos fiscais numa mesma Nota Fiscal, hipótese em que estes serão indicados no campo "CFOP" do quadro "Emitente", e no quadro "Dados do Produto", na linha correspondente a cada item, após a descrição do produto (Ajuste SINIEF

02/95).

§ 20. É permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, impressas tipograficamente no verso da Nota Fiscal, hipótese em que sempre será reservado espaço, com a dimensão mínima de 10cm x 15cm, em qualquer sentido, para atendimento ao disposto no § 17 (Ajuste SINIEF 02/95).

§ 21. Sendo do interesse do contribuinte, manifestado no Pedido de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (PAIDF), a repartição fiscal poderá dispensar a inserção, na Nota Fiscal, do canhoto destacável, comprovante da entrega da mercadoria, mediante indicação na Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) (Ajuste SINIEF 4/95).

§ 22. A Nota Fiscal poderá ser impressa em tamanho inferior ao estabelecido no § 1º, exclusivamente nos casos de emissão por processamento eletrônico de dados, desde que as indicações a serem impressas quando da sua emissão sejam grafadas em, no máximo, 17 caracteres por polegada, sem prejuízo do disposto no § 2º (Ajuste SINIEF 4/95).

§ 23. O contribuinte que utilizar a mesma Nota Fiscal para documentar operação interestadual com produtos tributados e não tributados, naquela operação, em que tenha efetuado a retenção do imposto por substituição tributária, observará o disposto no § 2º do art. 358.

§ 24. Em se tratando dos produtos classificados nos códigos 3003 e 3004 da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado - NBM/SH, na descrição prevista na alínea "b" do inciso IV, deverá ser indicado o número do lote de fabricação a que a unidade pertencer, devendo a discriminação ser feita em função dos diferentes lotes de fabricação e respectivas quantidades e valores (Ajuste SINIEF 07/02).

Nota: **O § 24 foi acrescentado ao art. 219 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

§ 25. Os estabelecimentos industriais ou importadores que realizarem operações com os produtos de que trata a Lei Federal nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, farão constar no campo "Informações Complementares" da nota fiscal, identificação e subtotalização dos itens, por agrupamento, conforme as expressões a seguir indicadas, sem prejuízo de outras informações adicionais que entenderem necessárias:

Nota: **O § 25 foi acrescentado ao art. 219 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 01/09/03.**

I - "LISTA NEGATIVA", relativamente aos produtos classificados nas posições 3002 (soros e vacinas), exceto nos itens 3002.30 e 3002.90, 3003 (medicamentos), exceto no código 3003.90.56, e 3004 (medicamentos), exceto no código 3004.90.46, nos itens 3306.10 (dentifrícios), 3306.20 (fios dentais), 3306.90 (enxaguatórios bucais) e nos códigos 3005.10.10 (ataduras, esparadrapos, gazes, sinapismos, pensos, etc.), 3006.60.00 (preparações químicas contraceptivas à base de hormônios) e 9603.21.00 (escovas dentifrícias), todos da NCM/SH;

II - "LISTA POSITIVA", relativamente aos produtos classificados nas posições 3002 (soros e vacinas), exceto nos itens 3002.30 e 3002.90, 3003 (medicamentos), exceto no código 3003.90.56, e 3004 (medicamentos), exceto no código 3004.90.46, e nos códigos 3005.10.10 (ataduras, esparadrapos, gazes, sinapismos, pensos, etc.) e 3006.60.00 (preparações químicas contraceptivas à base de hormônios), todos da NCM/SH, quando beneficiados com a outorga do crédito para o PIS/PASEP e COFINS previsto no art. 3° da Lei Federal nº 10.147/00;

III - "LISTA NEUTRA", relativamente aos produtos classificados nos códigos e posições relacionados na

Lei nº 10.147/00, exceto aqueles de que tratam os itens anteriores desde que não tenham sido excluídos da incidência das contribuições previstas no inciso I do "*caput*" do art. 1° da referida lei, na forma do § 2° desse mesmo artigo.

§ 26. A Nota Fiscal emitida por fabricante, importador ou distribuidor, relativamente à saída para estabelecimento atacadista ou varejista, dos produtos classificados nos códigos 3002, 3003, 3004 e 3006.60 da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado - NBM/SH, exceto se relativa às operações com produtos veterinários, homeopáticos ou amostras grátis, deverá conter, na descrição prevista na alínea "b" do inciso IV deste artigo, a indicação do valor correspondente ao preço constante da tabela, sugerido pelo órgão competente para venda a consumidor e, na falta deste preço, o valor correspondente ao preço máximo de venda a consumidor sugerido ao público pelo estabelecimento industrial.

Nota: A redação atual do § 26 do art. 219 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 01/01/05:

A Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04, DOE de 05/05/04), prorroga a entrada em vigor do referido dispositivo para 01/10/04.

A Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), prorroga a entrada em vigor do referido dispositivo para 01/05/04.

Redação anterior dada ao § 26, tendo sido acrescentado ao art. 219 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 01/10/04 a 31/12/04:
"§ 26. A Nota Fiscal emitida por fabricante, importador ou distribuidor, relativamente à saída dos produtos classificados nos códigos 3002, 3003 e 3004 da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado - NBM/SH, deverá conter no quadro de que trata o inciso IV deste artigo, a indicação do valor correspondente ao preço constante da tabela, sugerido pelo órgão competente para venda a consumidor e, na falta deste preço, o valor correspondente ao preço máximo de venda a consumidor sugerido ao público pelo estabelecimento industrial."

Art. 220. A Nota Fiscal será emitida nos seguintes momentos:

I - antes de iniciada a saída das mercadorias;

II - por ocasião do fornecimento:

a) de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e outros estabelecimentos;

b) de mercadorias pelo prestador de serviços de qualquer natureza, quando houver incidência do ICMS indicada em lei complementar;

III - antes da tradição real ou simbólica das mercadorias:

a) nos casos de transmissão da propriedade de mercadorias ou de títulos que as representem, quando estas não devam transitar pelo estabelecimento do transmitente;

b) nos casos de ulterior transmissão da propriedade de mercadorias que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenham saído sem o pagamento do ICMS em decorrência de locação ou de remessa para armazém geral ou depósito fechado;

IV - relativamente à entrada de bens ou mercadorias, nos momentos definidos no § 3º do art. 229 (Ajuste SINIEF 03/94);

V - para efetivação de transferência de crédito;

VI - nas situações e prazos do art. 201.

Parágrafo único. Na Nota Fiscal emitida em caso de ulterior transmissão da propriedade de mercadorias, prevista na alínea "b" do inciso III, deverão ser mencionados o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida anteriormente, por ocasião da saída das mercadorias.

Art. 221. No caso de mercadorias de procedência estrangeira que, sem entrar no estabelecimento do importador ou arrematante, sejam por estes remetidas a terceiros, deverá o importador ou arrematante emitir Nota Fiscal, com a declaração de que as mercadorias sairão diretamente da repartição federal em que houver sido processado o desembaraço.

Art. 222. Nas vendas à ordem ou para entrega futura, observar-se-á o disposto nos arts. 411 a 414.

Art. 223. Fora dos casos previstos neste Regulamento e na legislação do IPI, é vedada a emissão de Nota Fiscal que não corresponda a uma efetiva saída de mercadorias.

Art. 224. A Nota Fiscal será emitida, no mínimo (Ajuste SINIEF 03/94):

I - em 3 vias:

a) nas operações internas (art. 225);

b) nas operações de exportação para o exterior, quando o embarque for efetuado neste Estado (art. 227, I);

II - em 4 vias:

a) nas operações interestaduais (art. 226);

b) nas operações de exportação para o exterior, quando o embarque for efetuado em outra unidade da Federação (art. 227, II);

III - em 5 vias, nas saídas de produtos industrializados destinados à Zona Franca de Manaus e a outras áreas da Amazônia com isenção do ICMS (art. 597).

§ 1º Não obstante o disposto nos incisos II e III, o contribuinte poderá confeccionar a Nota Fiscal em 3 vias, caso em que, nas saídas interestaduais, nas exportações para o exterior em que o embarque for efetuado em outra unidade da Federação e nas saídas para a Zona Franca de Manaus com isenção do ICMS, deverá ser utilizada cópia reprográfica da 1ª via da Nota Fiscal, para substituir a 4ª e 5ª vias, conforme o caso.

§ 2º Na hipótese de o contribuinte utilizar Nota Fiscal-Fatura e de ser obrigatório o uso de livro copiador, a 2ª via da Nota Fiscal será substituída pela folha do referido livro.

Art. 225. Na saída de mercadorias para destinatário situado neste Estado, as vias da Nota Fiscal terão a seguinte destinação (Ajuste SINIEF 03/94):

I - a 1ª via acompanhará as mercadorias e será entregue, pelo transportador, ao destinatário;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para fins de controle do fisco;

III - a 3ª via acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo fisco, no primeiro posto fiscal do percurso ou onde forem interceptadas pela fiscalização, ocasião em que será visada obrigatoriamente a 1ª via.

Art. 226. Na saída de mercadorias para outra unidade da Federação, as vias da Nota Fiscal terão a seguinte

destinação (Ajuste SINIEF 03/94):

I - a 1ª via acompanhará as mercadorias e será entregue, pelo transportador, ao destinatário;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para fins de controle do fisco da unidade da Federação do emitente;

III - a 3ª via acompanhará as mercadorias para fins de controle do fisco na unidade da Federação de destino;

IV - a 4ª via acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo fisco da unidade da Federação do remetente, no primeiro posto fiscal do percurso ou onde forem interceptadas pela fiscalização, ocasião em que será visada obrigatoriamente a 1ª via (art. 224, § 1º).

Art. 227. Nas operações de exportação para o exterior (Ajuste SINIEF 03/94):

I - se as mercadorias forem embarcadas neste Estado, as vias da Nota Fiscal terão a destinação prevista nos incisos I, II e III do art. 225;

II - se o embarque se processar em outra unidade da Federação, as vias da Nota Fiscal terão a destinação prevista nos incisos I, II, III e IV do art. 226 (art. 224, § 1º).

Art. 228. Nas saídas de produtos industrializados de origem nacional destinados à Zona Franca de Manaus e a outras áreas da Amazônia com gozo da isenção prevista no art. 29, a Nota Fiscal será emitida nos termos do art. 597 (Ajuste SINIEF 03/94).

Art. 228-A. Os contribuintes que realizarem operações com álcool transportado a granel, inclusive quando iniciadas em outras unidades federadas com destino a este Estado, deverão transmitir, por meio eletrônico, os dados constantes da respectiva Nota Fiscal, através de programa disponibilizado pela Secretaria da Fazenda no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

Nota: O art. 228-A foi acrescentado pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

§ 1º Após a transmissão eletrônica dos dados, o remetente deverá:

I - anexar o comprovante de transmissão ao documento fiscal que acobertar a operação;

II - solicitar ao destinatário, ainda que localizado em outra unidade federada, a confirmação do pedido antes da remessa, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria da Fazenda, disponibilizado no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às operações com AEHC, tendo como remetente distribuidora de combustíveis e como destinatário posto revendedor de combustíveis, conforme definidos e autorizados pelo órgão federal competente, desde que o ICMS - Substituição Tributária esteja devidamente destacado na respectiva Nota Fiscal;

II - às demais operações em que seja exigida a antecipação tributária que encerre a fase de tributação, desde que o documento de arrecadação acompanhe as mercadorias.

SUBSEÇÃO II
Da Nota Fiscal nas Operações de Entrada

Art. 229. Os contribuintes, excetuados os produtores rurais e os extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), emitirão Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A, sempre que em seu estabelecimento

entrarem mercadorias ou bens, real ou simbolicamente (Ajuste SINIEF 03/94):

I - novos ou usados, remetidos, a qualquer título, por particulares, por produtores rurais, por extratores ou por pessoas físicas ou jurídicas não obrigadas à emissão de documentos fiscais;

II - em retorno, quando remetidos por profissionais autônomos ou avulsos aos quais tenham sido enviados para industrialização, beneficiamento, manutenção ou conserto;

III - em retorno de exposições ou feiras para as quais tenham sido remetidos para fins de exposição ao público;

IV - em retorno de remessas feitas para venda fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo;

V - importados diretamente do exterior, bem como os arrematados em leilão ou adquiridos em concorrência promovida pelo poder público, no caso de mercadorias ou bens importados e apreendidos ou abandonados;

VI - em retorno ao estabelecimento de origem, no caso de mercadoria não entregue ao destinatário (art. 654);

VII - nas hipóteses do art. 201 e nas demais situações previstas na legislação.

§ 1º O documento previsto neste artigo servirá para acompanhar o trânsito das mercadorias ou bens até o local do estabelecimento emitente, nas seguintes hipóteses:

I - quando o estabelecimento destinatário assumir o encargo de retirar ou de transportar as mercadorias ou bens, a qualquer título, no mesmo Município ou de um Município para outro, neste Estado, remetidos:

a) por particulares;

b) por produtores rurais ou extratores dispensados de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS (art. 129), sem prejuízo da emissão da Nota fiscal de Produtor nas operações promovidas por produtor-SimBahia Rural;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I, § 1º do art. 229 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"b) por produtores rurais ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 129);"

II - nos retornos a que se referem os incisos II e III deste artigo;

III - nos casos do inciso V.

§ 2º Relativamente às mercadorias ou bens importados a que se refere o inciso V deste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - o transporte será acobertado apenas pelo documento de desembaraço:

a) quando o desembaraço aduaneiro ocorrer em outra unidade da Federação:

1 - se as mercadorias forem transportadas de uma só vez; ou

2 - por ocasião da primeira remessa, no caso previsto no inciso III do § 1º;

b) quando a remoção das mercadorias ou bens for autorizada por autoridade alfandegária;

c) quando as mercadorias ou bens forem importados por empresas autorizadas por ato do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte.

Nota: A alínea "c", foi acrescentada ao inciso I, do § 2º do art. 229 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

II - cada remessa, a partir da segunda, será acompanhada pelo documento de desembaraço e por Nota Fiscal referente à parcela remetida, na qual se mencionará o número e a data da Nota Fiscal a que se refere o *caput* deste artigo, bem como a declaração de que o ICMS, se devido, foi recolhido;

III - a Nota Fiscal conterá, ainda, a identificação da repartição onde se processou o desembaraço, bem como o número e a data do documento de desembaraço;

IV - a repartição competente do fisco federal em que se processar o desembaraço destinará uma via do correspondente documento ao fisco da unidade federada em que se localizar o estabelecimento importador ou arrematante, salvo se dispensada pelo ente tributante.

§ 3º Nas hipóteses deste artigo, a Nota Fiscal será emitida, conforme o caso:

I - no momento em que as mercadorias ou os bens entrarem no estabelecimento;

II - no momento da aquisição da propriedade, quando as mercadorias não devam transitar pelo estabelecimento do adquirente;

III - antes do início da remessa, nos casos previstos no § 1º;

IV - nas circunstâncias contempladas no art. 201.

§ 4º Nas hipóteses deste artigo, a 2ª via da Nota Fiscal ficará presa ao bloco, e as demais terão a destinação prevista nos arts. 225 ou 226, conforme se trate de remessa interna ou interestadual.

§ 5º O campo "Hora da Saída" e o canhoto de recebimento somente serão preenchidos quando a Nota Fiscal acobertar o transporte de mercadorias.

§ 6º Na hipótese do inciso IV deste artigo, a Nota Fiscal conterá, ainda, no campo "Informações Complementares", as indicações previstas no inciso I do art. 418.

Art. 230. A Nota Fiscal (entrada) poderá ser emitida, ainda, pelo tomador de serviços de transporte, exceto se usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, para atendimento ao disposto no inciso II do § 5º do art. 322, no último dia de cada mês, devendo ser emitida uma Nota Fiscal:

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 230 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), com efeitos a partir de 01/01/05, conforme disposto no art. 8º do Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04:

Redação originária, efeitos até 31/12/04:
"Art. 230. A Nota Fiscal (entrada) poderá ser emitida, ainda, pelo tomador de serviços de transporte, para atendimento ao disposto no inciso II do § 5º do art. 322, no último dia de cada mês, devendo ser emitida uma Nota Fiscal:"

I - para cada código fiscal de prestações (Anexo 2);

II - para cada situação tributária da prestação: tributada, amparada por não-incidência, isenta, com diferimento ou suspensão do imposto;

III - para cada destinação:

a) serviço vinculado a operação ou prestação subseqüente alcançada pela incidência do imposto;

b) serviço em que o tomador for o usuário final, tratando-se de:

1 - bens do ativo imobilizado, destinados à manutenção das atividades do estabelecimento;

2 - bens de uso ou materiais de consumo;

3 - demais situações;

IV - para cada alíquota aplicada.

§ 1º A Nota Fiscal emitida nos termos deste artigo conterá:

I - a indicação dos requisitos específicos de cada uma das situações previstas nos incisos deste artigo;

II - a expressão: "Emitida nos termos do art. 230 do RICMS-BA";

III - em relação às prestações de serviços englobados, os valores totais:

a) das prestações;

b) das respectivas bases de cálculo do imposto;

c) do imposto destacado.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a 1ª via da Nota Fiscal ficará em poder do emitente, juntamente com os Conhecimentos.

SUBSEÇÃO II
Da Nota Fiscal nas Operações de Entrada

Art. 231. Para emissão de Nota Fiscal (entrada), nas hipóteses desta subseção, o contribuinte deverá:

I - no caso de emissão por processamento eletrônico de dados, arquivar as 2ªs vias dos documentos emitidos, separadas das relativas às saídas;

II - nos demais casos, sem prejuízo do disposto no inciso anterior, reservar bloco ou faixa de numeração seqüencial de jogos soltos ou formulários contínuos, registrando o fato no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

SUBSEÇÃO III
Da Nota Fiscal de Venda a Consumidor

Art. 232. Sem prejuízo do disposto no art. 238, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte poderá ser emitida Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 (Anexo 17).

Nota: A redação atual do art. 232 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao *caput do* art. 232 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/09/99 a 30/12/02:

"Art. 232. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte poderá ser emitida Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 (Anexo 17)."

Redação originária, efeitos até 15/09/99:
"*Art. 232. Nas vendas a vista a consumidor pessoa física não contribuinte, em que as mercadorias forem retiradas pelo comprador ou por ele consumidas no recinto do estabelecimento, poderá ser emitida, em substituição à Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2 (Anexo 17).*"

Parágrafo único. Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 232 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 232 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/09/99 a 30/12/02:
"Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a contribuintes que utilizem equipamentos para controle fiscal."

Art. 233. A Nota Fiscal de Venda a Consumidor conterá as seguintes indicações:

I - a denominação: "NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR";

II - o número de ordem, a série e a subsérie, e o número da via;

III - a data da emissão: dia mês e ano;

IV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

V - a discriminação das mercadorias, quantidade, marca, tipo, modelo, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

VI - os valores unitário e total das mercadorias, e o valor total da operação;

VII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV e VII serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Nota Fiscal de Venda a Consumidor será de tamanho não inferior a 7,4cm x 10,5cm, em qualquer sentido.

Art. 234. É vedado o destaque do ICMS na Nota Fiscal de Venda a Consumidor.

Art. 235. A Nota Fiscal de venda a Consumidor será emitida, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao consumidor;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 236. Nas saídas de mercadorias para consumidor, de valor até R$2,00 (dois Reais), desde que não exigido o documento fiscal pelo comprador, será permitida a emissão de uma só Nota Fiscal de Venda a Consumidor, pelo total das operações realizadas durante o dia, nela devendo constar a observação:

"Totalização das vendas de até R$ 2,00 (dois Reais) - Notas não exigidas pelo comprador" (Lei nº 7753/00).

Nota: A redação atual do art. 236 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"Art. 236. Nas saídas de mercadorias para consumidor, de valor até 5% da UPF-BA, desde que não exigido o documento fiscal pelo comprador, será permitida a emissão de uma só Nota Fiscal de Venda a Consumidor, pelo total das operações realizadas durante o dia, nela devendo constar a observação: "Totalização das vendas de até 5% da UPF-BA - Notas não exigidas pelo comprador".".

Art. 237. Sem prejuízo do disposto no art. 238, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS efetuadas por seção de venda a varejo anexa à seção fabril de estabelecimento industrial que tenha optado pela emissão de uma única Nota Fiscal no fim do dia, para fins da legislação do IPI, o contribuinte deverá:

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 237 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 237 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos até 30/12/02:
"Art. 237. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS efetuadas por seção de venda a varejo anexa à seção fabril de estabelecimento industrial que tenha optado pela emissão de uma única Nota Fiscal no fim do dia, para fins da legislação do IPI, o contribuinte deverá:"

Redação originária, efeitos até 15/09/99:
"Art. 237. Nas vendas a vista a consumidor em que as mercadorias forem retiradas pelo comprador ou por este consumidas no próprio local, efetuadas por seção de venda a varejo anexa à seção fabril de estabelecimento industrial que tenha optado pela emissão de uma única Nota Fiscal no fim do dia, nos termos da legislação do IPI, o contribuinte deverá:"

I - emitir, em relação a cada operação, Nota Fiscal de Venda a Consumidor, de subsérie distinta, que contenha os requisitos previstos e, especialmente, o valor total da operação;

II - emitir, ao final do dia, Nota Fiscal, uma para cada tipo de produto vendido, observada a legislação federal pertinente, que contenha os requisitos previstos e, especialmente:

a) como natureza da operação, "Venda a Consumidor";

b) como destinatário, "Resumo de vendas diárias";

c) a discriminação do produto e sua quantidade total vendida no dia;

d) a classificação fiscal do produto, prevista na legislação do IPI;

e) o valor total do produto e o valor total da Nota;

f) a alíquota e o valor do ICMS;

g) a alíquota e o valor do IPI;

h) os números das Notas Fiscais de Venda a Consumidor a que se refere o inciso I.

§ 1º Todas as vias da Nota Fiscal emitida nos termos do inciso II serão mantidas no bloco ou talonário, sendo que, tendo sido destacadas para fins de escrituração, deverão, em seguida, ser repostas no respectivo bloco ou talonário.

§ 2º A Nota Fiscal emitida ao final do dia será indicada na coluna "Observações" do livro Registro de Saídas, na linha referente aos lançamento das operações ou prestações ocorridas na data de sua emissão.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 237 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*§ 2º A Nota Fiscal emitida ao final do dia será lançada normalmente no Registro de Saídas, anotando-se na mesma linha, na coluna "Observações", os números de ordem e a série e subsérie das Notas Fiscais de Venda a Consumidor correspondentes*".

SUBSEÇÃO IV
Da Cupom Fiscal, da Nota Fiscal de Venda a Consumidor e do Bilhete de Passagem Emitidos em ECF

Nota: A denominação atual da subseção IV, da seção II, do capítulo III do título II, foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"SUBSEÇÃO IV - Do Cupom Fiscal de Máquina Registradora, do Cupom Fiscal ECF e do Cupom Fiscal PDV"

Art. 238. O contribuinte obrigado a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) emitirá o Cupom Fiscal, a Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou o Bilhete de Passagem por meio deste equipamento, nas operações ou prestações destinadas a não contribuinte do ICMS, observada a natureza da operação ou prestação, podendo também ser emitido, em relação a mesma operação e/ou prestação:

Nota: A redação atual do art. 238 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao art. 238 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/09/99 a 30/12/02:
"Art. 238. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 201, nas vendas a consumidor pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS poderá ser emitido:
§ 1º Além dos documentos fiscais citados no caput deste artigo, serão emitidos em relação a mesma operação e/ou prestação:
I - a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, se a Legislação Federal dispuser desta forma;
II - a Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, quando houver solicitação do adquirente dos bens.
§ 2º Nas hipóteses do parágrafo anterior, o contribuinte anexará o Cupom Fiscal à via fixa do documento fiscal emitido e consignará:
I - nas vias deste, o número seqüencial atribuído no estabelecimento para o ECF e o número do Cupom Fiscal;
II - na coluna "OBSERVAÇÕES" do Livro Registro de Saídas, o número e a série do documento fiscal."

Redação originária, efeitos até 15/09/99:

"Art. 238. Em substituição à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, poderá ser autorizada a emissão de:"
I - Cupom Fiscal, por meio de máquina registradora: arts. 726 a 760;
II - Cupom Fiscal ECF, por meio de equipamento emissor de cupom fiscal: arts. 761 a 824;
III - Cupom Fiscal PDV, por meio de terminal ponto de venda: arts. 825 a 895."

I - a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou o Bilhete de Passagem, se a Legislação Federal dispuser desta forma;

II - a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, quando houver solicitação do adquirente dos bens.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, a 1ª via do documento fiscal emitido no ECF, deverá ser anexado à via fixa do documento fiscal emitido, no qual serão consignados o número seqüencial atribuído ao ECF no estabelecimento e o número do documento fiscal emitido no ECF.

§ 2º Quando não for possível a emissão de documento fiscal por meio do ECF, em decorrência de sinistro ou razões técnicas, serão emitidos de forma manual, datilográfica ou eletrônica, a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, ou a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou o Bilhete de Passagem, observada a natureza da operação ou prestação.

§ 3º O cancelamento de Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem, emitido ou em emissão poderá ser feito no próprio ECF, caso em que os documentos originais deverão ser armazenados junto à Redução Z emitida para as respectivas operações ou prestações, sendo que a não conservação dos originais dos documentos cancelados ou de cancelamentos faculta ao fisco a presunção de cancelamento indevido, ficando sujeito ao pagamento do imposto devido na operação ou prestação e às penalidades previstas na legislação.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 238 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 238 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 01/01/03 a 20/01/04:
"§ 3º O cancelamento de Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem, emitido ou em emissão poderá ser feito no próprio ECF, caso em que os documentos originais deverão ser armazenados junto à Redução Z emitida para as respectivas operações ou prestações, sendo que a não conservação dos originais dos documentos cancelados ou de cancelamentos faculta ao fisco a suposição de cancelamento indevido, ficando sujeito ao pagamento do imposto devido na operação ou prestação supostamente cancelada e às penalidades previstas na legislação."

Redação anterior dada ao § 3º do art. 238 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02). (sem efeito)
"§ 3º O cancelamento de Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem, emitido ou em emissão poderá ser feito no próprio ECF, caso em que os documentos originais deverão ser armazenados junto a Redução Z emitida para as respectivas operações ou prestações, sendo que a não conservação dos originais dos documentos cancelados ou de cancelamentos faculta ao fisco a suposição de cancelamento indevido, ficando o sujeito ao pagamento do imposto devido na operação ou prestação supostamente cancelada e às penalidades previstas na legislação."

§ 4º No caso emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor em ECF para cancelamento de Nota Fiscal de Venda a Consumidor anterior, aquela deverá ser emitida em jogo de formulário em branco.

§ 5º O documento fiscal emitido em ECF não poderá ser retido pelo emitente, sendo permitida, contudo, a retenção de cupom adicional ao Cupom Fiscal, emitido para este fim.

§ 6º Sem prejuízo das demais disposições contidas na legislação, na circulação de mercadorias para entrega no domicílio do adquirente, situado neste Estado, os documentos emitidos por ECF deverão conter:

Nota: **O § 6º foi acrescentado ao art. 238 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

I - o CNPJ ou o CPF do adquirente, impresso pelo ECF em seu anverso;

II - o nome e o endereço do adquirente, bem como a data e a hora de saída das mercadorias, sendo que:

a) em seu anverso, impressos pelo próprio ECF;

b) em seu verso, indicados manualmente.

§ 7º Deverá ser indicado no Cupom Fiscal o meio de pagamento adotado na operação ou prestação.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 219 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

SUBSEÇÃO V
Da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica

Art. 239. Os estabelecimentos que efetuarem saídas de energia elétrica emitirão Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6 (Anexo 19).

Art. 240. A Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Ajuste SINIEF 06/89):

I - a denominação: "NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA";

II - o nome, o endereço e os número de inscrição, estadual e no CGC, do emitente;

III - o nome, o endereço e, se for o caso, os números de inscrição, estadual e no CGC, do destinatário;

IV - o número da conta, o número de ordem do documento, a série e a subsérie;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 240 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para acrescentar a expressão "*o número de ordem do documento, a série e a subsérie*".

V - as datas da leitura e da emissão;

VI - a discriminação do produto;

VII - o valor do consumo/demanda;

VIII - os acréscimos a qualquer título;

IX - o valor total da operação;

X - a base de cálculo do ICMS;

XI - a alíquota aplicável;

XII - o valor do ICMS;

XIII - os dados previstos no inciso II do art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II e XIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica será de tamanho não inferior a 9,0cm x 15,0cm, em qualquer sentido.

§ 3º Revogado.

Nota: O § 3º do art. 240 foi revogado pela alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 240 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04), efeitos a partir de 01/01/05, todavia, não chegou a ser aplicado:
"§ 3º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, devendo a numeração ser reiniciada a cada novo período de apuração."

§ 4º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, reiniciando-se a numeração quando atingido esse limite.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 240 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Art. 241. A Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica será emitida, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao destinatário;

II - a 2ª via ficará em poder do emitente para exibição ao fisco.

Art. 242. A Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica será emitida por período mensal de fornecimento do produto.

Art. 242-A. A Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica poderá ser emitida em uma única via, se utilizado sistema eletrônico de processamento de dados, sem prejuízo do disposto no art. 571-A.

Nota: O art. 242-A foi acrescentado pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos a partir de 01/05/04.

SEÇÃO III
Dos Documentos Fiscais Relativos a Prestações de Serviços de Transporte

SUBSEÇÃO I
Da Nota Fiscal de Serviço de Transporte

Art. 243. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 (Anexo 24), será emitida, antes do início da

prestação do serviço, por agência de viagem ou por transportador, sempre que executar, em veículo próprio ou afretado, serviço de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional de pessoas, tal como do tipo turismo ou fretamento por período determinado (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89, 14/89 e 15/89).

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se veículo próprio, além do que se achar registrado em nome do prestador do serviço, aquele por ele utilizado em regime de locação ou qualquer outra forma.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo, a Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida em relação a cada veículo e a cada viagem contratada.

§ 3º No caso de excursão com contrato individual referente a cada passageiro, será facultada a emissão de uma única Nota Fiscal de Serviço de Transporte, por veículo (art. 246, I).

Art. 244. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será também emitida (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 14/89):

I - por transportador de valores, para englobar, em relação a cada tomador de serviço, as prestações realizadas, desde que dentro do período de apuração do imposto;

II - por transportador ferroviário de cargas, para englobar, em relação a cada tomador de serviço, as prestações executadas no período de apuração do imposto;

III - por transportador de passageiros, para englobar, no final do período de apuração do imposto, os Documentos de Excesso de Bagagem emitidos durante o mês, nas condições do § 4º do art. 640, observados os procedimentos previstos no referido artigo.

IV - pelos transportadores que executarem serviços de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional de bens ou mercadorias utilizando-se de outros meios ou formas, em relação aos quais não haja previsão de documento fiscal específico (Ajuste SINIEF 9/99).

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 244 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 28/10/99.

Art. 245. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Ajuste SINIEF 15/89):

I - a denominação: "NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a natureza da prestação do serviço, acrescida do respectivo código fiscal;

IV - a data da emissão;

V - a identificação do emitente: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a identificação do usuário: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC ou no CPF, exceto na hipótese do inciso III do artigo anterior;

VII - o percurso, exceto na hipótese do artigo anterior;

VIII - a identificação do veículo transportador, exceto na hipótese do artigo anterior;

IX - a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação;

X - o valor do serviço prestado, bem como os acréscimos cobrados a qualquer título;

XI - o valor total da prestação;

XII - a base de cálculo do ICMS;

XIII - a alíquota aplicável;

XIV - o valor do imposto;

XV - o período da prestação, no caso de serviço contratado por período determinado, observado o disposto no § 3º;

XVI - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XVI serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será de tamanho não inferior a 14,8cm x 21,0cm, em qualquer sentido.

§ 3º Na hipótese do inciso XV, quando se tratar de transporte de pessoas com características de transporte urbano ou metropolitano, o documento fiscal deverá:

I - conter, além dos demais requisitos, os horários e dias da prestação do serviço, os locais de início e fim do trajeto, bem como as demais indicações do contrato que identifiquem perfeitamente a prestação;

II - estar disponível para apresentação ao fisco durante o percurso, acompanhado do respectivo contrato de prestação do serviço e, se for o caso, do despacho de reconhecimento da isenção, quando previsto pela legislação, o qual poderá estabelecer outros requisitos, substituível aquele ou este por cópia reprográfica devidamente autenticada.

§ 4º A Nota Fiscal de Serviço de Transporte poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação prevista no inciso I passará a ser "Nota Fiscal-Fatura de Serviço de Transporte (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 14/89).

§ 5º No transporte de pessoas com características de transporte metropolitano mediante contrato, poderá ser postergada a emissão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, até o final do mês, mediante autorização do Inspetor Fazendário do domicílio fiscal do contribuinte.

Nota: **A redação atual do § 5º do art. 245 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"§ 5º No transporte de pessoas com características de transporte metropolitano mediante contrato, poderá ser postergada a emissão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, até o final do mês, desde que devidamente autorizada pelo fisco estadual, mediante regime especial."

Art. 246. Relativamente à destinação das vias da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, nas prestações intermunicipais e interestaduais:

I - na hipótese do § 3º do art. 243, ou seja, de excursão com contratos individuais, a 1ª via será arquivada no estabelecimento do emitente, a ela sendo anexada, quando se tratar de transporte rodoviário, a autorização do Departamento de Estradas de Rodagem (DERBA) ou do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER);

II - nas hipóteses do art. 244, a emissão será, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

a) a 1ª via:

1 - será entregue ao contratante ou usuário, nos casos dos incisos I ou II;

2 - permanecerá em poder do emitente, no caso do inciso III;

b) a 2ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 247. Na prestação intermunicipal de serviço de transporte realizada em território baiano, a Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida, no mínimo, em 3 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao contratante ou usuário;

II - a 2ª via acompanhará o transporte, para fins de fiscalização;

III - a 3ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 248. Na prestação interestadual de serviço de transporte, a Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida, no mínimo, em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao contratante ou usuário;

II - a 2ª via acompanhará o transporte, para fins de controle do fisco da unidade federada de destino;

III - a 3ª via acompanhará o transporte e será retida pelo fisco deste Estado, que visará, obrigatoriamente, a 2ª via;

IV - a 4ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 249. Nas prestações internacionais, poderão ser exigidas tantas vias da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, quantas forem necessárias para o controle dos demais órgãos fiscalizadores.

SUBSEÇÃO II
Do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas

Art. 250. O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8 (Anexo 25), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional de cargas, em veículos próprios ou afretados (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89, 08/89 e 14/89).

§ 1º Considera-se veículo próprio, para os efeitos deste artigo, além do que se achar registrado em nome da empresa transportadora, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma.

§ 2º Na emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, observar-se-ão, no que couber, as regras dos arts. 632 a 650, no tocante a subcontratação, redespacho, retorno e devolução de cargas, coleta de carga no endereço do remetente, transporte intermodal, transbordo de carga, transporte de carga fracionada, dispensa da emissão de Conhecimento, transporte de mercadoria vendida a preços FOB ou CIF, transporte de valores e outras situações especiais.

§ 3º No transporte de combustíveis e de produtos químicos a granel, observar-se-á o disposto no art. 279.

Art. 251. O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a natureza da prestação do serviço, acrescida do respectivo código fiscal;

IV - o local e a data de emissão;

V - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - as identificações do remetente e do destinatário: os nomes, os endereços e os números de inscrição, estadual e no CGC, ou o CPF;

VII - o percurso: o local do recebimento e o da entrega;

VIII - a quantidade e espécie dos volumes ou das peças;

IX - o número da Nota Fiscal que acobertará o trânsito das mercadorias ou bens, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;

X - a identificação do veículo transportador: o número da placa policial, o Município e a unidade da Federação de registro do veículo;

XI - a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação;

XII - a especificação do frete: pago ou a pagar;

XIII - os valores dos componentes do frete;

XIV - as indicações relativas ao redespacho e ao consignatário, que serão pré-impressas ou indicadas por outra forma quando da emissão do documento;

XV - o valor total da prestação;

XVI - a base de cálculo do ICMS;

XVII - a alíquota aplicável;

XVIII - o valor do imposto;

XIX - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XIX serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será de tamanho não inferior a 9,9cm x 21,0cm, em qualquer sentido.

Art. 252. Na prestação intermunicipal de serviço de transporte rodoviário de cargas realizada em território baiano, o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será emitido, no mínimo, em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir como comprovante de entrega;

III - a 3ª via acompanhará o transporte, e será retida pelo fisco deste Estado, que visará obrigatoriamente a 2ª via;

IV - a 4ª via ficará fixada ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 253. Na prestação interestadual de serviço de transporte rodoviário de cargas, o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será emitido com uma via adicional (5ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco da unidade federada de destino, tendo as demais vias a destinação prevista no artigo anterior.

Parágrafo único. Na prestação de serviço de transporte de mercadorias favorecidas por benefício fiscal, com destino à Zona Franca de Manaus, havendo necessidade de utilização de via adicional do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, esta poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via do documento.

Art. 254. Nas prestações internacionais poderão ser exigidas tantas vias do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas quantas forem necessárias para o controle dos demais órgãos fiscalizadores.

SUBSEÇÃO III
Do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas

Art. 255. O Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9 (Anexo 26), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviços de transporte aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional de cargas (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 04/89, 08/89 e 14/89).

§ 1º Os transportadores aquaviários de cargas que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 649 observarão, também, as disposições ali contidas.

§ 2º Na emissão do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, observar-se-ão, no que couber, as regras dos arts. 632 a 650, no tocante a subcontratação, redespacho, retorno e devolução de cargas, coleta de carga no endereço do remetente, transporte intermodal, transbordo de carga, transporte de carga fracionada, dispensa da emissão de Conhecimento, transporte de mercadoria vendida a preços FOB ou CIF e outras situações especiais.

Art. 256. O Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "CONHECIMENTO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGAS";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a natureza da prestação do serviço, acrescida do respectivo código fiscal;

IV - o local e a data de emissão;

V - a identificação do armador: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a identificação da embarcação;

VII - o número da viagem;

VIII - o porto de embarque;

IX - o porto de desembarque;

X - o porto de transbordo;

XI - a identificação do embarcador: o nome, o endereço e demais dados;

XII - a identificação do destinatário: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

XIII - a identificação do consignatário: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

XIV - o número da Nota Fiscal, o valor e a identificação da carga transportada: a discriminação da mercadoria, o código, a marca, a quantidade ou volume, a espécie e a unidade de medida em quilogramas, metros cúbicos ou litros;

XV - os valores dos componentes do frete;

XVI - o valor total da prestação;

XVII - a base de cálculo do imposto;

XVIII - a alíquota aplicável;

XIX - o valor do ICMS;

XX - o local e a data do embarque;

XXI - a especificação do frete: pago ou a pagar;

XXII - a assinatura do armador ou agente;

XXIII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XXIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º No transporte internacional, serão dispensadas as indicações relativas às inscrições estadual e no CGC, do destinatário e/ou do consignatário.

§ 3º O Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas será de tamanho não inferior a 21,0cm x 30,0cm.

Art. 257. Na prestação intermunicipal de serviço de transporte aquaviário de carga realizada em território baiano, o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas será emitido, no mínimo, em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir como comprovante de entrega;

III - a 3ª via acompanhará o transporte e será retida pelo fisco deste Estado, que visará obrigatoriamente a 2ª via;

IV - a 4ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 258. Na prestação interestadual de serviço de transporte aquaviário de cargas, o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas será emitido com uma via adicional (5ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco da unidade federada de destino, tendo as demais vias a destinação prevista no artigo anterior.

Parágrafo único. Na prestação de serviço de transporte de mercadorias favorecidas por benefício fiscal, com destino à Zona Franca de Manaus, havendo necessidade de utilização de via adicional do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, esta poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via do documento.

Art. 259. Nas prestações internacionais, poderão ser exigidas tantas vias do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas quantas forem necessárias para o controle dos demais órgãos fiscalizadores.

Art. 260. No transporte internacional, o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas poderá ser redigido em língua estrangeira, e os valores poderão ser expressos em moeda estrangeira, segundo acordos internacionais.

Art. 261. A Secretaria da Fazenda poderá dispensar a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais para a impressão do documento de que trata esta subseção, no caso de transporte aquaviário internacional, mediante ato do Diretor de Administração Tributária, ouvida a Gerência de Informações Econômico-Fiscais.

Nota: A redação atual do art. 261 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para transferir a atribuição prevista neste dispositivo, que anteriormente competia ao Diretor do Departamento de Administração Tributária.

SUBSEÇÃO IV
Do Conhecimento Aéreo

Art. 262. O Conhecimento Aéreo, modelo 10 (Anexo 27), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviços de transporte aeroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de cargas (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 08/89 e 14/89).

§ 1º As empresas nacionais e regionais de transporte aéreo de cargas que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 647 atenderão, também, às regras ali estabelecidas.

§ 2º Na emissão do Conhecimento Aéreo, observar-se-ão, no que couber, as regras dos arts. 632 a 650, no tocante a subcontratação, redespacho, retorno e devolução de cargas, coleta de carga no endereço do remetente, transporte intermodal, transbordo de carga, transporte de carga fracionada, dispensa da emissão de Conhecimento, transporte de mercadoria vendida a preços FOB ou CIF e outras situações especiais.

Art. 263. O Conhecimento Aéreo conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "CONHECIMENTO AÉREO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a natureza da prestação do serviço, acrescida do respectivo código fiscal;

IV - o local e a data de emissão;

V - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a identificação do remetente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VII - a identificação do destinatário: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VIII - o local de origem;

IX - o local do destino;

X - a quantidade e a espécie de volumes ou de peças;

XI - o número da Nota Fiscal, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;

XII - os valores dos componentes do frete;

XIII - o valor total da prestação;

XIV - a base de cálculo do ICMS;

XV - a alíquota aplicável;

XVI - o valor do ICMS;

XVII - a especificação do frete: pago ou a pagar;

XVIII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XVIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º No transporte internacional, serão dispensadas as indicações relativas às inscrições estadual e no CGC do destinatário.

§ 3º O Conhecimento Aéreo será de tamanho não inferior a 14,8cm x 21,0cm.

Art. 264. Na prestação intermunicipal de serviço de transporte aeroviário de cargas realizada em território baiano, o Conhecimento Aéreo será emitido, no mínimo, em 3 vias, com a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir como comprovante de entrega;

III - a 3ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 265. Na prestação interestadual de serviço de transporte aeroviário de cargas, o Conhecimento Aéreo será emitido com uma via adicional (4ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco da unidade federada de destino, tendo as demais vias a destinação prevista no artigo anterior.

Parágrafo único. Na prestação de serviço de transporte de mercadorias favorecidas por benefício fiscal, com destino à Zona Franca de Manaus, havendo necessidade de utilização de via adicional do Conhecimento Aéreo, esta poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via do documento.

Art. 266. Nas prestações de serviço de transporte internacional, observar-se-á que:

I - poderão ser exigidas tantas vias do Conhecimento Aéreo quantas forem necessárias para controle dos demais órgãos fiscalizadores;

II - o Conhecimento Aéreo poderá ser redigido em língua estrangeira, e os valores poderão ser expressos em moeda estrangeira, segundo acordos internacionais.

SUBSEÇÃO V
Do Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas

Art. 267. O Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11 (Anexo 28), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem o serviço de transporte ferroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de cargas (Conv. SINIEF 06/89 e Conv. ICMS 125/89).

§ 1º Os transportadores ferroviários de cargas que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 648 observarão, também, as disposições ali contidas.

§ 2º Na emissão do Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, observar-se-ão, no que couber, as regras dos arts. 632 a 650, no tocante a subcontratação, redespacho, retorno e devolução de cargas, coleta de carga no endereço do remetente, transporte intermodal, transbordo de carga, transporte de carga

fracionada, transporte de mercadoria vendida a preços FOB ou CIF e outras situações especiais.

Art. 268. O Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação "CONHECIMENTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número das vias;

III - a natureza da prestação do serviço, acrescida do respectivo código fiscal;

IV - o local e a data da emissão;

V - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a identificação do remetente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VII - a identificação do destinatário: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VIII - a procedência;

IX - o destino;

X - a condição do carregamento e a identificação do vagão;

XI - a via de encaminhamento;

XII - a quantidade e a espécie de volumes ou peças;

XIII - o número da Nota Fiscal que acobertar o trânsito da mercadoria transportada, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;

XIV - os valores dos componentes tributáveis do frete, destacados dos não-tributáveis, podendo os componentes de cada grupo ser lançados englobadamente;

XV - o valor total da prestação;

XVI - a base de cálculo do ICMS;

XVII - a alíquota aplicável;

XVIII - o valor do ICMS;

XIX - a especificação do frete: pago ou a pagar;

XX - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XX serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas será de tamanho não inferior a 19,0cm x 28,0cm.

Art. 269. Na prestação intermunicipal de serviço de transporte ferroviário de cargas realizada em território baiano, o Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas será emitido, no mínimo, em 3 vias, com a seguinte destinação:

I - a 1ª via acompanhará o transporte até o destino, quando deverá ser entregue ao destinatário;

II - a 2ª via será entregue ao remetente;

III - a 3ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 270. Na prestação interestadual de serviço de transporte ferroviário de cargas, o Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas será emitido com uma via adicional (4ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco da unidade federada de destino, tendo as demais vias a destinação prevista no artigo anterior.

SUBSEÇÃO V-A
Do Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas

Nota: A Subseção V-A foi acrescentada à Seção III, do Capítulo III do Título II pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Art. 270-A. O Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas, modelo 26, será utilizado pelo Operador de Transporte Multimodal-OTM, que executar serviço de transporte Intermunicipal, interestadual e internacional de cargas, em veículo próprio, afretado ou por intermédio de terceiros sob sua responsabilidade, utilizando duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino. (Lei Federal n. 9.611, de 19 de fevereiro de 1998).

Nota: O art. 270-A foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Art. 270-B. O documento referido no art. 270-A conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

Nota: O art. 270-B foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

I - a denominação: “Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas”;

II - espaço para código de barras;

III - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;

IV - a natureza da prestação do serviço, o Código Fiscal de Operações e Prestações -CFOP e o Código da Situação Tributária;

V - o local e a data da emissão;

VI - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ;

VII - do frete: pago na origem ou a pagar no destino;

VIII - dos locais de início e término da prestação multimodal, município e UF;

IX - a identificação do remetente: o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ ou CPF;

X - a identificação destinatário: o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ ou

CPF;

XI - a identificação do consignatário: o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ ou CPF;

XII - a identificação do redespacho: o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ ou CPF;

XIII - a identificação dos modais e dos transportadores: o local de início, de término e da empresa responsável por cada modal;

XIV - a mercadoria transportada: natureza da carga, espécie ou acondicionamento, quantidade, peso em quilograma (kg), metro cúbico (m3) ou litro (l), o número da nota fiscal e o valor da mercadoria;

XV - a composição do frete de modo que permita a sua perfeita identificação;

XVI - o valor total da prestação;

XVII - o valor não tributado;

XVIII - a base de cálculo do ICMS;

XIX - a alíquota aplicável;

XX - o valor do ICMS;

XXI - a identificação do veículo transportador: deverá ser indicada a placa do veículo tracionado, do reboque ou semi-reboque e a placa dos demais veículos ou da embarcação, quando houver;

XXII - no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES": outros dados de interesse do emitente;

XXIII - no campo “RESERVADO AO FISCO”: indicações estabelecidas na legislação e outras de interesse do fisco;

XXIV - a data, a identificação e a assinatura do expedidor;

XXV - a data, a identificação e a assinatura do Operador do Transporte Multimodal;

XXVI - a data, a identificação e a assinatura do destinatário;

XXVII - o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impresso e as respectivas série e subsérie e o número da autorização para impressão dos documentos fiscais.

§ 1º As indicações dos incisos I, III, VI e XXVII do *“caput”* do art. 270-B serão impressas.

§ 2º O Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas será de tamanho não inferior a 21,0 x 29,7 cm, em qualquer sentido.

§ 3º No transporte de carga fracionada ou na unitização da mercadoria, serão dispensadas as indicações do inciso XXI deste artigo, bem como as vias dos conhecimentos mencionadas no inciso III do art. 270-D e a via adicional prevista no art. 270-E, desde que seja emitido o Manifesto de Carga, mod. 25, de que trata o inciso XVII do art. 192.

Art. 270-C. O CTMC será emitido antes do início da prestação do serviço, sem prejuízo da emissão do Conhecimento de Transporte correspondente a cada modal.

Nota: O art. 270-C foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Parágrafo único. A prestação do serviço deverá ser acobertada pelo CTMC e pelos Conhecimentos de Transporte correspondente a cada modal.

Art. 270-D. Na prestação de serviço para destinatário localizado na mesma unidade federada de início do serviço, o Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas será emitido, no mínimo, em 4 (quatro) vias, que terão a seguinte destinação:

Nota: O art. 270-D foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via ficará fixa ao bloco para exibição ao fisco;

III - a 3ª via terá o destino previsto na legislação da unidade federada de início do serviço;

IV - a 4ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir de comprovante de entrega.

Art. 270-E. Na prestação de serviço para destinatário localizado em unidade federada diversa a do início do serviço, o Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas será emitido com uma via adicional (5ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco do destino.

Nota: O art. 270-E foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

§ 1º Poderá ser acrescentada via adicional, a partir da 4ª ou 5ª via, conforme o caso, a ser entregue ao tomador do serviço no momento do embarque da mercadoria, a qual poderá ser substituída por cópia reprográfica da 4ª via do documento.

§ 2º Nas prestações de serviço de transporte de mercadorias abrangidas por benefícios fiscais, com destino à Zona Franca de Manaus, havendo necessidade de utilização de via adicional Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas - CTMC, esta poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via do documento.

Art. 270-F. Nas prestações internacionais poderão ser exigidas tantas vias do Conhecimento de Transporte Multimodal Cargas, quantas forem necessárias para o controle dos demais órgãos fiscalizadores.

Nota: O art. 270-F foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Art. 270-G. Quando o Operador de Transporte Multimodal - OTM utilizar serviço de terceiros, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

Nota: O art. 270-G foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

I - o terceiro que receber a carga:

a) emitirá conhecimento de transporte, lançando o frete e o imposto correspondente ao serviço que lhe couber executar, informando de que se trata de serviço multimodal e a razão social e os números de inscrição na unidade federada e no CNPJ do OTM;

b) anexará a 4ª via do conhecimento de transporte emitido na forma da alínea anterior, à 4ª via do conhecimento emitido pelo OTM, os quais acompanharão a carga até o seu destino;

c) entregará ou remeterá a 1ª via do conhecimento de transporte, emitido na forma da alínea "a" deste inciso, ao OTM no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da carga;

II - o Operador de Transportador Multimodal de cargas:

a) anotará na via do conhecimento que ficará em seu poder, o nome do transportador, o número, a série e subsérie e a data do conhecimento referido na alínea "a" do inciso I, deste artigo;

b) arquivará em pasta própria os conhecimentos recebidos para efeito de comprovação de crédito do ICMS, quando for o caso.

SUBSEÇÃO VI
Do Despacho de Transporte

Art. 271. Em substituição ao Conhecimento de Transporte, poderá ser emitido o Despacho de Transporte, modelo 17 (Anexo 29), por empresa transportadora inscrita neste Estado na condição de contribuinte normal que, tendo sido contratada para prestação de serviço de transporte de carga, e já havendo realizado parte da prestação, subcontratar, na modalidade de redespacho, transportador autônomo ou veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado para concluir a execução de serviço em veículo diverso do originário, desde que o preço do serviço tenha sido cobrado pela transportadora até o destino da carga (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89, 7/89 e 14/89).

Nota : A redação atual do artigo 271 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), para acrescentar a expressão "*na condição de contribuinte normal*", efeitos a partir de 01/01/99.

Art. 272. O Despacho de Transporte conterá as seguintes indicações:

I - a denominação: "DESPACHO DE TRANSPORTE";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - o local e a data da emissão;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - a procedência;

VI - o destino;

VII - o remetente;

VIII - as informações relativas ao Conhecimento originário e o número de cargas desmembradas;

IX - o número da Nota Fiscal, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;

X - a identificação do transportador: nome do motorista, CPF, IAPAS, placa policial do veículo/unidade da Federação, número do certificado do veículo, número da carteira de habilitação e endereço completo;

XI - o cálculo do frete pago ao transportador: valor do frete, IAPAS reembolsado, IR-Fonte e valor líquido pago;

XII - a assinatura do transportador;

XIII - a assinatura do emitente;

XIV - o valor do ICMS retido;

XV - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV e XV serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Despacho de Transporte será emitido antes do início da prestação do serviço, devendo ser individualizado para cada veículo.

§ 3º O Despacho de Transporte será emitido, no mínimo, em 3 vias, com a seguinte destinação:

I - a 1ª e a 2ª vias serão entregues ao transportador autônomo;

II - a 3ª via ficará presa ao bloco para exibição ao fisco.

Art. 273. Observar-se-á o disposto no art. 635, no tocante:

I - ao tratamento fiscal dispensado ao redespacho;

II - ao imposto devido pelo transportador autônomo, a ser retido pela empresa transportadora;

III - à contratação da complementação de transporte por empresa estabelecida em unidade federada diversa daquela onde for executado o serviço.

Art. 274. Somente será permitida a adoção do documento Despacho de Transporte em prestações interestaduais se a empresa contratante possuir estabelecimento inscrito na unidade federada do início da complementação do serviço.

SUBSEÇÃO VII
Da Ordem de Coleta de Cargas

Art. 275. O estabelecimento transportador que executar serviço de coleta de cargas no endereço do remetente emitirá o documento Ordem de Coleta de Cargas, modelo 20 (Anexo 30).

Art. 276. A Ordem de Coleta de Cargas conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89):

I - a denominação: "ORDEM DE COLETA DE CARGAS";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - o local e a data da emissão;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - a identificação do cliente: o nome e o endereço;

VI - a quantidade de volumes a serem coletados;

VII - o número e a data do documento fiscal que acompanha a mercadoria ou bem;

VIII - a assinatura do recebedor;

IX - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV e IX serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Ordem de Coleta de Cargas será de tamanho não inferior a 14,8cm x 21cm, em qualquer sentido.

§ 3º A Ordem de Colega de Cargas será emitida antes da coleta da mercadoria ou bem, e destina-se a documentar o trânsito ou transporte, intra ou intermunicipal, neste Estado, da carga coletada, do endereço do remetente até o do transportador, onde será emitido o respectivo Conhecimento de Transporte.

§ 4º Quando do recebimento da carga no estabelecimento do transportador que houver efetuado a coleta, será emitido, obrigatoriamente, o Conhecimento de Transporte correspondente a cada carga coletada.

§ 5º Quando da coleta de mercadoria ou bem, a Ordem de Coleta de Cargas será emitida, no mínimo, em 3 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via acompanhará a mercadoria coletada desde o endereço do remetente até o do transportador, devendo ser arquivada após a emissão do respectivo conhecimento de carga;

II - a 2ª via será entregue ao remetente;

III - a 3ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

SUBSEÇÃO VIII
Do Manifesto de Carga

Art. 277. O Manifesto de Carga, modelo 25 (Anexo 31), poderá ser emitido por transportador, antes do início da prestação do serviço, em relação a cada veículo, no caso de transporte de carga fracionada, assim entendida a que corresponder a mais de um Conhecimento de Transporte (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 7/89, 14/89 e 15/89).

Art. 278. O Manifesto de Carga conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "MANIFESTO DE CARGA";

II - o número de ordem;

III - a identificação do emitente: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

IV - o local e a data da emissão;

V - a identificação do veículo transportador: número da placa policial, Município e unidade da Federação do registro do veículo;

VI - a identificação do condutor do veículo;

VII - os números de ordem, as séries e as subséries dos Conhecimentos de Transporte;

VIII - os números das Notas Fiscais;

IX - o nome do remetente;

X - o nome do destinatário;

XI - o valor da mercadoria;

XII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, III e XII serão impressas tipograficamente.

§ 2º A utilização do Manifesto de Carga implica:

I - a dispensa da indicação prevista no inciso X do art. 251, acerca da identificação do veículo transportador;

II - a dispensa da indicação prevista no § 1º do art. 634, relativa à subcontratação;

III - a dispensa da 3ª via do Conhecimento de Transporte nas prestações internas (art. 252, III) e da via adicional nas prestações interestaduais (art. 253).

§ 3º O Manifesto de Carga será emitido, no mínimo:

I - em 2 vias, na prestação intermunicipal de serviço de transporte de carga em território baiano, com a seguinte destinação:

a) a 1ª via permanecerá em poder do transportador, até o destino final de toda a carga, devendo ser arquivada, finalmente, pelo emitente;

b) a 2ª via poderá ser retida pelo fisco estadual;

II - em 3 vias, na prestação interestadual, obedecida a destinação indicada no inciso anterior, devendo a 3ª via acompanhar, também, o transporte, para controle do fisco de destino.

SUBSEÇÃO IX
Da Autorização de Carregamento e Transporte (ACT)

Art. 279. As empresas de transporte de cargas a granel de combustíveis líquidos ou gasosos e de produtos químicos ou petroquímicos que, no momento da contratação do serviço, não conheçam os dados relativos ao peso, à distância e ao valor da prestação do serviço, poderão emitir o documento Autorização de Carregamento e Transporte (ACT), modelo 24 (Anexo32), para posterior emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, observadas as seguintes disposições (Ajustes SINIEF 2/89, 13/89, 06/90 e 01/93):

I - na Autorização de Carregamento e Transporte deverão ser anotados o número, a data e a série do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, e a indicação: "Emitida conforme Ajuste SINIEF 2/89 e art. 279 do RICMS-BA";

II - a Autorização de Carregamento e Transporte será emitida antes do início da prestação do serviço, em 6 vias, no mínimo, com a seguinte destinação:

a) a 1ª via acompanhará o transporte e retornará ao emitente para emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, devendo ser arquivada juntamente com a via fixa do Conhecimento;

b) a 2ª via acompanhará o transporte, para fins de controle do fisco da unidade federada de origem;

c) a 3ª via será entregue ao destinatário;

d) a 4ª via será entregue ao remetente;

e) a 5ª via acompanhará o transporte, e destina-se a controle do fisco da unidade federada de destino;

f) a 6ª via será arquivada para exibição ao fisco;

III - nas prestações de serviço de transporte de mercadorias favorecidas por benefícios fiscais, com destino à Zona Franca de Manaus, havendo necessidade de utilização de via adicional da Autorização de Carregamento e Transporte, esta poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via do documento, que substituirá o Conhecimento de Transporte para os efeitos dos §§ 1º e seguintes do art. 597;

IV - o transportador deverá emitir o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas correspondente à Autorização de Carregamento e Transporte no momento do retorno da 1ª via deste documento, sendo que este retorno deverá ser feito em prazo não superior a 5 dias;

V - para fins de apuração e recolhimento do ICMS, será considerada a data da emissão da Autorização de Carregamento e Transporte;

VI - utilização, pelo transportador, do regime de que trata este artigo fica vinculada às seguintes exigências:

a) inscrição no cadastro estadual, na condição de contribuinte normal, se neste Estado tiver início a prestação do serviço;

b) inscrição no cadastro de contribuintes da unidade da Federação onde houver sido iniciada a prestação do serviço;

c) apresentação, dentro dos prazos e nas condições previstas neste Regulamento, das informações econômico-fiscais;

d) recolhimento do tributo devido, na forma e prazos regulamentares.

§ 1º O documento referido neste artigo conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "AUTORIZAÇÃO DE CARREGAMENTO E TRANSPORTE";

II - o número de ordem, a série e o número da via;

III - o local e a data da emissão;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - a identificação do remetente e do destinatário: os nomes, os endereços e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a indicação relativa ao consignatário;

VII - o número da Nota Fiscal, o valor da mercadoria, a natureza da carga, bem como a quantidade em toneladas, quilogramas, metros cúbicos ou litros;

VIII - os locais de carga e de descarga, com as respectivas datas, horários, quilometragem inicial e final;

IX - as assinaturas do emitente e do destinatário;

X - os dados previstos no art. 199.

§ 2º As indicações dos incisos I, II, IV e X do parágrafo anterior serão impressas tipograficamente.

§ 3º A Autorização de Carregamento e Transporte será de tamanho não inferior a 15cm x 21cm.

§ 4º Aplicam-se ao documento previsto neste artigo as normas relativas aos demais documentos fiscais.

SUBSEÇÃO X
Do Bilhete de Passagem Rodoviário

Art. 280. O Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13 (Anexo 33), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89). observado o disposto no art. 238.

Nota: A redação atual do art. 280 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao artigo 280 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"Art. 280. O Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13 (Anexo 33), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89), observado o disposto no § 7º do art. 201."

Redação originária, efeitos até 15/09/99:
" *Art. 280. O Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13 (Anexo 33), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89)*".

Art. 281. O Bilhete de Passagem Rodoviário conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "BILHETE DE PASSAGEM RODOVIÁRIO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data da emissão, bem como a data e hora do embarque;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - o percurso;

VI - o valor do serviço prestado, bem como os acréscimos a qualquer título;

VII - o valor total da prestação;

VIII - o local da emissão, ainda que por meio de código, a saber: matriz, filial, agência, posto ou veículo onde for emitido o Bilhete de Passagem Rodoviário;

IX - a observação: "O passageiro manterá em seu poder este Bilhete para fins de fiscalização em viagem";

X - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV, IX e X serão impressas tipograficamente.

§ 2º O documento de que trata este artigo será de tamanho não inferior a 5,2cm x 7,4cm, em qualquer sentido.

Art. 282. O Bilhete de Passagem Rodoviário será emitido, no mínimo, em 2 vias, com a seguinte destinação:

I - a 1ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - a 2ª via será entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem.

Art. 283. Havendo excesso de bagagem, será emitido, além do Bilhete de Passagem, o Conhecimento de Transporte previsto no art. 250 ou o Documento de Excesso de Bagagem de que trata o art. 640.

Art. 284. No caso de cancelamento de Bilhete de Passagem Rodoviário antes do início da prestação do serviço, escriturado no livro fiscal próprio, poderá ser estornado o débito do imposto, desde que (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 15/89):

I - tenha sido devolvido ao adquirente do Bilhete o valor da prestação;

II - constem no Bilhete de Passagem:

a) a identificação, o endereço e a assinatura do adquirente;

b) a identificação e a assinatura do responsável pela agência ou posto de venda;

c) a justificativa da ocorrência;

III - seja elaborado um demonstrativo dos Bilhetes cancelados, para fins de dedução do imposto, no final do mês.

SUBSEÇÃO XI
Do Bilhete de Passagem Aquaviário

Art. 285. O Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14 (Anexo 34), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89 e 04/89), observado o disposto no art. 238.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 285 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao artigo 285 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).
"O Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14 (Anexo 34), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89 e 04/89), observado o disposto no § 7º do art. 201."

Redação originária, efeitos até 15/09/99:
"*Art. 285. O Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14 (Anexo 34), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89 e 04/89).*"

Parágrafo único. Os transportadores aquaviários que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 649 atenderão, também, às regras ali estabelecidas.

Art. 286. O Bilhete de Passagem Aquaviário conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "BILHETE DE PASSAGEM AQUAVIÁRIO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data da emissão, bem como a data e a hora do embarque;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - o percurso;

VI - o valor do serviço prestado, bem como os acréscimos cobrados a qualquer título;

VII - o valor total da prestação;

VIII - o local onde for emitido o Bilhete de Passagem, ainda que por meio de código;

IX - a observação: "O passageiro manterá em seu poder este Bilhete para fins de fiscalização em viagem";

X - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV, IX e X serão impressas tipograficamente.

§ 2º O documento de que trata este artigo será de tamanho não inferior a 5,2cm x 7,4cm, em qualquer sentido.

Art. 287. O Bilhete de Passagem Aquaviário será emitido, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - a 2ª via será entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem.

Art. 288. Havendo excesso de bagagem, será emitido, além do Bilhete de Passagem, o Conhecimento de Transporte previsto no art. 255 ou o Documento de Excesso de Bagagem de que trata o art. 640.

SUBSEÇÃO XII
Do Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem

Art. 289. O Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15 (Anexo 35), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte aeroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/89, 04/89 e 14/89).

Parágrafo único. As empresas nacionais e regionais de transporte aéreo de passageiros que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 647 atenderão, também, às regras ali estabelecidas.

Art. 290. O Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "BILHETE DE PASSAGEM E NOTA DE BAGAGEM";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data e o local da emissão;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - a identificação do vôo e a da classe;

VI - o local, a data e a hora do embarque, o local de destino e, quando houver, o de retorno;

VII - o nome do passageiro;

VIII - o valor da tarifa;

IX - o valor da taxa e outros acréscimos;

X - o valor da prestação;

XI - a observação: "O passageiro manterá em seu poder este Bilhete, para fins de fiscalização em viagem";

XII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV, XI e XII serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem será de tamanho não inferior a 8,0cm x 18,5cm.

Art. 291. O Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem será emitido, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - a 2ª via será entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem.

Parágrafo único. O documento previsto neste artigo poderá ser acrescido de vias adicionais, quando houver mais de um destino ou retorno documentados pelo mesmo Bilhete.

Art. 292. Havendo excesso de bagagem, será emitido, além do Bilhete de Passagem, o Conhecimento Aéreo previsto no art. 262 ou o Documento de Excesso de Bagagem de que trata o art. 640.

Art. 292-A. Em substituição a emissão do Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15 (Anexo 35), a empresa aérea nacional estabelecida em qualquer unidade da Federação poderá adotar os procedimentos previstos no regime especial autorizado pelo Ajuste SINIEF 05/01.

Nota: A redação atual do art. 292-A foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 08/04/04.

Redação anterior dada ao art. 292-A foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos de 01/11/03 a 07/04/04:
"Art. 292-A. Em substituição a emissão do Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem, modelo 15 (Anexo 35), as empresas aéreas indicadas no Anexo V do Ajuste SINIEF 05/01 poderão adotar os procedimentos previstos naquele ajuste."

SUBSEÇÃO XIII
Do Bilhete de Passagem Ferroviário

Art. 293. O Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16 (Anexo 36), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte ferroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF, Conv. ICMS 125/89 e Ajuste SINIEF 01/89), observado o disposto no art. 238.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 293 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao *caput* do artigo 293 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).
"Art. 293. O Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16 (Anexo 36), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte

ferroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89, Conv. ICMS 125/89 e Ajuste SINIEF 01/89), observado o disposto no § 7º do art. 201."

Redação originária, efeitos até 15/09/99:
"Art. 293. O Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16 (Anexo 36), será emitido pelos transportadores, antes do início da prestação do serviço, sempre que executarem serviço de transporte ferroviário intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros (Conv. SINIEF 06/89, Conv. ICMS 125/89 e Ajuste SINIEF 01/89).

§ 1º Em substituição ao Bilhete de Passagem Ferroviário, o transportador poderá emitir Documento Simplificado de Embarque de Passageiro, de livre impressão, desde que, no final do período de apuração, emita Nota Fiscal de Serviço de Transporte, segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações, com base em controle diário de renda auferida, por estação, mediante prévia autorização da repartição fiscal de sua circunscrição.

§ 2º Os transportadores ferroviários que fizerem uso do regime especial de que cuida o art. 648 atenderão, também, às regras ali estabelecidas.

Art. 294. O Bilhete de Passagem Ferroviário conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "BILHETE DE PASSAGEM FERROVIÁRIO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data da emissão, bem como a data e a hora do embarque;

IV - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - o percurso;

VI - o valor do serviço prestado, bem como os acréscimos cobrados a qualquer título;

VII - o valor total da prestação;

VIII - o local onde for emitido o Bilhete;

IX - a observação: "O passageiro manterá em seu poder este Bilhete para fins de fiscalização em viagem";

X - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV, IX e X serão impressas tipograficamente.

§ 2º O documento de que trata este artigo será de tamanho não inferior a 5,2cm x 7,4cm, em qualquer sentido.

Art. 295. O Bilhete de Passagem Ferroviário será emitido, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - a 2ª via será entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem.

Art. 296. Havendo excesso de bagagem, será emitido, além do Bilhete de Passagem, o Conhecimento de Transporte previsto no art. 267 ou o Documento de Excesso de Bagagem de que trata o art. 640.

SUBSEÇÃO XIV

Do Uso de Catraca ou de Sistemas de Marcação, Perfuração, Picotamento ou Assinalação de Bilhetes

Nota: A denominação atual da subseção XIV, da seção III, do capítulo III do título II foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/00:
*"SUB*SEÇÃO XIV - *Do Uso de Máquina Registradora, ECF, PDV ou Catraca, ou de Sistemas de Marcação, Perfuração, Picotamento ou Assinalação de Bilhetes"*

Art. 297. Os prestadores serviços de transporte de passageiros poderão (Conv. SINIEF 06/89):

Nota: A redação atual do art. 297 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"Art. 297. Os estabelecimentos que prestarem serviços de transporte de passageiros poderão (Conv. SINIEF 06/89):
I - utilizar Bilhetes de Passagem contendo impressas todas as indicações exigidas, a serem emitidos por marcação, mediante perfuração, picotamento ou assinalação, em todas as vias, dos dados relativos à viagem, e desde que os nomes das localidades e paradas sejam impressos, obedecendo à seqüência das seções permitidas pelos órgãos concedentes;
II - emitir Bilhete de Passagem por meio de máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), terminal ponto de venda (PDV) ou qualquer outro sistema, inclusive na condição de impressor autônomo, desde que:
a) o procedimento tenha sido autorizado pelo fisco estadual, mediante pedido contendo os dados identificadores dos equipamentos, a forma do registro das prestações no livro fiscal próprio, e os locais em que serão utilizados (agência, filial, posto ou veículo);
b) sejam lançados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências os dados exigidos na alínea anterior;
c) os cupons contenham as indicações exigidas pela legislação, observado o disposto:
1 - nos arts. 726 a 760, no caso de máquina registradora;
2 - nos arts. 761 a 824, no caso de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF);
3 - nos arts. 825 a 895, no caso de terminal ponto de venda (PDV);
4 - no art. 896, no caso de impressão e emissão simultâneas por impressor autônomo;
III - em se tratando de transporte em linha com preço único, efetuar a cobrança das passagens por meio de contadores (catraca, "borboleta", torniquete ou similar) com dispositivo de irreversibilidade, desde que o procedimento tenha sido autorizado pelo fisco estadual, mediante pedido contendo os dados identificadores dos equipamentos, a forma de registro das prestações no livro fiscal próprio, e os locais em que serão utilizados (agência, filial, posto ou veículo)."

I - utilizar Bilhetes de Passagem contendo impressas todas as indicações exigidas, a serem emitidos por marcação, mediante perfuração, picotamento ou assinalação, em todas as vias, dos dados relativos à viagem, e desde que os nomes das localidades e paradas sejam impressos com observância da seqüência das seções permitidas pelo órgão concedente;

II - em se tratando de transporte em linha com preço único, efetuar a cobrança da passagem por meio de contadores (catraca, "borboleta", torniquete ou similar) com dispositivo de irreversibilidade, desde que o procedimento tenha sido autorizado pelo fisco estadual, mediante pedido contendo os dados identificadores dos equipamentos, a forma de registro das prestações no livro fiscal próprio, e os locais em que serão utilizados (agência, filial, posto ou veículo).

SUBSEÇÃO XV
Do Resumo de Movimento Diário

Art. 298. O Resumo de Movimento Diário, modelo 18 (Anexo 37), constitui um documento auxiliar de escrituração do Registro de Saídas, e será emitido, em relação a cada estabelecimento, pela empresa transportadora que possuir inscrição única abrangendo mais de um estabelecimento, observado o disposto no art. 633 (Conv. SINIEF 06/89, Conv. ICMS 125/89 e Ajuste SINIEF 15/89).

Parágrafo único. Na hipótese de uso de ECF pela empresa transportadora, esta deverá manter o controle da distribuição dos ECF e dos Bilhetes de Passagem para os diversos locais de emissão e centralizar os registros e as informações fiscais, devendo manter à disposição do fisco os documentos relativos a todos os locais envolvidos.

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 298 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Art. 299. O Resumo de Movimento Diário conterá as seguintes indicações:

I - a denominação: "RESUMO DE MOVIMENTO DIÁRIO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data de emissão;

IV - a identificação do estabelecimento centralizador: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

V - a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

VI - a numeração, a série e a subsérie dos documentos emitidos e a denominação dos documentos;

VII - o valor contábil;

VIII - os códigos: contábil e fiscal;

IX - a base de cálculo, a alíquota e o imposto debitado;

X - os valores das prestações isentas, não tributadas ou não sujeitas ao imposto;

XI - os totais das colunas de valores a que aludem os incisos IX e X;

XII - o campo "Observações";

XIII - os dados previstos no inciso II do art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV e XIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Resumo de Movimento Diário será de tamanho não inferior a 21,0cm x 29,5cm, em qualquer sentido.

§ 3º No caso de uso de catraca, a indicação prevista no inciso VI será substituída pelo número acusado pela catraca na primeira e na última viagem, bem como pelo número das voltas a "zero".

§ 4º Quanto à utilização, controle, número de vias e sua destinação, escrituração e demais disposições relativas ao Resumo de Movimento Diário, observar-se-á o disposto no art. 633.

§ 5º A escrituração de Redução Z, emitida em ECF, no Resumo de Movimento Diário, será feita da seguinte forma:

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 299 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

I - no campo "DOCUMENTOS EMITDOS":

a) na coluna "TIPO", a expressão "ECF";

b) na coluna "SÉRIE", o número de fabricação do equipamento;

c) na coluna "NÚMEROS", o valor do Contador de Redução Z;

II - na coluna "VALOR CONTÁBIL", o valor acumulado no totalizador de Venda Líquida;

III - no campo "VALOR COM DÉBITO DO IMPOSTO":

a) na coluna "BASE DE CÁLCULO", o valor acumulado em cada totalizador parcial tributado pelo ICMS, devendo ser lançado um valor por linha;

b) na coluna "ALÍQUOTA", o valor da carga tributária cadastrada para o respectivo totalizador parcial tributado pelo ICMS;

c) na coluna "ICMS", o valor resultante da aplicação da alíquota sobre a base de cálculo;

IV - no campo "VALOR SEM DÉBITO":

a) na coluna "ISENTAS E NÃO TRIBUTADAS", os valores acumulados nos totalizadores de isentos e de não-tributados, escriturados um em cada linha;

b) na coluna "OUTROS", o valor acumulado no totalizador de substituição tributária.

SEÇÃO IV
Dos Documentos Fiscais Relativos a Prestações de Serviços de Comunicação

SUBSEÇÃO I
Da Nota Fiscal de Serviço de Comunicação

Art. 300. A Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21 (Anexo 22), será emitida pelo estabelecimento que prestar serviço de comunicação, e conterá as seguintes indicações (Conv. SINIEF 06/89):

I - a denominação: "NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a natureza da prestação do serviço;

IV - a data da emissão;

V - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

VI - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC ou no CPF, do tomador do serviço;

VII - a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação, com especificação, se for o caso, do período contratado;

VIII - o valor do serviço prestado, bem como outros valores cobrados a qualquer título;

IX - o valor total da prestação;

X - a base de cálculo do imposto;

XI - a alíquota e o valor do imposto;

XII - a data ou o período da prestação do serviço;

XIII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviço de Comunicação será de tamanho não inferior a 14,8cm x 21cm, em qualquer sentido.

§ 3º A Nota Fiscal de Serviço de Comunicação poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação passará a ser Nota Fiscal-Fatura de Serviço de Comunicação.

§ 4º A Nota Fiscal de Serviço de Comunicação será emitida no ato da prestação do Serviço.

§ 5º Na impossibilidade de emissão do documento fiscal para cada um dos serviços prestados, estes poderão ser englobados em um único documento, por período não excedente ao de apuração do imposto.

§ 6º No tocante às prestações de serviços de comunicação, observar-se-á o disposto nos arts. 568 a 569-A.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 300 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"§ 6º No tocante às prestações de serviços de comunicação, observar-se-á o disposto nos arts. 568 e 569.".

§ 7º Revogado.

Nota: O § 7º do art. 240 foi revogado pela alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada ao § 7º, tendo sido acrescentado ao art. 300 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04), efeitos a partir de 01/01/05, todavia, não chegou a ser aplicado:
"§ 7º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, devendo a numeração ser reiniciada a cada novo período de apuração."

§ 8º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, reiniciando-se a numeração quando atingido esse limite.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 300 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE

de 11/08/05).

Art. 301. Na prestação de serviço de comunicação realizada no território deste Estado, a Nota Fiscal de Serviço de Comunicação será emitida, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 302. Na prestação de serviço interestadual de comunicação, a Nota Fiscal de Serviço de Comunicação será emitida, no mínimo, em 3 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via destinar-se-á ao controle do fisco a que estiver vinculado o tomador do serviço;

III - a 3ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

SUBSEÇÃO II
Da Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações

Art. 303. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22 (Anexo 23), será emitida por estabelecimento que prestar serviço de telecomunicação, e conterá as seguintes indicações (Conv. SINIEF 06/89):

Nota: A redação atual do *caput* do art. 303 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação originária:
"Art. 303. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, modelo 22 (Anexo 23), será emitida por estabelecimento que prestar serviço de telecomunicação, e conterá as seguintes indicações (Conv. SINIEF 06/89 e Conv. ICMS 58/89):".

I - a denominação: "NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES";

II - o número de ordem, a série, a subsérie e o número da via;

III - a data da emissão;

IV - a classe do usuário do serviço: residencial ou não residencial;

V - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

VI - o nome e o endereço do usuário;

VII - a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação;

VIII - o valor do serviço prestado, bem como outros valores cobrados a qualquer título;

IX - o valor total da prestação;

X - a base de cálculo do imposto;

XI - a alíquota e o valor do imposto;

XII - a data ou o período da prestação do serviço;

XIII - os dados previstos no art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, V e XIII serão impressas tipograficamente.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações será de tamanho não inferior a 9cm x 15cm, em qualquer sentido.

§ 3º A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação passará a ser Nota Fiscal-Fatura de Serviço de Telecomunicações.

§ 4º No tocante às prestações de serviços de comunicações e telecomunicações, observar-se-á o disposto nos arts. 568 a 569-A.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 303 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"§ 4º No tocante às prestações de serviços de comunicações e telecomunicações, observar-se-á o disposto nos arts. 568 e 569.".

§ 5º Revogado

Nota: O § 5º do art. 303 foi revogado pela alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 303 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04), efeitos a partir de 01/01/05, todavia, não chegou a ser aplicado:
"§ 5º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, devendo a numeração ser reiniciada a cada novo período de apuração."

§ 6º Os documentos fiscais deverão ser numerados em ordem crescente e consecutiva, de 1 a 999.999.999, reiniciando-se a numeração quando atingido esse limite.

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 303 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Art. 304. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações será emitida por serviço prestado, ou, quando este for medido periodicamente, no final do período da medição.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações não poderá abranger período superior a 30 dias, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º Em razão do pequeno valor das prestações, poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações englobando os serviços prestados em mais de um período de medição, desde que não ultrapasse a 12 meses (Conv. ICMS 87/95).

Art. 305. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, quando o serviço for prestado ou cobrado

mediante ficha, cartão ou assemelhados, será emitida no momento da entrega do referido instrumento pela prestadora do serviço ao usuário final ou a quem o deva a ele entregar.

§ 1º Para os fins deste artigo, poderá ser emitida a Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A.

§ 2º Mediante autorização do Inspetor Fazendário, poderá ser emitido um único documento que englobe os fornecimentos dos instrumentos referidos neste artigo por período determinado.

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 305 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"§ 2º Mediante regime especial, poderá ser autorizada a emissão de um único documento que englobe os fornecimentos dos instrumentos referidos neste artigo por período determinado."

Art. 306. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações será emitida, no mínimo, em 2 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações poderá ser emitida em uma única via, se utilizado sistema eletrônico de processamento de dados, sem prejuízo do disposto nos incisos V e VI do art. 569 (Conv. ICMS 126/98).

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 306 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação originária:
"Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações poderá ser emitida em uma única via, se utilizado sistema eletrônico de processamento de dados.".

SEÇÃO V
Da Nota Fiscal Avulsa

Art. 307. A Nota Fiscal Avulsa será emitida pela Secretaria da Fazenda, por intermédio das repartições fazendárias locais, postos fiscais e unidades móveis de fiscalização:

I - para documentar a circulação de mercadorias ou bens:

a) nas saídas de mercadorias ou bens efetuadas por produtores rurais ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais ou por outros contribuintes, quando não possuírem Nota Fiscal própria, inclusive nas entradas de mercadorias ou bens procedentes do exterior;

b) nas saídas de mercadorias ou bens de repartições públicas, inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, quando não obrigadas à emissão de Notas Fiscais, bem como nas entradas de mercadorias ou bens procedentes do exterior;

c) na circulação de mercadorias ou bens efetuada por pessoas não inscritas no cadastro de contribuintes, inclusive por particulares;

d) na regularização do trânsito de mercadoria ou da prestação de serviço que tiver sido objeto de ação

fiscal, inclusive no caso de complementação do imposto destacado a menos em documento fiscal;

e) em qualquer caso em que não se exija o documento fiscal próprio, inclusive na alienação de bens feita por não contribuinte do imposto ou nos casos de mera circulação física de bens pertencentes a não contribuinte;

II - para documentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional, quando o serviço for prestado por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado, não tendo sido feita a retenção ou antecipação do imposto, se devido.

III - nas saídas interestaduais promovidas por produtor rural enquadrado no regime SimBahia Rural.

Nota: A redação atual ao inciso III do art. 307 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao art. 307 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"III - nas saídas interestaduais promovidas por contribuintes inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural."

Art. 308. A Nota Fiscal Avulsa conterá as seguintes indicações:

I - a denominação: "NOTA FISCAL AVULSA";

II - o número de ordem e o número da via;

III - o nome e o endereço do remetente e/ou do prestador, conforme o caso;

IV - a data da emissão;

V - a data da efetiva saída da mercadoria;

VI - o nome e o endereço do destinatário da mercadoria e/ou do tomador do serviço, conforme o caso;

VII - a natureza da operação ou prestação;

VIII - a discriminação da mercadoria, a quantidade, a unidade, a espécie, a qualidade, a marca, o tipo e demais elementos que permitam sua perfeita identificação; a especificação do serviço, se for o caso;

IX - o valor da operação e/ou da prestação, as respectivas bases de cálculo, as alíquotas aplicadas e o imposto devido relativamente a cada fato gerador;

X - o nome e o endereço da empresa transportadora ou do transportador autônomo;

XI - o número da placa do veículo, o Município e a unidade da Federação do emplacamento, no caso de transporte rodoviário, ou outro elemento identificativo, nos demais casos;

XII - os dados previstos no inciso II do art. 199;

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 308 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*XII - os dados previstos no art. 199.*".

XIII - no campo "Reservado ao Fisco", a fixação da data limite para emissão do documento, a indicação "00/00/00."

Nota: A redação atual do inciso XIII do art. 308 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03. DOE de 24/12/03).

Redação anterior dada ao inciso XIII, tendo sido acrescentado ao art. 308 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).
"XIII - no espaço reservado à fixação da data-limite para emissão do documento, a indicação "00/00/00."".

§ 1º As indicações dos incisos I, II e XII serão impressas tipograficamente (art. 219, § 3º), dispensando-se a obrigatoriedade, caso a emissão seja feita por sistema eletrônico de processamento de dados.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 308 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).

Redação originária:
"§ 1º As indicações dos incisos I, II e XII serão impressas tipograficamente (art. 219, § 3º)."

§ 2º A impressão da Nota Fiscal Avulsa será feita nos termos do § 3º do art. 193.

Art. 309. Quanto ao número de vias e à sua destinação, a impressão e emissão da Nota Fiscal Avulsa serão feitas de acordo com as disposições concernentes à Nota Fiscal, sendo que, quando a emissão for por processamento de dados:

Nota: A redação atual do art. 309 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).

Redação originária:
"Art. 309. Quanto ao número de vias e à sua destinação, a impressão e emissão da Nota Fiscal Avulsa serão feitas de acordo com as disposições concernentes à Nota Fiscal."

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 309 foi revogado pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação originária, efeitos até 14/02/05:
"II - nas operações interestaduais e de exportação, a 1ª via será impressa em formulário de segurança e as demais em papel comum, vedado o uso de papel jornal;".

II - as vias serão impressas em papel comum, vedado o uso de papel jornal;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 309 foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação originária:
"II - nas demais operações, todas as vias serão impressas em papel comum, vedado, também, o uso de papel jornal;".

III - os dados relativos a emissão da Nota Fiscal Avulsa serão armazenados no Sistema de Emissão de Nota Fiscal Avulsa - SENF, para fins de controle da fiscalização.

Art. 310. Revogado

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

O art. 310 foi revogado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.

Redação originária:
"*Art. 310. É vedada a aplicação de penalidade, no trânsito de produtos agropecuários e de substâncias de origem vegetal ou animal, bem como na prestação de serviço por transportador autônomo, mesmo quando desacompanhados de documentação fiscal, nas seguintes hipóteses:*
I - saídas de produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, quando efetuadas diretamente pelo produtor ou extrator, inclusive no tocante ao imposto relativo ao serviço de transporte, quando efetuado por autônomo, observados os critérios estabelecidos nos incisos II e III do art. 443;
II - prestação de serviço por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado, quando o interessado, espontaneamente, procurar a repartição fiscal da localidade onde tiver início a prestação do serviço, ou, em sua falta ou no caso de não haver expediente no dia ou horário da prestação, o primeiro posto fiscal do percurso para quitação do imposto.".

Art. 311. Na hipótese de incidência simultânea do imposto relativo às mercadorias e ao serviço de transporte, a Nota Fiscal Avulsa conterá, além do valor da operação, a indicação do frete respectivo, sendo que:

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

A redação atual do *caput* do art. 311 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.

Redação originária:
"*Art. 311. Na hipótese de a repartição fiscal ser procurada para pagamento, simultaneamente, do imposto relativo à carga e ao serviço de transporte, a Nota Fiscal Avulsa conterá, além do valor da operação, a indicação do frete respectivo, sendo que:*".

I - se o vendedor das mercadorias e o prestador do serviço forem pessoas diferentes:

a) a operação mercantil e a prestação do serviço constituirão fatos geradores distintos, sendo igualmente distintas as alíquotas aplicáveis, devendo ser extraídos documentos de arrecadação separados;

b) não haverá incidência do ICMS sobre a prestação do serviço de transporte se a prestação tiver início e fim no mesmo Município;

II - se, porém, o transporte das mercadorias estiver sendo efetuado em veículo do próprio vendedor ou remetente, a parcela do frete constituirá mera despesa acessória, integrante da base de cálculo da operação mercantil, sendo irrelevante que se trate de transporte intermunicipal, interestadual, internacional ou ocorrido no mesmo Município, de modo que:

a) sendo tributada a operação, a alíquota aplicável sobre o montante será a relativa às mercadorias, cabendo apenas a extração de um documento de arrecadação;

b) sendo a operação isenta ou não tributada, não haverá imposto a pagar.

Art. 312. Havendo destaque do ICMS na Nota Fiscal Avulsa, esta somente produzirá efeitos fiscais se estiver acompanhada do documento de arrecadação correspondente, que a ela faça referência explícita.

§ 1º É dispensado o pagamento do ICMS destacado na Nota Fiscal Avulsa, na hipótese de o imposto nela destacado ser integralmente compensado com o tributo constante no documento fiscal relativo à operação ou prestação anterior, inclusive em caso de devolução de mercadoria, devendo ser feita observação detalhada acerca dessa circunstância.

§ 2º Na emissão da Nota Fiscal Avulsa, se o imposto destacado for compensado, total ou parcialmente, com o tributo constante em documentos fiscais exibidos pelo contribuinte, relativos a operações ou prestações anteriores, inclusive no caso de devolução de mercadoria, observar-se-á o seguinte:

I - tratando-se de contribuinte não inscrito no cadastro estadual, o funcionário responsável pela emissão da Nota Fiscal Avulsa deverá reter os documentos referidos no *caput* deste parágrafo, anexando-os à via da Nota Fiscal Avulsa destinada à repartição fiscal;

II - não será feita a retenção dos originais dos documentos aludidos no *caput* deste parágrafo, no caso de contribuinte inscrito no cadastro estadual ou quando a Nota Fiscal Avulsa disser respeito apenas a parte das mercadorias relativas ao documento fiscal apresentado, havendo mercadorias remanescentes, hipóteses em que a própria repartição fiscal providenciará cópias reprográficas daqueles documentos, para serem arquivadas com a via da Nota Fiscal Avulsa presa ao bloco;

III - nas hipóteses dos incisos I e II deste parágrafo:

a) as 1ªs vias dos documentos fiscais apresentados pelo contribuinte deverão ser carimbadas, uma a uma, em local próximo ao destaque do imposto, anotando-se, nos espaços próprios indicados no carimbo:

1 - o número da Nota Fiscal Avulsa emitida;

2 - o local, a data, a assinatura do funcionário, seu nome e número do cadastro funcional;

3 - a identificação da repartição ou posto;

b) tanto as 1ªs vias dos documentos fiscais originários como todas as vias da Nota Fiscal Avulsa deverão ser submetidas ao visto do Inspetor Fiscal, supervisor ou autoridade responsável pela repartição, posto ou unidade de fiscalização, conforme o caso, devendo o "visto" conter o nome, o número do cadastro e o cargo ou função do funcionário ou autoridade;

IV - a emissão da Nota Fiscal Avulsa será feita por solicitação verbal do interessado, a menos que se trate de hipótese em que a legislação exija requerimento escrito;

V - a emissão da Nota Fiscal Avulsa será feita liminarmente, independentemente da determinação de exames ou diligências prévios, a menos que se trate de matéria complexa ou duvidosa, a critério da autoridade administrativa;

VI - a emissão da Nota Fiscal Avulsa não implica necessariamente o reconhecimento da legalidade da situação fiscal, podendo o fisco, a qualquer tempo, em face da constatação de qualquer irregularidade, exigir o imposto devido, hipótese em que, não tendo o sujeito passivo contribuído mediante dolo, fraude ou simulação, para o equívoco na cobrança do imposto a menos, a responsabilidade a lhe ser atribuída atenderá ao disposto no parágrafo único do art. 100 do CTN.

§ 3º Nas operações ou remessas em que seja dispensada a emissão de documento fiscal, sempre que o contribuinte, mesmo assim, solicitar a emissão da Nota Fiscal Avulsa, esta não conterá o destaque do imposto.

§ 4º Nas saídas interestaduais promovidas por contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural, será emitida Nota Fiscal Avulsa, mediante solicitação do contribuinte.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 312 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 312 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 4º Nas saídas interestaduais promovidas por contribuintes inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural, será emitida Nota Fiscal Avulsa, mediante solicitação escrita do contribuinte, que será anexada à via fixa do talonário."

§ 5º Revogado.

Nota: O § 5º do art. 312 foi revogado pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao § 5º do art. 312, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04):
"§ 5º A emissão de Nota Fiscal Avulsa nos termos do parágrafo anterior fica condicionada ao credenciamento do produtor junto à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI, ou em entidades por ela, para este fim, autorizadas."

Art. 313. É dispensada a emissão de Nota Fiscal Avulsa, tratando-se de imposto a ser pago por transportador autônomo ou por empresa transportadora não inscrita neste Estado:

I - estando a mercadoria acobertada por Nota Fiscal emitida sem retenção do imposto sobre o frete, inclusive nas hipóteses em que não seja aplicável a sujeição passiva por substituição;

II - sempre que tanto o remetente como o destinatário não sejam contribuintes do imposto.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, o documento de arrecadação deverá conter, além dos demais requisitos exigidos, as seguintes informações, ainda que no verso:

I - o nome do contratante ou tomador do serviço, seu endereço e números de inscrição estadual e no CGC ou CPF, conforme o caso;

II - a placa do veículo e a unidade da Federação, no caso de transporte rodoviário, ou outro elemento identificativo, nos demais casos;

III - o preço do serviço, a base de cálculo do imposto e a alíquota aplicada;

IV - o valor do imposto;

V - o número, a série e a data do documento fiscal que acobertar a circulação das mercadorias ou bens, ou a identificação das mercadorias ou bens, na ausência daquele documento;

VI - os locais de início e fim da prestação do serviço.

§ 2º A escrituração e a utilização do crédito fiscal pelo contratante ou tomador do serviço, quando for o caso, nas hipóteses deste artigo, serão feitas com base no documento de arrecadação.

CAPÍTULO IV
DOS LIVROS FISCAIS

SEÇÃO I
Das Disposições Comuns a Todos os Livros Fiscais

SUBSEÇÃO I
Das Espécies de Livros Fiscais

Art. 314. Salvo disposição em contrário, todos os contribuintes do ICMS deverão manter, em cada estabelecimento, conforme as operações ou prestações que realizarem, os seguintes livros fiscais (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 1/92):

I - Registro de Entradas, modelo 1 (Anexo 38);

II - Registro de Entradas, modelo 1-A (Anexo 39);

III - Registro de Saídas, modelo 2 (Anexo 40);

IV - Registro de Saídas, modelo 2-A (Anexo 41);

V - Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC);

VI - Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3 (Anexo 42);

VII - Registro do Selo Especial de Controle, modelo 4;

VIII - Registro de Impressão de Documentos Fiscais, modelo 5 (Anexo 44);

IX - Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6 (Anexo 45);

X - Registro de Inventário, modelo 7 (Anexo 46);

XI - Registro de Apuração do ICMS, modelo 9 (Anexo 47);

XII - Livro de Movimentação de Produtos (LMP) (Ajuste SINIEF 4/01).

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 314 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

SUBSEÇÃO II
Das Pessoas Dispensadas de Escrituração Fiscal

Art. 315. Acerca da dispensa, parcial ou total, da escrituração dos livros previstos no artigo anterior, observar-se-ão as disposições relativas a:

I - produtores rurais e extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais - dispensa total: art. 442, II;

II - microempresas e empresas de pequeno porte - dispensa parcial: art. 408-C, VI;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 315 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*II - microempresas industriais - dispensa parcial: art. 388;*"

III - ambulantes - dispensa total: art. 408-C;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 315 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*III - microempresas comerciais varejistas e microempresas ambulantes - dispensa total: art. 403;*"

IV - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação - dispensa parcial: art. 504, X;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 315 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 315 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"IV - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação - dispensa parcial: art. 504, IX;"

Redação originária:
"*IV - restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação - dispensa parcial: art. 504, IX;"*

V - empresas seguradoras - dispensa parcial: art. 539, I;

VI - prestadores de serviços de construção civil que não efetuem circulação de mercadorias - dispensa

parcial: art. 546;

VII - concessionárias de serviço público:

a) de telecomunicações - dispensa total, até 31/07/00 (Convs. ICMS 126/98, 30/99 e 03/00);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso VII do art. 315 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso VII do art. 315 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99);
"a) de telecomunicações - dispensa total, até 31/12/99 (Convs. ICMS 126/98 e 30/99);"

Redação anterior dada a alíena "a", do inciso VII do art. 315 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"*a) de telecomunicações - dispensa total, até 28/02/99 (Conv. ICMS 126/98)".*

Redação originária:
"a) de telecomunicações - dispensa total: art. 569, V;".

b) de energia elétrica - dispensa parcial: art. 571, VI;

VIII - empresas de transporte:

a) aéreo - dispensa parcial: art. 647, XIII;

b) ferroviário - dispensa parcial: art. 648, XII;

c) aquaviário - dispensa parcial: art. 649, IV, e § 7º;

IX - depósitos fechados - dispensa parcial: art. 662, II;

X - estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos - dispensa parcial: art. 505, XVIII.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao art. 315 pela Alteração nº 5 (Decreto. nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

SUBSEÇÃO III
Da Impressão e das Características dos Livros Fiscais

Art. 316. Os livros fiscais serão impressos e terão suas folhas numeradas tipograficamente, em ordem crescente, devendo ser costuradas e encadernadas de modo a impedir a sua substituição.

§ 1º Os livros fiscais serão confeccionados em consonância com os modelos anexos a este Regulamento.

§ 2º O contribuinte poderá acrescentar nos livros fiscais outras indicações de seu interesse, desde que não prejudiquem a clareza dos modelos oficiais.

SUBSEÇÃO IV
Do Visto Fiscal e dos Termos de Abertura e de Encerramento de Livros Fiscais

Art. 317. Serão observadas as seguintes formalidades relativas à abertura, autenticação e encerramento de

livros fiscais:

Nota: A redação atual do art. 317 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação originária, efeitos até 12/11/03:
"Art. 317. Os livros fiscais só poderão ser utilizados depois de visados pela repartição fazendária do domicílio fiscal do contribuinte ou pela Junta Comercial do Estado da Bahia.
§ 1º No tocante ao visto de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:
I - o visto será aposto em seguida ao termo de abertura lavrado e assinado pelo contribuinte;
II - não se tratando de início de atividade, será exigida a apresentação do livro anterior, a ser encerrado;
III - quando efetuado pelo fisco estadual, o visto será gratuito.
§ 2º Para os efeitos do inciso II do parágrafo anterior, os livros a serem encerrados serão exibidos à repartição estadual ou à Junta Comercial dentro de 30 dias após se esgotarem.
§ 3º Os termos de abertura e de encerramento de livros fiscais serão lavrados de acordo com o padrão dos Anexos 48 e 49."

I - os livros fiscais serão utilizados após a lavratura do Termo de Abertura (anexo 48);

II - o contribuinte lavrará Termo de Encerramento (anexo 49) após o esgotamento do livro fiscal ou o encerramento das atividades;

III - o uso de outro livro de mesmo tipo somente poderá ser efetuado após o encerramento do livro anterior;

IV - o contribuinte lavrará termo acerca do início ou do encerramento de uso do livro, no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais, modelo 6;

V - o servidor que realizar atividade de fiscalização ou de subsídio à fiscalização em estabelecimento de contribuinte deverá apor visto nos livros ainda não visados, na página em que foi lavrado o Termo de Abertura ou o Termo de Encerramento, e verificar se houve lavratura do termo referido no inciso anterior.

Parágrafo único. O visto que trata o inciso V será dispensado quando os livros tiverem sido visados pela Junta Comercial do Estado da Bahia.

Art. 318. Revogado

Nota: O art. 318 foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação originária, efeitos até 12/11/03:
"Art. 318. Dentro de 30 dias, contados da data da cessação das atividades do estabelecimento, o contribuinte apresentará à repartição fazendária do seu domicílio os livros fiscais, a fim de serem lavrados os termos de encerramento.
Parágrafo único. Após a devolução dos livros pelo fisco estadual, o contribuinte deverá encaminhá-los ao fisco federal, nos termos da legislação própria."

SUBSEÇÃO V
Da Escrituração Fiscal

Art. 319. A escrituração dos livros fiscais será feita com base nos documentos relativos às operações ou prestações realizadas pelo contribuinte, sob sua exclusiva responsabilidade e na forma estabelecida pela

legislação tributária.

§ 1º Os lançamentos nos livros fiscais serão feitos a tinta, com clareza, não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 5 dias, ressalvados os livros a que forem atribuídos prazos especiais.

§ 2º Os livros fiscais não poderão conter emendas ou rasuras.

§ 3º Os lançamentos, nos livros fiscais, serão somados no último dia de cada mês, quando não houver outro prazo expressamente previsto.

§ 4º Será permitida a escrituração por processamento eletrônico de dados (arts. 683 a 712) ou por processo mecanizado (arts. 719 a 725), mediante prévia autorização do fisco estadual.

§ 5º Observar-se-á o disposto nos arts. 143 a 148, no tocante à guarda e conservação dos livros fiscais, à sua exibição ao fisco e às providências a serem adotadas em caso de sinistro, furto, roubo, extravio e outras ocorrências desse gênero.

§ 6º No tocante à reconstituição da escrita fiscal do contribuinte, observar-se-á o seguinte:

I - a escrita fiscal somente será reconstituída quando, evidenciada a impossibilidade ou a inconveniência de saneá-la por meio de lançamentos corretivos, for:

a) autorizada pela repartição fazendária a que estiver vinculado, a requerimento do contribuinte;

b) determinada pelo fisco;

II - em qualquer caso, a reconstituição, que se fará em prazo fixado pela repartição fiscal, não eximirá o contribuinte do cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias, mesmo em relação ao período em que estiver sendo efetuada;

III - o débito apurado em decorrência da reconstituição ficará sujeito à atualização monetária e aos acréscimos moratórios.

§ 7º Independente da sistemática de escrituração utilizada pelo contribuinte usuário de ECF, este deve emitir uma Leitura da Memória Fiscal por período de apuração e mantê-la a disposição do fisco juntamente com as Reduções Z emitidas no respectivo período.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 319 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Art. 320. Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os livros da contabilidade geral, o Copiador de Faturas, o Registro de Duplicatas, as Notas Fiscais, os Documentos de Arrecadação Estadual e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte.

SUBSEÇÃO VI
Da Utilização de Livros Fiscais pelo Sucessor

Art. 321. Nos casos de aquisição de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão, bem como nos casos de transmissão a herdeiro ou legatário, o novo titular do estabelecimento deverá providenciar junto à repartição fiscal competente, no prazo de 30 dias da data da ocorrência, a transferência, para o seu nome, dos livros fiscais em uso, assumindo a responsabilidade pela sua guarda, conservação e exibição ao fisco.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, será permitida a utilização dos documentos fiscais remanescentes,

mediante a aposição de carimbo com o novo nome comercial (firma, razão social ou denominação) ou o novo endereço, conforme o caso.

§ 2º O novo titular assumirá, também, a responsabilidade pela guarda, conservação e exibição ao fisco dos livros fiscais já encerrados pertencentes ao estabelecimento.

§ 3º Nas hipóteses deste artigo, a critério do fisco estadual, poderá ser autorizada a adoção de livros novos em substituição aos anteriormente em uso.

SUBSEÇÃO VII
Da Utilização de ECF pelo Sucessor

Nota: O subseção VII (compreendendo o art. 321-A) foi acrescentada à Seção I, do Capítulo IV do Título II pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Art. 321-A. No caso de aquisição de estabelecimento ou fundo de comércio, transformação, incorporação, fusão ou cisão, bem como nos casos de transmissão a herdeiro ou legatário, o novo titular do estabelecimento deverá providenciar, no prazo de 10 dias da data da ocorrência, a alteração dos dados cadastrais programados em equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), se for o caso.

SEÇÃO II
Do Registro de Entradas

Art. 322. O livro Registro de Entradas, modelos 1 e 1-A (Anexos 38 e 39), destina-se à escrituração (Conv. SINIEF de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 1/80, 1/82 e 16/89):

I - das entradas, a qualquer título, de mercadorias ou bens no estabelecimento;

II - das aquisições de mercadorias ou bens que não transitarem pelo estabelecimento;

III - dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação tomados pelo contribuinte.

§ 1º O Registro de Entradas, modelo 1, será utilizado pelos contribuintes sujeitos, simultaneamente, às legislações do IPI e do ICMS.

§ 2º O Registro de Entradas, modelo 1-A, será utilizado pelos contribuintes sujeitos, apenas, à legislação do ICMS.

§ 3º A escrituração do Registro de Entradas será efetuada por operação ou prestação, em ordem cronológica:

I - das entradas efetivas de mercadorias ou bens no estabelecimento ou, na hipótese do inciso II, de sua aquisição ou desembaraço aduaneiro;

II - dos serviços tomados.

§ 4º Os lançamentos serão feitos documento por documento, desdobrados em tantas linhas quantas forem as alíquotas do imposto e as naturezas das operações ou prestações, segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações (Anexo 2), nas colunas próprias, da seguinte forma:

I - coluna "Data da Entrada": data da entrada efetiva da mercadoria no estabelecimento, ou data da aquisição ou do desembaraço aduaneiro, ou data da utilização do serviço, conforme o caso, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, respectivamente;

II - colunas sob o título "Documento Fiscal": espécie, série e subsérie, número de ordem e data da emissão do documento fiscal correspondente à operação ou prestação, bem como, o nome do emitente e seus números de inscrição, estadual e no CGC, sendo que, no caso de Nota Fiscal emitida para fins de entrada, serão indicados, em lugar dos dados do emitente, os do remetente;

III - coluna "Procedência": abreviatura da unidade da Federação onde estiver situado o estabelecimento emitente;

IV - coluna "Valor Contábil": valor total constante no documento fiscal;

V - colunas sob o título "Codificação":

a) coluna "Código Contábil": o mesmo código que o contribuinte, eventualmente, utilizar no seu plano de contas contábil;

b) coluna "Código Fiscal": o código previsto no Anexo 2;

VI - colunas sob os títulos "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto":

a) coluna "Base de Cálculo": valor sobre o qual incidir o ICMS;

b) coluna "Alíquota": a alíquota do ICMS aplicada sobre a base de cálculo indicada na alínea anterior;

c) coluna "Imposto Creditado": o valor do imposto creditado;

VII - colunas sob os títulos "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto":

a) coluna "Isenta ou não Tributada": valor da operação ou prestação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de mercadoria ou serviço cuja saída ou prestação tiver sido beneficiada com isenção ou estiver amparada por não-incidência, bem como, ocorrendo a hipótese, o valor da parcela correspondente à redução da base de cálculo;

b) coluna "Outras": valor da operação ou prestação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de entrada de mercadoria ou de serviço tomado que não confira ao estabelecimento destinatário ou ao tomador do serviço crédito do imposto, ou quando se tratar de entrada de mercadoria ou de serviço tomado sem lançamento do imposto por ocasião da respectiva saída ou prestação, por ter sido atribuída a outra pessoa a responsabilidade pelo seu pagamento;

VIII - colunas sob os títulos "IPI - "Valores Fiscais" e "Operações com Crédito do Imposto":

a) coluna "Base de Cálculo": valor sobre o qual incidir o IPI;

b) coluna "Imposto Creditado": o valor do imposto creditado;

IX - colunas sob os títulos "IPI - Valores Fiscais" e "Operações sem Crédito do Imposto":

a) coluna "Isenta ou não Tributada": valor da operação, quando se tratar de entrada de mercadoria cuja saída do estabelecimento remetente tiver sido beneficiada com isenção do IPI ou estiver amparada por não-incidência, bem como o valor da parcela correspondente à redução da base de cálculo, quando for o caso;

b) coluna "Outras": valor da operação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de entrada de mercadoria que não confira ao estabelecimento destinatário crédito do IPI ou quando se tratar de entrada de mercadoria cuja saída do estabelecimento remetente tiver sido beneficiada com suspensão do recolhimento do IPI;

X - coluna "Observações": informações diversas.

§ 5º Poderão ser lançados englobadamente, no último dia do mês, porém separados de acordo com os critérios a seguir estabelecidos, observado o disposto no § 13, os documentos fiscais relativos a:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 5º do art. 322 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), com efeitos a partir de 01/01/05, conforme disposto no art. 8º do Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/04:
"§ 5º Poderão ser lançados englobadamente, no último dia do mês, porém separados de acordo com os critérios a seguir estabelecidos, os documentos fiscais relativos a:"

I - mercadorias:

a) adquiridas neste Estado:

1 - para uso ou consumo;

2 - para integração ao ativo permanente, quando:

2.1 - destinadas à manutenção das atividades do estabelecimento;

2.2 - alheias à atividade do estabelecimento;

b) oriundas de outras unidades da Federação:

1 - para uso ou consumo;

2 - para integração ao ativo permanente, quando:

2.1 - destinadas à manutenção das atividades do estabelecimento;

2.2 - alheias à atividade do estabelecimento;

II - serviços de transporte tomados, observado o disposto no art. 230;

III - serviços de comunicação tomados.

§ 6º Relativamente ao parágrafo anterior, a escrituração dos documentos fiscais relativos a cada segmento ali especificado será feita na forma prevista no § 11 do art. 93.

§ 7º O estabelecimento prestador de serviços de transporte que optar pela utilização do crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionada ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas:

Nota: A redação atual do § 7º do art. 322 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"§ 7º O estabelecimento prestador de serviços de transporte que optar pela utilização do crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionada ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas, poderá escriturar os documentos correspondentes às aquisições de mercadorias ou aos serviços tomados, totalizando-os, segundo a natureza da operação ou

prestação e a alíquota aplicada, para efeito de lançamento global, no último dia do mês."

I - poderá escriturar os documentos correspondentes às aquisições de mercadorias ou aos serviços tomados, totalizando-os, segundo a natureza da operação ou prestação e a alíquota aplicada, para efeito de lançamento global, no último dia do mês;

II - observará o disposto no inciso IV do art. 7º, no tocante à diferença de alíquotas.

§ 8º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos de redespacho e de transporte intermodal (art. 93, IV).

§ 9º Não devem ser lançados no Registro de Entradas os Conhecimentos de Transporte relativos a entradas de mercadorias ou bens adquiridos a preços CIF.

§ 10. Ao final do período de apuração, deverão ser totalizadas e acumuladas as operações e prestações escrituradas nas colunas "Valor Contábil", "Base de Cálculo" e "Outras", e, na coluna "Observações", o valor do imposto pago por substituição tributária, por unidade federada de origem das mercadorias ou de início da prestação do serviço (Ajuste SINIEF 6/95).

§ 11. A escrituração do livro de que trata este artigo deverá ser encerrada no último dia de cada mês, sendo que, não existindo documento a escriturar, será mencionada essa circunstância.

§ 12. Na escrituração, no Registro de Entradas, de Nota Fiscal que houver acobertado operações interestaduais com produtos tributados e não tributados, em que tiver havido a retenção do imposto por substituição tributária, observar-se-á o disposto no § 4º do art. 364.

§ 13. Excluem-se das prerrogativas do § 5º, as entradas das mercadorias, ali indicadas, realizadas por usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.

Nota: O § 13 foi acrescentado ao art. 322 pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), com efeitos a partir de 01/01/05, conforme disposto no art. 8º do Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04.

SEÇÃO III
Do Registro de Saídas

Art. 323. O livro Registro de Saídas, modelos 2 e 2-A (Anexos 40 e 41), destina-se à escrituração (Conv. SINIEF de 15/12/70 e Conv. SINIEF 06/89):

I - das saídas de mercadorias, a qualquer título, do estabelecimento;

II - das transmissões da propriedade de mercadorias que não transitarem pelo estabelecimento;

III - das prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação efetuadas pelo contribuinte.

§ 1º O Registro de Saídas, modelo 2, será utilizado pelos contribuintes sujeitos, simultaneamente, às legislações do IPI e do ICMS.

§ 2º O Registro de Saídas, modelo 2-A, será utilizado pelos contribuintes sujeitos, apenas, à legislação do ICMS.

§ 3º Os lançamentos serão feitos em ordem cronológica, segundo as datas de emissão dos documentos fiscais ou da Redução Z, pelos totais diários, com desdobramento em tantas linhas quantas forem as

alíquotas aplicadas às operações ou prestações da mesma natureza, de acordo com o Código Fiscal de Operações e Prestações (Anexo 2), sendo permitido o registro conjunto dos documentos de numeração seguida da mesma série e subsérie.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 323 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 3º Os lançamentos serão feitos em ordem cronológica, segundo as datas de emissão dos documentos fiscais, pelos totais diários, com desdobramento em tantas linhas quantas forem as alíquotas aplicadas às operações ou prestações da mesma natureza, de acordo com o Código Fiscal de Operações e Prestações (Anexo 2), sendo permitido o registro conjunto dos documentos de numeração seguida da mesma série e subsérie."

§ 4º A escrituração será efetuada, nas colunas próprias, da seguinte forma:

I - colunas sob o título "Documento Fiscal": espécie, série e subsérie, números de ordem, inicial e final, e data da emissão dos documentos fiscais;

II - coluna "Valor Contábil: valor total constante nos documentos fiscais;

III - colunas sob o título "Codificação":

a) coluna "Código Contábil": o mesmo código que o contribuinte, eventualmente, utilizar no seu plano de contas contábil;

b) coluna "Código Fiscal": o código previsto no Anexo 2;

IV - colunas sob os títulos "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Débito do Imposto":

a) coluna "Base de Cálculo": valor sobre o qual incidir o ICMS;

b) coluna "Alíquota": alíquota do ICMS aplicada sobre a base de cálculo indicada na alínea anterior;

c) coluna "Imposto Debitado": o valor do imposto debitado;

V - colunas sob os títulos "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto":

a) coluna "Isenta ou não Tributada": valor da operação ou prestação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de mercadoria ou serviço cuja saída ou prestação tiver sido beneficiada com isenção ou amparada por não-incidência, bem como, ocorrendo a hipótese, o valor da parcela correspondente à redução da base de cálculo;

b) coluna "Outras": valor da operação ou prestação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de mercadoria ou serviço cuja saída ou prestação tiver sido efetivada sem lançamento do imposto, por ter sido atribuída a outra pessoa a responsabilidade pelo seu pagamento;

VI - colunas sob os títulos "IPI - Valores Fiscais" e "Operações com Débito do Imposto":

a) coluna "Base de Cálculo": valor sobre o qual incidir o IPI;

b) coluna "Imposto Debitado": o valor do imposto debitado;

VII - colunas sob os títulos "IPI - Valores Fiscais" e "Operações sem Débito do Imposto":

a) coluna "Isenta ou não Tributada": valor da operação, quando se tratar de mercadoria cuja saída tiver sido beneficiada com isenção do IPI ou amparada por não-incidência, bem como, ocorrendo a hipótese, o valor da parcela correspondente à redução da base de cálculo;

b) coluna "Outras": valor da operação, deduzida a parcela do IPI, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de mercadoria cuja saída do estabelecimento tiver sido beneficiada com suspensão do recolhimento do IPI;

VIII - coluna "Observações": informações diversas.

§ 5º Nas hipóteses dos incisos IV ou V do art. 201 e nos incisos do art. 238, a ocorrência deverá ser indicada na coluna "Observações", nas linhas correspondentes aos lançamentos do documento fiscal originário e do complementar, ou da Redução Z, conforme o caso.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 238 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao § 5º do art. 323 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"§ 5º Nas hipóteses dos incisos IV ou V do art. 201 e nos incisos do art. 238, a ocorrência deverá ser indicada na coluna "Observações", nas linhas correspondentes aos lançamentos do documento fiscal originário e do complementar, da Redução Z, conforme o caso."

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 5º Nas hipóteses dos incisos IV ou V do art. 201, a ocorrência deverá ser indicada na coluna "Observações", nas linhas correspondentes aos lançamentos do documento fiscal originário e do complementar."

§ 6º A empresa transportadora que optar pela manutenção de inscrição única com escrituração fiscal centralizada observará o disposto nos arts. 298, 299 e 633, no tocante à emissão e escrituração do Resumo de Movimento Diário.

§ 7º Ao final do período de apuração, deverão ser totalizadas e acumuladas as operações e prestações escrituradas nas colunas "Valor Contábil" e "Base de Cálculo", e, na coluna "Observações", o valor do imposto cobrado por substituição tributária, por unidade federada de destino das mercadorias ou da prestação do serviço, separando-se as destinadas a não contribuintes (Ajuste SINIEF 6/95).

§ 8º A escrituração do livro de que trata este artigo deverá ser encerrada no último dia de cada mês, sendo que, não havendo documento a escriturar, será mencionada essa circunstância.

§ 9º No caso de escrituração do livro Registro de Saídas com base na Redução Z, serão consignados:

Nota: A redação atual do § 9º do art. 323 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 323 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos de 31/12/98 a 30/12/02:
"§ 9º A empresa usuária de máquina registradora (MR), emissor de Cupom Fiscal (ECF) ou terminal ponto de venda (PDV), também observará o disposto nos arts. 741 a 743, 801 e 802 e 886, respectivamente."

I - na coluna sob o título "Documento Fiscal":

a) como espécie, a sigla "CF";

b) como série e subsérie, o número de ordem do equipamento atribuído pelo estabelecimento, ou, no caso de escrituração com base nos totais diários consolidados relativos a todas as Reduções Z, a indicação “Enn”, onde nn representa a quantidade de Reduções Z escrituradas;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I, do § 9º do art. 323 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso I, do § 9º do art. 323 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"b) como série e subsérie, o número de ordem do equipamento atribuído pelo estabelecimento;"

c) como números inicial e final do documento fiscal, os números inicial e final do Contador de Ordem de Operação (COO) indicados no primeiro e no último documento emitido no dia, ou, no caso de escrituração com base nos totais diários consolidados relativos a todas as Reduções Z, a indicação de “000000” para o número inicial e o número final;

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso I, do § 9º do art. 323 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada à alínea "c", do inciso I, do § 9º do art. 323 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"c) como números inicial e final do documento fiscal, os números de ordem inicial e final das operações e prestações do dia;"

d) como data, a data de movimento indicada na Redução Z;

e) na coluna “Observações”: o número do Contador de Reduções de cada Redução Z;

Nota: A redação atual da alínea "e", do inciso I, do § 9º do art. 323 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada à alínea "e", do inciso I, do § 9º do art. 323 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"e) na coluna “Observações”: o número do Contador de Reduções;"

II - nas colunas "Base de Cálculo", “Alíquota” e “Imposto Debitado” de "Operações com Débito do Imposto", as informações correspondente, em tantas linhas quantas forem as alíquotas efetivas das operações e prestações;

III - na coluna “Isentas ou Não Tributadas” de “Operações sem Débito do Imposto”, as informações correspondentes, em tantas linhas quantas forem as situações tributárias.

§ 10. Ressalvado o disposto no § 1º do art. 238, sempre que houver emissão de documento fiscal distinto do emitido em ECF, a escrituração será efetuada em linha diversa à utilizada para escrituração da Redução Z.

Nota: A redação atual do § 10 do art. 323 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de

20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao § 10, tendo sido acrescentado ao art. 323 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 10. Ressalvado o disposto no § 1º do art. 238, sempre que houver emissão de documentos fiscais distintos dos emitidos por ECF, a sua escrituração será efetuada em linha diversa às utilizadas para escrituração do Mapa-Resumo ECF ou da Redução Z."

SEÇÃO IV
Do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC)

Art. 324. O Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), instituído pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), conforme modelo por ele aprovado, destina-se ao registro diário a ser efetuado pelos postos revendedores de combustíveis (Ajuste SINIEF 1/92).

SEÇÃO V
Do Registro de Controle da Produção e do Estoque

Art. 325. O livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3 (Anexo 42), destina-se à escrituração dos documentos fiscais e dos documentos de uso interno do estabelecimento, correspondentes às entradas e saídas, à produção e às quantidades referentes aos estoques de mercadorias (Conv. SINIEF de 15/12/70).

§ 1º O Registro de Controle da Produção e do Estoque será utilizado pelos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal.

§ 2º Os lançamentos serão feitos operação a operação, devendo ser utilizada uma folha para cada espécie, marca, tipo e modelo de mercadoria.

§ 3º A escrituração será efetuada, nos quadros e colunas próprios, da seguinte forma:

I - quadro "Produto": identificação da mercadoria, como definida no parágrafo anterior;

II - quadro "Unidade": especificação da unidade (quilogramas, metros, litros, dúzias, etc.), de acordo com a legislação do IPI;

III - quadro "Classificação Fiscal": indicação relacionada com a posição da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que constitui a nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH) e com a alíquota, previstas na legislação do IPI, sendo que o disposto neste inciso não se aplica ao estabelecimento comercial não equiparado a industrial;

IV - colunas sob o título "Documento": espécie, série e subsérie, número de ordem e data da emissão do documento fiscal ou do documento de uso interno do estabelecimento, correspondente a cada operação;

V - colunas sob o título "Lançamento": número e folha do livro Registro de Entradas ou do livro Registro de Saídas em que o documento fiscal tiver sido lançado, bem como a codificação fiscal, e, quando for o caso, a contábil;

VI - colunas sob o título "Entradas":

a) coluna "Produção - No Próprio Estabelecimento": quantidade do produto industrializado no próprio estabelecimento;

b) coluna "Produção - Em Outro Estabelecimento": quantidade do produto industrializado em outro estabelecimento da mesma empresa ou de terceiro, com mercadoria remetida para esse fim;

c) coluna "Diversas': quantidade de mercadorias não classificadas nas alíneas anteriores, inclusive as recebidas de outro estabelecimento da mesma empresa ou de terceiro para industrialização e posterior retorno, consignando-se o fato, nesta última hipótese, na coluna "Observações";

d) coluna "Valor": a base de cálculo do IPI, quando a entrada da mercadoria originar crédito desse tributo, ou, em caso contrário, o valor total atribuído à mercadoria;

e) coluna "IPI": valor do imposto creditado, quando de direito;

VII - colunas sob o título "Saídas":

a) coluna "Produção - No Próprio Estabelecimento": em se tratando de matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, a quantidade remetida do almoxarifado para o setor de fabricação, para industrialização no próprio estabelecimento, ou, em se tratando de produto acabado, a quantidade saída, a qualquer título, de produto industrializado no próprio estabelecimento;

b) coluna "Produção - Em Outro Estabelecimento": em se tratando de matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, a quantidade saída para industrialização em outro estabelecimento da mesma empresa ou de terceiro, quando o produto industrializado dever retornar ao estabelecimento remetente, ou, em se tratando de produto acabado, a quantidade saída, a qualquer título, de produto industrializado em estabelecimento de terceiro;

c) coluna "Diversas": quantidade de mercadoria saída, a qualquer título, em hipótese não compreendida nas alíneas anteriores;

d) coluna "Valor": base de cálculo do IPI, ou o valor total atribuído à mercadoria, em caso de saída com isenção ou não-incidência;

e) coluna "IPI": valor do imposto, quando devido;

VIII - coluna "Estoque": quantidade em estoque, após cada lançamento de entrada ou saída;

IX - coluna "Observações": informações diversas.

§ 4º Quando se tratar de industrialização no próprio estabelecimento, será dispensada a indicação dos valores relativos às operações indicadas na alínea "a" do inciso VI e na primeira parte da alínea "a" do inciso VII do parágrafo anterior.

§ 5º Não serão escrituradas neste livro as entradas de mercadorias destinadas a integração ao ativo imobilizado ou para uso ou consumo do estabelecimento.

§ 6º Quando se tratar de produtos da mesma posição da tabela anexa ao Regulamento do IPI, poderá o industrial ou o estabelecimento a ele equiparado agrupá-los numa mesma folha, desde que nesse sentido autorizados pela Secretaria da Receita Federal.

§ 7º O livro referido neste artigo poderá, a critério do Diretor de Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte, ser substituído por fichas, as quais deverão ser:

Nota: A redação atual do *caput* do § 7º doa rt. 325 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"§ 7º O livro referido neste artigo poderá, a critério do Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, ser substituído por fichas, as quais deverão ser:"

I - impressas com os mesmos elementos do livro substituído;

II - numeradas tipograficamente, em ordem crescente de 1 a 999.999;

III - prévia e individualmente autenticadas pelo fisco estadual.

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, deverá, ainda, ser previamente visada pela repartição competente do fisco estadual a ficha-índice, que obedecerá ao modelo do Anexo 43, na qual, observada a ordem numérica crescente, será registrada a utilização de cada ficha, devendo ditas anotações estar sempre atualizadas.

§ 9º A escrituração do livro de que trata este artigo ou das fichas referidas nos §§ 7º e 8º não poderá atrasar-se por mais de 15 dias.

§ 10. No último dia de cada mês, deverão ser somadas as quantidades e valores constantes nas colunas "Entradas" e "Saídas", acusando-se o saldo das quantidades em estoque, que será transportado para o mês seguinte.

Art. 326. O livro Registro de Controle da Produção e do Estoque poderá ser escriturado com as seguintes simplificações (Ajustes SINIEF 2/72 e 3/81):

I - lançamento de totais diários na coluna "Produção - No Próprio Estabelecimento", sob o título "Entradas";

II - lançamento de totais diários na coluna "Produção - No Próprio Estabelecimento", sob o título "Saídas", em se tratando de matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, na remessa do almoxarifado ao setor de fabricação, para industrialização no próprio estabelecimento;

III - nos casos previstos nos incisos I e II, com exceção da coluna "Data", dispensa da escrituração das colunas sob os títulos "Documento" e "Lançamento", bem como das colunas "Valor" sob os títulos "Entradas" e "Saídas";

IV - lançamento do saldo na coluna "Estoque" uma só vez, no final dos lançamentos do dia, ao invés de após cada lançamento de entrada ou de saída;

V - agrupamento, numa só folha, de mercadorias com pequena expressão na composição do produto final, tanto em termos físicos quanto em valor, desde que se enquadrem no mesmo código da Tabela de Incidência do IPI.

§ 1º Os estabelecimentos atacadistas não equiparados a industriais ficam dispensados da escrituração do quadro "Classificação Fiscal", das colunas "Valor" sob os títulos "Entradas" e "Saídas", e da coluna "IPI", sob o título "Saídas".

§ 2º Os estabelecimentos industriais ou os a eles equiparados pela legislação do IPI e os atacadistas que possuírem controles quantitativos de mercadorias que permitam perfeita apuração dos estoques permanentes poderão optar pela utilização daqueles controles, em substituição ao livro de que trata este artigo, observado o seguinte:

I - a opção será comunicada, por escrito, à Superintendência da Receita Federal da sua circunscrição e à repartição local da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, devendo ser anexados à comunicação os modelos dos formulários adotados;

II - no modelo, poderão ser acrescentadas as colunas "Valor" e "IPI", tanto na entrada quanto na saída de mercadorias, na medida em que tiverem por finalidade a obtenção de dados para a declaração de informações do IPI;

III - os controles substitutivos serão exibidos ao fisco, federal ou estadual, sempre que solicitados;

IV - será dispensada a prévia autenticação exigida no inciso III do § 7º do art. 325, no tocante aos formulários adotados em substituição ao Registro de Controle da Produção e do Estoque;

V - será mantida, sempre atualizada, uma ficha-índice ou equivalente.

SEÇÃO VI
Do Registro do Selo Especial de Controle

Art. 327. O livro Registro do Selo Especial de Controle, modelo 4, destina-se à escrituração dos dados relativos ao recebimento e à utilização do selo especial de controle previsto pela legislação do IPI, que se fará nos termos da legislação federal (Conv. SINIEF de 15/12/70).

SEÇÃO VII
Do Registro de Impressão de Documentos Fiscais

Art. 328. O livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais, modelo 5 (Anexo 44), destina-se à escrituração da confecção de impressos de documentos fiscais de que cuida o art. 192, para terceiros ou para o próprio estabelecimento impressor (Conv. SINIEF, de 15/12/70).

§ 1º Os lançamentos serão feitos operação a operação, em ordem cronológica das saídas dos impressos de documentos fiscais confeccionados, ou de sua elaboração, no caso de serem utilizados pelo próprio estabelecimento.

§ 2º A escrituração será efetuada nas colunas próprias, da seguinte forma:

I - coluna "Autorização de Impressão - Número": número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais, quando exigida pela legislação;

II - colunas sob o título "Comprador":

a) coluna "Número de Inscrição": números de inscrição, estadual e no CGC;

b) coluna "Nome": nome do contribuinte usuário dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

c) coluna "Endereço": local do estabelecimento do contribuinte usuário dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

III - colunas sob o título "Impressos";

a) coluna "Espécie": espécie dos impressos de documentos fiscais confeccionados: Nota Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor, etc.;

b) coluna "Tipo": tipo dos impressos de documentos fiscais confeccionados: blocos, folhas soltas, formulários contínuos, etc.;

c) coluna "Série e Subsérie": série e subsérie dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

d) coluna "Numeração": números de ordem dos impressos de documentos fiscais confeccionados, sendo que, no caso de impressão de documentos fiscais sem numeração tipográfica sob regime especial, essa circunstância deverá constar na coluna "Observações";

IV - colunas sob o título "Entrega":

a) coluna "Data": dia, mês e ano da efetiva entrega dos impressos de documentos fiscais confeccionados ao contribuinte usuário;

b) coluna "Notas Fiscais": série e número da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento gráfico, relativa à

saída dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

V - coluna "Observações": informações diversas.

SEÇÃO VIII
Do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências

Art. 329. O livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6 (Anexo 45), destina-se à escrituração das entradas de impressos de documentos fiscais especificados no art. 192, confeccionados por estabelecimento gráfico ou pelo próprio contribuinte usuário, bem como à lavratura de termos de ocorrências pelo fisco ou pelo contribuinte, nos casos previstos (Conv. SINIEF de 15/12/70).

§ 1º O livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências será mantido e escriturado por todos os estabelecimentos obrigados à emissão de documentos fiscais.

§ 2º Os lançamentos serão feitos operação a operação, em ordem cronológica de aquisição ou confecção própria, devendo ser utilizada uma folha para cada espécie, série e subsérie do impresso de documento fiscal.

§ 3º A escrituração será efetuada, nos quadros e colunas próprios, da seguinte forma:

I - quadro" Espécie": espécie dos impressos de documentos fiscais confeccionados: Nota Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor, etc.;

II - quadro "Série e Subsérie": série e subsérie dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

III - quadro "Tipo": tipo dos impressos de documentos fiscais confeccionados: blocos, folhas soltas, formulários contínuos, etc.;

IV - quadro "Finalidade da Utilização": fins a que se destinem os impressos de documentos fiscais confeccionados: vendas a contribuintes, vendas a não-contribuintes, vendas a contribuintes de outras unidades da Federação, etc.;

V - coluna "Autorização de Impressão": número da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), quando exigida pela legislação;

VI - coluna "Impressos - Numeração": os números de ordem dos impressos de documentos fiscais confeccionados, sendo que, no caso de impressão de documentos fiscais sem numeração tipográfica sob regime especial, essa circunstância deverá constar na coluna "Observações";

VII - colunas sob o título "Fornecedor":

a) coluna "Nome": nome do titular do estabelecimento que houver confeccionado os impressos de documentos fiscais;

b) coluna "Endereço": local do estabelecimento impressor;

c) coluna "Inscrição": números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento impressor;

VIII - colunas sob o título "Recebimento":

a) coluna "Data": dia, mês e ano do efetivo recebimento dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

b) coluna "Nota Fiscal": série e número da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento impressor, por ocasião da saída dos impressos de documentos fiscais confeccionados;

IX - coluna "Observações": informações diversas, inclusive referentes a:

a) extravio, perda ou inutilização de impressos de documentos fiscais;

b) supressão de série ou subsérie;

c) entrega de impressos de documentos fiscais à repartição fazendária para inutilização.

§ 4º Do total de folhas deste livro, 50%, no mínimo, serão destinadas à lavratura de:

I - termos de ocorrências, pelo fisco;

II - termos, pelo contribuinte ou por terceiro, nas hipóteses previstas expressamente pela legislação.

§ 5º Nas situações mencionadas no § 2º do art. 238, o contribuinte obrigado a escriturar livros fiscais registrará no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - RUDFTO:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 5º do art. 329 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 329 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/09/99 a 30/12/02:
"§ 5º Nas situações mencionadas no § 8º do art. 201, o contribuinte obrigado a escriturar livros fiscais registrará no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - RUDFTO:"

I - o motivo e a data da ocorrência da impossibilidade de emissão do documento fiscal via ECF;

II - os modelos e os números dos documentos fiscais emitidos sem o uso de ECF.

SEÇÃO IX
Do Registro de Inventário

Art. 330. O livro Registro de Inventário, modelo 7 (Anexo 46), destina-se a arrolar, pelos seus valores e com especificações que permitam sua perfeita identificação, as mercadorias, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem, os produtos manufaturados e os produtos em fabricação existentes no estabelecimento na data do balanço (Conv. SINIEF, de 15/12/70).

§ 1º O livro Registro de Inventário será utilizado por todos os estabelecimentos que mantiverem mercadorias em estoque.

§ 2º No livro referido neste artigo, serão também arrolados, separadamente:

I - as mercadorias, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem e os produtos manufaturados pertencentes ao estabelecimento, em poder de terceiros;

II - as mercadorias, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem, os produtos manufaturados e os produtos em fabricação, de terceiros, em poder do estabelecimento.

§ 3º O arrolamento em cada grupo deverá ser feito:

I - segundo a ordenação da tabela prevista na legislação do IPI, sendo que essa exigência não se aplica a estabelecimento comercial não equiparado a industrial;

II - de acordo com a situação tributária a que estejam sujeitas as operações com as mercadorias, tais como tributadas, não tributadas, isentas.

§ 4º Os lançamentos serão feitos nas colunas próprias, da seguinte forma:

I - coluna "Classificação Fiscal": a indicação relacionada com o código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que constitui a nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH), sendo que essa exigência não se aplica a estabelecimento comercial não equiparado a industrial;

II - coluna "Discriminação": especificação que permita a perfeita identificação das mercadorias, tais como: espécie, marca, tipo, modelo;

III - coluna "Quantidade": quantidade em estoque na data do balanço;

IV - coluna "Unidade": especificação da unidade (quilogramas, metros, litros, dúzias, etc.), de acordo com a legislação do IPI;

V - colunas sob o título "Valor":

a) coluna "Unitário": valor de cada unidade de mercadoria pelo custo de aquisição ou de fabricação, ou pelo preço corrente de mercado ou de bolsa, prevalecendo o critério de valoração pelo preço corrente, quando este for inferior ao preço de custo, sendo que, no caso de matérias-primas ou produtos em fabricação, o valor será o de seu preço de custo;

b) coluna "Parcial": valor correspondente ao resultado da multiplicação da quantidade pelo valor unitário;

c) coluna "Total": valor correspondente ao somatório dos valores parciais constantes no mesmo código referido no inciso I;

VI - coluna "Observações": informações diversas.

§ 5º Após o arrolamento, deverá ser consignado o valor total de cada grupo mencionado no *caput deste artigo e no § 2º*, e, ainda, o total geral do estoque existente.

§ 6º Se a empresa não mantiver escrita contábil, o inventário será levantado, em cada estabelecimento, no último dia do ano civil.

§ 7º A escrituração deverá ser efetuada dentro de 60 dias, contados da data do balanço referido no *caput* deste artigo ou, no caso do parágrafo anterior, do último dia do ano civil.

§ 8º Não existindo estoque, o contribuinte mencionará esse fato na primeira linha, após preencher o cabeçalho da página.

Art. 330-A. O contribuinte também escriturará livro Registro de Inventário, na forma prevista no artigo anterior, referente às mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação existentes em estoque:

Nota: O art. 330-A foi acrescentado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

I - na data do encerramento das atividades, hipótese em que, tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, também serão especificadas separadamente as parcelas referentes às mercadorias adquiridas antes e após o enquadramento no regime SimBahia

II - no último dia útil do mês anterior ao mês em que o reenquadramento começar a produzir efeitos, quando ocorrer o reenquadramento da categoria Normal para as categorias Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, situação em que o estoque será valorado pelo preço de custo ou pelo preço de entrada mais

recente;

III - no último dia útil do mês anterior ao mês em que o reenquadramento começar a produzir efeitos, na hipótese de enquadramento da condição de Microempresa, de Empresa de Pequeno Porte ou de Ambulante para a categoria contribuinte Normal, especificando como previsto nos incisos I, II e III do art. 408-B.

Parágrafo único. A escrituração de que cuida o *"caput"* deste artigo deverá ser realizada:

I - na hipótese do inciso I, até o momento da apresentação do pedido de baixa de inscrição;

II - nas situações previstas nos incisos II e III, no prazo de 60 dias, contado do primeiro dia do mês em que o reenquadramento começar a produzir efeitos.

SEÇÃO X
Do Registro de Apuração do ICMS

Art. 331. O livro Registro de Apuração do ICMS, modelo 9 (Anexo 47), destina-se ao lançamento mensal dos totais dos valores contábeis e os dos valores fiscais relativos ao ICMS, das operações de entradas e saídas de mercadorias, bem como das prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação utilizados ou prestados, extraídos dos livros próprios e agrupados segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações (Conv. SINIEF, de 15/12/70).

§ 1º O Registro de Apuração do ICMS será escriturado até o oitavo dia do mês seguinte ao do período considerado.

§ 2º A escrituração do Registro de Apuração do ICMS será feita com base no Registro de Entradas e no Registro de Saídas (art. 116, III).

§ 3º Serão lançados no Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Débito do Imposto", item "002 - Outros Débitos", com as anotações cabíveis no campo "Observações", as diferenças de imposto devido apuradas pelo contribuinte.

§ 4º No tocante às entradas de mercadorias, insumos, bens do ativo permanente, bens de uso e materiais de consumo, e aos serviços de transporte e de comunicação tomados, observar-se-á o disposto no § 11 do art. 93.

§ 5º Além do lançamento em conjunto com os demais créditos fiscais, os créditos resultantes de operações relativas a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, no documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), nos termos dos §§ 1º e 2º art. 339.

Nota: **A redação atual do § 5º do art. 331 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 5º do art. 331 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 5º Além do lançamento em conjunto com os demais créditos fiscais, os créditos resultantes de operações relativas a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, no documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), nos termos do parágrafo único do art. 339.".

Redação originária:
"§ 5º Além do lançamento em conjunto *com os demais créditos fiscais, os créditos resultantes de operações de que decorram entradas de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado serão objeto de*

outro lançamento, em livro próprio, nos termos do § 12 do art. 93."

§ 6º Salvo disposição em contrário, os créditos relativos a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado vinculados a operações ou prestações subseqüentes isentas ou não tributadas estarão sujeitos:

Nota: **A redação atual do § 6º do art. 331 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 6º do art. 331 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 6º Os créditos relativos a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado, escriturados na forma do parágrafo único do art. 339, estarão sujeitos a estorno no Registro de Apuração do ICMS, sempre que se verificar a hipótese do § 9º do art. 100, observados os critérios previstos nos §§ 10, 11, 12 e 13 do referido art. 100.".

Redação originária:
"§ 6º *Os créditos relativos a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado, escriturados na forma do § 12 do art. 93, estarão sujeitos a estorno diretamente no Registro de Apuração do ICMS de uso normal, sempre que se verificar a hipótese do § 9º do art. 100, observados os critérios previstos nos §§ 10, 11, 12 e 13 do referido art. 100.".*

I - a estorno, no Registro de Apuração do ICMS, sempre que se verificar a hipótese do § 9º do art. 100, observados os critérios previstos nos §§ 10, 11, 12 e 13 do referido art. 100, tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento tenha ocorrido até 31/12/00;

II - à apropriação, à razão de um quarenta e oito avos por mês, observada a proporção entre o somatório das operações e prestações isentas e não tributadas e o total das operações e prestações ocorridas no mês, tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento tenha ocorrido a partir de 1/1/01.

§ 7º Os estabelecimentos possuidores de créditos acumulados, em razão das operações e prestações mencionadas no art. 106, manterão Registro de Apuração do ICMS distinto do de uso regular, cuja escrituração seguirá a orientação prevista nos arts. 109 e 110, salvo em se tratando das pessoas excepcionada no inciso II do art. 109.

§ 8º O livro de que cuida este artigo servirá de fonte para o preenchimento dos documentos de informações econômico-fiscais.

§ 9º Os estornos de créditos e os estornos de débitos fiscais serão lançados, respectivamente, no item 003 do quadro "Débito do Imposto" e no item 008 do quadro "Crédito do Imposto".

SEÇÃO XI
Do Livro de Movimentação de Produtos

Art. 331-A. O livro de Movimentação de Produtos, destina-se ao registro diário, pelo Transportador Revendedor Retalhista - TRR e Transportador Revendedor Retalhista na Navegação Interior – TRRNI, dos estoques e das movimentações de compra e venda de óleo diesel, querosene iluminante e óleos combustíveis, nos termos da legislação e modelo editados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) (Ajuste SINIEF 4/01).

Nota: A seção XI do Capítulo IV do Título II foi acrescentada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 09/08/01.

CAPÍTULO V
DOS DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

SEÇÃO I
Das Espécies de Documentos de Informações Econômico-Fiscais

Art. 332. São os seguintes os documentos de informações econômico-fiscais:

I - Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), Anexo 80;

II - Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (CS-DMA), Anexo 81;

Nota: **A redação atual do inciso II do art. 332 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).**

Redação originária:
"II - Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - Contribuinte com Inscrição Única (CS-DMA), Anexo 81;"

III - Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), Anexo 82;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 332 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*III - Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82;*"

IV - Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD), Anexo 83.

V - Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária (GIA-ST), Anexo 92 (Ajuste SINIEF 9/98).

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 332 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

VI - Cédula Suplementar da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (CS-DME), Anexo 82-B.

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 332 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

VII – o arquivo de que trata o art. 708-A, referente ao movimento econômico de cada mês;

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 332 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

SEÇÃO II
Da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e da Sua Cédula Suplementar (CS-DMA)

Art. 333. Os contribuintes inscritos na condição de normal, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 333 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 333 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"Art. 333. Deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividades 6312-6/03 - Depósito de Mercadorias Próprias."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 333 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 15/09/08:
"Art. 333. Deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), Anexo 80, os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividade 57.02-3 (depósitos fechados) (Lei Complementar nº 63/90; Conv. SINIEF, de 15/12/70; Ajustes SINIEF 01/96, 03/96 e 07/96)."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"Art. 333. Deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), Anexo 80, os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividade 57.02-3 (depósitos fechados) (Lei Complementar nº 63/90; Conv. SINIEF, de 15/12/70; Ajustes SINIEF 01/96, 03/96 e 07/96)."

Redação originária, efeitos até 03/03/98:
"Art. 333. *Deverão apresentar, mensalmente, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), Anexo 80, os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto pelo regime de apuração em função da receita bruta, exceto as microempresas industriais (Lei Complementar nº 63/90; Conv. SINIEF, de 15/12/70; Ajustes SINIEF 01/96, 03/96 e 07/96)."*

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - na DMA serão informadas, em síntese, as operações e prestações realizadas em cada estabelecimento, do primeiro ao último dia do mês anterior, especificando as operações de entradas e saídas de mercadorias, bem como os serviços utilizados ou prestados, por unidade da Federação, e outros elementos exigidos no modelo do referido documento, devendo constituir-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS;

II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição, representando todos os estabelecimentos, bem como os que utilizarem regime especial de escrituração centralizada e os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) como empresa de transportes, deverão apresentar a Cédula Suplementar da Declaração e Apuração

Mensal do ICMS - (CS-DMA), juntamente com a DMA;

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 333 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição, representando todos os estabelecimentos (art. 152, § 5º e § 6º), bem como os que utilizarem regime especial de escrituração centralizada e os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) como empresa de transportes, deverão apresentar a Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - (CS-DMA), juntamente com a DMA;"

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 333 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 16/09/99 a 12/11/03:
"II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição (art. 152, § 5º e § 6º, II, "a"), bem como os que utilizarem regime especial de escrituração centralizada e os contribuintes enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) como empresa de transportes, deverão apresentar a Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - (CS-DMA), juntamente com a DMA;"

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 333 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos de 31/12/98 a 15/09/99:
"II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição (art. 152, § 5º e § 6º, II, "a"), bem como os contribuintes que utilizarem regime especial de escrituração centralizada e os contribuintes inscritos com código de operação fiscal de serviços de transporte (50.12-8, 50.20-9, 50.32-2, 50.52-6, 50.99-0), juntamente com o modelo normal da DMA, deverão apresentar o documento Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - Contribuinte com Inscrição Única (CS-DMA), Anexo 81;"

Redação originária, efeitos até 30/12/98:
"*II - os contribuintes que optarem pela manutenção de uma única inscrição (art. 152, § 5º e § 6º, II, "a") apresentarão, juntamente com o modelo normal da DMA, o documento Cédula Suplementar da Declaração e Apuração Mensal do ICMS - Contribuinte com Inscrição Única (CS-DMA), Anexo 81;*"

III - anualmente, na DMA do mês de referência fevereiro, além da especificação dos elementos previstos no inciso I, relativos ao mês de referência, serão informados os dados relativos aos estoques inicial e final do exercício imediatamente anterior, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado.

Nota: A redação atual do inciso III, do § 1º do art. 333 foi dada pela alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 333 pela alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"III - anualmente, no mês de janeiro, além da especificação dos elementos previstos no inciso I, relativos ao mês anterior, serão informados na DMA e, se for o caso, na CS-DMA, os dados relativos aos estoques inicial e final do último exercício, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado."

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 333 pela pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"III - anualmente, no mês de dezembro, além da especificação dos elementos previstos no inciso II, relativos ao mês anterior, serão informados, também, na DMA e, se for o caso, na CS-DMA, os dados relativos aos estoques inicial e final do último exercício, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado."

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 333 Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*III - anualmente, no mês de março, além da especificação dos elementos previstos no inciso II, relativos ao mês anterior, serão informados, também, na DMA e, se for o caso, também na CS-DMA, os dados relativos aos estoques inicial e final do último exercício, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado.'*

Redação originária:
"III - anualmente, no mês de março, além da especificação dos elementos previstos no inciso II, relativos ao mês anterior, serão informados, também, na DMA e, se for o caso, também na DMA, os dados relativos aos estoques inicial e final do último exercício, com base no Registro de Inventário, sendo que o contribuinte cujo exercício social não coincidir com o ano civil informará os dados extraídos da escrita correspondente ao último exercício social encerrado."

§ 2º Na informação dos dados relativos às operações e prestações interestaduais, observar-se-á, especialmente no tocante aos valores da substituição tributária, o disposto no § 10 do art. 322 e no § 7º do art. 323.

§ 3º A partir do mês de referência janeiro/2004, a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA serão enviadas por meio eletrônico de transmissão de dados ou apresentadas em disquete, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, nas seguintes datas:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação anterior dada a parte inicial do § 3º do art. 333 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/12/03:
"§ 3º A DMA e, quando for o caso, a CS-DMA serão enviadas por meio eletrônico de transmissão de dados ou apresentadas em disquete, até o dia 7 de cada mês subseqüente ao de referência, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos."

Redação anterior dada ao *caput* do § 3º do art. 333 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"*§ 3º A DMA e, quando for o caso, a CS-DMA serão enviadas por meio eletrônico de transmissão de dados ou apresentadas em disquete, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, até o dia 10 de cada mês subseqüente ao de referência."*

Redação anterior do *caput e* da alínea "b" do inciso I do § 3º dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*§ 3º A DMA e a CS-DMA serão apresentadas em meio magnético, ou por meio eletrônico de transmissão de dados, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, observando-se quanto as vias do recibo de entrega, a seguinte destinação:"*

"*b) 2ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo*

data, hora e número de controle gerado no ato da recepção;"

Redação anterior dada ao § 3º do art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 3º A DMA e a CS-DMA (Anexos 80 e 81) serão entregues à repartição fazendária em meio magnético, ou opcionalmente por meio eletrônico de transmissão de dados, devendo os valores ser informados em moeda nacional, considerando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:
I - quando se tratar de recepção em meio magnético:
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;"
b) 2ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega;"
II - no caso de ser feita a entrega por meio eletrônico de transmissão de dados, será emitida uma única via, do contribuinte, que servirá como recibo de entrega."

Redação originária:
"§ 3º A DMA e a CS-DMA serão entregues à repartição fazendária em meio magnético, devendo os valores ser informados em moeda nacional, desprezando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:
I - 1ª via, dossiê do contribuinte;
II - 2ª via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;
III - 3ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega."

I - empresas com faturamento no ano anterior superior a R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), até o dia 7 de cada mês subseqüente ao de referência;

II - empresas com faturamento no ano anterior igual ou inferior a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), até o dia 15 de cada mês subseqüente ao de referência.

§ 3º-A Para efeito de cumprimento do prazo de entrega da DMA e da CS-DMA, caso a empresa não tenha exercido suas atividades durante todo o ano calendário anterior, a estimativa do faturamento será:

Nota: O § 3º-A foi acrescentado ao art. 333 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/01/04.

I - tratando-se de empresa que tenha exercido suas atividades em parte dos 12 (doze) meses do ano calendário anterior, proporcional aos meses de efetivo exercício naquele ano;

II - tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano calendário, baseada na declaração de faturamento prestada pelo contribuinte na apresentação do requerimento de inscrição no Cadastro de Contribuinte da Bahia.

§ 4º O disquete contendo a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA será entregue em qualquer Inspetoria Fazendária ou em postos previamente autorizados, cabendo ao funcionário responsável devolver ao contribuinte o disquete, em que estarão gravados os respectivos recibos de entrega.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao § 4º do art. 333 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/02/00:
"§ 4º A entrega da DMA e, quando for o caso, da CS-DMA será feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria fazendária, ou em postos previamente autorizados, até o dia 10 de cada mês subseqüente ao de referência.".

Redação anterior dada ao § 4º do art. 333 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*§ 4º A entrega da DMA e, quando for o caso, da CS-DMA será feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria fazendária, ou em postos previamente autorizados, até o dia 20 de cada mês subsequente ao de referência.*".

Redação anterior dada ao § 4º do art. 333 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"§ 4º A entrega da DMA e, quando for o caso, também da CS-DMA será feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria fazendária, ou em postos previamente autorizados, até o dia 20 de cada mês."

Redação originária:
"*§ 4º A entrega da DMA e, quando for o caso, da CS-DMA será feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria fazendária, ou em postos previamente autorizados, de acordo com o algarismo final do número de sua inscrição no cadastro estadual, nos seguintes prazos:*
I - até o dia 15 do mês: inscrições com finais 1 e 2;
II - até o dia 16: inscrições com finais 3 e 4;
III - até o dia 17: inscrições com finais 5 e 6;
IV - até o dia 18: inscrições com finais 7 e 8;
V - até o dia 20: inscrições com finais 9 e 0."

§ 5º Para cumprimento e verificação do vencimento dos prazos, adotar-se-ão os critérios do art. 980.

§ 6º Revogado

Nota: O § 6º do art. 333 foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao § 6º do art. 333 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*§ 6º A repartição fazendária ou o posto de recepção atestará o recebimento da DMA e da CS-DMA mediante aposição de carimbo e data, além da assinatura e do cadastro do funcionário ou pessoa responsável pelo atendimento, nas 2 vias do recibo de entrega ou mediante recibo de entrega com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção, inclusive quando se tratar de entrega por meio eletrônico de transmissão de dados.*"

Redação anterior dada ao § 6º do art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98);
"*§ 6º A repartição fazendária ou o posto de recepção atestará o recebimento da DMA e da CS-DMA mediante aposição de carimbo e data, além da assinatura e do cadastro do funcionário ou pessoa responsável pelo atendimento, nas 2 vias do recibo de entrega. Quanto se tratar de entrega por meio eletrônico de transmissão de dados, a recepção será comprovada mediante chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção, no recibo a que se refere o inciso II do § 3º*"

Redação originária:
"*§ 6º A repartição fazendária ou o posto de recepção atestará o recebimento da DMA e da CS-DMA mediante aposição de carimbo, data e assinatura do funcionário ou pessoa responsável pelo atendimento, nas 3 vias da listagem e do recibo de entrega.*"

§ 7º As empresas inscritas na condição de contribuinte normal que requererem seu enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou especial, deverão entregar, até o dia 10 do mês subseqüente ao do deferimento do pedido, a DMA e, se for o caso, a CS-DMA, referentes à movimentação econômica não declarada até a data da mudança da condição.

Nota: A redação atual do § 7º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao § 7º do art. 333 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"§ 7º As empresas inscritas na condição de contribuinte normal que requererem seu enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou especial, deverão anexar, ao pedido, a DMA e, se for o caso, a CS-DMA, referente à movimentação econômica não declarada até a data da mudança da condição."

Redação anterior dada ao § 7º do art. 333 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*§ 7º Na hipótese de pedido de baixa ou mudança de inscrição do estabelecimento, observar-se-á o disposto no inciso III do art. 167.*"

Redação originária:
"*§ 7º Na hipótese de pedido de baixa de inscrição do estabelecimento, observar-se-á o disposto no inciso III do art. 167.*"

§ 8º O contribuinte retificará a DMA e a CS-DMA sempre que as mesmas contiverem declarações inexatas.

Nota: A redação atual do § 8º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*§ 8º O contribuinte poderá retificar as informações prestadas na DMA e na CS-DMA, observando-se o seguinte:*
I - a retificação será entregue na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte, em meio magnético, acompanhada de requerimento, distinto para cada guia de informação, contendo a indicação das alterações a serem efetuadas, justificativa detalhada dessas alterações e declaração do requerente quanto à veracidade da informação, sob pena de responsabilidade civil e penal, devendo anexar ao requerimento cópia da cédula de identidade do signatário;
II - em face do requerimento de que trata o inciso anterior, a repartição fazendária local diligenciará a verificação fiscal da ocorrência, se, a critério do titular da repartição e de acordo com a natureza do fato essa verificação for considerada necessária.".

§ 9º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo para uso obrigatório na entrega da DMA e da CS-DMA (Ajuste SINIEF 03/96).

Nota: A redação atual do § 9º do art. 333 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao § 9º do art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):

"*§ 9º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo em disquete para uso obrigatório na entrega da DMA e da CS-DMA (Ajuste SINIEF 03/96).*"

Redação originária:
"*§ 9º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo em disquete para uso alternativo na entrega da DMA e da CS-DMA (Ajuste SINIEF 03/96).*"

§ 10. Revogado

Nota: **O § 10 do art. 333 foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).**

Redação originária:
"*§ 10. Para o exercício de 1997, referente ao ano-base de 1996, os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, inclusive os que optarem pelo pagamento do imposto mediante o regime de apuração em função da receita bruta, exceto as microempresas industriais, para atender ao disposto no inciso II do § 1º, ao invés da DMA e da CS-DMA, entregarão a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) e, conforme o caso, sua Cédula Suplementar (CS-GIA), nos prazos estipulados pelo Secretário da Fazenda.*".

§ 11. Revogado

Nota: **O § 11 do art. 333 foi revogado pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03).**

Redação anterior dada ao § 11 do art. 333 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 11. O contribuinte que deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício, será intimado para regularizar a sua inscrição estadual, sob pena de cancelamento, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle (art. 171, inciso VIII), sendo que, após providenciar a atualização das informações, poderá requerer a regularização de sua situação cadastral.

Redação anterior dada ao § 11 do art. 333 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"§ 11. O contribuinte que deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício, será intimado para regularizar a sua inscrição estadual, sob pena de cancelamento, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle (art. 171, § 2º), sendo que, após providenciar a atualização das informações, poderá requerer a regularização de sua situação cadastral."

Redação anterior dada ao § 11, tendo sido acrescentado ao art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 11. O contribuinte que deixar de apresentar a DMA e, quando for o caso, a CS-DMA, por mais de 2 meses consecutivos ou 5 meses alternados, no mesmo exercício, será intimado para regularizar a sua inscrição estadual, sob pena de cancelamento, por ato do Diretor do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda (art. 171, § 2º), sendo que, após providenciar a atualização das informações, poderá requerer a regularização de sua situação cadastral."

§ 12. A Secretaria da Fazenda, quando solicitada pelas Prefeituras Municipais, disponibilizará relatórios,

preexistentes, dos documentos previstos no *caput*, a fim de que possam acompanhar e controlar a movimentação econômica do seu município.

Nota: **O § 12 foi acrescentado ao art. 333 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

§ 13. As informações prestadas através da DMA e da CS-DMA, poderão ser alteradas de oficio sempre que divergirem com os dados constantes nos livros e documentos fiscais.

Nota: O § 13 foi acrescentado ao art. 333 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

§ 14. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos estabelecimentos nos quais sejam desenvolvidas exclusivamente atividades auxiliares.

Nota: O § 14 foi acrescentado ao art. 333 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Art. 334. A Secretaria da Fazenda, de posse de todas as DMAs e CS-DMAs apresentadas pelos contribuintes:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 334 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"Art. 334. A Secretaria da Fazenda, de posse de todas das DMAs e CS-DMAs apresentadas pelos contribuintes, computará os dados das mesmas e fornecerá os resultados apurados à Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, periodicamente ou quando for solicitda essa providência."

I - computará os dados das mesmas e fornecerá os resultados apurados à Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, periodicamente ou quando for solicitada essa providência (SINIEF, art. 80, § 5º - Ajuste SINIEF 3/86);

Nota: O inciso I foi acrescentado ao art. 334 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

II - remeterá à Secretaria-Executiva da COTEPE/ICMS o resumo das informações, até 30 de setembro do exercício subseqüente, em meio magnético (Ajuste SINIEF 5/97).

Nota: O inciso II foi acrescentado ao art. 334 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Parágrafo único. Da DMA e da CS-DMA serão ainda extraídos os dados para apuração do Valor

Adicionado, mediante o qual serão fixados os índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS (arts. 970 a 979).

SEÇÃO III
Da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) e da Sua Cédula Suplementar (CS-DME)

Nota: **A redação atual do título da Seção III foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).**

Redação anterior dada a Seção III pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"SEÇÃO III
Da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME)".

Redação originária:
"SEÇÃO III
Da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME)"

Art. 335. Os contribuintes inscritos na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverão apresentar, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME) e, quando for o caso, a sua Cédula Suplementar (CS-DME), relativamente ao período do ano anterior em que a empresa esteve enquadrada no SimBahia.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 335 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada do *caput* do art. 335 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte, apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME) e, quando for o caso, a sua Cédula Suplementar (CS-DME), até o dia 28 de fevereiro de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividades 6312-6/03 - depósito de mercadorias próprias."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte, apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME), até o dia 28 de fevereiro de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividades 6312-6/03 - Depósito de Mercadorias Próprias.*"

Redação anterior dada ao *caput* do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME), Anexo 82, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividade 57.02-3 (depósitos fechados)."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 335 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 30/12/98:
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas ou de empresas

de pequeno porte apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (DME), Anexo 82, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividade 57.02-3 (depósitos fechados)."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas industriais ou de microempresas comerciais varejistas apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, até o dia 20 de março de cada ano, exceto os estabelecimentos inscritos sob o código de atividade 57.02-3 (depósitos fechados)."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 335 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas industriais ou de microempresas comerciais varejistas apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, até o dia 20 de março de cada ano."

Redação originária, efeitos até 11/07/97:
"Art. 335. Os contribuintes inscritos no cadastro estadual na condição de microempresas industriais ou de microempreas comerciais varejista apresentarão, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, nos seguintes prazos, de acordo com o algarismo final do número de sua inscrição no cadastro estadual:
I - até o dia 15 de março: inscrições com finais 1 e 2;
II - até o dia 16 de março: inscrições com finais em 3 e 4;
III - até o dia 17 de março:inscrições com finais 5 e 6;
IV - até o dia 18 de março: inscriões com finais em 7 e 8;
V - até o dia 19 de março: inscrições com finais em 9 e 0."

§ 1º Para cumprimento e verificação do vencimento dos prazos, adotar-se-ão os critérios do art. 980.

§ 2º Na DME serão informados os valores das receitas e dos pagamentos ou aquisições, do período do ano em que a empresa esteve enquadrada no SimBahia, bem como os dados relativos aos estoques inicial e final do período considerado, devendo constituir-se em resumo e exato reflexo dos valores constantes nos documentos fiscais relativos a operações e prestações ocorridas no período de referência.

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).**

Redação anterior dada ao § 2º do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).
"§ 2º Na DME serão informados os valores das receitas e dos pagamentos ou aquisições, verificados do primeiro ao último dia do ano anterior, bem como os dados relativos aos estoques inicial e final do período considerado, devendo constituir-se em resumo e exato reflexo dos valores constantes nos documentos fiscais relativos a operações e prestações ocorridas no período de referência.".

Redação originária:
"§ 2º Na DME serão informados os valores das receitas e dos pagamentos ou aquisições verificados, do primeiro ao último dia do ano anterior, bem como os dados relativos aos estoques inicial e final do período considerado."

§ 3º A DME e, quando for o caso, a CS-DME serão enviadas por meio eletrônico de transmissão de dados ou apresentadas em disquete, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos.

Nota: A redação atual do *caput* do § 3º foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao *caput* do § 3º pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*§ 3º A DME será apresentada com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, nos seguintes formatos:*".

Redação anterior dada § 3º pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"§ 3º A apresentação da DME será feita com apresentação dos valores em moeda nacional, considerando-se os centavos, observando-se, ainda, o seguinte:"

Redação originária:
"§ 3º Na apresentação da DME, adotar-se-á a seguinte orientação"

I - revogado

Nota: O inciso I, do § 3º do art. 335 foi revogado pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*I - em formulário (Anexo 82), situação em que o seu recebimento será atestado com aposição de carimbo, data, assinatura e cadastro do funcionário responsável pelo atendimento, nas três vias do formulário, que terão a seguinte destinação:*
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;
c) 3ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega."

Redação anterior dada ao inciso I, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"I - quando se tratar de recepção em meio magnético (Anexo 82-A) ou em formulário (Anexo 82), deverá ser acompanhado do recibo de entrega em 2 vias, tendo a seguinte destinação:"

A alínea "b", do inciso I, do § 3º do art. 335 foi revogada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"b) 2ª via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;".

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
c) 2ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega;"

Redação anterior dada ao inciso I, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*I - sua entrega poderá ser feita em meio magnético (Anexo 82-A), acompanhado do recibo de entrega gerado, em 3 vias, devendo os valores ser informados em moeda nacional, considerando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:*".

Redação originária:

"I - sua entrega poderá ser feita em meio magnético, acompanhado de listagem em papel comum, em 3 vias, devendo os valores serem informados em moeda nacional, despezando-se os centavos, tendo as vias da listagem e do recigo de entrega a seguinte destinação:
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;
c) 3ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega.".

II - revogado

Nota: O inciso II, do § 3º do art. 335 foi revogado pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"II - mediante meio eletrônico de transmissão de dados, hipótese em que será emitido recibo, em uma via, destinada ao contribuinte;"

Redação anterior dada ao inciso II, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"II - no caso de ser feita a entrega por meio eletrônico de transmissão de dados, será emitida uma única via, que servirá como recibo de entrega para o contribuinte."

Redação anterior dada ao inciso II, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*II - na hipótese de o contribuinte não poder apresentar a DME em meio magnético, será utilizado formulário próprio (Anexo 82), a ser fornecido pela repartição fiscal, sem ônus para o contribuinte, devendo ser preenchido datilograficamente ou em letra de forma, em 3 vias, sem emendas ou rasuras, considerando-se os centavos, as quais terão a seguinte destinação:"*

Redação originária:
"*II - na hipótese de o contribuinte não poder apresentar a DME em meio magnético, serão utilizados formulários próprios, a serem fornecidos pela repartição fiscal, sem ônus para o contribuinte, devendo ser preenchidos datilograficamente ou em letra de forma, em 3 vias, sem emendas ou rasuras, desprezando-se os centavos, as quais terão a seguinte destinação:"*
a) 1a. via, ao processamento e, deposs, ao dossiê do contriuinte:
b) 2a. via, à prefeitura do Municipio onde o contribuinte estiver inscrito;
c) 3a. via, ao contribuinte, servidno como recibo de entrega"

III - revogado

Nota: O inciso III, do § 3º do art. 335 foi revogado pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao inciso III, do § 3º do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"III - em meio magnético (Anexo 82 - A), hipótese em que será emitido recibo de entrega em três vias, com a seguinte destinação:
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, prefeitura do município onde o contribuinte estiver inscrito;
c) 3ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção.".

Redação originária:
"III - em meio magnético (Anexo 82 - A), hipótese em que será emitido recibo de entrega em três vias, com a seguinte destinação:
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, prefeitura do município onde o contribuinte estiver inscrito;
c) 3ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção.".

§ 4º Revogado

Nota: O § 4º do art. 335 foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao § 4º do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"*§ 4º A repartição fazendária ou o posto de recepção atestará o recebimento da DME mediante aposição, nas 2 vias do recibo de entrega, de carimbo, data, bem como assinatura e cadastro do funcionário ou pessoa responsável pelo atendimento, ou mediante recibo de entrega com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção, inclusive quando se tratar de entrega por meio eletrônico de transmissão de dados.*".

Redação anterior dada ao § 4º do art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*§ 4º A repartição fazendária atestará o recebimento da DME mediante aposição de carimbo e data, além da assinatura e cadastro do funcionário responsável pelo atendimento, nas 3 vias do recibo de entrega ou do formulário próprio, conforme o caso, a depender de ser feita ou não a entrega em meio magnético.*"

Redação originária:
"*§ 4º A repartição fazendária atestará o recebimento da DME mediante aposição de carimbo, data e assinatura do funcionário responsável pelo atendimento, nas 3 vias da listagem ou do recibo de entrega, conforme o caso, a depender de ser a entrega feita em meio magnético.*".

§ 5º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo para uso obrigatório na entrega da DME e CS-DME.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"*§ 5º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo em disquete para uso alternativo na entrega da DME.*"

Redação anterior dada ao § 5º do art. 335 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"§ 5º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo em disquete para uso alternativo na entrega da DME."

Redação originária
"§ 5º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuinres do ICMS aplicativo em disquete para uso alternativo à entrega da DMA e da CS-DMA."

§ 6º O disquete contendo a DME e, quando for o caso, a CS-DME será entregue em qualquer Inspetoria Fazendária, ou em postos previamente autorizados, cabendo ao funcionário responsável devolver ao contribuinte o disquete, em que estarão gravados os respectivos recibos de entrega.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):

Redação anterior dada ao § 6º do art. 335 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*§ 6º A DME será entregue pelo contribuinte:*
I - na Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal , quando preenchida em formulário;
II - em qualquer Inspetoria ou postos previamente autorizados, independentemente de seu domicílio fiscal, quando realizada em meio magnético.".

Redação anterior dada ao § 6º do art. 335 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"§ 6º A apresentação da DME, poderá ser feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria Fazendária, ou em postos previamente autorizados, bem como por meio de transmissão eletrônica de dados."

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).
"*§ 6º A apresentação da DME, quando em meio magnético, poderá ser feita na repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria Fiscal, ou em postos previamente autorizados.*".

§ 7º O contribuinte que atrasar a entrega da DME e, quando for o caso, da CS-DME, por mais de quatro meses, será intimado para regularizar a situação, sob pena de inaptidão da inscrição estadual, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, até que seja providenciada a atualização das informações e requerida regularização de sua situação cadastral.

Nota: A redação atual do § 7º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 7º do art. 335 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"§ 7º O contribuinte que atrasar a entrega da DME e, quando for o caso, da CS-DME, por mais de quatro meses, será intimado para regularizar a situação, sob pena de cancelamento da inscrição estadual, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, até que seja providenciada a atualização das informações e requerida regularização de sua situação cadastral."

Redação anterior dada ao § 7º do art. 335 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"§ 7º O contribuinte que deixar de apresentar a DME e, quando for o caso, a CS-DME por 2 anos consecutivos terá cancelada a sua inscrição estadual, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, até que seja providenciada a atualização das informações e requerida a regularização de sua situação cadastral."

Redação anterior dada ao § 7º do art. 335 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"*§ 7º O contribuinte que deixar de apresentar a DME por 2 anos consecutivos terá cancelada a sua inscrição estadual, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, até que*

providencie a atualização das informações e requeira a regularização de sua situação cadastral."

Redação anterior dada ao § 7º, tendo sido acrescentado ao art. 335 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 7º. O contribuinte que deixar de apresentar a DME por 2 anos consecutivos terá cancelada a sua inscrição estadual, por ato do Diretor do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda, até que providencie a atualização das informações e requeira a regularização de sua situação cadastral."

§ 8º O contribuinte retificará a DME e a CS-DME sempre que as mesmas contiverem declarações inexatas.

Nota: A redação atual do § 8º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):

Redação anterior dada ao § 8º, tendo sido acrescentado do art. 335 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).
"*§ 8º O contribuinte poderá retificar as informações prestadas na DME, observando-se o seguinte:*
I - a retificação será entregue na repartição fiscal do domicílio fiscal do contribuinte, em meio magnético, acompanhada de requerimento, contendo a indicação das alterações a serem efetuadas, justificativa detalhada dessas alterações e declaração do requerente quanto à veracidade da informação, sob pena de responsabilidade civil e penal, devendo anexar ao requerimento cópia da cédula de identidade do signatário;
II - em face do requerimento de que trata o inciso anterior, a repartição fazendária local diligenciará a verificação fiscal da ocorrência, se, a critério do titular da repartição e de acordo com a natureza do fato essa verificação for considerada necessária.".

§ 9º as informações prestadas através da DME e da CS-DME, poderão ser alteradas de oficio quando divergirem dos dados constantes nos documentos fiscais.

Nota: A redação atual do § 9º do art. 335 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 335 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).
"*§ 9º As informações prestadas através da DME, poderão ser alteradas de oficio sempre que divergirem com os dados constantes nos documentos fiscais.*".

§ 10. A CS-DME será apresentada juntamente com a respectiva DME pelos contribuintes enquadrados no SimBahia que:

Nota: O § 10 foi acrescentado ao art. 335 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

I - estiverem enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal) como empresa de transportes;

II - utilizarem, mediante regime especial, escrituração centralizada;

III - realizarem alteração cadastral em decorrência de mudança de Município, no exercício de referência.

§ 11. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos estabelecimentos nos quais sejam desenvolvidas exclusivamente atividades auxiliares.

Nota: O § 11 foi acrescentado ao art. 335 pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Art. 336. As empresas inscritas na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que requererem seu enquadramento na condição de normal ou especial, deverão entregar, até o dia 10 do mês subseqüente ao do deferimento, a DME e, se for o caso, a CS-DME, referente à movimentação econômica não declarada até a data da mudança de condição.

Nota: A redação atual do art. 336 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação anterior dada ao art. 336 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"Art. 336. As empresas inscritas na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte que requererem seu enquadramento na condição de normal ou especial, deverão anexar, ao pedido, a DME e, se for o caso, a CS-DME, referente à movimentação econômica não declarada até a data da mudança da condição.".

Redação originária:
"*Art. 336. Na hipótese de pedido de baixa de inscrição do estabelecimento, observar-se-á o disposto no inciso III do art. 167.*".

SEÇÃO IV
Da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD)

Art. 337. A Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD), Anexo 83, será apresentado, mensalmente, pelos contribuintes habilitados a operar no regime de diferimento do ICMS, nos termos do art. 350.

SEÇÃO V
Da Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST

Nota: A seção V foi acrescentada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos partir de 17/12/98.

Art. 337-A. Os sujeitos passivos por substituição inscritos no cadastro estadual na condição de Contribuinte Substituto (CS) remeterão à SEFAZ/BA, mensalmente, até o dia 10, a Guia Nacional de Informação e Apuração ICMS Substituição Tributária (GIA - ST) (Ajuste SINIEF 04/93, 09/98 e 08/99).

Nota: A redação atual do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 337-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 22/11/02:

"Art. 337-A. Os sujeitos passivos por substituição inscritos no cadastro estadual na condição de Contribuinte Substituto (CS) remeterão, mensalmente, até o dia 10, a Guia Nacional de Informação e Apuração ICMS Substituição Tributária (GIA - ST), à Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária (Ajuste SINIEF 04/93, 9/98 e 08/99)."

Redação originária:
"*Art. 337-A. Os sujeitos passivos por substituição inscritos no cadastro estadual na condição de Contribuinte Substituto (CS) remeterão, mensalmente, até o dia 10, a Guia Nacional de Informação e Apuração ICMS Substituição Tributária (GIA - ST), Anexo 92, à Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária (Ajuste SINIEF 9/98).*".

§ 1º Na GIA-ST serão informadas as operações com mercadorias sujeitas ao Regime de Substituição Tributária, destinadas a contribuintes situados neste Estado, realizadas no mês anterior, devendo ser especificado o valor dos produtos, o valor do IPI, despesas acessórias, a base de cálculo do ICMS-ST, o ICMS retido por ST o ICMS de devoluções de mercadorias, o ICMS de ressarcimentos, crédito do período anterior, pagamentos antecipados, ICMS-ST devido, repasse de ICMS-ST referente a combustíveis, crédito para o período seguinte, total do ICMS-ST a recolher e transferências efetuadas.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 1º Na GIA-ST serão informadas as operações com mercadorias sujeitas ao Regime de Substituição Tributária, destinadas a contribuintes situados neste Estado, realizadas no mês anterior, devendo ser especificada a base de cálculo do ICMS retido, o valor do ICMS relativo a operação própria, o valor do IPI, despesas acessórias, ICMS retido, abatimento por ressarcimento ou devolução e o ICMS a recolher.*".

§ 2º Ainda que no período de apuração não tenha ocorrido operação sujeita à substituição tributária, a GIA-ST será remetida pelo contribuinte substituto, hipótese em que deverá assinalar com "x" o campo 1, correspondente à expressão "GIA-ST SEM MOVIMENTO".

Nota: A redação atual do § 2º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 2º Ainda que no período de apuração não tenha ocorrido operação sujeita à substituição tributária, a GIA-ST será remetida pelo contribuinte substituto, hipótese em que deverá constar, no Campo 31 - Informações Complementares, a expressão "SEM MOVIMENTO".*".

§ 3º A GIA-ST será apresentada por meio eletrônico de transmissão de dados, através do programa aprovado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 45, de 25/07/00, publicado no DOU de 31/07/00.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 3º A GIA-ST poderá ser apresentada em formulário, em meio magnético ou por transmissão eletrônica de dados.*".

§ 4º Revogado.

Nota: O § 4º do art. 337-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 4º A GIA-ST apresentada em formulário deverá ser preenchida em duas vias, sem emendas ou rasuras, não podendo ser manuscrita, que terão a seguinte destinação:*
I - 1ª via - à Secretaria da Fazenda;
II - 2ª via - ao sujeito passivo por substituição.".

§ 5º Revogado.

Nota: O § 5º do art. 337-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 5º A GIA-ST de que trata o parágrafo anterior, deverá obedecer as seguintes especificações gráficas:*
I - medidas - globais, após o refilamento: 210 x 148 mm;
II - papel - sulfite branco, de primeira qualidade, gramatura mínima de 63 gramas por metro quadrado, para todas as vias da GIA-ST;
III - impressão - na cor verde, Código Pantone 375-U, ou similar.".

§ 6º A GIA-ST será emitida em apenas uma via, do contribuinte, que servirá como recibo de entrega.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 6º As vias do recibo de entrega da GIA-ST apresentadas em meio magnético ou por meio eletrônico de transmissão de dados terão a seguinte destinação:*
I - quando se tratar de recepção em meio magnético:
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega;
II - no caso de ser feita a entrega por meio eletrônico de transmissão de dados, será emitida uma única via, do contribuinte, que servirá como recibo de entrega.".

§ 7º O usuário autorizado pelo fisco a utilizar sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos ou escrituração de livros fiscais poderá, a partir das Especificações Técnicas para Preenchimento da GIA-ST por Processamento de Dados, contidas em layout anexo ao Ajuste SINIEF 08/99, gerar a GIA-ST em meio magnético, enviando-a, por meio eletrônico de transmissão de dados,

após ser validada pelo programa de computador aprovado pela COTEPE/ICMS, para a Secretaria da Fazenda.

Nota: A redação atual do § 7º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 7º O usuário autorizado pelo fisco a utilizar sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos ou escrituração de livros fiscais poderá, a partir das especificações contidas no Anexo 92-A - Especificações Técnicas para Preenchimento da GIA-ST por Processamento de Dados, com base em programa a ser fornecido pela Secretaria da Fazenda, gerar a GIA-ST em meio magnético, devendo, ao final, emitir recibo em duas vias.*".

§ 8º Quando se tratar de GIA-ST retificadora, o contribuinte substituto assinalará com um "x" o campo 2, correspondente à expressão "GIA-ST RETIFICAÇÃO"

Nota: A redação atual do § 8º do art. 337-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*§ 8º Quando se tratar de GIA-ST retificadora, o contribuinte preencherá normalmente o documento, assinalando a opção retificadora e enviará à GESUT no prazo de 30 (trinta) dias, contados do vencimento do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.*".

§ 9º Para cumprimento e verificação do vencimento dos prazos previstos neste artigo, adotar-se-ão os critérios do art. 980.

CAPÍTULO VI
DO CÓDIGO FISCAL DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES, DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - FISCAL E DO CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota: A denominação atual do Capítulo VI foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"CAPÍTULO VI
DO CÓDIGO FISCAL DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES, DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E DO CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA".

Art. 338. Ficam instituídos os seguintes códigos:

I - Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), Anexo 2, destinado a aglutinar em grupos homogêneos, nos documentos fiscais, nos livros fiscais, nas guias de informação e em todas as análises de dados, as operações mercantis efetuadas e os serviços sujeitos ao imposto prestados ou utilizados pelos contribuintes do ICMS, devendo ser interpretado de acordo com as normas explicativas que o integram (Ajustes SINIEF 11/89, 03/94 e 07/01);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 338 foi dada pela Alteração nº 28 (Decreto nº 8066, de

21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"I - Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), Anexo 2, destinado a aglutinar em grupos homogêneos, nos documentos fiscais, nos livros fiscais, nas guias de informação e em todas as análises de dados, as operações mercantis efetuadas e os serviços sujeitos ao imposto prestados ou utilizados pelos contribuintes do ICMS, devendo ser interpretado de acordo com as normas explicativas que o integram (Ajustes SINIEF 11/89 e 03/94);"

II - Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Fiscal (CNAE-FISCAL), Anexo 3, resultante da conjugação do código identificativo da atividade econômica do estabelecimento com o dos respectivos produtos ou serviços, a ser adotado pela Secretaria da Fazenda;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 338 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"II - Código de Atividades Econômicas, Anexo 3, resultante da conjugação do código identificativo da atividade econômica do estabelecimento com o dos respectivos produtos ou serviços, a ser adotado pela Secretaria da Fazenda, com a finalidade de manter a uniformidade necessária ao funcionamento do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF);".

III - Código de Situação Tributária (CST), Anexo 4, destinado a aglutinar em grupos homogêneos, nos documentos fiscais, nos livros fiscais, nas guias de informação e em todas as análises de dados, as operações e prestações realizadas pelos contribuintes do ICMS, devendo ser interpretado de acordo com as normas explicativas que o integram (Ajuste SINIEF 03/94).

TÍTULO III
DOS SISTEMAS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

CAPÍTULO I
DOS BENS DO ATIVO PERMANENTE, DOS BENS DE USO E DOS MATERIAIS DE CONSUMO E DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS

Art. 339. Nas operações ou movimentações de bens do ativo permanente, bens de uso e materiais de consumo, além das demais situações a elas inerentes, os contribuintes do ICMS observarão, especialmente, as seguintes disposições regulamentares:

I - aquisições de bens ou materiais de uso, consumo ou ativo permanente:

a) entrada de bens ou materiais procedentes do exterior - ocorrência do fato gerador: art. 2º, XI e XII;

b) possibilidade de utilização dos créditos relativos às aquisições de bens ou materiais de uso, consumo ou ativo imobilizado: art. 93, V, e §§ 11 e 12,, e § 1º do presente artigo (direito ao crédito, escrituração, CIAP); art. 98, parágrafo único (transferência de crédito); art. 100, §§ 7º a 14 (estorno, cancelamento do crédito); arts. 106 a 110, art. 402 e art. 442, IV (crédito acumulado);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 339 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso I do art. 339 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):

"b) possibilidade de utilização dos créditos relativos às aquisições de bens ou materiais de uso, consumo ou ativo imobilizado: art. 93, V, e §§ 11 e 12, e parágrafo único do presente artigo (direito ao crédito, escrituração, CIAP); art. 98, parágrafo único (transferência de crédito); art. 100, §§ 7º a 14 (estorno, cancelamento do crédito); arts. 106 a 110, art. 402 e art. 442, IV (crédito acumulado);"

c) documentação e escrituração fiscal: art. 93, §§ 11 e 12, e § 1º do presente artigo (lançamentos - Registro de Entradas e Registro de Apuração); art. 98, parágrafo único (transferência de crédito); art. 322 (Registro de Entradas);

Nota: **A redação atual da alínea "c", do inciso I do art. 339 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).**

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I do art. 339 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98) para simples adaptação de textos (remissões):
"c) documentação e escrituração fiscal: art. 93, §§ 11 e 12, e parágrafo único do presente artigo (lançamentos - Registro de Entradas e Registro de Apuração); art. 98, parágrafo único (transferência de crédito); art. 322 (Registro de Entradas);"

d) desembaraço aduaneiro, na importação: art. 572;

e) isenção nas entradas de bens do ativo imobilizado importados do exterior - hipóteses: art. 28;

II - diferença de alíquotas - aquisição interestadual de bem do ativo permanente e de material de uso ou consumo, ou utilização de serviços de transporte e de comunicação iniciados em outra unidade da Federação:

a) incidência: art. 1º, § 2º, IV;

b) ocorrência do fato gerador: art. 5º;

c) local da ocorrência: art. 47, XIV; art. 48, V; art. 49, III;

d) pessoas sujeitas ao pagamento da diferença de alíquotas: art. 36, § 2º, XIV;

e) cálculo da diferença de alíquotas: arts. 69 a 72;

f) não-incidência: art. 7º e parágrafo único do art. 8º;

g) isenção do pagamento da diferença de alíquotas: art. 27, II e III, "b";

Nota: **A redação atual da alínea "g", do inciso II do art. 339 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), para inserir a remissão ao inciso III, alínea "b", do art. 27.**

h) documentação e escrituração da diferença de alíquotas: art. 93, §§ 11 e 12; art. 116, III, "b", 4; art. 322, §§ 4º e 5º; art. 230; art. 369, II e § 1º do presente artigo;

Nota: **A redação atual da alínea *"h"*, do inciso II do art. 339 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE DE 28/12/01).**

Redação anterior dada a alínea *"h"*, do inciso II do art. 339, Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para simples adaptação de textos (remissões):

"h) documentação e escrituração da diferença de alíquotas: art. 93, §§ 11 e 12; art. 116, III, "b", 4; art. 322, §§ 4º e 5º; art. 230; art. 369, II; parágrafo único do presente artigo;"

i) prazo de pagamento da diferença de alíquotas por contribuinte dispensado de escrituração fiscal e por contribuinte não inscrito: art. 131;

j) devolução de bem adquirido para uso, consumo ou ativo permanente, já tendo sido paga a diferença de alíquotas: art. 652, § 2º;

l) crédito acumulado: arts. 106 a 110, art. 402 e art. 442, IV;

III - destinação a uso, consumo ou ativo permanente, ou a emprego em objeto alheio à atividade do estabelecimento, de mercadoria adquirida para comercialização, industrialização, produção, geração ou extração:

a) vedação do crédito: art. 97, IV, "c";

b) estorno do crédito: art. 100, IV;

c) documentação fiscal da ocorrência: art. 201, VI;

d) mercadoria recebida com diferimento do imposto: art. 347, III, "a" (lançamento); art. 348, § 1º, IV (pagamento);

IV - alienação de bens do ativo permanente:

Nota: **A redação atual do inciso IV do art. 339 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), para simples adaptação de textos (remissões).**

a) desincorporação:

1 - ocorrência do fato gerador: art. 2º, V;

2 - não-incidência: art. 6º, VIII;

3 - base de cálculo: art. 83, I;

b) estorno de crédito: art. 100, e §§ 7º a 14; § 1º do presente artigo;

Nota: **A redação atual da alínea *"b"*, do inciso IV do art. 339 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE DE 28/12/01).**

Redação originária:
"b) estorno de crédito: art. 100, e §§ 7º a 14; parágrafo único do presente artigo;"

V - isenção, nas remessas e transferências internas: art. 27, I e III, "a";

Nota: A redação atual do inciso V do art. 339 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), para inserir a remissão ao inciso III, alínea "a", do art. 27.

VI - suspensão da incidência:

a) remessas para industrialização, conserto e processos similares:

1 - remessas internas e interestaduais para industrialização por terceiros: arts. 615 a 623;

2 - remessas para o exterior para industrialização ou conserto: art. 626;

3 - remessas internas e interestaduais para conserto: arts. 627 a 631;

b) remessas ou transferências interestaduais de bens do ativo imobilizado sujeitos a retorno ao estabelecimento de origem: art. 624;

VII - crédito fiscal:

Nota: **O inciso VII foi acrescentado ao art. 339 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

a) direito ao crédito: art. 93, V;

b) escrituração fiscal: art. 93, §§ 11 e 12; § 1º do presente artigo;

Nota: **A redação atual da alínea *"b"*, do inciso VII do art. 339 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE DE 28/12/01).**

Redação originária:
"b) escrituração fiscal: art. 93, §§ 11 e 12; parágrafo único do presente artigo;"

c) transferência de crédito, nas transferências internas de bens do ativo imobilizado: art. 98, parágrafo único;

d) estorno do crédito: art. 100, §§ 7º a 14;

e) crédito acumulado: arts. 106 a 110, art. 402 e art. 442, IV.

§ 1º Além dos lançamentos convencionais, em conjunto com os demais créditos fiscais, para efeito da compensação entre débitos e créditos do imposto (art. 93, § 11), os créditos resultantes de operações e prestações relativas a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado, até 31/12/00, serão objeto de outro lançamento, no documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), observado o seguinte (Ajuste SINIEF 08/97):

Nota: **O parágrafo único do art. 339 foi renumerado para § 1º, com redação dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:**

Redação anterior dada ao *caput* do parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 339 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos a partir de 01/03/98:
"*Parágrafo único. Além dos lançamentos convencionais, em conjunto com os demais créditos fiscais, para efeito da compensação entre débitos e créditos do imposto (art. 93, § 11), os créditos resultantes de operações e prestações relativas a entradas de bens destinados ao ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, no documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), observado o seguinte (Ajuste SINIEF 08/97):*".

FINALIDADE

I - O CIAP destina-se à apuração do valor base do estorno de crédito e do total do estorno mensal do crédito de bens do ativo permanente do estabelecimento, que deverá ser escriturado pelo contribuinte de acordo com o disposto neste parágrafo.

MODELOS DO CIAP

II - O CIAP será escriturado de acordo com o Modelo A (Anexo 90), sendo que o contribuinte poderá optar:

a) pela escrituração do Modelo B (Anexo 91), se este lhe parecer mais conveniente; ou

b) pela escrituração do modelo adotado pela unidade federada em que estiver localizada a sua matriz.

CIAP MODELO A

III - No CIAP Modelo A (Anexo 90), o controle dos créditos de ICMS dos bens do ativo permanente será efetuado englobadamente, devendo a sua escrituração ser feita nas linhas, nos quadros e nas colunas próprias, da seguinte forma:

a) linha "Ano": o exercício objeto de escrituração;

b) linha "Número": o número atribuído ao documento, que será seqüencial por exercício, devendo ser reiniciada a numeração após o término do mesmo;

c) quadro 1: Identificação do Contribuinte: o nome, o endereço e as inscrições estadual e federal do estabelecimento;

d) quadro 2: Demonstrativo da Base do Estorno de Crédito:

1 - colunas sob o título "Identificação do Bem":

1.1 - coluna "Número ou Código": atribuição do número ou código ao bem, a critério do contribuinte, consoante a ordem seqüencial de entrada, seguido de dois algarismos indicando o exercício, findo o qual deverá ser reiniciada a numeração;

1.2 - coluna "Data": a data da ocorrência de qualquer movimentação do bem, tais como aquisição, transferência, alienação, baixa pelo decurso do prazo de 5 anos de utilização;

1.3 - coluna "Nota Fiscal": o número do documento fiscal relativo à aquisição ou outra ocorrência;

1.4 - coluna "Descrição Resumida": a identificação do bem, de forma sucinta;

2 - colunas sob o título "Valor do ICMS":

2.1 - coluna "Entrada (Crédito)": o valor do crédito do imposto relativo à aquisição, acrescido, quando for o caso, do ICMS correspondente ao serviço de transporte e ao pagamento da diferença de alíquotas, vinculados à aquisição do bem;

2.2 - coluna "Saída ou Baixa": o valor correspondente ao imposto creditado relativo à aquisição do bem, anteriormente escriturado na coluna "Entrada (Crédito)", quando ocorrer a alienação, a transferência, o perecimento, o extravio ou a deterioração do referido bem, ou, ainda, quando houver completado o qüinqüênio de sua utilização;

2.3 - coluna "Saldo Acumulado (Base do Estorno)": a soma da coluna "Entrada", subtraindo-se do montante o total da coluna "Saída ou Baixa", cujo resultado, no final do período de apuração, servirá de

base para o cálculo do estorno de crédito;

e) quadro 3: Demonstrativo do Estorno de Crédito:

1 - coluna “Mês”: o mês objeto de escrituração;

2 - colunas sob o título “Operações e Prestações”:

2.1 - coluna 1 - “Isentas ou Não Tributadas”: o valor das operações e prestações isentas e não tributadas escrituradas no mês;

2.2 - coluna 2 - “Total das Saídas”: o valor total das operações e prestações de saídas escrituradas pelo contribuinte no mês;

3 - coluna 3 - “Coeficiente de Estorno”: o coeficiente de participação das saídas e prestações isentas ou não tributadas no total das saídas e prestações escrituradas no mês, encontrado mediante a divisão do valor das saídas e prestações isentas ou não tributadas pelo valor total das saídas e prestações, considerando-se, no mínimo, 4 casas decimais;

4 - coluna 4 - “Saldo Acumulado (Base do Estorno)”: valor base do estorno mensal, transcrito da coluna com o mesmo nome do quadro “Demonstrativo do Estorno de Crédito”;

5 - coluna 5 - “Fração Mensal”: o quociente de 1/60 (um sessenta avos);

6 - coluna 6 - “Estorno por Saídas Isentas ou Não Tributadas”: o valor do estorno de crédito proporcional ao valor das saídas e prestações isentas ou não tributadas ocorridas no mês, encontrado mediante a multiplicação do coeficiente de estorno pelo saldo acumulado e pela fração mensal (art. 100, § 10);

7 - coluna 7 - “Estorno por Saída ou Perda”: o valor do estorno do crédito em função de perecimento, extravio, deterioração ou de alienação do bem antes de completado o qüinqüênio, contado da data de sua aquisição, ou, ainda, em outra situação estabelecida expressamente na legislação, deduzindo-se, se for o caso, o valor dos estornos ocorridos no ano da saída ou perda (art. 100, § 7º);

8 - coluna 8 - “Total do Estorno Mensal”: o valor obtido mediante a soma dos valores escriturados nas colunas “Estorno por Saídas Isentas ou Não Tributadas” e “Estorno por Saída ou Perda”, cujo resultado deve ser escriturado no Registro de Apuração do ICMS, no quadro “Débito do Imposto - Estornos de Créditos”;

f) o saldo acumulado não sofrerá redução em função do estorno mensal de crédito, somente se alterando com nova aquisição ou na ocorrência de alienação, transferência, perecimento, extravio, deterioração, baixa ou outra movimentação de bem;

g) na alienação do bem, além da escrituração de baixa do valor total do crédito apropriado quando de sua aquisição, na coluna “Saída ou Baixa” do quadro 2, o contribuinte deverá escriturar, na coluna 7 - “Estorno por Saída ou Perda” - do quadro 3, o valor do crédito total apropriado, se a alienação ocorrer no primeiro ano de utilização, ou parcial, se ocorrer após esse prazo e até o final do qüinqüênio (art. 100, § 7º);

h) na transferência do bem, a escrituração da baixa do crédito relativo à sua aquisição será feita:

1 - pelo valor total, apenas na coluna “Saída ou Baixa” do quadro 2, quando a legislação estadual previr a incidência do imposto nessa operação (art. 624, parágrafo único);

2 - pelo valor total, na coluna “Saída ou Baixa” do quadro 2, e pelo valor proporcional ao período restante para completar o qüinqüênio, na coluna 7 - “Estorno por Saída ou Perda” - do quadro 3, quando a legislação estadual previr a não-incidência ou isenção do imposto nessa operação (art. 6º, VIII; art. 27, I, III e § 2º);

Nota: A redação atual do item 2, da alíena "h", do § 1º do art. 339 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), para inserir a remissão ao inciso III, do art. 27.

i) após decorrido o prazo de 5 anos, contado da data de aquisição do bem, deverá ser escriturada a baixa do valor total do crédito apropriado quando da entrada, apenas na coluna "Saída ou Baixa" do quadro 2;

j) na utilização de sistema eletrônico de processamento de dados, o quadro 3 - "Demonstrativo do Estorno de Crédito" - poderá ser apresentado apenas na última folha do CIAP do período de apuração;

k) as folhas do CIAP Modelo A relativas a cada exercício serão enfeixadas, encadernadas e autenticadas até o último dia do mês de fevereiro do ano subseqüente, salvo quando o contribuinte, mediante autorização do Inspetor Fazendário do seu domicílio fiscal, mantiver os dados em meio magnético.

Nota: **A redação atual da alínea "k", do inciso III, do § 1º do art. 339 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"k) as folhas do CIAP Modelo A relativas a cada exercício serão enfeixadas, encadernadas e autenticadas até o último dia do mês de fevereiro do ano subseqüente, salvo quando o contribuinte, mediante regime especial, for autorizado a manter os dados em meio magnético."

CIAP MODELO B

IV - No CIAP Modelo B (Anexo 91), o controle dos créditos de ICMS dos bens do ativo permanente será efetuado em função de cada bem, individualmente, devendo a escrituração ser feita nas linhas, nos campos, nos quadros e nas colunas próprias, da seguinte forma:

a) campo "nº de Ordem": o número atribuído ao documento, que será seqüencial por bem;

b) quadro 1 - "Identificação": destina-se à identificação do contribuinte e do bem, contendo os seguintes campos:

1 - "Contribuinte": o nome do contribuinte;

2 - "Inscrição": o número da inscrição estadual do estabelecimento;

3 - "Bem": a descrição do bem, modelo, números da série e da plaqueta de identificação, se houver;

c) quadro 2 - "Entrada": as informações fiscais relativas à entrada do bem, contendo os seguintes campos:

1 - "Fornecedor": o nome do fornecedor;

2 - "nº da Nota Fiscal": o número do documento fiscal relativo à entrada do bem;

3 - "nº do LRE": o número do livro Registro de Entradas em que foi escriturado o documento fiscal e o seu crédito;

4 - "Folha do LRE": o número da folha do livro Registro de Entradas em que foi escriturado o documento fiscal e o seu crédito;

5 - "Data da Entrada": a data da entrada do bem no estabelecimento do contribuinte;

6 - "Valor do Crédito": o valor do crédito do imposto relativo à aquisição, acrescido, quando for o caso, do ICMS correspondente ao serviço de transporte e ao pagamento da diferença de alíquotas, vinculados à

aquisição do bem;

d) quadro 3 - "Saída": as informações fiscais relativas à saída do bem, contendo os seguintes campos:

1 - "nº da Nota Fiscal": o número do documento fiscal relativo à saída do bem;

2 - "Modelo": o modelo do documento fiscal relativo à saída do bem;

3 - "Data da Saída": a data da saída do bem do estabelecimento do contribuinte;

e) quadro 4 - "Estorno Mensal": destina-se à escrituração, nas colunas sob os títulos correspondentes do 1º ao 5º ano, do estorno proporcional à relação entre as saídas e prestações isentas e/ou não tributadas e o total das saídas e prestações escrituradas no mês, contendo os seguintes campos (art. 100, § 10):

1 - "Mês": o mês objeto de escrituração;

2 - "Fator": o fator mensal será igual a 1/60 (um sessenta avos) da relação entre a soma das saídas e prestações isentas e/ou não tributadas e o total das saídas e prestações escrituradas no mês;

3 - "Valor": o valor do estorno, que será obtido pela multiplicação do fator pelo valor do crédito apropriado por ocasião da entrada do bem;

f) quadro 5 - "Estorno por Saída ou Perda": destina-se à escrituração do saldo sujeito ao estorno, quando ocorrer perecimento, extravio, deterioração ou alienação do bem antes de completado o qüinqüênio, contado da data da sua aquisição, ou, ainda, em outra situação estabelecida expressamente na legislação estadual, contendo os seguintes campos (art. 100, § 7º):

1 - "Ano": o ano da ocorrência;

2 - "Fator": o fator decorrente da saída ou perda do bem, que será de 20% por ano ou fração de ano que faltar para completar o qüinqüênio;

3 - "Valor": o valor do estorno, que será obtido pela multiplicação do fator pelo valor do crédito apropriado por ocasião da entrada do bem, deduzindo-se, se for o caso, o valor dos estornos mensais ocorridos no ano da saída ou perda;

g) o CIAP Modelo B deverá ser mantido à disposição do fisco pelo prazo decadencial (art. 144).

PRAZOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE ESCRITURAÇÃO

V - A escrituração do CIAP, Modelos A e B, deverá ser feita:

a) até o dia seguinte ao da:

1 - entrada do bem;

2 - emissão da Nota Fiscal referente à saída do bem;

3 - ocorrência do perecimento, extravio ou deterioração do bem, ou data em que se completar o qüinqüênio;

b) no último dia do mês em que ocorrer a utilização de bem do ativo permanente na produção, industrialização, geração ou extração de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas, na comercialização de mercadorias cujas operações sejam isentas ou não tributadas ou em prestações de serviços isentas ou não tributadas.

VI - Será dispensado o preenchimento do CIAP no mês em que não ocorrer nenhuma das situações especificadas no inciso anterior.

VII - revogado.

Nota: O inciso VII, do § 1º do art. 339 foi revogado pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso VII do art. 339 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 03/02/03:
"b) manter os dados em meio magnético, desde que nesse sentido haja autorização do Inspetor Fazendário;"

Redação originária, efeitos até 03/02/03:
"VII - Ao contribuinte será permitido, relativamente à escrituração do CIAP, Modelos A e B:
a) utilizar sistema eletrônico de processamento de dados;"
b) manter os dados em meio magnético, desde que nesse sentido autorizado mediante regime especial; (efeitos até 31/12/02)
c) substituí-lo por livro, a ser autenticado na forma do art. 317, desde que contenha, no mínimo, os dados do documento."

VIII - Serão transcritos para o CIAP os créditos de ICMS relativos à aquisição de bens do ativo permanente apropriados no período de 01/11/96 até 28/2/98.

§ 2º O CIAP Modelo C destina-se ao controle da apropriação dos créditos de ICMS sobre as entradas de bens destinados ao ativo permanente a partir de 01/01/01, que deverá ser escriturado pelo contribuinte de acordo com o disposto neste parágrafo.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 339 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

FINALIDADE

I - O CIAP Modelo C destina-se ao controle da apropriação do crédito de ICMS de bens do ativo permanente que entrarem no estabelecimento a partir de 01 de janeiro de 2001;

CIAP MODELO C

II - No CIAP Modelo C (Anexo 95), o controle da apropriação dos créditos de ICMS dos bens do ativo permanente, correspondente às entradas a partir de 01 de janeiro de 2001 será efetuado em função de cada bem, individualmente, devendo a escrituração ser feita nas linhas, nos campos, nos quadros e nas colunas próprias, da seguinte forma:

a) campo “Nº de Ordem”: o número atribuído ao documento, que será seqüencial por bem;

b) quadro 1 - “Identificação”: destina-se à identificação do contribuinte e do bem, contendo os seguintes campos:

1 - “Contribuinte”: o nome do contribuinte;

2 - “Inscrição”: o número da inscrição estadual do estabelecimento;

3 - “Bem”: a descrição do bem, modelo, números da série e da plaqueta de identificação, se houver;

c) quadro 2 - “Entrada”: as informações fiscais relativas à entrada do bem, contendo os seguintes campos:

1 - “Fornecedor”: o nome do fornecedor;

2 - “nº da Nota Fiscal”: o número do documento fiscal relativo à entrada do bem;

3 - “nº do LRE”: o número do livro Registro de Entradas em que foi escriturado o documento fiscal;

4 - “Folha do LRE”: o número da folha do livro Registro de Entradas em que foi escriturado o documento fiscal;

5 - “Data da Entrada”: a data da entrada do bem no estabelecimento do contribuinte;

6 - “Valor do Crédito”: o valor do crédito total do imposto a ser apropriado relativo à aquisição, acrescido, quando for o caso, do ICMS correspondente ao serviço de transporte e ao pagamento da diferença de alíquotas, vinculados à aquisição do bem;

d) quadro 3 - “Saída”: as informações fiscais relativas à saída do bem, contendo os seguintes campos:

1 - “nº da Nota Fiscal”: o número do documento fiscal relativo à saída do bem;

2 - “Modelo”: o modelo do documento fiscal relativo à saída do bem;

3 - “Data da Saída”: a data da saída do bem do estabelecimento do contribuinte;

e) quadro 4 - “Controle da Apropriação Mensal do Crédito”: destina-se à escrituração, nas colunas sob os títulos correspondentes do 1º ao 48º mês, o montante do crédito a ser apropriado que será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior; contendo os seguintes campos :

1 - “Mês/ano”: o mês e o ano objeto de escrituração;

2 - “Totais”: o valor total das saídas e das prestações realizadas em cada mês;

3 - “Tributadas”: o valor das saídas e das prestações realizadas em cada mês;

4 - “ % Saídas/ Prest.Tributadas.”: o resultado da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período;

5 - "Crédito Possível" o valor correspondente ao resultado da divisão do crédito total por quarenta e oito;

6 - "Mês" quantidade de dias total do mês;

7 - "Pro rata die" quantidade de dias que o bem ficou em uso em cada mês;

8 - "Crédito/mês" o valor decorrente da divisão do "Crédito possível" pela quantidade de dias "Mês", multiplicado pela quantidade de dias "Pró rata die";

9 - "Saldo crédito" o valor decorrente da subtração dos valores dos "Crédito/mês" do " Valor do Crédito";

f) quadro 5 - "Cancelamento do Saldo por Alienação/Baixa ou Decurso de Prazo" corresponde ao saldo de crédito existente na data da alienação, baixa, ou após decorridos os 48 meses.

§ 3º Ao contribuinte será permitido, relativamente à escrituração do CIAP:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 339 foi dada pela Alteração nº 40 (Decreto nº 8457, de 17/02/03. DOE de 18/02/03), efeitos a partir de 18/02/03.

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 339 pela Alteração nº 39 (Decreto nº

8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 04/02/02 a 17/02/03:
"§ 3º Ao contribuinte será permitido, relativamente à escrituração do CIAP:
a) utilizar sistema eletrônico de processamento de dados;
b) manter os dados em meio magnético, desde que nesse sentido haja autorização do Inspetor Fazendário;
c) substituí-lo por livro, a ser autenticado na forma do art. 317, desde que contenha, no mínimo, os dados do documento."

I - utilizar sistema eletrônico de processamento de dados;

II - manter os dados em meio magnético, desde que nesse sentido haja autorização do Inspetor Fazendário;

III - substituí-lo por livro, a ser autenticado na forma do art. 317, desde que contenha, no mínimo, os dados do documento.

CAPÍTULO II
DA SUSPENSÃO DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 340. Há suspensão da incidência do imposto sempre que a ocorrência do fato gerador fique condicionada a evento futuro e incerto.

§ 1º Constitui condição da suspensão da incidência o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, em prazo fixado pela legislação, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade.

§ 2º Configura-se o fato gerador:

I - na ocorrência de operação ou evento que interrompa a suspensão, tais como:

a) saída da mercadoria para estabelecimento de terceiro, não havendo previsão de nova suspensão da incidência, ou com destino a consumidor ou usuário final;

b) transmissão da propriedade da mercadoria;

c) furto, roubo, perecimento, sinistro, desaparecimento ou qualquer evento que torne impossível o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem;

II - decorrido o prazo aludido no parágrafo anterior sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, hipótese em que será exigido o imposto devido por ocasião da saída efetuada com suspensão, sujeitando-se o recolhimento, mesmo espontâneo, à atualização monetária e aos acréscimos moratórios.

§ 3º A suspensão aplicável à circulação de mercadoria ou bem não alcança a prestação de serviço de transporte com ela relacionada.

SEÇÃO II
Das Hipóteses de Suspensão da Incidência do Imposto

Art. 341. É suspensa a incidência do ICMS:

I - nas saídas internas, interestaduais e para o exterior, de mercadorias ou bens destinados a industrialização, conserto ou operações similares, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos, ressalvada a incidência do imposto quanto ao valor adicionado, observadas as seguintes disposições

regulamentares:

a) remessas internas e interestaduais de mercadorias ou bens a serem industrializados por terceiros: arts. 615 a 623;

b) remessas para industrialização ou conserto e processos similares no exterior: art. 626;

c) remessas internas e interestaduais para conserto e processos similares: arts. 627 a 631;

II - nas saídas interestaduais de bens do ativo imobilizado, bem como de materiais para industrialização ou prestação de serviços fora do estabelecimento, ou com destino a outro estabelecimento inscrito como contribuinte, para serem utilizados na elaboração de produtos encomendados pelo remetente, observado o disposto no art. 624;

III - nas saídas de produtos agropecuários para estabelecimento beneficiador, neste Estado, por conta e ordem do remetente, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos, ressalvada a incidência do imposto quanto ao valor adicionado, observado o disposto no art. 622;

IV - nas saídas internas de mercadorias remetidas para demonstração, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos, observado o disposto nos arts. 599 a 604;

V - nas saídas internas e interestaduais de mercadorias para simples exposição ao público em feira de amostra, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos, observado o disposto nos arts. 605 a 611;

VI - nas hipóteses de (Convs. AE 5/73 e 3/74; Conv. ICM 1/75; Ajuste SINIEF 3/73):

a) entradas de mercadorias importadas do exterior com suspensão dos tributos federais incidentes sobre a importação, em decorrência de trânsito aduaneiro;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso VI do art. 341 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Redação originária:
"*a) entradas de mercadorias importadas do exterior com suspensão dos tributos federais incidentes sobre a importação, em decorrência de trânsito aduaneiro ou de admissão temporária;*"

b) saídas, para o exterior, em decorrência de exportação temporária, havendo suspensão dos tributos federais;

VII - nas saídas de gado bovino e bufalino em decorrência de "recurso de pasto" ou transferência de pastagem, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos, ao estabelecimento de origem, observado o disposto nos arts. 460 e 461;

VIII - nas saídas interestaduais de eqüinos de qualquer raça que tenham controle genealógico oficial e de idade superior a 3 anos, nas condições do § 8º do art. 463;

IX - nas saídas internas de MTBE (metilter-butil-éter) e xilenos mistos para mistura a gasolina destinada exclusivamente à exportação, atendidas as condições estabelecidas pela Secretaria da Fazenda;

X - nas saídas internas e interestaduais efetuadas por órgãos da administração pública, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, de mercadorias para fins de industrialização, desde que os produtos industrializados retornem ao órgão ou empresa remetente, incidindo o imposto, no retorno, sobre o valor acrescido (V Conv. do Rio de Janeiro, Conv. ICM 12/85 e Convs. ICMS 31/90, 80/91 e 151/94);

XI - nas operações com minério de ferro e "pellets", nos termos do inciso I do art. 508 e em seu § 1º;

XII - até 27/03/97, nas saídas de ouro (em bruto) “Bullion”, classificado no código 7108.12.00 da NCM, efetuadas pelos estabelecimentos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD/Unidade de Fazenda Brasileiro, no Município de Teofilândia, e Unidade de Maria Preta, Município de Santa Luz, ambas neste Estado, para fins de industrialização no Estado de São Paulo, da qual deverá resultar o ouro refinado, classificado no código 7108.13.1 da NCM, observado o seguinte tratamento fiscal (Protoc. ICMS 02/96):

a) a suspensão é condicionada ao retorno do produto industrializado ao estabelecimento autor da encomenda (CVRD) no prazo de 60 dias, contado da data da respectiva saída, prorrogável por igual prazo, a critério do fisco da Bahia e do Estado de São Paulo;

b) é permitido o retorno simbólico ao estabelecimento remetente (CVRD) somente na hipótese de saída do ouro refinado diretamente do estabelecimento industrializador com destino ao exterior por conta e ordem do estabelecimento encomendante (CVRD), em decorrência de exportação por este efetuada;

c) a suspensão prevista neste inciso aplica-se, igualmente, ao retorno, real ou simbólico, ao estabelecimento encomendante (CVRD), sem prejuízo do pagamento do ICMS em favor do Estado de São Paulo, calculado sobre o valor total cobrado na operação de industrialização, que abrangerá os valores das mercadorias eventualmente empregadas e o da mão-de-obra;

d) na remessa do ouro em bruto para o estabelecimento industrializador, o estabelecimento encomendante (CVRD) emitirá Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, contendo, além dos demais requisitos, a expressão “Suspensão da incidência do ICMS - Protocolo ICMS 02/96”;

e) na saída do produto industrializado (ouro refinado - NCM 7108.13.1) em retorno real ao estabelecimento encomendante (CVRD), o estabelecimento industrializador deverá emitir Nota Fiscal, tendo como destinatário o estabelecimento de origem, autor da encomenda, na qual indicará como natureza da operação a expressão “Retorno de industrialização por encomenda”, com destaque do ICMS, calculado sobre os valores referidos na alínea “c”, e nela fará constar, além dos demais requisitos:

1 - os dados identificativos do documento fiscal e do seu emitente, pelo qual foi o ouro em bruto recebido em seu estabelecimento;

2 - o valor da mercadoria recebida para industrialização e o valor total cobrado do autor da encomenda (CVRD), destacando deste o das mercadorias empregadas;

f) na saída do produto industrializado (ouro refinado - NCM 7108.13.1) diretamente para o exterior, por conta e ordem do estabelecimento encomendante (CVRD), observar-se-á o seguinte:

1 - o estabelecimento industrializador deverá:

1.1 - emitir a Nota Fiscal de que cuida a alínea “e”, na qual indicará, como natureza da operação, a expressão “Retorno simbólico de industrialização por encomenda”;

1.2 - emitir Nota Fiscal, tendo como natureza da operação “Remessa para exportação”, na qual deverá, além dos demais requisitos, constar a identificação da Nota Fiscal da exportação, emitida pelo estabelecimento autor da encomenda, e a expressão “Procedimento autorizado pelo Protocolo ICMS 02/96”, para acompanhar o ouro refinado resultante da industrialização até o local de embarque, juntamente com a Nota Fiscal de remessa ao exterior emitida pelo encomendante (CVRD);

2 - a Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento encomendante (CVRD) para fins de exportação deverá conter, além dos demais requisitos:

2.1 - a identificação do local de onde sairá a mercadoria, com a completa identificação do estabelecimento industrializador;

2.2 - a expressão “Procedimento autorizado pelo Protocolo ICMS 02/96”;

g) em todos os documentos fiscais emitidos deverá constar o número do Protocolo ICMS 02/96;

h) para pagamento do imposto, quando for o caso, serão observadas a forma, o prazo e as condições estabelecidos na legislação do Estado ao qual for devido;

i) para efeito dos procedimentos disciplinados neste inciso, será observada, conforme a vinculação fiscal do estabelecimento, a legislação tributária do respectivo Estado, em especial quanto à escrituração de livros e à emissão de documentos, bem como à imposição de penalidades;

XIII - nas saídas de fibra de sisal (NBM/SH 5304.90.00) efetuadas por estabelecimento exportador localizado no Estado da Bahia, para fim de industrialização no Estado da Paraíba, da qual deverão resultar os produtos “baler twine” (NBM/SH 5607.21.00) e tapete (NBM/SH 5701.90.00), destinados exclusivamente a exportação, observado o seguinte tratamento fiscal (Protocolos ICMS 31/97 e 39/98):

Nota: A redação atual do inciso XIII do art. 341 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao inciso XIII do art. 341 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.
"XIII - nas saídas de fibra de sisal (NBM/SH 5304.90.00) efetuadas por estabelecimento exportador localizado no Estado da Bahia, para fim de industrialização no Estado da Paraíba, da qual deverão resultar os produtos “balertwine” (NBM/SH 5607.21.00) e tapete (NBM/SH 5607.90.00), destinados exclusivamente a exportação, observado o seguinte tratamento fiscal (Protocs. ICMS 31/97 e 39/98):".

Redação anterior dada ao inciso XIII, tendo sido acrescentado ao art. 341 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XIII - nas saídas de fibra de sisal (NBM/SH 5304.90.00) efetuadas por estabelecimento exportador localizado no Estado da Bahia, para fim de industrialização no Estado da Paraíba, da qual deverão resultar os produtos “balertwine” (NBM/SH 5607.21.00) e tapete (NBM/SH 5607.90.00), destinados exclusivamente a exportação, observado o seguinte tratamento fiscal (Protocolo ICMS 31/97):".

a) a suspensão fica condicionada:

1 - à prévia autorização do fisco dos Estados signatários, mediante regime especial;

2 - ao retorno dos produtos industrializados ao estabelecimento autor da encomenda no prazo de 90 dias, contado da data da respectiva saída, prorrogável por igual prazo;

b) é permitido o retorno simbólico ao estabelecimento encomendante somente na hipótese de saída dos produtos resultantes da industrialização a que se refere o “*caput*” deste inciso diretamente do estabelecimento industrializador com destino ao exterior por conta e ordem do estabelecimento encomendante, em decorrência de exportação por este efetuada;

c) a suspensão prevista neste inciso aplica-se, igualmente, ao retorno, real ou simbólico, ao estabelecimento encomendante, dos produtos resultantes da industrialização;

d) na remessa da fibra de sisal para o estabelecimento industrializador, o estabelecimento encomendante emitirá Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, contendo, além dos demais requisitos, a expressão “Suspensão do ICMS - Protocolo ICMS 31/97”;

e) na saída dos produtos resultantes da industrialização a que se refere o “*caput*” deste inciso, em retorno real, o estabelecimento industrializador deverá emitir Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, tendo como

destinatário o estabelecimento de origem, autor da encomenda, na qual indicará:

1 - como natureza da operação, a expressão "Retorno de industrialização por encomenda de produto com o fim específico de exportação";

2 - no campo "Informações Complementares", os dados identificativos do documento fiscal e do seu emitente, pelo qual foi a fibra de sisal recebida em seu estabelecimento;

f) na saída dos produtos resultantes da industrialização a que se refere o "*caput*" deste inciso, diretamente para o exterior, por conta e ordem do estabelecimento encomendante, observar-se-á o que segue:

1 - o estabelecimento industrializador deverá:

1.1 - emitir a Nota Fiscal prevista na alínea anterior, na qual indicará como natureza da operação a expressão "Retorno simbólico de industrialização por encomenda de produto com o fim específico de exportação";

1.2 - emitir Nota Fiscal, tendo como natureza da operação "Remessa para exportação", na qual, além dos demais requisitos, deverá constar, no campo "Informações Complementares", a identificação da Nota Fiscal de exportação, emitida pelo estabelecimento autor da encomenda, e a expressão "Procedimento autorizado pelo Protocolo ICMS 31/97", para acompanhar os produtos mencionados no "*caput*" desta alínea até o local de embarque, juntamente com a Nota Fiscal de remessa para o exterior emitida pelo encomendante;

2 - a Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento encomendante para fins de exportação, além dos demais requisitos, deverá conter, no campo "Informações Complementares":

2.1 - a indicação do local de onde sairá a mercadoria, com a completa identificação do estabelecimento industrializador;

2.2 - a expressão "Procedimento autorizado pelo Protocolo ICMS 31/97";

g) em todos os documentos fiscais emitidos nos termos deste inciso deverá ser indicado o número do Protocolo ICMS 31/97;

h) na hipótese de não-ocorrência da exportação dos produtos resultantes da industrialização a que se refere o "*caput*" deste inciso, o pagamento do imposto dar-se-á na forma, prazo e condições estabelecidos na legislação do Estado ao qual for devido;

i) para efeito dos procedimentos disciplinados na alínea anteriores, será observada, conforme a vinculação fiscal do estabelecimento, a legislação tributária do respectivo Estado, em especial quanto à escrituração de livros e à emissão de documentos, bem como à imposição de penalidades.

XIV - no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importado sob o Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado (DAF), observado o disposto no parágrafo único (Conv. ICMS 09/05);

Nota: A redação atual do inciso XIV do art. 341 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso XIV, tendo sido acrescentado ao art. 341 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004):
"XIV - no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importado sob o Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado (DAF), observado o disposto no parágrafo único."

XV - nas saídas de barras de cobre – posição 7408.11.00, decorrentes da industrialização por encomenda

de sucatas de cobre, solicitada por contribuinte localizado no Estado de Minas Gerais, relativamente ao valor da remessa da matéria-prima, desde que (Prot. ICMS 45/04):

Nota: O inciso XV foi acrescentado ao *caput* do art. 341 pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04).

a) o retorno real seja para o contribuinte autor da encomenda;

b) haja autorização, em regime especial, do fisco dos Estados de Minas Gerais e Bahia;

c) o retorno real dos produtos industrializados ao estabelecimento de origem ocorra dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da saída do estabelecimento autor da encomenda, prorrogável por igual período, mediante autorização expressa do fisco do Estado de Minas Gerais;

d) na saída dos produtos industrializados em retorno ao estabelecimento encomendante, o industrializador emita Nota Fiscal na qual, além dos requisitos exigidos, constem:

1 - número, série e subsérie e data da Nota Fiscal de remessa das mercadorias recebidas para industrialização, bem como nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CNPJ, do seu emitente;

2 - o valor das mercadorias recebidas para industrialização e o valor total cobrado do autor da encomenda, destacando deste o das mercadorias empregadas;

3 - destaque do valor do imposto calculado sobre o valor total da encomenda;

4 - a expressão "Protocolo ICMS nº 45/04.

Parágrafo único. Será exigido o imposto devido por ocasião do desembaraço aduaneiro efetuado com suspensão na forma do inciso XIV, sujeitando-se o recolhimento aos acréscimos moratórios, nos seguintes casos:

Nota: O Parágrafo único foi acrescentado ao art. 341 pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

I - constatação de falta de mercadoria em estoque;

II - estoque não utilizado no prazo de concessão do regime;

III - resíduo de destruição de mercadoria que tenha valor econômico;

IV - sempre que houver tributação pela União.

CAPÍTULO III
DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR DIFERIMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR ANTECIPAÇÃO

SEÇÃO I
Da Substituição Tributária por Diferimento

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 342. A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a

responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou do bem, ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado a etapa posterior, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação.

Nota: A redação atual do art. 342 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"Art. 342. A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado a etapa posterior, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação."

SUBSEÇÃO II
Das Hipóteses de Diferimento e das Operações com Mercadorias Enquadradas no Regime

Art. 343. É diferido o lançamento do ICMS incidente:

I - nas operações relacionadas com cooperativas de produtores, para o momento em que ocorrer a saída subseqüente do produto, mesmo beneficiado ou industrializado, exceto se para tal saída também houver previsão de diferimento do imposto, nas seguintes hipóteses:

a) saídas de mercadorias de estabelecimento de produtor rural ou extrator com destino a estabelecimento de cooperativa de que fizer parte, situado neste Estado;

b) saídas, dentro do Estado, das mercadorias referidas na alínea anterior, de estabelecimento de cooperativa de produtores ou extratores, com destino:

1 - a outro estabelecimento da mesma cooperativa;

2 - a estabelecimento de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente fizer parte;

c) saídas das supramencionadas mercadorias de estabelecimento de cooperativa central de que trata o item 2 da alínea anterior com destino a estabelecimento de federação de cooperativas de que fizer parte, neste Estado;

II - nas sucessivas operações internas:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 343 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada à alínea "a" do inciso II do art. 343 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"a) bovino, bufalino e suíno em pé e com aves vivas, observado o disposto no inciso I do art. 444;

Redação originária:
"II - nas operações com gado: (efeitos até 31/01/04)
a) bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em pé, observado o disposto no inciso I do art. 444; (efeitos

até 31/12/00)
b) eqüino, asinino e muar, nos termos do inciso II do art. 444;" (efeitos até 31/01/04)

a) com aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé para o momento em que ocorrer a saída para abate;

b) com gado eqüino, asinino e muar, para o momento em que ocorrer a entrada em estabelecimento abatedor ou industrializador;

III - nas saídas de couros e peles efetuadas por produtor rural ou por abatedor, com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividade de industrialização, de beneficiamento ou de exportação para o exterior, para o momento em que ocorrer:

Nota: **A redação atual do inciso III do art. 343 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.**

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
"III - nas saídas de couros e peles efetuadas por produtor agropecuário ou por abatedor, nos termos do inciso III do art. 444;"

a) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização ou beneficiamento;

b) a saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador, exceto se com destino a outro estabelecimento exportador, hipótese em que o lançamento do imposto fica diferido para o momento da saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador destinatário; ou

c) a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior (art. 509, § 4º).

IV - nas saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, observado o disposto no art. 466;

V - nas saídas de cana-de-açúcar, observado o disposto no art. 468;

VI - nas saídas de frutas, tomate, pimentão, aspargo, palmito e milho verde destinados a industrialização neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

Nota: A redação atual do inciso VI, do art. 343 foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação originária, efeitos até 21/08/02:
"VI - nas saídas de frutas, tomate, pimentão, aspargo e milho verde destinados a industrialização neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída:"

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

VII - nas saídas dos seguintes produtos agrícolas e extrativos "in natura", para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização ou beneficiamento:

a) bambu;

b) batata;

c) batata-doce;

d) dendê;

e) revogada

Nota: A alínea "e", do inciso VII do art. 343 foi revogada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"*e) fumo em folhas;*"

f) guar;

g) látices vegetais e cernambi, inclusive borracha “in natura” ou beneficiada;

h) ouricuri;

i) piaçava;

j) urucum;

Nota: A alínea "j" foi acrescentada ao inciso VII do art. 343 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

VIII - nas sucessivas saídas de mamona em bagas, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

IX - nas sucessivas saídas de soja em grãos, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

d) dos animais, ou da ração preparada com o produto, ressalvada a hipótese de tais saídas se acharem beneficiadas por outra hipótese de diferimento, nos termos deste artigo (art. 347, § 3º, IV; art. 348, § 3º, III);

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso IX do art. 343 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

X - nas saídas internas de algodão em capulho, em pluma ou beneficiado, para o momento em que ocorrer a saída (art. 348, § 3º, II):

Nota: A redação atual do inciso X do art. 343 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), para simples aperfeiçoamento do texto.

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

XI - nas saídas de café cru, observado o disposto no art. 482;

XII - nas saídas de cacau em amêndoas, nos termos do art. 489;

XIII - nas sucessivas saídas de sisal em estado bruto ou beneficiado, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

XIV - nas saídas de arroz em casca, farinha de mandioca, feijão e milho em palha, em espiga ou em grãos, efetuadas por produtor agrícola, com destino a estabelecimento comercial, industrial ou beneficiador situado na circunscrição da mesma Inspetoria Fazendária, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento destinatário;

Nota: A redação atual do inciso XIV do art. 343 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao inciso XIV do art. 343 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98):
"XIV - nas saídas de arroz em casca, feijão e milho em palha, em espiga ou em grãos, efetuadas por produtor agrícola, com destino a estabelecimento comercial, industrial ou beneficiador situado na circunscrição da mesma Delegacia Regional da Fazenda, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento destinatário;"

Redação originária:
"XIV - nas saídas de arroz em casca, farinha de mandioca, feijão e milho em palha ou em grãos, efetuadas por produtor agrícola, com destino a estabelecimento comercial, industrial ou beneficiador situado na circunscrição da mesma Delegacia Regional da Fazenda, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento destinatário;"

XV - nas saídas de cravo-da-índia com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividade de comercialização, de industrialização ou de exportação para o exterior, para o momento em que ocorrer:

a) a entrada no estabelecimento industrializador; ou

b) a saída, a qualquer título:

1 - do estabelecimento comercial; ou

2 - do estabelecimento exportador, exceto se com destino a outro estabelecimento exportador, hipótese em que o lançamento do imposto fica diferido para o momento da saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador destinatário;

XVI - nas saídas de pimenta-do-reino com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividade de industrialização ou de exportação para o exterior, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento industrializador, do próprio remetente ou de terceiro, ou a saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador;

XVII - nas saídas de guaraná em amêndoas com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividade de industrialização ou de exportação para o exterior, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento industrializador, do próprio remetente ou de terceiro, ou a saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador;

XVIII - nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente;

XIX - nas saídas internas de ar comprimido, vapor d'água e água clarificada, desmineralizada ou potável, para o momento em que ocorrer a entrada dos produtos no estabelecimento do adquirente, quando assim estipulado em decreto governamental específico;

XX - nas saídas internas de pós-larvas de camarão destinadas ao criatório em cativeiro, para o momento em que ocorrer a saída do camarão após crescimento e engorda;

XXI - nas saídas internas de óleo degomado, com destino a granjas de avicultura e de suinocultura ou para estabelecimento fabricante de ração animal, para o momento em que ocorrer, conforme o caso, a saída dos animais ou da ração do estabelecimento que tiver utilizado o produto, ressalvada a hipótese de tais saídas se acharem beneficiadas por outra hipótese de diferimento, nos termos deste artigo (art. 347, § 3º, IV; art. 348, § 3º, III);

XXII - nas saídas de estacas e mourões de madeira, entre estabelecimentos rurais situados neste Estado, destinados à construção de cercas ou currais no estabelecimento destinatário, para o momento em que ocorrer qualquer outra destinação;

XXIII - nas saídas internas de lenha, carvão vegetal, bagaço de cana-de-açúcar, bagaço e casca de coco, eucalipto e pinheiro, com destino a estabelecimento industrial para utilização, por este, como combustível, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização, ressalvada a hipótese de entrada de madeira das referidas espécies vegetais ou de lenha para produção de carvão vegetal a ser destinado a estabelecimento habilitado a operar no regime de diferimento, caso em que o lançamento do tributo fica diferido para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes da industrialização;

Nota: A redação atual do inciso XXIII do art. 343 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"XXIII - nas saídas internas de lenha, carvão vegetal, bagaço de cana-de-açúcar, bagaço e casca de coco, eucalipto e pinheiro, com destino a estabelecimento industrial para utilização, por este, como combustível, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento adquirente, ressalvada a hipótese de entrada de madeira das referidas espécies vegetais ou de lenha para produção de carvão vegetal a ser destinado a estabelecimento habilitado a operar no regime de diferimento, caso em que o lançamento do tributo fica diferido para o momento da entrada do carvão vegetal no estabelecimento do

adquirente;"

XXIV - nas saídas internas de eucalipto e pinheiro com destino a indústria de celulose, para o momento em que ocorrer a saída:

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior;

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

XXV - nas saídas internas de madeira em estado bruto, mesmo descascada, desbastada, temperada, desalburnada ou esquadriada, constante na posição 4403 da NCM, extraída ou produzida em área própria ou de terceiro, nas remessas para o estabelecimento do extrator ou produtor ou para depósito ou armazenagem por sua conta e ordem, desde que destinada a exportação para o exterior, para o momento em que se efetivar a exportação (art. 348, § 3º, IV);

XXVI - nas saídas de produtos agropecuários efetuadas por produtores ou cooperativa de produtores com destino a CONAB, bem como nas transferências entre estabelecimentos desta, observado o disposto no art. 436 combinado com o § 4º do art. 429(Convs. ICMS 49/95 e 26/96);

Nota: A redação atual do inciso XXVI do art. 343 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*XXVI - nas seguintes situações:*
a) saídas internas efetuadas por produtor agropecuário com destino à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), bem como nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos da CONAB, quando situados neste Estado, nos termos do art. 436 (Conv. ICMS 49/95);
b) operações de compra e venda de produtos agrícolas promovidas pelo Governo Federal e amparadas por contratos de opções denominados Mercado de Opções do Estoque Estratégico, previstos em legislação federal específica, nos termos do art. 436 combinado com o § 4º do art. 429 (Conv. ICMS 26/96);".

XXVII - nas saídas de argila efetuadas por extrator, com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividades de beneficiamento ou de industrialização, para o momento em que ocorrer a saída, a qualquer título, do estabelecimento destinatário;

XXVIII - nas saídas de meios-fios, paralelepípedos e lajes para calçamento, efetuadas por pessoas físicas e destinados a contribuinte deste Estado, para o momento em que ocorrer a saída subseqüente;

XXIX - nas operações com petróleo e álcool etílico anidro para uso automotivo, observado o disposto no art. 511;

Nota: A redação atual do inciso XXIX do art. 343 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso XXIX do art. 343 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/02/98 a 28/07/04:
"XXIX - nas operações com petróleo e álcool etílico, anidro ou hidratado, para fins carburantes, observado o disposto no art. 511;"

Redação anterior dada ao inciso XXIX do art. 343 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"XXIX - nas operações com petróleo e álcool etílico anidro para fins carburantes, observado o disposto no art. 511;"

Redação originária:
"XXIX - nas operações com petróleo e álcool carburante, observado o disposto no art. 511;"

XXX - nas sucessivas saídas de lingotes e tarugos de metais não-ferrosos classificados nas posições 74.01, 74.02, 75.01, 76.01, 78.01, 79.01 e 80.01 da Tabela de Incidência do IPI, bem como nas sucessivas saídas de sucatas de metais, papel usado, aparas de papel, ossos, ferro-velho, garrafas vazias, cacos de vidro e fragmentos, retalhos ou resíduos de plásticos, de borracha, de tecidos e de outras mercadorias, observado o disposto no art. 509;

XXXI - nas entradas de concentrado, cátodo e blíster de cobre importados do exterior, em estabelecimento beneficiador ou industrializador neste Estado, para o momento em que ocorrer a subseqüente saída, a qualquer título;

XXXII - nas entradas de concentrado de chumbo importado do exterior, em estabelecimento beneficiador ou industrializador neste Estado, para o momento em que ocorrer a subseqüente saída, a qualquer título;

XXXIII - nas entradas decorrentes de importação do exterior das mercadorias a seguir indicadas, para o momento em que ocorrer a entrada dos produtos no estabelecimento do importador neste estado:

Nota: A redação atual do inciso XXXIII do art. 343 foi dada pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Redação originária do inciso XXXIII:
"XXXIII - nas entradas de nafta importada do exterior, para o momento em que ocorrer a entrada do produto no estabelecimento do importador neste Estado (art. 348, § 3º, V);"

a) nafta – NCM 2710.11.41;

b) óleos brutos de petróleo – NCM 2709.00.10;

XXXIV - nas sucessivas operações internas realizadas nos pregões de bolsas de mercadorias, nos termos dos arts. 547 a 561;

XXXV - de 19/07/95 até 30/04/01, nas operações com mercadorias doadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), destinadas ao Programa Comunidade Solidária, para fins de distribuição gratuita ou comercialização por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para o momento da subseqüente saída (Convs. ICMS 63/95, 102/96 e 05/99);

Nota: A redação atual do inciso XXXV do art. 343 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

XXXVI - nas saídas, em retorno real ou simbólico ao estabelecimento de origem, de mercadorias remetidas para industrialização, beneficiamento, conserto ou processos similares em estabelecimento de terceiro por conta do remetente, relativamente ao valor acrescido, desde que o autor da encomenda e o estabelecimento executor da industrialização ou serviço sejam situados neste Estado e que as mercadorias se destinem a comercialização ou industrialização com subseqüente saída tributada, para o momento

previsto nos arts. 617 e 629;

XXXVII - nas entradas, no estabelecimento do importador, das seguintes mercadorias, desde que as importações sejam efetuadas por portos ou aeroportos deste Estado, para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização:

a) MAP (mono-amônio fosfato), DAP (di-amônio fosfato), TSP (superfosfato triplo) e cloreto de potássio, exclusivamente quando importados do exterior por estabelecimentos fabricantes de adubos, fertilizantes e corretivos do solo ou por fabricantes de rações balanceadas e de preparados para animais;

b) AMTP (aldeído metil-tio-propiônico) importado do exterior diretamente por fabricante de metionina;

c) antracita, hulha e coque metalúrgico, quando importados do exterior diretamente por estabelecimento industrial para utilização no seu processo produtivo;

XXXVIII - revogado

Nota: O inciso XXXVIII do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"XXXVIII - nas saídas internas de mercadorias de estabelecimento extrator, produtor ou gerador de energia, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, situado na mesma área ou em área contínua, desde que no mesmo Município, destinada a consumo ou a utilização em processo de tratamento ou de industrialização, ainda que as atividades sejam integradas, para o momento em que ocorrer o consumo ou a saída subseqüente, desde que não contemplada com nova hipótese de diferimento;".

XXXIX - revogado

Nota: O inciso XXXIX do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"*XXXIX - nas prestações de serviços de transporte intermunicipal de mercadorias cujas operações estejam enquadradas no regime de diferimento, sempre que o lançamento do imposto relativo à operação mercantil for diferido, para o momento em que se encerrar o diferimento do imposto relativo à operação com a mesma mercadoria ou com o produto dela resultante, ficando o imposto relativo à prestação incorporado ao débito da operação, exceto na hipótese do inciso I do art. 443;*".

XL - na transmissão da propriedade de mercadorias importadas do exterior por importador de outra unidade da Federação, destinadas fisicamente a este Estado, na hipótese do § 6º do art. 573;

XLI - nas saídas internas de cianeto de sódio efetuadas por estabelecimento fabricante com destino a empresas mineradoras, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos acabados;

Nota: O inciso XLI foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

XLII - nas entradas, no estabelecimento do importador, de crustáceos, moluscos, adoque, bacalhau, merluza, pirarucu, salmão e rã, para o momento em que ocorrer a saída daquelas mercadorias ou a saída ou o fornecimento dos produtos delas resultantes do estabelecimento do importador;

Nota: O inciso XLII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

XLIII - de 01/10/97 até 05/11/97, nas sucessivas saídas, dentro do Estado, dos insumos agropecuários de que cuida o art. 20;

Nota: A redação atual do inciso XLIII do art. 343 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação anterior dada ao inciso XLIII, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).
"XLIII - a partir de 01/10/97, nas sucessivas saídas, dentro do Estado, dos insumos agropecuários de que cuida o art. 20."

XLIV - de 01/03/97 até 31/12/99, nas entradas, no estabelecimento do importador, das seguintes mercadorias, desde que as importações sejam efetuadas por estabelecimentos industriais que se dediquem à fabricação de artigos de borracha para uso médico-cirúrgico, pessoal e doméstico (código de atividade 18.51-6), para o momento em que ocorrer a saída das mercadorias para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização (art. 347, § 7º):

Nota: O inciso XLIV foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

a) borracha natural, balata, gutapercha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras - NBM/SH 4001;

b) látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado - NBM/SH 4001.10.00;

c) borracha natural em outras formas - NBM/SH 4001.2

d) folhas fumadas - NBM/SH 4001.21.00;

e) borracha natural tecnicamente especificada (TSNR) - NBM/SH 4001.22.00;

f) outras:

1 - crepadas - NBM/SH 4001.29.10;

2 - granuladas ou prensadas - NBM/SH 4001.29.20;

3 - outras - NBM/SH 4001.29.90;

XLV - de 01/03/97 até 31/12/99, nas saídas internas das mercadorias especificadas nas alíneas do inciso anterior, efetuadas por estabelecimento beneficiador de látices naturais de borracha, quando destinados a estabelecimento industrial que satisfaça às exigências previstas no inciso precedente, para o momento em que ocorrer a saída das mercadorias para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização (art. 347, § 7º);

Nota: **O inciso XLV foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

XLVI - a partir de 20/11/97, nos recebimentos do exterior de chapa de alumínio, em bobina, para fabricação de tampas de latas (aluminium endstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.12.10 e "chave" de abertura (aluminium tabstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.12.90, efetuado por estabelecimento industrial que desenvolva atividade de fabricação de embalagens metálicas, classificadas na CNAE-Fiscal sob o código 2891-6/00 quando destinada ao fabrico de produtos desse setor, para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria resultante do processo de industrialização:

Nota: **A redação atual do inciso XLVI do art. 343 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação anterior dada ao inciso XLVI, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XLVI - a partir de 20/11/97, nos recebimentos, do exterior, de chapas de alumínio, em bobinas, para fabricação de tampas de latas ("Aluminium tabotock") e "chaves" de abertura ("Aluminium endstock"), classificadas na posição 7606.92.00 da NBM/SH, quando importadas por estabelecimento industrial inscrito neste Estado sob o código de atividades 11.51-4 - fabricação de latas e folhas-de-flandres -, ainda que as mercadorias sejam desembarcadas em porto ou aeroporto situado fora deste Estado, quando destinadas ao fabrico de produtos desse setor, para o momento em que ocorrer a saída:"

a) da mercadoria para outra unidade da Federação;

b) da mercadoria para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização;

XLVII - revogado

Nota: **O inciso XLVII do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).**

Redação anterior dada ao inciso XLVII, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XLVII - a partir de 01/12/97, nos recebimentos, do exterior, de trigo classificado nas posições 1001.10.10, 1001.10.90, 1001.90.10 e 1001.90.90 da NBM/SH, quando importado por estabelecimento industrial inscrito neste Estado sob o código de atividades 26.02-2 - moagem de trigo -, ainda que o desembarque ocorra em porto ou aeroporto situado fora deste Estado, para o momento em que ocorrer a saída:
a) do trigo para outra unidade da Federação;
b) do trigo para o exterior; ou
c) dos produtos resultantes de sua industrialização;"

XLVIII - nas entradas decorrentes de importação do exterior de bens destinados ao ativo imobilizado de estabelecimentos industriais ou agropecuários localizados neste Estado, para serem utilizados em processo de implantação ou ampliação da planta de produção, inclusive sua automação, e atestado em declaração firmada pelo interessado, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação;

Nota: **A redação atual do inciso XLVIII do art. 343 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

As alíneas "c", "e", "f" e "g", o *caput* e o item 3 da alínea "a", do inciso XLVIII do art. 343 foram revogados pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).

A alínea "d", do inciso XLVIII art. 343 foi revogada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos a partir de 01/01/03.

O item 4, da alínea "a", do inciso XLVIII art. 343 foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 23/11/02.

Redação anterior dada a alínea "f", do inciso XLVIII do art. 343 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02):
"f) na hipótese da alínea anterior, considerar-se-á cientificado o contribuinte somente após ter o mesmo acessado o banco de informações em que consta a resposta ao pedido de reconhecimento da aplicabilidade do regime de diferimento;" (efeitos de 09/05/02 a 06/05/03)

Redação anterior de dispositivos do inciso XLVIII do art. 343 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00):
"XLVIII - nos recebimentos, do exterior, de máquinas e equipamentos importados diretamente por estabelecimentos industriais ou agropecuários localizados neste Estado, destinados ao seu ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação, observado o seguinte: (efeitos de 01/01/01 a 06/05/03)"
(...)
d) o pedido será dirigido ao Diretor de Tributação da Secretaria da Fazenda, devendo ser: (efeitos de 30/12/00 a 31/12/02):
1 - encaminhado via INTERNET; ou
2 - apresentado na repartição fazendária do domicílio fiscal do requerente, hipótese em que será anexada cópia em disquete.
e) a cientificação do contribuinte será efetuada via INTERNET e será precedida de aviso de que a decisão correspondente ao pedido de reconhecimento da aplicabilidade do regime de diferimento encontra-se disponível no banco de informações do sistema informatizado da Secretaria da Fazenda, devendo o contribuinte acessar o referido sistema, mediante uso de senha, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do aviso. (efeitos de 30/12/00 a 06/05/03)
f) na hipótese do parágrafo anterior, o considerar-se-á cientificado o contribuinte somente após ter o mesmo acessado o banco de informações em que consta a resposta ao pedido de reconhecimento da aplicabilidade do regime de diferimento; (efeitos de 30/12/00 a 08/05/02)
g) não tendo sido acessado o banco de informações do sistema informatizado da Secretaria da Fazenda, após o prazo de 5 (cinco) dias do recebimento do aviso de que cuida a alínea "e", caberá à Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte a cientificação. (efeitos de 30/12/00 a 06/05/03)"

A alínea "b", do inciso XLVIII do art. 343 foi revogada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XLVIII do art. 343 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"*XLVIII - de 01/5/97 até 31/12/00, nos recebimentos, do exterior, de máquinas e equipamentos importados diretamente por estabelecimentos industriais ou agropecuários localizados neste Estado, destinados ao seu ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação, observado o seguinte:*"

O item 1, da alínea "a", do inciso XLVIII do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

O item 2, da alínea "a", do inciso XLVIII do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

A redação da parte inicial do inciso XLVIIII do art. 343 foi modificada pelos (Decretos nºs 7365/98, 7628/99, 7490/98 e 7728/99), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "a", do inciso XLVIII do art. 343 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*2. a importação seja beneficiada com isenção ou alíquota reduzida a zero do IPI ou do Imposto sobre a Importação; (efeitos de 04/03/98 a 15/09/99)*".

Redação anterior dada a parte inicial do inciso XLVIII, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), sendo anteriormente tratado pelo Decreto nº 6517/97:
"XLVIII - de 01/05/97 até 30/06/98, nos recebimentos, do exterior, de máquinas e equipamentos importados diretamente por estabelecimentos industriais ou agropecuários localizados neste Estado, destinados ao seu ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação, observado o seguinte:
a) a fruição do benefício dependerá de que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (efeitos até 06/05/03):
1. não exista produto similar fabricado no País; (efeitos de 04/03/98 a 28/12/99)
2. a importação seja beneficiada com isenção ou alíquota reduzida a zero do IPI e do Imposto sobre a Importação; (sem efeito)
3. os bens se destinem à implantação ou ampliação da planta de produção, inclusive sua automação; (efeitos de 04/03/98 a 06/05/03)
4. haja prévio reconhecimento do regime de diferimento, em cada caso, através de requerimento do interessado dirigido ao Diretor de Tributação da Secretaria da Fazenda, em que se comprove o preenchimento das condições dispostas nos itens anteriores; (efeitos de 04/03/98 a 22/11/02)
b) a comprovação da ausência de similaridade aludida no item 1 da alínea anterior deverá ser feita através de laudo emitido por entidade representativa do setor, de abrangência nacional, ou por órgão federal especializado; (efeitos de 04/03/98 a 23/02/00)
c) o interessado deverá firmar declaração no sentido de que os bens se destinam a utilização exclusiva na implantação, ampliação ou automação da planta de produção, conforme o caso. (efeitos de 04/03/98 a 06/05/03)"

XLIX - nas saídas internas de lagosta efetuadas por pescadores com destino a estabelecimento industrial, beneficiador ou exportador, para o momento em que ocorrer a saída:

Nota: o inciso XLIX foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

a) dos produtos resultantes da industrialização ou beneficiamento;

b) da mercadoria para o exterior;

L - a partir de 01/08/98, nas saídas internas de mandioca com destino a estabelecimento industrial ou beneficiador, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização ou beneficiamento.

Nota: O inciso L foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

LI - nas sucessivas saídas de quartzo, para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;

Nota: A redação atual do inciso LI do art. 343 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao inciso LI, tenso sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"LI - nas sucessivas saídas de quartzo, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do industrializador;

LII - nas saídas de melaço e mel rico, observado o disposto no inciso II do art. 468.

Nota: O inciso LII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/98.

LIII - nas saídas de fumo em folhas "in natura", para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;

Nota: O inciso LIII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

LIV - na entradas no estabelecimento do importador, desde que as importações sejam efetuadas por portos e aeroportos deste Estado, e nas saídas internas de minério de cromo, para o momento em que ocorrer sua saída para outra unidade da Federação ou para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Nota: O inciso LIV foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

LV - nas saídas de embalagens, efetuadas por estabelecimento fabricante desses produtos, com destino a empresas exportadoras, para o momento em que ocorrer a saída para o exterior dos produtos acondicionados com as referidas embalagens;

Nota: O inciso LV foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

LVI - nas saídas de mel, cera, própolis e demais produtos da colmeia efetuadas por produtor, para o momento em que ocorrer a saída subseqüente ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Nota: O inciso LVI foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

LVII - de 01/01/00 até 31/03/00, nas entradas, do exterior, de fornos crematórios destinados a incorporação ao ativo imobilizado do contribuinte importador, para o momento da desincorporação, desde que a importação tenha sido efetuada por entidades filantrópicas sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública.

Nota: O inciso LVII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

LVIII - nos recebimentos, do exterior, dos insumos abaixo indicados, quando importados por estabelecimento industrial para serem utilizados na fabricação de seus produtos, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização:

Nota: O inciso LVIII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

a) papel/cartão kraft, 150>p<225 g/m² - NCM 48044900;

b) melamina - NCM 29336100;

c) acetoguanamina - NCM 29336919;

d) outras embalagens - NCM 48195000;

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso LVIII do art. 343 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

LIX - nas sucessivas saídas de água, gás natural e biogás a serem utilizados em processo de produção de energia elétrica em usinas termoelétricas, para o momento em que ocorrer a saída da energia elétrica gerada, do estabelecimento gerador ou de concessionário ou permissionário de serviços públicos de distribuição para consumidor final.

Nota: A redação atual do inciso LIX do art. 343 foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao inciso LIX, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"LIX - nas sucessivas saídas de água e gás natural a serem utilizados em processo de produção de energia elétrica em usinas termoelétricas, para o momento em que ocorrer a saída da energia elétrica gerada, do estabelecimento gerador ou de concessionário ou permissionário de serviços públicos de distribuição para consumidor final."

LX - o lançamento do imposto incidente nas sucessivas operações internas com energia elétrica fica diferido para o momento em que ocorrer sua saída para o consumidor final.

Nota: O inciso LX foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

LXI - nas saídas internas de parafina macrocristalina e microcristalina, classificadas na posição NBM/SH sob os códigos 2712.90.00 e 2712.20.00, promovidas por refinaria de petróleo, destinadas a estabelecimentos industriais para produção de parafinas em lentilha, em pó, em tabletes ou aditivadas, para o momento que ocorrer a saída destes produtos.

Nota: O inciso LXI foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

LXII - nas saídas internas de pasta e manteiga de cacau, classificadas nos códigos 1803 e 1804 da NBM/SH, quando destinadas a estabelecimentos industriais para produção de chocolates e achocolatados, para o momento em que ocorrer a saída desses produtos;

Nota: O inciso LXII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

LXIII - nas sucessivas saídas internas de peixes e camarões com destino a estabelecimento beneficiador ou industrial, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes do beneficiamento ou da industrialização;

Nota: O inciso LXIII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

LXIV - nas entradas decorrentes de importação do exterior das seguintes mercadorias, efetuadas por estabelecimentos industriais, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização:

Nota: **A redação atual da parte inicial do inciso LXIV do art. 343 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).**

Redação anterior dada a parte inicial do inciso LXIV, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02):
"LXIV - até 31/12/03, nas entradas decorrentes de importação do exterior das seguintes mercadorias, efetuadas por estabelecimentos industriais, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização:"

a) pigmentos à base de dióxido de titânio – NBM/SH 3206.11.19;

b) litopônio - NBM/SH 3206.42.10;

c) sulfeto de zinco – NBM/SH 2830.20.00.

LXV - nas entradas decorrentes de importação do exterior de acetona (propanona), classificada na posição NCM sob o código 2914.11.00, destinadas a estabelecimento industrial de contribuinte que tiver obtido

aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;

Nota: A redação atual do inciso LXV do art. 343 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anteior dada ao inciso LXV, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"LXV - nas entradas decorrentes de importação do exterior de propanona, classificada na posição NBM/SH sob o código 2914.50.90, efetuadas por estabelecimentos industriais, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;"

LXVI - nas saídas internas de trigo em grão, efetuadas por produtor rural, com destino a contribuinte industrial moageiro, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento destinatário.

Nota: O inciso LXVI foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

LXVII – nas operações internas com óleo bruto de algodão, destinadas a estabelecimentos de contribuintes industriais, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Nota: O inciso LXVII foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

LXVIII - nas saídas internas das mercadorias a seguir indicadas, efetuadas pelo fabricante, destinadas à produção de negro de fumo em estabelecimento de contribuinte que tiver obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto industrializado:

Nota: O inciso LXVIII foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

a) outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, constantes da posição NCM 2710.19.99;

b) óleos e outros produtos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha a altas temperaturas e produtos análogos em que os constituintes aromáticos predominem, em peso, relativamente aos constituintes não aromáticos, constantes da posição NCM 2707.50.00 e 2707.99.00;

c) breu – NCM 2708.10.00;

LXIX - nas entradas decorrentes de importação do exterior e nas saídas internas das mercadorias a seguir indicadas, destinadas a produção de ácidos e álcoois graxos em estabelecimentos industriais de contribuintes que tiverem obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto industrializado:

Nota: O inciso LXIX foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de

14/02/05. DOE de 15/02/05).

a) outros óleos de palma – NCM 1511.90.00;

b) óleo de coco – NCM 1513.1;

c) óleo em bruto de amêndoa de palma – NCM 1513.21.10;

d) outros óleos de amêndoa de palma – NCM 1513.29.10;

§ 1º Tratando-se de contribuinte habilitado a operar no regime de diferimento, quando desenvolver, concomitantemente, atividade de industrialização e de exportação para o exterior, poderá fazer a opção pelo encerramento do diferimento no momento da saída para exportação.

Nota: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), tendo sido acrescentado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

§ 2º Revogado.

Nota: O § 2º do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 04/02/03.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 343 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 29/12/01 a 03/02/03:
"§ 2º Fica diferido o lançamento e o pagamento do ICMS referente às prestações de serviços de transporte intermunicipal sempre que o lançamento do imposto relativo à respectiva operação mercantil for diferido, para o momento em que se encerrar o diferimento do imposto relativo à operação com a mesma mercadoria ou com o produto dela resultante, ficando o imposto relativo à prestação incorporado ao débito da operação."

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 28/12/01:
"§ 2º Salvo nas operações com gado, fica diferido o lançamento e o pagamento do ICMS referente às prestações de serviços de transporte intermunicipal sempre que o lançamento do imposto relativo à operação mercantil for diferido, para o momento em que se encerrar o diferimento do imposto relativo à operação com a mesma mercadoria ou com o produto dela resultante, ficando o imposto relativo à prestação incorporado ao débito da operação."

§ 3º O diferimento de que trata o inciso XLVIII se aplica, inclusive, às empresas geradoras de energia elétrica e estende-se às operações realizadas por empresas contratadas para construção e montagem de Unidades Termoelétricas (UTE), bem como às saídas internas por elas realizadas, desde que os bens tenham como destino final o ativo imobilizado do contribuinte contratante.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 343 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).
"§ 3º O diferimento de trata o inciso XLVIII se aplica inclusive às empresas geradoras de energia

elétrica."

§ 4° Revogado

Nota: O § 4º do art. 343 foi revogado pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02):
"§ 4º Será dispensado o reconhecimento de que trata o item 4 da alínea "a", do inciso XLVIII quando o contribuinte tiver obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal ou financeiro concedido por este Estado, desde que esta aprovação esteja vinculada a projeto de implantação ou ampliação da planta de produção."

§ 5º O diferimento com os produtos de que trata o inciso LXI se aplica, também, às seguintes operações realizadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), desde que tenha obtido regime especial:

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 343 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

I - nas aquisições internas junto a refinaria de petróleo para atendimento aos contratos de fornecimento previstos no inciso seguinte;

II - nas saídas internas destinadas a estabelecimento industrial para produção de parafinas em lentilha, em pó, em tabletes ou aditivadas, vinculadas a contratos para fornecimento regular dos produtos, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização.

SUBSEÇÃO III
Da Habilitação para Operar no Regime de Diferimento

Art. 344. Nas operações com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, além dos demais requisitos previstos relativamente a cada espécie de produto, a fruição do benefício é condicionada a que o adquirente ou destinatário requeira e obtenha, previamente, sua habilitação para operar nesse regime, perante a repartição fiscal do seu domicílio tributário.

§ 1º São dispensados da habilitação prevista neste artigo:

I - a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);

II - a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS);

III - os destinatários:

a) das refeições de que cuida o inciso XVIII do art. 343;

b) de ar comprimido, vapor d'água e água clarificada, desmineralizada ou potável, de que cuida o inciso XIX do art. 343;

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso III, do § 1º do art. 344 foi revogada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária, efeitos até 27/12/01:
"c) das mercadorias de que cuida o inciso XXXVIII do art. 343;"

d) das mercadorias de que cuida o § 6º do art. 573;

IV - os produtores rurais não equiparados a comerciantes ou a industriais;

Nota: A redação atual do inciso IV, do § 1º do art. 344 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"*IV - os produtores rurais pecuaristas não equiparados a comerciantes ou a industriais;*".

V - os executores de industrialização ou beneficiamento por encomenda e os prestadores de serviços de conserto ou similares, nos termos dos arts. 617 e 629, exceto se envolverem mercadorias enquadradas no regime de diferimento;

VI - os adquirentes ou destinatários de óleo degomado, de que cuida o inciso XXI do art. 343;

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao § 1º do art. 344 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VII - os adquirentes ou destinatários de álcool etílico anidro para fins carburantes, nas hipóteses do art. 511;

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao § 1º do art. 344 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

VIII - os adquirentes ou destinatários dos insumos agropecuários de que cuida o inciso XLIII do art. 343.

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao § 1º do art. 344 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

IX - revogado;

Nota: O inciso IX, do § 1º do art. 344 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso IX, tendo sido acrescentado ao § 1º do art. 344 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98):
"*IX - a partir de 17/10/97, os adquirentes ou destinatários dos produtos de que cuida o inciso XLII do art. 343;*".

X - os adquirentes ou destinatários dos produtos de que cuida o inciso L do art. 343.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao § 1º do art. 344 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

XI - os importadores dos bens de cuida o inciso XLVIII do artigo anterior.

Nota: O inciso XI foi acrescentado ao § 1º do art. 343 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

XII - o adquirente ou destinatário de gado bovino, bufalino e suíno em pé e de aves vivas de que cuida o inciso II do art. 343.

Nota: A redação atual do inciso XII, do § 1º do art. 344 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso XII, tendo sido acrescentado ao § 1º do. 334 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:
"XII - o adquirente ou destinatário de aves vivas de que cuida o inciso II do art. 343.".

§ 2º Excetuada a hipótese prevista no inciso XLVIII do artigo anterior, somente haverá diferimento do lançamento do imposto quando o adquirente ou destinatário for inscrito na condição de contribuinte normal ou esteja expressamente dispensado da habilitação, sendo que:

Nota: **A redação atual da parte inicial do § 2º do art. 344 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada a parte inicial do § 2º do art. 344 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 06/05/03:
"§ 2º Excetuada a hipótese prevista no inciso XLVIII do artigo anterior, não haverá diferimento do lançamento do imposto quando o adquirente ou destinatário não for inscrito na condição de contribuinte normal, sendo que:"

Redação anterior dada a parte inicial do § 2º do art. 344 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*§ 2º Não haverá diferimento do lançamento do imposto quando o adquirente ou destinatário não for inscrito na condição de contribuinte normal, sendo que.*".

Redação originária:
"§ 2º Somente poderá ser habilitado para operar no regime de diferimento, na condição de adquirente ou destinário, o estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal."

I - esse requisito será observado pela repartição fazendária no ato da concessão da habilitação;

II - se o adquirente ou destinatário for dispensado de habilitação, o pagamento do imposto será feito em atendimento ao disposto no art. 348.

§ 3º Nos casos de devolução ou retorno de mercadorias, a exigência de habilitação será feita em função do

adquirente ou destinatário do início da operação, não da pessoa a quem sejam destinadas em devolução ou retorno.

Art. 345. O Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento será expedido pela Inspetoria Fazendária do domicílio tributário do interessado, à vista de requerimento formulado pelo interessado.

Nota: A redação atual da parte inicial do art. 345 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03).

Redação anterior dada a parte inicial do art. 345 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99:
"Art. 345. O Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento será expedido pela Gerência de Informações Econômico-Fiscais da Secretaria da Fazenda, à vista de requerimento formulado através da Inspetoria Fazendária do domicílio tributário do interessado, sendo igualmente por esta repartição feita a entrega do referido instrumento de habilitação ao contribuinte."

§ 1º O número do Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento deverá constar, obrigatoriamente, em todos os documentos fiscais emitidos para dar curso ao produto até o estabelecimento destinatário.

§ 2º A habilitação será cancelada a qualquer tempo, se for constatada grave irregularidade praticada pelo contribuinte, em proveito próprio ou de terceiro, prevalecendo-se daquela habilitação.

§ 3º Não será concedida habilitação para operar no regime de diferimento a contribuinte que se encontrar em débito para com a fazenda pública estadual, inscrito em Dívida Ativa, enquanto não proceder à extinção da dívida, salvo nos casos de débitos parcelados que estejam sendo pontualmente pagos.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 345 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"§ 3º Não será concedida habilitação para operar no regime de diferimento a contribuinte que se encontrar em débito para com a fazenda pública estadual, salvo no casos de débitos parcelados que estejam sendo pontualmente pagos."

SUBSEÇÃO IV
Das Operações Realizadas com Diferimento do Lançamento do Imposto, dos Documentos Fiscais e da Escrituração

Art. 346. Salvo disposição regulamentar em contrário, as operações com mercadorias enquadradas no regime de diferimento deverão ser realizadas com emissão do documento fiscal próprio.

§ 1º No documento fiscal a que alude este artigo, além das demais indicações exigidas, constarão, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", o número da habilitação do destinatário e a expressão "ICMS diferido - art. 343 do RICMS-BA".

§ 2º Não é permitido o destaque do imposto nos documentos fiscais relativos a operações beneficiadas com o regime de diferimento.

§ 3º Os documentos fiscais referidos no parágrafo anterior serão lançados no Registro de Saídas do remetente e no Registro de Entradas do destinatário sem débito e sem crédito do imposto,

respectivamente, com utilização das colunas "Valor Contábil" e "Outras".

SUBSEÇÃO V
Do Lançamento do Imposto nas Operações com Mercadorias Enquadradas no Regime de Diferimento

Art. 347. O ICMS será lançado pelo responsável:

I - uma vez ocorrido o momento previsto como termo final do diferimento, ainda que a operação que encerrar o diferimento seja isenta ou não tributada;

II - sempre que a saída da mercadoria for efetuada em circunstâncias em que não seja possível a adoção do diferimento, como nas seguintes hipóteses:

a) saída de mercadoria para outra unidade da Federação ou para o exterior;

b) saída de mercadoria em decorrência de negócio cuja natureza ou características não correspondam às hipóteses regulamentares que autorizem o benefício, pelo não-preenchimento de alguma condição, inclusive por não estar o destinatário habilitado a operar no regime de diferimento, ou no caso de saída para consumidor ou usuário final;

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso II do art. 347 foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/04:
"c) saída de gado para abate ou industrialização em estabelecimento próprio ou de terceiro, por conta e ordem do remetente;"

III - sempre que se verificar qualquer fato que impossibilite a efetivação da operação ou evento futuro previsto como termo final do diferimento, tais como:

a) a hipótese de a mercadoria vir a ser destinada a uso, consumo ou ativo permanente do adquirente ou destinatário que a tiver recebido com diferimento do imposto, ou a emprego em objeto alheio às suas atividades;

b) a ocorrência de furto, roubo, perecimento, sinistro ou desaparecimento da mercadoria objeto do benefício.

§ 1º Salvo disposição em contrário, caracteriza-se, também, como momento do lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido a entrega simbólica a destinatário de outra unidade da Federação de mercadoria depositada em armazém geral situado no território baiano.

§ 2º Nas hipóteses em que o termo final do diferimento corresponda à operação de saída amparada por isenção ou não incidência, caberá ao contribuinte que promover esta saída efetuar o lançamento do imposto até então diferido, cuja base de cálculo eqüivalerá ao preço de aquisição da mercadoria entrada no estabelecimento, incluídas as despesas acessórias, ressalvada a hipótese do parágrafo seguinte.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 347 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"§ 2º Nas hipóteses em que o lançamento do imposto seja diferido para o momento da saída do produto resultante da industrialização, se a saída que puser termo ao diferimento ocorrer com isenção ou não-

incidência, o estabelecimento industrializador deverá efetuar o lançamento do imposto até então diferido, sendo que o cálculo do valor a pagar será feito em função do imposto que deixou de ser pago sobre o preço de aquisição da mercadoria em decorrência do diferimento, incluídas as despesas de transporte e demais despesas acessórias, ressalvada a hipótese do parágrafo seguinte.".

§ 3º É dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, relativamente às entradas:

I - quando o termo final do diferimento for o momento da saída subseqüente da mercadoria ou do produto dela resultante, no caso de:

a) mercadoria que venha a ser exportada para o exterior com observância dos arts. 581, 582 e 583;

b) mercadoria destinada a utilização como matéria-prima ou qualquer outro insumo a ser empregado diretamente na fabricação de produtos industrializados que venham a ser exportados para o exterior com não-incidência do imposto, nos termos dos arts. 581, 582 e 583;

c) insumo empregado na fabricação de produto cuja operação de saída venha a ocorrer com isenção ou não-incidência, nas hipóteses em que houver expressa autorização de manutenção do crédito, no caso de a industrialização ser feita por conta do estabelecimento industrializador adquirente dos produtos com diferimento;

II - de leite no estabelecimento, nas hipóteses do § 1º do art. 466;

III - de cana-de-açúcar, observado o disposto no art. 469;

IV - de óleo degomado, nos termos do inciso XXI do art. 343, quando a saída dos animais ou das rações for isenta ou não tributada;

V - das mercadorias ou das matérias-primas empregadas na fabricação das mercadorias que venham a ser doadas ao Governo do Estado com a isenção de que cuida o inciso VI do art. 18, enquanto perdurar aquele benefício (Conv. ICMS 82/95);

VI - de mercadorias em estabelecimento de produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, em caso de perecimento ou sinistro;

VII - de mandioca, nos termos do inciso L do art. 343, quando da saída subseqüente do produto dela resultante for isenta.

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao § 3º do art. 347 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

VIII - de bens destinados ao ativo imobilizado de que cuida o inciso XLVIII do art. 343, se a desincorporação dos referidos bens ocorrer após dois anos de seu uso no estabelecimento;

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao § 3º do art. 347 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

IX - revogado

Nota: O inciso IX, do § 3º do art. 347 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de

23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "a", do inciso IX, do § 3º do art. 347 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/07/01 a 31/01/04:
"2 - Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor, salvo nas operações com aves vivas, quando amparadas pelo regime de diferimento ou pela suspensão da incidência do imposto;"

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso IX, do § 3º do art. 347, pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01):
"a) as mercadorias circulem acompanhadas da respectiva: (efeitos de 08/02/01 a 31/01/04)
1 - Guia de Trânsito Animal (GTA); (efeitos de 08/02/01 a 31/01/04)
2 - Nota Fiscal, salvo nas operações amparadas pelo regime de diferimento ou pela suspensão da incidência do imposto;" (efeitos de 08/02/01 a 30/06/01)

Redação anterior dada ao inciso IX tendo sido acrescentado ao § 3º do art. 347 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00):
"*IX - de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé destinados ao abate, neste Estado, em estabelecimento que esteja submetido à inspeção sanitária estadual ou federal e cumpra as exigências relativas à legislação específica, desde que:" (efeitos de 01/01/01 até 31/01/04)*
a) as mercadorias circulem acompanhadas das respectivas Guia de Trânsito Animal (GTA) e Nota Fiscal;
b) o abatedouro mantenha à disposição da fiscalização tributária estadual:
1 - os demonstrativos mensais de abate, com discriminação das quantidades totais, por conta própria, por conta e ordem de terceiros;
2 - as cópias das Guias de Trânsito Animal (GTA), emitidas pelo órgão competente da SEAGRI, dos animais recebidos para abate;
3 - os laudos de inspeção sanitária do gado abatido, expedido pelo setor competente da SEAGRI ou do Ministério da Agricultura e Abastecimento."

X - quando o termo final do diferimento for o momento da saída subseqüente de aves e gado bovino, bufalino e suíno para abate nas situações previstas no inciso II do § 5º do art. 353.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao § 3º do art. 347 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

XI - quando o termo final do diferimento for o momento da saída subseqüente de mercadoria cuja operação ocorra com redução de base de cálculo, nas hipóteses em que houver expressa autorização de manutenção do crédito;

Nota: O inciso XI foi acrescentado ao § 3º do art. 347 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

§ 4º A base de cálculo do imposto, nas operações que ponham termo ao regime de diferimento, é a prevista no art. 65.

§ 5º Nas operações realizadas fora do estabelecimento com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, observar-se-á o disposto no art. 420.

§ 6º É dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, relativamente às sucessivas saídas, dentro do Estado, de insumos agropecuários, na forma do inciso XLIII do art. 343.

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 347 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

§ 7º Relativamente às hipóteses dos incisos XLIV e XLV do art. 343, enquanto perdurar o tratamento fiscal ali disciplinado, os estabelecimentos fabricantes de artigos de borracha para uso médico-cirúrgico, pessoal e doméstico (código de atividade 18.51-6), nas saídas de produtos em cuja industrialização sejam aplicadas mercadorias recebidas com diferimento do lançamento do imposto em decorrência do tratamento fiscal previsto nos aludidos incisos, poderão utilizar como crédito fiscal o valor do imposto destacado no documento fiscal correspondente às saídas, sob a condição de que não sejam utilizados os créditos fiscais relativos à aquisição de outros insumos destinados a emprego na fabricação dos produtos contemplados com o benefício de que cuida este parágrafo.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 347 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98). Esta matéria era anteriormente tratada pelo Decreto nº 6360/97.

§ 8º Na hipótese do subitem 6.1 da alínea "a" do inciso III do art. 125, será observado o seguinte:

Nota: A redação atual do § 8º do art. 347 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao § 8º, tendo sido acrescentado ao art. 347 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"§ 8º Na hipótese do inciso IX do § 3º, será observado o seguinte:"
I - caberá à SEAGRI informar à Secretaria da Fazenda, quando o abatedor deixar de cumprir disposições relativas à legislação sanitária;
II - a emissão de Nota Fiscal Avulsa fica condicionada à apresentação da Guia de Trânsito Animal (GTA) referente ao gado a ser abatido, hipótese em que será consignado no referido documento fiscal o número da GTA correspondente.

I - as mercadorias devem circular acompanhadas da respectiva Guia de Trânsito Animal (GTA), cujo número deverá estar consignado no documento fiscal;

II - a SEAGRI informará à Secretaria da Fazenda, quando o abatedor deixar de cumprir disposições relativas à legislação sanitária.

SUBSEÇÃO VI
Dos Prazos ou Momentos do Recolhimento do Imposto Cujo Lançamento Tenha Sido Diferido, do Direito ao Crédito e da Escrituração Fiscal

Art. 348. O contribuinte em cujo estabelecimento ocorrer qualquer das situações previstas no artigo anterior efetuará o recolhimento do imposto por ele lançado, inclusive o correspondente às operações anteriores, na condição de responsável por substituição.

§ 1º O ICMS será pago:

I - no momento da saída das mercadorias enquadradas no regime de diferimento, ainda que beneficiadas, nas situações em que não for possível a adoção do diferimento, observado o seguinte:

a) o documento fiscal será emitido com destaque do imposto, devendo a ele ser anexado, para acobertar o transporte das mercadorias, o correspondente documento de arrecadação;

b) para cumprimento da exigência prevista na alínea anterior, se o estabelecimento remetente dispuser de crédito fiscal e pretender dele fazer uso naquela operação:

1 - deverá o contribuinte requerer à Inspetoria Fazendária do seu domicílio tributário a expedição de Certificado de Crédito do ICMS, indicando o valor a ser utilizado e o fim a que se destina;

Nota: A redação atual do item 1, do inciso I, do § 1º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

2 - o Inspetor Fazendário, à vista do requerimento do contribuinte, autorizará a expedição do Certificado de Crédito do ICMS, posteriormente à emissão do Controle de Crédito do ICMS, documento interno da repartição (art. 961);

Nota: A redação atual do item 2, do inciso I, do § 1º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

3 - na documentação fiscal que acobertar o transporte das mercadorias, será feita referência ao número do Certificado de Crédito do ICMS, à qual será este anexado;

c) Revogada.

Nota: A alínea "c" do inciso I do § 1º do art. 348 foi revogada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação originária:
"c) tratando-se de produtor rural ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais ou de pessoa que não mantenha escrituração fiscal, se dispuser de créditos fiscais relativos a aquisições de mercadorias, insumos ou serviços a elas correspondentes, os documentos fiscais serão exibidos à repartição fazendária para emissão de Certificado de Crédito do ICMS, a fim de se proceder à compensação com o imposto devido, devendo na documentação que acobertar o transporte ser feita referência ao número do Certificado de Crédito, à qual será este anexado (art. 961);

II - no mês seguinte ao da saída das mercadorias, no mesmo prazo previsto para o recolhimento do imposto relativo às operações próprias, com o qual se confunde, quando o termo final do diferimento for a saída subseqüente das mercadorias ou dos produtos resultantes da industrialização realizada por conta do estabelecimento adquirente;

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*II - no mês subseqüente ao da saída das mercadorias, no mesmo prazo previsto para o recolhimento do imposto relativo à operação tributada realizada pelo responsável em função da qual, como contribuinte, for devedor por responsabilidade original, com o qual se confunde o imposto cujo lançamento tenha sido diferido, quando o termo final do diferimento for a saída dos produtos resultantes da industrialização das mercadorias cujo imposto se achava diferido, no caso de a industrialização ser feita por conta do estabelecimento industrializador adquirente dos produtos com diferimento;*".

III - no mês seguinte, no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, porém mediante documento de arrecadação distinto, quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento do responsável;

IV - até o dia 9 do mês subseqüente ao fato ou ocorrência que houver impossibilitado a efetivação da operação ou evento futuro previsto como termo final do diferimento.

V - até o décimo dia do segundo mês subseqüente ao mês do recebimento, nas hipóteses do inciso LXVI do art. 343.

Nota: O inciso V foi acrescentado ao § 1º do art. 348 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

§ 2º Revogado

Nota: O § 2º do art. 348 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada às alínea "b" e "c", do inciso I e ao incios II do § 2º do art. 348 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º do artigo 446, nas operações com aves e gado, observar-se-á, especialmente, o seguinte:
I - tratando-se de aves vivas e gado bovino e bufalino em pé, o recolhimento do imposto será feito:
(...)
b) no momento da saída de aves vivas e de gado bovino ou bufalino em pé, uma vez encerrada a fase de diferimento ou quando não for possível a adoção do regime de diferimento, não sendo o remetente inscrito na condição de contribuinte normal;
c) no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, devido pelo responsável, com o qual se confunde o imposto cujo lançamento tenha sido diferido, quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento, para abate ou industrialização por conta do destinatário, adotando-se como base de cálculo a pauta fiscal, se houver;"
II - tratando-se de gado suíno, eqüino, asinino ou muar em pé, o recolhimento do imposto será feito:"

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso I, do § 2º do art. 348 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 31/01/00:
"*c) no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, devido pelo responsável, com o qual se confunde o imposto cujo lançamento tenha sido diferido, quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento, para abate ou industrialização por conta do destinatário, adotando-se como base de cálculo a pauta fiscal;*"

Redação originária:
"§ 2º Nas operações com gado, observar-se-á, especialmente, o seguinte: (efeitos até 31/12/00)
I - tratando-se de gado bovino e bufalino em pé, o recolhimento do imposto será feito: (efeitos até 31/12/00)
a) no prazo previsto para o pagamento do imposto devido pelas operações próprias do contribuinte, no caso de produtor inscrito na condição de contribuinte normal, equiparado a comerciante ou a industrial, estando habilitado a operar no regime de diferimento, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto for a ele atribuída, nas hipóteses do inciso II do art. 347 (§ 3º, VI, do presente artigo); (efeitos até 31/12/00)
b) no momento da saída do gado bovino ou bufalino em pé, uma vez encerrada a fase de diferimento ou quando não for possível a adoção do regime de diferimento, não sendo o remetente inscrito na condição de contribuinte normal; (efeitos até 31/12/00)
c) no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, devido pelo responsável, com o qual se confunde o imposto cujo lançamento tenha sido diferido, quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento, para abate ou industrialização por conta do destinatário; (efeitos até 03/03/98)
II - tratando-se de gado suíno, ovino, caprino, eqüino, asinino e muar em pé, o recolhimento do imposto será feito: (efeitos até 31/12/00)
a) no momento da saída das mercadorias, uma vez encerrada a fase de diferimento ou quando não for possível a adoção do diferimento, nas hipóteses em que a responsabilidade pelo pagamento do imposto for atribuída ao remetente, nos termos do inciso II do art. 347;
b) no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, devido pelo responsável, com o qual se confunde o imposto cujo lançamento tenha sido diferido, quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento, para abate ou industrialização por conta do destinatário."

§ 3º O pagamento antecipado previsto no inciso I do § 1º não se aplica às operações a seguir indicadas, hipótese em que o ICMS será recolhido no prazo previsto para o pagamento do imposto relativo às operações próprias do responsável:

Nota: **A redação atual do § 3º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).**

Redação originária:
."§ 3º O pagamento antecipado previsto no inciso I do § 1º não se aplica às operações com tributação do imposto a seguir indicadas, quando não for possível adotar o diferimento, relativamente às quais o ICMS será recolhido no prazo previsto para o pagamento do imposto relativo às operações próprias do responsável:".

I - revogado.

Nota: **O I do § 3º do art. 348 foi revogado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).**

Redação originária:
"I - operações de saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, nas hipóteses do art. 466;"

II - revogado;

Nota: O inciso II, do § 3º do art. 348 foi revogado pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 3º do art. 348 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*II - operações de saídas de algodão em pluma (art. 343, X);*".

Redação originária:
"II - operações de saídas de algodão em pluma, nas hipóteses da alínea "b" do inciso X do art. 343;"

III - operações de saídas de soja em grãos e de óleo degomado, nas hipóteses da alínea "d" do inciso IX e do inciso XXI do art. 343, respectivamente;

Nota: A redação atual do inciso III, do § 3º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"*III - operações de saídas de óleo degomado, nas hipóteses do inciso XXI do art. 343;*".

IV - operações de saídas de madeira em estado bruto, nas hipóteses do inciso XXV do art. 343;

V - operações de saídas de nafta;

Nota: A redação atual do inciso V, do § 3º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"V - operações de importação de nafta, nas hipóteses do inciso XXXIII do art. 343;"

VI - revogado

Nota: O inciso VI do § 3º do art. 348 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao inciso VI, do § 3º do art. 348 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"VI - operações com aves e gado bovino e bufalino, nos termos da alínea "a" do inciso I do parágrafo anterior;"

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*VI - operações com gado bovino e bufalino, nos termos da alínea "a" do inciso I do parágrafo anterior;"*

VII - operações de saídas de cianeto de sódio, nas hipóteses do inciso XLI do art. 343;

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao § 3º do art. 348 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VIII - operações com outros produtos, quando autorizado pelo Inspetor Fazendário do domicílio fiscal do contribuinte;

Nota: A redação atual do inciso VIII do § 3º do art. 348 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anteior dada ao inciso VIII, do § 3º do art. 348 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 17/05/05:
"VIII - operações com outros produtos, quando autorizado pelo Inspetor Fazendário do domicílio fiscal do contribuinte, observado o disposto no § 6º do art 125;"

Redação anterior dada ao inciso VIII, do § 3º do art. 348 pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos de 12/09/00 a 31/12/02:
"VIII - operações com outros produtos, quando autorizada a adoção de regime especial de pagamento."

O inciso VII foi renumerado para inciso VIII pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"VIII - operações com produtos enquadrados no regime de diferimento em relação aos quais tiver sido concedido ao interessado regime especial para pagamento do imposto cujo lançamento seja diferido.".

IX - operações de saídas de parafina macrocristalina e microcristalina.

Nota: O inciso IX foi acrescentado ao § 3º do art. 348 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

X - operações de saídas de trigo em grão.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao § 3º do art. 348 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

XI - operações de saídas de pescados.

Nota: O XI foi acrescentado ao § 3º do art. 348 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

§ 3º-A Nas operações internas com leite fresco, pasteurizado ou não, quando encerrado o diferimento ou não sendo possível sua aplicação, fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto.

Nota: O § 3º-A foi acrescentado ao art. 348 pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).

§ 4º Na escrituração fiscal das operações de que cuida este artigo, além das demais exigências regulamentares, observar-se-á, especialmente, o seguinte:

I - quando o imposto for pago no momento da saída das mercadorias:

a) o documento fiscal será lançado normalmente no Registro de Saídas, com débito do imposto, anotando-se na coluna "Observações" o número do documento de arrecadação correspondente;

b) o lançamento será transcrito no Registro de Apuração do ICMS, devendo o contribuinte abater do saldo devedor a recolher, ou acrescentar ao saldo credor a transportar para o período seguinte, o valor constante no documento de arrecadação relativo ao imposto recolhido antecipadamente, fazendo as observações cabíveis;

II - se, para pagamento do imposto no momento da saída das mercadorias, a quitação do débito for feita mediante emissão de Certificado de Crédito do ICMS pela repartição fiscal:

a) o contribuinte deverá escriturar a Nota Fiscal no Registro de Saídas, normalmente, com débito do imposto, anotando, na coluna "Observações", o número do Certificado de Crédito do ICMS e o respectivo valor;

b) o lançamento será transcrito no Registro de Apuração do ICMS, devendo o contribuinte abater do saldo devedor a recolher, ou acrescentar ao saldo credor a transportar para o período seguinte, o valor constante no Certificado de Crédito do ICMS, fazendo as observações cabíveis;

III - quando o termo final do diferimento for a entrada da mercadoria no estabelecimento do responsável, o documento fiscal será escriturado normalmente no Registro de Entradas, no período da aquisição ou da entrada da mercadoria no estabelecimento, podendo o responsável utilizar o crédito fiscal, quando admitido;

IV - na hipótese de qualquer ocorrência que impossibilite a efetivação da operação ou evento futuro previsto como termo final do diferimento, o documento fiscal emitido para documentar o fato será lançado normalmente no Registro de Saídas, com débito do imposto, vedado o crédito fiscal relativo ao imposto pago;

V - revogado

Nota: O inciso V do § 4º do art. 348 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao *caput* do inciso V, do § 4º do art. 348 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"V - nas operações com aves e gado, se o produtor for inscrito na condição de contribuinte normal, sendo o imposto pago:"

Redação originária:
"*V - nas operações com gado, se o produtor for inscrito na condição de contribuinte normal, sendo o imposto pago: (efeitos até 31/12/00)*
a) no momento da saída do gado, a escrituração será feita na forma prevista nos incisos I ou II deste parágrafo, conforme o caso; (efeitos até 31/01/04)
b) no prazo previsto para o pagamento do ICMS relativo às operações próprias, caso em que o imposto cujo lançamento tenha sido diferido se confunde com o relativo à operação de saída tributada, a escrituração do Registro de Saídas será feita normalmente, não podendo o responsável utilizar como crédito fiscal o imposto recolhido. (efeitos até 31/01/04)"

§ 5º Nas operações realizadas fora do estabelecimento com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, observar-se-á o disposto no art. 420.

§ 6º O pagamento antecipado previsto no inciso I do § 1º não se aplica às operações de saídas interestaduais com leite fresco destinadas à indústria de laticínios ou cooperativas estabelecidas no Estado do Espírito Santo, hipótese em que a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS fica atribuída ao estabelecimento de destino, sendo que:

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 348 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

I - o estabelecimento destinatário deverá estar autorizado mediante regime especial concedido pelo Estado da Bahia, homologado junto à Seceretaria de Fazenda do Estado de destino; e

II - o imposto deverá ser recolhido através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, em Banco Comercial Estadual, integrante do Sistema ASBACE (Associação de Bancos Comerciais Estaduais), até o décimo dia subseqüente ao encerramento do período decendial em que tiverem ocorrido as entradas do produto no estabelecimento, em favor do Estado da Bahia.

SUBSEÇÃO VII
Do Responsável por Substituição pelo Imposto Cujo Lançamento Seja Diferido

Art. 349. A responsabilidade tributária por substituição relativa ao imposto cujo lançamento seja diferido, correspondente às operações ou prestações antecedentes, é atribuída ao contribuinte em cujo estabelecimento ocorrer a operação, evento, fato ou circunstância que encerre a fase do diferimento.

SUBSEÇÃO VIII
Da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD)

Art. 350. Os contribuintes habilitados a operar no regime de diferimento deverão apresentar, até o dia 20 do mês subseqüente ao das operações referentes a mercadorias com ICMS diferido, o documento Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD), Anexo 83.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 350 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"Art. 350. Os contribuintes habilitados a operar no regime de diferimento deverão apresentar, até o dia 10 do mês subseqüente ao das operações referentes a mercadorias com ICMS diferido, o documento Declaração da Movimentação deProdutosc, ICMS DIferido (DMD), ANexo 83."

§ 1º A DMD será preenchida por produto e os valores informados deverão constituir-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS.

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 350 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*§ 1º Na apresentação da DMD, adotar-se-á a seguinte orientação:"*

I - revogado

Nota: O inciso I, do § 1º do art. 350 foi revogado pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*I - a DMD será preenchida por produto;*"

II - revogado

Nota: O inciso II, do § 1º do art. 350 foi revogado pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 350 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*II - sua entrega será feita em meio magnético ou por meio eletrônico de transmissão de dados, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, observando-se, quanto as vias do recibo de entrega, a seguinte destinação:*
(...)
2) 2ª via, contribuinte, na qual será anexado o recibo de recepção com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção;"

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º doa rt. 350 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), modificando o inciso II:
"II - sua entrega será feita em meio magnético ou por meio eletrônico de transmissão de dados, devendo os valores ser informados em moeda nacional, considerando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:"
a) quando se tratar de recepção em meio magnético:
1) 1ª via, dossiê do contribuinte;
2) 2ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega;
(...)
b) no caso de ser feita a entrega por meio eletrônico de transmissão de dados, será emitida uma única via, do contribuinte, que servirá como recibo de entrega."

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 350 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*II - sua entrega será feita em meio magnético, devendo os valores ser informados em moeda nacional, considerando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:*
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega."

Redação originária:
"*II - sua entrega será feita em meio magnético, devendo os valores ser informados em moeda nacional, considerando-se os centavos, tendo as vias do recibo de entrega a seguinte destinação:*
a) 1ª via, dossiê do contribuinte;
b) 2a. via, prefeitura do Município onde o contribuinte estiver inscrito;
3) 3ª via, contribuinte, servindo como recibo de entrega."

III - revogado

Nota: O inciso III, do § 1º do art. 350 foi revogado pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescido ao § 1º do art. 350 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"III - os valores informados na DMD deverão constituir-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS."

§ 2º A DMD será enviada por meio eletrônico de transmissão de dados ou apresentada em disquete, com valores expressos em moeda nacional, considerando-se os centavos, mesmo que não tenham ocorrido operações com ICMS diferido no período considerado.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 350 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 350 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*§ 2º A DMD será entregue na repartição fiscal da circunscrição do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria Fazendária ou em postos previamente autorizados, bem como por meio eletrônico de transmissão de dados, inclusive no caso de não ter havido operação com ICMS diferido no período considerado.*".

Redação anterior dada ao § 2º do art. 350 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 2º A DMD será entregue na repartição fiscal da circunscrição do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria Fazendária ou em postos previamente autorizados, inclusive no caso de não ter havido operação com ICMS diferido no período considerado."

Redação originária:
"§ 2º A DMD será entregue na repartição fiscal da circunscrição do contribuinte ou em qualquer outra Inspetoria fazendária ou em postos previamente autorizados, inclusive no caso de não ter havido operação com ICMS diferido no período considerado, devendo ser feita, neste caso, a observação: "Sem movimento"."

§ 3º O contribuinte que deixar de apresentar a DMD por mais de 2 meses consecutivos terá cancelada sua habilitação, por ato do Diretor de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, até que providencie a atualização das informações e requeira a regularização de sua situação cadastral.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 350 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 350 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 3º O contribuinte que deixar de apresentar a DMD por mais de 2 meses consecutivos terá cancelada sua habilitação, por ato do Diretor do Departamento de Arrecadação, Crédito e Controle (DARC) da Secretaria da Fazenda, até que providencie a atualização das informações e requeira a regularização de sua situação cadastral."

Redação originária:
"§ 3º O contribuinte que deixar de apresentar a DMD por mais de 2 meses consecutivos terá cancelada sua habilitação, por ato do Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, até que providencie a atualização das informações e requeira a revogação do ato que a cancelou."

§ 4º A Secretaria da Fazenda, quando solicitada pelas Prefeituras Municipais, disponibilizará relatórios, preexistentes, dos documentos previstos no "*caput*", a fim de que possam acompanhar e controlar a movimentação econômica do seu município.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

§ 5º Revogado

Nota: O § 5º do art. 350 foi revogado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
"§ 5º A repartição fazendária ou o posto de recepção atestará o recebimento da DMD mediante aposição de carimbo e data, além da assinatura e do cadastro do funcionário ou pessoa responsável pelo atendimento, nas 2 vias do recibo de entrega ou mediante recibo de entrega com chancela eletrônica, contendo data, hora e número de controle gerado no ato da recepção, inclusive quando se tratar de entrega por meio eletrônico de transmissão de dados.".

§ 6º O contribuinte retificará a DMD sempre que a mesma contiver declarações inexatas.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 350 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"§ 6º O contribuinte poderá retificar as informações prestadas na DMD, observando-se o seguinte:
I - a retificação será entregue na repartição fiscal do domicílio fiscal do contribuinte, em meio magnético, acompanhada de requerimento, distinto para cada guia de informação, contendo a indicação das alterações a serem efetuadas, justificativa detalhada dessas alterações e declaração do requerente quanto à veracidade da informação, sob pena de responsabilidade civil e penal, devendo anexar ao

requerimento cópia da cédula de identidade do signatário;
II - em face do requerimento de que trata o inciso anterior, a repartição fazendária local diligenciará a verificação fiscal da ocorrência, se, a critério do titular da repartição e de acordo com a natureza do fato essa verificação for considerada necessária.".

§ 7º As informações prestadas através da DMD, poderão ser alteradas de oficio sempre que divergirem com os dados constantes nos livros e documentos fiscais.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

§ 8º A Secretaria da Fazenda tornará disponível aos contribuintes do ICMS aplicativo para uso obrigatório na entrega da DMD.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

§ 9º O disquete contendo a DMD será entregue em qualquer Inspetoria Fazendária, ou em postos previamente autorizados, cabendo ao funcionário responsável devolver ao contribuinte o disquete, em que estarão gravados os respectivos recibos de entrega.

Nota: O § 9º foi acrescentado ao art. 350 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Art. 351. O disposto no artigo anterior não se aplica às pessoas dispensadas de habilitação para operar no regime de diferimento (art. 344, § 1º).

SEÇÃO II
Da Substituição Tributária por Antecipação e das Demais Hipóteses de Pagamento por Antecipação

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 352. Ocorre a antecipação do lançamento e do pagamento do ICMS sempre que for exigido o recolhimento do imposto em função da realização de determinada operação ou prestação subseqüentes expressamente previstos pela legislação, e compreende:

I - a substituição tributária por antecipação, que diz respeito às hipóteses em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto que seria devido pelo contribuinte é transferida para terceiro, sendo exigida mediante a retenção do imposto pelo responsável;

II - a antecipação tributária propriamente dita, em que a lei determina que o próprio contribuinte ou o responsável antecipe o pagamento do imposto.

§ 1º Atendendo ao disposto no inciso I, o sujeito passivo por substituição fará a retenção do imposto:

I - nas operações internas, observado o disposto nos arts. 353 a 369;

II - nas operações interestaduais, de acordo com os arts. 370 a 379;

III - nas prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal iniciadas ou executadas neste Estado, observado o disposto nos arts. 380 a 382 e no § 1º do art. 353.

§ 2º Atendendo ao disposto no inciso II deste artigo, será exigido o pagamento antecipado do imposto, a ser efetuado pelo próprio contribuinte ou pelo responsável:

I - Revogado.

Nota: O inciso I do § 2º do art. 352 foi revogado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária, efeitos até 28/07/04:
"I - na entrada da mercadoria no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, nas hipóteses do inciso I do art. 125;"

II - na entrada, no território deste Estado, nas hipóteses do inciso II do art. 125, observado o disposto em seu § 1º;

III - na saída de mercadoria efetuada por contribuinte não inscrito (art. 125, III, "a" e "b", e § 2º);

IV - na saída decorrente de:

a) arrematação ou aquisição em licitação promovida pelo poder público (art. 125, III, "c", e § 2º);

b) alienação efetuada em leilão, falência, concordata ou inventário (art. 125, III, "d", e § 2º);

c) beneficiamento de produtos agrícolas, com destino a pessoa diversa daquela que os tiver remetido para beneficiamento (art. 125, III, "e", e § 2º);

V - no início da prestação do serviço por autônomo ou por transportador não inscrito no cadastro estadual (art. 125, IV, e § 2º);

VI - na entrada, no território estadual, relativamente ao serviço de transporte iniciado em outra unidade da Federação, na hipótese de serviço prestado sem documentação fiscal ou com documentação inidônea (art. 125, § 3º, e art. 632, VII, "c");

VII - na constatação da existência de estabelecimento em situação cadastral irregular, em relação ao estoque de mercadorias nele encontrado (art. 125, V);

VIII - no encerramento das atividades do estabelecimento, relativamente ao estoque final, salvo em caso de sucessão (art. 125, VI);

IX - mediante autorização de regime especial de tributação a ser concedido pelo Diretor de Administração Tributária da região do seu domicílio fiscal através de Termo de Acordo.

Nota: A redação atual do inciso IX, do § 2º do art. 352 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"IX - mediante autorização de regime especial de tributação a ser concedido através de acordo com o contribuinte."

§ 3º O responsável por substituição sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, relativamente à

obrigação principal, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

§ 4º É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, se o fato gerador presumido não chegar a se realizar, observado o disposto no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal e no art. 33 da Lei nº 7014, de 4 de dezembro de 1996.

Art. 352-A. Ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

Nota: O art. 352-A foi acrescentado pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos a partir de 01/03/04.

§ 1º A antecipação parcial estabelecida neste artigo não encerra a fase de tributação e não se aplica às mercadorias, cujas operações internas sejam acobertadas por:

I - isenção;

II - não-incidência;

III - antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação, exceto nas aquisições de álcool de que trata o art. 515-D.

Nota: A redação atual do inciso III do § 1º do art. 352-A foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso III do § 1º do art. 352-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04), efeitos de 01/03/04 a 28/07/04:
"III - antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação."

§ 2º Quando a base de cálculo do imposto relativo à operação subseqüente for reduzida, aquela do imposto antecipado será igualmente contemplada com a referida redução, observada a obrigatoriedade de estorno proporcional dos créditos fiscais;

§ 3º Para os efeitos deste artigo, também serão consideradas para fins de comercialização as aquisições interestaduais de mercadorias, cujo imposto tenha sido calculado com aplicação de alíquota interestadual, efetuadas por:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 352-A foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05).

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 352-A pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04):
"§ 3º Para os efeitos deste artigo, serão consideradas para fins de comercialização as aquisições interestaduais de mercadorias ou bens, cujo imposto tenha sido calculado com aplicação de alíquota interestadual, efetuadas por pessoas jurídicas inscritas no cadastro do ICMS na condição de especial ou por contribuintes inscritos na condição de normal que desenvolvam atividades sujeitas ao ICMS e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS."

I - pessoas jurídicas inscritas no cadastro do ICMS na condição de especial;

II - contribuinte que desenvolva atividade sujeita ao ICMS e ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

§ 4º No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, diretamente a estabelecimentos industriais, fica concedida, até 31 de dezembro de 2005, uma redução de 50% (cinqüenta por cento) do valor do imposto a recolher, calculado na forma prevista neste artigo.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 352-A pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos a partir de 01/08/04.

SUBSEÇÃO II
Das Operações com Mercadorias Sujeitas a Substituição Tributária por Antecipação nas Saídas Internas, e dos Sujeitos Passivos por Substituição

Art. 353. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto, nas operações de saídas internas que efetuar, para fins de antecipação do tributo relativo à operação ou operações subseqüentes a serem realizadas pelos adquirentes neste Estado:

I - o contribuinte que efetuar saída de mercadorias destinadas a outro não inscrito no Cadastro de Contribuintes, no caso de tê-las recebido sem o recolhimento antecipado do imposto;

Nota: **A redação atual do inciso I do art. 353 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.**

Redação originária:
"*I - o contribuinte que efetuar saídas de mercadorias destinadas a outro não inscrito no Cadastro de Contribuintes ou a contribuinte inscrito na condição de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante, no caso de tê-las recebido sem o recolhimento antecipado do imposto;*".

II - o contribuinte alienante, neste Estado, das mercadorias abaixo relacionadas, exceto na hipótese de já tê-las recebido com o imposto antecipado:

1 - fumo (tabaco) e seus derivados manufaturados:

1.1 - cigarros - NCM 2402.20.00 -, exceto cigarros feitos a mão (produção caseira) e cigarros não contendo fumo (NCM 2402.90.00);

1.2 - cigarrilhas - NCM 2402.10.00;

1.3 - charutos - NCM 2402.10.00;

1.4 - fumos industrializados, compreendendo fumo picado, desfiado, migado ou em pó, aromatizados ou não - NCM 2403.10.00 - exceto: fumo total ou parcialmente destalado (NCM 2401.20) ou não destalado (NCM 2401.10), fumo curado (NCM 2401.10 e 2401.20), fumo em corda ou em rolo (NCM 2403.10.00), fumo homogeneizado ou reconstituído (NCM 2403.91.00), extratos e molhos de fumo (NCM 2403.99.10), rapé (NCM 2403.99.90) e desperdícios de fumo (NCM 2401.30. 00);

2 - cervejas e chopes - NCM 2203;

Nota: **A redação atual do item 2, do inciso II do *caput* do art. 353 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05**

Redação originária, efeitos até 30/09/05:
"2 - bebidas alcoólicas, a saber: (efeitos até
2.1 - vinhos enriquecidos com álcool, inclusive champanha, mostos de uvas com adição de álcool, mistelas - NCM 2204;
2.2 - vermutes e outros vinhos de uvas frescas aromatizados por plantas ou por substâncias aromáticas (quinados, gemados, mistelas) - NCM 2205;
2.3 - aguardentes de vinho ou de bagaço de uvas (conhaque, pisco, bagaceira ou graspa) - NCM 2208.20.00;
2.4 - uísque - NCM 2208.30;
2.5 - rum e aguardentes simples (caninha, cachaça, tequila, etc.) - NCM 2207.20.20 e 2208.40.00;
2.6 - aguardentes compostas de alcatrão, de gengibre, de cascas, de folhas, de polpas, de raízes ou de óleos ou essências naturais ou artificiais, e aperitivos amargos - NCM 2208.90.00;
2.7 - gim e genebra - NCM 2208.50.00;
2.8 - vodca - NCM 2208.60.00;
2.9 - licores e batidas - NCM 2208.70.00;
2.10 - cervejas e chopes - NCM 2203;"

3 - bebidas não alcoólicas, a saber:

3.1 - cervejas não alcoólicas - NCM 2202;

Nota: A redação atual do item 3.1 do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação originária:
"3..1 - cervejas não alcoólicas - NCM 2203;"

3.2 - refrigerantes - NCM 2202;

Nota: A redação atual do item 3.2, do inciso II do *caput* do art. 353 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.

Redação anterior dada ao item 3.2, do inciso III do *caput* do art. 353 pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05), efeitos de 18/05/05 a 30/09/05:
"3.2 - refrigerantes, refrescos e néctares - NCM 2202;"

Redação anterior dada ao item 3.2, do inciso II do *caput* do art. 353 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05):
"3.2 - refrigerantes, refrescos e néctares - NCM 2202.90.00;"

Redação anterior dada ao item 3.2, do inciso II do *caput* do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 até 14/02/05:
"3.2 - refrigerantes, refrescos e néctares - NCM 2202.10.00;"

Redação originária, efeitos até 17/07/00:
"3.2 - refrigerantes, refrescos e néctares - NCM 2202.10.0000;"

3.3 - iogurtes - NCM 0403.10.00;

3.4 - revogado

Nota: **O item 3.4, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.**

Redação originária, efeitos até 30/09/05:
"3.4 - bebidas alimentares à base de leite ou de cacau - NCM 2202.90.00;"

3.5 - bebidas energéticas e isotônicas - NCM 2106.90 e 2202.90 (Lei nº 7667/00);

Nota: **O subitem 3.5 foi acrescentado ao item 3, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

4 - extratos concentrados destinados ao preparo de refrigerantes em máquinas ("pré-mix" e "post-mix"), em qualquer acondicionamento, independentemente de volume - NCM 2106.90.10;

5 - águas minerais e gasosas - NCM 2201.10.00 e 2202.10.00;

6 - gelo - NCM 2201.90.00;

7 - revogado

Nota: **O item 7, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.**

Redação originária, efeitos até 30/09/05:
"7 - sucos de frutas em líquido, industrializados, concentrados ou não, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes:
7.1 - suco de laranja - NCM 2009.11.00 e 2009.19.00;
7.2 - suco de pomelo (“grapefruit”) - NCM 2009.20.00;
7.3 - suco de qualquer outro cítrico (limão, tangerina, mandarina, etc.) - NCM 2009.30.00;
7.4 - suco de abacaxi (ananás) - NCM 2009.40.00;
7.5 - suco de uva - NCM 2009.60.00;
7.6 - suco de maçã - NCM 2009.70.00;
7.7 - suco de coco (leite de coco e água de coco) - NCM 2009.80.00;
7.8 - sucos de caju, de goiaba, de maracujá - NCM 2009.80.00;
7.9 - sucos de quaisquer outras frutas (exceto tomates e outros produtos hortícolas) - NCM 2009.80.00;
7.10 - misturas de sucos - NCM 2009.90.00."

8 - guloseimas industrializadas, a saber:

8.1 - sorvetes e picolés - NCM 2105.00;

Nota: A redação atual do item 8.1, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação originária:

"8.1 - sorvetes e picolés - NCM 2105.00 -, excluídos as casquinhas, palitos, pós e estabilizantes para sua preparação;"

8.2 - gomas de mascar - NCM 1704.10.00;

8.3 - bombons, balas, caramelos, confeitos, pastilhas e dropes - NCM 1704.90.10, 1704.90.20 e 1806.90.00;

8.4 - pirulitos - NCM 1704.90.90;

8.5 - chocolate em barras, blocos, tabletes, paus ou sob a forma de outras preparações de confeitaria, recheados ou não, desde que prontas para o consumo - NCM 1704.90.10, 1806.31.10, 1806.31.20, 1806.32.10, 1806.32.20 e 1806.90.00;

Nota: **A redação atual do item subitem 8.5, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"8.5 - chocolate em barras, blocos, tabletes, paus ou sob a forma de outras preparações de confeitaria, recheados ou não, desde que prontas para o consumo - NCM 1704.90.10, 1806.31.10, 1806.32.10 e 1806.90.00;"

8.6 - ovos-de-páscoa, à base de chocolate - NCM 1806.90.00;

9 - produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino, e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados, exceto charque - NCM 0201, 0202, 0203, 0206, 0207, 0209.00 e 0210 (Lei nº 7.753/00);

Nota: **A redação atual do item 9, do inciso II do *caput* do art. 353 foi dada pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.**

Redação anterior dada ao item 9, do inciso II do *caput* do art. 353 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 30/09/05:
"9 - produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino, e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados, inclusive charque - NCM 0201, 0202, 0203, 0206, 0207, 0209.00 e 0210 (Lei nº 7753/00);"

Redação anterior dada ao item 9, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:
"9. produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino, e suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados, inclusive charque - NCM 0201, 0202, 0203, 0204, 0206, 0207, 0209.00 e 0210 (Lei nº 7753/00);"

Redação originária:
"*9. charque - NCM 0210.20.00 e 0210.90.00;".*

10 - café torrado ou moído - NCM 0901.21.00 e 0901.22.00;

11 - trigo em grãos e farinha de trigo e seus derivados:

Nota: **A redação atual do item 11 e seus subitens, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos, relativamente ao sub item 11.4, a partir de 01/06/01.**

Redação originária, efeitos até 31/05/01:
"*11 - farinha de trigo - NCM 1101.00.10;*".

11.1 - trigo em grãos - NCM 1001;

11.2 - farinha de trigo - NCM 1101.00.10 e 1101.00.20;

Nota: A redação atual do item 11.2, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária:
"11.2 - farinha de trigo - NCM 1101.00.10;"

11.3 - mistura de farinha de trigo - NCM 1901.20.00 (não se inclui neste sub-item mistura para bolo);

Nota: A redação atual do subitem 11.3, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos a partir de 02/05/01.

Redação originária:
"*11.3 - mistura de farinha de trigo - NCM 1901.20.00;*".

11.4 - preparações à base de farinha de trigo a seguir especificadas:

11.4.1 - macarrão, talharim, espaguete, massas para sopas e lasanha, e outras preparações similares não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo - NCM 1902.1;

11.4.2 - pães, inclusive pães de especiarias, biscoitos, bolachas, waffles e wafers (NCM 1905) e torradas em fatias ou raladas (NCM 1905.40);

Nota: A redação atual do item 11.4.2, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária:
"11.4.2 - produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos - NCM 1905;"

12 - açúcar de cana - cristal, demerara e mascavo -, inclusive açúcar refinado (mesmo em tabletes) - NCM 1701.11.00 e 1701.99.00;

13 - os produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário a seguir especificados (Conv. ICMS 76/94):

Nota: **A redação atual do item 13, do inciso II do artigo 353 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 04/02/03.**

Redação anterior do subitem 13.12, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).
"13.12 - agulhas para seringas - NCM 9018.32.1;"

Redação originária, efeitos até 03/02/03:
"13 - vacinas, soros e produtos farmacêuticos medicinais de uso não-veterinário, inclusive derivados de plantas medicinais, absorventes higiênicos, fraldas, mamadeiras, bicos, gaze, algodão, atadura, esparadrapo, preservativos, seringas, escovas, pastas dentifrícias, provitaminas, vitaminas, contraceptivos e demais produtos a seguir especificados (Conv. ICMS 76/94):
13.1 - soros e vacinas - NCM 3002;
13.2 - medicamentos - NCM 3003 e 3004;
13.3 - pastas (“ouates”), algodão, gazes, ataduras e artigos análogos (pensos, esparadrapos, sinapismos), impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda em retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários:
13.3.1 - pensos adesivos e outros artigos com uma camada adesiva (pensos, esparadrapos, membranas adesivas para fins terapêuticos transdérmicos) - NCM 3005.10;
13.3.2 - algodão hidrófilo - NCM 3005.90.90;
13.3.3 - ataduras gessadas ou não - NCM 3005.90.90;
13.3.4 - cotonetes ou hastes, flexíveis ou não, com uma ou ambas as extremidades de algodão - NCM 3005.90.90;
13.3.5 - discos de plástico impregnados com nitroglicerina, próprios para tratamento de doenças coronárias - NCM 3005.90.90;
13.3.6 - gazes - NCM 3005;
13.3.7 - pastas (“ouates”) - NCM 3005 e 5601.21.10;
13.3.8 - sinapismos - NCM 3005;
13.4 - mamadeiras e bicos para mamadeiras e para chupetas - NCM 4014.90.90, 3923.30.00, 7010.20.00 e 3924.10.00;
13.5 - absorventes higiênicos, de uso interno ou externo - NCM 4818 e 5601;
13.6 - fraldas:
13.6.1 - de papel - NCM 4818.40.10;
13.6.2 - de matéria plástica - NCM 3926.20.00;
13.6.3 - de lã - NCM 6209.10.00;
13.6.4 - de algodão - NCM 6209.20.00;
13.6.5 - de fibras sintéticas - NCM 6209.30.00;
13.6.6 - de outros têxteis - NCM 6209.90.00;
13.6.7 - fraldas descartáveis ou não - NCM 4818, 5601, 6111 e 6209;
13.7 - preservativos - NCM 4014.10.00;
13.8 - seringas - NCM 4014.90.90 e 9018.31;
13.9 - escovas e pastas dentifrícias - NCM 3306.10 e 9603.21.00;
13.10 - provitaminas e vitaminas - NCM 2936;
13.11 - contraceptivos - NCM 9018.90.99;"
13.12 - agulhas para seringas - NCM 9018.32.10; (efeitos até 17/07/00)
13.13 - fio dental e fita dental - NCM 5406.10.00;
13.14 - bicos para mamadeiras e para chupetas - NCM 4014.90.90;
13.15 - preparação para higiene bucal e dentária - NCM 3306.90.00;
13.16 - preparações químicas contraceptivas à base de hormônios ou de espermicidas - NCM 3006.60.00;"

13.1 - Soros e vacinas – NBM 3002;

13.2 - Medicamentos - NBM 3003 e 3004;

13.3 - Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários - NBM 3005;

13.4 - Mamadeiras de borracha vulcanizada, vidro e plástico - NBM 4014.90.90; 7013.3 e 39.24.10.00;

13.5 - Chupetas e bicos para mamadeiras **-** NBM 4014.90.90;

13.6 - Absorventes higiênicos, de uso interno ou externo - NCM 5601.10.00 e 4818.40;

Nota: **A redação atual do item 13.6, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 13.6, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 04/02/03 a 13/08/03:
"13.6 - Absorventes higiênicos, de uso interno ou externo - NBM 5601.10.00 e 4018.40;"

13.7 - Preservativos - NBM 4014.10.00;

13.8 - Seringas - NBM 9018.31;

13.9 - Agulhas para seringas - NBM 9018.32.1;

13.10 - Pastas dentifrícias - NBM 3306.10.00;

13.11 - Escovas dentifrícias - NBM 9603.21.00;

13.12 - Provitaminas e vitaminas - NBM 2936;

13.13 - Contraceptivos (dispositivos intra-uterinos – DIU) - NBM 9018.90.9;

Nota: A redação atual do item 13.13 do art. 353 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 15/10/03.

Redação anterior dada ao item 13.13 do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 04/02/03 a 14/10/03:
"13.13 - Contraceptivos (dispositivos intra-uterinos – DIU) - NBM 9018.90.99;"

13.14 - Fio dental / fita dental - NBM 3306.20.00;

13.15 - Preparação para higiene bucal e dentária - NBM 3306.90.00;

13.16 - Fraldas descartáveis ou não - NBM 4818.40.10; 5601.10.00; 6111 e 6209;

13.17 - Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios ou de espermicidas - NBM 3006.60;

14 - cimento - NCM 2523;

15 - produtos cerâmicos de uso em construção civil:

Nota: A redação atual do item 15, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"*15 - produtos cerâmicos de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido:*
15.1 - tijolos - NCM 6904.10.00;
15.2 - tijoleiras e tapa-vigas - NCM 6904.90.00;
15.3 - blocos, inclusive blocos para lajes pré-moldadas - NCM 6904.90.00;
15.4 - telhas - NCM 6905.10.00;
15.5 - elementos de chaminés e condutores de fumaça - NCM 6905.90.00;
15.6 - tubos, calhas, algerozes e manilhas - NCM 6906;
15.7 - ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento, cubos e pastilhas para mosaicos, e azulejos:
15.7.1 - ladrilhos, cubos e pastilhas, mesmo de forma diferente da quadrada ou retangular, cuja maior superfície possa ser inscrita num quadrado de lado inferior a 7cm, não vidrados nem esmaltados - NCM 6907.10.00;
15.7.2 - placas (lajes), não vidradas nem esmaltadas - NCM 6907.90.00;
15.7.3 - ladrilhos, cubos e pastilhas, mesmo de forma diferente da quadrada ou retangular, cuja maior superfície possa ser inscrita num quadrado de lado inferior a 7cm, vidrados ou esmaltados - NCM 6908.10.00;
15.7.4 - placas (lajes), vidradas ou esmaltadas - NCM 6908.90.00;
15.7.5 - azulejos e ladrilhos decorados - NCM 6908.90.00;
15.7.6 - quaisquer outros azulejos e ladrilhos - NCM 6908.90.00;".

15.1 - em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido:

15.1.1 - tijolos - NCM 6904.10.00;

15.1.2 - tijoleiras e tapa-vigas - NCM 6904.90.00;

15.1.3 -blocos, inclusive blocos para lajes pré-moldadas - NCM 6904.90.00;

15.1.4 - telhas - NCM 6905.10.00;

15.1.5 - elementos de chaminés e condutores de fumaça - NCM 6905.90.00;

15.1.6 - tubos, calhas, algerozes e manilhas - NCM 6906;

15.2. - ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação ou revestimento, cubos e pastilhas para mosaicos, e azulejos:

15.2.1 - ladrilhos, cubos e pastilhas, mesmo de forma diferente da quadrada ou retangular, cuja maior superfície possa ser inscrita num quadrado de lado inferior a 7cm, não vidrados nem esmaltados - NCM 6907.10.00;

15.2.2 - placas (lajes), não vidradas nem esmaltadas - NCM 6907.90.00;

15.2.3 - ladrilhos, cubos e pastilhas, mesmo de forma diferente da quadrada ou retangular, cuja maior superfície possa ser inscrita num quadrado de lado inferior a 7cm, vidrados ou esmaltados - NCM 6908.10.00;

15.2.4 - placas (lajes), vidradas ou esmaltadas - NCM 6908.90.00;

15.2.5 - azulejos e ladrilhos decorados - NCM 6908.90.00;

15.2.6 - quaisquer outros azulejos e ladrilhos - NCM 6908.90.00;

16 - tintas, vernizes, ceras de polir, massas de polir, xadrez, piche, impermeabilizantes, removedores, solventes, aguarrás, secantes, catalisadores, corantes e demais mercadorias da indústria química a seguir especificadas, obedecida a respectiva codificação segundo a NCM (Convs. ICMS 74/94 e 28/95):

16.1 - tintas à base de polímeros acrílicos dispersos em meio aquoso - NCM 3209.10.10;

Nota: **A redação atual do subitem 16.1, do inciso II do art. 353 foi ada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"16.1 - tintas à base de polímeros acrílicos dispersos em meio aquoso - NCM 3209.10.00;"

16.2 - tintas e vernizes à base de polímeros sintéticos ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos em meio aquoso:

16.2.1 - à base de polímeros acrílicos ou vinílicos - NCM 3209.10;

16.2.2 - outros - NCM 3209.90;

16.3 - tintas e vernizes à base de polímeros sintéticos ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos em meio não-aquoso:

16.3.1 - à base de poliésteres - NCM 3208.10;

16.3.2 - à base de polímeros acrílicos ou vinílicos - NCM 3208.20;

16.3.3 - outros - NCM 3208.90;

16.4 - tintas:

16.4.1 - à base de óleo - NCM 3210.00.10;

16.4.2 - à base de betume, piche, alcatrão ou semelhante - NCM 3210.00.10;

16.4.3 - qualquer outra - NCM 3210.00.10;

Nota: **A redação atual do subitem 16.4.3, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"16.4.3 - qualquer outra - NCM 3210.00.00;"

16.5 - vernizes:

16.5.1 - à base de betume - NCM 3210.00.20;

16.5.2 - à base de derivados de celulose - NCM 3210.00.20;

16.5.3 - à base de óleo - NCM 3210.00.20;

16.5.4 - à base de resina natural - NCM 3210.00.20;

16.5.5 - qualquer outro - NCM 3210.00.20;

16.6 - preparações concebidas para solver, diluir ou remover tintas e vernizes:

16.6.1 - solventes e diluentes compostos para vernizes ou produtos semelhantes - NCM 3807.00.00;

16.6.2 - preparações para decapagem de metais - NCM 3810.10.10;

16.6.3 - solventes e diluentes orgânicos compostos, e preparações concebidas para remover tintas ou vernizes - NCM 3814.00.00;

16.7 - ceras, encáusticas, preparações e outros:

16.7.1 - ceras de polipropilenoglicóis, e outras ceras artificiais, exceto de polietileno (emulsionadas ou não) - NCM 3404.90.13 e 3404.90.19;

16.7.2 - ceras preparadas - NCM 3404.90.21 e 3404.90.29;

16.7.3 - encáusticas e preparações semelhantes, para conservação e limpeza de móveis de madeira, soalhos e de outros artigos de madeira - NCM 3405.20.00;

16.7.4 - preparações para dar brilho a pinturas de carroçarias e produtos semelhantes, exceto preparações para dar brilho a metais - NCM 3405.30.00;

16.7.5 - pomadas, cremes, encáusticas, preparações, pastas e pós - NCM 3405.90.00;

16.8 - massas de polir - NCM 3405.30.00;

16.9 - xadrez e pós assemelhados - NCM 2821.10, 3204.17.00 e 3206 -, exceto pigmento à base de dióxido de titânio (NCM 3206.11.19);

16.10 - piche (pez) - NCM 2706.00.00 e 2715.00.00;

16.11 - impermeabilizantes:

16.11.1 - óleos de creosoto - NCM 2707.91.00;

16.11.2 - revogado

Nota: O item 16.11.2, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária, efeitos até 27/12/01:
"16.11.2 - "cut-backs" - NCM 2715.00.00;"

16.11.3 - revogado

Nota: O item 16.11.3, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária, efeitos até 27/12/01:
"16.11.2 - emulsões de asfalto ou betume - NCM 2715.00.00;"

16.11.4 - preparação antiácida ou impermeabilizante para cimento - NCM 3824.40.00;

16.11.5 - outros impermeabilizantes - NCM 2715.00.00, 3214.10.10, 3214.90.00 (exceto tinta em pó), 3506.99.00 e 3824.90;

Nota: A redação atual do subitem 16.11.5, do inciso II do art. 353 foi dada pela alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"16.11.5 - outros impermeabilizantes - NCM 2715.00.00, 3214.10.10, 3214.90.00, 3506.99.00 e 3824.90;".

16.12 - aguarrás vegetal (essência de terebintina) - NCM 3805.10.00;

16.13 - secantes preparados - NCM 3211.00.00;

16.14 - preparações catalíticas (catalisadores):

16.14.1 - tendo como substância ativa o pentóxido de vanádio - NCM 3815.19.10;

16.14.2 - tendo como substância ativa o isoprenilalumínio (IPRA) - NCM 3815.90.91;

16.15 - massas para acabamento, pintura ou vedação:

16.15.1 - massa KPO - NCM 3909.50;

16.15.2 - massa rápida - NCM 3214.10.10;

16.15.3 - massa acrílica e PVA - NCM 3214.10.20;

16.15.4 - massa de vedação - NCM 3910.00.20 e 3910.00.90;

16.15.5 - massa plástica - NCM 3214.10.10 e 3214.90.00;

16.16 - corantes:

16.16.1 - corantes dispersos e preparações à base desses corantes - NCM 3204.11.00;

16.16.2 - carotenóides e suas preparações, inclusive para coloração de alimentos - NCM 3204.17.00;

16.16.3 - negros de origem mineral - NCM 3206.49.00;

16.16.4 - outras matérias corantes - NCM 3206.49.00;

16.16.5 - outros pigmentos, tinturas ou matérias corantes - NCM 3212.90;

17 - pneumáticos novos, câmaras de ar e protetores de borracha para pneumáticos:

Nota: A redação atual do item 17, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"17 - pneumáticos novos, câmaras de ar e protetores de borracha para pneumáticos, exceto em se

tratando de pneus e câmaras para bicicletas;"

17.1 - pneumáticos novos de borracha - NCM 4011 -, exceto pneumáticos para bicicleta (NCM 4011.50.00);

17.2 - protetores de borracha para pneumáticos;

17.2.1 - "flaps" - NCM 4012.90.10;

17.2.2 - outros - NCM 4012.90.90;

17.3 - câmaras-de-ar de borracha - NCM 4013 -, exceto câmaras-de-ar para bicicletas (4013.20.00);

18 - veículos automotores novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups" e outros veículos) compreendidos nas seguintes posições da NBM/SH (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 132/92, 143/92, 148/92, 1/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 45/96, 83/96 e 81/01):

Nota: A redação atual do item 18, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/10/01.

Redação originária, efeitos até 21/10/01:
"18. veículos automotores novos (automóveis de passageiros, jipes, ambulâncias, camionetas, furgões, "pick-ups", "trolebus" e outros veículos) compreendidos nas seguintes posições da NBM/SH (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 132/92, 143/92, 148/92, 01/93, 87/93, 44/94, 52/94, 88/94, 163/94, 37/95, 45/96 e 83/96): 8702.90.0000, 8703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8703.23.0299, 8703.23.0301, 8703.23.0399, 8703.23.0401, 8703.23.0499, 8703.23.0500, 8703.23.0700, 8703.23.1001, 8703.23.1002, 8703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.24.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0200 e 8704.31.0200;"

CLASSIFICAÇÃO NBM/SH	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
8702.10.00	Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel), com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, superior a 6m3, mas inferior a 9m3
8702.90.90	Outros veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, superior a 6m3, mas inferior a 9m3
8703.21.00	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1000cm^3
8703.22.10	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1000cm^3, mas não superior a 1500cm^3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto: carro celular
8703.22.90	Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1000cm^3, mas não superior a 1500cm^3, exceto: carro celular

8703.23.10 Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1500cm^3, mas não superior a 3000cm^3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto: carro celular, carro funerário e automóveis de corrida

8703.23.90 Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1500cm^3, mas não superior a 3000cm^3, exceto: carro celular, carro funerário e automóveis de corrida

8703.24.10 Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 3000cm^3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto: carro celular, carro funerário e automóveis de corrida

8703.24.90 Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 3000cm^3, exceto: carro celular, carro funerário e automóveis de corrida

8703.32.10 Automóveis com motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 1500cm^3, mas não superior a 2500cm^3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto: ambulância, carro celular e carro funerário

8703.32.90 Outros automóveis c/motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 1500cm^3, mas não superior a 2500cm^3, exceto: ambulância, carro celular e carro funerário

8703.33.10 Automóveis c/motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 2500cm^3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto: carro celular e carro funerário

8703.33.90 Outros automóveis c/motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 2500cm^3, exceto: carro celular e carro funerário

8704.21.10 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, chassis c/motor diesel ou semidiesel e cabina, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.21.20 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, c/motor diesel ou semidiesel com caixa basculante, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.21.30 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, frigoríficos ou isotérmicos c/motor diesel ou semidiesel, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.21.90 Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton c/motor diesel ou semidiesel, exceto: carro-forte p/ transporte de valores e caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.31.10 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, c/motor a explosão, chassis e cabina, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.31.20 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, c/motor explosão/caixa basculante, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.31.30 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 ton, frigoríficos ou isotérmicos c/motor explosão, exceto: caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

8704.31.90 Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima

não superior a 5 ton, com motor a explosão, exceto: carro-forte para transporte de valores e caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 ton

19 - veículos novos motorizados classificados na posição 8711 da NCM (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96 e 09/01);

Nota: A redação atual do item 19, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01), efeitos a partir de 03/05/01.

Redação originária:
"*19 - veículos novos de duas rodas motorizados classificados na posição 8711 da NCM (Convs. ICMS 52/95 e 121/95 - Convs. ICMS 52/93, 88/93, 44/94, 88/94, 45/96 e 09/01);*".

20 - discos fonográficos e fitas magnéticas virgens ou gravadas e outros suportes para reprodução ou gravação de som e imagem (Protoc. ICM 19/85 e Protoc. ICMS 07/00):

Nota: **A redação atual do item 20, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"20 - discos fonográficos e fitas magnéticas virgens ou gravadas (Protoc. ICM 19/85):
20.1 - discos fonográficos de qualquer espécie ou formato gravados com sons e imagens, inclusive o disco ótico para sistema de leitura por raio "laser" (CD) e o disco de vídeo digital (DVD) - NCM 8524 (exceto os discos gravados com programas de computador ou destinados à reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem);
20.2 - fitas magnéticas não gravadas de qualquer largura, para gravação de som ou para gravação simultânea de imagem e som, em cartucho, cassete, rolo, carretel ou qualquer outra, inclusive "video tape" - NCM 8523.11, 8523.12, 8523.13.10, 8523.13.20 e 8523.13.90 (exceto as fitas próprias para máquinas de processamento de dados);
20.3 - fitas magnéticas gravadas de qualquer largura, em cartucho, cassete ou qualquer outra, inclusive "video tape" - NCM 8524.5 (exceto as fitas próprias para máquinas de processamento de dados ou para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem);"

20.1 - fitas magnéticas de largura não superior a 4 mm:

Nota: **A redação atual do subitem 20.1, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"20.1 - discos fonográficos de qualquer espécie ou formato gravados com sons e imagens, inclusive o disco ótico para sistema de leitura por raio "laser" (CD) e o disco de vídeo digital (DVD) - NCM 8524 (exceto os discos gravados com programas de computador ou destinados à reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem);"

20.1.1 - em cassetes - NBM/SH 8523.11.10;

20.1.2 - outras - NBM/SH 8523.11.90;

20.2 - fitas magnéticas de largura superior a 4 mm mas não superior a 6,5 mm - NBM/SH 8523.12.00;

Nota: **A redação atual do subitem 20.2, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"20.2 - fitas magnéticas não gravadas de qualquer largura, para gravação de som ou para gravação simultânea de imagem e som, em cartucho, cassete, rolo, carretel ou qualquer outra, inclusive "video tape" - NCM 8523.11, 8523.12, 8523.13.10, 8523.13.20 e 8523.13.90 (exceto as fitas próprias para máquinas de processamento de dados);"

20.3 - fitas magnéticas de largura superior a 6,5 mm:

Nota: **A redação atual do subitem 20.3, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

Redação originária:
"20.3 - fitas magnéticas gravadas de qualquer largura, em cartucho, cassete ou qualquer outra, inclusive "video tape" - NCM 8524.5 (exceto as fitas próprias para máquinas de processamento de dados ou para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem);"

20.3.1 - em rolos ou carretéis, de largura inferior ou igual a 50,8 mm (2") - NBM/SH 8523.13.10;

20.3.2 - em cassetes para gravação de vídeo - NBM/SH 8523.13.20;

20.3.3 - outras - NBM/SH 8523.13.90;

20.4 - discos fonográficos - NBM/SH 8524.10.00;

20.5 - discos para sistemas de leitura por raio "laser" para reprodução apenas do som - NBM/SH 8524.32.00;

20.6 - outros discos para sistemas de leitura por raio "laser" - NBM/SH 8524 - 39.00 ;

20.7 - outras fitas magnéticas de largura não superior a 4 mm:

20.7.1 - em cartuchos ou cassetes - NBM/SH 8524.51.10;

20.7.2 - outras - NBM/SH 8524.51.90;

20.8 - outras fitas magnéticas de largura superior a 4 mm mas não superior a 6,5 mm - NBM/SH 8524.52.00;

20.9 - outras fitas magnéticas de largura superior a 6,5 mm - NBM/SH 8524.53.00;

21 - filmes fotográficos, sensibilizados, não impressionados, mesmo em cartuchos ou em rolos, de matérias diferentes do papel, do cartão ou dos têxteis, exceto chapas e filmes para raios "X" (Protocolo ICM 15/85 e Protocolo ICMS 14/97):

Nota: **O item 21 com seus subitens foram acrescentados ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98.**

21.1 - filmes de revelação e copiagem instantâneas - NBM/SH 3701.20 e 3702.20;

21.2 - outros filmes cuja dimensão de pelo menos um dos lados seja superior a 255mm - NBM/SH 3701.30;

21.3 - outros filmes, não perfurados, de largura não superior a 105mm - NBM/SH 3702.3;

21.4 - outros filmes, não perfurados, de largura superior a 105mm - NBM/SH 3702.4;

21.5 - outros - NBM/SH 3701.9, 3702.5 e 3702.9;

22 - filmes cinematográficos, sensibilizados, não impressionados, em rolos, de materiais diferentes do papel, do cartão ou dos têxteis - NBM/SH 3702.5 (Protocolo ICM 15/85 e Protocolo ICMS 14/97);

Nota: **O item 22 foi acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98.**

23 - "slides" (diapositivos) - NBM/SH 3705.90.90 (Protocolo ICM 15/85 e Protocolo ICMS 14/97);

Nota: **A redação atual do item 23, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.**

Redação anterior dada ao item 23, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"*23 - "slides" (diapositivos) - NBM/SH 3705.90.10 (Protocolo ICM 15/85 e Protocolo ICMS 14/97);*".

Redação originária:
"23 - "slides" (diapositivos) - NBM/SH 3705.90.01 (Protocolo ICM 15/85 e Protocolo ICMS 14/97);"
O item 23 foi acrescentado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/4/98).

24 - aparelhos de barbear NBM/SH 8212.10.20 (Protocolo ICM 16/85, Protocolo ICMS 15/97 e 14/00);

Nota: **A redação atual do item 24, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.**

Redação anterior dada ao item 24, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).
"24 - aparelhos de barbear descartáveis - NBM/SH 8212.10.20 (Protocolo ICM 16/85 e Protocolo ICMS 15/97);"

Redação anterior dada ao item 24, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98:
"24 - aparelhos de barbear descartáveis - NBM/SH 8212.10.02 (Protocolo ICM 16/85 e Protocolo ICMS 15/97);"

25 - lâminas de barbear NBM/SH 8212.20.10 (Protocolo ICM 16/85, Protocolo ICMS 15/97 e 14/00);

Nota: **A redação atual do item 25, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.**

Redação anterior dada ao item 25, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"25 - lâminas de barbear descartáveis - NBM/SH 8212.20.10 (Protocolo ICM 16/85 e Protocolo ICMS 15/97);".

Redação anterior dada ao item 25, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98,DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98:
"25 - lâminas de barbear descartáveis - NBM/SH 8212.20.01 (Protocolo ICM 16/85 e Protocolo ICMS 15/97);"

26 - isqueiros de bolso, a gás, não recarregáveis - NBM/SH 9613.10 00 (Protocolo ICM 16/85, Protocolo ICMS 15/97 e 14/00);

Nota: **A redação atual do item 26, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 01/08/00.**

Redação anterior dada ao item 26, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98:
"26 - isqueiros de bolso a gás, não recarregáveis - NBM/SH 9613.10 (Protocolo ICM 16/85 e Protocolo ICMS 15/97);".

27 - lâmpada elétrica e eletrônica classificadas nas posições 8539 e 8540, reator e “starter”,classificados nas posições 8504.10.00 e 8536.50.90, respectivamente, todas da NBM/SH (Protocolo ICM 17/85 e Protocolo ICMS 16/97 e 26/01);

Nota: **A redação atual do item 27, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 01/12/01.**

Redação anterior dada ao item 27, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos até 30/11/01:
"27. lâmpadas elétricas, inclusive para lanternas - NBM/SH 8539.2 e 8539.3 - reatores - NBM/SH 8504.10 - e interruptor automático termoelétrico ("starter") para partida de lâmpadas e tubos de descarga seco - NBM/SH 8536.50.90 - exceto: lâmpadas automotivas (NBM/SH 8539.29) e lâmpadas de raios ultravioleta ou infravermelhos (NBM/SH 8539.4) (Protocolo ICM 17/85 e Protocolo ICMS 16/97);"

Redação anterior dada ao item 27, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98), efeitos a partir de 01/05/98:
"27 - lâmpadas elétricas, inclusive para lanternas - NBM/SH 8539.2 e 8539.3 - reatores - NBM/SH 8504.10 - e interruptor automático termoelétrico ("starter") para partida de lâmpadas e tubos de descarga seco - NBM/SH 8536.50.02.01 - exceto: lâmpadas automotivas (NBM/SH 8539.29.0400 e 8539.29.0500) e lâmpadas de raios ultravioleta ou infravermelhos (NBM/SH 8539.4) (Protocolo ICM 17/85 e Protocolo ICMS 16/97);"

Redação anterior dada ao item 27, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela a alteração nº 5 (Decreto 7244, de 03/03/98, Diário Oficial de 04/03/98), efeitos a partir de 01/04/98:
"*27 - lâmpadas elétricas, inclusive para lanternas - NBM/SH 8539.2 - exceto: lâmpadas automotivas, lâmpadas de raios ultravioleta ou infravermelhos, lâmpadas para iluminação pública, lâmpadas para projeção, cinematografia, cinema e atividades semelhantes, lâmpadas para espectrofotômetro, lâmpadas de arco voltaico, lâmpadas para aquecimento e secagem, lâmpadas para máquinas de tirar cópias, filamentos, árvores-de-natal , tubos de incandescência e tubos de descarga (Protocolo ICM 17/85 e Protocolo ICMS 16/97);".*

28 - pilhas e baterias elétricas classificadas nas posições da NBM/SH 8506 (Protocolo ICM 18/85 e Protocolo ICMS 17/97 e 27/01);

Nota: **A redação atual do item 28, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 01/12/01.**

Redação anterior dada ao item 28, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos até 30/11/01:
"28. pilhas elétricas - NBM/SH 8506.10.10 e 8506.10.20 e baterias de pilhas elétricas - NBM/SH 8506.10.30, exceto: pilhas e baterias para uso em informática, baterias automotivas e outros acumuladores elétricos (Protocolo ICM 18/85 e Protocolo ICMS 17/97);"

Redação anterior dada ao item 28, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos a partir de 01/04/98:
"28 - pilhas elétricas e baterias de pilhas elétricas - NBM/SH 8506.1 e 8506.20 -, exceto: pilhas e baterias para uso em informática, baterias automotivas e outros acumuladores elétricos (Protocolo ICM 18/85 e Protocolo ICMS 17/97);"

29 - salgados industrializados (Lei nº 7667/00):

Nota: **O item 29 com seus subitens foram acrescentados ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).**

29.1 - salgados produzidos à base de cereais - NCM 1904.10.00 e 1904.90.00;

29.2 - salgados preparados à base de batata - NCM 2005.20.00;

29.3 - salgados à base de amendoim ou castanha de caju - NCM 2008.11.00 e 2008.19.00.

30 - peças e acessórios incluídos nas posições da NCM a seguir especificadas, para uso em veículos automotores (Lei nº 7014/96):

Nota: A redação atual do item 30, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/03/04.

Redação anterior dada ao *caput* do item 30, do inciso II do art. 353 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 29/02/04:
"30 - peças e acessórios, novos, incluídos nas posições da NCM a seguir especificadas, para uso em veículos automotores, exceto quando destinados exclusivamente a uso em tratores (Lei nº 7014/96):"

Redação anterior dada ao item 30, tendo sido acrescentado com seus subitens ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/12/00:
"30 - peças, acessórios e outros produtos, novos, incluídos nas posições da NCM a seguir especificadas, todos para uso em veículos automotores (Lei nº 7014/96):"

30.1 - tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões) de plástico – NCM 3917;

30.2 - chapas, folhas, tiras, fitas, películas e outras formas planas, auto-adesivas, de plásticos, mesmo em rolos – NCM 3919;

30.3 - chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos – NCM 3920 e 3921;

30.4 - tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes, de plásticos – NCM 3923;

30.5 - arruelas (anilhas), correias, parafusos, porcas e utensílios, de plásticos - NCM 3926.90;

30.6 - varetas, tubos, perfis, discos, arruelas (anilhas) e outros utensílios, de borracha não vulcanizada – NCM 4006;

30.7 - chapas, folhas, tiras, varetas e perfis, de borracha vulcanizada não endurecida – NCM 4008;

30.8 - tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões) – NCM 4009;

30.9 - correias de borracha vulcanizada – NCM 4010.2;

30.10 - juntas, gaxetas, tapetes próprios para veículos e outras obras de borracha vulcanizada não endurecida – NCM 4016;

30.11 - arruelas, buchas, coxins, juntas e outros utensílios de borracha endurecida (por exemplo: ebonite) sob quaisquer formas – NCM 4017.00.00;

30.12 - arruelas, correias, juntas, retentores e outros utensílios de couro natural ou reconstituído – NCM 4204.00 e 4205.00.00;

30.13 - arruelas, juntas, retentores e outros utensílios de cortiça – NCM 4503 e 4504;

30.14 - arruelas, juntas, coifas, retentores e outros utensílios de papéis, pastas ("ouate") de celulose e mantas de fibras de celulose – NCM 4823;

30.15 - isoladores e outros utensílios de fibras artificiais – NCM 5510;

30.16 - anéis, vedadores, isolantes acústicos e outros utensílios de feltro – NCM 5602 e 5603;

30.17 - mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, mesmo com reforço ou acessórios de outras matérias - NCM 5909.00.00;

30.18 - correias de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico, ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias - NCM 5910.00.00;

30.19 - anéis, arruelas, guarnições, juntas e outros utensílios de matérias têxteis - NCM 5911;

30.20 - anéis, arruelas, juntas, protetores e outros utensílios de amianto – NCM 6812;

30.21 - guarnições de fricção (por exemplo: placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios (travões), embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto (asbesto), de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias – NCM 6813;

30.22 - vidros de segurança (por exemplo: pára-brisa), consistindo em vidros temperados ou formados de folhas contracoladas – NCM 7007;

30.23 - espelhos retrovisores _ NCM 7009.10.00;

30.24 - lentes de faróis, lanternas e outros utensílios – NCM 7014.00.00;

30.25 - utensílios de fibra de vidro – NCM 7019;

30.26 - utensílios de vidro – NCM 7020.00.00;

30.27 - cilindros, molas e outros utensílios de aço inoxidável – NCM 7219 e 7220;

30.28 - barras e perfis, de aços inoxidáveis – NCM 7222;

30.29 - placas e outros utensílios de liga de aço – NCM 7224;

30.30 - chapas e outros utensílios de ferro e aço – NCM 7301;

30.31 - tubos e perfis ocos, de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7303.00.00, 7304, 7305 e 7306;

30.32 - acessórios para tubos (por exemplo: uniões, cotovelos, luvas ou mangas), de ferro fundido, ferro ou aço – NBM 7307;

30.33 - reservatórios, barris, tambores, latas, caixas e recipientes semelhantes para quaisquer matérias (exceto gases comprimidos ou liqüefeitos), de ferro fundido, ferro ou aço, de capacidade não superior a 300 litros, sem dispositivos mecânicos ou térmicos, mesmo com revestimento interior ou calorífugo – NCM 7310;

30.34 - recipientes para gases comprimidos ou liqüefeitos, de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7311.00.00;

30.35 - cordas, cabos, tranças (entrançados), ligas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço - NCM 7312;

30.36 - telas metálicas, grades e redes, de fios de ferro ou aço – NCM 7314;

30.37 - correntes, cadeias, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7315;

30.38 - tachas, pregos, percevejos, escápulas, grampos ondulados ou biselados e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, mesmo com cabeça de outra matéria, exceto cobre – NCM 7317.00;

30.39 - parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, arruelas (anilhas) (incluídas as de pressão) e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7318;

30.40 - agulhas e alfinetes de ferro ou aço – NCM 7319;

30.41 - molas e folhas de molas, de ferro ou aço – NCM 7320;

30.42 - radiadores, ventiladores e outros utensílios semelhantes e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7322;

30.43 - utensílios de ferro fundido, ferro ou aço – NCM 7325 e 7326;

30.44 - tubos de cobre – NCM 7411;

30.45 - acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, luvas(mangas)], de cobre – NCM 7412;

30.46 - tachas, pregos, percevejos, escápulas e artefatos semelhantes, de cobre, ou de ferro ou aço com cabeça de cobre; parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, arruelas (anilhas) (incluídas as de pressão) e artefatos semelhantes, de cobre – NCM 7415;

30.47 - molas de cobre – NCM 7416.00.00;

30.48 - anéis, arruelas, juntas e outros utensílios de cobre – NCM 7419;

30.49 - tubos de alumínio – NCM 7608;

30.50 - acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, luvas(mangas)], de alumínio – NCM 7609.00.00;

30.51 - utensílios de alumínio – NCM 7616;

30.52 - peso para balanceamento de rodas e outros utensílios de chumbo – NCM 7806.00.00;

30.53 - tubos e seus acessórios [por exemplo: uniões, cotovelos, luvas (mangas)], de zinco – NCM 7906.00.00;

30.54 - utensílios de zinco – NCM 7907.00.00;

30.55 - peso para balanceamento de rodas e outros utensílios de estanho – NCM 8007.00.00;

30.56 - fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns; fechos e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns; chaves para estes artigos, de metais comuns – NCM 8301;

30.57 - articulações, dobradiças, maçanetas, trincos, guarnições, ferragens e artigos semelhantes – NCM 8302;

30.58 - tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios – NCM 8307;

30.59 - motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por centelha (faísca) (motores de explosão) – NCM 8407;

30.60 - motores de pistão, de ignição por compressão (motores diesel ou semi-diesel) – NCM 8408;

30.61 - partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408 [por exemplo: bielas, blocos de cilindros, cabeçotes, cárteres, carburadores, válvulas de admissão ou de escape, coletores de admissão ou de escape, anéis de segmento, guias de válvulas, injetores (incluídos os bicos injetores), pistões ou êmbolos, camisas de cilindro, injeção eletrônica e outros] – NCM 8409;

30.62 - turbinas hidráulicas, rodas hidráulicas, e seus reguladores – NCM 8410;

30.63 - outros motores, máquinas motrizes e partes (por exemplo: motores hidráulicos, pneumáticos e outros) – NCM 8412;

3064. - bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos, e partes – NCM 8413;

30.65 - bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes (exaustores) para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes, e partes – NCM 8414;

30.66 - máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente, e partes – NCM 8415;

30.67 - aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura – NCM 8419;

30.68 - aparelhos e partes para filtrar ou depurar líquidos ou gases (por exemplo: filtros de ar ou óleo) – NCM 8421;

30.69 - partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas e aparelhos das posições 8425 a 8430 – NCM 8431;

30.70 - torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes – NCM 8481;

30.71 - rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas – NCM 8482;

30.72 - árvores (veios) de transmissão [incluídas as árvores de excêntricos (cames) e virabrequins (cambotas)] e manivelas; mancais (chumaceiras) e "bronzes"; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torque (binários); volantes e polias, incluídas as polias para cadernais; embreagens e dispositivos de acoplamento, incluídas as juntas de articulação – NCM 8483;

30.73 - juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação, mecânicas – NCM 8484;

30.74 - partes de máquinas ou de aparelhos, não especificadas nem compreendidas em outras posições do capítulo 84, não contendo conexões elétricas, partes isoladas eletricamente, bobinas, contatos nem quaisquer outros elementos com características elétricas – NCM 8485;

30.75 - motores e geradores, elétricos, exceto os grupos eletrogêneos – NCM 8501;

30.76 - grupos eletrogêneos e conversores rotativos, elétricos – NCM 8502;

30.77 - partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 – NCM 8503.00;

30.78 - transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de auto-indução – NCM 8504;

30.79 - eletroímãs; ímãs permanentes e artefatos destinados a tornarem-se ímãs permanentes após magnetização; placas, mandris e dispositivos semelhantes, magnéticos ou eletromagnéticos, de fixação; acoplamentos, embreagens, variadores de velocidade e freios (travões), eletromagnéticos; cabeças de elevação eletromagnéticas – NCM 8505;

30.80 - acumuladores elétricos e seus separadores, mesmo de forma quadrada ou retangular (baterias) – NCM 8507;

30.81 - aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão (por exemplo: magnetos, dínamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (dínamos e alternadores, por exemplo) e conjuntores-disjuntores utilizados com estes motores – NCM 8511;

30.82 - aparelhos elétricos de iluminação (por exemplo: faróis, luzes fixas, luzes indicadoras de manobras) ou de sinalização (exceto os da posição 8539), limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaçadores elétricos, dos tipos utilizados em ciclos e automóveis, e partes– NCM 8512;

Nota: A redação do item 30.82, do inciso II, do art. 353 foi retificada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

30.83 - condensadores elétricos, fixos, variáveis ou ajustáveis – NCM 8532;

30.84 - resistências elétricas (incluídos os reostatos e os potenciômetros), exceto de aquecimento – NCM 8533;

30.85 - aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos [por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta-circuito, eliminadores de onda, tomadas de corrente (machos-e-fêmeas, etc.), suportes para lâmpadas, caixas de junção], para tensão não superior a 1.000 volts – NCM 8536, exceto "starter" classificado na posição 8536.50.90 e inserido no item 27 deste inciso (Protocolo 17/85);

Nota: **A redação atual do item 30.85, do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).**

Redação originária:
"30,85 - aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos [por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta- circuito, eliminadores de onda, tomadas de corrente (machos-e-fêmeas, etc.), suportes para lâmpadas, caixas de junção], para tensão não superior a 1.000 volts – NCM 8536;"

30.86 - faróis e projetores, em unidades seladas – NCM 8539.10;

30.87 - revogado

Nota: O item 30.87, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 22/11/01, conforme disposto no art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01.

Redação originária:
"30.87 - lâmpadas e tubos de incandescência, exceto de raios ultravioleta ou infravermelhos – NCM 8539.2;"

30.88 - diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; diodos emissores de luz; cristais piezoelétricos montados –NCM 8541;

30.89 - circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos – NCM 8542;

30.90 - fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão – NCM 8544;

30.91 - eletrodos de carvão, escovas de carvão, carvões para lâmpadas ou para pilhas e outros artigos de grafita ou de carvão, com ou sem metal, para usos elétricos – NCM 8545;

30.92 - isoladores de qualquer matéria e peças isolantes, para usos elétricos – NCM 8546 e 8547;

30.93 - chassis com motor para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705 - NCM 8706.00;

30.94 - carroçarias para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705, incluídas as cabinas – NCM 8707;

30.95 - partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (por exemplo: pára-choques e suas partes; cintos de segurança; acessórios de carroçarias, incluídas as cabinas; freios, travões, servo-freios e suas partes; caixas de marcha; eixos de transmissão, outros eixos e suas partes; rodas, suas partes e acessórios; amortecedores de suspensão; radiadores; silenciosos e tubos de escape; embreagens e suas partes; volantes, barras e caixas, de direção; dispositivos para acelerador e outros) - NCM 8708;

30.96 - partes e acessórios dos veículos da posição 8711 (motocicletas, incluídos os ciclomotores) – NCM 8714;

30.97 - sensores de temperatura, oxigênio, detonação e outros tipos de sensores - NCM 9025, 9027 e 9026;

30.98 - instrumentos e aparelhos para medida ou controle da vazão (caudal), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases [por exemplo: medidores de vazão (caudal), indicadores de nível, manômetros, contadores de calor] - NCM 9026;

30.99 - contadores (por exemplo: contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podômetros); indicadores de velocidade e tacômetros, exceto os das posições 9014 ou 9015 - NCM 9029;

30.100 - sensores, termostatos e outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos (por exemplo: regulador de voltagem, controladores eletrônicos de suspensão, transmissão, freio, injeção, ignição, e outros) - NCM 9032;

30.101 - assentos e estofados, partes e peças, para assentos dos tipos utilizados em veículos automotores – NCM 9401;

31 - produtos de óptica incluídos nas posições da NCM a seguir especificadas:

31.1 - lentes para óculos – NCM 9001.40 e 9001.50;

31.2 - armações para óculos e artigos semelhantes, e suas partes – NCM 9003;

31.3 - óculos para correção, proteção ou outros fins, e artigos semelhantes – NCM 9004;

Nota: O item 31 foi acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Ver Portaria nº 174/02, DOE de 12/03/02, que dispõe sobre procedimentos decorrentes da antecipação tributária sobre o estoque de produtos de ótica de que cuida o art. 9º do Decreto nº 8087/01.

De acordo com o art. 9º do Decreto nº 8087/02, deverão os contribuintes distribuidores, atacadistas e revendedores, inclusive varejistas, destes produtos, adotar certas providências, a fim de ajustar seus estoques às regras de substituição ou antecipação tributária.

32 - calçados - NCM 6401, 6402, 6403, 6404 e 6405 (Lei nº 8.534/02)

Nota: O item "32" foi acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos a partir de 01/03/03.
"Ver art. 12 do Decreto 8413/02 que dispõe sobre as providências para ajuste dos estoques às regras de substituição tributária"

33 - álcool, exceto para fins carburantes.

Nota: O item 33 foi acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04).

34 - revogado

Nota: O item 34, do inciso II do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.

Redação anterior dada ao item 34, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 353 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), efeitos de 01/10/04 a 30/09/05:
"34 - ração para animais domésticos de estimação (tipo "pet") - NCM 2309."

III - revogado

Nota: O inciso III do art. 353 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"III - o gerador ou distribuidor de energia elétrica - NCM 2716 -, relativamente ao imposto incidente desde a produção ou importação até a última operação;".

IV - nas operações com combustíveis, lubrificantes e produtos diversos das indústrias químicas, nos

termos do art. 512-A, as pessoas ali indicadas.

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 353 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99.

Redação originária:
"IV - nas operações com combustíveis, lubrificantes e produtos diversos das indústrias químicas, nos termos do art. 512, as pessoas ali indicadas."

V - o depositário, a qualquer título, em relação a mercadoria depositada por contribuinte localizado em outra unidade da Federação, nas situações previstas neste artigo.

Nota: A redação atual do inciso V do art. 353 foi dada pela Alteração nº 40 (Decreto nº 8457, de 17/02/03. DOE de 18/02/03), efeitos a partir de 18/02/03.

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao art. 353 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02): (sem efeito)
"V - o depositário, a qualquer título, em relação a mercadoria depositada por contribuinte, nas situações previstas neste artigo;"

§ 1º A sujeição passiva por substituição com retenção do imposto:

I - é extensiva, também, ao transporte efetuado por terceiro, quando relacionado diretamente com a operação realizada pelo sujeito passivo por substituição, desde que o preço do serviço esteja efetivamente incluído na base de cálculo da operação, sendo que, em caso contrário, deverá ser atendido o disposto no parágrafo único do art. 357;

II - abrange os valores das prestações de serviços de transporte subseqüentes, na hipótese de ter a mercadoria preço máximo ou único de venda a varejo fixado pelo fabricante, pelo importador ou pela autoridade competente, se os referidos valores estiverem incluídos nesse preço;

III - não compreende o transporte efetuado por terceiro, nas operações interestaduais em que o tomador do serviço de transporte seja o destinatário da mercadoria.

§ 2º As farmácias, drogarias e casas de produtos naturais farão o recolhimento do ICMS por antecipação nas aquisições de quaisquer mercadorias efetuadas neste Estado ou procedentes do exterior, sem prejuízo do disposto no art. 371 acerca das aquisições interestaduais (art. 61, V).

Nota: A redação atual do § 2º do art. 353 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 353 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).
"§ 2º As farmácias, drogarias e casas de produtos naturais farão o recolhimento do ICMS por antecipação nas aquisições de quaisquer mercadorias efetuadas neste Estado ou procedentes do exterior, sem prejuízo do disposto na alínea "c" do inciso I do art. 371 acerca das aquisições interestaduais (art. 61, V)."

Redação originária:
"§ 2º As farmácias, drogarias e casas de produtos naturais farão o recolhimento do ICMS por antecipação nas aquisições de quaisquer mercadorias efetuadas neste Estado ou procedentes do exterior,

sem prejuízo do disposto no inciso III do art. 373 acerca das aquisições interestaduais (art. 61, V)."

§ 3º Nas saídas de asfalto diluído de petróleo - NCM 2715.00.00, caberá ao contribuinte que adquirir o produto junto à refinaria de petróleo o lançamento e pagamento do imposto referente às operações subseqüentes.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 353 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação originária:
"§ 3º Nas saídas de asfalto diluído de petróleo, observar-se-á o disposto no § 5º do art. 512."

§ 4º Quando for celebrado entre a Bahia e outras unidades da Federação acordo para cobrança do imposto por substituição tributária nas operações com determinada mercadoria, a extensão do mesmo tratamento às operações internas dependerá de sua implementação neste Regulamento ou de ato específico do Poder Executivo.

§ 5º Tratando-se de produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino e suíno:

Nota: **A redação atual do § 5º do art. 353 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.**

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 353 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"§ 5º Tratando-se de produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino e suíno, não sera exigido o pagamento do imposto referente à substituição tributária quando o abate ocorrer em estabelecimento, situado neste Estado, submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, se forem observadas as condições previstas no inciso IX do § 3º do art. 347."

I - fica atribuída ao contribuinte que efetuar a remessa de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno destinado para o abate, a responsabilidade pela antecipação do ICMS relativo às operações internas subseqüentes com os produtos comestíveis resultantes do abate, sendo que o imposto relativo à antecipação tributária englobará o devido na operação com os animais vivos.

II - se o abate ocorrer em estabelecimento situado neste Estado que atenda às disposições da legislação sanitária federal e estadual, observado o disposto no § 8º do art. 347:

a) fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto relativo às operações internas, próprias e subseqüentes;

b) tratando-se de operação de saída interestadual, será emitida Nota Fiscal com destaque do imposto, sem ônus tributário para o emitente, para creditamento do imposto pelo destinatário.

§ 6º A dispensa do lançamento e do pagamento do imposto prevista no parágrafo anterior fica condicionada a que o abatedouro mantenha à disposição da fiscalização tributária estadual:

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 353 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

I - os demonstrativos mensais de abate, com discriminação das quantidades totais, por conta própria, por conta e ordem de terceiros;

II - as cópias das Guias de Trânsito Animal (GTA), emitidas pelo órgão competente da SEAGRI, dos animais recebidos para abate;

III - os laudos de inspeção sanitária do gado abatido, expedido pelo setor competente da SEAGRI ou do Ministério da Agricultura e Abastecimento."

Art. 354. Nas operações internas, a responsabilidade atribuída ao sujeito passivo por substituição não exclui a responsabilidade supletiva do contribuinte substituído, unicamente quando a retenção do imposto for feita sem a inclusão, na base de cálculo, dos valores referentes a frete e seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, hipótese em que caberá ao destinatário recolher o imposto sobre as referidas parcelas (art. 357, parágrafo único, e art. 125, II, "i", item 2).

Nota: A redação atual do art. 354 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação originária:
"Art. 354. Nas operações internas, a responsabilidade atribuída ao sujeito passivo por substituição não exclui a responsabilidade supletiva do contribuinte substituído, unicamente quando a retenção do imposto for feita sem a inclusão, na base de cálculo, dos valores referentes a frete e seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, hipótese em que caberá ao destinatário recolher o imposto sobre as referidas parcelas (art. 357, parágrafo único, e art. 125, I, "c")."

SUBSEÇÃO III
Das Hipóteses em Que Não Deve Ser Feita a Antecipação do Imposto nas Operações Internas e nas Aquisições de Fora do Estado

Art. 355. Não se fará a retenção ou antecipação do imposto nas operações internas, nas aquisições de outra unidade da Federação ou do exterior e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, quando a mercadoria se destinar:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 355 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"Art. 355. Não se fará a retenção do imposto ou antecipação do imposto, nas operações internas e nas aquisições de fora do Estado, às quais se aplicarão as normas comuns da legislação, quando a mercadoria se destinar:"

I - a estabelecimento filial atacadista situado neste Estado, no caso de transferência de estabelecimento industrial ou de suas outras filiais atacadistas, localizado nesta ou em outra unidade da Federação, ficando o destinatário responsável pela retenção do imposto referente às operações internas subseqüentes, hipótese em que aplicará a MVA prevista para a retenção por estabelecimento industrial, observado o disposto no § 2º do artigo seguinte;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 355 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).

Redação originária, efeitos até 03/02/03:
"I - a estabelecimento filial atacadista situado neste Estado, na hipótese de transferência de estabelecimento industrial localizado nesta ou em outra unidade da Federação, ficando o destinatário responsável pela retenção do imposto nas operações internas subseqüentes, equiparando-se nestas operações à própria indústria, devendo ser observado pelo estabelecimento filial atacadista destinatário o disposto no § 2º do artigo seguinte;"

II - a outro contribuinte ao qual a legislação atribua a condição de responsável pelo pagamento do imposto por sujeição passiva por substituição, em relação à mesma mercadoria, ficando o destinatário responsável pela retenção do imposto nas operações internas subseqüentes;

III - a estabelecimento industrial, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial, para utilização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem;

Nota: **A redação atual do inciso III foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.**

Redação originária:
"III - a estabelecimento industrial, inclusive microempresa industrail, para utilização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem."

IV - a estabelecimento prestador de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como de competência tributária dos Municípios, sendo a mercadoria destinada a emprego na prestação de tal serviço, a menos que haja indicação expressa de lei complementar acerca da incidência do ICMS nos fornecimentos a serem efetuados pelo prestador;

V - a estabelecimento de contribuinte para uso, consumo ou ativo imobilizado;

VI - a contribuinte cuja operação subseqüente estiver amparada por isenção ou não-incidência;

VII - a consumidor final.

VIII - as empresas beneficiárias do PROAUTO, aprovado pela Lei nº 7537, de 28 de outubro de 1999.

Nota: **O inciso VIII foi acrescentado ao art. 355 pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.**

Parágrafo único. Relativamente ao disposto neste artigo:

Nota: **A redação atual do parágrafo único do art. 355 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).**

Redação originária:
"Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo nas operações com farinha de trigo destinadas a estabelecimento industrial neste Estado, em relaçao à quais serão observadas as disposições do art. 506."

I - nas aquisições interestaduais em que o próprio acordo interestadual dispensar a retenção do ICMS, observar-se-á o disposto no § 1º do art. 372;

Nota: A redação atual do inciso I, do parágrafo único do art. 355 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do parágrafo único do art. 355 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"I - nas aquisições interestaduais em que, mesmo havendo convênio ou protocolo, quando o próprio acordo interestadual dispensar a retenção do ICMS, observar-se-á o disposto no § 1º do art. 372;"

II - não se aplicam às disposições contidas nos incisos I, II e III nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo destinados a contribuinte situado neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras dos arts. 506-A a 506-G.

Nota: A redação atual do inciso II, do parágrafo único do art. 355 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 355 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"II - não se aplicam às disposições contidas no inciso III nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha destinados a estabelecimento industrial situado neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras dos arts. 506-A a 506-E."

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 355 dada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"II - não se aplicam as disposições contidas no inciso III nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo destinados a estabelecimento industrial situado neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras dos arts. 506-A a 506-D."

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único, pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99, DOE de 16/09/99), efeitos 16/09/99 até 02/05/01:
"*II - não se aplicam as disposições contidas no inciso III nas operações com farinha de trigo destinada a estabelecimento industrial neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras do art. 506.".*

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao parágrafo único art. 355 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), efeitos até 15/09/99:
"II - não se aplicam estas disposições nas operações com farinha de trigo destinada a estabelecimento industrial neste Estado, em relação às quais serão observadas as regras do art. 506."

SUBSEÇÃO IV
Das Operações Subseqüentes à Antecipação do Imposto

Art. 356. Ocorrido o pagamento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, ficam desoneradas de tributação as operações internas subseqüentes com as mesmas mercadorias, sendo, por conseguinte, vedada, salvo exceções expressas, a utilização do crédito fiscal pelo adquirente, extensiva essa vedação ao crédito relativo ao imposto incidente sobre os serviços de transporte das mercadorias objeto de antecipação ou substituição tributária.

§ 1º Nos documentos fiscais relativos às operações subseqüentes com mercadorias cujo imposto já tiver sido antecipado, observar-se-á o disposto no art. 359.

§ 2º Na hipótese do inciso I do artigo anterior e do inciso II do art. 375, caso, eventualmente, o estabelecimento destinatário adquira de terceiro outras mercadorias com o imposto pago por antecipação, para que se dê ao seu estoque e às suas operações tratamento fiscal uniforme, deverá o contribuinte utilizar como crédito fiscal tanto o ICMS da operação normal como o imposto retido ou antecipado, obrigando-se a efetuar a retenção do imposto nas operações internas subseqüentes com aquelas mercadorias, observando-se, quanto à margem de valor adicionado (MVA), o disposto no inciso I do artigo anterior e no § 1º do art. 372.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 356 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97)

Redação originária:
"§ 2º Na hipótese do inciso I do artigo anterior, caso, eventualmente, o estabelecimento adquira de terceiro mercadorias com o imposto pago por antecipação, para que se dê ao seu estoque e às suas operações tratamento fiscal uniforme, deverá o contribuinte utilizar como crédito fiscal tanto o ICMS da operação normal como o imposto retido ou antecipado, obrigando-se a efetuar a retenção do imposto nas operações internas subseqüentes com aquelas mercadorias."

§ 3º Poderão ser utilizados como crédito fiscal, pelo destinatário, tanto o imposto da operação normal destacado no documento como o imposto pago por antecipação, sempre que:

I - o contribuinte receber mercadoria não incluída no regime de substituição tributária, mas que, por qualquer circunstância, tiver sido feita a cobrança antecipada do imposto;

II - não sendo o adquirente considerado contribuinte substituído, receber, com imposto pago por antecipação, mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

III - apesar de não haver convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade federada de origem das mercadorias que preveja a substituição tributária, for feita, mesmo assim, a retenção do imposto em operações com mercadorias não enquadradas na substituição tributária pela legislação deste Estado, desde que disponha de comprovante do efetivo recolhimento do imposto retido e que faça imediata comunicação do fato à repartição fazendária do seu domicílio.

§ 4º Nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo, mistura de farinha e produtos a base de farinha de tigo sujeitos à antecipação tributária, observar-se-á o disposto nos arts. 506-A a 506-G.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 356 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 4ºdo art. 356 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"§ 4º Nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo, mistura de farinha e produtos a base de farinha de trigo sujeitos à antecipação tributária, observar-se-á o disposto nos arts. 506-A a 506-E."

Redação anterior dada ao § 4º do art. 356 pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"§ 4º Nas operações com trigo em grãos, farinha de trigo, mistura de farinha e produtos a base de farinha de trigo sujeitos à antecipação tributária, observar-se-á o disposto nos arts. 506-A a 506-D."

Redação originária, efeitos até 02/05/01:
"§ 4º Nas operações com farinha de trigo e produtos dela derivados, observar-se-á o disposto no art. 506.".

§ 5º Na hipótese de perda, extravio, desaparecimento, inutilização, sinistro ou quebra anormal de mercadorias recebidas com ICMS pago por antecipação, quando devidamente comprovadas tais ocorrências, sendo impossível a revenda das mercadorias, o contribuinte poderá utilizar como crédito fiscal o valor do imposto pago antecipadamente, vedado, contudo, o crédito relativo ao ICMS da operação normal, devendo a Nota Fiscal a ser emitida para esse fim especificar, resumidamente, além dos demais elementos exigidos, as quantidades e espécies de mercadorias, seu valor e o imposto recuperado, e conter observação acerca do motivo determinante desse procedimento.

§ 6º Nos casos em que a legislação permita a utilização, como créditos fiscais, tanto do imposto relativo à operação normal como do antecipado, o destinatário lançará o documento fiscal no Registro de Entradas, na forma regulamentar, indicando, na coluna "Observações", o valor do ICMS antecipado, cujo montante, no final do período, será transportado para o item "007 - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS.

§ 7º O encerramento da fase de tributação referido neste artigo implica que, com a realização efetiva do fato gerador presumido, salvo disposição em contrário, não importa que seja o valor da operação superior ou inferior ao valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária, não caberá a exigência de complementação do imposto nem a restituição de importância eventualmente paga a mais, a não ser que no pagamento do imposto por antecipação tenha havido erro ou outra circunstância que exija correção.

SUBSEÇÃO V
Da Base de Cálculo e da Apuração do Imposto a Ser Pago por Substituição ou Antecipação Tributária

Art. 357. O ICMS a ser retido ou antecipado será calculado aplicando-se a alíquota prevista para as operações internas sobre a base de cálculo prevista nos termos do art. 61, sendo que, do valor do imposto resultante, será deduzido o tributo de responsabilidade direta do remetente pela operação própria, destacado na documentação fiscal, bem como, quando for o caso, o imposto destacado no documento fiscal relativo ao serviço de transporte.

Parágrafo único. Nos casos em que a retenção do imposto tiver sido feita sem a inclusão, na base de cálculo prevista no art. 61, dos valores referentes a frete ou seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, o recolhimento do imposto sobre as referidas parcelas será efetuado pelo destinatário, nas aquisições a preço FOB, com inclusão do percentual da margem de valor adicionado (MVA) aplicável, vedada a utilização do crédito fiscal relativamente ao valor por ele pago (art. 125, II, "i", item 2).

Nota: A redação atual do art. 354 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04).

Redação originária:
"Parágrafo único. Nos casos em que a retenção do imposto tiver sido feita sem a inclusão, na base de cálculo prevista no art. 61, dos valores referentes a frete ou seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, o recolhimento do imposto sobre as referidas parcelas será efetuado pelo destinatário, nas aquisições a preço FOB, com inclusão do percentual da margem de valor adicionado (MVA) aplicável, vedada a utilização do crédito fiscal relativamente ao valor por ele pago (art. 125, I, "c")."

SUBSEÇÃO VI
Da Emissão de Documentos Fiscais pelo Sujeito Passivo por Substituição

Art. 358. O sujeito passivo por substituição, sempre que realizar operações sujeitas à retenção do imposto, emitirá Nota Fiscal que, além dos demais requisitos, deverá conter as seguintes indicações (Ajuste SINIEF 4/93):

I - a base de cálculo do imposto retido;

II - o valor do imposto retido, cobrável do destinatário.

§ 1º Nas operações interestaduais, a Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição deverá conter, também, o número de sua inscrição no cadastro de contribuintes da unidade federada de destino em favor da qual seja retido o imposto, ainda que por meio de carimbo.

§ 2º O contribuinte que utilizar a mesma Nota Fiscal para documentar operação interestadual com produtos tributados e não tributados, em que tenha efetuado a retenção do imposto por substituição tributária, deverá indicar o imposto retido relativo a tal operação, separadamente, no campo "Informações Complementares" (Ajustes SINIEF 01/96 e 02/96).

SUBSEÇÃO VII
Da Emissão de Documentos Fiscais pelo Contribuinte Substituído

Art. 359. O contribuinte substituído, na operação subseqüente que realizar com mercadoria recebida com imposto retido ou antecipado, emitirá documento fiscal, sem destaque do imposto, que conterá, além dos demais requisitos exigidos, a seguinte declaração, ainda que por meio de carimbo: "ICMS pago por substituição tributária" (Ajuste SINIEF 4/93).

§ 1º Nas saídas, para este Estado, de mercadorias que já tiverem sido objeto de antecipação ou substituição tributária, o documento fiscal poderá conter o destaque do imposto, para aproveitamento como crédito fiscal pelo destinatário, nas hipóteses a seguir indicadas, não podendo o destaque do imposto ter base de cálculo superior à adotada para apuração do tributo efetivamente antecipado, quando conhecida pelo emitente do documento fiscal, ou valor superior ao preço de mercado das mercadorias, quando a base de cálculo do valor antecipado não for por ele conhecida, observada, em qualquer caso, a alíquota aplicável, devendo o remetente estornar o débito correspondente, no final do mês, no item "008 - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS:

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação anterior dada ao § 1º do art. 359 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"§ 1º Nas saídas, para este Estado, de mercadorias que já tiverem sido objeto de antecipação ou substituição tributária, o documento fiscal poderá conter o destaque do imposto, para aproveitamento como crédito fiscal pelo destinatário, nas hipóteses a seguir indicadas, não podendo o destaque do imposto ser superior ao tributo efetivamente antecipado, quando este for conhecido pelo emitente do documento fiscal, ou ter como base de cálculo valor superior ao preço de mercado, quando o valor pago não for por ele conhecido, observada, em qualquer caso, a alíquota aplicável, devendo o remetente estornar o débito correspondente, no final do mês, no item "008 - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS:"

Redação originária:
"§ 1º Nas saídas, para este Estado, de mercadorias que já tiverem sido objeto de antecipação ou substituição tributária, o documento fiscal poderá conter o destaque do imposto, para aproveitamento como crédito fiscal pelo destinatário, nas hipóteses a seguir indicadas, não podendo o destaque do imposto ser superior ao tributo efetivamente antecipado, devendo, porém, o remetente estornar o débito correspondeten, a no final do mês, no item "008 - Estornos de Débitos" do Registro e Apuração do ICMS:"

I - mercadorias destinadas a outro estabelecimento para emprego como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem na industrialização de produtos tributados, bem como para

aplicação ou emprego na viabilização ou desempenho da atividade comercial, da extração, da geração ou da prestação, sendo estas tributadas;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"I - mercadorias destinadas a outro estabelecimento para emprego como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem na industrialização de produtos tributados, bem como para aplicação ou emprego efetivo na atividade comercial, na extração, na geração, na prestação, sendo estas tributadas;"

II - mercadorias destinadas a estabelecimento de produtor rural ou extrator inscrito no CAD-ICMS na condição normal, para utilização como insumo;

Nota: A redação atual do inciso II do § 1º do art. 359 foi pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação originária:
"II - mercadorias destinadas a estabelecimento de produtor rural ou extrator para utilização como insumo;"

III - mercadorias destinadas a fornecedores de refeições, restaurantes, cantinas, bares, hotéis, motéis, pousadas e similares, para emprego no preparo de refeições ou de produtos alimentícios sujeitos a tributação;

Nota: A redação atual do inciso III, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 359 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"III - mercadorias destinadas a fornecedores de refeições, restaurantes, cantinas, bares, hotéis, motéis e similares, para emprego no preparo de refeições ou de produtos alimentícios sujeitos a tributação;"

Redação originária:
" III - mercadoiras destinadas a fornecedores de refeições, restaurantes, cantinas, bares e similares, para emprego no preparo de refeições ou de produtos alimentícios sujeitos a tributação;"

IV - mercadorias destinadas a supermercados, para emprego no preparo ou confecção de produtos sujeitos à tributação;

V - combustíveis, lubrificantes e outras mercadorias destinadas a empresas de transporte, para emprego em prestações de serviços tributadas pelo ICMS, observada a ressalva constante no inciso XI do art. 96;

VI - mercadorias ou serviços adquiridos por contribuinte:

Nota: A redação atual do inciso VI, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"VI - meecadorias ou serviços adquiridos por contribuinte para uso, consumo ou ativo imobilizado a partir de 01/01/98."

a) para o ativo imobilizado, a partir de 01/11/96;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso VI, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso VI, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99):
"a) para uso ou consumo, a partir de 01/01/03 (Lei Complementar nº 99/99)."

Redação anterior dada a alínea "a", tendo sido acrescentada ao inciso VI, do § 1º do art. 359 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"*a) para o ativo imobilizado, a partir de 01/11/96;*".

b) para uso ou consumo, a partir de 01/01/07 (Lei Complementar nº 87/96).

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso VI, do § 1º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso VI, do § 1º do art. 359 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 31/12/02:
"b)) para uso ou consumo, a partir de 01/01/03 (Lei nº 7247/97 e Lei Complementar nº 99/99).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso VI, do §1º do art. 359 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos de 01/01/98 a 17/07/00:
"b) para uso ou consumo, a partir de 01/01/00 (Lei nº 7247/97)."

Redação anterior dada a alínea "b", tendo sido acrescentada ao inciso VI, do § 1º do art. 359 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"*b) para uso ou consumo, a partir de 01/01/98."*

§ 2º Não sendo o documento fiscal emitido na forma do parágrafo anterior, poderá o destinatário utilizar o crédito, nas aquisições efetuadas neste Estado, adotando os seguintes procedimentos:

I - emitir Nota Fiscal para este fim, tendo como natureza da operação "Recuperação de crédito";

II - indicar ou relacionar na Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior o documento ou documentos de aquisição, e calcular sobre o valor total o crédito a ser utilizado, pela alíquota vigente para as operações internas, não podendo o destaque do imposto ter base de cálculo superior ao preço de mercado das mercadorias.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):

Redação originária:
"II - indicar ou relacionar na Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior o documento ou documentos de aquisição, e calcular sobre o valor total o crédito a ser utilizado, pela alíquota vigente para as

operações internas."

§ 3º Na saída interestadual de mercadoria que já tiver sido objeto de antecipação do imposto:

I - não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de destino dispondo sobre a substituição tributária para a mesma espécie de mercadoria, poderá o contribuinte:

Nota: A redação atual do inciso I do § 3º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária:
"I - não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de destino dispondo sobre a substituição tributária para a mesma espécie de mercadoria, o documento fiscal conterá o destaque do ICMS, devendo o remetente estornar o débito correspondente no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;"

a) estornar o débito fiscal correspondente, relativo à saída, destacado no documento fiscal, no quadro "Crédito do Imposto – Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;

b) em substituição ao procedimento descrito na alínea anterior, utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, total ou proporcionalmente, conforme caso, desde que mantenha à disposição do fisco cópia da Nota Fiscal e do Conhecimento de Transporte, relativos à saída interestadual, visados pelo fisco da Unidade Federada de origem e de destino;

Nota: A redação atual do item 3.1 do inciso II do art. 353 foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "b" do inciso I do § 3º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).
"b) em substituição ao procedimento descrito na alínea anterior, utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, total ou proporcionalmente, conforme caso, desde que mantenha à disposição do fisco os documentos abaixo indicados, visados pelo fisco da Unidade Federada de destino:"

Redação originária:
"b) em substituição ao procedimento descrito na alínea anterior, utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, constantes no documento de aquisição, desde que mantenha à disposição do fisco os documentos abaixo indicados, visados pelo fisco da Unidade Federada de destino:
1 - cópia da Nota Fiscal e do Conhecimento de Transporte;
2 - cópia do registro da operação no livro Registro de Entradas;"

II - se a operação for passível de substituição tributária por força de convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade federada de destino, observar-se-á o disposto no art. 374 ou, no caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, o disposto em seu § 1°.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 3º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:

"II - se a operação for passível de substituição tributária por força de convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade federada de destino, observar-se-á o disposto no art. 374 ou, no caso de microempresa, o disposto em seu parágrafo único."

§ 4º Revogado

Nota: O § 4º do art. 359 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"§ 4º Na eventualidade de uma mercadoria que já tiver sido objeto de antecipação ou substituição tributária ser revendida, neste Estado, por microempresa comercial varejista, por microempresa ambulante ou por contribuinte não inscrito a estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, observar-se-á o seguinte:
I - sendo o vendedor microempresa comercial varejista:
a) tratando-se de mercadoria compreendida nos incisos II ou IV do art. 353 (Anexo 88), será emitida a Nota Fiscal - Microempresa Comercial Varejista, adotando-se a regra do "caput" deste artigo;
b) no caso das demais mercadorias que não as referidas na alínea anterior (Anexo 89), as mesmas retornarão ao regime normal de tributação, devendo a microempresa emitir a Nota Fiscal - Microempresa Comercial Varejista, sem ônus, contudo, para o emitente ou o destinatário, vedada a utilização de crédito fiscal pelo adquirente;
II - sendo o vendedor microempresa ambulante ou pessoa não inscrita no cadastro estadual:
a) tratando-se de mercadoria compreendida nos incisos II ou IV do art. 353 (Anexo 88), será emitida Nota Fiscal (entrada), pelo adquirente, para documentar o ingresso da mercadoria no estoque, sem destaque do imposto, adotando-se a regra do "caput" deste artigo;
b) no caso das demais mercadorias que não as referidas na alínea anterior (Anexo 89), as mesmas retornarão ao regime normal de tributação, devendo o destinatário emitir Nota Fiscal (entrada), sem destaque do imposto, vedada a utilização de crédito fiscal pelo adquirente. "

§ 5º Revogado

Nota: O § 5º do art. 359 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"§ 5º Nas vendas de mercadorias realizadas por microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante a outras microempresas, sendo a operação efetuada:
I - por microempresa comercial varejista a outro contribuinte inscrito como microempresa (industrial, comercial varejista ou ambulante), o vendedor emitirá Nota Fiscal - Microempresa Comercial Varejista;
II - por microempresa ambulante a outro contribuinte inscrito como microempresa (industrial, comercial varejista ou ambulante), o vendedor deverá dirigir-se à repartição fiscal para emissão de Nota Fiscal Avulsa, sem ônus do imposto.".

§ 6º Nas operações com produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados no item 13 do inciso II do art. 353, realizadas por estabelecimento atacadista ou distribuidor com destino a hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres, assim como para órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, tendo o imposto a eles relativo sido retido ou antecipado na operação imediatamente anterior, o contribuinte poderá requerer da Gerência de Substituição Tributária autorização visando a recuperar a parcela do imposto retido correspondente à diferença entre a base de cálculo que serviu para a retenção na operação mais recente e o valor da operação que tiver realizado,

proporcionalmente às quantidades saídas, devendo essa recuperação ser documentada em Nota Fiscal emitida especialmente nesse sentido.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 359 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"§ 6º Nas operações com produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados no item 13 do inciso II do art. 353, realizadas por estabelecimento atacadista ou distribuidor com destino a hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres, assim como para órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, tendo o imposto a eles relativo sido retido ou antecipado na operação imediatamente anterior, o contribuinte poderá requerer regime especial visando a recuperar a parcela do imposto retido correspondente à diferença entre a base de cálculo que serviu para a retenção na operação mais recente e o valor da operação que tiver realizado, proporcionalmente às quantidades saídas, devendo essa recuperação ser documentada em Nota Fiscal emitida especialmente nesse sentido."

§ 7º Na hipótese de utilização do procedimento previsto na alínea "b" do inciso I do § 3º, o valor do imposto anteriormente antecipado poderá ser utilizado para deduzir o imposto devido por antecipação tributária nas aquisições de outras unidades federadas não signatárias de acordo com o Estado da Bahia, na forma e condições estabelecidas em regime especial.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 105 pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Art. 360. O estabelecimento de transportador que realizar prestação de serviço de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, sendo a operação mercantil realizada com retenção do imposto e estando o valor do serviço efetivamente incluído na base de cálculo daquela operação, emitirá o Conhecimento de Transporte sem destaque do imposto, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a seguinte indicação, ainda que por meio de carimbo: "Imposto compreendido na substituição tributária da mercadoria", atendido o disposto no § 1º do art. 353, no art. 645 (vendas a preço FOB) e no art. 646 (vendas a preço CIF).

SUBSEÇÃO VIII
Da Escrituração Fiscal pelo Sujeito Passivo por Substituição

Art. 361. O sujeito passivo por substituição, ao escriturar no Registro de Saídas o documento fiscal relativo a mercadorias saídas com retenção do imposto, observará o seguinte (Ajuste SINIEF 4/93):

I - nas colunas adequadas, lançará os dados relativos à operação própria, na forma regulamentar;

II - na coluna "Observações", na mesma linha do lançamento de que trata o inciso anterior, lançará os valores do imposto retido e da respectiva base de cálculo, referidos no art. 358, utilizando colunas distintas para essas indicações, sob o título comum "Substituição Tributária";

III - se o contribuinte utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, os valores relativos ao imposto retido e à respectiva base de cálculo serão lançados na linha abaixo do lançamento da operação própria, sob o título comum "Substituição Tributária" ou o código "ST".

Parágrafo único. Os valores constantes nas colunas relativas ao imposto retido e à sua base de cálculo serão totalizados no último dia do período de apuração, para lançamento no Registro de Apuração do ICMS, na forma do art. 363, separando-se as operações internas e as interestaduais.

Art. 362. Ocorrendo devolução ou retorno de mercadoria cuja saída tiver sido escriturada nos termos do artigo anterior, o sujeito passivo por substituição, na escrituração do Registro de Entradas, observará o seguinte:

I - o documento fiscal relativo à devolução ou retorno será lançado com utilização das colunas "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto", na forma regulamentar;

II - na coluna "Observações", na mesma linha do lançamento referido no inciso anterior, serão lançados os valores da base de cálculo e do imposto retido, referidos no art. 358, relativos à devolução, utilizando-se colunas distintas para essas indicações, sob o título comum "Substituição Tributária";

III - se o contribuinte utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, os valores relativos ao imposto retido e à respectiva base de cálculo serão lançados na linha abaixo do lançamento da operação própria, sob o título comum "Substituição Tributária" ou o código "ST".

Parágrafo único. Os valores constantes na coluna relativa ao imposto retido serão totalizados no último dia do período de apuração, para lançamento no Registro de Apuração do ICMS, na forma prevista no inciso II do artigo seguinte.

Art. 363. O sujeito passivo por substituição apurará os valores relativos ao imposto retido, no último dia do respectivo período, no Registro de Apuração do ICMS, em folha subseqüente à destinada à apuração referente às suas próprias operações, fazendo constar a expressão "Substituição Tributária", e utilizando, no que couber, os quadros "Débito do Imposto", "Crédito do Imposto" e "Apuração dos Saldos", onde serão lançados (Ajuste SINIEF 4/93):

I - o total do imposto de que trata o parágrafo único do art. 361, no campo "Por Saídas com Débito do Imposto";

II - o total do imposto de que trata o parágrafo único do art. 362, no campo "Por Entradas com Crédito do Imposto".

Parágrafo único. O lançamento será feito discriminando, separadamente:

I - as operações internas;

II - as operações interestaduais, estas em folha subseqüente à das operações internas, pelos valores totais, detalhando os valores relativos a cada unidade da Federação nos quadros "Entradas" e "Saídas", nas colunas "Base de Cálculo" (para base de cálculo do imposto retido), "Imposto Creditado" e "Imposto Debitado" (para imposto retido, identificando a unidade da Federação na coluna "Valores Contábeis").

SUBSEÇÃO IX
Da Escrituração Fiscal pelo Contribuinte Substituído

Art. 364. O contribuinte substituído, relativamente às operações com mercadorias recebidas com imposto retido ou antecipado, escriturará o Registro de Entradas e o Registro de Saídas na forma regulamentar, utilizando a coluna "Outras", respectivamente, de "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto" e de "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto", conforme se trate de operação de entrada ou de saída.

§ 1º É facultada a indicação, na coluna "Observações", do valor do imposto retido ou antecipado, ou, se for o caso, na linha abaixo do lançamento da operação própria.

§ 2º Nos casos em que a retenção do imposto tiver sido feita sem a inclusão, na base de cálculo prevista no art. 61, dos valores referentes a frete ou seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, o destinatário fará as anotações cabíveis na coluna "Observações" do Registro de Entradas, para pagamento da complementação do imposto sobre as referidas parcelas, nas aquisições a preço FOB, com inclusão do percentual da margem de valor adicionado (MVA) aplicável, vedada a utilização do crédito fiscal relativamente ao valor por ele

pago (art. 125, I, "c").

§ 3º Revogado.

Nota: O § 3º do art. 364 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 3º Os estabelecimentos usuários de máquinas registradoras, em relação às mercadorias objeto de antecipação ou substituição tributária, atenderão às disposições dos arts. 726 a 760."

§ 4º Na escrituração, no Registro de Entradas, de Nota Fiscal que houver acobertado operação interestadual com mercadorias tributadas e não tributadas, em que tiver havido a retenção do imposto por substituição tributária, o valor do imposto retido relativo a tal operação será lançado, separadamente, na coluna "Observações" (Ajustes SINIEF 01/96 e 02/96).

Art. 365. O estabelecimento de transportador que realizar prestação de serviço de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, sendo a operação mercantil realizada com retenção do imposto e estando o valor do serviço efetivamente incluído na base de cálculo daquela operação, escriturará no Registro de Saídas o documento fiscal que emitir, com utilização das colunas "Valor Contábil" e "Outras" de "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto", fazendo constar na coluna "Observações" a expressão: "Transporte de mercadoria sujeita a substituição tributária", atendido o disposto no § 1º do art. 353, no 645 (vendas a preço FOB) e no art. 646 (vendas a preço CIF).

SUBSEÇÃO X
Dos Prazos e da Forma de Recolhimento do Imposto Retido ou a Ser Antecipado

Art. 366. O ICMS retido ou a ser pago por antecipação será recolhido nos prazos previstos:

I - no art. 125, nos casos de antecipação tributária pelo próprio contribuinte ou pelo responsável solidário;

II - no art. 126, relativamente ao imposto retido pelo sujeito passivo substituto, nos casos de substituição tributária por antecipação;

III - no § 1º do art. 376, relativamente ao imposto retido em favor de outra unidade da Federação.

Parágrafo único. O imposto retido, apurado na forma do parágrafo único do art. 363, será recolhido em documento de arrecadação distinto do relativo ao imposto a ser pago em função das operações próprias do responsável, sendo que:

I - nas operações internas, o recolhimento será feito mediante o Documento de Arrecadação Estadual (DAE), Anexo 84;

II - nas operações interestaduais, o recolhimento será feito através da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), Anexo 85, devendo, ainda, ser elaborado e remetido o arquivo magnético a que se refere o art. 378, no prazo ali previsto.

Nota: A redação atual do inciso II, do parágrafo único do art. 366 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"II - nas operações interestaduais, o recolhimento será feito através da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), Anexo 85, devendo, ainda, ser elaborado e remetido o arquivo magnético a

que se refere o art. 378, no prazo ali previsto."

SUBSEÇÃO XI
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento com Mercadorias Enquadradas no Regime de Substituição Tributária por Antecipação

Art. 367. Nas operações realizadas fora do estabelecimento com mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto por antecipação, observar-se-á o disposto nos arts. 421 a 427.

SUBSEÇÃO XII
Do Ressarcimento do Imposto Retido ou Antecipado

Art. 368. Nas hipóteses de devolução ou de desfazimento de negócio relativo a mercadorias recebidas com imposto retido e nos demais casos em que houver necessidade de fazer-se o ressarcimento do imposto retido, já tendo este sido recolhido, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - o adquirente emitirá Nota Fiscal para acompanhar as mercadorias a serem devolvidas ao fornecedor, calculando o imposto correspondente à saída em função da mesma base de cálculo e da mesma alíquota constantes na Nota Fiscal de origem, total ou parcialmente, conforme o caso;

II - a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior terá como natureza da operação "Devolução" ou "Desfazimento do negócio", conforme o caso, devendo ser feita anotação, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", acerca do número, da série e da data da Nota Fiscal de origem;

III - visando à compensação do imposto:

a) o remetente estornará o débito fiscal correspondente à Nota Fiscal referida no inciso I no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;

b) para efeito de ressarcimento do imposto anteriormente retido, o remetente emitirá outra Nota Fiscal, exclusiva para esse fim, em nome do respectivo fornecedor que tenha retido originariamente o imposto, contendo as seguintes indicações, nos campos próprios, vedada qualquer indicação no campo destinado ao destaque do imposto (Conv. ICMS 56/97):

Nota: A redação atual do *caput* da alínea "b", do inciso III do art. 358 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*b) para efeito de ressarcimento do imposto retido na operação anterior, o remetente emitirá outra Nota Fiscal em nome do respectivo fornecedor, contendo as seguintes indicações, nos campos próprios, vedada qualquer indicação no campo destinado ao destaque do imposto:".*

1 - o nome, o endereço, o CGC e a inscrição estadual do fornecedor;

2 - como natureza da operação: "Ressarcimento do ICMS";

3 - a identificação da Nota Fiscal de sua emissão referida no inciso I, que tiver motivado o ressarcimento;

4 - o número, a série, se houver, e a data do documento fiscal de aquisição da mercadoria;

5 - o valor do ressarcimento, que corresponderá ao valor do imposto anteriormente antecipado, total ou proporcionalmente, conforme o caso;

6 - a declaração: "Nota Fiscal emitida para efeito de ressarcimento, de acordo com as cláusulas terceira e

quarta do Convênio ICMS 81/93";

c) serão enviadas ao fornecedor:

1 - a 1ª via da Nota Fiscal de ressarcimento (alínea anterior);

2 - cópias reprográficas dos documentos fiscais referidos nos itens 3 e 4 da alínea anterior;

d) o estabelecimento fornecedor que, na condição de responsável por substituição, houver efetuado a retenção do imposto, ao receber a 1ª via da Nota Fiscal emitida para fins de ressarcimento, nos termos da alínea "b", poderá deduzir o valor do imposto retido, do próximo recolhimento a ser feito a este Estado ou à unidade federada do contribuinte que tiver direito ao ressarcimento, conforme o caso, observado, nas operações interestaduais, o disposto na alínea "d" do inciso II do art. 374 (Conv. ICMS 56/97);

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso III do art. 368 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"d) o estabelecimento fornecedor que, na condição de responsável por substituição, houver efetuado a retenção do imposto, ao receber a 1ª via da Nota Fiscal emitida para fins de ressarcimento, poderá deduzir, do próximo recolhimento a ser feito a este Estado ou à unidade da Federação da origem da mercadoria, conforme o caso, a importância do imposto objeto do ressarcimento;".

e) a Nota Fiscal de ressarcimento será escriturada:

1 - pelo emitente, no Registro de Saídas, utilizando-se apenas as colunas "Documentos Fiscais" e "Observações", fazendo constar nesta a expressão "Ressarcimento de imposto retido";

2 - pelo destinatário do documento, sendo estabelecido neste Estado, no Registro de Apuração do ICMS, em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às operações próprias, destinada à apuração do imposto por substituição tributária (art. 363), no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos", com a expressão "Ressarcimento de imposto retido";

IV - em substituição ao procedimento recomendado no inciso anterior, poderá o contribuinte que efetuar a devolução utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, constantes no documento de aquisição das mesmas mercadorias, total ou proporcionalmente, conforme o caso, a serem lançados no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS;

V - em substituição aos procedimentos recomendados nos incisos III e IV, poderá o contribuinte que efetuar a devolução estornar o débito fiscal relativo à saída em devolução, destacado no documento fiscal emitido na forma do inciso I, no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;

VI - o valor do ICMS retido por substituição tributária a ser ressarcido não poderá ser superior ao valor retido quando da aquisição do respectivo produto pelo estabelecimento;

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 369 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VII - quando for impossível determinar a correspondência do ICMS retido à aquisição do respectivo produto, tomar-se-á o valor do imposto retido quando da última aquisição do produto pelo

estabelecimento proporcional à quantidade saída.

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 368 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

§ 1º Na hipótese deste artigo, sendo a devolução efetuada:

I - por microempresa ou empresa de pequeno porte, para contribuinte situado nesta ou em outra unidade da Federação:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso I, do § 1º do art. 368 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"I - por microempresa comercial varejista, para contribuinte situado nesta ou em outra unidadade da Federação:"

a) será emitida Nota Fiscal, indicando, no campo "Informações Complementares":

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso I, do § 1º do art. 368 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"a) será emitida Nota Fiscal - Microemprsa COmercial Varjista, indicando, no campo "Informações Complementares".

1 - o número, a série e a data da Nota Fiscal deorigem;

2 - o valor do imposto calculado, total ou proporcionalmente, conforme seja a devolução total ou parcial, em função da mesma base de cálculo e da mesma alíquota da Nota Fiscal de origem, se nesse documento constar o destaque do imposto;

3 - o valor do imposto retido, total ou proporcionalmente, conforme o caso, se no documento de origem for indicado o valor retido;

b) para que o destinatário possa utilizar o crédito fiscal relativo ao imposto da operação própria, bem como para efeitos de ressarcimento do imposto anteriormente retido, o documento fiscal emitido na forma da alínea anterior será apresentado pelo interessado à repartição fiscal, para substituição por Nota Fiscal Avulsa, em cuja emissão será observado, especialmente, o seguinte:

1 - o imposto correspondente à saída será destacado no campo próprio do documento, sem ônus, contudo, para o emitente;

Nota: **A redação atual do item 1, da alínea "b", do inciso I, do § 1º do art. 368 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.**

Redação originária:
"1. o imposto correspondente à saída será destacado no campo próprio do documento, sem ônus, contudo, para a microempresa;"

2 - serão indicados, no campo "Informações Complementares", para efeitos de ressarcimento do imposto, o número, a série e a data da Nota Fiscal de origem, o valor do imposto retido, total ou proporcionalmente, conforme o caso, se no documento de origem for indicado o valor retido, e a observação: "Nota Fiscal emitida para efeito de ressarcimento, de acordo com as cláusulas terceira e quarta do Convênio ICMS 81/93";

c) a 1ª via da Nota Fiscal Avulsa será enviada ao fornecedor nela indicado;

d) o estabelecimento fornecedor que, na condição de responsável por substituição, houver efetuado a retenção do imposto, ao receber a 1ª via da Nota Fiscal Avulsa, poderá deduzir, do próximo recolhimento a ser feito a este Estado ou à unidade da Federação da origem da mercadoria, conforme o caso, a importância do imposto objeto do ressarcimento;

II - por ambulante ou por contribuinte não inscrito, para contribuinte situado nesta ou em outra unidade da Federação, o interessado deverá procurar a repartição fazendária do seu domicílio, de posse da documentação fiscal correspondente à aquisição das mercadorias, para emissão de Nota Fiscal Avulsa, em cuja emissão será observado o disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso anterior.

Nota: **A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 368 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.**

Redação originária:
"II - por microempresa ambulante ou por contribuinte não inscrito, para contribuinte situado nesta ou em outra unidade da Federação, o interessado deverá procurar a repartição fazendária do seu domicílio, de posse da documentação fiscal correspondente à aquisição das mercadorias, para emissão de Nota Fiscal Avulsa, em cuja emissão será observado o disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso anterior."

§ 2º Na hipótese de o imposto ter sido recolhido por antecipação pelo próprio contribuinte, havendo devolução ou desfazimento do negócio, o ressarcimento do imposto antecipado, quando cabível, será feito mediante pedido de restituição, na forma prevista no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

§ 3º O ressarcimento do imposto retido ou antecipado, no caso de saída sujeita ao pagamento do imposto com destino a contribuinte situado em outra unidade da Federação, será feito nos termos do art. 374.

Art. 369. O contribuinte que tiver recebido mercadoria com retenção ou antecipação do imposto poderá, mediante lançamento no Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos", com a expressão "Ressarcimento - substituição tributária", creditar-se:

I - da parcela do imposto retido relativa ao valor acrescido, correspondente à operação de saída subseqüente da mesma mercadoria que vier a realizar com isenção ou amparada por não-incidência;

II - da diferença a mais, se houver, entre o valor do imposto retido ou antecipado com aplicação do percentual da margem de valor adicionado (MVA) e o valor efetivamente devido a título de diferença de alíquotas, na aquisição interestadual de mercadoria ou bem para uso, consumo ou ativo imobilizado;

III - da diferença apurada, nos demais casos de retenção ou antecipação do imposto feita indevidamente ou a mais (art. 356, § 3º).

SUBSEÇÃO XIII
Da Antecipação ou Substituição Tributária nas Operações Interestaduais e de Importação

Art. 370. Nas operações interestaduais, a substituição tributária reger-se-á conforme o disposto nesta subseção e nos convênios e protocolos (Anexo 86) para esse fim celebrados entre a Bahia e as demais unidades da Federação interessadas (Conv. ICMS 81/93).

§ 1º As regras estipuladas nesta subseção não se aplicam, nas operações interestaduais, à substituição tributária decorrente de convênios ou protocolos celebrados anteriormente a 10/9/93, salvo no tocante aos seguintes dispositivos, que se aplicam inclusive retroativamente a todos os convênios e protocolos já firmados (Conv. ICMS 81/93, cláusula décima sexta, e Convs. ICMS 19/94 e 51/96):

I - os arts. 373 e 374 - atribuição da responsabilidade ao remetente, embora com direito ao ressarcimento no caso de mercadorias já alcançadas pela substituição tributária em momento anterior (Conv. ICMS 81/93, cláusula terceira);

II - o art. 375, inciso I - não-aplicação da substituição tributária sendo as mercadorias destinadas a sujeito passivo por substituição relativamente à mesma espécie de mercadoria (Conv. ICMS 81/93, cláusula quinta, inciso I, e Conv. ICMS 96/95);

III - o art. 376 - forma de recolhimento do imposto retido (Conv. ICMS 81/93, cláusula sexta);

IV - o "*caput*" do art. 377 e seus §§ 1º e 2º - inscrição do remetente no Estado de destino (Conv. ICMS 81/93, cláusula sétima);

V - o § 5º do art. 377 - falta de recolhimento do imposto retido (Conv. ICMS 81/93, cláusula décima);

VI - a cláusula décima quinta do Conv. ICMS 81/93 - obrigação das unidades federadas de comunicar à COTEPE/ICMS as situações ali contempladas.

§ 2º Cabe ao gerador ou distribuidor, inclusive o agente comercializador de energia elétrica, a responsabilidade pelo pagamento do imposto, na condição de substituto tributário, nas operações interestaduais que promover, relativamente a energia elétrica destinada a consumidor situado neste Estado, quando essa não destinar-se à comercialização ou industrialização (Conv. ICMS 83/00).

Nota: A redação atual do § 2º do art. 370 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 31/12/00.

Redação originária:
"§ 2º A responsabilidade pelo pagamento do imposto, na condição de substituto tributário, é também atribuída às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações interestaduais, relativamente ao pagamento do imposto desde a produção ou importação até a última operação, sendo que (Lei Complementar nº 87/96):
I - o cálculo do imposto a ser retido será efetuado sobre o preço praticado na operação final (art. 56, IX);
II - será assegurado o recolhimento do tributo retido à unidade da Federação onde deva ocorrer a operação final."

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto a ser retido corresponderá à aplicação da alíquota prevista para as operações internas sobre o preço praticado na operação final (Conv. ICMS 83/00).

Nota: A redação atual do § 3º do art. 370 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 31/12/00.

Redação originária:
"§ 3º Nas operações interestaduais com energia elétrica de que trata o parágrafo anterior, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido à unidade da Federação onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente, na condição de substituto tributário (Lei Complementar nº 87/96).".

Art. 371. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem que preveja a retenção do imposto, bem como nas importações e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação, ressalvadas as hipóteses do art. 355, nos prazos previstos no art. 125.

Nota: A redação atual do art. 371 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação originária:
"Art. 371. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem que preveja a retenção do imposto, bem como nas importações e nas arrematações de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação, ressalvadas as hipóteses do art. 355:

I - no prazo previsto no inciso I do art. 125:
a) por quaisquer contribuintes, se as mercadorias estiverem compreendidas nos incisos II ou IV do art. 353;"

Redação originária da alínea "b", do inciso I do art. 371 tendo sido revogada, a partir de 01/01/99, pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*b) sendo o adquirente inscrito na condição de microempresa comercial varejista, em se tratando de quaisquer mercadorias, enquadradas ou não no regime de substituição tributária;".*

"c) pelas farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, em se tratando de quaisquer mercadorias;
II - no momento ou prazo previstos no inciso II do art. 125:"
Redação anterior dada "a", do inciso II do art. 371 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 12/04/04:
"*a) sendo o adquirente:*
1 - inscrito na condição de ambulante; ou
2 - contribuinte não inscrito no cadastro estadual, inclusive no caso de mercadoria sem destinatário certo, sejam quais forem as mercadorias, enquadradas ou não no regime de substituição tributária;"

Redação originária da alínea "a":
"a) sendo o adquirente inscrito na condição de microempresa ambulante ou sendo contribuinte não inscrito no cadastro estadual, quaisquer que sejam as mercadorias, enquadradas ou não na substituição tributária; ou"

"b) nas situações excepcionais a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 125."

Art. 372. Nas aquisições interestaduais efetuadas por contribuintes deste Estado, havendo convênio ou protocolo que preveja a substituição tributária entre a Bahia e a unidade federada de procedência das mercadorias, relativamente à espécie de mercadorias adquiridas:

I - o ICMS a ser retido será calculado com a aplicação do percentual da margem de valor adicionado (MVA) previsto no acordo interestadual, sendo que, se o percentual estabelecido no acordo interestadual for inferior ao previsto na legislação interna, o adquirente ficará obrigado a fazer a complementação do imposto;

II - o adquirente ficará obrigado a efetuar a complementação do imposto, caso o remetente tenha feito a retenção em valor inferior ao devido, na hipótese do parágrafo único do art. 357;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 372 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária:
"II - o adquirente ficará obrigado a efetuar a complementação do imposto, caso o remetente tenha feito a retenção em valor inferior ao devido, na hipótese do parágrafo único do art. 357, no prazo estipulado na alínea "c" do inciso I do art. 125;"

III - não tendo o remetente efetuado a retenção, será exigido o imposto nos termos do item 1 da alínea "i" do inciso II do art. 125.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 372 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária:
"III - não tendo o remetente efetuado a retenção, será exigido o imposto nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 125."

§ 1º Nas aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária por força de convênio ou protocolo, sempre que, em situações específicas, o próprio acordo interestadual dispensar a retenção do ICMS (art. 375), o estabelecimento destinatário não fará o pagamento por antecipação, ficando, porém, responsável pela retenção do imposto nas saídas internas subseqüentes, caso em que se adotará como percentual da margem de valor adicionado (MVA) o previsto para as saídas efetuadas por estabelecimento atacadista, exceto no caso de operações com mercadorias em que a aquisição interestadual tiver sido feita a título de transferência entre estabelecimentos da mesma empresa, hipótese em que se adotará a MVA de industrial.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, em relação às quais serão adotadas as normas do arts. 506-A a 506-G.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 372 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 372 foi pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, em relação às quais serão adotadas as normas do arts. 506-A a 506-E."
Redação anterior dada ao § 2º do art. 372 pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):

"§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às operações com trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, em relação às quais serão adotadas as normas do arts. 506-A a 506-D."

Redação originária, efeitos até 02/05/01:
"§ 2º Não se aplica a regra do parágrafo anterior nas operações com farinha de trigo, em relação às quais serão adotadas as normas do art. 506."

§ 3º Nas operações interestaduais com mercadorias sujeitas a substituição tributária por força de convênio ou protocolo, a responsabilidade atribuída ao sujeito passivo por substituição não exclui a responsabilidade supletiva do contribuinte substituído, observado o seguinte:

I - se o imposto não for retido ou recolhido antecipadamente, o tributo será exigido na fronteira, atribuindo-se a responsabilidade ao remetente (art. 125, II, "b");

II - quando a retenção do imposto for feita sem a inclusão, na base de cálculo, dos valores referentes a frete e seguro, por não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal, caberá ao destinatário recolher o imposto sobre as referidas parcelas (art. 357, parágrafo único, e art. 125, I, "c");

III - sempre que, esgotadas todas as possibilidades de exigência do imposto do sujeito passivo por substituição, essa cobrança se tornar impossível, adotar-se-ão as providências previstas no § 1º do art. 125.

Art. 373. Nas operações interestaduais entre Estados signatários de convênio ou protocolo que preveja a retenção do imposto pelo regime de substituição tributária, é atribuída ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto em favor da unidade federada destinatária, na condição de sujeito passivo por substituição (Conv. ICMS 81/93).

Parágrafo único. No tocante à emissão dos documentos fiscais, escrituração e outras obrigações, observar-se-á o disposto nos arts. 358 a 366.

Art. 374. Para atender ao disposto no artigo anterior, se as mercadorias já tiverem sido objeto de antecipação do imposto, por força de convênio ou protocolo ou por determinação da legislação interna, observar-se-á o seguinte:

I - na Nota Fiscal que acompanhará as mercadorias, além do destaque do ICMS relativo à operação própria, devido a este Estado, deverá ser efetuada a retenção do imposto a ser recolhido em favor da unidade federada de destino das mercadorias, que será calculada na forma prevista no respectivo convênio ou protocolo, atendidas as formalidades previstas nos mesmos;

II - a fim de que não se configure duplicidade de pagamento do tributo, observado o disposto no § 6º do art. 512-B:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso II do art. 374 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*II - a fim de que não se configure duplicidade de pagamento do tributo:*".

a) o remetente utilizará como crédito fiscal o imposto incidente na operação de aquisição mais recente das mesmas mercadorias, no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS, total ou proporcionalmente, conforme o caso;

b) para efeito de ressarcimento do imposto anteriormente retido, o remetente emitirá outra Nota Fiscal,

exclusiva para esse fim, em nome do respectivo fornecedor que tenha retido originariamente o imposto, contendo as seguintes indicações, nos campos próprios, vedada qualquer indicação no campo destinado ao destaque do imposto (Conv. ICMS 56/97):

Nota: A redação atual do *caput* da alínea "b", do inciso II do art. 374 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*b) para efeito de ressarcimento do imposto anteriormente retido, o remetente emitirá outra Nota Fiscal em nome do respectivo fornecedor que efetuou a primeira retenção, contendo as seguintes indicações, nos campos próprios, vedada qualquer indicação no campo destinado ao destaque do imposto:".*

1 - o nome, o endereço, o CGC e a inscrição estadual do fornecedor;

2 - como natureza da operação: "Ressarcimento de ICMS";

3 - a identificação da Nota Fiscal de sua emissão referida no inciso I, que tiver motivado o ressarcimento;

4 - o número, a série, se houver, e a data do documento fiscal de aquisição da mercadoria;

5 - o valor do ressarcimento, que corresponderá ao valor do imposto retido, constante na Nota Fiscal de aquisição correspondente à última entrada das mercadorias total ou proporcionalmente, conforme o caso;

Nota: A redação atual do item 5, da alínea "b" ,do inciso II do art. 374 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"*5 - o valor do ressarcimento, que corresponderá ao valor do imposto retido, constante na Nota Fiscal de que trata o inciso I, recolhido em favor da unidade da Federação de destino, observada a devida proporcionalidade;*".

6 - a declaração: "Nota Fiscal emitida para efeito de ressarcimento, de acordo com a cláusula terceira do Convênio ICMS 81/93";

c) serão enviadas ao fornecedor:

1 - a 1ª via da Nota Fiscal de ressarcimento (alínea anterior);

2 - cópia da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) referente ao recolhimento do ICMS-fonte referido no inciso I;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "c", do inciso II do art. 374 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"c) cópia da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR) referente ao recolhimento do ICMS-fonte referido no inciso I;"

3 - cópias reprográficas dos documentos fiscais referidos nos itens 3 e 4 da alínea anterior;

d) o estabelecimento fornecedor que, na condição de responsável por substituição, houver efetuado a

retenção do imposto, ao receber a 1ª via da Nota Fiscal emitida para fins de ressarcimento, nos termos da alínea “b”, visada na forma do inciso VII, poderá deduzir o valor do imposto retido, do próximo recolhimento a ser feito à unidade federada do contribuinte que tiver direito ao ressarcimento (Conv. ICMS 56/97);

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso II do art. 374 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação originária:
"*d) o estabelecimento fornecedor que, na condição de responsável por substituição, houver efetuado a primeira retenção do imposto, ao receber a 1ª via da Nota Fiscal emitida para fins de ressarcimento, poderá deduzir, do próximo recolhimento a ser feito a este Estado ou à unidade da Federação de origem, a importância do imposto objeto do ressarcimento;*".

e) a Nota Fiscal de ressarcimento será escriturada:

1 - pelo emitente, no Registro de Saídas, utilizando-se apenas as colunas "Documentos Fiscais" e "Observações", fazendo constar nesta a expressão "Ressarcimento de imposto retido";

2 - pelo destinatário do documento, sendo estabelecido neste Estado, no Registro de Apuração do ICMS, em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às operações próprias, destinada à apuração do imposto por substituição tributária (art. 363), no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos", com a expressão "Ressarcimento de imposto retido";

III - em substituição ao procedimento recomendado no inciso anterior, poderá o contribuinte utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, total ou proporcionalmente, conforme o caso, a serem lançados no quadro “Crédito do Imposto - Outros Créditos” do Registro de Apuração do ICMS;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 374 foi dada pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Redação originária:
"*III - em substituição ao procedimento recomendado no inciso anterior, poderá o contribuinte utilizar como créditos fiscais ambas as parcelas do imposto, o normal e o antecipado, constantes no documento de aquisição das mesmas mercadorias, total ou proporcionalmente, conforme o caso, a serem lançados no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do Registro de Apuração do ICMS;*"

IV - em substituição aos procedimentos recomendados nos incisos II e III, poderá o contribuinte estornar o débito fiscal relativo à saída, destacado no documento fiscal emitido na forma do inciso I, no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;

V - o valor do ICMS retido por substituição tributária a ser ressarcido não poderá ser superior ao valor retido quando da aquisição do respectivo produto pelo estabelecimento;

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VI - quando for impossível determinar a correspondência do ICMS retido à aquisição do respectivo produto, tomar-se-á o valor do imposto retido quando da última aquisição do produto pelo

estabelecimento proporcional à quantidade saída;

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VII - a Nota Fiscal emitida para fim de ressarcimento deverá ser visada pelo órgão fazendário em cuja circunscrição se localize o contribuinte, acompanhada de relação discriminando as operações interestaduais;

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

VIII - as cópias das GNRs relativas às operações interestaduais que geraram o direito ao ressarcimento serão apresentadas ao órgão fazendário em cuja circunscrição se localize o contribuinte, no prazo máximo de 10 dias após o pagamento;

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

IX - na falta de cumprimento do disposto no inciso anterior, o órgão fazendário não deverá visar nenhuma outra Nota Fiscal de ressarcimento do contribuinte omisso, até que se cumpra o exigido.

Nota: O inciso IX foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

§ 1º Nas saídas interestaduais de que cuida este artigo, se o remetente for microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante ou contribuinte não inscrito, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 374 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária, tendo sido remunerado para § 1º do art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).
"§ 1º Nas saídas interestaduais de que cuida este artigo, se o remetente for microempresa ou contribuinte não inscrito, observar-se-á o seguinte:".

I - tratando-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial, a Nota Fiscal será emitida na forma do art. 373, sendo que o valor do imposto referente à operação própria do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será o calculado de acordo com o critério normal de tributação;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 374 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:

"I - tratando-se de microempresa industrial, a Nota Fiscal será emitida na forma do art. 373, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será o calculado de acordo com o critério normal de tributação;"

II - tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade comercial, ambulante ou contribuinte não inscrito, o interessado deverá procurar a Inspetoria Fazendária do seu domicílio tributário, munido do documento de aquisição das mercadorias, para emissão de Nota Fiscal Avulsa, a qual conterá o destaque do ICMS sobre o valor da operação, sem ônus para o vendedor ou remetente, devendo, porém, ser feito o pagamento do imposto retido em favor da unidade federada destinatária das mercadorias.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 374 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao inciso II do § 1º do art. 374 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.
"II - tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade comercial, ambulante ou contribuinte não inscrito, o interessado deverá procurar a Inspetoria Fiscal do seu domicílio tributário, munido do documento de aquisição das mercadorias, para emissão de Nota Fiscal Avulsa, a qual conterá o destaque do ICMS sobre o valor da operação, sem ônus para o vendedor ou remetente, devendo, porém, ser feito o pagamento do imposto retido em favor da unidade federada destinatária das mercadorias."

Redação originária:
"II - tratando-se de microempresa comercial varejista, de microempresa ambulante ou de contribuinte não inscrito, o interessado deverá procurar a Inspetoria Fiscal do seu domicílio tributário, munido do documento de aquisição das mercadorias, para emissão de Nota Fiscal Avulsa, a qual conterá o destaque do ICMS sobre o valor da operação, sem ônus para a microempresa, devendo, porém, ser feito o pagamento do imposto retido em favor da unidade federada destinatária das mercadorias.".

§ 2º No caso de desfazimento do negócio, se o imposto retido houver sido recolhido, para efeitos de ressarcimento, aplicam-se as regras previstas neste artigo, especialmente nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso II, dispensando-se a apresentação da relação de que trata o inciso VII e o cumprimento do disposto no inciso VIII (Conv. ICMS 56/97).

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

§ 3º Tendo sido as mercadorias objeto de nova antecipação tributária, na forma deste artigo, caberá ao remetente, no caso de devolução ou desfazimento do negócio, anular o ressarcimento anterior, quando tenha optado por um dos métodos previstos nos incisos II a IV deste artigo, efetuando, respectivamente:

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 374 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

I - a antecipação do ICMS no reingresso da mercadoria, devendo ser agregada a MVA utilizada na operação originária de aquisição do produto;

II - o estorno dos créditos fiscais apropriados;

III - a escrituração da Nota Fiscal que acobertou o retorno, sem a utilização do crédito fiscal referente ao imposto destacado no documento.

Art. 375. Não se aplica a substituição tributária, nas operações interestaduais:

I - sendo as mercadorias destinadas a sujeito passivo por substituição relativamente à mesma espécie de mercadoria (Conv. ICMS 96/95);

II - tratando-se de transferência para outro estabelecimento, exceto varejista, do sujeito passivo por substituição, hipótese em que a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto recairá sobre o estabelecimento destinatário, quando efetuar a saída da mercadoria com destino a empresa diversa.

Parágrafo único. Relativamente ao disposto neste artigo, observar-se-á o disposto:

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 375 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"Parágrafo único. Tratando-se de farinha de trigo destinada a estabelecimento industrial neste Estado, serão observadas as disposições do art. 506."

I - no § 2º do art. 356, nas transferências de que cuida o inciso II do presente artigo;

Nota: O inciso I foi acrescentado ao parágrafo único do art. 375 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

II - nos arts. 506-A a 506-E, tratando-se de trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo destinados a estabelecimento industrial neste Estado.

Nota: A redação atual do inciso II, do parágrafo único do art. 375 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 375 pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).
"II - nos arts. 506-A a 506-D, tratando-se de trigo em grãos, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo destinados a estabelecimento industrial neste Estado."

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao parágrafo único do art. 375 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"II - no art 506, tratando-se de farinha de trigo destinada a estabelecimento industrial neste Estado.".

Art. 376. O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição deverá ser recolhido por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), em agência de banco credenciado pela unidade federada interessada, situada na praça do estabelecimento remetente, em conta especial, a crédito do governo em cujo território se encontrar estabelecido o adquirente das mercadorias (art. 123) (Conv. ICMS 27/95 e Conv. Arrecadação 01/98).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 376 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"Art. 376. O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição deverá ser recolhido por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), em agência do banco oficial da unidade federada destinatária, ou, na sua falta, em agência de qualquer banco oficial signatário do convênio patrocinado pela Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE) situada na praça do estabelecimento remetente, em conta especial, a crédito do governo em cujo território se encontrar estabelecido o adquirente das mercadorias, ou, ainda, na falta daquela, em agência do banco credenciado pela unidade federada interessada (art. 123) (Conv. ICMS 27/95)."

§ 1º O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição em operação interestadual será recolhido nos prazos previstos nos convênios e protocolos celebrados entre a Bahia e as demais unidades federadas signatárias dos mesmos, sendo que, se não for previsto prazo de recolhimento nos respectivos convênios e protocolos, o tributo será recolhido até o dia 9 do mês subseqüente ao da operação.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 376 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"*§ 1º O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição em operação interestadual será recolhido até o dia 9 do mês subseqüente ao da operação.*".

§ 2º Deverá ser utilizada GNRE específica para cada convênio ou protocolo, sempre que o sujeito passivo por substituição operar com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária regido por normas diversas (Conv. ICMS 78/96).

Nota: A redação atual do § 2º do art. 376 foi dada Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"§ 2º Deverá ser utilizada GNR específica para cada convênio ou protocolo, sempre que o sujeito passivo por substituição operar com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária regido por normas diversas (Conv. ICMS 78/96)."

Art. 377. O sujeito passivo por substituição, definido em Protocolos e Convênios específicos dos quais a Bahia faça parte, que pretender efetuar vendas com destino a este Estado de mercadorias sujeitas à substituição tributária, deverá solicitar sua inscrição no CAD-ICMS do Estado da Bahia por meio de formulários eletrônicos preenchidos e gerados com o uso de programa aplicativo disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 377 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada *caput* e ao § 4º do art. 377 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 01/01/03 a 09/09/05:
"*Art. 377. O sujeito passivo por substituição, definido em Protocolos e Convênios específicos dos quais a Bahia faça parte, que pretender efetuar vendas interestaduais de mercadorias sujeitas à substituição tributária com destino a este Estado inscrever-se-á no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), devendo, nesse sentido, remeter os seguintes documentos, endereçados ao setor de*

cadastro de contribuintes (Conv. ICMS 81/93):
(...)
§ 4º Constatada a falta de recolhimento do ICMS por parte do sujeito passivo por substituição, este terá sua inscrição cancelada, hipótese em que, enquanto perdurar a situação, será exigido o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, que deverá ser acompanhada da 3ª via da GNRE (Conv. ICMS 27/95)."

Redação anterior dada aos §§ 2º e 6º do art. 377 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"*§ 2º Se o sujeito passivo por substituição não providenciar a sua inscrição nos termos deste artigo, em relação a cada operação deverá efetuar o recolhimento do imposto devido à unidade federada destinatária, por ocasião da saída da mercadoria de seu estabelecimento, por meio da GNRE, emitindo guia distinta para cada um dos destinatários, constando no campo informações complementares o número da nota fiscal a que se refere o respectivo recolhimento, devendo uma via acompanhar o transporte da mercadoria (Conv. ICMS 95/01)."*
(...)
§ 6º A unidade da Federação destinatária das mercadorias poderá, em substituição à suspensão do acordo prevista no parágrafo anterior, exigir o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, que deverá ser acompanhada da 3ª via da GNRE (Conv. ICMS 27/95)."

Redação anterior dada ao *caput* do art. 377 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 04/04/00 a 31/12/02:
"Art. 377. O sujeito passivo por substituição, definido em Protocolos e Convênios específicos dos quais a Bahia faça parte, que pretender efetuar vendas interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição com destino a estado signatário dos referidos acordos, deverá inscrever-se no cadastro da Secretaria da Fazenda da unidade da Federação destinatária das mercadorias, devendo, nesse sentido, remeter os seguintes documentos, endereçados ao setor de cadastro de contribuintes (Conv. ICMS 18/00):"

Redação originária, efeitos até 03/04/00:
"*Art. 377. O contribuinte que pretender efetuar vendas interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição por força de convênio ou protocolo deverá inscrever-se no cadastro da Secretaria da Fazenda da unidade da Federação destinatária das mercadorias, caso esta e a Bahia sejam signatárias do respectivo acordo, devendo, nesse sentido, remeter os seguintes documentos, endereçados ao setor de cadastro de contribuintes: (efeitos até 03/04/00)*
I - requerimento solicitando sua inscrição no cadastro de contribuintes da unidade federada de destino das mercadorias;
II - cópia autenticada do instrumento constitutivo da empresa, devidamente atualizado, e, quando se tratar de sociedade por ações, também da ata da última assembléia de designação ou eleição da diretoria (Conv. ICMS 50/95);
III - cópia do instrumento de inscrição no CGC/MF;
IV - cópia do CIC e do documento de identificação do representante legal, procuração do responsável, certidão negativa de tributos estaduais e cópia do cadastro do ICMS (Conv. ICMS 50/95).
§ 1º O número da inscrição obtida na forma deste artigo deverá constar em todos os documentos dirigidos à unidade da Federação de destino, inclusive nos de arrecadação.
§ 2º Se o sujeito passivo por substituição não providenciar a sua inscrição nos termos deste artigo, em relação a cada operação deverá efetuar o recolhimento do imposto devido à unidade federada destinatária, por ocasião da saída da mercadoria de seu estabelecimento, por meio da GNR, devendo uma via acompanhar o transporte da mercadoria." (efeitos até 21/11/01)
§ 3º O sujeito passivo por substituição observará as normas da legislação da unidade da Federação de destino das mercadorias.
§ 4º A fiscalização do estabelecimento responsável pela retenção do imposto será exercida, conjunta ou isoladamente, pelas unidades da Federação envolvidas nas operações, condicionando-se a do fisco da unidade federada de destino a credenciamento prévio na Secretaria da Fazenda da unidade federada do estabelecimento a ser fiscalizado.
§ 5º Constatada a falta de recolhimento do ICMS por parte do sujeito passivo por substituição, a

unidade da Federação de destino da mercadoria poderá suspender a aplicação do respectivo convênio ou protocolo, em relação ao inadimplente, enquanto perdurar a situação, sujeitando-se a exigência do imposto às regras da legislação da unidade federada credora.
§ 6º A unidade da Federação destinatária das mercadorias poderá, em substituição à suspensão do acordo prevista no parágrafo anterior, exigir o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, que deverá ser acompanhada da 3ª via da GNR (Conv. ICMS 27/95)." (efeitos até 21/11/01)
§ 7º Constitui crédito tributário da unidade federada de destino o imposto retido, bem como a atualização monetária, multa, acréscimos moratórios e demais acréscimos legais com ele relacionados.
§ 8º O fabricante dos produtos farmacêuticos e demais produtos especificados no item 13 do inciso II do art. 353 observará, ainda, o disposto no § 2º do art. 507."

I - requerimento solicitando sua inscrição, mediante preenchimento do Documento de Informação Cadastral eletrônico (DIC-e), informando o acordo interestadual (convênio ou protocolo) que estabeleça a substituição tributária interestadual;

II - cópia autenticada do instrumento constitutivo da empresa, devidamente atualizado, e, quando se tratar de sociedade por ações, também da ata da última assembléia de designação ou eleição da diretoria (Conv. ICMS 50/95)

III - cópia do instrumento de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

IV - cópia do CPF e do documento de identificação do representante legal, procuração do responsável, certidão negativa de tributos estaduais na unidade federada de origem, e cópia do documento de inscrição estadual na unidade federada de origem (Conv. ICMS 50/95);

V - registro ou autorização de funcionamento expedido por órgão competente pela regulação do respectivo setor de atividade econômica (Conv. ICMS 146/02);

VI - declaração de imposto de renda dos sócios nos 03 (três) últimos exercícios (Conv. ICMS 146/02);

VII - outros documentos previstos na legislação.

§ 1º O número da inscrição obtida na forma deste artigo deverá constar em todos os documentos dirigidos a este Estado, inclusive nos de arrecadação.

§ 2º Se o sujeito passivo por substituição não providenciar a sua inscrição nos termos deste artigo, em relação a cada operação deverá efetuar o recolhimento do imposto devido a este Estado, por ocasião da saída da mercadoria de seu estabelecimento, por meio da GNRE, emitindo guia distinta para cada um dos destinatários, constando no campo informações complementares o número da nota fiscal a que se refere o respectivo recolhimento, devendo uma via acompanhar o transporte da mercadoria (Conv. ICMS 95/01).

§ 3º A fiscalização do estabelecimento responsável pela retenção do imposto será exercida, conjunta ou isoladamente, pelas unidades da Federação envolvidas nas operações, condicionando-se o fisco do Estado da Bahia a credenciamento prévio na Secretaria da Fazenda da unidade federada do estabelecimento a ser fiscalizado.

§ 4º Constatada a falta de recolhimento do ICMS por parte do sujeito passivo por substituição, este terá sua inscrição alterada para inapta, hipótese em que, enquanto perdurar a situação, será exigido o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, que deverá ser acompanhada da 3ª via da GNRE (Conv. ICMS 27/95).

§ 5º O sujeito passivo por substituição observará, no que couberem, as demais normas da legislação deste Estado.

Art. 378. O estabelecimento que efetuar a retenção do imposto remeterá à Secretaria da Fazenda da unidade da Federação de destino, mensalmente (Conv. ICMS 108/98):

Nota: A redação atual do *caput* do art. 378 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"Art. 378. O estabelecimento que efetuar a retenção do imposto remeterá à Secretaria da Fazenda da unidade da Federação de destino, mensalmente, até 10 dias após o recolhimento do imposto retido por substituição, arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, efetuadas no mês anterior, em conformidade com o art. 689, artigo este que corresponde à cláusula nona do Convênio ICMS 57/95 (Conv. ICMS 78/96).".

I - arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais efetuadas no mês anterior, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, ou com seus registros totalizadores zerados, no caso de não terem sido efetuadas operações no período, em conformidade com a cláusula oitava do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente ao da realização das operações;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 378 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso I do *caput* do art. 378 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 01/01/04 a 28/07/04:
"I - arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais efetuadas no mês anterior, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, em conformidade com a cláusula oitava do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente ao da realização das operações (Conv. ICMS 114/03);"

Redação anterior dada ao inciso I do *caput* do art. 378 pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 01/01/02 a 31/12/03:
"I - arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais efetuadas no mês anterior, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, em conformidade com a cláusula nona do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, até o dia 20 do mês subseqüente ao da realização das operações(Conv. ICMS 81/93);"

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao art. 378 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 17/12/98 a 31/12/01:
"I - até 10 dias após o recolhimento do imposto retido por substituição, arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, efetuadas no mês anterior, em conformidade com o art. 689, artigo este que corresponde à cláusula nona do Convênio ICMS 57/95 (Conv. ICMS 78/96);"

II - Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST, nos prazos e condições previstos no art. 337-A.

Nota: O inciso II foi acrescentado ao art. 378 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

§ 1º Revogado.

Nota: O § 1º do art. 378 foi revogado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária, efeitos até 28/07/04:
"I - Na hipótese de não terem sido realizadas, no período, operações sob o regime de substituição tributária, o sujeito passivo informará essa circunstância, por escrito, ao fisco onde estiver inscrito como substituto tributário, no prazo previsto no "caput"."

§ 2º O arquivo magnético previsto no inciso I substitui o exigido pela cláusula oitava do Convênio ICMS 57/95, desde que inclua todas as operações citadas na referida cláusula, mesmo que não realizadas sob o regime de substituição tributária (Conv. ICMS 114/03).

Nota: A redação atual do § 2º do art. 378 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 378 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 17/12/98 a 31/12/03:
"§ 2º O arquivo magnético previsto no inciso I substitui o exigido pela cláusula nona do Convênio ICMS 57/95, desde que inclua todas as operações citadas na referida cláusula, mesmo que não realizadas sob o regime de substituição tributária (Conv. ICMS 108/98)."

Redação originária, efeitos até 16/12/98:
"§ 2º O arquivo magnético previsto neste artigo substitui o exigido pela cláusula nona do Convênio ICMS 57/95, desde que inclua todas as operações citadas na referida cláusula, mesmo que não realizadas sob o regime de substituição tributária."

§ 3º O sujeito passivo por substituição não poderá utilizar, no arquivo magnético referido no parágrafo anterior, sistema de codificação diverso do da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), exceto para os veículos automotores, em relação aos quais será utilizado o código do produto estabelecido pelo industrial ou importador.

§ 4º Poderá ser apresentado, em relação a obrigação prevista no inciso I, arquivo magnético em apartado referente às operações em que tenha ocorrido o desfazimento do negócio ou que por qualquer motivo a mercadoria informada em arquivo não haja sido entregue ao destinatário, nos termos do § 1º da cláusula oitava do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 378 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação anterior dada ao § 4º do art. 378 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 17/12/98 a 31/12/03.
"§ 4º Poderá ser apresentado, em relação a obrigação prevista no inciso I, arquivo magnético em apartado referente às operações em que tenha ocorrido o desfazimento do negócio (Conv. ICMS 108/98)."

Redação originária, efeitos até 16/12/98:
"§ 4º Poderão ser objeto de arquivo magnético em apartado as operações em que tenha ocorrido o desfazimento do negócio."

§ 5º Nas hipóteses abaixo, o sujeito passivo por substituição tributária poderá ter sua inscrição tornada inapta, até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior, quando (Convs. ICMS 71/97 e 108/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do § 5º do art. 378 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do § 5º do art. 378 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"§ 5º Nas hipóteses abaixo, o sujeito passivo por substituição tributária poderá ter sua inscrição cancelada, até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior, quando (Convs. ICMS 71/97 e 108/98):"

Redação anterior dada ao § 5 do art. 378 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 5º Nas hipóteses abaixo, o sujeito passivo por substituição tributária poderá ter sua inscrição cancelada, até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior, quando (Convs. ICMS 71/97 e 108/98): "
a) deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;
b) deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético previsto no inciso I;
c) deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária;
d) deixar de entregar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária."

Redação anterior dada ao § 5 do art. 378 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99, efeitos a partir de 17/12/98:
"§ 5º O sujeito passivo por substituição tributária que, por 2 meses consecutivos ou alternados, não remeter o arquivo magnético previsto no inciso I, deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária, ou, ainda, deixar de entregar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária, poderá ter sua inscrição suspensa até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior (Convs. ICMS 71/97 e 108/98)."

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 378 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"§ 5º O sujeito passivo por substituição tributária que, por 2 meses consecutivos ou alternados, não remeter o arquivo magnético previsto no "caput" ou deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária poderá ter sua inscrição suspensa até a regularização, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo anterior (Conv. ICMS 71/97)."

I - deixar de recolher o ICMS retido por substituição tributária;

II - deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético previsto no inciso I do *caput* deste artigo;

Nota: A redação atual do inciso II do § 5º do art. 378 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao § 5º pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"II - deixar de remeter, por dois meses consecutivos ou alternados, arquivo magnético previsto no inciso I;

III - Revogado.

Nota: O inciso III do § 5º do art. 378 foi revogado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao § 5º pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"III - deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária;"

IV - deixar de entregar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária.

Art. 379. Nas operações internas e interestaduais que destinem mercadorias a revendedores, estabelecidos neste Estado, que realizem vendas porta-a-porta exclusivamente a consumidor final, sendo as remessas efetuadas por empresas que se utilizem do sistema de "marketing" direto para comercialização de seus produtos, fica atribuído ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subseqüentes saídas realizadas pelo revendedor (Conv. ICMS 75/94 e 45/99).

Nota: A redação atual do art. 379 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação originária:
"Art. 379. Nas aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas por revendedores não inscritos estabelecidos neste Estado, que realizem vendas porta-a-porta exclusivamente a consumidor final, sendo as remessas efetuadas por empresas que se utilizem do sistema de "marketing" direto para comercialização de seus produtos, observar-se-á o seguinte (Conv. ICMS 75/94):
I - poderá ser concedido regime especial ao remetente, atribuindo-se a este a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subseqüentes saídas realizadas pelo revendedor não inscrito, a ser formalizado mediante Termo de Acordo firmado entre a Secretaria da Fazenda e a empresa remetente interessada, onde serão fixadas as regras relativas à sua operacionalização;
II - o disposto neste artigo aplica-se também às aquisições interestaduais efetuadas por contribuinte do imposto regularmente inscrito neste Estado que distribua os produtos exclusivamente a revendedores não inscritos para venda porta-a-porta ou em banca de jornal e revista (Conv. ICMS 33/95);
III - a base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária, nas hipóteses deste artigo, é o valor correspondente ao preço de venda a consumidor constante em tabela estabelecida por órgão competente ou, em sua falta, em catálogo ou lista de preços emitidos pelo remetente, acrescido, em ambos os casos, do valor do frete, quando não incluído no preço;
IV - não existindo o preço de que trata o inciso anterior, a base de cálculo será fixada no Termo de

Acordo a que se refere o inciso I;
V - a Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição tributária para documentar operações com revendedores não inscritos conterá, além das exigências previstas na cláusula segunda do Ajuste SINIEF 4/93, a identificação e o endereço do revendedor não inscrito para o qual estiverem sendo remetidas as mercadorias;
VI - o trânsito de mercadorias efetuado pelos revendedores não inscritos será acobertado pela Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição, acompanhada de documento comprobatório da sua condição;
VII - o disposto na cláusula quinta do Convênio ICMS 81/93, que instituiu normas gerais aplicáveis à substituição tributária nas operações interestaduais, não se aplica ao regime de substituição tributária de que cuida este artigo.
Parágrafo único. O regime especial previsto neste artigo poderá ser também concedido para as operações internas realizadas nas mesmas condições aqui previstas (Conv. ICMS 75/94).".

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também às operações internas e interestaduais que destinem mercadorias a contribuinte do imposto regularmente inscrito neste Estado que distribua os produtos exclusivamente a revendedores para venda porta-a-porta ou em banca de jornal e revista.

§ 2º A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária, nas hipóteses deste artigo, é o valor correspondente ao preço de venda a consumidor constante em tabela estabelecida por órgão competente ou, em sua falta, em catálogo ou lista de preços emitidos pelo remetente, acrescido, em ambos os casos, do valor do frete, quando não incluído no preço.

§ 3º Não existindo o preço de que trata o parágrafo anterior, a base de cálculo será fixada em regime especial concedido mediante prévio requerimento do contribuinte substituto, instruído com a declaração da inexistência de catálogo, lista de preços ou instrumento semelhante.

§ 4º Na impossibilidade da aplicação do disposto nos §§ 2º e 3º, a base de cálculo será o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) relativa às operações subseqüentes, prevista no Anexo 89.

§ 5º A Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição tributária para documentar operações com os revendedores conterá, em seu corpo, além das exigências previstas na cláusula segunda do Ajuste SINIEF 4/93, a identificação e o endereço do revendedor não inscrito para o qual estiverem sendo remetidas as mercadorias.

§ 6º O trânsito de mercadorias efetuado pelos revendedores não inscritos será acobertado pela Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição, acompanhada de documento comprobatório da sua condição.

§ 7º O contribuinte que efetuar vendas interestaduais destinadas a este Estado inscrever-se-á nos termos do art. 377.

§ 8º Em substituição ao disposto no § 2º, em situações excepcionais, a base de cálculo poderá ser fixada mediante regime especial.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 379 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

SUBSEÇÃO XIV
Das Prestações de Serviços de Transporte Sujeitas a Substituição Tributária por Antecipação e dos Sujeitos Passivos por Substituição

Art. 380. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo efetuar a retenção do imposto relativo às prestações de serviços interestaduais e intermunicipais de transporte:

I - sendo o serviço prestado por autônomo ou por empresa transportadora não inscrita neste Estado (Conv. ICMS 25/90):

a) o remetente ou alienante das mercadorias, se for estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal ou especial, e desde que seja ele o contratante do serviço;

b) o depositário a qualquer título, sendo o contratante do serviço, na saída de mercadorias ou bens depositados em território baiano por pessoa física ou jurídica;

c) o destinatário das mercadorias, nas prestações internas, quando for ele o contratante do serviço, se for estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal ou especial, sendo o remetente pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de documentos fiscais;

d) a empresa transportadora inscrita no cadastro estadual que subcontratar, na modalidade de redespacho, a prestação de serviço de transporte de carga por transportador autônomo, salvo em se tratando de transporte intermodal (arts. 271 a 274; art. 635, II, e §§ 1º e 2º);

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso I do art. 380 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"d) a empresa transportadora inscrita no cadastro estadual que subcontratar, na modalidade de redespacho, a prestação de serviço de transporte de carga por transportador autônomo, salvo em se tratando de transporte intermodal (arts. 271 a 274; art. 635, II, e §§ 1º e 2º);"

II - o tomador do serviço de transporte, quando inscrito na condição de contribuinte normal, nas prestações sucessivas de serviços de transporte, nos termos do art. 382.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 380 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"*II - o tomador do serviço de transporte, quando inscrito na condição de contribuinte normal, nas prestações de serviços de transporte vinculadas a contrato para prestações sucessivas, nos termos do art. 382."*

§ 1º Nas prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal iniciados ou executados neste Estado, a responsabilidade atribuída ao sujeito passivo por substituição exclui a do contribuinte substituído, no tocante à obrigação principal.

§ 2º Nas prestações de que trata este artigo, aplicar-se-ão, no que couberem, as disposições dos artigos anteriores deste capítulo, especialmente em relação à emissão de documentos fiscais e à escrituração fiscal (arts. 358 a 366).

§ 3º A base de cálculo do imposto devido pelo transportador, para efeitos de retenção pelo responsável, é a prevista no art. 62, e a alíquota é a correspondente às prestações internas ou interestaduais, conforme o caso.

§ 4º O imposto retido será recolhido no prazo previsto no inciso II do art. 126.

Art. 381. Relativamente ao disposto no inciso I do artigo anterior, observar-se-á, ainda, o seguinte (Conv. ICMS 25/90):

I - o transportador autônomo e a empresa transportadora de outra unidade da Federação não inscrita neste Estado ficam dispensados da emissão de Conhecimento de Transporte, desde que na Nota Fiscal que acobertar o transporte da mercadoria sejam indicados, além dos demais requisitos exigidos, os dados relativos à prestação do serviço, em consonância com os arts. 645 ou 646, conforme se trate de venda a preço FOB ou a preço CIF;

II - em substituição ao disposto no inciso anterior, poderá o sujeito passivo por substituição - remetente, depositário ou destinatário contratante do serviço - ser autorizado a emitir Conhecimento de Transporte, para fins, unicamente, de documentação e destaque do imposto a ser retido;

III - nas situações em que não for cabível a substituição tributária, sempre que for efetuado serviço de transporte por autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado:

a) o pagamento do imposto será efetuado antecipadamente, no início da prestação do serviço;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso III do art. 381 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

Redação originária:
"*a) o pagamento do imposto será efetuado antecipadamente, na repartição fiscal do início da prestação do serviço (arts. 310 e 443);*".

b) a empresa transportadora estabelecida e inscrita em unidade federada diversa da do início da prestação, cujo imposto tiver sido recolhido na forma da alínea anterior, procederá da seguinte forma:

1 - não tendo sido emitida Nota Fiscal Avulsa, mas tendo sido feito o pagamento do imposto, será emitido o Conhecimento de Transporte correspondente à prestação do serviço, no final da prestação;

2 - recolherá, se for o caso, por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), a diferença entre o imposto devido à unidade federada do início da prestação e o imposto pago na forma da alínea "a" deste inciso, até o dia 9 do mês subseqüente ao da prestação do serviço;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "b", do inciso III do art. 381 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"2. recolherá, se for o caso, por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), a diferença entre o imposto devido à unidade federada do início da prestação e o imposto pago na forma da alínea "a" deste inciso, até o dia 9 do mês subseqüente ao da prestação do serviço;"

3 - escriturará o Conhecimento emitido na forma do item 1 no Registro de Saídas, nas colunas relativas a "Documento Fiscal" e "Observações", anotando, nesta, a expressão "RICMS-BA, art. 381, III";

c) tratando-se de subcontratação na modalidade de redespacho, de serviço de transporte de carga a ser executado por autônomo, observar-se-ão, ainda, as regras dos arts. 271 a 274 e do art. 635;

IV - o sujeito passivo por substituição, em sua escrita fiscal:

a) lançará o documento no Registro de Entradas ou no Registro de Saídas, conforme o caso, relativamente aos dados correspondentes à operação ou prestação própria;

b) na coluna “Observações”, na mesma linha do documento de que trata a alínea anterior, lançará os valores do imposto retido e da respectiva base de cálcujlo, utilizando colunas distintas para essas indicações, sob o título comum “Substituição Tributária”;

c) se o contribuinte utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, procederá de acordo com o inciso III do art. 361;

d) no final do mês, consignará o valor total do imposto retido no Registro de Apuração do ICMS, em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às suas próprias operações ou prestações, fazendo constar a expressão “Substituição Tributária”, e utilizando, no que couber, os quadros “Débito do Imposto”, “Crédito do Imposto” e “Apuração dos Saldos”;

e) simultaneamente com o lançamento previsto na alínea anterior, este em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às operações ou prestações próprias, fará outro lançamento, este na mesma página da apuração do imposto correspondente às próprias operações ou prestações, para fins de apropriação do crédito fiscal, quando cabível, no campo “Outros Créditos” do referido livro, fazendo a seguinte observação: “Substituição tributária - serviços tomados”;

f) a utilização do crédito fiscal, se cabível, a que alude a alínea anterior, será feita com observância das regras do § 11 do art. 93.

Art. 382. Quanto à responsabilidade de que cuida o inciso II do art. 380, nas prestações de serviços de transporte que envolvam repetidas prestações:

I - o tomador do serviço de transporte, tanto na condição de remetente como de destinatário, quando inscrito neste Estado como contribuinte normal, assumirá a responsabilidade pelo imposto devido pelo prestador, na condição de sujeito passivo por substituição, devendo observar o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso I do art. 382 foi dada pela Alteração nº 14, (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Redação originária:
"*I - o tomador do serviço de transporte, tanto na condição de remetente como de destinatário, quando inscrito neste como contribuinte normal, assumirá a responsabilidade pelo imposto devido pelo prestador, na condição de sujeito passivo por substituição, devendo observar o seguinte:*".

a) fará constar, nas Notas Fiscais que acompanhem a carga:

1 - declaração de que o ICMS sobre o serviço de transporte é de responsabilidade do tomador;

2 - a expressão: “Dispensa de emissão de conhecimento de transporte a cada prestação autorizada nos termos do inciso II do art. 382 do RICMS.

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso I do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"2 - referência ao ato concessório do regime especial de que cuida o inciso seguinte, quando for o caso;"

b) tratando-se de transporte de pessoas, é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal a cada prestação, sendo bastante que o transporte seja feito acompanhado de cópia autenticada do ato concessivo da autorização de que cuida o inciso seguinte;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"b) tratando-se de transporte de pessoas, é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal a cada prestação, sendo bastante que o transporte seja feito acompanhado de cópia autenticada do ato concessivo do regime especial de que cuida o inciso seguinte;"

c) em sua escrita fiscal:

1 - lançará o documento no Registro de Entradas ou no Registro de Saídas, conforme o caso, relativamente aos dados correspondentes à operação ou prestação própria;

2 - na coluna "Observações", na mesma linha do documento de que trata o item anterior, consignará informação de que o imposto relativo ao frete é de sua responsabilidade;

3 - no final do mês, para documentar o imposto de sua responsabilidade relativo aos serviços de transporte de que cuida este artigo, emitirá Nota Fiscal, na qual constarão, especialmente, a base de cálculo, o imposto retido e a expressão "Substituição tributária - serviços de transporte tomados";

4 - o valor total do imposto retido será lançado no Registro de Apuração do ICMS, em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às suas próprias operações ou prestações, fazendo constar a expressão "Substituição Tributária", e utilizando, no que couber, os quadros "Débito do Imposto", "Crédito do Imposto" e "Apuração dos Saldos";

5 - simultaneamente com o lançamento previsto no item anterior, este em folha subseqüente à destinada à apuração do imposto referente às operações ou prestações próprias, fará outro lançamento, este na mesma página da apuração do imposto correspondente às próprias operações ou prestações, para fins de apropriação do crédito fiscal, quando cabível, no campo "Outros Créditos" do referido livro, fazendo a seguinte observação: "Substituição tributária - serviços de transporte tomados";

6 - para efeitos de utilização do crédito fiscal a que alude o item anterior, se cabível:

Nota: A redação atual do item 6, do inciso I do art. 382 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"6. a utilização do crédito fiscal, se cabível, a que alude o item anterior, será feita com a observância das regras do § 11 do art. 93;"

6.1 - observar-se-ão as regras de escrituração do § 11 do art. 93;

6.2 - tendo o cálculo do imposto retido sido feito com dedução do crédito presumido de que cuida a alínea seguinte, o valor do crédito a ser utilizado pelo tomador do serviço será o correspondente ao imposto devido sobre a prestação, sem a referida dedução;

d) será levado em conta, para fins de abatimento do imposto a ser retido, eventual direito a crédito presumido relativo à prestação do serviço de que trata este artigo, desde que o transportador faça jus a tal

benefício, com base na declaração a que aludem os incisos III e IV do § 1º;

II - poderá ser dispensada a emissão de Conhecimentos de Transporte Rodoviário, Aquaviário ou Aéreo, ou de Nota Fiscal de Serviço de Transporte, conforme o caso, a cada prestação, na hipótese de serviço de transporte iniciado em território baiano, observado o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso II do art. 382 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"II - poderá ser dispensada a emissão dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário, Aquaviário e Aéreo, a cada prestação, na hipótese de serviço de transporte iniciado, em território baiano, observado o seguinte:"

a) a empresa transportadora, devidamente inscrita no cadastro estadual, deverá requerer do Inspetor Fazendário do seu domicílio fiscal autorização nesse sentido (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"a) a empresa transportadora, devidamente inscrita no cadastro estadual, deverá requerer regime especial nesse sentido (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89);"

b) para obtenção da autorização de que cuida a alínea anterior, o transportador instruirá o pedido com a cópia do contrato de prestação de serviço, contendo o prazo de vigência, o preço dos serviços, as condições de pagamento e a natureza dos serviços prestados;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"b) para obtenção do regime especial de que cuida a alínea anterior, o transportador instruirá o pedido com a cópia do contrato de prestação de serviço, contendo o prazo de vigência, o preço dos serviços, as condições de pagamento e a natureza dos serviços prestados;"

c) no ato de concessão da autorização deverão constar:

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso II do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"c) no parecer conclusivo ou no ato de concessão do regime especial, além dos enunciados previstos no § 2º do art. 902, deverão constar, ainda:"

1 - o nome do contratante do transportador;

2 - as épocas em que deverão ser emitidos os documentos fiscais relativos ao transporte, não podendo este prazo ultrapassar o período de apuração do imposto;

3 - o prazo de validade;

d) revogada

Nota: A alínea "d" do inciso II do art. 382 foi revogada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
*"**d)** o transportador deverá apresentar o ato concessivo do regime especial, mesmo que por meio de cópia autenticada, sempre que a fiscalização exigir, inclusive no trânsito;"*

III - não será atribuída a responsabilidade de que cuida o inciso I ao tomador do serviço:

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 382 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

a) no transporte de cargas, quando o documento fiscal relativo à mercadoria for emitido por terceiro que não o tomador;

b) no caso de transporte ferroviário.

c) no transporte efetuado por empresa inscrita na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso III do art. 382 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99, efeitos a partir de 01/01/99.

§ 1º A substituição tributária de que cuida este artigo implica que:

I - a emissão dos Conhecimentos de Transporte pela empresa transportadora, a cada prestação, será feita sem destaque do imposto, neles devendo constar a expressão “Substituição tributária - RICMS-BA, art. 382”;

II - tendo a transportadora obtido a autorização a que alude o inciso II, poderá englobar num só Conhecimento de Transporte, no final do mês, o montante das prestações verificadas no período, sem destaque do imposto, contendo, igualmente, a expressão prevista no inciso anterior

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 382 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"II - tendo a transportadora obtido o regime especial a que alude o inciso II, poderá englobar num só Conhecimento de Transporte, no final do mês, o montante das prestações verificadas no período, sem destaque do imposto, contendo, igualmente, a expressão prevista no inciso anterior;"

III - em todos os Conhecimentos de Transporte emitidos de acordo com os incisos precedentes, a

transportadora fará constar, ainda, declaração expressa quanto ao regime de tributação adotado pelo seu estabelelcimento, informando se fez opção pelo direito ao uso de créditos fiscais relativas a operações e prestações tributadas ou se, ao contrário, optou pelo benefício da utilização do crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96;

IV - em substituição à exigência do inciso anterior, poderá a empresa transportadora fazer aquela declaração em instrumento à parte, com identificação do signatário, com indicação do nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC ou CPF da empresa, desendo essa declaração ser conservada pelo sujeito passivo por substituição pelo prazo de 5 anos, observado o disposto no art. 144.

§ 2º Não se aplicará a obrigação de reter o imposto se o tomador do serviço, mesmo sendo inscrito na condição de contribuinte normal, não for considerado contribuinte do ICMS ou não estiver obrigado à escrituração fiscal por disposição expressa da legislação.

§ 3° Revogado

Nota: O § 3º do art. 382 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 382 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"§ 3° No caso de ser celebrado contrato para prestações sucessivas de serviços de transporte por empresa transportadora inscrita na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, sendo o contratante inscrito na condição de contribuinte normal, prevalece a obrigação de o contratante, como substituto tributário, apurar e reter o imposto devido pela transportadora nos termos deste artigo, não se aplicando, neste caso, as regras dos arts. 383-A e seguintes."

CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AMBULANTES

Nota: A denominação atual do Capítulo IV foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Denominação originária:
"CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR MICROEMPRESAS"

SEÇÃO I
Revogada

Nota: A Seção I do Capítulo IV do Título III, compreendendo os artigos 383 a 393, foi revogada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99, tendo sido acrescentadas ao Capítulo IV, pela mesma alteração, as Seções I-A, II-A, III, IV, V, VI, VII e VIII, com seus respectivos dispositivos.

Redação anterior:
"SEÇÃO I
Da Microempresa Industrial
Art. 383. Considera-se microempresa industrial, para os efeitos deste Regulamento, aquela que, em substituição ao regime normal de apuração, optar pelo pagamento do imposto mediante o regime de

apuração em função da receita bruta, que consiste no pagamento do ICMS com base em percentuais a serem aplicados sobre o valor da receita bruta mensal do estabelecimento, desde que a receita bruta não exceda, anualmente, ao limite de 24.000 vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF-BA).
Art. 384. As microempresas industriais apurarão o ICMS relativo às saídas das mercadorias por elas produzidas com base em percentuais a serem aplicados sobre o valor da receita bruta mensal relativa às saídas do estabelecimento de mercadorias cujas operações sejam tributadas, obedecendo aos seguintes cálculos, progressivamente:
I - 5% sobre o valor da receita bruta mensal, até esta atingir o valor correspondente a 1.500 UPFs-BA;
II - 7% sobre o valor da receita bruta mensal que exceder a 1.500 UPFs-BA e até esta atingir a 2.500 UPFs-BA;
III - 9% sobre o valor da receita bruta mensal que exceder a 2.500 UPFs-BA e até esta atingir a 3.500 UPFs-BA;
IV - 10% sobre a receita bruta mensal que exceder a 3.500 UPFs-BA.
Parágrafo único. Na apuração da receita bruta mensal relativa às saídas de mercadorias cujas operações sejam tributadas:
I - serão incluídos os valores das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação, adotando-se como base de cálculo os valores das remessas, em função dos preços FOB de estabelecimento industrial a vista (art. 56, § 1º);
II - serão deduzidos os valores das devoluções e dos retornos de mercadorias.
Art. 385. Relativamente às operações efetuadas pelo contribuinte que optar pela inscrição como microempresa industrial, observar-se-á, ainda, o seguinte:
I - só poderá enquadrar-se como microempresa industrial o estabelecimento que exercer, unicamente, atividade industrial;
II - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais por microempresa industrial;
III - as saídas de mercadorias do estabelecimento deverão ser acompanhadas de Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A, com o imposto destacado normalmente, quando a operação for tributada, ou de Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, nos casos admitidos pela legislação;
IV - ocorrendo saída de mercadoria sujeita a substituição tributária, caso em que a microempresa industrial assume a condição de sujeito passivo por substituição, o ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será o calculado de acordo com o critério normal de tributação;
V - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b";

***Nota** : Redação do inciso V modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos retroativos a 01/01/98).*

*Anteriormente o dispositivo já havia sido modificado pela Alteração nº 4 (*Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97*).*
'V - não é devido o pagamento da diferença de alíquotas, nos termos da alínea "b" do inciso IV do art. 7º".
O inciso IV do art. 7º previa a não-incidência da diferença de alíquotas "nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/98", sendo que este último termo foi adiado para 01/01/00).'.

OBSERVAÇÃO: *Ver o art. 3º do Decreto nº 7244, de 3/3/98, DOE de 4/3/98 (Alteração nº 5): dispensa de multa, acréscimos moratórios e atualização monetária.*

Redação originária:
'V - é devido o pagamento da diferença de alíquotas pelas microempresas industriais:
a) nas aquisições de bens do ativo permanente e de materiais de uso ou consumo procedentes de outras unidades da Federação (art. 27, II, "c");
b) no tocante:
1 - ao frete que lhes tenha sido cobrado, sendo o serviço de transporte iniciado em outra unidade da

Federação, não estando a prestação vinculada a operação ou prestação subseqüentes;
2 - à utilização de serviços de comunicação cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüentes;"

VI - não será concedida habilitação para operar no regime de diferimento a estabelecimento inscrito na condição de microempresa industrial;
VII - a microempresa industrial apresentará, anualmente, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, na forma e prazos do art. 335;
VIII - nas operações realizadas fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo, a microempresa industrial observará o disposto no art. 422.
Art. 386. Para inscrição de contribuinte, no cadastro estadual, na condição de microempresa industrial, serão observadas as seguintes regras:
I - o contribuinte formalizará sua opção mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, ao qual serão anexados os seguintes documentos:
a) fotocópia do contrato de locação ou de documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade;
b) fotocópia do contrato social, registro da firma individual, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia;
c) fotocópia da cédula de identidade, do CPF ou CGC, conforme se trate de pessoa física ou de pessoa jurídica, e do comprovante de endereço do titular ou dos sócios, diretores ou responsáveis, salvo em se tratando de sociedade anônima, hipótese em que se observará o disposto no parágrafo único do art. 184;
d) fotocópia da ficha de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF);
e) croqui ou mapa de localização do estabelecimento ou imóvel rural, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região;
f) o formulário denominado Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, assinado pelos sócios ou titular da empresa, contendo o demonstrativo da receita bruta do exercício anterior, ou, no caso de empresa em início de atividade, a declaração de que sua receita bruta anual provavelmente não ultrapassará o limite de 24.000 UPFs-BA;
II - só poderá ser enquadrado como microempresa industrial o contribuinte que, no ano anterior, tiver obtido receita bruta anual até o limite de 24.000 UPFs-BA, consideradas todas as saídas do estabelecimento, tributadas e não tributadas, adotando-se como referência o valor da UPF-BA vigente no mês de dezembro daquele ano;
III - se, contudo, ao fazer a opção, o estabelecimento não houver exercido suas atividades durante os 12 meses do ano anterior, o cálculo da receita bruta anual será feito proporcionalmente aos meses de efetivo exercício naquele ano;
IV - tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano do enquadramento, o contribuinte deverá, na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), fazer a declaração referida na alínea "f" do inciso I, caso em que o limite ali mencionado será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de início das atividades da empresa e o dia 31 de dezembro do mesmo ano;
V - na mensuração da receita bruta anual, para fins de cotejo com o limite de 24.000 UPFs-BA, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, levar-se-á em conta a receita bruta global de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas;
VI - poderá ser concedida inscrição de microempresa em edificações unifamiliares, desde que sua localização seja compatível com o uso residencial segundo os critérios da legislação municipal e que não contrarie as normas de segurança, higiene, salubridade e outras de ordem pública.
§ 1º Para fins de identificação de microempresa industrial, o seu número de inscrição será acrescido das letras "MI".
§ 2º O contribuinte deverá comunicar à repartição fiscal, mediante o Documento de Informação Cadastral (DIC), a ocorrência de qualquer alteração dos dados cadastrais ou das características do estabelecimento que vier a ocorrer após sua inscrição como microempresa.

Art. 387. Será desenquadrado da condição de microempresa industrial o contribuinte que:
I - formalmente o solicitar;
II - deixar de exercer, com exclusividade, a atividade industrial;
III - obtiver receita bruta anual superior à indicada no inciso II do artigo anterior, por 2 anos consecutivos ou 3 alternados, sendo que, nestes casos, o contribuinte obriga-se a solicitar seu imediato desenquadramento do regime;
IV - prestar declarações inexatas, hipótese em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das demais sanções cabíveis.
Art. 388. As microempresas industriais estão sujeitas à escrituração, apenas, dos livros Registro de Saídas e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.
Parágrafo único. As microempresas industriais que mantiverem depósito fechado observarão o seguinte:
I - as Notas Fiscais de remessa de mercadorias para o depósito fechado serão lançadas no Registro de Saídas com utilização, apenas, das colunas relativas aos números, série, datas e "Observações";
II - mensalmente, será elaborado demonstrativo das remessas de mercadorias para o depósito fechado e dos retornos ao estabelecimento depositante, com especificação, em ambos os casos, dos números das Notas Fiscais de remessa e de retorno, que ficará à disposição do fisco, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;
III - os valores das Notas Fiscais de remessa para depósito fechado não serão computados na apuração da receita bruta mensal ou anual;
IV - as microempresas industriais que atenderem ao disposto neste parágrafo serão dispensadas da escrituração fiscal disciplinada nos arts. 663 a 667.
Art. 389. Os documentos fiscais de aquisição de mercadorias ou bens, de utilização de serviços e outros documentos necessários a comprovações fiscais deverão ser arquivados pela microempresa industrial, em ordem cronológica, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144.
Parágrafo único. O contribuinte antes inscrito na condição de contribuinte normal que passar a microempresa industrial deverá conservar, durante 5 anos, os livros e documentos fiscais relativos ao regime anterior, observado o disposto no art. 144.
Art. 390. O estabelecimento industrial anteriormente inscrito na condição de contribuinte normal que, com base na disposição contida no inciso XVI do art. 1º do Decreto nº 2729/93, tiver comunicado a sua opção pelo pagamento do ICMS com base no regime simplificado de apuração mas que tiver continuado inscrito na condição de contribuinte normal, por não ter a repartição fazendária efetuado a alteração cadastral correspondente, não perderá por esse fato a condição de microempresa industrial, podendo, a qualquer tempo, solicitar a regularização de sua situação cadastral, mediante o preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC).
Art. 391. É vedado o uso de máquina registradora por estabelecimento que optar pela inscrição como microempresa industrial.
Art. 392. Como faculdade prevista no § 5º do art. 27 da Lei nº 7014/96, as microempresas industriais enquadradas no regime de apuração do imposto em função da receita bruta poderão beneficiar-se dos incentivos creditícios do Programa de Crédito Especial à Microempresa (PROCEM) junto ao sistema financeiro do Estado, tomando como referência as vendas de mercadorias sujeitas ao ICMS, conforme as normas do regulamento daquele Programa.

***Nota**: Redação do art. 392 modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98) para simples aperfeiçoamento do texto.*

SEÇÃO II
Revogada

Nota: A Seção II do Capítulo IV do Título III, compreendendo os artigos 393 a 408, foi revogada pelo art. 2º da Alteração nº 9, (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999, tendo sido acrescentadas ao Capítulo IV, pela mesma alteração, as Seções I-A,

II-A, III, IV, V, VI, VII e VIII, com seus respectivos dispositivos.

Redação anterior:
"SEÇÃO II
Da Microempresa Comercial Varejista e da Microempresa Ambulante
SUBSEÇÃO I
Do Enquadramento como Microempresa Comercial Varejista ou como Microempresa Ambulante
Art. 393. Para os fins deste Regulamento, considera-se:
I - microempresa comercial varejista a pessoa jurídica ou firma individual que se dedique à atividade comercial varejista ou à prestação de serviços com fornecimento de mercadorias, que mantenha estabelecimento fixo e cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a 24.000 vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF-BA), e que optar pela inscrição nesse regime;
II - microempresa ambulante a pessoa física, sem estabelecimento fixo ou permanente, que, por conta própria e a seus riscos, portando o seu estoque de mercadorias, com ou sem utilização de veículo, exerça pessoalmente atividade comercial na condição de barraqueiro, feirante, mascate, sacoleiro, tenda, cantina e outras atividades de comércio varejista de pequena capacidade contributiva, mesmo quando instalada em lugar destinado a recreação, esporte, parques, vias públicas, colégios ou repartições.
Parágrafo único. Como faculdade prevista no § 5º do art. 27 da Lei nº 7014/96, as microempresas comerciais varejistas e as microempresas ambulantes poderão beneficiar-se dos incentivos creditícios do Programa de Crédito Especial à Microempresa (PROCEM) junto ao sistema financeiro do Estado, tomando como referência as vendas de mercadorias sujeitas ao ICMS, conforme as normas do regulamento daquele Programa.

***Nota**: Redação do parágrafo único modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98) para simples aperfeiçoamento do texto.*

Art. 394. Para inscrição de contribuinte, no cadastro estadual, na condição de microempresa comercial varejista, serão observadas as seguintes regras:
I - o contribuinte formalizará sua opção mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, ao qual serão anexados os seguintes documentos:
a) fotocópia do contrato de locação ou de documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade;
b) fotocópia do contrato social, registro da firma individual, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia;
c) fotocópia da cédula de identidade, do CPF ou CGC, conforme se trate de pessoa física ou de pessoa jurídica, e do comprovante de endereço do titular ou dos sócios, diretores ou responsáveis;
d) fotocópia da ficha de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF);
e) croqui ou mapa de localização do estabelecimento ou imóvel rural, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região;
f) o formulário denominado Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, assinado pelos sócios ou titular da empresa, contendo o demonstrativo da receita bruta do exercício anterior, ou, no caso de empresa em início de atividade, a declaração de que sua receita bruta anual provavelmente não ultrapassará o limite de 24.000 UPFs-BA;
II - não poderão inscrever-se na condição de microempresas comerciais varejistas, ainda que a receita bruta anual não ultrapasse o limite fixado no inciso I do artigo anterior, as empresas:
a) constituídas sob a forma de sociedade por ações;
b) em que o titular ou sócio seja domiciliado no exterior;
c) que tenham mais de um estabelecimento, se a receita bruta global dos mesmos ultrapassar o limite fixado no inciso I do artigo anterior;
d) que se dediquem às atividades de restaurante, churrascaria, pizzaria, lanchonete, pastelaria, confeitaria, doçaria, casa de chá, loja de "delicatessen", serviço de "buffet", hotéis, motéis, pousadas,

fornecedor de refeições e outros serviços de alimentação;

Nota 1: *Redação da alínea "d" modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), acrescentando "pousadas".*
Anteriormente, a Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), acrescentou "hotéis" e "motéis".

Nota 2: *De acordo com o art. 3º do Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/10/97, (Alteração nº 1), a vedação de enquadramento como microempresa comercial varejista, relativamente às pessoas já cadastradas no ramo de atividade de pastelarias, confeitarias, doçarias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet" e outros serviços de alimentação, somente surte efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.*

III - para efeito de apuração da receita bruta referida no inciso I do art. 393, tomar-se-á por base o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior, e, como referência, o valor nominal da UPF-BA vigente no mês de dezembro desse mesmo ano;
IV - quando o contribuinte pleitear o enquadramento como microempresa e o estabelecimento não houver exercido suas atividades durante os 12 meses do ano civil anterior, o cálculo da receita bruta anual de que cuida o inciso I do art. 393 será feito proporcionalmente aos meses de efetivo exercício naquele ano;
V - tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano do enquadramento, o contribuinte deverá, na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), fazer a declaração referida na alínea "f" do inciso I, caso em que o limite ali mencionado será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de início das atividades da empresa e o dia 31 de dezembro do mesmo ano;
VI - na mensuração da receita bruta anual, para fins de cotejo com o limite de 24.000 UPFs-BA, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, levar-se-á em conta a receita bruta global de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas;
VII - poderá ser concedida inscrição de microempresa em edificações unifamiliares, desde que sua localização seja compatível com o uso residencial segundo os critérios da legislação municipal e que não contrarie as normas de segurança, higiene, salubridade e outras de ordem pública.
Parágrafo único. A empresa inscrita na condição de contribuinte normal que requerer seu enquadramento como microempresa comercial varejista deverá:
I - efetuar a antecipação tributária relativamente ao estoque das mercadorias existentes no estabelecimento na data da protocolização do pedido, sendo que:
a) será elaborado um inventário ou listagem das mercadorias existentes no estabelecimento naquela data, valoradas pelo preço de custo ou pelo preço de entrada mais recente;
b) para efeito de cálculo do imposto a ser antecipado, a base de cálculo é a prevista no art. 61;
c) o imposto será recolhido até o dia 10 do segundo mês subseqüente ao da apuração do estoque de que cuida este inciso, sem atualização monetária;
d) o pagamento poderá ser efetuado em até 10 parcelas mensais e consecutivas, na alçada da repartição local, devendo o pagamento inicial ser feito até o dia 20 do segundo mês subseqüente ao da apuração do estoque, ficando as demais parcelas sujeitas aos acréscimos tributários previstos para o parcelamento, calculados a partir da data do recolhimento da primeira, observados os demais critérios fixados pelo Regulamento do Processo Administrativo Fiscal;
II - recolher à repartição fazendária os impressos de documentos fiscais não utilizados, para serem cancelados (art. 217), salvo em se tratando de impressos de Notas Fiscais de Venda a Consumidor, que poderão continuar em uso, desde que seja aposto carimbo, em todas as vias, indicando a nova condição cadastral do estabelecimento, sendo que, se o contribuinte pretender continuar utilizando as Notas Fiscais modelos 1 e 1-A anteriormente impressas, poderá fazer requerimento nesse sentido à repartição do seu domicílio fiscal, caso em que os talonários, ao serem apresentados à repartição para conferência, já deverão conter carimbo, em todas as vias, com a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS", devendo, ainda, oportunamente, ser os mesmos carimbados, em todas as vias, com indicação da nova condição cadastral.

Art. 395. Para inscrever-se no Cadastro de Contribuintes na condição de microempresa ambulante, o contribuinte deverá formalizar sua opção mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, ao qual serão anexados os seguintes documentos:
I - fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
II - comprovante do endereço residencial;
III - desenho ou mapa indicando como localizar sua residência ou domicílio, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região.
SUBSEÇÃO II
Da Substituição ou Antecipação Tributária, do Pagamento da Diferença de Alíquotas e dos Créditos Fiscais
Art. 396. Os comerciantes, os industriais e os importadores, inclusive quando realizarem operações pelo sistema de vendas fora do estabelecimento, sempre que efetuarem vendas de mercadorias a contribuintes não inscritos ou inscritos como microempresa comercial varejista ou como microempresa ambulante, serão considerados sujeitos passivos por substituição, devendo, nesses casos, fazer a retenção do ICMS, adotando como base de cálculo a prevista no art. 61.
Art. 397. Nas aquisições, por microempresas comerciais varejistas e microempresas ambulantes, de mercadorias procedentes de outras unidades da Federação, não tendo havido retenção do imposto pelo remetente ou tendo a retenção sido feita a menos, bem como nas importações e nas arrematações de mercadorias estrangeiras apreendidas ou abandonadas, será feita a antecipação do pagamento do imposto, nos termos dos incisos I e II do art. 125, adotando-se como base de cálculo a prevista no art. 61 (arts. 370, 371 e 372).
Art. 398. O pagamento antecipado de que cuidam os arts. 396 e 397 não se aplica:
I - nas aquisições de bens do ativo permanente ou de material de uso ou consumo do estabelecimento;
II - nas aquisições de mercadorias cujas operações posteriores não estejam sujeitas ao imposto, em virtude de isenção ou não-incidência.
Art. 399. Nas aquisições, por microempresas comerciais varejistas ou por microempresas ambulantes, de mercadorias remetidas por pessoas não inscritas ou não obrigadas à emissão de documentos fiscais, deverão ser pagos, antes da saída das mercadorias, tanto o imposto devido pelo fornecedor como o imposto a ser antecipado por força do regime de substituição tributária.
Art. 400. Sendo encontradas mercadorias em poder de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante desacompanhadas de documentação fiscal ou com documentação considerada inidônea, será exigido o pagamento do ICMS, adotando-se como base de cálculo:
I - o preço de pauta fiscal no atacado, se houver, ou o preço corrente das mercadorias ou de sua similar no mercado atacadista do local da ocorrência, aquele ou este acrescido do percentual da margem de valor adicionado (MVA) correspondente, de acordo com as alíneas "a" a "g" do inciso I do art. 938; ou
II - o preço de pauta fiscal no varejo, se houver, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência.
Art. 401. Quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, por parte das microempresas comerciais varejistas e das microempresas ambulantes, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b".

***Nota 1**: Redação do art. 401 modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos retroativos a 01/01/98).*

***Nota 2**: Redação anterior foi modificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97)*
Redação anterior:
'Art. 401. Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas pelas microempresas comerciais varejistas e pelas microempresas ambulantes, nos termos da alínea "b" do inciso IV do art. 7º.

O inciso IV do art. 7º previa a não-incidência da diferença de alíquotas "nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/98", sendo que este último termo foi adiado para 01/01/00).

***Nota 3**:Ver o art. 3º do Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98 (Alteração nº 5): dispensa de*

multa, acréscimos moratórios e atualização monetária.

Nota 4**: **Redação originária:
'Art. 401. É devido o pagamento da diferença de alíquotas pelas microempresas comerciais varejistas e pelas microempresas ambulantes:
I - nas aquisições de bens do ativo permanente e de materiais de uso ou consumo procedentes de outras unidades da Federação (art. 27, II, "c");
II - no tocante:
a) *ao frete que lhes tenha sido cobrado, sendo o serviço de transporte iniciado em outra unidade da Federação, não estando a prestação vinculada a operação ou prestação subseqüentes;*
b) *à utilização de serviços de comunicação cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüentes.'*

Art. 402. Os créditos fiscais acumulados por microempresa comercial varejista ou por microempresa ambulante, nos termos do art. 106, relativos às aquisições de energia elétrica, de serviço de comunicação, de bens destinados ao ativo imobilizado e bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, bem como dos serviços correspondentes, poderão ser:

***Nota**: Redação do caput deste artigo modificada pela Alteração nº 6 (*Decreto nº 7295 de 04/05/98, DOE de 05/05/98*).*
Redação anterior:
'Art. 402. Os créditos fiscais acumulados por microempresa comercial varejista ou por microempresa ambulante, nos termos do art. 106, relativos às aquisições de energia elétrica, de serviço de comunicação e de bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, bem como dos serviços correspondentes, poderão ser:'.

I - utilizados nos termos dos arts. 107 e 108;
II - transferidos a outro contribuinte, nas hipóteses em que este for o responsável pelo pagamento do imposto na condição de responsável solidário ou de substituto tributário por diferimento ou por antecipação do imposto, observados os seguintes procedimentos:
a) a microempresa deverá apresentar à repartição fiscal de sua circunscrição:
1 - as 1ªs vias dos documentos fiscais de aquisição das mercadorias e dos serviços tomados, firmando, no verso, do próprio punho ou a rogo, declaração que indique os fins a que os mesmos se destinaram ou se destinarão;
2 - a 1ª via da Nota Fiscal emitida pelo contribuinte que fará uso do crédito, relativa à operação efetuada com a microempresa;
b) à vista dos documentos referidos no item 1 da alínea anterior, o funcionário competente emitirá Certificado de Crédito do ICMS (art. 961), instrumento este que servirá para compensação do imposto devido pelo emissor da Nota Fiscal referida no item 2 da alínea anterior.
SUBSEÇÃO III
Das Obrigações Acessórias Inerentes à Microempresa Comercial Varejista e à Microempresa Ambulante
Art. 403. As microempresas comerciais varejistas e as microempresas ambulantes são dispensadas do cumprimento das obrigações tributárias acessórias, exceto quanto às seguintes:
I - inscrição no Cadastro de Contribuintes, a ser requerida mediante o preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, devendo ser feita a devida comunicação à repartição fiscal, através do referido formulário, sempre que a microempresa modificar suas características, inclusive em função das categorias especificadas nos incisos I e II do art. 393;
II - arquivamento, em ordem cronológica, durante 5 anos, contados da entrada das mercadorias ou da efetivação dos negócios, observado o disposto no art. 144, dos documentos relativos a:
a) entradas de mercadorias no estabelecimento;
b) saídas de mercadorias efetuadas pelo estabelecimento;
c) fretes pagos;
d) água, energia elétrica, fax e telefone;

e) documentos de aquisição de bens do ativo permanente, bens de uso e materiais de consumo;
f) demais comprovantes de despesas;
g) atos negociais em geral;
III - apresentação, anualmente, por parte das microempresas comerciais varejistas, da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME), Anexo 82, na forma e prazos do art. 335;
IV - conservação, durante 5 anos, dos livros e documentos fiscais, por parte do contribuinte antes inscritos na condição de contribuinte normal e que vier a ser enquadrado como microempresa, observado o disposto no art. 144;
V - emissão, por parte das microempresas comerciais varejistas, dos seguintes documentos fiscais:
a) Nota Fiscal - Microempresa Comercial Varejista (Anexo 18), nas saídas de mercadorias, particularmente nas vendas a contribuintes, devendo ser confeccionada com os campos destinados à base de cálculo do ICMS, ao valor do ICMS, à base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária e ao valor do ICMS devido por substituição em fundo negativo, e, contendo no quadro "Informações Complementares" a expressão: "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS";
b) Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Cupom Fiscal de máquina registradora, Cupom Fiscal ECF e Cupom Fiscal PDV, nas vendas a consumidor pessoa física não contribuinte, a vista, em que o comprador for quem retire as mercadorias do estabelecimento ou quando as mercadorias forem consumidas no recinto do estabelecimento.
§ 1º As microempresas comerciais varejistas que mantiverem depósito fechado observarão o seguinte:
I - mensalmente, será elaborado demonstrativo das remessas de mercadorias para o depósito fechado e dos retornos ao estabelecimento depositante, com especificação, em ambos os casos, dos números das Notas Fiscais de remessa e de retorno, que ficará à disposição do fisco, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;
II - os valores das Notas Fiscais de remessa para depósito fechado não serão computados na apuração da receita bruta anual;
III - as microempresas comerciais varejistas que atenderem ao disposto neste parágrafo serão dispensadas da escrituração fiscal disciplinada nos arts. 663 a 667.
§ 2º Será facultado à microempresa ambulante a emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor, caso em que, não tendo o contribuinte inscrição no CGC/MF, o campo correspondente conterá a indicação do seu CPF/MF.
§ 3º Nas operações realizadas fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo, observar-se-á o disposto nos arts. 423 e 424.
§ 4º Não será concedida habilitação para operar no regime de diferimento a estabelecimento inscrito na condição de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante.
§ 5º Para fins de identificação de microempresas comerciais varejistas e de microempresas ambulantes, os seus números de inscrição estadual serão acrescidos das letras "MC" e "MA", respectivamente.
SUBSEÇÃO IV
Do Desenquadramento e do Cancelamento de Inscrição de MicroempresaComercial Varejista ou de Microempresa Ambulante
Art. 404. O desenquadramento de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I - a qualquer tempo, se a microempresa decidir optar pelo regime normal de tributação, por entender mais conveniente, sendo que, para exercer esta opção, o contribuinte fará solicitação à Inspetoria Fiscal do seu domicílio, preenchendo o Documento de Informação Cadastral (DIC), ao qual será anexada, tratando-se de microempresa comercial varejista, a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa (DME);
II - no caso de microempresa comercial varejista:
a) se passar a integrar o rol das atividades ou formas de constituição de empresas que são incompatíveis com o regime, nos termos do inciso II do art. 394, caso em que a microempresa deverá comunicar a ocorrência à Inspetoria Fiscal do seu domicílio, solicitando o seu imediato desenquadramento;
b) se auferir receita bruta anual superior ao limite estabelecido no inciso I do art. 393 durante 2 anos consecutivos ou 3 anos alternados, hipótese em que o desenquadramento será determinado de ofício;
c) se for constatado que mais de 10% das saídas do estabelecimento no trimestre anterior tenham sido destinadas a outros contribuintes, devendo o desenquadramento ser determinado de ofício;
III - sendo comprovado, mediante ação fiscal, que o contribuinte não preenche os requisitos

regulamentares que caracterizam a microempresa, devendo o desenquadramento ser determinado de ofício.
Art. 405. A microempresa comercial varejista que, no final do exercício fiscal, tiver excedido o limite da renda bruta anual previsto no inciso I do art. 393 deverá comunicar o fato, dentro de 30 dias, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, à qual compete efetuar o controle das comunicações recebidas nesse sentido, relativamente a cada contribuinte, para adoção da providência prevista na alínea "b" do inciso II do artigo anterior.
Art. 406. A microempresa comercial varejista ou a microempresa ambulante que, sem observância dos requisitos e condições previstos, fizer sua inscrição ou deixar de comunicar ao fisco, fielmente, fatos passíveis do não-enquadramento ou de sua exclusão do regime de microempresa, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal de seu titular ou sócios, terá sua inscrição cancelada de ofício.
Art. 407. Na hipótese de alteração de inscrição, passando o contribuinte da condição de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante para a condição de contribuinte normal, uma vez determinado o desenquadramento da condição de microempresa, deverá o contribuinte, no último dia útil do mês em que receber a comunicação do desenquadramento, efetuar o levantamento das mercadorias em estoque, especificando, separadamente:
I - as mercadorias cujas operações subseqüentes sejam isentas ou não-tributadas;
II - as mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos dos incisos II e IV do art. 353;
III - as demais mercadorias sujeitas ao ICMS, que não as referidas no inciso anterior, cujo imposto tenha sido pago por antecipação, para fins de utilização do crédito fiscal a elas correspondente, a ser calculado agregando-se ao preço médio de custo o percentual da margem de valor adicionado (MVA) previsto no Anexo 89, adotando-se a alíquota prevista para as operações internas, de acordo com cada espécie da mercadoria.
§ 1º O dia em que for efetuado o levantamento de que cuida este artigo servirá como referência na definição da data da efetiva alteração do regime de tributação determinado pela Fazenda Estadual.
§ 2º A utilização do crédito a que se refere o inciso III deverá ser seguida de comunicação escrita dirigida à Inspetoria Fiscal do domicílio do contribuinte.
§ 3º O estoque apurado na forma deste artigo deverá ser lançado no Registro de Inventário, no prazo de 60 dias.
Art. 408. A exclusão da inscrição cadastral de microempresa comercial varejista ou de microempresa ambulante, em decorrência de pedido de baixa ou de cancelamento de ofício, dar-se-á na forma dos arts. 166 a 172."

SEÇÃO I-A
Do Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia)

Art. 383-A. O Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia) consiste no tratamento tributário diferenciado e simplificado a ser dispensado:

I - à microempresa;

II - à empresa de pequeno porte;

III - ao ambulante.

Parágrafo único. É facultativa a adoção do tratamento de que cuida este artigo.

SEÇÃO II-A
Dos Critérios para Adoção do SimBahia

Art. 384-A. Para fins de adoção do tratamento tributário de que cuida o SimBahia, considera-se:

I - microempresa o contribuinte cuja receita bruta no ano anterior seja igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

Nota: A redação atual do inciso I, do "caput" do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada inciso I, do *caput* do art. 384-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"I - microempresa o contribuinte cuja receita bruta ajustada do ano anterior seja igual ou inferior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);"

Redação originária, efeitos até 31/12/99:
"*I - microempresa o contribuinte cuja receita bruta ajustada do ano anterior seja igual ou inferior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);*".

II - empresa de pequeno porte o contribuinte cuja receita bruta no ano anterior seja superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

Nota: A redação atual do inciso II, do *caput* do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada inciso II, do *caput* do art. 384-A pela Alteração nº15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"II - empresa de pequeno porte o contribuinte cuja receita bruta ajustada do ano anterior seja superior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);"

Redação originária, efeitos até 31/12/99:
"*II - empresa de pequeno porte o contribuinte cuja receita bruta ajustada do ano anterior seja igual ou inferior a R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);*"

III - ambulante a pessoa física, sem estabelecimento permanente, que, por conta própria e a seus riscos, portando o seu estoque de mercadorias, com ou sem utilização de veículo, exerça pessoalmente atividade de comércio varejista de pequena capacidade contributiva, na condição de barraqueiro, feirante, mascate, sacoleiro, tenda, cantina e semelhantes, cujo valor das aquisições de mercadorias no ano anterior seja igual ou inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º Por receita bruta entende-se o somatório dos valores das operações e dos serviços de transportes e comunicações de todos os estabelecimentos da empresa no período considerado, sendo que:

Nota: A redação atual da parte incial do § 1º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada a parte incial do § 1º do art. 384-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos de 31/12/02 a 31/08/05:
"§ 1º Por receita bruta ajustada entende-se o somatório da receita bruta decorrente das operações e dos serviços de transportes e comunicações de todos os estabelecimento da empresa no período considerado, deduzido o equivalente a 20% (vinte por cento) do total das entradas de mercadorias, bens e materiais e dos serviços de transportes e comunicações tomados no mesmo período, sendo que:"

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 1º Por receita bruta ajustada entende-se a receita bruta decorrente das operações e dos serviços de

transportes e comunicações do estabelecimento no período considerado, deduzido o equivalente a 20% (vinte por cento) do total das entradas de mercadorias, bens e materiais e dos serviços de transportes e comunicações tomados no mesmo período, sendo que:".

I - serão incluídos os valores das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação, adotando-se como base de cálculo os valores das remessas, em função dos preços FOB de estabelecimento industrial a vista (art. 56, § 1º);

II - serão deduzidos, tanto na receita como nas entradas, os valores correspondentes a:

Nota: A redação atual do inciso II, do § 1º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

Redação originária, efeitos até 3012/99:
"*II - serão deduzidos, tanto na receita como nas entradas, os valores das transferências internas, das devoluções e dos retornos de mercadorias.*".

a) transferências internas;

b) devoluções;

c) saídas e retornos para conserto;

d) saídas e retornos para industrialização, no tocante ao valor originário das mercadorias, sendo incluído porém o valor acrescido;

e) mercadorias sinistradas;

f) notas fiscais de simples faturamento para entrega futura, devendo ser consideradas as notas fiscais emitidas no momento da entrega;

§ 2º No caso de empresa que tenha exercido suas atividades durante parte do ano anterior, o cálculo da receita bruta anual será feito proporcionalmente aos meses de efetivo exercício naquele ano.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação originária, efeitos até 31/08/05:
"§ 2º No caso de empresa que não tenha exercido suas atividades durante os 12 (doze) meses do ano calendário anterior, o cálculo da receita bruta anual ajustada será feito proporcionalmente aos meses de efetivo exercício naquele ano."

§ 3º Tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano da opção pelo regime, o contribuinte deverá estimar o valor de sua receita bruta anual, sendo que:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 3º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do § 3º do art. 384-A pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos de 01/09/05 a 09/09/05:

"§ 3º Tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano da opção pelo regime, o contribuinte deverá apresentar declaração estimando o valor de sua receita bruta anual, sendo que:"

Redação anterior dada ao § 3º do art. 384-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"§ 3º Tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano calendário da opção pelo regime, o contribuinte deverá apresentar declaração estimando o valor de sua receita bruta anual ajustada.
I - tratando-se de empresa em atividade, a receita bruta anual ajustada corresponderá à projeção do valor médio das operações realizadas para os doze meses do exercício;
II - tratando-se de empresa em início de atividade, a receita bruta anual ajustada corresponderá à estimativa de receita para os meses em que estiver em operação no exercício, projetada para os doze meses do exercício.
III - as empresas incluídas ou reincluídas que não tiverem operado no exercício anterior observarão o disposto:
a) no inc. I deste artigo, se tiverem exercido atividades durante algum período do ano em que solicitaram o enquadramento no SimBahia;
b) no inciso anterior, se não tiverem exercido atividades durante algum período do ano em que solicitaram o enquadramento no SimBahia."

Redação originária, efeitos até 31/12/99:
"*§ 3º Tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano calendário da opção pelo regime, o contribuinte deverá apresentar declaração estimando o valor de sua receita bruta anual ajustada.*".

I - tratando-se de empresa que já tenha iniciado atividade antes da opção, a receita bruta anual corresponderá ao valor médio das operações realizadas durante o ano, projetado para os doze meses do exercício;

II - tratando-se de empresa iniciando atividade no momento da opção, a receita bruta anual corresponderá à estimativa de receita para os meses em que estiver em operação no exercício, projetada para os doze meses do exercício.

III - as empresas com reativação de suas atividades, que não tiverem operado no exercício anterior, observarão o disposto:

a) no inc. I deste parágrafo, se já tiverem exercido atividades durante algum período do ano;

b) no inciso II, se não tiverem exercido atividades durante o ano.

§ 4º Na mensuração da receita bruta anual, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, ainda que em outra unidade da Federação, ou tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas inscritas em cadastros de contribuintes do ICMS de qualquer unidade da Federação, levar-se-á em conta a receita bruta global de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao § 4º do art. 384-A pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos de 21/01/04 a 31/08/05:
"§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, ainda que em outra unidade da Federação, ou tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas inscritas em cadastros de contribuintes do ICMS, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas."

Redação anterior dada ao § 4º do art. 384-A pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos 01/01/04 a 20/01/04:
"§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento ou tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas inscritas em Cadastros de Contribuintes do ICMS, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas."

Redação anterior dada ao § 4º do art. 384-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/12/03:
"*§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, ainda que em outra unidade da federação, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas."*

Redação originária, efeitos até 29/12/00:
"*§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas.*"

§ 5º Considera-se que a receita bruta de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento em determinada faixa ou condição no SimBahia, quando o volume de suas entradas de mercadorias e serviços de transportes tomados no período considerado for superior aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao § 5º do art. 384-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 29/09/01 a 31/08/05:
"§ 5º Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento em determinada faixa ou condição no SimBahia, quando o volume de suas entradas de mercadorias e serviços de transportes tomados no período considerado for superior em 20% (vinte por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 384-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 28/09/01:
"§ 5º Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento em determinada faixa ou condição no SimBahia, quando o volume de suas entradas de mercadorias no período considerado for superior em 20% (vinte por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 384-A pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, no DOE de 24/02/00):
"*§ 5º Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, quando o volume de suas entradas de mercadorias no período considerado for superior em 20% (vinte por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*".

Redação anterior dada ao § 5º do art. 384-A pela Alteralção nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98.

DOE de 31/12/98):
"*§ 5° Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia), na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, quando o volume de suas entradas de mercadorias no período considerado for superior em 30% (trinta por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*".

Redação originária:
"*§ 5° Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia), na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, quando o volume de suas entradas de mercadorias no período considerado for superior a 30% (trinta por cento) dos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*"

§ 6º As pessoas físicas de pequena capacidade contributiva que desenvolverem suas atividades comerciais na própria residência e cujas aquisições de mercadorias no ano anterior se situem no limite do inciso III deste artigo poderão requerer sua inscrição como ambulante, sendo que:

I - a repartição fazendária examinará criteriosamente cada caso, após visita de Auditor Fiscal ao estabelecimento do contribuinte, o qual emitirá parecer opinativo, fundamentando as razões pelas quais sugira o deferimento ou indeferimento do pedido;

II - a decisão acerca da concessão ou indeferimento da inscrição ficará a critério da autoridade fazendária local, mediante despacho fundamentado;

III - periodicamente, a repartição fazendária programará visitas fiscais aos estabelecimentos inscritos nas condições deste parágrafo, para acompanhamento de sua evolução e depuração de eventuais anomalias, observado o disposto nos arts. 408-L a 408-S.

§ 7º Não serão consideradas ambulantes, para efeitos de enquadramento no SimBahia, as pessoas físicas que efetuarem vendas pelo regime porta-a-porta a consumidores finais de produtos de empresa que utilize o sistema de "marketing" direto de comercialização de que trata o art. 379.

§ 8º A constatação da veracidade das informações de que trata o § 3º deste artigo poderá ser efetuada com base na multiplicação do número de dias de funcionamento do estabelecimento no período considerado, pelo resultado obtido da divisão do valor total das operações de saídas, apuradas em levantamento fiscal, relativo a pelo menos três dias, consecutivos ou não, pela quantidade de dias do levantamento.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 384-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

§ 9º Anualmente, com base na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) do exercício anterior e em outras fontes de informações econômico-fiscais, a Secretaria da Fazenda, se for o caso, reenquadrará de ofício os contribuintes optantes pelo SimBahia, sendo que o reenquadramento:

Nota: A redação atual do *caput* do § 9º do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao *caput* do § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 384-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 22/11/02:
"§ 9º Anualmente, com base na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de

Pequeno Porte (DME) do exercício anterior, a Secretaria da Fazenda, se for o caso, reenquadrará de ofício os contribuintes optantes pelo SimBahia, sendo que o reenquadramento:

I - se dará no mês subseqüente ao prazo de entrega da DME;

II - produzirá efeitos a partir do segundo mês subseqüente ao prazo estabelecido para entrega da DME.

§ 10. O enquadramento no SimBahia é efetuado com base no CNPJ básico, ou seja, no caso de empresa com mais de um estabelecimento, todos devem se enquadrar na mesma condição, sendo que a microempresa poderá ter estabelecimentos com faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ou o volume de compras de cada um.

Nota: A redação atual do § 10 do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao § 10, tendo sido acrescentado ao art. 384-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/08/05:
"§ 10. O enquadramento no SimBahia é efetuado com base no CNPJ básico, ou seja, no caso de empresa com mais de um estabelecimento, todos devem se enquadrar na mesma condição, sendo que a Microempresa poderá ter estabelecimentos com faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ajustada ou o volume de compras de cada um."

§ 11. Os contribuintes que apresentarem DME retificadora ou fora do prazo ficarão sujeitos as seguintes medidas:

Nota: O § 11 foi acrescentado ao art. 384-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01).

I - terão seu reenquadramento cadastral efetuado no trimestre civil subseqüente à recepção ou processamento da retificadora;

Nota: **A redação atual do inciso I, do § 11 do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).**

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao § 11 do art. 384-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"I - terá seu reenquadramento cadastral efetuado no trimestre civil subseqüente à recepção ou processamento da retificadora;"

II - em caso de mudança de faixa ou condição no SimBahia, recolherão o ICMS devido, se for o caso, considerando o período a partir do segundo mês subseqüente ao prazo normal estabelecido para entrega da DME, sem prejuízo dos acréscimos legais cabíveis.

Nota: **A redação atual do inciso II, do § 11 do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).**

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao § 11 do art. 384-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):

"II - recolherão o ICMS devido relativo ao período, a partir do segundo mês subseqüente ao prazo normal estabelecido para entrega da DME."

§ 12. Não poderão adotar o tratamento tributário do SimBahia os contribuintes que tiverem custos de implantação ou de manutenção do negócio incompatíveis com as condições e limites fixados neste Regulamento, sendo que:

Nota: **A redação atual do § 12 do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao § 12, tendo sido acrescentado ao art. 384-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"§ 12. Não poderão adotar o tratamento tributário do SimBahia os contribuintes que tiverem custos de implantação ou de manutenção do negócio incompatíveis com as condições e limites fixados neste Regulamento."

I - a incompatibilidade configurar-se-á, inclusive, quando o quociente entre o somatório das despesas gerais, efetivas ou estimadas, dos estabelecimentos do contribuinte e o percentual previsto no inciso II do art. 938 para a sua atividade, for superior ao limite máximo da condição pretendida;

Nota: **A redação atual do inciso I, do § 12 do art. 384-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.**

Redação anterior dada ao inciso I, do § 12 do art. 384-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos de 31/12/02 a 31/08/05:
"I - a incompatibilidade configurar-se-á, inclusive, quando o quociente entre o somatório das despesas gerais, efetivas ou estimadas, dos estabelecimentos do contribuinte e o percentual previsto no inciso II do art. 938 para a sua atividade, for superior em mais de 20% ao limite máximo da condição pretendida;"

II - a relação prevista no inciso anterior também poderá ser observada para efeito de reenquadramento de ofício em faixa distinta de estabelecimentos pertencentes a contribuintes inscritos na condição de microempresa.

III - O contribuinte poderá requerer revisão do reenquadramento de que trata o inciso anterior, mediante solicitação de levantamento fiscal a ser realizado no estabelecimento através do acompanhamento, por determinado período, da emissão de notas fiscais de saída para verificação do real faturamento da empresa.

Nota: **O inciso III foi acrescentado ao § 12 do Art. 384-A pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Art. 385-A. Quanto às restrições de adoção do regime de apuração do SimBahia, observar-se-á o disposto no art. 399-A.

SEÇÃO III
Da Apuração e do Recolhimento do Imposto

SUBSEÇÃO I

Do Imposto Devido pela Microempresa

Nota: **A Seção III foi acrescentada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).**

Art. 386-A. A microempresa pagará mensalmente o imposto correspondente aos seguintes valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta no ano anterior, nos termos do art. 384-A, e sem prejuízo da aplicação das disposições relativas à antecipação ou substituição tributária, sendo esta:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 386-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 386-A pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos de 01/05/04 a 31/08/05:
"Art. 386-A. A microempresa pagará mensalmente o imposto correspondente aos seguintes valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta ajustada do ano anterior, nos termos do art. 384-A, e sem prejuízo da aplicação das disposições relativas à antecipação ou substituição tributária, sendo esta:
I - inferior ou igual a R$ 100.000,00 (cem mil reais): dispensado o pagamento;
II - acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais): R$ 55,00 (cinqüenta e cinco reais);
III - acima de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e até R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais): R$ 120,00 (cento e vinte reais);
IV - acima de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e até R$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais): R$ 190,00 (cento e noventa reais);
V - acima de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) e até R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): R$ 270,00 (duzentos e setenta reais)."

Os inciso V, VI, VII e VIII foram revogados tacitamente pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos a partir de 01/05/04.

Redação anterior dada aos inciso V, VI, VII e VIII, tendo sido acrescentados ao art. 386-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 30/04/04:
"*V - acima de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e até R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais): R$ 210,00 (duzentos e dez reais);*
VI - acima de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) e até R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais): R$ 290,00 (duzentos e noventa reais);"
VII - acima de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e até R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais): R$ 370,00 (trezentos e setenta reais);
VIII - acima de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais)."

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 386-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 30/04/04:
"*IV - acima de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) e até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais);"*

Redação anterior dada ao *caput* do art. 386-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 386-A. A microempresa pagará mensalmente o imposto correspondente aos seguintes valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta ajustada do ano anterior, nos termos do art. 384-A, sendo esta: (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
I - até R$ 30.000,00: R$ 25,00; (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)

II - acima de R$ 30.000,00 e até R$ 60.000,00: R$ 50,00; (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
III - acima de R$ 60.000,00 e até R$ 90.000,00: R$ 100,00; (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
IV - acima de R$ 90.000,00: R$ 150,00." (efeitos de 18/11/98 a 31/12/99)

I - inferior ou igual a R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais): dispensado o pagamento;

II - acima de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e até R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais): R$ 55,00 (cinqüenta e cinco reais);

III - acima de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) e até R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais): R$ 120,00 (cento e vinte reais);

IV - acima de R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais) e até R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais): R$ 190,00 (cento e noventa reais);

V - acima de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) e até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): R$ 270,00 (duzentos e setenta reais);

Parágrafo único. O ICMS será apurado por estabelecimento, observando-se as seguintes regras:

Nota: A redação atual do *caput* do parágrafo único do art. 386-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 386-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).
"*Parágrafo único. Na apuração e recolhimento do ICMS, observar-se-ão as seguintes regras:*".

I - com base na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) do ano anterior, a Secretaria da Fazenda calculará a quantia mensal a ser paga pelo contribuinte, atendendo ao disposto no § 9º, do art. 384-A;

Nota: A redação atual do inciso I do parágrafo único do art. 386-A foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

Redação anterior dada ao inciso I, do parágrafo único do art. 386-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*I - com base na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) do ano anterior, a repartição fazendária calculará a quantia a ser paga pelo contribuinte em cada mês, de abril do exercício corrente a março do exercício seguinte;*".

II - o ICMS apurado nos termos deste artigo será recolhido na forma e no prazo estipulados no art. 124;

III - caso o contribuinte discorde do cálculo do imposto a ser pago:

a) poderá o interessado dirigir reclamação escrita ou comparecer à repartição fazendária do seu domicílio com os elementos com que pretenda contestar o procedimento, devendo neste caso a repartição formalizar em termo circunstanciado a reclamação;

b) a repartição local deverá encaminhar a reclamação à Gerência do Setor Comércio e Serviços no primeiro dia útil seguinte ao seu recebimento;

Nota: **A redação atual da alínea *"b"*, do inciso III, do parágrafo único do art. 386-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).**

Redação anterior dada a alínea *"b"*, do inciso III, do parágrafo único do art. 386-A pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"b) a repartição local deverá encaminhar a reclamação à Gerência de Micro e Pequenas Empresas no primeiro dia útil seguinte ao seu recebimento;"

Redação anterior dada a alínea *"b"*, do inciso III, do parágrafo único do art. 386-A pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"b) a repartição local deverá encaminhar a reclamação a Diretoria de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, no primeiro dia útil seguinte ao seu recebimento;"

c) a reclamação de que cuida este inciso não terá efeito suspensivo;

d) a reclamação será decidida no prazo de 30 (trinta) dias após o seu recebimento;

e) do despacho que indeferir o pedido de revisão caberá recurso ao Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), sem efeito suspensivo, dentro de 10 (dez) dias da ciência da decisão desfavorável.

IV - quando a receita bruta acumulada ou o volume de entradas de mercadorias e serviços tomados dentro do próprio exercício ultrapassar o limite máximo da faixa em que estiver enquadrado, nos termos deste artigo, o contribuinte deverá informar à Secretaria da Fazenda os valores de entradas e serviços tomados e do faturamento obtidos no exercício, para efeito de determinação de novo valor mensal devido, até o dia quinze do mês subsequente àquele em que se configurar o fato determinante da alteração.

Nota: A redação atual do inciso IV do parágrafo único do art. 386-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso IV, do parágrafo único do art. 386-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/08/05:
"IV - quando a receita bruta ajustada acumulada ou o volume de entradas de mercadorias e serviços tomados dentro do próprio exercício ultrapassar em mais de 20% (vinte por cento) o limite máximo da faixa em que estiver enquadrado, nos termos deste artigo, o contribuinte deverá informar à Secretaria da Fazenda os valores de entradas e serviços tomados e do faturamento obtidos no exercício, para efeito de determinação de novo valor mensal devido, até o dia quinze do mês subsequente àquele em que se configurar o fato determinante da alteração."

Redação anterior dada ao inciso IV, do parágrafo único do art. 386-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 29/12/00:
"*IV - quando a receita bruta ajustada acumulada dentro do próprio exercício ultrapassar em mais de 20% (vinte por cento) o limite máximo da faixa em que estiver enquadrado, nos termos deste artigo, o contribuinte deverá informar à Secretaria da Fazenda os valores de entradas e serviços tomados e do faturamento obtidos dentro do exercício, para efeito de determinação de novo valor mensal devido;*".

SUBSEÇÃO II
Do Imposto Devido pela Empresa de Pequeno Porte

Art. 387-A. O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, que serão determinados em função da receita bruta global acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo que, caso a empresa tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas

de mesma condição cadastral, o percentual será determinado em função da receita bruta global acumulada de todos eles, conforme a seguir, observadas as deduções previstas no inciso II do §1º do art. 384-A:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 387-A pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos d 06/01/04 a 31/08/05:
"Art. 387-A. O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, observadas as deduções previstas no inciso II do §1º do art. 384-A, devendo esses percentuais serem determinados em função da receita bruta global ajustada acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo que, caso a empresa tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas de mesma condição cadastral, o percentual será determinado em função da receita bruta global ajustada acumulada de todos eles, conforme a seguir:"

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 387-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"Art. 387-A. O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, observadas as deduções previstas no inciso II do §1º do art. 384-A, devendo esses percentuais serem determinados em função da receita bruta global ajustada acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, conforme a seguir:

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 387-A pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 30/12/02:
"Art. 387-A. A empresa de pequeno porte pagará mensalmente o ICMS calculado mediante aplicação, sobre a receita bruta mensal, observado as deduções previstas no inciso II do § 1º do art. 384-A, dos percentuais a seguir indicados, a serem determinados em função da receita bruta ajustada acumulada desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo esta:"

Redação anterior dada ao *caput* do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 27/12/01:
"Art. 387-A. A empresa de pequeno porte pagará mensalmente o ICMS calculado mediante aplicação, sobre a receita bruta mensal, dos percentuais a seguir indicados, a serem determinados em função da receita bruta ajustada acumulada desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo esta:"

I - inferior ou igual a R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais): 2,5% (dois e meio por cento);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"I - até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 2,5% (dois e meio por cento);"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"I - até R$ 240.000,00: 2%;"

II - acima de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) e até R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 3% (três por cento);

Nota: A redação atual do inciso II do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"II - acima de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e até R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 3% (três por cento);"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"*II - acima de R$ 240.000,00 e até R$ 360.000,00: 2,5%;*"

III - acima de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) e até R$ 900.000,00 (novecentos mil reais): 3,5% (três e meio por cento);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"III - acima de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 3,5% (três e meio por cento);"

Redação anterior dada ao inciso III do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"*III - acima de R$ 360.000,00 e até R$ 480.000,00: 3,0%;*"

IV - acima de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e até R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais): 4% (quatro por cento);

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"IV - acima de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e até R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 4% (quatro por cento);"

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"*IV - acima de R$ 480.000,00 e até R$ 600.000,00: 3,5%;*"

V - acima de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) e até R$ 1.260.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil reais): 4,5% (quatro e meio por cento);

Nota: A redação atual do inciso V do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de

10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso V do art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"V - acima de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) e até 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais): 4,5% (quatro e meio por cento);"

Redação anterior dada ao inciso V do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"*V - acima de R$ 600.000,00: 4%.*"

VI - acima de R$ 1.260.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil reais) e até R$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais): 5% (cinco por cento);

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso VI, tendo sido acrescentado ao art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"VI - acima de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) e até R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais): 5% (cinco por cento);"

VII - acima de R$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais) e até R$ 1.620.000,00 (um milhão e seiscentos e vinte mil reais): 5,5% (cinco e meio por cento);

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 , efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso VII, tendo sido acrescentado ao art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"VII - acima de R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) e até R$ 1.080.000,00 (hum milhão e oitenta mil reais): 5,5% (cinco e meio por cento);"

VIII - acima de R$ 1.620.000,00 (um milhão e seiscentos e vinte mil reais) e até R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais): 6% (seis por cento).

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 387-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"VIII - acima de R$ 1.080.000,00 (hum milhão e oitenta mil reais): 6% (seis por cento)."

Parágrafo único. O ICMS será apurado por estabelecimento, observando-se as seguintes regras:

Nota: A redação atual do *caput* do parágrafo único, do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao *caput* do parágrafo único do art. 387-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 29/12/00:
"*Parágrafo único. Na apuração e recolhimento do ICMS, observar-se-ão as seguintes regras:*"

I - o próprio contribuinte verificará o percentual a ser aplicado no cálculo da quantia a ser paga em cada mês, de janeiro a dezembro do exercício corrente;

II - para efeito de pagamento mensal do imposto, o valor mínimo a ser recolhido pela empresa de pequeno porte, considerando todos os seus estabelecimentos, inclusive de outras empresas de mesma condição cadastral que possuam participação do mesmo titular ou sócio no capital social, não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, cuja receita bruta esteja entre os limites indicados no inciso V do artigo 386-A, independentemente da receita bruta apurada em cada mês;

Nota: A redação atual do inciso II, do parágrafo único do art. 387-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 387-A pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04), efeitos de 01/05/04 a 31/08/05:
"II - para efeito de pagamento mensal do imposto, o valor mínimo a ser recolhido pela empresa de pequeno porte não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, cuja receita bruta ajustada esteja entre os limites indicados no inciso V do artigo 386-A, independentemente da receita bruta apurada em cada mês;"

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 387-A pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 15/02/02 a 30/04/04:
"II - para efeito de pagamento mensal do imposto, o valor mínimo a ser recolhido pela empresa de pequeno porte não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, cuja receita bruta ajustada esteja entre os limites indicados no inciso VIII do artigo 386-A, independentemente da receita bruta apurada em cada mês;"

Redação anterior dada ao inciso II, do parágrafo único do art. 387-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 14/02/02:
"II - para efeito de pagamento mensal do imposto, será exigida a aplicação de, no mínimo, o percentual indicado no inciso I deste artigo, independentemente da receita bruta ajustada acumulada apurada em cada mês;"

III - o ICMS apurado nos termos deste artigo será recolhido na forma e no prazo estipulados no art. 124.

Art. 388-A. Como incentivo adicional para a manutenção e a geração de empregos, a empresa de pequeno porte fica autorizada a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado:

Nota: O art. 388-A foi acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99).

I - 1% (hum por cento) por empregado, até o máximo de 5 (cinco);

II - 2% (dois por cento) por cada empregado adicional a partir do 6° (sexto) registrado.

Parágrafo único. O benefício a que se refere este artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto devido em cada mês.

SUBSEÇÃO III
Da Dispensa do Imposto Devido pelo Ambulante

Art. 389-A. O ambulante, em princípio, fica dispensado do lançamento e recolhimento do imposto em função das operações por ele efetuadas.

Parágrafo único. A dispensa estipulada neste artigo não se aplica nas situações relacionadas no art. 399-A.

SEÇÃO IV
Da Substituição ou Antecipação Tributária

Art. 390-A. Os comerciantes, os industriais e os importadores, inclusive quando realizarem operações pelo sistema de vendas fora do estabelecimento, sempre que efetuarem vendas, remessas ou transferências de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária para contribuintes deste Estado inscritos como microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, procederão à retenção do imposto segundo as regras da substituição tributária, ainda que o estabelecimento de destino seja filial atacadista.

Art. 391-A. Nos recebimentos, por microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária procedentes de outras unidades da Federação, não tendo havido retenção do imposto pelo remetente ou tendo a retenção sido feita a menos, bem como nas importações e nas arrematações das supramencionadas mercadorias, quando de procedência estrangeira e apreendidas ou abandonadas:

I - os destinatários enquadrados na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte farão a retenção do imposto na operação interna subseqüente, quando por força de convênio ou protocolo o remetente não estiver obrigado a efetuar o lançamento do imposto por substituição (arts 355 e 375);

II - será feita a antecipação do pagamento do imposto, nos termos dos incisos I e II do art. 125, adotando-se como base de cálculo a prevista no art. 61 (arts. 370, 371 e 372), nas demais hipóteses.

Nota: A redação atual do art. 391-A foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação anterior dada ao 391-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 391-A. Nos recebimentos, por microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária procedentes de outras unidades da Federação, não tendo havido retenção do imposto pelo remetente ou tendo a retenção sido feita a menos, bem como nas importações e nas arrematações das supramencionadas mercadorias, quando de procedência estrangeira e apreendidas ou abandonadas, será feita a antecipação do pagamento do imposto, nos termos dos incisos I e II do art. 125, adotando-se como base de cálculo a prevista no art. 61 (arts. 370, 371 e 372), ainda que o estabelecimento de destino seja filial atacadista.".

Art. 392-A. O pagamento antecipado de que cuidam os arts. 390-A e 391-A não se aplica nas aquisições:

I - efetuadas por microempresa e empresa de pequeno porte que se dediquem exclusivamente à atividade industrial;

II - de bens do ativo permanente ou de material de uso ou consumo do estabelecimento.

Art. 393-A. A microempresa e a empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial, quando produzirem mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, sempre que efetuarem a saída dessa mercadoria, assumem a condição de sujeito passivo por substituição.

Parágrafo único. O ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto referente à operação própria do vendedor, para fins de dedução na apuração do tributo a ser retido, será o calculado de acordo com o critério normal de tributação.

Art. 394-A. No caso de realização de prestações sucessivas de serviços de transporte por empresa transportadora optante pela inscrição na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, observar-se-á o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 382.

Nota: A redação atual do art. 394-A foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação anterior dada ao art. 394-A pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/01/99:
"Art. 394-A. No caso de empresa transportadora que optar pela inscrição na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que celebrar contrato para prestações sucessivas de serviços de transporte, observar-se-á o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 382."

Redação anterior dada ao art. 394-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 394-A. No caso de empresa transportadora que optar pela inscrição na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que celebrar contrato para prestações sucessivas de serviços de transporte, observar-se-á o disposto no § 3° do art. 382."

SEÇÃO V
Da Dispensa do Pagamento da Diferença de Alíquotas e do Crédito Fiscal

Art. 395-A. Quanto à dispensa do pagamento da diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no inciso V do art. 7º.

Art. 396-A. A opção pelo tratamento tributário dispensado à microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante implicará renúncia expressa pelo contribuinte optante à utilização de quaisquer créditos fiscais.

SEÇÃO VI
Da Inscrição Cadastral de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Ambulante

SUBSEÇÃO I
Da Opção pelo SimBahia

Art. 397-A. O contribuinte interessado em adotar o tratamento tributário instituído pelo SimBahia deverá formalizar opção no ato de sua inscrição no cadastro de contribuintes do imposto, ou em qualquer outro momento, desde que se enquadre nas condições e limites fixados no art. 384-A.

§ 1º No ato da formalização do pedido de enquadramento no SimBahia, o interessado deverá apresentar a DMA ou a DME, conforme o caso, relativa ao movimento do exercício anterior, caso ainda não tenha apresentado.

§ 2º Revogado.

Nota: O § 2º do art. 397-A foi revogado pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 397-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):

"§ 2º O estabelecimento industrial anteriormente inscrito na condição de contribuinte normal que, com base na disposição contida no inciso XVI do art. 1º do Decreto nº 2729/93, tiver comunicado a sua opção pelo pagamento do ICMS com base no regime simplificado de apuração mas que tiver continuado inscrito na condição de contribuinte normal, por não ter a repartição fazendária efetuado a alteração cadastral correspondente, não perderá por esse fato a condição de microempresa, podendo, a qualquer tempo, solicitar a regularização de sua situação cadastral, mediante o preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC)."

Art. 398-A. Feita a opção pelo enquadramento na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, o contribuinte somente poderá alterar seu enquadramento, por opção, com efeitos a partir do exercício seguinte.

§ 1º Excepcionalmente, a critério do Inspetor Fazendário, nos casos em que o enquadramento a que se refere este artigo for efetuado por evidente equívoco na opção realizada pelo contribuinte, e nas situações que decorra de retificação da declaração de que trata o art. 384-A, a alteração do enquadramento surtirá efeito a partir do mês subsequente ao seu deferimento.

Nota: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

O § 1º foi renumerado para parágrafo único, com redação dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao § 1º do art. 398-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"§ 1º O enquadramento efetuado com base em opção efetuada até o dia 20 de dezembro de 1998 vigorará, provisoriamente, até 28 de fevereiro, podendo o contribuinte solicitar, antes do vencimento deste prazo, a modificação da situação cadastral."

§ 2º O enquadramento de ofício de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para a condição de contribuinte normal produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao do recebimento da comunicação do reenquadramento.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 398-A pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

O § 2º do art. 398-A foi revogado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 398-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"§ 2º Vencido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o contribuinte tenha se manifestado expressamente, considerar-se-á definitiva a opção pelo enquadramento no regime simplificado de apuração (SimBahia)."

SUBSEÇÃO II
Das Restrições de Enquadramento no SimBahia

Art. 399-A. A adoção do regime de apuração do SimBahia será feita com as seguintes restrições:

I - não se aplicam os critérios de apuração do ICMS nele estabelecidos para o pagamento do imposto:

a) na importação de mercadorias do exterior, bem como na arrematação de mercadorias estrangeiras apreendidas ou abandonadas;

b) nas operações e prestações sujeitas a antecipação ou substituição tributária;

c) nas operações efetuadas por produtores rurais e extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais, dispensados de inscrição cadastral, de emissão de documentos fiscais e de escrituração fiscal;

II - não poderão optar pela adoção do regime de tributação instituído pelo SimBahia:

a) a pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações;

b) a empresa cujo titular ou sócio seja domiciliado no exterior;

c) a empresa que se dedique à armazenagem ou depósito de mercadorias de terceiros;

d) a empresa cujo titular ou sócio participe do capital de outra empresa, se a receita bruta global dos estabelecimentos ultrapassar o limite, fixado no inciso II do art. 384-A, para empresa de pequeno porte;

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos a partir de 01/09/05:

Redação anterior dada a alínea "d", do inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/0805:
"d) a empresa cujo titular ou sócio participe do capital de outra empresa, se a receita bruta global dos estabelecimentos ultrapassar o limite de que trata o art. 384-A;"

Redação anterior dada a alínea "d", do inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 9, (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 31/12/99:
"*d) a empresa cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, se a receita bruta global dos estabelecimentos ultrapassar o limite de que trata o art. 384-A;*"

e) a empresa resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica, se no ano anterior a empresa cindida ou desmembrada tiver apresentado receita bruta superior aos limites fixados no artigo 384-A;

Nota: A redação atual da alínea "e", do inciso II do *"caput"* do art. 399-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada a alínea "e", do inciso II *"caput"* do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08//05:
"e) a empresa resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica, se no ano anterior a empresa cindida ou desmembrada tiver apresentado Receita Bruta Ajustada superior aos limites fixados no artigo 384-A;"

f) a empresa sucessora, se a sucedida tiver apresentado no ano anterior receita bruta superior aos limites fixados no artigo 384-A;

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso II do *caput"* do art. 399-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada a alínea "f", do inciso II do *"caput"* do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"f) a empresa sucessora, se a sucedida tiver apresentado no ano anterior Receita Bruta Ajustada superior aos limites fixados no artigo 384-A;"

g) a empresa que desejar enquadrar-se em categoria de contribuinte cujo limite superior de enquadramento, fixado de acordo com o artigo 384-A, seja inferior ao custo de implantação do investimento;

Nota: A alínea "g" foi acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

h) a empresa em início de atividade que apresentar a declaração de que trata o § 3º do artigo 384-A cujos valores sejam incompatíveis com seus custos operacionais;

Nota: A alínea "h" foi acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

i) a empresa que tenha débito tributário inscrito em dívida ativa, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Nota: A alínea "i" foi acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

j) a empresa da qual titular ou sócio tenha participação no capital social de outra empresa que possua:

Nota: A alínea "j" foi acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

1. débito tributário inscrito em dívida ativa, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

2. estabelecimento com inscrição inapta no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS);

Nota: A redação atual da alínea "j", do inciso II do art. 399-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à alínea "j", tendo sido acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 09/09/05:
"2. estabelecimento com inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS)."

k) a empresa que se dedique ao fornecimento de refeições a contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados;

Nota: A alínea "k" foi acrescentada ao inciso II do art. 399-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

l) a empresa que possua como sócio outra pessoa jurídica.

Nota: A alínea "l" foi acrescentada ao inciso II do *caput* do art. 399-A pela Alteração nº 50 (Decreto nº 8868, de 05/01/04. DOE de 06/01/04).

III - com relação às pessoas físicas que efetuarem vendas pelo regime porta-a-porta a consumidor final de produtos de empresa que utilize o sistema de "marketing" direto de comercialização, observar-se-á o disposto no § 7° do art. 384-A;

IV - o contribuinte inscrito como ambulante não poderá portar mercadorias em valor superior ao limite fixado no art. 408-N.

§ 1º Nas hipóteses mencionadas nas alíneas "e" e "f" do inciso II, o contribuinte somente poderá optar pelo enquadramento no regime após dois anos do início das atividades, observados os pré-requisitos para enquadramento.

Nota: O parágrafo único do art. 399-A foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

O parágrafo único do art. 399-A foi acrescentado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

§ 2º A empresa cujo titular ou sócio participe do capital de outra empresa, quando a receita bruta global dos estabelecimentos ultrapassar o limite fixado no inciso I do art. 384-A, será reenquadrada de ofício para a condição de empresa de pequeno porte, devendo o contribuinte ser comunicado da alteração.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 399-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

SUBSEÇÃO III
Do Pedido de Inscrição e da Formalização de Opção pelo Regime do SimBahia

Art. 400-A. Para inscrição de contribuinte, no cadastro estadual, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, deverá o interessado formalizar sua opção nesse sentido, observando o disposto nos arts. 152 e 158.

Nota: A redação atual do art. 400-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Os §§ 1º e 2º do art. 400-A foram revogados pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).
"§ 1º Revogado.
§ 2º Revogado."

Redação anterior dada ao art. 400-A pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"Art. 400-A. Para inscrição de contribuinte, no cadastro estadual, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, deverá o interessado formalizar sua opção nesse sentido, observando o disposto nos arts. 154 e 159-B. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
'§ 1º O funcionário fiscal responsável pela vistoria deverá informar em seu parecer, no caso de enquadramento no SimBahia: (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)
I - se há indícios de sucessão de empresa baixada, com Receita Bruta Ajustada superior aos limites de enquadramento no SimBahia, tais como:
a) funcionamento do mesmo ramo de atividade no mesmo local;
b) utilização do mesmo nome de fantasia;
c) participação no capital ou administração da sociedade, ainda que através de procuração, de um ou mais sócios da empresa anterior, ou de diretores;
II - se o custo de implantação do empreendimento é superior ao limite máximo de receita bruta ajustada previsto no artigo 384-A para a categoria em que o contribuinte deseja se enquadrar.'
§ 2º Poderá ser dispensada a realização da vistoria prevista neste artigo, a critério da autoridade fazendária local, quando se tratar inscrição concedida para as categorias Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Ambulante, Contribuinte Especial ou produtor-SimBahia Rural." (efeitos de 13/11/03 a 17/05/05)

Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 400-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 12/11/03:
"Parágrafo único. O funcionário fiscal responsável pelo parecer conclusivo e pela vistoria para concessão de inscrição estadual deverá verificar, para enquadramento no SimBahia:
a) se há indícios de sucessão de empresa baixada, com Receita Bruta Ajustada superior aos limites de enquadramento no SimBahia, tais como: funcionamento do mesmo ramo de atividade no mesmo local; utilização do mesmo nome de fantasia; participação no capital ou administração da sociedade, ainda que através de procuração, de um ou mais sócios da empresa anterior, ou de diretores;
b) se o custo de implantação do empreendimento é superior ao limite máximo de receita bruta ajustada previsto no artigo 384-A para a categoria em que o contribuinte deseja se enquadrar;
c) no caso de microempresa, quando exigido, se o campo referente ao número da conta ou o número de controle junto ao agente arrecadador, constante do DIC, está devidamente preenchido."

Redação originária, efeitos até 30/12/98:
"Art. 400-A. Para inscrição de contribuinte, no cadastro estadual, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, deverá o interessado formalizar sua opção nesse sentido, mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, ao qual serão anexados os seguintes documentos:
I - microempresa e empresa de pequeno porte:
a) fotocópia do contrato de locação ou de documento que autorize a utilização do imóvel ou que comprove sua propriedade;
b) fotocópia do contrato social, registro da firma individual, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia;
c) fotocópia da cédula de identidade, do CPF ou CNPJ, conforme se trate de pessoa física ou de pessoa jurídica, e do comprovante de endereço do titular ou dos sócios, diretores ou responsáveis;
d) fotocópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
e) croqui ou mapa de localização do estabelecimento ou imóvel rural, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região;
f) formulário denominado Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), Anexo 82, assinado pelos sócios ou titular da empresa, contendo o demonstrativo da receita bruta ajustada do exercício anterior, ou, no caso de empresa em início de atividade no mesmo ano calendário da opção pelo regime, declaração estimando o valor de sua receita bruta anual ajustada;
g) tratando-se de microempresa, autorização para que o imposto seja debitado em conta ou cobrado

através de agente arrecadador credenciado pela Fazenda Estadual, contendo os dados correspondentes ao titular da conta ou ao instrumento de controle do agente arrecadador;
II - ambulante:
a) fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
b) comprovante do endereço residencial;
c) desenho ou mapa indicando como localizar sua residência ou domicílio, com indicação, inclusive, de pontos de referência, além de outras indicações que facilitem a localização do imóvel, tais como, outra denominação porventura atribuída ao logradouro ou antiga numeração do imóvel, bem como a denominação de imóveis rurais mais próximos, conhecidos na região."

Art. 401-A. No caso de contribuinte já inscrito no cadastro estadual que venha a optar pelo enquadramento no regime de tributação do SimBahia na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, observa-se-á o disposto no art. 162.

Nota: A redação atual do art. 401-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 401-A pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).
"Art. 401-A. No caso de contribuinte já inscrito no cadastro estadual que venha a optar pelo enquadramento no regime de tributação do SimBahia na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, observa-se-á o disposto no art. 161-A."

Redação originária, efeitos até 12/11/03:
"*Art. 401-A. No caso de contribuinte já inscrito no cadastro estadual que venha a optar pelo enquadramento no regime de tributação do SimBahia na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, dispensa-se a reapresentação dos documentos de que cuida o artigo anterior, sendo bastante a protocolização de declaração em que formalize a sua opção.*
Parágrafo único. Tratando-se de microempresa, será anexada à declaração prevista neste artigo a autorização referida na alínea "g" do inciso I do artigo anterior."

Art. 402-A. A empresa inscrita na condição de contribuinte normal que requerer seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá observar as disposições dos arts. 163 e 330-A.

Nota: A redação atual do art. 402-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 402-A pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos de 24/12/03 a 09/09/05:
"§ 2º As exigências previstas no parágrafo anterior não se aplicam à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, ao Bilhete de Passagem, ao Conhecimento de Transporte e aos documentos fiscais referentes a estabelecimentos em que sejam desenvolvidas exclusivamente atividades de industrialização."

Redação anterior dada ao art. 402-A pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).
"Art. 402-A. A empresa inscrita na condição de contribuinte normal que requerer seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá observar as disposições dos arts. 161-B e 330-A. (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 1º Observado o prazo de validade previsto no art. 213, o contribuinte poderá utilizar os impressos de documentos fiscais confeccionados antes do reenquadramento, após comunicação à repartição

fazendária especificando a numeração e os modelos dos impressos que pretenda utilizar, desde que os mesmos sejam carimbados, em todas a vias, com a indicação da nova categoria cadastral e a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO FISCAL." (efeitos de 13/11/03 a 09/09/05)
§ 2° As exigências previstas neste artigo não se aplicam à Nota Fiscal de venda a Consumidor, ao Bilhete de Passagem, ao Conhecimento de Transporte e aos documentos fiscais referentes a estabelecimentos em que sejam desenvolvidas exclusivamente atividades de industrialização." (efeitos de 13/11/03 a 23/12/03)"

Redação anterior dada aos incisos III e IV do art. 402-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 29/09/01 a 12/11/03:
"*III - apresentar o inventário das mercadorias existentes no estabelecimento no último dia do mês do deferimento do pedido, valoradas pelo preço de custo ou pelo preço de entrada mais recente;*
IV - registrar no Livro Registro de Inventário, as mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação existentes no estabelecimento no último dia do mês do deferimento do pedido."

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 402-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 28/09/01:
"IV - lançar o inventário de que cuida o inciso anterior no livro próprio, arrolando-se as mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação existentes no estabelecimento na data da protocolização do pedido."

Redação anterior dada ao inciso I, à alínea "c" do inciso II e ao inciso III do art. 402-A pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"I - anexar ao pedido a DMA referente ao mês anterior ao do ato da opção, e comprovar a entrega referentes aos demais meses do exercício, se necessário; (efeitos até 12/11/03)
(...)
II -
c) poderão ser utilizados, durante o prazo de validade previsto no art. 213, os impressos de documentos fiscais não especificados na alínea "a" deste inciso, após comunicação do contribuinte, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, especificando a numeração dos impressos que pretenda utilizar, desde que os mesmos sejam carimbados, em todas a vias, com a indicação da nova condição cadastral e a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO FISCAL;" (efeitos até 12/11/03)
III - escriturar e apresentar o inventário das mercadorias existentes no estabelecimento no último dia do mês anterior ao da protocolização do pedido, valoradas pelo preço de custo ou pelo preço de entrada mais recente; (efeitos até 28/09/01)

Redação anterior dada à alínea"c", do inciso II do art. 402-A pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/01/99 a 03/11/99:
"c) poderão ser utilizados, até o sexto mês subseqüente ao enquadramento, os impressos de documentos fiscais não especificados na alínea "a" deste inciso, após comunicação do contribuinte, à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, especificando a numeração dos impressos que pretenda utilizar, desde que os mesmos sejam carimbados, em todas as vias, com a indicação da nova condição cadastral e a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO FISCAL;"

Redação anterior dada ao art. 402-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 402-A. A empresa inscrita na condição de contribuinte normal que requerer seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá: (efeitos até 12/11/03)
I - anexar ao pedido a DMA referente ao período em que se encontrava no regime normal de apuração;" (efeitos até 03/11/99)
II - recolher à repartição fazendária os impressos de documentos fiscais não utilizados, para serem cancelados (art. 217), sendo que: (efeitos até 12/11/03)
a) o disposto neste inciso não se aplica em se tratando de impressos de: (efeitos até 12/11/03)
1 - Notas Fiscais de Venda a Consumidor;

2 - Notas Fiscais modelos 1 e 1-A pertencentes a empresa de pequeno porte e microempresa que se dediquem exclusivamente à atividade industrial;
b) os documentos referidos nos itens da alínea anterior somente poderão ser utilizados depois de neles ser aposto carimbo, em todas as vias, indicando a nova condição cadastral do estabelecimento; (efeitos até 12/11/03)
c) ressalvado o disposto nas alíneas anteriores, nos demais casos, se o contribuinte pretender continuar utilizando os documentos fiscais anteriormente impressos, poderá fazer requerimento nesse sentido à repartição do seu domicílio fiscal, caso em que os talonários, ao serem apresentados à repartição para conferência, já deverão conter carimbo, em todas as vias, com a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS", devendo, ainda, oportunamente, serem os mesmos carimbados, em todas as vias, com indicação da nova condição cadastral;" (efeitos até 31/12/98)
III - elaborar o inventário das mercadorias existentes no estabelecimento na data da protocolização do pedido, valoradas pelo preço de custo ou pelo preço de entrada mais recente;" (efeitos até 17/11/98)
IV - tratando-se de pessoa antes inscrita na condição de contribuinte normal, o inventário de que cuida o inciso anterior será lançado no livro próprio, arrolando-se as mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação existentes no estabelecimento na data da protocolização do pedido." (efeitos até 29/12/00)

Art. 403-A. A pessoa inscrita na condição de contribuinte normal que pretender inscrever-se como ambulante deve formular, antes, o pedido da baixa de sua inscrição atual.

SUBSEÇÃO IV
Do Desenquadramento da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Ambulante

Art. 404-A. A exclusão do regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) ou a alteração do enquadramento no referido regime será feita de ofício ou por solicitação do sujeito passivo por meio de programa aplicativo fornecido pela Receita Federal.

Nota: A redação atual do art. 404-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 404-A pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"Art. 404-A. A exclusão do regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) ou a alteração do enquadramento no referido regime, será feita mediante comunicação pelo sujeito passivo ou de ofício."

Redação anterior dada ao art. 404-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 404-A. A exclusão de contribuinte do regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) será feita mediante comunicação pelo sujeito passivo ou de ofício."

Art. 405-A. O contribuinte solicitará por meio de programa aplicativo fornecido pela Receita Federal a exclusão ou alteração do enquadramento:

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 405-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do *caput* do art. 405-A pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"Art. 405-A. A exclusão ou alteração do enquadramento mediante comunicação do contribuinte dar-se-á em forma de alteração cadastral:"

Redação anterior dada à parte inicial do *caput* do art. 405-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 405-A. A exclusão mediante comunicação do contribuinte dar-se-á em forma de alteração cadastral:".

I - por opção própria;

Nota: A redação atual do inciso I, do *caput* do art. 405-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso I, do *caput* do art. 405-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"I - por opção do contribuinte;"

II - obrigatoriamente, quando:

a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes nos incisos II e III do art. 399-A;

Nota: A redação atual da alínea "a" do inciso II do art. 405-A foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 405-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes nos incisos I, II e III do art. 399-A;"

b) a receita bruta exceder aos limites estabelecidos no art. 384-A;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II, do *caput* do art. 405-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada da alínea 'b", do inciso II, do *caput* do art. 405-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/08/05:
"b) a receita bruta ajustada exceder aos limites estabelecidos no art. 384-A em mais de 10% (dez por cento) em dois exercícios consecutivos, ou em mais de 20% (vinte por cento) em um único exercício;"

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II, do *"caput"* do art. 405-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*b) ultrapassar os limites estabelecidos para enquadramento no regime, observado o disposto no art. 408-L.*"

Parágrafo único. O sujeito passivo fará a comunicação de que cuida este artigo até o dia quinze do mês subseqüente àquele em que se configurar o fato determinante da exclusão ou alteração, que surtirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao deferimento pelo Inspetor Fazendário, ficando dispensada a microempresa que já tiver informado, tendo em vista o disposto no inciso IV, do parágrafo único, do art. 386-A.

Nota: A redação atual do parágrafo único, do art. 405-A foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº

7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 405-A pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"*Parágrafo único. O sujeito passivo fará a comunicação de que cuida este artigo até o dia quinze do mês subsequente àquele em que se configurar o fato determinante da exclusão ou alteração, que surtirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao deferimento pelo Inspetor fazendário.*"

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 405-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Parágrafo único. O sujeito passivo fará a comunicação de que cuida este artigo dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se configurar o fato determinante da exclusão."

Art. 406-A. A exclusão dar-se-á de ofício:

I - sempre que o contribuinte deixar de requerê-la, quando obrigatória;

II - revogado;

Nota: O inciso II, do art. 406-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 406-A, pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00:
"*II - quando, comprovadamente, o contribuinte impedir, dificultar ou embaraçar a fiscalização, inclusive pela negativa não justificada de exibição ao fisco de elementos da escrita fiscal ou contábil, ou de documentos necessários à efetivação dos convênios de que cuida o artigo 124, II, "b", ou ainda pela não apresentação da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME);*".

Redação anterior dada ao inciso II do art. 406-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*II - quando, comprovadamente, o contribuinte embaraçar a fiscalização, pela negativa não justificada de exibição de elementos ao fisco ou pela oposição de resistência à ação fiscalizadora;*".

III - revogado;

Nota: O inciso III do art. 406-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 406-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*III - quando se comprovar que o contribuinte prestou declarações inexatas ou falsas, havendo dolo, fraude ou simulação, hipótese em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das demais sanções cabíveis;*".

IV - sendo comprovado, mediante ação fiscal, que o contribuinte não preenche os requisitos regulamentares que caracterizam a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o ambulante;

V - revogado;

Nota: O inciso V, do art. 406-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso V, do art. 406-A, pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00:
"*V - quando o contribuinte deixar de recolher o imposto por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados dentro do mesmo exercício, a critério do Inspetor Fazendário de seu domicílio fiscal;*".

Redação anterior dada ao inciso V do art. 406-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*V - quando o contribuinte deixar de recolher o imposto em 6 (seis) meses consecutivos ou alternados dentro do mesmo exercício;*".

VI - revogado;

Nota: O inciso VI, do art. 406-A foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 406-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*VI - no caso de ambulante, quando, de forma reincidente, for ele encontrado portando mercadorias em valor superior ao limite estabelecido no art. 408-N.*"

VII - quando o contribuinte cometer quaisquer das irregularidades constantes nos incisos II, III e IV do art. 408-L.

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 406-A foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior do inciso VII, tendo sido acrescentado ao art. 406-A pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 30/12/02:
"VII - quando o contribuinte cometer qualquer das irregularidades constantes no art. 408-L."

Parágrafo único. O contribuinte que deixar de recolher o imposto por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados dentro do mesmo exercício ou incorrer na prática de infrações de natureza grave poderá ser excluído do Regime, a critério da autoridade competente.

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 406-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 406-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02):
"Parágrafo único. O contribuinte que deixar de recolher o imposto por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados ou incorrer na prática de infrações de natureza grave poderá ser excluído do Regime, a critério da autoridade competente, na forma em que dispuser o regulamento."

Art. 407-A. Ao ser requerida pelo sujeito passivo ou ao ser determinada de ofício a sua exclusão, o contribuinte poderá optar pelo enquadramento em outra categoria, ou adotar as providências que se

fizerem necessárias para permanecer na categoria anteriormente adotada, quando admissível, desde que sejam preenchidos os requisitos regulamentares.

Art. 408-A. A desabilitação da inscrição cadastral de microempresa, empresa de pequeno porte e ambulante, em decorrência de pedido de baixa ou de inaptidão de ofício, dar-se-á na forma dos arts. 165 a 173.

Nota: A redação atual do art. 408-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05):
"Art. 408-A.
§ 2º
II -
a)
1 - receita bruta de até R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais): dispensado o pagamento; (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)
2 - receita bruta acima de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e até R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais): 0,5% (cinco décimos por cento); (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)
3 - receita bruta acima de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) e até R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais): 0,8% (oito décimos por cento); (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)
4 - receita bruta acima de R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais) e até R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais): 1,1% (um inteiro e um décimo por cento); (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)
5 - receita bruta acima de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) e até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento). (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)
b) quando se tratar de empresa de pequeno porte, será aplicado o percentual correspondente, previsto no art. 387-A, determinado de acordo com a receita bruta acumulada até a data do encerramento das atividades." (efeitos de 01/09/05 a 09/09/05)

Redação anterior dada ao inciso I do § 2º do art. 408-A foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos de 13/04/04 a 09/09/05:
"I - em relação à parcela de mercadorias adquiridas antes do enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS - SimBahia, será determinado pela aplicação da alíquota prevista para as operações internas, observado o tipo de mercadoria, sobre a base de cálculo de que trata o art. 63;"

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 53 (Decreto nº 8990, de 27/02/04,de 28 e 29/02/04:
"Art. 408-A
§ 2º
II -
a) tratando-se de microempresa, será aplicado, conforme o caso, um dos percentuais abaixo: (efeitos de 01/05/04 a 09/09/05)
1 - receita bruta ajustada de até R$ 100.000,00 (cem mil reais): dispensado o pagamento; (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
2 - receita bruta ajustada acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais): 0,5% (cinco décimos por cento); (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
3 - receita bruta ajustada acima de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e até R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais): 0,8% (oito décimos por cento); (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
4 - receita bruta ajustada acima de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e até R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais): 1,1% (um inteiro e um décimo por cento); (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
6 - revogado ((efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
7 - revogado (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)
8 - revogado" (efeitos de 01/05/04 a 31/08/05)

O § 1º do art. 408-A foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos a partir de 13/11/03:
"*§ 1º Revogado"*

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "a", do inciso II, do § 2º do art. 408-A pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/01/01 a 30/04/04:
"a) tratando-se de microempresa, será aplicado, conforme o caso, um dos percentuais abaixo:"

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"Art. 408-A.
§ 2º
II -
a)
5 - receita bruta ajustada entre R$ 120.000,01 e R$ 150.000,00: 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento); (efeitos de 24/02/00 a 31/08/05)
6 - receita bruta ajustada entre R$ 150.000,01 e R$ 180.000,00: 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento); (efeitos de 24/02/00 a 30/04/04)
7 - receita bruta ajustada entre R$ 180.000,01 e R$ 210.000,00: 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento). (efeitos de 24/02/00 a 30/04/04)
8 - receita bruta ajustada entre R$ 210.000,01 e R$ 240.000,00: 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento)." (efeitos de 24/02/00 a 30/04/04)

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"Art. 408-A.
§ 1º O contribuinte anexará, ao pedido de baixa de inscrição, o inventário das mercadorias existentes em estoque na data do encerramento das atividades, que deverá indicar, separadamente, as parcelas referentes às mercadorias adquiridas antes e após o enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS - SimBahia. (efeitos de 24/02/99 a 12/11/03)
§ 2º O ICMS devido sobre o estoque final: (efeitos de 24/02/99 a 09/09/05)
I - em relação à parcela de mercadorias adquiridas antes do enquadramento a que se refere o parágrafo anterior, será determinado pela aplicação da alíquota prevista para as operações internas, observado o tipo de mercadoria, sobre a base de cálculo de que trata o art. 63; (efeiots de 01/01/99 a 12/04/04)
II - quanto à parcela de mercadorias adquiridas depois do enquadramento, serão adicionadas, ao valor desta, as respectivas Margens de Valor Agregado, previstas nos anexos 88 e 89, de acordo com tipo de mercadoria, e sobre o valor resultante:" (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)

Redação anterior dada aos dispostivos abaixo pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 408-A. A exclusão da inscrição cadastral de microempresa, empresa de pequeno porte e ambulante, em decorrência de pedido de baixa ou de cancelamento de ofício, dar-se-á na forma dos arts. 166 a 172. (efeitos de 01/01/99 a 09/09/05)
§ 2º
II -
a) tratando-se de microempresa, será aplicado, conforme o caso, um dos percentuais abaixo, obtido de acordo com o índice resultante da divisão ICMS mensalmente devido pelo valor referente a 1/12 (um doze avos) do limite superior da faixa de receita bruta ajustada de enquadramento da empresa: (efeitos de 18/11/98 a 31/12/98)
1 - receita bruta ajustada de até R$ 30.000,00: 1% (um por cento); (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
2 - receita bruta ajustada entre R$ 30.000,01 e R$ 60.000,00: 1% (um por cento); (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
3 - receita bruta ajustada entre R$ 60.000,01 e R$ 90.000,00: 1,3% (um inteiro e três décimos por cento); (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)

4 - receita bruta ajustada entre R$ 90.000,01 e R$ 120.000,00: 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento). (efeitos de 18/11/98 a 30/04/04)
b) quando se tratar de empresa de pequeno porte, será aplicado o percentual correspondente, previsto no art. 387-A, determinado de acordo com a receita bruta ajustada acumulada até a data do encerramento das atividades." (efeitos de 18/11/98 a 31/08/05)

Art. 408-B. Na hipótese de alteração de inscrição, passando o contribuinte da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de ambulante para a condição de contribuinte normal, uma vez determinado o desenquadramento da condição anterior, deverá o contribuinte, no último dia útil do mês em que receber a comunicação do desenquadramento, efetuar o levantamento das mercadorias em estoque, especificando, separadamente:

Nota: O art. 408-B foi acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).

I - as mercadorias cujas operações subseqüentes sejam isentas ou não-tributadas;

II - as mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos dos incisos II e IV do art. 353;

III - as demais mercadorias sujeitas ao ICMS, que não as referidas no inciso anterior, para fins de utilização do crédito fiscal a elas correspondente, a ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente no momento da aquisição, sobre o preço mais recente da mercadoria

Nota: A redação atual do inciso III do art. 408-B foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 408-A pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 18/11/98 a 29/12/00:
"*III - as demais mercadorias sujeitas ao ICMS, que não as referidas no inciso anterior, para fins de utilização do crédito fiscal a elas correspondente, a ser calculado pelo preço da aquisição mais recente, adotando-se a alíquota preponderante, de acordo com cada espécie de mercadoria.*".

§ 1º Revogado

Nota: O § 1º do art. 408-B foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação anterior dada ao § 1º do art. 408-B pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 18/11/98 a 12/11/03:
"§ 1º O dia em que for efetuado o levantamento de que cuida este artigo servirá como referência na definição da data da efetiva alteração do regime de tributação determinado pela Fazenda Estadual."

§ 2º A utilização do crédito a que se refere o inciso III deverá ser seguida de comunicação escrita dirigida à Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 408-B foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da

Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

§ 3º O estoque apurado na forma deste artigo deverá ser lançado no Registro de Inventário, no prazo de 60 dias.

SEÇÃO VII
Das Obrigações Acessórias dos Contribuintes Optantes pelo SimBahia

Art. 408-C. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os ambulantes são dispensados do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, exceto quanto às seguintes:

I - inscrição no Cadastro de Contribuintes e outras obrigações relacionadas com o cadastro;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 408-C foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 408-C pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"I - inscrição no Cadastro de Contribuintes, a ser requerida mediante o preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC), Anexo 7, devendo ser feita a devida comunicação à repartição fiscal, através do referido formulário, sempre que ocorrer qualquer alteração dos dados cadastrais ou das características do estabelecimento;"

II - arquivamento, em ordem cronológica, durante 5 anos, contados da entrada das mercadorias ou da efetivação dos negócios, observado o disposto no art. 144, dos documentos relativos a:

a) entradas de mercadorias no estabelecimento;

b) saídas de mercadorias efetuadas pelo estabelecimento;

c) fretes pagos;

d) água, energia elétrica, fax e telefone;

e) documentos de aquisição de bens do ativo permanente, bens de uso e materiais de consumo;

f) demais comprovantes de despesas;

g) atos negociais em geral;

III - conservação, durante 5 anos, dos livros e documentos fiscais, por parte do contribuinte antes inscrito na condição de contribuinte normal e que vier a ser enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, observado o disposto no art. 144;

IV - apresentação, anualmente, por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte, da Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), Anexo 82, na forma e prazos do art. 335;

V - emissão dos documentos fiscais correspondentes às operações e prestações do estabelecimento, por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte;

VI - escrituração:

a) do livro Registro de Inventário e, em substituição à apresentação da escrita mercantil, do Livro Caixa,

com o registro de sua movimentação financeira, inclusive bancária, tratando-se de empresas de pequeno porte e microempresas com Receita Bruta superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Nota: A redação atual do alínea "a", do inciso VI do art. 408-C foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso VI do art. 408-C pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos de 24/02/00 a 31/08/05:
"a) do livro Registro de Inventário e, em substituição à apresentação da escrita mercantil, do Livro Caixa, com o registro de sua movimentação financeira, inclusive bancária, tratando-se de empresas de pequeno porte e microempresas com Receita Bruta Ajustada superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais);"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso VI do art. 408-C pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 23/02/00:
"*a) do Livro Registro de Inventário e, em substituição à apresentação da escrita mercantil, do Livro Caixa, tratando-se de empresas de pequeno porte e microempresas com Receita Bruta Ajustada superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais);".*

Redação anterior dada alínea "a", do inciso VI do art. 408-C pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"a) do Registro de Impressão de Documentos Fiscais, por parte das empresas que confeccionarem impressos de documentos fiscais para terceiros ou para o próprio estabelecimento impressor;"

b) do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), pelos postos revendedores de combustíveis.

c) do livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais, pelas empresas que confeccionarem impressos de documentos e livros fiscais para terceiros ou para uso no próprio estabelecimento.

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso Vi do art. 408-C pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

VII - apresentação à fiscalização, quando exigido, dos documentos e arquivos magnéticos a que estão obrigados os contribuintes que utilizem sistema eletrônico de processamento de dados para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais;

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 408-C foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao inciso VII, tendo sido acrescentado ao art. 406-A pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 30/12/02:
"VII - apresentação à fiscalização, quando exigido, dos documentos e arquivos magnéticos a que estão obrigados os contribuintes que utilizem sistema eletrônico de processamento de dados para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, como também os estabelecimentos que utilizem os equipamentos de que trata os artigos 761 a 895."

Art. 408-D. É vedado o destaque do ICMS nos documentos fiscais emitidos pelos contribuintes que optarem pelo tratamento fiscal instituído pelo SimBahia, exceto em se tratando de empresa de pequeno porte e de microempresa que se dediquem exclusivamente à atividade industrial.

§ 1º Nas operações de saídas efetuadas por empresa de pequeno porte ou por microempresa que se

dediquem exclusivamente à atividade industrial, o destaque do imposto será feito de acordo com a alíquota aplicável a cada caso, na forma da legislação vigente;

Nota: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

O parágrafo único foi acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98)

§ 2º O documento fiscal emitido sem o destaque do ICMS, na forma prevista no *"caput"* deste artigo, poderá, nas operações interestaduais, ser apresentado à repartição fazendária para substituição por Nota Fiscal Avulsa, devendo, em sua emissão, ser observado, além das demais disposições regulamentares, o seguinte:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 408-D pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

I - o imposto será destacado mediante a aplicação da alíquota prevista para as operações interestaduais sobre o valor da operação.

II - deverá ser indicado, no campo "Informações Complementares", o número, a série e a data do Documento Fiscal substituído, bem como a expressão "Nota Fiscal emitida nos termos do art. 408-D do RICMS".

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 408-D foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 408-D pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"II - deverá ser indicado, no campo "informações complementares", o número, a série e a data da Nota Fiscal substituída, bem como a expressão "Nota Fiscal emitida nos termos do art. 408-D do RICMS"."

Art. 408-E. Os documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes optantes pelo SimBahia, salvo em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte que se dediquem exclusivamente à atividade industrial, serão confeccionados com os campos destinados à base de cálculo do ICMS e ao valor do ICMS em fundo negativo, e contendo no quadro "Reservado ao Fisco" da Nota Fiscal ou em destaque nos Conhecimentos de Transporte e nos documentos emitidos por empresas de comunicação a expressão: "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS".

§ 1º A Nota Fiscal - Microempresa e a Nota Fiscal - Empresa de Pequeno Porte serão confeccionadas de acordo com os modelos dos Anexos 18 e 18-A.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica à Nota Fiscal a ser emitida por microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem exclusivamente à atividade industrial, caso em que serão adotados os modelos dos Anexos 15 ou 16.

§ 3º As empresas de transporte e de comunicação adotarão os modelos convencionais a elas correspondentes (art. 192), com as alterações especificadas no *"caput"* deste artigo.

Art. 408-F. Nas operações realizadas fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo, observar-

se-á o disposto nos arts. 422 a 424.

Art. 408-G. As microempresas e as empresas de pequeno porte que mantiverem depósito fechado observarão o seguinte:

I - mensalmente, será elaborado demonstrativo das remessas de mercadorias para o depósito fechado e dos retornos ao estabelecimento depositante, com especificação, em ambos os casos, dos números das Notas Fiscais de remessa e de retorno, que ficará à disposição do fisco, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;

II - os valores das Notas Fiscais de remessa para depósito fechado não serão computados na apuração da receita bruta mensal ou anual.

Art. 408-H. Será facultado ao ambulante a emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou dos documentos que a substituem, caso em que, não tendo o contribuinte inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o campo correspondente conterá a indicação do seu CPF/MF.

Art. 408-I. Não será concedida habilitação para operar no regime de diferimento a estabelecimento inscrito na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante.

Art. 408-J. Para fins de identificação de microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, os seus números de inscrição estadual serão acrescidos das letras indicativas da respectiva condição.

Nota: A redação atual do art. 408-J foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 408-J pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 09/09/05:
"*Art. 408-J. Para fins de identificação de microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, os seus números de inscrição estadual serão acrescidos das letras indicativas da respectiva condição, nos termos do inciso III do art. 175."*

SEÇÃO VIII
Das Irregularidades Fiscais Relacionadas com Contribuintes Enquadrados no SimBahia

Art. 408-L. Perderá o direito à adoção do tratamento tributário previsto no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) a empresa:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 408-L foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

Redação anterior dada *caput* do art. 408-L pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*Art. 408-L. Perderá o direito à adoção do tratamento tributário previsto no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) o contribuinte cujas operações ou prestações excederem aos limites estabelecidos no art. 384-A em mais de 10% (dez por cento) em dois exercícios consecutivos, ou em mais de 30% (trinta por cento) em um único exercício.*"

I - revogado;

Nota: O inciso I do art. 408-L foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE

de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada inciso I, tendo sido acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.
"I - cujas operações ou prestações excederem aos limites estabelecidos no art. 384-A em mais de 10% (dez por cento) em dois exercícios consecutivos, ou em mais de 20% (vinte por cento) em um único exercício;".

II - que optar pelo enquadramento no Regime utilizando-se de declarações inexatas ou falsas;

Nota: O inciso II foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

III - cuja administração ou gerência seja exercida por titular ou sócio de empresa, mesmo já extinta, que tenha auferido, no mesmo exercício ou no exercício anterior, receita bruta global superior ao limite de enquadramento de que trata o artigo 384-A;

Nota: A redação atual do inciso III, do *"caput"* do art. 408-L foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/09/05.

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao *"caput"* do art. 408-L pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 31/08/05:
"III - cuja administração ou gerência seja exercida por titular ou sócio de empresa, mesmo já extinta, que tenha auferido, no mesmo exercício ou no exercício anterior, receita bruta ajustada global superior ao limite de enquadramento de que trata o artigo 384-A;"

IV - constituída com interposição de pessoas que não sejam os efetivos sócios ou proprietários;

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00.

V - que incorrer na prática de infrações de natureza grave de que tratam os incisos III, IV e as alíneas "a" e "c" do inciso V do artigo 915, a critério do Inspetor Fazendário.

Nota: A redação atual do inciso V do art. 408-L foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao inciso V do art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 30/12/02:
"V - que incorrer na prática de infrações de que tratam os incisos III, IV e as alíneas "a" e "c" do inciso V do artigo 915, a critério do Inspetor Fazendário."

Redação anterior dada ao inciso V, do art. 408-L, pela Alteração nº 20 (Decreto nº 7867 de 01/11/00, DOE de 02/11/00), efeitos de 02/11/00 a 29/12/00:
"V - que incorrer na prática de infrações de que tratam os incisos III, IV e a alínea "c" do inciso V do artigo 915, a critério do Inspetor Fazendário."

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 15

(Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos de 01/01/00 a 01/11/00:
"V - que incorrer na prática de infrações de que tratam o inciso IV e a alínea "c" do inciso V do artigo 915, a critério do Inspetor Fazendário."

VI - que, comprovadamente, impedir, dificultar ou embaraçar a fiscalização, inclusive pela negativa não justificada de exibição ao fisco de elementos da escrita fiscal ou contábil;

Nota: O inciso VI foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

VII - que, comprovadamente, prestou declarações inexatas ou falsas, havendo dolo, fraude ou simulação.

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

VIII - quando o contribuinte se recusar a exibir os documentos necessários à efetivação dos convênios de que cuida o artigo 124, II, "b", ou deixar de apresentar a Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

IX - quando o contribuinte deixar de recolher o imposto por 3 (três) meses consecutivos ou seis (seis) meses alternados dentro do mesmo exercício, a critério do Inspetor Fazendário de seu domicílio fiscal.

Nota: O inciso IX foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

X - no caso de ambulante, quando, de forma reincidente, for ele encontrado portando mercadorias em valor superior ao limite estabelecido no art. 408-N.

Nota: O inciso X foi acrescentado ao art. 408-L pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Parágrafo único. Revogado.

Nota: O parágrafo único, do art. 408-L foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 408-L, pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00:
"*Parágrafo único. Consideram-se ultrapassados os limites referidos no inciso I sempre que o volume das entradas de mercadorias no estabelecimento, no período considerado, for superior em 20% (vinte por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*".

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 408-L, pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"*Parágrafo único. Consideram-se ultrapassados os limites referidos neste artigo sempre que o volume das entradas de mercadorias no estabelecimento, no período considerado, for superior em 30% (trinta por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*".

Redação anterior dada parágrafo único do art. 408-L pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*Parágrafo único. Consideram-se ultrapassados os limites referidos neste artigo sempre que o volume das entradas de mercadorias no estabelecimento, no período considerado, for superior a 30% (trinta por cento) dos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.*".

Art. 408-M. O ambulante cujo total de aquisições ultrapassar em mais de 20% o limite regulamentar, ficará sujeito ao pagamento do ICMS relativo à parcela que exceder o montante compreendido no benefício, observado o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 408-M foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

Redação anterior dada *caput* do art. 408-L pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 408-M. O ambulante cujo total de aquisições ultrapassar o limite regulamentar, mais o excedente permitido, nos termos do artigo anterior, ficará sujeito ao pagamento do ICMS relativo à parcela que ultrapassar o montante compreendido no benefício, observado o seguinte:"

I - a exigência do imposto será feita em função do valor acrescido, pelo regime de antecipação tributária;

II - a verificação e cobrança dos valores devidos terão o tratamento fiscal dispensado ao pagamento espontâneo, a menos que se trate de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal ou com documento inidôneo;

III - feita a intimação do sujeito passivo, na forma regulamentar, se o débito não for pago no prazo fixado, lavrar-se-á o Auto de Infração.

Art. 408-N. O contribuinte que optar pela inscrição na condição de ambulante, somente poderá portar mercadorias:

Nota: A redação atual do art. 408-N foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao art. 408-N pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"Art. 408-N. O contribuinte optante pela inscrição na condição de ambulante somente poderá portar mercadorias no valor total de aquisições de até R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).
Parágrafo único. A inobservância do limite fixado neste artigo implicará a exigência do imposto relativo à parcela excedente, a ser pago por antecipação sobre o valor acrescido, segundo as alíquotas aplicáveis às operações correspondentes, adotando-se os critérios definidos nos incisos II e III do artigo anterior."

I - no valor total de aquisições de até R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);

II - acobertadas por Nota Fiscal emitidas há menos de 30 (trinta) dias.

§ 1º O prazo de validade de que trata o inciso II deste artigo, poderá ser prorrogado a critério da autoridade competente, hipótese em que o interessado deverá dirigir-se à Inspetoria Fazendária de seu domicílio fiscal para comprovar a quantidade de mercadorias não comercializadas.

§ 2º A inobservância do disposto nos incisos I e II deste artigo, implicará na exigência do imposto, adotando-se, respectivamente, os critérios definidos nos artigos 408-M e 408-O.

Art. 408-O. Sendo encontradas mercadorias em poder de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante desacompanhadas de documentação fiscal ou com documentação considerada inidônea, será exigido o pagamento do ICMS, adotando-se como base de cálculo:

Nota: O art. 408-O foi acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).

I - o preço de pauta fiscal no atacado, se houver, ou o preço corrente das mercadorias ou de sua similar no mercado atacadista do local da ocorrência, aquele ou este acrescido do percentual da margem de valor adicionado (MVA) correspondente, de acordo com as alíneas “a” a “g” do inciso I do art. 938; ou

II - o preço de pauta fiscal no varejo, se houver, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência.

Art. 408-P. O contribuinte de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI do artigo 408-L ficará sujeito ao pagamento do imposto que seria devido sem o tratamento tributário do Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia).

Nota: A redação atual do art. 408-P foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao art. 408-P pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/01/00:
"*Art. 408-P. O contribuinte de que tratam os incisos II, III, IV e V do artigo 408-L ficará sujeito ao pagamento do imposto que seria devido sem o tratamento tributário do Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia).*".

Redação anterior dada ao art. 408-P pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98):
"*Art. 408-P. O contribuinte que optar pelo enquadramento no regime do SimBahia utilizando-se de declarações inexatas ou falsas, ou que incorrer na prática de infrações definidas na legislação estadual, havendo dolo, fraude ou simulação, ficará sujeito ao pagamento do imposto devido como se não fizesse jus ao tratamento tributário ora instituído.*".

Art. 408-Q. O contribuinte que, sem observância dos requisitos e condições previstos, fizer sua inscrição ou solicitar o reenquadramento cadastral, desconsiderando fatos passíveis do não-enquadramento ou de sua exclusão do regime SimBahia, será desenquadrado de ofício, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal de seu titular ou sócios.

Nota: A redação atual do art. 408-Q foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 408-Q, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466,

de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 09/09/05:
"Art. 408-Q. O contribuinte que, sem observância dos requisitos e condições previstos, fizer sua inscrição ou deixar de comunicar ao fisco, fielmente, fatos passíveis do não-enquadramento ou de sua exclusão do regime do SimBahia, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal de seu titular ou sócios, será desenquadrado de ofício."

Art. 408-R. Nos casos em que o contribuinte não dispuser dos elementos necessários para determinação da base de cálculo do imposto devido ou se recusar a fornecê-los ao fisco, poderá ser apurado o imposto mediante arbitramento.

Nota: O art. 408-R foi acrescentado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).

Art. 408-S. Quando se constatar qualquer das situações previstas nos arts. 408-L, 408-M, 408-P e 408-R, o imposto será exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, a partir da ocorrência dos fatos que derem causa ao desenquadramento.

Nota: A redação atual do art. 408-S foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Nota: Redação anterior dada ao art. 408-S pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98).
"*Art. 408-S. Quando se constatar qualquer das situações previstas nos arts. 408-L, 408-M, 408-P e 408-R, o imposto será exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais.*".

§ 1º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, para o cálculo do imposto a recolher, deverá ser utilizado crédito de 8% sobre o valor da saídas computadas na apuração do débito do imposto, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais.

Nota: O § 1º foi acrescentado ao art. 408-S pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

§ 2º Tendo o contribuinte comprovado a existência de crédito fiscal superior ao indicado no parágrafo anterior, estará assegurada a sua aplicação no cálculo do imposto a recolher.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 408-S pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Art. 408-T. Nas hipóteses mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VII do artigo 408-L, o contribuinte somente poderá optar pelo enquadramento no regime após dois anos da ocorrência do fato que deu origem ao desenquadramento, observados os pré-requisitos para enquadramento.

Nota: O art. 408-T foi acrescentado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

CAPÍTULO V
DAS OPERAÇÕES DE CONSIGNAÇÃO MERCANTIL

Art. 409. Na realização de operação de consignação mercantil, observar-se-ão os procedimentos previstos neste artigo (Ajuste SINIEF 2/93).

§ 1º Na saída de mercadoria a título de consignação mercantil:

I - o consignante emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Remessa em consignação";

b) o destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

II - o consignatário lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido.

§ 2º Havendo reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa em consignação mercantil:

I - o consignante emitirá Nota Fiscal complementar, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Reajustamento de preço de mercadoria em consignação";

b) a base de cálculo: o valor do reajustamento;

c) o destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

d) a expressão: "Reajustamento de preço de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº ....., de ...../...../.....";

II - o consignatário lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido.

§ 3º Na venda da mercadoria remetida a título de consignação mercantil:

I - o consignatário deverá:

a) emitir Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos, como natureza da operação, a expressão: "Venda de mercadoria recebida em consignação";

b) registrar a Nota Fiscal de que trata o inciso seguinte no Registro de Entradas, apenas nas colunas "Documento Fiscal" e "Observações", indicando nesta a expressão "Compra em consignação - Nota Fiscal nº ....., de ...../...../.....";

II - o consignante emitirá Nota Fiscal, sem destaque do ICMS e do IPI, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Venda;"

b) o valor da operação: o valor correspondente ao preço da mercadoria efetivamente vendida, nele incluído, quando for o caso, o valor relativo ao reajustamento do preço;

c) a expressão: "Simples faturamento de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº ....., de ..../..../....." e, se for o caso "- reajustamento de preço - Nota Fiscal nº ....., de ...../...../.....";

III - o consignante lançará a Nota Fiscal a que se refere o inciso anterior no Registro de Saídas, apenas nas colunas "Documento Fiscal" e "Observações", indicando nesta a expressão: "Venda em consignação - Nota Fiscal nº ....., de ..../..../.....".

§ 4º Na devolução de mercadoria remetida em consignação mercantil:

I - o consignatário emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) a natureza da operação: "Devolução de mercadoria recebida em consignação";

b) a base de cálculo: o valor da mercadoria efetivamente devolvida, sobre o qual foi pago o imposto;

c) o destaque do ICMS e a indicação do IPI nos valores debitados por ocasião da remessa em consignação;

d) a expressão: "Devolução (parcial ou total, conforme o caso) de mercadoria em consignação - Nota Fiscal nº ....., de ...../...../.....";

II - o consignante lançará a Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto.

§ 5º As disposições contidas neste artigo não se aplicam a mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária por antecipação ou por diferimento.

CAPÍTULO V-A
DAS OPERAÇÕES DE CONSIGNAÇÃO INDUSTRIAL

Art. 409-A. Na realização de consignação industrial, observar-se-ão os procedimentos previstos neste artigo (Protocolo ICMS 52/00).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 409-A foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 04/10/01.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 409-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos até 03/10/01:
"Art. 409-A. Na realização de consignação industrial, observar-se-ão os procedimentos previstos neste artigo (Protocolos ICMS 52/00, 08/01 e 25/01):"

§ 1º Entende-se por consignação industrial a operação na qual ocorre remessa de mercadoria com preço fixado, tendo por finalidade a integração ou consumo em processo industrial, em que o faturamento dar-se-á quando da utilização dessa mercadoria pelo destinatário.

§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre a Bahia e os Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 409-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 409-A pela Alteração nº 52 (Decreto nº 8969 de 12/02/04, DOE de 13/02/04).
"§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre a Bahia e os Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 409-A pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).
"§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre a

Bahia e os Estados do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 409-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 05/07/02 a 06/05/03:
"§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre a Bahia e os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 409-A pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 09/08/01, em relação a adesão pelo Estado do Rio Grande do Norte e 04/10/01, em relação a adesão do Estado do Espírito Santo.
"§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre a Bahia e os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (Protocolos ICMS 08/01, 25/01 e 34/01)."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 409-A pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 29/09/01 a 03/10/01:
"§ 2º Aplica-se o procedimento previsto neste artigo às operações de remessa de mercadoria entre os Estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo."

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

§ 4º Na saída de mercadoria a título de consignação industrial:

I - o consignante emitirá Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos, o seguinte:

- a natureza da operação: “Remessa em Consignação Industrial”;

- o destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

- a informação, no campo “Informações Complementares”, de que será emitida uma Nota Fiscal para efeito de faturamento, englobando todas as remessas de mercadorias em consignação e utilizadas durante o período de apuração.

II - o consignatário lançará a Nota Fiscal no Livro Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido.

§ 5º Havendo reajuste de preço contratado após a remessa em consignação industrial:

I - o consignante emitirá nota fiscal complementar, contendo, além dos demais requisitos, o seguinte:

- natureza da operação: Reajuste de preço em consignação industrial;

- base de cálculo: o valor do reajuste;

- destaque do ICMS e do IPI, quando devidos;

- a indicação da Nota Fiscal prevista no parágrafo anterior com a expressão “Reajuste de Preço de Mercadoria em Consignação – NF nº..., de .../.../...”;

II - o consignatário lançará Nota Fiscal no Livro Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto, quando permitido, indicando os seus dados na coluna “Observações” da linha onde foi lançada a nota fiscal prevista na cláusula anterior.

§ 6º O consignatário deverá:

I - emitir, no último dia de cada mês, Nota Fiscal globalizada com os mesmos valores atribuídos por ocasião do recebimento das mercadorias efetivamente utilizadas ou consumidas no seu processo produtivo sem destaque do valor do ICMS, contendo, além dos demais requisitos, como natureza da operação, a expressão "Devolução Simbólica – Mercadorias em Consignação Industrial";

II - registrar a Nota Fiscal de que trata o inciso seguinte, no Livro Registro de Entradas apenas nas colunas "Documento Fiscal" e "Observações", apondo nesta expressão "Compra em Consignação – NF nº .../.../...".

§ 7º O consignante deverá:

I - emitir, no último dia de cada mês, Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, contendo, além dos demais requisitos, o seguinte:

- natureza da operação: Venda;

- valor da operação: o valor correspondente ao preço da mercadoria efetivamente vendida, neste incluído, quando for o caso, o valor relativo ao reajuste do preço;

- no campo "Informações Complementares", a expressão "Simples Faturamento de Mercadoria em Consignação Industrial – NF nº..., de .../.../... (e, se for o caso) reajuste de preço – NF nº ..., de .../.../...";

II - o consignante lançara a Nota Fiscal a que se refere o inciso anterior, no Livro Registro de Saídas, apenas nas colunas "Documento Fiscal", "Observações", apondo nesta a expressão, "Venda em Consignação – NF nº ..., de .../.../...".

§ 8º Na devolução de mercadoria remetida em consignação industrial:

I - o consignatário emitirá Nota Fiscal, contendo, além dos demais requisitos, o seguinte:

- natureza da operação: "Devolução de Mercadoria em Consignação Industrial";

- valor: o valor da mercadoria efetivamente devolvida, sobre o qual foi pago o imposto;

- destaque do ICMS e a indicação do IPI nos mesmos valores debitados por ocasião da remessa em consignação;

- no campo "Informações Complementares", a expressão "Devolução (parcial ou total, conforme o caso) de Mercadoria em Consignação – NF nº ..., de .../.../...";

II - o consignante lançará a Nota Fiscal, no Livro Registro de Entradas, creditando-se do valor do imposto.

§ 9º O consignante deverá entregar à repartição fiscal a que estiver vinculado, em meio magnético, até o dia 10 do mês subseqüente ao da realização das operações, demonstrativo de todas as remessas efetuadas em consignação e das correspondentes devoluções, com a identificação das mercadorias.

CAPÍTULO VI
DAS ROTINAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS OBJETO DE SERVIÇO POSTAL

Art. 410. Revogado

Nota: O art. 410 foi revogado pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de

22/11/01), efeitos a partir de 22/11/01, conforme disposto no art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01.

Redação atual do § 9º do art. 410 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.
"§ 9º Constatando-se que mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais sem exigência do comprovante do pagamento do ICMS ou, sendo o caso, da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), serão adotadas contra a ECT os procedimentos fiscais previstos na legislação (Conv. ICMS 132/98)."

Redação anterior dada ao inciso III, do § 1º do art. 410 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98:
"III - somente proceder à entrega de mercadorias ou bens importados aos respectivos destinatários mediante comprovação do pagamento do ICMS ou, caso não devido o imposto, mediante apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A) (Conv. ICMS 132/98)."

Redação originária:
"Art. 410. Serão observadas as rotinas de controle e fiscalização especificadas neste artigo, com vistas à verificação do cumprimento da obrigação de pagamento do ICMS nas operações de circulação de mercadorias, relativamente às (Protoc. ICMS 15/95):
I - remessas postais ocorridas no território nacional;
II - remessas postais internacionais de mercadorias ou bens importados sob o Regime de Tributação Simplificada (RTS) instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804/80.
§ 1º A Superintendência Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) adotará providências no sentido de:
I - franquear ao fisco o acesso ao local onde se encontrarem as mercadorias ou bens, inclusive aqueles contidos em remessas postais internacionais, desde que já desembaraçados;
II - aguardar a autorização do fisco para o prosseguimento do trânsito das remessas postais por ele selecionadas;
III - somente proceder à entrega de mercadorias ou bens importados aos respectivos destinatários mediante comprovação do pagamento do ICMS ou, caso não devido o imposto, mediante apresentação da Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira.
§ 2º Os destinatários de mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais sob o Regime de Tributação Simplificada efetuarão o pagamento do ICMS no ato do recebimento da encomenda.
§ 3º A repartição fazendária local determinará a realização de plantões fiscais junto às unidades da ECT, preferencialmente nos centros operacionais e de triagem com periodicidade e duração variáveis.
§ 4º Na embalagem das encomendas nacionais, devem ser indicados, entre outros, os seguintes dados relativos ao remetente, sendo este contribuinte do ICMS, inclusive nos casos de remessas postais efetuadas na modalidade de carta que contenham mercadorias:
I - nome do titular do estabelecimento;
II - número da inscrição estadual;
III - número da inscrição no CGC/MF;
IV - número da Nota Fiscal;
V - descrição concisa da mercadoria.
§ 5º Constatada qualquer irregularidade, as mercadorias ou bens serão apreendidos pelo fisco mediante lavratura do termo próprio.
§ 6º Tratando-se de mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais, tendo o despacho aduaneiro sido promovido por empresa habilitada pela Secretaria da Receita Federal, a apreensão poderá ser efetuada em nome dessa empresa ou da ECT.
§ 7º No caso de ser detectada a existência de mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais destinados a outra unidade federada sem o comprovante do pagamento do ICMS, o fisco da unidade federada onde tiver sido apurado o fato:
I - lavrará termo de constatação, anexando a relação dos respectivos avisos postais;
II - comunicará a ocorrência à unidade federada destinatária, preferencialmente por meio de mensagem

transmitida por fac-símile, que incluirá o referido termo.
§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o fisco da unidade federada destinatária notificará a ECT a condicionar a entrega das mercadorias ou bens à regularização do pagamento do ICMS.
"§ 9º Constatando-se que mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais sem exigência do comprovante do pagamento do ICMS ou, sendo o caso, da Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira, serão adotadas contra a ECT os procedimentos fiscais previstos na legislação."

Art. 410-A. Serão adotados os procedimentos de fiscalização previstos neste artigo, relativos aos serviços de transportes e às mercadorias e bens transportados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nas seguintes remessas (Protoc.. 32/01):

Nota: O art. 410-A foi acrescentado ao art. 28 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 01/11/01, em relação ao *caput* do artigo e aos §§ 1º até 15, e 01/03/02, em relação ao § 16.

I - postais ocorridas no território nacional;

II - postais internacionais de mercadorias ou bens importados sob o Regime de Tributação Simplificada (RTS) instituído pelo Decreto-Lei nº 1804/80.

§ 1º Os trabalhos de fiscalização de mercadorias ou bens serão executados nos centros operacionais de distribuição e triagem da ECT.

§ 2º O transporte de mercadorias e bens feito pela ECT, além do cumprimento das demais obrigações tributárias previstas na legislação do ICMS para os transportadores de cargas, deverá ser acompanhado de:

I - nota fiscal, modelo 1 ou 1-A;

II - manifesto de cargas;

III - conhecimento de transporte de cargas.

§ 3º No caso de transporte de bens entre não contribuintes, em substituição à nota que trata o inciso I do *caput,* o transporte poderá ser feito acompanhado por declaração de conteúdo, que deverá conter no mínimo:

I - a denominação “Declaração de Conteúdo”;

II - a identificação do remetente e do destinatário, contendo nome, CPF e endereço;

III - a discriminação do conteúdo, especificando a quantidade, peso e valor;

IV - a declaração do remetente, sob as penas da lei, de que o conteúdo da encomenda não constitui objeto de mercancia.

§ 4º Opcionalmente, poderá ser emitido, em relação a cada veículo transportador, um único Conhecimento de Transporte de Cargas, englobando as mercadorias e bens por ele transportados.

§ 5º Tratando-se de mercadorias ou bens importados estes deverão estar acompanhados, ainda, do comprovante do pagamento do ICMS ou, se for o caso, da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem comprovação do Recolhimento do ICMS.

§ 6º Constatando-se que mercadorias ou bens contidos em remessas postais internacionais sem exigência

do comprovante do pagamento do ICMS ou, sendo o caso, da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), serão adotadas contra a ECT os procedimentos fiscais previstos na legislação (Conv. ICMS 132/98).

§ 7º A qualificação como bens não impedirá a exigência do ICMS devido e a aplicação das penalidades cabíveis nos casos em que ficar constatado que os objetos destinam-se à venda ou revenda no destino, tributadas pelo referido imposto.

§ 8º Por ocasião da passagem do veículo da ECT nos postos fiscais, deverão ser apresentados os manifestos de cargas referentes às mercadorias e aos bens transportados, para conferência documental e aposição do visto, sem prejuízo da fiscalização prevista no § 1º.

§ 9º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os manifestos de cargas deverão ser apresentados ao Fisco no local da fiscalização.

§ 10. No ato da verificação fiscal de prestação do transporte irregular ou das mercadorias e bens em situação irregular deverão as mercadorias e os bens ser apreendidos ou retidos pelo Fisco, mediante lavratura do termo de apreensão de mercadorias ou bens, previsto no art. 940 deste regulamento, para comprovação da infração, observando que:

I - no aludido termo deverá constar, se for o caso, o endereço da unidade da ECT onde ocorreu a retenção ou apreensão e a intimação para comparecimento do interessado, especificando o local, o horário e o prazo;

II - a existência de mercadorias ou bens importados destinados a outra unidade federada signatária deste protocolo sem o comprovante de pagamento do ICMS ou, se for o caso, da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira Sem Comprovação do Recolhimento do ICMS, o fisco da unidade federada onde tiver sido apurado o fato, lavrará termo de constatação e comunicará a ocorrência à unidade federada destinatária, preferencialmente, por meio de mensagem transmitida por fac-símile, que incluirá o referido termo.

§ 11. Na hipótese de retenção ou apreensão de mercadorias ou bens a ECT poderá ser designada como fiel depositária, podendo o Fisco, a seu critério, eleger outro depositário.

§ 12. Ocorrendo a apreensão das mercadorias ou bens em centros operacionais de distribuição e triagem da ECT e não ocorrendo a sua liberação, mediante os procedimentos fiscais-administrativos, serão os mesmos transferidos das dependências da ECT para o depósito do Fisco, no prazo máximo de 30 dias.

§ 13. Havendo necessidade de abertura da embalagem da mercadoria ou bem, esta será feita por agente do Fisco na presença de funcionário da ECT.

§ 14. Sempre que a embalagem for aberta, seja a mesma liberada ou retida, será feito o seu reacondicionamento com aposição de carimbo e visto, com fita adesiva personalizada do Fisco, ou com outro dispositivo de segurança.

§ 15. A ECT apresentará mensalmente as informações sobre os locais e horários do recebimento e despacho de mercadorias ou bens, em cada unidade da Federação, bem como o trajeto e a identificação dos veículos credenciados, devendo comunicar previamente as alterações relativas às informações já prestadas.

§ 16. A partir de 1º de março de 2002, a ECT enviará ao Fisco das unidades federadas de destino das mercadorias ou bens, por intermédio do Sistema Passe Sintegra, antes do início do transporte da mercadoria ou bem, os dados referentes ao veículo, manifesto de carga, conhecimento de transporte, nota fiscal e declaração de conteúdo.

CAPÍTULO VII

DAS OPERAÇÕES DE VENDA À ORDEM OU PARA ENTREGA FUTURA

SEÇÃO I
Das Disposições Comuns às Vendas à Ordem e às Vendas para Entrega Futura

Art. 411. Nas vendas à ordem ou para entrega futura, poderá ser emitida Nota Fiscal, com indicação de que se destina a simples faturamento, vedado o destaque do ICMS (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70, e Ajuste SINIEF 01/87).

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o IPI será lançado antecipadamente pelo vendedor, por ocasião da venda ou faturamento, porém o ICMS só será lançado por ocasião da efetiva saída da mercadoria.

SEÇÃO II
Da Efetiva Saída de Mercadoria Objeto de Venda para Entrega Futura

Art. 412. Nas vendas para entrega futura, por ocasião da efetiva saída global ou parcelada da mercadoria, o vendedor emitirá Nota Fiscal em nome do adquirente, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

I - como valor da operação, aquele efetivamente praticado no ato da realização do negócio, conforme conste na Nota Fiscal relativa ao faturamento, se emitida, sendo que, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", será consignada a base de cálculo prevista no inciso VIII do art. 56;

II - o destaque do ICMS, quando devido;

III - como natureza da operação, a expressão "Remessa - entrega futura";

IV - o número de ordem, a série e a data da emissão da Nota Fiscal relativa ao simples faturamento.

SEÇÃO III
Da Efetiva Saída de Mercadoria Objeto de Venda à Ordem

Art. 413. Nas vendas à ordem, por ocasião da entrega global ou parcelada da mercadoria a terceiro, deverá ser emitida Nota Fiscal:

I - pelo adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido, em nome do destinatário das mercadorias, consignando-se, além dos demais requisitos, o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento que irá efetuar a remessa;

II - pelo vendedor remetente:

a) em nome do destinatário, para acompanhar o transporte das mercadorias, sem destaque do ICMS, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

1 - como natureza da operação, a expressão "Remessa por conta e ordem de terceiro";

2 - o número de ordem, a série e a data da emissão da Nota Fiscal de que trata o inciso anterior, bem como o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do seu emitente;

b) em nome do adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

1 - como natureza da operação, a expressão "Remessa simbólica - venda à ordem";

2 - o número de ordem, a série e a data da emissão da Nota Fiscal prevista na alínea anterior, bem como o número de ordem, a série, a data da emissão e o valor da operação constante na Nota Fiscal de simples

faturamento.

SEÇÃO IV
Da Escrituração Fiscal das Operações de Venda à Ordem ou para Entrega Futura

Art. 414. Na escrituração dos documentos previstos nos arts. 411 a 413, no Registro de Saídas, utilizar-se-ão, em relação à Nota Fiscal emitida nos termos (Conv. SINIEF, de 15/12/70 e Ajustes SINIEF 01/87 e 01/91):

I - do art. 411, para simples faturamento, as colunas relativas a "Documento Fiscal" e "Observações", apondo-se nesta a expressão "Simples faturamento";

II - do inciso I do art. 413, as colunas próprias;

III - do art. 412 e da alínea "b" do inciso II do art. 413, para entrega efetiva de mercadoria, no primeiro caso, e simbólica, no segundo, as colunas próprias, anotando-se na de "Observações" os dados identificativos do documento fiscal emitido para efeito de faturamento;

IV - da alínea "a" do inciso II do art. 413, para remessa da mercadoria, as colunas relativas a "Documento Fiscal" e "Observações", anotando-se nesta os dados identificativos do documento fiscal emitido para efeito de remessa simbólica, referido no inciso anterior.

CAPÍTULO VIII
DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS A PRAZO

Art. 415. O contribuinte que efetuar vendas de mercadorias ou que prestar serviços a prazo, com emissão de duplicata ou promissória rural, sempre que apresentar um desses títulos a banco, sociedade financeira ou outro estabelecimento de crédito para cobrança, desconto, caução, custódia ou apresentação a quem o deva assinar, fica obrigado a extrair uma relação, em 2 vias, em que conste, com respeito a cada título:

I - o número e a data da emissão;

II - o nome e o endereço do emitente e os do sacado;

III - o valor do título e a data do vencimento.

§ 1º Esta obrigação estender-se-á a todo aquele que apresentar duplicata ou promissória rural a banco ou outro estabelecimento de crédito, para qualquer dos fins indicados.

§ 2º Uma das vias da relação será entregue ao estabelecimento de crédito, ficando a outra, visada por este, em poder do interessado, para exibição ao fisco.

§ 3º A relação poderá ser feita em impresso do próprio estabelecimento de crédito, desde que contenha os requisitos mínimos previstos neste artigo.

§ 4º A duplicata ou triplicata deverá conter o número de inscrição do contribuinte que a emitir, e na fatura constará, ainda, o número do documento fiscal correspondente à operação realizada.

Art. 416. Nas operações e prestações efetuadas a prazo, além das demais disposições regulamentares pertinentes, observar-se-ão, ainda, conforme o caso, as seguintes situações:

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 416 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"I - vedação de utilização de Nota Fiscal de Venda a Consumidor e dos documentos que a substituem emitidos por máquina registradora, ECF ou PDV: arts. 232 a 237; art. 726, § 1º; art. 831; art. 852;"

II - inclusão ou não, na base de cálculo, das despesas financeiras e outros encargos comerciais cobrados do adquirente ou a ele debitados: arts. 54 e 55;

III - indicações que devem constar na Nota Fiscal: art. 219, § 8º.

CAPÍTULO IX
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS FORA DO ESTABELECIMENTO, INCLUSIVE POR MEIO DE VEÍCULO

SEÇÃO I
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento por Contribuinte deste Estado

SUBSEÇÃO I
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento por Pessoa Inscrita na Condição de Contribuinte Normal

Art. 417. Nas saídas internas e interestaduais de mercadorias para realização de operações fora do estabelecimento sem destinatário certo, inclusive por meio de veículo, em conexão com o estabelecimento fixo, sendo este inscrito na condição de contribuinte normal, será emitida Nota Fiscal para acompanhar as mercadorias no seu transporte, com destaque do ICMS, quando devido, adotando-se como base de cálculo qualquer valor, desde que não inferior ao do custo das mercadorias, e como alíquota a vigente para as operações internas.

§ 1º A Nota Fiscal de remessa emitida na forma do *caput* deste artigo conterá, no campo "Informações Complementares", a indicação dos números e da série, quando for o caso, dos impressos de Notas Fiscais a serem emitidas por ocasião da venda das mercadorias.

§ 2º A escrituração da Nota Fiscal de remessa será feita de acordo com a seguinte orientação:

I - no Registro de Saídas, o valor das mercadorias será consignado apenas nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto - Outras";

II - no Registro de Apuração do ICMS, o valor do imposto será consignado, no último dia do mês, no quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos", com a expressão "Remessa para venda fora do estabelecimento".

§ 3º O contribuinte poderá creditar-se do imposto recolhido em outra unidade da Federação, relativamente às operações realizadas fora do território baiano, sendo que o crédito a ser utilizado não poderá exceder à diferença entre a quantia resultante da aplicação da alíquota vigente na outra unidade da Federação sobre o valor das operações e o valor do tributo devido a este Estado calculado sobre o mesmo valor pela alíquota aplicável às operações interestaduais realizadas entre contribuintes.

§ 4º Quando o transporte das mercadorias destinadas a vendas fora do estabelecimento for efetuado em veículo do próprio contribuinte, observar-se-á o tratamento fiscal dispensado ao transporte de carga própria (art. 644).

§ 5º Ao efetuar vendas fora do estabelecimento, por ocasião da entrega ao adquirente, será emitida Nota Fiscal, sendo a base de cálculo o efetivo valor da operação, quando não prevista expressamente de forma diversa em outra disposição regulamentar.

§ 6º Na regularização da situação fiscal de mercadoria sem documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, inclusive quando constatada no trânsito, sendo a mercadoria destinada a venda neste

Estado ou em outra unidade da Federação, inclusive no caso de mercadoria sem destinatário certo a ser vendida ou entregue em outra unidade da Federação, observar-se-á o disposto no inciso VII do art. 632.

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 417 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Art. 418. Por ocasião do retorno das mercadorias ou do veículo, o contribuinte deverá:

I - emitir Nota Fiscal (entrada) para reposição, no estoque, das mercadorias não vendidas, sem destaque do imposto, na qual serão mencionados, no campo "Informações Complementares" (Ajuste SINIEF 03/94):

a) o número e a série, se for o caso, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal correspondente à remessa;

b) os números e as séries, se for o caso, das Notas Fiscais emitidas por ocasião das entregas das mercadorias;

c) o valor das operações realizadas fora do estabelecimento;

d) o valor das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação;

II - escriturar a Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior no Registro de Entradas, consignando o respectivo valor nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto - Outras";

III - lançar no Registro de Saídas, até o dia 8 do mês subseqüente, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Débito do Imposto", as Notas Fiscais emitidas por ocasião das vendas efetuadas nesta ou em outra unidade da Federação, fazendo referência, na coluna "Observações", à Nota Fiscal de remessa;

IV - elaborar um demonstrativo da apuração do valor do crédito a que se refere o § 3º do artigo anterior, no caso de ter havido vendas fora do Estado;

V - lançar, no último dia do mês, no Registro de Apuração do ICMS:

a) no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos", com a expressão "Remessa para venda fora do estabelecimento", o valor do imposto destacado na Nota Fiscal de remessa;

b) no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos", com a expressão "Recolhimento em outros Estados - vendas fora do estabelecimento", o valor do imposto recolhido em outras unidades da Federação, calculado na forma do § 3º do artigo anterior.

Parágrafo único. Relativamente a cada remessa, arquivar-se-ão juntas, para exibição ao fisco:

I - o demonstrativo previsto no inciso IV deste artigo;

Nota: A redação atual do inciso I do parágrafo único do art. 418 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"I - o demonstrativo previsto no inciso IV do artigo anterior;"

II - a 1ª via da Nota Fiscal de remessa;

III - a 1ª via da Nota Fiscal de retorno;

IV - os comprovantes do imposto recolhido em outras unidades da Federação.

Art. 419. Para poder operar pelo sistema previsto nesta subseção, o contribuinte deverá fazer prévia comunicação nesse sentido à repartição fazendária do seu domicílio fiscal.

SUBSEÇÃO II
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento com Mercadorias Enquadradas no Regime de Diferimento

Art. 420. Nas operações realizadas fora do estabelecimento, sem destinatário certo, com mercadorias enquadradas no regime de diferimento:

I - o contribuinte emitirá Nota Fiscal para acompanhar a mercadoria no seu transporte, a qual conterá, além dos demais requisitos previstos:

a) os números e as séries dos impressos de Notas Fiscais a serem emitidas por ocasião das vendas;

b) como natureza da operação, "Remessa para venda fora do estabelecimento";

c) o valor do imposto incidente na operação, se devido, podendo-se adotar como base de cálculo o preço de pauta fiscal de atacado ou varejo, conforme o caso, se houver;

II - o imposto será recolhido no momento da saída das mercadorias (art. 348);

III - se houver retorno de mercadorias:

a) será emitida Nota Fiscal (entrada), para reposição, no estoque, das mercadorias não vendidas, na qual serão mencionados, no campo "Informações Complementares" (Ajuste SINIEF 03/94):

1 - o número e a série, se for o caso, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal correspondente à remessa;

2 - os números e as séries, se for o caso, das Notas Fiscais emitidas por ocasião das entregas das mercadorias;

3 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento;

4 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação;

b) destacará na Nota Fiscal aludida na alínea anterior o valor do imposto referente às mercadorias não vendidas;

c) lançará a referida Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do imposto relativo às mercadorias não vendidas;

IV - sempre que o imposto de que cuida a alínea "c" do inciso I for calculado com adoção de base de cálculo que não o preço de pauta correspondente - atacado ou varejo -, o contribuinte deverá efetuar a complementação, caso a venda efetiva seja feita a preço superior ao declarado na saída, podendo pedir restituição, tendo havido pagamento a mais que o devido, sendo que, tendo sido pago o imposto pelo preço de pauta correspondente, essa tributação será considerada definitiva, não cabendo complementação ou restituição a título de ajuste.

SUBSEÇÃO III
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento com Mercadorias Enquadradas no Regime de Substituição Tributária por Antecipação

Art. 421. Nas operações realizadas fora do estabelecimento, sem destinatário certo, com mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353), efetuadas por fabricantes, importadores, distribuidores ou atacadistas, ao invés das regras previstas nos arts. 417 a 419, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 421 foi dada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).

Redação originária:
"Art. 421. Nas operações realizadas fora do estabelecimento, sem destinatário certo, com mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353), efetuadas por fabricantes, importadores, distribuidores ou atacadistas, ao invés das regras previstas nos arts. 417 a 419, observar-se-á o seguinte:"

I - o sujeito passivo por substituição:

a) emitirá Nota Fiscal para acompanhar a mercadoria no seu transporte, a qual conterá, além dos demais requisitos previstos:

1 - os números e as séries dos impressos de Notas Fiscais a serem emitidas por ocasião das vendas;

2 - como natureza da operação, "Remessa para venda fora do estabelecimento";

3 - o valor do imposto incidente na operação própria, pela saída, tendo como base de cálculo o preço a ser por ele efetivamente praticado;

4 - a base de cálculo do imposto a ser retido e o valor do imposto devido por substituição tributária, cobrável do destinatário (art. 358);

b) emitirá Nota Fiscal nas vendas efetuadas, de acordo com o art. 359;

c) escriturará no Registro de Saídas:

1 - a Nota Fiscal relativa à remessa (alínea "a"), nas colunas adequadas, lançando os dados relativos à operação própria, e, na coluna "Observações", os valores do imposto retido e da respectiva base de cálculo, utilizando colunas distintas para essas indicações, sob o título comum "Substituição Tributária" (art. 361);

2 - as Notas Fiscais relativas às vendas (alínea "b"), na coluna "Outras" de "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto" (art. 364);

d) por ocasião do retorno das mercadorias ou do veículo:

1 - emitirá Nota Fiscal (entrada), para reposição, no estoque, das mercadorias não vendidas, na qual serão mencionados, no campo "Informações Complementares" (Ajuste SINIEF 03/94):

1.1 - o número e a série, se for o caso, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal correspondente à remessa;

1.2 - os números e as séries, se for o caso, das Notas Fiscais emitidas por ocasião das vendas das mercadorias;

1.3 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento;

1.4 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação;

2 - destacará na Nota Fiscal aludida no item anterior o valor do imposto referente às mercadorias não vendidas;

3 - lançará a referida Nota Fiscal no Registro de Entradas, creditando-se do imposto relativo às mercadorias não vendidas;

4 - escriturará o valor do imposto retido relativo às mercadorias não vendidas na coluna "Observações" do Registro de Entradas, na mesma linha do lançamento referido no item anterior;

e) totalizará, no último dia do mês, os valores a que se refere o item 4 da alínea anterior, para posterior lançamento no Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos", com a expressão "Art. 421 do RICMS-BA";

f) no caso de a base de cálculo do imposto relativo à operação própria, consignada na Nota Fiscal de remessa de que cuida o item 3 da alínea "a", ser diferente do preço efetivamente praticado, efetuará os ajustes cabíveis, inclusive quanto ao imposto retido, sendo que o disposto nesta alínea não se aplica no tocante à margem de valor adicionado (MVA), em relação à quam prevalece a regra do § 7º do art. 356;

II - o contribuinte que realizar as operações mencionadas no *"caput"* deste artigo, já tendo sido retido ou antecipado o imposto relativo às mercadorias:

a) emitirá Nota Fiscal para acompanhar a mercadoria no seu transporte, a qual conterá, além dos demais requisitos previstos:

1 - os números e as séries dos impressos de Notas Fiscais a serem emitidas por ocasião das vendas;

2 - como natureza da operação, "Remessa para venda fora do estabelecimento";

3 - a declaração "Imposto recolhido por substituição tributária - art. 353 do RICMS-BA";

b) emitirá Nota Fiscal nas vendas efetuadas, de acordo com o art. 359;

c) escriturará no Registro de Saídas a Nota Fiscal relativa à remessa (alínea "a") e as Notas Fiscais relativas às vendas (alínea "b") na coluna "Outras" de "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto";

d) por ocasião do retorno das mercadorias ou do veículo:

1 - emitirá Nota Fiscal (entrada), para reposição, no estoque, das mercadorias não vendidas, sem destaque do imposto, na qual serão mencionados, no campo "Informações Complementares" (Ajuste SINIEF 03/94):

1.1 - o número e a série, se for o caso, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal correspondente à remessa;

1.2 - os números e as séries, se for o caso, das Notas Fiscais emitidas por ocasião das entregas das mercadorias;

1.3 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento;

1.4 - o valor das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação;

2 - escriturará a Nota Fiscal aludida no item anterior no Registro de Entradas, na coluna "Outras" de "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto".

§ 1º Relativamente às Notas Fiscais emitidas por ocasião das vendas fora do estabelecimento, as vias destinadas a exibição ao fisco serão mantidas com as 1ªs vias das Notas Fiscais relativas às remessas.

§ 2º Para poder operar pelo sistema previsto neste artigo, o contribuinte deverá fazer prévia comunicação nesse sentido à repartição fazendária do seu domicílio fiscal.

SUBSEÇÃO IV
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento por Microempresa Industrial e por Empresa de Pequeno Porte Industrial

Nota: A denominação atual do título da Subseção IV foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Denominação originária:
"Subseção IV
Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento
por Microempresa Industrial"

Art. 422. Nas operações realizadas fora do estabelecimento por microempresa e por empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial inscritas como tais no cadastro de contribuintes, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual *caput* do artigo 422 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*Art. 422. Nas operações realizadas fora do estabelecimento por microempresa industrial, observar-se-á o seguinte:*".

I - será emitida Nota Fiscal para acompanhar as mercadorias no seu transporte, com destaque do ICMS, adotando-se como base de cálculo qualquer valor, desde que não inferior ao custo das mercadorias;

II - a Nota Fiscal referida no inciso anterior conterá, no campo "Informações Complementares", a indicação dos números e da série, quando for o caso, das Notas Fiscais a serem emitidas por ocasião da venda das mercadorias;

III - no caso de mercadoria sujeita a substituição tributária, a microempresa industrial e a empresa de pequeno porte industrial atenderão ao disposto no art. 393-A;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 422 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*III - no caso de mercadoria sujeita a substituição tributária, a microempresa procederá na forma prevista no inciso IV do art. 385;*"

IV - se houver retorno de mercadorias, será emitida Nota Fiscal (entrada) para reposição, no estoque, das mercadorias não vendidas, sem destaque do ICMS, na qual serão mencionados, no campo "Informações Complementares" (Ajuste SINIEF 03/94):

a) o número e a série, se for o caso, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal correspondente à remessa;

b) os números e as séries, se for o caso, das Notas Fiscais emitidas por ocasião das entregas das

mercadorias;

c) o valor das operações realizadas fora do estabelecimento;

d) o valor das operações realizadas fora do estabelecimento em outras unidades da Federação;

V - revogado

Nota: O inciso V do art. 422 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"V - a Nota Fiscal de remessa e a de retorno serão escrituradas no Registro de Saídas, apenas na coluna "Observações";"

VI - revogado

Nota: O inciso VI do art. 422 foi revogado pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"VI - serão lançadas normalmente, no Registro de Saídas, até o oitavo dia do mês subseqüente, as Notas Fiscais emitidas por ocasião das vendas efetuadas nesta ou em outra unidade da Federação, fazendo-se referência, na coluna "Observações", às Notas Fiscais relativas às remessas de que trata o inciso I;".

VII - relativamente a cada remessa, serão arquivadas juntas, para exibição ao fisco, a 1ª via da Nota Fiscal de remessa e a 1ª via da Nota Fiscal (entrada) que houver documentado o retorno, quando houver.

§ 1º No tocante ao tratamento fiscal dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 422 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*§ 1º No tocante ao tratamento fiscal dispensado às microempresas industriais, observar-se-á o disposto nos arts. 383 a 392.*".

§ 2º A microempresa e a empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial são dispensadas da comunicação de que cuida o art. 419.

Nota: A redação atual § 2º do art. 422 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*§ 2º As microempresas industriais são dispensadas da comunicação de que cuida o* art. 419.".

SUBSEÇÃO V

Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento por Microempresa Comercial e por Empresa de Pequeno Porte Comercial

Nota: A denominação atual do título da Subseção V foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99>

Denominação originária:
"Das Operações Realizadas Fora do Estabelecimento por Microempresa Comercial Varejista".

Art. 423. Nas operações realizadas fora do estabelecimento por microempresa e por empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade comercial inscritas como tais no cadastro de contribuintes, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 423 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*Art. 423. Nas operações realizadas fora do estabelecimento por microempresa comercial varejista, observar-se-á o seguinte:*"

I - sendo as operações realizadas neste Estado, será emitida Nota Fiscal, sem destaque do ICMS:

a) na saída do estabelecimento, para acompanhar as mercadorias no seu transporte;

b) por ocasião da venda efetiva das mercadorias, podendo neste caso ser emitida Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou outro documento que a substitua;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 423 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*I - sendo as operações realizadas neste Estado:*
a) será emitida Nota Fiscal para acompanhar as mercadorias no seu transporte, sem destaque do ICMS;
b) por ocasião da venda efetiva das mercadorias, será emitido documento fiscal, sem destaque do imposto:
1 - nas vendas a consumidor não contribuinte;
2 - nas vendas a outro contribuinte inscrito na condição de microempresa industrial, microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante;
3 - nas vendas a contribuinte inscrito na condição de normal, tratando-se de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária (art. 353, II e IV);
4 - nas vendas a estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, no caso de mercadorias não enquadradas no regime de substituição tributária (art. 359, § 4º, I, "b");"

II - destinando-se as mercadorias a operações em outra unidade da Federação, a microempresa procederá na forma prevista no inciso II do § 1º do art. 374."

Nota: A redação atual do inciso II do art. 423 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 423 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"II - destinando-se as mercadorias a operações em outra unidade da Federação, e estando as mercadorias sujeitas a substituição tributária por força de convênio ou protocolo, o remetente procederá na forma prevista no inciso II do § 1º do art. 374."

Redação originária:
"*II - destinando-se as mercadorias a operações em outra unidade da Federação, a microempresa procederá na forma prevista no inciso II do parágrafo único do art. 374.*"

§ 1º No tocante ao tratamento fiscal dispensado à microempresa e à empresas de pequeno porte que se dediquem à atividade comercial, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 423 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*§ 1º No tocante ao tratamento fiscal dispensado às microempresas comerciais varejistas, observar-se-á o disposto nos arts. 393 a 408.*"

§ 2º A microempresa e a empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade comercial são dispensadas da comunicação de que cuida o art. 419.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 423 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*§ As microempresas comercias varejisa são dispensadas da comunicação de que cuida o art. 419."*

SUBSEÇÃO VI
Das Operações Realizadas por Ambulante

Nota: A denominação atual do título da Subseção VI foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Denominação originária:
"Das Operações Realizadas por por Microempresa Ambulante"

Art. 424. Nas operações realizadas por ambulante devidamente inscrito como tal:

Nota: A redação atual do *caput* do artigo 424 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"Art. 424. Nas operações realizadas por microempresa ambulante:"

I - sendo as operações realizadas neste Estado:

a) as mercadorias serão acompanhadas em seu transporte pela Nota Fiscal emitida pelo fornecedor;

b) por ocasião da venda efetiva das mercadorias:

1 - é dispensada a emissão de documento fiscal, nas vendas a consumidor não contribuinte;

2 - sendo o adquirente contribuinte inscrito, seja qual for a condição cadastral deste, deverá o vendedor procurar a repartição fazendária, munido dos documentos correspondentes às mercadorias, para documentar a operação mediante Nota Fiscal Avulsa, sem ônus do imposto;

Nota: A redação atual item 2, da alínea "b", do inciso I do art. 424 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99

Redação originária:
"2 - sendo o adquirente contribuinte inscrito na condição de microempresa industrial, microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante, deverá o vendedor procurar a repartição fazendária, munido dos documentos correspondentes às mercadorias, para documentar a operação mediante Nota Fiscal Avulsa, sem ônus do imposto;

3 - sendo o adquirente estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, será por este emitida Nota Fiscal (entrada), sem destaque do imposto:

3.1 - tratando-se de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (art. 353, II e IV);

3.2 - no caso de mercadorias não enquadradas no regime de substituição tributária (art. 359, § 4º, II, "b");

II - destinando-se as mercadorias a vendas em outra unidade da Federação, o ambulante procederá na forma prevista no § 1º do art. 374.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 424 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 424 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"II - destinando-se as mercadorias a vendas em outra unidade da Federação, o ambulante procederá na forma prevista no inciso II do § 1º do art. 374."

Redação originária:
"II - destinando-se as mercadorias a vendas em outra unidade da Federação, o ambulante procederá na forma prevista no inciso II do parágrafo único do art. 374."

§ 1º O ambulante deverá manter em seu poder, onde estiver exercendo atividade comercial ou onde se encontrarem suas mercadorias:

Nota: A redação atual do *caput* § 1º do art. 424 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"§ 1º A microempresa ambulante deverá manter em seu poder, onde estiver exercendo atividade comercial ou onde se encontrarem suas mercadorias:"

I - o Documento de Identificação Eletrônico (DIE) ou o DIC;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 424 foi dada pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01)

Redação originária:
"I - o Cartão de Inscrição ou o Documento de Informação Cadastral (DIC);"

II - as 1ªs vias dos documentos fiscais relativos à aquisição das mercadorias que detiver.

§ 2º No tocante ao tratamento fiscal dispensado aos ambulantes, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 424 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*§ 2º No tocante ao tratamento fiscal dispensado às microempresas ambulantes, observar-se-á o disposto nos arts. 393 a 408.*"

§ 3º Os ambulantes são dispensados da comunicação de que cuida o art. 419.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 424 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"§ 3º As microempreas ambulantes são dispensadas da comunicação de que cuida o art. 419."

§ 4º Os ambulantes não poderão portar mercadorias em valor superior ao previsto no art. 408-N.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 424 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

SUBSEÇÃO VII
Das Operações Realizadas por Revendedores Autônomos, por Vendedores de Picolés e Sorvetes e por Outras Pessoas não Inscritas

Art. 425. Nas vendas realizadas por pessoas não inscritas no cadastro estadual de contribuintes, observar-se-á, especialmente, o seguinte:

I - tratando-se de revendedores autônomos e outros comerciantes não inscritos no cadastro estadual:

a) substituição tributária - retenção do imposto pelo responsável: art. 353, I, e art. 379;

b) base de cálculo para antecipação ou substituição tributária: art. 61;

c) responsabilidade supletiva do contribuinte substituído: art. 354 (operações internas); art. 372, § 3º (operações interestaduais);

d) antecipação do imposto nas aquisições interestaduais e do exterior: art. 371 e art. 426;

Nota: **A redação atual da alínea "d" do inciso I do art. 425 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"d) antecipação do imposto nas aquisições interestaduais e do exterior: art. 371, II, "a"; art. 426;"

e) apuração do imposto pelo regime sumário: art. 117, II, III e V;

f) prazos de pagamento do imposto: arts. 125 a 135;

g) venda de mercadorias a pessoas inscritas na condição de contribuintes normais: art. 408-D;

Nota: A redação atual da alínea "g", do inciso I do art. 425 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"g) venda de mercadorias a pessoas inscritas na condição de contribuintes normais: art. 359, § 4º, II;".

h) devolução de mercadoria: art. 368, § 1º, II;

II - tratando-se de operações com picolés e sorvetes mediante vendedores não integrantes do quadro de empregados da empresa:

a) o estabelecimento industrial:

1 - emitirá Nota Fiscal para acompanhar a mercadoria no seu transporte, tendo como natureza da operação "Vendas através de autônomo", contendo o destaque do imposto incidente na operação própria e a indicação do imposto devido por sujeição passiva por substituição;

2 - escriturará a Nota Fiscal emitida na forma do item anterior no Registro de Saídas, de acordo com o art. 361;

3 - havendo devolução ou retorno de produto não vendido ao consumidor, emitirá Nota Fiscal (entrada), relativa às mercadorias não vendidas, com destaque do imposto, a qual será lançada no Registro de Entradas com direito ao crédito fiscal, sendo que o valor do imposto retido relativo às mercadorias não vendidas será escriturado na coluna "Observações" do Registro de Entradas;

4 - totalizará, no último dia do mês, os valores anotados na coluna "Observações" do Registro de Entradas, nos termos do item anterior, para posterior lançamento no Registro de Apuração do ICMS", no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos", com a expressão "Inciso II do art. 425 do RICMS-BA";

b) o contribuinte que realizar as operações mencionadas no *"caput"* deste inciso, já tendo sido retido ou antecipado o imposto relativo às mercadorias:

1 - emitirá Nota Fiscal para acompanhar a mercadoria no seu transporte, tendo como natureza da operação "Venda através de autônomo", com a declaração "ICMS pago por substituição tributária";

2 - escriturará no Registro de Saídas, na coluna "Outras" de "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto", a Nota Fiscal emitida na forma do item anterior;

3 - havendo devolução ou retorno de mercadorias não vendidas ao consumidor, emitirá Nota Fiscal (entrada) relativa às mercadorias não vendidas, a ser escriturada no Registro de Entradas, na coluna "Outras" de "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto".

§ 1º Na emissão das Notas Fiscais pelos sujeitos passivos por substituição, serão atendidas as normas do art. 358.

§ 2º Nas operações de que cuida este artigo não se aplica a exigência de autorização prevista no art. 419.

SEÇÃO II
Das Operações Realizadas neste Estado por Contribuinte Situado em Outra Unidade da Federação

Art. 426. Nas operações a serem realizadas no território deste Estado, de mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, sem destinatário certo ou destinadas a contribuinte não inscrito, o imposto sobre o valor acrescido será recolhido antecipadamente, na primeira repartição fazendária por onde transitarem ou onde se encontrarem as mercadorias, observado o seguinte:

I - o cálculo do imposto será feito mediante aplicação da alíquota vigente para as operações internas, sobre a base de cálculo prevista no art. 63;

II - do valor obtido na forma do inciso anterior, será deduzido o imposto cobrado na origem relativamente às operações e à prestação do serviço de transporte, sendo que só será considerada, para efeito do abatimento, a quantia que corresponder até a resultante da aplicação da alíquota vigente no Estado de origem para as operações e prestações interestaduais realizadas entre contribuintes sobre o valor da mercadoria e do serviço indicados na documentação fiscal.

§ 1º O recolhimento previsto neste artigo poderá ser feito antecipadamente em outra unidade da Federação por meio da Guia Nacional de Recolhimento (GNRE), se houver convênio ou protocolo nesse sentido do qual a Bahia seja signatária.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 426 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"§ 1º O recolhimento previsto neste artigo poderá ser feito antecipadamente em outra unidade da Federação por meio da Guia Nacional de Recolhimento (GNR), se houver convênio ou protocolo nesse sentido do qual a Bahia seja signatária."

§ 2º Com relação às medidas fiscais a serem adotadas pela fiscalização no caso de mercadorias ou serviços de transporte procedentes de outra unidade da Federação desacompanhados de documentos fiscais ou com documentação irregular, observar-se-á o disposto no inciso VII do art. 632.

Art. 427. O vendedor emitirá Notas Fiscais modelos 1 ou 1-A, por ocasião das vendas que efetuar neste Estado, na forma estabelecida pelo Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

CAPÍTULO X
DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM COOPERATIVAS DE PRODUTORES

Art. 428. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas saídas de mercadorias de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa, nas remessas entre estabelecimentos da mesma cooperativa ou nas remessas de cooperativa para cooperativa central ou federação de cooperativas, nos termos do inciso I do art. 343.

Parágrafo único. Relativamente às demais disposições regulamentares relacionadas com cooperativas de produtores, além das obrigações inerentes a todos os contribuintes, observar-se-á, especialmente, o seguinte:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350.

CAPÍTULO XI
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS PELA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)

SEÇÃO I - DAS OPERAÇÕES VINCULADAS À POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)

Nota: A denominação de Seção I foi criada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Art. 429. Fica concedido à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) regime especial para cumprimento das obrigações relacionadas com o ICMS, na forma prevista neste Seção (Conv. ICMS 49/95).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 429 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação originária:
"Art. 429. Fica concedido à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) regime especial para cumprimento das obrigações relacionadas com o ICMS, na forma prevista neste Capítulo (Conv. ICMS 49/95)."

§ 1º O presente regime especial poderá ser cassado em caso de descumprimento, pela CONAB/PGPM, de qualquer obrigação tributária.

§ 2º Este regime especial aplica-se, exclusivamente, aos estabelecimentos da CONAB, assim entendidos seus núcleos, superintendências regionais e agentes financeiros, que realizarem operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), prevista em legislação específica, ficando os demais sujeitos ao regime normal previsto neste Regulamento.

§ 3º Os estabelecimentos abrangidos por este regime passam a ser denominados CONAB/PGPM.

§ 4º Estendem-se as disposições desta seção ás operações de compra e venda de produtos agrícolas efetuadas pelo Governo Federal, por intermédio da CONAB (Convs. ICMS 26/96 e 63/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do § 4º do art. 429 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada à parte inicial do § 4º do art. 429 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 14/07/98 a 10/08/05:
"§ 4º Estendem-se as disposições deste capítulo às operações de compra e venda de produtos agrícolas

efetuadas pelo Governo Federal, por intermédio da CONAB (Conv. ICMS 26/96 e 63/98):"

Redação originária:
"§ 4º Estendem-se as disposições deste capítulo às operações de compra e venda de produtos agrícolas efetuadas pelo Governo Federal e amparadas por contratos de opções denominados Mercado de Opções do Estoque Estratégico, previstos em legislação federal específica (Conv. ICMS 26/96)."

I - amparadas por contratos de opções denominados Mercado de Opções do Estoque Estratégico, previstos em legislação federal específica;

II - resultantes de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF - COV) bem como a atos decorrentes da securitização prevista na Lei Federal nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

Art. 430. Será concedida à CONAB/PGPM inscrição única no cadastro de contribuintes deste Estado.

Parágrafo único. Relativamente às operações no § 4º do artigo anterior, serão realizadas sob inscrição estadual única, distinta à concedida `a CONAB/PGPM (Convs. ICMS 26/96, 87/96, 11/98 e 124/98).

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 430 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 430 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98:
"Parágrafo único. Relativamente às hipóteses do § 4º do artigo anterior, serão realizadas sob (Convs. ICMS 26/96, 87/96, 11/98 e 63/98):
I - inscrição estadual distinta da concedida à CONAB/PGPM, as operações previstas no inciso I;
II - a mesma inscrição estadual concedida à CONAB/PGPM, as operações previstas no inciso II."

Redação anterior dada ao parágrafo único do art. 430 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 26/03/98:
"*Parágrafo único. Relativamente à hipótese do § 4º do artigo anterior, as operações relacionadas com o Mercado de Opções serão realizadas sob inscrição estadual distinta da concedida à CONAB/PGPM (Convs. ICMS 26/96, 87/96 e 11/98). ".*

Redação originária:
"*Parágrafo único. Relativamente à hipótese do § 4º do artigo anterior, as operações relacionadas com o Mercado de Opções serão realizadas sob a mesma inscrição no cadastro estadual de contribuintes concedida à CONAB/PGPM (Conv. ICMS 87/96)."*

I - revogado

Nota: O inciso I do parágrafo único do art. 430 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"I - inscrição estadual distinta da concedida à CONAB/PGPM, as operações previstas no inciso I;"

II - revogado

Nota: O inciso II do parágrafo único do art. 430 foi revogado pela Alteração nº 11(Decreto nº 7533,

de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"II -a mesma inscrição estadual concedida à CONAB/PGPM, as operações previstas no inciso II."

Art. 431. A CONAB/PGPM centralizará, em um único estabelecimento neste Estado, por ela previamente indicado, a escrituração fiscal, a prestação de informações e o recolhimento do imposto, observado o seguinte:

I - os estabelecimentos da CONAB/PGPM preencherão o documento denominado Demonstrativo de Estoques (DES), conforme modelo anexo ao Conv. ICMS 49/95, emitido quinzenalmente, por estabelecimento, registrando em seu verso, ou em separado, hipótese esta em que passará a integrar o demonstrativo, segundo a natureza da operação, o somatório das entradas e das saídas a título de valores contábeis, os códigos fiscais de operações e prestações, a base de cálculo, o valor do ICMS, as operações e prestações isentas e outras, a ele anexando via dos documentos relativos às entradas e, relativamente às saídas, a 2ª via das Notas Fiscais correspondentes, remetendo-o ao estabelecimento centralizador (Convs. ICMS 62/98 e 92/00);

Nota: A redação atual do inciso I do art. 431 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 431 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98:
"I - os estabelecimentos da CONAB/PGPM preencherão o documento denominado Demonstrativo de Estoques (DES), emitido quinzenalmente, por estabelecimento, registrando em seu verso, segundo a natureza da operação, o somatório das entradas e das saídas a título de valores contábeis, os códigos fiscais de operações e prestações, a base de cálculo, o valor do ICMS, as operações e prestações isentas e outras, a ele anexando via dos documentos relativos às entradas e, relativamente às saídas, a 2ª via das Notas Fiscais correspondentes, remetendo-o ao estabelecimento centralizador (Conv. ICMS 62/98);"

Redação originária:
"I - os estabelecimentos da CONAB/PGPM preencherão o documento denominado Demonstrativo de Estoques (DES), emitido quinzenalmente, por estabelecimento, registrando em seu verso, segundo a natureza da operação, o somatório das entradas e das saídas a título de valores contábeis, os códigos fiscais de operações e prestações, a base de cálculo, o valor do ICMS, as operações e prestações isentas e outras, a ele anexando via dos documentos relativos às entradas e, relativamente às saídas, a 6ª via das Notas Fiscais correspondentes, remetendo-o ao estabelecimento centralizador;"

II - o estabelecimento centralizador escriturará os seus livros fiscais até o dia 9 do mês subseqüente ao da realização das operações, com base no Demonstrativo de Estoques (DES) ou, opcionalmente, com base nas Notas Fiscais de entradas e de saídas;

III - o estabelecimento centralizador adotará os seguintes livros fiscais:

a) Registro de Entradas, modelo 1-A;

b) Registro de Saídas, modelo 2-A;

c) Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6;

d) Registro de Apuração do ICMS, modelo 9;

IV - os livros Registro de Controle da Produção e do Estoque e Registro de Inventário serão substituídos

pelo Demonstrativo de Estoques (DES), emitido quinzenalmente, por estabelecimento, e no final do mês para todos os produtos movimentados no período, devendo sua emissão ocorrer ainda que não tenha havido movimento de entradas ou de saídas, caso em que será consignada a expressão "Sem movimento";

V - até o dia 30 de cada mês, a CONAB/PGPM remeterá à repartição fazendária do seu domicílio fiscal um resumo dos Demonstrativos de Estoques emitidos na segunda quinzena do mês anterior;

VI - anualmente, a CONAB/PGPM entregará à repartição fazendária do seu domicílio o resumo consolidado, do País, dos Demonstrativos de Estoques, totalizado por unidade da Federação;

VII - a CONAB/PGPM comunicará imediatamente ao fisco qualquer procedimento por ela instaurado que envolva desaparecimento ou deterioração de mercadorias;

VIII - a CONAB/PGPM entregará, até o dia 25 do mês subseqüente ao da ocorrência das operações, a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e sua Cédula Suplementar (CS-DMA), contendo as informações necessárias à apuração dos índices de participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.

Parágrafo único. O demonstrativo de que trata o inciso I poderá ser preenchido e remetido em meio magnético (Conv. ICMS 107/98).

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 431 pela Alteração nº 11(Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/01/99.

Art. 432. A CONAB/PGPM emitirá nota fiscal com numeração única por unidade federada, em 5 (cinco) vias, com a seguinte destinação:

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 432 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 432 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 01/08/98 a 10/08/05:
"Art. 432. A CONAB/PGPM emitirá a nota fiscal com numeração única por unidade da Federação, em seis (6) vias, com a seguinte destinação (Conv. ICMS 62/98):"

Redação originária:
"*Art. 432. A CONAB/PGPM emitirá a Nota Fiscal com numeração única por unidade da Federação, em 9 vias, com a seguinte destinação:"*

I - 1ª via - destinatário;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 432 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"*I - 1ª via - destinatário;"*

II - 2ª via - CONAB/contabilização (via fixa);

Nota: A redação atual do inciso II do art. 432 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de

03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"*II - 2ª via - fisco da unidade da Federação do emitente;*"

III - 3ª via - fisco da unidade federada do emitente;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 432 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"*III - 3ª via - fisco da unidade da Federação do destinatário;*"

IV - 4ª via - fisco da unidade federada de destino;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 432 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"*IV - 4ª via - CONAB - processamento;*"

V - 5ª via - Armazém depositário;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 432 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"*V - 5ª via - seguradora;*"

VI - revogado.

Nota: O inciso VI do art. 432 foi revogado pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 11/08/05.

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 432 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos de 01/08/98 a 10/08/05:
"VI - 6ª via - Agência Operadora."

Redação originária:
"*VI - 6ª via - emitente - escrituração;*"

§ 1 º Fica a CONAB, relativamente às operações previstas nesta seção, autorizada a emitir os documentos fiscais, bem como a efetuar a sua escrituração, pelo sistema eletrônico de processamento de dados, independentemente da formalização do pedido de que trata o art. 684, devendo comunicar esta opção à repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento (Conv. ICMS 87/96).

Nota: A redação atual do § 1º do art. 432 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação originária:
"§ 1 º Fica a CONAB, relativamente às operações previstas neste capítulo, autorizada a emitir os documentos fiscais, bem como a efetuar a sua escrituração, pelo sistema eletrônico de processamento de dados, independentemente da formalização do pedido de que trata o art. 684, devendo comunicar esta opção à repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento (Conv. ICMS 87/96)."

Obs: O parágrafo único foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

§ 2º As Notas Fiscais que acobertarem as operações previstas no inciso II do § 4º do art. 429, deverão conter, no campo "informações complementares", a identificação da operação a que se relaciona (Conv. ICMS 63/98).

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 432 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

§ 3º Fica a CONAB, relativamente às operações previstas nesta seção, autorizada a utilizar, até 31 de dezembro de 1999, os impressos de Nota Fiscal existentes em estoque, confeccionados com base no disposto na redação originária deste artigo, observada a destinação das vias nela fixada, ficando convalidadas as emissões efetuadas no período de 01/08/98 a 16/12/98 (Conv. ICMS 107/98).

Nota: A redação atual do § 3º do art. 432 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anteriro dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 432 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/01/99 a 10/08/05:
"§ 3º Fica a CONAB, relativamente às operações previstas neste capítulo, autorizada a utilizar, até 31 de dezembro de 1999, os impressos de Nota Fiscal existentes em estoque, confeccionados com base no disposto na redação originária deste artigo, observada a destinação das vias nela fixada, ficando convalidadas as emissões efetuadas no período de 01/08/98 a 16/12/98 (Conv. ICMS 107/98)."

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não inibe a possibilidade de emissão da Nota Fiscal nos termos da redação atual deste artigo (Conv. ICMS 107/98).

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 432 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/01/99.

Art. 433. O estabelecimento centralizador da CONAB/PGPM manterá demonstrativo atualizado da destinação dos impressos de Notas Fiscais.

Art. 434. É dispensada a emissão de qualquer documento fiscal pelo produtor nos casos de transmissão de propriedade da mercadoria à CONAB/PGPM, salvo nas operações realizadas por produtores rurais enquadrados no regime SimBahia Rural.

Nota: A redação atual do art. 434 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 434 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 434. É dispensada a emissão de qualquer documento fiscal pelo produtor nos casos de transmissão de propriedade da mercadoria à CONAB/PGPM, salvo nas operações realizadas por produtores rurais inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural."

Redação originária, efeitos até 17/07/00:
"Art. 434. É dispensada a emissão de qualquer documento fiscal pelo produtor nos casos de transmissão de propriedade da mercadoria à CONAB/PGPM."

Art. 435. Nos casos de mercadorias depositadas em armazém:

I - será anotado pelo armazém, na Nota Fiscal de Produtor ou no documento que a substitua, adotado pelo fisco, que acobertou a entrada do produto, a expressão: "Mercadoria transferida para a CONAB/PGPM conforme Nota Fiscal nº ....., de ..../..../....";

II - a 5ª via da Nota Fiscal será o documento hábil para efeitos de registro no armazém (Conv. ICMS 62/98);

Nota: A redação atual do inciso II do art. 435 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"II - a 7ª via da Nota Fiscal será o documento hábil para efeitos de registro no armazém;"

III - nos casos de devolução simbólica de mercadoria, a retenção da 5ª via da Nota Fiscal pelo armazém dispensa a emissão de Nota Fiscal, nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos deste Regulamento (Conv. ICMS 62/98):

Nota: A redação atual do *caput* do inciso III do art. 435 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"III - nos casos de devolução simbólica de mercadoria, a retenção da 7ª via da Nota Fiscal pelo armazém dispensa a emissão de Nota Fiscal, nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos deste Regulamento:"

a) § 1º do art. 671;

b) inciso II do § 2º do art. 673;

c) § 1º do art. 679;

d) inciso I do § 1º do art. 681;

IV - nos casos de remessa simbólica da mercadoria, a retenção da 5ª via da Nota Fiscal pelo armazém de destino implica dispensa da emissão da Nota Fiscal, nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos

deste Regulamento (Conv. ICMS 62/98):

Nota: A redação atual do *caput* do inciso IV do art. 435 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/08/98.

Redação originária:
"IV - nos casos de remessa simbólica da mercadoria, a retenção da 7ª via da Nota Fiscal pelo armazém de destino implica dispensa da emissão da Nota Fiscal, nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos deste Regulamento:"

a) inciso II do § 2º do art. 675;

b) § 1º do art. 677;

c) § 4º do art. 679;

d) § 4º do art. 681.

Parágrafo único. Na operação de remoção de mercadorias, assim entendida a transferência de estoques entre os armazéns cadastrados pela CONAB, sem que ocorra a mudança de titularidade, poderá ser emitida manualmente Nota Fiscal de série distinta, que será posteriormente inserida no sistema, para efeito de escrituração dos livros fiscais (Conv. ICMS 107/98).

Nota: O parágrafo único foi acrescentado ao art. 435 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/01/99.

Art. 436. É diferido o lançamento do imposto para o momento em que ocorrer a saída subseqüente da mercadoria, esteja essa tributada ou não, nas saídas internas efetuadas por produtor rural ou por cooperativa de produtores com destino à CONAB/PGPM, bem como nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos da CONAB/PGPM situados neste Estado, sendo que:

I - consideram-se saídos do estabelecimento os estoques existentes no último dia de cada mês, sobre os quais, nos termos deste artigo, ainda não tenha sido recolhido o imposto diferido;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 436 foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 436 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 10/08/05:
"I - consideram-se saídos do estabelecimento os estoques existentes no último dia de cada bimestre civil, sobre os quais, nos termos deste artigo, ainda não tenha sido recolhido o imposto diferido (Conv. ICMS 107/98 e 92/00);"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 436 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/01/99 a 31/12/00:
"I - considera-se ocorrida a saída, relativamente ao estoque existente no último dia de cada mês, sobre o qual, nos termos deste artigo, ainda não tenha sido recolhido o imposto diferido (Conv. ICMS 107/98);".

Redação originária, efeitos até 31/12/98:
"I - considera-se ocorrida a saída, relativamente aos estoques existentes nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, sobre os quais, nos termos deste artigo, ainda não tenha sido recolhido o

imposto;".

II - encerra, também, a fase de diferimento a inexistência, por qualquer motivo, de operação posterior;

III - nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o imposto será calculado sobre o preço mínimo fixado pelo Governo Federal, vigente na data da ocorrência ou evento, devendo ser recolhido em documento de arrecadação avulso;

IV - o imposto recolhido nos termos do inciso I deste artigo será lançado como crédito no livro fiscal próprio, não dispensando o débito do imposto por ocasião da efetiva saída da mercadoria;

V - a CONAB/PGPM é dispensada da habilitação para operar no regime de diferimento (art. 344, § 1º, I).

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, às remessas, reais ou simbólicas, de mercadorias para depósito em fazendas ou sítios efetuadas pela CONAB, bem como o respectivo retorno à mesma, desde que, em cada caso, seja previamente autorizada pela repartição fazendária local (Conv. ICMS 37/96).

Art. 437. O imposto devido pela CONAB/PGPM será recolhido até o 20º dia do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador, ou das datas previstas no inciso I do artigo anterior.

Art. 438. Nas transferências interestaduais efetuadas pela CONAB/PGPM, a base de cálculo é o preço mínimo da mercadoria fixado pelo Governo Federal, vigente na data da ocorrência do fato gerador, acrescido dos valores do frete e do seguro e das demais despesas acessórias.

Art. 439. Fica a CONAB/PGPM autorizada a utilizar todos os impressos de documentos fiscais da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) existentes em estoque, mediante aposição, datilográfica ou por carimbo, dos novos dados cadastrais da empresa, observado o disposto no inciso II da cláusula sétima do Ajuste SINIEF 03/94 (Conv. ICMS 49/95).

SEÇÃO II
DAS OPERAÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA

Nota: A Seção II foi acrescentada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Art. 439-A. Fica concedido à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, assim entendidos seus Núcleos, Superintendências Regionais e Pólos de Compras, regime especial para cumprimento das obrigações relacionadas com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, nas operações vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

§ 1º Os estabelecimentos abrangidos por este regime passam a ser denominados CONAB/PAA.

§ 2º Será concedida à CONAB/PAA inscrição única no cadastro de contribuintes deste Estado, onde será centralizada a escrituração fiscal e o recolhimento do imposto de todas as operações realizadas.

Art. 439-B. A CONAB/PAA emitirá a nota fiscal com numeração única, em 5 (cinco) vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª via - destinatário/produtor rural;

II - 2ª via - CONAB/contabilização;

III - 3ª via - fisco da unidade federada do emitente;

IV - 4ª via - fisco da unidade federada de destino;

V - 5ª via - armazém de depósito.

Parágrafo único. Fica a CONAB/PAA, relativamente às operações previstas nesta seção, obrigada a efetuar a sua escrituração fiscal pelo sistema eletrônico de processamento de dados, independentemente da formalização do pedido de que tratam as cláusulas segunda e terceira do Convênio ICMS 57/95, de 28 de julho de 1995.

Art. 439-C. Fica dispensada a emissão de nota fiscal de produtor nas saídas destinadas à negociação de mercadorias com a CONAB/PAA.

Art. 439-D. A CONAB/PAA emitirá nota fiscal para fins de entrada nos Pólos de Compra, no momento do recebimento da mercadoria.

§ 1º A nota fiscal para fins de entrada poderá ser emitida manualmente, em série distinta, hipótese em que será posteriormente inserida no sistema, para efeito de escrituração dos livros fiscais.

§ 2º Será admitido o prazo mínimo de 20 (vinte) dias entre a emissão da nota fiscal de entrada e a saída da mercadoria adquirida pelo Pólo de Compras.

Art. 439-E. As mercadorias poderão ser transportadas dos Pólos de Compra até o armazém de depósito com a nota fiscal para fins de entrada emitida pela CONAB/PAA.

Art. 439-F. Nos casos de mercadorias depositadas em armazém:

I - a 5ª via da nota fiscal será o documento hábil para efeitos de registro no armazém;

II - nos casos de remessa ou devolução simbólica de mercadoria, a retenção da 5ª via da nota fiscal, pelo armazém dispensa a emissão de nota fiscal nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos do Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF:

a) § 1º do art. 28;

b) item 2 do § 2º do art. 30;

c) § 1º do art. 36;

d) item 1 do § 1º do art. 38.

Art. 439-G. Na remoção de mercadorias, assim entendida a transferência de estoques entre os armazéns cadastrados pela CONAB/PAA, sem que ocorra a mudança de titularidade, poderá ser emitida manualmente nota fiscal de série distinta, que será posteriormente inserida no sistema, para efeito de escrituração dos livros fiscais.

Art. 439-H. Nas saídas internas promovidas por produtor agropecuário com destino à CONAB/PAA, o imposto devido será recolhido pela CONAB como substituta tributária no dia 20 (vinte) do mês subseqüente ao da aquisição.

§ 1º O imposto será calculado sobre o preço pago ao produtor.

§ 2º O imposto recolhido será lançado como crédito no livro fiscal próprio, não dispensando o débito do imposto, se devido, por ocasião da efetiva saída da mercadoria.";

CAPÍTULO XII
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTORES E EXTRATORES, E DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 440. Nas operações realizadas por produtores rurais e por pessoas que se dediquem ao extrativismo vegetal, animal ou mineral, além das demais disposições inerentes a todos os contribuintes, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - equiparação do produtor rural e do extrator a comerciante ou a industrial: art. 38;

II - inscrição estadual na condição de:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 440 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"II - inscrição estadual, na condição de contribuinte normal, quando constituídos como pessoas jurídicas:
a) os agricultores e os criadores de animais: art. 150, I, "b";
b) os extratores e os beneficiadores: art. 150, I, "c";"

a) contribuinte normal, quando constituídos como pessoas jurídicas:

1 - os agricultores e os criadores de animais: art. 150, I, "b";

2 - os extratores e os beneficiadores: art. 150, I, "c".

b) produtor rural, optante pelo SimBahia Rural: art. 151;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 440 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à alínea "b", do inciso II do art. 440 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"b) produtor-SimBahia Rural, o contribuinte optante pelo Regime Simplificado de Apuração do Produtor Rural: art. 150, VII;"

Redação originária:
"b) os extratores e os beneficiadores: art. 150, I, "c";"

III - dispensa de inscrição ao produtor rural e ao extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais: art. 151;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 440 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação originária, efeitos até 09/09/05:
"III - dispensa de inscrição do produtor rural e do extrator não equiparados a comerciantes ou a

industriais: art. 150, parágrafo único;"

IV - produtos agropecuários e extrativos enquadrados no regime de diferimento: art. 343;

V - dispensa de habilitação para operar no regime de diferimento - produtores rurais não equiparados a comerciantes ou a industriais: art. 344, § 1º, IV;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 440 foi dada pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"*V - dispensa de habilitação para operar no regime de diferimento - produtores rurais pecuaristas não equiparados a comerciantes ou a industriais: art. 344, § 1º, IV;".*

VI - pagamento do imposto, pelo produtor ou extrator:

a) prazos:

1 - estabelecimentos inscritos na condição de contribuintes normais: art. 124;

2 - pagamento na saída das mercadorias - produtor e extrator, pessoas físicas, não equiparados a comerciantes ou a industriais: art. 12 5, III, "a" e art. 443-I;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso VI do art. 440 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"2 - pagamento na saída das mercadorias - produtor e extrator não inscritos: art. 125, III, "a", e § 2º;"

3 - pagamento do imposto - mercadorias enquadradas no regime de diferimento: art. 348;

b) revogada

Nota: O alínea "b", do inciso VI do art. 440 foi revogada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00, tendo sido posterdados os seus efetios para 01/06/00 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*b) forma e local do pagamento espontâneo: art. 310; art. 443;*".

c) revogada

Nota: A alínea "c", do inciso VI do art. 440 foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
"c) cálculo e pagamento - operações com gado e produtos resultantes do abate: art. 446."

VII - revogado;

Nota: O inciso VII do art. 440 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*VII - alíquota de 7%, nas operações com gado e produtos comestíveis resultantes do seu abate, e com outros produtos agropecuários: art. 51, I*;".

VIII - aquisições interestaduais: art. 27, II (isenção - diferença de alíquotas); art. 442, VII (caracterização da condição de contribuinte, quando não inscrito);

IX - crédito fiscal:

a) direito ao crédito: art. 93;

Nota: A redação atual da alínea "a" do inciso IX do Art. 440 foi dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação originária:
"a) direito ao crédito: art. 93; art. 442, III;

b) manutenção do crédito: art. 106;

c) transferência de crédito fiscal relativo à aquisição de bens, materiais, insumos e serviços: art. 442, IV;

d) revogada

Nota: A alínea "d", do inciso IX do art. 440 foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
"d) crédito fiscal em arrobas - aquisição de animais: arts. 454 a 458."

X - benefícios fiscais concedidos às operações com produtos agropecuários e extrativos, insumos, máquinas e implementos agrícolas:

a) isenção: art. 14 (produtos primários); art. 20 (insumos); art. 27, I (movimentação de bens); art. 27, II, "b" (diferença de alíquotas); art. 7º, IV, "a" (dispensa do pagamento da diferença de alíquotas);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso X do art. 440 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97) para correção das remissões.

b) diferimento: art. 343;

c) suspensão da incidência: arts. 459, 460, 461 e 463, § 8º; art. 615, § 6º, II; art. 622, § 2º;

d) redução da base de cálculo: arts. 77, II, 78 e 79;

e) revogada

Nota: A alínea "e", do inciso X do art. 440 foi revogada pela Alteração nº 1 1(Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"e) crédito presumido: art. 96, VIII; art. 515, § 1º, III;"

f) manutenção de crédito: art. 103; art. 104, VI; art. 105, V; art. 106; art. 442, IV;

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso X do art. 440 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"f) manutenção de crédito: art. 103; art. 104, VI; art. 105, V; art. 106; art. 442, IV; art. 515, § 1º, II."

g) operações promovidas por contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural: art. 443-B.

Nota: A redação atual da alínea "g", do inciso X do art. 440 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à alínea "g", tendo sido acrescentada ao inciso X do art. 440 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"g) operações promovidas por contribuintes enquadrados na condição de produtor SimBahia Rural 443-B."

h) dispensa do pagamento do imposto: item 6 da alínea "a" do inciso III do art. 125;

Nota: A redação atual da alínea "h", do inciso X do art. 440 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada à alínea "h", tendo sido acrescentada ao inciso X do art. 440 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"h) dispensa do pagamento do imposto: art. 446, § 1º."

i) vedação da utilização do crédito: art. 97, inciso XIII.

Nota: O alínea "i" foi acrescentada ao inciso X do art. 440 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Art. 441. Para os efeitos deste Regulamento, entende-se como extrator a pessoa física ou jurídica que se dedique ao extrativismo ou extração:

I - vegetal, que diz respeito à coleta de substâncias da flora, desde que não se trate de plantações cultivadas pelo homem: extração de madeira, resinas, carvão vegetal, ervas, látices vegetais, piaçava, ouricuri, dendê e outros;

II - animal, no tocante à obtenção de produtos da fauna ou de substâncias elaboradas por seres vivos: coleta de própolis ou de mel de abelhas, tosquia de animais, caça e pesca, dentre outros;

III - mineral, compreendendo a exploração de garimpos, a prospecção de minas ou jazidas e outras atividades de exploração de substâncias minerais ou fósseis do solo e subsolo: água, argila ou barro, areia, pedras, lajes, ferro, cobre, ouro, diamantes, pedras preciosas, petróleo, gás, carvão-de-pedra ou hulha, e assim por diante.

SEÇÃO II
Da Emissão de Documentos Fiscais, das Informações Econômico-Fiscais, Da Escrituração e do Crédito Fiscal

Art. 442. Aos produtores rurais e aos extratores aplicam-se as seguintes disposições:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 442 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"Art. 442. Os produtores rurais e os extratores:"

I - quando equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38):

a) devem inscrever-se no cadastro estadual, na condição de contribuintes normais;

b) estão sujeitos à emissão de documentos fiscais, de acordo com as operações que realizarem, bem como à escrituração de livros fiscais;

II - quando não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38):

Nota: A redação atual do inciso II do art. 442 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"II - quando não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), são dispensados de inscrição cadastral, bem como da emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais (art. 447, I);"

a) são dispensadas de inscrição cadastral;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 442 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso II do art. 442 pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos de 01/02/04 a 09/09/05:
"a) tratando-se de pessoas físicas não enquadradas na condição de produtor-SimBahia Rural, são dispensadas de inscrição cadastral;"

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso II do art. 442 pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03), efeitos de 01/07/03 a 31/01/04:
"a) tratando-se de pessoas físicas não enquadradas na condição de produtor-SimBahia Rural, são dispensadas de inscrição cadastral;"

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso II do art. 442 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 30/06/03 a 31/06/03:
"a) tratando-se de pessoas físicas não enquadradas na condição de produtor-SimBahia Rural, são dispensadas de inscrição cadastral, bem como da emissão de documentos fiscais e escrituração de livros fiscais (art. 447, I);"

b) tratando-se de contribuintes optante pelo SimBahia Rural, deverá inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS, e emitir Nota Fiscal de Produtor Rural, nas operações internas, sendo dispensada a escrituração de livros fiscais;

c) tratando-se de contribuinte que optou por inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS com apuração do imposto pelo regime sumário, deverá emitir Nota Fiscal modelo 1-A, sendo dispensada a escrituração de livros fiscais.

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso II do art. 442 pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 21/09/05.

III - Revogado

Nota: O inciso III do art. 442 foi revogado pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 442 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).
"III - tratando-se de pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais (art. 38), excetuados os produtores enquadrados na condição de produtor-SimBahia Rural, poderão obter Certificado de Crédito para compensação do imposto incidente nas operações que vierem a realizar, com o imposto destacado nos documentos correspondentes às mercadorias e bens adquiridos ou aos serviços tomados;"

Redação originária:
"III - quando não inscritos na condição de contribuintes normais, para fins de utilização do crédito fiscal relativo às aquisições de insumos destinados à produção ou extração, de energia elétrica, de serviços de transporte e de comunicação e de bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, poderão apresentar à repartição fazendária do seu domicílio os documentos correspondentes às mercadorias e bens adquiridos ou aos serviços tomados, havendo nos mesmos destaque do ICMS, para compensação com o imposto devido nas operações que vierem a realizar, ou para emissão de Certificado de Crédito, se assim preferirem os interessados;"

IV - quando inscritos na condição de contribuinte normal, poderão transferir o crédito fiscal acumulado relativo às aquisições de insumos, de energia elétrica, de serviços de transporte e de comunicação, de bens destinados ao ativo imobilizado e bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, para estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, nas hipóteses em que este for o responsável pelo pagamento do imposto na condição de responsável solidário ou de substituto tributário por diferimento ou por antecipação do imposto, observados os seguintes procedimentos:

Nota: Redação atual do inciso IV do art. 442 dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.

Redação anterior dada à parte inicial do inciso IV do art. 442 pela Alteração nº 6 (Decreto nº 7295

de 04/05/98, DOE de 05/05/98), efeitos de 06/05/98 a 31/03/04:
"IV - poderão transferir o crédito fiscal acumulado relativo às aquisições de insumos, de energia elétrica, de serviços de transporte e de comunicação, de bens destinados ao ativo imobilizado e bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, para estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, nas hipóteses em que este for o responsável pelo pagamento do imposto na condição de responsável solidário ou de substituto tributário por diferimento ou por antecipação do imposto, observados os seguintes procedimentos:"

Redação originária, efeitos até 05/05/98:
"*IV - poderão transferir o crédito fiscal acumulado relativo às aquisições de insumos, de energia elétrica, de serviços de transporte e de comunicação e de bens de uso e material de consumo quando com direito a crédito, para estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, nas hipóteses em que este for o responsável pelo pagamento do imposto na condição de responsável solidário ou de substituto tributário por diferimento ou por antecipação do imposto, observados os seguintes procedimentos:".*

a) o produtor ou extrator deverá apresentar à repartição fiscal de sua circunscrição as 1ªs vias dos documentos fiscais de aquisição das mercadorias e dos serviços tomados, firmando, no verso, do próprio punho ou a rogo, declaração que indique os fins a que os mesmos se destinaram ou se destinarão, sendo que a repartição fiscal deverá restituir ao contribuinte os referidos documentos apondo nos mesmos carimbos que acusem a transferência do crédito (art. 961, § 1º, II e III);

Nota: **Redação atual da alínea "a" do inciso IV do art. 442 dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.**

Redação originária:
"*a) o produtor ou extrator deverá apresentar à repartição fiscal de sua circunscrição:*
1 - as 1ªs vias dos documentos fiscais de aquisição das mercadorias e dos serviços tomados, firmando, no verso, do próprio punho ou a rogo, declaração que indique os fins a que os mesmos se destinaram ou se destinarão;
2 - a 1ª via da Nota Fiscal emitida pelo contribuinte que fará uso do crédito, relativa à operação efetuada com o produtor ou extrator;"

b) além da observância do disposto na alínea anterior, deverá ainda o transmitente do crédito emitir Nota Fiscal, tendo como natureza da operação "Transferência de crédito", lançando-a no quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;

Nota: **Redação atual da alínea "b" do inciso IV do art. 442 dada pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.**

Redação originária:
"*b) à vista dos documentos referidos no item 1 da alínea anterior, o funcionário competente emitirá Certificado de Crédito do ICMS (art. 961), instrumento este que servirá para compensação do imposto devido pelo emissor da Nota Fiscal referida no item 2 da alínea anterior;"*

c) Revogada.

Nota: **A alínea "c" do inciso IV do art. 442 foi revogada tacitamente pela Alteração nº 54 (Decreto nº 9.029, de 19/03/04, DOE de 20 e 21/03/04), efeitos a partir de 01/04/04.**

Redação originária:
"*c) sendo a transferência do crédito efetuada por produtor ou extrator inscrito na condição de contribuinte normal:*
1 - a repartição fiscal deverá restituir ao contribuinte as 1ªs vias dos documentos fiscais referidos no item 1 da alínea "a" deste inciso, sendo que nas mesmas serão apostos carimbos que acusem a transferência do crédito (art. 961, § 1º, II e III);
2 - além da observância do disposto nas alíneas anteriores, deverá ainda o transmitente do crédito emitir Nota Fiscal, tendo como natureza da operação "Transferência de crédito", lançando-a no quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos" do Registro de Apuração do ICMS;"

V - a possibilidade de transferência de crédito de que cuida o inciso anterior não impede que o interessado utilize ou transfira o crédito acumulado nos termos dos arts. 107 e108;

VI - revogado;

Nota: O inciso VI do art. 442 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*VI - nas operações com animais, sempre que preferirem fazer a conversão do crédito fiscal em arrobas, para utilização futura, observarão o disposto nos arts. 454 a 458;*".

VII - quando dispensados de inscrição cadastral, deverão instruir os seus fornecedores ou prestadores em operações ou em prestações interestaduais, a fazerem constar, no campo "Informações Complementares" dos documentos fiscais emitidos, a expressão: “Mercadoria (ou serviço) destinada(o) a produtor rural dispensado de inscrição estadual: RICMS-BA, art. 151;

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 442 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 442 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"VII - quando dispensados de inscrição cadastral, deverão instruir os seus fornecedores ou prestadores em operações ou em prestações interestaduais, a fazerem constar, no campo "Informações Complementares" dos documentos fiscais emitidos, a expressão: “Mercadoria (ou serviço) destinada(o) a produtor rural dispensado de inscrição estadual: RICMS-BA, art. 150, parágrafo único."

Redação originária, efeitos até 17/07/00:
"VII - quando dispensados de inscrição cadastral, ao efetuarem aquisições de mercadorias ou bens em outras unidades da Federação, para fins de aplicação da alíquota interestadual, deverão instruir os seus fornecedores ou prestadores no sentido de, nos documentos fiscais a serem emitidos, além da denominação e da localização da fazenda, sítio ou jazida de destino, fazerem constar, no campo "Informações Complementares", a expressão: “Mercadoria (ou serviço) destinada(o) a contribuinte do ICMS - produtor rural dispensado de inscrição estadual: RICMS-BA, art. 150, parágrafo único.”

VIII - fica dispensada a emissão de Nota Fiscal e/ou Nota Fiscal de Produtor nas operações interestaduais com leite cru realizadas por estabelecimento produtor com destino a estabelecimento de cooperativa ou de indústria situados nos Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo ou do Tocantins, observadas as disposições do Protocolo ICMS 01/02.

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 442 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 442 pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02).
"VIII - fica dispensada a emissão de Nota Fiscal e/ou Nota Fiscal de Produtor nas operações interestaduais com leite cru realizadas por estabelecimento produtor com destino a estabelecimento de cooperativa ou de indústria situados nos Estados da Bahia, do Paraná, do Rio de Janeiro, de São Paulo ou do Tocantins, observadas as disposições do Protocolo ICMS 01/02."

Art. 443. Nas operações realizadas por produtor rural ou extrator, pessoas físicas, não equiparados a comerciantes ou a industriais, excetuados os enquadrados no regime SimBahia Rural, observar-se-á, especialmente, a seguinte orientação:

Nota: A redação atual da parte inicial, do caput do art. 443 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial, do *caput* do art. 443 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443. Nas operações realizadas por produtor rural ou extrator, pessoas físicas, não equiparados a comerciantes ou a industriais, excetuados os inscritos na condição de produtor SimBahia Rural, observar-se-á, especialmente, a seguinte orientação:"

Redação originária, efeitos até 17/07/00:
"Art. 443. Nas operações realizadas por produtores rurais ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), observar-se-á, especialmente, a seguinte orientação:"

I - é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal para acobertar as saídas internas de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé destinadas a recurso de pasto ou amparadas pelo regime de diferimento do imposto;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 443 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 443 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 31/01/04:
"I - é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal para acobertar as saídas internas de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé amparadas pela suspensão da incidência do imposto ou pelo regime de diferimento do imposto, exceto na hipótese prevista no inciso IX do § 3º do art. 347;"

Redação anterior dada ao inciso I do art. 443 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01:
"I - é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal para acobertar as saídas internas de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé amparadas pelo regime de diferimento do imposto ou pela suspensão da indicência do imposto;"

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"I - é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal para acobertar as saídas internas de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em pé amparadas pelo regime de diferimento do imposto;".

II - revogado

Nota: O inciso II do art. 443 foi revogado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00, tendo sido postergados seus efeitos para 01/06/011 pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*II - nas saídas de produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, quando efetuadas pelo produtor ou extrator, sempre que o interessado, espontaneamente, procurar a repartição fiscal da localidade onde houver ocorrido a operação ou, em sua falta ou no caso de não haver expediente no dia ou horário da saída, o primeiro posto fiscal do percurso para regularização das obrigações tributárias, principal e acessórias, inclusive as relativas ao serviço de transporte, este quando prestado por autônomo, será vedada a aplicação de penalidade;*".

III - revogado

Nota: O inciso III do art. 443 foi revogado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00, tendo sido postergados seus efeitos para 01/06/00, pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*III - o tratamento fiscal previsto no inciso anterior será adotado inclusive tratando-se de ação fiscal desenvolvida em unidades móveis ou volantes, a menos que, pelo percurso ou por circunstâncias de qualquer natureza, se comprove, inequivocamente, que o contribuinte não buscava a regularização de sua situação fiscal;*".

IV - quando as mercadorias forem destinadas a comerciantes, industriais ou cooperativas inscritas na condição de contribuintes normais, nos casos em que couber ao destinatário o pagamento do imposto, sendo emitida Nota Fiscal (entrada) pelo adquirente, observar-se-á o disposto no art. 129.

§ 1º Revogado

Nota: O § 1º do art. 443 foi revogado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00, tendo sido postergados seus efeitos para 01/06/00, pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária:
"*§ 1º O pagamento do imposto em repartição estadual será feito mediante emissão de Nota Fiscal Avulsa e Documento de Arrecadação Estadual (arts. 307 a 313).*"

§ 2º A dispensa de documento fiscal de que cuida o inciso I somente se aplica ao respectivo serviço de transporte quando a operação for amparada pelo regime de diferimento.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 443 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 443 pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"§ 2º A dispensa de documento fiscal de que cuida o inciso I não se aplica ao respectivo serviço de

transporte."

Redação originária:
"§ 2º No tocante ao inciso I, a dispensa de documento fiscal e o benefício do diferimento não se aplicam ao serviço de transporte das mercadorias, conforme ressalva constante na parte final do inciso XXXIX do art. 343.".

SEÇÃO III
Das Operações Realizadas Por Contribuintes Enquadrados no Regime SimBahia Rural

Nota: A redação atual da denominação da Seção III, do Capítulo XII do Título III foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à denominação da Seção III pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"SEÇÃO III
Das Operações Realizadas por Contribuintes Inscritos na condição de Produtor - SimBahia Rural"

SUBSEÇÃO I
Do Enquadramento no Regime Simplificado de Apuração do ICMS do Produtor Rural - SimBahia Rural

Art. 443-A. O produtor rural de pequena capacidade contributiva poderá adotar o Regime Simplificado de Apuração do ICMS do Produtor Rural -SimBahia Rural, previsto na Lei nº 7598, de 7 de fevereiro de 2000, observadas as disposições desta Seção.

§ 1º Considera-se produtor rural de pequena capacidade contributiva, para fins de adoção do tratamento tributário a que se refere este artigo, o trabalhador ou a trabalhadora rural, pessoa física, não equiparado a comerciante ou a industrial que, sozinho ou em conjunto com o seu grupo familiar, promova a comercialização de mercadorias resultantes de sua produção agrícola, animal ou extrativa vegetal no valor anual de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2º Somente poderão optar pelo regime SimBahia Rural, os contribuintes que exerçam atividades enquadradas sob os códigos 0111-2/01 a 0150-3/00, 0212-7/01 a 0212-7/99, 0512-6/01 a 0512-6/04 e 0512-6/99, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal - CNAE/Fiscal.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 443-A foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 443-A pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 2º Somente poderão inscrever-se na condição de produtor-SimBahia Rural os contribuintes que exerçam atividades enquadradas sob os códigos 0111-2/01 a 0150-3/00, 0212-7/01 a 0212-7/99, 0512-6/01 a 0512-6/04 e 0512-6/99, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal - CNAE/Fiscal."

§ 3º Poderão ser enquadrados no Regime de que trata este artigo, os trabalhadores rurais que industrializem sua produção ou a comercializem fora do imóvel rural.

§ 4º É vedado o enquadramento, no Regime de que trata este artigo, dos produtores rurais ou extratores que comercializem mercadorias adquiridas de terceiros.

§ 5º Para fins de estimativa e aferição do limite anual da produção comercializada será considerado o ano civil.

§ 6º No caso de início de atividades no decorrer do ano civil, a estimativa a que se refere o parágrafo anterior será proporcional ao número de meses a decorrer até o fim do exercício.

SUBSEÇÃO II
Da Dispensa do Lançamento e Recolhimento do Imposto

Art. 443-B. O contribuinte enquadrado no regime SimBahia Rural fica dispensado do lançamento e do recolhimento do imposto incidente nas operações por ele efetuadas que não excederem a R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), observado o limite anual fixado no artigo anterior.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 443-B foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 443-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-B. O contribuinte inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural fica dispensado do lançamento e recolhimento do imposto incidente nas operações por ele efetuadas que não excederem a R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), observado o limite anual fixado no artigo anterior."

§ 1º A dispensa de que trata este artigo não se aplica nas operações de saída sujeitas ao regime de diferimento.

§ 2º É vedada a utilização ou a transferência, pelo contribuinte inscrito no SimBahia Rural, de quaisquer créditos fiscais de ICMS incidente nas operações de aquisição de materiais, mercadorias, bens ou serviços.

SUBSEÇÃO III
Da Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, da Emissão de Documentos Fiscais e Demais Obrigações Acessórias

Art. 443-C. São as seguintes as obrigações tributárias acessórias dos contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural:

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 443-C foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do *caput* do art. 443-C, tendo sido acrescentada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-C. São as seguintes as obrigações tributárias acessórias a que estarão obrigados os contribuintes inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural:"

I - revogado.

Nota: O inciso I do art. 443-C foi revogado pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 443-C pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):

"I - inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS), a ser requerida mediante o preenchimento do Documento de Informação Cadastral - DIC;"

II - emissão de Nota Fiscal do Produtor, para documentar a circulação de mercadorias por ele comercializadas, nas operações internas;

III - guarda durante 5 (cinco) anos, contados da data da efetivação dos negócios, dos documentos relativos às operações efetuadas e ao eventual recolhimento do ICMS;

IV - acobertar, nas operações interestaduais, com Nota Fiscal Avulsa, o trânsito de suas mercadorias.

Art. 443-D. A solicitação da inscrição no CAD-ICMS, será requerida na forma prevista no art. 152.

Nota: A redação atual do art. 443-D foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 443-D pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"Art. 443-D. A solicitação da inscrição no CAD-ICMS, será requerida na forma prevista no art. 154. Parágrafo único. É permitida a concessão de inscrição única para os cônjuges ou companheiros que, conjuntamente, solicitarem seu cadastramento na condição de Produtor - SimBahia Rural."

Redação anterior dada ao art. 443-D, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-D. A solicitação da inscrição no CAD-ICMS, será formalizada mediante preenchimento e entrega do DIC, ao qual serão anexados os seguintes documentos:
I - fotocópia do documento que comprove a propriedade, o direito de utilização do imóvel rural ou a inscrição no cadastro de produtor rural do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
II - fotocópia da cédula de identidade e do CPF do(s) produtor(es);
III - croqui ou mapa de localização do imóvel rural;
IV - fotocópia da Certidão de Casamento ou comprovação de união estável;
V - declaração de que as vendas de sua produção agrícola prevista para os doze meses seguintes ao de solicitação de inscrição no CAD-ICMS não excederá a R$ 20.000,00 (vinte mil Reais).
Parágrafo único. É permitida a concessão de inscrição única para os cônjuges ou companheiros que, conjuntamente, solicitarem seu cadastramento na condição de Produtor - SimBahia Rural."

Parágrafo único. É permitida a concessão de inscrição única para os cônjuges ou companheiros que, conjuntamente, solicitarem seu cadastramento na condição de produtor rural.

Art. 443-E. A Nota Fiscal de Produtor Rural (Anexo 94) obedecerá às especificações definidas em sistema informatizado e terá o campo de identificação do emitente preenchido com o nome do produtor e, ou, da produtora rural.

§ 1º A Nota Fiscal de Produtor Rural (Anexo 94) será impressa em três vias e fornecida ao contribuinte, pela Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal, em quantidade não superior a 15 (quinze) jogos a cada solicitação por escrito.

§ 2º A entrega de novos jogos de Notas Fiscais fica condicionada à apresentação das 2as vias dos documentos fiscais anteriormente recebidos e utilizados e dos não utilizados ou cancelados.

§ 3º Após a conferência dos documentos fiscais, o funcionário responsável pela verificação devolverá ao contribuinte as 2as. vias das Notas Fiscais utilizadas.

§ 4º Caberá ao funcionário responsável pelo recebimento e entrega dos documentos a que se refere este artigo, a apuração do valor das vendas acumuladas no ano anterior e no exercício em curso, sendo vedada a entrega de novos jogos de notas fiscais ao contribuinte cujas operações ultrapassarem o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) no mesmo exercício.

§ 5º É vedado o destaque do ICMS na Nota Fiscal de Produtor Rural.

§ 6º Por ocasião da primeira solicitação de Nota Fiscal Produtor Rural, o contribuinte enquadrado no regime SimBahia Rural deverá entregar as seguintes fotocópias, a vista dos respectivos originais:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 6º do art. 443-E foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do § 6º, tendo sido acrescentada ao art. 443-C pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"§ 6º Por ocasião da primeira solicitação de Nota fiscal Produtor Rural, o produtor-SimBahia Rural deverá entregar as seguintes fotocópias, a vista dos respectivos originais:"

I - fotocópia do documento que comprove a propriedade, o direito de utilização do imóvel rural ou a inscrição no cadastro de produtor rural do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou o número de inscrição do imóvel rural na Secretaria da Receita Federal - NIRF;

II - fotocópia Certidão de Casamento ou comprovação de união estável e da cédula de identidade do produtor não signatário do DIC, tratando-se de pedido inscrição conjunta para os cônjuges ou companheiros.

Art. 443-F. Nas saídas interestaduais promovidas por contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural, será emitida Nota Fiscal Avulsa, mediante solicitação do contribuinte.

Nota: A redação atual do art. 443-F foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 443-F tendo sido acrescentado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-F. Nas saídas interestaduais promovidas por contribuintes inscritos na condição de produtor-SimBahia Rural, será emitida Nota Fiscal Avulsa, mediante solicitação escrita do contribuinte, que será anexada à via fixa do talonário."

SUBSEÇÃO IV
Do Desenquadramento do Regime SimBahia

Art. 443-G. O contribuinte enquadrado no regime SimBahia Rural será desenquadrado do regime quando:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 443-G foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 443-G, tendo sido acrescentada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-G. O contribuinte inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural será desenquadrado do regime quando:"

I - for procedida a baixa da inscrição no cadastro;

II - for desabilitado do cadastro, por incorrer em uma das situações abaixo:

Nota: A redação atual do inciso II do *caput* do art. 443-G foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso II, do *caput* do art. 443-G pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"II - for excluído do cadastro, por incorrer em uma das situações abaixo:"

a) realizar operações em valor superior a 20.000,00 (vinte mil reais), dentro de um mesmo ano civil;

b) prestar declarações falsas ou inexatas para enquadramento no Regime;

c) reincidir em infrações previstas no inciso IV e alínea "c" do inc. V, do art. 915.

Parágrafo único. O contribuinte desenquadrado do Regime SimBahia Rural em razão do disposto no inciso II do *"caput"* deste artigo, somente poderá ser reincluído no mesmo Regime após dois anos, contados da data do desenquadramento.

SUBSEÇÃO V
Do Pagamento do Imposto e da Base de Cálculo

Art. 443-H. Será exigido o pagamento do imposto, na forma e nos prazos previstos no Regulamento do ICMS, sempre que for ultrapassado:

I - o limite anual de vendas de R$ 20.000,00 (vinte mil Reais);

II - o limite de porte de mercadorias de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos Reais);

Art. 443-I. Havendo imposto a pagar, o contribuinte enquadrado no regime SimBahia Rural deverá efetuar o respectivo pagamento no momento da saída das mercadorias.

Nota: A redação atual do art. 443-I foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 443-I, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"Art. 443-I. Havendo imposto a pagar, o contribuinte inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural deverá efetuar o respectivo pagamento no momento da saída das mercadorias."

Art. 443-J. Sendo encontradas mercadorias em poder do produtor rural desacompanhadas de documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, será exigido o pagamento do ICMS, adotando-se como base de cálculo:

I - o preço de pauta fiscal no atacado, se houver, ou o preço corrente das mercadorias ou de sua similar no mercado atacadista do local da ocorrência, aquele ou este acrescido do percentual da margem de valor adicionado (MVA) correspondente, de acordo com as alíneas "a" a "g" do inciso I do art. 938; ou

II - o preço de venda a varejo, no local da ocorrência da infração.

CAPÍTULO XIII

DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A AVES, GADO E PRODUTOS DO SEU ABATE

Nota: A denominação atual do Capítulo XIII, do Título III foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Denominação originária:
"*CAPÍTULO XIII*
DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A GADO E PRODUTOS DO SEU ABATE".

SEÇÃO I
Revogada

Nota: A Seção I do Capítulo XIII do Título III, compreendendo os artigos 444 e 445, foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior do *caput,* do inciso I do art. 444 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 31/01/04:
"I - nas sucessivas saídas de aves vivas e de gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, asinino e muar em pé, efetuadas para dentro do Estado, para o momento em que ocorrer:"

Redação anterior dada ao inciso V, tendo sido acrescentado ao art. 444 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/07/01 a 31/01/04:
"*V - nas prestações de serviço de transporte de gado, bovino, bufalino e suíno em pé efetuadas para dentro do Estado, para o momento em que ocorrer saída dos produtos resultantes do abate.*

Redação anterior dada ao *caput,* do inciso I do art. 444 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01:
"I - nas sucessivas saídas de aves vivas, gado bovino, bufalino e suíno em pé efetuadas para dentro do Estado, para o momento em que ocorrer:"

Redação anterior dada ao *caput,* do inciso I do art. 444 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00): (sem efeito)
"I -nas sucessivas saídas de aves vivas, gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em pé efetuadas para dentro do Estado, para o momento em que ocorrer:".

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso III do art. 444 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 24/02/99 a 31/01/04:
"a) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização ou beneficiamento;"

Redação originária:
"SEÇÃO I - Do Diferimento
Art. 444. É diferido o lançamento do ICMS incidente: (efeitos até 31/01/04)
I - nas sucessivas saídas de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em pé efetuadas para dentro do Estado, para o momento em que ocorrer: (efeitos até 31/12/01)
a) a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior; (efeitos até 31/01/04)
b) a entrada em estabelecimento abatedor ou industrializador, do próprio adquirente, situado neste Estado; (efeitos até 31/01/04)
c) a saída para abate ou industrialização em estabelecimento próprio ou de terceiro, por conta e ordem do remetente; ou (efeitos até 31/01/04)
d) a saída para estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal que não esteja habilitado para operar no regime de diferimento; (efeitos até 31/01/04)
II - nas sucessivas saídas de gado eqüino, asinino e muar efetuadas para dentro do Estado, para o

momento em que ocorrer: (efeitos até 31/01/04)
a) a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior; ou
b) a entrada em estabelecimento abatedor ou industrializador;
III - nas saídas de couros e peles efetuadas por produtor rural ou por abatedor, com destino a estabelecimento que desenvolva, neste Estado, atividade de industrialização, de beneficiamento ou de exportação para o exterior, para o momento em que ocorrer: (efeitos até 31/01/04)
a) a entrada no estabelecimento industrializador ou beneficiador; (efeitos até 23/02/99)
b) a saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador, exceto se com destino a outro estabelecimento exportador, hipótese em que o lançamento do imposto fica diferido para o momento da saída, a qualquer título, do estabelecimento exportador destinatário; ou (efeitos até 31/01/04)
c) a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior (art. 509, § 4º); (efeitos até 31/01/04)
IV - nas operações com ossos, chifres, cascos e demais resíduos ou fragmentos do gênero decorrentes do abate, nos termos do art. 509 e seu § 4º" (efeitos até 31/01/04)
Parágrafo único. Nas operações com produtos enquadrados no regime de diferimento, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações: (efeitos até 31/01/04)
I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;
II - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 445 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"Art. 445. Ressalvado o disposto no § 1º do artigo 446, são responsáveis pelo lançamento e pelo pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, nas operações com aves e gado de qualquer espécie ou com produtos decorrentes do abate, nos termos do artigo anterior:"

Redação originária:
"*Art. 445. São responsáveis pelo lançamento e pelo pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, nas operações com gado de qualquer espécie ou com produtos decorrentes do abate, nos termos do artigo anterior: (efeitos até 31/12/04)*
I - o remetente, nas saídas para outra unidade da Federação ou para estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal que não esteja habilitado para operar no regime de diferimento; (efeitos até 31/01/04)
II - o abatedor ou industrializador, na entrada em seu estabelecimento para abate ou industrialização por sua conta; (efeitos até 31/01/04)
III - o remetente, nas saídas para abate ou industrialização em outro estabelecimento, próprio ou de terceiro, por conta do remetente". (efeitos até 31/01/04)

SEÇÃO II
Revogada

Nota: A Seção II do Capítulo XIII do Título III, compreendendo o artigo 446, foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 446 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos de 04/02/03 a 31/01/04:
"§ 2º Tratando-se de operação interestadual com produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino e suíno em estabelecimento situado neste Estado no qual seja atendida a legislação sanitária federal e estadual, observado o disposto no inciso XIII do art. 97 e no § 8º do art. 347, será emitida Nota Fiscal com destaque do imposto, sem ônus tributário para o emitente, para creditamento do imposto pelo destinatário."

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 446 pela Alteração nº 34 (Decreto nº

8276, de 26/06/02. DOE de 27/06/02), efeitos de 27/06/02 a 31/01/04:
"§ 3º Nas saídas de gado bovino dos municípios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Buritirama, Mansidão, Casa Nova e Pilão Arcado, com destino aos Estados considerados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento como infectados com a febre aftosa, quando acompanhadas da Guia de Trânsito Animal – GTA, observar-se-á o tratamento fiscal previsto no parágrafo anterior."

Redação anterior dada ao *caput*, ao inciso I, do § 1º e parte inicial do § 1º do art. 446 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 31/01/04:
"*Art. 446. O ICMS devido nas operações com aves, gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, asinino, muar, bem como com os produtos comestíveis resultantes do seu abate, será calculado e recolhido em consonância com as seguintes regras:*
(...)
§ 1º Tratando-se de abate de animais em estabelecimento submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, observadas a vedação ao uso do crédito prevista no inciso XIII do art. 97 e as condições previstas no inciso IX do § 3º do art. 347, fica dispensado o lançamento e o pagamento:
I - do imposto diferido relativo às aves e ao gado bovino, bufalino ou suíno enviados para abate e respectivo serviço de transporte, bem como o referente à operação própria na remessa por conta e ordem do remetente;"

Redação anterior dada ao inciso I do § 1º e ao § 2º do art. 446 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01):
"§ 1º
I - do imposto diferido relativo às aves e ao gado bovino, bufalino ou suíno enviados para abate e respectivo serviço de transporte, bem como o referente à saída dos produtos comestíveis resultantes do abate; (efeitos de 01/07/01 a 27/12/01)
§ 2º Tratando-se de operação interestadual com produtos resultantes de abate de gado, realizado em frigorífico abatedor submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, nos termos do parágrafo anterior, será emitida Nota Fiscal com destaque do imposto, sem ônus tributário para o emitente, para creditamento do imposto pelo destinatário." (efeitos de 01/07/01 a 03/02/03)

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 446 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 30/06/01:
"*§ 2º Tratando-se de operação interestadual realizada por frigorífico abatedor dispensado do pagamento do imposto, nos termos do parágrafo anterior, será emitida Nota Fiscal com destaque do imposto, sem ônus tributário para o emitente, para creditamento do imposto pelo destinatário das mercadorias.*"

O parágrafo único do art. 446 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01.

Os incisos II, III, IV e VIII do art. 446 foram revogados pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada a denominação da seção, ao *caput*, a parte inicial do inciso I, ao inciso VII, § 1º e seus incisos I e II do art. 446 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00):
"SEÇÃO II - Do Pagamento do Imposto nas Operações com Aves, Gado e Produtos Comestíveis Resultantes do Seu Abate. (efeitos de 30/12/00 a 31/01/04)
Art. 446. O ICMS devido nas operações com aves, gado bovino, bufalino, suíno, bem como com os produtos comestíveis resultantes do seu abate, será calculado e recolhido em consonância com as seguintes regras: (efeitos de 01/01/01 a 27/12/01)
I - a base de cálculo do imposto, nas operações com gado bovino, bufalino, suíno será fixada em pauta fiscal, que especificará os preços: (efeitos de 01/01/01 a 31/01/04)
(...)
VII - nas operações com produtos comestíveis resultantes do abate de aves e de gado bovino, bufalino e

suíno, em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados, inclusive charque, observar-se-ão, ainda, as disposições concernentes à substituição tributária; (efeitos de 01/01/01 a 31/01/04)"
§ 1º Tratando de abate de animais em estabelecimento submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, observadas as condições previstas no inciso IX do § 3º do art. 347, fica dispensado o lançamento e o pagamento: (efeitos de 01/01/01 a 27/12/01)
I - do imposto diferido, bem como do refente à operação própria, correspondente a aves e ao gado bovino, bufalino ou suíno;" (efeitos de 01/01/01 a 30/06/01)
II - do imposto relativo às operações própria e às operações subseqüentes, correspondente aos produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino ou suíno. (efeitos de 01/01/01 a 31/01/04)

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 446 pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos de 01/10/00 a 30/12/00:
"*IV - a partir de 1º de outubro de 2000, no recebimento de carne bovina, bufalina, suína, ovina e caprina, bem como dos demais produtos comestíveis decorrentes do abate, se procedentes de outra unidade da Federação, quando o imposto incidente no Estado de origem for inferior ao incidente neste Estado, deverá ser feita a complementação do imposto até o dia 10 do mês subseqüente à primeira operação efetuada neste Estado, devendo ser mantida a mesma base de cálculo nas operações internas subseqüentes;*"

Redação originária:
"*SEÇÃO II*
Do Pagamento do Imposto nas Operações com Gado e Produtos Resultantes do Seu Abate. (efeitos até 29/12/00)
Art. 446. O ICMS devido nas operações com gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino, bem como com os produtos resultantes do seu abate, será calculado e recolhido em consonância com as seguintes regras. (efeitos até 31/12/00)
I - a base de cálculo do imposto será fixada em pauta fiscal, que especificará os preços: (efeitos até 31/12/00)
a) para as operações de cria e recria; (efeitos até 31/01/04)
b) para abate; (efeitos até 31/01/04)
c) para as saídas que destinem aquelas mercadorias a outras unidades da Federação; (efeitos até 31/01/04)
II - a alíquota aplicável nas operações internas é a prevista na alínea "b" do inciso I do art. 51;" (efeitos até 31/12/00
III - nas saídas internas, o ICMS relativo a gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino destinados a abate, bem como aos produtos comestíveis resultante do seu abate, será recolhido de uma só vez, por ocasião do abate, sendo que o imposto então recolhido corresponderá não só à operação atual como também a todas as operações que vierem a ocorrer, neste Estado, com os produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, refrigerados ou congelados, em relação às quais manter-se-á constante a base de cálculo nas operações internas subseqüentes, excluindo-se deste tratamento os produtos defumados ou salgados, inclusive charque; (efeitos até 31/12/00)
IV - no recebimento de carne bovina, bufalina, suína, ovina e caprina, bem como dos demais produtos comestíveis decorrentes do abate, se procedentes de outra unidade da Federação, para que se mantenha constante a base cálculo nas operações internas subseqüentes, deverá ser feita a complementação do imposto, se devida, até o dia 10 do mês subseqüente à primeira operação efetuada neste Estado, em função da alíquota prevista para as operações internas, com base no valor da operação anterior; (efeitos até 30/09/00)
V - nas saídas interestaduais de carne bovina, bufalina, suína, ovina e caprina, a base de cálculo é o valor real da operação; (efeitos até 31/01/04)
VI - nas situações que ponham termo ao diferimento ou em que este não possa ser aplicado, observar-se-á o disposto: (efeitos até 31/01/04)
a) no art. 347, quanto ao lançamento do imposto; (efeitos até 31/01/04)
b) no art. 348, quanto aos prazos ou momentos do pagamento do imposto, em especial as regras do seu §

2º e do inciso VI do seu § 3º; (efeitos até 31/01/04)
c) no § 4º do art. 348, quanto à escrituração fiscal; (efeitos até 31/01/04)
VII - nas operações com charque, observar-se-ão, ainda, as disposições concernentes à substituição tributária; (efeitos até 31/12/00)
VIII - no tocante aos benefícios fiscais aplicáveis às operações com gado e produtos do seu abate, observar-se-á o disposto no art. 464. (efeitos até 31/12/00)
Parágrafo único. O regime de tributação previsto neste artigo não se aplica nas saídas internas e interestaduais com produtos não comestíveis resultantes do abate de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino." (efeitos até 31/12/00)

SEÇÃO III
Revogada

Nota: A Seção III do Capítulo XIII do Título III, compreendendo os artigos 447 a 453, foi revogada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

O art. 447 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação anterior dada à alínea *"a"*, do inciso I e parágrafo único do art. 447 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 31/01/04:
"a) é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal tratando-se de saídas internas de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé amparadas pela suspensão da incidência do imposto ou pelo regime de diferimento, exceto na hipótese de que cuida o inciso IX do § 3º do art. 347;
Parágrafo único. A dispensa de documento fiscal de que cuida a alínea "a" do inciso I somente se aplica ao respectivo serviço de transporte quando a operação for amparada pelo regime de diferimento."

Redação anterior dada a alínea *"a"*, do inciso I do art. 447 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 27/12/01:
"a) é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal, seja Nota Fiscal, Nota Fiscal de Produtor ou Nota Fiscal Avulsa, tratando-se de saídas internas de aves vivas e gado bovino, bufalino e suíno em pé amparadas pelo regime de diferimento ou pela suspensão da incidência do imposto;"

A denominação anterior da Seção III, do Capítulo XIII, do Título III foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 31/01/04:
"SEÇÃO III - Dos Documentos Fiscais na Circulação de Aves, Gado e Produtos do Seu Abate"

Redação anterior dada à parte inicial do inciso I e ao inciso II do art. 447 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 18/07/00 a 31/01/04:
"I - nas saídas promovidas por produtor rural dispensado da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS:"
II - nas saídas efetuadas por produtor rural equiparado a comerciante ou a industrial ou inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural (art. 38), será emitida Nota Fiscal pelo remetente."

Redação originária:
"*SEÇÃO III (efeitos até 29/12/00)*
Dos Documentos Fiscais na Circulação de Gado e Produtos do Seu Abate".
Art. 447. Na circulação de gado será observada a seguinte orientação: (efeitos até 31/01/04)
I - nas saídas efetuadas por produtores rurais pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais (art. 38):" (efeitos até 17/07/00)
a) é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal, seja Nota Fiscal, Nota Fiscal de Produtor ou Nota Fiscal Avulsa, tratando-se de saídas internas de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em pé beneficiadas pelo regime de diferimento ou amparadas pela suspensão da incidência do imposto;

(efeitos até 26/12/01)
b) será emitida Nota Fiscal pelo destinatário ou Nota Fiscal Avulsa pela repartição fazendária, nas saídas de qualquer espécie de gado em que não se aplique o diferimento do imposto; (efeitos até 31/01/04)
II - nas saídas efetuadas por produtores rurais equiparados a comerciantes ou a industriais (art. 38), será emitida Nota Fiscal pelo remetente. (efeitos até 17/07/00)
Parágrafo único. A dispensa de que cuida a alínea "a" do inciso I não se aplica ao serviço de transporte". (efeitos até 27/12/01)

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
Art. 448. Nas operações com gado realizadas por produtores rurais, observar-se-á o tratamento fiscal enunciado no art. 440.

Redação anterior dada à parte inicial e do inciso I do art. 449 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 31/01/04:
"*Art. 449. Na saída de produtos resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino ou suíno, observar-se-á o seguinte:*
I - tratando-se de carne e demais produtos comestíveis, serão observadas as disposições relativas à antecipação tributária;"

Redação originária:
"*Art. 449. Na saída de produtos resultantes do abate de gado bovino, bufalino, suíno, ovino ou caprino, observar-se-á o seguinte: (efeitos até 31/12/00)*
I - tratando-se de carne e demais produtos comestíveis: (efeitos até 31/12/00)
a) a sua saída de estabelecimento abatedor será acompanhada de Nota Fiscal do respectivo estabelecimento, contendo referência à Nota Fiscal originária em que houver sido feito o destaque do imposto;
b) a Nota Fiscal que acobertar a saída dos produtos de que cuida a alínea anterior conterá a indicação do valor da operação, porém não terá destaque do ICMS, devendo ser feita a observação, mesmo que por meio de carimbo: "Imposto recolhido com base em pauta fiscal - pagamento único - RICMS-BA, art. 446, III";
c) os abatedores não inscritos, ao revenderem os produtos de que trata este inciso, exibirão ao fisco o documento de aquisição do gado, para exame da necessária vinculação à mercadoria e posterior visto para efeito de emissão de Nota Fiscal Avulsa, na qual será feita referência ao documento fiscal de origem;".
II - tratando-se de produtos não comestíveis, a sua saída de estabelecimento abatedor será acobertada por Nota Fiscal distinta, contendo o destaque do ICMS, normalmente, a menos que se trate de operação amparada pelo diferimento do imposto; (efeitos até 31/01/04)
III - na hipótese de gado remetido para abate ou industrialização em estabelecimento próprio ou de terceiro por conta e ordem do remetente, o retorno real ou simbólico dos produtos resultantes do abate ao estabelecimento de origem será feito mediante Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento que houver efetuado o abate ou a industrialização, ou mediante emissão, pelo proprietário, de Nota Fiscal (entrada), fazendo referência à Nota Fiscal de origem, devendo ambos os documentos, de remessa e de retorno, ser arquivados juntos, observado o disposto nos incisos anteriores. (efeitos até 31/01/04)"

O art. 450 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária, efeitos até 31/12/00:
"*Art. 450. Na hipótese de aquisição de carne ou de outros produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino, por parte de empresa industrial ou de estabelecimento que prepare refeições ou lanches utilizando aquelas mercadorias, com saídas tributadas de produtos já onerados pela incidência única, poderá ser utilizado o crédito fiscal:*
I - efetivamente destacado no documento fiscal, quando for o caso;
II - calculado sobre o valor da operação, como se fosse tributada normalmente, no caso de a Nota Fiscal

de aquisição ter sido emitida sem destaque do imposto, na forma da alínea "b" do inciso I do artigo anterior.".

O art. 451 foi revogado pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00, tendo sido postergados seus efeitos para 01/06/00, pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

Redação originária, efeitos até 31/05/00:
"*Art. 451. Sempre que houver expedição de documento de arrecadação relativo a gado ou produtos do seu abate, o seu número deverá ser anotado, pelo órgão arrecadador, no documento fiscal correspondente.*"

O art. 452 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/01/03:
"Art. 452. Em qualquer despacho de gado bovino ou bufalino destinado a abate, no documento fiscal serão discriminados os dados referentes a peso, sexo e, se houver, a última marca de fogo (ferro), a fim de estabelecer-se a necessária vinculação da mercadoria ao documento fiscal respectivo, durante o seu trânsito, da origem ao destino."
Parágrafo único. Tratando-se de gado bovino ou bufalino destinado a recria, transferência, recurso de pasto ou qualquer movimentação, o requisito de peso previsto neste artigo será substituído pela média de idade.

O art. 453 foi revogado pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de 23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04.

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
"Art. 453. Quanto à obrigatoriedade ou dispensa da emissão de documentos fiscais e de escrituração de livros fiscais pelos produtores rurais, observar-se-á o disposto nos arts. 442 e 447."

SEÇÃO IV
Revogada

Nota: A Seção IV, do Capítulo XIII do Título III (arts. 454 a 458) foi revogada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Denominação originária:
"*Da Conversão do Crédito Fiscal em Arrobas e da Reconversão em Moeda Nacional".*

Art. 454. Revogado

Nota: O art. 454 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*Art. 454. Os produtores rurais que pretenderem fazer jus ao tratamento previsto nesta seção deverão apresentar à repartição fazendária do seu domicílio ou em qualquer outra em cuja circunscrição estiverem sendo realizados seus negócios, os documentos relativos às aquisições de animais, sempre que nos aludidos documentos houver destaque do ICMS."*

Art. 455. Revogado.

Nota: O art. 455 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*Art. 455. À vista dos documentos referidos no artigo anterior, o funcionário competente emitirá Certificado de Crédito do ICMS, observando o seguinte:*
I - no Certificado de Crédito do ICMS serão indicados, além dos demais requisitos:
a) os números, as séries e subséries dos documentos exibidos pelo interessado, bem como a identificação dos respectivos emitentes;
b) o valor total do crédito, em moeda corrente;
c) a conversão, em arrobas, do valor do crédito fiscal, a ser feita dividindo-se o valor do crédito originário pelo preço de pauta da arroba de gado, conforme se trate de pauta de abate ou de cria/recria, vigente na data da expedição do Certificado;
II - o Certificado de Crédito do ICMS será emitido em 4 vias, cuja destinação é a seguinte:
a) 1ª via, ao contribuinte;"

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II, do art. 455 Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.
"*b) 2ª via, à Inspetoria Fazendária da circunscrição do contribuinte;*"

Redação originária:
c) 3ª via, ao dossiê do contribuinte;
d) 4ª via, à repartição emitente;
III - na emissão do Certificado de Crédito do ICMS, serão seguidas, rigorosamente, as regras do art. 961.".

Parágrafo único. Revogado.

Nota: O parágrafo único do art. 455 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"*Parágrafo único. No caso de o Certificado de que cuida este artigo ser emitido por repartição fiscal que não a do domicílio do contribuinte, deverá ser enviado a esta, no prazo de 5 dias, expediente dando conta daquele procedimento, para o devido controle.".*

Art. 456. Revogado.

Nota: O art. 456 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"Art. 456. Os produtores rurais inscritos na condição de contribuintes normais procederão à escrituração fiscal dos documentos referidos no artigo anterior em consonância com a seguinte orientação:
I - o Registro de Entradas será escriturado normalmente, na forma regulamentar, anotando-se na coluna "Observações" a quantidade de arrobas correspondente ao crédito fiscal utilizado, constante no

respectivo Certificado de Crédito do ICMS;
II - a escrituração do Registro de Apuração do ICMS será feita na forma regulamentar, considerando-se o crédito fiscal em seu valor originário.".

Art. 457. Revogado.

Nota: O art. 457 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"Art. 457. Na saída de animais, estando a operação sujeita ao imposto, e sendo o remetente detentor de Certificado de Crédito do ICMS anteriormente emitido na forma do art. 455, observar-se-á o seguinte:
I - tratando-se de produtor inscrito na condição de contribuinte normal:
a) no documento fiscal será feito o destaque do ICMS com base na pauta fiscal aplicável, conforme se trate de saída para abate, cria/recria ou para outra unidade da Federação;
b) a escrituração do Registro de Saídas será feita normalmente, na forma regulamentar, anotando-se na coluna "Observações" a quantidade de arrobas correspondente ao débito fiscal destacado no documento, a ser obtida dividindo-se o valor do débito fiscal pelo preço de pauta da arroba de gado em vigor na data da saída, conforme se trate de animais adquiridos anteriormente para abate ou para cria/recria, devendo ser adotada a mesma modalidade de pauta utilizada por ocasião da aquisição dos animais;
c) a escrituração do Registro de Apuração do ICMS será feita normalmente, considerando-se o débito fiscal em seu valor originário, sendo que:
1 - no item "Outros Créditos", será anotada a diferença a mais porventura existente em decorrência do cotejo entre o crédito fiscal em arrobas calculado por ocasião da entrada dos animais (alínea "c" do inciso I do art. 455) e o débito fiscal em arrobas calculado por ocasião da saída subseqüente (alínea "b" do inciso I do presente artigo), após a conversão da quantidade de arrobas resultante para a moeda corrente nacional;
2 - no campo "Observações", será informada a razão do lançamento de que cuida o item anterior;
II - tratando-se de produtor não inscrito, a repartição fiscal apurará o valor a ser pago, adotando os seguintes procedimentos:
a) na Nota Fiscal Avulsa será feito o destaque do imposto com base na pauta fiscal aplicável, conforme se trate de saída para abate, cria/recria ou para outra unidade da Federação;
b) será feito o cálculo do crédito fiscal relativo à entrada dos animais, a ser obtido convertendo-se o crédito fiscal em arrobas, constante no Certificado de Crédito do ICMS emitido na forma do art. 455, para a moeda corrente nacional, conforme se trate de animais adquiridos anteriormente para abate ou para cria/recria, devendo ser adotada a mesma modalidade de pauta fiscal utilizada por ocasião da aquisição dos animais;
c) o cálculo do imposto será feito pelo regime sumário de apuração, compensando-se o débito fiscal apurado com o valor do crédito fiscal."

Art. 458. Revogado.

Nota: O art. 458 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"Art. 458. O contribuinte detentor de Certificado de Crédito do ICMS emitido nos termos do art. 455 poderá fazer uso do crédito fiscal a qualquer tempo, mesmo antes da revenda dos correspondentes animais adquiridos, para compensação com o imposto devido sobre outras operações, observando o seguinte:

I - tratando-se de produtor inscrito na condição de contribuinte normal:
a) será feito o cálculo do crédito fiscal relativo à entrada dos animais, a ser obtido convertendo-se o crédito fiscal em arrobas, constante no Certificado de Crédito do ICMS emitido na forma do art. 455, para a moeda corrente nacional, conforme se trate de animais adquiridos anteriormente para abate ou para cria/recria, devendo ser adotada a mesma modalidade de pauta fiscal utilizada por ocasião da aquisição dos animais;
b) o Registro de Apuração do ICMS será escriturado normalmente, sendo que, no item "Outros Créditos", será anotada a diferença a mais porventura existente em decorrência do cotejo entre o valor monetário do crédito fiscal destacado no documento relativo à entrada dos animais (constante no Certificado e escriturado na forma do art. 456) e o crédito fiscal apurado na forma da alínea anterior deste inciso;
II - tratando-se de produtor não inscrito, a repartição fiscal apurará o valor a ser pago, adotando os seguintes procedimentos:
a) será feito o cálculo do crédito fiscal relativo à entrada dos animais, a ser obtido convertendo-se o crédito fiscal em arrobas, constante no Certificado de Crédito do ICMS emitido na forma do art. 455, para a moeda corrente nacional, conforme se trate de animais adquiridos anteriormente para abate ou para cria/recria, devendo ser adotada a mesma modalidade de pauta fiscal utilizada por ocasião da aquisição dos animais;
b) o cálculo do imposto será feito pelo regime sumário de apuração, compensando-se o débito fiscal apurado com o valor do crédito fiscal."

SEÇÃO V
Das Saídas de Animais para Exposições

Art. 459. As exposições de animais de raça são consideradas como estabelecimentos do criador, durante o prazo da exposição, ficando as saídas de animais para o recinto, bem como as operações posteriores, sujeitas às normas:

I - atinentes ao diferimento, nas remessas ou operações realizadas neste Estado;

II - de remessas de mercadorias para exposição ou feira, observadas as situações sujeitas ao imposto e as amparadas pela suspensão da incidência, nos demais casos (arts. 605 a 614).

Parágrafo único. Nas saídas de animais para exposição nos Estados da Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte, será exigido "Termo de Responsabilidade" ou caução, podendo o valor do imposto ser aceito como crédito pelo destinatário.

SEÇÃO VI
Das Transferências de Pastagens ou "Recursos de Pasto"

Art. 460. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas internas de gado bovino e bufalino em decorrência de "recurso de pasto" ou transferência de pastagem, bem como nos retornos reais ou simbólicos ao estabelecimento de origem, observado o seguinte:

I - tratando-se de produtor inscrito na condição de contribuinte normal, a Nota Fiscal indicará, como natureza da operação, “Remessa para recurso de pasto” ou expressão equivalente, tendo o contribuinte o prazo de 180 dias para efetuar o retorno dos animais ao estabelecimento de origem, findo o qual, perdurando o motivo determinante da excepcionalidade, deverá ser feita comunicação do fato à repartição fazendária do seu domicílio;

II - tratando-se de produtor rural não equiparado a comerciante ou a industrial, é dispensada a emissão de qualquer documento fiscal.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 460 foi dada pela Alteração nº 49 (Decreto nº 8.853, de

23/12/03, DOE de 24/12/03), efeitos a partir de 01/02/04

Redação originária, efeitos até 31/01/04:
"II - tratando-se de produtor rural não equiparado a comerciante ou a industrial, a circulação do gado será feita livremente, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 447."

Art. 461. A suspensão da incidência do ICMS nas operações interestaduais com gado atenderá ao disposto neste artigo.

§ 1º Até 30/09/01, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 14/94, 02/95, 22/95, 13/98, 8/99 e 45/00):

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 461 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao *caput* do § 1º do art. 461 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"*§ 1º Até 30/09/00, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 14/94, 02/95, 22/95, 13/98 e 8/99):".*

Redação anterior dada ao *caput* do § 1º do art. 461 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"§ 1º Até 30/04/99, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 14/94, 02/95, 22/95 e 13/98):

Redação originária:
"§ 1º Até 30/04/98, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 14/94, 02/95, 22/95):"

I - a suspensão de que trata este parágrafo será por prazo não superior a 180 dias, prorrogável, a critério do fisco, por mais dois períodos de 90 dias, a requerimento do interessado;

II - a suspensão será reconhecida exclusivamente no caso de ser o gado pertencente a:

a) produtor inscrito no cadastro estadual;

b) produtor credenciado pela repartição fazendária local;

III - para a saída do gado, o contribuinte procurará a repartição fiscal do seu domicílio para emissão de Nota Fiscal Avulsa, oportunidade em que será assinado "Termo de Compromisso", de acordo com o modelo anexo ao Protocolo ICMS 14/94, em 3 vias, com a seguinte destinação:

a) a 1ª via será retida pelo órgão fiscal da circunscrição do produtor remetente;

b) a 2ª via acompanhará o trânsito e será entregue pelo destinatário à repartição de sua circunscrição

fiscal, até 10 dias após o ingresso do gado no Estado de destino;

c) a 3ª via será entregue ao produtor remetente para fins de controle e arquivamento;

IV - o reconhecimento da suspensão da incidência do imposto na hipótese deste parágrafo, bem como a sua prorrogação, serão processados pela repartição fiscal do domicílio do remetente;

V - para retorno do gado ao Estado de origem, a repartição fiscal do Estado onde o mesmo se encontrar em "recurso de pasto" emitirá a Nota Fiscal, na qual fará constar a seguinte observação: "Gado em retorno, recebido para recurso de pasto conforme Nota Fiscal nº ....., de ...../...../..... e crias";

VI - ultrapassado o prazo do "recurso de pasto" e não retornando o gado, caberá ao Estado remetente a cobrança do ICMS, com base nos valores vigentes na data do encerramento do prazo concedido;

VII - ocorrendo a venda do gado no Estado destinatário:

a) caberá à repartição fiscal do Estado de destino exigir o pagamento do imposto e comunicar ao Estado de origem a referida ocorrência;

b) caberá ao Estado de origem a parcela do imposto correspondente à aplicação da alíquota interestadual, que será recolhida pelo produtor na repartição onde se processou o "recurso de pasto";

c) a base de cálculo do imposto é o valor de pauta fiscal, não podendo ser inferior àquela estabelecida no Estado de destino;

VIII - as disposições contidas neste parágrafo serão aplicáveis, também, para regular o retorno do gado, quando este ocorrer após o encerramento do prazo previsto no *"caput"*.

§ 2º Até 30/04/99, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado efetuadas da Bahia para o Estado do Espírito Santo e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 16/94, 23/95 e 14/98):

Nota: A redação atual do § 2º do art. 461 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98) para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

I - a suspensão de que trata este parágrafo será por prazo não superior a 180 dias, prorrogável, a critério do fisco, por mais dois períodos de 90 dias, a requerimento do interessado;

II - a suspensão será reconhecida exclusivamente no caso de ser o gado pertencente a:

a) produtor inscrito no cadastro estadual;

b) produtor credenciado pela repartição fazendária local;

III - para a saída do gado, o contribuinte procurará a repartição fiscal do seu domicílio para emissão de Nota Fiscal Avulsa, oportunidade em que será assinado "Termo de Compromisso", de acordo com o modelo anexo ao Protocolo ICMS 16/94, em 3 vias, com a seguinte destinação:

a) a 1ª via será retida pelo órgão fiscal da circunscrição do produtor remetente;

b) a 2ª via acompanhará o trânsito e será entregue pelo destinatário à repartição de sua circunscrição fiscal, até 10 dias após o ingresso do gado no Estado de destino;

c) a 3ª via será entregue ao produtor remetente para fins de controle e arquivamento;

IV - o reconhecimento da suspensão da incidência do imposto na hipótese deste parágrafo, bem como a sua prorrogação, serão processados pela repartição fiscal do domicílio do remetente;

V - para retorno do gado ao Estado de origem, a repartição fiscal do Estado onde o mesmo se encontrar em "recurso de pasto" emitirá a Nota Fiscal, na qual fará constar a seguinte observação: "Gado em retorno, recebido para recurso de pasto conforme Nota Fiscal nº ....., de ...../...../..... e crias";

VI - ultrapassado o prazo do "recurso de pasto" e não retornando o gado, caberá ao Estado remetente a cobrança do ICMS, com base nos valores vigentes na data do encerramento do prazo concedido;

VII - ocorrendo a venda do gado no Estado destinatário:

a) caberá à repartição fiscal do Estado de destino exigir o pagamento do imposto e comunicar ao Estado de origem a referida ocorrência;

b) caberá ao Estado de origem a parcela do imposto correspondente à aplicação da alíquota interestadual, que será recolhida pelo produtor na repartição onde se processou o “recurso de pasto”;

c) a base de cálculo do imposto é o valor de pauta fiscal, não podendo ser inferior àquela estabelecida no Estado de destino.

§ 3º Até 30/04/01 e de 12/07/01 a 30/04/03, é suspensa a incidência do ICMS nas operações de saídas de gado bovino efetuadas da Bahia para os Estado de Minas Gerais e Espírito Santo e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 01/95, 15/98, 15/99 e 16/01):

Nota: A redação atual do § 3º do art. 461 foi dada pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 01/08/01.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 461 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99):
"§ 3º Até 30/04/01, é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de gado bovino efetuadas da Bahia para os Estado de Minas Gerais e Espírito Santo e vice-versa, bem como nos respectivos retornos ao Estado de origem, desde que se destinem exclusivamente a "recurso de pasto", observado o seguinte (Protocs. ICMS 01/95, 15/98 e 15/99):"

Anteriormente o dispositivo foi modificado pelas Alterações nºs 7 e 12 (Decretos nºs 7365/98 e 7675/99), respectivamente, para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

I - a suspensão de que trata este parágrafo será por prazo não superior a 180 dias, prorrogável, a critério do fisco, por mais dois períodos de 90 dias, a requerimento do interessado;

II - a suspensão será reconhecida exclusivamente no caso de ser o gado pertencente a:

a) produtor inscrito no cadastro estadual;

b) produtor credenciado pela repartição fazendária local;

III - para a saída do gado, o contribuinte procurará a repartição fiscal do seu domicílio para emissão de Nota Fiscal Avulsa, oportunidade em que será assinado "Termo de Compromisso", de acordo com o modelo anexo ao Protocolo ICMS 01/95, em 3 vias, com a seguinte destinação:

a) a 1ª via será retida pelo órgão fiscal da circunscrição do produtor remetente;

b) a 2ª via acompanhará o trânsito e será entregue pelo destinatário à repartição de sua circunscrição

fiscal, até 10 dias após o ingresso do gado no Estado de destino;

c) a 3ª via será entregue ao produtor remetente para fins de controle e arquivamento;

IV - o reconhecimento da suspensão da incidência do imposto na hipótese deste parágrafo, bem como a sua prorrogação, serão processados pela repartição fiscal do domicílio do remetente;

V - ocorrendo a prorrogação prevista no inciso I, será o fato comunicado pelo destinatário à repartição de sua circunscrição fiscal, mediante entrega de cópia do ato ou documento concessor da prorrogação;

VI - para retorno do gado ao Estado de origem, a repartição fiscal do Estado onde o mesmo se encontrar em "recurso de pasto" emitirá a Nota Fiscal, na qual fará constar a seguinte observação: "Gado em retorno, recebido para recurso de pasto conforme Nota Fiscal nº ....., de ...../...../..... e crias";

VII - ultrapassado o prazo do "recurso de pasto" e não retornando o gado, caberá ao Estado remetente a cobrança do ICMS, com base nos valores vigentes na data do encerramento do prazo concedido;

VIII - ocorrendo a venda do gado no Estado destinatário:

a) caberá à repartição fiscal do Estado de origem o imposto correspondente à operação interestadual, que será recolhido pelo produtor na repartição onde tiver sido processado o "recurso de pasto";

b) o Estado destinatário exigirá a comprovação do respectivo pagamento do imposto e comunicará ao Estado de origem a referida operação;

c) a base de cálculo do imposto é o valor da operação ou de pauta fiscal, não podendo ser inferior àquele estabelecido no Estado de destino.

§ 4º O disposto nos incisos VI e VII dos §§ 1º e 2º e nos incisos VII e VIII do § 3º, todos deste artigo, não se aplica às operações realizadas por contribuintes enquadrados no regime SimBahia Rural, salvo nas situações indicadas no art. 443-I.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 461 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 4º do art. 461 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 4º O disposto nos incisos VI e VII dos §§ 1º e 2º e nos incisos VII e VIII do § 3º, todos deste artigo, não se aplica às operações realizadas por contribuintes inscritos na condição de Produtor - SimBahia Rural, salvo nas situações indicadas no art. 443-I."

SEÇÃO VII
Das Aquisições de Gado Oriundo de Minas Gerais e do Espírito Santo por Frigoríficos deste Estado

Art. 462. Revogado

Nota: O art. 462 foi revogado pelo art. 6º do Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99, Alteração nº 15, efeitos a partir de 01/01/00.

Redação originária:
"*Art. 462. Os frigoríficos deste Estado, quando adquirirem gado bovino oriundo de Minas Gerais e Espírito Santo, são responsáveis pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a diferença entre o valor da operação consignado no documento fiscal da unidade federada de origem e o valor real da mesma, apurado na entrada do produto no estabelecimento.*

§ 1º A diferença a que se refere este artigo será recolhida na Agência Centro do Banco do Estado da Bahia S. A. ou na rede própria estadual de arrecadação, até o dia 20 do mês seguinte, em conta sob o título "Tesouro do Estado... Conta Arrecadação do ICMS".
§ 2º Será anexado ao documento de arrecadação um demonstrativo da diferença do imposto, no qual constarão os seguintes elementos:
I - o nome, o endereço completo e o número de inscrição do produtor no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de origem;
II - o número da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal que acobertar o transporte das mercadorias, assim como o valor do ICMS destacado;
III - o número da Nota Fiscal emitida na entrada e o valor da operação nela consignado.
§ 3º Até o último dia de cada mês, o estabelecimento arrecadador da diferença do imposto transferirá à unidade federada beneficiária o montante arrecadado no mês anterior, acompanhado dos demonstrativos a que alude o parágrafo anterior.
§ 4º É assegurado aos frigoríficos o direito ao crédito do imposto por eles recolhido, nos termos deste artigo, independentemente de qualquer outro documento fiscal.
§ 5º O Secretário da Fazenda poderá expedir instruções para orientação do estabelecimento e dos órgãos arrecadadores referidos no § 1º, visando ao controle e transferência dos valores arrecadados.".

SEÇÃO VIII
Das Operações com Eqüinos de Raça

Art. 463. O imposto devido nas operações com eqüinos de qualquer raça que tenham controle genealógico oficial e idade superior a 3 anos será pago uma única vez, em um dos seguintes momentos, o que ocorrer primeiro (Conv. ICMS 136/93):

I - no recebimento, pelo importador, de eqüino importado do exterior;

II - no ato da arrematação em leilão do animal;

III - no registro da primeira transferência da propriedade no "Stud Book" da raça;

IV - na saída para outra unidade da Federação.

§ 1º A base de cálculo do imposto é o valor da operação.

§ 2º Na hipótese do inciso II, o imposto será arrecadado e recolhido pelo leiloeiro.

§ 3º Na saída para outra unidade da Federação, quando não existir o valor de que trata o § 1º, a base de cálculo do imposto será a fixada em pauta fiscal.

§ 4º O imposto será pago através de documento de arrecadação avulso, no qual serão anotados todos os elementos necessários à identificação do animal.

§ 5º Por ocasião do recolhimento do tributo, o imposto que eventualmente tiver sido pago em operação anterior será abatido do valor a recolher.

§ 6º O animal em seu transporte deverá estar sempre acompanhado do documento de arrecadação do imposto e do Certificado de Registro Definitivo ou Provisório, permitida fotocópia autenticada por cartório, admitida a substituição do certificado pelo Cartão ou Passaporte de Identificação fornecido pelo Stud Book da raça, que deverá conter o nome, a idade, a filiação e demais características do animal, além do número de registro no "Stud Book".

§ 7º O animal com mais de 3 anos de idade cujo imposto ainda não houver sido pago, por não ter ocorrido nenhum dos momentos previstos nos incisos do *"caput"* deste artigo, poderá circular acompanhado apenas do Certificado de Registro Definitivo ou Provisório fornecido pelo "Stud Book" da raça, desde que o

certificado contenha todos os dados que permitam a plena identificação do animal, permitida fotocópia autenticada por cartório, válida por 6 meses.

§ 8º Na saída do eqüino de que trata este artigo para outra unidade da Federação, para cobertura ou para participação em provas ou para treinamento, se o imposto ainda não tiver sido pago, fica suspensa a incidência do imposto, desde que seja emitida a Nota Fiscal respectiva e que o retorno do animal ocorra dentro do prazo de 60 dias, prorrogável, uma única vez, por período igual ou menor, a critério da repartição fiscal a que estiver vinculado o remetente.

§ 9º Relativamente ao eqüino de qualquer raça que tiver controle genealógico oficial e idade até 3 anos:

I - nas operações internas, poderá circular acompanhado apenas do Certificado de Registro Definitivo ou Provisório fornecido pelo "Stud Book" da raça, permitida fotocópia autenticada por cartório, desde que o certificado contenha todos os dados que permitam a plena identificação do animal;

II - nas operações interestaduais, o ICMS será pago normalmente.

§ 10. O proprietário ou possuidor do eqüino registrado que observar as disposições deste artigo fica dispensado da emissão de Nota Fiscal para acompanhar o animal em trânsito, salvo no tocante ao § 8º e ao inciso II do parágrafo anterior.

§ 11. Nas operações internas com eqüinos puros-sangues, exceto em se tratando de eqüino puro-sangue inglês (PSI), haverá redução da base de cálculo, nos termos do inciso II do art. 78.

§ 12. Para fins de transporte do animal, o documento de arrecadação do imposto referido no § 6º poderá ser substituído por termo lavrado pelo fisco, da unidade da Federação em que ocorreu o recolhimento ou daquela em que o animal está registrado, no Certificado de Registro Definitivo ou Provisório ou no Cartão ou Passaporte de Identificação fornecido pelo "Stud Book", em que constem os dados relativos ao documento de arrecadação.

Nota: O § 12 foi acrescentado ao art. 463 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

SEÇÃO IX
Dos Benefícios Fiscais e dos Regimes de Tributação das Operações com Gado e Produtos do Seu Abate

Art. 464. Revogado.

Nota: O art. 464 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 464 pela Alteração nº 8º (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 14/07/98:
"I - isenção: art. 14, VI à XI e XVI;"

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 464 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98)):
"IV - crédito presumido: art. 96, XVI;"

Redação originária:
"*Art. 464. Para definição das operações com gado e produtos do seu abate sujeitas ou não ao pagamento do ICMS, e dos regimes de tributação a elas inerentes, observar-se-ão as seguintes disposições regulamentares:*

I - isenção: art. 14, VII a XI;
II - redução da base de cálculo: art. 78, II;
III - diferimento: art. 444;
IV - crédito presumido: art. 96, VIII e X;
V - suspensão da incidência:
a) remessa para exposição: art. 459;
b) transferência de pastagem: arts. 460 e 461;
c) eqüinos de raça: art. 463, § 8º;
VI - alíquota especial: art. 51, I, "b";
VII - forma de pagamento do imposto: art. 446."

CAPÍTULO XIV
DAS OPERAÇÕES COM LEITE

Art. 465. São isentas do ICMS as sucessivas operações internas com leite pasteurizado com destino a consumo final:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 465 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 465 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 23/11/02 a 30/12/02:
"Art. 465. São isentas do ICMS as operações com leite, nas saídas internas efetuadas por estabelecimento varejista, com destino a consumidor final (Conv. ICM 25/83 e Conv. ICMS 121/89):"

Redação originária, efeitos até 22/11/02:
"Art. 465. São isentas do ICMS as operações com leite, nas saídas internas efetuadas por estabelecimento varejista, com destino a consumidor final (Convs. ICM 07/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91 e 124/93):
I - de leite pasteurizado tipo especial, com 3,2% de gordura; (efeitos até 30/12/02)
II - de leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com 2,0% de gordura." (efeitos até 30/12/02)

I - de leite pasteurizado tipo especial, com 3,2% de gordura;

II - de leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com 2,0% de gordura;

III - de leite tipos "A" e "B".

Parágrafo único. Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 465 foi revogado pela Alteração nº 36 Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02, efeitos a partir de 23/11/02.

Redação originária, efeitos até 22/11/02:
"Parágrafo único. São tributadas normalmente as operações de saídas de leite pasteurizado tipo "B" e de leite tipo longa-vida."

Art. 466. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas sucessivas saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, destinado a estabelecimento industrial situado neste Estado, para o momento que ocorrer a saída (Convs. ICM 07/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91 e 124/93):

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 466 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 466 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 27/06/01 a 30/12/02:
"Art. 466. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, efetuadas por produtor rural com destino a outro produtor rural para fins de resfriamento e granelização ou a estabelecimento industrial, bem como deste para estabelecimento comercial atacadista de que o remetente seja titular, todos situados neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída (Convs. ICM 07/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91 e 124/93):"

Redação originária, efeitos até 26/06/01:
"*Art. 466. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas saídas de leite fresco, pasteurizado ou não, efetuadas por produtor rural com destino a estabelecimento industrial, bem como deste para estabelecimento comercial atacadista de que o remetente seja titular, todos situados neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída (Convs. ICM 7/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91 e 124/93):*"

I - revogado.

Nota: O I do art. 466 foi revogado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).

Redação originária:
"I - para estabelecimento de terceiro ou para estabelecimento varejista do próprio remetente;"

II - revogado.

Nota: O II do art. 466 foi revogado pela Alteração nº 61 (Decreto nº 9292, de 29/12/04, DOE de 30/12/04).

Redação originária:
"II - para consumidor final;"

III - para outra unidade da Federação ou para o exterior; ou

IV - dos produtos resultantes de sua industrialização.

§ 1º É dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, relativamente às aquisições de leite pelo estabelecimento, nas subseqüentes operações de saídas isentas do imposto, nos termos do art. 465.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 466 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 1º É dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido, relativamente às aquisições de leite pelo estabelecimento, nas subseqüentes operações de saídas:
I - isentas do imposto, nos termos do art. 465;
II - com redução de base de cálculo, de acordo com o art. 467."

§ 2º No tocante ao diferimento do lançamento do imposto nas operações com leite, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: art. 347 (lançamento); art. 348 (prazos ou momentos do recolhimento); art. 348, § 3º, I (dispensa do pagamento antecipado nas saídas sem adoção do diferimento);

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350.

§ 3º Quanto à possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito do produto desacompanhado de documentação fiscal, observar-se-á o disposto no art. 443.

Art. 467. Revogado

Nota: O art. 467 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02)

Redação anterior dada ao *caput* do art. 467 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 23/11/02 a 30/12/02:
"Art. 467. É reduzida de 50% a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas de leite efetuadas por estabelecimento industrial ou atacadista, com destino a estabelecimento varejista ou a consumidor final (Conv. ICM 25/83 e Conv. ICMS 121/89):"

O parágrafo único do art. 467 foi revogado pela Alteração nº 36 Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02, efeitos a partir de 23/11/02.

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"Art. 467. É reduzida de 50% a base de cálculo do ICMS nas operações de saídas internas de leite efetuadas por estabelecimento industrial ou atacadista, com destino a estabelecimento varejista ou a consumidor final (Convs. ICM 07/77, 25/83 e 7/84, e Convs. ICMS 121/89, 43/90, 78/91, 124/93 e 36/94): (efeitos até 22/11/02)
I - de leite pasteurizado tipo especial, com 3,2% de gordura;
II - de leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com até 2,0% de gordura.
Parágrafo único. Não se aplica a redução da base de cálculo nas saídas de leite pasteurizado tipo "B" e de leite tipo longa-vida, cujas operações são tributadas integralmente." (efeitos até 22/11/02)

CAPÍTULO XV
DAS OPERAÇÕES COM CANA-DE-AÇÚCAR EM CAULE E SEUS DERIVADOS

SEÇÃO I
Do Diferimento nas Operações com Cana-de-Açúcar e do Tratamento Fiscal Relativo a Cana-de-Açúcar e

Seus Derivados

Art. 468. É diferido o lançamento do ICMS incidente:

Nota: A redação atual do art. 468 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"Art. 468. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas saídas de cana-de-açúcar em caule efetuadas por estabelecimento de produtor com destino a usina situada neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída:
I - para outra unidade da Federação;
II - para o exterior; ou
III - dos produtos resultante de sua industrialização ou moagem.".

I - nas saídas de cana-de-açúcar em caule efetuadas por estabelecimento de produtor com destino a usina situada neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

a) para outra unidade da Federação;

b) para o exterior; ou

c) dos produtos resultante de sua industrialização ou moagem.

II - nas saídas internas de melaço e de mel rico destinados à usina ou destilaria para fabricação de álcool, para o momento em que ocorrer a saída:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 468 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária:
"II - nas saídas internas de melaço e de mel rico destinadas à usina ou destilaria para fabricação de álcool etílico hidratado para fins carburantes, para o momento em que ocorrer a saída:
a) para outra unidade da Federação;
b) para o exterior; ou
c) do álcool hidratado do estabelecimento da distribuidora de combustíveis, desde que a saída deste, do estabelecimento da usina ou destilaria, seja beneficiada pelo diferimento previsto na alínea "a" do inciso III do art. 511.

a) para outra unidade da Federação;

b) para o exterior; ou

c) dos produtos resultantes de sua industrialização.

Art. 469. Na exportação de álcool, aguardente e açúcar, é dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido.

Nota: A redação atual do art. 469 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"Art. 469. Na exportação de álcool, aguardente e açúcar, é dispensado o lançamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido relativamente às aquisições de cana-de-açúcar.".

Art. 470. Revogado.

Nota: O art. 470 foi revogado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação originária, efeitos até 28/07/04:
"Art. 470. Nas operações com cana-de-açúcar e seus derivados, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:
I - diferimento nas operações com:

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso I do art. 470 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99):
"a) cana-de-açúcar e derivados: art. 468;"

Redação originária da alínea "a":
"a) cana-de-açúcar: art. 468;".

"b) álcool: art. 511;"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 470 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).
"*II -habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;"*

Redação originária do inciso II:
"II - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344; art. 511, § 1º;".

"III - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348; art. 469;
IV - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;
V - alíquota aplicável nas operações com:
a) álcool: art. 51, II, "e", e § 2º;
b) bebidas alcoólicas: art. 51, II, "b";"

Redação anterior dada à alínea "c" do inciso V, tendo sido acrescentada ao inciso V do art. 470 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).
"*c) álcool carburante: arts. 512-A e 512-B; arts. 371 e 372;*"

"VI - substituição ou antecipação tributária, nas operações com:
a) bebidas alcoólicas: art. 353, II, item 2; arts. 371 e 372;
b) açúcar: art. 353, II, item 12; arts. 371 e 372;
c) álcool carburante: art. 512; arts. 371 e 372;"

Redação originária do inciso VII do art. 470, tendo sido revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99:
"VII - operações com cana-de-açúcar, melaço, mel e álcool etílico hidratado combustível - isenção, crédito presumido, manutenção de crédito: art. 515;"

"VIII - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito do produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443."

SEÇÃO II
Das Obrigações Acessórias da Usina Açucareira e da Destilaria de Álcool,
Inclusive asPrevistas na Legislação Federal

Art. 471. Na entrada de cana-de-açúcar no estabelecimento fabricante de açúcar ou álcool, serão emitidos pelo destinatário os seguintes documentos:

I - Nota Fiscal, no final de cada dia, englobando todas as entradas de cana, na qual, dispensada a consignação de valor, constarão as seguintes indicações:

a) em lugar do nome do remetente, a expressão "Entrada de cana do dia ...../..../.....";

b) a quantidade de cana, em quilogramas, pesada em cada balança, e os números dos respectivos Certificados de Pesagem de Cana;

c) a quantidade total, em quilogramas, entrada no estabelecimento;

d) a observação: "Art. 471 do RICMS-BA";

II - Certificado de Pesagem de Cana;

III - Nota Fiscal de Entrada - Registro de Canas de Fornecedores;

IV - Listagem Mensal das Notas Fiscais de Entrada - Registro de Canas de Fornecedores.

§ 1º A Nota Fiscal emitida na forma do inciso I será lançada no Registro de Entradas apenas nas colunas relativas ao número, série, data e "Observações".

§ 2º Os documentos mencionados nos incisos II, III e IV serão emitidos na forma e nas hipóteses previstas na legislação federal.

§ 3º O estabelecimento fabricante poderá requerer regime especial para dispensa da emissão de Nota Fiscal por parte dos produtores fornecedores de cana ao seu estabelecimento, mesmo que os remetentes sejam pessoas obrigadas à manutenção de escrita fiscal ou sejam pertencentes ao próprio engenho, devendo o regime especial fixar os mecanismos de controle necessários e estipular a forma como será feita a escrituração fiscal, pelos remetentes, quando inscritos na condição de contribuintes normais.

§ 4º Fica o estabelecimento fabricante de açúcar e álcool dispensado da escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, que será suprida pelos lançamentos efetuados nos livros exigidos pela legislação federal:

I - Livro de Produção Diária de Açúcar (LPD - Parte I);

II - Livro de Produção Diária de Álcool (LPD - Parte II).

SEÇÃO III
Das Obrigações Acessórias do Fabricante de Aguardente

Art. 472. Em substituição ao tratamento convencional de emissão de documentos fiscais e de escrituração do Registro de Entradas e do Registro de Controle da Produção e do Estoque, poderá o estabelecimento fabricante de aguardente de cana-de-açúcar optar pelo controle fiscal previsto nesta seção.

§ 1º Para concessão da autorização fiscal do regime de que cuida este artigo, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - o estabelecimento fabricante de aguardente (engenho) deverá manter relógio-medidor, tipo hidrômetro, instalado no final da coluna de vazão do equipamento de fabricação da aguardente;

II - quanto ao relógio-medidor aludido no inciso precedente:

a) o engenho exigirá do fabricante ou importador certificado de garantia contra defeitos técnicos do aparelho, no qual seja assegurado, após aferição feita na posição (leitura ou medição) em que tiver sido instalado, que a margem de erro não excederá a 3%;

b) o engenho providenciará a lacração de todos os pontos anteriores ao relógio-medidor suscetíveis de permitir desvio do produto antes de sua medição pelo aparelho, devendo essa lacração ser feita por empresa ou técnico credenciado pelo fisco (§ 4º);

c) no ato da lacração, o técnico responsável pelo procedimento lavrará termo, no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, contendo:

1 - em destaque, a expressão: "ATESTADO DE LACRAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA FINS FISCAIS";

2 - o nome da empresa usuária do equipamento, sua inscrição estadual e CGC;

3 - a identificação do relógio-medidor: marca, modelo, número de fabricação, se houver, e outros dados identificativos;

4 - especificação detalhada dos locais onde foram apostos os lacres;

5 - a posição (leitura ou medição) do relógio-medidor no momento da lacração, com indicação da hora, dia, mês e ano;

6 - o motivo da intervenção técnica no equipamento e a discriminação dos serviços executados, quando for o caso;

7 - as datas, inicial e final, da intervenção técnica;

8 - os números dos lacres retirados e/ou colocados em razão da intervenção técnica no equipamento, se houver;

9 - o nome do credenciado que efetuou a intervenção imediatamente anterior, tendo havido, bem como o número e a data do respectivo Atestado de Lacração;

10 - declaração, nos seguintes termos: "Na condição de credenciado, atestamos, com pleno conhecimento do disposto na legislação referente ao crime de sonegação fiscal, e sob nossa inteira responsabilidade, inclusive no tocante à responsabilidade solidária, que os lacres colocados no equipamento identificado neste atestado atendem às disposições previstas na legislação pertinente";

11 - o local, a data e a assinatura do técnico responsável pela lacração, com indicação do seu nome completo e número do seu documento de identificação;

12 - a assinatura do titular, sócio ou representante legal do estabelecimento usuário do equipamento;

13 - o carimbo identificativo da empresa ou técnico credenciado, com indicação do nome, endereço e número do processo pelo qual foi credenciado pelo fisco para intervir e lacrar o equipamento medidor;

III - o engenho, uma vez de posse do certificado de garantia e já tendo providenciado a lacração de que cuidam as alíneas "b" e "c" do inciso anterior, comunicará a sua opção, por escrito, à Inspetoria Fazendária a que estiver vinculado;

Nota: A redação atual do inciso III, do § 2º do art. 408-B foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo

IV - o Auditor Fiscal incumbido da verificação:

a) cotejará os lacres apostos no equipamento com as informações consignadas no termo aludido na alínea "c" do inciso II, atentando para a eventual existência de desvio de vazão não lacrada;

b) estando tudo em ordem, lavrará termo no livro próprio, registrando, expressamente:

1 - a posição (leitura ou medição) do medidor no momento da verificação fiscal, com indicação da hora, dia, mês e ano;

2 - a sua conclusão, favorável ou não à concessão do regime, sendo que, sendo favorável, a manifestação fiscal surte efeito de autorização provisória do regime;

c) transcreverá no processo administrativo o teor do termo mencionado na alínea anterior;

d) anexará ao processo administrativo cópia do termo de lacração referido na alínea "c" do inciso II;

e) encaminhará o processo ao Inspetor Fiscal, para homologação, se for o caso, da autorização;

V - uma vez lavrado, pelo fisco, o termo previsto na alínea "b" do inciso anterior, sendo o parecer fiscal favorável ao atendimento do pedido, poderá o contribuinte, desde então, passar a utilizar o regime de que trata este artigo.

§ 2º A autorização poderá ser cassada a qualquer tempo, a critério do fisco.

§ 3º Havendo necessidade de efetuar o rompimento de qualquer dos lacres referidos na alínea "b" do inciso II do § 1º, por razões imperiosas de manutenção ou reparo do equipamento, observar-se-á o seguinte:

I - o rompimento do lacre só poderá ser feito por empresa ou técnico credenciado pelo fisco (§ 4º);

II - o técnico que houver feito o rompimento do lacre, na forma do inciso anterior, colocará novo lacre tão logo haja cessado a causa do rompimento, devendo lavrar termo do procedimento, compreendendo a deslacração e a nova lacração, com indicação, em ambos os casos, da hora exata, dia, mês e ano de cada ocorrência, no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (§ 4º);

III - o rompimento dos lacres aludidos neste artigo ou a ocorrência de qualquer defeito, dano ou acidente que comprometa o bom funcionamento do relógio-medidor deverão ser comunicados à repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento, no prazo de 24 horas;

IV - o não-atendimento ao disposto no inciso anterior poderá, a critério do fisco, acarretar a cassação da autorização do regime, sem prejuízo de outras medidas fiscais, inclusive arbitramento da base de cálculo do imposto.

§ 4º Para fins de concessão de credenciamento de empresa ou técnico para efetuar o lacre do relógio-medidor, para os efeitos do § 1º, observar-se-á o seguinte:

I - poderão ser credenciados:

a) os fabricantes;

b) os revendedores autorizados pelos fabricantes;

c) as empresas possuidoras de atestado de capacitação técnica fornecido pelos fabricantes;

d) os demais interessados que possuam capacitação técnica reconhecida pelo fisco;

II - para habilitarem-se ao credenciamento, as empresas formalizarão requerimento dirigido ao Diretor de Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte, instruindo-o com:

Nota: A redação atual do *caput* inciso II, do § 4º art. 472 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"II - para habilitarem-se ao credenciamento, as empresas formalizarão requerimento dirigido ao Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, instruindo-o com:"

a) os documentos comprobatórios das condições indicadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso anterior, se for o caso;

b) fotocópia do contrato social, registro de firma individual, estatuto ou ato de constituição da sociedade, devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia;

c) modelo do selo de lacração a ser utilizado, com o respectivo símbolo identificador da empresa lacradora, os quais deverão ser numerados em ordem seqüencial;

III - atendidas as exigências previstas neste Regulamento, o Diretor de Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte baixará ato específico de credenciamento, documento sem o qual será vedada qualquer intervenção no equipamento, depois de autorizado o regime;

Nota: A redação atual do *caput* inciso III, do § 4º art. 472 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"III - atendidas as exigências previstas neste Regulamento, o Diretor do Departamento de Administração Tributária do baixará ato específico de credenciamento, documento sem o qual será vedada qualquer intervenção no equipamento, depois de autorizado o regime;"

IV - serão suspensos ou cancelados os credenciamentos das empresas que, direta ou indiretamente, contribuírem para violação dos dispositivos técnicos de segurança ou forem coniventes com a utilização irregular do equipamento;

V - constitui atribuição e conseqüente responsabilidade do credenciado:

a) lavrar os termos de lacração referidos no inciso II do § 1º e no § 3º;

b) instalar e, nas hipóteses expressamente previstas, remover os lacres referidos no inciso II do § 1º e no § 3º, dispositivos estes destinados a evidenciar eventual violação do equipamento;

c) intervir no equipamento para manutenção, reparos e outros atos da espécie;

VI - é de exclusiva responsabilidade do credenciado a guarda dos dispositivos de segurança (lacres), de forma a evitar a sua utilização indevida;

VII - a remoção do dispositivo assegurador da inviolabilidade do equipamento (lacres) somente poderá ser feita nas seguintes hipóteses:

a) manutenção, conserto, adaptação ou instalação de dispositivos em que seja indispensável aquela

medida, caso em que será feita prévia comunicação ao fisco estadual, pelo contribuinte;

b) determinação do fisco;

c) outras situações, mediante prévia autorização do fisco;

VIII - para realização das intervenções previstas neste parágrafo, o equipamento poderá ser retirado do estabelecimento pelo credenciado ou pelo usuário, mediante emissão de Nota Fiscal;

IX - a empresa ou técnico credenciado nos termos deste parágrafo comunicará à repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento usuário do equipamento, no prazo de 24 horas, qualquer intervenção técnica efetuada no equipamento que implique remoção dos lacres.

Art. 473. Nas remessas, neste Estado, de cana-de-açúcar em caule de estabelecimentos produtores com destino a engenho que haja obtido a autorização prevista no artigo anterior, fica dispensada a emissão de documentos fiscais, mesmo que o remetente seja pessoa obrigada à manutenção de escrita fiscal ou seja pertencente ao próprio engenho, sendo bastante que o condutor do veículo esteja de posse de cópia da referida autorização concedida pelo fisco.

Art. 474. Fica o engenho dispensado da emissão de Nota Fiscal para documentar a entrada relativa a cada recebimento de cana-de-açúcar remetida na forma do artigo anterior, devendo, no final do dia, emitir Nota Fiscal (entrada), que englobará todas as entradas, na qual, dispensada a consignação do valor, constarão as seguintes indicações:

I - em lugar do nome do remetente, a expressão "Entrada de cana do dia ../../..";

II - a quantidade de cana, em quilogramas, entrada ano engenho;

III - a observação: "Art. 474 do RICMS-BA".

Parágrafo único. A Nota Fiscal emitida na forma deste artigo será lançada no Registro de Entradas apenas nas colunas relativas ao número, série, data e "Observações".

Art. 475. No último dia do mês, o engenho emitirá Nota Fiscal relativamente às entradas de cana-de-açúcar de cada fornecedor ocorridas durante o período.

§ 1º Quanto à Nota Fiscal de que cuida este artigo:

I - será também emitida mesmo em relação à entrada de cana remetida por estabelecimento pertencente a pessoa obrigada à manutenção de escrita fiscal ou ao próprio engenho;

II - embora relativa às entradas de cana até o último dia do mês, poderá ser emitida até o 5º dia útil do mês subseqüente;

III - será lançada no Registro de Entradas, nas colunas "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto - Outras".

§ 2º A 1ª via da Nota Fiscal de que cuida este artigo será enviada ao fornecedor, para os fins do artigo seguinte.

Art. 476. O produtor rural obrigado a inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS deverá:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 476 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:

"Art. 476. O estabelecimento produtor obrigado à manutenção de escrita fiscal deverá:"

I - emitir Nota Fiscal, à vista da 1ª via da Nota Fiscal emitida pelo engenho na forma do artigo anterior, relativa às operações de que trata o art. 473, no prazo de 5 dias, contado do recebimento da referida via;

II - tratando-se de produtor obrigado à manutenção de escrita fiscal, escriturar no Livro Registro de Saídas a Nota fiscal emitida na forma do inciso anterior.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 476 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária:
"II - escriturar no Registro de Saídas a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior."

Art. 477. Em substituição à escrituração do Registro de Controle da Produção e do Estoque, o engenho que observar o controle fiscal previsto nos artigos anteriores desta seção deverá elaborar, no último dia de cada mês, um demonstrativo das entradas, da produção, das saídas e dos estoques, englobando os dados relativos ao período findo.

Parágrafo único. O demonstrativo será mantido em poder do contribuinte, à disposição do fisco.

Art. 478. A Nota Fiscal relativa à saída de aguardente, emitida pelo engenho de que trata esta seção, conterá, além dos demais requisitos, a graduação alcoólica, expressa em graus G.L (Gay Lussac)., e a temperatura.

Art. 479. Em substituição ao livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, o fabricante de aguardente de cana-de-açúcar (engenho) deverá elaborar, diariamente, demonstrativos das entradas, da produção, das saídas e dos estoques.

Parágrafo único. Os demonstrativos de que cuida este artigo serão mantidos em poder do contribuinte, à disposição do fisco.

Art. 480. Os demonstrativos previstos no artigo anterior serão elaborados, também, pelo estabelecimento que adquirir ou receber, a qualquer título, aguardente a granel ou por alguma forma acondicionada em embalagem provisória.

Art. 481. O engenho que observar o controle fiscal previsto nos arts. 472 a 478 fica dispensado da elaboração diária dos demonstrativos de que trata o art. 479, devendo atender ao disposto no art. 477.

CAPÍTULO XVI
DAS OPERAÇÕES COM CAFÉ E SEUS DERIVADOS

SEÇÃO I
Do Diferimento nas Operações com Café Cru e das Situações que Ponham Termo ao Diferimento

Art. 482. É diferido o lançamento do ICMS nas sucessivas saídas de café cru, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

I - da mercadoria para outra unidade da Federação;

II - da mercadoria para o exterior; ou

III - dos produtos resultantes de sua industrialização, inclusive torrefação e moagem.

Parágrafo único. Nas operações com café cru e seus derivados, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - redução da base de cálculo nas operações internas com café torrado ou moído: art. 87, inc. XIV;

Nota: A redação atual do inciso IV, do parágrafo único do art. 482 foi dada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276, de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação originária:
"IV - alíquota aplicável às operações com café torrado ou moído: art. 51, I, "a";"

V - substituição ou antecipação tributária nas operações com café torrado ou moído: art. 353, II, item 10, e arts. 371 e 372;

VI - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito do produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

SEÇÃO II
Da Circulação de Café Cru, Inclusive Quando em Trânsito pelo Território Baiano

Art. 483. Na circulação de café cru, em coco ou em grão, tanto nas saídas como nos recebimentos ou no simples trânsito da mercadoria pelo território deste Estado, observar-se-á o seguinte (Conv. ICM 22/88 e Conv. ICMS 71/90):

I - nas operações interestaduais, o ICMS será pago mediante guia própria, antes do início da remessa;

II - na hipótese de não haver imposto a recolher, a Nota Fiscal será acompanhada de guia negativa ou de documento de arrecadação visado pelo Fisco de origem, emitido pelo remetente da mercadoria, em cujo corpo deverá constar o demonstrativo do débito e crédito fiscal (Conv. ICMS 57/02).

Nota: A redação atual do inciso II do art. 483 foi dada pela Alteração nº 35 ((Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 05/07/02.

Redação originária, efeitos até 04/07/02:
"II - na hipótese de não haver imposto a recolher, a Nota Fiscal será acompanhada de guia negativa emitida pela unidade federada de origem;"

III - constituirá crédito fiscal do adquirente o ICMS destacado na Nota Fiscal, desde que acompanhada do formulário Controle de Saídas Interestaduais de Café (CSIC), Anexo 77, e da guia emitida na forma do inciso I;

IV - à vista do comprovante do pagamento do imposto referido no inciso I, o fisco deverá:

a) conferir a documentação fiscal em cotejo com a mercadoria;

b) lacrar a carga do veículo;

c) emitir o Controle de Saídas Interestaduais de Café (CSIC), em 3 vias, na forma de etiqueta adesiva, devendo cada qual ser colada, respectivamente, no verso da 1ª, 2ª e 3ª vias da Nota Fiscal, sendo obrigatória a sua autenticação, mediante assinatura e carimbos identificadores do funcionário e da repartição, retendo-se a 3ª via da Nota Fiscal;

d) anotar a numeração dos lacres utilizados:

1 - na Nota Fiscal, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares";

2 - no espaço próprio do CSIC;

V - as providências previstas no inciso anterior serão adotadas pelo fisco nas saídas de café cru, em coco ou em grão, efetuadas pelo estabelecimento em que tiver sido produzido, com destino a cooperativa a que esteja filiado ou a armazém geral para depósito em nome do remetente, e desde que atendidas as disposições previstas na legislação estadual, ficando dispensada a apresentação do comprovante do pagamento do imposto nas operações internas amparadas pelo regime de diferimento;

VI - a repartição fiscal do domicílio tributário do contribuinte destinatário procederá à deslacração da carga, cotejando a mercadoria com a respectiva documentação fiscal, conferindo os números dos lacres e lavrando o Termo de Deslacração de Café (TDC), Anexo 78;

VII - quando houver necessidade de deslacração intermediária, essa providência será efetuada pelo fisco da unidade federada onde se encontrar a mercadoria, que deverá:

a) adotar os procedimentos previstos no inciso VI;

b) proceder à nova lacração, anotando nas vias da Nota Fiscal a ocorrência, bem como a numeração dos novos lacres utilizados;

VIII - as unidades federadas destinatárias enviarão às unidades federadas remetentes, mensalmente, relação detalhada de todas as cargas de café recebidas no mês anterior, sendo que o disposto neste inciso aplica-se, também, à hipótese prevista no inciso VII;

IX - o disposto nos incisos IV, V, VI e VII não se aplica ao Estado do Rio de Janeiro, caso em que:

a) o referido Estado:

1 - exigirá do contribuinte destinatário do café situado em seu território o correspondente lacre e uma via do respectivo documento fiscal;

2 - remeterá à unidade federada de origem, juntamente com a relação de que trata o inciso VIII, o lacre e a via do documento aludido no item 1;

b) as atribuições contidas nos incisos IV e V competem à primeira unidade federada por onde transitar o café, observado, no que couber, o disposto no inciso VII.

SEÇÃO III
Da Base de Cálculo das Operações Internas e Interestaduais com Café Cru

Art. 484. Nas operações interestaduais com café cru, a base de cálculo do ICMS a ser adotada para as saídas que ocorrerem de segunda-feira a domingo de cada semana é o valor resultante da média ponderada das exportações efetuadas do primeiro ao último dia útil da segunda semana imediatamente anterior, através dos portos de Santos, do Rio de Janeiro, de Vitória, de Varginha e de Paranaguá, relativamente aos cafés arábica e conillon (Convs. ICMS 15/90 e 78/90).

§ 1º A conversão em moeda nacional do valor apurado com base neste artigo será efetuada mediante a utilização da taxa cambial para compra do dólar dos Estados Unidos do segundo dia imediatamente

anterior, divulgada pelo Banco Central do Brasil no fechamento do câmbio livre.

§ 2º Em se tratando de café cru em coco, a base de cálculo é o valor previsto neste artigo à proporção de 3 sacas de 40 quilos de café cru em coco para 1 (uma) saca de 60 quilos de café cru em grão da melhor qualidade.

§ 3º Os valores de que cuida este artigo entendem-se como exatos e líquidos, vedado qualquer acréscimo, desconto ou redução.

Art. 485. A apuração do valor previsto no *"caput"* do artigo anterior será feita na seguinte forma, segundo protocolos firmados (Protocs. ICMS 7/90 e 22/90):

I - compete à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a responsabilidade de calcular e divulgar a base de cálculo referida no *"caput"* do artigo anterior;

II - as unidades federadas deverão calcular e informar à Diretoria Executiva da Administração Tributária (DEAT-G) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, até a terça-feira de cada semana, a média apurada;

III - à vista das médias informadas, a Diretoria Executiva da Administração Tributária (DEAT-G) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo deverá calcular e divulgar, até a quinta-feira de cada semana, a base de cálculo citada no *"caput"* do artigo anterior.

Art. 486. Na operação que destine café cru a indústria de torrefação e moagem e de café solúvel situada nesta ou em outra unidade da Federação, a base de cálculo do imposto é o valor da operação, observado, quando for o caso, o disposto no art. 56 (Convs. ICMS 15/90, 78/90, 90/92 e 75/93).

§ 1º Nas operações interestaduais, se ao café for dado destino diverso do indicado neste artigo, caberá à unidade da Federação de origem exigir a complementação do ICMS, calculada sobre a base de cálculo prevista no artigo anterior (Conv. ICMS 90/92).

§ 2º Quanto à operação prevista neste artigo, o remetente da mercadoria indicará, no documento fiscal, que o café se destina a industrialização.

SEÇÃO IV
Das Vendas, ao Governo Federal, de Café Cru em Grãos Leiloado em Bolsa e suas remessas à Indústria de Café Solúvel

Nota: A denominação atual da Seção IV foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Denominação originária:
"SEÇÃO IV
Das Vendas de Café Cru ao Governo Federal e das Vendas de Café em Grão Leiloado em Bolsa pelo Governo Federal"

Art. 487. Nas operações com café em que tome parte o Governo Federal, além das demais disposições regulamentares, observar-se-á, especialmente, o seguinte:

I - nas vendas de café ao Governo Federal, a base de cálculo é o preço mínimo de garantia;

II - nas vendas de café cru em grão efetuadas em Bolsa de Mercadorias ou de Cereais e nas remessas a estabelecimento industrial de café solúvel abrangidas pelo Programa de Exportações de Café Solúvel, com o fim de posterior exportação, efetuadas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, com a intermediação do Banco do Brasil S.A. (Convs. ICMS 132/95, 64/99 e 04/00):

Nota: A redação atual do inciso II do art. 487 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a partir de 01/04/00.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 487 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 28/10/99:
"II - nas vendas de café cru em grão efetuadas em Bolsa de Mercadorias ou de Cereais pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, com a intermediação do Banco do Brasil S.A. (Conv. ICMS 132/95 e 64/99):"

Redação originária:
"*II - nas vendas de café cru em grão efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), com a intermediação do Banco do Brasil S. A. (Conv. ICMS 132/95):*".

a) o recolhimento do ICMS devido na operação será efetuado, mediante guia especial, pelo Banco do Brasil S.A., em nome do Ministério da Agricultura e Abastecimento, nos prazos a seguir indicados (Conv. ICMS 64/99):

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 487 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 28/10/99.

Redação originária:
"*a) o recolhimento do imposto devido na operação será efetuado, mediante guia especial, pelo Banco do Brasil S. A., em nome do MICT, nos prazos a seguir indicados:*".

1 - até o dia 15, relativamente às Notas Fiscais emitidas durante o período compreendido entre os dias 1º e 10 de cada mês;

2 - até o dia 25, relativamente às Notas Fiscais emitidas durante o período compreendido entre os dias 11 e 20 de cada mês;

3 - até o dia 5, relativamente às Notas Fiscais emitidas durante o período compreendido entre os dias 21 e o último dia do mês anterior;

b) poderá o Banco do Brasil S. A. efetuar o recolhimento do imposto no Distrito Federal, mediante a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), por intermédio de agente financeiro credenciado;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 487 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"b) poderá o Banco do Brasil S. A. efetuar o recolhimento do imposto no Distrito Federal, mediante a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), por intermédio de agente financeiro credenciado;"

c) na falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, o valor pertinente será exigido do Banco do Brasil S. A., na qualidade de responsável solidário;

d) fica o Banco do Brasil S. A. autorizado a emitir, relativamente às operações previstas neste inciso, Nota

Fiscal, conforme modelo aprovado pelo Convênio ICMS 46/94 (Anexo 20 deste Regulamento), em 5 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

1 - a 1ª via acompanhará a mercadoria e será entregue ao destinatário pelo transportador;

2 - a 2ª via acompanhará a mercadoria, para fins de controle na unidade da Federação do destinatário;

3 - a 3ª via ficará com o emitente, para exibição ao fisco;

4 - a 4ª via destinar-se-á ao controle do fisco da unidade da Federação onde estiver depositado o café;

5 - a 5ª via destinar-se-á ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento (Conv. ICMS 64/99);

Nota: A redação atual do item 5, da alínea "d", do inciso II do art. 487 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 28/10/99.

Redação originária:
"*5 - a 5ª via destinar-se-á ao MICT;*".

e) poderá o Banco do Brasil S. A., em substituição às vias previstas nos itens 4 e 5 da alínea anterior, fornecer, até o dia 10 de cada mês, listagem emitida por sistema eletrônico de processamento de dados ou, se autorizado pelo destinatário da via, por meio magnético, com todos os dados da Nota Fiscal, conforme o Manual de Orientação aprovado pela cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 57/95 e modificado pelo Convênio ICMS 75/96 (Conv. ICMS 76/96);

f) na hipótese de estar o café depositado em armazém de terceiro, a Nota Fiscal terá uma via adicional, que poderá ser substituída por cópia reprográfica da 1ª via, destinada a controle do depositário;

g) na Nota Fiscal, serão indicados, no campo "G", o local onde será retirada a mercadoria e os dados identificativos do armazém depositário;

h) será emitida uma Nota Fiscal em relação à carga de cada veículo que transportar a mercadoria;

i) em relação à Nota Fiscal prevista na alínea "d", serão observadas as demais normas contidas no Convênio do SINIEF;

j) poderá o Banco do Brasil S. A., por sua Agência Central no Distrito Federal, solicitar a autorização prevista no art. 16 do Convênio do SINIEF, para confecção dos formulários contínuos para a emissão da Nota Fiscal a que alude a alínea "d" apenas à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, em numeração única a ser utilizada por todas as suas agências no País que tenham participação nas operações de que cuida este inciso;

l) para a distribuição dos formulários contínuos à agência que deles irá fazer uso, a Agência Central do Banco do Brasil no Distrito Federal deverá:

1 - efetuar comunicação, em função de cada agência destinatária dos impressos, em relação à repartição fiscal que concedeu a autorização para a sua confecção, a qual reterá a 1ª via, para fins de controle, devolvendo as 2ªs, 3ªs e 4 ªs vias, devidamente visadas, ao Banco do Brasil S. A.;

2 - entregar a 2ª via da comunicação referida no item anterior à Secretaria da Fazenda da unidade da Federação onde estiver localizada a agência recebedora dos impressos da Nota Fiscal;

3 - manter a 3ª via da comunicação na agência recebedora dos impressos e a 4ª via na Agência Central do Distrito Federal, para efeito de controle;

m) é vedada a retransferência dos formulários contínuos entre dependências que tenham inscrições diferentes;

n) poderá o Banco do Brasil S. A. manter inscrição única relativamente a todas as suas dependências situadas neste Estado;

o) até o dia 15 de cada mês, o Banco do Brasil S. A. remeterá à unidade federada onde estava depositada a mercadoria, listagem relativa às operações realizadas no mês anterior, contendo:

1 - o nome, o endereço, o CEP e os números de inscrição, estadual e no CGC, dos estabelecimentos remetente e destinatário;

2 - o número e a data de emissão da Nota Fiscal;

3 - a mercadoria e sua quantidade;

4 - o valor da operação;

5 - o valor do ICMS relativo à operação;

6 - a identificação do banco e da agência em que foi efetuado o recolhimento, a data e o valor do respectivo documento de arrecadação;

p) em substituição à listagem de que cuida a alínea anterior, poderá ser exigido que as informações sejam prestadas em meio magnético ou por teleprocessamento, conforme o Manual de Orientação aprovado pela cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 57/95 e modificado pelo Convênio ICMS 75/96 (Conv. ICMS 76/96);

q) o Banco do Brasil S. A. fica sujeito à legislação tributária aplicável às normas instituídas pelo Convênio ICMS 132/95;

r) a observância das disposições deste Convênio dispensa o Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento de escriturar os livros fiscais, relativamente às operações nele descritas (Conv. ICMS 41/96 e 64/99).

Nota: A redação atual da alínea "r", do inciso II do art. 487 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99), efeitos a partir de 28/10/99.

Redação originária:
"*r) a observância das disposições do Convênio ICMS 132/95 dispensa o Banco do Brasil S. A. e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo de escriturar os livros fiscais, relativamente às operações nele descritas (Conv. ICMS 41/96).*".

s) na emissão da Nota Fiscal de que trata a alínea “d”, o Banco do Brasil deverá apor a expressão "Remessa para Indústria Café Solúvel - Convênio ICMS 04/00" (Conv. ICMS 04/00).

Nota: A alínea "s" foi acrescentada ao inciso II pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

SEÇÃO V
Do Recolhimento do Imposto nas Operações com Café Cru

Art. 488. O recolhimento do imposto relativo às operações com café cru, em coco ou em grão, será

efetuado:

I - tratando-se de imposto cujo lançamento tenha sido diferido para o momento da saída do produto de estabelecimento torrefador e moageiro: no prazo previsto no art. 348, § 1º, II;

II - no momento da saída do café cru, em coco ou em grãos (arts. 347 e 348):

a) tratando-se de operação em que não se aplique o diferimento do lançamento do imposto;

b) pelo arrematante, quando o café for vendido por órgão ou entidade do governo federal em bolsa de mercadorias, ressalvado o disposto no inciso II do artigo anterior;

c) em qualquer outra hipótese.

Parágrafo único. Na exportação de produtos resultantes da industrialização de café, observar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 343 e no § 3º do art. 347.

CAPÍTULO XVII
DAS OPERAÇÕES COM CACAU SEUS DERIVADOS

Art. 489. É diferido o lançamento do ICMS nas sucessivas saídas de cacau em amêndoas, dentro do Estado, para o momento em que ocorrer a saída:

I - da mercadoria para outra unidade da Federação;

II - da mercadoria para o exterior; ou

III - dos produtos resultantes de sua industrialização.

Art. 490. Na exportação, para o exterior, de cacau ou de produto industrializado derivado de cacau em amêndoas adquirido pelo fabricante com diferimento do lançamento do imposto, observar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 343 e no § 3º do art. 347.

Art. 491. Nas operações com cacau em amêndoas e produtos derivados ou correlatos, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - substituição ou antecipação tributária nas operações com chocolate: art. 353, II, subitem 8.5; arts. 371 e 372;

V - isenção das operações com polpa de cacau: art. 14, III;

VI - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XVIII
DAS OPERAÇÕES COM ARROZ, FEIJÃO, FARINHA DE MANDIOCA E MILHO

Art. 492. Nas operações com arroz, farinha de mandioca, feijão e milho, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - arroz, feijão, milho e farinha de mandioca, doados pela CONAB à SUDENE - isenção: art. 14, V;

I-A - farinha de mandioca, nas operações internas: isenção: art. 14, XVII;

Nota: O inciso I-A foi acrescentado ao art. 492 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

II - milho verde:

a) isenção: art. 14, I, "a", 11;

b) diferimento: art. 343, VI; arts. 344 a 348;

III - milho:

a) isenção: art. 14, I, "a", 11; art. 14, V; art. 20, XI, "a", e §§ 1º e 2º;

b) redução da base de cálculo: art. 79, II;

c) manutenção de crédito: art. 104, VI; art. 105, V;

IV - brotos de feijão - isenção: art. 14, I, "a", 2;

V - arroz em casca, feijão e milho em palha, em espiga ou em grãos - diferimento: art. 343, XIV; arts. 344 a 348;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 492 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

Redação originária:
"V - arroz em casca, farinha de mandioca, feijão e milho em palha, em espiga ou em grãos - diferimento: art. 343, XIV; arts; 344a 348;"

VI - alíquota aplicável nas operações internas com arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e outros produtos agropecuários, bem como nas operações interestaduais não sendo o destinatário contribuinte: art. 51, I, "a";

VII - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito do produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XIX
DAS OPERAÇÕES COM ALGODÃO

Art. 493. Nas operações com algodão, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - diferimento, nas saídas de algodão em capulho e de algodão em pluma: art. 343, X; arts. 344 a 348;

II - substituição ou antecipação tributária, nas operações com algodão de uso farmacêutico ou hospitalar: art. 353, II, subitem 13.3.2; arts. 371 e 372;

III - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XX
DAS OPERAÇÕES COM SISAL

Art. 494. Nas operações com sisal, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - diferimento: art. 343, XIII;

II - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

III - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

IV - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

V - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXI
DAS OPERAÇÕES COM MAMONA

Art. 495. Nas operações com mamona em bagas, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - diferimento: art. 343, VIII;

II - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

III - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

IV - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

V - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXII
DAS OPERAÇÕES COM DENDÊ, BAMBU, FUMO, GUAR, BATATA, BATATA-DOCE, OURICURI, PIAÇAVA E LÁTICES VEGETAIS

Art. 496. Nas operações com bambu, batata, batata-doce, dendê, fumo em folhas, guar, látices vegetais, ouricuri e piaçava, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - isenção, nas saídas de batata e batata-doce: art. 14, I, "a", 2;

II - diferimento, nas saídas de bambu, batata, batata-doce, dendê, fumo em folhas, guar, látices vegetais, ouricuri e piaçava: art. 343, VII.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido e para fins de controle fiscal das operações, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXIII
DAS OPERAÇÕES COM FRUTAS, TOMATE, PIMENTÃO, ASPARGO E MILHO VERDE

Art. 497. Nas operações com frutas, tomate, pimentão, aspargo e milho verde, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - isenção: art. 14, I;

II - diferimento: art. 343, VI.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido e para fins de controle fiscal das operações, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXIV
DAS OPERAÇÕES COM CRAVO-DA-ÍNDIA, PIMENTA-DO-REINO E GUARANÁ

Art. 498. Nas operações com cravo-da-índia, pimenta-do-reino e guaraná em amêndoas, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações relativas ao regime de diferimento:

I - cravo-da-índia: art. 343, XV;

II - pimenta-do-reino: art. 343, XVI;

III - guaraná em amêndoas: art. 343, XVII.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido e para fins de controle fiscal das operações, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXV
DAS OPERAÇÕES COM MADEIRA, ESTACAS, MOURÕES, LENHA, CARVÃO VEGETAL, BAGAÇO DE CANA E BAGAÇO E CASCA DE COCO

Art. 499. Nas operações com madeira, estacas, mourões, lenha, carvão vegetal, bagaço de cana e bagaço

de coco, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - diferimento, nas saídas de estacas e mourões de madeira para construção de cercas ou currais: art. 343, XXII;

II - diferimento, nas operações com lenha, carvão vegetal, bagaço de cana, bagaço e casca de coco, eucalipto e pinheiro destinados a utilização como combustível ou produto intermediário: art. 343, XXIII;

III - diferimento, nas saídas de eucalipto e pinheiro destinados a indústria de celulose: art. 343, XXIV;

IV - diferimento, nas operaçõies com eucalipto e pinheiro destinados à industrialização de celulose: art. 343, XXIV;

V - diferimento, nas saídas de madeira da posição 4403 da NCM destinada a exportação: art. 343, XXV;

VI - redução da base de cálculo, nas operações com madeiras: art. 78, IV.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do imposto cujo lançamento tenha sido diferido e para fins de controle fiscal das operações, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

IV - possibilidade de regularização, espontaneamente, do trânsito de produto desacompanhado de documentação fiscal: art. 443.

CAPÍTULO XXVI
DAS OPERAÇÕES COM INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Art. 500. Nas operações com rações, adubos, fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas e outros insumos para uso na agricultura, pecuária, apicultura, aqüicultura, avicultura, cunicultura, canicultura e sericicultura, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - isenção: art. 20;

II - redução da base de cálculo: art. 79;

III - diferimento: art. 343, XXI; arts. 344 a 348;

IV - manutenção do crédito: art. 104, VI; art. 105, V.

CAPÍTULO XXVII
DAS OPERAÇÕES COM MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS PARA A INDÚSTRIA E A AGRICULTURA

Art. 501. Nas operações com máquinas, aparelhos, equipamentos e implementos para a indústria e a agricultura, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - isenção, na importação: art. 28, XV;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 501 foi dada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

Redação originária:
"*I - isenção, na importação: art. 28;*".

II - isenção do pagamento da diferença de alíquotas: art. 27, I e III "b"

Nota: A redação atual do inciso II do art. 501 foi dada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).

Redação originária:
"II - isenção do pagamento da diferença de alíquota: art. 27, II;"

III - redução da base de cálculo: art. 77;

IV - manutenção do crédito: art. 105, IV;

V - diferimento: art. 343, XLVIII.

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 501 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

CAPÍTULO XXVIII
DAS OPERAÇÕES COM CIGARROS, CHARUTOS E FUMOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 502. Nas operações com cigarros, charutos e fumos industrializados, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência do imposto, nos fornecimentos dessas mercadorias por quaisquer estabelecimentos: art. 2º, VII;

II - substituição ou antecipação tributária: art. 353, II, item 1; arts. 371 e 372;

III - alíquota especial: art. 51, II, "a".

CAPÍTULO XXIX
DAS OPERAÇÕES COM BEBIDAS, INCLUSIVE CERVEJAS, CHOPES, REFRIGERANTES, REFRESCOS E BEBIDAS ALIMENTARES

Art. 503. Nas operações com bebidas, alcoólicas ou não, inclusive bebidas alimentares, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência do imposto, nos fornecimentos de:

a) alimentação, bebidas e outras mercadorias, por quaisquer contribuintes: art. 2º, VII;

b) alimentação ou bebidas, por prestadores de serviços de "buffet": art. 2º, IX, "f";

II - base de cálculo: art. 59, I e III;

III - pauta fiscal para fins de substituição ou antecipação tributária nas operações com cervejas, chopes e refrigerantes: art. 61, III; art. 73, V, e § 1º, IV;

IV - substituição ou antecipação tributária: art. 353, II, itens 2, 3, 4 e 5; arts. 371 e 372;

V - alíquota especial: art. 51, II, "b";

VI - tratamento especial para o fabricante ou engarrafador de aguardente: arts. 472 a 481.

CAPÍTULO XXX
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONTRIBUINTES OPTANTES PELO PAGAMENTO DO IMPOSTO EM FUNÇÃO DA RECEITA BRUTA

Nota: A denominação atual do Capítulo XXX foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Denominação originária:
"Capítulo XXX
Das perações realizadas por restaurantes, churracarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeiçoes e outros serviços de alimentação"

SEÇÃO I
Das Operações Realizadas por Restaurantes, Churrascarias, Pizzarias, Lanchonetes, Bares, Padarias, Pastelarias, Confeitarias, Doçarias, Bomboneries, Sorveteriais, Casas de Chá, Lojas de "Delicatessen", Serviços de "Buffet", Hotéis, Motéis, Pousadas, Fornecedores de Refeições e Outros Serviços de Alimentação

Nota: A denominação atual do Seção I foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Denominação originária:
"Seção I
Da Facultadade de Enquadramento no Regime de Apuração em Função da Receita Bruta"

Art. 504. Os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de “delicatessen”, serviços de “buffet”, hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 504 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903/97):
“Art. 504. Os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de “delicatessen”, serviços de “buffet”, hotéis, motéis, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:”

Redação originária:

"Art. 504. Os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:"

I - os contribuintes de que trata este artigo, quando optarem pelo regime de apuração mencionado no *"caput"*, serão inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, atendida a respectiva codificação prevista no Anexo 3;

II - o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração do imposto que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção, mediante solicitação de alteração cadastral;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 504 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação originária, efeitos até 12/11/03:
"II - o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração do imposto que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), com assinalação da alteração do regime de apuração do imposto, devendo anexar àquele documento um demonstrativo da receita bruta do exercício anterior, a menos que se trate de estabelecimento em início de atividade;"

III - só poderá adotar o regime de pagamento previsto neste artigo o estabelecimento que exercer, unicamente, atividade compreendida entre as especificadas no *caput* e que seja usuário de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 504 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/07/04.

Redação anterior:
"*III - só poderá adotar o regime de pagamento previsto neste artigo o estabelecimento que exercer, unicamente, atividade compreendida entre as especificadas no "caput""*

IV - o cálculo do imposto a ser pago mensalmente será feito com base na aplicação de 4% sobre o valor da receita bruta do período;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 504 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05), efeitos a partir de 01/06/05.

Nota: Redação originária, efeitos até 31/05/05:
"IV - o cálculo do imposto a ser pago mensalmente será feito com base na aplicação de 5% sobre o valor da receita bruta do período;"

V - na receita bruta mensal não serão incluídos os valores:

Nota: A redação atual do inciso V do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"V - na receita bruta mensal, não serão incluidos os valores:

a) das devoluções;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso V do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"a) das receitas não operacionais, assim entendidas, para os efeitos deste inciso, as decorrentes de situações alheias ao fato gerador do ICMS;

b) das receitas não-operacionais, assim entendidas, para os efeitos deste inciso, as decorrentes de situações alheias ao fato gerador do ICMS;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso V do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do art. 504 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903/97):
"b) das operações não sujeitas ao imposto por isenção ou não-incidência, bem como daquelas cujo imposto tiver sido pago por antecipação, sendo que:
1 - no caso de mercadorias cujo imposto tenha sido objeto de antecipação ou substituição tributária, não serão excluídos os valores daquelas que tenham sido utilizadas como insumos ou ingredientes no preparo dos produtos fornecidos;
2 - se o estabelecimento utilizar máquina registradora, o valor tributável será obtido deduzindo-se do faturamento o custo total das entradas (valor das mercadorias, mais IPI, seguro, frete, carreto, ICMS pago por antecipação no ato da aquisição e demais encargos comerciais) de mercadorias cujas operações sejam isentas, não-tributadas ou com ICMS pago antecipadamente pelo regime de substituição tributária;"

Redação originária:
"b) das operações não sujeitas ao imposto, por isenção ou não-incidência, bem como daquelas cujo imposto tiver sido pago por antecipação, sendo que, o estabelecimento utilizar máquina registradora, o valor tributável será obtido deduzindo-se do faturamento o custo total das entradas (valor das mercadorias, mais IPI, seguro, frete, carreto, ICMS pago por antecipação no ato da aquisição e demais encargos comerciais) de mercadorias cujas operações sejam isentas, não-tributadas ou com ICMS pago antecipadamente pelo regime de substituição tributária;"

c) das operações não sujeitas ao imposto por isenção ou não-incidência, bem como das operações tributadas pelo regime de substituição tributária por antecipação, sendo que:

Nota: A redação atual da alínea "c" do inciso V do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"c) das saídas por transferências de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo titular, quando o remetente e o destinatário forem, ambos, optantes pelo regime aludido no caput;"

1 - no caso de mercadorias cujo imposto tenha sido objeto de antecipação ou substituição tributária, não serão excluídos os valores daquelas que tenham sido utilizadas como insumos ou ingredientes no preparo dos produtos fornecidos;

Nota: O item 1 foi acrescentado a alínea "c", do inciso V do art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

2 - revogado

Nota: O item 2, da alínea "c", do inciso V do art. 504 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao item 2, tendo sido acrescentado a alínea "c", do inciso V do art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98), efeitos até 30/12/02:
"2 - se o estabelecimento utilizar máquina registradora, o valor tributável será obtido deduzindo-se do faturamento o custo total das entradas (valor das mercadorias, mais IPI, seguro, frete, carreto, ICMS pago por antecipação no ato da aquisição e demais encargos comerciais) de mercadorias cujas operações sejam isentas, não-tributadas ou com ICMS pago antecipadamente pelo regime de substituição tributária;"

d) das saídas por transferências de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo titular, quando o remetente e o destinatário forem, ambos, optantes pelo regime aludido no "*caput*";

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso V do art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

VI - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais por parte do contribuinte que optar pelo regime de apuração em função da receita bruta;

VII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b";

Nota: **A redação atual do inciso VII do art. 504 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).**

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98):
"VII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "c";"

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 504 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903/97).
"*VII - não é devido o pagamento da diferença de alíquotas pelo contribuinte optante pelo regime de apuração em função da receita bruta, nos termos da alínea "c" do inciso IV do art. 7º".*

Ver o art. 3º do Decreto nº 7244/98 (Alteração nº 5): dispensa de multa, acréscimos moratórios e atualização monetária.

Redação originária:
"*VII - o contribuinte optante pelo regime de apuração em função da receita bruta está sujeito ao pagamento da diferença de alíquotas:*

a) nas aquisições de bens do ativo permanente e de materiais de uso ou consumo procedentes de outras unidades da Federação;
b) no tocante:
1 - ao frete que lhes tenha sido cobrado, sendo o serviço de transporte iniciado em outra unidade da Federação, não estando a prestação vinculada a operação ou prestação subseqüentes;
2 - à utilização de serviços de comunicação cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüentes;".

VIII - as saídas de mercadorias do estabelecimento serão documentadas por Nota Fiscal com o imposto destacado normalmente, quando a operação for tributada, ou por Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou pelos documentos que a substituem, nos casos admitidos pela legislação;

IX - ocorrendo saída de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, em que o estabelecimento assuma a condição de substituto tributário, o ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será calculado de acordo com o critério normal de tributação;

Nota: A redação atual do inciso IX do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"IX - os contribuintes que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta estão sujeitos, apenas, à escrituração dos livros Registro de Saídas Registro de Utilização de ocumentos Fiscais e Termos de Ocorrências;";

X - os contribuintes que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta estão sujeitos, apenas, à escrituração dos livros Registro de Saídas e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

Nota: A redação atual do inciso X do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"X - as Notas Fiscais de aquisição de mercadorias ou bens e demais documentos necessários a comprovações fiscais deverão ser arquivadas, em ordem cronológica, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;"

XI - as Notas Fiscais relativas às entradas e às saídas de mercadorias ou bens, os documentos de transporte e demais documentos necessários a comprovações fiscais deverão ser arquivados, em ordem cronológica, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;

Nota: A redação atual do inciso XI do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"XI - os fornecedores de refeições que optarem pelo presente regime, sempre que fornecerem refeições a outros contribuintes, destinadas a consumo por parte de seus empregados, farão constar nas Notas Fiscais e na coluna "Observações" do Registro de Saídas a indicação "Pagamento do ICMS pelo regime de apuração em função da receita bruta", para os efeitos do inciso XVIII do art. 343;"

XII - os fornecedores de refeições que optarem pelo presente regime, sempre que fornecerem refeições a outros contribuintes, destinadas a consumo por parte de seus empregados, farão constar nas Notas Fiscais

e na coluna “Observações” do Registro de Saídas a indicação “Pagamento do ICMS pelo regime de apuração em função da receita bruta”, para os efeitos do inciso XVIII do art. 343;

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 504 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

Redação originária:
"XII - será desenquadrado do regime de apuração em função da receita bruta o contribuinte que:
a) formalmente o solicitar;
b) deixar de exercer, com exclusividade, atividade compatível com o regime, na forma deste artigo, sendo que, nestes casos, o contribuinte obriga-se a solicitar seu imediato desenquadramento do regime;
c) prestar declarações inexatas, hipótese em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime de apuração normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das sanções cabíveis."

XIII - será desenquadrado do regime de apuração em função da receita bruta o contribuinte que:

Nota: O inciso XIII foi acrescentado ao art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

a) formalmente o solicitar;

b) deixar de exercer, com exclusividade, atividade compatível com o regime, na forma deste artigo, sendo que, nestes casos, o contribuinte obriga-se a solicitar seu imediato desenquadramento do regime;

c) prestar declarações inexatas, hipótese em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime de apuração normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das sanções cabíveis.

§ 1º Quanto ao tratamento fiscal dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham optado pelo enquadramento no SimBahia, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 504 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação anterior dada § 1º, tendo sido acrescentado ao art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98):
"§ 1º Quanto ao tratamento fiscal dispensado às microempresas industriais, observar-se-á o disposto nos arts. 383 a 392."

§ 2º Para efeitos de utilização do crédito fiscal, se cabível, pelo adquirente ou destinatário das mercadorias, nas saídas ou fornecimentos efetuados pelos contribuintes de que cuida o “caput”:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98).

I - observar-se-ão as regras de escrituração do § 11 do art. 93;

II - não obstante o cálculo do imposto a ser recolhido ser feito pelo regime de apuração em função da receita bruta, o valor do crédito a ser utilizado pelo adquirente ou destinatário será o correspondente ao imposto devido sobre a operação.

§ 3º Revogado

Nota: O § 3º do art. 504 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Obs: O inciso VI, do § 3º, do art. 504 havia sido revogado pelo artigo 2º da Alteração nº 9, (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação anterior dada ao § 3º, tendo sido acrescentado ao art. 504 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244/98):
"§ 3º Além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, confeitarias, doçarias, bomboneries, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação observarão, especialmente, as seguintes situações:
I - incidência do imposto, nos fornecimentos de:
a) alimentação, bebidas e outras mercadorias: art. 2º, VII;
b) alimentação ou bebidas por prestadores de serviços de "buffet": art. 2º, IX, "f";
c) alimentação por hotéis, motéis, pousadas, pensões e similares: art. 2º, IX, "g";
II - base de cálculo: art. 59, I e III;
III - isenção, nos fornecimentos de refeições e alimentação: art. 32, X e XI;
IV - diferimento do lançamento do imposto: art. 343, XVIII; art. 344, § 1º, III, "a";
V - crédito fiscal:
a) nas aquisições de mercadorias com imposto pago por antecipação: art. 359, § 1º, III; art. 506;
b) nas aquisições de produtos derivados do abate de gado art. 450;".
VI - vedação de inscrição, como microempresa comercial varejista, tratando-se de restaurante, churrascaria, pizzaria, lanchonete, pastelaria, confeitaria, doçaria, casa de chá, loja de "delicatessen", serviço de "buffet", hotéis, motéis, pousadas, fornecedor de refeições e outros serviços de alimentação: art. 394, II, "d";
VII - tratamento fiscal dispensado aos produtos resultantes da farinha de trigo: art. 506."

SEÇÃO II
Das Operações Realizadas por Estabelecimentos Industriais do Ramo de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos

Nota: A denominação atual da Seção II foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Denominação originária:
"Das Demais Disposições"

Obs: Anteriormente esta matéria foi trata pelos Decretos nº 2933/94 e 6316/97.

Art. 505. Os contribuintes industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (posição 25 do código de atividades econômicas) cuja receita bruta mensal média não ultrapasse o valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 505 foi dada pela Alteração nº 46 (Decreto nº 8665 de 27 e 28/09/03, DOE de 29/09/03).

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 505 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01:
"Art. 505. De 25/03/97 até 31/12/03, os contribuintes industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (posição 25 do código de atividades econômicas) cuja receita bruta mensal média não ultrapasse o valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:"

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 505 pela Alteração pelo Decreto nº 7786, de 11/04/00, DOE de 12/04/00:
"*Art. 505. De 25/03/97 até 31/12/00, os estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (posição 25 do código de atividades econômicas) cuja receita bruta mensal não ultrapasse o equivalente a 30.000 UPFs-BA poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:*".

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*Art. 505. De 25/03/97 até 25/03/00, os estabelecimentos industriais do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (posição 25 do código de atividades econômicas) cuja receita bruta mensal não ultrapasse o equivalente a 30.000 UPFs-BA poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:"*

Redação anterior dada aparte inicial do *caput* do art. 505 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"*Art. 505. Além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", hotéis, motéis, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação observarão, especialmente, as seguintes situações:*

Redação originária:
"Art. 505. Além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, confeitarias, doçarias, bomboneriias, sorveterias, casas de chá, lojas de "delicatessen", serviços de "buffet", fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação observarão, especialmente, as seguintes situações:"

I - os contribuintes de que trata este artigo, quando optarem pelo regime de apuração mencionado no *"caput"*, serão inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, atendida a respectiva codificação prevista no Anexo 3;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"I - os contribuintes de que trata este artigo, quando optarem pelo regime de apuração mencionado no "caput", serão inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, atendida a respectiva codificação prevista no Anexo 3;"

Redação originária:

"I - incidência do imposto, nos fornecimentos de:
a) alimentação, bebidas e outras mercadorias: art. 2º, VII;
b) alimentação ou bebidas por prestadores de serviços de "buffet": art. 2º, IX, "f";
c) alimentação por hotéis, pensões e similares: art. 2º, IX, "g";

II - só poderá ser enquadrado no regime de que cuida este artigo o contribuinte cuja receita bruta mensal média, no ano anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), consideradas as saídas tributadas e não tributadas, de todos os estabelecimentos pertencentes à empresa**,** não importando se do mesmo ou de outro ramo de atividade econômica;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 505 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99, DOE de 16/09/99):
"*II - só poderá ser enquadrado no regime de que cuida este artigo o contribuinte cuja receita bruta mensal seja igual ou inferior a 30.000 UPFs-BA, consideradas todas as saídas do estabelecimento, tributadas e não tributadas, adotando-se como referência o valor da UPF-BA vigente no mês de dezembro do ano correspondente;*".

Redação anterior dada ao inciso II do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"II - só poderá ser enquadrado no regime de que cuida este artigo o contribuinte cuja receita bruta mensal seja inferior a 30.000 UPFs-BA, consideradas todas as saídas do estabelecimento, tributadas e não tributadas, adotando-se como referência o valor da UPF-BA vigente no mês de dezembro do ano correspondente;"

Redação originária:
"II - base de cálculo: art. 59, I e III;"

III - se ao fazer a opção o contribuinte não houver exercido suas atividades durante os 12 (doze) meses do ano anterior, a verificação da receita bruta será feita em função dos meses de efetivo exercício naquele ano;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*III - se, contudo, ao fazer a opção, o estabelecimento não houver exercido suas atividades durante os 12 meses do ano anterior, a verificação da receita bruta será feita em função dos meses de efetivo exercício naquele ano;"*

Redação originária:
"*III - isenção, nos fornecimentos de refeições e alimentação: art. 32, X e XI;*".

IV - revogado

Nota: O inciso IV do art. 505 foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE

de 13/11/03).

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 505 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 12/11/03:
"IV - tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano do enquadramento, o contribuinte deverá fazer a declaração referida no inciso VI;"

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 31/12/00:
"IV - tratando-se de empresa em início de atividade no mesmo ano do enquadramento, o contribuinte deverá fazer a declaração referida no inciso VI;

Redação originária, efeitos até 03/03/98:
"*IV - diferimento do lançamento do imposto: art. 343, XVIII; art. 344, § 1º, III, "a";*"

V - revogado;

Nota: O inciso V do art. 505 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso V do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"V - na determinação da receita bruta mensal, para fins de observância do limite de 30.000 UPFs-BA, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, levar-se-á em conta a receita bruta global de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas;"

Redação originária:
"*V - crédito fiscal:*
a) nas aquisições de mercadorias com imposto pago por antecipação: art. 359, § 1º, III; art. 506";
b) nas aquisições de produtos derivados do abate de gado: art. 450;"

VI - o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração do imposto que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção mediante solicitação de alteração cadastral;

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 505 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 505 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 01/01/01 a 12/11/03:
"VI - o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração do imposto que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção mediante preenchimento do Documento de Informação Cadastral (DIC), anexando ao mesmo, demonstrativo da receita bruta do exercício anterior, ou, no caso de contribuinte em início de atividade, declaração de que a média de sua receita bruta mensal não ultrapassará o limite de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais);"

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"VI - o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração do imposto que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral (DIC), com assinalação da alteração do regime de apuração do

imposto, devendo anexar àquele documento um demonstrativo da receita bruta do exercício anterior, ou, no caso de estabelecimento em início de atividade, declaração de que sua receita bruta mensal não ultrapassará o limite de 30.000 UPFs-BA;"

Redação anterior dada ao inciso VI do art. 505 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97):
"*VI - vedação de inscrição, como microempresa comercial varejista, tratando-se de restaurante, churrascaria, pizzaria, lanchonete, pastelaria, confeitaria, doçaria, casa de chá, loja de "delicatessen", serviço de "buffet", hotéis, motéis, fornecedor de refeições e outros serviços de alimentação: art. 394, II, "d";"*

Redação originária:
"*VI - vedação de inscrição, como microempresa comercial varejista, tratando-se de restaurante, churrascaria, pizzaria, lanchonete, pastelaria, confeitaria, doçaria, casa de chá, loja de "delicatessen", serviço de "buffet", fornecedor de refeições e outros serviços de alimentação: art. 394, II, "d";"*

VII - o contribuinte somente poderá adotar o regime de pagamento previsto neste artigo em relação aos estabelecimentos que desenvolvam, unicamente, as atividades compreendidas entre as especificadas no *"caput"*;

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso VII do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"VII - só poderá adotar o regime de pagamento previsto neste artigo o estabelecimento que exercer, unicamente, atividade compreendida entre as especificadas no "caput";"

Redação originária:
"VII - tratamento fiscal dispensado aos produtos resultantes da frinha de trigo: art. 506".

VIII - o imposto a ser pago mensalmente será calculado da seguinte forma, progressivamente:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso VIII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao *caput* do inciso VIII, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"VIII - o imposto a ser pago mensalmente será calculado da seguinte forma, progressivamente:"

a) 3% (três por cento) sobre o valor da receita bruta mensal, até esta atingir o valor correspondente a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso VIII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada a alínea "a", tendo sido acrescentado ao inciso VIII do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"a) 3% sobre o valor da receita bruta mensal, até esta atingir o valor correspondente a 1.000 UPFs-

BA;'

b) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor da receita bruta mensal que exceder a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso VIII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada a alínea "b", tendo sido acrescentada ao do inciso VIII do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"b) 5% sobre o valor da receita bruta mensal que exceder a 1.000 UPFs-BA;"

c) 4% (quatro por cento) sobre o valor da receita bruta mensal que exceder a R$ 100.000,00 (cem mil reais) até o limite de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais);

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso VIII do art. 505 pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

IX - o valor da receita bruta mensal será apurado pela soma das saídas de mercadorias do estabelecimento, deduzindo-se, para efeito do cálculo do imposto:

Nota: A redação atual do inciso IX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso IX, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"IX - o valor da receita bruta mensal será apurado pela soma das saídas de mercadorias do estabelecimento, deduzindo-se, para efeito do cálculo do imposto:
a) as devoluções;
b) as receitas não operacionais, assim entendidas, para os efeitos deste inciso, as decorrentes de situações alheias ao fato gerador do ICMS;
c) as operações isentas e as não tributadas;"

a) as devoluções;

b) as receitas não operacionais, assim entendidas, para os efeitos deste inciso, as decorrentes de situações alheias ao fato gerador do ICMS;

c) as operações isentas e as não tributadas;

X - revogado;

Nota: O inciso X do art. 505 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso X, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"X - relativamente à aquisição de mercadorias cujo imposto tenha sido objeto de antecipação ou

substituição tributária, não serão excluídos na apuração da receita bruta os valores daquelas que tenham sido utilizadas como insumos na fabricação dos produtos de sua fabricação;"

XI - não serão computados na apuração da receita bruta os valores das saídas por transferências de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo titular, quando o remetente e o destinatário forem, ambos, optantes pelo regime aludido no *"caput"*;

Nota: A redação atual do inciso XI do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso XI, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XI - não serão computados na apuração da receita bruta os valores das saídas por transferências de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo titular, quando o remetente e o destinatário forem, ambos, optantes pelo regime aludido no "caput";"

XII - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais por parte do contribuinte que optar pelo regime de apuração em função da receita bruta;

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso XII, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XII - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais por parte do contribuinte que optar pelo regime de apuração em função da receita bruta;"

XIII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7°, IV, "b";

Nota: A redação atual do inciso XIII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao XIII do art. 505 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).
"XIII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "b"; "

Redação anterior dada ao inciso XIII, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XIII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, "c";

XIV - as saídas de mercadorias do estabelecimento serão documentadas por Nota Fiscal com o imposto destacado normalmente, se for o caso, ou por Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou pelos documentos que a substituem, nos casos admitidos pela legislação;

Nota: A redação atual do inciso XIV do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de

29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso XIV, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XIV - as saídas de mercadorias do estabelecimento serão documentadas por Nota Fiscal com o imposto destacado normalmente, se for o caso, ou por Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou pelos documentos que a substituem, nos casos admitidos pela legislação;"

XV - ocorrendo saída de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, em que o estabelecimento assuma a condição de substituto tributário, o ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será calculado de acordo com o critério normal de tributação;

Nota: **A redação atual do inciso XV do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso XV, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XV - ocorrendo saída de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, em que o estabelecimento assuma a condição de substituto tributário, o ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será calculado de acordo com o critério normal de tributação;"

XVI - revogado;

Nota: **O inciso XVI do art. 505 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso XVI, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XVI - é vedado o uso de máquina registradora por parte dos estabelecimentos industriais optantes pelo presente regime;"

XVII - não se aplicam as normas deste artigo às operações relativas à desincorporação de bens do ativo e às saídas de bens de uso e de materiais de consumo;

Nota: **A redação atual do inciso XVII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso XVII, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XVII - não se aplicam as normas deste artigo às operações relativas à desincorporação de bens do ativo e às saídas de bens de uso e de materiais de consumo;"

XVIII - os contribuintes industriais de que cuida este artigo que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta estão sujeitos, apenas, à escrituração dos livros Registro de Saídas, Registro de Inventário e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

Nota: **A redação atual do inciso XVIII do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso XVIII, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XVIII - os estabelecimentos industriais de que cuida este artigo que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta estão sujeitos, apenas, à escrituração dos livros Registro de Saídas, Registro de Inventário e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;"

XIX - as Notas Fiscais relativas às entradas e às saídas de mercadorias ou bens, os documentos de transporte e os documentos relativos às contas de água, luz, telefone e aluguel, além dos comprovantes das demais despesas do estabelecimento deverão ser arquivados, em ordem cronológica, durante 5 (cinco) anos, observado o disposto no art. 144;

Nota: **A redação atual do inciso XIX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso XIX, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XIX - as Notas Fiscais relativas às entradas e às saídas de mercadorias ou bens, os documentos de transporte e os documentos relativos às contas de água, luz, telefone e aluguel, além dos comprovantes das demais despesas do estabelecimento deverão ser arquivados, em ordem cronológica, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;"

XX - será desenquadrado do regime de apuração em função da receita bruta o estabelecimento industrial que:

Nota: **A redação atual do *caput* do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao *caput* do inciso XX, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"XX - será desenquadrado do regime de apuração em função da receita bruta o estabelecimento industrial que:"

a) formalmente o solicitar;

Nota: **A redação atual da alínea "a", o inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "a", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"a) formalmente o solicitar;"

b) deixar de exercer, com exclusividade, atividade compatível com o regime, na forma deste artigo, sendo que, nestes casos, o contribuinte obriga-se a solicitar seu imediato desenquadramento do regime;

Nota: **A redação atual da alínea "b", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "b", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"b) deixar de exercer, com exclusividade, atividade compatível com o regime, na forma deste artigo, sendo que, nestes casos, o contribuinte obriga-se a solicitar seu imediato desenquadramento do regime;"

c) praticar quaisquer espécies de fraudes fiscais em proveito próprio ou de terceiros, em especial aquelas que importem redução do montante do imposto a recolher, implicando o desenquadramento a exigência do tributo fraudado, com todos os acréscimos legais;

Nota: **A redação atual da alínea "c", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "c", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"c) praticar quaisquer espécies de fraudes fiscais em proveito próprio ou de terceiros, em especial aquelas que importem redução do montante do imposto a recolher, implicando o desenquadramento a exigência do tributo fraudado, com todos os acréscimos legais;"

d) prestar declarações inexatas, ou deixar de prestá-las ao fisco quando solicitadas, hipóteses em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime de apuração normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das sanções cabíveis;

Nota: **A redação atual da alínea "d", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "d", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"d) prestar declarações inexatas, ou deixar de prestá-las ao fisco quando solicitadas, hipóteses em que será exigido o imposto que houver deixado de recolher, em cotejo com os critérios de apuração do imposto pelo regime de apuração normal, sem prejuízo dos acréscimos legais e da aplicação das sanções cabíveis;"

e) deixar de recolher o ICMS, em um mesmo exercício, por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados;

Nota: **A redação atual da alínea "e", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "e", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"e) deixar de recolher o ICMS, em um mesmo exercício, por 3 meses consecutivos ou 6 meses alternados;"

f) se encontrar em débito com a fazenda pública estadual, inscrito em Dívida Ativa, enquanto não proceder à extinção da dívida, salvo nos casos de débitos parcelados que estejam sendo pontualmente

pagos;

Nota: **A redação atual da alínea "f", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "f", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"f) se encontrar em débito com a fazenda pública estadual, inscrito em Dívida Ativa, enquanto não proceder à extinção da dívida, salvo nos casos de débitos parcelados que estejam sendo pontualmente pagos;"

g) obtiver receita bruta mensal média superior ao valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), em qualquer período de apuração.

Nota: **A redação atual da alínea "g", do inciso XX do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada a alínea "g", tendo sido acrescentada ao do inciso XX do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"g) obtiver receita bruta mensal superior ao valor correspondente a 30.000 UPFs-BA, em qualquer período de apuração."

§ 1º Quanto ao tratamento fiscal dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial e que tenham optado pelo enquadramento no SimBahia, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes.

Nota: **A redação atual do § 1º do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 1º do art. 505 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.
"§ 1º Quanto ao tratamento fiscal dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial e que tenham optado pelo enquadramento no SimBahia, observar-se-á o disposto nos arts. 383-A e seguintes."

Redação anterior dada ao § 1º, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 1º. Quanto ao tratamento fiscal dispensado às microempresas industriais, observar-se-á o disposto nos arts. 383 a 392."

§ 2º Para efeitos de utilização do crédito fiscal, se cabível, pelo adquirente ou destinatário das mercadorias, nas saídas ou fornecimentos efetuados pelos contribuintes de que cuida o *"caput"*:

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 2º Para efeitos de utilização do crédito fiscal, se cabível, pelo adquirente ou destinatário das

mercadorias, nas saídas ou fornecimentos efetuados pelos contribuintes de que cuida o "caput":"

I - revogado;

Nota: O inciso I, do § 2º do art. 505 foi revogado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao inciso I, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"I - observar-se-ão as regras de escrituração do § 11 do art. 93;"

II - não obstante o cálculo do imposto a ser recolhido ser feito pelo regime de apuração em função da receita bruta, o valor do crédito a ser utilizado pelo adquirente ou destinatário será o correspondente ao imposto devido sobre a operação.

Nota: **A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao inciso II, tendo sido acrescentado ao § 2º do art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"II - não obstante o cálculo do imposto a ser recolhido ser feito pelo regime de apuração em função da receita bruta, o valor do crédito a ser utilizado pelo adquirente ou destinatário será o correspondente ao imposto devido sobre a operação."

§ 3º Como faculdade prevista no § 5º do art. 27 da Lei nº 7014/96, os estabelecimentos industriais enquadrados no regime de que cuida este artigo poderão beneficiar-se dos incentivos creditícios do Programa de Crédito Especial à Microempresa (PROCEM) junto ao sistema financeiro do Estado, tomando como referência as vendas de mercadorias sujeitas ao ICMS, conforme as normas do regulamento daquele Programa.

Nota: **A redação atual do § 3º do art. 505 foi dada pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 01/01/01.**

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 505 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"§ 3º Como faculdade prevista no § 5º do art. 27 da Lei nº 7014/96, os estabelecimentos industriais enquadrados no regime de que cuida este artigo poderão beneficiar-se dos incentivos creditícios do Programa de Crédito Especial à Microempresa (PROCEM) junto ao sistema financeiro do Estado, tomando como referência as vendas de mercadorias sujeitas ao ICMS, conforme as normas do regulamento daquele Programa."

SEÇÃO III
Das Prestações Realizadas por Empresas Prestadoras de Serviço de Transporte Intermunicipal e Interestadual de Passageiros

Nota: **A Seção III (art. 505-A) foi acrescentada ao Capítulo XXX, do Título III, pela Alteração nº 18 (Decreto nº 7834, de 07/08/00, DOE de 08/08/00), efeitos a partir de 01/07/00.**

Art. 505-A. No cálculo do imposto relativo às prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de pessoas, o prestador de serviços de transporte poderá optar pelo regime de apuração em função da receita bruta, observado o seguinte:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 505-A foi dada pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 505-A pela Alteração nº 18 (Decreto nº 7834, de 07/08/00, DOE de 08/08/00), efeitos de 01/07/00 a 26/12/02:
"Art. 505-A. No cálculo do imposto relativo às prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, o prestador de serviços de transporte poderá optar pelo regime de apuração em função da receita bruta, observado o seguinte:"

I - o enquadramento de um dos estabelecimentos da empresa sujeitará os demais, situados neste Estado, à apuração do imposto pelo regime em função da receita bruta;

II - o contribuinte que pretender optar pelo tratamento tributário previsto nesta seção deverá formalizar a sua opção;

III - a fruição do tratamento tributário previsto neste artigo fica condicionada à celebração de acordo entre o contribuinte e o Estado da Bahia, representado pelo Diretor de Administração tributária do domicílio fiscal do contribuinte;

IV - o contribuinte que descumprir qualquer cláusula do acordo a que se refere o inciso anterior ficará sujeito ao desenquadramento do regime;

V - o imposto a ser pago mensalmente será calculado aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da receita bruta mensal;

Nota: A redação atual do inciso V do art. 505-A foi dada pela Alteração nº 37 (Decreto nº 8409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02).

Redação anterior dada ao inciso V do art. 505-A pela Alteração nº 18 (Decreto nº 7834, de 07/08/00, DOE de 08/08/00), efeitos de 01/07/00 a 26/12/02:
"V - o imposto a ser pago mensalmente será calculado aplicando-se o percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor da receita bruta mensal;"

VI - para efeitos desta seção, considera-se receita bruta mensal o valor das receitas auferidas, no mês, com a prestação de serviço de transporte passageiros oneradas pelo ICMS;

VII - não será computado na receita bruta mensal as prestações sujeitas ao regime de substituição tributária de que tratam os artigos 380 a 382, hipótese em que o substituto tributário calculará o imposto com base no regime sumário de apuração;

VIII - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais vinculados às prestações objeto do regime de apuração previsto nesta seção;

IX - não é devido o imposto referente à diferença de alíquotas relativo à aquisição, em outra unidade da federação, de bens destinados ao ativo imobilizado;

X - até 01/01/07, é devido o imposto referente à diferença de alíquotas pela aquisição, em outra unidade da federação, de bens de uso ou material de consumo, que será recolhido em documento de arrecadação,

separadamente do utilizado para pagamento do imposto apurado com base no regime de que cuida este artigo;

Nota: **A redação atual do inciso X do art. 505-A foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação anterior dada ao inciso X, tendo sido acrescentado ao art. 505-A pela Alteração nº 18 (Decreto nº 7834, de 07/08/00, DOE de 08/08/00), efeitos de 01/07/00 a 31/12/02:
"X - até 01/01/2003, é devido o imposto referente à diferença de alíquotas pela aquisição, em outra unidade da federação, de bens de uso ou material de consumo, que será recolhido em documento de arrecadação, separadamente do utilizado para pagamento do imposto apurado com base no regime de que cuida este artigo;"

XI - os contribuintes enquadrados no regime previsto nesta seção escriturarão os livros Registro de Saídas e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências e Registro de Apuração do ICMS;

XII - os contribuintes enquadrados no regime de apuração de que trata esta seção escriturarão o Livro Registro de Saídas com base no Resumo do Movimento Diário (Anexo 37), sob pena de desenquadramento do regime, observado o disposto no art. 633;

XIII - o contribuinte enquadrado no regime de que cuida este artigo observará o disposto no art. 144, relativamente aos prazos mínimos para guarda dos livros fiscais e dos documentos correspondentes:

a) às aquisições de insumos, material de consumo, bens de uso e bens destinados ao ativo imobilizado e aos serviços tomados;

b) às prestações de serviços de transporte e os vinculados a outras receitas;

c) ao fornecimento de água, energia e telefone, a aluguel e outras despesas;

XIV - a partir mês de janeiro de 2001, os contribuintes beneficiários do tratamento tributário previsto neste artigo, deverão fornecer, mensalmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, arquivo magnético com o registro fiscal dos documentos emitidos por qualquer meio, referente à totalidade das prestações efetuadas no mês anterior, observado o modelo e as especificações estabelecidos no Manual de Orientação de que cuida o Convênio ICMS 57/95.

Parágrafo único. Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 505-A foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária, efeitos até 27/12/01:
"Parágrafo único. O tratamento tributário previsto nesta seção produz efeitos a partir de 1º de julho de 2000."

CAPÍTULO XXXI
DAS OPERAÇÕES COM FARINHA DE TRIGO E PRODUTOS DELA RESULTANTES

Art. 506. Revogado

Nota: **O art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"*Art. 506. Nas operações com farinha de trigo e produtos dela resultantes, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as regras deste artigo.*".

§ 1º Revogado

Nota: **O § 1º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"*§ 1º Nas saídas internas de farinha de trigo:"*

I - revogado

Nota: **O inciso I, do § 1º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao inciso I, do § 1º do art. 506 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"*I - será feita a retenção do imposto pelo alienante, exceto na hipótese de já tê-la recebido com o imposto antecipado, mesmo que a mercadoria seja destinada a estabelecimento industrial, ainda que microempresa ou empresa de pequeno porte, para utilização como matéria-prima*;"

Redação originária:
"*I - será feita a retenção do imposto pelo alienante, exceto na hipótese de já tê-la recebido com o imposto antecipado, mesmo que a mercadoria seja destinada a estabelecimento industrial, ainda que microempresa, para utilização como matéria-prima*;"

II - revogado

Nota: **O inciso II, do § 1º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao inciso II, do § 1º do art. 506 pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97):
"*II - não será feita a retenção do imposto, quando a farinha de trigo for destinada a estabelecimentos industriais que se dediquem às atividades econômicas de moagem de trigo (código 26.02-2).*".

Redação originária:
"*II - não será feita a retenção do imposto, quando a farinha de trigo for destinada a estabelecimentos industriais que se dediquem às atividades econômicas de:*
a) moagem de trigo (código 26.02-2); ou
b) fabricação de massas alimentícias (código 26.82-8)".

§ 2º Revogado

Nota: **O § 2º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao § 2º do art. 506 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"§ 2º Nas importações do exterior e nas arrematações de farinha de trigo apreendida ou abandonada, o pagamento do imposto pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes, será efetuado por antecipação, mesmo que o importador ou arrematante seja estabelecimento industrial, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte, exceto em se tratando de estabelecimento que se dedique às atividades mencionadas no inciso II do parágrafo anterior, no momento previsto no art. 125 (art. 125, II, "c");".

Redação originária:
"§ 2º Nas importações do exterior e nas arrematações de farinha de trigo apreendida ou abandonada, o pagamento do imposto pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes, será efetuado por antecipação, mesmo que o importador ou arrematante seja estabelecimento industrial, inclusive microempresa industrial, exceto em se tratando de estabelecimento que se dedique às atividades mencionadas no inciso II do parágrafo anterior, no momento previsto no art. 125 (art. 125, II, "c");".

§ 3º Revogado

Nota: **O § 3º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"§ 3º Nas aquisições interestaduais:"

I - revogado

Nota: **O inciso I ,do § 3º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao inciso I, do § 3º do art. 506 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"I - não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem que preveja a retenção do imposto, o pagamento do tributo pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes, será efetuado por antecipação, mesmo tratando-se de estabelecimento industrial, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte, exceto sendo ele estabelecimento que se dedique às atividades mencionadas no inciso II do § 1º, no momento previsto no art. 125 (art. 125, II, "c");"

Redação originária:
"I - não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem que preveja a retenção do imposto, o pagamento do tributo pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes, será efetuado por antecipação, mesmo tratando-se de estabelecimento industrial, inclusive microempresa industrial, exceto sendo ele estabelecimento que se dedique às atividades mencionadas no inciso II do § 1º, no momento previsto no art. 125 (art. 125, II, "c");".

II - revogado

Nota: **O inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"*II - havendo convênio ou protocolo que preveja a substituição tributária entre a Bahia e a unidade da Federação de procedência da farinha de trigo:"*

a) revogada

Nota: **A alínea "a", do inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"a) o ICMS a ser retido pelo sujeito passivo por substituição será calculado pelo percentual da margem de valor adicionado (MVA) previsto no acordo interestadual, sendo que, se o percentual estabelecido no referido acordo for inferior ao previsto na legislação interna, o adquirente ficará obrigado a fazer a complementação do imposto;"

b) revogado

Nota: **A alínea "b", do inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"b) caso o remetente não tenha feito a retenção por ter sido excepcionalmente desobrigado de fazê-la, será exigido o pagamento do imposto na entrada no território deste Estado, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, nos termos do art. 125, II, "b", e seu § 1º;"

c) revogada

Nota: **A alínea "c", do inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"*c) não tendo o remetente feito a retenção por não estar juridicamente obrigado a fazê-la, em virtude de disposição expressa do acordo interestadual, o destinatário:"*

1 - revogado

Nota: **O item 1, da alínea "c", do inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"1 - nas operações subseqüentes com a mesma mercadoria, procederá à retenção do imposto, na condição de substituto tributário, devendo o imposto retido ser recolhido no prazo do art. 126;"

2 - revogado

Nota: **O item 2, da alínea "c", do inciso II, do § 3º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "c", do inciso II, do § 3º do art. 506 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"2 - sendo estabelecimento industrial, adotará o tratamento fiscal próprio, conforme se trate de contribuinte do regime normal de tributação ou de microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem à atividade industrial.".

Redação originária:
"2 - sendo estabelecimento industrial, adotará o tratamento fiscal próprio, conforme se trate de contribuinte do regime normal de tributação ou de microempresa industrial.".

§ 4º revogado

Nota: **O § 4º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"§ 4º Nas operações internas com produtos resultantes de farinha de trigo, quando efetuadas por estabelecimentos industriais, observar-se-á o seguinte:
I - tratando-se de pães e panetones:
a) ficará o contribuinte desonerado de tributação, tanto nas saídas a varejo como por atacado, estendendo-se este tratamento fiscal a todas as operações internas subseqüentes com os mesmos produtos, por força da substituição tributária incidente sobre as mercadorias empregadas em sua produção;
b) será vedada a utilização dos créditos fiscais relativos às entradas de todos os ingredientes empregados no preparo do referido produto, inclusive materiais de embalagem;
II - nas saídas dos demais produtos industrializados:
a) haverá incidência normal do imposto nas saídas ou fornecimentos;
b) o contribuinte poderá utilizar como crédito fiscal tanto o ICMS relativo à operação de aquisição como o imposto retido ou antecipado, relativamente às matérias-primas adquiridas com substituição ou antecipação tributária para emprego na elaboração dos produtos de que cuida este parágrafo, observada a proporção do valor das saídas dos referidos produtos em relação ao total das saídas de mercadorias produzidas com emprego daquelas matérias-primas."

§ 5º Revogado

Nota: **O § 5º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de**

03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.

Redação originária:
"§ 5º Tratando-se de operações realizadas por padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias e lojas de "delicatessen":
I - nas saídas de pães, bolachas e biscoitos:
a) ficará o contribuinte desonerado de tributação, tanto no varejo como por atacado, estendendo-se este tratamento fiscal a todas as operações internas subseqüentes com os mesmos produtos, por força da substituição tributária incidente sobre as mercadorias empregadas em sua produção;
b) será vedada a utilização dos créditos fiscais relativos às entradas de todos os ingredientes, inclusive materiais de embalagem, empregados no preparo dos referidos produtos;
II - nas saídas de tortas, bolos, salgados, doces e outras mercadorias de sua produção em cujo preparo sejam empregadas mercadorias alcançadas pela substituição ou antecipação tributária:
a) haverá incidência normal do imposto;
b) o contribuinte poderá utilizar como crédito fiscal tanto o ICMS relativo à operação de aquisição como o imposto retido ou antecipado, relativamente às matérias-primas adquiridas com substituição ou antecipação tributária para emprego na elaboração dos produtos de que cuida este inciso, observada a proporção do valor das saídas dos referidos produtos em relação ao total das saídas de mercadorias produzidas com emprego daquelas matérias-primas;
c) o direito ao crédito aludido na alínea anterior será assegurado mesmo na hipótese de estabelecimento usuário de máquina registradora;
III - a comercialização de outras mercadoras adquiridas de terceiros será feita com observância do regime de tributação pertinente, quando sujeitas a tributação."

§ 6º Revogado

Nota: **O § 6º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"§ 6º O disposto no inciso I do § 4º e no inciso I do § 5º não se aplica aos produtos resultantes da industrialização de farinha de trigo procedentes de outra unidade da Federação."

§ 7º Revogado

Nota: **O § 7º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação originária:
"§ 7º Feita a antecipação do pagamento do imposto, a emissão dos documentos fiscais relativos às operações subseqüentes com farinha de trigo e com os produtos dela resultantes será feita de acordo com o art. 359."

§ 8º Revogado

Nota: **O § 8º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.**

Redação anterior dada ao § 8º do art. 506 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE

de 04/03/98):
"§ 8º. As padarias e pastelarias que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta observarão, ainda, as regras do art. 504."

Redação originária:
"§ 8º As padarias e pastelarias que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta, observarão, ainda as regras dos arts. 504 e 505."

§ 9º Revogado

Nota: O § 9º do art. 506 foi revogado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos a partir de 01/03/01.

Redação anterior dada ao § 9º, tendo sido acrescentado ao art. 506 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"*§ 9º É reduzida a base de cálculo do ICMS:*
I - das operações internas com farinha de trigo, observado o disposto no inciso IX do art. 87, enquanto perdurar aquele benefício;
II - das operações de importação, do exterior, de trigo e farinha de trigo, observado o disposto no inciso X do art. 87, enquanto perdurar aquele benefício."

Art. 506-A. Fica atribuída ao contribuinte que receber, a qualquer título, trigo em grão, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, do exterior ou de unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS n° 46/00, a responsabilidade pela antecipação do lançamento do ICMS relativo:

Nota: Art. 506-A acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).

I - às operações subseqüentes com as mercadorias supramencionadas;

II - às operações promovidas pelos estabelecimentos industriais de panificação, massas alimentícias, biscoitos e bolachas, com produtos elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 506-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 506-A pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"II - às operações com os produtos compreendidos na posição 1905 da NCM ou com mistura para bolo, compreendido na posição 1901.20.00 da NCM, realizadas pelos fabricantes, elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior."

Redação anterior dada ao inciso II do art. 506-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"II - à primeira operação realizada neste Estado com os produtos elencados no subitem 11.4 do inciso II do art. 353, produzidos com farinha de trigo ou com mistura de farinha objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior."

§ 1º A responsabilidade pela antecipação tributária de que cuida este artigo estende-se:

I - ao contribuinte que promover o ingresso, no território deste Estado, de trigo em grão, farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, para serem comercializados por meio de veículo;

II - ao arrematante ou adquirente em licitação promovida pelo poder público, neste Estado, tratando-se de mercadorias referidas no inciso anterior, anteriormente apreendidas pelo fisco ou abandonadas pelo proprietário.

§ 2º A base de cálculo referente à antecipação tributária de que cuida este artigo corresponderá:

I - tratando-se de recebimento de trigo em grão, ao valor total de aquisição ou de recebimento das mercadorias, adicionado dos impostos federais quando incidentes e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao destinatário até o momento do ingresso em seu estabelecimento, acrescido da margem de valor adicionado de 94,12% (noventa e quatro inteiros e doze centésimos por cento);

II - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores correspondentes a seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se ao montante a margem de valor adicionado (MVA) de 76,48% (setenta e seis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), desde que este não seja inferior aos valores mínimos da base de cálculo fixados pela Secretaria da Fazenda, por unidade de medida, definida com base no Protocolo ICMS nº 26/92.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 506-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 2º do art. 506-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"II - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, ao preço praticados pela indústria moageira, informado nos termos do Protocolo ICMS nº 26/92, sem a inclusão do valor correspondente ao ICMS, acrescido da margem de valor adicionado de 76,48% (setenta e seis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento)."

§ 3º Revogado

Nota: O parágrafo único do art. 505-A foi revogado pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 506-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos de 01/05/01 até 27/12/01:
"§ 3º A Secretaria da Fazenda especificará, por unidade de medida, os valores relativos à base de cálculo a que se refere o inciso II do parágrafo anterior, para efeito de antecipação do ICMS referente às operações subseqüentes com farinha de trigo e com mistura de farinha de trigo e à primeira operação com produtos delas derivados."

§ 4º Na apuração do ICMS referente à antecipação tributária, o contribuinte industrial moageiro, relativamente a essa atividade, somente poderá utilizar:

Nota: A redação atual do § 4º do art. 506-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 4º do art. 506-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"§ 4º Na apuração do ICMS referente à antecipação tributária, o contribuinte industrial moageiro, relativamente a essa atividade, somente poderá utilizar os créditos fiscais decorrentes:
I - dos recebimentos ou aquisições de trigo em grão, farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, oriundos de outra unidade da Federação;
II - da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, na forma do § 17 do art. 93."

I - os créditos fiscais decorrentes dos recebimentos ou aquisições de trigo em grão, farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, oriundos de outra unidade da Federação;

II - os créditos fiscais decorrentes da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, na forma do § 17 do art. 93;

III - os créditos fiscais decorrentes de transferências de estabelecimentos fabricantes de massas alimentícias, biscoitos ou bolachas que possuam Regime Especial de apuração do imposto, na forma prevista neste decreto;

Nota: A redação atual do inciso III do § 4º do art. 506-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido § 4º do art. 506-A pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/03/01 a 27/12/01:
"*III - de transferências de estabelecimentos fabricantes de massas alimentícias, biscoitos ou bolachas que possuam Regime Especial de apuração do imposto, na forma prevista neste decreto."*

IV - o valor do ICMS recolhido em favor de Estado signatário do Protocolo nº 46/00 por força de remessa de trigo em grão, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo, cujo imposto já havia sido lançado por antecipação.

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao § 4º do art. 506-A pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

§ 5º O imposto relativo à antecipação tributária será recolhido nos prazos previstos nos incisos VII e VIII do art. 125.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 506-A foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 5º do art. 506-A, pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 02/05/01 a 27/12/01:
"*II - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, por ocasião do desembaraço aduaneiro ou da passagem na primeira repartição fiscal de entrada no Estado, ou, em se tratando de contribuinte industrial autorizado por Regime Especial, até o 10º dia após o término da quinzena em que se deu a entrada."*

Redação anterior dada ao § 5º do art. 506-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"§ 5º O imposto relativo à antecipação tributária será recolhido nos seguintes prazos:
I - tratando-se de recebimento de trigo em grão, até o décimo dia do segundo mês subseqüente ao mês do

recebimento;
II - tratando-se de recebimento de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo, por ocasião do desembaraço aduaneiro ou da passagem na primeira repartição fiscal de entrada no Estado."

§ 6º Revogado

Nota: O § 6º do art. 506-A foi revogado pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação originária:
"*§ 6º Os fabricantes de massas alimentícias, biscoitos ou bolachas poderão apurar e recolher o imposto a que se refere o inciso II do parágrafo anterior até o décimo dia do mês subseqüente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, quando autorizados e na forma prevista em Regime Especial.*".

§ 7º No caso de importação, o imposto correspondente a essa operação será lançado e pago englobadamente com o ICMS relativo às operações subseqüentes de que trata esse artigo.

§ 8º Excetuadas as saídas para unidades federadas não signatárias do Protocolo ICMS 46/00, o documento fiscal que acobertar as saídas internas e interestaduais de trigo em grão, farinha de trigo e de mistura de farinha de trigo não conterá o destaque do ICMS.

§ 9º Na hipótese de realização de saídas de trigo em grão, farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo para unidades federadas não signatárias do Protocolo ICMS nº 46/00, o contribuinte industrial moageiro poderá, mediante prévia autorização em Regime Especial, proceder ao ressarcimento do ICMS pago a maior.

Art. 506-B. Tratando-se de operações de aquisição de trigo em grão, farinha de trigo e de mistura de farinha de trigo oriundos de unidade federada signatária do Protocolo ICMS nº 46/00, caberá ao contribuinte remetente a retenção e pagamento do imposto relativo:

Nota: Art. 506-B acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).

I - às operações internas subseqüentes a serem realizadas neste Estado com as mercadorias supramencionadas;

II - às operações promovidas pelos estabelecimentos industriais de panificação, massas alimentícias, biscoitos e bolachas, com produtos elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 506-B foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 506-B pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"II - às operações com os produtos compreendidos na posição 1905 da NCM ou com mistura para bolo, compreendido na posição 1901.20.00 da NCM, realizadas pelos fabricantes, elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior."

Redação anterior dada ao inciso II do art. 506-B, pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01,

DOE de 03/05/01), efeitos de 03/05/01 a 27/12/01:
"II - à primeira operação, realizada neste Estado, com produtos derivados de farinha de trigo elencados no subitem 11.4 do inciso II do art. 353, produzidos com farinha de trigo ou com mistura de farinha objeto da antecipação tributária de que cuida o inciso anterior.".

§ 1º Relativamente à antecipação tributária de que cuida este artigo, o ICMS devido, por unidade de medida, equivalerá:

I - nas aquisições de trigo em grão, ao imposto incidente sobre o valor médio ponderado da unidade de medida correspondente, em razão da antecipação tributária relativa às entradas ocorridas no mês mais recente de aquisição de trigo procedente do exterior e de unidades federadas não signatárias do Protocolo ICMS nº 46/00;

II - nas aquisições de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo cuja remessa tenha sido realizada por contribuintes que não desenvolvam a atividade moageira, ao valor correspondente a 12% (doze por cento) da pauta fiscal estabelecida pela Secretaria da Fazenda, definida com base no Protocolo ICMS nº 26/92;

III - nas aquisições de farinha de trigo ou de mistura de farinha de trigo cuja remessa tenha sido realizada por contribuintes que desenvolvam a atividade moageira ou por outro estabelecimento do mesmo contribuinte:

a) ao valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do imposto incidente sobre o valor médio ponderado de cada tonelada, em razão da antecipação tributária relativa às entradas ocorridas no mês mais recente de aquisição de trigo procedente do exterior e de unidades federadas não signatárias do Protocolo ICMS nº 46/00;

b) na forma indicada no inciso anterior, quando as mercadorias objeto da aquisição não tiverem sido produzidas no estabelecimento moageiro.

§ 2º O recolhimento do ICMS será feito através da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, no banco oficial do Estado destinatário, ou, em sua falta, na agência do banco indicada pelo Estado credor:

I - até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente à remessa, nas hipóteses previstas nos incisos I e III do parágrafo anterior;

II - até o momento em que ocorrer a saída interestadual, nas hipóteses previstas no inciso II do parágrafo anterior, caso em que a GNRE acompanhará a correspondente mercadoria.

§ 3º O documento fiscal que acobertar as operações interestaduais de que cuida este artigo não conterá o destaque do ICMS.

§ 4º Caberá a apresentação de relatório, em meio magnético, com os registros (layout) tipo 50, 51 e 54, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 57/95, à Gerência de Substituição Tributária, até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente às operações interestaduais com trigo em grão, farinha de trigo e com mistura de farinha de trigo entre unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 46/00:

Nota: A redação atual do *caput* do § 4º do art. 506-B foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao *caput* do § 4º do art. 506-B, pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01), efeitos de 03/05/01 a 22/11/02:
"§ 4º Caberá a apresentação de relatório, em meio magnético, com os registros (layout) tipo 50, 51 e 54,

conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 57/95, à Gerência de Substituição Tributária e Comércio Exterior (GECEX), até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente às operações interestaduais com trigo em grão, farinha de trigo e com mistura de farinha de trigo entre unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 46/00:"

I - pelo remetente das mercadorias, estabelecido nesta ou em outra unidade federada;

II - pelo destinatário das mercadorias, quando estabelecido no Estado da Bahia.

Art. 506-C. Caberá aos contribuintes a seguir indicados, na condição de sujeitos passivos por substituição tributária, o lançamento e o pagamento do ICMS referente às operações subseqüentes com produtos derivados de farinha de trigo elencados no subitem 11.4 do inciso II do art. 353:

Nota: **O art. 506-C foi acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).**

I - fabricantes dos referidos produtos, estabelecidos neste Estado;

II - importadores das referidas mercadorias, sem prejuízo do lançamento e recolhimento do ICMS referente à importação;

III - contribuintes que receberem, a qualquer título, as referidas mercadorias de outra unidade da Federação, salvo se houver acordo interestadual que estabeleça a retenção do ICMS referente às operações subseqüentes pelo remetente dos mencionados produtos.

§ 1º A responsabilidade pela antecipação tributária referente às operações subseqüentes com produtos derivados de farinha de trigo de que cuida este artigo também se aplica:

I - ao contribuinte que promover o ingresso das citadas mercadorias no território deste Estado para serem comercializadas por meio de veículo;

II - ao arrematante ou adquirente em licitação promovida pelo poder público, neste Estado, dos referidos produtos, anteriormente apreendidos pelo fisco ou abandonados pelo proprietário.

§ 2º O Superintendente de Administração Tributária fixará, mediante pauta fiscal, o valor mínimo da base de cálculo para efeitos do lançamento do imposto por substituição ou antecipação tributária.

§ 3º Na apuração do imposto devido por substituição tributária de que trata este artigo, os fabricantes ou suas filiais atacadistas poderão deduzir o imposto relativo às operações próprias, lançado por ocasião da antecipação sobre a farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo utilizada, em valor equivalente a 12% (doze por cento) do valor da operação própria realizada pela unidade industrial ou atacadista.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 506-C foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 506-C, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"§ 3º Na apuração do imposto devido por substituição tributária de que trata este artigo, os fabricantes de produtos de panificação, massas alimentícias, biscoitos ou bolachas, ou as filiais atacadistas de fabricantes das referidas mercadorias, poderão deduzir o imposto lançado por antecipação, nos termos do inciso II do art. 506-A, em valor equivalente a 12% (doze por cento) do valor da operação própria realizada pela unidade industrial ou atacadista.".

§ 4º O documento fiscal referente às operações internas realizadas por fabricantes de produtos de panificação, massas alimentícias, biscoitos ou bolachas não conterá o destaque do ICMS relativo à operação própria.

§ 5º O documento fiscal referente às operações interestaduais com as mercadorias mencionadas neste artigo conterá o destaque do ICMS exclusivamente para compensação com o imposto incidente nas operações subseqüentes, a serem realizadas na unidade federada de destino.

§ 6º Ressalvadas as hipóteses de antecipação tributária previstas no inciso II dos artigos 506-A e 506-B, fica dispensado o lançamento do ICMS referente às operações internas com as massas alimentícias indicadas no item 11.4.1 do inciso II do art. 353, pães, pães de especiarias e torradas em fatias ou raladas, desde que produzidas neste Estado.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 506-C foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior do *caput* do § 6º do art. 506-C, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"*§ 6º Ressalvadas as hipóteses de antecipação tributária previstas no inciso II dos artigos 506-A e 506-B, fica dispensado o lançamento do ICMS referente às operações internas com as seguintes mercadorias, desde que produzidas neste Estado:*

Redação anterior dada ao inciso I, do § 6º do art. 506-C pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), que apenas ratificou a redação dada pela Alteração nº 24.

Redação anterior dada ao inciso I, do § 6º art. 506-C A pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01):
"*I - massas alimentícias, pães e panetones;*"

Redação anterior dada ao inciso I, do § 6º do art. 506-C, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"*I - pães e panetones;".*

Redação anterior dada ao inciso II, do § 6º do art. 506-C, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01):
"*II - bolachas e biscoitos produzidos por padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias e lojas de "delicatessen*".

Art. 506-D. Relativamente às operações de que trata esta Seção, observar-se-ão, no que couber, as demais disposições referentes à antecipação tributária previstas neste Regulamento.

Nota: **Art. 506-D acrescentado pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).**

Art. 506-E. Os estabelecimentos fabricantes dos produtos de que trata o item 11.4 do inciso II do art. 353 que adquirirem a qualquer título farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo poderão, mediante e na forma prevista em Regime Especial, apurar o imposto relativo a antecipação tributária das mercadorias oriundas do exterior ou de Estados não signatários do Protocolo ICMS nº 46/00 e reapurar o imposto pago por antecipação nas aquisições oriundas de Estados signatários do referido protocolo, devendo o imposto ser recolhido até o 10º dia do mês subseqüente a entrada da mercadoria no estabelecimento.

Nota: A redação atual do art. 506-E foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação anterior dada ao art. 506-E pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 01/03/01 até 27/12/01:
"*Art. 506-E. Os estabelecimentos inscritos no cadastro do ICMS na condição de fabricantes de massas alimentícias, biscoitos ou bolachas que adquirirem a qualquer título, farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo poderão, mediante e na forma prevista em Regime Especial, apurar o imposto relativo a antecipação tributária das mercadorias oriundas de Estados não signatários do Protocolo ICMS nº 46/00 e reapurar o imposto pago por antecipação nas aquisições oriundas de Estados signatários do referido protocolo, devendo o imposto ser recolhido até o 10º dia do mês subseqüente a entrada da mercadoria no estabelecimento.*".

Redação anterior dada ao art. 506-E, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01), efeitos de 01/03/01 até 28/09/01:
"Art. 506-E. Os estabelecimentos inscritos no cadastro do ICMS na condição de fabricantes de massas alimentícias, biscoitos ou bolachas que adquirirem a qualquer título, farinha de trigo oriundas de outra unidade da Federação poderão apurar para fins de recolhimento ou compensação do valor pago a maior, o imposto relativo a antecipação tributária, quando autorizados e na forma em Regime Especial."

Art. 506-F. Os estabelecimentos que desenvolvam atividade de moagem de trigo e fabricação de derivados que adquirirem, a qualquer título, trigo em grãos para produção de farinha de trigo e posterior utilização na fabricação própria de seus derivados poderão apurar o imposto relativo a antecipação tributária, nas aquisições oriundas do exterior e de Estados não signatários do Protocolo ICMS nº 46/00, mediante e na forma prevista em Regime Especial.

Nota: O art. 506-F pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Art. 506-G. O documento fiscal referente às operações com os produtos compreendidos na posição 1905 da NCM ou com mistura para bolo, compreendido na posição 1901.20.00 da NCM, realizadas pelos fabricantes, elaborados com farinha de trigo ou mistura de farinha de trigo já objeto de antecipação tributária, conterá o destaque do ICMS em valor equivalente a 12% (doze por cento) do valor da operação, exclusivamente para compensação com o imposto incidente nas operações subseqüentes.

Nota: O art. 506-G pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

CAPÍTULO XXXII
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS, DISTRIBUIDORAS

DE MEDICAMENTOS, FARMÁCIAS, DROGARIAS E CASAS DE PRODUTOS NATURAIS

Art. 507. Os laboratórios farmacêuticos, distribuidoras de medicamentos de uso humano, farmácias, drogarias e casas de produtos naturais, além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, observarão, especialmente, as seguintes situações:

I - substituição ou antecipação tributária: art. 353, II, item 13, e § 2º; arts. 371 e 372;

II - base de cálculo para substituição ou antecipação tributária: art. 61, V, e § 2º, I;

III - isenção: art. 17;

IV - redução da base de cálculo: art. 87, III.

§ 1º Nas operações com produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados no item 13 do inciso II do art. 353, realizadas por atacadista ou distribuidor para hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres, assim como para órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, tendo o imposto a eles relativo sido retido ou antecipado na operação imediatamente anterior, observar-se-á o disposto no § 6º do art. 359.

§ 2º O estabelecimento industrial dos produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados no item 13 do inciso II do art. 353 remeterá listas atualizadas dos preços referidos no *"caput"* da cláusula segunda do Convênio ICMS 76/94, com a redação dada pelo Conv. ICMS 79/96, podendo ser emitida por meio magnético, ao órgão fazendário responsável pela substituição tributária de cada unidade da Federação onde tiver obtido inscrição como substituto tributário (Conv. ICMS 79/96).

CAPÍTULO XXXIII
DAS OPERAÇÕES COM MINÉRIO DE FERRO E "PELLETS"

Art. 508. Nas operações com minério de ferro e "pellets", além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações (Convs. ICMS 68/89 e 75/90):

I - é suspensa a incidência do ICMS, observado o disposto no § 1º:

a) nas saídas com destino aos portos de embarque para posterior exportação;

b) nas saídas em operações internas com destino a comercialização ou industrialização;

II - é reduzida a base de cálculo, observado o disposto no § 2º, nas saídas de:

a) minério de ferro destinado à fabricação de "pellets" fora da unidade federada extratora, caso em que, para se apurar o valor do imposto a pagar, a redução será calculada de forma que a carga tributária resulte em 6% da importância equivalente ao valor FOB do produto nas operações de exportação;

b) "pellets" destinados a industrialização na unidade federada extratora do minério, caso em que, para se apurar o valor do imposto a pagar, o percentual de 6% será aplicado sobre o valor da operação.

§ 1º Relativamente às hipóteses de suspensão previstas no inciso I deste artigo:

I - a suspensão não se aplica:

a) aos casos de redução da base de cálculo previstos no inciso II deste artigo;

b) às saídas interestaduais não destinadas a posterior exportação;

II - havendo mudança de destinação do minério de ferro e do "pellet", o imposto cuja incidência se

encontrava suspensa na forma da alínea "a" do inciso I deste artigo será pago pelo estabelecimento remetente quando da saída do porto, inclusive sobre o serviço de transporte;

III - quanto aos efeitos decorrentes da adoção do sistema de tributação dispensado às operações com minério de ferro e "pellet", observar-se-á o disposto nos incisos III e IV do § 2º deste artigo.

§ 2º No tocante às hipóteses de redução da base de cálculo previstas no inciso II deste artigo:

I - é atribuída às empresas mineradoras a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS devido sobre o transporte dos produtos especificados no inciso II deste artigo, não sendo exigido o recolhimento do tributo relativo ao transporte nas operações destinadas aos portos, ao exterior ou à fabricação de "pellets";

II - o disposto no inciso anterior não se aplica à prestação de serviços de transporte marítimo, nas vendas com cláusula FOB, de minério de ferro e "pellets", cujo ICMS devido pela prestação será pago pelo transportador;

III - o sistema de tributação previsto para o minério de ferro e "pellet" será integralmente praticado como opção do contribuinte, cabendo exclusivamente à unidade federada extratora o ICMS devido sobre o minério de ferro, e à unidade federada fabricante, o imposto devido sobre o "pellet";

IV - a aplicação do sistema de tributação previsto para o minério de ferro e "pellet" implica o estorno de quaisquer créditos fiscais previstos na legislação, exceto o do minério destinado à fabricação do "pellet" e os decorrentes da saída do "pellet" no mercado interno com destino a exportação.

CAPÍTULO XXXIV
DAS OPERAÇÕES COM SUCATAS, FRAGMENTOS, RETALHOS OU RESÍDUOS DE MATERIAIS E COM LINGOTES E TARUGOS DE METAIS NÃO-FERROSOS

Art. 509. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas sucessivas saídas de lingotes e tarugos de metais não-ferrosos classificados nas posições 74.01, 74.02, 75.01, 76.01, 78.01, 79.01 e 80.01 da Tabela de Incidência do IPI, bem como nas sucessivas saídas de sucatas de metais, papel usado, aparas de papel, ossos, ferro-velho, garrafas vazias, cacos de vidro e fragmentos, retalhos ou resíduos de plásticos, de borracha, de tecidos e de outras mercadorias, com destino a estabelecimentos situados neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída (Convs. ICM 9/76 e 30/82):

I - das mercadorias para outra unidade da Federação ou para o exterior;

II - das mercadorias com destino a consumidor ou usuário final; ou

III - dos produtos fabricados com essas matérias-primas.

§ 1º Considera-se sucata:

I - a mercadoria ou parcela desta que não se preste para a mesma finalidade para a qual foi produzida, sendo irrelevante que a mercadoria ou a parcela conserve a mesma natureza originária;

II - a mercadoria ou bem usados, quando destinados à utilização como matéria-prima ou material secundário por estabelecimento industrial.

§ 2º Não terão o tratamento previsto neste artigo as mercadorias ou bens que, embora comercializados por estabelecimentos sucateiros ou por catadores continuem sendo passíveis de utilização nos mesmos fins para os quais foram produzidos, tais como móveis, eletrodomésticos, veículos, partes, peças e acessórios de veículos ou de quaisquer bens, aos quais se aplicará o tratamento dispensado a mercadorias usadas.

§ 3º Nas saídas e nos recebimentos interestaduais dos produtos referidos no *"caput"* deste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - o documento fiscal far-se-á acompanhar de uma das vias do documento de arrecadação estadual ou do Certificado de Crédito do ICMS, para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário, excluindo-se desta disciplina, quanto aos lingotes e tarugos ali discriminados, os produtores primários, assim considerados os que produzem metais a partir de minério, devidamente relacionados em ato normativo do Superintendente de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda (Conv. ICM 9/76);

Nota: A redação atual do inciso I, do § 3º do art. 408-B foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), para adequar as modificações introduzidas pelo novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7509/99.

II - nas operações realizadas entre contribuintes da Bahia e dos Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo e do Distrito Federal, o ICMS devido nas supramencionadas saídas poderá ser pago numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário, sendo que a adoção desse sistema fica condicionada à observância das seguintes condições (Protoc. ICM 07/77):

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso II do § 3º do art. 509 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anteior dada à parte inicial do inciso II, do § 3º do art. 509 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 a 17/05/05:
"II - nas operações realizadas entre contribuintes da Bahia e dos Estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo e do Distrito Federal, o ICMS devido nas supramencionadas saídas poderá ser pago numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário, sendo que a adoção desse sistema fica condicionada à observância das seguintes condições (Protocs. ICM 07/77, 12/77, 5/79 e 01/80 e Protocs. ICMS 10/95, 22/98 e 54/00): "

Redação anterior dada ao *caput* do inciso II, do § 3º do art. 509 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"II - nas operações realizadas entre contribuintes da Bahia e dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo e do Distrito Federal, o ICMS devido nas supramencionadas saídas poderá ser pago numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário, sendo que a adoção desse sistema fica condicionada à observância das seguintes condições (Protocs. ICM 07/77, 12/77, 5/79 e 01/80 e Protocs. ICMS 10/95 e 22/98):".

Redação originária:
"*II - nas operações realizadas entre contribuintes da Bahia e dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, o ICMS devido nas supramencionadas saídas poderá ser pago numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário, sendo que a adoção desse sistema fica condicionada à observância das seguintes condições (Protocs. ICM 7/77 e 12/77 e Protoc. ICMS 10/95):*".

a) o remetente deverá requerer regime especial à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, sendo que o referido regime só será considerado válido quando a autoridade fazendária da situação do destinatário manifestar a sua concordância;

b) o regime especial de que trata a alínea anterior será concedido exclusivamente a empresas que gozem

de excelente tradição fiscal e econômica, devendo ser cassado esse sistema ao contribuinte que não pagar em dia seus tributos;

c) a Nota Fiscal que documentar o transporte conterá a indicação dos números dos processos formados, nas unidades federadas de origem e de destino, relativamente ao regime especial concedido, sendo vedado o destaque do ICMS;

d) o destinatário só poderá utilizar o crédito fiscal após receber o respectivo comprovante do pagamento do imposto pelo remetente;

III - aplica-se o disposto no inciso anterior, também, nas saídas de sucata efetuadas por contribuinte estabelecido na Bahia com destino a contribuinte situado no Estado de Pernambuco (Protoc. ICMS 13/95).

§ 4º Nas saídas e nos recebimentos interestaduais de couro e pele em estado fresco, salmourado ou salgado, de produto gorduroso não comestível de origem animal, inclusive o sebo, osso, chifre e casco, observar-se-á o seguinte (Conv. ICM 15/88, Convs. ICMS 75/89 e 89/99):

Nota: A redação atual do *caput* do § 4º do art. 509 foi dada pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 01/01/00.

Redação originária:
"*§ 4º Nas saídas e nos recebimentos interestaduais de couro e pele em estado fresco, salmourado ou salgado, de sebo, de osso, de chifre e de casco, observar-se-á o seguinte (Conv. ICM 15/88 e Conv. ICMS 75/89):*".

I - o documento fiscal far-se-á acompanhar de uma das vias do Documento de Arrecadação Estadual ou do Certificado de Crédito do ICMS, para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário;

II - tratando-se de contribuinte com estabelecimento fixo, poderá ser autorizado que um demonstrativo de existência de saldo credor na conta gráfica do ICMS, em relação a cada remessa, autenticado pelo fisco estadual de origem, substitua o documento de arrecadação e o certificado referidos no inciso anterior;

III - mediante regime especial e expressa anuência da unidade da Federação destinatária, o imposto poderá ser pago numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente realizar com um mesmo destinatário, cabendo a este apropriar-se do crédito fiscal somente após o recebimento do correspondente comprovante;

IV - a Nota Fiscal que documentar o transporte conterá a indicação dos números dos respectivos processos formados, nas unidades federadas de origem e de destino, relativamente ao regime especial concedido, sendo vedado o destaque do ICMS.

§ 5º No tocante às remessas de sucatas para industrialização ou conserto em outra unidade da Federação, observar-se-á o disposto no inciso II do § 6º do art. 615 (industrialização) e no § 2º do art. 627 (conserto).

§ 6º Nas operações com os produtos de que cuida este artigo, quando efetuadas com diferimento do imposto, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguinte situações:

I - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350.

CAPÍTULO XXXV
DAS OPERAÇÕES COM PETRÓLEO, LUBRIFICANTES, COMBUSTÍVEIS E PRODUTOS DIVERSOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais Acerca das Operações com Petróleo, Lubrificantes e Combustíveis, Inclusive com Cana-de-Açúcar e Outras Matérias-Primas Destinadas à Produção de Álcool Carburante

Art. 510. Nas operações com petróleo e com combustíveis e lubrificantes, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência: art. 1º, § 2º, I (saídas - operações internas); art. 1º, § 2º, III (entradas - operações interestaduais);

II - ocorrência do fato gerador: art. 2º, I (saídas - operações internas); e art. 2º, X (entradas - operações interestaduais);

III - não-incidência: art. 6º, III, "b" e "c";

IV - contribuinte: art. 36, § 1º, IV; art. 36, § 2º, I e XIV;

IV-A - responsabilidade solidária: art. 39, XIV;

Nota: **O inciso IV-A foi acrescentado ao Art. 510 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

V - local da operação: art. 47, I e VII;

VI - alíquota especial: art. 51, II, "e";

Nota: **A redação atual do inciso VI do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"VI - alíquota especial: art. 51, II, "e", e § 2º;"

VI-A - fundo de pobreza: art. 51-A, II e § 2º;

Nota: **O inciso VI-A foi acrescentado ao Art. 510 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

VII - base de cálculo: art. 56, I (operações internas) e II (aquisições interestaduais); e art. 512-B;

Nota: **A redação atual do inciso VII do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"VII - base de cálculo: art. 56, I (operações internas) e II (aquisições interestaduais);"

VIII - redução da base de cálculo:

Nota: **A redação atual do inciso VIII do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"VIII - redução da base de cálculo, nas operações com gás liquefeito de petróleo e gás natural: art. 81;"

a) nas operações com gás liquefeito de petróleo e gás natural: art. 81;

b) nas operações com óleo diesel: art. 87, XIX;

IX - utilização do crédito fiscal nas aquisições de combustíveis, lubrificantes e outras mercadorias: art. 93, I, "c" e "f"; e art. 359, § 1º, II e V;

Nota: **A redação atual do inciso IX do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"IX - utilização do crédito fiscal nas aquisições de combustíveis, lubrificantes e outras mercadorias: art. 93, I, e § 8º; art. 359, § 1º, II e V;"

X - revogado

Nota: O inciso X do art. 510 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"*X - crédito presumido: art. 515, § 1º, III;".*

XI - manutenção de crédito: art, 103, IV;

Nota: A redação atual do inciso XI do art. 510 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"XI - manutenção de crédito: art, 103, IV; art. 515, § 1º, II;"

XII - isenção: art. 21;

XIII - transporte a granel de combustíveis: art. 279;

XIV - habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344;

XV - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 343, XXIX; 511, 347 e 348;

Nota: **A redação atual do inciso XV do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de**

12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação originária:
"XV - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 511, 347 e 348;"

XVI - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350;

XVII - obrigações acessórias da destilaria de álcool: art. 471;

XVIII - revogado.

Nota: O inciso XVIII do art. 510 foi revogado pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação originária:
"XVIII - operações interestaduais com petróleo e lubrificantes ou combustíveis dele derivados:
a) incidência (entradas): art. 1º, § 2º, III;
b) ocorrência do fato gerador (entradas): art. 2º, X;
c) imunidade ao imposto: art. 6º, III, "b" e "c";
d) contribuinte: art. 36, § 1º, IV;
e) local da operação (entradas): art. 47, VII;
f) base de cálculo: art. 56, II;
g) manutenção do crédito fiscal: art. 103, IV;"

XIX - PETROBRÁS – regimes especiais (obrigações acessórias): arts 513 e 513-A;

Nota: A redação atual do inciso XIX do art. 510 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação originária:
"XIX - Petrobrás - regimes especiais (obrigações acessórias): art. 513;"

XX - destroca de botijões vazios (operações com GLP, inclusive derivado de gás natural): art. 514;

Nota: A redação atual do inciso XX do art. 510 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/03:
"XX - destroca de botijões vazios (operações com GLP): art. 514;"

XXI - revogado

Nota: O inciso XXI do art. 510 foi revogado pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação originária:
"XXI - operações com cana-de-açúcar, melaço, mel e álcool etílico hidratado combustível: art. 515;".

XXII - antecipação ou substituição tributária: arts. 512-A e 512-B; 353, IV; arts. 370 a 379; art. 125, § 4°.

Nota: A redação atual do inciso XXII do art. 510 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).

Redação anterior dada ao inciso XXII do art. 510 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).
"XXII - antecipação ou substituição tributária: arts. 512-A e 512-B; arts. 370 a 379; art. 125, § 4°."

Redação originária:
"XXII - antecipação ou substituição tributária: art. 512; arts. 370 a 379; art. 125, § 4º."

XXIII - Ao GLP derivado de gás natural, NCM 2711.11.00, aplicam-se o disposto no Protocolo 33/03 e, no que couber, as disposições deste regulamento e do Convênio ICMS 03/99 aplicáveis ao gás liqüefeito de petróleo.

Nota: O inciso XXIII foi acrescentado ao art. 510 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

SEÇÃO II
Do Diferimento do Lançamento do Imposto nas Operações com Petróleo e Álcool Etílico

Nota: A denominação atual da Seção II foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Denominação originária:
"SEÇÃO II
Do Diferimento"

Art. 511. É diferido o lançamento do ICMS incidente:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 511 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação originária:
"Art. 511. É diferido o lançamento do ICMS incidente:".

I - nas sucessivas saídas de petróleo em estado bruto, efetuadas por estabelecimento extrator com destino a estabelecimento refinador neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída, a qualquer título, do seu estabelecimento;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 511 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação originária:
"I - nas sucessivas saídas de petróleo em estado bruto, efetuadas por estabelecimento extrator com destino a estabelecimento refinador neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída, a qualquer título, do seu estabelecimento;"

II - nas seguintes operações com álcool etílico anidro para fins carburantes:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação originária:
"II - nas seguintes operações com álcool anidro:"

a) operações internas e interestaduais, com destino a estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para o momento em que ocorrer a saída, do estabelecimento distribuidor de combustíveis, da gasolina resultante da mistura com aquele produto, observado o seguinte (Conv. ICMS 03/99):

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"a) operações internas e interestaduais, com destino a estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), para o momento em que ocorrer a saída, do estabelecimento distribuidor de combustíveis, da gasolina resultante da mistura com aquele produto, observado o seguinte (Convs. ICMS 105/92 e 80/97):"

Redação originária:
"*a) operações de saídas internas realizadas por estabelecimento industrial ou importador, com destino a estabelecimento:"*

1 - o imposto diferido deverá ser pago de uma só vez englobadamente com o imposto retido por substituição tributária incidente sobre as subseqüentes operações até o consumidor final

Nota: A redação atual dada ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.
"1- o imposto diferido deverá ser pago de uma só vez englobadamente com o imposto retido por substituição tributária incidente sobre as subseqüentes operações até o consumidor final;"

Redação originária:
"1 - distribuidor de combustíveis, para o momento em que ocorrer a entrada;".

2 - nas saídas interestaduais de álcool etílico anidro para fins carburantes:

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao item 2 da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"2 - na remessa de álcool etílico anidro para fins carburantes de uma para outra unidade da Federação:".

Redação originária:
"2 - industrial refinador de petróleo, para o momento em que ocorrer a saída deste, a qualquer título;

2.1 - a distribuidora destinatária deverá registrar, com a utilização de programa fornecido pela COTEPE/ICMS, os dados de cada operação e entregá-los, na forma e prazo estabelecidos pelo Capítulo V do Conv. ICMS 03/99:

Nota: A redação atual do subitem 2.1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos a partir de 01/02/98:
"*2.1 - o estabelecimento distribuidor de combustíveis destinatário elaborará relação mensal, em 4 vias, conforme modelo do Anexo III do Convênio ICMS 105/92, com a configuração dada pelo Convênio ICMS 130/97, para o álcool etílico anidro para fins carburantes, devendo remeter, até o quinto dia do mês subseqüente à entrada, uma via para a empresa refinadora de petróleo ou suas bases, outra via para a unidade federada remetente do álcool anidro, e outra via à unidade federada onde estiver localizada a distribuidora, retendo a quarta via (Conv. ICMS 130/97);".*

Redação anterior dada ao subitem 2.1, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"2.1 - o estabelecimento distribuidor de combustíveis destinatário elaborará relação nos termos do inciso III da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 105/92, em separado, para o álcool etílico anidro para fins carburantes, sem prejuízo da relação exigida naquele inciso para os combustíveis derivados de petróleo, aplicando-se, no que couber, as demais normas contidas naquela cláusula, exceto a do inciso V, devendo, ainda, ser remetida via adicional da relação à empresa refinadora de petróleo;"

2.1.1 - à Secretaria da Fazenda deste Estado;

Nota: O subitem 2.1.1 foi acrescentado ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

2.1.2 - à unidade Federada de destino da mercadoria;

Nota: O subitem 2.1.2 foi acrescentado ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

2.1.3 - à refinaria de petróleo ou suas bases, na condição de sujeito passivo por substituição;

Nota: O subitem 2.1.3 foi acrescentado ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

2.2 - a refinaria de petróleo ou suas bases, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista dos dados mencionados no subitem anterior, destinará ao Estado da Bahia, a parcela do imposto incidente sobre o álcool etílico anidro oriundo do território baiano, adicionado à gasolina pela distribuidora de combustíveis;

Nota: A redação atual do subitem 2.2 da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao subitem 2.2, tendo sido acrescentado ao inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"2.2 - a empresa refinadora de petróleo, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista dos elementos recebidos do remetente, destinará à unidade federada remetente do álcool parcela do imposto incidente sobre o álcool etílico anidro para fins carburantes, calculado à alíquota interestadual sobre a parcela resultante da aplicação do redutor da base de cálculo previsto na Tabela IV do Anexo I do Convênio ICMS 105/92 sobre o valor de aquisição da gasolina saída do seu estabelecimento, sem o valor do ICMS, adicionado do valor resultante da aplicação do percentual de margem de valor adicionado interestadual, conforme previsto na Tabela III do Anexo I do supramencionado Convênio;"

2.3 - o distribuidor de combustíveis localizado em outra unidade da Federação deverá inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia.

Nota: O item 2.3 acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 36 ((Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

3 - para os efeitos desta alínea, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da cláusula décima segunda do Conv. ICMS 03/99;

Nota: A redação atual do item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao item 3, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos de 04/11/99 a 21/08/02:

"3 - para os efeitos desta alínea, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 03/99;"
Redação anterior dada ao item 3, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos de 01/09/97 a 03/11/99:
"3 - para os efeitos desta alínea, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 105/92;"

4 - revogado

Nota: O item 4, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao item 4, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"4 - o disposto nesta alínea não se aplica às operações que tenham como remetente ou destinatário estabelecimentos localizados nos Estados de Goiás e do Paraná (Conv. ICMS 03/99);"

Redação anterior dada ao item 4, da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir 01/04/98:
"*4 - o disposto nesta alínea não se aplica aos Estados de Goiás e do Paraná, tanto para as operações iniciadas nesses Estados, quanto nas operações a eles destinadas (Convs. ICMS 105/92 e 17/98);".*

Redação anterior dada ao item 4, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"4 - o disposto nesta alínea não se aplica aos Estados de Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Paraná, tanto para as operações iniciadas nesses Estados, quanto nas operações a eles destinadas;"

5 - revogado

Nota: O item 5, da alínea "a", do inciso II do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação anterior dada ao item "5", da alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"5- distribuidora de combustíveis situada neste Estado terá direito ao ressarcimento do valor referente ao imposto incidente na operação interestadual em que o álcool tenha por origem os Estados indicados no item anterior, pelo sujeito passivo por substituição;"

Redação anterior dada ao item 5, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"5. o distribuidor destinatário terá direito ao ressarcimento do valor referente ao imposto incidente na operação interestadual em que o álcool tenha por origem os Estados indicados no item anterior, pelo sujeito passivo por substituição, nos termos previstos na legislação da unidade federada de destino;"

6 - revogado

Nota: O item 6, da alínea "a", do inciso II, art. 511 foi revogado pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao item 6, da alínea "a", do inciso II, art. 511 foi dada pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos até 21/08/02:
"6 - em relação ao repasse previsto nesta alínea, aplica-se o disposto no parágrafo único da cláusula décima terceira do Convênio ICMS 03/99;"

Redação anterior dada ao item 6, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"6 - em relação ao repasse previsto nesta alínea, aplica-se o disposto no parágrafo único da cláusula décima terceira do Convênio ICMS 105/92;"

7 - o disposto nesta alínea não prejudica a aplicação do contido no Convênio ICM 65/88;

Nota: O item 7 foi acrescentado a alínea "a", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

b) operações de entrada, do exterior, efetuadas por qualquer importador, e deste para estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), para o momento em que ocorrer a saída, do estabelecimento distribuidor de combustíveis, da gasolina resultante da mistura com o produto importado;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 511 foi dada pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"*b) operações de entrada, do exterior, efetuadas por qualquer importador, e deste para estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pela Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), para o momento em que ocorrer a saída, do estabelecimento distribuidor de combustíveis, da gasolina resultante da mistura com o produto importado;"*

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso II do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:
"b) operações de entrada, do exterior, efetuadas por qualquer importador, e deste para estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), para o momento em que ocorrer a saída, do estabelecimento distribuidor de combustíveis, da gasolina resultante da mistura com o produto importado."

Redação originária:
"b) operações de entrada, do exterior, por qualquer importador, e deste para estabelecimento:
1 - distribuidor de combustíveis, neste Estado, para o momento em que ocorer a entrada:
2 - industrial refinador de petróleo, neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída, a qualeur título, do estabelecimento refinador;"

III - Revogado.

Nota: O inciso IIII do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 511, tendo sido reintroduzido ao art. 511 pela Alteração

nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/02/99 a 28/07/04:
"III - nas seguintes operações com álcool hidratado:"

"a) operações de saídas internas do estabelecimento industrial ou importador, com destino a distribuidor, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento distribuidor para:
1 - revendedor varejista;
2 - consumidor final; ou
3 - outra unidade da Federação;
b) operações de entrada, do exterior, por qualquer estabelecimento, e deste com destino a distribuidor neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento distribuidor para:
1 - revendedor varejista;
2 - consumidor final; ou
3 - outra unidade da Federação.

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "c" do inciso III do art. 511 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04):
"c) operações de saídas promovidas por usina, destilaria ou importador, destinadas aos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Sergipe, para o momento em que ocorrer a entrada do produto no estabelecimento da distribuidora, como tal definida e autorizada por órgão federal competente, no Estado de destino, observadas as seguintes condições (Protoc. ICMS 19/99):"

Redação anterior dada à parte inicial da alínea "c", tendo sido acrescentada ao inciso III do art. 511 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99):
"c) operações de saídas promovidas por usina, destilaria ou importador, destinadas aos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Sergipe, para o momento em que ocorrer a entrada do produto no estabelecimento da distribuidora, como tal definida e autorizada por órgão federal competente, no Estado de destino, observadas as seguintes condições (Protoc. ICMS 19/99):"

"1 - o imposto diferido deverá ser recolhido mensalmente até o décimo dia do mês subseqüente ao da entrada do produto na distribuidora, por meio de Guia Nacional de Recolhimentos de Tributos Estaduais - GNRE, em favor deste Estado;
2 - para adoção deste regime, a distribuidora destinatária deverá inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) deste Estado na condição de CONTRIBUINTE SUBSTITUTO, nos termos do inc. VI do art. 150;
3 - se a distribuidora destinatária não estiver inscrita no CAD-ICMS deste Estado, o imposto será recolhido no momento da saída da mercadoria do estabelecimento remetente, conforme legislação em vigor;
4 - na hipótese do item anterior, o produto, no seu transporte, deverá ser acompanhado de uma via da GNRE a qual habilitará o destinatário a creditar-se do valor correspondente;
5 - nas saídas de que trata esta alínea, o remetente deverá abater, na nota fiscal, do preço da mercadoria o valor do imposto diferido, sendo que:
5.1 - o imposto a ser recolhido corresponderá ao valor que foi abatido na Nota Fiscal;
5.2 - o destinatário do produto, à vista da GNRE, creditar-se-á do valor correspondente;
6 - as operações de saídas de que trata essa alínea, terão o seguinte tratamento:
6.1 - o estabelecimento remetente deverá informar, no documento fiscal relativo à operação, o ICMS incidente, e a seguinte expressão: " Imposto Diferido - Protocolo ICMS 19/99";
6.2 - o estabelecimento destinatário deverá:
6.2.1 - registrar o documento fiscal na sua escrituração para o aproveitamento do crédito;
6.2.2 - elaborar relação mensal das quantidades efetivamente recebidas, em 02 (duas) vias, por Estado de origem e por fornecedor, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
6.2.2.1 - a denominação: "Operações de Entradas de Álcool Etílico Hidratado Combustíveis com Diferimento do ICMS - Protocolo ICMS 19/99";
6.2.2.2 - identificação da empresa fornecedora do produto, com a indicação do nome, endereço,

inscrições estadual e no CNPJ;
6.2.2.3 - série, número e data da Nota Fiscal;
6.2.2.4 - quantidade e descrição da mercadoria;
6.2.2.5 - valor da operação e o valor do ICMS ;

Redação anterior dada ao item 6.2.3 da alínea "c", do inciso III do art. 511 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).
"*6.2.3 - enviar, à Gerência de Substituição Tributária, em meio magnético, uma via da relação de que trata o subitem anterior, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, referente ao mês imediatamente anterior, retendo a 2ª (segunda) via como comprovante de entrega.*"

Redação anterior dada ao item 6.2.3 da alínea "c", do inciso III do art. 511 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).
"6.2.3 - enviar, à Gerência de Comércio Exterior e Substituição Tributária, em meio magnético, uma via da relação de que trata o subitem anterior, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, referente ao mês imediatamente anterior, retendo a 2ª (segunda) via como comprovante de entrega."

O inciso III do art. 511 foi retirado do art. 511 em razão das modificações introduzidas pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação Originária do inciso III:
"*III - nas seguintes operações com álcool hidratado:*
a) operações de saídas internas do estabelecimento industrial ou importador, com destino a distribuidor, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento distribuidor para:
1 - revendedor varejista;
2 - consumidor final; ou
3 - adquirente situado em outra unidade da Federação;
b) operações de entrada, do exterior, por qualquer estabelecimento, e deste com destino a distribuidor neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento distribuidor para:
1 - revendedor varejista;
2 - consumidor final; ou
3 - adquirente situado em outra unidade da Federação."

§ 1º Revogado

Nota: O § 1º do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao § 1º do art. 511 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos a partir de 01/10/98:
"*§ 1º O redutor da base de cálculo previsto na Tabela IV do Anexo I do Convênio ICMS 105/92, a ser adotado pela empresa refinadora de petróleo para fins de destinar à unidade federada remetente do álcool a parcela do imposto incidente sobre o álcool etílico anidro para fins carburantes, será adotado de acordo com os seguintes percentuais (Convs. ICMS 105/92, 80/97 71/98 e 82/98):*
PERCENTUAL DE REDUÇÃO FIXADO EM FUNÇÃO
DA UNIDADE FEDERADA DE ORIGEM DO ÁLCOOL ANIDRO
TABELA IV DO ANEXO I DO CONV. ICMS 105/92

UNIDADES FEDERADAS	*ALÍQUOTA DE 7%*	*ALÍQUOTA DE 12%*
Acre	*58,20%*	*61,50%*
Alagoas	*55,59%*	*58,75%*
Amapá	*73,91%*	*78,11%*
**Amazonas*	*46,51%*	*56,40%*
Bahia	*58,65%*	*61,98%*

Ceará	*63,43%*	*67,04%*
Distrito Federal	*45,69%*	*48,29%*
Espírito Santo	*54,01%*	*57,08%*
Goiás	*45,84%*	*48,45%*
Maranhão	*59,10%*	*62,46%*
Mato Grosso	*48,69%*	*51,47%*
Mato Grosso do Sul	*47,89%*	*50,62%*
Minas Gerais	*51,80%*	*54,75%*
Pará	*70,22%*	*74,21%*
Paraíba	*57,11%*	*60,35%*
Paraná	*47,63%*	*50,34%*
Pernambuco	*57,13%*	*60,37%*
Piauí	*54,98%*	*58,10%*
Rio de Janeiro	*52,90%*	*55,90%*
Rio Grande do Norte	*57,68%*	*60,96%*
Rio Grande do Sul	*51,92%*	*54,89%*
Rondônia	*57,97%*	*61,27%*
Roraima	*73,91%*	*78,11%*
Santa Catarina	*46,40%*	*49,03%*
São Paulo	*47,07%*	*49,75%*
Sergipe	*62,41%*	*65,95%*
Tocantins	*54,87%*	*58,00%*

Nota: relativamente ao Estado do Amazonas, exclusivamente para efeito do crédito presumido previsto no artigo 49 do decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, serão observados os percentuais de 46,51% em relação à alíquota de 7%, e de 56,40% em relação à alíquota de 12%."

Redação anterior dada ao § 1º do art. 511 pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98:

"§ 1º O redutor da base de cálculo previsto na Tabela IV do Anexo I do Convênio ICMS 105/92, a ser adotado pela empresa refinadora de petróleo para fins de destinar à unidade federada remetente do álcool a parcela do imposto incidente sobre o álcool etílico anidro para fins carburantes, será adotado de acordo com os seguintes percentuais (Convs. ICMS 105/92, 80/97 e 71/98):

PERCENTUAL DE REDUÇÃO FIXADO EM FUNÇÃO
DA UNIDADE FEDERADA DE ORIGEM DO ÁLCOOL ANIDRO
TABELA IV DO ANEXO I DO CONV. ICMS 105/92

UNIDADES FEDERADAS	*ALÍQUOTA DE 7%*	*ALÍQUOTA DE 12%*
Acre	*58,20%*	*61,50%*
Alagoas	*55,59%*	*58,75%*
Amapá	*73,91%*	*78,11%*
**Amazonas*	*46,51%*	*56,40%*
Bahia	*58,65%*	*61,98%*
Ceará	*63,43%*	*67,04%*
Distrito Federal	*45,69%*	*48,29%*
Espírito Santo	*54,01%*	*57,08%*
Goiás	*45,84%*	*48,45%*
Maranhão	*59,10%*	*62,46%*
Mato Grosso	*48,69%*	*51,47%*
Mato Grosso do Sul	*47,89%*	*50,62%*
Minas Gerais	*51,80%*	*54,75%*
Pará	*70,22%*	*74,21%*
Paraíba	*57,11%*	*60,35%*
Paraná	*47,63%*	*50,34%*
Pernambuco	*57,13%*	*60,37%*
Piauí	*54,98%*	*58,10%*
Rio de Janeiro	*52,90%*	*55,90%*

Rio Grande do Norte	*57,68%*	*60,96%*
Rio Grande do Sul	*51,92%*	*54,89%*
Rondônia	*57,97%*	*61,27%*
Roraima	*73,91%*	*78,11%*
Santa Catarina	*46,40%*	*49,03%*
São Paulo	*47,07%*	*49,75%*
Sergipe	*62,41%*	*65,95%*
Tocantins	*54,87%*	*58,00%*

* Nota: relativamente ao Estado do Amazonas, exclusivamente para efeito do crédito presumido previsto no artigo 49 do decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, serão observados os percentuais de 46,51% em relação à alíquota de 7%, e de 56,40% em relação à alíquota de 12%."

Redação anterior dada ao § 1º do art. 511 pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97:

"*§ 1º O redutor da base de cálculo previsto na Tabela IV do Anexo I do Convênio ICMS 105/92, a ser adotado pela empresa refinadora de petróleo para fins de destinar à unidade federada remetente do álcool a parcela do imposto incidente sobre o álcool etílico anidro para fins carburantes, será adotado de acordo com os seguintes percentuais (Convs. ICMS 105/92 e 80/97):*

PERCENTUAL DE REDUÇÃO FIXADO EM FUNÇÃO
DA UNIDADE FEDERADA DE ORIGEM DO ÁLCOOL ANIDRO
TABELA IV DO ANEXO I DO CONV. ICMS 105/92

UNIDADES FEDERADAS	*ALÍQUOTA DE 7%*	*ALÍQUOTA DE 12%*
Acre	*59,73%*	*63,12%*
Alagoas	*57,05%*	*60,30%*
**Amazonas*	-	-
Amapá	*73,83%*	*78,03%*
Bahia	*60,19%*	*63,61%*
Ceará	*65,10%*	*68,80%*
Distrito Federal	*46,89%*	*49,55%*
Espírito Santo	*55,43%*	*58,58%*
Goiás	*47,05%*	*49,72%*
Maranhão	*60,65%*	*64,10%*
Mato Grosso	*49,97%*	*52,81%*
Mato Grosso do Sul	*49,82%*	*52,65%*
Minas Gerais	*53,17%*	*56,19%*
Pará	*67,56%*	*71,40%*
Paraíba	*59,02%*	*62,37%*
Paraná	*48,88%*	*51,66%*
Pernambuco	*64,40%*	*68,06%*
Piauí	*56,42%*	*59,63%*
Rio de Janeiro	*54,47%*	*57,56%*
Rio Grande do Norte	*59,20%*	*62,57%*
Rio Grande do Sul	*53,68%*	*56,73%*
Rondônia	*59,50%*	*62,88%*
Roraima	*69,98%*	*73,95%*
Santa Catarina	*45,03%*	*47,59%*
São Paulo	*48,31%*	*51,03%*
Sergipe	*64,05%*	*67,69%*
Tocantins	*55,16%*	*58,30%*

** Nota: relativamente ao Estado do Amazonas, exclusivamente para efeito do crédito presumido previsto no artigo 49 do decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, serão observados os percentuais de 46,51% em relação à alíquota de 7%, e de 56,40% em relação à alíquota de 12%.*".

Redação originária:

"§ 1º A habilitação para operar com diferimento com os produtos especificados neste artigo far-se-á mediante regime especial."

§ 2º Nas operações com diferimento do imposto, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:

Nota: A redação atual do § 2º do art. 511 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação originária:
"§ 2º Nas operações com diferimento do imposto, observar-se-ão, ainda, as seguintes situações:
I - dispensa de habilitação, por parte da Petrobrás, para operar no regime de diferimento: art. 344, § 1º, II;
II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;
III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350."

I - dispensa de habilitação para operar no regime de diferimento: art. 344, § 1º, II e VII;

II - lançamento e pagamento do imposto, tendo sido diferido o lançamento: arts. 347 e 348;

III - apresentação mensal da Declaração da Movimentação de Produtos com ICMS Diferido (DMD): art. 350.

§ 3º Revogado

Nota: O § 3º do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 511 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"§ 3º De 01/10/98 até 31/12/98, o Estado de Santa Catarina, poderá aplicar, em substituição ao previsto no § 1º, os seguintes percentuais de redução de base de cálculo (Conv. ICMS 80/98):
a) 47,23% nas operações tributadas à alíquota de 7%;
b) 49,92% nas operações tributadas à alíquota de 12%.".

O § 3º do art. 511 foi retirado em razão das modificações introduzidas pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), efeitos a partir de 01/09/97.

Redação originária:
"§ 3º Relativamente ao álcool etílico hidratado combustível, sempre que a natureza da operação e as circunstâncias de sua realização, nos termos deste artigo, coincidirem com as situações do art. 515, prevalecem as regras ali disciplinadas em substituição às do presente artigo, observadas as condições e o período de vigência do tratamento disciplinado no referido art. 515.".

§ 4º Enquanto não estiver implementada a nova versão do programa referido no subitem 2.1 da alínea "a" do inciso II, as distribuidoras e os importadores entregarão as informações relativas às operações interestaduais:

Nota: A redação atual do § 4º do art. 511 foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 511 pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99).
"§ 4º Enquanto o programa referido no subitem 2.1 da alínea "a" não for aprovado pela COTEPE/ICMS, as informações relativas a operações interestaduais serão entregues por meio dos relatórios e demonstrativos aprovados pelo Convênio ICMS 105/92, de 25 de setembro de 1992, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99, hipótese em que o importador seguirá as mesmas disposições previstas para as distribuidoras de combustíveis."

I - de 1º de janeiro de 2002 até 30 de setembro de 2002, utilizando os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 138/01, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS nº 03/99;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 4º do art. 511 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 4º do art. 511 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 22/11/02:
"I - de 1º de janeiro de 2002 até 31 de agosto de 2002, utilizando os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 138/01, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS nº 03/99;"

II - a partir de 1º de outubro de 2002, utilizando os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 54/02, obedecidos os prazos e formas nele estabelecidos.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 4º do art. 511 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 4º do art. 511 pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 22/11/02:
"II - a partir de 1º de setembro de 2002, utilizando os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 54/02, obedecidos os prazos e formas nele estabelecidos."

§ 5º Revogado.

Nota: O § 5º do art. 511 foi revogado pela Alteração nº 58 (Decreto nº 9.188, de 28/09/2004, DOE de 29/09/2004).

Redação anterior dada ao § 5º do art. 511 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).
"§ 5º O disposto na alínea "c", do inc. III, aplica-se inclusive às aquisições e saídas promovidas pela Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS (Protoc. ICMS 19/99)."

SEÇÃO III
Da Substituição ou Antecipação Tributária nas Operações com Lubrificantes, Combustíveis e Produtos Químicos Derivados ou Não de Petróleo

Art. 512. Revogado

Nota: O art. 512 e seus dispositivos foram revogados pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de

03/11/99, DOE de 04/11/99).

Redação originária com as alterações posteriorres:
"Art. 512. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, nas operações com os combustíveis, os lubrificantes e os produtos químicos a seguir especificados, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto, nas saídas que efetuarem, para fins de antecipação do recolhimento do tributo relativo à operação ou operações subseqüentes, a serem realizadas pelos adquirentes neste Estado (Lei nº 6673/94 e Convs. ICMS 105/92, 111/93 e 154/94):
I - o industrial refinador de:
a) gasolina automotiva, de aviação ou qualquer outra - NCM 2710.00.2;
b) óleo diesel (gasóleo) e outros óleos combustíveis - NCM 2710.00.4;
c) querosene, inclusive de aviação - NCM 2710.00.3;
d) gases derivados de petróleo - NCM 2711;
II - o distribuidor de:
a) álcool etílico (etanol) hidratado para fins carburantes - NCM 2207.10.00 e 2207.20.10;
***Nota:** Redação da alínea "a" modificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).*
Redação originária:
"a) álcool etílico (etanol) anidro ou hidratado para fins carburantes NCM 2207.10.00 e 2207.20.10;".
b) lubrificantes derivados ou não de petróleo - NCM 2710.6 e 2710.00.99;
c) gás natural - NCM 2711.11.00 e 2711.21.00;
III - o contribuinte alienante, neste Estado, das seguintes mercadorias, derivadas ou não de petróleo, para uso em aparelhos, equipamentos, máquinas, motores e veículos, exceto na hipótese de já tê-las recebido com o imposto antecipado (Conv. ICMS 85/95):
a) aditivos - NCM 3811.21 e 3811.29;
b) agentes de limpeza - NCM 3402;
c) anticorrosivos - NCM 3403.19.00, 3403.99.00 e 3824.90.41;
d) desengraxantes - NCM 3402.90.31;
e) desinfetantes - NCM 3808.40;
f) fluidos - NCM 2710.00.94, 3819, 3824.90.42, 3824.90.43 e 3824.90.49;
g) graxas - NCM 2710.00.99;
h) removedores (exceto o classificado no código 3814.00.00 da NCM);
i) óleos de têmpera, protetivos e para transformadores - NCM 2710.00.95 e 2710.00.99;
j) aguarrás mineral ("white spirit") - NCM 2710.00.92;
l) combustíveis para carregar isqueiros ou acendedores - NCM 3606.10.00.
§ 1º Será atribuída ao distribuidor a responsabilidade pelo recolhimento das diferenças do imposto devido, quando retido a menos pelo industrial refinador, relativamente às operações com os produtos especificados no inciso I.
§ 2º Relativamente aos combustíveis, lubrificantes e produtos das indústrias químicas de que trata este artigo:
I - nas operações interestaduais, observar-se-ão as regras dos arts. 370 a 379 e dos convênios e protocolos celebrados entre a Bahia e as demais unidades da Federação para fins de substituição tributária, bem como da Lei Complementar nº 87/96;
II - não se aplica a substituição tributária (Conv. ICMS 111/93):
a) à saída para destinatário definido como substituto tributário, comprovada esta condição segundo a legislação da unidade federada de destino, ressalvado o disposto na alínea "c" (Conv. ICMS 3/97);
b) à operação de saída realizada por transportador revendedor retalhista (TRR);
c) à operação de saída que destine combustível derivado de petróleo a outra unidade da Federação, cujo imposto já tenha sido retido anteriormente do contribuinte remetente, ressalvado o contido na alínea anterior e nos §§ 11 e 12, e observado o disposto no § 13 (Conv. ICMS 3/97);
III - nas operações interestaduais com petróleo e com lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo sujeitas a substituição tributária, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na entrada (art. 2º, X) será devido à unidade da Federação onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente, na condição de substituto tributário (Lei Complementar nº 87/96).

§ 3º A responsabilidade tributária atribuída aos industriais refinadores e aos distribuidores dos combustíveis, lubrificantes e demais produtos especificados neste artigo compreende tanto a sua condição de contribuintes como de substitutos tributários, por ocasião da saída dos produtos de seus estabelecimentos, relativamente ao imposto incidente sobre aqueles produtos, a partir da operação que estiverem realizando até a última operação (Conv. ICMS 105/92).
§ 4º Para definição da base de cálculo a ser adotada para fins de substituição ou antecipação tributária, nas operações com os produtos especificados neste artigo, observar-se-á o seguinte (Convs. ICMS 105/92 e 28/96):
I - havendo a fixação do preço máximo ou único de venda a consumidor pela autoridade federal competente:
a) sendo as operações realizadas por estabelecimento industrial refinador, a base de cálculo é:
1 - nas saídas de combustíveis líquidos derivados de petróleo, o menor preço máximo de venda a consumidor fixado para o Estado da Bahia pela autoridade federal competente;
2 - nas saídas de gases derivados de petróleo, o preço definido em pauta fiscal, com base no valor ponderado médio, cujos reajustamentos deverão obedecer aos percentuais fixados pelo órgão federal competente;
b) sendo as operações realizadas por estabelecimento distribuidor, a base de cálculo é:
1 - nas saídas de combustíveis derivados de petróleo, a diferença entre o preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade federal competente para o Município destinatário consumidor e o previsto no item 1 da alínea anterior;
2 - nas saídas de álcool anidro para fins carburantes, o menor preço máximo de venda a consumidor no Estado da Bahia, fixado pela autoridade federal competente, para a gasolina comum;
3 - nas saídas de álcool hidratado, o preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade federal competente para o Município destinatário consumidor;
II - não havendo a fixação do preço máximo ou único de venda a consumidor pela autoridade federal competente, a base de cálculo é o montante formado pelo preço estabelecido pela autoridade federal competente para o estabelecimento remetente, ou, no caso de não existir este preço, o valor da operação, acrescido, em ambos os casos, do valor de todo e qualquer encargo transferível ou cobrado ao destinatário, adicionados, ainda, do valor resultante da aplicação dos seguintes percentuais de margem de valor adicionado (MVA), ressalvado o disposto nos incisos V e VII deste parágrafo (Conv. ICMS 31/97):
***Nota:** Redação do "caput" do inciso II modificada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), acrescentando a remissão aos incisos V e VII.*
a) gasolina automotiva, álcool anidro e álcool hidratado:
1 - nas operações internas:
1.1 - álcool anidro e gasolina automotiva, exceto gasolina "C": 20%;

***Nota:** Redação do subitem 1.1 modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), para aperfeiçoamento da redação.*
1.2 - álcool hidratado: 31,69%;'
2 - nas operações interestaduais realizadas por estabelecimento distribuidor (Convs. ICMS 111/96, 1/97 e 82/98):
***Nota:** Percentuais relativos ao Estado de Pernambuco estabelecidos pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98). Na redação originária, os percentuais eram de 62,52%, 53,79% e 60,00%, respectivamente.*
Anteriormente os percentuais relativos ao Piauí haviam sido modificados pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/4/97). Na redação originária os percentuais eram de 52,52%, 44,32% e 56,00%, respectivamente."

Unidades Federadas	Álcool Hidratado		Gasolina Automotiva/Álcool Anidro
	ALÍQUOTAS		
	7%	12%	
Acre	48,81%	40,81%	55,00%
Alagoas	64,94%	56,07%	75,51%
Amapá	48,81%	40,81%	55,00%

Amazonas	55,01%	46,68%	60,00%
Bahia	63,30%	54,53%	60,00%
Ceará	65,28%	56,40%	70,12%
Distrito Federal	68,24%	59,20%	71,23%
Espírito Santo	64,24%	55,42%	63,19%
Goiás	59,18%	50,62%	70,76%
Maranhão	55,01%	46,68%	60,00%
Mato Grosso	59,18%	50,62%	70,76%
Mato Grosso do Sul	68,72%	59,65%	70,76%
Minas Gerais	65,80%	56,89%	60,00%
Pará	60,17%	51,56%	66,25%
Paraíba	72,67%	63,39%	78,76%
Paraná	74,04%	64,68%	63,07%
Pernambuco	65,47%	56,55%	64,39%
Piauí(*)	55,01%	46,68%	60,00%
Rio de Janeiro	59,09%	50,54%	63,07%
Rio Grande do Norte	74,73%	65,33%	79,35%
Rio Grande do Sul	57,96%	51,35%	60,00%
Rondônia	52,53%	44,33%	56,00%
Roraima	48,81%	40,81%	55,00%
Santa Catarina	78,79%	69,19%	60,00%
São Paulo	82,05%	72,27%	79,57%
Sergipe	58,63%	50,10%	56,00%
Tocantins	65,91%	57,00%	60,00%

3 - gasolina "C", nas operações internas e interestaduais em que o sujeito passivo por substituição seja a refinaria de petróleo ou suas bases, aplicar-se-ão os seguintes percentuais de margem de valor adicionado (MVA), observado o disposto no inciso III (Convs. ICMS 105/92, 80/97 e 71/98):Nota: Percentuais relativos ao Estado de Pernambuco, estabelecidos pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).
Anteriormente esse dispositivo já havia sido modificado:
1 - pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 29/06/98;

*2 - pela Alteração nº 4 (*Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97*), ocasião em que foi introduzida a Tabela específica para gasolina "C". Inicialmente o dispositivo tratava de percentuais de MVA aplicáveis à álcool anidro, gasolina automotiva e álcool hidratado.*

*3 - Percentuais relativos ao Amazonas estabelecidos pela Alteração nº 3 (*Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97*, efeitos a partir de 01/6/97 - Conv. ICMS 53/97). Na redação originária, os percentuais eram de 51,00% e 101,33%, respectivamente.*

4 - Percentuais relativos ao Piauí estabelecidos pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97). Na redação originária, os percentuais eram de 53,00% e 104,00%, respectivamente.

Redação anterior, modificada pela Alteração nº 8 (GASOLINA "C"):
"3 - na hipótese desta alínea, caso o remetente, na condição de sujeito passivo por substituição, seja refinaria de petróleo ou suas bases, aplicar-se-ão os seguintes percentuais de margem de valor adicionado (MVA), observado o disposto no inciso III (Convs. ICMS 105/92 e 80/97):

PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR ADICIONADO APLICÁVEIS
UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA
(TABELA III DO ANEXO I DO CONV. ICMS 105/92)

GASOLINA "C"

UNIDADES FEDERADAS	OPERAÇÕES INTERNAS	OPERAÇÕES INTERESTADUAIS

Acre	*125,10%*	*200,13%*
Alagoas	*135,65%*	*214,20%*
Amazonas	*130,85%*	*207,79%*
Amapá	*101,53%*	*142,80%*
Bahia	*123,38%*	*197,84%*
Ceará	*106,52%*	*175,36%*
Distrito Federal	*128,97%*	*205,29%*
Espírito Santo	*109,91%*	*179,88%*
Goiás	*128,19%*	*204,26%*
Maranhão	*121,67%*	*195,56%*
Mato Grosso	*146,63%*	*228,84%*
Mato Grosso do Sul	*133,41%*	*211,21%*
Minas Gerais	*115,63%*	*187,51%*
Pará	*112,28%*	*165,35%*
Paraíba	*127,82%*	*203,76%*
Paraná	*119,65%*	*192,87%*
Pernambuco	*108,78%*	*178,38%*
Piauí	*138,29%*	*217,72%*
Rio de Janeiro	*113,65%*	*184,89%*
Rio Grande do Norte	*127,10%*	*202,81%*
Rio Grande do Sul	*100,00%*	*166,67%*
Rondônia	*125,97%*	*201,30%*
Roraima	*112,63%*	*156,18%*
Santa Catarina	*128,14%*	*204,19%*
São Paulo	*122,23%*	*196,31%*
Sergipe	*109,91%*	*179,88%*
Tocantins	*143,73%*	*224,97%"*

A tabela, antes da modificação introduzida pela Alteração nº 4, tinha a seguinte redação:
"3 - na hipótese desta alínea, caso o remetente seja refinaria de petróleo ou suas bases, aplicar-se-ão os seguintes percentuais de margem de valor adicionado (MVA):

3.1 - nas operações internas: 51%;

3.2 - nas operações interestaduais:

GASOLINA AUTOMOTIVA E ÁLCOOL ANIDRO

UNIDADES FEDERADAS	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*	*OPERAÇÕES INTERNAS*
Acre	*53,00%*	*104,00%*
Alagoas	*56,80%*	*109,06%*
Amapá	*53,00%*	*104,00%*
Amazonas (**)	*65,03%*	*112,57%*
Bahia	*57,77%*	*110,36%*
Ceará	*54,47%*	*105,96%*
Distrito Federal	*63,11%*	*117,48%*
Espírito Santo	*51,94%*	*102,59%*
Goiás	*66,50%*	*122,01%*
Maranhão	*60,43%*	*139,15%*
Mato Grosso	*66,50%*	*122,01%*
Mato Grosso do Sul	*66,26%*	*122,01%*
Minas Gerais	*54,85%*	*106,47%*
Pará	*51,00%*	*101,33%*
Paraíba	*64,08%*	*118,77%*
Paraná	*58,50%*	*111,33%*
Pernambuco	*51,00%*	*101,33%*

Piauí (*)	*60,43%*	*139,15%*
Rio de Janeiro	*56,07%*	*108,09%*
Rio Grande do Norte	*53,00%*	*104,00%*
Rio Grande do Sul	*56,00%*	*108,00%*
Rondônia	*53,00%*	*104,00%*
Roraima	*104,00%*	*53,00%*
Santa Catarina	*57,52%*	*110,03%*
São Paulo	*66,02%*	*121,36%*
Sergipe	*53,00%*	*104,00%*
Tocantins	*86,89%*	*149,19%*

ÁLCOOL HIDRATADO

UNIDADE FEDERADA	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*		*OPERAÇÕES INTERNAS*
	ALÍQUOTA DE 7%	*ALÍQUOTA DE 12%*	
Rio de Janeiro	*55,00%*	*92,20%*	*81,86%*

PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR AGREGADO APLICÁVEIS À UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA

(Tabela III do Anexo I do Conv. ICMS 105/92)Gasolina "C"

UNIDADES FEDERADAS	OPERAÇÕES INTERNAS	OPERAÇÕES INTERESTADUAIS
Acre	131,03%	208,04%
Alagoas	141,86%	222,47%
Amapá	106,69%	150,06%
Amazonas	136,92%	215,89%
Bahia	129,25%	205,67%
Ceará	111,95%	182,60%
Distrito Federal	135,00%	213,33%
Espírito Santo	115,43%	187,25%
Goiás	134,20%	212,26%
Maranhão	127,50%	203,33%
Mato Grosso	153,12%	237,49%
Mato Grosso do Sul	142,79%	223,72%
Minas Gerais	121,32%	195,09%
Pará	117,99%	173,76%
Paraíba	135,45%	213,93%
Paraná	125,43%	200,58%
Pernambuco	127,03%	202,71%
Piauí	144,55%	226,07%
Rio de Janeiro	119,43%	194,30%
Rio Grande do Norte	133,08%	210,77%
Rio Grande do Sul	103,95%	175,60%
Rondônia	131,92%	209,23%
Roraima	118,36%	164,12%
Santa Catarina	134,66%	214,58%
São Paulo	128,08%	204,11%
Sergipe	115,43%	187,25%
Tocantins	145,00%	226,67%

b) óleo diesel e óleo combustível, nas operações internas e interestaduais em que o sujeito passivo por substituição seja a refinaria de petróleo ou suas bases, aplicar-se-ão os seguintes percentuais de margem de valor adicionado (MVA), observado o disposto no inciso III, alínea "a" deste parágrafo (Convs. ICMS 128/97 e 37/98):

Nota: Redação da alínea "b" modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/7/98. Esse dispositivo, anteriormente, havia sido modificado pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos retroativos a 18/12/97)

Redação anterior:

"b) óleo diesel, nas operações internas e interestaduais em que o sujeito passivo por substituição seja a refinaria de petróleo ou suas bases (Conv. ICMS 128/97):".

PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR ADICIONADO APLICÁVEIS EM FUNÇÃO DA UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA

ÓLEO DIESEL
VALOR ADICIONADO PELA REFINARIA

UNIDADES FEDERADAS	*OPERAÇÕES INTERNAS*	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*
Acre	*54,65%*	*86,32%*
Alagoas	*50,47%*	*81,28%*
Amapá	*55,00%*	*86,74%*
Amazonas	*45,59%*	*75,41%*
Bahia	*55,69%*	*87,58%*
Ceará	*53,95%*	*85,48%*
Distrito Federal	*63,59%*	*85,90%*
Espírito Santo	*46,64%*	*76,67%*
Goiás	*69,50%*	*92,61%*
Maranhão	*45,94%*	*75,83%*
Mato Grosso	*67,54%*	*101,85%*
Mato Grosso do Sul	*62,98%*	*91,78%*
Minas Gerais	*53,48%*	*87,16%*
Pará	*57,78%*	*90,10%*
Paraíba	*46,29%*	*76,25%*
Paraná	*50,30%*	*70,79%*
Pernambuco	*52,91%*	*84,22%*
Piauí	*57,09%*	*89,26%*
Rio de Janeiro	*53,25%*	*74,15%*
Rio Grande do Norte	*43,16%*	*72,47%*
Rio Grande do Sul	*52,14%*	*72,89%*
Rondônia	*52,91%*	*84,22%*
Roraima	*64,40%*	*98,07%*
Santa Catarina	*55,83%*	*77,09%*
São Paulo	*61,00%*	*82,96%*
Sergipe	*51,17%*	*82,12%*
Tocantins	*79,47%*	*103,94%"*

Redação originária:
"b) óleo diesel, nas operações internas e interestaduais: 13%;".

1 - óleo diesel:
PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR ADICIONADO APLICÁVEIS EM FUNÇÃO DA UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA
(Tabela V do Anexo I do Convênio ICMS 105/92)
ÓLEO DIESEL
VALOR ADICIONADO PELA REFINARIA

UNIDADES FEDERADAS	*OPERAÇÕES INTERNAS*	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*
Acre	*54,65%*	*86,32%*
Alagoas	*50,47%*	*81,28%*
Amapá	*55,00%*	*86,74%*
Amazonas	*45,59%*	*75,41%*
Bahia	*55,69%*	*87,58%*
Ceará	*53,95%*	*85,48%*
Distrito Federal	*63,59%*	*85,90%*

Espírito Santo	*46,64%*	*76,67%*
Goiás	*78,52%*	*100,98%*
Maranhão	*45,94%*	*75,83%*
Mato Grosso	*67,54%*	*101,85%*
Mato Grosso do Sul	*62,98%*	*91,78%*
Minas Gerais	*53,48%*	*87,16%*
Pará	*57,78%*	*90,10%*
Paraíba	*46,29%*	*76,25%*
Paraná	*50,30%*	*70,79%*
Pernambuco	*52,91%*	*84,22%*
Piauí	*57,09%*	*89,26%*
Rio de Janeiro	*53,25%*	*74,15%*
Rio Grande do Norte	*43,16%*	*72,47%*
Rio Grande do Sul	*52,14%*	*72,89%*
Rondônia	*52,91%*	*84,22%*
Roraima	*64,40%*	*98,07%*
Santa Catarina	*55,83%*	*77,09%*
São Paulo	*61,00%*	*82,96%*
Sergipe	*51,17%*	*82,12%*
Tocantins	*79,47%*	*103,94%*

2 - óleo combustível:
PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR AGREGADO
(Tabela VII do Anexo I do Convênio ICMS 105/92)
ÓLEO COMBUSTÍVEL

DESTINO	*SAÍDA*			
	INTERESTADUAL		*INTERNA*	
UNIDADES FEDERADAS	*REFINARIA*	*DISTRIBUIDOR*	*REFINARIA*	*DISTRIBUIDOR*
Acre	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Alagoas	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Amapá	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Amazonas	*56,47%*	*36,47%*	*29,87%*	*9,65%*
Bahia	*58,39%*	*37,27%*	*31,46%*	*10,30%*
Ceará	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Distrito Federal	*57,44%*	*36,83%*	*30,67%*	*9,94%*
Espírito Santo	*58,99%*	*37,50%*	*31,96%*	*10,48%*
Goiás	*57,37%*	*36,80%*	*30,62%*	*9,92%*
Maranhão	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Mato Grosso	*57,44%*	*36,83%*	*30,67%*	*9,94%*
Mato Grosso do Sul	*57,11%*	*36,57%*	*30,40%*	*9,73%*
Minas Gerais	*64,75%*	*40,82%*	*35,09%*	*11,74%*
Pará	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Paraíba	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Paraná	*65,43%*	*40,17%*	*37,30%*	*12,63%*
Pernambuco	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Piauí	*62,40%*	*41,71%*	*29,92%*	*9,62%*
Rio de Janeiro	*61,09%*	*39,31%*	*32,09%*	*10,54%*
Rio Grande do Norte	*58,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Rio Grande do Sul	*57,46%*	*36,86%*	*30,69%*	*9,97%*
Rondônia	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Roraima	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Santa Catarina	*57,34%*	*36,81%*	*30,59%*	*9,93%*

São Paulo	*60,95%*	*39,23%*	*31,98%*	*10,48%*
Sergipe	*56,34%*	*36,42%*	*29,76%*	*9,62%*
Tocantins	*57,42%*	*36,82%*	*30,66%*	*9,94%*

c) lubrificantes derivados ou não de petróleo, nas operações internas e interestaduais: 30%;
d) gás liquefeito de petróleo (Convs. ICMS 105/92, 31/98 e 37/98):
Nota: *Redação do caput da alínea "d" modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98). Esse dispositivo, anteriormente, havia sido modificado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 26/3/98.*

Redação anterior da alínea "d" corresponde à redação atual da alínea "e".

Redação anterior:
"d) gás liquefeito de petróleo (Convs. 105/92 e 31/98):".
1 - nas operações em que o sujeito passivo por substituição seja a refinaria de petróleo ou suas bases, devendo ser considerado, quanto ao valor da operação, o preço FOB:
Nota: *Redação do item 1 modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98), efeitos a partir de 01/7/98.*
Redação anterior:
"1 - nas operações em que o sujeito passivo por substituição seja a refinaria de petróleo ou suas bases, devendo ser considerado, quanto ao valor da operação, o preço FOB:
PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR AGREGADO PELA REFINARIA,
APLICÁVEIS EM FUNÇÃO DA UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA
GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

UNIDADES FEDERADAS	*OPERAÇÕES INTERNAS*	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*
Acre	*362,62%*	*441,38%*
Alagoas	*248,54%*	*290,46%*
Amazonas	*253,62%*	*313,83%*
Amapá	*353,72%*	*408,28%*
Bahia	*251,59%*	*293,87%*
Ceará	*244,05%*	*302,63%*
Distrito Federal	*282,88%*	*328,92%*
Espírito Santo	*259,41%*	*302,63%*
Goiás	*293,74%*	*341,09%*
Maranhão	*256,53%*	*317,23%*
Mato Grosso	*329,34%*	*402,43%*
Mato Grosso do Sul	*310,26%*	*359,59%*
Minas Gerais	*250,72%*	*292,89%*
Pará	*272,88%*	*317,72%*
Paraíba	*262,77%*	*324,54%*
Paraná	*238,98%*	*279,75%*
Pernambuco	*237,24%*	*277,80%*
Piauí	*287,74%*	*353,75%*
Rio de Janeiro	*224,64%*	*263,68%*
Rio Grande do Norte	*243,64%*	*302,14%*
Rio Grande do Sul	*241,74%*	*286,08%*
Rondônia	*321,56%*	*372,25%*
Roraima	*287,74%*	*353,75%*
Santa Catarina	*252,46%*	*294,84%*
São Paulo	*230,29%*	*270,01%*
Sergipe	*228,55%*	*268,06%*
Tocantins	*323,29%*	*374,20%*

PERCENTUAIS DE MARGEM DE VALOR AGREGADO PELA REFINARIA APLICÁVEIS EM

FUNÇÃO DA UNIDADE FEDERADA DESTINATÁRIA
(Tabela VI do Anexo I do Convênio ICMS 105/92)
GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

UNIDADES FEDERADAS	*OPERAÇÕES INTERNAS*	*OPERAÇÕES INTERESTADUAIS*
Acre	*362,62%*	*441,38%*
Alagoas	*248,54%*	*290,46%*
Amazonas	*253,62%*	*313,83%*
Amapá	*353,72%*	*408,28%*
Bahia	*251,59%*	*293,87%*
Ceará	*244,05%*	*302,63%*
Distrito Federal	*282,88%*	*328,92%*
Espírito Santo	*259,41%*	*302,63%*
Goiás	*315,77%*	*366,90%*
Maranhão	*256,53%*	*317,23%*
Mato Grosso	*329,34%*	*402,43%*
Mato Grosso do Sul	*310,26%*	*359,59%*
Minas Gerais	*250,72%*	*292,89%*
Pará	*272,88%*	*317,72%*
Paraíba	*262,77%*	*324,54%*
Paraná	*238,98%*	*279,75%*
Pernambuco	*237,24%*	*277,80%*
Piauí	*287,74%*	*353,75%*
Rio de Janeiro	*224,64%*	*263,68%*
Rio Grande do Norte	*243,64%*	*302,14%*
Rio Grande do Sul	*241,74%*	*286,08%*
Rondônia	*321,56%*	*372,25%*
Roraima	*287,74%*	*353,75%*
Santa Catarina	*252,46%*	*294,84%*
São Paulo	*230,29%*	*270,01%*
Sergipe	*238,54%*	*284,84%*
Tocantins	*323,29%*	*374,20%*

2 - nas operações em que o sujeito passivo por substituição for estabelecimento distribuidor, a margem de valor agregado será fixada pela unidade federada de destino;
e) demais produtos derivados ou não de petróleo, nas operações internas e interestaduais: 30% (trinta por cento);
Nota: *A alínea "e" foi acrescentada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 26/3/98. Redação do dispositivo corresponde à redação anterior da alínea "d" deste inciso.*
III - nas operações com os produtos especificados neste parágrafo, quando o remetente, na condição de sujeito passivo por substituição tributária, for refinaria de petróleo ou suas bases, observar-se-á o que segue (Conv. ICMS 80/97):
Nota: *Redação do inciso III modificada pela Alteração nº 4 (*Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97*), efeitos a partir de 01/09/97.*
Redação originária:
"III - nas operações com os produtos especificados neste parágrafo, quando o remetente for refinaria de petróleo ou suas bases, o percentual da margem de valor adicionado (MVA) será aplicado sobre o valor da base de cálculo definida no "caput" deste parágrafo, tomando-se como valor da operação o preço FOB;"
a) os percentuais de margem de valor adicionado (MVA) são os constantes no item 3 da alínea "a" e na alínea "b" do inciso anterior, a serem aplicados sobre o valor da base de cálculo definida no "caput" deste parágrafo, tomando-se como valor da operação o preço FOB (Convs. ICMS 105/92, 80/97 e 128/97);
Nota: *Redação da alínea "a" modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), passando a fazer remissão, também, à alínea "b" do inciso anterior.*

b) não serão aplicados os percentuais constantes no item 3 da alínea "a" do inciso anterior aos Estados de Goiás, do Paraná e do Rio Grande do Sul, devendo ser observado o seguinte (Convs. ICMS 105/92 e 17/98):
***Nota:** Redação da alínea "b" modificada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de 01/4/98.*
Redação originária:
"b) não serão aplicados os percentuais constantes no item 3 da alínea "a" do inciso anterior aos Estados de Goiás, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Rio Grande do Sul, devendo ser observado o seguinte:
1 - em razão do disposto no item 4 da alínea "a" do inciso II do art. 511, serão aplicados os seguintes percentuais, relativamente ao Estado:
1.1 - de Goiás: 77,99% e 137,34%, no tocante às operações internas e interestaduais, respectivamente;
1.2 - de Mato Grosso do Sul: 82,08% e 142,77%, no tocante às operações internas e interestaduais, respectivamente;
1.3 - do Paraná: 71,33% e 128,45%, no tocante às operações internas e interestaduais, respectivamente;
2 - relativamente ao Estado do Rio Grande do Sul, enquanto não houver adição do álcool anidro à gasolina, serão aplicados os percentuais de 56,00% e 108,00%, respectivamente, no tocante às operações internas e interestaduais;".
1 - em razão do disposto no item 4 da alínea "a" do inciso II do art. 511, serão aplicados os seguintes percentuais, relativamente ao Estado:
1.1 - de Goiás: 77,99% (setenta e sete inteiros e noventa e nove centésimos por cento) e 137,34% (cento e trinta e sete inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), no tocante às operações internas e interestaduais, respectivamente;
1.2 - do Paraná: 71,33% (setenta e um inteiros e trinta e três centésimos por cento) e 128,45% (cento e vinte oito inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), no tocante às operações internas e interestaduais, respectivamente;
2 - relativamente ao Estado do Rio Grande do Sul, enquanto não houver adição do álcool anidro à gasolina, serão aplicados os percentuais de 56% (cinqüenta e seis por cento) e 108% (cento e oito por cento), respectivamente, no tocante às operações internas e interestaduais;
c) relativamente ao Estado de Santa Catarina, exclusivamente no que se refere à gasolina originária do Estado do Rio Grande do Sul, será aplicado o percentual de 137,27%, em substituição ao percentual constante no item 3 da alínea "a" do inciso II;
d) de 1º/10/98 até 30/6/99, o Estado de Santa Catarina poderá aplicar o percentual de (Convs. ICMS 80/98 e 117/98):
***Nota:** ReDação da alínea "d", acrescentada pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), foi modificada pela Alteração nº 11 (*Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99*), .*
Redação originária:
"d) De 1º/10/98 até 31/12/98, o Estado de Santa Catarina poderá aplicar o percentual de (Conv. ICMS 80/98):".
1 - 140,93% (cento e quarenta inteiros e noventa e três centésimos), em substituição ao previsto na alínea anterior;
2 - 133,88% (cento e trinta e três inteiros e oitenta e oito centésimos) nas operações internas e 222,59% (duzentos e vinte e dois inteiros e cinquenta e nove centésimos) nas operações interestaduais, em substituição ao previsto no item 3 da alínea "a" do inciso II deste parágrafo;
IV - nas operações interestaduais com álcool anidro, os percentuais da margem de valor adicionado (MVA) serão aplicados sobre o valor da base de cálculo, sem o ICMS;
V - na hipótese de a mercadoria não se destinar a comercialização, a base de cálculo é o valor da operação, como tal entendido o preço de aquisição pelo destinatário;
VI - nas operações que destinem mercadorias a transportador revendedor retalhista (TRR), sempre que for impossível incluir na base de cálculo do imposto o valor correspondente ao custo do transporte cobrado na operação interna subseqüente efetuada pelo TRR destinatário, será atribuída a este a responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre o frete efetivamente cobrado do seu adquirente, acrescido do percentual da margem de valor adicionado (MVA) correspondente;
VII - na hipótese em que o sujeito passivo por substituição, em relação à gasolina, for a refinaria de petróleo e, em relação ao álcool anidro, a distribuidora de combustível, a base de cálculo relativamente

ao álcool anidro será a soma do valor de aquisição desse produto, reduzido até o valor fixado para a gasolina "A", no estabelecimento refinador, com os valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos assumidos pelo adquirente, acrescida da parcela resultante da aplicação do percentual especificado na tabela do subitem 3.2 do item 3 da alínea "a" do inciso II do § 4º (Conv. ICMS 31/97).
***Nota:** O inciso VII foi acrescentado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*
§ 5º Nas saídas de asfalto diluído de petróleo - NBM/SH 2715.00.0100 e 2715.00.9900 - efetuadas pela PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A., o sujeito passivo por substituição é o estabelecimento destinatário, relativamente às operações subseqüentes (Conv. ICMS 127/95).
§ 6º Nas operações subseqüentes com gasolina, óleo diesel (gasóleo) e querosene, após o pagamento do imposto por antecipação, havendo a fixação de preço máximo ou único de venda a consumidor pela autoridade federal competente, o distribuidor fica obrigado a efetuar nova antecipação do tributo, com base na diferença verificada entre o preço máximo ou único de venda a varejo fixado para o Município destinatário consumidor e o preço constante no documento fiscal de aquisição das mercadorias junto ao industrial.
§ 7º Tratando-se de gasolina, óleo diesel (gasóleo) ou querosene, ocorrendo alteração de preço fixado pela autoridade federal competente, o distribuidor deverá:
I - efetuar o levantamento físico do estoque existente na data da ocorrência da alteração do preço, para apuração do ICMS devido, com base na diferença entre a base de cálculo que serviu para cobrança do imposto por substituição tributária na última aquisição e a nova base de cálculo, de acordo com o inciso I do § 4º;
II - fazer o recolhimento complementar da antecipação do imposto apurado na forma do inciso anterior, até o dia 15 do mês subseqüente ao da ocorrência da alteração do preço.
§ 8º Os sujeitos passivos por substituição, nas operações com os produtos de que cuida este artigo, terão direito ao ressarcimento do imposto recolhido anteriormente, quando realizarem operações de saídas de mercadorias:
I - diretamente a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária ocorrida na operação anterior, no valor correspondente à diferença entre esta, utilizada na última aquisição das mercadorias e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida;
II - destinadas a outra unidade da Federação, no valor do imposto retido por ocasião da última aquisição das mercadorias, proporcionalmente à quantidade remetida.
§ 9º O ressarcimento do imposto de que cuida o parágrafo anterior, bem como a transferência de créditos em virtude de eventual acumulação destes, serão efetuados na forma e condições estabelecidas em regime especial a ser requerido pelo interessado.
***Nota 1:** Redação do § 9º modificada pela Alteração nº 3 (*Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97*, efeitos a partir de 01/7/97), que reproduziu o texto originário.*
***Nota 2:** Esse dispositivo havia sido modificado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de, 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), com vigência até 30/6/97.*
Tendo nesse interregno a seguinte redação:
"§ 9º O ressarcimento do imposto de que cuida o parágrafo anterior será efetuado na forma e condições estabelecidas em regime especial a ser requerido pelo interessado."
§ 10. Nas operações com álcool anidro de que trata o inciso II deste artigo, equipara-se a distribuidor o estabelecimento refinador, nas saídas para distribuidores.
§ 11. O transportador revendedor retalhista (TRR), em relação a operação interestadual que realizar, deverá (Conv. ICMS 111/93):
I - indicar na Nota Fiscal a seguinte expressão: "Imposto retido";
II - elaborar relatório mensal, em 4 vias, por unidade federada de destino, conforme modelo do Anexo II do Convênio ICMS 105/92, com a configuração dada pelo Convênio ICMS 130/97 (Convs. ICMS 3/97 e 130/97);
Nota: Redação do inciso II modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos retroativos a 01/2/98) para adaptação do texto ao Conv. ICMS 130/97.
III - entregar, até o segundo dia útil de cada mês, uma via da relação, referente ao mês imediatamente anterior, mediante aviso de recebimento (AR), retendo a 4ª via (Convs. ICMS 3/97 e 31/97):
***Nota:** Redação do "caput" do inciso III modificada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97,*

DOE de 26 e 27/04/97). Na redação anterior, o prazo era "até o dia 5 de cada mês".
a) à unidade federada de destino da mercadoria;
b) à unidade federada de origem da mercadoria;
c) à distribuidora que forneceu, com retenção do imposto, a mercadoria revendida.
§ 12. Com relação ao parágrafo anterior (Conv. ICMS 111/93):
I - se a alíquota interna vigente na unidade federada de destino da mercadoria for superior à vigente na unidade da Federação de origem, a distribuidora fornecedora fará uma retenção complementar do transportador revendedor retalhista (TRR) para o necessário repasse à unidade federada destinatária;
II - na hipótese de a retenção ter sido efetuada pelo industrial, a distribuidora, com base na relação a que se refere a alínea "c" do inciso III, deverá elaborar relatório conforme modelo do Anexo VI do Convênio ICMS 105/92, com a configuração dada pelo Convênio ICMS 130/97, e entregá-lo até o dia 5 do mês subseqüente ao sujeito passivo por substituição, remetendo cópias para as unidades federadas de origem e de destino (Convs. ICMS 126/95, 31/97 e 130/97);
***Nota 1:** Redação do inciso II modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98, efeitos retroativos a 01/2/98) para adaptação do texto ao Conv. ICMS 130/97.*
***Nota 2:** Esse inciso já havia sido modificado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de, 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97), acrescentando a expressão "até o dia 5 de cada mês",já modificada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98.*
III - a distribuidora a que se refere a alínea "c" do inciso III, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista darelação recebida, deverá efetuar o recolhimento do imposto devido na operação realizada pelo TRR, calculado sobre o valor das operações relacionadas, em favor da unidade federada de destino das mercadorias, deduzindo este valor do recolhimento seguinte em favor da unidade federada indicada na alínea "b" do inciso III.
§ 13. O contribuinte substituído que efetuar a operação a que se refere a alínea "c" do inciso II do § 2º deverá atender ao disposto nas cláusulas décima primeira, décima segunda e décima terceira do Convênio ICMS 105/92, acrescentados pelo Conv. ICMS 3/97.
***Nota:** Redação do § 13 modificada pela Alteração nº 3 (*Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97, *efeitos a partir de 01/7/97), suprimindo, no final do texto, a expressão "observada, ainda, a regra da cláusula terceira do Conv. ICMS 3/97".*

Art. 512-A. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS relativo às operações internas subseqüentes com as mercadorias abaixo especificadas, na condição de sujeito passivo por substituição, os contribuintes a seguir indicados (Lei 7014/96 e Conv. ICMS 03/99):

Nota: A redação atual do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação anterior dada ao § 8º do art. 512-A pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"§ 8º De 01/10/01 a 31/12/01, as informações relativas às operações interestaduais também serão entregues por meio dos relatórios e demonstrativos aprovados pelo Convênio ICMS 105/92, paralelamente à apresentação das informações, mediante utilização do programa a que se refere o § 6º , obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99, hipótese em que o importador seguirá as mesmas disposições previstas para as distribuidoras de combustíveis."

Redação anterior dada ao § 6º do art. 512-A pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 a 31/12/01:
***"**§ 6º A distribuidora de combustíveis, o importador e o TRR apresentarão mensalmente as informações referentes às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, mediante utilização de programa fornecido pela COTEPE/ICMS, denominado SICOPI, aprovado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 28/01, com efeitos a partir de 01/10/2001, na forma e prazo estabelecidos nos Capítulos III e V do Conv. ICMS 03/99.*

Redação anterior dada aos §§ 10 e 11, tendo sido acrescentados ao art. 512-A pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos a de 01/05/00 a 31/12/01:
"§ 10. O Transportador Revendedor Retalhista - TRR, em relação a operação que realizar com combustíveis derivados de petróleo destinadas ao território baiano, cujo imposto tenha sido retido anteriormente por distribuidora de combustíveis, deverá proceder na forma estatuída na cláusula vigésima quarta do Convênio ICMS 03/99 (Conv. ICMS 21/00).
§ 11. A distribuidora a que se refere o parágrafo anterior, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista das informações recebidas na forma estabelecida na cláusula vigésima quarta do Convênio ICMS 03/99, deverá efetuar o recolhimento do imposto devido na operação realizada pelo Transportador Revendedor Retalhista - TRR, calculado sobre o valor das operações relacionadas, em favor deste Estado, deduzindo este valor do recolhimento seguinte em favor da unidade federada de origem da mercadoria (Conv. ICMS 21/00)."

Redação anterior dada ao § 4º do art. 512-A pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 01/04/00 a 21/11/01:
"§ 4º Se o remetente das mercadorias não atender as condições estabelecidas no parágrafo anterior, será o responsável pelo imposto devido por substituição, que será recolhido nos prazos a seguir indicados, podendo solicitar à este Estado, a restituição do imposto que tiver sido pago em decorrência da aquisição do produto, bem como do imposto retido antecipadamente por substituição tributária, na forma estabelecida no § 5º da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS 03/99, em seu favor (Conv. ICMS 21/00):"

Redação anterior dada ao art. 512-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99), efeitos de 04/11/99 a 31/12/01:
"Art. 512-A. São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS relativo às operações internas subseqüentes com as mercadorias abaixo especificadas, na condição de sujeito passivo por substituição, os contribuintes a seguir indicados (Lei 7014/96 e Conv. ICMS 03/99):
I - nas operações internas:
a) o industrial refinador de combustíveis e gases derivados de petróleo, em relação a:
1 - gasolina automotiva, de aviação ou qualquer outra - NCM 2710.00.2;
2 - óleo combustível (fuel-oil) – NCM 2710.00.42;
3 - óleo diesel (gasóleo) - NCM 2710.00.41;
4 - querosene, inclusive de aviação - NCM 2710.00.3;
5 - gás liquefeito de petróleo - NCM 2711.19.10;
b) o distribuidor de combustíveis, como tal definido e autorizado pelo órgão federal competente, tratando-se de:
1 - álcool etílico (etanol) hidratado para fins carburantes - NCM 2207.10.00 e 2207.20.10;
2 - lubrificantes derivados ou não de petróleo - NCM 2710.00.6;
3 - gás natural - NCM 2711.11.00 e 2711.21.00;
c) o contribuinte alienante dos seguintes produtos, derivados ou não de petróleo, para uso em aparelhos, equipamentos, máquinas, motores e veículos, exceto na hipótese de já tê-los recebido com o imposto antecipado:
1 - aditivos - NCM 3811.21 e 3811.29;
2 - anticorrosivos - NCM 3403.19.00, 3403.99.00 e 3824.90.41;
3 - desengraxantes - NCM 3402.90.31;
4 - fluidos - NCM 2710.00.94, 3819, 3824.90.42, 3824.90.43 e 3824.90.49;
5 - graxas - NCM 2710.00.99;
6 - óleos de têmpera, protetivos e para transformadores - NCM 2710.00.95 e 2710.00.99;
7 - aguarrás mineral (white spirit) - NCM 2710.00.92;
II - nas importações do exterior, o importador, em relação às mercadorias mencionadas no inciso anterior;
III - nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas ao território deste Estado:
a) o remetente, em relação às mercadorias elencadas no inciso I, excetuadas as operações com álcool hidratado, observado o disposto no § 3º;
b) o distribuidor de combustíveis, situado na unidade Federada de origem, como tal definido e

autorizado pelo órgão federal competente, nas operações com álcool hidratado;§ 1º A substituição tributária a que se refere o inciso III deste artigo também se aplica:
I - ao diferencial de alíquotas relativo a produtos não sujeitos à imunidade na operação interestadual, quando destinado a consumo por adquirente contribuinte do imposto, domiciliado neste Estado;
II - na entrada de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo amparados pela imunidade nas operações interestaduais, não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário.
§ 2º Nas operações de importação de combustíveis derivados de petróleo, excetuadas as promovidas por refinaria ou suas bases, o imposto devido por substituição tributária será recolhido pelo importador, na ocasião do desembaraço aduaneiro.
§ 3º Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados ao território baiano, se o imposto já tiver sido retido anteriormente, a refinaria de combustíveis será o substituto tributário, desde que a distribuidora de combustíveis, o Transportador Revendedor Retalhista (TRR) ou o importador remetente das mercadorias, cumulativamente:
I - estejam, a partir de 1º de dezembro de 1999, inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia, nos termos da cláusula sétima do Convênio 81/93;
II - prestem, mensalmente, as informações a que se refere o § 6º deste artigo.
§ 4º Se o remetente das mercadorias não atender as condições estabelecidas no parágrafo anterior, será o responsável pelo imposto devido por substituição, que será recolhido nos prazos a seguir indicados, podendo solicitar à unidade Federada de sua localização, a restituição do imposto que tiver sido pago em decorrência da aquisição do produto, bem como do imposto retido antecipadamente por substituição tributária, em seu favor:
I - até dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da saída das mercadorias de seu estabelecimento, quando inscrito no CAD-ICMS;
II - antes da remessa das mercadorias, se não estiver inscrito no CAD-ICMS. (efeitos de 04/11/99 a 31/03/00)
§ 5º A distribuidora de combustíveis será responsável pela complementação do imposto devido por substituição tributária, nas situações mencionadas no § 4º do art. 512-B.
§ 6º A distribuidora de combustíveis, o importador e o TRR apresentarão mensalmente as informações referentes às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, mediante utilização de programa fornecido pela COTEPE/ICMS, na forma e prazo estabelecidos nos Capítulos III e V do Conv. ICMS 03/99; (efeitos de 04/11/99 a 21/11/01)
§ 7º Se não forem realizadas as operações interestaduais mencionadas no parágrafo anterior, a distribuidora de combustíveis, o importador ou o TRR, no prazo previsto na cláusula décima sexta do Conv. ICMS 03/99, enviarão correspondência informando que deixaram de apresentar as informações por não terem, no período de referência, realizado tais operações.
§ 8º Enquanto o programa referido nos § 6º não for aprovado pela COTEPE/ICMS, as informações relativas a operações interestaduais serão entregues por meio dos relatórios e demonstrativos aprovados pelo Convênio ICMS 105/92, de 25 de setembro de 1992, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99, hipótese em que o importador seguirá as mesmas disposições previstas para as distribuidoras de combustíveis.
§ 9º Sem prejuízo do disposto nesta seção, relativamente às operações interestaduais com lubrificantes, combustíveis e produtos das indústrias químicas, serão observadas as regras dos arts. 370 a 379 e dos convênios e protocolos celebrados entre a Bahia e as demais unidades da Federação."

I - nas operações internas:

a) o formulador e o industrial refinador de combustíveis e gases derivados de petróleo ou de gás natural, em relação a:

Nota: A redação atual da parte inicial da alínea "a", do inciso I do *caput* do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/03:

"a) o formulador e o industrial refinador de combustíveis e gases derivados de petróleo, em relação a:"

1 - gasolina automotiva, de aviação ou qualquer outra - NCM 2710.11.5;

Nota: **A redação atual do item 1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"1 - gasolina automotiva, de aviação ou qualquer outra - NCM 2710.00.2;"

2 - óleo combustível (fuel-oil) – NCM 2710.19.22;

Nota: **A redação atual do item 2, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"2 - óleo combustível (fuel-oil) – NCM 2710.00.42;"

3 - óleo diesel (gasóleo) - NCM 2710.19.21;

Nota: **A redação atual do item 3, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 3, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 13/08/03:
"3 - óleo diesel (gasóleo) - NCM 2710.00.41;"

4 - querosene, inclusive de aviação - NCM 2710.19.1;

Nota: **A redação atual do item 4, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 4, da alínea "a", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"4 - querosene, inclusive de aviação - NCM 2710.00.3;"

5 - gás liquefeito de petróleo, inclusive derivado de gás natural - NCM 2711.19.10 e NCM 2711.11.00;

Nota: A redação atual do item "5", da alínea "a", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação originária, efeitos até 31/12/03:
"5 - gás liquefeito de petróleo - NCM 2711.19.10;"

b) o distribuidor de combustíveis, como tal definido e autorizado pelo órgão federal competente, tratando-se de:

1 - álcool etílico (etanol) hidratado para fins carburantes - NCM 2207.10.00 e 2207.20.10;

2 - lubrificantes derivados ou não de petróleo - NCM 2710.19.3;

Nota: A redação atual do item 2, da alínea "b", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao item 2, da alínea "b", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"2 - lubrificantes derivados ou não de petróleo - NCM 2710.00.6;"

3 - revogado

Nota: O item 3, da alínea "b", do inciso I do art. 512-A foi revogado pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 01/09/02.

Redação anterior dada ao item 3, da alínea "b", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 31/08/02:
"3- gás natural - NCM 2711.11.00 e 2711.21.00;"

c) o contribuinte alienante dos seguintes produtos, derivados ou não de petróleo, para uso em aparelhos, equipamentos, máquinas, motores e veículos, exceto na hipótese de já tê-los recebido com o imposto antecipado:

1 - aditivos - NCM 3811.21 e 3811.29;

2 - anticorrosivos - NCM 3403.19.00, 3403.99.00 e 3824.90.41;

3 - desengraxantes - NCM 3402.90.31;

4 - fluidos - NCM 2710.19.9, 3819, 3824.90.42, 3824.90.43 e 3824.90.49;

Nota: A redação atual do item 4, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao item 4, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"4 - fluidos - NCM 2710.00.94, 3819, 3824.90.42, 3824.90.43 e 3824.90.49;"

5 - graxas - NCM 2710.19.99;

Nota: A redação atual do item 5, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao item 5, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:

"5 - graxas - NCM 2710.00.99;"

6 - óleos de têmpera, protetivos e para transformadores - NCM 2710.19.9;

Nota: **A redação atual do item 6, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 6, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"6 - óleos de têmpera, protetivos e para transformadores - NCM 2710.00.95 e 2710.00.99;"

7 - aguarrás mineral (*white spirit*) - NCM 2710.11.30;

Nota: **A redação atual do item 7, da alínea "c", do inciso I do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao item 7, da alínea "c" do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"7 - aguarrás mineral (white spirit) - NCM 2710.00.92."

d) a concessionária distribuidora, em relação ao gás natural – NCM 2711.11.00 e 2711.21.00.

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso I do art. 512-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 01/09/02.

II - nas importações do exterior, o importador, em relação às mercadorias mencionadas no inciso anterior;

III - nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas ao território deste Estado:

a) o remetente, em relação às mercadorias elencadas no inciso I, excetuadas as operações com álcool hidratado, observado o disposto no § 3º;

b) o distribuidor de combustíveis, situado na unidade Federada de origem, como tal definido e autorizado pelo órgão federal competente, nas operações com álcool hidratado;

§ 1º A substituição tributária a que se refere o inciso III deste artigo também se aplica:

I - ao diferencial de alíquotas relativo a produtos não sujeitos à imunidade na operação interestadual, quando destinado a consumo por adquirente contribuinte do imposto, domiciliado neste Estado;

II - na entrada de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo amparados pela imunidade nas operações interestaduais, não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário.

§ 2º Nas operações de importação de combustíveis derivados de petróleo, o imposto devido por substituição tributária será recolhido pelo importador, na ocasião do desembaraço aduaneiro ou na entrega da mercadoria, se esta ocorrer antes.

§ 3º Nas operações interestaduais para o território deste Estado com combustíveis derivados de petróleo, realizadas por distribuidora de combustíveis, TRR ou importador, a refinaria de combustíveis será o substituto tributário somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, desde

que os remetentes, cumulativamente:

Nota: A redação atual da parte inicial do § 3º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 08/04/04.

Redação anterior dada à parte inicial do § 3º do art. 512-A pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos de 01/11/03 a 07/04/04:
"§ 3º Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados à comercialização ou industrialização no território baiano, remetidas por distribuidora de combustíveis, TRR ou importador, a refinaria de combustíveis será o substituto tributário somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, desde que os remetentes, cumulativamente:"

Redação anterior dada a parte inicial do § 3º do art. 512-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 31/10/03:
"§ 3º Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados ao território baiano, remetidas por distribuidora de combustíveis, TRR ou importador, a refinaria de combustíveis será o substituto tributário somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, desde que os remetentes, cumulativamente:"

Redação anterior dada ao § 3º do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"3º Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados ao território baiano, remetidas por distribuidora de combustíveis, formulador, TRR ou importador, a refinaria de combustíveis será o substituto tributário somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, desde que os remetentes, cumulativamente:"

I - estejam inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia, nos termos da cláusula sétima do Convênio 81/93;

II - prestem, mensalmente, as informações a que se refere o § 6º deste artigo.

§ 4º Se o remetente das mercadorias não atender as condições estabelecidas no parágrafo anterior, será o responsável pelo imposto devido por substituição, que será recolhido nos prazos a seguir indicados:

Nota: A redação atual do § 4º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

I - até dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da saída das mercadorias de seu estabelecimento, quando inscrito no CAD-ICMS;

II - antes da remessa das mercadorias, se não estiver inscrito no CAD-ICMS.

§ 5º Nas operações interestaduais para o território deste Estado com combustíveis derivados de petróleo, cujo imposto já tenha sido retido anteriormente, o remetente da mercadoria será responsável pelo recolhimento complementar, no prazo previsto no parágrafo anterior se o valor do imposto devido a este Estado for superior ao imposto cobrado na unidade federada de origem da mercadoria.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 08/04/04.

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de

12/11/03, DOE de 13/11/03), efeitos de 01/11/03 a 07/04/04:
"§ 5º Nas operações interestaduais para o território deste Estado com combustíveis derivados de petróleo destinados à comercialização ou industrialização, cujo imposto já tenha sido retido anteriormente, o remetende da mercadoria será responsável pelo recolhimento complementar, no prazo previsto no parágrafo anterior se o valor do imposto devido a este Estado for superior ao imposto cobrado na unidade federada de origem da mercadoria."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 31/10/03:
"§ 5º Nas operações interestaduais para o território deste Estado com combustíveis derivados de petróleo, cujo imposto já tenha sido retido anteriormente, o remetente da mercadoria será responsável pelo recolhimento complementar, no prazo previsto no parágrafo anterior se o valor do imposto devido a este Estado for superior ao imposto cobrado na unidade federada de origem da mercadoria."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"§ 5º O disposto neste artigo não se aplica à operação de saída promovida por distribuidora de combustíveis, por TRR, por formulador ou por importador que destine combustível derivado de petróleo ao território baiano, somente em relação ao valor do imposto que tenha sido retido anteriormente, desde que atendidas as condições estabelecidas no § 3°."

§ 6º A refinaria de petróleo, a distribuidora de combustíveis, o importador e o TRR apresentarão mensalmente as informações referentes às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, mediante utilização de programa fornecido pela COTEPE/ICMS, denominado SICOPI, aprovado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 28/01, com efeitos a partir de 01/10/2001, na forma e prazo estabelecidos nos Capítulos III e V do Conv. ICMS 03/99.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 01/09/02.

Redação anterior dada ao § 6º do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 31/08/02:
"§ 6º A distribuidora de combustíveis, o formulador, o importador e o TRR apresentarão mensalmente as informações referentes às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, mediante utilização de programa fornecido pela COTEPE/ICMS, denominado SICOPI, aprovado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 28/01, com efeitos a partir de 01/10/2001, na forma e prazo estabelecidos nos Capítulos III e V do Conv. ICMS 03/99."

§ 7º Se não forem realizadas as operações interestaduais mencionadas no parágrafo anterior, a distribuidora de combustíveis, o importador ou o TRR, no prazo previsto na cláusula décima sexta do Conv. ICMS 03/99, enviarão correspondência informando que deixaram de apresentar as informações por não terem, no período de referência, realizado tais operações.

§ 8º As informações relativas às operações interestaduais também serão entregues por meio de relatórios enquanto não estiver implementada a nova versão do programa previsto no § 6º, contemplando as alterações nas informações de que trata o Capítulo V do Conv. ICMS 03/99, sendo que:

Nota: A redação atual do § 8º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao § 8º do art. 512-A pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01,

DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"§ 8º As informações relativas às operações interestaduais também serão entregues por meio dos relatórios e demonstrativos aprovados pelo Convênio ICMS 105/92, paralelamente à apresentação das informações, mediante utilização do programa a que se refere o § 6º, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99, hipótese em que o importador seguirá as mesmas disposições previstas para as distribuidoras de combustíveis."

I - de 1º de janeiro de 2002 até 30 de setembro de 2002 serão utilizados os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 138/01, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 8º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 8º do art. 512-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02):
"I - de 1º de janeiro de 2002 até 31 de agosto de 2002 serão utilizados os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 138/01, obedecidos os prazos e formas estabelecidos no Conv. ICMS 03/99;"

II - a partir de 1º de outubro de 2002 serão utilizados os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 54/02, obedecidos os prazos e formas nele estabelecidos.

Nota: A redação atual do inciso II, do § 8º do art. 512-A foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso II, do § 8º do art. 512-A pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02):
"II - a partir de 1º de setembro de 2002 serão utilizados os relatórios aprovados pelo Conv. ICMS 54/02, obedecidos os prazos e formas nele estabelecidos."

§ 9º Sem prejuízo do disposto nesta seção, relativamente às operações interestaduais com lubrificantes, combustíveis e produtos das indústrias químicas, serão observadas as regras dos arts. 370 a 379 e dos convênios e protocolos celebrados entre a Bahia e as demais unidades da Federação.

§ 10. Revogado

Nota: O § 10 do art. 512-A foi revogado pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação anterior dada ao § 10, tendo sido acrescentado ao art. 512-A pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 01/05/00 a 31/12/01:
"§ 10. O Transportador Revendedor Retalhista - TRR, em relação a operação que realizar com combustíveis derivados de petróleo destinadas ao território baiano, cujo imposto tenha sido retido anteriormente por distribuidora de combustíveis, deverá proceder na forma estatuída na cláusula vigésima quarta do Convênio ICMS 03/99 (Conv. ICMS 21/00)."

§ 11. Revogado

Nota: O § 11 do art. 512-A foi revogado pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de

28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação anterior dada ao § 11, tendo sido acrescentado ao art. 512-A pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 01/05/00 a 31/12/01:
"§ 11. A distribuidora a que se refere o parágrafo anterior, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista das informações recebidas na forma estabelecida na cláusula vigésima quarta do Convênio ICMS 03/99, deverá efetuar o recolhimento do imposto devido na operação realizada pelo Transportador Revendedor Retalhista - TRR, calculado sobre o valor das operações relacionadas, em favor deste Estado, deduzindo este valor do recolhimento seguinte em favor da unidade federada de origem da mercadoria (Conv. ICMS 21/00)."

§ 12. Revogado

Nota: **O § 12 do art. 512-A foi revogado pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 03/02/03.**

Redação anterior dada ao § 12, tendo sido acrescentado ao art. 512-A pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos de 31/12/02 a 03/02/03:
" § 12. Nas operações com óleo diesel destinadas a empresas de transporte, previamente credenciadas pelo fisco estadual, para utilização no transporte intramunicipal de passageiros, a carga tributária deve ser equivalente a 17%, que deverá se refletir no preço de venda e constar expressamente no respectivo documento fiscal."

Art. 512-B. Nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, a base de cálculo do imposto devido por substituição tributária será a seguinte (Lei nº 7014/96 e Conv. ICMS 03/99 e 37/00):

Nota: A redação atual do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação anterior dada ao subitem 1.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 a 31/12/01:
"1.1 - de gasolina automotiva, ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 82/00):"

Redação anterior dada ao subitem 1.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 até 21/11/01:
"1.1 - de gasolina automotiva, 94,52% (noventa e quatro inteiros e cinqüenta e dois centésimos por cento), ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 82/00);"

Redação anterior dada ao subitem 1.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos de 01/08/00 a 31/12/00:
"1.1 - de gasolina automotiva, ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 45/00 e 48/00):".

Redação anterior dada ao subitem 1.1.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"1.1.1 - 107,77% (cento e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) de 01/08/00 até 19/08/00;"

Redação anterior dada subitem 1.1.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"1.1.1 - 107,77% (cento e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento), de 01/08/00 até 19/08/00;"

Redação anterior dada ao subitem 1.1.2, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"1.1.2 - 98,60% (noventa e oito inteiros sessenta centésimos por cento) de 20/08/00 a 31/12/00;"

Redação anterior dada subitem 1.1.2, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"1.1.2 - 98,60% (noventa e oito inteiros sessenta centésimos por cento) a partir de 20/08/00;"

Redação anterior dada ao subitem 1.1.3, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"1.1.3 - 94,52% (noventa e quatro inteiros e cinqüenta e dois centésimos por cento) de 01/01/01 a 31/05/01;"

Redação anterior dada ao subitem 1.1.4, tendo sido acrescentado a alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"1.1.4 - 101,97% (cento e um inteiros e noventa e sete centésimos por cento) a partir de 01/06/01;"

Redação anterior dada ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"*2.1 - de gasolina automotiva, ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 82/00):"*

Redação anterior dada ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01 até 21/11/01:
"2.1. de gasolina automotiva 159,36% (cento e cinqüenta e nove inteiros e trinta e seis centésimos por cento), ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 82/00);"

Redação anterior dada ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos de 01/08/00 até 31/12/00:
"2.1 - de gasolina automotiva, ressalvado o disposto no § 10 (Conv. ICMS 83/99, 45/00 e 48/00):"

Redação anterior dada ao subitem 2.1, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00), efeitos a partir de 01/01/00 até 31/07/00:
"2.1 - de gasolina automotiva, 189,91% (cento e oitenta e nove inteiros e noventa e um centésimos por cento) (Conv. ICMS 83/99);"

Redação anterior dada aos subitem 2.1.1 e 2.1.2, da alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"2.1.1 - 177,03% (cento e setenta e sete inteiros e três centésimos por cento), de 01/08/00 até 19/08/00;
2.1.2 - 164,81% (cento e sessenta e quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento), de 20/08/00 a 31/12/00;"

Redação anterior dada ao subitem 2.1.3 e 2.1.4, tendo sido acrescentados a alínea "a", do inciso I do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01):
"*2.1.3 - 159,36% (cento e cinqüenta e nove inteiros e trinta e seis centésimos por cento) de 01/01/01 a 31/05/01;*
2.1.4 - 169,29% (cento e sessenta e nove inteiros e vinte e nove centésimos por cento) a partir de 01/06/01;"

O inciso II do art. 512-B foi revogado pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 té 27/12/01, conforme disposição do art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01:

Redação anterior dada ao inciso III do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 até 27/12/01, conforme disposição do art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01:

"III - nas operações com gás liquefeito de petróleo (GLP), sem prejuízo da redução de base de cálculo de 29,4117% (vinte e nove inteiros e quatro mil cento e dezessete décimos de milésimos por cento) e nas operações com óleo diesel:
a) nas operações internas e saídas interestaduais para o território deste Estado, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o remetente, acrescido nas operações internas do valor do ICMS correspondentes às operações próprias, adicionado do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado (MVA) constantes do Anexo II do Convênio ICMS 03/99, ressalvado o disposto no § 10;
b) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a impostos federais e do ICMS devido pela importação, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador adicionado do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado (MVA) previstos para as operações internas indicados no Anexo II do Convênio ICMS 03/99."

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso IV do art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"a) nas saídas internas, de 31,69% (trinta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), ressalvado o disposto no § 11;"

Redação anterior dada ao item 1, da alínea "b" do inciso IV do art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"1 - 63,30% (sessenta e três inteiros e trinta centésimos por cento), se a alíquota interestadual no Estado de origem for de 7% (sete por cento), ressalvado o disposto no § 11;"

Redação anterior dada ao item 2 da alínea "b", do inciso IV do art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"*2 - 54,53% (cinqüenta e quatro inteiros e cinqüenta e três centésimos por cento), se a alíquota interestadual no Estado de origem for de 12% (doze por cento), ressalvado o disposto no § 11;"*

Redação anterior dada ao § 2º do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 até 27/12/01, conforme disposição do art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01:
"§ 2º Na falta do preço a que se refere o parágrafo anterior, a base de cálculo será o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o remetente, ou, na falta deste, o valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, ainda, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado (MVA) constantes dos Convênios ICMS 03/99 e 37/00, pelos respectivos substitutos tributários."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-B pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando realizar:"

Redação anterior dada ao § 6º do art. 512-B pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/01/01 até 31/12/01:
"§ 6º A transferência de créditos em virtude de eventual acumulação e o ressarcimento com base no inciso I do parágrafo anterior, bem como em razão de outras hipóteses de ressarcimento não previstas no Conv. ICMS 03/99, serão efetuados na forma e condições estabelecidas em regime especial a ser requerido pelo interessado."

Redação anterior dada ao § 8º, tendo sido acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):

"§ 8º Aplicam-se às Centrais de Matéria-Prima Petroquímica-CPQ, o mesmo tratamento dispensado às Refinarias de Petróleo ou suas bases, previsto neste capítulo (Conv. ICMS 84/99)."

Redação anterior dada ao § 9º tendo sido acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"§ 9º Para os efeitos deste capítulo, considera-se Distribuidoras de Combustíveis, Transportador Revendedor Retalhista - TRR, Postos de Revenda e Central de Matéria-Prima Petroquímica - CPQ, aqueles assim definidos e autorizados por órgão federal competente.

Redação anterior dada ao § 10 do art. 512-B pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 até 31/12/01, conforme disposição do art. 8º do Decreto 8087 de 27/12/01, DOE de 28/12/01:
"§ 10. A partir de 01/07/00, relativamente às operações de que cuidam os subitens 1.1 e 2.1 da alínea "a" do inciso I e na alínea "a" do inciso III, aplicar-se-ão os percentuais de MVA constantes no Anexo II do Convênio ICMS 37/00, na hipótese da refinaria de petróleo ou suas bases praticarem preço em que sejam consideradas no seu cálculo as alíquotas de (Convs. ICMS 37/00, 46/00 e 48/00):
I - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), para o PIS/PASEP e 12,45 (doze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para a COFINS, quando se tratar de gasolinas, exceto gasolina de aviação;
II - 2,56% (dois inteiros e cinqüenta e seis centésimos por cento), para o PIS/PASEP e 12,84 (doze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), para o COFINS, quando se tratar de gás liquefeito de petróleo (GLP);
III - 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento), para o PIS/PASEP e 10,29% (dez inteiros e vinte e nove centésimos por cento) para a COFINS, quando se tratar de óleo diesel."

Redação anterior dada aos §§ 11 e 12, tendo sido acrescentados ao art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"§ 11. A partir de 01/07/00, relativamente às operações de que cuidam as alíneas "a" e "b" do inciso IV, aplicar-se-ão os percentuais de MVA constantes no Anexo I do Convênio ICMS 37/00, na hipótese da distribuidora de álcool hidratado, praticar preço em que são consideradas no seu cálculo as alíquotas de (Convs. ICMS 37/00 e 46/00):
I - 1,46% (um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento) para a contribuição para o PIS/PASEP; e
II - 6,74% (seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), para a COFINS."
§ 12. Na hipótese dos §§ 10 e 11, quando não for possível a aplicação dos percentuais previstos no Conv. ICMS 37/00, prevalecerão as margens de valor agregado constantes nos Anexos I e II do Convênio ICMS 03/99 (Convs. ICMS 37/00 e 46/00)."

Redação anterior dada ao art. 512-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"Art. 512-B. Nas operações com as mercadorias abaixo indicadas, a base de cálculo do imposto devido por substituição será a seguinte (Lei 7014/96 e Conv. ICMS 03/99):
I - gasolina automotiva, óleo combustível e querosene:
a) nas situações em que o substituto seja a refinaria de petróleo ou suas bases, a soma do preço estabelecido pela autoridade competente para as saídas de seu estabelecimento, com o ICMS correspondente às operações próprias, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA):
1 - nas saídas internas:
1.1 - de gasolina automotiva, 117,43% (cento e dezessete inteiros e quarenta e três centésimos por cento);
1.2 - de óleo combustível, 31,46% (trinta e um inteiros e quarenta e seis centésimos por cento);
1.3 - de querosene, 30% (trinta por cento);
2- nas saídas interestaduais para o território deste Estado:
2.1 - de gasolina automotiva, 191,43% (cento e cento e noventa e um inteiros e quarenta e três centésimos por cento);
2.1.1 - 177,03% (cento e setenta e sete inteiros e três centésimos por cento), de 01/08/00 até 19/08/00;
2.1.2 - 164,81% (cento e sessenta e quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento), a partir de 20/08/00;

2.2 - de óleo combustível, 58,39 % (cinqüenta e um inteiros e trinta e nove centésimos por cento);
2.3 - de querosene, 56,63% (cinqüenta e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento);
b) nas saídas interestaduais para o território deste Estado, nas situações em que o substituto não seja a refinaria de petróleo ou suas bases, o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA) a seguir indicados:
1 - nas operações com gasolina automotiva, 60 % (sessenta por cento);
2 - nas operações com óleo combustível, 37,27 % (trinta e sete inteiros e vinte sete centésimos por cento);
3 - nas operações com querosene, 56,63% (cinqüenta e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento);
c) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a impostos, inclusive o ICMS devido pela importação, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA) prevista no item 1 da alínea "a", de acordo com o tipo de combustível.
II - nas operações com óleo diesel:
a) nas saídas internas promovidas pela refinaria e suas bases e nas situações em que o substituto seja o importador, o menor preço máximo de venda a consumidor fixado para o Estado da Bahia pela autoridade competente;
b) nas saídas interestaduais para o território deste Estado, o preço fixado pela autoridade federal para o Município de destino das mercadorias;
III - nas operações com gás liquefeito de petróleo (GLP), sem prejuízo da redução de base de cálculo de 29,4117% (vinte e nove inteiros e quatro mil cento e dezessete décimos de milésimos por cento):
a) nas saídas internas promovidas pela refinaria e suas bases e nas situações em que o substituto seja o importador, o valor estabelecido em pauta fiscal, com base no valor ponderado médio dos preços máximos de venda a consumidor estabelecidos pelo órgão federal competente;
b)nas saídas interestaduais para o território deste Estado, o preço fixado pela autoridade federal competente para o Município de destino;
IV - nas operações com álcool hidratado combustível, o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA):
a) nas saídas internas, de 31,69% (trinta e um inteiros e sessenta e nove centésimos por cento);
b) nas saídas interestaduais para o território deste Estado:
1 - 63,30% (sessenta e três inteiros e trinta centésimos por cento), se a alíquota interestadual no Estado de origem for de 7% (sete por cento);
2 - 54,53% (cinqüenta e quatro inteiros e cinqüenta e três centésimos por cento), se a alíquota interestadual no Estado de origem for de 12% (doze por cento);
V - nas operações com lubrificantes derivados de petróleo:
a) o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA):
1 - nas operações internas, de 30% (trinta por cento);
2 - nas saídas interestaduais para o território deste Estado, de 56,63% (cinqüenta e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento);
b) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a impostos, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);
VI - nas operações com lubrificantes não derivados de petróleo, gás natural e dos produtos químicos especificados na alínea "c" do inciso I do artigo anterior:
a) nas operações internas e nas saídas interestaduais para o território deste Estado, o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros

encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);
b) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a impostos, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);
§ 1º Se a autoridade federal competente vier a adotar a sistemática de determinação de preço máximo ou único de venda a consumidor sobre as mercadorias objeto do regime de substituição tributária referidas nesta seção, esse valor passará a valer como base de cálculo, para efeitos de retenção do imposto.
§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, sempre que a autoridade competente estabelecer preço para as operações efetuadas pelo remetente, a base de cálculo será composta por esse valor, acrescido do percentual de margem de valor agregado (MVA) correspondente ao tipo de mercadoria.
§ 3º Tratando-se de aquisições interestaduais de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, se esses não forem destinados à etapa subseqüente de comercialização ou industrialização, a base de cálculo será o valor da operação.
§ 4º A distribuidora de combustíveis situada neste Estado complementará o imposto devido pelas operações subseqüentes:
I - com óleo diesel (gasóleo), em razão de diferença verificada entre o preço máximo ou único de venda a varejo fixado para o Município destinatário consumidor e o preço constante no documento fiscal de aquisição das mercadorias junto ao industrial, se houver a fixação de preço máximo ou único de venda a consumidor pela autoridade federal competente;
II - com óleo diesel (gasóleo) e gasolina, em razão de alteração do preço fixado pela autoridade federal competente, situação em que:
a) efetuará o levantamento físico do estoque existente na data da ocorrência da alteração do preço, para apuração do ICMS devido, com base na diferença entre a base de cálculo que serviu para cobrança do imposto por substituição tributária na última aquisição e a nova base de cálculo, calculada na forma indicada na alínea a do inciso I deste artigo;
b) fará o recolhimento complementar da antecipação do imposto apurado na forma do inciso anterior, até o dia 15 do mês subseqüente ao da ocorrência da alteração do preço.
§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando realizarem vendas a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária, no valor correspondente à diferença entre esta e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida.
I - vendas a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária, no valor correspondente à diferença entre esta e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida;
II - saídas para outra unidade da Federação, nas situações em que o imposto tenha sido retido em favor do Estado da Bahia em operação anterior.
§ 6º O ressarcimento do imposto de que cuida o parágrafo anterior, bem como a transferência de créditos em virtude de eventual acumulação destes, serão efetuados na forma e condições estabelecidas em regime especial a ser requerido pelo interessado.
§ 7º Na impossibilidade de inclusão da parcela referente ao custo de transporte na base de cálculo relativa às operações internas realizadas pelo TRR, este será responsável pelo imposto devido por substituição sobre a referida parcela."

I - o preço máximo ou único de venda a consumidor fixado por autoridade competente;

II - na falta do preço a que se refere o inciso anterior, nas operações realizadas por produtor nacional de combustíveis, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação das seguintes margens de valor agregado, ressalvado

o disposto no § 1°:

Nota: A redação atual do inciso II do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

Redação anterior dada ao inciso II do art. 512-B pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 22/08/02 a 15/09/03:
"II - na falta do preço a que se refere o inciso anterior, nas operações realizadas por produtor nacional de combustíveis, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação das margens de valor agregado constantes nos Anexos II do Conv. ICMS 03/99, ressalvado o disposto no § 1°;"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 512-B pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos de 09/05/02 a 21/08/02:
"II - na falta do preço a que se refere o inciso anterior, nas operações realizadas por refinaria ou formulador, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação das margens de valor agregado constantes nos Anexos II e III e, se for o caso, no inciso II do § 3º da cláusula terceira, todos do Convênio ICMS 03/99 e no anexo II do Convênio ICMS 37/00, ressalvado o disposto no § 1°;"

Redação anterior dada ao inciso II do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 08/05/02:
"II - na falta do preço a que se refere o inciso anterior, nas operações realizadas por refinaria ou formulador, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação das margens de valor agregado constantes nos Anexos II e III e, se for o caso, no inciso I do § 3º da cláusula terceira, todos do Convênio ICMS 03/99 e no anexo II do Convênio ICMS 37/00, ressalvado o disposto no § 1°."

Nota: Os percentuais de margem de valor agregado para o quadro abaixo estabelecido para o óleo diesel foi dada pela Alteração nº 45 (Decreto nº 8648, de 19/09/03. DOE de 20 e 21/09/03), efeitos a partir de 20/09/03.

Redação anterior dada para as margens de valor agregado para o óleo diesel pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03), efeitos até 19/09/03:
" *Óleo Diesel*
Internas *Interestaduais*
11,70% *41,39%"*

Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular
Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas
65,23%	126,34%	27,84%	50,40%	98,32%	138,97%	31,46%	58,38%	203,53%

III - na falta de preço a que se refere o inciso I, nas operações realizadas por distribuidora de

combustíveis, exceto nas operações com álcool hidratado, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado indicados no anexo I do Conv. ICMS n° 03/99, ressalvado o disposto no § 1°;

Nota: A redação do inciso III do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos a partir de 01/01/02:
"III - na falta de preço a que se refere o inciso I, nas operações realizadas por distribuidora de combustíveis, o montante formado pelo preço estabelecido por autoridade competente para o substituto, ou, em caso de inexistência deste, o valor da operação acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionados, em ambos os casos, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado indicados no anexo I do Conv. ICMS n° 03/99, ressalvado o disposto no § 1°;"

IV - Na falta do preço a que se refere o inciso I, na operação de importação de combustíveis derivados de petróleo, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o imposto de importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, contribuições, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado (MVA) previstos no anexo III do Conv. ICMS 03/99, ressalvado o disposto no § 1º;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada ao inciso IV do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"IV - Na operação de importação de combustíveis derivados de petróleo, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o imposto de importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, contribuições, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação dos percentuais de margem de valor agregado (MVA) previstos no anexo III do Conv. ICMS n° 03/99."

V - nas operações com lubrificantes derivados de petróleo e querosene:

a) o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, tributos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA):

1 - nas operações internas, de 30% (trinta por cento);

2 - nas saídas interestaduais para o território deste Estado, de 56,63% (cinqüenta e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento);

b) decorrentes de importação do exterior, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação,

acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA):

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso V do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada a alínea "b", do inciso V do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"b) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);"

1 - de 30% (trinta por cento); ou

2 - prevista para as operações internas no Anexo III do Conv. ICMS 03/99 quando tratar-se de querosene de aviação, ressalvado o disposto no § 1º;

VI - nas operações com lubrificantes não derivados de petróleo e dos produtos químicos especificados na alínea "c" do inciso I do artigo anterior:

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 01/09/02.

Redação anterior dada a alínea "b" do inciso VI do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 31/08/02:
"VI - nas operações com lubrificantes não derivados de petróleo, gás natural e dos produtos químicos especificados na alínea "c" do inciso I do artigo anterior:"

a) nas operações internas e nas saídas interestaduais para o território deste Estado, o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do percentual de margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);

b) nas situações em que o substituto seja o importador, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, desde que igual ou superior à base de cálculo do Imposto de Importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação da margem de valor agregado (MVA) de 30% (trinta por cento);

VII - nas operações com gás natural e gás liquefeito de petróleo derivado de gás natural:

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/01/04.

Redação anterior dada ao inciso VII tendo sido acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 01/09/02 a 31/12/03:
"VII - nas operações com gás natural:
a) nas operações internas e nas saídas interestaduais para o território deste Estado com gás natural, o

montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do valor resultante da aplicação do percentual de margem de valor agregado (MVA) de 178,18% (cento e setenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento);
b) nas operações de importação, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o imposto de importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, contribuições, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação do percentual de margem de valor agregado (MVA) de 178,18% (cento e setenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento)."

a) nas operações internas e nas saídas interestaduais para o território deste Estado, o montante formado pelo valor da operação, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado do valor resultante da aplicação do percentual de margem de valor agregado (MVA) de:

1 - 178,18% (cento e setenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento), quando se tratar de gás natural;

2 - 98,32% (noventa e oito inteiros e trinta e dois centésimos por cento), quando se tratar de GLP derivado de gás natural oriundo deste Estado, do Espírito Santo ou dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

3 - 109,60% (cento e nove inteiros e sessenta centésimos por cento), quando se tratar de GLP derivado de gás natural oriundo de estados das regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;

b) nas operações de importação, o montante formado pelo valor da mercadoria constante no documento de importação, que não poderá ser inferior ao valor que serviu de base de cálculo para o imposto de importação, acrescido dos valores correspondentes a tributos, inclusive o ICMS devido pela importação, contribuições, frete, seguro e outros encargos devidos pelo importador, adicionado, ainda, do valor resultante da aplicação do percentual de margem de valor agregado (MVA) de:

1 - 178,18% (cento e setenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento), quando se tratar de gás natural;

2 - 98,32% (noventa e oito inteiros e trinta e dois centésimos por cento), quando se tratar de GLP derivado de gás natural.

VIII - nas operações com AEHC, o preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) estabelecido no Convênio ICMS 100/02 e publicado quinzenalmente através de Ato COTEPE ou, na falta deste, a prevista no inciso III.

Nota: O inciso VIII foi acrescentado ao *caput* do art. 512-B pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

§ 1° Para efeito do disposto nos incisos II a IV e no item 2 da alínea "b" do inciso V, aplicar-se-ão:

Nota: **A redação atual do § 1º do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 25/12/02.**

Redação anterior dada ao § 1º do art. 512-B pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos de 05/07/02 a 24/12/02:

"§ 1° Para efeito do disposto nos incisos II a IV e no item 2 da alínea "b" do inciso V aplicar-se-ão:
I - na hipótese do distribuidor e do produtor nacional de combustíveis praticarem sem computar no respectivo preço:
a) o valor integral da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, nela incluída a parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes dos anexos I e II do Conv. ICMS 91/02;
b) o valor da parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS embutida no valor da CIDE, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes dos Anexos III e IV do Conv. ICMS 91/02;
c) o valor da CIDE, sem que nesta esteja incluída a parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes dos Anexos V e VI do Conv. ICMS 91/02;
II - na hipótese do importador realizar operações de importação com a exigibilidade suspensa ou sem pagamento:
a) do valor integral da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, nela incluída a parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes do Anexo VII do Conv. ICMS 91/02;
b) do valor da parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS embutida no valor da CIDE, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes do Anexo VIII do Conv. ICMS 91/02;
c) do valor da CIDE, sem que nesta esteja incluída a parcela relativa às contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, os percentuais constantes do Anexo IX do Conv. ICMS 91/02."

Redação anterior dada § 1º do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 04/07/02:
"§ 1º Nas operações com os produtos a seguir especificados, realizadas por refinaria ou distribuidoras, conforme o caso, prevalecerão as seguintes margens de valor agregado:
a) nas operações de saídas internas e nas operações de saídas interestaduais para o território deste Estado com gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo, os percentuais de MVA constantes no Anexo II do Convênio ICMS 37/00, na hipótese da refinaria de petróleo ou suas bases praticarem preço em que sejam consideradas no seu cálculo as alíquotas de (Convs. ICMS 37/00, 46/00 e 48/00):
1 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), para o PIS/PASEP e 12,45%(doze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para a COFINS, quando se tratar de gasolinas, exceto gasolina de aviação;
2 - 2,56% (dois inteiros e cinqüenta e seis centésimos por cento), para o PIS/PASEP e 12,84% (doze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), para o COFINS, quando se tratar de gás liquefeito de petróleo (GLP);
3 - 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento), para o PIS/PASEP e 10,29% (dez inteiros e vinte e nove centésimos por cento) para a COFINS, quando se tratar de óleo diesel.
b) nas operações de saídas internas e nas operações de saídas interestaduais com álcool hidratado combustível, os percentuais de MVA constantes no Anexo I do Convênio ICMS 37/00, na hipótese da distribuidora de álcool hidratado praticar preço em que são consideradas no seu cálculo as alíquotas de (Convs. ICMS 37/00 e 46/00):
1 - 1,46% (um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento) para a contribuição para o PIS/PASEP; e
2 - 6,74% (seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), para a COFINS."

I - na hipótese do distribuidor e do produtor nacional de combustíveis praticarem operações sem computar no respectivo preço o valor:

a) da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, aplicar-se-ão os percentuais constantes dos Anexos I e II do Conv. ICMS 140/02;

b) das contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, aplicar-se-ão os percentuais constantes dos Anexos III e IV do Conv. ICMS 140/02;

c) das contribuições para o PIS/PASEP, da COFINS e da CIDE, aplicar-se-ão os percentuais constantes dos Anexos V e VI do Conv. ICMS 140/02;

II - na hipótese do importador realizar operações de importação com a exigibilidade suspensa ou sem pagamento do valor:

a) da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, aplicar-se-ão os percentuais constantes do Anexo VII do Conv. ICMS 140/02;

b) das contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, aplicar-se-ão os percentuais constantes do Anexo VIII do Conv. ICMS 140/02;

c) das contribuições para o PIS/PASEP, da COFINS e da CIDE, aplicar-se-ão os percentuais constantes do Anexo IX do Conv. ICMS 140/02;

III - na hipótese de a distribuidora de combustível, assim como tal definida e autorizada por órgão federal competente, realizar operação com álcool hidratado sem computar no respectivo preço o valor das contribuições para o PIS/PASEP e à COFINS, aplicar-se-ão os percentuais constantes do Anexo X do Conv. ICMS 140/02.

§ 2° Nas operações com gás liquefeito de petróleo e gás natural, não haverá prejuízo da redução de base de cálculo de 29,4117% (vinte e nove inteiros e quatro mil cento e dezessete décimos de milésimos por cento) prevista no artigo 81.

§ 3º Tratando-se de aquisições interestaduais realizadas com mercadorias não destinadas à industrialização ou à comercialização, a base de cálculo é:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04), efeitos a partir de 08/04/04.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 07/04/04:
"§ 3º Tratando-se de aquisições interestaduais de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, se esses não forem destinados à etapa subseqüente de comercialização ou industrialização, a base de cálculo será o valor da operação."

I - caso não tenham sido submetidas à substituição tributária nas operações anteriores, o valor da operação, como tal entendido o preço de aquisição pelo destinatário;

II - caso tenham sido submetidas à substituição tributária nas operações anteriores, a prevista no *caput* deste artigo.

§ 4º A distribuidora de combustíveis situada neste Estado complementará o imposto devido pelas operações subseqüentes:

I - com óleo diesel (gasóleo), em razão de diferença verificada entre o preço máximo ou único de venda a varejo fixado para o Município destinatário consumidor e o preço constante no documento fiscal de aquisição das mercadorias junto ao industrial, se houver a fixação de preço máximo ou único de venda a consumidor pela autoridade federal competente;

II - com óleo diesel (gasóleo) e gasolina, em razão de alteração do preço fixado pela autoridade federal competente, situação em que:

a) efetuará o levantamento físico do estoque existente na data da ocorrência da alteração do preço, para apuração do ICMS devido, com base na diferença entre a base de cálculo que serviu para cobrança do

imposto por substituição tributária na última aquisição e a nova base de cálculo, calculada na forma indicada na alínea a do inciso I deste artigo;

b) fará o recolhimento complementar da antecipação do imposto apurado na forma do inciso anterior, até o dia 15 do mês subseqüente ao da ocorrência da alteração do preço.

§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações interestaduais com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando o anteriormente retido em favor do Estado da Bahia for superior ao devido à unidade federada de destino.

Nota: **A redação atual do § 5º do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação anterior dada ao inciso III, tendo sido acrescentado ao § 5º do art. 512-B pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos de 31/12/02 a 03/02/02:
"*III - as operações previstas no § 12 do art. 512-A.*"

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01):
"§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando realizar:"
I - vendas a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária, no valor correspondente à diferença entre esta e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida;
II - nas situações em que o imposto retido em favor do Estado da Bahia for superior ao devido nas saídas para outra unidade da Federação."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-B pela Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00):
"§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando realizar:
I - vendas a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária, no valor correspondente à diferença entre esta e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida;
II - saídas para outra unidade da Federação, nas situações em que o imposto tenha sido retido em favor do Estado da Bahia em operação anterior."

Redação anterior dada ao § 5º do art. 512-B pela Alteração nº 13 (Decreto nº 7691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99):
"§ 5º A distribuidora de combustíveis, como tal definida pela Agência Nacional de Petróleo, nas operações com os produtos de que cuida esta seção, terá direito ao ressarcimento do imposto quando realizarem vendas a consumidor final por preço inferior ao que serviu de base de cálculo para a substituição tributária, no valor correspondente à diferença entre esta e o preço efetivamente praticado, proporcionalmente à quantidade vendida."

§ 6º A transferência de créditos em virtude de eventual acumulação e o ressarcimento com base no parágrafo anterior, bem como em razão de outras hipóteses de ressarcimento não previstas no Conv. ICMS 03/99, serão efetuados na forma e condições estabelecidas em autorização a ser requerida pelo interessado à Gerência de Substituição Tributária.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 30/12/02:
"§ 6º A transferência de créditos em virtude de eventual acumulação e o ressarcimento com base no parágrafo anterior, bem como em razão de outras hipóteses de ressarcimento não previstas no Conv. ICMS 03/99, serão efetuados na forma e condições estabelecidas em regime especial a ser requerido pelo interessado."

§ 7º Na impossibilidade de inclusão da parcela referente ao custo de transporte na base de cálculo relativa às operações internas realizadas pelo TRR, este será responsável pelo imposto devido por substituição sobre a referida parcela.

§ 8º Aplicam-se às Centrais de Matéria-Prima Petroquímica - CPQ, o mesmo tratamento dispensado às Refinarias de Petróleo ou suas bases, previsto neste capítulo (Conv. ICMS 84/99).

§ 9º Para os efeitos deste capítulo, considera-se Distribuidoras de Combustíveis, Transportador Revendedor Retalhista - TRR, Formulador, Importador, Postos de Revenda e Central de Matéria-Prima Petroquímica - CPQ, aqueles assim definidos e autorizados por órgão federal competente.

§ 10. Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados ao território baiano, realizadas por importador, aplica-se o previsto na cláusula décima-A do Conv. ICMS 03/99.

Nota: A redação atual do § 10 do art. 512-B foi dada pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

Redação anterior dada § 10 do art. 512-B pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 21/08/02:
"§ 10. Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo destinados ao território baiano, realizadas por importador, a base de cálculo será a prevista no inciso IV."

Redação anterior dada ao § 10, tendo sido acrescentados ao art. 512-B pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00):
"§ 10. A partir de 01/07/00, relativamente às operações de que cuidam os subitens 1.1 e 2.1 da alínea "a" do inciso I, aplicar-se-ão os percentuais de MVA constantes no Anexo II do Convênio ICMS 37/00, na hipótese da refinaria de petróleo ou suas bases praticarem preço em que sejam consideradas no seu cálculo as alíquotas de (Convs. ICMS 37/00, 46/00 e 48/00):
I - 2,07% (dois inteiros e sete décimos por cento), para o PIS/PASEP;
II - 12,45% (doze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para a COFINS."

§ 11. Nas operações interestaduais com álcool etílico anidro combustível – AEAC as margens de valor agregado estabelecidas serão aplicadas sobre o valor da operação sem o ICMS (Conv. ICMS 34/02).

Nota: O § 11 foi acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 09/05/02.

§ 12. Tratando-se de operações internas, ao preço estabelecido por autoridade competente para a obtenção da base de cálculo para o substituto, deverá ser incluído o respectivo ICMS.

Nota: O § 12 foi acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 35 (Decreto nº 8294, de 21/08/02, DOE de 22/08/02), efeitos a partir de 22/08/02.

§ 13. Nas operações com álcool etílico anidro combustível, quando não observadas as disposições do Conv. ICMS 03/99, considerar-se-á a mesma base de cálculo prevista no inciso VIII do *caput* deste artigo, relativa ao AEHC.

Nota: O § 13 foi acrescentado ao art. 512-B pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

SEÇÃO IV
Do Cumprimento das Obrigações Tributárias pela Petrobrás

Art. 513. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações tributárias não contempladas neste artigo, a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A. observará o tratamento fiscal aqui disciplinado, desde que nesse sentido autorizada mediante regime especial.

§ 1º No tocante aos estabelecimentos da PETROBRÁS integrantes da Região de Produção da Bahia (RPBA) cujas operações de saídas de mercadorias ocorram sempre com diferimento do ICMS:

I - serão centralizados na sede da PETROBRÁS/RPBA, em Salvador, o pagamento das diferenças de alíquotas e a apresentação das informações econômico-fiscais concernentes à diferença de alíquotas, observado o seguinte:

a) o pagamento da diferença de alíquotas será feito em DAEs avulsos, individualizados em função de cada estabelecimento em que houver ocorrido a entrada dos bens ou materiais, com especificação do Município correspondente;

b) para cumprimento do disposto na alínea anterior, a apuração das entradas e da diferença de alíquotas a ser paga será feita por Município onde houver ocorrido cada entrada, em instrumento denominado Mapa-Resumo do ICMS - Diferença de Alíquotas, de livre elaboração;

c) mensalmente, na apresentação da DMA, esta se fará acompanhar do Mapa-Resumo de que cuida a alínea anterior;

II - será centralizado no estabelecimento da PETROBRÁS/RPBA, na Fazenda Modelo, em Catu, Bahia, o cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, relativas aos poços produtores de petróleo, às estações coletoras de petróleo, às estações compressoras de gás e às unidades de processamento de gás, observado o seguinte:

a) as Notas Fiscais de saídas serão emitidas com indicação do CGC e da inscrição estadual do estabelecimento centralizador, adotando-se séries distintas;

b) o controle dos impressos de Notas Fiscais será efetuado no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências do estabelecimento centralizador, em que serão especificados, além dos requisitos exigidos, os endereços dos locais onde os documentos serão emitidos (pontos de emissão);

c) os documentos fiscais relativos às aquisições ou recebimentos de materiais, equipamentos e insumos de produção ou extração serão emitidos em nome do estabelecimento centralizador;

d) a escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas e às saídas será efetuada nos livros fiscais do estabelecimento centralizador, obedecendo-se ao período de apuração e aos prazos de recolhimento previstos neste Regulamento;

e) as demais obrigações acessórias, inclusive a escrituração do Registro de Inventário, serão cumpridas, exclusivamente, pelo estabelecimento centralizador definido neste inciso;

f) nas Notas Fiscais relativas a aquisições ou recebimentos, pelo estabelecimento centralizador, de materiais, equipamentos e insumos de produção ou extração, poderão ser indicados pelo remetente o local da entrega - poço, estação ou qualquer outro estabelecimento ou local integrante do sistema de produção do contribuinte;

g) é permitida a coleta, mediante caminhões, do petróleo produzido nos diversos poços produtores, para fins de transferência para as estações coletoras, sem emissão de documento fiscal, mesmo em veículos de terceiros, exceto autônomos, sendo efetuado o controle através do documento Controle Diário de Transporte de Petróleo, com base no qual será emitido pela PETROBRÁS o Boletim de Medição (BM), documentos esses que serão utilizados pelas empresas transportadoras para emissão dos correspondentes Conhecimentos de Transporte;

h) a transferência do petróleo das estações coletoras para a refinaria, quando realizada através de oleodutos, poderá ser objeto de emissão de uma única Nota Fiscal, extraída mensalmente, pelo estabelecimento centralizador definido neste inciso, com diferimento do ICMS;

i) o estabelecimento centralizador poderá emitir Notas Fiscais, com destaque do ICMS, nas vendas de gás natural para consumidor final e nas transferência de gás natural e líquido de gás natural para utilização pela refinaria, visando a uniformizar sua tributação;

j) mensalmente, será apresentado à repartição fiscal documento contendo o valor total mensal da produção de petróleo, de líquido de gás natural e de gás natural, bem como o valor das entradas de mercadorias ocorridas no mês anterior, por Município, sendo que:

1 - será apropriado a cada Município, proporcionalmente, de acordo com a produção a ele correspondente, o valor total mensal relativo às saídas dos supramencionados produtos;

2 - o valor total das entradas de mercadorias no estabelecimento centralizador de Catu, compreendendo insumos de produção ou extração, bens do ativo imobilizado e materiais de consumo, será rateado entre os Municípios, proporcionalmente, em função do valor atribuído às saídas da respectiva produção conjunta de petróleo, de líquido de gás natural e de gás natural;

l) o estabelecimento centralizador apresentará a DMA e a CS-DMA, informando a movimentação mensal, especificada por Município, em consonância com as informações prestadas na forma da alínea anterior.

§ 2º No tocante aos estabelecimentos da PETROBRÁS integrantes da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), sua fábrica de asfalto, terminal marítimo e demais instalações da empresa situadas em áreas próximas e interligadas entre si, será centralizado no estabelecimento da refinaria, situado no Município de São Francisco do Conde, Bahia, o cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias - pagamento do imposto, inclusive a diferença de alíquotas e o imposto devido por substituição tributária, emissão de documentos fiscais, escrituração fiscal, apresentação de informações econômico-fiscais e demais obrigações acessórias -, compreendendo desde o recebimento, armazenagem e refino do petróleo até a comercialização e transporte dos produtos dele derivados, de gás natural e de álcool carburante, observado o seguinte:

I - o pagamento do imposto será feito na forma e prazos regulamentares;

II - a apresentação da DMA e da CS-DMA será feita especificando, separadamente, a movimentação de mercadorias, bens e materiais relativos aos Municípios de São Francisco do Conde e de Madre de Deus;

III - no transporte de parafina e outros produtos entre a refinaria e o terminal marítimo, quando efetuado por caminhões:

a) poderá ser emitida a Nota de Movimentação de Produtos (NMP), documento de uso interno da empresa, de livre elaboração, numerado tipograficamente em ordem seqüencial;

b) a emissão da NMP não exime o contribuinte da emissão da Nota Fiscal, que ocorrerá na saída efetiva do produto do terminal, após o carregamento, na qual serão indicados os números das NMPs utilizadas na movimentação;

c) a NMP não poderá ser utilizada fora da rota expressa no documento;

d) nas Notas Fiscais relativas a aquisições ou recebimentos, pelo estabelecimento centralizador, de materiais, equipamentos e insumos de produção, poderão ser indicados pelo remetente o local da entrega - refinaria, fábrica de asfalto, terminal marítimo ou outro estabelecimento da empresa situado em área próxima e interligada aos supramencionados;

e) a escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas e às saídas será efetuada nos livros fiscais do estabelecimento centralizador, obedecendo-se ao período de apuração e aos prazos de recolhimento previstos neste Regulamento;

f) as demais obrigações acessórias, inclusive a escrituração do Registro de Inventário, serão cumpridas, exclusivamente, pelo estabelecimento centralizador definido neste parágrafo.

§ 3º Na movimentação de materiais, equipamentos e insumos utilizados no processo produtivo ou extrativo entre estabelecimentos da empresa, neste Estado, a PETROBRÁS poderá utilizar, em substituição à Nota Fiscal, o documento Nota de Movimentação de Materiais e Equipamentos (NM), de livre elaboração, no qual constará o número da inscrição estadual do estabelecimento remetente, ainda que por meio de carimbo.

Art. 513-A Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações tributárias não contempladas neste artigo, fica concedido à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., regime especial para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas às operações com petróleo e seus derivados líquidos a granel, com o transporte efetuado por navegação de cabotagem (Conv. ICMS 29/99).

§ 1º A PETROBRÁS, em relação ao carregamento efetuado e em função dos destinatários do produto, emitirá a Nota Fiscal correspondente, observado o seguinte:

I - o transporte do produto até o porto de destino e o seu descarregamento poderão ser documentados por uma cópia da Nota Fiscal prevista no *"caput"* deste parágrafo, emitida por "fac-símile";

II - as vias originais da Nota Fiscal deverão estar no porto de destino até 24 (vinte e quatro) horas após o descarregamento do produto.

§ 2º Para efeito de transporte do produto, é admitida a emissão da Nota Fiscal prevista no parágrafo anterior com uma variação de até 5% (cinco por cento) em relação à quantidade carregada.

§ 3º Apurada a quantidade exata do produto carregado e transportado, observar-se-á o seguinte:

I - em relação à quantidade faturada a menor, será emitida Nota Fiscal complementar, pela PETROBRÁS;

II - em relação à quantidade faturada a maior, será emitida Nota Fiscal de devolução simbólica, pelo destinatário.

§ 4º A apuração a que alude o parágrafo anterior terá por base a medição volumétrica dos tanques do estabelecimento que der início à movimentação do produto, conhecida como "MEDIÇÃO TERRA ORIGEM".

§ 5º A emissão das Notas Fiscais nos termos deste artigo não impedirá que a escrituração ocorra dentro do prazo previsto na legislação pertinente.

§ 6º Os documentos emitidos com base neste regime especial conterão impressa a expressão: "REGIME ESPECIAL - CONVÊNIO ICMS 29/99".

Nota: O art. 513-A foi acrescentado pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 29/07/99.

SEÇÃO V
Das Operações Relacionadas com Destroca de Botijões Vazios Destinados ao Acondicionamento de GLP

Art. 514. Em relação às operações com botijões vazios destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) realizadas com os Centros de Destroca, para cumprimento das obrigações relacionadas com o ICMS, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, serão observadas, especialmente, as regras deste artigo (Conv. ICMS 99/96).

§ 1º Centros de Destroca são os estabelecimentos criados exclusivamente para realizarem serviços de destroca de botijões destinados ao acondicionamento de GLP.

§ 2º Somente realizarão operações com os Centros de Destroca as Distribuidoras de GLP, como tais definidas pela legislação federal específica, e os seus revendedores credenciados, nos termos do art. 8º da Portaria nº 843, de 31/10/90, do Ministério da Infra-Estrutura.

§ 3º Os Centros de Destroca deverão estar inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS.

§ 4º Ficam os Centros de Destroca dispensados da emissão de documentos fiscais e da escrituração de livros fiscais, com exceção do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo, em substituição, emitir os formulários a seguir indicados, de acordo com os modelos anexos ao Convênio ICMS 99/96:

I - Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV);

II - Controle Diário do Saldo de Vasilhames por Marca (SVM);

III - Consolidação Semanal da Movimentação de Vasilhames (CSM);

IV - Consolidação Mensal da Movimentação de Vasilhames (CVM);

V - Controle Mensal de Movimentação de Vasilhames por Marca (MVM).

§ 5º Relativamente aos formulários de que cuida o parágrafo anterior:

I - só poderão ser alterados por convênio;

II - os especificados nos incisos II a V serão numerados tipograficamente, em ordem crescente de 1 a 999.999;

III - o mencionado no inciso IV será encadernado anualmente, lavrando-se os termos de abertura e de encerramento, e levado à repartição fiscal a que estiver vinculado o Centro de Destroca para autenticação;

IV - o referido no inciso V será emitido, no mínimo, em 2 vias, devendo a 1ª via ser enviada à distribuidora até 5 dias contados da data de sua emissão.

§ 6º Os Centros de Destroca emitirão o documento denominado Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) em relação a cada veículo que entrar nas suas dependências para realizar operação de destroca de botijões vazios destinados ao acondicionamento de GLP, contendo, no mínimo:

I - a identificação do remetente dos botijões vazios, bem como os dados da Nota Fiscal que houver acobertado a remessa ao Centro de Destroca;

II - demonstração, por marca, de todos os botijões vazios trazidos pelas distribuidoras ou seus revendedores credenciados, bem como os a eles entregues;

III - numeração tipográfica, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, a serem enfeixadas em blocos uniformes de 20, no mínimo, e 50, no máximo, podendo, em substituição aos blocos, também ser confeccionada em formulários contínuos ou jogos soltos, observada a legislação específica para a emissão de documentos fiscais.

§ 7º A Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) será emitida, no mínimo, em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via acompanhará os botijões destrocados e será entregue pelo transportador à Distribuidora ou ao seu revendedor credenciado;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para fins de controle do fisco;

III - a 3ª via poderá ser retida pelo fisco da unidade da Federação onde se localize o Centro de Destroca, quando a operação for interna, ou pelo fisco da unidade da Federação de destino, sendo a operação interestadual;

IV - a 4ª via será enviada, até o dia 5 de dada mês, à Distribuidora, juntamente com o formulário Controle Mensal da Movimentação de Vasilhames por Marcas (MVM), para o controle das destrocas efetuadas.

§ 8º A impressão da Autorização para Movimentação de Vasilhames (AMV) dependerá de prévia autorização da repartição fiscal competente.

§ 9º As Distribuidoras ou seus revendedores credenciados poderão realizar destroca de botijões com os Centros de Destroca de forma direta ou indireta, considerando-se:

I - operação direta a que envolver um ou mais Centros de Destroca;

II - operação indireta:

a) no retorno de botijões vazios decorrente de venda efetuada fora do estabelecimento por meio de veículo;

b) na remessa de botijões vazios efetuada pelos revendedores credenciados com destino às distribuidoras, para engarrafamento.

§ 10. No caso de operação direta de destroca de botijões, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - as Distribuidoras ou seus revendedores credenciados emitirão Nota Fiscal para a remessa dos botijões vazios ao(s) Centro(s) de Destroca;

II - no quadro "Destinatário/Remetente" da Nota Fiscal, serão mencionados os dados do próprio emitente;

III - no campo "Informações Complementares" da Nota Fiscal, será aposta a expressão "Botijões vazios a serem destrocados no(s) Centro(s) de Destroca localizado(s) na Rua ....., Cidade ....., UF ....., Inscrição Estadual nº ..... e CGC/MF nº ....., e na Rua ....., Cidade ....., UF ....., Inscrição Estadual nº ..... e CGC/MF nº .....";

IV - o Centro de Destroca, ao receber os botijões vazios, providenciará a emissão da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV), cujas 1ª e 3ª vias servirão, juntamente com a Nota Fiscal de

remessa referida neste parágrafo, para acompanhar os botijões destrocados no seu transporte com destino ao estabelecimento da Distribuidora ou do seu revendedor credenciado;

V - caso a Distribuidora ou seu revendedor credenciado, antes do retorno ao estabelecimento, necessite transitar por mais de um Centro de Destroca, a operação será acobertada pela mesma Nota Fiscal de remessa, emitida nos termos deste parágrafo, e pelas 1ª e 3ª vias da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV);

VI - a Distribuidora ou seu revendedor credenciado conservará a 1ª via da Nota Fiscal de remessa, juntamente com a 1ª via da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 11. No caso de operação indireta de destroca de botijões, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - a entrada dos botijões vazios no Centro de Destroca será acobertada por uma das seguintes Notas Fiscais:

a) Nota Fiscal de remessa para venda de GLP fora do estabelecimento por meio de veículo, no caso de venda a destinatários incertos, emitida pela Distribuidora ou seu revendedor credenciado;

b) Nota Fiscal de devolução dos botijões vazios emitida pelo adquirente de GLP, no caso de venda a destinatário certo, sendo que, em substituição a esta Nota, a entrada dos botijões vazios no Centro de Destroca poderá ser efetuada por meio de via adicional da Nota Fiscal que originou a operação de venda do GLP, conforme legislação em vigor (art. 19);

c) Nota Fiscal de remessa para engarrafamento na Distribuidora, emitida pelo seu revendedor credenciado;

II - as Notas Fiscais referidas no inciso anterior serão emitidas de acordo com a legislação fiscal, devendo, adicionalmente, ser anotada, no campo "Informações Complementares", expressão "No retorno do veículo, os botijões vazios poderão ser destrocados no Centro de Destroca localizado na Rua ....., Cidade ....., UF ....., Inscrição Estadual nº ..... e CGC/MF nº .....", no caso da alínea "a" do inciso anterior, ou a expressão "Para destroca dos botijões vazios, o veículo transitará pelo Centro de Destroca localizado na Rua ....., Cidade ....., UF ....., Inscrição Estadual nº ..... e CGC/MF nº .....", nos casos das alíneas "b" e "c" do inciso anterior;

III - o Centro de Destroca, ao receber os botijões vazios para destroca, providenciará a emissão da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV), cujas 1ª e 3ª vias servirão, juntamente com uma das Notas Fiscais referidas no inciso I deste parágrafo, para acompanhar os botijões destrocados até o estabelecimento da Distribuidora ou do seu revendedor credenciado;

IV - a Distribuidora ou seu revendedor credenciado arquivará a 1ª via da Nota Fiscal que houver acobertado o retorno dos botijões destrocados ao seu estabelecimento, juntamente com a 1ª via da Autorização de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 12. Ao final de cada mês, a Distribuidora emitirá, em relação a cada Centro de Destroca, Nota Fiscal englobando todos os botijões vazios por ela ou seus revendedores credenciados a ele emitidos durante o mês, com indicação dos números das correspondentes Autorizações de Movimentação de Vasilhames (AMV).

§ 13. A Nota Fiscal de que cuida o parágrafo anterior será enviada ao Centro de Destroca até o dia 10 de cada mês.

§ 14. A fim de garantir o início e o prosseguimento das operações com os Centros de Destroca, as Distribuidoras deverão abastecer os Centros de Destroca com botijões de sua marca, a título de comodato,

mediante emissão de Nota Fiscal.

§ 15. É vedada a operação de compra e venda de botijões por parte do Centro de Destroca.

§ 16. Os documentos e formulários de que cuida este artigo serão conservados, à disposição do fisco, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144.

SEÇÃO VI
Revogada

Nota: A seção VI foi revogada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação do dispositivo:
"*SEÇÃO VI*
Das Operações com Cana-de-Açúcar e Outros Produtos Destinados à Fabricação de Álcool, e das Operações com Álcool Hidratado Combustível

---

Nota 1: *A denominação desta seção foi modificada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97): simples aperfeiçoamento.*

Nota 2: *Nos termos do art. 3º da Alteração nº 4 (*Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97*), as distribuidoras de combustíveis foram obrigadas a efetuar ajustes nos estoques de álcool anidro e gasolina tipo "A" existentes em 31 de agosto de 1997, em virtude da modificação introduzida na tributação daqueles produtos, face ao advento do Convênio ICMS 80/97, efeitos a partir de 1º de setembro de 1997, observadas as disposições estabelecidas pelo referido art. 3º*

Art. 515. Nas operações com álcool carburante e com cana-de-açúcar e outros produtos destinados à fabricação de álcool carburante, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-á, ainda, o disposto neste artigo.
§ 1º São concedidos os seguintes benefícios fiscais às operações de que cuida este artigo (Conv. ICMS 2/97):
I - isenção:
a) nas saídas internas e interestaduais de cana-de-açúcar, de melaço e de mel rico destinados à fabricação de álcool etílico hidratado combustível por usina ou destilaria, devendo ser demonstrada, no campo "Informações Complementares" da Nota Fiscal, a exclusão da parcela do imposto do valor da operação;
b) nas entradas de álcool etílico hidratado combustível importado do exterior, inclusive nas importações efetuadas pela Petrobrás, desde que as respectivas importações sejam autorizadas pelo DNC (Protocolo firmado entre a União/DNC e a Bahia, de 23/7/97);

Nota: *Redação do inciso III modificada pela Alteração nº 4 (*Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97*), acrescentando a expressão "desde que as respectivas importações sejam autorizadas pelo DNC (Protocolo firmado entre a União/DNC e a Bahia, de 23/7/97)".*

---

c) nas saídas internas e interestaduais de álcool etílico hidratado combustível efetuadas por usina, destilaria ou importador com destino a distribuidora de combustíveis, como tal definida pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), inclusive nas aquisições e saídas efetuadas pela Petrobrás;
d) nas saídas internas e interestaduais de álcool etílico hidratado combustível efetuadas por distribuidora de combustível, como tal definida pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC),

com destino a outro estabelecimento da mesma distribuidora (Conv. ICMS 34/97);

Nota: *A alínea "d" foi acrescentada pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*

II - manutenção de crédito: não se exigirá o estorno do crédito fiscal nas saídas das mercadorias beneficiadas com a isenção de que cuida o inciso anterior;
III - crédito presumido: nas saídas internas e interestaduais de álcool etílico hidratado combustível efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), fica a ela atribuído um crédito equivalente ao valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações internas sobre o valor de aquisição do álcool etílico hidratado combustível pela companhia distribuidora (crédito presumido correspondente a R$ 0,1294 por litro da mercadoria mencionada), observado o seguinte (Conv. ICMS 34/97 e Protocolo firmado entre a União/DNC e a Bahia, de 23/7/97):

Nota 1: *Redação do "caput" do inciso III modificada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97), acrescentando a expressão "crédito presumido correspondente a R$ 0,1294 por litro da mercadoria mencionada".*

Nota 2: *O inciso III já havia sido modificado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*

Redação anterior:
"III - crédito presumido: nas saídas internas e interestaduais de álcool etílico hidratado combustível efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), fica a ela atribuído um crédito equivalente ao valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações internas sobre o valor de aquisição do álcool etílico hidratado combustível pela companhia distribuidora, a ser definido em protocolo firmado com o DNC."

---

a) na hipótese de redução da base de cálculo nos termos do § 4º, o crédito a ser atribuído à distribuidora será equivalente ao que resultar da aplicação da alíquota interna sobre o valor da redução concedida;
b) nas saídas internas e interestaduais de álcool etílico hidratado combustível efetuadas por distribuidora de combustíveis, como tal definida pelo DNC, com destino a outro estabelecimento da distribuidora, não será atribuído o crédito previsto no "caput" deste inciso;
IV - redução da base de cálculo, nos termos do § 4°.

Nota: *O inciso IV foi acrescentado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*

---

§ 2º Relativamente aos benefícios fiscais de que trata o parágrafo anterior:
I - sua fruição fica condicionada ao período em que se mantiver vigente o protocolo firmado em 23 de julho de 1977 entre a Bahia e o Agência Nacional do Petróleo - ANP, protocolo esse celebrado em função de Ato do Ministério de Minas e Energia dispondo sobre o pagamento da compensação de que trata a cláusula quarta do Convênio ICMS 2/97 (Conv. ICMS 2/97 e 60/98);

Nota: *Redação do inciso I modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98). Esse dispositivo já havia sido modificado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DO de 17/10/97)).*

Redação anterior:
"I - sua fruição fica condicionada ao período em que se mantiver vigente o protocolo firmado em 23 de julho de 1977 entre a Bahia e o Departamento Nacional de Combustíveis - DNC (vigência originariamente prevista para o período de 01/8/97 a 31/7/98), protocolo esse celebrado em função de Ato do Ministério de Minas e Energia dispondo sobre o pagamento da compensação de que trata a cláusula quarta do Convênio ICMS 2/97;".

Redação originária:
"I - sua fruição fica condicionada à celebração de protocolo entre a Bahia e o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), protocolo esse que, por sua vez, dependente da edição de Ato do Ministério de Minas e Energia dispondo sobre o pagamento da compensação de que trata a cláusula quarta do Convênio ICMS 2/97;".

II - poderão, contudo, ser revogados pelo Poder Executivo a qualquer tempo, em caso de atraso na entrega, pela União, através da ANP, de qualquer das parcelas de que cuida a cláusula quarta do Convênio ICMS 2/97 (Conv. ICMS 2/97e 60/98).

Nota: *Redação do inciso II modificada pela Alteração nº 8 (Decreto nº 7395, de 03/08/98, DOE de 04/08/98).*
Redação anterior:
"II - vigorarão por 12 meses, a partir da edição do Ato ministerial aludido no inciso anterior, podendo, contudo, ser revogado pelo Poder Executivo a qualquer tempo, em caso de atraso na entrega, pela União, através do DNC, de qualquer das parcelas de que cuida a cláusula quarta do Convênio ICMS 2/97.".

---

§ 3º As operações de saída de álcool etílico hidratado combustível de que cuida o § 1º, quando efetuadas por estabelecimentos situados em Estado signatário do protocolo previsto na cláusula quinta do Convênio ICMS 2/97 com destino a Estado não signatário, receberão o seguinte tratamento (Conv. ICMS 34/97):

Nota: *O § 3º foi acrescentado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*

I - no documento fiscal relativo à operação deverá ser destacado o ICMS, com lançamento no Registro de Saídas, para efeito de creditamento no estabelecimento destinatário;
II - o valor do ICMS destacado na operação deverá ser lançado na coluna "Estorno de Débito" do Registro de Apuração do ICMS.
§ 4º Não se aplicam a isenção e a manutenção de crédito de que cuida o inciso I do § 1º, se o repasse a ser feito pelo DNC ao Estado da Bahia for menor que o valor do ICMS incidente na operação, hipótese em que (Conv. ICMS 34/97):

Nota: *O § 4º foi acrescentado pela Alteração nº 1 (Decreto nº 6379, de 25/04/97, DOE de 26 e 27/04/97).*

I - será concedida redução na base de cálculo, de forma que a redução da carga tributária seja equivalente ao valor repassado diretamente pelo DNC;
II - para efeitos de aplicação da redução da base de cálculo em substituição à isenção e manutenção de crédito, ou vice-versa, o Secretário da Fazenda fixará o termo de início de aplicação de cada modalidade de benefício.".

SEÇÃO VII
Das Operações com Álcool Etílico Hidratado Combustível e Álcool não Destinado ao Uso Automotivo

Nota: A Seção VII foi acrescentada ao Capítulo XXXV do Título III pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Art. 515-A. Nas operações com álcool etílico hidratado combustível (AEHC) e com álcool não destinado ao uso automotivo, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-á, ainda, o disposto nesta seção (Prot. ICMS 17/04).

Nota: O art. 515-A foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Art. 515-B. O imposto relativo à operação própria nas saídas internas ou interestaduais de AEHC ou de álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, será recolhido no momento da saída das mercadorias, observando-se o seguinte:

Nota: O art. 515-B foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - o imposto será calculado tomando-se por base o valor da operação ou o valor estabelecido em pauta fiscal, prevalecendo o que for maior;

II - o Documento de Arrecadação Estadual, devidamente quitado, deverá acompanhar a mercadoria na respectiva circulação;

III - o número de autenticação bancária do documento de arrecadação deverá ser indicado no campo "Dados Adicionais" da Nota Fiscal de saída e o número desta no campo "Informações Complementares" do respectivo documento de arrecadação;

Parágrafo único. Os contribuintes industriais poderão, mediante autorização do Diretor de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, após parecer técnico da Gerência de Substituição Tributária, recolher o imposto relativo às operações internas até o 9º dia do mês subseqüente ao da saída.

Art. 515-C. Fica atribuída a condição de sujeito passivo por substituição ao estabelecimento localizado em unidade Federada signatária do Protocolo ICMS 17/04 que promover saída interestadual destinada ao território deste Estado de AEHC ou de álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, quanto à antecipação parcial do imposto, observando-se o seguinte:

Nota: O art. 515-C foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - o valor do imposto será aquele resultante da aplicação da alíquota prevista para o produto nas operações internas sobre o valor da operação ou valor estabelecido em pauta fiscal, prevalecendo o que for maior, deduzindo o valor resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação;

II - o recolhimento do imposto retido será efetuado no momento da saída das mercadorias por meio de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, sob o código de receita 10009-9 (ICMS –

Substituição Tributária por Operação), devendo o correspondente documento de arrecadação, devidamente quitado, acompanhar a mercadoria;

III - o número de autenticação bancária do documento de arrecadação deverá ser indicado no campo "Dados Adicionais" da Nota Fiscal de saída e o número desta no campo "Informações Complementares" do respectivo documento de arrecadação.

Art. 515-D. Será exigida dos estabelecimentos industriais e comerciais a antecipação parcial do imposto de que trata o artigo anterior nas entradas de AEHC e álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, oriundos de unidade da Federação não-signatária do Protocolo ICMS 17/04 ou na hipótese de o imposto não ter sido recolhido pelo estabelecimento remetente, nos termos do artigo anterior, por ocasião da passagem da mercadoria na primeira repartição fiscal de entrada no Estado, observando-se o seguinte:

Nota: O art. 515-D foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - o valor do imposto será aquele resultante da aplicação da alíquota prevista para o produto nas operações internas sobre o valor da operação ou valor estabelecido em pauta fiscal, prevalecendo o que for maior, deduzindo o valor resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação;

II - o Documento de Arrecadação Estadual, devidamente quitado, deverá acompanhar a mercadoria na respectiva circulação;

III - o número de autenticação bancária do documento de arrecadação deverá ser indicado no campo "Dados Adicionais" da Nota Fiscal de saída e o número desta no campo "Informações Complementares" do respectivo documento de arrecadação.

Art. 515-E. A antecipação parcial do imposto prevista nesta seção não se aplica:

Nota: O art. 515-E foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - às operações com AEHC, tendo como remetente distribuidora de combustíveis e como destinatário posto revendedor de combustíveis, conforme definidos e autorizados pelo órgão federal competente, desde que o ICMS – Substituição Tributária esteja devidamente destacado na respectiva Nota Fiscal;

II - às operações com álcool não destinado ao uso automotivo acondicionado em embalagem própria para venda no varejo;

III - nas demais entradas em que seja exigida a antecipação tributária que encerre a fase de tributação.

Art. 515-F. Nas operações com álcool, além das disposições dos artigos anteriores, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

Nota: O art. 515-F foi acrescentado pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - alíquota: art. 51, II, "e" e art. 51-A, II e § 2º;

II - base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária que encerre a fase de tributação:

a) AEHC: art. 512-B, VIII;

b) Álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel: art. 61, X;

c) Álcool não destinado ao uso automotivo, acondicionado para venda no varejo: art. 61, II;

III - redução da base de cálculo nas operações com álcool para uso não automotivo: art. 87, XXII;

IV - crédito presumido nas operações internas com álcool etílico (etanol) hidratado para fins carburante (AEHC): art. 96, XXIII;

V – prazos para recolhimento do imposto devido por antecipação ou substituição tributária:

a) nas aquisições interestaduais e do exterior de AEHC e álcool para uso não automotivo: art. 125, II, alínea "b" e "i"; art. 372, III e art. 376, § 1º;

b) nas operações internas com AEHC realizadas por distribuidora de combustíveis (substituto tributário): art. 126, I;

c) nas operações internas com álcool para uso não automotivo, transportado a granel (hidratado ou anidro): art. 126, IV;.

VI - diferimento do lançamento nas operações com álcool anidro: art. 343, XXIX, e art. 511, II;

VII - habilitação para operar no regime de diferimento nas operações com álcool anidro: art. 344, § 1º, VII;

VIII – antecipação parcial: art. 352-A, § 1º, III;

IX – antecipação ou substituição tributária:

a) álcool para uso não automotivo: art. 353, II, item 33;

b) álcool carburante: art. 353, IV; art. 512-A;

X – diferimento nas operações com cana-de-açúcar e do tratamento fiscal relativo a cana-de-açúcar e seus derivados: arts. 468, 469 e 470;

XI – obrigações acessórias da destilaria de álcool: art. 471.

CAPÍTULO XXXVI
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONCESSIONÁRIOS, REVENDEDORES, AGÊNCIAS E OFICINAS AUTORIZADAS DE VEÍCULOS, TRATORES, MÁQUINAS, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS BENS

SEÇÃO I
Da Substituição de Peças em Virtude de Garantia, por Concessionário, Revendedor, Agência ou Oficina Autorizada

Art. 516. Na entrada de peça defeituosa a ser substituída, o concessionário, revendedor, agência ou oficina autorizada deverá emitir Nota Fiscal (entrada), sem destaque do imposto, que conterá, além dos demais requisitos, as seguintes indicações:

I - a discriminação da peça defeituosa;

II - o valor atribuído à peça defeituosa, que será equivalente a 10% do preço de venda ou fornecimento da peça nova praticado pelo concessionário, revendedor, agência ou oficina autorizada, constante em lista fornecida pelo fabricante, em vigor na data da substituição;

III - o número da Ordem de Serviço ou Nota Fiscal-Ordem de Serviço;

IV - o número, a data da expedição do certificado de garantia e o termo final de sua validade.

§ 1º A Nota Fiscal (entrada) de que trata este artigo poderá ser emitida no último dia do mês, englobando as entradas de peças defeituosas, desde que:

I - na Ordem de Serviço ou na Nota Fiscal-Ordem de Serviço, constem:

a) o nome da peça defeituosa substituída;

b) o número do chassi ou outros elementos identificativos, conforme o caso;

c) o número, a data do certificado de garantia e o termo final de sua validade;

II - a remessa, ao fabricante, das peças defeituosas substituídas seja efetuada após o encerramento do mês.

§ 2º A Nota Fiscal (entrada) será escriturada no Registro de Entradas, nas colunas "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto".

Art. 517. Na saída da peça defeituosa para o fabricante, o concessionário, revendedor, agência ou oficina autorizada deverá:

I - emitir Nota Fiscal, que conterá, além dos demais requisitos, as seguintes indicações:

a) a discriminação das peças;

b) o valor atribuído à peça defeituosa, nos termos do inciso II do artigo anterior;

c) o destaque do imposto devido;

II - escriturar a Nota Fiscal referida no inciso anterior no Registro de Saídas, e estornar o débito correspondente no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS.

Art. 518. O fabricante efetuará o lançamento da Nota Fiscal referida no artigo anterior no Registro de Entradas, nas colunas "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto".

Art. 519. O fabricante deverá proceder ao estorno do crédito, se a peça defeituosa for inutilizada no estabelecimento, salvo quando transformada em outro produto ou em resíduo com saída tributada.

Art. 520. Na saída ou fornecimento da peça nova em substituição à defeituosa, o concessionário, revendedor, agência ou oficina autorizada deverá:

I - emitir Nota Fiscal, com destaque do imposto, tendo como destinatário o proprietário da peça substituída;

II - emitir Nota Fiscal, sem destaque do imposto, tendo como destinatário o nome do fabricante do bem que tiver concedido a garantia, a qual conterá, além dos demais requisitos, as seguintes indicações:

a) a discriminação da peça;

b) o número da Ordem de Serviço correspondente;

c) o preço da peça debitado ao fabricante;

d) o número, a série e a data da Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior.

§ 1º A 1ª via da Nota Fiscal emitida nos termos do inciso II será enviada ao fabricante com o documento

interno em que tiver sido relatada a garantia executada.

§ 2º Na saída ou fornecimento da peça nova em substituição à defeituosa, em virtude de garantia, a base de cálculo é o preço da peça debitado ao fabricante.

SEÇÃO II
Dos Sistemas Opcionais de Controle de Vendas ou Fornecimentos de Peças e Acessórios

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Preliminares

Art. 521. É facultada a adoção de sistema especial para emissão de documentos fiscais, na forma desta seção, aos concessionários, revendedores, distribuidores ou agências de veículos, tratores, máquinas, eletrodomésticos e outros bens:

I - nos fornecimentos de peças, acessórios e outras mercadorias por suas oficinas de conserto ou instalação que prestem serviços especificados nos itens 14.01, 14.03 e 14.05 da Lista de Serviços (Anexo 1) a saber:

Nota: A redação atual da parte inicial do inciso I do art. 521 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação original:
"I - nos fornecimentos de peças, acessórios e outras mercadorias por suas oficinas de conserto ou instalação que prestem serviços especificados nos itens 68, 69, 70 ou 72 da Lista de Serviços (Anexo 1), a saber:"

a) lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos;

b) conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto;

c) recondicionamento de motores;

d) recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos destinados ou não a industrialização ou a comercialização;

e) instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos;

II - nas demais operações.

SUBSEÇÃO II
Dos Instrumentos de Controle

Art. 522. O concessionário, revendedor, distribuidor ou agência cujas operações estejam compreendidas nas disposições do artigo anterior poderá adotar:

I - revogado.

Nota: O inciso I do art. 522 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação otiginária, efeitos até 30/12/02:

"I - sistema de máquina registradora conjugada com:
a) Nota Fiscal-Ordem de Serviço;
b) Requisição de Peças;"

II - sistema de Nota Fiscal sem discriminação de mercadoria, conjugada com:

a) Ordem de Serviço;

b) Requisição de Peças.

Parágrafo único. Se o remetente do bem a ser consertado ou equipado for produtor rural ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais ou pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documentos fiscais, a emissão da Nota Fiscal-Ordem de Serviço ou da Ordem de Serviço dispensará a emissão da Nota Fiscal para documentar a entrada.

SUBSEÇÃO III
Revogada

Nota: A subseção III da seção II do capítulo XXXVI do título III, compreendendo os arts. 523 a 525, foi revogada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação anterior dada ao *caput* do § 4º do art. 525 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 30/12/02:
"§ 4º A Requisição de Peças, enfeixada em blocos de 20 ou de 50 jogos, será emitida em, no mínimo, 2 vias, que terão a seguinte destinação:"

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"SUBSEÇÃO III
Da Adoção de Máquina Registradora Conjugada com Nota Fiscal-Ordem de Serviço e Requisição de Peças"
Art. 523. A adoção de máquina registradora, na hipótese do inciso I do artigo anterior, far-se-á em conformidade com os arts. 726 a 760, no que for cabível.
Art. 524. A Nota Fiscal-Ordem de Serviço conterá as seguintes indicações:
I - a denominação: "NOTA FISCAL-ORDEM DE SERVIÇO";
II - o número de ordem e a série, e o número e a destinação de cada via;
III - a data da emissão;
IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;
V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do cliente;
VI - os dados identificadores do bem ou objeto recebido para conserto ou instalação de acessório: marca, modelo, ano, cor, placa, número do chassi ou série, conforme o caso;
VII - os serviços a serem executados;
VIII - os números das Requisições de Peças emitidas;
IX - o valor das mercadorias aplicadas e o dos serviços prestados, demonstrados segundo a modalidade da operação e a incidência ou não do ICMS, do ISS ou de imposto federal;
X - outras informações de interesse do contribuinte, desde que não prejudiquem a clareza do documento;
XI - os dados previstos no inciso II do art. 199.
§ 1º O impresso deverá conter campo próprio para utilização de controles relacionados com o uso de máquina registradora.
§ 2º As indicações dos incisos I, II, IV e XI serão impressas tipograficamente.
§ 3º As indicações dos incisos III, V, VI e VII serão efetuadas no momento da entrada do bem ou objeto para conserto ou instalação de acessório.
§ 4º As indicações dos incisos VIII e IX serão efetuadas quando da conclusão dos serviços.

§ 5º A Nota Fiscal-Ordem de Serviço será emitida em jogos soltos, numerados tipograficamente, em 2 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:
I - a 1ª via será entregue ao cliente;
II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.
Art. 525. A Requisição de Peças será emitida sempre que, nas operações da oficina, houver pedido interno de peças, materiais ou acessórios à seção de peças, para aplicação em bens ou objetos recebidos para conserto ou para instalação de acessórios.
§ 1º A Requisição de Peças conterá as seguintes indicações:
I - a denominação: "REQUISIÇÃO DE PEÇAS";
II - o número de ordem, a série e o número da via;
III - a data da emissão;
IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;
V - o número e a série da Ordem de Serviço ou Nota Fiscal-Ordem de Serviço correspondente;
VI - a discriminação das mercadorias: quantidade, marca, tipo, modelo, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;
VII - os valores, unitário e total, das mercadorias, e o valor total da operação;
VIII - outras informações de interesse do contribuinte, desde que não prejudiquem a clareza do documento;
IX - os dados previstos no inciso II do art. 199.
§ 2º As indicações dos incisos I, II, IV e IX do parágrafo anterior serão impressas tipograficamente.
§ 3º É permitido o uso simultâneo de mais de uma série, identificadas por algarismos arábicos, podendo o fisco, a qualquer tempo, restringir o seu número.
4º A Requisição de Peças, enfeixadas em blocos de 20 jogos, no mínimo, e 50, no máximo, será emitida em no mínimo 2 vias, que terão as seguintes destinações: (efeitos até 03/03/98)
I - a 1ª via será entregue ao cliente; (efeitos até 30/12/02)
II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco. (efeitos até 30/12/02"

SUBSEÇÃO IV
Da Adoção de Nota Fiscal sem Discriminação de Mercadoria Conjugada com Ordem de Serviço e Requisição de Peças

Art. 526. A Nota Fiscal, na hipótese do inciso II do art. 522, será emitida com os requisitos regulamentares, dispensada, apenas, a discriminação das mercadorias, devendo em seu lugar constar:

I - o número e a série da Ordem de Serviço, que dela constituirá parte integrante;

II - separadamente, por grupos, relativamente ao ICMS, os valores totais das operações tributadas, das sujeitas à substituição tributária e das não tributadas ou isentas, bem como o valor total dos serviços prestados, para efeito de controle, também, de outros tributos que incidirem na operação, de forma a atender às normas da legislação federal ou municipal pertinentes.

§ 1º A 1ª via da Ordem de Serviço e a 1ª via da Requisição de Peças serão anexadas à 1ª via da Nota Fiscal, antes de sua entrega ao cliente.

§ 2º A Ordem de Serviço conterá as seguintes indicações:

I - a denominação "ORDEM DE SERVIÇO";

II - o número de ordem e a série, e o número e a destinação de cada via;

III - a data da emissão;

IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do cliente;

VI - os dados identificadores do bem ou objeto recebido para conserto ou para instalação de acessório: marca, modelo, ano, cor, placa, número do chassi ou série, conforme o caso;

VII - os serviços a serem executados;

VIII - os números das Requisições de Peças emitidas e os valores, demonstrados segundo a modalidade da operação e a do serviço prestado, conforme haja ou não incidência do ICMS, do ISS ou de imposto federal;

IX - outras informações de interesse do contribuinte, desde que não prejudiquem a clareza do documento;

X - os dados previstos no inciso II do art. 199.

§ 3º As indicações dos incisos I, II, IV e X do parágrafo anterior serão impressas tipograficamente.

§ 4º As indicações dos incisos III, V, VI e VII do § 2º serão efetuadas no momento da entrada do bem ou objeto para conserto ou instalação de acessório.

§ 5º As indicações do inciso VIII do § 2º serão efetuadas quando da conclusão dos serviços.

§ 6º Será permitido o uso simultâneo de mais de uma série, identificadas por algarismos arábicos, podendo o fisco, a qualquer tempo, restringir o seu número.

§ 7º A Ordem de Serviço será emitida em jogos soltos, numerados tipograficamente, em 2 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao cliente;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

§ 8º A Requisição de Peças será emitida sempre que, nas operações da oficina, houver pedido interno de peças, materiais ou acessórios à seção de peças, para aplicação em bens ou objetos recebidos para conserto ou para instalação de acessórios, observado o seguinte:

Nota: A redação atual do § 8º do art. 526 foi dada pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação originária, efeitos até 30/12/02:
"§ 8º Aplica-se à Requisição de Peças de que trata esta subseção o disposto no art. 525 e seus parágrafos."

I - a Requisição de Peças conterá as seguintes indicações:

a) a denominação: "REQUISIÇÃO DE PEÇAS";

b) o número de ordem, a série e o número da via;

c) a data da emissão;

d) o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

e) o número e a série da Ordem de Serviço ou Nota Fiscal-Ordem de Serviço correspondente;

f) a discriminação das mercadorias: quantidade, marca, tipo, modelo, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

g) os valores, unitário e total, das mercadorias, e o valor total da operação;

h) outras informações de interesse do contribuinte, desde que não prejudiquem a clareza do documento;

i) os dados previstos no inciso II do art. 199;

II - as indicações das alíneas "a", "b", "d" e "i" do inciso anterior serão impressas tipograficamente;

III - é permitido o uso simultâneo de mais de uma série, identificadas por algarismos arábicos, podendo o fisco, a qualquer tempo, restringir o seu número;

IV - a Requisição de Peças, enfeixada em blocos de 20 ou de 50 jogos, será emitida em, no mínimo, 2 vias, que terão a seguinte destinação:

a) a 1ª via será entregue ao cliente;

b) a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

SUBSEÇÃO V
Do Pedido de Autorização

Art. 527. O pedido de autorização para uso de qualquer dos dois sistemas previstos nesta seção será entregue em 2 vias, na repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento requerente, devidamente instruído com os seguintes documentos:

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 527 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação otiginária, efeitos até 30/12/02:
"I - - relativamente ao sistema previsto no inciso I do art. 522, sem prejuízo da observância da disciplina a que se refere o art. 523, no tocante ao pedido de uso de máquina registradora:
a) fac-símile, em 3 vias, da Nota Fiscal-Ordem de Serviço;
b) fac-símile, em 3 vias, da Requisição de Peças;"

II - relativamente ao sistema previsto no inciso II do art. 522:

a) fac-símile, em 3 vias, da Ordem de Serviço;

b) fac-símile, em 3 vias, da Requisição de Peças.

SUBSEÇÃO VI
Da Concessão da Autorização

Art. 528. Compete ao Inspetor Fazendário a concessão da autorização dos sistemas previstos nesta seção, sendo que, do indeferimento, caberá recurso ao Diretor de Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte.

Nota: A redação atual do *caput* do artigo 528 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"Art. 528. Compete ao Delegado Regional da Fazenda a concessão da autorização dos sistemas previstos nesta seção, sendo que, do indeferimento, caberá recursos ao Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda."

Parágrafo único. Se deferido o pedido, será entregue ao contribuinte a 2ª via do requerimento, acompanhada, conforme o caso, das 2ªs vias dos documentos indicados no inciso I ou II do artigo anterior, devidamente visadas e com menção do número do respectivo processo.

SUBSEÇÃO VII
Do Cancelamento da Autorização

Art. 529. Dar-se-á o cancelamento de qualquer um dos sistemas de que trata esta seção por iniciativa do fisco ou do contribuinte.

§ 1º Quando o cancelamento se der por iniciativa do fisco, deverá o ato que o determinar ser exarado no mesmo processo em que tiver sido concedida a autorização, dando-se ao contribuinte prazo não inferior a 15 dias para retorno à emissão normal dos documentos fiscais previstos neste Regulamento.

§ 2º Quando o contribuinte desistir da utilização do sistema que lhe tenha sido autorizado, deverá dirigir requerimento ao Inspetor Fazendário de sua circunscrição, ao qual será anexado pela repartição o processo originário.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 529 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
" 2º *Quando o contribuinte desistir da utilização do sistema que lhe tenha sido autorizado, deverá dirigir requerimento ao Delegado Regional de sua circunscrição, ao qual será anexado pela repartição o processo originário."*

§ 3º Decorrido o prazo de 30 dias, a contar da protocolização do requerimento aludido no parágrafo anterior, sem que tenha havido manifestação do fisco, será considerado cancelado o sistema.

§ 4º Compete ao Inspetor Fazendário decidir acerca do cancelamento dos sistemas previstos nesta seção, sendo que, de sua decisão, caberá recurso ao Diretor de Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 529 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"§ 4º Compete ao Delegado Regional da Fazenda decidir acerca do cancelamento dos sistemas previstos nesta seção, sendo que, de sua decisão, caberá recurso ao Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda."

§ 5º Poderá o contribuinte passar de um sistema para outro, desde que cumpra o disposto no art. 527, considerando-se cancelado o sistema anterior na data em que for autorizado o novo sistema.

SEÇÃO III

Das Demais Disposições

Art. 530. Nas operações realizadas por concessionários, revendedores, agências, distribuidores ou oficinas autorizadas de veículos, tratores, máquinas, eletrodomésticos ou quaisquer outros bens, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência do imposto:

a) no fornecimento de material, pelo prestador do serviço, na instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos: art. 2º, VIII, "a";

b) no fornecimento de peças e partes, pelo prestador do serviço, nos casos de lubrificação, conserto, revisão e manutenção de veículos e equipamentos: art. 2º, IX, "c" e "d";

c) no fornecimento de peças, pelo prestador do serviço, no recondicionamento de motores: art. 2º, IX, "e";

d) na saída, em retorno ao estabelecimento autor da encomenda, de objetos destinados a comercialização ou industrialização que tenham sido submetidos a recondicionamento ou pintura, bem como de pneus recebidos para recauchutagem: art. 2º, VI;

II - suspensão da incidência, nas remessas de mercadorias ou bens para conserto ou processo similar: arts. 627 a 631;

III - isenção do imposto, nas operações com veículos, tratores, máquinas, aparelhos e equipamentos, em situações específicas: arts. 23, 24, 28 e 32;

IV - base de cálculo, nos fornecimentos de mercadorias pelo prestador do serviço: art. 59;

V - redução da base de cálculo: arts. 76, 77 e 83;

VI - substituição ou antecipação tributária: art. 353, II, itens 18 e 19 (veículos); art. 353, II, item 16 (tintas, massas de polir, solventes, etc.); arts. 371 e 372 (aquisições interestaduais);

VII - alíquota especial: art. 51, II, "c" e "d".

CAPÍTULO XXXVII
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR EMPRESAS SEGURADORAS E DOS PROCEDIMENTOS DOS CONTRIBUINTES EM CASOS DE FURTO, ROUBO, PERECIMENTO, DESAPARECIMENTO OU SINISTRO, E DAS OBRIGAÇÕES DAS OFICINAS E DOS FORNECEDORES DE PEÇAS

SEÇÃO I
Da Aplicação do Sistema

Art. 531. Aplica-se à empresa seguradora o sistema especial previsto neste capítulo, no tocante às operações:

I - de circulação de mercadoria identificada como salvado de sinistro;

II - de aquisição de peça que não deva transitar pelo estabelecimento da empresa seguradora, a ser empregada em conserto de veículo segurado.

SEÇÃO II
Dos Salvados de Sinistro

Art. 532. Relativamente ao cumprimento das obrigações fiscais pertinentes a operações de circulação de mercadorias identificadas como salvados de sinistro, a empresa seguradora e os segurados observarão as

seguintes disposições:

I - para a entrada real ou simbólica da mercadoria ou bem no estabelecimento da empresa seguradora:

a) será emitida Nota Fiscal pelo remetente indenizado, se este for inscrito no cadastro de contribuintes do imposto e se estiver obrigado à emissão de Notas Fiscais;

b) se o remetente indenizado não for obrigado à emissão de Notas Fiscais, a empresa seguradora emitirá Nota Fiscal (entrada), que servirá, se for o caso, para acompanhar a mercadoria no transporte até o seu estabelecimento;

II - não incide o ICMS sobre a operação de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras;

III - na saída subseqüente da mercadoria, a empresa seguradora emitirá Nota Fiscal na forma regulamentar, com destaque do imposto, sendo que haverá redução da base de cálculo se na operação de entrada não tiver sido onerada pelo imposto ou tiver sido tributada com idêntica redução da base de cálculo, nos termos do inciso II do art. 83, caso em que será vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais.

Art. 533. O contribuinte a ser indenizado em decorrência de furto, roubo, perecimento, desaparecimento, sinistro ou qualquer outra ocorrência, além das demais disposições regulamentares, observará, especialmente, o seguinte:

I - tendo a ocorrência sido verificada no trânsito:

a) sendo o remetente o contribuinte a ser indenizado:

1 - a Nota Fiscal que acobertava o transporte será lançada normalmente no Registro de Saídas;

2 - será emitida Nota Fiscal (entrada) para repor, efetiva ou simbolicamente, conforme o caso, as mercadorias no estoque, e anulação do débito fiscal decorrente da saída;

b) sendo o destinatário o contribuinte a ser indenizado, a Nota Fiscal que acobertava o transporte será lançada normalmente no Registro de Entradas;

II - quer tenha a ocorrência sido verificada no trânsito, quer no próprio estabelecimento:

a) será emitida Nota Fiscal para baixa no estoque e estorno do crédito fiscal relativo à entrada ou aquisição das mercadorias, ou para desincorporação do bem, conforme o caso, sendo que, em caso de bem do ativo imobilizado, será feito o estorno do crédito porventura também escriturado no documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP) de que cuida o parágrafo único do art. 339;

Nota: **A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 533 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"a) será emitida Nota Fiscal para baixa no estoque e estorno do crédito fiscal relativo à entrada ou aquisição das mercadorias, ou para desincorporação do bem, conforme o caso, sendo que, em caso de bem do ativo imobilizado, será feito, igualmente, o estorno do crédito porventura também escriturado no Registro de Apuração de uso especial de que cuida o § 12 do art. 93."

b) a base de cálculo para fins de estorno ou anulação do crédito fiscal será determinada segundo os critérios do:

1 - § 2º do art. 100;

2 - § 7º do art. 100, tratando-se de bem do ativo imobilizado alienado antes de decorrido o prazo de 5 anos da aquisição;

c) para efeitos de cálculo do valor a ser estornado, é irrelevante o valor do contrato de seguro ou da importância a ser recebida a título de indenização;

d) será emitida Nota Fiscal, sem destaque do imposto, para transmissão da propriedade das mercadorias à empresa seguradora;

e) não será emitida a Nota Fiscal aludida na alínea anterior, nos casos em que houver desaparecimento, furto, roubo ou qualquer outra ocorrência que impossibilite a transmissão da propriedade das mercadorias em virtude de sua inexistência ou indisponibilidade física.

Parágrafo único. Os procedimentos previstos neste artigo serão adotados, também, no que couber, na hipótese de contribuinte que, não tendo feito seguro, houver sido vítima de furto, roubo, perecimento, desaparecimento, sinistro ou qualquer outra ocorrência com mercadorias ou bens.

SEÇÃO III
Do Conserto de Veículo Segurado

SUBSEÇÃO I
Da Aquisição de Peças pela Seguradora

Art. 534. A empresa seguradora, na aquisição de peça que não deva transitar pelo seu estabelecimento, para emprego em conserto de veículo acidentado, em virtude de cobertura de responsabilidade decorrente de contrato de seguro, remeterá ao fornecedor Pedido de Fornecimento de Peças, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: “PEDIDO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS";

II - o número de ordem, a série e o número da via;

III - a data da emissão;

IV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, da empresa seguradora;

V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do fornecedor;

VI - a discriminação das peças;

VII - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, da oficina que irá proceder ao conserto do veículo;

VIII - os dados identificativos do veículo a ser consertado;

IX - o número da apólice ou do bilhete de seguro;

X - em campo reservado, o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo fornecedor;

XI - os dados previstos no inciso II do art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II, IV e XI serão impressas tipograficamente.

§ 2º Será permitido o uso simultâneo de mais de uma série, identificadas por algarismos arábicos, podendo o fisco, a qualquer tempo, restringir o seu número.

§ 3º O Pedido de Fornecimento de Peças será de tamanho não inferior a 14,8cm x 21cm, em qualquer sentido.

§ 4º Aplicam-se ao Pedido de Fornecimento de Peças as disposições relativas aos documentos fiscais.

§ 5º O Pedido de Fornecimento de Peças será emitido em 3 vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª e a 2ª vias serão remetidas ao fornecedor, que providenciará:

a) a anexação da 1ª via à 4ª via da nota Fiscal por ele emitida, para encaminhamento à oficina, nos termos do inciso II do artigo seguinte;

b) o arquivamento da 2ª via, em ordem cronológica;

II - a 3ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco, e nela serão indicados, no campo próprio, o número e a data da Nota Fiscal emitida pelo fornecedor.

SUBSEÇÃO II
Dos Procedimentos do Fornecedor de Peças a Empresa Seguradora

Art. 535. Recebido o Pedido de Fornecimento de Peças, o estabelecimento fornecedor deverá:

I - emitir Nota Fiscal, em 4 vias, tendo como destinatária a empresa seguradora, na qual constarão, além dos demais requisitos, os seguintes:

a) o número do Pedido de Fornecimento de Peças;

b) a declaração de que a peça se destinará ao conserto de veículo segurado;

c) a declaração do local de entrega, onde constarão o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, da oficina incumbida do conserto;

II - entregar a peça à oficina, acompanhada da 1ª, da 2ª e da 4ª vias da Nota Fiscal.

Parágrafo único. A Nota Fiscal poderá ser emitida em 3 vias, desde que, para exercer a função de 4ª via, seja extraída cópia reprográfica da 1ª via.

SUBSEÇÃO III
Dos Procedimentos da Oficina Encarregada do Conserto de Veículo Segurado

Art. 536. A oficina incumbida de proceder ao conserto do veículo deverá:

I - recebida a peça, encaminhar à empresa seguradora, no prazo de 5 dias, a 1ª e a 2ª vias da Nota Fiscal emitida pelo fornecedor;

II - registrar a 4ª via da Nota Fiscal, sem direito a crédito do imposto, conservando-a em seu poder, juntamente com a 1ª via do Pedido de Fornecimento de Peças;

III - concluído o conserto, antes da saída do veículo, emitir Nota Fiscal em nome da empresa seguradora, na qual constarão, além dos demais requisitos, os seguintes:

a) o número do Pedido de Fornecimento de Peças;

b) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do fornecedor, e o número, a série e a data da Nota Fiscal por este emitida;

c) a discriminação e o valor da peça recebida;

d) o preço do serviço prestado;

e) a discriminação e o valor da peça empregada no conserto, quando fornecida pela própria oficina;

f) o destaque do imposto, quando for o caso, calculado sobre o valor mencionado na alínea anterior.

SUBSEÇÃO IV
Do Pagamento do Imposto pela Seguradora e das Obrigações Acessórias

Art. 537. No tocante à emissão dos documentos fiscais e à apuração do ICMS:

I - a empresa seguradora e os segurados atenderão ao disposto nos arts. 532 e 533;

II - nas saídas de salvados de sinistro efetuadas pela seguradora, observar-se-á o disposto no inciso II do art. 83 e em seu parágrafo único;

III - as saídas reais ou simbólicas, efetuadas pela seguradora, de peças ou partes por ela adquiridas para emprego em conserto de veículo acidentado, pertencente ao segurado, em virtude de responsabilidade decorrente de contrato de seguro, serão documentadas em consonância com os arts. 534 a 536;

IV - o imposto devido pela seguradora relativamente às saídas reais ou simbólicas das peças ou partes referidas no inciso anterior será apurado considerando como base de cálculo o valor de aquisição das peças ou partes, acrescido de eventuais despesas acessórias e da parcela correspondente ao IPI, quando for o caso, deduzindo-se o imposto pago pelo fornecedor, devendo a diferença ser lançada no Registro de Apuração do ICMS, no quadro "Débito do Imposto - Outros Débitos".

Art. 538. O recolhimento do imposto devido pela empresa seguradora será feito nos mesmos prazos estabelecidos no art. 124 para os contribuintes do regime normal de apuração.

Art. 539. Fica a empresa seguradora:

I - dispensada da manutenção de livros fiscais, exceto o Registro de Apuração do ICMS e o Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, obrigando-se, contudo, a arquivar os documentos fiscais, por espécie e em ordem cronológica, para exibição ao fisco;

II - sujeita à apresentação da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), na forma e no prazo previstos no art. 333;

III - sujeita ao cumprimento da obrigação principal e das demais obrigações acessórias previstas neste Regulamento, no que couber.

CAPÍTULO XXXVIII
DAS OPERAÇÕES RELATIVAS À CONSTRUÇÃO CIVIL

SEÇÃO I
Das Empresas de Construção Civil

Art. 540. Considera-se empresa de construção civil, para fins de inscrição e cumprimento das demais obrigações fiscais previstas neste Regulamento, toda pessoa física ou jurídica que executar obras de construção civil, efetuando a circulação de mercadorias em seu próprio nome ou no de terceiro.

§ 1º Entendem-se por obras de construção civil, dentre outras, as adiante relacionadas, quando decorrentes de obras de engenharia civil:

I - construção, demolição, reforma ou reparação de prédios ou de outras edificações;

II - construção e reparação de estradas de ferro ou de rodagem, incluindo-se os trabalhos concernentes às

estruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;

III - construção e reparação de pontes, viadutos, logradouros públicos e outras obras de urbanismo;

IV - construção de sistemas de abastecimento de água e de saneamento;

V - execução de obras de terraplenagem, de pavimentação em geral;

VI - execução de obras hidráulicas, marítimas ou fluviais;

VII - execução de obras destinadas a geração e transmissão de energia;

VIII - execução de obras de montagem e construção de estruturas em geral;

IX - prestação de serviços auxiliares ou complementares necessários à execução de obras, tais como serviços de alvenaria, de instalação de gás, de pintura, de marcenaria, de carpintaria, de serralheria, de vidraçaria.

§ 2º O disposto neste capítulo aplica-se também aos empreiteiros e subempreiteiros responsáveis pela execução de obras, no todo ou em parte.

SEÇÃO II
Da Incidência e da Não-Incidência do Imposto

Art. 541. Incide o ICMS nas operações efetuadas pelo prestador do serviço:

Nota: As disposições introduzidas neste artigo pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), revestem-se de caráter interpretativo na sua aplicação, conforme preceitua o artigo 4º do citado Decreto.

I - nas hipóteses:

a) da alínea "b" do inciso VIII do art. 2º;

b) da alínea "a" do inciso IX do art. 2º;

II - no fornecimento de casas e edificações pré-fabricadas;

III - revogado

Nota: O inciso III do art. 541 foi revogado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:
"*III - na saída de materiais, inclusive sobras e resíduos decorrentes da obra executada, ou de demolição, quando remetidos a terceiros;".*

IV - no recebimento de bens importados do exterior;

V - relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas, quando a empresa, em função da natureza de seus negócios ou atividades, for contribuinte do ICMS:

Nota: **A redação atual da parte inicial do inciso V do art. 541 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/11/02.**

Redação originária, efeitos até 31/10/02:
"V - relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas, quando a empresa, em função da natureza de seus negócios ou atividades, for contribuinte do ICMS (Conv. ICMS 71/89):"

a) na aquisição de bens para o ativo permanente ou de material de uso ou consumo, em operações interestaduais;

b) na utilização de serviço de transporte ou de comunicação cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Para efeitos de pagamento da diferença de alíquotas, observar-se-á o seguinte:

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 541 dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), tendo este sido renumerado para § 1º.

Redação originária:
"Parágrafo único. Na apuração do imposto devido pelas empresas de construção civil, além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:
I - base de cálculo: art. 59, III;
II - vedação de crédito fiscal: art. 97, I e III."

I - a empresa de construção civil, quando legalmente consideradas contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543) somente estará sujeita ao pagamento da diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de bens para o seu ativo imobilizado ou de bens de uso ou materiais de consumo do seu estabelecimento (art. 7º);

II - relativamente à empresa de construção civil, quando não consideradas legalmente contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543):

a) não é devido o pagamento da diferença de alíquotas, a menos que se comprove estar inscrita como tal indevidamente;

b) nas aquisições de mercadorias, bens, materiais e serviços de transporte e de comunicação procedentes de outra unidade da Federação, a empresa de construção civil, ao informar aos seus fornecedores ou prestadores os dados cadastrais do seu estabelecimento, deverá declarar, expressamente, a sua condição de não contribuinte do ICMS, instruindo-os no sentido de que a alíquota a ser adotada no cálculo do imposto será a prevista para as operações e prestações internas na unidade federada de origem;

c) a partir de 01/01/99, sempre que mercadorias, bens, materiais e serviços de transporte e de comunicação procedentes de outra unidade da Federação forem destinados a empresa de construção civil situada neste Estado, se o imposto tiver sido calculado pela alíquota interestadual, deverão ter sua situação fiscal regularizada na entrada no território deste Estado, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, mediante:

1 - comprovação do pagamento da diferença do imposto devido à unidade federada de origem, através da emissão de documento fiscal complementar pelo estabelecimento remetente ou mediante o pagamento da quantia correspondente através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE); ou

2 - substituição do documento fiscal por Nota Fiscal Avulsa, para verificação posterior do pagamento da

diferença de alíquotas pelo estabelecimento destinatário, no prazo do art. 131, inciso V, tratando-se de bem do ativo imobilizado, bem de uso ou material de consumo destinado a empresa de construção civil indevidamente inscrita na condição de contribuinte especial em vez de na condição de contribuinte normal.

§ 2º Na apuração do imposto devido pelas empresas de construção civil, além das demais disposições regulamentares inerentes aos contribuintes em geral, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 541 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

I - base de cálculo: art. 59, III;

II - vedação do crédito fiscal: art. 97, I e III.

Art. 542. Não incide o ICMS nas seguintes situações:

Nota: As disposições introduzidas neste artigo pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), revestem-se de caráter interpretativo na sua aplicação, conforme preceitua o artigo 4º do citado Decreto.

I - execução de obra por administração, sem fornecimento de material pelo prestador do serviço;

II - fornecimento de material adquirido de terceiro pelo empreiteiro ou subempreiteiro para aplicação nas construções, obras ou serviços contratados;

III - movimentação do material a que se refere o inciso anterior entre estabelecimentos do mesmo titular, entre estes e a obra ou de uma para outra obra;

IV - saída de máquina, veículo, ferramenta ou utensílio para prestação de serviço em obra, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem.

V - saída de materiais, inclusive sobras e resíduos decorrentes da obra executada, ou de demolição, mesmo quando remetidos a terceiros, quando não houver expressão econômica.

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 542 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

SEÇÃO III
Da Inscrição Cadastral

Art. 543. A empresa de construção civil inscrever-se-á no Cadastro de Contribuintes do ICMS, antes de iniciar suas atividades:

Nota: As disposições contidas neste artigo, introduzidas pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), revestem-se de caráter interpretativo na sua aplicação, conforme preceitua o artigo 4º do citado Decreto.

Nota: A redação atual do art. 543 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE

de 02/07/98).

Redação originária, efeitos até 01/07/98:
"Art 543. A empresa de construção civil inscrever-se-á no Cadastro de Contribuintes do ICMS, antes de iniciar suas atividades.
§ 1º A empresa de construção civil que mantiver mais de um estabelecimento, ainda que simples depósito, deverá inscrever-se em relação a cada um deles.
§ 2º Não está sujeita à inscrição no Cadastro de Contribuintes:
I - a empresa que se dedicar a atividades profissionais relacionadas com a construção civil, para prestação de serviços técnicos tais como elaboração de plantas, projetos, estudos, cálculos, sondagens do solo e assemelhados;
II - a empresa que se dedicar, exclusivamente, à prestação de serviços em obras de construção civil mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais.
§ 3º A empresa compreendida nas situações do parágrafo anterior, quando realizar operação relativa à circulação de mercadoria, em nome próprio ou no de terceiro, em decorrência de execução de obra de construção civil, fica obrigada à inscrição e ao cumprimento das demais obrigações previstas neste Regulamento.
§ 4º Não será considerado estabelecimento o local de cada obra (canteiro-de-obra), podendo ser autorizada a inscrição facultativa, tanto da obra como de empresa referida no § 2º , na condição de contribuinte especial.
§ 5º A empresa de construção civil situada em outra unidade da Federação que precisar inscrever-se por um período de tempo limitado, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, poderá, para atender às exigências previstas nas alíneas "b" e "f" do inciso I do art. 154, utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz e apresentar o contrato da obra ou outro documento comprobatório de sua condição de empreiteira, formalizando seu pedido de inscrição na unidade cadastradora do local onde realizar a primeira obra."

I - na condição de contribuinte normal, sempre que realizar, com habitualidade, operações sujeitas ao ICMS, nos termos do inciso IX do art. 2º;

II - opcionalmente, na condição de contribuinte especial, tratando-se de:

a) empresa que se dedique a atividades profissionais relacionadas com a construção civil, para prestação de serviços técnicos tais como elaboração de plantas, projetos, estudos, cálculos, sondagens do solo e assemelhados;

b) empresa que se dedique, unicamente, à prestação de serviços em obras de construção civil mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais ou apenas com fornecimento de materiais adquiridos de terceiros.

§ 1º A empresa compreendida nas situações do inciso II deste artigo, quando realizar com habitualidade operações relativas à circulação de mercadorias sujeitas ao ICMS, em nome próprio ou no de terceiro, inclusive em decorrência de execução de obra de construção civil, fica obrigada à inscrição e ao cumprimento das demais obrigações previstas neste Regulamento.

§ 2º Excetuados os canteiros de obras, a empresa de construção civil enquadrada como contribuinte do ICMS está obrigada a inscrição dos estabelecimentos que possuir, ainda que se trate de simples depósito.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 543 foi dada pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03).

Redação anterior dada ao § 2º do art. 543 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 02/07/98 a 12/11/03:

"§ 2º A empresa de construção civil que mantiver mais de um estabelecimento, ainda que simples depósito, quando obrigada a inscrição no cadastro de contribuintes, deverá inscrever-se em relação a cada um deles."

Redação originária, efeitos até 01/07/98:
"§ 2º Não está sujeita à inscrição no Cadastro de Contribuintes:
I - a empresa que se dedicar a atividades profissionais relacionadas com a construção civil, para prestação de serviços técnicos tais como elaboração de plantas, projetos, estudos, cálculos, sondagens do solo e assemelhados;
II - a empresa que se dedicar, exclusivamente, à prestação de serviços em obras de construção civil mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais."

§ 3º Relativamente à inscrição de empresa de construção civil no cadastro estadual, observar-se-á, especialmente, a seguinte orientação:

I - inscrição na condição de contribuinte normal: art. 150, I, "i";

II - inscrição na condição de contribuinte especial: art. 150, V, "b", 2;

Nota: A redação atual do inciso II, do § 3º do art. 543 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação originária, efeitos até 09/09/05:
"II - inscrição na condição de contribuinte especial: art. 150, V, "d";"

III - não será considerado estabelecimento o local de cada obra (canteiro-de-obra), podendo, contudo, ser autorizada a inscrição, tanto da obra como de empresa referida no inciso II deste artigo, na condição de contribuinte especial.

§ 4º A empresa de construção civil, ao requerer inscrição no cadastro estadual, observará o disposto no art. 152.

Nota: A redação atual do § 4º do art. 543 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao § 4º do art. 543 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"§ 4º A empresa de construção civil, ao requerer inscrição no cadastro estadual, observará o disposto no art. 154."

Redação anterior dada aos dispositivos abaixo pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"Art. 543.
§ 4º A empresa de construção civil, ao requerer inscrição no cadastro estadual, anexará ao pedido os documentos exigidos no art. 154: (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
I - quando requerer inscrição como CONTRIBUINTE ESPECIAL; (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)
II - quando requerer inscrição como CONTRIBUINTE NORMAL via DIC." (efeitos de 29/09/01 a 12/11/03)

Redação anterior dada aos incisos l e II, do § 4º do art. 543 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 02/07/98 a 28/09/01:

"I - os documentos exigidos pelo art. 154;
II - declaração nos seguintes termos, tratando-se de inscrição na condição de:
a) contribuinte normal: "Declaramos, para fins de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia, que o nosso estabelecimento sito na ....., nº ...., em ....., desenvolve com habitualidade operações sujeitas ao ICMS, nos termos do inciso IX do art. 2º do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto n° 6.284/97";
b) contribuinte especial: "Declaramos, para fins de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia, que: 1) o nosso estabelecimento sito na ....., nº ...., em ....., não desenvolve com habitualidade operações sujeitas ao ICMS, nos termos do inciso IX do art. 2º do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto n° 6.284/97; 2) estamos cientes de que não somos contribuintes do ICMS, e de que o fato de termos inscrição estadual visa apenas à manutenção de controles administrativos; 3) comprometemo-nos a informar aos nossos fornecedores o fato de não sermos contribuintes do ICMS; 4) ao efetuarmos aquisições de mercadorias, bens, materiais e serviços de transporte e de comunicação procedentes de outras unidades da Federação, para fins de aplicação da alíquota interna no cálculo do imposto devido à unidade federada de origem, comprometemo-nos a instruir os nossos fornecedores ou prestadores no sentido de que, nos documentos fiscais a serem emitidos em nosso nome, façam constar, no campo "Informações Complementares", a expressão: "Mercadoria (ou serviço) destinada (o) a não contribuinte do ICMS"; 5) concordamos com que, nas aquisições interestaduais de mercadorias, bens, materiais e serviços, não sendo adotada a alíquota interna no cálculo do imposto devido à unidade federada de origem, a regularização seja efetuada na entrada no território deste Estado, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, ou após a entrada da mercadoria no estabelecimento ou a recepção do serviço, conforme dispuser a legislação; 6) concordamos com que a regularização de que cuida o item anterior seja feita mediante comprovação do pagamento complementar do imposto devido à unidade federada de origem ou mediante o pagamento da diferença de alíquotas pelo estabelecimento destinatário, se devido."

Redação originária, efeitos até 28/09/01:
"§ 4º Não será considerado estabelecimento o local de cada obra (canteiro-de-obra), podendo ser autorizada a inscrição facultativa, tanto da obra como de empresa referida no § 2º , na condição de contribuinte especial."

§ 5º Revogado

Nota: O § 5º do art. 543 foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03)

Redação anterior dada ao § 5º do art. 543 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 02/07/98 a 12/11/03:
"§ 5º A empresa de construção civil situada em outra unidade da Federação que precisar inscrever-se por um período de tempo limitado, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, poderá, para atender às exigências previstas nas alíneas "b" e "f" do inciso I do art. 154, utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz e apresentar o contrato da obra ou outro documento comprobatório de sua condição de empreiteira, formalizando seu pedido de inscrição na unidade cadastradora do local onde realizar a primeira obra."

Redação originária, efeitos até 01/07/98:
"§ 5º A empresa de construção civil situada em outra unidade da Federação que precisar inscrever-se por um período de tempo limitado, sem que se justifique a abertura de filial neste Estado, poderá, para atender às exigências previstas nas alíneas "b" e "f" do inciso I do art. 154, utilizar os documentos pertencentes ao estabelecimento matriz e apresentar o contrato da obra ou outro documento comprobatório de sua condição de empreiteira, formalizando seu pedido de inscrição na unidade cadastradora do local onde realizar a primeira obra."

§ 6º Revogado

Nota: O § 6º do art. 543 foi revogado pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03)

Redação anterior dada ao § 6º do art. 543 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01), efeitos de 29/09/01 a 12/11/03:
"§ 6º A repartição fazendária fará constar no Documento de Identificação Eletrônico (DIE) da empresa de construção civil inscrita na condição de contribuinte especial a observação "Não contribuinte do ICMS", ficando ressalvada a possibilidade de vir a ser caracterizada sua condição de contribuinte, caso realize com habitualidade operações sujeitas ao imposto."

Redação anterior dada ao § 6º, tendo sido acrescentado ao art. 543 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 02/07/98 a 28/09/01:
"§ 6º A repartição fazendária fará constar no Cartão de Inscrição da empresa de construção civil inscrita na condição de contribuinte especial a observação "Não contribuinte do ICMS", ficando ressalvada a possibilidade de vir a ser caracterizada sua condição de contribuinte, caso realize com habitualidade operações sujeitas ao imposto."

SEÇÃO IV
Dos Documentos Fiscais

Art. 544. O estabelecimento de empresa de construção civil inscrito no Cadastro Estadual, sempre que efetuar saída de mercadoria ou transmissão de sua propriedade, fica obrigado à emissão de Nota Fiscal.

§ 1º A Nota Fiscal será emitida pelo estabelecimento que efetuar a saída da mercadoria, sendo que, no caso de obra não inscrita, a emissão do documento será feita pelo estabelecimento - escritório, depósito, filial ou qualquer outro - que efetuar a saída a qualquer título, indicando-se os locais de procedência e destino.

§ 2º Tratando-se de operação não sujeita ao ICMS, a movimentação de mercadoria ou outro bem móvel entre estabelecimentos do mesmo titular, entre estes e a obra ou de uma para outra obra será feita mediante emissão de Nota Fiscal, com indicação dos locais de procedência e destino, consignando-se, como natureza da operação, a expressão "Simples remessa", seguida da indicação do tipo específico da remessa, que não dará origem a lançamento de débito ou crédito.

§ 3º A mercadoria adquirida de terceiro poderá ser remetida pelo fornecedor diretamente para a obra, desde que no documento fiscal constem o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, da empresa de construção, bem como a indicação expressa do local onde será entregue.

§ 4º Na saída de máquina, veículo, ferramenta ou utensílio para utilização na obra, que deva retornar ao estabelecimento de origem, caberá a este a obrigação de emitir documento fiscal, tanto para a remessa como para o retorno, sempre que a obra não for inscrita.

§ 5º O contribuinte poderá manter impressos de documentos fiscais no local da obra não inscrita, desde que na coluna "Observações" do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências sejam especificados os seus números e série, bem como o local da obra a que se destinarem.

§ 6º No retorno de bens ou materiais ao depósito ou almoxarifado de empresa de construção civil, o documento fiscal deverá fazer remissão à Nota Fiscal de remessa.

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 544 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

§ 7º Revogado.

Nota: O § 7º do art. 544 foi revogado pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01).

Redação anterior dada ao § 7º, tendo sido acrescentado ao art. 544 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98):
"*§ 7º As Notas Fiscais a serem emitidas por empresa de construção civil inscrita no cadastro estadual na condição de contribuinte especial serão confeccionadas com fundo negativo nos campos destinados à base de cálculo, ao valor do ICMS, à base de cálculo para fins de substituição tributária e ao valor do ICMS devido por substituição tributária, devendo conter no quadro "Informações Complementares" a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICMS".*"

SEÇÃO V
Da Escrituração Fiscal

Art. 545. A empresa de construção civil inscrita na condição de contribuinte normal escriturará os livros fiscais com observância dos prazos e condições previstos neste Regulamento, atendidas as seguintes regras especiais:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 545 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98)

Redação originária:
"*Art. 545. Os livros fiscais serão escriturados nos prazos e condições previstos neste Regulamento, observando-se, ainda, que:".*

I - no Registro de Saídas, na coluna "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto", será lançada:

a) a Nota Fiscal relativa à remessa, para a obra, de mercadoria adquirida de terceiro;

b) a Nota Fiscal relativa à remessa de mercadoria do depósito para a obra, desde que não sujeita ao tributo;

II - no Registro de Entradas, na coluna "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto", com menção do fato na coluna "Observações", será lançada a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor quando a mercadoria for remetida diretamente ao local da obra, ainda que situada em Município diverso.

Art. 546. A empresa de construção civil inscrita na condição de contribuinte especial ou dispensada de inscrição será desobrigada da manutenção de livros fiscais, devendo, contudo, manter em ordem cronológica, à disposição do fisco:

Nota: A redação atual do art. 546 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

Redação originária:

"Art. 546. A empresa que se dedicar exclusivamente à prestação de serviços e não efetuar operações de circulação de mercadoria, ainda que movimente máquinas, veículos, ferramentas ou utensílios, fica dispensada da manutenção de livros fiscais."

I - as Notas Fiscais relativas à remessas, para as obras, dos materiais ou bens adquiridos de terceiros;

II - as Notas Fiscais relativas aos retornos de materiais ou bens;

III - as Notas Fiscais emitidas pelos fornecedores, inclusive as relativas a mercadorias remetidas diretamente aos locais das obras;

IV - os documentos de aquisição de bens do ativo imobilizado, bens de uso e materiais de consumo;

V - os Conhecimentos de Transporte;

VI - os documentos relativos a água, energia elétrica, fax e telefone;

VII - os comprovantes de despesas;

VIII - os atos negociais em geral.

CAPÍTULO XXXIX
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DE BOLSAS DE MERCADORIAS

SEÇÃO I
Do Diferimento do Imposto nas Operações Através de Bolsas de Mercadorias

Art. 547. É diferido o lançamento do ICMS incidente nas sucessivas operações internas realizadas nos pregões de bolsas de mercadorias, relativas à circulação de produtos agropecuários listados no art. 343, entre contribuintes registrados naquelas entidades e habilitados perante a Secretaria da Fazenda a operar no regime de diferimento.

Nota: **A redação atual do art. 547 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"Art. 547. Até 31/12/96, é diferido o lançamento do ICMS incidente nas sucessivas operações internas realizadas nos pregões de bolsas de mercadorias, relativas à circulação de produtos agropecuários listados no art. 343, entre contribuintes registrados naquelas entidades e habilitados perante a Secretaria da Fazenda a operar no regime de diferimento."

Art. 548. Encerrará a fase de diferimento, nas operações através de bolsas de mercadorias, quaisquer outras saídas que não as especificadas no artigo anterior, inclusive no caso de remessa dos produtos para venda no comércio varejista, salvo se aquelas saídas forem beneficiadas por outra hipótese de diferimento prevista neste Regulamento.

Art. 549. Somente ocorrerão com diferimento as operações realizadas através de bolsas de mercadorias previamente autorizadas pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º Para obtenção da autorização prevista neste artigo, as bolsas de mercadorias deverão formular requerimento ao Secretário da Fazenda, juntando cópia de seus atos constitutivos, devendo, ainda, preencherem as seguintes condições:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação

no seu resultado;

II - aplicarem integralmente no País os seus recursos, destinando-os aos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

IV - estarem funcionando, de forma ininterrupta, no mercado de leilões de mercadorias por um período mínimo de 5 anos.

§ 2º A falta de atendimento a qualquer das condições previstas no parágrafo anterior implicará a suspensão imediata da autorização anteriormente concedida.

Art. 550. Os pecuaristas pessoas físicas não equiparados a comerciantes ou a industriais, dispensados de prévia habilitação para operar com diferimento do imposto, na forma do inciso IV do § 1º do art. 344, poderão realizar as operações previstas no art. 547, desde que providenciem seu registro junto à bolsa de mercadorias.

Art. 551. Os contribuintes constituídos como pessoas jurídicas que desejarem operar na bolsa de mercadorias com o benefício do diferimento deverão estar devidamente habilitados para operar no regime perante a Secretaria da Fazenda, e serão, também, identificados por um número de registro atribuído pela bolsa.

Art. 552. Constará nos dados cadastrais do contribuinte a sua condição de cadastrado junto à bolsa de mercadorias, com a anotação do respectivo número de registro.

Nota: A redação atual do art. 552 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao art. 552 pela Alteração nº 27 (Decreto nº 8040 de 28/09/01, DOE de 29 e 30/09/01):
"Art. 552. Constará no DIC ou no DIC-e do contribuinte a sua condição de cadastrado junto à bolsa de mercadorias, com a anotação do respectivo número de registro, cabendo ao contribuinte informar essa condição através de comunicado escrito, a ser protocolado na repartição fiscal de seu domicílio tributário."

Redação originária, efeitos até 28/09/01:
"Art. 552. Constará no Documento de Informação Cadastral (DIC) do contribuinte a sua condição de cadastrado junto à bolsa de mercadorias, com a anotação do respectivo número de registro, cabendo ao contribuinte prestar esta informação através de comunicado escrito, a ser protocolado na repartição fiscal de seu domicílio tributário."

Art. 553. As operações com diferimento do ICMS realizadas na forma do art. 547 far-se-ão através da emissão de Nota Fiscal modelos 1 ou 1-A de série distinta, que será emitida tanto nas operações de saídas como de entradas de mercadorias.

§ 1º Os impressos da Nota Fiscal de série distinta referida neste artigo só serão confeccionados após prévia autorização da Inspetoria Fiscal do domicílio do contribuinte.

§ 2º As Notas Fiscais emitidas nas hipóteses deste artigo, além dos demais requisitos exigidos, conterão, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", as seguintes indicações:

I - o número e a data da operação de fechamento do negócio na bolsa de mercadorias;

II - a expressão "Operações com diferimento através de bolsa de mercadorias", impressa tipograficamente;

III - o número do registro do contribuinte na bolsa, impresso tipograficamente.

§ 3º A Nota Fiscal de série distinta de que cuida este artigo será emitida em 3 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

I - nas saídas:

a) a 1ª via acompanhará a mercadoria até o endereço do adquirente;

b) a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco;

c) a 3ª via acompanhará a mercadoria, devendo ser retida pelo fisco, no primeiro posto fiscal do percurso ou onde forem interceptadas pela fiscalização, ocasião em que será visada a 1ª via;

II - nas entradas:

a) a 1ª via acompanhará a mercadoria no seu transporte, podendo ser substituída pela fiscalização do trânsito por Nota Fiscal Avulsa, devendo ser arquivada pelo recebedor;

b) a 2ª via ficará presa ao bloco, para controle do adquirente e exibição ao fisco;

c) a 3ª via pertencerá ao remetente.

Art. 554. Nas aquisições a produtores que não sejam obrigados a emitir Nota Fiscal modelos 1 e 1-A, o estabelecimento adquirente emitirá a Nota Fiscal de série distinta referida no artigo anterior, relativamente às entradas das mercadorias.

Art. 555. No tocante à Nota Fiscal de série distinta mencionada no art. 553, observar-se-á ainda o seguinte:

I - será emitida exclusivamente nas operações internas com diferimento do ICMS, realizadas através de bolsas de mercadorias;

II - não conterá destaque do imposto;

III - é vedado o uso daquele documento para acobertar outras operações que não as de que cuida o art. 547, sendo que a ocorrência desse fato implicará o cancelamento da habilitação para operar no regime e a caracterização do documento fiscal como inidôneo.

Parágrafo único. Nas demais operações, inclusive naquelas que impliquem o encerramento da fase de diferimento, deverá o contribuinte emitir Nota Fiscal de série distinta da mencionada no art. 553.

Art. 556. O contribuinte obrigado a manter escrita fiscal lançará a Nota Fiscal de série distinta na forma regulamentar, devendo-se observar, ainda, os seguintes procedimentos:

I - no Registro de Entradas, serão escrituradas as operações de aquisição de contribuintes obrigados ou não à emissão de Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, lançando-se os valores nas colunas "Valor Contábil" e "Outras", sem direito a crédito, e anotando-se no campo "Observações" a expressão: "Diferimento - bolsa de mercadorias";

II - no Registro de Saídas, serão escrituradas as operações de vendas e de transferências, lançando-se os valores nas colunas "Valor Contábil" e "Outras", sem débito do imposto, e anotando-se no campo "Observações" a expressão: "Diferimento - bolsa de mercadorias".

Art. 557. As bolsas de mercadorias fornecerão, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Planejamento da Fiscalização, relatórios discriminativos de todas as operações com diferimento realizadas nos seus pregões ocorridos no mês imediatamente anterior, os quais deverão conter:

Nota: A redação atual do *caput* do artigo 557 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"Art. 557. As bolsas de mercadorias fornecerão, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, através da Gerência de Fiscalização (GEFIS), relatórios discriminativos de todas as operações com diferimento realizadas nos seus pregões ocorridos no mês imediatamente anterior, os quais deverão conter:"

I - o nome e o endereço dos contribuintes que realizaram operações de compra e venda;

II - as respectivas inscrições estaduais e os número de registro na bolsa;

III - o valor individualizado de cada negócio;

IV - o dia, o mês e o ano, a hora e o número do registro da operação na bolsa;

V - a espécie da mercadoria negociada e respectivas quantidades;

VI - a assinatura do representante legal da entidade.

Art. 558. A Secretaria da Fazenda poderá firmar convênios com as bolsas de mercadorias, objetivando interligar as referidas entidades através de sistema eletrônico de processamento de dados, para que as informações especificadas no artigo anterior, relativas aos pregões da bolsa, sejam passadas diariamente ao fisco, ou mensalmente, através de meio magnético (disquetes), devendo os registros ser arquivados em meio magnético pelo prazo mínimo de 5 anos, observado o disposto no art. 144.

Art. 559. Os estabelecimentos atacadistas que efetuarem, concomitantemente, vendas por atacado e a varejo, dos produtos beneficiados pela hipótese de diferimento prevista no art. 547 obrigam-se a fazer controle das remessas internas das mercadorias recebidas com diferimento, através da emissão de Notas Fiscais, sem destaque do ICMS, especificando as quantidades e os valores das mercadorias transferidas para o setor de varejo, Notas essas que serão lançadas no livro Registro de Saídas, no último dia de cada mês, apondo-se na coluna "Observações" a expressão: "Transferências Internas - art. 559 do RICMS-BA", não devendo o seu valor ser considerado no total das saídas efetivadas no período.

Art. 560. O ICMS cujo lançamento tenha sido diferido na forma do art. 547 será pago até o dia 10 do mês seguinte ao das operações que encerrem a fase de diferimento, através de documento de arrecadação estadual, inclusive nas remessas internas para o setor de varejo, previstas no artigo anterior, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento do imposto ao estabelecimento que realizar a saída real ou simbólica das mercadorias.

Art. 561. A base de cálculo do imposto cujo lançamento seja diferido é o valor da operação de saída, desde que não inferior ao valor de aquisição da mercadoria, incluindo-se todas as despesas que a tenham onerado até a sua entrega ao destinatário.

SEÇÃO II
Do Regime Especial nas Vendas em Bolsas de Mercadorias ou de Cereais com a Intermediação do Banco do Brasil

Art. 562. Nas vendas de mercadorias efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais, efetuadas por

produtor rural, com a intermediação do Banco do Brasil S. A., serão observadas as seguintes disposições (Conv. ICMS 46/94):

I - o recolhimento do ICMS devido na operação será efetuado pelo Banco do Brasil S. A., em nome do sujeito passivo, mediante Documento de Arrecadação Estadual (DAE), até o dia 15 do mês subseqüente ao da operação;

II - na falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, o valor pertinente será exigido do Banco do Brasil S. A., na qualidade de responsável solidário;

III - em substituição ao documento fiscal que seria emitido pelo produtor, o Banco do Brasil S. A. emitirá, relativamente às operações previstas no *"caput"* deste artigo, a Nota Fiscal - Operações em Bolsa, conforme modelo aprovado pelo Convênio ICMS 46/94 (Anexo 20 deste Regulamento), em 5 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

a) a 1ª via acompanhará a mercadoria e será entregue ao destinatário pelo transportador;

b) a 2ª via acompanhará a mercadoria e destinar-se-á a fins de controle na unidade da Federação do destinatário;

c) a 3ª via ficará presa ao bloco para ser exibida ao fisco;

d) a 4ª via pertencerá ao produtor vendedor;

e) a 5ª via será do armazém depositário;

IV - em relação à Nota Fiscal - Operações em Bolsa:

a) serão observadas as demais normas contidas no Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970 (SINIEF);

b) no campo "G" da Nota Fiscal serão indicados o local onde será retirada a mercadoria e os dados identificativos do armazém depositário;

c) será emitida uma Nota Fiscal em relação à carga de cada veículo que transportar a mercadoria;

V - para os efeitos deste regime, o Banco do Brasil S. A. deverá inscrever-se no Cadastro de Contribuintes na condição de contribuinte especial;

VI - o aproveitamento do crédito fiscal do produtor reger-se-á pelo disposto neste Regulamento;

VII - até o dia 15 de cada mês, o Banco do Brasil S. A. remeterá à unidade federada onde estava depositada a mercadoria listagem relativa às operações realizadas no mês anterior, contendo:

a) o nome, o endereço, o CEP e os números de inscrição, estadual e no CGC, dos estabelecimentos remetente e destinatário;

b) o número e a data da emissão da Nota Fiscal;

c) a mercadoria e sua quantidade;

d) o valor da operação;

e) o valor do ICMS relativo à operação;

f) a identificação do banco e da agência em que foi efetuado o recolhimento, a data e o número do respectivo documento de arrecadação;

g) outras informações relativas à Nota Fiscal, de interesse de cada unidade da Federação;

VIII - em substituição à listagem prevista no inciso anterior, poderá ser exigido que as informações sejam prestadas por meio magnético, conforme o Manual de Orientação aprovado pela cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 57/95 e modificado pelo Convênio ICMS 75/96, por teleprocessamento ou por remessa de uma via suplementar da respectiva Nota Fiscal (Conv. ICMS 77/96);

IX - o Banco do Brasil S. A. fica sujeito à legislação tributária aplicável às obrigações instituídas pelo Convênio ICMS 46/94.

Parágrafo único. Nas vendas de café cru em grão efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a intermediação do Banco do Brasil S. A., observar-se-ão as normas do inciso II do art. 487.

Nota: **A redação atual do parágrafo único do art. 562 foi dada pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04).**

Redação originária:
"Parágrafo único. Nas vendas de café cru em grão efetuadas em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), com a intermediação do Banco do Brasil S. A., observar-se-ão as normas do inciso II do art. 487."

CAPÍTULO XL
DAS EMPRESAS QUE OPEREM COM ARRENDAMENTO MERCANTIL ("LEASING")

Art. 563. Não incide o ICMS nas saídas de bens integrados ao ativo permanente do estabelecimento da empresa arrendadora, quando decorrentes de contrato de arrendamento mercantil ("leasing"), bem como nos retornos dos mesmos ao estabelecimento de origem.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, somente será considerado arrendamento mercantil ("leasing") a operação realizada com estrita observância da legislação federal específica, especialmente no tocante a:

I - pessoas legalmente habilitadas a operar por esse sistema, tanto na condição de arrendadoras como na de arrendatárias;

II - bens em relação aos quais seja vedada a contratação de arrendamento mercantil;

III - escrituração contábil;

IV - prazo de validade dos contratos de arrendamento mercantil;

V - valor de cada contraprestação por períodos determinados;

VI - opção de compra, de renovação do contrato ou de devolução do bem arrendado;

VII - preço para opção de compra (valor residual), ou critério para sua fixação.

§ 2º Inscrever-se-á na repartição fiscal do seu domicílio, a pessoa jurídica que se dedicar à prática de arrendamento mercantil (“leasing”), na condição de arrendadora (art. 150, V, "b", 1).

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 563 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).**

Redação anterior dada ao § 2º do art. 563 pela Alteração nº 48 (Decreto nº 8740, de 12/11/03, DOE de 13/11/03):
"§ 2º Inscrever-se-á na repartição fiscal do seu domicílio, a pessoa jurídica que se dedicar à prática de

arrendamento mercantil (“leasing”), na condição de arrendadora (art. 150, V, "c", e art. 159-B, § 2º)."

Redação anterior dada ao § 2º do art. 563 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98), efeitos de 04/03/98 a 12/11/03:
"§ 2º Inscrever-se-á na repartição fiscal do seu domicílio a pessoa jurídica que se dedicar à prática de arrendamento mercantil (“leasing”), na condição de arrendadora (art. 150, V, “c”, e art. 154, V, “b”)."

Redação originária, efeitos até 03/03/98:
"§ 2º Inscrever-se-á na repartição fiscal do seu domicílio a pessoa jurídica que se dedicar à prática de arrendamento mercantil, na condição de arrendadora."

§ 3º Findo o contrato de arrendamento mercantil, caso venha a ser exercida a opção de compra pela arrendatária, não incidirá o ICMS se a operação tiver sido realizada segundo as práticas, requisitos e condições da legislação federal.

§ 4º Na operação de arrendamento mercantil, ao ser exercida a opção de compra pelo arrendatário antes do final do contrato, bem como na hipótese de contrato celebrado em desacordo com a legislação federal, a operação da arrendadora será equiparada a uma venda a prazo, e a base de cálculo será o valor total da operação, ou seja, o montante das contraprestações pagas durante a vigência do arrendamento, acrescido da parcela paga a título de preço de aquisição (art. 93, § 10, II).

Nota: A redação atual do § 4º do art. 563 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"§ 4º Na operação de arrendamento mercantil, ao ser exercida a opção de compra pelo arrendatário antes do final do contrato, bem como na hipótese de contrato celebrado em desacordo com a legislação federal, a operação da arrendadora será equiparada a uma venda a prazo, e a base de cálculo será o valor total da operação, ou seja, o montante das contraprestações pagas durante a vigência do arrendamento, acrescido da parcela paga a título de preço de aquisição (art. 93, § 10, II, III e IV).".

§ 5º Na operação de arrendamento mercantil, o estabelecimento arrendatário do bem, sendo contribuinte do ICMS, fica autorizado a creditar-se do imposto pago quando da aquisição do referido bem pela empresa arrendadora, observado o seguinte (Conv. ICMS 4/97):

I - para fruição deste benefício, a empresa arrendadora deverá possuir inscrição no cadastro estadual de contribuintes deste Estado, através da qual será feita a aquisição do bem a ser arrendado;

II - na Nota Fiscal de aquisição do bem por parte da empresa arrendadora, deverá constar a identificação do estabelecimento arrendatário;

III - na utilização do crédito pelo arrendatário, adotar-se-ão os critérios estabelecidos para o lançamento do crédito relativo à entrada de bens do ativo imobilizado, previstos:

Nota: A redação atual do inciso III, do § 5º do art. 563 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"III - na utilização do crédito pelo arrendatário, adotar-se-ão os critérios previstos para o lançamento do crédito relativo à entrada de bens do ativo imobilizado, nos termos do § 11 do art. 93;".

a) no § 11 do art. 93, tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento do arrendatário tenha ocorrido até 31/12/00;

b) no § 17 do art. 93, tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento do arrendatário tenha ocorrido a partir de 1/1/01;

IV - tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento do arrendatário tenha ocorrido até 31/12/00, o imposto de que se tiver creditado o arrendatário será integralmente estornado, atualizado monetariamente, através de débito nos livros fiscais próprios, observado o prazo decadencial, no mesmo período de apuração em que, por qualquer motivo, o arrendatário efetuar a restituição do bem;

Nota: A redação atual do inciso IV, do § 5º do art. 563 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"IV - o imposto de que se tiver creditado o arrendatário será integralmente estornado, atualizado monetariamente, através de débito nos livros fiscais próprios, observado o prazo decadencial, no mesmo período de apuração em que, por qualquer motivo, o arrendatário efetuar a restituição do bem;".

V - em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo imobilizado forem utilizados na prestação de serviços ou na comercialização, produção, industrialização, geração ou extração de mercadorias que resulte em prestação ou operação subseqüente isenta ou não tributada, deverá ser feito:

Nota: A redação atual do inciso V, do § 5º do art. 563 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 01/01/01.

Redação originária:
"V - o estabelecimento arrendatário que vier a se creditar do ICMS na forma deste parágrafo ficará obrigado a efetuar o estorno do crédito fiscal, nos casos dos §§ 9º a 12 do art. 100;".

a) o estorno proporcional, nos termos do § 10 do art. 93, tratando-se de bens cuja entrada no estabelecimento do arrendatário tenha ocorrido até 31/12/00;

b) a apropriação proporcional, nos termos do § 17 do art. 93;

VI - se o contrato de arrendamento mercantil vier a ser objeto de substituição do bem arrendado ou da pessoa do arrendatário:

a) tratando-se de substituição do bem, o arrendatário:

1 - estornará integralmente o crédito fiscal relativo ao bem devolvido, observado o prazo decadencial;

2 - utilizará como crédito o imposto pago quando da aquisição do novo bem pela arrendadora, atendido o disposto neste parágrafo;

b) tratando-se de substituição da pessoa do arrendatário:

1 - o arrendatário substituído, ao devolver o bem, deverá efetuar o estorno integral do crédito, observado o prazo decadencial;

2 - a utilização do crédito pelo arrendatário subseqüente será feita em função do imposto pago quando da aquisição do bem pela arrendadora, observado o prazo decadencial.

§ 6º Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas nas entradas de bens ou materiais:

I - em estabelecimento da instituição que se dedique à prática de arrendamento mercantil, na condição de arrendadora;

II - em estabelecimento de empresa arrendatária, em decorrência de contrato de arrendamento mercantil.

§ 7º As empresas legalmente habilitadas a operar com arrendamento mercantil (“leasing”) como arrendadoras ficam dispensadas do cumprimento de obrigações acessórias, ressalvada a obrigatoriedade de inscrição cadastral e manutenção de documentos pelo prazo decadencial.

Nota: **O § 7º foi acrescentado ao art. 563 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

CAPÍTULO XLI
DA AQUISIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ENTREGA DE BRINDES OU PRESENTES

SEÇÃO I
Da Disposição Preliminar

Art. 564. Considera-se brinde ou presente a mercadoria que, não constituindo objeto normal da atividade do contribuinte, tiver sido adquirida para distribuição gratuita a consumidor ou usuário final.

SEÇÃO II
Da Distribuição de Brindes por Conta Própria

Art. 565. O contribuinte que adquirir brindes para distribuição direta a consumidor ou usuário final deverá:

I - lançar a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor no Registro de Entradas, com direito a crédito do imposto destacado no documento fiscal;

II - emitir, no ato da entrada da mercadoria no estabelecimento, Nota Fiscal com lançamento do imposto, incluindo no valor da mercadoria adquirida o IPI eventualmente lançado pelo fornecedor, e fazendo constar, no local destinado à indicação do destinatário, a seguinte expressão: "Emitida nos termos do art. 565 do RICMS-BA";

III - lançar a Nota Fiscal referida no inciso anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar.

§ 1º É dispensada a emissão de Nota Fiscal na entrega de brinde ao consumidor ou usuário final.

§ 2º O contribuinte que efetuar a remessa de brindes para distribuição fora do estabelecimento diretamente a consumidor ou usuário final observará o seguinte:

I - emitirá Nota Fiscal relativa a toda a remessa, nela mencionando os requisitos previstos e, especialmente:

a) a natureza da operação: "Remessa para distribuição de brindes";

b) o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal referida no inciso II deste artigo;

II - a Nota Fiscal referida no inciso anterior será lançada no Registro de Saídas apenas nas colunas relativas ao número, série, data e "Observações".

Art. 566. Quando o contribuinte adquirir brindes para distribuição por intermédio de outro

estabelecimento, seja este filial, sucursal, agência, concessionário ou outro qualquer, cumulada ou não com distribuição direta a consumidor ou usuário final, observar-se-á o seguinte:

I - o estabelecimento adquirente deverá:

a) lançar a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor no Registro de Entradas, com direito a crédito do imposto destacado no documento fiscal;

b) emitir, em remessa a estabelecimento referido no *"caput"* deste artigo, Nota Fiscal com lançamento do imposto, incluindo no valor da mercadoria adquirida a parcela do IPI lançado pelo fornecedor, sendo o caso;

c) emitir, no final do dia, relativamente às entregas efetuadas a consumidores ou usuários finais, Nota Fiscal com lançamento do imposto, incluindo no valor da mercadoria adquirida o IPI lançado pelo fornecedor, se for o caso, e fazendo constar no local reservado à indicação do destinatário a expressão "Emitida nos termos do art. 566";

d) lançar as Notas Fiscais referidas nas alíneas "b" e "c" no Registro de Saídas, na forma regulamentar;

II - o estabelecimento destinatário referido na alínea "b" do inciso anterior deverá:

a) proceder na forma do artigo anterior, se apenas efetuar distribuição direta a consumidores ou usuários finais;

b) observar o disposto no inciso I do presente artigo, se, também, remeter a mercadoria a outro estabelecimento para distribuição.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos neste artigo observarão, ainda, o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

SEÇÃO III
Da Entrega de Brindes ou Presentes por Conta e Ordem de Terceiro

Art. 567. O estabelecimento fornecedor poderá fazer a entrega de brindes ou presentes em endereço de pessoa diversa da do adquirente, sem consignar o valor da operação no documento de entrega, desde que:

I - no ato da operação, emita Nota Fiscal tendo como destinatário o adquirente, a qual conterá, além dos demais requisitos previstos, a observação "Brinde (ou presente) a ser entregue a ....., sito na ....., nº ....., em ....., pela Nota Fiscal nº ....., Série ....., desta data";

II - emita Nota Fiscal para a entrega da mercadoria à pessoa indicada pelo adquirente, dispensada a anotação do valor, que conterá os demais requisitos e, especialmente:

a) a natureza da operação: "Entrega de brinde (ou presente)";

b) o nome e o endereço da pessoa a quem será entregue a mercadoria;

c) a data da saída efetiva da mercadoria;

d) a observação: "Emitida nos termos do art. 567 do RICMS-BA, conjuntamente com a Nota Fiscal nº ....., Série ...., desta data".

§ 1º Se forem vários os destinatários, a observação referida no inciso I poderá ser feita em documento apartado, emitido com o mesmo número de vias da Nota Fiscal de venda, com citação do número e da série da Nota Fiscal de entrega, e no qual serão arrolados os nomes e os endereços dos destinatários.

§ 2º As vias dos documentos fiscais terão a seguinte destinação:

I - da Nota Fiscal de que trata o inciso I:

a) a 1ª via será entregue ao adquirente;

b) a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco;

c) a 3ª via acompanhará a mercadoria no seu transporte, sendo que, após a entrega, permanecerá em poder do estabelecimento emitente;

II - da Nota Fiscal de que trata o inciso II:

a) a 1ª e a 3ª vias acompanharão a mercadoria no seu transporte, devendo a 1ª via ser entregue ao destinatário, podendo a 3ª via ser retida pelo fisco;

b) a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco.

§ 3º A Nota Fiscal aludida no inciso II deste artigo será lançada no Registro de Saídas, apenas na coluna "Observações", na linha correspondente ao lançamento da Nota Fiscal referida no inciso I.

§ 4º Se o adquirente da mercadoria for contribuinte do imposto, deverá:

I - lançar o documento fiscal mencionado na alínea "a" do inciso I do § 2º no Registro de Entradas, com direito a crédito do imposto nele destacado;

II - emitir e lançar no Registro de Saídas, na data do lançamento do documento fiscal citado no inciso anterior, Nota Fiscal com destaque do imposto e com observância dos seguintes requisitos especiais:

a) a base de cálculo compreenderá, além do valor da mercadoria, a parcela do IPI que eventualmente tiver onerado a operação de que for decorrente a entrada da mercadoria;

b) a observação: "Emitida nos termos do inciso II do § 4º do art. 567 do RICMS-BA, relativamente às mercadorias adquiridas pela Nota Fiscal nº ....., Série ..., de ...../...../...., emitida por .....".

CAPÍTULO XLII
DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, INCLUSIVE TELECOMUNICAÇÕES

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 568. Os prestadores de serviços de comunicação, além das demais disposições regulamentares inerentes às prestações de serviços do gênero, observarão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência do imposto: art. 4º;

II - não-incidência: art. 9º;

III - isenção: art. 31;

IV - local da prestação: art. 49;

V - alíquota especial: art. 51, II, "l";

VI - base de cálculo: arts. 66 e 68;

VII - redução da base de cálculo: art. 86;

VIII - crédito fiscal: art. 93;

IX - documentos fiscais próprios: arts. 300 a 306;

X - serviços de telecomunicações: art. 569;

XI - prazos de pagamento: art. 124 e art. 132-A, II.

Nota: O inciso XI foi acrescentado ao art. 568 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98).

XII - inscrição cadastral: art. 150, I, "f"; art. 150, II e III;

Nota: O inciso XII foi acrescentado ao art. 568 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

SEÇÃO II
Das Obrigações dos Prestadores de Serviços Públicos de Telecomunicações

Art. 569. As empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 adotarão regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços de telecomunicações, nos seguintes termos (Convs. ICMS 126/98 e 30/99):

Nota: A redação atual do *caput* do art. 569 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"Art. 569. A operadora de serviços públicos de telecomunicações relacionada no Anexo I do Convênio ICMS 126/98 adotará regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços públicos de telecomunicações, nos seguintes termos (Conv. ICMS 126/98):"

Redação anterior dada ao *caput* do art. 569 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98, efeitos a partir de 01/02/98):
"Art. 569. As operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICM 04/89 adotarão regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços públicos de telecomunicações, nos seguintes termos (Convs. ICM 04/89 e 03/98):

Redação anterior dada ao *caput* do art. 569 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"Art 569. A empresa Telecomunicações da Bahia S.A. (TELEBAHIA), a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL) e demais operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICM 04/89 adotarão regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços públicos de telecomunicações, nos seguintes termos (Conv. ICM 04/89):'"

Redação Originária:
"Art. 569. A empresa Telecomunicações da Bahia S. A. (TELEBAHIA) e demais operadoras de serviços públicos de telecomunicações relacionadas no Anexo I do Convênio ICM 04/89 adotarão regime especial de tributação do ICMS incidente sobre as prestações de serviços públicos de telecomunicações, nos seguintes termos (Conv. ICM 04/89):".

I - cada operadora, neste Estado (Conv. ICMS 126/98):

Nota: A redação atual do inciso I do art. 569 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 569 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos a partir de de 01/02//98:
"*I - cada operadora centralizará, neste Estado, a escrituração fiscal e o recolhimento do ICMS correspondente às prestações efetuadas por todos os seus estabelecimentos existentes no território baiano, ficando autorizada a concessão de inscrição única (Conv. ICM 04/89; Conv. ICMS 3/98);".*

Redação originária:
"*I - cada operadora centralizará, na cidade em que tenha sede, a escrituração fiscal e o recolhimento do ICMS correspondente às prestações efetuadas por todos os seus estabelecimentos existentes no território baiano, ficando autorizada a concessão de inscrição única (Conv. ICM 04/89);*"

a) manterá apenas um de seus estabelecimentos inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, dispensados dessa exigência os demais locais onde exercer sua atividade;

b) centralizará a escrituração fiscal e o recolhimento do ICMS correspondente;

II - o imposto devido por todos os estabelecimentos da operadora situados neste Estado será apurado e recolhido por meio de um só documento de arrecadação, obedecidos os demais requisitos quanto à forma e prazos previstos na legislação, ressalvadas as hipóteses em que é exigido o recolhimento do imposto de forma especial (Conv. ICMS 126/98);

Nota: A redação atual do inciso II do art. 569 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação originária:
"*II - sem prejuízo da escrituração fiscal centralizada de que trata o inciso anterior, a operadora, se prestar serviços em mais de uma unidade da Federação, recolherá para cada Estado e para o Distrito Federal, quando for o caso, o ICMS que couber a cada um, de acordo com as instruções baixadas pelas Secretarias de Fazenda estaduais (Conv. ICM 04/89);*"

III - serão considerados, para a apuração do imposto referente às prestações e operações, os documentos fiscais emitidos durante o período de apuração Convs. ICMS 126/98 e 30/99);

Nota: A redação atual do inciso III do art. 569 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação anterior dada ao inciso III do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"III - serão consideradas, para a apuração do imposto, as Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações (NFST), emitidas durante o período de apuração, juntamente com as Notas Fiscais referentes às operações com mercadorias Conv. ICMS 126/98*;"*

Redação originária:
"III - em substituição à Nota Fiscal, a operadora emitirá contas individuais para os usuários dos serviços, que, além das informações exigidas, conterão (Conv. ICM 04/89):
a) o nome, firma, razão social ou denominação do usuário, o endereço e o CGC;

b) a inscrição estadual, facultada a indicação de mais de um número de cadastro nos casos em que a operadora prestar serviços em áreas de diferentes unidades da Federação;
c) a data da emissão da conta individual;
d) o destaque, em campo próprio, do valor do ICMS incluído no preço dos serviços, e da alíquota aplicada;".

a) nas hipóteses de estorno de débito do imposto, será adotado, por período de apuração e de forma consolidada, o seguinte procedimento (Conv. ICMS 39/01):

1. elaboração de relatório interno, que deverá permanecer à disposição do Fisco pelo mesmo prazo previsto para guarda dos documentos fiscais, contendo, no mínimo, as informações referentes:

1.1. ao número, à data de emissão, ao valor total, a base de cálculo e ao valor do ICMS constantes da Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicação (NFST) objeto de estorno;

1.2. ao valor da prestação de serviço e do ICMS correspondente ao estorno;

1.3. os motivos determinantes do estorno;

1.4. a identificação do número do telefone para o qual foi refaturado o serviço, quando for o caso;

2. com base no relatório interno do que trata o inciso anterior deverá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST), para documentar o registro do estorno do débito, cujos valores serão iguais aos constantes no referido relatório.

Nota: O alínea "a", foi acrescentada ao inciso III do art. 569 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 12/07/01.

b) o relatório interno de que trata o inciso I do parágrafo anterior deverá estar acompanhado dos elementos comprobatórios (Conv. ICMS 39/01);

Nota: O alínea "b", foi acrescentada do inciso III do art. 569 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos a partir de 12/07/01.

IV - a operadora, relativamente aos estabelecimentos que não devam manter inscrição própria, cumprirá todas as obrigações tributárias não excepcionadas;

Nota: A redação atual do inciso IV do art. 569 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:

Redação originária:
"IV - a centralização e a forma da escrituração fiscal de cada operadora obedecerão ao seguinte (Conv. ICM 04/89):
a) em substituição aos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS, estabelecimento-sede da operadora elaborará, em uma única via, dentro dos 5 primeiros dias úteis do mês subseqüente ao do vencimento das contas emitidas por serviços prestados, para cada unidade da Federação onde prestar os correspondentes serviços, o Demonstrativo de Apuração do ICMS (DAICMS) - Telecomunicações, de acordo com o modelo previsto no Anexo II do Convênio ICM 04/89, contendo, no mínimo, os seguintes dados:
1 - a denominação: "DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO ICMS (DAICMS) -

TELECOMUNICAÇÕES";
2 - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;
3 - o mês ou período de referência;
4 - a unidade da Federação em que os serviços foram prestados;
5 - os lançamentos, a título de crédito, com menção:
5.1 - do nome do fornecedor;
5.2 - do valor da base de cálculo do imposto;
5.3 - da alíquota aplicada;
5.4 - do valor do imposto creditado;
5.5 - de outros créditos;
6 - os lançamentos, a título de débito, com menção:
6.1 - da espécie dos serviços prestados, discriminando as prestações de serviços tributadas, isentas e não tributadas;
6.2 - do valor da base de cálculo do imposto;
6.3 - da alíquota aplicada;
6.4 - do valor do imposto debitado;
6.5 - de outros débitos;
7 - o valor do imposto devido na importação de bens para uso, consumo ou ativo imobilizado;
8 - o valor dos bens e serviços adquiridos em operações ou prestações interestaduais, relativamente ao pagamento da diferença de alíquotas;
9 - o saldo devedor a recolher ou o saldo credor a ser transportado para o período seguinte;
b) o saldo devedor do ICMS apurado no DAICMS será recolhido nos prazos fixados na legislação estadual, através de um único documento de arrecadação para cada unidade da Federação onde a operadora tiver prestado serviços;
c) o demonstrativo ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco, pelo prazo de 5 anos, observado o disposto no art. 144;".

V - poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (NFSC) e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, e o Convênio ICMS 115/03, de 12 de dezembro de 2003, em uma via, abrangendo todas as prestações de serviços realizadas por todos os seus estabelecimentos situados no território baiano (Convs. ICMS 126/98 e 30/99):

Nota: A redação da parte inicial do inciso V do art. 569 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada à parte inicial do inciso V do art. 569 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos de 14/12/01 a 28/07/04:
"V - poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (NFSC) e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, em uma via, abrangendo todas as prestações de serviços realizadas por todos os seus estabelecimentos situados no território baiano, desde que efetuada em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Convênio ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995, observado o seguinte (Convs. ICMS 126/98 e 30/99):"

Redação anterior dada ao inciso V do art. 569 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 01/03/99 até 13/12/01:
"V - poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Comunicação (NFSC) e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, em uma via, abrangendo todas as prestações de serviços realizadas por todos os seus estabelecimentos situados no território baiano, desde que efetuada em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Convênio ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995,

dispensada a calcografia (talho-doce), observado o seguinte (Convs. ICMS 126/98 e 30/99):"

Redação anterior dada ao inciso V do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"V - poderá ser emitida Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS-57/95, de 28 de junho de 1995, em uma única via, com numeração seqüencial e mensal, abrangendo toda a área de operação no território baiano, desde que efetuada em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Convênio ICMS-58/95, de 28 de junho de 1995, dispensada a calcografia (talho-doce) (Conv.ICMS 126/98)."

Redação originária:
"V - o preenchimento regular do DAICMS e a guarda, à disposição do fisco, dos documentos relativos aos serviços prestados em cada período de apuração do imposto, inclusive de mapa-resumo circunstanciado das contas emitidas, torna a operadora dispensada da escrituração de livros fiscais (Conv. ICM 04/89);"

a) as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas em meio magnético óptico não regravável, nos termos do Convênio ICMS 115/03, e entregues na Inspetoria Fazendária do domicílio fiscal do contribuint até o dia 20 do mês subseqüente ao da realização das prestações;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso V do *caput* do art. 569 pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso V do *caput* do art. 569 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos de 01/05/04 a 10/08/05:
"a) as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas, até o 5º dia do mês subseqüente, em meio magnético óptico não regravável, nos termos do Convênio ICMS 115/03;"

Redação anterior dada à alínea "a", do inciso V do *caput* do art. 569 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos de 01/03/99 até 30/04/04:
"a) as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas, concomitantemente com a emissão da primeira via, em meio magnético óptico não regravável, o qual será conservado pelo prazo decadencial para ser disponibilizado ao fisco, inclusive em papel, quando solicitado;"

b) a empresa de telecomunicação que prestar serviços em mais de uma unidade federada fica autorizada a imprimir e emitir os documentos fiscais previstos neste inciso de forma centralizada, desde que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos no Convênio ICMS 126/98 e que os dados relativos ao faturamento de cada unidade federada sejam disponibilizados em meio magnético ou “on-line”;

c) para a emissão dos documentos fiscais será realizado cálculo de chave de codificação digital gerada por programa de informática desenvolvido especificamente para a autenticação de dados informatizados, nos termos do Conv. ICMS 115/03;

Nota: A alínea "c" foi acrescentada ao inciso V do art. 569 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos a partir de 01/05/04.

d) os documentos fiscais deverão ser escriturados de forma resumida no Livro Registro de Saídas, nos termos do Conv. ICMS 115/03;

Nota: A alínea "d" foi acrescentada ao inciso V do art. 569 pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068

de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos a partir de 01/05/04.

VI - quando o usuário do serviço não for pessoa inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, será dispensada a exigência contida no inciso anterior, relativa à emissão em papel que contenha dispositivos de segurança (Convs. ICMS 126/98);

Nota: A redação atual do inciso VI do art. 569 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação originária:
"*VI - para apuração dos valores dos serviços cobrados dos usuários na área de cada Município, a operadora apresentará a DMA e a CS-DMA, na forma e prazos do art. 333 (Conv. ICM 04/89);*".

VI-A - As Notas Fiscais de Serviços de Telecomunicações (NFST) poderão ser impressas conjuntamente com as de outras empresas de telecomunicação em um único documento de cobrança, composto pelos documentos fiscais emitidos pelas empresas envolvidas, desde que (Conv. ICMS 6/01):

Nota: O inciso VI-A foi acrescentado ao art. 569 pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01).

a) emissão dos correspondentes documentos fiscais seja feita individualmente pelas empresas prestadoras do serviço de telecomunicação envolvidas na impressão conjunta, por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o disposto no inciso V, e demais disposições específicas;

Nota: A redação da alínea "a" do inciso VI-A do art. 569 foi dada pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Redação anterior dada à alínea "a" do inciso VI-A, tendo sido acrescentada pela Alteração nº 24 (Decreto nº 7955 de 16/05/01, DOE de 17/05/01):
"a) a emissão dos correspondentes documentos fiscais seja feita individualmente pelas empresas prestadoras do serviço de telecomunicação envolvidas na impressão conjunta, por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o disposto na alínea a do inciso V, e demais disposições específicas;"

b) as empresas envolvidas estejam relacionadas no Anexo Único a que se refere o Conv. ICMS 126/98;

c) as NFST refiram-se ao mesmo usuário e ao mesmo período de apuração;

d) as empresas envolvidas deverão:

1. comunicar, conjunta e previamente, à repartição fiscal a que estiverem vinculadas a adoção da sistemática prevista nesta cláusula;

2. adotar subsérie distinta para os documentos fiscais emitidos e impressos nos termos desta cláusula;

e) a prestação refira-se exclusivamente a serviços de telefonia.

VII - para apuração dos valores dos serviços cobrados dos usuários na área de cada Município, a operadora apresentará a DMA e a CS-DMA, na forma e prazos do art. 333 (Convs. ICMS 128/95 e

126/98);

Nota: A redação atual do inciso VII do art. 569 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:

Redação originária:
"*VII - o Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), instituído pelo Ministério das Comunicações, de emissão obrigatória pela EMBRATEL, é adotado como documento de controle relacionado com o ICMS devido pelas operadoras, que deverão guardá-lo durante 5 anos, para exibição ao fisco, observado o disposto no art. 144 (Conv. ICM 04/89);*".

VIII - a operadora deverá manter como documento de controle relacionado com o ICMS, pelo prazo decadencial, o Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF, instituído pelo Ministério das Comunicações, para exibição ao fisco (Convs. ICMS 126/98 e 30/99).

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 569 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/03/99.

Redação anterior dada ao inciso VIII do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"VIII - a operadora deverá manter como documento de controle relacionado com o ICMS, pelo prazo decadencial, o Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF, instituído pelo Ministério das Comunicações, de emissão obrigatória pela EMBRATEL Conv. ICMS 126/98).".

Redação originária:
"*VIII - para efeito de apuração do ICMS sobre a prestação de serviço de comunicações, observar-se-á, na definição do período, o mês de vencimento das faturas (Conv. SINIEF 06/89, art. 84).*".

§ 1º Na cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações, inclusive por empresas de Serviço Limitado Especializado – SLE, Serviço Móvel Especializado – SME e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, a outras empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, ou seja, quando utilizar tais meios para prestar serviços públicos de telecomunicações a seus próprios usuários, o imposto será devido apenas sobre o preço do serviço cobrado do usuário final (Conv. ICMS 126/98).

Nota: A redação atual do § 1º do art. 569 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação anterior dada ao § 1º do art. 569 pela Alteração nº 26 (Decreto nº 8023, de 24/08/01, DOE de 25 e 26/08/01), efeitos de 01/08/01 a 24/09/02:
"§ 1º Na cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações, inclusive por empresas de Serviço Limitado Especializado – SLE, a outras empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, ou seja, quando utilizar tais meios para prestar serviços públicos de telecomunicações a seus próprios usuários, o imposto será devido apenas sobre o preço do serviço cobrado do usuário final (Conv. ICMS 126/98 e 31/01)."

Redação anterior dada ao § 1º do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 01/03/99 a 31/07/01:
"§ 1º Na cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações a outras empresas de

telecomunicações, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, ou seja, quando utilizar tais meios para prestar serviços públicos de telecomunicações a seus próprios usuários, o imposto será devido apenas sobre o preço do serviço cobrado do usuário final (Conv. ICMS 126/98)."

Redação originária:
"§ 1º Na cessão onerosa de meios das redes públicas de telecomunicações a outras operadoras de serviços públicos de telecomunicações, nos casos em que a cessionária não for a usuária final, por utilizar tais meios para prestação de serviços públicos de telecomunicações a seus próprios usuários, o imposto será devido apenas sobre o preço do serviço cobrado do usuário final (Conv. ICM 04/89)."

§ 1º-A Nas remessas de bem integrado ao ativo permanente realizadas por empresas prestadoras de serviços de telecomunicação listadas no anexo único a que se refere o § 1º deste artigo, fica concedido Regime Especial do ICMS, destinado a operações de interconexão com outras operadoras, devendo ser observado o seguinte procedimento (Conv. ICMS 80/01):

I - na saídas internas e interestaduais, as operadoras emitirão Nota Fiscal para acobertar a operação, contendo, além dos requisitos exigidos, a seguinte observação: "Regime Especial – Convênio ICMS 80/01-bem destinado a operações de interconexão com outras operadoras", devendo, as Notas Fiscais, ser lançadas:

a) no livro Registro de Saídas, constando, na coluna "observações", a indicação "Convênio ICMS 80/01";

b) no livro Registro de Inventário, na forma do item 1 do § 1º do art. 76 do Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, com a observação: "bem em poder de terceiro destinado a operações de interconexão;

II - a destinatária deverá escriturar o bem:

a) no livro Registro de Entradas, constando, na coluna "observações", a indicação "Convênio ICMS 80/01";

b) no livro Registro de Inventário, na forma do item 2 do § 1º do art. 76 do Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, com a observação: "bem de terceiro destinado a operações de interconexão";

III - as operadoras manterão, à disposição da fiscalização das unidades federadas, os contratos que estabeleceram as condições para a interconexão das suas redes, na forma do disposto na legislação federal pertinente.

Nota: O § 1º-A foi acrescentado ao art. 569 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos a partir de 04/10/01

§ 2º No caso de serviço de telecomunicação prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, será observado (Convs. ICMS 126/98 e 41/00):

Nota: A redação atual do § 2º do art. 569 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00), efeitos a partir de 14/07/00.

Redação anterior dada ao § 2º do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"§ 2º A empresa de telecomunicação emitirá a Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST), com destaque do valor do imposto devido, calculado com base no valor tarifário vigente nessa data, no caso de serviço de telecomunicação prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, por ocasião da entrega, real ou simbólica, a terceiro para fornecimento a usuário (Conv. ICMS 126/98).".

Redação originária:
"§ 2º Nas prestações de serviços de telecomunicações, o ICMS é devido (Conv. ICM 04/89):
I - à unidade da Federação onde estiver situado o equipamento terminal brasileiro, sempre que os serviços internacionais forem tarifados e cobrados no Brasil e a receita pertencer à operadora prestadora dos serviços;
II - à unidade da Federação em que estiver instalada a estação recebedora da solicitação do serviço, nos serviços móveis de telecomunicações;
III - a este Estado, nos demais casos, observadas as regras do art. 49.".

I - a empresa de telecomunicação emitirá a Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (NFST) com destaque do valor do imposto devido, calculado com base no valor tarifário vigente por ocasião da entrega, real ou simbólica, a terceiro, para fornecimento ao usuário, mesmo que a disponibilização seja por meio eletrônico;

II - nas operações interestaduais entre estabelecimentos de empresas de telecomunicação, será emitida Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, com destaque do valor do ICMS devido, calculado com base no valor de aquisição mais recente do meio físico;

III - o disposto no inciso I aplica-se, também, à remessa a estabelecimento da mesma empresa localizado neste Estado.

§ 3º Até 31/07/00, as empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 (Convs. ICMS 126/98, 30/99 e 03/00):

Nota: A redação atual do § 3º do art. 569 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação anterior dada ao § 3º do art. 569 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99), efeitos a partir de 01/03/99.
"§ 3º Até 31/12/99, as empresas de telecomunicações relacionadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98 (Convs. ICMS 126/98 e 30/99):"

Redação anterior dada ao § 3º do art. 569 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/03/99:
"§ 3º O disposto neste artigo não dispensa a adoção e escrituração dos livros fiscais previstos na legislação do ICMS."

Redação originária:
"§ 3º Na hipótese de serviços de telecomunicações não medidos, com preço cobrado por período definido, quando envolver, além da Bahia, outras unidades da Federação, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação envolvidas (Conv. ICM 04/89)."

I - ficam dispensadas, nos termos deste artigo, da adoção e escrituração dos livros fiscais previstos na legislação do ICMS;

II - em substituição aos procedimentos previstos no inciso V deste artigo, deverão observar as disposições contidas na cláusula segunda do Convênio ICMS 03/00 (Conv. ICM 04/89, Convs. ICMS 126/98, 30/99 e 03/00).

Nota: A redação atual do inciso II, do § 3º do art. 569 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação originária;
."II - em substituição aos procedimentos previstos no inciso V deste artigo, deverão observar as disposições contidas na cláusula segunda do Convênio ICMS 30/99 (Conv. ICM 04/89, Convs. ICMS 126/98 e 30/99)."

§ 4º Os prestadores de serviços de comunicação, nas modalidades relacionadas no parágrafo único da cláusula primeira do Convênio ICMS 113/04, manterão apenas um de seus estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, sendo facultada, a critério da autoridade fazendária competente (Conv. ICMS 113/04):

Nota: A redação atual do § 4º do art. 569 foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).

Redação anterior dada ao § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 569 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00), efeitos de 04/04/00 até 14/02/05:
"§ 4º As empresas de telecomunicação cuja atividade preponderante seja a prestação de Serviço Móvel Global por Satélite - SMGS manterão apenas um de seus estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, sendo facultados (Conv. ICMS 19/00):
I - a indicação do endereço de sua sede, para fins de inscrição;
II - a escrituração fiscal e a manutenção de livros e documentos no estabelecimento referido no inciso anterior."

I - a indicação do endereço e CNPJ de sua sede, para fins de inscrição;

II - a escrituração fiscal e a manutenção de livros e documentos no estabelecimento referido no inciso anterior;

III - a indicação de representante legal domiciliado no Estado da Bahia.

Art. 569-A. Nas prestações de serviços de comunicação referentes à recepção de som e imagem por meio de satélite, quando o tomador do serviço estiver localizado em unidade federada diferente da unidade de localização da empresa prestadora do serviço, exceto os serviços não medidos por assinatura entre os Estados que adotam o disposto no Convênio 52/05, esta deverá observar o seguinte (Conv. ICMS 10/98):

Nota: A redação atual da parte inicial do *caput* do art. 569-A foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/08/05.

Redação anterior dada a parte inicial do *caput* do art. 569-A, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 14/04/98 a 31/07/05:
"Art. 569-A. Nas prestações de serviços de comunicação referentes à recepção de som e imagem por meio de satélite, quando o tomador do serviço estiver localizado em unidade federada diferente da unidade de localização da empresa prestadora do serviço, esta deverá observar o seguinte (Conv. ICMS 10/98):"

I - recolher o ICMS:

a) através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), em favor da unidade federada onde ocorrer a recepção da respectiva comunicação, no prazo estabelecido no inciso II do art. 132-A;

b) proporcionalmente ao número de tomadores do serviço de cada unidade federada, com base no saldo devedor apurado pela empresa prestadora de serviço, caso esta não seja optante pela redução da base de cálculo de que cuida o inciso II do art. 86;

II - enviar mensalmente a cada unidade federada de localização dos tomadores dos serviços relação contendo os nomes, os endereço dos mesmos e os valores das prestações dos serviços e o ICMS correspondente.

Parágrafo único. Quando ocorrer a devolução dos equipamentos de recepção de sinais via satélite, por parte do usuário do mencionado serviço, a empresa fornecedora dos equipamentos poderá creditar-se do mesmo valor do ICMS destacado na Nota Fiscal referente à venda para o respectivo usuário (Conv. ICMS 10/98).

Art. 569-B. Na prestação de serviços não medidos de televisão por assinatura, via satélite, cujo preço do serviço seja cobrado por períodos definidos, efetuada a tomador localizado em unidade federada distinta daquela em que estiver localizado o prestador, adotar-se-ão os procedimentos para operacionalização previstos no Convênio 52/05.

Nota: A redação atual do art. 569-B foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/08/05.

Redação anterior dada ao art. 569-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 59 (Decreto nº 9209, de 04/11/04, DOE de 05/11/04), efeitos de 01/01/05 a 31/07/05:
"Art. 569-B. O contribuinte prestador de serviços não medidos de televisão por assinatura, via satélite, localizado em outro Estado, signatário do Protocolo ICMS 25/03, que tiver assinantes localizados neste Estado deverá se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS)."

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos Estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e ao Distrito Federal.

Art. 569-C. Na prestação de serviços não medidos de provimento de acesso à Internet, cujo preço do serviço seja cobrado por períodos definidos, efetuada a tomador localizado em unidade federada distinta daquela em que estiver localizado o prestador, adotar-se-ão os procedimentos para operacionalização previstos no Convênio ICMS 53/05.

Nota: O art. 569-C foi acrescentado à Seção II, do Capítulo XLII do Tígulo III pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/08/05.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos Estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e ao Distrito Federal.

CAPÍTULO XLIII
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM ENERGIA ELÉTRICA

Nota: A denominação atual do Capítulo XLIII do Título III foi dada pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Denominação originária do Capítulo XLIII do Título III:
"CAPÍTULO XLIII
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA"

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 570. As empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações mercantis, observarão, especialmente, as seguintes situações (Ajuste SINIEF 28/89):

I - incidência: art. 1º, § 2º, I e III;

II - ocorrência do fato gerador: art. 2º, I e X;

III - não-incidência: art. 6º, III, "a";

IV - isenção: art. 22;

V - contribuinte: art. 36, § 1º, IV; art. 36, § 2º, I e XIV;

VI - local da operação: art. 47, I e VII;

VII - alíquota especial - 25%: art. 51, II, "i";

VIII - base de cálculo: art. 56, I, II e III, “a”;

Nota: A redação atual do inciso VIII do art. 570 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"VIII - base de cálculo: art. 56, III, “a”, e IX;".

IX - redução da base de cálculo: art. 80;

X - crédito fiscal: art. 93;

XI - manutenção de crédito: art. 103, I, “a”, e III; arts. 104 e 105;

XII - substituição ou antecipação tributária: art. 370, §§ 2º e 3º; arts. 371 e 372;

Nota: A redação atual do inciso XII do art. 570 foi dada pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos a partir de 08/02/01.

Redação originária:
"XII - substituição ou antecipação tributária: art. 353, III; art. 56, IX; art. 370, §§ 2º e 3º; arts. 371 e 372;".

XIII - Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: arts. 239 a 242.

SEÇÃO II
Das Obrigações das Empresas Concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica

Art. 571. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e as demais empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica deste Estado, bem como as empresas relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 28/89, adotarão o seguinte regime especial para apuração do imposto e cumprimento das obrigações tributárias:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 571 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"Art. 571. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e as demais empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 28/89 adotarão o seguinte regime especial para apuração do imposto e cumprimento das obrigações tributárias:"

I - as concessionárias poderão manter inscrição única em relação a todos os estabelecimentos localizados neste Estado;

II - as concessionárias, mesmo que operem em mais de uma unidade da Federação, poderão centralizar, em um único estabelecimento, a escrituração fiscal e o recolhimento do imposto correspondente às operações realizadas por todos os seus estabelecimentos;

III - a documentação pertinente poderá ser mantida no estabelecimento centralizador, desde que, quando solicitada, seja apresentada no prazo de 5 dias, no local determinado pelo fisco;

IV - fica franqueado o exame da escrituração ao fisco da unidade federada onde a concessionária possuir estabelecimento filial;

V - o recolhimento do imposto será efetuado na forma e nos prazos estabelecidos na legislação fiscal, respeitadas as disposições de convênios sobre a matéria;

VI - revogado

Nota: O inciso VI do *caput* do art. 571 foi revogado pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação anterior dada ao inciso VI do *caput* do art. 571 pela Alteração nº 22 (Decreto nº 7902 de 07/02/01, DOE de 08/02/01), efeitos de 01/03/01 a 20/01/04:
"VI - *as concessionárias ficam dispensadas da escrituração dos livros, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS, desde que elaborem o documento denominado Demonstrativo de Apuração do ICMS (DAICMS), que conterá, no mínimo, as indicações nele previstas, conforme modelo anexo ao Ajuste SINIEF 28/89, com a configuração dada pelo Ajuste SINIEF 4/96 (Ajuste SINIEF 07/00)."*

Redação originária:
"VI - as concessionárias ficam dispensadas da escrituração dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS, desde que elaborem o documento denominado Demonstrativo de Apuração do ICMS (DAICMS), que conterá, no mínimo, as indicações nele previstas, conforme modelo anexo ao Ajuste SINIEF 28/89, com a configuração dada pelo Ajuste SINIEF 4/96.".

VII - nas hipóteses de estorno de débito de ICMS relativas ao fornecimento de energia elétrica, deverá ser elaborado relatório interno, por período de apuração e de forma consolidada, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Nota: O inciso VII foi acrescentado ao art. 571 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

a) o número, a série e a data de emissão da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica – NF/CEE, objeto de estorno de débito;

b) a data de vencimento da conta de energia elétrica;

c) o CNPJ ou o CPF, a inscrição estadual e a razão social ou o nome do destinatário;

d) o código de identificação da unidade consumidora;

e) o valor total, a base de cálculo e o valor do ICMS da NF/CEE objeto de estorno de débito;

f) o valor do ICMS correspondente ao estorno;

g) o número da NF/CEE emitida em substituição àquela objeto de estorno de débito;

h) o motivo determinante do estorno;

§ 1º Revogado

Nota: O Parágrafo único do art. 571 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04), mantida a sua revogação procedida pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

Redação originária, efeitos até 20/01/04:
"Parágrafo único. No tocante ao Demonstrativo de Apuração do ICMS (DAICMS), observar-se-á, ainda, o seguinte (Ajuste SINIEF 4/96):
I - seu tamanho não será inferior a 21cm x 29,7cm, em qualquer sentido;
II - o demonstrativo ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco, pelo prazo de 5 anos, observado o disposto no art. 144;
III - com base no DAICMS, as concessionários deverão declarar os dados nele constantes na DMA e na CS-DMA, na forma e prazos do art. 333."

§ 2º O relatório de que trata o inciso VII:

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 571 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

I - deverá ser mantido em arquivo eletrônico no formato texto (txt), o qual, quando solicitado, deverá ser fornecido ao fisco no prazo previsto na legislação;

II - poderá ser exigido em papel.

§ 3° O contribuinte deverá manter pelo prazo decadencial os elementos comprobatórios do estorno de débito realizado e o relatório de que trata o inciso VII.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 571 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

§ 4º Para documentar o estorno de débito, terá de ser emitida uma Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, por período de apuração, com base no arquivo eletrônico de que trata o inciso VII, devendo nesta Nota Fiscal constar chave de autenticação digital, obtida pela aplicação de algoritmo de autenticação digital sobre o

referido arquivo eletrônico.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 571 pela Alteração nº 57 (Decreto nº 9152, de 28/07/04, DOE de 29/07/04).

Art. 571-A. Poderá ser emitida Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Conv. ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, em uma via, abrangendo todas as prestações de serviços realizadas por todos os seus estabelecimentos situados no território baiano, desde que efetuada em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Conv. ICMS 58/95, de 28 de junho de 1995, observado o seguinte:

Nota: O Art. 571-A foi acrescentado pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos a partir de 01/05/04.

I - as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas em meio magnético óptico não regravável, nos termos do Conv. ICMS 115/03, e entregues na Inspetoria Fazendária do domicílio fiscal do contribuinte até o dia 20 do mês subseqüente ao da realização das prestações;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 571-A pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05).

Redação anterior dada ao inciso I do art. 571-A pela Alteração nº 55 (Decreto nº 9068 de 12/04/04, DOE de 13/04/04), efeitos de 01/05/04 a 10/08/05:
"I - as informações constantes nos documentos fiscais deverão ser gravadas, até o 5º dia do mês subseqüente, em meio magnético óptico não regravável, nos termos do Conv. ICMS 115/03;"

II - para a emissão dos documentos fiscais será realizado cálculo de chave de codificação digital gerada por programa de informática desenvolvido especificamente para a autenticação de dados informatizados, nos termos do Conv. ICMS 115/03;

III - os documentos fiscais deverão ser escriturados de forma resumida no Livro Registro de Saídas, nos termos do Conv. ICMS 115/03.

Seção III
Das Obrigações do "Consumidor Livre" de Energia Elétrica Conectado à Rede Básica

Nota: A Seção III foi acrescentada ao Capítulo XLIII di Título III pela Alteração nº 64 (Decreto nº 9513, de 10/08/05, DOE de 11/08/05), efeitos a partir de 01/08/05.

Art. 571-B. Fica atribuída ao "consumidor livre" conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica (Conv. ICMS 117/04).

§ 1º Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação, cabe ao "consumidor livre":

I - emitir mensalmente nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou, na hipótese de dispensa da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, requerer a emissão de nota fiscal avulsa, relativamente à entrada de energia elétrica, onde deverão constar, entre os demais requisitos:

a) como base de cálculo, o valor total pago a todas as empresas transmissoras pela conexão e uso dos respectivos sistemas de transmissão de energia elétrica, ao qual deve ser integrado o montante do próprio imposto;

b) a alíquota aplicável;

c) o destaque do ICMS;

II - elaborar, até o primeiro dia do segundo mês subsequente, relatório em que deverá constar:

a) a sua identificação com CNPJ e, se houver, número de inscrição no Cadastro de Contribuintes;

b) o valor pago a cada transmissora;

c) notas explicativas de interesse para a arrecadação e a fiscalização do ICMS;

III - recolher o imposto destacado na forma desse artigo, em DAE separado e no momento em que estiver obrigado ao recolhimento do ICMS relativo às obrigações próprias ou, se não for inscrito no CAD-ICMS, no 9º dia do mês subseqüente ao do fato gerador.

§ 2º Considera-se "consumidor livre" aquele que exercer opção de compra de energia elétrica, nos termos da Lei Federal nº 9.074, de 07/07/1995.

Art. 571-C. O agente transmissor de energia elétrica fica dispensado da emissão de documentos fiscais, relativamente ao recebimento de valores ou encargos pelo uso dos sistemas de transmissão, desde que o Operador Nacional do Sistema elabore e divulgue, até o último dia do mês subsequente ao das operações, relatório contendo os valores devidos pela conexão e uso dos sistemas de transmissão, com as informações necessárias para a apuração do imposto devido por todos os consumidores livres.

Parágrafo único. Na hipótese da não divulgação do relatório a que se refere o caput, o agente transmissor terá que emitir os respectivos documentos fiscais no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data limite para divulgação daquele relatório.

Art. 571-D. Para os efeitos do disposto nesta seção, o autoprodutor equipara-se ao "consumidor livre" sempre que retirar energia elétrica da rede básica, devendo, em relação a essa retirada, cumprir as obrigações previstas no art. 571-B.

CAPÍTULO XLIV
DAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO E DE ARREMATAÇÃO DE MERCADORIAS PROCEDENTES DO EXTERIOR

SEÇÃO I
Do Desembaraço Aduaneiro

Art. 572. O ICMS incidente no desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, será recolhido no momento do despacho aduaneiro da mercadoria ou bem (Conv. ICM 10/81 e Prot. ICM 10/81).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 572 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação originária, efeitos até 24/09/02:
"Art. 572. O ICMS incidente nas entradas, do exterior, de mercadorias ou bens pelo importador será recolhido no momento do desembaraço na repartição aduaneira, independentemente de serem as mercadorias ou bens destinados a contribuintes situados nesta ou em outra unidade da Federação (Conv. ICM 10/81, Protoc. ICM 10/81, Ajustes SINIEF 06/89 e 03/93, e Convs. ICMS 5/89, 49/90,

103/92, 148/92, 124/93, 39/94, 68/94, 151/94 e 121/95)."

§ 1º Quando forem desembaraçadas, neste Estado, mercadorias destinadas a contribuinte de outra unidade da Federação, o recolhimento do ICMS será feito, em Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), com indicação da unidade federada beneficiária, no mesmo agente arrecadador onde forem efetuados os recolhimentos dos tributos e demais gravames federais devidos na ocasião.

Nota: **A redação atual do § 1º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.**

Redação anterior dada ao § 1º do art. 572 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/01 a 24/09/02:
"§ 1º Quando forem desembaraçadas, neste Estado, mercadorias destinadas a contribuinte de outra unidade da Federação, o recolhimento do ICMS será feito, com indicação da unidade federada beneficiária, na mesma agência do Banco do Brasil S. A. onde forem efetuados os recolhimentos dos tributos e demais gravames federais devidos na ocasião, mediante a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) (art. 123)."

Redação originária:
"§ 1º Quando forem desembaraçadas, neste Estado, mercadorias destinadas a contribuinte de outra unidade da Federação, o recolhimento do ICMS será feito, com indicação da unidade federada beneficiária, na mesma agência do Banco do Brasil S.A. onde forem efetuados os recolhimentos dos tributos e demais gravames federais devidos na ocasião, mediante a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR) art. 123."

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, também, às arrematações em leilões e às aquisições em licitação promovidos pelo poder público, de mercadorias ou bens importados e apreendidos ou abandonados.

Nota: A redação atual do § 2º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação originária, efeitos até 24/09/02:
"§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, às arrematações em leilões e às aquisições em licitação promovidos pelo poder público, de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas."

§ 3º No desembaraço de mercadorias ou bens importados para consumo, bem como na liberação de mercadorias ou bens importados e apreendidos ou abandonados, arrematados em leilão ou adquiridos em licitação promovida pelo poder público, será exigida:

Nota: A redação atual do § 3º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação anterior dada ao § 3º do art. 572 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 17/12/98 a 24/09/02:
"§ 3º No desembaraço de mercadorias importadas para consumo, bem como na liberação de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, arrematadas em leilão ou adquiridas em licitação promovida pelo poder público, será exigida:"

Redação originária:
"§ 3º No desembaraço de mercadorias importadas para consumo, bem como na liberação de mercadorias importadas e apreendidas ou abandonadas, arrematadas em leilão ou adquiridas em licitação promovida pelo poder público, será exigida a comprovação do pagamento do ICMS ou de que se trata de operação isenta ou não sujeita ao imposto.".

I - a comprovação do pagamento do ICMS;

II - a apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), quando a operação estiver sujeita à isenção, não incidência, diferimento ou outro motivo, preenchida pelo contribuinte em 4(quatro) vias, que, após serem visadas, terão a seguinte destinação (Conv. ICMS 132/98).

Nota: A redação atual do inciso II, do § 3º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675, de 15/09/99. DOE de 16/09/99).

Redação originária:
"II - a apresentação da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), quando a operação estiver sujeita à isenção, não incidência, diferimento ou outro motivo, preenchida pelo contribuinte em 4(quatro) vias, que, após serem visadas, terão a seguinte destinação (Conv. ICMS 132/98).".

a) 1ª via: contribuinte, devendo acompanhar a mercadoria ou bem no seu transporte;

b) 2ª e 3ª vias: retidas pelo fisco estadual da localidade do despacho, no momento da entrega para recebimento do "visto" , devendo a 2ª via ser remetida, mensalmente, ao fisco da unidade federada da situação do importador;

c) 4ª via: fisco federal - retida por ocasião do despacho ou liberação da mercadoria ou bem.

§ 4º É indispensável, para liberação de mercadoria ou bem importado, em qualquer caso, a aposição do visto, no campo próprio da Guia prevista no inciso II do parágrafo anterior, pelo fisco da unidade da Federação da ocorrência do desembaraço, da arrematação em leilão ou da licitação promovida pelo poder público, devendo, ainda (Conv. ICMS 132/98):

Nota: A redação atual do § 4º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"§ 4º Quando a operação estiver isenta ou não sujeita ao ICMS, o contribuinte utilizará o formulário Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira (Anexo 87), a ser preenchido pelo contribuinte, em 4 vias, as quais, depois de visadas pelo fisco deste Estado, terão a seguinte destinação:
I - 1ª via: contribuinte, devendo acompanhar a mercadoria no seu transporte;
II - 2ª via: retida pelo fisco estadual, no momento em que for entregue para receber o visto de que trata o "caput" deste parágrafo, devendo ser encaminhada, mensalmente, ao fisco da unidade federada em que estiver sediado o estabelecimento importador;
III - 3ª via: fisco estadual da localidade onde se realizar o desembaraço ou a liberação da mercadoria;
IV - 4ª via: fisco federal, retida quando do desembaraço ou liberação da mercadoria.".

I - quando o despacho se verificar em território de unidade federada distinta daquela onde esteja

localizado o importador e a não exigência do imposto se der em razão de diferimento ou por outros motivos previstos na legislação de sua unidade federada, ser aposto o seu "visto", no campo próprio da Guia, antes do "visto" de que trata o *"caput"* deste parágrafo;

II - se a não exigência do imposto decorrer de benefício fiscal, a aposição do visto a que se refere o *"caput'* deste parágrafo fica condicionada à existência de convênio celebrado nos termos Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, com a necessária indicação na Guia.

§ 5º Os vistos a que se referem o *"caput"* e o inciso I do parágrafo anterior não tem efeito homologatório da desoneração tributária, sujeitando-se o contribuinte ao recolhimento do imposto e às sanções previstas na legislação tributária, no caso de ser constatada, na unidade federada do importador, a obrigatoriedade de recolhimento do tributo na operação ou prestação descrita no documento (Conv. ICMS 132/98).

Nota: A redação atual do § 5º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"§ 5º O visto a que se refere o parágrafo anterior não tem efeito homologatório da desoneração tributária, sujeitando-se o contribuinte ao recolhimento do imposto e às sanções previstas na legislação tributária, no caso de ser constatada, na unidade federada do importador, a obrigatoriedade de recolhimento do tributo na operação ou prestação descrita no documento.".

§ 6º A entrega de mercadoria ou bem importados do exterior por depositário estabelecido em recinto alfandegado somente poderá ser efetuada mediante prévia apresentação do comprovante de recolhimento do ICMS, ou do comprovante de exoneração do imposto, cabendo, no caso de descumprimento da obrigação, a responsabilização do depositário pelo pagamento do ICMS incidente nas respectivas operações, se for o caso, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao descumprimento das obrigações tributárias (art. 39, II, "c").

Nota: A redação atual do § 6º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).

Redação anterior dada ao § 6º do art. 572 pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01), efeitos de 22/11/91 a 03/02/02:
"§ 6º O formulário da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), de livre impressão, ao passo que, no tocante à Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), será observado o disposto no art. 123 (Conv. ICMS 132/98).

Redação anterior dada ao § 6º do art. 572 pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos de 17/12/98 a 21/11/01:
"§ 6º O formulário da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), de livre impressão, ao passo que, no tocante à Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), será observado o disposto no art. 123. (Conv. ICMS 132/98)."

Redação originária, efeitos até 16/12/98:
"§ 6º O formulário da Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira será adquirido nas papelarias, sendo que a sua impressão dependerá de prévia autorização do fisco da unidade federada onde se situar o estabelecimento gráfico, ao passo que, no tocante à Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), será observado o disposto no art. 123."

§ 7º O transporte das mercadorias deverá ser acompanhado, além dos documentos fiscais exigidos, da guia de recolhimento do ICMS, se devido, ou da Guia a que se refere o inciso II do § 3º (Conv. ICMS 132/98).

Nota: A redação atual do § 7º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"§ 7º O transporte das mercadorias deverá ser acompanhado, além dos documentos fiscais exigidos, da guia de recolhimento do ICMS, se devido, ou do formulário referido no § 4º".

§ 8º No tocante à Nota Fiscal (entrada), observar-se-á, ainda, o disposto no inciso IV do § 2º do art. 229.

§ 9º Quanto aos procedimentos a serem adotados pelo agente arrecadador:

Nota: A redação atual do § 9º do art. 572 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 25/09/02.

Redação originária, efeitos até 24/09/02:
"§ 9º Quanto aos procedimentos a serem adotados pelo Banco do Brasil S. A.:"

I - a agência em que se processar o recolhimento:

a) no primeiro dia útil de cada mês, transferirá o produto arrecadado no mês anterior para a Agência Centro da capital da unidade federada destinatária do tributo, encaminhando as 1ªs vias das guias de recolhimento;

b) dentro de 72 horas, encaminhará as 2ªs vias das mencionadas guias diretamente à Secretaria da Fazenda da unidade federada do importador;

II - à medida que forem sendo recebidos os avisos, a agência centralizadora localizada na capital baiana creditará ao órgão indicado pela Secretaria da Fazenda os valores transferidos pelas agências arrecadadoras, remetendo-lhes a documentação correspondente.

§ 10. A Guia para Liberação de Mercadoria estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A) para contribuintes inscritos no CAD-ICMS será emitida exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, mediante acesso público no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br, observado o seguinte:

Nota: **A redação atual da parte inicial do § 10 do art. 572 foi dada pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03):**

Redação anterior dada a parte inicial do § 10, tendo sido acrescentado ao art. 572 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03):
"§ 10. A Guia para Liberação de Mercadoria estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A) será emitida por meio eletrônico via Internet, mediante acesso público no endereço eletrônico , observado o seguinte:"

I - a Guia será emitida com numeração em ordem cronológica;

II - o acesso público no endereço eletrônico da SEFAZ poderá ser realizado, inclusive, nas dependências das Inspetorias Fazendárias, nas quais serão disponibilizados equipamentos necessários para a emissão do documento;

III - na impossibilidade da geração eletrônica da Guia, o contribuinte deverá imprimir o relatório com a indicação do motivo do impedimento e apresentá-lo à repartição fazendária referida no § 11, juntamente com a Guia para Liberação de Mercadoria estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), de livre impressão, emitida sem o acesso ao endereço eletrônico da Secretaria da Fazenda.

§ 11. O visto na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS somente será efetuado nas unidades de fiscalização da Secretaria da Fazenda localizadas próximas às áreas alfandegadas, sendo necessária a apresentação do documento de importação e demais documentos exigidos pela legislação.

Nota: **A redação atual do § 11 do art. 572 foi dada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03).**

Redação anterior dada ao § 11, tendo sido acrescentado ao art. 572 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03):
"§ 11. O visto a que se refere o § 4º deverá ser efetuado exclusivamente nas unidades de fiscalização da Secretaria da Fazenda deste Estado localizadas próximas às áreas alfandegadas, sem prejuízo do visto do fisco de outra unidade da Federação, se o desembaraço ou a arrematação ocorrer fora do território baiano."

SEÇÃO II
Da Importação de Mercadorias ou Bens Destinados Fisicamente a Unidade Federada Diversa da do Domicílio do Importador e da Subseqüente Revenda

Art. 573. Nas operações de importação de mercadorias ou bens procedentes do exterior, cabe o recolhimento do imposto sobre elas incidente à unidade federada:

I - onde estiver situado o estabelecimento em que ocorrer a entrada física das mercadorias ou bens, quando destinados a unidade federada diversa da do domicílio do importador, sempre que houver transmissão de sua propriedade ou de título que os represente sem que os mesmos transitem pelo estabelecimento importador;

II - revogado

Nota: **O inciso II do art. 573 foi revogado pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).**

Redação anterior dada ao inciso II do art. 573 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"*II - onde estiver situado o estabelecimento do importador, quando a entrada física das mercadorias ou bens ocorrer em armazém geral, em estabelecimento para industrialização por conta e ordem do remetente ou em outro estabelecimento, em que não haja a transmissão de propriedade, sendo que, se a saída das mercadorias ou bens, desses estabelecimentos, ocorrer para unidade federada diversa da do importador, aplicar-se-á o disposto no inciso anterior, atribuindo-se àqueles contribuintes, inclusive ao armazém geral, a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS relativo à importação, observado o disposto no inciso IV do § 1º do art. 2º;"*

Redação originária:

"II - onde estiver situado o estabelecimento do importador, quando a entrada física das mercadorias ou bens ocorrer em armazém geral, em estabelecimento para industrialização por conta e ordem do remetente ou em outro estabelecimento, em que não haja a transmissão de propriedade, sendo que, se a saída das mercadorias ou bens, desses estabelecimentos, ocorrer para unidade federada diversa da do importador, aplicar-se-á o disposto no inciso anterior, atribuindo-se àqueles contribuintes, inclusive ao armazém geral, a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS relativo à importação;"

III - do domicílio do adquirente, se este não for estabelecido.

§ 1º O imposto será recolhido pelo importador, em favor da unidade federada em cujo território tiver ocorrido a entrada física das mercadorias ou bens, por meio de documento de arrecadação previsto em sua legislação ou da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE).

Nota: A redação atual do § 1º do art. 573 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"§ 1º O imposto será recolhido pelo importador, em favor da unidade federada em cujo território tiver ocorrido a entrada física das mercadorias ou bens, por meio de documento de arrecadação previsto em sua legislação ou da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR)."

§ 2º Na hipótese de fracionamento de carga para destinatários físicos diversos, o imposto será recolhido proporcionalmente, e de forma individualizada.

§ 3º Para documentar a operação, o importador emitirá Nota Fiscal relativa à entrada simbólica das mercadorias ou bens, sem destaque do imposto, na qual deverá constar, além dos demais requisitos, no campo próprio, a indicação de que o ICMS relativo à importação foi recolhido em favor do Estado onde ocorreu a entrada física das mercadorias ou bens.

§ 4º Para efeitos de transmissão da propriedade das mercadorias ou bens ou do título que os represente, subseqüente à operação de importação de que cuida o inciso I do *"caput"*, o importador emitirá Nota Fiscal relativa à transmissão para o destinatário, sem destaque do imposto, a qual deverá conter, além dos demais requisitos:

I - declaração de que as mercadorias ou bens se destinam a unidade federada diversa da do importador;

II - indicação dos números e das datas dos Registros de Importação e da Nota Fiscal (entrada) relativa à entrada de que cuida o § 3º;

III - declaração de que o imposto será recolhido pelo destinatário;

IV - indicação do local onde ocorreu o desembaraço aduaneiro.

§ 5º A Nota Fiscal aludida no parágrafo anterior será lançada no Registro de Entradas do destinatário, podendo este utilizar como crédito fiscal, se cabível, o imposto recolhido por ocasião do desembaraço aduaneiro.

§ 6º O lançamento e o recolhimento do imposto de que trata o inciso III do § 4º ficam diferidos para o momento da saída subseqüente a ser efetuada pelo contribuinte destinatário.

§ 7º Se a saída subseqüente ocorrer com isenção ou não-incidência do imposto, o ICMS cujo lançamento se achava diferido será lançado a débito, no Registro de Apuração do ICMS.

§ 8º Se o destinatário não for contribuinte do ICMS ou, mesmo sendo contribuinte, se as mercadorias ou

bens se destinarem ao ativo imobilizado ou a uso ou consumo, deverá efetuar a complementação do imposto relativo à diferença entre o valor pago por ocasião do desembaraço aduaneiro e o valor da transmissão da propriedade de que cuida o § 4º, devendo a diferença ser recolhida até o dia 10 do mês subseqüente ao da entrada das mercadorias ou bens em seu estabelecimento.

§ 9º Na circulação, as mercadorias ou bens, além do documento de importação federal, do Conhecimento de Transporte e do documento de arrecadação ou da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), conforme o caso, deverão ser acompanhados da Nota Fiscal (art. 229, § 2º) e do Passe Fiscal de Mercadorias, quando exigido(Conv. ICMS 132/98).

Nota: A redação atual do § 9º do art. 573 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"§ 9º Na circulação, as mercadorias ou bens, além do documento de importação federal, do Conhecimento de Transporte e do documento de arrecadação ou da Declaração de Exoneração do ICMS, conforme o caso, deverão ser acompanhados da Nota Fiscal (art. 229, § 2º) e do Passe Fiscal de Mercadorias, quando exigido.".

§ 10. Às Notas Fiscais mencionadas neste artigo será anexada via do correspondente documento de arrecadação ou da Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), conforme o caso(Conv. ICMS 132/98).

Nota: A redação atual do § 10 do art. 573 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"§ 10. Às Notas Fiscais mencionadas neste artigo será anexada via do correspondente documento de arrecadação ou da Declaração de Exoneração do ICMS, conforme o caso."

§ 11. A operação de transmissão ou revenda poderá ser acobertada por Nota Fiscal Avulsa emitida pela repartição fazendária local.

SEÇÃO III
Do Transporte de Encomendas Aéreas Internacionais, do Regime de Despacho Aduaneiro Simplificado, do Trânsito Aduaneiro, da Admissão Temporária, do EntrepostoAduaneiro e do Entreposto Industrial

Art. 574. Relativamente às obrigações e demais disposições relacionadas com o desembaraço aduaneiro:

I - no transporte, no território nacional, de mercadorias ou bens contidos em encomendas aéreas internacionais, serão observados os seguintes procedimentos (Conv. ICMS 59/95):

a) as mercadorias ou bens contidos em encomendas aéreas internacionais transportadas por empresas de "courier" ou a elas equiparadas, até sua entrega no domicílio do destinatário, serão acompanhadas, em todo o território nacional, pelo Conhecimento de Transporte Aéreo Internacional (AWB), pela fatura comercial e, quando devido o imposto, pelo comprovante de seu pagamento;

b) nas importações de valor superior a US$ 50 (cinqüenta dólares dos EUA) ou o seu equivalente em outra moeda, quando não devido o imposto, o transporte também será acompanhado pela Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (Anexo 87-A), que poderá ser providenciada pela empresa de "courier" (Conv. ICMS 132/98);

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 574 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 17/12/98.

Redação originária:
"b) nas importações de valor superior a US$ 50 (cinqüenta dólares dos EUA) ou o seu equivalente em outra moeda, quando não devido o imposto, o transporte também será acompanhado pela Guia de Declaração de Exoneração do ICMS na Entrada de Mercadoria Estrangeira, que poderá ser providenciada pela empresa de "courier";"

c) o transporte das mercadorias ou bens só poderá ser iniciado após o recolhimento do ICMS incidente na operação, em favor da unidade da Federação do domicílio do destinatário;

d) o recolhimento do ICMS, individualizado para cada destinatário, será efetuado por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), inclusive na hipótese em que o destinatário estiver domiciliado na própria unidade federada em que tiver sido processado o desembaraço aduaneiro;

Nota: A redação atual da alínea "d", do inciso I do art. 574 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"d) o recolhimento do ICMS, individualizado para cada destinatário, será efetuado por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNR), inclusive na hipótese em que o destinatário estiver domiciliado na própria unidade federada em que tiver sido processado o desembaraço aduaneiro;"

e) fica autorizada a emissão, por processamento de dados, da guia de recolhimento aludida na alínea anterior;

f) fica dispensada a indicação, na GNRE, dos dados relativos às inscrições estadual e no CGC, ao Município e ao código de endereçamento postal (CEP);

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso I do art. 574 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"f) fica dispensada a indicação, na GNR, dos dados relativos às inscrições estadual e no CGC, ao Município e ao código de endereçamento postal (CEP);"

g) no campo "Outras Informações" da GNRE, a empresa de "courier" fará constar, dentre outras indicações, sua razão social ou denominação e seu número de inscrição no CGC/MF (Conv. ICMS 106/95);

Nota: A redação atual da alínea "g", do inciso I do art. 574 foi dada pela Alteração nº 28, (Decreto nº 8066, de 21/11/01, DOE de 22/11/01).

Redação originária:
"g) no campo "Outras Informações" da GNR, a empresa de "courier" fará constar, dentre outras indicações, sua razão social ou denominação e seu número de inscrição no CGC/MF (Conv. ICMS 106/95);"

h) caso o início da prestação ocorra em final de semana ou feriado, em que não seja possível o recolhimento do ICMS incidente sobre as mercadorias ou bens, o seu transporte poderá ser realizado sem o acompanhamento do comprovante de pagamento do imposto, desde que:

1 - a empresa de "courier" assuma a responsabilidade solidária pelo pagamento daquele imposto;

2 - a dispensa do comprovante de arrecadação seja concedida à empresa de "courier", devidamente inscrita no Cadastro de Contribuintes, mediante regime especial, observados os Anexos I e II do Convênio ICMS 59/95;

3 - o imposto seja recolhido até o primeiro dia útil seguinte;

i) o regime especial a que alude o item 2 da alínea anterior será requerido à Secretaria da Fazenda da unidade da Federação a que estiver vinculada a empresa de "courier", observado o seguinte:

1 - a concessão do regime especial será feita por aquela Secretaria com observância do modelo anexo ao Convênio ICMS 59/95, passando a produzir efeitos imediatamente;

2 - no prazo de 48 horas, será remetida cópia do ato concessivo do regime especial à COTEPE/ICMS, para remessa, em igual prazo, a todas as unidades da Federação;

3 - o regime especial será convalidado por meio de protocolo a ser celebrado por todas as unidades da Federação, à vista de proposta formalizada pela unidade federada concedente;

j) por meio, também, do regime especial previsto no item 2 da alínea "h", atendidas as demais exigências e condições, poderá ser autorizado o recolhimento do ICMS até o dia 9 de cada mês em um único documento de arrecadação, relativamente às operações realizadas no mês anterior, observados os modelos Anexos III e IV do Convênio ICMS 59/95, ficando dispensada a exigência prevista na alínea "c" do presente inciso (Conv. ICMS 38/96);

II - excluem-se da aplicação das disposições contidas no artigo anterior as entradas de mercadorias importadas do exterior:

a) revogada

Nota: A alínea "a", do inciso II do art. 574 foi revogada pela Alteração nº 34 (Decreto nº 8276 de 26/06/02, DOE de 27/06/02).

Redação originária:
"a) despachadas ao abrigo do regime de despacho aduaneiro simplificado, concedido pelo Ministério da Fazenda;"

b) isentas do Imposto de Importação ou despachadas com suspensão desse imposto em decorrência de trânsito aduaneiro, entreposto aduaneiro e entreposto industrial (Conv. ICMS 09/02).

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso II do art. 574 foi dada pela Alteração nº 33 (Decreto nº 8250, de 08/05/02. DOE de 09/05/02), efeitos a partir de 21/03/02.

Redação originária, efeitos até 20/03/02:
"b) isentas do Imposto sobre a Importação ou despachadas com suspensão desse imposto em decorrência de trânsito aduaneiro, admissão temporária, entreposto aduaneiro e entreposto industrial."

SEÇÃO IV

Das Importações de Mercadorias sob o Regime de "Drawback" e das Importações do Proex/Suframa

Art. 575. São isentas do ICMS as operações de importação de mercadorias estrangeiras recebidas do exterior sob o regime de "drawback" (Lei Complementar nº 4/69, Conv. ICM 52/89 e Convs. ICMS 36/89, 62/89, 79/89, 123/89, 9/90, 27/90, 77/91 e 94/94).

§ 1º O benefício previsto neste artigo:

I - somente se aplica às mercadorias:

a) beneficiadas com suspensão do IPI e do Imposto sobre a Importação;

b) das quais resultem, para exportação, produtos industrializados (Conv. ICMS 65/96);

II - fica condicionado à efetiva exportação, pelo importador, do produto resultante da industrialização da mercadoria importada, com observância das respectivas quantidades e especificações, devendo a exportação ser comprovada mediante a entrega, à repartição a que estiver vinculado, da cópia da Declaração de Despacho de Exportação (DDE), devidamente averbada com o respectivo embarque para o exterior, até 45 dias após o término do prazo de validade do ato concessório do regime ou, na inexistência deste, de documento equivalente, expedido pelas autoridades competentes (Conv. ICMS 16/96).

§ 2º O importador deverá entregar na repartição fiscal a que estiver vinculado, até 30 dias após a liberação da mercadoria importada pela repartição federal competente, cópias da Declaração de Importação, da correspondente Nota Fiscal emitida na entrada e do ato concessório do regime ou, na inexistência deste, de documento equivalente, em qualquer caso com a expressa indicação do bem a ser exportado.

§ 3º Obriga-se, ainda, o importador a proceder à entrega de cópias dos seguintes documentos, no prazo de 30 dias, contado da respectiva emissão:

I - ato concessório aditivo, emitido em decorrência da prorrogação do prazo de validade originalmente estipulado;

II - novo ato concessório, resultante da transferência dos saldos de insumos importados ao abrigo de ato concessório original e ainda não aplicados em mercadorias exportadas.

§ 4º O tratamento tributário previsto nesta seção fica condicionado à observância, no que couber, das normas federais relativas ao regime de “drawback”.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 575 pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Art. 576. A isenção de que cuida o artigo anterior estende-se, também, às saídas e aos retornos dos produtos importados com destino a industrialização por conta e ordem do importador (Lei Complementar nº 4/69, Conv. ICM 52/89 e Convs. ICMS 36/89, 62/89, 79/89, 123/89, 9/90, 27/90, 77/91 e 94/94).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a operações nas quais participem estabelecimentos localizados em unidades da Federação distintas.

Art. 577. Nas operações que resultem em saídas, inclusive com a finalidade de exportação, de produtos resultantes da industrialização de matérias-primas ou insumos importados na forma desta seção, tal circunstância deverá ser informada na respectiva Nota Fiscal, consignando-se, também, o número do correspondente ato concessório do regime de "drawback".

Art. 578. Relativamente aos benefícios fiscais de que cuida esta seção:

I - as disposições nela contidas aplicam-se, no que couber, às importações do PROEX/SUFRAMA;

II - a inobservância das disposições nela estipuladas acarretará a exigência do ICMS devido na importação e nas saídas aludidas no art. 576, resultando na descaracterização do benefício ali previsto, devendo o imposto correspondente ser recolhido com atualização monetária, multa e demais acréscimos legais, calculados a partir da data da entrada do produto importado no estabelecimento ou do seu recebimento, ou, no caso das saídas referidas no art. 576, a partir do vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido recolhido, caso a operação não fosse realizada com a isenção.

Art. 579. Em decorrência do compromisso assumido no Conv. ICMS 27/90:

I - a Secretaria da Fazenda enviará ao Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Ministério da Fazenda relação mensal dos contribuintes que, tendo descumprido a legislação do ICMS em operações de comércio exterior:

a) respondam a processos administrativos ou judiciais que objetivem a cobrança de débito tributário;

b) forem punidos em processos administrativos ou judiciais instaurados para apuração de infração de qualquer natureza à legislação do ICMS;

II - o Departamento de Comércio Exterior (DECEX) deverá:

a) encaminhar à Secretaria da Fazenda:

1 - uma via do ato concessório do regime de "drawback" e de seus aditivos, no prazo de 10 dias da concessão;

2 - relação de importadores inadimplentes das obrigações assumidas nos respectivos atos concessórios, no prazo de 45 dias, contado da data da inadimplência;

b) com base nas informações de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I, aplicar aos respectivos infratores as penas de suspensão ou cancelamento, conforme o caso, de sua inscrição no Cadastro de Exportadores e Importadores, e informar o fato à Secretaria da Fazenda, até 10 dias, contados da efetivação da medida.

SEÇÃO V
Das Demais Disposições Relativas a Mercadorias ou Bens Procedentes do Exterior

Art. 580. Nas operações de importação de mercadorias ou bens do exterior, além das demais disposições regulamentares inerentes às operações do gênero, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência: art. 1º, § 2º, V;

II - ocorrência do fato gerador: art. 2º, XI e XII;

III - suspensão da incidência: art. 341, VI, "a";

IV - isenção: art. 28;

V - diferimento: art. 343, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXV e XXXVII e art. 511, II, "b" e III, "b";

Nota: A redação atual do inciso V do art. 580 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99), efeitos a partir de 01/02/99.

Redação anterior dada ao inciso V do art. 580 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98).

"V - diferimento: art. 343, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXV e XXXVII e art. 511, II, "b";"

Redação originária:
"V - diferimento: art. 343, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXV e XXXVII; art. 511, II, "b", e III, "b";".

VI - sujeição passiva: art. 36, § 1º;

VII - local da operação: art. 47, X, XI e XII;

VIII - antecipação tributária:

a) hipóteses: art. 371; arts. 506-A e 506-C;

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso VIII do art. 580 foi dada pela Alteração nº 23 (Decreto nº 7947 de 02/05/01, DOE de 03/05/01).

Redação originária:
"*a) hipóteses: art. 371; art. 506;*".

b) base de cálculo: art. 357;

c) prazo de recolhimento: art. 125, I, "d"; art. 125, II, "c", 2;

IX - alíquota: art. 50, I, "d"; art. 51;

X - base de cálculo: art. 58;

XI - redução da base de cálculo: art. 84;

XII - Nota Fiscal (entrada): arts. 229 a 231.

CAPÍTULO XLV
DAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES QUE DESTINEM MERCADORIAS E SERVIÇOS AO EXTERIOR

SEÇÃO I
Da Não-Incidência

Art. 581. O ICMS não incide sobre a operação ou a prestação que destinem ao exterior mercadorias ou serviços (Lei Complementar nº 87/96).

Parágrafo único. A não-incidência alcança não apenas os produtos industrializados, mas também os produtos primários e os produtos industrializados semi-elaborados.

Art. 582. A não-incidência de que cuida o artigo anterior aplica-se, também, à saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a (Lei Complementar nº 87/96):

I - empresa comercial exportadora, inclusive "trading";

II - outro estabelecimento da mesma empresa;

III - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, entende-se como empresa comercial exportadora:

Nota: **A redação atual do § 1º do art. 582 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).**

Redação anterior dada ao § 1º do art. 582 pela Alteração nº 30 (Decreto nº 8088, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 01/01/02 a 13/08/03:
"§ 1º Entende-se como empresa comercial exportadora a que estiver inscrita como tal no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (Conv. ICMS 113/96)."

I - as classificadas como "trading company", nos termos do Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, que estiver inscrita como tal, no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

II - as demais empresas comerciais que realizarem operações mercantis de exportação, inscritas no registro do sistema da Receita Federal – SISCOMEX.

§ 2º Nas remessas para exportação através de empresa comercial exportadora, inclusive "trading", ou de outro estabelecimento da mesma empresa, os interessados solicitarão credenciamento junto à Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal, sendo que:

Nota: A redação atual do § 2º do art. 582 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"§ 2º Nas remessas para exportação através de empresa comercial exportadora, inclusive "trading", ou de outro estabelecimento da mesma empresa (incisos I e II), como condição para que a operação seja favorecida com a não-incidência do imposto, deverão os interessados obter prévio credenciamento do fisco estadual, a ser requerido, mediante regime especial:"

I - o remetente fará declaração de que as remessas de mercadorias serão feitas com o fim específico de exportação e que as mercadorias não sofrerão no estabelecimento exportador nenhum processo de beneficiamento, rebeneficiamento ou industrialização, salvo reacondicionamento para embarque;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 2º do art. 582 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação anterior dada ao inciso I, do § 2º do art. 582 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98):
"I - pelo remetente, quando situado neste Estado, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 585;"

Redação originária:
"*I - pelo fabricante ou suas filiais, quando situados neste Estado, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 585;.*"

II - o destinatário, sendo situado neste Estado, além da declaração de que cuida o inciso anterior, fará declaração expressa de que assume, cumulativamente:

Nota: A redação atual do inciso II, do § 2º do art. 582 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02).

Redação originária:
"II - pelo destinatário, sendo situado neste Estado, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 585."

1 - a responsabilidade solidária pelo recolhimento dos débitos fiscais devidos pelo remetente, se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 591;

2 - a obrigação de comprovar, em relação a cada estabelecimento fabricante ou remetente, que as mercadorias foram efetivamente exportadas nos prazos de que cuida o art. 591.

§ 3º Nas remessas para exportador localizado em outra unidade da Federação, serão, ainda, observadas as regras estabelecidas na legislação da mesma.

§ 4º Consideram-se incluídas no campo de incidência do ICMS as prestações de serviços de transporte de mercadorias com o fim específico de exportação destinadas às pessoas relacionadas nos incisos I a III do *"caput"* deste artigo, salvo em se tratando de remessa para armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro em que a exportação seja feita diretamente pelo remetente.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 582 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Art. 582-A. A partir de 01/11/99, equipara-se à exportação as operações de vendas de pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos, suas obras e artefatos de joalheria, a não residentes no país, realizadas no mercado interno com pagamento em moeda estrangeira, mediante Regime Especial, observadas as condições nele estabelecidas.

Nota: O art. 582-A foi acrescentado pela Alteração nº 14 (Decreto nº 7725 de 28/12/99, DOE de 29/12/99).

Art. 583. A não-incidência de que cuida o art. 581 aplica-se, ainda, à saída de mercadorias destinadas a uso ou consumo de embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira aportadas no País, desde que (Conv. ICM 12/75 e Convs. ICMS 37/90, 102/90, 80/91 e 124/93):

I - a operação seja acobertada por Guia de Exportação na forma estabelecida pela legislação federal, devendo constar na Nota Fiscal, como natureza da operação, a indicação: "Fornecimento para uso (ou consumo) de embarcação (ou aeronave) de bandeira estrangeira";

II - o adquirente esteja sediado no exterior;

III - o pagamento seja efetuado em moeda estrangeira conversível, através de uma das seguintes formas:

a) pagamento direto, mediante fechamento de câmbio em banco devidamente autorizado;

b) pagamento indireto, a débito da conta de custeio mantida pelo agente ou representante do armador adquirente dos produtos;

IV - o embarque seja comprovado pela autoridade competente.

SEÇÃO II
Da Manutenção do Crédito

Art. 584. Nas operações de exportação para o exterior de mercadorias e serviços, não se exigirá o estorno do crédito fiscal nas hipóteses dos incisos I e II do art. 103 e dos incisos X e XI do art. 104.

SEÇÃO III
Das Operações que Antecedem a Exportação

SUBSEÇÃO I
Do Credenciamento do Fabricante ou Remetente e do Intermediário

Art. 585. Revogado

Nota: O art. 585 foi revogado pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03:

Redação anterior dada ao inciiso I, do parágrafo único do art. 585 pela Alteração nº 10 (Decreto nº 7490, de 30/12/98. DOE de 31/12/98), efeitos de 31/12/98 a 31/12/02:
"I - pelo remetente, além das informações ou elementos exigidos no art. 901, deverá ser feita declaração de que as remessas de mercadorias serão feitas com o fim específico de exportação, e que as mercadorias não sofrerão no estabelecimento exportador nenhum processo de beneficiamento, rebeneficiamento ou industrialização, salvo reacondicionamento para embarque;

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"Art. 585. Para obtenção do credenciamento para exportação através de intermediários (art. 582, § 2º), a pessoa interessada solicitará regime especial nesse sentido, devendo o pedido ser protocolizado na repartição fiscal do seu domicílio.
Parágrafo único. Na solicitação de que cuida este artigo, quando efetuada:
I - pelo fabricante ou suas filiais, além das informações ou elementos exigidos no art. 901, deverá ser feita declaração de que as remessas de mercadorias serão feitas com o fim específico de exportação, e que as mercadorias não sofrerão no estabelecimento exportador nenhum processo de beneficiamento, rebeneficiamento ou industrialização, salvo reacondicionamento para embarque; (efeitos até 30/12/98)
II - pelo destinatário, deverão constar:
a) a declaração de que cuida o inciso anterior;
b) declaração expressa de que o estabelecimento exportador assume, cumulativamente:
1 - a responsabilidade solidária pelo recolhimento dos débitos fiscais devidos pelo remetente, se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 591;
2 - a obrigação de comprovar, em relação a cada estabelecimento fabricante ou remetente, que as mercadorias foram efetivamente exportadas nos prazos de que cuida o art. 591."

SUBSEÇÃO II
Dos Procedimentos do Estabelecimento Remetente

Art. 586. O remetente, ao efetuar saída de mercadoria com destino aos estabelecimentos referidos no art. 582, deverá emitir Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos, no campo “Informações Complementares” a expressão: “Remessa com fim específico de exportação” (Conv. ICMS 113/96), bem como o número do credenciamento de que trata o inciso IV do § 1º do art. 587.

Nota: A redação atual do art. 586 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03)

Redação anterior dada ao art. 586 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 13/08/03:
"Art. 586. O remetente, ao efetuar saída de mercadoria com destino aos estabelecimentos referidos no art. 582, deverá emitir Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos, no campo “Informações

Complementares" a expressão: "Remessa com fim específico de exportação" (Conv. ICMS 113/96)."

Redação anterior dada ao inciso I do art. 586 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97), efeitos de 12/07/97 a 31/12/02:
"I - a expressão: "Remessa com fim específico de exportação" (Conv. ICMS 54/97);"

Redação originária, efeitos até 11/07/97:
"Art. 586. O remetente, ao efetuar saída de mercadoria com destino a estabelecimento credenciado nos termos do § 2º do art. 582, deverá emitir Nota Fiscal contendo, além dos demais requisitos, no campo "Informações Complementares" (Conv. ICMS 113/96):
I - as expressões: (efeitos até 11/07/97)
a) "Remessa com o fim específico de exportação";
b) "Inscrição do destinatário-exportador da Secex nº .....;
II - a indicação do regime especial pelo qual tiver sido concedido, neste Estado, o credenciamento de que trata o art. 585."

Art. 587. Ao final de cada período de apuração, o remetente encaminhará à repartição fiscal do seu domicílio as informações contidas na Nota Fiscal de que cuida o artigo anterior, preferencialmente em meio magnético, na forma estabelecida no Conv. ICMS 57/95 (Conv. ICMS 113/96).

Nota: **A redação atual do *caput* do art. 587 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03).**

Redação originária, efeitos até 03/02/03:
"Art. 587. Ao final de cada período de apuração, o remetente encaminhará à repartição fiscal do seu domicílio as informações contidas na Nota Fiscal de que cuida o artigo anterior, preferencialmente em meio magnético, conforme o Manual de Orientação (Anexo 64) aprovado pela cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 57/95 (Conv. ICMS 113/96)."

§ 1º Em substituição ao meio magnético de que cuida este artigo, as informações poderão ser exigidas em listagem, a critério do fisco, indicando, no mínimo:

I - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento destinatário-exportador da mercadoria;

II - os números e as séries das Notas Fiscais correspondentes;

III - a especificação, a quantidade e o valor das mercadorias remetidas;

IV - os números dos credenciamentos concedidos, a si e ao adquirente, se localizado neste Estado, para realizar vendas no mercado interno com o fim específico de exportação.

Nota: A redação atual do inciso IV, do § 1º do art. 587 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03)

Redação anterior dada ao inciso IV, do § 1º do art. 587 pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03):
"IV - os números dos regimes especiais concedidos, a si e ao adquirente, se localizado neste Estado."

§ 2º O estabelecimento remetente manterá em arquivo, pelo prazo de 5 anos, à disposição do fisco, a 1ª via do Memorando-Exportação e os documentos que comprovem a efetiva exportação pelo

estabelecimento destinatário-exportador, observado o disposto no art. 144.

SUBSEÇÃO III
Dos Procedimentos do Estabelecimento Destinatário-Exportador

Art. 588. O estabelecimento destinatário-exportador beneficiário do credenciamento a que se refere o art. 585, ao emitir a Nota Fiscal para documentar a saída de mercadoria para o exterior, além dos demais requisitos, fará constar, no campo “Informações Complementares”, o número, a série e a data de cada Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento remetente (Conv. ICMS 113/96).

Art. 589. Relativamente às operações de que trata esta seção, o estabelecimento destinatário, além dos procedimentos a que estiver sujeito conforme a legislação deste Estado, deverá emitir o documento denominado “Memorando-Exportação”, em três (3) vias, contendo, no mínimo, as indicações constantes no modelo do Anexo 97(Conv. ICMS 113/96).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 589 foi dada pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02), efeitos a partir de 01/01/02.

Redação originária, efeitos até 31/12/01:
"Art. 589. Relativamente às operações de que trata esta seção, o estabelecimento destinatário-exportador, além dos demais procedimentos a que estiver sujeito conforme a legislação do seu Estado, deverá emitir o documento denominado Memorando-Exportação, em 3 vias, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Conv. ICMS 113/96):"

I - revogado

Nota: O inciso I do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"I - a denominação: "MEMORANDO - EXPORTAÇÃO";"

II - revogado

Nota: O inciso II do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"II - o número de ordem e o número da via;"

III - revogado

Nota: O inciso III do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"III - a data da emissão;"

IV - revogado

Nota: O inciso IV do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"IV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;"

V - revogado

Nota: O inciso V do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento remetente da mercadoria;"

VI - revogado

Nota: O inciso VI do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"VI - o número, a série e a data da Nota Fiscal do estabelecimento remetente e do destinatário-exportador da mercadoria;"

VII - revogado

Nota: O inciso VII do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"VII - o número do Despacho de Exportação, a data de seu ato final e o número do Registro de Exportação;"

VIII - revogado

Nota: O inciso VIII do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"VIII - o número e a data do Conhecimento de Embarque;"

IX - revogado

Nota: O inciso IX do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"IX - a discriminação da mercadoria exportada;"

X - revogado

Nota: O inciso X do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"X - o país de destino da mercadoria;"

XI - revogado

Nota: O inciso XI do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"XI - a data;"

XII - revogado

Nota: O inciso XII do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação originária:
"XII - a assinatura do representante legal do estabelecimento emitente;"

XIII - revogado

Nota: O inciso XIII do art. 589 foi revogado pela Alteração nº 31 (Decreto nº 8149 de 14/02/02, DOE de 15/02/02).

Redação anterior dada ao inciso XIII do art. 589 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).
"XIII - a indicação do regime especial que concedeu o credenciamento de que trata o art. 585, quando for o caso."

Redação originária:
"XIII - a indicação do regime especial que concedeu o credenciamento de que trata o art. 587, quando for o caso.

§ 1º Até o último dia do mês subseqüente ao da efetivação do embarque da mercadoria para o exterior, o estabelecimento destinatário-exportador encaminhará ao estabelecimento remetente a 1ª via do

Memorando-Exportação, que será acompanhada de cópia do Conhecimento de Embarque referido no inciso VIII e do comprovante de exportação emitido pelo órgão competente.

§ 2º A 2ª via do Memorando de que trata este artigo será anexada à 1ª via da Nota Fiscal do remetente ou à sua cópia reprográfica, ficando tais documentos no estabelecimento destinatário-exportador, para exibição ao fisco, pelo prazo de 5 anos, observado o disposto no art. 144.

§ 3º A 3ª via do Memorando será encaminhada pelo destinatário-exportador à repartição fiscal de seu domicílio, até o último dia do mês subseqüente ao da efetivação do embarque da mercadoria para o exterior, podendo ser exigida a sua apresentação em meio magnético.

Art. 590. Na saída de mercadoria para feira ou exposição no exterior, bem como na exportação em consignação, o Memorando previsto no artigo anterior somente será emitido após a efetiva contratação cambial.

Parágrafo único. Até o último dia do mês subseqüente ao da contratação cambial, o estabelecimento destinatário que efetuar a exportação emitirá o Memorando-Exportação, conservando os comprovantes da venda, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144.

SUBSEÇÃO IV
Da Não-Efetivação da Exportação

Art. 591. O estabelecimento remetente, além das penas cabíveis em caso de ação fiscal, ficará obrigado ao recolhimento do imposto dispensado sob condição resolutória de exportação, atualizado monetariamente, com os acréscimos moratórios cabíveis, a contar das saídas previstas no art. 582, no caso de não se efetivar a exportação (Conv. ICMS 113/96):

I - após decorrido o prazo, contado da data da saída da mercadoria do seu estabelecimento:

a) de 90 dias, tratando-se de produtos primários;

b) de 180 dias, em relação a outras mercadorias.

II - em razão de perda da mercadoria, qualquer que seja a causa;

III - em virtude de reintrodução da mercadoria no mercado interno, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 1º Os prazos estabelecidos no inciso I poderão ser prorrogados, uma única vez, por igual período, a critério e por ato do Inspetor Fazendário da circunscrição do contribuinte.

Nota: A redação atual do § 1º do art. 591 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originário:
"§ 1º Os prazos estabelecidos no inciso I poderão ser prorrogados, uma única vez, por igual período, a critério e por ato do Delegado Regional da Fazenda da circunscriçao do contribuinte."

§ 2º O recolhimento do imposto será efetuado mediante documento de arrecadação distinto:

I - dentro do prazo de 15 dias, contado da data da ocorrência do fato, nas hipóteses dos incisos I e II, ressalvada a possibilidade de prorrogação de que cuida o parágrafo anterior;

II - na data em que for efetuada a operação, na hipótese do inciso III.

§ 3º Não será exigido o recolhimento do imposto, quando houver devolução da mercadoria ao

estabelecimento remetente de origem nos prazos fixados no inciso I.

§ 4º O estabelecimento remetente fica dispensado do cumprimento da obrigação prevista neste artigo, se o pagamento do débito fiscal for efetuado pelo destinatário ou adquirente ao Estado da Bahia.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, também, às operações que destinem mercadorias a armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

§ 6º Se a remessa da mercadoria, com o fim específico de exportação, ocorrer com destino a armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro, nas hipóteses previstas no *"caput"* deste artigo, os referidos depositários exigirão, para a liberação das mercadorias, o comprovante do recolhimento do imposto.

§ 7º Considera-se imposto devido, para os efeitos deste artigo, o ICMS incidente sobre todas as parcelas envolvidas na operação, tomando-se por base a hipótese em que a mesma esteja sujeita à tributação normal.

§ 8º Para os efeitos do disposto na Portaria nº 280, de 12 de julho de 1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a Secretaria da Fazenda, relativamente a operações de comércio exterior, comunicará àquele Ministério que o exportador, quando for o caso (Conv. ICMS 113/96):

I - está respondendo a processo administrativo;

II - foi punido em decisão administrativa por infringência à legislação fiscal de âmbito estadual.

SUBSEÇÃO V
Da Mercadoria Exportada sob o Regime de Depósito Alfandegado Certificado

Art. 592. Aplicar-se-ão as disposições da legislação do ICMS relativas à exportação para o exterior à remessa de mercadoria de produção nacional com destino a armazém alfandegado, para depósito sob o regime de Depósito Alfandegado Certificado, nos termos da legislação federal (Conv. ICM 2/88).

Art. 593. Sem prejuízo das demais exigências deste Regulamento, deverá o remetente:

I - fazer constar na Nota Fiscal:

a) os dados identificativos do estabelecimento depositário;

b) a expressão: "Depósito Alfandegado Certificado - Convênio ICM 2/88";

II - obter, mediante exibição da guia de exportação, visto na Nota Fiscal, junto à repartição fazendária a que estiver vinculado, antes de iniciar a remessa para o armazém alfandegado.

Art. 594. Será considerado efetivado o embarque e ocorrida a exportação no momento em que a mercadoria for admitida no regime, com a emissão do Certificado de Depósito Alfandegado (CDA).

Art. 595. As disposições desta subseção não prevalecerão no caso de reintrodução no mercado interno, por abandono, da mercadoria que tiver saído do estabelecimento vendedor com não-incidência.

§ 1º O adquirente da mercadoria recolherá, mediante guia de recolhimento especial, o imposto devido a este Estado sobre o valor de saída do respectivo estabelecimento, com aplicação da alíquota que seria utilizada naquela saída.

§ 2º O comprovante do pagamento previsto no parágrafo anterior será exibido à repartição aduaneira, por ocasião do desembaraço.

§ 3º Realizado o leilão da mercadoria abandonada, o imposto recolhido nos termos deste artigo será compensado com o imposto devido pelo arrematante na aquisição.

CAPÍTULO XLVI
DAS OPERAÇÕES QUE DESTINEM PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS À ZONA FRANCA DE MANAUS E A OUTRAS ÁREAS DA AMAZÔNIA

SEÇÃO I
Da Isenção

Art. 596. São isentas do ICMS as operações de que decorram saídas de produtos industrializados de origem nacional para a Zona Franca de Manaus e outras áreas da Amazônia, observado o disposto no art. 29.

SEÇÃO II
Dos Documentos Fiscais e da Comprovação de Entrega na Suframa

Art. 597. Na saída de produtos industrializados de origem nacional remetidos a contribuinte do ICMS localizado na Zona Franca de Manaus e outras áreas da Amazônia com isenção do imposto, atendidos os critérios e condições previstos para cada caso, a Nota Fiscal será emitida, no mínimo, em 5 vias, que terão a seguinte destinação (Ajuste SINIEF 02/94):

I - a 1ª via, depois de visada previamente pela repartição fiscal deste Estado a que estiver vinculado o contribuinte remetente, acompanhará as mercadorias e será entregue ao destinatário;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco, para exibição ao fisco (Ajuste SINIEF 03/94);

III - a 3ª via, devidamente visada, acompanhará as mercadorias e destinar-se-á a fins de controle da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (Ajuste SINIEF 03/94);

IV - a 4ª via será retida pela repartição do fisco estadual no momento do "visto" a que alude o inciso I (art. 224, § 1º);

V - a 5ª via, devidamente visada, acompanhará as mercadorias até o local de destino, devendo ser entregue, com uma via do Conhecimento, à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (Ajuste SINIEF 03/94) (art. 224, § 1º).

§ 1º O contribuinte que pretender efetuar remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus ou outras áreas da Amazônia com o benefício de isenção observará o seguinte:

Nota: A redação atual do § 1º do art. 597 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 01/10/03:

Redação anterior dada ao § 1º do art. 597 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 30/09/03:
"§ 1º Mediante autorização do Inspetor Fazendário do seu domicílio fiscal, o contribuinte poderá ser dispensado do "visto" aludido nos incisos deste artigo."

Redação anterior dada ao § 1º do art. 597 pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01), efeitos de 28/12/01 a 31/12/02:
"§ 1º Mediante regime especial, o contribuinte poderá ser dispensado do "visto" aludido nos incisos deste artigo."

Redação anterior dada ao § 1º do art. 597 pela Alteração nº 25 (Decreto nº 7983 de 26/06/01, DOE de 27/06/01) efeitos de 26/06/01 até 27/12/01:
"*§ 1º A repartição fiscal só dará o "visto" aludido nos incisos deste artigo se o contribuinte já houver feito a comunicação exigida nos termos do inciso VII do art. 29, exceto quando dispensado através de Regime Especial.*".

Redação originária, efeitos até 25/06/01:
"*§ 1º A repartição fiscal só dará o "visto" aludido nos incisos deste artigo se o contribuinte já houver feito a comunicação exigida nos termos do inciso VII do art. 29.*"

I - até 30/09/03, mediante autorização do Inspetor Fazendário do seu domicílio fiscal, poderá ser dispensado do "visto" aludido nos incisos deste artigo;

II - a partir de 01/10/03 deverá solicitar credenciamento prévio junto à Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal, ficando dispensado o "visto" aludido nos incisos deste artigo.

§ 2º Os documentos relativos ao transporte das mercadorias não poderão ser emitidos englobadamente de forma a compreender mercadorias de remetentes distintos.

§ 3º O contribuinte remetente mencionará na Nota Fiscal, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES", além das indicações que lhe são próprias, o número da inscrição do estabelecimento destinatário na SUFRAMA, o número do credenciamento a que se refere o § 1º e o código de identificação da repartição fiscal a que estiver subordinado o seu estabelecimento.

Nota: A redação atual do § 3º do art. 597 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03), efeitos a partir de 01/10/03:

Redação originária, efeitos até 30/09/03:
"§ 3º O contribuinte remetente mencionará na Nota Fiscal, no campo "Informações Complementares", além das indicações que lhe são próprias, o número da inscrição do estabelecimento destinatário na SUFRAMA e o código de identificação da repartição fiscal a que estiver subordinado o seu estabelecimento."

§ 4º O contribuinte remetente deverá conservar pelo prazo mencionado no art. 144 os documentos relativos ao transporte das mercadorias, assim como o documento expedido pela SUFRAMA relacionado com o internamento das mercadorias (Ajuste SINIEF 7/97).

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 597 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

§ 5º Previamente ao ingresso na Zona Franca de Manaus, os dados pertinentes aos documentos fiscais de mercadoria nacional incentivada deverão ser informados à SUFRAMA, em meio magnético ou pela Internet, pelo transportador da mercadoria, informando, inclusive, os dados dos respectivos remetentes, conforme padrão conferido com software específico disponibilizado pelo órgão (Conv. ICMS 17/03).

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 597 pela Alteração nº 42 (Decreto nº 8548, de 28/05/03, DOE de 29/05/03), efeitos a partir de 05/05/03.

Art. 598. Observar-se-á o disposto no Convênio ICMS 36/97, sem prejuízo de outros controles fiscais previstos ou que venham a ser estabelecidos:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 598 foi dada pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97).

Redação anterior dada ao art. 598 pela Alteração nº 3 (Decreto nº 6523, de 11/07/97, DOE de 12/07/97):
"Art. 598. Observar-se-á o disposto no Convênio ICMS 36/97, sem prejuízo de outros controles fiscais previstos ou que venham a ser estabelecidos:I - no tocante à comprovação do ingresso da mercadoria nas áreas incentivadas, com a formalização do internamento;
II - no tocante aos procedimentos fiscais a serem adotados;
III - até 30/04/98, no tocante às remessas de mercadorias às Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guarajá Mirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Conv. ICMS 37/97).
Parágrafo único. Relativamente ao desinternamento da mercadoria (Conv. ICMS 36/97):
I - no caso de a mercadoria vir a ser reintroduzida no mercado interno antes de decorrido o prazo de 5 anos de sua remessa, o estabelecimento que tiver dado causa ao desinternamento recolherá o imposto, com atualização monetária, em favor da unidade Federada de origem;
II - será tida, também, por desinternada a mercadoria que, remetida para fins de comercialização ou industrialização, houver sido incorporada ao ativo permanente do estabelecimento destinatário ou utilizada para uso ou consumo deste, bem como a que tiver saído das áreas incentivadas para fins de empréstimo ou locação;
III - não configura hipótese de desinternamento a saída da mercadoria para fins de conserto, restauração, revisão, limpeza ou recondicionamento, desde que o retorno ocorra em prazo nunca superior a 180 dias, contado da data da emissão da Nota Fiscal de remessa."

Redação originária:
"Art. 598. O contribuinte remetente das mercadorias deverá conservar, pelo prazo de 5 anos, os documentos relativos ao transporte das mercadorias, assim como o documento expedido pela SUFRAMA, nos termos das cláusula décima do Convênio ICMS 45/94, obervado o disposto no art. 144."

I - no tocante à comprovação do ingresso da mercadoria nas áreas incentivadas, com a formalização do internamento;

II - no tocante aos procedimentos fiscais a serem adotados;

III - até 30/04/08, no tocante às remessas de mercadorias às Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Conv. ICMS 37/97).

Nota: A redação atual do inciso III do art. 598 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação anterior dada ao inciso III do art. 598 pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03):
"III - até 30/04/05, no tocante às remessas de mercadorias às Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Conv. ICMS 37/97)."

Redação anterior dada ao inciso III do art. 598 pela Alteração nº 12 (Decreto nº 7675/99. DOE de 16/09/99):
"III - até 30/04/01, no tocante às remessas de mercadorias às Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão para o

município de Epitaciolândia, no Estado do Acre (Convs. ICMS 37/97, 23/98 e 05/99)."

A redação anterior do inciso III do art. 598 foi dada pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365//98, DOE de 02/07/98), para prorrogação do prazo de vigência do benefício.

Parágrafo único. Relativamente ao desinternamento da mercadoria (Conv. ICMS 36/97):

I - no caso de a mercadoria vir a ser reintroduzida no mercado interno antes de decorrido o prazo de 5 anos de sua remessa, o estabelecimento que tiver dado causa ao desinternamento recolherá o imposto, com atualização monetária, em favor da unidade Federada de origem;

II - será tida, também, por desinternada a mercadoria que, remetida para fins de comercialização ou industrialização, houver sido incorporada ao ativo permanente do estabelecimento destinatário ou utilizada para uso ou consumo deste, bem como a que tiver saído das áreas incentivadas para fins de empréstimo ou locação;

III - não configura hipótese de desinternamento a saída da mercadoria para fins de conserto, restauração, revisão, limpeza ou recondicionamento, desde que o retorno ocorra em prazo nunca superior a 180 dias, contado da data da emissão da Nota Fiscal de remessa.

CAPÍTULO XLVII
DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A MERCADORIAS EM DEMONSTRAÇÃO

Art. 599. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas internas de mercadorias, bem como nos subseqüentes retornos reais ou simbólicos ao estabelecimento de origem, quando enviadas, a título de demonstração, por estabelecimento comercial ou industrial, inclusive com destino a consumidor ou usuário final.

§ 1º Nas remessas de que cuida este artigo, será emitida Nota Fiscal, sem destaque do imposto, atribuindo-se às mercadorias o preço estipulado no inciso III do art. 56.

§ 2º A suspensão prevista neste artigo é condicionada a que as mercadorias retornem real ou simbolicamente ao estabelecimento de origem, dentro de 60 dias, contados da data da saída, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo não poderá ser prorrogado.

§ 3º Considera-se encerrada a fase de suspensão da incidência do imposto, com a verificação de qualquer das seguintes situações:

I - o recebimento em retorno real ou simbólico da mercadoria ou bem ao estabelecimento de origem;

II - a transmissão da propriedade da mercadoria ou bem, pelo estabelecimento de origem, estando ainda em poder do destinatário;

III - o não atendimento da condição de retorno, no prazo regulamentar.

Art. 600. Decorrido o prazo estipulado no § 2º do artigo anterior sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, real ou simbólico, será emitida, no 61º (sexagésimo primeiro) dia, contado da saída originária, outra Nota Fiscal, para efeito de:

I - recolhimento do imposto, se devido, mediante documento de arrecadação avulso, com atualização monetária e acréscimos moratórios contados da saída originária, após o que as mercadorias poderão continuar em demonstração;

II - transmissão, quando for o caso, do correspondente crédito fiscal ao destinatário.

§ 1º Na Nota Fiscal de que cuida este artigo constarão, apenas:

I - a data da emissão;

II - os dados relativos ao destinatário;

III - a natureza da operação: "Encerramento da fase de suspensão";

IV - o número de ordem, a série e a data da emissão da Nota Fiscal originária;

V - a observação: "Emitida nos termos do art. 600 do RICMS-BA";

VI - o número, a data e o valor do documento de arrecadação aludido no inciso I deste artigo;

VII - o destaque do imposto recolhido, quando for o caso.

§ 2º A Nota Fiscal referida neste artigo será lançada no Registro de Saídas, mediante utilização, apenas, das colunas "Documento Fiscal" e "Observações", anotando-se nesta a expressão: "Emitida nos termos do art. 600 do RICMS-BA".

Art. 601. O estabelecimento que receber, em retorno, mercadoria remetida nos termos do art. 599 para demonstração a particular, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, ou, ainda, a qualquer pessoa física ou jurídica não considerada contribuinte ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, deverá:

I - emitir Nota Fiscal (entrada), mencionando o número de ordem, a série, a data da emissão e o valor do documento fiscal originário;

II - obter, na Nota Fiscal emitida para documentar a entrada ou em documento apartado, a assinatura do particular ou da pessoa que efetuar a devolução, anotando o número do respectivo documento de identidade;

III - lançar a Nota Fiscal (entrada) emitida nos termos do inciso I no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto".

§ 1º A Nota Fiscal (entrada) emitida na forma do inciso I servirá para acompanhar a mercadoria em seu retorno ao estabelecimento de origem.

§ 2º No caso de retorno de mercadoria, tendo ocorrido a hipótese de que trata o art. 600, a Nota Fiscal emitida para documentar a entrada:

I - conterá, também, o número, a data e o valor do documento de arrecadação mencionado no inciso I do art. 600;

II - será lançada no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto", quando for o caso.

Art. 602. O estabelecimento comercial, industrial ou qualquer outro obrigado à emissão de documentos fiscais que remeter, em retorno ao estabelecimento de origem, mercadorias recebidas para demonstração, nos termos do art. 599, deverá emitir Nota Fiscal sem destaque do ICMS, na qual constarão, além dos demais requisitos, o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal pela qual tiver recebido as mercadorias em seu estabelecimento.

Parágrafo único. No caso de retorno de mercadorias, tendo ocorrido a hipótese do art. 600, para fins de transmissão do crédito do imposto na forma do seu inciso II, a Nota Fiscal prevista no presente artigo será emitida com destaque do imposto, devendo nela constar, também, o número, a série e a data da Nota Fiscal de que trata o mencionado art. 600.

Art. 603. Ocorrendo a transmissão da propriedade de mercadorias remetidas para demonstração a

particular, produtor ou extrator, ou, ainda, a qualquer pessoa física ou jurídica não considerada contribuinte ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, sem que elas tenham retornado ao estabelecimento de origem, este deverá:

I - emitir Nota Fiscal para entrada simbólica, na qual consignará:

a) como natureza da operação, "Retorno simbólico de mercadoria em demonstração";

b) o número, a série, a data da emissão e o valor, tanto do documento fiscal emitido por ocasião da remessa para demonstração como da Nota Fiscal emitida nos termos do inciso III;

II - lançar a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto";

III - emitir Nota Fiscal com o nome do adquirente como destinatário, com destaque do ICMS, se devido, mencionando o número, a série, a data da emissão e o valor do documento fiscal da remessa para demonstração, e a natureza da operação: "Transmissão da propriedade";

IV - lançar a Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, tendo ocorrido o previsto no art. 600, o estabelecimento de origem deverá:

I - emitir Nota Fiscal para entrada simbólica, na qual consignará:

a) como natureza da operação, "Retorno simbólico de mercadoria em demonstração";

b) o número, a série, a data da emissão e o valor, tanto do documento fiscal emitido por ocasião da remessa para demonstração como da Nota Fiscal emitida nos termos do inciso III;

c) a data e o valor do documento de arrecadação referido no inciso I do art. 600;

II - lançar a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto";

III - emitir Nota Fiscal com o nome do adquirente como destinatário, com destaque do ICMS, se devido, mencionando o número, a série, a data da emissão e o valor do documento fiscal da remessa para demonstração, e a natureza da operação: "Transmissão da propriedade";

IV - lançar a Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar.

Art. 604. Ocorrendo a transmissão da propriedade de mercadorias remetidas para demonstração, nos termos do art. 599, a estabelecimento comercial, industrial ou qualquer outro obrigado à emissão de documentos fiscais, sem que elas tenham retornado ao estabelecimento de origem, observar-se-ão as seguintes disposições:

I - o estabelecimento adquirente deverá:

a) emitir Nota Fiscal com o nome do estabelecimento de origem como destinatário, na qual consignará, como natureza da operação, "Retorno simbólico de mercadoria em demonstração", sem destaque do imposto, mencionando, ainda, o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal pela qual tiver recebido a mercadoria;

b) lançar a Nota Fiscal referida na alínea anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar;

c) lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal de que trata a alínea "b" do inciso seguinte;

II - o estabelecimento transmitente deverá:

a) lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal emitida nos termos da alínea "a" do inciso anterior;

b) emitir Nota Fiscal com o nome do estabelecimento adquirente como destinatário, com destaque do ICMS, se devido, mencionando o número, a série, a data e o valor do documento fiscal emitido por ocasião da remessa para demonstração e, como natureza da operação, "Transmissão da propriedade";

c) lançar a Nota Fiscal emitida na forma da alínea anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar.

Parágrafo único. Na situação de que cuida este artigo, tendo ocorrido a hipótese do art. 600, observar-se-á o seguinte, para fins de transmissão do crédito do imposto:

I - o estabelecimento adquirente deverá:

a) emitir Nota Fiscal com o nome do estabelecimento de origem como destinatário, na qual consignará, como natureza da operação, "Retorno simbólico de mercadoria em demonstração", com destaque do imposto, se devido, mencionando, ainda, o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal pela qual tiver recebido a mercadoria, bem como o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal de que trata o art. 600;

b) lançar a Nota Fiscal referida na alínea anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar;

c) lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal de que trata a alínea "b" do inciso seguinte;

II - o estabelecimento transmitente deverá:

a) lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal emitida nos termos da alínea "a" do inciso anterior, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto";

b) emitir Nota Fiscal com o nome do estabelecimento adquirente como destinatário, com destaque do imposto, mencionando o número, a série, a data e o valor do documento fiscal emitido por ocasião da remessa para demonstração, e a natureza da operação, "Transmissão da propriedade";

c) lançar no Registro de Saídas a Nota Fiscal de que trata a alínea anterior.

CAPÍTULO XLVIII
DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A MERCADORIAS EM EXPOSIÇÃO OU FEIRA

SEÇÃO I
Da Suspensão da Incidência nas Remessas Internas e Interestaduais de Mercadorias para Simples Exposição ao Público em Feira de Amostra

Art. 605. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas internas e interestaduais de mercadorias destinadas simplesmente a exposição ao público em feira de amostra, bem como nos subseqüentes retornos ao estabelecimento de origem (I Conv. do Rio de Janeiro, Conv. de Cuiabá, Conv. AE 6/73, Conv. ICM 1/75 e Convs. ICMS 30/90, 80/91 e 151/94).

§ 1º Nas remessas de que cuida este artigo, será emitida Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, em nome do próprio emitente, atribuindo-se às mercadorias o preço estipulado no inciso III do art. 56.

§ 2º A suspensão prevista neste artigo é condicionada a que as mercadorias retornem real ou simbolicamente ao estabelecimento de origem, dentro de 60 dias, contados da data da saída, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo não poderá ser prorrogado.

§ 3º Considera-se encerrada a fase de suspensão da incidência do imposto, com a verificação de qualquer das seguintes situações:

I - o recebimento em retorno real ou simbólico da mercadoria ou bem ao estabelecimento de origem;

II - a transmissão da propriedade da mercadoria ou bem, pelo estabelecimento de origem, estando ainda em exposição ou feira;

III - o não atendimento da condição de retorno, no prazo regulamentar.

Art. 606. Decorrido o prazo estipulado no § 2º do artigo anterior sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, real ou simbólico, será emitida, no 61º (sexagésimo primeiro) dia, contado da saída originária, outra Nota Fiscal, a fim de ser recolhido o imposto, se devido, mediante documento de arrecadação avulso, com atualização monetária e acréscimos moratórios contados da saída originária, após o que as mercadorias poderão continuar em exposição ou feira.

§ 1º A Nota Fiscal de que cuida este artigo terá como destinatário o próprio emitente, e conterá, apenas:

I - a data da emissão;

II - os dados relativos ao destinatário;

III - a natureza da operação: "Encerramento da fase de suspensão";

IV - o número de ordem, a série e a data da emissão da Nota Fiscal originária;

V - a expressão: "Emitida nos termos do art. 606 do RICMS-BA";

VI - o número, a data e o valor do documento de arrecadação aludido no *"caput"* deste artigo;

VII - o destaque do imposto recolhido, quando for o caso.

§ 2º A Nota Fiscal referida neste artigo será lançada no Registro de Saídas, mediante utilização, apenas, das colunas "Documento Fiscal" e "Observações", anotando-se nesta a expressão: "Emitida nos termos do art. 606 do RICMS-BA".

Art. 607. No retorno de mercadoria remetida para exposição ou feira nos termos do art. 605, dentro do prazo de 60 dias, contado da data da remessa, o contribuinte deverá:

I - emitir Nota Fiscal (entrada), mencionando o número de ordem, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal de remessa, devendo ambos os documentos acompanhar a mercadoria no retorno;

II - lançar a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto";

III - arquivar, juntas, a Nota Fiscal (entrada) emitida nos termos do inciso I e a Nota Fiscal de remessa.

Parágrafo único. No caso de retorno de mercadoria, tendo ocorrido a hipótese de que trata o art. 606, a Nota Fiscal emitida para documentar a entrada, na forma do inciso I, será lançada no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto", quando for o caso.

Art. 608. Havendo transmissão da propriedade de mercadoria remetida para exposição ou feira, nos termos do art. 605, dentro do prazo de 60 dias, contado da remessa, sem que tenha retornado ao estabelecimento de origem, este deverá:

I - emitir Nota Fiscal para entrada simbólica, na qual consignará, como natureza da operação, "Retorno simbólico de mercadoria remetida para exposição (ou feira)", mencionando o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal de remessa;

II - lançar a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior no Registro de Entradas, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto";

III - emitir Nota Fiscal com o nome do adquirente como destinatário, com destaque do ICMS, mencionando o número, a série, a data e o valor do documento fiscal da remessa para exposição ou feira, e tendo como natureza da operação "Transmissão da propriedade de mercadoria em exposição (ou feira)";

IV - lançar a Nota Fiscal de que cuida o inciso anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar;

V - lançar, no último dia do mês, no Registro de Apuração do ICMS, no quadro “Crédito do Imposto - Outros Créditos”, com a expressão “Recolhimento em outro Estado - remessa para exposição (ou feira)”, o valor do imposto recolhido em outras unidades da Federação durante exposição ou feira, sendo que o crédito a ser utilizado não poderá exceder à diferença entre a quantia resultante da aplicação da alíquota vigente na outra unidade da Federação sobre o valor das operações e o valor do tributo devido a este Estado calculado sobre o mesmo valor pela alíquota aplicável às operações interestaduais realizadas entre contribuintes.

Art. 609. No retorno de mercadoria remetida para exposição ou feira, nos termos do art. 605, após o recolhimento do imposto de que trata o art. 606, o contribuinte deverá:

I - emitir Nota Fiscal com destaque do ICMS, para acompanhar o transporte, na qual consignará, como natureza da operação, "Retorno de mercadoria de exposição (ou feira)", mencionando o número, a série, a data da emissão e o valor da Nota Fiscal de que trata o art. 606, bem como o número, a data e o valor do documento de arrecadação;

II - lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal emitida nos termos do inciso anterior, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto";

III - arquivar, se possível juntos, a Nota Fiscal emitida nos termos do inciso I deste artigo, a Nota Fiscal de que cuida o art. 606 e o documento de arrecadação.

Art. 610. Na hipótese de haver transmissão da propriedade de mercadoria remetida para exposição ou feira, nos termos do art. 605, após o recolhimento do imposto de que trata o art. 606, o estabelecimento de origem deverá:

I - emitir Nota Fiscal, a título de entrada simbólica, com destaque do ICMS, na qual constarão:

a) o número, a série, a data e o valor da Nota Fiscal de remessa;

b) o número, a data e o valor do documento de arrecadação pelo qual o imposto foi pago, na forma do art. 606;

c) a expressão: "Retorno simbólico de mercadoria remetida para exposição (ou feira)";

II - lançar no Registro de Entradas a Nota Fiscal emitida nos termos do inciso anterior, nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto";

III - emitir Nota Fiscal, com destaque do imposto, para o adquirente da mercadoria, tendo como natureza da operação "Transmissão da propriedade de mercadoria em exposição (ou feira)";

IV - lançar a Nota Fiscal emitida nos termos do inciso anterior no Registro de Saídas, na coluna "Operações ou Prestações com Débito do Imposto";

V - lançar, no último dia do mês, no Registro de Apuração do ICMS, no quadro “Crédito do Imposto - Outros Créditos”, com a expressão “Recolhimento em outro Estado - remessa para exposição (ou feira)”, o valor do imposto recolhido em outras unidades da Federação durante exposição ou feira, sendo que o crédito a ser utilizado não poderá exceder à diferença entre a quantia resultante da aplicação da alíquota

vigente na outra unidade da Federação sobre o valor das operações e o valor do tributo devido a este Estado calculado sobre o mesmo valor pela alíquota aplicável às operações interestaduais realizadas entre contribuintes.

Art. 611. No caso de transmissão da propriedade de mercadoria durante exposição ou feira, o transporte entre o local do evento e o estabelecimento ou residência do adquirente será acompanhado da Nota Fiscal definitiva.

SEÇÃO II
Da Incidência do ICMS nas Remessas Internas e Interestaduais de Mercadorias Destinadas a Exposição ou Feira Para Comercialização Durante o Evento

Art. 612. Nas remessas internas e interestaduais de mercadorias destinadas a comercialização em exposição ou feira, não se aplica a suspensão da incidência do ICMS de que cuida o art. 605, adotando-se nesses casos o tratamento fiscal previsto para as operações realizadas fora do estabelecimento (arts. 417 a 427).

Parágrafo único. Tratando-se de contribuinte inscrito neste Estado, é dispensada a comunicação de que cuida o art. 419.

Art. 613. Na hipótese de contribuinte de outra unidade da Federação que pretender comercializar suas mercadorias em exposição ou feira neste Estado, observar-se-á o seguinte:

I - a documentação de remessa das mercadorias até o local do evento atenderá à legislação da unidade federada de origem;

II - será devido a este Estado o ICMS correspondente às operações mercantis a serem realizadas durante o evento;

III - o expositor recolherá o imposto devido a este Estado no momento do ingresso das mercadorias no território baiano, na primeira repartição fiscal do percurso, nos termos do art. 426, adotando-se como base de cálculo a prevista no art. 63;

IV - o expositor emitirá Nota Fiscal a cada ato de comercialização de suas mercadorias no local do evento, com a observação: “O ICMS foi recolhido por antecipação”.

Parágrafo único. Quando for constatado, mediante ação fiscal, que a venda efetiva ocorreu com preço superior ao declarado, nos termos do inciso XI do art. 61, será exigida do contribuinte a complementação do imposto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação tributária.

Nota: O Parágrafo único foi acrescentado ao art. 613 pela Alteração nº 60 (Decreto nº 9281, de 21/12/04, DOE de 22/12/04).

Art. 614. Em substituição ao tratamento previsto no artigo anterior, admite-se que o pagamento do imposto devido pelos expositores situados em outras unidades da Federação seja feito em prazos especiais, desde que, com antecedência, a pessoa ou empresa promotora requeira e obtenha autorização do Inspetor Fazendário da circunscrição fiscal onde ocorrerá o evento.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 614 foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

Redação anterior dada ao *caput* do art. 614 pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos de 01/01/03 a 15/09/03:

"Art. 614. Em substituição ao tratamento previsto no artigo anterior, admite-se que o pagamento do imposto devido pelos expositores situados em outras unidades da Federação seja feito no dia seguinte ao do encerramento da exposição ou feira, desde que, com antecedência, a pessoa ou empresa promotora requeira e obtenha autorização do Inspetor Fazendário da circunscrição fiscal onde ocorrerá o evento."

Redação originária, efeitos até 31/12/02:
"Art. 614. Em substituição ao tratamento previsto no artigo anterior, admite-se que o pagamento do imposto devido pelos expositores situados em outras unidades da Federação seja feito no dia seguinte ao do encerramento da exposição ou feira, desde que, com antecedência, a pessoa ou empresa promotora do evento requeira e obtenha regime especial."

§ 1º O pedido de autorização referido neste artigo conterá as seguintes indicações:

Nota: A redação atual do *caput* do § 1º do art. 614 foi dada pela Alteração nº 36 (Decreto nº 8375, de 22/11/02, DOE de 23 e 24/11/02), efeitos a partir de 01/01/03.

Redação anterior dada ao do *caput* do § 1º do art. 614 pela Alteração nº 7 (Decreto nº 7365, de 01/07/98, DOE de 02/07/98), efeitos de 02/07/98 a 31/12/02:
"§ 1º O pedido do regime especial referido neste artigo conterá as seguintes indicações:"

Redação originária, efeitos até 01/07/98:
"§ 1º O regime especial referido neste artigo será requerido ao Diretor do Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, e conterá as seguintes indicações:"

I - o nome, razão social ou denominação do requerente, seu endereço, atividade profissional ou econômica e seu número de inscrição no CGC/MF;

II - o pedido, em que requeira, expressamente, o seu credenciamento como promotor da exposição ou feira, com indicações precisas quanto aos seguintes pontos:

a) nome do evento;

b) período de sua realização;

c) local;

III - transcrição literal e na íntegra, no corpo do requerimento, do termo de responsabilidade disponibilizado no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 614 foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme dispsto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

O item 10 do Termo de Responsabilidade foi revogado pelo Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.

Redação originária, efeitos até 15/09/03:
"III - transcrição literal e na íntegra, no corpo do requerimento, do seguinte:
TERMO DE RESPONSABILIDADE
O requerente, na condição de promotor do evento supramencionado, declara responsabilizar-se

solidariamente pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações mercantis que venham a ser efetuadas durante a sua realização, e compromete-se a transmitir aos expositores a seguinte orientação, sem prejuízo das demais exigências previstas na legislação tributária:
1 - a documentação de remessa das mercadorias até o local do evento atenderá à legislação da unidade federada de origem;
2 - será devido à Bahia o ICMS correspondente às operações mercantis a serem realizadas durante o evento;
3 - no momento da entrada das mercadorias no local da exposição ou feira, o expositor entregará as 1ªs vias das Notas Fiscais relativas às suas mercadorias no posto fiscal ou unidade móvel de fiscalização instalado pela Secretaria da Fazenda no mesmo local;
4 - o expositor deverá emitir Nota Fiscal a cada ato de comercialização de suas mercadorias no local do evento;
5 - o expositor só poderá realizar operações, no território baiano, no recinto da exposição ou feira, sendo que, fora deste, só o fará mediante emissão de Nota Fiscal Avulsa pela repartição fazendária estadual;
6 - no dia anterior ao do encerramento da exposição ou feira, tendo havido comercialização total ou parcial de mercadorias, o expositor apresentará ao posto fiscal ou unidade móvel de fiscalização referido no item 3 os documentos fiscais relativos às vendas realizadas durante a exposição ou feira, acompanhados de demonstrativo com indicação das quantidades, por espécie de mercadoria, e respectivos valores, para apuração e pagamento do imposto devido;
7 - no dia seguinte ao do encerramento da exposição ou feira, tendo havido comercialização de mercadorias após a elaboração do demonstrativo aludido no item anterior, o expositor deverá apresentará à fiscalização os documentos fiscais relativos às vendas realizadas, acompanhados de novo demonstrativo complementando o anterior, com indicação das quantidades, por espécie de mercadoria, e respectivos valores, para apuração e pagamento do imposto devido;
8 - se, de acordo com a Nota Fiscal de origem, a remessa tiver sido efetuada:
8.1 - com incidência do imposto, o ICMS devido à Bahia terá como base de cálculo o valor das operações realizadas na exposição ou feira, desde que não inferior ao valor da entrada, assegurado o direito à compensação do valor apurado com o imposto destacado no documento de origem;
8.2 - com suspensão da incidência, o ICMS devido à Bahia será apurado em função do valor acrescido, assim entendida a diferença entre o valor da operação realizada no evento e o valor correspondente à entrada das mesmas mercadorias;
9 - quando o pagamento do imposto for efetuado em agência bancária, as Notas Fiscais ficarão retidas em poder da fiscalização estadual até a apresentação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) correspondente pelo expositor;
10 - fora do horário de expediente bancário, o pagamento do imposto poderá ser efetuado na rede própria de arrecadação da Secretaria da Fazenda;" (efeitos até 28/02/00)
11 - o retorno das mercadorias remanescentes será acobertado por Nota Fiscal (entrada) emitida pelo expositor ou por Nota Fiscal Avulsa emitida pela repartição fazendária."

IV - a indicação, após a assinatura do representante legal:

a) do nome completo do signatário;

b) do número e do órgão expedidor do seu documento de identidade;

c) da sua condição de sócio, titular, diretor, gerente ou procurador, conforme o caso.

§ 2º No requerimento de que cuida o inciso III do parágrafo anterior, o contribuinte deverá apor o carimbo padronizado de identificação do CGC/MF.

§ 3º No corpo do requerimento ou em documento anexo ao mesmo, serão relacionados os nomes de todos os expositores inscritos, com indicação dos respectivos endereços e números de inscrição, estadual e no CGC/MF.

§ 4º Ao requerimento de que cuida o inciso III do § 1º serão anexados:

I - cópia do ato de criação ou instituição da empresa, a saber:

a) contrato social, registro da firma individual, estatuto ou ata de constituição da sociedade, com prova de estarem devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) contrato social ou ata de constituição da sociedade civil, com prova de estar o instrumento devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

c) fotocópia do ato de criação, tratando-se de órgão da administração pública, entidade da administração indireta ou fundação instituída e mantida pelo poder público, devidamente publicado no Diário Oficial;

II - o instrumento do mandato conferindo poderes ao signatário para assumir compromisso da ordem do termo de responsabilidade previsto no inciso III do § 1º, quando for o caso;

III - cópia do regulamento do evento, sendo que, em caso de inexistência deste, essa circunstância será declarada no referido requerimento.

§ 5º O credenciamento de que trata o § 1º será específico para cada evento que venha a ser realizado neste Estado.

CAPÍTULO XLIX
DAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR CONTA PRÓPRIA OU DE TERCEIROS

SEÇÃO I
Das Remessas de Mercadorias para Industrialização em Outro Estabelecimento Nesta ou em Outra Unidade da Federação

SUBSEÇÃO I
Da Suspensão da Incidências nas Remessas de Mercadorias para Industrialização Nesta ou em Outra Unidade da Federação por Conta do Remetente

Art. 615. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas internas e interestaduais de mercadorias ou bens a serem industrializados, total ou parcialmente, em estabelecimento de terceiro, por conta do remetente (Conv. AE 15/74, Convs. ICM 1/75, 18/78, 32/78, 25/81 e 35/82, e Convs. ICMS 34/90, 80/91 e 151/94).

Nota: A redação atual do *caput* do art. 615 foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

Redação originária, efeitos até 15/09/03:
"Art. 615. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas internas de mercadorias ou bens a serem industrializados, total ou parcialmente, em estabelecimento de terceiro, por conta do remetente (Conv. AE 15/74, Convs. ICM 1/75, 18/78, 32/78, 25/81 e 35/82, e Convs. ICMS 34/90, 80/91 e 151/94)."

§ 1º Na remessa de que trata este artigo, será emitida Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, cuja natureza da operação será "Remessa para industrialização", atribuindo-se às mercadorias o preço estipulado no inciso III do art. 56.

§ 2º Ressalvada a incidência do imposto no tocante ao valor acrescido pelo estabelecimento industrializador, a suspensão prevista neste artigo compreende:

I - a saída que, antes do retorno dos produtos ao estabelecimento autor da encomenda, por ordem deste for efetuada pelo estabelecimento industrializador com destino a outro, também industrializador;

II - a saída efetuada pelo estabelecimento industrializador, em retorno ao autor da encomenda.

§ 3º A suspensão prevista neste artigo é condicionada a que as mercadorias ou bens ou os produtos industrializados resultantes retornem real ou simbolicamente ao estabelecimento de origem, dentro de 180 dias, contados da data da saída do estabelecimento autor da encomenda, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado até duas vezes, por igual período, em face de requerimento escrito do interessado, dirigido à repartição fiscal a que estiver vinculado.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior, salvo prorrogação autorizada pelo fisco, sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno das mercadorias ou bens ou dos produtos industrializados ao estabelecimento de origem, real ou simbólico, será exigido o imposto devido por ocasião da saída originária, sujeitando-se o recolhimento, mesmo espontâneo, à atualização monetária e aos acréscimos moratórios.

§ 5º Considera-se encerrada a fase de suspensão da incidência do imposto, com a verificação de qualquer das seguintes situações:

I - o recebimento em retorno real ou simbólico da mercadoria ou bem ou dos produtos resultantes ao estabelecimento de origem;

II - a transmissão da propriedade da mercadoria ou bem ou dos produtos resultantes da industrialização, pelo autor da encomenda, estando ainda em poder do industrializador;

III - o não atendimento da condição de retorno, no prazo regulamentar.

§ 6º A suspensão prevista neste artigo não se aplicará nas operações interestaduais com sucatas ou com produtos primários de origem animal, vegetal ou mineral, salvo quando for celebrado protocolo entre a Bahia e a unidade federada envolvida na operação, observadas as disposições nele contidas.

Nota: A redação atual do § 6º do art. 615 foi dada pela Alteração nº 44 (Decreto nº 8645 de 15/09/03, DOE 16/09/03).

A alínea "a", do inciso I, do § 6º do art. 615 foi revogada pela Alteração nº 41 (Decreto nº 8511 de 06/05/03, DOE de 07/05/03), efeitos de 07/05/03 a 15/09/03:

Redação originária, efeitos até 06/05/03:
"§ 6º A suspensão prevista neste artigo poderá aplicar-se, também, às operações interestaduais:
I - com mercadorias ou bens a serem industrializados em estabelecimento de terceiro, por conta do remetente, sendo que:
a) nas saídas desta para outra unidade da Federação, o reconhecimento da suspensão é condicionado a que o interessado requeira prévio regime especial nesse sentido, não havendo necessidade, contudo, para concessão do regime, da manifestação ou aquiescência específica da unidade federada envolvida na operação, enquanto estiver em vigor a orientação dos convênios indicados no "caput" deste artigo;" (efeitos até 06/05/03)
b) nas entradas, neste Estado, de mercadorias ou bens a serem industrializados por encomenda de pessoa situada em outra unidade da Federação, é bastante que se cumpram as disposições dos convênios pertinentes (Conv. AE 15/74, Convs. ICM 1/75, 18/78, 32/78, 25/81 e 35/82, e Convs. ICMS 34/90, 80/91 e 151/94).
II - com sucatas ou com produtos primários de origem animal, vegetal ou mineral, desde que a remessa e o retorno real ou simbólico sejam efetuados nos termos de protocolo celebrado entre a Bahia e a unidade federada envolvida na operação."

SUBSEÇÃO II

Das Hipóteses de Incidência, de Suspensão e de Diferimento nas Saídas dos Produtos Industrializados em Retorno ao Estabelecimento Autor da Encomenda

Art. 616. Nas saídas, em retorno real ou simbólico ao estabelecimento de origem, autor da encomenda, das mercadorias ou bens remetidos para industrialização nas condições do artigo anterior, dentro do prazo previsto em seu § 3º, prevalecerá a suspensão da incidência do imposto, no tocante ao valor originário das mercadorias, incidindo, porém, o tributo relativamente ao valor acrescido.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, entende-se como valor acrescido o descrito na alínea "a" do inciso II do art. 59.

Art. 617. Na hipótese do artigo anterior, é diferido o lançamento do imposto, relativamente ao valor acrescido, para o momento em que, após o retorno dos produtos industrializados ao estabelecimento de origem, for por este efetuada a subseqüente saída das mesmas mercadorias ou dos produtos resultantes de sua industrialização seguinte, desde que, cumulativamente:

I - o autor da encomenda e o estabelecimento industrializador sejam situados neste Estado;

II - as mercadorias sejam destinadas a comercialização ou a industrialização com subseqüente saída tributada.

Parágrafo único. Para fruição do diferimento previsto neste artigo, é dispensada a habilitação prevista no art. 344, a menos que se trate de mercadoria enquadrada no regime de diferimento.

SUBSEÇÃO III
Das Demais Obrigações Acessórias do Estabelecimento Industrializador e do Estabelecimento Autor da Encomenda

Art. 618. Nas saídas de mercadorias em retorno ao estabelecimento de origem, autor de encomenda, que as tiver remetido nas condições previstas no art. 615, o estabelecimento industrializador deverá:

I - emitir Nota Fiscal, que terá como destinatário o estabelecimento de origem, autor da encomenda, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

a) o número, a série e a data da emissão, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do emitente da Nota Fiscal que acompanhou as mercadorias recebidas em seu estabelecimento;

b) o valor das mercadorias recebidas para industrialização, o valor das mercadorias empregadas na industrialização e o valor total cobrado do autor da encomenda;

II - efetuar, na Nota Fiscal referida no inciso anterior, o destaque do ICMS sobre o valor total cobrado do autor da encomenda, podendo este aproveitar o crédito, quando admitido.

Parágrafo único. Não se exigirá o destaque do imposto aludido no inciso II, se forem satisfeitas as condições dos incisos I e II do art. 617, ficando diferido o lançamento do imposto conforme ali previsto.

Art. 619. Na hipótese do artigo anterior, se as mercadorias tiverem de transitar por mais de um estabelecimento industrializador, antes de serem entregues ao autor da encomenda, cada um deles deverá (Conv. SINIEF, de 15/12/70):

I - emitir Nota Fiscal para acompanhar o transporte das mercadorias com destino ao industrializador seguinte, sem destaque do ICMS, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

a) a indicação de que a remessa se destina a industrialização por conta e ordem do autor da encomenda, que será qualificado nessa Nota Fiscal;

b) o número, a série e a data da emissão, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no

CGC, do emitente da Nota Fiscal que tiver acompanhado as mercadorias recebidas em seu estabelecimento;

II - emitir Nota Fiscal em nome do estabelecimento autor da encomenda, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

a) o número, a série e a data da emissão, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do emitente da Nota Fiscal que tiver acompanhado as mercadorias recebidas em seu estabelecimento;

b) o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso anterior;

c) o valor das mercadorias recebidas para industrialização, o valor das mercadorias empregadas na industrialização e o valor total cobrado do autor da encomenda;

d) o destaque do ICMS, se devido, que será calculado sobre o valor total cobrado ao autor da encomenda, podendo este aproveitar o crédito, quando admitido.

§ 1º Não se exigirá o destaque do imposto aludido na alínea "d" do inciso II, se forem satisfeitas as condições dos incisos I e II do art. 617, ficando diferido o lançamento do imposto conforme ali previsto.

§ 2º O último estabelecimento industrializador, ao efetuar a saída das mercadorias em retorno ao estabelecimento de origem, autor da encomenda, deverá emitir a Nota Fiscal na forma prevista no artigo anterior.

Art. 620. Quando um estabelecimento mandar industrializar mercadorias, com fornecimento de matérias-primas, produtos intermediários ou material de embalagem adquiridos de fornecedor que efetuar a sua entrega diretamente ao estabelecimento industrializador, sem transitarem pelo estabelecimento adquirente, observar-se-á o seguinte (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70):

I - o estabelecimento fornecedor deverá:

a) emitir Nota Fiscal em nome do estabelecimento adquirente, na qual, além dos demais requisitos, constarão o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento em que os produtos serão entregues, bem como a observação de que se destinam a industrialização;

b) efetuar, na Nota Fiscal referida na alínea anterior, o destaque do ICMS, se devido, que será aproveitado como crédito pelo adquirente, quando admitido;

c) emitir Nota Fiscal, sem destaque do imposto, para acompanhar o transporte das mercadorias ao estabelecimento industrializador, na qual constarão, além dos demais requisitos exigidos, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida na alínea "a", e o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do adquirente, por cuja conta e ordem as mercadorias serão industrializadas;

II - o estabelecimento industrializador deverá:

a) emitir Nota Fiscal, na saída do produto industrializado com destino ao adquirente, autor da encomenda, na qual, além dos demais requisitos exigidos, constarão o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do fornecedor, e o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal por este emitida, referida na alínea "c" do inciso anterior, bem como o valor das mercadorias recebidas para industrialização, o valor das mercadorias empregadas na industrialização e o valor total cobrado do autor da encomenda;

b) efetuar, na Nota Fiscal referida na alínea anterior, sendo o caso, o destaque do ICMS sobre o valor total cobrado do autor da encomenda, podendo este aproveitar o crédito, quando admitido.

§ 1º Não se exigirá o destaque do imposto aludido na alínea "b" do inciso II, se forem satisfeitas as

condições dos incisos I e II do art. 617, ficando diferido o lançamento do imposto conforme ali previsto.

§ 2º Na hipótese deste artigo, se as mercadorias tiverem de transitar por mais de um estabelecimento industrializador, antes de serem entregues ao autor da encomenda, cada um deles procederá na forma prevista no art. 619 (Conv. SINIEF s/nº, de 15/12/70).

Art. 621. Na saída de produtos que, por conta e ordem do autor da encomenda, for efetuada pelo estabelecimento industrializador diretamente a estabelecimento que os tiver adquirido do encomendante, observar-se-á o seguinte:

I - o estabelecimento autor da encomenda deverá:

a) emitir Nota Fiscal em nome do estabelecimento adquirente, na qual, além dos demais requisitos, constarão o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento industrializador que irá efetuar a remessa das mercadorias ao adquirente;

b) efetuar, na Nota Fiscal referida na alínea anterior, o destaque do ICMS, se devido, que será aproveitado como crédito pelo adquirente, quando admitido;

II - o estabelecimento industrializador deverá:

a) emitir Nota Fiscal em nome do estabelecimento adquirente, para acompanhar o transporte das mercadorias, sem destaque do ICMS, na qual, além dos demais requisitos, constarão: como natureza da operação, "Remessa por conta e ordem de terceiro"; o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso anterior; o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do seu emitente;

b) emitir Nota Fiscal em nome do estabelecimento autor da encomenda, na qual, além dos demais requisitos, constarão: como natureza da operação, "Retorno simbólico de produtos industrializados por encomenda"; o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento adquirente para o qual for efetuada a remessa dos produtos; o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida na forma da alínea anterior; o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal pela qual as mercadorias tiverem sido recebidas em seu estabelecimento para industrialização; o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do seu emitente, e, ainda, o valor das mercadorias recebidas para industrialização, o valor das mercadorias empregadas e o valor total cobrado do autor da encomenda;

c) destacar, na Nota Fiscal emitida nos termos da alínea anterior, o valor do ICMS, se devido, calculado sobre o valor total cobrado do autor da encomenda, podendo este aproveitar o crédito, quando admitido.

§ 1º O disposto neste artigo aplicar-se-á, também, à remessa feita pelo estabelecimento industrializador a outro estabelecimento pertencente ao titular do estabelecimento autor da encomenda.

§ 2º O estabelecimento industrializador fica dispensado da emissão da Nota Fiscal de que trata a alínea "a" do inciso II, desde que:

I - a saída dos produtos com destino ao estabelecimento adquirente seja acompanhada da Nota Fiscal prevista no inciso I;

II - no corpo da Nota Fiscal aludida no inciso anterior seja mencionada a data da efetiva saída da mercadoria com destino ao adquirente;

III - na Nota Fiscal a que se refere a alínea "b" do inciso II seja mencionada a circunstância de ter sido a remessa da mercadoria ao adquirente efetuada com o documento fiscal previsto na alínea "a" do inciso I, indicando, ainda, os seus dados identificativos.

§ 3º Não se exigirá o destaque do imposto aludido na alínea "c" do inciso II, se forem satisfeitas as

condições dos incisos I e II do art. 617, ficando diferido o lançamento do imposto conforme ali previsto.

Art. 622. O disposto neste capítulo aplicar-se-á, no que couber, às remessas de mercadorias para recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos destinados ou não a industrialização ou a comercialização.

§ 1º Nas remessas aludidas neste artigo, tratando-se de objetos não destinados a industrialização ou a comercialização, não incide o ICMS, nos termos do item 14.05 da Lista de Serviços (Anexo 1).

Nota: A redação atual do § 1º do art. 622 foi dada pela Alteração nº 63 (Decreto nº 9.426, de 17/05/05, DOE de 18/05/05).

Redação original:
"§ 1º Nas remessas aludidas neste artigo, tratando-se de objetos não destinados a industrialização ou a comercialização, não incide o ICMS, nos termos do item 72 da Lista de Serviços (Anexo 1)."

§ 2º Tratando-se de produtos agropecuários remetidos a estabelecimento beneficiador, para beneficiamento por conta e ordem do remetente, o tratamento previsto neste Capítulo será adotado com as seguintes ressalvas:

I - a suspensão só prevalecerá nas remessas para beneficiamento neste Estado, a menos que se trate de hipótese que atenda ao disposto no inciso II do § 6º do art. 615;

II - o prazo para que as mercadorias retornem ao estabelecimento de origem é de 60 dias, contado da data da saída do estabelecimento autor da encomenda, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo não poderá ser prorrogado;

III - decorrido o prazo previsto no inciso anterior sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno das mercadorias ao estabelecimento de origem, real ou simbólico, será exigido o imposto devido por ocasião da remessa, sujeitando-se o recolhimento, mesmo espontâneo, à atualização monetária e aos acréscimos moratórios.

Art. 623. No caso de a encomenda ser concluída por pessoa não obrigada à emissão de documentos fiscais, inclusive por trabalhador autônomo ou avulso que prestar serviço pessoal, o estabelecimento de origem emitirá Nota Fiscal (entrada), para acobertar o retorno das mercadorias, sendo que:

I - não se exigirá o destaque do imposto no documento fiscal, se forem satisfeitas as condições dos incisos I e II do art. 617, ficando diferido o lançamento do imposto, conforme ali previsto;

II - não sendo admissível a aplicação do disposto no inciso anterior, o estabelecimento de origem assumirá a condição de responsável pelo recolhimento do imposto devido pelo remetente, fazendo constar, no Registro de Entradas, além dos lançamentos de praxe, na coluna "Observações", o valor do imposto a ser recolhido em nome do remetente, devendo o pagamento ser efetuado até o dia 10 do mês subseqüente ao do recebimento das mercadorias industrializadas.

SEÇÃO II
Das Remessas ou Transferências Interestaduais de Bens do Ativo Permanente Sujeitos ou Não a Retorno ao Estabelecimento de Origem

Art. 624. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas interestaduais de bens integrados ao ativo permanente, bem como de moldes, matrizes, gabaritos, padrões, chapelonas, modelos e estampas, para industrialização ou prestação de serviços fora do estabelecimento, ou com destino a outro estabelecimento inscrito como contribuinte, para serem utilizados na elaboração de produtos encomendados pelo

remetente, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem, dentro do prazo de 180 dias, contado da saída efetiva (Conv. ICMS 19/91).

Parágrafo único. Não se aplica a suspensão de que cuida este artigo quando os bens ou materiais forem remetidos em caráter definitivo, hipótese em que será observado o seguinte:

I - na saída do estabelecimento remetente:

a) tratando-se de bem do ativo permanente:

1 - com mais de um ano de uso no próprio estabelecimento, não há incidência do ICMS;

2 - com um ano ou menos de uso no próprio estabelecimento, aplica-se a redução da base de cálculo prevista no inciso I do art. 83;

3 - em ambos os casos dos itens anteriores, deverá ser efetuado o estorno previsto no § 7º do art. 100;

b) tratando-se de bem de uso ou material de consumo (Conv. ICMS 19/91):

1 - será emitida Nota Fiscal, indicando como valor da operação o da última entrada do bem ou material, aplicando-se a alíquota interestadual;

Nota: **A redação atual do item 1, da alínea "b", do parágrafo único do art. 624 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"1 - será emitida Nota Fiscal, indicando como valor da operação o da última entrada do bem de uso ou material de consumo, aplicando-se a alíquota interestadual;"

2 - serão lançados os créditos fiscais originariamente cobrados, a qualquer título, sobre o respectivo bem ou material, pelo valor histórico, se ainda não utilizados;

Nota: **A redação atual do item 2, da alínea "b", do parágrafo único do art. 624 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).**

Redação originária:
"2 - serão lançados os créditos fiscais originariamente cobrados, a qualquer título, sobre o respectivo bem ou material, pelo valor histórico;"

3 - revogado

Nota: O item 3, da alínea "b", do inciso I, do parágrafo único do art. 624 foi revogado pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação anterior dada ao item 3, da alínea "b", do inciso I, do parágrafo único do art. 624 pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98):
"3 - a partir de 01/01/00, além dos créditos relativos à aquisição dos bens ou materiais, serão lançados também os créditos correspondentes ao pagamento da diferença de alíquotas;"

Redação originária, efeitos até 03/03/98:
"3 - a partir de 01/01/98, proceder-se-á na forma da alínea anterior."

II - na entrada, no estabelecimento destinatário, este fará o pagamento da diferença de alíquotas, correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

III - para os efeitos da alínea “b” do inciso I, conforme o caso, será:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso III, do parágrafo único do art. 624 foi dada pela Alteração nº 5 (Decreto nº 7244, de 03/03/98, DOE de 04/03/98).

Redação originária:
"III - para os efeitos dos itens 1 e 2 da alínea "b" do inciso I, conforme o caso, até 31/12/97, será:"

a) concedido crédito presumido, no valor correspondente à diferença apurada, se, do cotejo entre os débitos e os créditos, resultar saldo devedor;

b) exigido o estorno do crédito, no valor correspondente à diferença apurada, se, do cotejo entre os débitos e os créditos, resultar saldo credor.

SEÇÃO III
Das Demais Disposições Relativas à Industrialização de Mercadorias por Encomenda e à Prestação de Serviços com Fornecimento de Mercadorias pelo Prestador

Art. 625. Nas operações realizadas por estabelecimentos industrializadores de mercadorias por encomenda de terceiros e nas prestações de serviços com fornecimento de mercadorias pelo prestador, além das demais disposições regulamentares, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - incidência do imposto:

a) na saída, em retorno ao estabelecimento autor da encomenda, de objetos destinados a comercialização ou industrialização que tenham sido submetidos a industrialização, beneficiamento ou processos similares: art. 2º, VI;

b) no fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios: art. 2º, VI e VIII;

c) no fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, em que haja incidência do ICMS sobre as mercadorias fornecidas: art. 2º, IX;

II - base de cálculo: art. 59.

SEÇÃO IV
Das Remessas para Industrialização ou Conserto no Exterior por Conta do Remetente

Art. 626. É suspensa a incidência do ICMS nas saídas, para o exterior, de mercadorias ou bens remetidos para industrialização, conserto, restauração, recondicionamento ou beneficiamento, quando desembaraçados sob o regime de exportação temporária, bem como nos respectivos retornos, sendo que, no recebimento do produto, por ocasião do desembaraço aduaneiro, será efetuado o recolhimento do imposto sobre o valor acrescido.

§ 1º Entende-se por valor acrescido, para os efeitos deste artigo, a diferença entre o valor da mercadoria constante nos documentos de exportação e o demonstrado na Declaração de Importação, incluídos os tributos federais eventualmente incidentes no desembaraço aduaneiro, bem como as respectivas despesas aduaneiras.

§ 2º A suspensão de que cuida este artigo é condicionada a que as mercadorias ou bens ou os produtos industrializados resultantes retornem real ou simbolicamente ao estabelecimento de origem, dentro de 180 dias, contados da data da saída do estabelecimento autor da encomenda, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado até duas vezes, por igual período, em face de requerimento escrito do interessado, dirigido à repartição fiscal a que estiver vinculado.

§ 3º Considera-se encerrada a fase de suspensão da incidência do imposto, com a verificação de qualquer das seguintes situações:

I - o recebimento em retorno real ou simbólico da mercadoria ou bem ou dos produtos resultantes ao estabelecimento de origem;

II - a transmissão da propriedade da mercadoria ou bem ou dos produtos resultantes da industrialização, pelo autor da encomenda, estando ainda em poder do industrializador;

III - o não atendimento da condição de retorno, no prazo regulamentar.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado no § 2º, salvo prorrogação autorizada pelo fisco, sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno das mercadorias ou bens ou dos produtos industrializados ao estabelecimento de origem, real ou simbólico:

I - a saída será considerada definitiva, sem incidência, porém, do imposto;

II - caso venha a ocorrer o retorno das mercadorias ou bens do exterior após o evento de que cuida este parágrafo, será exigido o imposto no desembaraço aduaneiro, tomando-se como base de cálculo a prevista no art. 58;

III - na hipótese do inciso anterior, se o desembaraço aduaneiro ocorrer com suspensão dos tributos federais, por ser reconhecida pela União a vinculação da operação à remessa anterior, a base de cálculo do ICMS será o valor acrescido (§ 1º).

CAPÍTULO L
DAS REMESSAS DE MERCADORIAS OU BENS PARA CONSERTO

SEÇÃO I
Da Suspensão da Incidência nas Remessas Internas e Interestaduais de Mercadorias ou Bens para Conserto

Art. 627. É suspensa a incidência do ICMS nas remessas internas e interestaduais para conserto, restauração, recondicionamento, manutenção, revisão, lubrificação ou limpeza, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem (Conv. AE 15/74; Convs. ICM 1/75 e 35/82; Convs. ICMS 34/90 e 80/91):

I - de mercadorias;

II - de móveis, máquinas, equipamentos, utensílios, ferramentas e objetos de uso do contribuinte, bem

como de suas partes e peças.

§ 1º Nas remessas de que trata este artigo, será emitida Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, tendo como natureza da operação "Remessa para conserto (ou...)", com indicação da natureza do serviço, atribuindo-se às mercadorias o preço estipulado no inciso III do art. 56.

§ 2º A suspensão prevista neste artigo não se aplica às saídas interestaduais de sucatas para conserto ou processos similares, salvo se a remessa e o retorno se fizerem nos termos de protocolo celebrado entre a Bahia e a unidade federada envolvida na operação.

§ 3º A suspensão prevista neste artigo é condicionada a que as mercadorias ou bens retornem real ou simbolicamente ao estabelecimento de origem, dentro de 180 dias, contados da data da saída, se nesse prazo não for realizada a transmissão de sua propriedade, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado duas vezes, por igual período, em face de requerimento escrito do interessado, dirigido à repartição fiscal a que estiver vinculado.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior, salvo prorrogação autorizada pelo fisco, sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, real ou simbólico, será exigido o imposto devido por ocasião da saída originária, sujeitando-se o recolhimento, mesmo espontâneo, à atualização monetária e aos acréscimos moratórios.

§ 5º Considera-se encerrada a fase de suspensão da incidência do imposto, com a verificação de qualquer das seguintes situações:

I - o recebimento em retorno real ou simbólico da mercadoria ou bem ao estabelecimento de origem;

II - a transmissão da propriedade da mercadoria ou bem, pelo estabelecimento de origem, estando ainda em poder do destinatário;

III - o não atendimento da condição de retorno, no prazo regulamentar.

SEÇÃO II
Das Hipóteses de Incidência, de Suspensão e de Diferimento, nos Retornos ao Estabelecimento de Origem

Art. 628. Nas saídas, em retorno ao estabelecimento de origem, das mercadorias ou bens remetidos nas condições do artigo anterior, dentro do prazo previsto em seu § 3º, prevalecerá a suspensão da incidência do imposto, relativamente ao valor originário das mercadorias ou bens, incidindo, porém, o tributo sobre as partes, peças e outras mercadorias fornecidas pelo prestador do serviço, nas hipóteses especificadas no inciso IX do art. 2º.

Parágrafo único. Acerca da base de cálculo dos fornecimentos de partes, peças e outras mercadorias pelo prestador do serviço, observar-se-á o disposto no art. 59.

Art. 629. Na hipótese do artigo anterior, é diferido o lançamento do imposto, relativamente ao valor acrescido, para o momento em que, após o retorno das mercadorias ao estabelecimento de origem, for por este efetuada sua subseqüente saída, desde que, cumulativamente:

I - o estabelecimento proprietário das mercadorias e o estabelecimento prestador do serviço sejam situados neste Estado;

II - as mercadorias sejam destinadas a comercialização ou a industrialização com subseqüente saída tributada;

III - o valor do conserto venha a ser integrado ao custo das mercadorias a serem vendidas ou industrializadas.

Parágrafo único. Para fruição do diferimento previsto neste artigo, é dispensada a habilitação prevista no

art. 344, a menos que se trate de mercadoria enquadrada no regime de diferimento.

Art. 630. O estabelecimento prestador do serviço, quando do retorno das mercadorias ou bens, emitirá Nota Fiscal própria, contendo o número, a série e a data da Nota Fiscal referida no § 1º do art. 627, tendo como natureza da operação "Devolução de mercadoria recebida para conserto (ou...)", com indicação da natureza do serviço prestado.

Parágrafo único. Na Nota Fiscal de que cuida este artigo, serão indicados:

I - o valor das mercadorias ou bens, que corresponderá ao constante no documento emitido pelo estabelecimento de origem;

II - o valor dos serviços prestados e dos materiais empregados;

III - o destaque do ICMS, quando for o caso.

Art. 631. Quando o encarregado do serviço for pessoa dispensada de emissão de Nota Fiscal, o estabelecimento de origem emitirá, no retorno das mercadorias ou bens, Nota Fiscal (entrada) para acobertar o transporte, contendo, além dos demais requisitos:

I - o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no § 1º do art. 627;

II - o valor das mercadorias ou bens, que corresponderá ao constante no documento emitido pelo estabelecimento de origem;

III - o valor dos serviços prestados e dos materiais empregados;

IV - o destaque do ICMS, quando for o caso.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo:

I - o ICMS, quando devido, será recolhido pelo estabelecimento de origem, na condição de responsável;

II - a Nota Fiscal emitida para efeito de entrada conterá, em destaque, no campo "Informações Complementares", a expressão "ICMS de responsabilidade do emitente", bem como o valor do imposto;

III - no Registro de Entradas do estabelecimento de origem, além dos lançamentos de praxe, será anotado, na coluna "Observações", o valor do imposto a ser por ele recolhido, como responsável, em nome do remetente, devendo o pagamento ser efetuado até o dia 10 do mês subseqüente ao do recebimento das mercadorias ou bens.

CAPÍTULO LI
DOS TRANSPORTADORES DE PASSAGEIROS OU DE MERCADORIAS POR CONTA PRÓPRIA OU DE TERCEIROS

SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 632. Relativamente aos prestadores de serviços de transporte e às pessoas que portarem ou transportarem mercadorias ou bens, por conta própria ou de terceiro, observar-se-á o seguinte:

I - salvo disposição expressa em contrário, a mercadoria deve estar acompanhada, no seu transporte:

a) das vias dos documentos fiscais exigidos pela legislação; e

b) do documento de arrecadação, nos casos em que o imposto deva ser recolhido por ocasião da saída da mercadoria;

II - o trânsito ou porte irregular de mercadoria não se corrige com a posterior emissão de documento fiscal, se a emissão ocorrer depois do início da ação fiscal;

III - o particular pessoa física que estiver portando mercadoria adquirida em estabelecimento comercial ou industrial em momento imediatamente anterior, sendo-lhe exigida pela fiscalização estadual a exibição do documento fiscal, deve fazê-lo, sendo que, na ausência daquele documento, deverá declarar formalmente o preço e o local onde a mercadoria tiver sido adquirida, sob pena de sua apreensão;

IV - os transportadores de mercadorias ou bens exibirão, nos postos fiscais por onde transitarem, independentemente de interpelação, ou nos locais onde forem interceptados pela fiscalização estadual, a documentação das mercadorias e dos serviços, para efeito de conferência;

V - serão exibidos à fiscalização, quando exigidos:

a) o Documento Único de Trânsito (DUT) ou equivalente, no caso de veículo do próprio transportador, ou o contrato de locação ou arrendamento, mesmo que sob a forma de cópia autenticada, no caso de veículo locado ou arrendado, conforme se trate de documento relativo:

1 - ao transporte de carga própria, em veículo próprio, locado ou arrendado, para fins de comprovação da não-incidência do imposto, quando for o caso (art. 644);

2 - ao transporte de mercadoria vendida a preço FOB, em veículo próprio, locado ou arrendado (art. 645, II, "a");

3 - ao transporte de mercadoria vendida a preço CIF, em veículo próprio, locado ou arrendado (art. 646, II, "a");

b) a documentação relativa à prestação do serviço de transporte de passageiros, turistas ou outras pessoas, qualquer que seja o meio de transporte, inclusive para caracterização da não-incidência de que cuida o inciso III do art. 8º;

VI - quando o transporte de mercadoria exigir dois ou mais veículos, observar-se-á o seguinte:

a) a cada veículo corresponderá um documento fiscal, se a mercadoria, por sua quantidade e volume, comportar divisão cômoda;

b) será facultada a emissão de um único documento fiscal, em relação à mercadoria cuja unidade exigir o transporte por mais de um veículo, desde que todos trafeguem juntos para efeito de fiscalização;

c) no caso de mercadoria cuja unidade não possa ser transportada de uma só vez, desde que o ICMS deva incidir sobre o todo:

1 - se o preço de venda se estender para o todo, sem indicação do preço correspondente a cada peça ou parte, a Nota Fiscal inicial especificará o todo, com o lançamento do ICMS, quando for o caso, devendo constar que a remessa será feita em peças ou em partes;

2 - a cada remessa corresponderá nova Nota Fiscal, sem destaque do ICMS, mencionando-se o número, a série e a data da Nota Fiscal a que se refere o item anterior;

VII - para efeitos de definição do local da ocorrência do fato gerador e da alíquota aplicável na hipótese de operação ou prestação sem documentação fiscal ou em situação fiscal irregular, inclusive quando constatada no trânsito, ainda que a mercadoria ou o serviço sejam procedentes de outra unidade da Federação, presume-se a mercadoria ou o serviço, conforme o caso, posta em circulação ou prestado neste Estado, estando sem documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, considerando-se ocorrido o fato gerador no local onde se encontre a mercadoria ou o prestador do serviço, sendo que:

a) será aplicada a alíquota prevista para as operações:

1 - internas, nas situações de que cuida o inciso I do art. 50, a menos que se trate de serviço de transporte aéreo ou de mercadoria ou serviço integrantes da cesta básica ou considerados supérfluos, hipótese em que a alíquota aplicável é a do inciso III do art. 50 ou do art. 51, conforme o caso;

2 - interestaduais, tratando-se de operação ou prestação:

2.1 - que destine mercadoria ou serviço a contribuinte do imposto situado em outra unidade da Federação, ainda que o destinatário seja contribuinte não inscrito, sendo bastante para sua caracterização como contribuinte o preenchimento dos requisitos do art. 36;

2.2 - relativa a mercadoria sem destinatário certo a ser vendida ou entregue em outra unidade da Federação, sempre que a quantidade ou volume caracterize intuito comercial;

b) sendo a mercadoria procedente de outra unidade da Federação, se a documentação fiscal não indicar o destinatário da carga, presume-se ser a mercadoria destinada a este Estado;

c) a exigência do imposto referente à prestação do serviço de transporte de carga, quando iniciada em outra unidade da Federação, só se efetivará se, concomitantemente, a carga transportada também estiver desacompanhada da documentação fiscal exigida;

VIII - o imposto será devido pelo seu valor total, sem qualquer dedução, se a mercadoria não estiver acompanhada de documentação fiscal;

IX - no trânsito de mercadorias e nos casos de serviços de transporte em situação irregular, a base de cálculo do imposto poderá ser fixada por meio de arbitramento (art. 938, V).

§ 1º Além das normas comuns aos demais contribuintes e das diversas situações contempladas neste capítulo, constituem disposições inerentes às atividades, interesses e obrigações dos prestadores de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, dentre outras, as seguintes:

Nota: O parágrafo único do art. 632 foi renumerado para § 1º pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

I - incidência: art. 1º, § 2º, VI;

II - ocorrência do fato gerador: art. 3º;

III - não incidência do imposto: art. 8º (hipóteses de não-incidência); art. 7º, IV, "d" (diferença de alíquotas);

Nota: A redação atual do inciso III, do § 1º do art. 632 foi dada pela Alteração nº 4 (Decreto nº 6903, de 16/10/97, DOE de 17/10/97).

Redação originária:
"III - não incidência do imposto: art. 8º;"

IV - isenção: art. 30;

V - local da prestação: art. 48;

VI - base de cálculo: arts. 61 e 62; art. 63, III; arts. 66 a 68; art. 73, VII, § 1º, III, e §§ 3º e 4º;

VII - contribuinte: art. 36, § 1º, II; art. 36, § 2º, II e XIV;

VIII - transporte intermunicipal de mercadorias enquadradas no regime de diferimento: art. 343, § 2º;

Nota: A redação atual do inciso VIII, do §1º do art. 632 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação originária:
"VIII - transporte intermunicipal de mercadorias enquadradas no regime de diferimento: art. 343, XXXIX;".

IX - responsabilidade solidária pelos tributos devidos por terceiro: art. 39, I e XI;

X - substituição tributária: arts. 61 e 62; art. 63, III; art. 353, § 1º; art. 357, parágrafo único; arts. 380 a 382;

XI - alíquotas: art. 50

XII - crédito fiscal: art. 93; art. 96, XI;

XIII - inscrição cadastral: art. 150, I, "e"; art. 150, II e III; art. 186, I, II, III e IV; art. 633;

Nota: A redação atual do inciso XIII, do § 1º do art. 632 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada ao inciso XIII, do § 1º do art. 632 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos de 01/01/99 a 09/09/05:
"XIII - inscrição cadastral: art. 150, I, "e"; art. 150, II e III; art. 152, § 5º, I, II, III e IV; art. 633;"

Redação originária, efeitos até 31/12/98:
"XIII - inscrição cadastral: art. 150, I, "e"; art. 633; art. 152, § 5º, I, II, III e IV;"

XIV - emissão de documentos fiscais: art. 201; arts. 243 a 299;

XV - autorização para manter documentos fiscais fora do estabelecimento: art. 145, § 2º;

XVI - escrituração de livros fiscais: arts. 314 a 331; arts. 298 e 299; art. 633;

XVII - pagamento do imposto:

a) na entrada no território deste Estado: art. 125, § 3º, e art. 632, VII, "c";

Nota: A redação atual da alínea "a", do inciso XVII, do parágrafo único do art. 632 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

Redação anterior dada a alínea "a", do inciso XVII, do parágrafo único do art. 632 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"*a) por estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal, como microempresa e como empresa de pequeno porte: art. 124;*".

Redação Originária:
"*a) por estabelecimento inscrito na condição de contribuinte normal: art. 124;*".

b) no início da prestação: art. 125, IV, e § 2º;

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

A redação atual da alínea "b", do inciso XVII, do parágrafo único do art. 632 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.

Redação Originária:
"*b) na fronteira ou na primeira repartição fazendária do percurso: art. 125, § 3º, e art. 632, VII, "c";*".

c) no início da prestação: art. 125, IV, e § 2º; art. 310; art. 443;

d) na condição de responsável solidário: art. 128;

e) no caso de contribuinte submetido a regime especial de fiscalização e pagamento: arts. 920 e 921;

XVIII - apresentação da DMA e da CS-DMA: art. 333.

§ 2º Fica dispensado o lançamento e o pagamento do ICMS incidente nas prestações internas de serviços de transporte de carga, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais e o destaque do imposto no Conhecimento de Transporte emitido para documentar a prestação.

Nota: **A redação atual do § 2º do art. 632 foi dada pela Alteração nº 39 (Decreto nº 8435, de 03/02/03, DOE de 04/02/03), efeitos a partir de 01/01/03.**

Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 632 pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02), efeitos a partir de 01/01/03. (sem efeito)
"§ 2º Fica dispensado o lançamento e o pagamento do ICMS incidente nas prestações internas de serviços de transporte de carga, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais."

SEÇÃO II
Da Inscrição Única e da Escrituração Fiscal Centralizada

Art. 633. Poderá ser concedida inscrição única, relativa a todos os estabelecimentos localizados neste Estado, à empresa transportadora de cargas, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas, prestadora de serviços de transporte rodoviário ou aquaviário intermunicipal, interestadual ou internacional.

§ 1º A empresa transportadora que optar pela manutenção de inscrição única deverá:

I - providenciar que cada estabelecimento, seja matriz, filial, agência, ponto de venda ou veículo, emita o documento Resumo de Movimento Diário, de que cuidam os arts. 298 e 299, de acordo com a distribuição efetuada pelo estabelecimento centralizador, anotada no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, sendo que:

a) o Resumo de Movimento Diário destina-se à escrituração do Registro de Saídas;

b) no Resumo de Movimento Diário devem ser relacionados os documentos fiscais emitidos pelos diversos estabelecimentos;

c) o Resumo de Movimento Diário deve ser enviado pelo estabelecimento emitente para o estabelecimento centralizador, no prazo de 3 dias, contado da data de sua emissão;

d) o documento referido neste artigo será emitido diariamente, em 2 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

1 - a 1ª via será enviada pelo emitente ao estabelecimento centralizador, para escrituração do Registro de Saídas;

2 - a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - indicar, no campo "Observações" ou no verso da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais, mesmo que por meio de códigos, os locais onde serão emitidos os Bilhetes de Passagem ou os Conhecimentos de Transporte;

III - manter o controle da distribuição dos Bilhetes de Passagem e dos Conhecimentos de Transporte para os diversos locais de emissão;

IV - centralizar os registros e as informações fiscais, devendo manter à disposição do fisco estadual os documentos relativos a todos os locais envolvidos;

V - apresentar a Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) e sua Cédula Suplementar (CS-DMA), na forma e prazos previstos no art. 333, declarando o valor total das prestações efetuadas e do ICMS, por Município, levando em consideração o local da ocorrência do fato gerador do imposto, independentemente do ponto de linha inicial, em se tratando de transporte de passageiros.

§ 2º As empresas de transporte de passageiros poderão emitir, por unidade da Federação, o Resumo de Movimento Diário na sede da empresa, mesmo que fora do território baiano, com base em demonstrativo de venda de Bilhetes emitidos pelas agências, filiais, pontos de venda ou veículos, devendo sua escrituração ser efetuada até o dia 10 do mês seguinte.

§ 3º Os demonstrativos de venda de Bilhetes referidos no parágrafo anterior, emitidos pelas agências, filiais, pontos de venda ou veículos, utilizados como suporte para elaboração dos Resumos de Movimento Diário, terão numeração e seriação controladas pela empresa transportadora, e deverão ser conservados por período não inferior a 5 exercícios completos.

§ 4º Quando o transportador de passageiros remeter blocos de Bilhetes de Passagem para serem vendidos em outra unidade federada, o estabelecimento remetente deverá anotar no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências os números inicial e final dos Bilhetes de Passagem e dos formulários de Resumo de Movimento Diário, bem como o local onde serão emitidos, os quais, após serem emitidos pelo estabelecimento localizado na outra unidade da Federação, deverão retornar ao estabelecimento de origem para serem escriturados no livro Registro de Saídas, no prazo de 5 dias, contado da data de sua emissão.

§ 5º No caso de empresa transportadora que opte pelo regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia), observar-se-ão as disposições dos arts. 383-A e seguintes.

Nota: O § 5º foi acrescentado ao art. 633 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

SEÇÃO III
Da Subcontratação de Transporte

Art. 634. Na subcontratação de serviço de transporte, a prestação será acobertada pelo Conhecimento de Transporte emitido pelo transportador contratante (Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 14/89 e 15/89).

§ 1º A empresa transportadora, ao subcontratar outro transportador para dar início à execução do serviço, emitirá o Conhecimento de Transporte, fazendo constar, no campo "Observações" deste documento ou,

quando for o caso, do Manifesto de Carga, a expressão "Transporte subcontratado com ....., proprietário do veículo marca ....., placa nº ....., UF .....".

§ 2º O transportador subcontratado fica dispensado da emissão de Conhecimento de Transporte.

§ 3º Se, para efeitos de faturamento, for emitido Conhecimento de Transporte pela empresa subcontratada, será vedado o destaque do ICMS.

§ 4º Na hipótese de subcontratação de prestação de serviço de transporte de carga, a responsabilidade pelo pagamento do imposto é atribuída à empresa transportadora contratante, desde que inscrita no cadastro de contribuintes da unidade federada de início da prestação do serviço, salvo no caso de transporte intermodal.

§ 5º Entende-se por subcontratação aquela efetuada na origem da prestação do serviço, por opção do transportador em não realizar o serviço em veículo próprio.

SEÇÃO IV
Do Redespacho de Mercadoria

Art. 635. Quando o serviço de transporte de carga for efetuado por redespacho, deverão ser adotados os seguintes procedimentos (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 14/89):

I - ocorrendo o redespacho entre empresas transportadoras inscritas neste Estado na condição de contribuintes normais:

Nota: A redação atual do *caput* do inciso I do art. 635 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"I - ocorrendo o redespacho entre empresas transportadoras inscritas neste Estado:"
, para acréscimo da expressão "*na condição de contribuintes normais*".

a) o transportador contratado, ao receber a carga para redespacho:

1 - emitirá o Conhecimento de Transporte, nele lançando o valor do frete e o imposto correspondente ao serviço que lhe couber executar, bem como os dados relativos ao redespacho;

2 - anexará a 2ª via do Conhecimento de Transporte, emitido na forma do item anterior, à 2ª via do Conhecimento de Transporte que tiver acobertado a prestação do serviço até o seu estabelecimento, as quais acompanharão a carga até o seu destino;

3 - entregará ou remeterá a 1ª via do Conhecimento de Transporte emitido na forma do item 1 ao transportador contratante do redespacho, dentro de 5 dias, contados da data do recebimento da carga;

b) o transportador contratante do redespacho:

1 - anotará na via do Conhecimento presa ao bloco (emitente), referente à carga redespachada, o nome e o endereço do transportador contratado, bem como o número, a série e subsérie e a data da emissão do Conhecimento referido no item 1 da alínea anterior;

2 - arquivará, em pasta própria, os Conhecimentos recebidos do transportador contratado, para efeito de comprovação de crédito do ICMS, quando cabível;

II - ocorrendo o redespacho entre empresa transportadora e transportador autônomo, isto é, já tendo a

transportadora iniciado a prestação e tendo o preço do serviço sido cobrado por ela até o destino da carga, poderá a transportadora contratante, quando inscrita na condição de contribuinte normal, emitir, em substituição ao Conhecimento apropriado, o documento Despacho de Transporte (arts. 271 a 274).

Nota: A redação atual do inciso II do art. 635 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"II - ocorrendo o redespacho entre empresa transportadora e transportador autônomo, isto é, já tendo a transportadora iniciado a prestação e tendo o preço do serviço sido cobrado por ela até o destino da carga, poderá a transportadora contratante emitir, em substituição ao Conhecimento apropriado, o documento Despacho de Transporte (arts. 271 a 274)."

§ 1º O imposto devido pelo transportador autônomo (ou por transportadora não inscrita neste Estado) será retido pela empresa transportadora contratante, na hipótese do inciso II, e poderá ser por ela utilizado como crédito, se o preço do serviço for por ela cobrado até o destino da carga.

§ 2º Quando for contratada a complementação de transporte por empresa transportadora estabelecida em unidade federada diversa daquela onde for executado o serviço, a 1ª via do Despacho de Transporte, após o transporte, será enviada à empresa transportadora contratante, para fins de apropriação do crédito do imposto retido relativo à prestação complementar.

§ 3º Entende-se por redespacho a contratação, por empresa transportadora, de outro transportador para completar a execução do serviço de transporte por ela iniciado.

§ 4º No caso de empresa transportadora inscrita como microempresa ou empresa de pequeno porte, observar-se-ão as regras dos arts. 383-A e seguintes.

Nota: O § 4º foi acrescentado ao art. 635 pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

SEÇÃO V
Da Devolução e do Retorno de Cargas

Art. 636. Nas hipóteses de devolução ou de retorno de mercadorias ou bens:

I - a documentação fiscal relativa à devolução da carga será emitida de acordo com os arts. 651 a 653;

II - no retorno de carga que por qualquer motivo não tiver sido entregue ao destinatário:

a) o Conhecimento de Transporte originário poderá servir para acobertar a prestação de retorno ao remetente, desde que, antes de se iniciar o retorno, seja feita observação dessa circunstância nas 1ªs vias dos documentos relativos à carga e à prestação do serviço (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89);

b) a mercadoria retornará acobertada pela Nota Fiscal originária, atendido o disposto no § 1º do art. 654.

SEÇÃO VI
Da Coleta de Carga no Endereço do Remetente

Art. 637. A empresa transportadora que efetuar a coleta de carga no endereço do remetente emitirá o documento Ordem de Coleta de Cargas (arts. 275 e 276).

Parágrafo único. Quando a carga for retirada de local diverso do endereço do remetente, essa

circunstância será mencionada na Ordem de Coleta de Cargas ou, conforme o caso, no campo "Observações" do Conhecimento de Transporte, devendo ser ainda indicados os dados identificativos do estabelecimento ou da pessoa em cujo endereço for feita a coleta, tais como nome, números de inscrição, estadual e no CGC, ou CPF, e endereço.

SEÇÃO VII
Do Transporte Intermodal

Art. 638. No transporte intermodal, o Conhecimento de Transporte será emitido pelo preço total do serviço, devendo o imposto ser recolhido à unidade da Federação onde se iniciar a prestação do serviço, observado o seguinte (Conv. ICMS 90/89):

I - o Conhecimento de Transporte poderá ser acrescido dos elementos necessários à caracterização do serviço, incluídos os dados do veículo transportador e a indicação da modalidade do serviço;

II - no início de cada modalidade de transporte, será emitido o Conhecimento de Transporte correspondente ao serviço a ser executado;

III - para fins de apuração do imposto, será lançado a débito o valor constante no Conhecimento intermodal, e a crédito o valor constante no Conhecimento emitido quando da realização de cada modalidade da prestação.

SEÇÃO VIII
Do Excesso de Bagagem

Art. 639. Nos casos de transporte de passageiros, havendo excesso de bagagem, as empresas transportadoras emitirão o respectivo Conhecimento para acobertar o transporte da bagagem (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 14/89).

Art. 640. Na hipótese do artigo anterior, as empresas de transporte poderão emitir, em substituição ao Conhecimento próprio (arts. 283, 288, 292 e 296), o Documento de Excesso de Bagagem, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 14/89):

I - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do emitente;

II - o número de ordem e o número da via;

III - o preço do serviço;

IV - o local e a data de emissão;

V - a natureza da prestação: "Transporte de excesso de bagagem";

VI - os dados previstos no inciso II do art. 199.

§ 1º As indicações dos incisos I, II e VI serão impressas tipograficamente.

§ 2º O Documento de Excesso de Bagagem será emitido antes do início da prestação do serviço.

§ 3º O documento de excesso de bagagem será emitido em 2 vias, no mínimo, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao usuário do serviço;

II - a 2ª via ficará fixa ao bloco, para exibição ao fisco.

§ 4º No final do período de apuração, será emitida Nota Fiscal de Serviço de Transporte, que englobará o

total das prestações de serviço objeto dos Documentos de Excesso de Bagagem, na qual, além dos demais requisitos exigidos, serão mencionados os números de ordem daqueles documentos.

§ 5º A Nota Fiscal de Serviço de Transporte de que cuida o parágrafo anterior:

I - será lançada no Registro de Saídas;

II - não terá sua 1ª via destacada do bloco.

SEÇÃO IX
Do Transbordo de Cargas, Turistas, Pessoas e Passageiros

Art. 641. Para efeito de emissão de documento fiscal, não caracteriza o início de nova prestação de serviço de transporte o transbordo de cargas, de turistas, de pessoas ou de passageiros, realizado por empresa transportadora, ainda que com a intervenção de outro estabelecimento situado nesta ou em outra unidade da Federação, desde que sejam utilizados veículos próprios, e que no documento fiscal respectivo sejam mencionados o local de transbordo e as condições que o ensejaram (Conv. SINIEF 06/89 e Ajuste SINIEF 01/89).

Parágrafo único. Considera-se veículo próprio, para os efeitos deste artigo, além daquele que se encontrar registrado em nome do prestador do serviço, o utilizado em regime de locação ou forma similar.

SEÇÃO X
Da Dispensa de Emissão de Conhecimento de Transporte

Art. 642. A emissão dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário, Aquaviário e Aéreo poderá ser dispensada, a cada prestação, observado o disposto no inciso II do art. 382.

SEÇÃO XI
Do Serviço de Transporte Sujeito a Substituição Tributária e do Transporte Efetuado por Autônomo

Art. 643. Os contratantes ou tomadores e os prestadores de serviços de transporte, além das demais disposições regulamentares inerentes às prestações do gênero, observarão, especialmente, as seguintes situações, no tocante à substituição tributária e às prestações efetuadas por transportador autônomo:

I - substituição tributária por antecipação, nos termos dos arts. 380 a 382:

a) sendo o serviço efetuado por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado;

b) tratando-se de prestações sucessivas se serviço de transporte;

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 643 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação Originária:
"b) tratando-se de prestação vinculada a contrato para prestações sucessivas;."

II - substituição tributária por diferimento: art. 343, § 2º;

Nota: A redação atual do inciso II do art. 643 foi dada pela Alteração nº 19 (Decreto nº 7842, de 11/09/00, DOE de 12/09/00).

Redação originária:

"II - substituição tributária por diferimento: art. 343, XXXIX;"

III - outras hipóteses relacionadas com a prestação de serviços por transportador autônomo ou em veículo de empresa transportadora não inscrita neste Estado:

a) transporte de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária: art. 353, § 1º; art. 357, parágrafo único;

b) base de cálculo: arts. 61 e 62; art. 63, III; art. 73, VII, § 1º, III, e §§ 3º e 4º;

c) pagamento do imposto:

1 - na fronteira ou na primeira repartição fazendária do percurso: art. 125, § 3º; art. 632, VII, "c";

2 - no início da prestação: art. 125, IV, e § 2º;

Nota: A redação atual do item 2, do inciso III do art. 643 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99).

Redação Originária:
"*2 - no início da prestação: art. 125, IV, e § 2º; art. 310; art. 443;*".

3 - na condição de responsável solidário: art. 128.

SEÇÃO XII
Do Transporte de Carga Própria

Art. 644. O documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria ou bem servirá, também, para documentar o transporte, quando este for efetuado em veículo próprio:

I - no transporte de mercadorias efetuado pelo adquirente;

II - no trânsito de mercadorias para vendas fora do estabelecimento em veículo do próprio remetente;

III - nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular;

IV - nos demais casos de transporte de carga própria.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, na Nota Fiscal relativa à circulação das mercadorias ou bens, além das demais exigências regulamentares, devem constar:

I - os dados do veículo transportador, para comprovação de que se trata de veículo próprio, locado ou arrendado;

II - a expressão: "Transporte de carga própria".

§ 2º Não incide o ICMS no caso de transporte de carga própria.

§ 3º Entende-se como veículo próprio, para os efeitos deste artigo, aquele em que o possuidor detenha a propriedade plena do veículo, comprovada esta mediante a apresentação do Documento Único de Trânsito (DUT), ou equivalente, e como veículo locado ou arrendado aquele em que o locatário tenha a posse contínua do veículo e possa utilizá-lo, como próprio, durante a vigência do contrato.

SEÇÃO XIII

Do Transporte de Mercadoria Vendida a Preço FOB

Art. 645. No transporte de mercadoria cuja operação de circulação seja realizada a preço FOB, sendo o transporte efetuado:

I - pelo adquirente, observar-se-á o disposto no artigo anterior;

II - pelo remetente, em veículo próprio, locado ou arrendado, quando a despesa acessória do frete for cobrada do destinatário ou a ele debitada, o documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria servirá, também, para acobertar o transporte, caso em que, na Nota Fiscal, além das demais exigências regulamentares, o remetente da mercadoria fará constar:

a) os dados do veículo transportador, para comprovação de que se trata de veículo próprio, locado ou arrendado (§ 3º do artigo anterior);

b) o valor do frete - despesa acessória -, sendo que esse valor integrará a base de cálculo da operação mercantil;

c) a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado pelo remetente";

III - por transportador autônomo:

a) sendo o remetente o contratante do serviço, em consonância com o inciso II do parágrafo único deste artigo, e sendo ele inscrito na condição de contribuinte normal, figurando como sujeito passivo por substituição, o documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria servirá, também, para acobertar o transporte, caso em que, na Nota Fiscal, o remetente da mercadoria ou o depositário, conforme o caso, fará constar, além das demais indicações exigidas:

1 - o destaque do ICMS sobre o valor de sua própria operação, se devido;

2 - a expressão: "ICMS sobre transporte retido";

3 - o valor do frete, que não integrará a base de cálculo do imposto relativo à operação, e a base de cálculo do imposto referente ao frete, se diferente daquele, bem como a alíquota aplicada;

4 - o destaque do ICMS retido relativo ao frete;

5 - a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado por autônomo";

b) tratando-se de aquisição de mercadoria a produtor rural ou extrator dispensados de inscrição no CAD-ICMS ou a pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, a Nota Fiscal que o destinatário emitir para documentar a entrada da mercadoria servirá também para documentar o lançamento do imposto relativo ao serviço de transporte, caso em que o destinatário fará constar no referido documento:

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso III do art. 645 foi dada pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00).

Redação Originária:
"b) tratando-se de aquisição de mercadoria a produtor rural ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais ou a pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, sendo o destinatário o contratante do serviço, e sendo ele inscrito na condição de contribuinte normal, figurando como sujeito passivo por substituição, o documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria servirá, também, para acobertar o transporte, caso em que, na Nota Fiscal (entrada), além das demais exigências regulamentares, o destinatário da mercadoria fará constar:".

1 - o destaque do ICMS sobre o valor da operação de saída, se devido;

2 - a expressão: "ICMS sobre transporte retido";

3 - o valor do frete, que não integrará a base de cálculo do imposto relativo à operação, e a base de cálculo do ICMS referente ao frete, se diferente daquele, bem como a alíquota aplicada;

4 - o destaque do ICMS retido relativo ao frete;

5 - a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado por autônomo";

c) não sendo o remetente o contratante do serviço, ou sendo o remetente ou destinatário microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante ou, ainda, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, se o documento fiscal for emitido pelo remetente ou se o remetente for pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Notas Fiscais, deverá o interessado efetuar o recolhimento antes do início da prestação do serviço;

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

A **redação atual da alínea "c", do inciso III do art. 645 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.**

Redação anterior dada a alínea "c", do inciso III do art. 645 dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99:
"*c) não sendo o remetente o contratante do serviço, ou sendo o remetente ou destinatário microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante ou, ainda, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, se o documento fiscal for emitido pelo remetente ou se o remetente for pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Notas Fiscais, deverá o interessado procurar a repartição fazendária para emissão de Nota Fiscal Avulsa e pagamento do imposto sobre o frete (arts. 307 a 313);*".

Redação originária:
"*c) não sendo o remetente o contratante do serviço, ou sendo o remetente ou destinatário microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante ou, ainda, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, se o documento fiscal for emitido pelo remetente ou se o remetente for pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Notas Fiscais, deverá o interessado procurar a repartição fazendária para emissão de Nota Fiscal Avulsa e pagamento do imposto sobre o frete (arts. 307 a 313);*".

d) em substituição aos procedimentos previstos nas alíneas "a" e "b", poderá o estabelecimento comercial ou industrial ser autorizado a emitir Conhecimento de Transporte, para fins, unicamente, de documentação e destaque do imposto a ser retido, na condição de responsável;

e) tratando-se de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária:

1 - nas operações internas, se, na Nota Fiscal emitida pelo remetente da mercadoria, for destacada e incluída a parcela do frete na base de cálculo para fins de retenção do imposto relativo à mercadoria, será dispensada a retenção do ICMS que corresponderia ao frete, devendo na Nota Fiscal constar a expressão "Imposto sobre o frete compreendido na substituição tributária da mercadoria";

2 - nas operações interestaduais em que o tomador do serviço de transporte seja o destinatário da mercadoria, se, na Nota Fiscal emitida pelo remetente, for destacada e incluída a parcela do frete na base de cálculo para fins de retenção do imposto relativo à mercadoria, deverá ser compensado, na apuração do imposto a ser antecipado, o ICMS retido sobre o frete;

3 - nas hipóteses dos itens anteriores, quando for impossível a inclusão do valor do frete na base de cálculo da operação mercantil, por não ser o remetente o contratante do serviço ou por não ser aquele valor conhecido pelo remetente no momento da emissão do documento fiscal, deverá o interessado efetuar o recolhimento antes do início da prestação do serviço;

Nota: Os efeitos das modificações produzidas pela Alteração 15 foram postergados para 01/06/00, conforme disposto no art. 4º da Alteração nº 16 (Decreto nº 7759 de 23/02/00, DOE de 24/02/00).

A redação atual da item 3, da alínea "e", do inciso III do art. 645 foi dada pela Alteração nº 15 (Decreto nº 7729, de 29/12/99, DOE de 30/12/99), efeitos a partir de 01/03/00.

Redação originária:
"*3 - nas hipóteses dos itens anteriores, quando for impossível a inclusão do valor do frete na base de cálculo da operação mercantil, por não ser o remetente o contratante do serviço ou por não ser aquele valor conhecido pelo remetente no momento da emissão do documento fiscal, deverá o interessado procurar a repartição fazendária para pagamento do imposto sobre o frete (arts. 307 a 313);*".

4 - sendo o remetente o contratante do serviço e tendo o imposto relativo à mercadoria sido antecipado em operação anterior, deverá o remetente efetuar a retenção do imposto sobre o frete, fazendo constar no documento fiscal as indicações previstas nos itens 2 a 5 da alínea “a” ;

5 - se a mercadoria tiver preço máximo ou único de venda a varejo fixado pelo fabricante, pelo importador ou pela autoridade competente, e se no referido preço estiver incluído o valor do frete, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, não sendo devido o ICMS sobre o frete, devendo na Nota Fiscal constar a expressão "Imposto sobre o frete compreendido na substituição tributária da mercadoria";

f) sendo o remetente das mercadorias contribuinte enquadrado no regime SimBahia Rural e o destinatário, contratante do serviço, inscrito na condição de contribuinte normal, caberá ao:

Nota: A redação atual da alínea "f", do inciso III do *caput* do art. 645 foi dada pela Alteração nº 65 (Decreto nº 9545, de 09/09/05, DOE de 10 e 11/09/05).

Redação anterior dada à alínea "f", do inciso III do *caput* do art. 645 pela Alteração nº 17 (Decreto nº 7824, de 17/07/00, DOE de 18/07/00):
"f) sendo o remetente das mercadorias contribuinte inscrito na condição de produtor-SimBahia Rural e o destinatário, contratante do serviço e inscrito na condição de contribuinte normal, o remetente emitirá Nota Fiscal de Produtor Rural para acobertar o trânsito das mercadorias e o destinatário emitirá Nota Fiscal de Entrada relativa à aquisição do serviço de transporte, que conterá, além das demais exigências, as previstas nos itens 2 a 5 da alínea e;"

1 - remetente, emitir nota fiscal de produtor rural para acobertar o trânsito das mercadorias;

2 - destinatário, emitir nota fiscal de entrada relativa à aquisição do serviço de transporte, que conterá, além das demais exigências, as previstas nos itens 2 a 5 da alínea “e” deste inciso;

IV - por empresa transportadora inscrita no cadastro de contribuintes deste Estado, seja esta coligada ou não à empresa remetente, o transporte da mercadoria será acobertado pela Nota Fiscal e pelo Conhecimento de Transporte, devendo-se observar o seguinte:

a) a Nota Fiscal, além das demais exigências regulamentares, conterá o destaque do ICMS sobre o valor da operação própria do remetente, se devido;

b) o Conhecimento de Transporte será emitido na forma regulamentar, com destaque do ICMS;

c) tratando-se de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária:

1 - nas operações internas, se, na Nota Fiscal emitida pelo remetente da mercadoria, for destacada e incluída a parcela do frete na base de cálculo para fins de retenção do imposto, a empresa transportadora, ao emitir o Conhecimento de Transporte, não destacará o ICMS, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a expressão "Imposto compreendido na substituição tributária da mercadoria";

2 - nas operações interestaduais em que o tomador do serviço de transporte seja o destinatário da mercadoria, se, na Nota Fiscal emitida pelo remetente, for destacada e incluída a parcela do frete na base de cálculo para fins de retenção do imposto, deverá ser compensado, na apuração do imposto a ser retido, o ICMS destacado no Conhecimento de Transporte emitido pela transportadora;

3 - nas hipóteses dos itens anteriores, quando for impossível a inclusão do valor do frete na base de cálculo da operação mercantil, por não ser aquele valor conhecido pelo remetente no momento da emissão do documento fiscal, ou tendo o imposto relativo à mercadoria sido antecipado em operação anterior, o Conhecimento de Transporte será emitido pela empresa transportadora com destaque do imposto (art. 357, parágrafo único);

4 - se a mercadoria tiver preço máximo ou único de venda a varejo fixado pelo fabricante, pelo importador ou pela autoridade competente, e se no referido preço estiver incluído o valor do frete, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, e a empresa transportadora, ao emitir o Conhecimento de Transporte, não destacará o ICMS, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a expressão "Imposto compreendido na substituição tributária da mercadoria".

Parágrafo único. Entende-se por preço FOB aquele em que as despesas de frete e seguro:

I - corram por conta do destinatário da mercadoria;

II - sejam pagas antecipadamente pelo remetente e incluídas, em destaque, no documento fiscal, integrando o valor da operação, para fins de reembolso, pelo destinatário ao remetente, do valor correspondente.

SEÇÃO XIV
Do Transporte de Mercadoria Vendida a Preço CIF

Art. 646. No transporte de mercadoria cuja operação de circulação seja realizada a preço CIF, sendo o transporte efetuado:

I - pelo adquirente, observar-se-á o disposto no art. 644;

II - pelo remetente, em veículo próprio, locado ou arrendado, o documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria servirá, também, para acobertar o transporte, caso em que, na Nota Fiscal, além das demais exigências regulamentares, o remetente da mercadoria fará constar:

a) os dados do veículo transportador, para comprovação de que se trata de veículo próprio, locado ou arrendado (art. 644, § 3º);

b) a expressão: "Frete incluído no preço da mercadoria" ou "Venda a preço CIF";

c) a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado pelo remetente";

III - por transportador autônomo:

a) sendo o remetente inscrito na condição de contribuinte normal, assumindo a condição de sujeito passivo por substituição, o documento fiscal que acobertar a circulação da mercadoria servirá, também,

para acobertar o transporte, caso em que, na Nota Fiscal, o remetente da mercadoria ou o depositário, conforme o caso, fará constar, além das demais indicações exigidas:

1 - o destaque do ICMS sobre o valor de sua própria operação, se devido;

2 - a expressão: "Frete incluído no preço da mercadoria" ou "Venda a preço CIF";

3 - a expressão: "ICMS sobre transporte retido";

4 - o valor do frete e a base de cálculo do imposto referente ao frete, se diferente daquele, bem como a alíquota aplicada;

5 - o destaque do ICMS retido relativo ao frete;

6 - a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado por autônomo";

b) em substituição ao procedimento previsto na alínea anterior, poderá o estabelecimento comercial ou industrial remetente ser autorizado a emitir Conhecimento de Transporte, para fins, unicamente, de documentação e destaque do imposto a ser retido, na condição de responsável;

c) sendo o remetente microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante ou, ainda, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, se o documento fiscal for emitido pelo remetente ou, conforme o caso, se o remetente for pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Notas Fiscais, deverá o interessado procurar a repartição fazendária para pagamento do imposto sobre o frete (arts. 307 a 313);

Nota: A redação atual da alínea "c", do inciso III do art. 646 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"c) sendo o remetente microempresa comercial varejista ou microempresa ambulante ou, ainda, produtor ou extrator não equiparados a comerciantes ou a industriais, se o documento fiscal for emitido pelo remetente ou, conforme o caso, se o remetente for pessoa não inscrita ou não obrigada à emissão de Notas Fiscais, deverá o interessado procurar a repartição fazendária para pagamento do imposto sobre o frete (arts. 307 a 313);"

d) tratando-se de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária:

1 - nas operações internas e interestaduais, tendo em vista que o valor do frete está incluído na base de cálculo da operação própria do remetente e, por conseguinte, se reflete na da substituição tributária relativa à mercadoria, não se fará a retenção do ICMS que corresponderia ao frete, devendo na Nota Fiscal constar a expressão "Imposto sobre o frete compreendido na substituição tributária da mercadoria";

2 - tendo o imposto relativo à mercadoria sido antecipado em operação anterior, deverá o remetente efetuar a retenção do ICMS sobre o frete, fazendo constar no documento fiscal as seguintes indicações:

2.1 - a expressão: “Venda a preço CIF”;

2.2 - a expressão “ICMS sobre transporte retido";

2.3 - o valor do frete e a base de cálculo do imposto referente ao frete, se diferente daquele, bem como a alíquota aplicada;

2.4 - o destaque do ICMS retido relativo ao frete;

2.5 - a expressão: "Documento válido como Conhecimento de Transporte - Transportado por autônomo";

3 - se a mercadoria tiver preço máximo ou único de venda a varejo fixado pelo fabricante, pelo importador ou pela autoridade competente, e se no referido preço estiver incluído o valor do frete, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, e a empresa transportadora, ao emitir o Conhecimento de Transporte, não destacará o ICMS, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a expressão "Imposto sobre o frete compreendido na substituição tributária da mercadoria";

IV - por empresa transportadora inscrita no cadastro de contribuintes deste Estado, seja esta coligada ou não à empresa remetente, o transporte da mercadoria será acobertado pela Nota Fiscal e pelo Conhecimento de Transporte, devendo-se observar o seguinte:

a) a Nota Fiscal, além das demais exigências regulamentares, conterá:

1 - o destaque do ICMS sobre o valor da operação própria do remetente, se devido;

2 - a expressão: "Frete incluído no preço da mercadoria" ou "Venda a preço CIF";

b) o Conhecimento de Transporte será emitido na forma regulamentar, com destaque do ICMS;

c) tratando-se de transporte de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária:

1 - nas operações internas e interestaduais, tendo em vista que o valor do frete está incluído na base de cálculo da operação própria do remetente e, por conseguinte, se reflete na da substituição tributária relativa à mercadoria, a empresa transportadora, ao emitir o Conhecimento de Transporte, não destacará o ICMS, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a expressão "Imposto compreendido na substituição tributária da mercadoria";

2 - tendo o imposto relativo à mercadoria sido antecipado em operação anterior, o Conhecimento de Transporte será emitido pela empresa transportadora com destaque do imposto (art. 357, parágrafo único);

3 - se a mercadoria tiver preço máximo ou único de venda a varejo fixado pelo fabricante, pelo importador ou pela autoridade competente, e se no referido preço estiver incluído o valor do frete, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, e a empresa transportadora, ao emitir o Conhecimento de Transporte, não destacará o ICMS, nele fazendo constar, além dos demais requisitos, a expressão "Imposto compreendido na substituição tributária da mercadoria".

Parágrafo único. Entende-se por preço CIF aquele em que estejam incluídas no preço da mercadoria as despesas de frete e seguro.

SEÇÃO XV
Do Regime Especial para Empresas de Transporte Aéreo

Art. 647. As empresas nacionais e regionais concessionárias de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros e de cargas que optarem pela utilização do crédito presumido, em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas, poderão adotar o seguinte regime especial de apuração do ICMS (Ajustes SINIEF 10/89 e 5/90):

I - cada estabelecimento centralizador terá escrituração própria, a ser executada no estabelecimento que efetuar a contabilidade da concessionária;

II - as concessionárias que prestarem serviços em todo o território nacional deverão manter um estabelecimento situado e inscrito neste Estado, se aqui prestarem serviços, o qual será responsável pelo recolhimento do imposto e pelo arquivamento das vias do Relatório de Emissão de Conhecimentos Aéreos e do Demonstrativo de Apuração do ICMS, juntamente com uma via do respectivo comprovante de recolhimento do imposto;

III - o recolhimento do imposto poderá ser efetuado, parcialmente, em percentual não inferior a 70% do valor devido no mês anterior ao da ocorrência dos fatos geradores, até o dia 10, e a sua complementação até o último dia útil do mês subseqüente ao da prestação dos serviços, sendo que o disposto neste inciso não se aplica às prestações de serviços efetuadas por táxi aéreo ou congêneres (Conv. ICMS 120/96);

IV - as concessionárias de serviços de amplitude regional deverão manter um estabelecimento inscrito na unidade da Federação onde tenha sede a escrituração fiscal e contábil, e somente inscrição neste Estado se aqui prestarem serviços, sendo que os documentos citados no inciso anterior, quando solicitados pelo fisco, serão apresentados no prazo de 5 dias;

V - as concessionárias deverão emitir, antes do início da prestação do serviço de transporte de passageiros, o Relatório de Embarque de Passageiros, que não expressará valores, destinando-se a registrar os Bilhetes de Passagem e as Notas Fiscais de Serviço de Transporte que englobarão os documentos de excesso de bagagem, sendo que o aludido Relatório:

a) conterá, no mínimo, os seguintes dados:

1 - a denominação: "RELATÓRIO DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS";

2 - o número de ordem, em relação a cada unidade da Federação;

3 - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC;

4 - os números dos Bilhetes de Passagem e das Notas Fiscais de Serviço de Transporte que englobem os documentos de excesso de bagagem;

5 - o número do vôo, atribuído pelo Departamento de Aviação Civil (DAC);

6 - o código de classe ocupada ("F", primeira; "S", executiva; "K", econômica);

7 - o tipo do passageiro ("DAT", adulto; "CHD", meia passagem; "INF", colo);

8 - a hora, a data e o local do embarque;

9 - o destino;

10 - a data do início da prestação do serviço;

b) será de tamanho não inferior a 28cm x 21,5cm, em qualquer sentido;

c) deverá ser arquivado na sede centralizadora da escrituração contábil e fiscal, para exibição ao fisco;

d) poderá ser emitido após o início da prestação do serviço, dentro do período de apuração, na sede centralizadora da escrituração fiscal e contábil, desde que tenha como suporte, para a sua elaboração, o documento emitido antes da prestação do serviço, denominado Manifesto Estatístico de Peso e Balanceamento ("load sheet"), que deverá ser guardado por 5 exercícios completos, para exibição ao fisco;

VI - quanto à apuração do imposto, observar-se-á o seguinte:

a) ao final do período de apuração, os Bilhetes de Passagem deverão ser quantificados mediante o rateio de suas utilizações, por fato gerador, e seus totais, por número de vôo, serão escriturados em conjunto com os dados constantes nos Relatórios de Embarque de Passageiros (data, número do vôo, número do Relatório de Embarque de Passageiros, e espécie do serviço), no Demonstrativo de Apuração do ICMS;

b) nas prestações de serviço de transporte de passageiros estrangeiros domiciliados no exterior, pela modalidade Passe Aéreo Brasil ("Brazil Air Pass"), cuja tarifa é fixada pelo DAC, as concessionárias

apresentarão à repartição fiscal do seu domicílio, neste Estado, no prazo de 30 dias, sempre que for alterada a tarifa, cálculo demonstrativo estatístico do novo índice de pró-rateio, definido, a contar de 1º de maio de 1990, no percentual de 44,946% (quarenta e quatro inteiros e novecentos e quarenta e seis milésimos por cento), que é proporcional ao preço da tarifa doméstica publicada em dólar americano;

c) o Demonstrativo de Apuração do ICMS deverá ser preenchido em 2 vias, sendo uma remetida ao estabelecimento situado em cada unidade da Federação, até o último dia útil do mês subseqüente ao da ocorrência dos fatos geradores;

d) o demonstrativo referido na alínea anterior conterá, no mínimo, os seguintes dados:

1 - o nome e o número da inscrição estadual do estabelecimento centralizador neste Estado;

2 - o número de ordem;

3 - o mês de apuração;

4 - os números inicial e final das páginas;

5 - o nome, o cargo e a assinatura do titular ou do procurador responsável pela concessionária;

6 - a discriminação, por linha: do dia da prestação do serviço, do número do vôo, da especificação e do preço do serviço, da base de cálculo, da alíquota e do valor do ICMS devido;

e) poderá ser elaborado um Demonstrativo de Apuração do ICMS para cada espécie de serviço prestado, de acordo com o inciso seguinte;

VII - as prestações de serviços aéreos serão sistematizadas nas seguintes modalidades:

a) prestações de serviços de transporte aéreo de passageiros;

b) prestações de serviços de transporte de cargas aéreas:

1 - cargas aéreas com Conhecimento Aéreo Valorizado;

2 - Rede Postal Noturna (RPN);

3 - Mala Postal;

VIII - o Conhecimento Aéreo poderá ser impresso centralizadamente, mediante autorização do fisco da localidade onde seja elaborada a escrituração contábil, e terá numeração seqüencial única para todo o País;

IX - a Nota Fiscal de Serviço de Transporte que englobar documentos de excesso de bagagem poderá ser impressa centralizadamente, mediante autorização do fisco da localidade onde seja elaborada a escrituração contábil, e terá numeração seqüencial por unidade da Federação;

X - os documentos referidos nos incisos VIII e IX serão lançados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, pelos estabelecimentos remetente e destinatário, com indicação da respectiva numeração, em função do estabelecimento usuário;

XI - os Conhecimentos Aéreos serão registrados por agência, posto ou loja autorizados, em Relatório de Emissão de Conhecimentos Aéreos emitidos por prazo não superior ao de apuração e guardados à disposição do fisco, em 2 vias, uma nos estabelecimentos centralizadores em cada unidade da Federação, e outra na sede da escrituração contábil e fiscal, sendo que:

a) as concessionárias regionais manterão as duas vias do Relatório de Emissão de Conhecimentos Aéreos na sede da escrituração fiscal e contábil;

b) os Relatórios de Emissão de Conhecimentos Aéreos serão de tamanho não inferior a 25cm x 21cm, podendo ser elaborados em folhas soltas, por agência, loja ou posto emitente, e conterão, no mínimo, as seguintes indicações:

1 - a denominação: "RELATÓRIO DE EMISSÃO DE CONHECIMENTOS AÉREOS";

2 - o nome do transportador e a identificação, ainda que por meio de códigos, da loja, agência ou posto emitente;

3 - o período de apuração;

4 - a numeração seqüencial atribuída pela concessionária;

5 - o registro dos Conhecimentos Aéreos emitidos, constante de: numeração inicial e final dos Conhecimentos Aéreos, englobados por código fiscal de operações e prestações, a data da emissão e o valor da prestação;

c) os Relatórios serão registrados, um a um, por seus totais, no Demonstrativo de Apuração do ICMS;

d) no campo destinado às indicações relativas ao dia, vôo e espécie do serviço, no Demonstrativo de Apuração do ICMS, será mencionado o número dos Relatórios de Emissão de Conhecimentos Aéreos;

XII - nos serviços de transporte de carga prestados à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de que tratam os itens 2 e 3 da alínea "b" do inciso VII, fica dispensada a emissão de Conhecimento Aéreo a cada prestação, observando-se, ainda, que:

a) no final do período de apuração, com base nos contratos de prestação de serviço e na documentação fornecida pela ECT, as concessionárias emitirão, em relação às prestações iniciadas neste Estado, um único Conhecimento Aéreo, englobando as prestações do período;

b) os Conhecimentos Aéreos emitidos na forma da alínea anterior serão registrados diretamente no Demonstrativo de Apuração do ICMS;

XIII - o preenchimento e a guarda dos documentos referidos neste artigo tornam as concessionárias dispensadas da escrituração dos livros fiscais, com exceção do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

XIV - a apresentação da DMA e da CS-DMA, na forma e prazos do art. 333, poderá ser feita até o último dia útil do mês subseqüente ao da ocorrência dos fatos geradores, sendo que o disposto neste inciso não se aplica às prestações de serviços efetuadas por táxi aéreo ou congêneres (Conv. ICMS 120/96).

SEÇÃO XVI
Do Regime Especial para Empresas de Transporte Ferroviário

Art. 648. A Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) e as demais concessionárias de serviço público de transporte ferroviário relacionadas no Anexo I do Ajuste SINIEF 19/89 poderão adotar o seguinte regime especial de apuração e escrituração do ICMS, na prestação de serviços de transporte ferroviário (Ajustes SINIEF 19/89 e 5/96):

I - para o cumprimento das obrigações principal e acessórias do ICMS, a ferrovia poderá manter inscrição única neste Estado, em relação a seus estabelecimentos situados na Bahia;

II - a ferrovia poderá centralizar, em um único estabelecimento, a elaboração da escrituração fiscal e a apuração do ICMS devido a este Estado;

III - sem prejuízo da escrituração fiscal centralizada de que trata o inciso anterior, a ferrovia, sempre que prestar serviços em outras unidades da Federação, recolherá para o Estado de origem do transporte ou

para o Distrito Federal, quando for o caso, o ICMS devido;

IV - a Nota Fiscal de Serviço de Transporte constitui o documento fiscal a ser emitido pela ferrovia, sempre que proceder à cobrança do serviço prestado de transporte ferroviário intermunicipal e interestadual, ao fim da prestação do serviço, com base nos Despachos de Cargas;

V - em substituição à discriminação do serviço prestado, no corpo da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, poderá ser utilizada a Relação de Despachos, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

a) a denominação: "RELAÇÃO DE DESPACHOS";

b) o número de ordem, a série e a subsérie da Nota Fiscal a que se vincule;

c) a data da emissão, idêntica à da Nota Fiscal;

d) a identificação do emitente: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

e) o nome do tomador do serviço;

f) o número e a data do Despacho;

g) a procedência, o destino, o peso e a importância, por despacho;

h) o total dos valores;

VI - a Nota Fiscal de Serviço de Transporte só poderá englobar mais de um despacho, por tomador de serviço, quando acompanhada da Relação de Despachos prevista no inciso anterior;

VII - para acobertar o transporte intermunicipal ou interestadual de mercadorias, desde a origem até o destino, independentemente do número de ferrovias co-participantes, nos termos do Ajuste SINIEF 19/89, a ferrovia, onde se iniciar o transporte, emitirá um único Despacho de Cargas, sem destaque do ICMS, quer para tráfego próprio, quer para tráfego mútuo, que servirá como documento auxiliar de fiscalização, sendo que:

a) o Despacho de Cargas em Lotação (Ajuste SINIEF 19/89), de tamanho não inferior a 19cm x 30cm, em qualquer sentido, será emitido, no mínimo, em 5 vias, com a seguinte destinação:

1 - 1ª via - ferrovia de destino;

2 - 2ª via - ferrovia emitente;

3 - 3ª via - tomador do serviço;

4 - 4ª via - ferrovia co-participante, quando for o caso;

5 - 5ª via - estação emitente;

b) o Despacho de Cargas Modelo Simplificado (Ajuste SINIEF 19/89), de tamanho não inferior a 12cm x 18cm, em qualquer sentido, será emitido, no mínimo, em 4 vias, com a seguinte destinação:

1 - 1ª via - ferrovia de destino;

2 - 2ª via - ferrovia emitente;

3 - 3ª via - tomador do serviço;

4 - 4ª via - estação emitente;

VIII - o Despacho de Cargas em Lotação e o Despacho de Cargas Modelo Simplificado conterão, no mínimo, as seguintes indicações:

a) a denominação do documento;

b) o nome da ferrovia emitente;

c) o número de ordem;

d) as datas da emissão e do recebimento (dia, mês e ano);

e) a denominação da estação ou agência de procedência e do lugar de embarque, quando este se efetuar fora do recinto daquela estação ou agência;

f) o nome e o endereço do remetente, por extenso;

g) o nome e o endereço do destinatário, por extenso;

h) a denominação da estação ou agência de destino e do lugar de desembarque;

i) o nome do consignatário, por extenso, ou uma das expressões "à ordem" ou "ao portador", podendo o remetente designar-se como consignatário, caso em que o título se considerará "ao portador";

j) a indicação, quando necessária, da via de encaminhamento;

l) a espécie e o peso bruto do volume ou volumes despachados;

m) a quantidade dos volumes, suas marcas e acondicionamento;

n) a espécie e o número de animais despachados;

o) a condição do frete: se pago na origem ou se a pagar no destino, ou se em conta-corrente;

p) a declaração do valor provável da expedição;

q) a assinatura do agente autorizado responsável pela emissão do despacho;

IX - a ferrovia elaborará, por estabelecimento centralizador, dentro dos 15 dias subseqüentes ao mês da emissão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte, os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo de Apuração do ICMS (DAICMS), relativo às prestações de serviços de transporte ferroviário, que conterá, no mínimo, os seguintes dados:

1 - a identificação do contribuinte: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

2 - o mês de referência;

3 - o número, a série, a subsérie e a data da Nota Fiscal de Serviço de Transporte;

4 - a unidade da Federação de origem dos serviços;

5 - o valor dos serviços prestados;

6 - a base de cálculo;

7 - a alíquota;

8 - o ICMS devido;

9 - o total do ICMS devido;

10 - o valor do crédito;

11 - o ICMS a recolher;

b) Demonstrativo de Apuração do Complemento do ICMS (DCICMS), relativo ao complemento do imposto correspondente aos bens e serviços adquiridos em operações e prestações interestaduais, que conterá, no mínimo, os seguintes dados:

1 - a identificação do contribuinte: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

2 - o mês de referência;

3 - o documento fiscal, o número, a série, a subsérie e a data;

4 - o valor dos bens e serviços adquiridos, com indicação da correspondente situação tributária das operações e prestações: tributadas, isentas e não-tributadas;

5 - a base de cálculo;

6 - a diferença de alíquotas do ICMS;

7 - o valor do ICMS devido, a recolher;

c) Demonstrativo de Contribuinte Substituto do ICMS (DSICMS), relativo às prestações de serviços cujo recolhimento do imposto devido foi efetuado por outra ferrovia, que não a de origem dos serviços, devendo ser emitido pela ferrovia arrecadadora do valor dos serviços, conforme a cláusula segunda do Ajuste SINIEF 19/89, devendo ser emitido um demonstrativo por cada contribuinte substituído, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

1 - a identificação do contribuinte substituto: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

2 - a identificação do contribuinte substituído: nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CGC;

3 - o mês de referência;

4 - a unidade da Federação e o Município de origem dos serviços;

5 - o despacho, o número, a série e a data;

6 - o número, a série, a subsérie e a data da Nota Fiscal de Serviço de Transporte emitida pelo sujeito passivo por substituição;

7 - o valor dos serviços tributados;

8 - a alíquota;

9 - o ICMS a recolher;

X - os valores do ICMS a recolher apurados nos demonstrativos DAICMS, DCICMS e DSICMS serão recolhidos pela ferrovia até o dia 20 do mês subseqüente ao da emissão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte;

XI - a atualização monetária do débito fiscal obedecerá às disposições da legislação estadual;

XII - o preenchimento dos demonstrativos DAICMS, DCICMS e DSICMS, e sua guarda à disposição do

fisco, assim como dos documentos relativos às prestações realizadas em cada período de apuração mensal do imposto, dispensam a ferrovia da escrituração de livros, à exceção do Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

XIII - na prestação de serviços de transporte ferroviário com tráfego entre as ferrovias referidas no *"caput"* deste artigo, na condição "frete a pagar no destino" ou "conta-corrente a pagar no destino", a empresa arrecadadora do valor do serviço emitirá Nota Fiscal de Serviço de Transporte e recolherá, na condição de sujeito passivo por substituição, o ICMS devido à unidade federada de origem, devendo, para isso, ser utilizado o banco indicado em convênio próprio ou, na sua ausência, no banco indicado pela unidade da Federação beneficiária;

XIV - serão apresentadas a DMA e a CS-DMA, na forma e prazos do art. 333.

SEÇÃO XVII
Do Regime Especial para Empresas de Transporte Aquaviário

Art. 649. As empresas de transporte aquaviário que não possuam sede ou filial nas unidades federadas em que iniciarem prestação de serviço de transporte e que tenham optado pela utilização do crédito presumido, em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas, deverão (Conv. ICMS 88/90):

I - providenciar sua inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de cada unidade da Federação e a identificação dos agentes dos armadores junto ao fisco local;

II - anotar no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências a numeração dos Conhecimentos de Transporte Aquaviário de Carga que serão usados nos serviços de cabotagem no Estado;

III - preencher e entregar os documentos de informações econômico-fiscais nos prazos regulamentares;

IV - manter o Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6;

V - manter arquivada uma via dos Conhecimentos de Transporte Aquaviário de Carga emitidos;

VI - recolher o ICMS no prazo determinado na legislação da unidade federada onde a prestação de serviço tiver sido executada.

§ 1º A inscrição referida no inciso I se processará no local do estabelecimento do agente, mediante a apresentação da inscrição do estabelecimento sede no CGC e no cadastro de contribuintes da unidade federada em que esteja localizado.

§ 2º É atribuída aos agentes dos armadores a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações acessórias previstas neste artigo, inclusive a guarda de documentos fiscais pertinentes aos serviços prestados.

§ 3º As unidades da Federação em que as empresas possuírem sede autorizarão a impressão dos Conhecimentos de Transporte Aquaviário de Carga, que serão numerados tipograficamente, e deverão, obrigatoriamente, reservar espaço para o número da inscrição estadual, CGC e declaração do local onde tiver início a prestação do serviço.

§ 4º No caso de o serviço ser prestado fora da sede, deverá constar no Conhecimento o nome e o endereço do agente.

§ 5º Havendo necessidade de correção no Conhecimento, deverá ser emitido outro com os dados corretos, mencionando, sempre, o documento anterior e o motivo da correção.

§ 6º No Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências do estabelecimento sede,

será indicada a destinação dos impressos de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas por porto e unidade da Federação.

§ 7º A adoção da sistemática de que cuida este artigo dispensará as demais obrigações acessórias não previstas aqui, exceto o disposto na cláusula décima quinta do Convênio ICMS 95/89.

SEÇÃO XVIII
Do Regime Especial Para Transportadores de Valores

Art. 650. As empresas que realizarem transporte de valores nas condições previstas na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e no Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, poderão adotar o seguinte regime especial (Ajuste SINIEF 20/89):

I - poderão emitir, quinzenal ou mensalmente, sempre dentro do mês da prestação do serviço, a correspondente Nota Fiscal de Serviço de Transporte, englobando as prestações de serviço de transporte de valores realizadas no período;

II - manterão em seu poder, para exibição ao fisco, Extrato de Faturamento correspondente a cada Nota Fiscal de Serviço de Transporte emitida, que conterá, no mínimo:

a) o número da Nota Fiscal de Serviço de Transporte à qual se refira;

b) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento emitente;

c) o local e a data da emissão;

d) o nome do tomador dos serviços;

e) o(s) número(s) da(s) Guia(s) de Transporte de Valores;

f) o local de coleta (origem) e de entrega (destino) de cada valor transportado;

g) o valor transportado em cada serviço;

h) a data da prestação de cada serviço;

i) o valor total transportado na quinzena ou mês; e

j) o valor total cobrado pelos serviços na quinzena ou mês, com todos os seus acréscimos;

III - o transporte de valores deve ser acompanhado da Guia de Transporte de Valores (GTV), a que se refere a alínea "e" do inciso anterior, conforme modelo anexo ao Ajuste SINIEF 20/89, que servirá como suporte de dados para a emissão do Extrato de Faturamento, a qual deverá conter, no mínimo, as seguintes indicações

Nota: Os procedimentos indicados no inciso III são aplicáveis a partir de 01/07/04 Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04, conforme § 6º deste artigo.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 650 foi dada pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

Redação originária, efeitos até 31/12/03:
"III - a Guia de Transporte de Valores (GTV) a que se refere a alínea "e" do inciso anterior, emitida nos termos da legislação específica, servirá como suporte de dados para a emissão do Extrato de Faturamento;"

a) a denominação: “Guia de Transporte de Valores - GTV”;

b) o número de ordem, a série e a subsérie e o número da via e o seu destino;

c) o local e a data de emissão;

d) a identificação do emitente: o nome, o endereço e os números de inscrição, na unidade federada e no CNPJ;

e) a identificação do tomador do serviço: o nome, o endereço e os números de inscrição na unidade federada e no CNPJ ou no CPF, se for o caso;

f) a identificação do remetente e do destinatário: os nomes e os endereços;

g) a discriminação da carga: a quantidade de volumes/malotes, a espécie do valor (numerário, cheques, moeda, outros) e o valor declarado de cada espécie;

h) a placa, local e unidade federada do veículo;

i) no campo “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES”: outros dados de interesse do emitente;

j) o nome, o endereço e os números de inscrição na unidade federada e no CNPJ do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, número de ordem do primeiro e do último documento impresso e as respectivas série e subsérie e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais;”.

IV - o tratamento fiscal previsto neste artigo somente se aplicará às prestações de serviços efetuadas por transportadores de valores inscritos na unidade federada onde tiver início a prestação do serviço.

§ 1º As indicações das alíneas a, b, d, e j do inciso III serão impressas tipograficamente.

Nota: Os procedimentos indicados no § 1º são aplicáveis a partir de 01/07/04 Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04, conforme § 6º deste artigo.

Nota: O § 1º foi acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

§ 2º A Guia de Transporte de Valores - GTV será de tamanho não inferior a 11x26 cm e a ela se aplicam as demais normas da legislação do ICMS referentes à impressão, uso e conservação de impressos e de documentos fiscais.

Nota: Os procedimentos indicados no § 2º são aplicáveis a partir de 01/07/04 Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04, conforme § 6º deste artigo.

Nota: O § 2º foi acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

§ 3º Poderão ser acrescentados dados de acordo com as peculiaridades de cada prestador de serviço, desde que não prejudique a clareza do documento.

Nota: Os procedimentos indicados no § 3º são aplicáveis a partir de 01/07/04 Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04, conforme § 6º deste artigo.

Nota: O § 3º foi acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03).

§ 4º A Guia de Transporte de Valores - GTV, cuja escrituração nos livros fiscais fica dispensada, será emitida antes da prestação do serviço, no mínimo, em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:

Nota: Os procedimentos indicados no § 4º são aplicáveis a partir de 01/07/04 Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04, conforme § 6º deste artigo.

Nota: A redação atual da parte inicial do § 4º do art. 650 foi dada pela Alteração nº 56 (Decreto nº 9092, de 04/05/04. DOE de 05/05/04)

Redação anterior dada à parte inicial do § 4º, tendo sido acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03):
"§ 4º A Guia de Transporte de Valores - GTV, cuja escrituração nos livros fiscais fica dispensada, será emitida antes da prestação do serviço, no mínimo, em 4 (quatro) vias, que terão a seguinte destinação:
I - a 1ª via ficará em poder do remetente dos valores;
II - a 2ª via ficará presa ao bloco para exibição ao fisco;
III - a 3ª via acompanhará o transporte e será entregue ao destinatário, juntamente com os valores;
IV a 4ª via será enviada ao fisco da unidade federada de início da prestação do serviço, até o 10° dia útil do mês subsequente da emissão, podendo sua remessa ser dispensada se as informações forem remetidas por meio eletrônico ao fisco."

I - a 1ª via ficará em poder do remetente dos valores;

II - a 2ª via ficará presa ao bloco para exibição ao fisco;

III - a 3ª via acompanhará o transporte e será entregue ao destinatário, juntamente com os valores.

§ 5º Para atender a roteiro de coletas a ser cumprido por veículo, impressos da Guia de Transporte de Valores – GTV, indicados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, poderão ser mantidos no veículo e no estabelecimento do tomador do serviço para emissão no local do início da remessa dos valores, podendo os dados já disponíveis, antes do início do roteiro, serem indicados antecipadamente nos impressos por qualquer meio gráfico indelével, ainda que diverso daquele utilizado para sua emissão.

Nota: A redação atual do § 5º do art. 650 foi dada pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04), efeitos a partir de 01/07/04, conforme § 6º deste artigo.

Redação anterior dada ao § 5º, tendo sido acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 43 (Decreto nº 8606, de 13/08/03, DOE de 14/08/03):
"§ 5º Para atender a roteiro de coletas a ser cumprido por veículo, impressos da Guia de Transporte de Valores - GTV, indicados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, poderão ser mantidos no veículo para emissão no local da remessa dos valores, podendo os dados já disponíveis antes do início do roteiro serem indicados antecipadamente nos impressos por qualquer meio gráfico indelével, ainda que diverso daquele utilizado para sua emissão."

§ 6º As indicações e os procedimentos previstos no inciso III e nos §§ 1º ao 5º deste artigo somente serão aplicáveis a partir de 1º de julho de 2004, adotando-se até a referida data o tratamento previsto anteriormente.

Nota: O § 6º foi acrescentado ao art. 650 pela Alteração nº 51 (Decreto nº 8882, de 20/01/04, DOE de 21/01/04).

CAPÍTULO LII
DA DEVOLUÇÃO E DO RETORNO DE MERCADORIAS

SEÇÃO I
Da Devolução de Mercadoria por Pessoa Obrigada à Emissão de Documentos Fiscais

Art. 651. Ao devolver mercadorias que tenham entrado no estabelecimento, a qualquer título, o contribuinte ou pessoa obrigada à emissão de Nota Fiscal emitirá este documento, com destaque do imposto, se for o caso, a fim de dar curso às mercadorias, no trânsito, e para possibilitar a utilização do crédito fiscal pelo estabelecimento de origem, quando admitido, mencionando, nele, o motivo da devolução, o número, a série e a data do documento fiscal originário, e ainda o valor total ou o relativo à parte devolvida, conforme o caso, sobre o qual será calculado o imposto.

Parágrafo único. Na devolução, devem ser tomadas como base de cálculo e alíquota as mesmas consignadas no documento originário, a não ser que este tenha sido emitido de forma irregular, com imposto destacado a mais, hipótese em que a base de cálculo e a alíquota a serem aplicadas serão aquelas que deveriam ter sido utilizadas corretamente.

Art. 652. Na hipótese de devolução de mercadoria cuja entrada tenha ocorrido sem utilização de crédito fiscal pelo recebedor, será permitido a este creditar-se do ICMS lançado na Nota Fiscal de devolução, desde que em valor igual ao do imposto lançado no documento originário.

§ 1º No caso de devolução de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, observar-se-á o disposto:

I - no art. 368, relativamente à saída em devolução, ou no § 1º do art. 368, tratando-se de microempresa, empresa de pequeno porte, ambulante ou pessoa não inscrita no cadastro estadual, tendo o imposto sido retido na operação de aquisição;

Nota: A redação atual do inciso I, do § 1º do art. 652 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"I - no art. 368, relativamente à saída em devolução, ou no § 1º do art. 368, tratando-se de microempresa comercial varejista, microempresa ambulante ou pessoa não inscrita no cadastro estadual, tendo o imposto sido retido na operação de aquisição;"

II - no art. 362, relativamente ao ingresso da mercadoria, de volta ao estabelecimento do sujeito passivo por substituição.

§ 2º No caso de devolução de mercadorias ou bens adquiridos para uso, consumo ou ativo permanente, já tendo sido paga a diferença de alíquotas, o valor correspondente será recuperado mediante lançamento no quadro "Crédito do Imposto - Estornos de Débitos" do Registro de Apuração do ICMS, pelo valor nominal, com a observação "Diferença de alíquotas - mercadoria devolvida", a menos que o imposto relativo à diferença de alíquotas já tenha sido utilizado como crédito.

SEÇÃO II
Da Devolução de Mercadoria por Produtor ou Extrator ou por Pessoa Não Obrigada à Emissão de Notas Fiscais

Art. 653. O estabelecimento que receber, em virtude de garantia, troca, inadimplemento do comprador ou desfazimento do negócio, mercadoria devolvida por produtor ou extrator ou por qualquer pessoa física ou jurídica não considerada contribuinte ou não obrigada à emissão de Nota Fiscal poderá creditar-se do imposto debitado por ocasião da saída da mercadoria, desde que haja prova inequívoca da devolução.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, entende-se por:

I - garantia, a obrigação assumida pelo remetente ou fabricante de substituir ou consertar a mercadoria se esta apresentar defeito;

II - troca, a substituição de mercadoria por uma ou mais da mesma espécie ou de espécie diversa, desde que de valor não inferior ao da substituída.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo, o estabelecimento recebedor deverá:

I - emitir Nota Fiscal, na entrada das mercadorias, mencionando o número, a série, a subsérie e a data do documento fiscal originário, e o valor total ou o relativo à parte devolvida, sobre o qual será calculado o imposto a ser creditado, se for o caso;

II - obter, na Nota Fiscal (entrada) referida no inciso anterior ou em documento apartado, declaração assinada pela pessoa que efetuar a devolução, com indicação do motivo da devolução, fazendo constar a espécie e o número do seu documento de identidade;

III - lançar a Nota Fiscal referida no inciso I no Registro de Entradas, consignando os respectivos valores nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto", quando for o caso.

§ 3º A Nota Fiscal (entrada) emitida na forma do parágrafo anterior servirá para acompanhar a mercadoria em seu transporte até o estabelecimento de origem.

§ 4º O estabelecimento que, por autorização do fabricante, efetuar a reposição de peças ou receber mercadorias defeituosas para substituição, em virtude de garantia contratual, observará o disposto nos arts. 516 a 520.

SEÇÃO III
Do Retorno de Mercadoria Não Entregue ao Destinatário

Art. 654. O estabelecimento que receber, em retorno, mercadoria que por qualquer motivo não tiver sido entregue ao destinatário deverá:

I - emitir Nota Fiscal, por ocasião da entrada, com menção dos dados identificativos do documento fiscal originário: número, série, data da emissão e valor da operação;

II - lançar a Nota Fiscal emitida na forma do inciso anterior no Registro de Entradas, consignando os respectivos valores nas colunas "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações com Crédito do Imposto", quando for o caso;

III - manter arquivada a 1ª via da Nota Fiscal emitida por ocasião da saída, que deverá conter a indicação prevista no § 1º;

IV - anotar a ocorrência na via presa ao bloco ou em documento equivalente;

V - exibir ao fisco, quando exigidos, todos os elementos, inclusive contábeis, comprobatórios de que a importância eventualmente debitada ao destinatário não tenha sido recebida.

§ 1º O transporte da mercadoria em retorno será acompanhado pela própria Nota Fiscal originária, em cuja 1ª via deverá ser feita observação, antes de se iniciar o retorno, pela pessoa indicada como

destinatária ou pelo transportador, quanto ao motivo de não ter sido entregue a mercadoria: recusa de recebimento, falta de localização do endereço, mercadoria fora das especificações, estabelecimento fechado ou inacessível, ou outro qualquer, devendo a mencionada observação ser feita, sempre que possível, no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", ou, não havendo espaço suficiente, no quadro "Dados do Produto".

§ 2º O transportador da carga observará, ainda, o disposto no inciso II do art. 636, relativamente ao Conhecimento de Transporte.

§ 3º Revogado

Nota: O § 3º do art. 654 foi revogado pela Alteração nº 38 (Decreto nº 8413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02).

Redação otiginária, efeitos até 30/12/02:
"§ 3º Nas vendas a consumidor através de máquina registradora, se a devolução ocorrer no exato momento da operação, observar-se-á o disposto no art. 748."

CAPÍTULO LIII
DAS OBRIGAÇÕES DOS LEILOEIROS

Art. 655. Na alienação de mercadorias ou bens em leilão, observar-se-á o seguinte:

I - o leiloeiro deverá inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

II - o leiloeiro é responsável solidário pelo pagamento do ICMS, em relação às operações com mercadorias ou bens realizadas por seu intermédio em leilão;

III - é suspensa a incidência do ICMS nas remessas de mercadorias ou bens a estabelecimento de leiloeiro ou a local diverso do estabelecimento do titular das mercadorias ou bens, bem como o seu retorno, real ou simbólico, ao estabelecimento de origem, devendo a documentação fiscal indicar claramente a respectiva natureza da operação;

IV - é dispensada a escrituração fiscal dos documentos de entradas e saídas de mercadorias ou bens pelo estabelecimento do leiloeiro;

V - uma vez leiloado cada lote ou peça de mercadoria ou bem, será emitida Nota Fiscal (entrada) pelo proprietário, relativa ao retorno simbólico ao seu estabelecimento, devendo a seguir ser emitida Nota Fiscal em nome do arrematante, com destaque do ICMS, se devido, para acompanhar o transporte das mercadorias e propiciar a utilização do crédito fiscal pelo destinatário, quando for o caso, tendo como base de cálculo o valor da arrematação, a menos que se trate de hipótese que comporte redução da base de cálculo, nos termos do art. 83;

VI - a Nota Fiscal relativa à entrada simbólica, referida no inciso anterior, só será emitida se as mercadorias ou bens, para serem leiloados, tiverem sido remetidos ao estabelecimento do leiloeiro ou a local diverso do estabelecimento do titular dos mesmos;

VII - no caso de o proprietário das mercadorias ou bens não estar inscrito no cadastro de contribuintes ou não ser obrigado à emissão de documentos fiscais, ou se não dispuser dos documentos fiscais adequados, poderá ser utilizado documento fiscal de emissão do leiloeiro ou Nota Fiscal Avulsa;

VIII - o recolhimento do imposto, quando devido, será feito sob responsabilidade do leiloeiro, mediante documento de arrecadação, antes da saída das mercadorias ou bens com destino ao seu arrematante, devendo o leiloeiro obter o visto prévio da repartição fazendária na documentação fiscal emitida, na qual

constarão a indicação das mercadorias ou bens leiloados, o valor de cada arrematação, o nome e o endereço do alienante, e o nome e o endereço do arrematante de cada lote ou peça;

IX - o imposto será recolhido na forma da alínea "d" do inciso III do art. 125, observado o disposto em seu § 2º;

X - não se exigirá o pagamento do ICMS:

a) na hipótese do inciso VIII do art. 6º;

b) nos demais casos em que a legislação preveja a não-incidência ou a isenção do imposto.

Art. 656. Os procedimentos e controles previstos no artigo anterior não se aplicam ao leilão promovido pela Secretaria da Fazenda, nem à alienação de mercadorias pelo Ministério da Fazenda em concorrência pública ou leilão.

CAPÍTULO LIV
DAS OBRIGAÇÕES DOS SÍNDICOS, DOS COMISSÁRIOS E DOS INVENTARIANTES

Art. 657. O imposto devido pela alienação de bens em falência, concordata ou inventário será recolhido na forma prevista na alínea "d" do inciso III do art. 125, observado o disposto em seu § 2º, sob a responsabilidade do síndico, comissário ou inventariante, cujas contas não poderão ser aprovadas sem a exibição do documento de arrecadação ou de declaração do fisco de ter sido o tributo regularmente pago ou de que não haja imposto a recolher, conforme o caso.

Art. 658. A declaração do fisco aludida no artigo anterior será feita em uma das vias do requerimento apresentado pelo interessado, devendo a referida declaração conter:

I - a circunstância de estar a operação ao amparo da não-incidência ou de ser isenta do ICMS, com indicação do dispositivo legal ou regulamentar em que se baseie;

II - a data e a assinatura do funcionário responsável pela emissão da informação, com indicação do seu nome, do cadastro funcional e da identificação da repartição;

III - a assinatura do Inspetor Fazendário, com indicação de seu nome, função e número de cadastro.

Nota: A redação atual do inciso III do art. 658 foi dada pela Alteração nº 11 (Decreto nº 7533, de 23/02/99. DOE de 24/02/99).

Redação originária:
"III - A assinatura do Inspetor Fiscal ou, conforme o caso, do Delegado Regional da Fazenda,com indicação do seu nome, função e número de cadastro."

§ 1º A declaração de que cuida este artigo será feita no momento da protocolização do requerimento pelo interessado, vedada a determinação de exames ou diligências prévios, a menos que se trate de matéria complexa ou duvidosa, a critério da autoridade responsável pela declaração.

§ 2º A declaração prestada na forma deste artigo não exime o contribuinte ou responsável da responsabilidade pelo imposto devido, no caso de vir a ser mais tarde verificado ter sido feita indevidamente, hipótese em que, não tendo o sujeito passivo contribuído mediante dolo, fraude ou simulação para o equívoco na formulação daquela declaração, a responsabilidade a lhe ser atribuída atenderá ao disposto no parágrafo único do art. 100 do CTN.

CAPÍTULO LV
DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS

Art. 659. Os estabelecimentos gráficos, além das demais disposições contempladas neste Regulamento, observarão, especialmente, as seguintes situações:

I - prévia autorização do fisco para efetuar a impressão ou confecção de documentos fiscais para uso próprio ou de terceiro, bem como as características, os requisitos e as indicações que devem constar, necessariamente, nos impressos de documentos fiscais: arts. 193 a 199;

II - não-incidência na saída de materiais: art. 6º, XIV, "d".

Art. 660. A Secretaria da Fazenda poderá suspender, por prazo de um a cinco anos, a autorização para imprimir documentos fiscais com relação ao estabelecimento gráfico que incidir na infração prevista na alínea "b" do inciso XV do art. 915 ou confeccionar tais documentos em desconformidade parcial ou total com a respectiva Autorização para Impressão de Documentos Fiscais, concedendo-se ao contribuinte a oportunidade de ampla defesa, segundo os critérios e princípios do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, no que couber.

Nota: A redação atual do art. 660 foi dado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos a partir de 30/12/00.

Redação originária:
"*Art. 660. A Secretaria da Fazenda poderá suspender, por prazo de um a cinco anos, a autorização para impressão de documentos fiscais com relação ao estabelecimento gráfico que reincidir na infração prevista na alínea "b" do inciso XV do art. 915, concedendo-se ao contribuinte a oportunidade de ampla defesa, segundo os critérios e princípios do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, no que couber.*".

CAPÍTULO LVI
DOS DEPÓSITOS FECHADOS

SEÇÃO I
Das Disposições Preliminares

Art. 661. Entende-se por depósito fechado o estabelecimento que o contribuinte mantiver exclusivamente para armazenagem de suas mercadorias, no qual não sejam efetuadas compras nem vendas.

Art. 662. Além das demais disposições regulamentares relativas ao depósito fechado, no tocante à inscrição cadastral, emissão de documentos fiscais e escrituração dos livros fiscais, observar-se-ão, especialmente, as seguintes situações:

I - remessas de mercadorias para depósito fechado neste Estado e correspondentes retornos ao estabelecimento depositante: não-incidência do ICMS, nos termos do art. 6º, VI, "b" e "c";

II - escrituração fiscal: o depósito fechado manterá, apenas, os livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

III - microempresa ou empresa de pequeno porte que mantiverem depósito fechado - dispensa de escrituração fiscal: art. 408-C, VI, e art. 408-G;

Nota: A redação atual do inciso III do art. 662 foi dada pela Alteração nº 9 (Decreto nº 7466, de 17/11/98, DOE de 18/11/98), efeitos a partir de 01/01/99.

Redação originária:
"*III - microempresa ou empresa de pequeno porte que mantiverem depósito fechado - dispensa de*

escrituração fiscal: art. 388, parágrafo único, e art. 403, § 1º;"

IV - controle do armazenamento e escrituração do estoque: art. 667.

SEÇÃO II
Da Saída de Mercadorias de Estabelecimento Depositante para Depósito Fechado neste Estado

Art. 663. Na saída de mercadorias do estabelecimento do depositante com destino a depósito fechado, sendo ambos pertencentes ao mesmo titular e situados neste Estado, será emitida Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa para depósito fechado";

III - a indicação do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência do ICMS.

SEÇÃO III
Do Retorno de Mercadorias de Depósito Fechado para Estabelecimento Depositante neste Estado

Art. 664. Na saída de mercadorias em retorno ao estabelecimento depositante, remetidas por depósito fechado na forma do artigo anterior, o depósito fechado emitirá Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - retorno de depósito fechado";

III - a indicação do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência do ICMS.

SEÇÃO IV
Da Saída de Mercadorias de Depósito Fechado para Estabelecimento Diverso do Depositante, e do Retorno Simbólico

Art. 665. Na saída de mercadorias armazenadas em depósito fechado, com destino a outro estabelecimento, ainda que da mesma empresa, o estabelecimento depositante emitirá Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - o destaque do ICMS, se devido;

IV - a indicação de que as mercadorias serão retiradas do depósito fechado, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o depósito fechado, no ato da saída das mercadorias, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento depositante, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias, que corresponderá àquele atribuído por ocasião de sua entrada no depósito fechado;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - retorno simbólico de depósito fechado";

III - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante;

IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento a que se destinarem as mercadorias.

§ 2º O depósito fechado indicará, no campo "Informações Complementares" das vias da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante, a data de sua efetiva saída, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º A Nota Fiscal a que alude o § 1º será enviada ao estabelecimento depositante, que deverá lançá-la no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da saída efetiva das mercadorias do depósito fechado.

§ 4º As mercadorias serão acompanhadas, no seu transporte, pela Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante.

§ 5º Na hipótese do § 1º, se o estabelecimento depositante emitir a Nota Fiscal prevista no *"caput"* com uma via adicional para ser retida e arquivada pelo depósito fechado, poderá este emitir uma única Nota Fiscal de retorno simbólico, que conterá o resumo diário das saídas mencionadas neste artigo, à vista das referidas vias adicionais, dispensada a obrigação prevista no inciso IV do mencionado parágrafo.

SEÇÃO V
Da Saída de Mercadorias para Depósito Fechado por Conta e Ordem do Destinatário, Ambos neste Estado, e da Saída Simbólica

Art. 666. Na saída de mercadorias para entrega em depósito fechado, por conta e ordem do estabelecimento destinatário, sendo este e o depósito fechado situados neste Estado e desde que pertençam à mesma empresa, o estabelecimento destinatário será considerado depositante, devendo o remetente emitir Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e indicará:

I - como destinatário, o estabelecimento depositante;

II - no quadro "Dados Adicionais", no campo "Informações Complementares", o local da entrega, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do depósito fechado.

§ 1º O depósito fechado deverá:

I - registrar a Nota Fiscal que tiver acompanhado as mercadorias, no Registro de Entradas;

II - anotar a data da entrada efetiva das mercadorias na Nota Fiscal referida no inciso anterior, remetendo-a ao estabelecimento depositante.

§ 2º O estabelecimento depositante deverá:

I - registrar a Nota Fiscal, no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no depósito fechado;

II - emitir Nota Fiscal relativa à saída simbólica, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no depósito fechado, na forma do art. 664, mencionando, ainda, o número e a data do documento fiscal emitido pelo remetente;

III - remeter a Nota Fiscal aludida no inciso anterior ao depósito fechado, dentro de 5 dias, contados da respectiva emissão.

§ 3º O depósito fechado deverá acrescentar na coluna "Observações" do Registro de Entradas, relativamente ao lançamento previsto no inciso I do § 1º, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso II do parágrafo anterior.

§ 4º Todo e qualquer crédito do ICMS, quando cabível, será conferido ao estabelecimento depositante.

SEÇÃO VI
Do Armazenamento de Mercadorias em Depósito Fechado

Art. 667. O depósito fechado deverá:

I - armazenar, separadamente, as mercadorias de cada estabelecimento depositante, pertencentes à mesma empresa, de modo a permitir a verificação das respectivas quantidades;

II - lançar no Registro de Inventário, separadamente, os estoques de cada estabelecimento depositante, por ocasião do balanço.

CAPÍTULO LVII
DOS ARMAZÉNS GERAIS

SEÇÃO I
Da Disposição Preliminar

Art. 668. Não incide o ICMS nas remessas de mercadorias para armazém geral neste Estado, bem como nos correspondentes retornos ao estabelecimento depositante, nos termos do art. 6º, VI, "a" e "c".

SEÇÃO II
Da Saída de Mercadorias de Estabelecimento Depositante para Armazém Geral neste Estado

Art. 669. Na saída de mercadorias para depósito em armazém geral em que este e o estabelecimento remetente estejam situados neste Estado, o remetente emitirá Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa para armazém geral";

III - a indicação do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência do ICMS.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, se o depositante for produtor rural ou extrator não equiparados a comerciante ou a industrial, será emitida Nota Fiscal Avulsa ou Nota Fiscal do destinatário para acompanhar o transporte das mercadorias.

Nota: A redação atual do parágrafo único do art. 669 foi dada pela Alteração nº 29 (Decreto nº 8087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01).

Redação originária, efeitos até 27/12/01:
"*Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, se o depositante for produtor rural ou extrator, será emitida Nota Fiscal Avulsa.*".

SEÇÃO III
Do Retorno de Mercadorias de Armazém Geral para Estabelecimento Depositante neste Estado

Art. 670. Nas saídas das mercadorias referidas no artigo anterior, em retorno ao estabelecimento depositante, o armazém geral emitirá Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - retorno de armazém geral";

III - a indicação do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência do ICMS.

SEÇÃO IV
Da Saída de Mercadoria de Armazém Geral para Estabelecimento Diverso do Depositante, e do Retorno Simbólico, neste Estado

Art. 671. Na saída de mercadorias depositadas em armazém geral, sendo este e o estabelecimento depositante situados neste Estado, com destino a outro estabelecimento, ainda que da mesma empresa, o depositante emitirá Nota Fiscal em nome do destinatário, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - o destaque do ICMS, se devido;

IV - a indicação de que as mercadorias serão retiradas do armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o armazém geral, no ato da saída das mercadorias, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento depositante, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias, que corresponderá àquele atribuído por ocasião de sua entrada no armazém geral;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - retorno simbólico de armazém geral";

III - o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante, na forma do *"caput*" deste artigo;

IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento a que se destinarem as mercadorias.

§ 2º O armazém geral indicará, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais", nas vias da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante destinadas a acompanhar as mercadorias, a data de sua efetiva saída, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º A Nota Fiscal a que alude o § 1º será enviada ao estabelecimento depositante, que deverá lançá-la, no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da saída efetiva das mercadorias do armazém geral.

§ 4º As mercadorias serão acompanhadas no seu transporte pela Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante.

Art. 672. Nas hipóteses do artigo anterior, se o depositante for produtor rural ou extrator, será emitirá Nota Fiscal Avulsa em nome do estabelecimento destinatário, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - a indicações, conforme o caso:

a) do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência, isenção, suspensão ou diferimento do ICMS;

b) do número e da data do documento de arrecadação, e a identificação do órgão arrecadador, quando couber ao produtor ou extrator recolher o imposto;

c) da declaração de que o ICMS será recolhido pelo estabelecimento destinatário;

IV - a indicação de que as mercadorias serão retiradas do armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º O armazém geral, no ato da saída das mercadorias, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento destinatário, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação, que corresponderá ao do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa por conta e ordem de terceiro;

III - o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo, bem como o nome e o endereço do produtor ou extrator;

IV - o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "b" do inciso III deste artigo, e a identificação do órgão arrecadador, quando for o caso.

§ 2º As mercadorias serão acompanhadas em seu transporte pelo documento fiscal referido no *"caput"* deste artigo e pela Nota Fiscal mencionada no parágrafo anterior.

§ 3º O estabelecimento destinatário, ao receber as mercadorias, emitirá Nota Fiscal para documentar a entrada, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

II - o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "b" do inciso III deste artigo, quando for o caso;

III - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida na forma do § 1º pelo armazém geral, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

SEÇÃO V
Da Saída de Mercadorias de Armazém Geral Localizado em Estado Diverso Daquele Onde Esteja Situado o Estabelecimento Depositante com Destino a Outro Estabelecimento

Art. 673. Na saída de mercadorias depositadas em armazém geral situado em unidade da Federação diversa da do estabelecimento depositante com destino a outro estabelecimento, ainda que da mesma empresa, o depositante emitirá Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - a indicação de que as mercadorias serão retiradas do armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º Na Nota Fiscal emitida pelo depositante, na forma do "caput" deste artigo, não será efetuado o destaque do ICMS.

§ 2º Na hipótese deste artigo, o armazém geral, no ato da saída das mercadorias, emitirá:

I - Nota Fiscal em nome do estabelecimento destinatário, que conterá os requisitos previstos e,

especialmente:

a) o valor da operação, que corresponderá ao da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante, na forma do *"caput"* deste artigo;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - remessa por conta e ordem de terceiro";

c) o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida na forma do *"caput"* deste artigo pelo estabelecimento depositante, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

d) o destaque do imposto, se devido, com a declaração: "O recolhimento do ICMS é de responsabilidade do armazém geral";

II - Nota Fiscal em nome do estabelecimento depositante, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o valor das mercadorias, que corresponderá àquele atribuído por ocasião de sua entrada no armazém geral;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - retorno simbólico de armazém geral";

c) o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida na forma do *"caput"* deste artigo pelo estabelecimento depositante, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

d) o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento destinatário, e o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso I deste parágrafo.

§ 3º As mercadorias serão acompanhadas em seu transporte pelas Notas Fiscais referidas no *"caput"* deste artigo e no inciso I do parágrafo anterior.

§ 4º A Nota Fiscal a que se refere o inciso II do § 2º será enviada ao estabelecimento depositante, que deverá lançá-la no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da saída efetiva das mercadorias do armazém geral.

§ 5º O estabelecimento destinatário, ao receber as mercadorias, lançará no Registro de Entradas a Nota Fiscal a que se refere o *"caput"* deste artigo, acrescentando, na coluna "Observações", o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal a que alude o inciso I do § 2º, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do armazém geral, e lançando, na coluna própria, quando admitido, o crédito do imposto recolhido pelo armazém geral.

Art. 674. Na hipótese do artigo anterior, se o depositante for produtor rural ou extrator, será emitida Nota Fiscal Avulsa, em nome do estabelecimento destinatário, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - a declaração de que o ICMS, se devido, será recolhido pelo armazém geral;

IV - a indicação de que as mercadorias serão retiradas do armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º O armazém geral, no ato da saída das mercadorias, emitirá Nota Fiscal em nome do estabelecimento destinatário, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação, que corresponderá ao do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste

artigo;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa por conta e ordem de terceiro";

III - o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo, bem como o nome e o endereço do produtor ou extrator;

IV - o destaque do imposto, se devido, com a declaração: "O recolhimento do ICMS é de responsabilidade do armazém geral".

§ 2º As mercadorias serão acompanhadas em seu transporte pelo documento fiscal referido no *"caput"* deste artigo e pela Nota Fiscal mencionada no parágrafo anterior.

§ 3º O estabelecimento destinatário, ao receber as mercadorias, emitirá Nota Fiscal para documentar a entrada, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o número e a data do documento fiscal emitido na forma do "*caput*" deste artigo;

II - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida na forma do § 1º pelo armazém geral, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

III - o valor do ICMS, se devido, destacado na Nota Fiscal emitida na forma do § 1º.

SEÇÃO VI
Da Saída de Mercadorias para Armazém Geral Situado no Mesmo Estado do Destinatário

Art. 675. Na saída de mercadorias para entrega em armazém geral situado na mesma unidade da Federação do estabelecimento destinatário, este será considerado depositante, devendo o remetente emitir Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - como destinatário, o estabelecimento depositante;

II - o valor da operação;

III - a natureza da operação;

IV - o local da entrega, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do armazém geral;

V - o destaque do ICMS, se devido.

§ 1º O armazém geral deverá:

I - registrar a Nota Fiscal que tiver acompanhado as mercadorias no Registro de Entradas;

II - anotar a data da entrada efetiva das mercadorias na Nota Fiscal referida no inciso anterior, remetendo-a ao estabelecimento depositante.

§ 2º O estabelecimento depositante deverá:

I - registrar a Nota Fiscal no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no armazém geral;

II - emitir Nota Fiscal relativa à saída simbólica, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no armazém geral, na forma do art. 669, fazendo constar o número e a data do documento fiscal emitido pelo remetente;

III - remeter a Nota Fiscal aludida no inciso anterior ao armazém geral, dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão.

§ 3º O armazém geral deverá acrescentar na coluna "Observações" do Registro de Entradas, relativamente ao lançamento previsto no inciso I do § 1º, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso II do parágrafo anterior.

§ 4º Todo e qualquer crédito do ICMS, quando cabível, será conferido ao estabelecimento depositante.

Art. 676. Na hipótese do artigo anterior, se o remetente for produtor rural ou extrator, deverá ser emitida Nota Fiscal Avulsa, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - como destinatário, o estabelecimento depositante;

II - o valor da operação;

III - a natureza da operação;

IV - o local da entrega, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do armazém geral;

V - a indicação, conforme o caso:

a) do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência, isenção, suspensão ou diferimento do ICMS;

b) do número e da data do documento de arrecadação, e a identificação do órgão arrecadador, quando couber ao produtor ou extrator recolher o imposto;

c) da declaração de que o ICMS será recolhido pelo estabelecimento destinatário.

§ 1º O armazém geral deverá:

I - registrar o documento fiscal que tiver acompanhado as mercadorias no Registro de Entradas;

II - anotar a data da entrada efetiva das mercadorias no documento fiscal referido no inciso anterior, remetendo-o ao estabelecimento depositante.

§ 2º O estabelecimento depositante deverá:

I - emitir Nota Fiscal para documentar a entrada, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

b) o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "b" do inciso V deste artigo, quando for o caso;

c) a indicação de que as mercadorias foram entregues no armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

II - emitir Nota Fiscal relativa à saída simbólica, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no armazém geral, na forma do art. 669, fazendo constar, ainda, os números e as datas do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo e da Nota Fiscal emitida na entrada das mercadorias;

III - remeter a Nota Fiscal aludida no inciso anterior ao armazém geral, dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão.

§ 3º O armazém geral deverá acrescentar na coluna "Observações" do Registro de Entradas, relativamente ao lançamento previsto no inciso I do § 1º, o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso II do parágrafo anterior.

§ 4º Todo e qualquer crédito de ICMS, quando cabível, será conferido ao estabelecimento depositante.

SEÇÃO VII
Da Saída de Mercadorias para Armazém Geral Localizado em Estado Diverso Daquele Onde Esteja Situado o Estabelecimento Destinatário

Art. 677. Na saída de mercadorias para entrega em armazém geral situado em unidade da Federação diversa da do estabelecimento destinatário, este será considerado depositante, devendo o remetente:

I - emitir Nota Fiscal, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) como destinatário, o estabelecimento depositante;

b) o valor da operação;

c) a natureza da operação;

d) o local da entrega, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do armazém geral;

e) o destaque do ICMS, se devido;

II - emitir Nota Fiscal para o armazém geral, a fim de acompanhar o transporte das mercadorias, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o valor da operação;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - para depósito por conta e ordem de terceiro";

c) o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento destinatário e depositante;

d) o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal referida no inciso anterior.

§ 1º O estabelecimento destinatário e depositante, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no armazém geral, deverá emitir Nota Fiscal para este, relativa à saída simbólica, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa para armazém geral";

III - o destaque do ICMS, se devido;

IV - a indicação de que as mercadorias foram entregues diretamente no armazém geral, mencionando-se o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida no forma do inciso I pelo estabelecimento remetente, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 2º A Nota Fiscal referida no parágrafo anterior deverá ser remetida ao armazém geral dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão.

§ 3º O armazém geral registrará a Nota Fiscal referida no § 1º, no Registro de Entradas, indicando, na coluna "Observações", o número, a série e a data da emissão da Nota Fiscal a que alude o inciso II, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento remetente.

Art. 678. Na hipótese do artigo anterior, se o remetente for produtor rural ou extrator, deverá:

I - ser emitida Nota Fiscal Avulsa, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) como destinatário, o estabelecimento depositante;

b) o valor da operação;

c) a natureza da operação;

d) o local da entrega, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do armazém geral;

e) a indicação, quando for o caso, do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência, isenção, suspensão ou diferimento do ICMS;

f) a indicação, quando for o caso, do número e da data do documento de arrecadação, e a identificação do órgão arrecadador, quando couber ao produtor ou extrator recolher o imposto;

g) a declaração, quando for o caso, de que o ICMS será recolhido pelo estabelecimento destinatário;

II - ser emitida Nota Fiscal Avulsa para o armazém geral, a fim de acompanhar o transporte das mercadorias, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o valor da operação;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - para depósito por conta e ordem de terceiro";

c) o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento destinatário e depositante;

d) o número e a data da emissão do documento fiscal referido no inciso anterior;

e) a indicação, quando for o caso, do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência, isenção, suspensão ou diferimento do ICMS;

f) a indicação, quando for o caso, do número e da data do documento de arrecadação, e a identificação do órgão arrecadador, quando couber ao produtor ou extrator recolher o imposto;

g) a declaração, quando for o caso, de que o ICMS será recolhido pelo estabelecimento destinatário.

§ 1º O estabelecimento destinatário e depositante deverá:

I - emitir Nota Fiscal, para documentar a entrada, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o número e a data da emissão do documento fiscal emitido na forma do inciso I deste artigo;

b) o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "f" do inciso I deste artigo, quando for o caso;

c) a indicação de que as mercadorias foram entregues no armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

II - emitir Nota Fiscal para o armazém geral, dentro de 10 dias, contados da data da entrada efetiva das mercadorias no referido armazém, relativa à saída simbólica, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o valor da operação;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - remessa para armazém geral";

c) destaque do ICMS, se devido;

d) a indicação de que as mercadorias foram entregues diretamente no armazém geral, mencionando-se o número e a data da emissão do documento fiscal emitido na forma do inciso I deste artigo, bem como o nome, o endereço e o número de inscrição estadual, deste;

III - remeter a Nota Fiscal aludida no inciso anterior ao armazém geral, dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão.

§ 2º O armazém geral registrará a Nota Fiscal referida no inciso II do parágrafo anterior no Registro de Entradas, indicando, na coluna "Observações", o número e a data da emissão da Nota Fiscal a que alude o inciso II deste artigo, bem como o nome e o endereço do produtor rural ou extrator remetente.

SEÇÃO VIII
Da Transmissão da Propriedade de Mercadorias Que Devam Permanecer em Armazém Geral Situado no Mesmo Estado do Depositante e Transmitente

Art. 679. No caso de transmissão da propriedade de mercadorias, quando estas permanecerem no armazém geral, sendo este situado na mesma unidade da Federação do estabelecimento depositante e transmitente, este emitirá Nota Fiscal para o estabelecimento adquirente, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - o destaque do ICMS, se devido;

IV - a indicação de que as mercadorias se encontram depositadas em armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o armazém geral emitirá Nota Fiscal para o estabelecimento depositante e transmitente, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias, que corresponderá àquele atribuído por ocasião de sua entrada no armazém geral;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - retorno simbólico de armazém geral";

III - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante e transmitente, na forma do *"caput"* deste artigo;

IV - o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, do estabelecimento adquirente.

§ 2º A Nota Fiscal a que alude o parágrafo anterior será enviada ao estabelecimento depositante e transmitente, que deverá lançá-la no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da data de sua emissão.

§ 3º O estabelecimento adquirente deverá registrar a Nota Fiscal referida no *"caput"* deste artigo, no Registro de Entradas, dentro de 10 dias, contados da data de sua emissão.

§ 4º No prazo referido no parágrafo anterior, o estabelecimento adquirente emitirá Nota Fiscal para o armazém geral, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor das mercadorias, que corresponderá ao da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante e transmitente, na forma do *"caput"* deste artigo;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa simbólica para armazém geral";

III - o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento depositante e transmitente, na forma do *"caput"* deste artigo, bem como o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 5º Se o estabelecimento adquirente estiver situado fora do território baiano, na Nota Fiscal a que se refere o parágrafo anterior será efetuado o destaque do ICMS, de devido.

§ 6º A Nota Fiscal a que alude o § 4º será enviada, dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão, ao armazém geral, que deverá lançá-la no Registro de Entradas, dentro de 5 dias, contados da data do seu recebimento.

Art. 680. Na hipótese do artigo anterior, se o depositante e transmitente for produtor rural ou extrator, deverá ser emitida Nota Fiscal Avulsa para o estabelecimento adquirente, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação;

II - a natureza da operação;

III - a indicação, conforme o caso:

a) do dispositivo legal em que estiver prevista a não-incidência, isenção, suspensão ou diferimento do ICMS;

b) do número e da data do documento de arrecadação, e a identificação do órgão arrecadador, quando couber ao produtor ou extrator recolher o imposto;

c) da declaração de que o ICMS será recolhido pelo estabelecimento destinatário;

IV - a indicação de que as mercadorias se encontram depositadas em armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o armazém geral emitirá Nota Fiscal para o estabelecimento adquirente, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

I - o valor da operação, que corresponderá ao do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

II - a natureza da operação: "Outras saídas - remessa por conta e ordem de terceiro";

III - o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo, bem como o nome e o endereço do produtor ou extrator;

IV - o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "b" do inciso III deste artigo, quando for o caso.

§ 2º O estabelecimento adquirente deverá:

I - emitir Nota Fiscal, para documentar a entrada, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o número e a data do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

b) o número e a data do documento de arrecadação referido na alínea "b" do inciso III deste artigo;

c) a indicação de que as mercadorias se encontram depositadas em armazém geral, mencionando-se o endereço e os números de inscrição, estadual e no CGC, deste;

II - emitir, na mesma data da Nota Fiscal emitida para documentar a entrada, Nota Fiscal para o armazém

geral, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente:

a) o valor da operação, que corresponderá ao do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo;

b) a natureza da operação: "Outras saídas - remessa simbólica para armazém geral";

c) os números e as datas do documento fiscal emitido na forma do *"caput"* deste artigo e da Nota Fiscal emitida na entrada, bem como o nome e o endereço do produtor rural ou extrator.

§ 3º Se o estabelecimento adquirente estiver situado fora do território baiano, na Nota Fiscal a que se refere o inciso II do parágrafo anterior será efetuado o destaque do ICMS, se devido.

§ 4º A Nota Fiscal a que alude o inciso II do § 2º será enviada, dentro de 5 dias, contados da data de sua emissão, ao armazém geral, que deverá lançá-la no Registro de Entradas, dentro de 5 dias, contados da data do seu recebimento.

SEÇÃO IX
Da Transmissão da Propriedade de Mercadorias Que Devam Permanecer em Armazém Geral Localizado em Estado Diverso Daquele Onde Esteja Situado o Depositante e Transmitente

Art. 681. No caso de transmissão da propriedade de mercadorias, quando estas permanecerem em armazém geral situado em unidade da Federação diversa da do estabelecimento depositante e transmitente, este emitirá Nota Fiscal para o estabelecimento adquirente, sem destaque do ICMS, que conterá os requisitos previstos e, especialmente: